Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Helena Paula Abreu de Carvalho

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*

Volume I – Texto

Setembro de 2008

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*
Helena Paula Abreu de Carvalho
Volume I – Texto
UMinho | 2008

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Helena Paula Abreu de Carvalho

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*

Volume I – Texto

Tese de Doutoramento em Arqueologia
Área de Conhecimento de Arqueologia
da Paisagem e do Povoamento

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Setembro de 2008

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução
de qualquer parte desta tese/trabalho

Universidade do Minho, 24 de Setembro de 2008

Assinatura:_____

"Palavras inexactas, gralhas, palavras perdidas, recuperadas, palavras impossíveis, palavras cautelosas, "de dicionário", põem-nos de sobreaviso; há linhas em que as palavras que se lêem não foram escritas. Também o silêncio é palavra".

Giorgio Manganelli, *Pinóquio: um livro paralelo*, 2005, p. 192.

ÍNDICE

Agradecimentos VII
Resumo / Abstract XI
Índice de figuras XIII
Índice de tabelas XV

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1
ÂMBITOS DE ANÁLISE DO POVOAMENTO ROMANO 9
Introdução 9
1. Vectores de análise 10
1.1. Registos dominantes e problemática 10
1.2. Matriz de referência, transepto e enquadramentos 23
2. Assimetria dos dados e opções 25
2.1. A informação disponível 26
2.2. Variabilidade da informação 28
2.3. Prospecções dirigidas e sistemáticas 33
2.4. Nomenclaturas utilizadas 40
3. A infra-estrutura metodológica: o SIGARM 51
3.1. As base de dados alfanumérica e cartográfica 53
3.2. O sistema de informação geográfica: possibilidades e constrangimentos 54
4. Conceitos operativos 57

CAPÍTULO 2
A INTEGRAÇÃO DO NOROESTE NO MUNDO ROMANO 65
Introdução 65
1. O povoamento pré-romano 66
1.1. A Idade do Bronze e a transição para a Idade do Ferro 66
1.2. A diversidade do povoamento ao longo do I milénio a.C. 72
1.3. O Noroeste em finais do I milénio a.C. 77
1.4. Incursões romanas a norte do Douro 81
2. Conquista e pacificação 83
2.1. As campanhas de Augusto no Noroeste 85
2.2. A organização do território 87
2.2.1. Uma nova geografia social: *populi* e *civitates* 87
2.2.1.1. As fontes textuais 87
2.2.1.2. Os dados epigráficos 88
2.2.1.3. *Populi* e *civitates* 91
2.2.2. Os novos centros de poder: a política urbana de Augusto 97
2.2.3. A infra-estrutura de comunicações 108
2.2.3.1. As vias terrestres 108
2.2.3.2. As vias fluviais e marítimas 112
3. A consolidação do poder romano 117
3.1. Desenvolvimento e hierarquização do tecido urbano 118
3.2. O reforço da rede viária 138
3.3. A intensificação económica 142
3.3.1. A exploração dos recursos 142
3.3.2. A economia de mercado e a circulação monetária 153

CAPÍTULO 3
PERSPECTIVAS DO POVOAMENTO ROMANO NO ENTRE-DOURO-E-MINHO 161
Introdução 161
1. O povoamento fortificado 163
1.1. Categorias de análise e distribuição espacial 163
1.2. Aproximações cronológicas 177
1.3. Manchas de distribuição 186
2. A rede viária: trajectos e estações viárias 194
3. Lugares centrais e novos aglomerados 203
4. As *villae*: problemas de identificação 226

CAPÍTULO 4
MODELAÇÃO DAS PERIFERIAS DA CIDADE DE *BRACARA AUGUSTA* 237
Introdução 237
1.Enquadramentos de análise 239
2. Entidades e relações 241
2.1. A rede viária e as necrópoles 241
2.1.1. Os itinerários principais 241
2.1.2. Necrópoles da cidade e epigrafia associada 248
2.2. Os antigos circuitos 251
2.2.1. Hierarquia do povoamento fortificado 251
2.2.2. Manutenção, retracção e abandono 259
2.3. O povoamento de raíz romana 264
2.3.1. *Vici* e estações viárias 264
2.3.2. *Villae* e epigrafia associada 268
2.3.3. Necrópoles e epigrafia associada 278
2.3.4. Explorações agrícolas e artesanais 281
3. Limites e escalas nas periferias 284
3.1. Áreas de concentração e dispersão de povoamento 285
3.2. O parcelamento rural 289
3.2.1. Metodologias de análise 295
3.2.2. O sector em torno da Via XIX, entre Braga e o rio Cávado 299
3.2.3. *Termini* e dispositivos de limitação 311
3.2.4. Caracterização do cadastro 319

CAPÍTULO 5
MODELAÇÃO DO POVOAMENTO DE MONTANHA E DO VALE E LITORAL 327
Introdução 327
1. O povoamento em espinha ao longo da via Nova 328
1.1.Entidades e relações 329
1.1.1. A Via XVIII ou Via Nova: trajecto e epigrafia de suporte 329
1.1.2. O povoamento fortificado 339
1.1.3. O povoamento em espinha*: vici*, *mansiones* e *mutationes* 337
1.2. Limites e escalas 345
1.2.1. A via como elemento ordenador de um povoamento em “espinha” 353
1.2.2. A romanização de um território de montanha. 355
2. O povoamento do vale e da franja litoral 361
2.1. Enquadramentos de análise 362
2.2.Entidades e relações 365
2.2.1. O povoamento fortificado 368
2.2.2. Rede viária e o povoamento associado 381
2.2.3. A exploração de recursos 388
2.2.3.1. As *villae* e estabelecimentos associados 388

2.2.3.2. Pequenas e médias explorações agrícolas
e artesanais 394
2.3. Limites e escalas 396
2.3.1. Áreas de difusão e limites de influência 396
2.3.2. A romanização da paisagem de vale e da fachada litoral 403

CONCLUSÃO 411

BIBLIOGRAFIA 425

Agradecimentos

Dirigo as primeiras palavras deste texto a Manuela Martins, orientadora deste trabalho. Alegro-me pela feliz circunstância de sabermos, eu e ela, que o que fica aqui escrito se encaixa na naturalidade dos agradecimentos que só existem com muitos anos de cumplicidade, trabalho e profundo afecto. Sabemos, ambas, que o essencial já foi dito e feito e o que falta é só futuro. Devo-lhe muito mais do que a confiança e liberdade de pensamento e de acção, que guiou, desde o início, a orientação deste trabalho. Os mestres são, também, os companheiros das horas mais tristes, os que são capazes de se despir de preconceitos, de mergulhar no lodo e de erguer por nós e connosco pequenas e grandes coisas... as tais que transformam, de facto, tudo. Agradecer não é bastante, mas é o que nos é lícito fazer por agora.

Se, em qualquer espaço, este encontro seria possível, por outra feliz circunstância, ambas pertencemos a um local a que gosto de chamar "casa".

Pertenço, com um orgulho que espero merecer, à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, onde muitas pessoas trabalham, num mesmo edifício. Aqui temos, para além das térmitas e dos tectos a cair, investigadores a tempo inteiro, para além dos professores e investigadores que vão passando. Mais e melhor que isso, temos aquilo que dá corpo a um espaço de trabalho e investigação em arqueologia: funcionários, alunos, investigadores nacionais e estrangeiros, antigos e novos alunos num movimento constante, acompanhado da parafrenália de plantas, projectos, esquissos, ofícios, mapas, ou, simplesmente, da terra de Braga ou do Minho, carregada nas botas dos que entram e saem, botas que parecem privilegiar o chão da Unidade de Arqueologia como o seu espaço natural de limpeza!

A José Meireles devo um agradecimento que ultrapassa a circunstância da "Unidade de Arqueologia" que partilhamos diariamente. Devo-lhe grande parte das mais importantes coisas que aprendi sobre a forma de ver o território e a paisagem, a forma crítica de trabalhar sobre o espaço, as múltiplas lições de arqueologia, dadas por um professor excelente, em todos os sentidos. Estou, como todos os alunos que têm o privilégio de o ter como professor, imensamente grata por tudo o que diariamente me ensina. Mas, agradeço-lhe também, a forma despreconceituada como encarou o facto de ser meu par, em muitas aulas que demos em conjunto, e o respeito e carinho com que lidou com as minhas dúvidas, perplexidades e desatinos. Dirigo a Francisco Sande Lemos um agradecimento muito especial, que ultrapassa a sua perspicácia, ensinamentos e desafios. Devo-lhe a constante disponibilidade para ensinar e uma assertividade provocatória, que me impelia sempre a questionar coisas que tinha como seguras. Em muitas partes desta tese, as conclusões a que chegámos devem-se ao seu trabalho. Como membro que sou da Unidade de Arqueologia, tenho, ainda, o legado dos muitos anos que dedicou em prol da defesa do património em geral e da arqueologia em particular.

Este legado é extensível a uma pessoa fundamental, não só para os que trabalharam e trabalham sobre *Bracara Augusta,* mais ainda - e essa é a sua magia particular - para todos os que tiveram e têm a fortuna de trabalhar e conviver com um ser humano excepcional: a Manuela Delgado.

Devo a Luís Fontes uma das mais poderosas forças inspiradoras de trabalho, rigor e inspiração com quem tenho o privilégio de conviver. Á Maria do Carmo Ribeiro, Eurico Loureiro e Isabel Leitão devo uma ajuda imprescindível na execução final desta tese, e a calma e apoio que só se tem de grandes amigos.

Devo a chave de abertura a este espaço de trabalho a Ana Bettencourt, numa época em que a minha vida se dividia entre Ponta Delgada e Braga. Aos técnicos e funcionários da Unidade de Arqueologia agradeço o apoio, sendo justo destacar Maurício Guerreiro e José Manuel Leite.

Destaco, finalmente, o apoio que recebi de Rui Morais. Uma parte fundamental desta tese, a do estudo do cadastro de Braga, iniciou-se a partir do seu trabalho. Tive assim, por sua via, não só os resultados preliminares em que já tinha trabalhado mas, também, o primeiro acervo bibliográfico sobre o tema. Devo-lhe, igualmente, o benefício de ter assegurado tarefas de docência que me estavam atribuídas. Se, por imperativos de trabalho, os dias na Unidade de Arqueologia se fazem sem a sua presença, é certo que a ponte que estabelece entre o Museu D. Diogo de Sousa e a Unidade de Arqueologia configura aquilo que para mim é a mais rica valência do trabalho arqueológico em Braga: uma interessante comunhão de interesses e de trabalho conjunto entre várias instituições.

Aos meus colegas do ICS devo um especial agradecimento a Conceição Falcão, Maria Augusta Lima Cruz, António Lázaro, Manuela Palmeirim, Marta Lobo, Fátima Ferreira, Nuno Pizarro, Arnaldo Melo e Glória Silva.

No Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, tive durante largos anos um espaço de trabalho fundamental.

Devo a Jorge Alarcão o facto de me ter lançado no desafio inicial desta tese que julguei, durante muito tempo, não ter capacidade de concretizar. A mim se devem as dificuldades mas também alguns dos eventuais méritos de um percurso atribulado e complexo. Por estar ciente disso reitero, com toda a propriedade, as palavras de agradecimento que lhe dirigi, há alguns anos, num trabalho em que foi meu orientador: "[o Professor Jorge Alarcão] deu-nos muitas horas de atenção e paciência e uma orientação que nos ensinou o entusiasmo de gostar mais e melhor das coisas. À sua sensibilidade, rigor e ponderação devemos boa parte da nossa formação científica".

José d' Encarnação representa uma fonte constante de apoio e aprendizagem, num tempo muito dilatado, que remonta à época em que o tive como professor. Devo-lhe um apoio imprescindível na implementação da disciplina de Epigrafia na Universidade do Minho, a colaboração constante no trabalho de leitura das inscrições de Braga, tarefas que sem a sua supervisão seriam impossíveis de concretizar. Para além disso, e da paciência infinita para me ouvir, devo-lhe os primeiros contactos com a Escuela Española de Arqueologia em Roma, o mesmo é dizer, a possibilidade de me integrar numa outra "casa", fundamental para a concretização deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos do Instituto de Arqueologia devo o justo legado de aprendizagem e convivência. Importa-me salientar o papel de Conceição Lopes, com quem tenho largos anos de convivência e uma aprendizagem, em muitos momentos, paralela, cujos frutos estamos a colher ainda hoje.

Na Universidade dos Açores tive oportunidade de trabalhar com um leque de pessoas de áreas diversas, privilégio que raramente se tem em grandes instituições. Agradeço, de forma particular, aos professores e investigadores da Secção de Geografia, nomeadamente Helena Calado, João Porteiro e António Moniz. Se nas tarefas iniciais de um SIG, foi fundamental o trabalho conjunto que fizemos, as tarefas de migração para ArcGis, que iniciei em 2007, teriam sido completamente inviáveis sem a sua sabedoria e disponibilidade.

Entre os Açores, Ourém e o Algarve está algures o meu amigo e colega João Pedro Bernardes, com quem partilhei muitas horas de trabalho e de boa disposição.

Num espaço muito mais alargado está a grande aldeia onde cabem os meus amigos e a minha família. Faço minhas as palavras da minha filha Laura, que teme as despedidas e sonha sempre estar numa festa onde todas as pessoas de quem gosta estariam, finalmente, juntas. De longe consigo ver Regina Cunha, Roberto Resendes, Sara Barros, Odete Alcubio, Ricardo Barros, Alberto Menezes, Gustavo Lobo, Maria do Carmo Ribeiro, Luís Fontes, Glória Silva, Rui Cunha Martins, Mário Cruz, Miguel Carneiro, Isabel Leitão, Isaura Carvalho, Manuela Martins, Teresa Salgueiro, Inês Salgueiro Machado, Helena Calado, José Meireles, Artur Miguel Melo, Angel Barrero Fonticoba, Carolina Palmeira, Monserrat Barrero Fonticoba,

José d' Encarnação, João Bernardes, Susanna Riva, Helena Mendonça, Nuno Araújo, Luís Araújo, João Serra, Álvaro Laborinho Lúcio, Eugénia Cunha, Pedro Xavier, Eurico Loureiro, Joaquim Ramos de Carvalho, a Ló e a família do Congo. Aí estão também os meus sobrinhos Mafalda, Mariana, Miguel, Carolina, Rafael, Ignacio, Pablo, Maria, Tomás, Duarte, Gaspar e Rosa e toda a imensa família de que destaco a Virinha, o Pai Mendes, o Tio Augusto, a Tia Celeste e o meu "gémeo preferido", Filipe Azevedo Mendes. A minha mãe Zu, o meu pai Amilcar e as minhas irmãs Sofia e Margarida estão tão próximos que às vezes os perco de vista, mas são sempre as alturas em que estão a ajudar-me a ver melhor. Sem nenhum esforço, consigo distinguir o Carlos Dantas Giestal e a Mar Zabaleta Estevez, a rir num cantinho. Ao meu lado estão, desde sempre, o Francisco e a Laura. A minha filha está feliz! Cumpriu-se a festa.

Resumo

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*

O objectivo fundamental deste trabalho foi a análise do povoamento na época romana, tendo como base geográfica a fachada ocidental do *conventus bracarensis*, representada pela actual região portuguesa do Entre-Douro-e-Minho. A criação de *Bracara Augusta* e da rede de itinerários principais implicou uma redefinição dos eixos estruturadores do povoamento entre os quais se destaca a criação de um número considerável de aglomerados secundários, que parecem obedecer a uma articulação clara com a rede viária, e a presença de novas formas de exploração da terra, representadas pelas *villae*. A extensa e heterogénea base de informação relativa a vestígios arqueológicos da Idade do Ferro e romanos, levou-nos a avançar para outras demarcações espaciais. Nesse sentido, seleccionámos um transepto que corta a região do amplo "anfiteatro minhoto" em três subunidades de análise: a área em torno de *Bracara Augusta*, a região de montanha atravessada pela Via XVIII e uma terceira subunidade que inclui a região de vale e litoral entre os rios Neiva e Este.

A rarefacção do povoamento e a sua clara articulação com a Via XVIII constituem os pontos a salientar na análise efectuada para a região de montanha.

Na região de vale e litoral importa salientar a clara distinção entre a mancha densa de vestígios arqueológicos da região de vale relativamente a uma mancha espaçada e rarefeita de povoados na orla costeira.

Finalmente verifica-se uma forte densidade de povoamento em torno *de Bracara Augusta,* e a presença de um cadastro romano que se organiza segundo uma modulação de 20x20 actus.

Abstract

Roman Settlement Patterns in the west of *Conventus Bracarensis*

This work aims at characterizing settlement patterns in the 'Entre-Douro-and-Minho' region, beginning with a large and synthetic analysis of the changes launched by the Roman conquest in Northwest Iberia. The creation of *Bracara Augusta* and the main road network led to a redefinition of the settlement structuring axes, among which are the creation of a some secondary settlements. The archaeological data at our disposal allows us to locate some small towns, which appear closely connected with the road network. Among the very considerable archaeological data at our disposal indicating roman sites we would like to emphasize the presence of the roman *villae*. Finally, the continuity of some of Iron Age hillforts in the roman period seems to be connected with the control of the territory, with road network and the valleys.

The background material that we have for this region (more than a thousand two hundred sites), the diversity of settlement and the variety of studies produced and published have required different scales of analysis. We decided to make a transection which cuts the region. This transverse section obeys to the following three criteria: geomorphologic diversity; archaeological data and, of course, the presence of *Bracara Augusta*. In this transect we analysed three areas with greater detail: the region around *Bracara Augusta*; the region of the mountain with a settlement pattern organised by the Flavian Roman road and finally, the last zoom, the valley and coastal area.

In the region of the mountain we would like to emphasize the gradual rarefaction of settling as we move towards higher altitudes and the implementation of sites directly connected with the road.

In the valley and coastal there is a distinctive difference between the settling pattern in the valley and near the coast. Density and dispersal are the features of settlement in the valley; the coastal area is scarcely occupied with some settlements of the Iron Age and some *villae*, apparently associated with salt-making or fish products.

Finally, wee can see a density of Roman occupation around *Bracara Augusta*. While analysing this region, we started studying the organization of the rural landscape, in order to verify a centuriated area. We confirm this idea. In an area of 10 km around *Bracara Augusta*, framed by the highest hills in the area, we found traces of a centuriation that organizes itself in modules of 20 by 20 *actus*.

Índice de figuras

Figura 1. Mapa da Hispânia com a divisão em províncias e conventos 65
Figura 2. Limites dos três conventos do Noroeste e respectivas capitais 77
Figura 3. Vestígios relacionados com oficinas locais em *Bracara Augusta* 101
Figura 4. Rede simplificada das vias romanas na Hispânia, com particular atenção às ligações a *Bracara Augusta* 109
Figura 5. Localização de *Bracara Augusta*, no contexto das vias terrestres e marítimas do Império romano 112
Figura 6. Circuitos marítimos e correspondentes áreas de apoio 113
Figura 7. Vias fluviais mais importantes, cursos navegáveis e prováveis áreas de influência 114
Figura 8. Rota marítima e fluvial do Ocidente do Império 116
Figura 9. Aglomerados urbanos do Noroeste peninsular 127
Figura 10. Àreas de mineração do Noroeste peninsular e rede viária romana 143
Figura 11. Localização do "Entre-Douro-e-Minho" na Hispânia romana 161
Figura 12. Secções viárias descritas nos capítulos 4 e 5 195
Figura 13. Trabalhos arqueológicos na Bouça da Mó em 1992 202
Figura 14. Planta da *mutatio* da Bouça da Mó 203
Figura 15. Planta interpretada da Bouça da Mó, segundo M. Martins 204
Figura 16. Planta das termas de S. Vicente do Pinheiro, segundo Jorge Alarcão a partir de trabalhos de Teresa Soeiro 219
Figura 17. Distribuição dos vestígios conhecidos na área de Vila Mou 222
Figura 18. Planta de Via Cova, segundo M. Martins 232
Figura 19. Rede viária e fluvial a partir de *Bracara Augusta* 242
Figura 20. Implantação das necrópoles de *Bracara Augusta* 242
Figura 21. Distribuição e relações de proximidade entre as *villae* 275
Figura 22. Altar votivo encontrado na periferia de *Bracara Augusta* 290
Figura 23. Esquema simplificado da definição de áreas de áreas de meia hora (2 Km) dos povoados fortificados da região em torno de *Bracara Augusta* 292
Figura 24. Mapa de Braga, (Braunio 1594) 301

Figura 25a. Imagem aérea da zona de localização do cipo 1e do traçado da Via XIX 307
Figura 25b. Imagem aérea da zona de localização do cipo 2 e do traçado da Via XIX 308
Figura 25c. Imagem aérea da zona de localização do cipo 1, cipo 2 e traçado da Via XIX 308
Figuras 26 a, b. Exemplos de elementos utilizados como limites 311

Figuras 27 a, b, c. Perspectivas do cipo 1, em 2004 313
Figuras 28 a, b. Perspectivas do cipo 1, em 2006 313

Figuras 29 a, b, c. Perspectivas da sondagem do cipo 1, em 2006 314
Figura 30. Perspectiva do cipo 2, em 2004 314
Figura 31. Perspectiva da *archa petrinea* 316
Figura 32. Exemplos de elementos demarcatórios, onde se incluem duas árvores marcadas com cruzes, denominadas na literatura latina *arbor stigmata* 321
Figura 33. Mapa de Braga (AndréSoares, 1756) 323
Figuras 34 a, b. Limites de uma cidade e elementos demarcatórios com gama, T e cruz 325
Figura 35.Trajecto da Via XVIII entre *Bracara Augusta* a a Portela do Homem 329
Figura 36. Extracto da CMP 1:25.000, folha 56, com percurso da Via XVIII, a verde 332
Figura 37. Extracto da CMP 1:25.000, folha 56, com o trajecto da Via XVIII entre a milha VI e VII, a verde 336
Figura 38. Extracto da CMP 1:25.000, folha 56, com o trajecto da Via XVIII entre a milha X e XI, a verde 338
Figura 39. Fotografia aérea da região do Castro de Lago (SPLA 1938) 342
Figura 40. Pedestal ao *Genio Viriocelensis* 348
Figura 41. Proporção de materiais de construção nas referências arqueológicas da região de vale e litoral estudada 367

Índice de tabelas

Tabela 1. Povoados fortificados da categoria A 166
Tabela 2. Povoados fortificados da categoria B 170
Tabela 3. Povoados fortificados da categoria C 174
Tabela 4. Estações viárias 201
Tabela 5. *Vici* no Entre-Douro-e-Minho 213
Tabela 6. *Villae* no Entre-Douro-e-Minho 227
Tabela 7. Divindades associadas à rede viária nas imediações de *Bracara Augusta* 246
Tabela 8. Distâncias das *villae* a *Bracara Augusta* e às vias mais próximas 275
Tabela 9. Explorações agrícolas 282
Tabela 10. Cronologia de ocupação, abandono e reocupação dos castros do vale do Neiva 378

INTRODUÇÃO

O objectivo fundamental do presente trabalho é a análise de modelos de povoamento em época romana, tendo como base geográfica a fachada ocidental do *conventus* bracarense, parte de uma vasta província criada pelos romanos no Norte da Península Ibérica: a *Citerior* ou *Tarraconensis.*

A escolha das áreas e o desdobramento dos procedimentos de análise resultaram de um conjunto variado de objectivos, informação, opções e ritmos de análise, cuja articulação é apresentada nesta Introdução.

Para situar o contexto da problemática da nossa investigação tivemos necessariamente que partir do quadro da romanização do Noroeste Peninsular como forma de enquadrarmos a diversidade do mundo pré-romano e as diferentes estratégias de conquista e domínio das populações indígenas por parte de Roma. Verificar os procedimentos utilizados no domínio político e a articulação administrativa da Tarraconense, na sua relação com as características geográficas e ocupacionais do espaço sob conquista, constituiu, por isso, um vector fundamental para a compreensão do povoamento romano.

De facto, não nos pareceu possível criar condições para a detecção de formas ou modelos de organização do espaço sem colocar o problema do povoamento no jogo de escalas que historicamente lhe pertence. Entendemos por escalas, antes de mais, um vai-e-vem muitas vezes descontínuo de planos temporais e espaciais, ora de grande amplitude ora mais circunscritos, sem os quais a interpretação da informação arqueológica e histórica perde níveis substanciais de inteligibilidade.

Tal circunstância implicou ter em conta vários canais produtores dessas escalas. Assim, as políticas imperiais que configuraram a expansão romana na Hispânia foram inseridas numa análise prévia do mosaico das diferenças do povoamento índigena. Concretamente, no quadro da organização provincial foram abordadas as formas de organização e de construção do território, bem como os fluxos que sustentaram os ritmos de desenvolvimento urbano e económico.

Procurámos, assim, evidenciar o que foi moldado pelas características geográficas do território, elas próprias geradoras de diferentes entidades e relações que condicionam as especificidades da ocupação humana, e aquilo que foi potenciado como resultado da dinâmica global de adaptação aos constrangimentos da conquista e às novas políticas de estruturação do território. Ou seja, tentámos analisar o processo evolutivo da paisagem de uma região concreta, mas suficientemente ampla, de forma a poder averiguar a existência de eventuais modelos de (re)organização das comunidades e das paisagens.

Ajustando progressivamente a correlação entre um espaço dilatado e uma matriz de referência, isto é, entre o Noroeste Peninsular e a fachada ocidental do *conventus Bracarensis,* representada pela actual região portuguesa do Entre-Douro-e-Minho, este projecto tentou valorizar um conjunto de problemas centrais para o estudo do domínio romano dos novos territórios integrados no Império. O questionário básico e preliminar dirigiu-se ao aprofundamento articulado de dois temas: a evolução dos quadros de povoamento indígenas sob o domínio romano e a instalação e desenvolvimento de novas formas de organização espacial por parte dos romanos.

A assimetria e a reciprocidade destes dois processos - onde e quando acaba o índígena e começa o romano? - urdiram uma teia de constrangimentos e desafios. Constrangimentos, porque se tratou, desde o início de inventariar e controlar um vasto e heterogéneo acervo de informação arqueológica, com níveis de fiabilidade muito variados. Desafios, porque, ao mesmo tempo, se quis dotar a investigação de um forte investimento de recuperação e normalização dessa informação arqueológica de molde a produzir uma análise cartograficamente sustentada do território. Esta tarefa só foi possível através da geo-referenciação sistemática dos sítios arqueológicos.

Duas condições, também prévias, influenciaram o horizonte de trabalho. Em primeiro lugar, as expectativas criadas pelas abordagens regionais do povoamento romano, iniciadas em Portugal nos anos oitenta do século XX, com uma massa crítica crescente de resultados. Em segundo lugar, as metodologias de análise introduzidas pela chamada arqueologia da

paisagem. A interacção entre povoamento e paisagem está subjacente, portanto, à formulação de sucessivas questões e aos diferentes exercícios de análise que serão concretizados.

Tais exercícios partiram da construção de uma infraestrutura metodológica, assente num sistema de informação geográfica, concebida para processar, cartografar e interpretar a informação disponível para o conjunto do território do Entre-Douro-e-Minho. Refira-se que por informação disponível, entendemos, como já parece evidente, não apenas os vestígios arqueológicos romanos, mas também todos os povoados fortificados da Idade do Ferro, independentemente de terem sido romanizados ou não.

Importa salientar que os limites físicos da região do Entre-Douro-e Minho não decalcam qualquer anterior fronteira administrativa da Hispânia. O mesmo é dizer que os limites assumidos como área de trabalho não são determinados pela geografia política romana, nem por outras características rigorosamente específicas da região.

Assumimos que a escolha realizada foi, em grande medida, pragmática, pois resultou, antes de mais, de razões de manuseamento e coerência da informação disponível, muito embora seja certo que a região analisada possui especificidades que permitem abordá-la como unidade geográfica e geomorfológica, numa ampla escala.

Circunscrita esta matriz, inventariados todos os dados disponíveis sobre a romanização da região - tarefa que constituiu uma etapa crucial de normalização das fontes disponíveis com vista ao estabelecimento de uma possível hierarquização do povoamento -, foi produzida uma massa bastante extensa e assaz heterogénea de dados. O catálogo de sítios (apresentado no volume II) e a cartografia de síntese (apresentada, com outra, mais analítica, no volume III) representam a expressão concreta destas tarefas e, simultaneamente, uma base mais avançada de suporte interactivo das análises a efectuar.

Os resultados obtidos levaram-nos a avançar para outras demarcações espaciais. Nesse sentido, seleccionámos uma área estratégica de análise que potenciou uma análise de escalas mais finas, permitindo-nos jogar com outras problemáticas e horizontes de observação. Esta selecção teve em conta critérios de natureza geomorfológica bem como razões de natureza

sócio-política e económica que actuaram, forçosamente, sobre a modelação da paisagem e do povoamento.

A área estratégica de análise corresponde a um corte transversal da região, configurada por um transepto que tem por centro *Bracara Augusta*. Três critérios básicos estiveram subjacentes a esta escolha: a estabilidade e a quantidade de informação disponível; o recorte da região que se configura em "anfiteatro" desde a montanha ao litoral e, finalmente, o diferenciado impacte de *Bracara Augusta* sobre o território envolvente. Deste modo, definimos três contextos morfologicamente diferenciados: a região onde se implantou a cidade romana, a montanha, e o território que integra a parte média e baixa das bacias hidrográficas do Cávado e do Ave correspondente à zona de vale e litoral.

Estamos cientes que a eleição de uma ou mais regiões como áreas de amostragem da “estrutura” de modelação de povoamento envolve o risco de anular ou exagerar o impacte da sua especificidade em conjuntos mais vastos. A definição de um ou mais territórios de trabalho pode incorporar a ilusão de circunscrever unidades “naturais” de observação. Cremos, contudo, ser impossível fugir a este embaraço e por isso insistimos na questão da pertinência das escalas de observação, bem como na dos limites que necessariamente temos que impôr em qualquer trabalho de investigação.

A natureza da informação disponível foi tratada, através do sistema de informação geográfica, respeitando quatro indicadores ou conceitos operativos: *entidades*, *relações* entre entidades, *escalas* e *limites* dessas relações. Os núcleos descritivos e interpretativos do trabalho, ao serem organizados tendo em conta estes quatro elementos, procuram esclarecer as características evolutivas básicas dos eventuais padrões de povoamento. Perceba-se, neste contexto, que não houve de forma alguma a intenção de sujeitar as análises realizadas a uma lógica de interpretação pré-determinada e rígida.

Tratámos de cartografar e relacionar entidades - sítios ou vestígios - que, por sua vez, só adquirem verdadeira expressão se vistos sob vários ângulos, nas suas escalas de actuação e nos limites que territorialmente impõem ou lhes são impostos. A observação conseguirá, assim,

eventualmente, um maior rigor, sobretudo quando se trata de filtrar muitas vezes um registo material composto de dados difusos ou fragmentários.

No capítulo 1, dedicamos precisamente a nossa atenção ao esclarecimento dos registos interpretativos dominantes na arqueologia e história antiga da região em análise, num quadro mais amplo de apresentação da informação disponível que foi tratada, do sistema por nós construído e dos conceitos acima mencionados. Abordamos também as prospecções por nós realizadas e respectiva metodologia. Tentamos, ainda, avançar no sentido de ponderar algumas abordagens sobre as tipologias e nomenclaturas dos sítios arqueológicos.

No capítulo 2, elaboramos uma síntese dos principais resultados relativos à romanização do Noroeste peninsular. A este propósito, insistimos em fazer recuar a análise à Idade do Bronze com o intuito de conseguir na longa duração diferenciar os ritmos e os padrões diversificados de desenvolvimento das comunidades e dos seus habitats. O ponto maior de incidência consiste na caracterização do(s) programa(s) de romanização do Noroeste, com destaque para as frentes urbanas entretanto criadas e o sucessivo preenchimento das zonas "marginais" dos territórios.

Munidos destes dois enquadramentos, um sobre os âmbitos metodológicos de análise do povoamento romano (capítulo 1), outro sobre a integração do Noroeste no mundo romano (capítulo 2), centrámo-nos no estudo no Entre-Douro-Minho (capítulo 3). Apesar do risco de conservarmos um nível de generalização ainda grande e de encadearmos, sob outra perspectiva é certo, dados já abordados, julgámos importante apresentar uma síntese das principais coordenadas que, em nosso entender, marcam a região relativamente à arqueologia da paisagem e do povoamento romano. Configurámos, na medida do possível, as manchas de ocupação e a complexa transição do mundo dos castros para o domínio romano. Deste exercício de análise ressaltarão, de resto, as condições mais efectivas para a abordagem do transepto acima delineado.

No capítulo 4, o objecto do trabalho desloca-se - e aprofunda-se - para as periferias da cidade de *Bracara Augusta*. Não é de todo dispiciendo afirmar que o impacte directo e indirecto desta cidade no seu meio envolvente esteve sempre, como desafio e curiosidade antecipadas, no

horizonte global do trabalho. O desenlace desta intenção foi, no entanto, sucessivamente suspenso ou transformado noutras escalas de abordagem. Com uma dimensão física e urbanística imponente, capital conventual, *Bracara* interpela a vário títulos os investigadores.

O que nos motivou foi perceber como é que o território mais próximo responde à sua instalação e desenvolvimento. Donde o termo plural de periferias querer assinalar os vários circuitos que se modificam ou implantam nas cercanias da cidade. A hipótese de uma eventual organização cadastral do campo mais próximo constituirá um de vários interesses em estudo. Talvez não seja arriscado afirmar que, seguindo uma lição dos anteriores capítulos, é na capacidade de tentar estabelecer as conexões do conjunto dessas periferias que residirá o melhor desfecho do capítulo.

Terminamos, no último capítulo (5), com a detecção dos modelos de povoamento de uma área de montanha atravessada pela via XVIII e da zona de vale e litoral. Ambas as áreas desdobram extensões, em recorte de anfiteatro, de um transepto que cruza a zona anteriormente analisada – a de influência directa de *Bracara Augusta*. Não queremos induzir, deste modo, uma provável divisão territorial do povoamento determinado pelo impacte da cidade, com a experimentação e adequação de modelos alternativos de organização da paisagem humanizada. Quisemos, sim, compreender apenas algumas características diferenciadoras destas áreas, cuja "marginalidade" deve ser colocada em causa.

Não deixaremos de nos interrogar na Conclusão sobre as perspectivas, as limitações e as potencialidades que um trabalho apoiado numa infraestrutura de catalogação e normalização georeferenciada dos dados arqueológicos pode oferecer para a formatação de uma agenda de investigação colectivamente mais entrosada e eficiente.

Arriscaríamos, finalmente, sugerir que as tarefas acimas nomeadas dependem de uma tensão crítica que atravessa todo o trabalho: a vontade de sintetizar num patamar mais integrado e global a informação arqueológica e, ao mesmo tempo, analisar, com outro detalhe, situações específicas de reciclagem das formas de adequação dos homens ao território. As áreas em análise, pela sua movimentada interacção, propiciam de certa forma a condição mínima para que tal possa vir acontecer.

Os volumes II, com o catálogo, e III, com a cartografia produzida, constituirão o complemento orgânico deste ensaio.

CAPÍTULO 1
ÂMBITOS DE ANÁLISE DO POVOAMENTO ROMANO

Introdução

Neste capítulo começaremos por abordar os problemas dominantes que enquadraram durante largas décadas a investigação do povoamento romano no Noroeste peninsular. Não negando o que é fruto de trajectos individuais, frequentemente solitários ou "marginais" ao meio cultural envolvente, pensamos ser útil destacar os registos paradigmáticos que compõem e sedimentaram a recolha, prospecção, escavação e tratamento da informação arqueológica utilizada por nós.

Interessou-nos, particularmente, situar os preconceitos historiográficos que não se cansaram de sublinhar o carácter periférico e superficialmente romanizado da região, face à parte meridional da Península, desde sempre marcada pelos influxos civilizacionais do Mediterrâneo. A este registo teórico, diriamos ideológico, afeiçoa-se um registo geográfico que concebeu o Noroeste como uma entidade homógenea. Ambos os registos teórico e geográfico perfilaram uma tradição de investigação que conduziu a uma sistemática visibilização dos castros como entidades de análise que teve como contraponto uma secundarização sistemática dos vestígios da romanização. Neste contexto, o registo temporal disponível para estabelecer uma cronologia válida para pautar o processo de romanização revela-se necessariamente fragmentário e difuso.

Ainda na alínea 1, procuraremos mostrar as opções geográficas da nossa análise, desde a matriz de referência à definição de um transepto que, cortando a região, nos tornará mais acessível diferentes áreas de exploração dos dados. Julgamos, deste modo, ultrapassar quer a assunção geográfica de um Noroeste homogéneo, quer, em outra medida, a concentração exclusiva numa área mais circunscrita, também ela pretensamente homogénea.

A informação arqueológica utilizada é objecto do alínea 2. Convém, de antemão, sublinhar um dado estruturante: a interpretação das novas formas

de habitat características da ocupação da época romana são difíceis de percepcionar com base no carácter truncado da informação disponível. De facto, pese embora o elevado número de sítios cartografados, poucos são os que foram objecto de escavações que os permitam avaliar com rigor e, mesmo quando o foram, raramente fornecem elementos susceptíveis de uma avaliação segura. Terminamos este ponto com a abordagem das prospecções efectuadas e um levantamento de algumas definições e discussões das nomenclaturas dos sítios arqueológicos romanos.

Na alínea 3, descrevemos a infraestrutura composta pelo sistema de informação geográfica, a qual desencadeou uma série de procedimentos básicos de verificação crítica.

Na última alínea (4), tentaremos fixar a oportunidade e a definição pragmática de quatro conceitos operativos: entidades, relações, limites e escalas.

1. Vectores de análise

1.1. Registos dominantes e problemática

A definição das problemáticas que guiaram este trabalho convida a rastrear os ritmos e paradigmas das investigações arqueológicas realizadas na região de estudo. Com efeito, a heterogeneidade da informação arqueográfica reunida no catálogo de sítios que serviu de base a este trabalho reflecte com nitidez a existência de diferentes critérios e formas de exploração e valorização dos dados.

A contextualização dessas tendências "metodológicas" pode ser esquematizada através dos dois problemas fundamentais que mobilizaram e estruturaram as tradições de pesquisa no Noroeste peninsular: a "cultura castreja" e a romanização.

A problemática relativa à "cultura castreja", no sentido da definição do conceito e sua integração nos estudos histórico-arqueológicos, foi objecto de análise por parte de alguns autores (Martins 1990; González Ruibal 2006-2007) que traçam um quadro da investigação realizada, inserindo-a de forma

crítica e clara na história das pesquisas arqueológicas do Noroeste peninsular.

Os estudos eruditos e "archeologicos" realizados desde finais do século XIX até à primeira metade do século XX no Norte de Portugal foram responsáveis pela identificação e sobrevalorização de um universo cultural indígena, que se descobria nos vestígios e escavações dos numerosos castros da região, o qual foi sintetizado na chamada "cultura dos castros", pela mão de P. Bosch-Gimpera (1921), que a integrou na II Idade do Ferro peninsular e a caracterizou pelo tipo de povoados e planta das habitações.

A figura de Martins Sarmento marcou de forma notável o início das investigações deste universo. Para além de inúmeros trabalhos de inventariação de sítios e recolha de materiais avulsos, a ele se deve o arranque das escavações da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso, em finais do século XIX. Os achados então efectuados, em particular na Citânia de Briteiros, revestiram-se da maior importância, tanto no quadro das pesquisas a nível regional como pelo impacte causado na arqueologia portuguesa (Lemos 1985; Martins 1995; Pimenta 2007).

A morte de Martins Sarmento assinalará uma evidente quebra na investigação dos castros no Norte de Portugal pois, como afirma A. González Ruibal, "desde la muerte de Sarmento y hasta que en los anõs 30 Mario Cardozo entra en escena, se puede decir que se produce una involucíon en la arqueología de la Edad del hierro en el norte de Portugal" (2006-2007: 33). O caso paradigmático da Citânia de Briteiros ilustra, de algum modo, estas observações. Aqui, as escavações só virão a ser retomadas mais de três décadas após a morte daquele investigador.

Na Galiza observa-se igualmente, nas primeiras décadas do século XX, um grande florescimento dos trabalhos arqueológicos realizados nos castros, quer no que concerne à catalogação dos mesmos, quer à sua escavação. Para a consolidação desta estratégia de investigação contribuiram a criação do *Grupo Nós* e do Seminário de Estudos Galegos, nos anos 20 do século passado, marcados pelas figuras de Cabré Aguilló, Frederico Macineira, Bouza Brey e mais tarde Garcia e Bellido (Martins 1990).

Mas a arqueologia dos castros no Noroeste peninsular será sobretudo dominada pelos trabalhos de F. Lopez Cuevillas que dinamizou a agenda das

investigações, entre os anos 20 e 60 do século XX, produzindo um extenso rol de trabalhos monográficos e de síntese sobre a "Cultura Castreja". De facto, foi aquele investigador que sistematizou sucessivamente o âmbito geográfico de dispersão dos castros (Lopez Cuevillas 1933), a arquitectura e habitação (Lopez Cuevillas1947) e vários aspectos da cultura material, como as armas (Lopez Cuevillas 1946-1947), a cerâmica (Lopez Cuevillas1953; 1958), ou a escultura (Lopez Cuevillas 1951), entre outros.

Em Portugal, pode considerar-se que se entra numa nova fase da investigação dos castros nas décadas que se seguem aos anos 30 do século passado, dominada pelos trabalhos de Mário Cardozo, que assumem um carácter mais ou menos sistematizador da cultura material e artefactual (Cardoso 1929; 1932; 1934; 1937; 1938; 1942; 1944; 1946a; 1946b; 1952; 1959; 1962; 1965; 1966). Menos generalistas foram os trabalhos de Félix Alves Pereira (1933; 1938-1941), que divulgou boa parte dos materiais de Briteiros, ou os de Abel Viana (1926; 1930), centrados nas tentativas de inventário e catalogação dos castros, perspectiva também presente nos escritos de Carlos Teixeira (1936) para a região de Braga, nos de Irisalva Moita (1962; 1971), endereçados ao conjunto do Norte de Portugal, ou ainda nos de Francisco Manuel Alves (1934-38) para Trás-os-Montes.

A notável acumulação de dados resultantes de inventários e de escavações, realizadas sem quaisquer preocupações estratigráficas, no período que medeia entre os anos 20 e 50 da centúria de novecentos, ajudará a precisar as características dos castros, do ponto de vista da arquitectura militar e doméstica, da produção metalúrgica, da olaria, ou do trabalho da ourivesaria, para além de ter permitido definir o quadro geográfico de manifestação deste tipo de habitat.

No entanto, com raríssimas excepções[1], os estudos produzidos são tematicamente segmentados, valorizando a comparação de alguns dados entre diferentes sítios, escavados de forma deficiente, redundando num anacronismo sistemático. O desconhecimento dos contextos estratigráficos

[1] Onde, de resto, se pode visionar uma perspectiva crítica, como, por exemplo, a assumida por Rui de Serpa Pinto a propósito dos resultados das escavações de Terroso, com projecção para o conjunto dos castros da área portuguesa (Pinto 1932).

dos artefactos acarretou a desvalorização sistemática da cronologia de evolução destes habitats, gerando, a prazo, uma herança problemática.

As preocupações dominantes de demonstrar a homogeneidade da cultura material e de delimitar a área geográfica do fenómeno castrejo, claramente diferenciada de outras regiões peninsulares, bem ao gosto da matriz de pensamento histórico-culturalista dominante, traduziram uma comparação simplista das características destes povoados, minimizadora das suas diferenças. Valorizava-se o "espaço" como contexto e escamoteava-se o tempo, na ausência, involuntária ou não, de dados cronológicos precisos.

Uma das consequências directas desta tendência acabou por se efectivar com a integração na "cultura castreja" de indicadores artefactuais que nada tinham a ver com a cronologia proposta para a mesma, quer por P. Bosch-Gimpera, quer por Santa Ollala, que a filiaram claramente na II Idade do Ferro. Assim, generalizou-se uma tendência de considerar como "castrejo" tudo o que se encontrava nos castros, independentemente de qualquer necessária valorização cronológica.

Pese embora o anacronismo da "cultura castreja", resultante da ausência de escavações estratigráficas e do deficiente conhecimento dos materiais arqueológicos da Idade do Bronze, mas também romanos e medievais, aquela viria a consolidar - na esteira de Martins Sarmento, de Garcia Bellido e de F. Lopez Cuevillas e devido ao grande impulso dado ao reconhecimento e divulgação de novos povoados, até aos anos 70 do século XX - a imagem do Noroeste peninsular como uma região cujo passado fora, decididamente, senão exclusivamente, marcado por *uma* civilização castreja.

Adoptada pelos investigadores, a "cultura castreja" passou a nortear a identificação e o estudo dos numerosos castros, rastreados numa vasta região conceptualizada como culturalmente convergente, os quais passaram a ser escavados tendo em vista precisar a uniformidade do quadro daquela área cultural e balizar a cronologia (Martins 1990). As questões relativas à sua origem e ao seu *terminus* constituiram problemáticas centrais dos estudos realizados, ao mesmo tempo que se procurava identificar os seus elementos tipo, desde a habitação, à cerâmica, ourivesaria, estatuária, assumidos como seus fósseis directores.

A identificação de novos castros e de novos elementos da cultura material, bem como a sua explicação com recurso a abundantes paralelos, pautaram o ritmo das investigações realizadas entre finais do século XIX e os anos 70 do século XX, trajectória que se insere claramente no paradigma de investigação dominante, isto é, pelo histórico-culturalismo característico da arqueologia da primeira metade do século XX.

Esta fase de investigações foi dominada pela escavação de numerosos castros, recolha de objectos, constituição de núcleos museológicos e divulgação dos resultados através de conferências e revistas de especialidade, quer em Portugal, quer na Galiza.

Apesar de todas as vicissitudes sofridas pela investigação arqueológica nacional, o Norte de Portugal, tal como viria a acontecer com a Galiza, surge definitivamente configurado como uma terra de castros, onde a romanização parecia sistematicamente ausente.

Ausente dos objectivos da investigação, selados ideologicamente pela emulação do regionalismo e respectivos processos identitários.

Ausente também nos vestígios não identificados ou desvalorizados pelos estudiosos que legitimavam um discurso indigenista de resistência ao invasor romano, pese embora algumas tentativas bem precoces de interpretar a evolução do território entre os finais da Idade do Ferro e a época medieval, devidas, na área portuguesa, a Alberto Sampaio (1899-1903)[2].

A desvalorização sistemática da romanização do Noroeste, mas muito particularmente do Norte de Portugal, condenou a investigação dos vestígios romanos a notícias tópicas de achados e estações, quase sempre descobertas pela sua própria destruição, ao estudo da viação, da mineração e aos fenómenos de aculturação dos castros.

A bibliografia produzida até aos anos 70 do século XX, embora prolixa, revela, assim, o carácter temático e fragmentário dos estudos realizados. Estudos esses que, apesar de tudo, exploram diferentes tipos de fontes.

---

[2] Devemos a este investigador um primeiro e lúcido esforço de sistematização de uma realidade histórica de povoamento, na longa duração, que só viria a ser arqueologicamente demonstrada muitas décadas mais tarde (Martins 1995).

A conquista e organização do território do Noroeste Peninsular usou, sobretudo, as fontes literárias e a epigrafia (Shülten 1943; Torres Rodríguez 1948; 1951-52; 1976; Syme 1970; Forni 1970, Diego Santos 1975; Roldán Hervás 1974; 1976; Alarcão 1973; Jones 1972; Wiegels 1978; Rodríguez Colmenero 1979), tendo a transformação social do mundo indígena sido valorizada basicamente a partir da epigrafia (Vigil 1963; Taboada Chivite 1968, Caro Baroja 1970; Albertos Firmat 1975; 1977; Santos Yanguas 1977).

Já a rede viária romana beneficiou da identificação de numerosos miliários, que permitiram ir sugerindo o traçado dos itinerários principais que cruzaram o Noroeste da Hispânia (Capela 1895; Taboada Chivite 1946; Barradas 1956; Estefania Alvarez 1960; Rodriguez 1970; Martinez Tamuje 1975; Caamaño Gesto 1977-1978; Almeida 1979; Santos 1979).

A temática da mineração foi abordada por investigadores estrangeiros, especialmente a partir dos anos 70 (Domergue 1970a; 1970b; Allan 1970; Jones 1972; Domergue e Sillières 1977), tendo a circulação monetária conhecido um interesse particular, igualmente a partir daquela década, quer na área portuguesa, quer na Galiza (Villaronga 1970; Acuña Castroviejo e Cavada Nieto 1971; Cavada Nieto 1972; Centeno.1976-1977; 1977; 1978; 1987; Pereira *et alii* 1974).

Vários estudos referentes à Hispânia abordam a temática da religião do Noroeste, tendo valorizado a epigrafia votiva e as fontes literárias (Étienne 1958; Blázquez Martinez 1957; 1962; 1970; Encarnação 1970; 1975; Albertos Firmat 1974; Pastor Muñoz 1974; 1976; Taboada Chivite 1976).

O carácter temático das investigações relativas à romanização deixou de fora a necessária valorização dos sítios de tipologia romana, da sua cronologia e da sua distribuição espacial. Estes aspectos podiam ter conduzido a uma leitura da rede do povoamento romano, por contraponto ao povoamento de matriz indígena. Só que tal valorização exigiria um conhecimento de sítios e achados que apenas apareciam sumariamente divulgados na bibliografia. Não sendo possível uma adequada datação, percebe-se, também, a força legitimadora de considerações generalistas relativas a uma incipiente romanização do território. Incipiência, claro está, vinculada ou decorrente de uma larga persistência das formas de

organização indígenas, visível na sobrevivência do habitat castrejo em plena época romana (Cardoso 1966; Vigil 1973; Blázquez Martinez 1977).

Quais, neste âmbito, os indicadores considerados de baixa romanidade? O elenco é este: a ausência dos edifícios característicos do mundo urbano, a reduzida utilização de mão-de-obra escrava, a ausência de produção artesanal ou de actividade económica mercantil sustentada pela moeda, apenas presente no meio urbano.

Na prática a presença romana apenas parecia visibilizada pela rede viária e pela exploração económica do território, reduzida praticamente à mineração intensiva do ouro.

O próprio conhecimento das cidades de fundação augústea no Noroeste peninsular foi muito restrito até à década de 70 do século passado, desconhecendo-se quase tudo sobre as características do seu urbanismo devido à ausência de escavações (Fabre 1970; Pastor Muñoz 1976; Gorges 1979), as quais só passaram a ser um facto no âmbito do desenvolvimento de projectos de Arqueologia Urbana que arrancam em Braga, em 1976, e em Lugo e Astorga nos anos 80 do século XX.

O corolário, não a fatalidade, deste estado de coisas, resume-se na seguinte asserção: o desconhecimento do mundo urbano e do mundo rural criou a convicção de que o Noroeste peninsular, e o Norte de Portugal em concreto, teria tido uma fraca romanização devido à sua *localização marginal*.

A ausência de objectos artísticos tipicamente "clássicos", de construções de tipologia romana, de cidades monumentais, pelo menos na aparência, pareciam dar razão aos que, mais ou menos explicitamente, defendiam que a História, a norte do Douro, não passava obrigatoriamente pelo conhecimento do mundo romano. A "civilização do granito" não se coadunava com a presença de estátuas de mármore e condizia melhor com o mundo dos castros, ou com o dos castelos e das igrejas, que expressavam a construção da nação portuguesa. Nada se parecia, pois, com a delicadeza e elegância dos protótipos culturais de origem romana presentes na Bética e na Lusitânia (Alarcão 1973; Blázquez Martinez 1977).

A visibilidade dos castros, confrontada com a invisibilidade da presença romana, fornecia o esteio para os preconceitos de investigação que

percepcionavam o Noroeste como terra periférica, marginal, uma verdadeira finisterra, tardiamente pacificada e deficientemente aculturada.

Só muito lentamente o cenário referido começou a mudar, graças às investigações realizadas a partir dos finais dos anos 70 do século passado, as quais se orientaram quer para o estudo das cidades quer para uma intensificação dos trabalhos de inventariação e de escavação de castros. Introduziram-se novas metodologias, tanto de análise estratigráfica, que facilitaram a datação e o reconhecimento da longa ocupação daqueles habitats, como de análise espacial, que permitiram a compreensão da sua variabilidade e distribuição. Simultaneamente elaboram-se os primeiros trabalhos de síntese sobre a "cultura castreja", incidentes, quer em contextos amplos (Silva 1986; Höck 1986; Calo Lourido1993), quer em unidades geomorfológicas bem definidas (Soeiro 1984; Carballo Arceo 1986; Martins 1990; Almeida 1990; 1996; Dinis 1993; Maciel 1997).

A redefinição de estratégias de investigação, suportadas por novas metodologias de trabalho e pelas primeiras datações radiométricas obtidas para os castros, veio alterar sobremaneira o panorama dos conhecimentos da região a partir da década de 80. Vários impulsos foram decisivos na mudança das perspectivas de pesquisa.

Um fenómeno particularmente curioso foi o da própria mudança operada no estudo do "mundo castrejo". Como assinala González Ruibal, a partir da década de 70 os romanos estão omnipresentes em toda a literatura arqueológica sobre os castros, tanto na Galiza como em Portugal. Usando as palavras daquele autor, esta "visão romanocêntrica da cultura castreña" desloca o acento tónico para as influências romanas: as cronologias são adaptadas a esse facto tal como os principais itens da "originalidade castreja" tendem a ser datados e explicados por esse novo quadro hegemónico (González Ruibal 2006-2007).

Se a substituição de um imaginário por outro trouxe para o palco do Noroeste o mundo romano, o facto é que, por si só, ela não mudou substancialmente o conhecimento relativo à presença romana na região. O primeiro efeito ocorreu, antes, na reavaliação dos materiais pretensamente romanos. O afinamento da cronologia de ocupação dos castros acabaria por demonstrar como indígenas muitos dos itens que haviam passado a ser

considerados de influência romana. Entre outros, poderíamos referir o fenómeno da proto-urbanização dos castros ou a presença de itens exóticos, desde as ânforas a adereços aparecidos em contextos claramente pré-romanos (Silva 1986; Martins 1990; 1991).

Nos anos 80 do século passado, num quadro de convergência de duas linhas de investigação totalmente diferentes, ambas iniciadas na década anterior, o estudo da romanização descola decisivamente do lastro tradicional de posições que temos vindo a analisar.

Uma das linhas de investigação articula-se com a revalorização da epigrafia associada ao povoamento e aos processos de aculturação do mundo indígena, temática que esteve na origem dos trabalhos de Alain Tranoy e de Patrick Le Roux (Le Roux e Tranoy 1973; 1974; 1975; 1982; 1984; Le Roux 1974; 1975; Tranoy 1977; 1980; 1981). Em particular cabe assinalar neste contexto a notável obra de síntese de Alain Tranoy, publicada em 1981, sobre o Noroeste peninsular. Ao utilizar um vasto conjunto de dados relativos à área dos três conventos, Tranoy procede a uma leitura integrada do quadro da ocupação romana da região.

Os resultados obtidos pelos dois autores franceses referidos lançaram as bases para uma reflexão sobre a ocupação romana do Noroeste hispânico descentrada do mundo dos castros. Merecem também destaque os trabalhos de Iglesias Gil (1976), de Albertos Firmat (1977), de Arias Vilas *et alii* (1979) e de G. Pereira Menault (1982; 1983), que contribuiram para a melhor compreensão do processo de transformação da sociedade indígena.

A outra linha de investigação importante, que alterou sobremaneira a visão tradicional de uma romanização incipiente do quadrante noroeste da Hispânia romana, associa-se aos estudos do mundo urbano. Falamos, obviamente, das escavações sistemáticas que passaram a ser realizadas nas cidades, graças aos avanços da Arqueologia Urbana.

Os trabalhos realizados na cidade de Braga, desde 1976, permitiram demonstrar a existência de um traçado urbano hipodâmico, desde a sua fundação (Martins e Delgado 1989-90a; 1999), o qual foi igualmente reconhecido em Lugo (Gonzalez Fernandez e Carreño Gascón 1998; Rodríguez Colmenero *et alii* 1995; Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón 1999) e em Astorga (Garcia Marcos e Vidal Encinas 1990; 1995; 1996).

As escavações sistemáticas realizadas nas três capitais conventais romanas revelaram, nas últimas décadas, a presença de equipamentos urbanos em tudo semelhantes aos que podem ser encontrados em qualquer cidade romana. De destacar os complexos forais, conhecidos em Lugo e Astorga, as termas públicas presentes nas três cidades, os equipamentos de espectáculos, sendo certo que *Bracara Augusta* possuía um teatro, recentemente descoberto e em fase de estudo (Martins, Ribeiro e Magalhães 2006), e um anfiteatro (Morais 2001).

Lentamente, a Arqueologia Urbana revolucionou as concepções tradicionais relativas à existência de um urbanismo incipiente, sinal de uma romanização pouco consolidada.

Várias cidades, incluindo as secundárias, viram confirmados os seus traçados urbanos ortogonais e os seus equipamentos de grande qualidade, como aconteceu em Gijón (Fernández Ochoa *et alii* 1996; Fernández Ochoa 2003), *Aquae Flaviae* (Rodríguez Colmenero e Alcorta Irastoza 1998), *Tongobriga* (Dias 1997), León (Vidal Encinas 1986), *Tude* (Pérez Losada e Acuña Piñeiro 1998) ou *Iria Flavia* (Perez Losada 1998; 2002: 87-109).

O estudo das cidades acabaria por conduzir ao desenvolvimento de trabalhos de investigação relacionados com as relações entre o mundo urbano e o mundo rural. Esta encruzilhada, como é bom de ver, é altamente sensível no que diz respeito às expectativas e às condições do presente trabalho.

A realização de prospecções e de escavações alargou o conhecimento dos sítios de tipologia romana e desencadeou uma reavaliação dos dados disponíveis (Tranoy 1981; 1982; 1983; Fernández Ochoa 1982; 1983; 1983-84; Martins 1995; 1996; Amaral 1999; Dias 1997).

Neste contexto, merece referência a obra de Jorge de Alarcão (1988) que sistematizou, a partir da bibliografia disponível, as informações sobre as estações romanas no território actualmente português, fornecendo um importante contributo no sentido da mudança de perspectivas de investigação, ao compilar os dados dispersos e, ao mesmo tempo, tornar patente a urgente necessidade de estudos regionais mais sistemáticos.

Num balanço sumário, é possível observar que a acumulação de informações disponíveis sobre o povoamento da época romana no Noroeste

peninsular propiciou condições para uma maior convergência dos resultados das investigações. Retenha-se, porém, que a tendência convergente é, a vários títulos, mais um desígnio virtual do que uma realidade efectiva alicerçada em programas de investigação colectivos e comparativos. Donde, o risco de uma maior complexidade no momento de ajustar, do ponto de vista de uma arqueologia da paisagem e do povoamento, linhas de intersecção e de síntese de um material com uma sustentação metodológica diversificada.

Desde logo, cabe realçar a importância assumida pela prospecção, ainda que realizada de forma assistemática, desenvolvida a partir dos anos 70/80. O território começou a ser arqueologicamente melhor conhecido.

Enumeremos três das direcções exploradas. Em primeiro lugar, registou-se uma identificação crescente de sítios de fundação romana, designadamente de *villae*, algo que podemos associar ao desenvolvimento económico e à sua acção destrutiva, pois, na maior parte dos casos, estes importantes estabelecimentos têm sido reconhecidos em circunstâncias que conduzem quase sempre à sua destruição, tendo merecido, na sua generalidade, intervenções arqueológicas meramente pontuais. Em segundo lugar, o melhor conhecimento dos castros, gizado a partir de problemáticas de estudo do povoamento em áreas bem definidas, como é o caso das bacias hidrográficas, fez-se a partir de escavações que afinaram a sua cronologia, facto que questionou a ideia da sua generalizada perduração em época romana. Por último, os estudos de povoamento correlacionaram a ocupação dos castros com outras formas de habitat, de clara tipologia romana, aumentando os indicadores da presença romana na região e redefinindo a agenda da investigação, que passou a pautar-se pela análise dos processos de mudança do povoamento, na longa duração, onde o habitat castrejo passou a ocupar o seu devido lugar.

O abandono de abordagens de larga escala e a opção por estudos de carácter regional, concebidos numa perspectiva de valorização da evolução do povoamento proto-histórico e romano, balizados por limites geográficos coerentes, representa a tendência metodológica mais importante para visibilizar o oculto universo da romanização.

Neste âmbito, foram importantes os trabalhos realizados sobre a região entre Sousa e Tâmega (Soeiro 1984), sobre o curso médio do rio Cávado

(Martins 1990; 1995), sobre o vale do rio Lima (Almeida 1990), sobre o vale do rio Ave (Dinis 1993), sobre o vale do rio Coura (Silva 1994), sobre o litoral minhoto (Almeida 1996), sobre o vale do Neiva (Maciel 1997), sobre Trás-os Montes oriental (Lemos 1993) ou sobre a região de Chaves (Teixeira 1996).

Os progressos das novas frentes de investigação permitem hoje valorizar a ocupação romana do território do Noroeste ao mesmo nível da ocupação precedente e inseri-las numa perspectiva diacrónica e espacial. Só assim foi possível analisar os processos de mudança cultural que se escondem sob o conceito de romanização (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999; Orejas Saco del Valle 1996; 2005; Ruiz del Arbol 2001; Martins *et alii* 2005; Arias Vilas e Villa Valdés 2005).

Recapitulemos alguns dos vectores essenciais desse processo.

À escala do Noroeste hispânico, a investigação efectuada nas últimas três décadas revelou um quadro diferenciado de padrões do povoamento pré-romano, o que parece ter condicionado a diversidade e a cronologia diferenciada que podem identificar-se no processo de romanização dos territórios dos três conventos (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999; Sastre Prats 2001; Martins *et alii* 2005; Arias Vilas e Villa Valdés 2004; Orejas Saco del Valle 2004).

Por sua vez, a Arqueologia Urbana demonstrou que as cidades fundadas por Augusto, pese embora a sua origem diferente, tinham um traçado hipodâmico de raiz fundacional, configurando-se segundo os modelos característicos de quaisquer outras cidades do mundo romano, com edifícios públicos, como termas e edifícios de espectáculos, vestígios de templos, bairros residenciais, uma estrutura viária hierarquizada, redes de saneamento e abastecimento de água, para além de outros equipamentos ligados à produção e ao comércio (Martins 2004; 2005; 2006; Garcia Marcos e Vidal Encinas 1998; Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002; Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón 1999).

No âmbito da arqueologia do território, intensificaram-se os projectos sobre a rede viária romana (Lemos 2000; 2002c; Caamaño Gesto 1995-96; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004), identificaram-se aglomerados urbanos secundários, *vici*, *mansiones* e *mutationes* (Dias 1997; Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999; Pérez Losada 2002), realizaram-se escavações em

villae (Pérez Losada 1995; Pérez Losada 2000; Fernández Ochoa e Gil Sendino 2004), reconheceram-se zonas mineiras e povoados associados (Lemos 1993; 2005; Lemos e Morais 2004; Sánchez Palencia *et alii* 1990; Sánchez Palencia e Fernández Posse 1993; Sánchez Palencia 2000) e desenvolveram-se os primeiros trabalhos sobre a morfologia das paisagens romanizadas (Orejas Saco del Valle 1996; 2001; Ruiz del Árbol 2001).

Todavia, apesar dos significativos avanços no conhecimento do processo de romanização do Noroeste peninsular, muito existe ainda por fazer em termos de investigação, não tendo sido completamente superado o preconceito relativo à marginalidade desta região da Hispânia face aos territórios do Sul da Península ou a outras zonas mediterrânicas do mundo romano.

Tão pouco julgamos encontrar-se devidamente assimilada a diversidade assumida pelo processo no vasto contexto territorial que se denomina por Noroeste hispânico. Na verdade, a valorização dos dados disponíveis, ainda fragmentários e reportáveis às regiões melhor investigadas, revelam variações consideráveis na transformação e evolução social e cultural deste vasto espaço que não podem ser escamoteadas e que tornam difíceis as abordagens de conjunto.

Depois, parece óbvio que é necessário "revisitar" o próprio conceito de romanização, que não pode ser entendido como sinónimo de substituição das estruturas sociais, económicas e culturais indígenas por outras de matriz romana (Reece 1997; Barret 1997; Mattingly 1997). A romanização não foi um processo nem estático, nem unilateral, mas sim dinâmico, multidirecional e profundamente interactivo, designadamente no que concerne à imposição de modelos de organização romanos e ao modo como as comunidades indígenas apreenderam, aproveitaram e responderam a esses modelos num tempo que teve diferentes ritmos, consoante a natureza dos agentes envolvidos.

A natureza dos dados disponíveis relativos ao domínio romano do Noroeste, porque são fragmentários, maioritariamente descritivos, deixando de fora largas franjas de territórios sem investigação, dificulta uma necessária superação quer dos velhos preconceitos indigenistas, quer das tendências para tentar conferir homogeneidade a uma região que prima pela diversidade

na sua morfologia contrastante, na ocupação pré-romana e, naturalmente, também, na sua adaptação ao domínio romano imposto por Augusto.

1.2. Matriz de referência, transepto e enquadramentos

A abordagem do povoamento romano, objecto deste trabalho, foi realizada em dois âmbitos geográficos perfeitamente diferenciados em termos de escala de análise.

O âmbito mais vasto é constituído pelo território correspondente à actual região portuguesa do Entre-Douro-e-Minho, dentro do qual procurámos avaliar o impacte decorrente da integração da região no Império romano, bem como os processos operados na transformação do povoamento e da paisagem, pela criação de uma capital política como *Bracara Augusta*, pela implantação da rede de itinerários principais, fundamental ao controle do território e à sua articulação com as restantes regiões e províncias do mundo romano (Mapa 1, Vol. III).

Este âmbito de análise permitiu-nos igualmente avaliar o processo de disseminação das novas formas de habitat caracteristicamente romanas, como sejam os *vici*, as *villae*, mas também as *mansiones* e *mutationes* associadas à rede viária.

Foi igualmente neste amplo âmbito que procurámos entender o abandono e as persistências dos povoados de origem pré-romana, articulando os que sobreviveram com os novos aglomerados e estabelecimentos romanos que se instalaram na região. Tentámos verificar eventuais fenómenos de transferência de populações no quadro do processo de alteração do povoamento e da paisagem.

As problemáticas de análise colocadas nesta ampla escala de trabalho não permitem equacionar eficazmente todos os objectivos que nos propusemos, relativos às características do povoamento romano, razão pela qual sempre pensámos proceder a uma análise mais detalhada de áreas mais pequenas dentro desta vasta região. Entenda-se: só o cruzamento e diversificação de escalas garante com o mínimo de eficácia o ajustamento e a descoberta de vários níveis de análise e de síntese sobre o território.

Nesse sentido, seleccionámos áreas que potenciaram uma análise de escalas mais finas, facto que nos permitiu jogar com outras problemáticas e horizontes de observação. A selecção teve em conta os seguintes critérios: a estabilidade e quantidade de informação disponível; o recorte da região que se configura em "anfiteatro" desde a montanha ao litoral e, finalmente, o diferenciado impacte de *Bracara Augusta* sobre o território. Esta opção teve igualmente em conta razões de natureza sócio-política e económica que actuaram, forçosamente, sobre a transformação e modelação da paisagem que se organizou sob domínio romano.

Definiram-se, assim, três subunidades regionais, que nos pareceram passíveis de uma observação detalhada e de poderem exprimir diferentes ângulos de organização: a matriz de referência do Entre-Douro-e-Minho é aqui movimentada e deslocada no sentido de um transepto de análise.

A primeira subunidade é, naturalmente, constituída por *Bracara Augusta* e o seu território envolvente, área inserida numa plataforma de cerca de 200 metros de altitude, enquadrada pelo amplo vale do rio Cávado, a norte, e por alguns relevos significativos que a contornam a sul, leste e oeste. Com cerca de 19,5 Km N/S, por 23 km E/O, abrange a totalidade do actual concelho de Braga e parte dos actuais concelhos de Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos[3]. Esta área entronca, a poente, com a região de vale e litoral e, a nascente, com uma região montanhosa de vales apertados. As “franjas” territoriais desta subunidade interligam-na com as outras subunidades seleccionadas

A segunda subunidade escolhida é constituída por uma região de montanha, cruzada pela Via XVIII ou Via Nova, marcada pelo vale do rio Homem até ao seu entroncamento com o rio Cávado.

Finalmente, a terceira subunidade está representada por uma paisagem medianamente acidentada, com ampla orla litoral e vales abertos que atravessa a região ente o Baixo Cávado e o Ave e que corresponde, administrativamente falando, aos concelhos de Barcelos, Esposende e parte do concelho de Póvoa de Varzim. Exceptuando pequenas áreas que atingem

3 Esta superfície corresponde às seguintes folhas da CMP de Portugal, escala 1: 25. 000: f. 56, 70 e parte das f. 55, 69, 83, 84, 85, 71 e 57.

altitudes de cerca de 500 metros, esta subunidade é demarcada pela curva de nível dos 200 metros de altitude.

2. Assimetria dos dados e opções

Num primeiro momento, procurámos valorizar o conjunto das informações disponíveis para o Entre-Douro e Minho, circunstância que nos levou a manipular um extenso acervo de informações, maioritariamente bibliográficas, contidas em catálogos e cartas arqueológicos, realizados por autores diversos que têm procedido a estudos regionais neste território. O suporte para a interpretação de tão vasta informação foi-nos fornecido pela valorização geomorfológica e topográfica, facto que permitiu gerar uma cartografia interpretada, cuja análise começará a ser realizada a partir do capítulo 3 deste trabalho.

Esta escala de trabalho procurou avaliar as potencialidades fornecidas pelas numerosas, mas também fragmentárias, informações disponíveis para a região do Entre-Douro e Minho, permitindo-nos obter uma necessária visão de conjunto.

As três sub-unidades do transepto de análise entretanto criado, abordadas detalhadamente nos capítulos 4 e 5, utilizaram informações de natureza diferenciada, quer secundárias, quer primárias. Nas primeiras incluímos, naturalmente, os resultados de inventários já realizados por diferentes investigadores e já publicados. Nas segundas incluímos os trabalhos de prospecção por nós realizados, tendo sido igualmente fundamental a permanente manipulação da cartografia, bem como da fotografia aérea disponíveis.

Nesta alínea 2, abordaremos as características sumárias das fontes de informação disponíveis (com incidência para os catálogos e inventários), a ponderação crítica da natureza não normalizada dos dados recolhidos, a tipologia e a orientação das prospecções efectuadas e, por último, a discussão sobre critérios tipológicos dos sítios arqueológicos romanos Chamamos a atenção que alguns aspectos técnicos e conceptuais serão complementarmente abordados nas alíneas 3 e 4 deste capítulo. Importa também referir que, por opção, fizemos aqui economia da informação

cartográfica utilizada, remetendo a sua explicitação para os apartados em que ela é, de facto, aproveitada e estudada.

2.1. A informação disponível

São numerosos os catálogos e inventários realizados nos âmbito de cartas arqueológicas, produzidos sobretudo a partir da década de 80 do século passado, para o Entre-Douro-e-Minho.

Os catálogos encontram-se normalmente inseridos em trabalhos que analisaram o povoamento de regiões mais ou menos homogéneas, organizando-se maioritariamente por bacias hidrográficas, consideradas como unidades geomorfológicas válidas em termos de análise, seguindo o modelo adoptado por Manuela Martins para o vale do Cávado nos anos 80 (Martins 1990).

Na sua grande maioria estes catálogos integram os resultados de prospecções e de escavações realizadas por diferentes investigadores no âmbito das suas teses de mestrado ou de doutoramento, incidentes tanto sobre o povoamento pré-romano, como romano e, nalguns casos, sobre ambos, numa tentativa de avaliação do povoamento na longa duração[4].

Trata-se de trabalhos de âmbito regional, que cruzam muitas vezes partes ou a totalidade dos territórios de vários concelhos, que oferecem uma leitura diacrónica da utilização do espaço pelas comunidades, quer em termos de povoamento, quer de uso da paisagem.

No geral, estes trabalhos fornecem numerosas informações, muitas das quais inéditas, mas de carácter heterogéneo e desigual, pois os critérios adoptados pelos diferentes autores para a descrição dos vestígios estão longe de ser uniformes, sobretudo no que respeita à caracterização de eventuais sítios romanos.

[4] A (re)edição e a actualização de alguns destes trabalhos constitui, por isso mesmo, um factor a ter em conta quando se trata de fixar os vestígios a catalogar, até porque os autores alteram as suas interpretações. Apresentada publicamente em finais de Julho de 2008, tivemos, por exemplo, ainda oportunidade de compulsar a reedição da obra de Armando Coelho Ferreira da Silva, sobre a cultura castreja no Noroeste de Portugal, com data de 2007, mas com a introdução e a bibliografia datáveis de 2004.

Entre os trabalhos produzidos nesta lógica de estudos de povoamento, incidentes em unidades geomorfológicas bem definidas, podemos referir os realizados por Teresa Soeiro (1984) para o território entre os rios Sousa e Tâmega, por Manuela Martins (1990) para a região do médio Cávado, o de Carlos Alberto Brochado de Almeida (1990) para o vale do Lima e região litoral, o de António Pereira Dinis (1993) para o vale do Ave, o de Maria de Fátima Martins Silva (1994) para o vale do rio Coura, o de Tarcísio Maciel (1997) para o vale do Neiva, ou de António Lopes (2003) para a foz do rio Minho.

Existem ainda outros catálogos inseridos em obras que abordam territórios de cidades, como acontece com Tongobriga (Dias 1997), ou concelhos, como o realizado por Maia Marques (1984) para Monção.

Entre os trabalhos que abarcam unidades territoriais mais vastas, que incluem também catálogos, normalmente com numerosos sítios identificados através de prospecções, merece referência aquele que foi desenvolvido por Carlos Alberto Brochado de Almeida, no âmbito da sua tese de doutoramento, relativa ao povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho (1996). Na mesma perspectiva se pode inserir a obra de Armando Coelho Ferreira da Silva (1986), com um vasto, embora pouco desenvolvido, catálogo de castros do Entre-Douro e Minho, ou ainda o catálogo de Jorge de Alarcão (1988), inserido na sua obra *Roman Portugal*, que integra numerosos vestígios romanos referenciados para a mesma região.

Para a realização deste trabalho foram ainda compulsados inventários de sítios arqueológicos, realizados no âmbito de cartas arqueológicas, destacando-se, neste particular, aquela que foi realizada para o concelho de Braga por Luís Fontes (1993) e a do concelho de Vieira do Minho (Fontes e Roriz 2007). Inventários menos extensos, embora igualmente úteis para a caracterização do povoamento, são os que foram produzidos para o concelho de Vila Verde (Regalo 1986) e Póvoa de Lanhoso (Regalo e Brito 1991).

Para além destes catálogos e inventários, foram igualmente utilizados neste trabalho os levantamentos arqueológicos constantes do arquivo da Unidade de Arqueologia, designadamente os que foram realizados por esta instituição sobre diferentes concelhos, tendo servido de orientação para a realização das prospecções que efectuámos no distrito de Braga.

2.2. Variabilidade da informação

O levantamento da informação disponível, mediado parcialmente pelos catálogos e cartas arqueológicas produzidos no âmbito dos trabalhos acima referidos, acarretou a consulta de toda a bibliografia arqueológica sobre sítios classificados como romanos, bem como indicativa de vestígios susceptíveis de indicarem a presença romana na região, designadamente, inscrições, moedas, elementos arquitectónicos variados, ou miliários. Cedo percebemos que era inevitável inventariar, também, todos os povoados pré-romanos, pois débil e truncada seria, como já reiterámos, qualquer análise sobre a história da ocupação romana sem uma avaliação sólida do quadro de povoamento que a antecede.

O conjunto de referências recolhido assemelhava-se a uma mancha imensa e caótica de "coisas" que se vêem ou foram vistas.

A ocorrência de diferentes estratos de informação, com proveniências, metodologias e horizontes de referenciação muitos distintos, desfez o que, pelo menos aparentemente, podia ser tido como uma plataforma fiável de caracterização e catalogação dos dados, se nos ativessemos apenas à bibliografia que foi produzida academicamente, e que está citada na alínea 2.1. Só que, como atrás já sugerimos, a ideia desta plataforma, isto é, de um ajustamento natural e convergente de resultados academicamente controlados, é, também ela, materialmente complexa e dissonante.

Antes de mais a documentação bibliográfica disponível fornece uma informação dispersa, truncada, heterogénea e raramente interpretada. Esta situação decorre em grande medida da diferenciada formação e especialidade dos autores mas, também, dos diferentes critérios que os mesmos utilizaram para fornecer os dados ou classificar os achados. Enquanto alguns registos assinalam apenas uma mancha de *tegulae* como correspondendo a um sítio, outros especificam os tipos de cerâmica encontrados ou outros vestígios que permitem caracterizar, ainda que sumariamente, os locais inventariados.

Para além disso, os trabalhos monográficos ou de síntese que tivemos necessidade de compulsar utilizam diferentes sistemas de anotação das coordenadas dos sítios ou, simplesmente, omitem essa informação.

Os problemas com que nos defrontámos são comuns a todos os investigadores que tiveram que manipular informação secundária, no caso bibliográfica, para a realização de estudos de povoamento.

De facto, estas fontes caracterizam-se por um inevitável desequilíbrio em termos da descrição e localização dos achados. Acresce que no efeito acumulado das mesmas fontes há um desigual tratamento dos diferentes espaços e cronologias, cuja consequência maior é cristalizar cenários artificiais de evidências e ausências, rapidamente transformados em tendências de ocupação.

Se áreas existem onde poderemos considerar que houve um trabalho mais ou menos intensivo de prospecções e escavações, muitas outras acusam um notável "vazio de informação", resultante, claramente, de um menor investimento em termos de investigação e de publicação. Uma simples cartografia dos sítios, baseada neste tipo de fontes, deixa transparecer com toda a clareza densidades e vazios que nada têm a ver com a realidade da ocupação, podendo, todavia, oferecer-se a quem a consulta, sem prévias advertências, como uma evidência do processo de povoamento de uma qualquer região. Verdadeiramente, tais cartografias apenas transmitem a "evidência" do carácter pouco sistemático e aleatório da investigação.

Tendo em conta as considerações esboçadas, fomos obrigados, em muitos casos, a ignorar "vestígios" ou a "abater" referências a sítios sugeridos pela bibliografia consultada. A natureza das descrições não permitia a sua validação funcional ou cronológica, mas, também, porque em muitos casos foi impossível cartografar os sítios que constam dos numerosos inventários e catálogos disponíveis para a região por ausência básica de coordenadas ou porque estas continham erros grosseiros.

A organização da informação recolhida na bibliografia passou por dois processos básicos. Um primeiro processo visou normalizar os dados em termos de descrição e localização. Um segundo processo passou pela árdua tarefa de os classificar, adoptando categorias de sítios mais ou menos normalizadas pela investigação da especialidade, adaptadas naturalmente às características da região em análise, bem como às descrições fornecidas pelos diferentes autores.

Tais categorias constituíram o índice básico de entradas da Base de dados que foi construída para gerir a informação necessária a este trabalho (cf. alínea 3) e apresentam-se descritas na introdução ao Catálogo de Sítios desta tese (cf. volume II).

Nenhuma das tarefas de normalização e de classificação é, em si mesma, pacífica. De facto, ambas se confrontam com as sucessivas leituras e reportórios de vestígios e de sítios. Se, por vezes, a identificação é clara, noutras a terminologia é confusa e a fiabilidade dos dados é ténue ou mesmo inexistente.

A revisão, através do cruzamento de dados obtidos na bibliografia e nas prospecções realizadas, para confirmação, datação, ou localização dos mesmos, foi muitas vezes inconclusiva, levando-nos a omiti-los da Base de dados.

Por sua vez, a manipulação dos dados obtidos em escavações, que produzem potencialmente dados mais conclusivos, sobretudo em termos de cronologia e funcionalidade, criou, ela também, profundos desequilíbrios de informação entre os sítios que foram objecto de intervenções arqueológicas e as restantes manchas de locais identificados por simples prospecção, redutíveis a meros pontos.

Neste sentido, a adopção de critérios de normalização e classificação dos dados gerou uma série de permanentes opções e constantes ajustamentos, bem como uma revisão crítica da operacionalidade da metodologia utilizada, que foi confrontada com os problemas suscitados nas diferentes etapas de organização do trabalho.

Acima de tudo, pareceu-nos fundamental adequar a normalização dos critérios de descrição e a classificação dos sítios à realidade geográfica, geomorfológica e arqueológica em análise. Procurou-se, deste maneira, evitar a criação constante de novos termos ou de novas categorias de sítios que complicassem a leitura do registo arqueológico disponível. Foi neste contexto que nos pareceu mais eficaz avaliar as terminologias usadas em trabalhos semelhantes, tendo em conta, evidentemente, as necessárias adaptações à área geográfica em causa e aos dados arqueológicos a que foram aplicados (cf. alínea 2.4.)

Um balanço genérico da informação disponível não pode deixar de vincar que existe uma quantidade considerável de vestígios para o Entre-Douro-e-Minho para os quais é impossível atribuir uma classificação minimamente plausível. Como pode ser categorizado um conjunto de *tegulae*, encontrado no adro de uma igreja? Corresponderá a vestígios de uma anterior ocupação romana? Ou será alto-medieval, ou suevo-visigótica, como alguns autores afirmam? Ignoramos o facto, ou damos-lhe o estatuto de um ponto num mapa? As opções a tomar em relação a casos como este comportam inevitáveis riscos. No entanto, procurámos reduzi-los, explicitando as opções tomadas para a organização do nosso catálogo (cf. Catálogo de Sítios, volume II).

Uma outra questão que tivemos que resolver prende-se com um dos critérios normalmente aplicado na valorização dos vestígios cerâmicos encontrados à superfície do solo, com base na avaliação da sua área de dispersão (Gorges 1979; Millet 1979; 1985; 2000).

Na verdade, na região de Entre-Douro-e-Minho é impossível adoptar, salvo raras excepções, este critério para proceder a uma hipotética classificação dos sítios[5]. Esta circunstância prende-se com as características geomorfológicas do território, mas, também, com o uso do solo e a extrema divisão da propriedade, o que impede a realização de prospecções sistemáticas em áreas extensas e, em consequência, uma adequada utilização deste critério.

A geomorfologia ajuda a explicar a razão por que encontramos, por vezes, os vestígios dos estabelecimentos romanos a 2 ou a 3 metros de profundidade, sobretudo nas zonas de vale, precisamente as mais indicadas para a sua implantação. A espessa sedimentação existente nas áreas de vale resulta, concretamente, de deslocações de solos das vertentes de montes mais próximos, por processos coluvionares, e da intensa e persistente

[5] Mesmo nas raras excepções em que este critério é utilizado para tipificar os sítios, importa referir as dúvidas que suscitam a sua aplicação. Estas são específicas em relação à região que analisamos mas, em muitos casos, estendem-se aos critérios de avaliação para solos e regiões onde essa metodologia tem sido praticada com "sucesso". Estarão suficientemente validadas as observações resultantes da valorização deste critério para caracterizar os sítios? Estão os arqueólogos na posse de todas as informações que lhes permitam compreender a dispersão dos vestígios, designadamente em termos de processos pós-deposicionais? Poderá uma avaliação dos sítios, com base neste critério, ser válida para todos os casos e permitir a sua hierarquização?

remobilização de terras que foi operada para criar os solos históricos desta região (Bouhier 1979). Detentores de grande potencialidade agrícola, os solos deste género oferecem, assim, fortes resistências à detecção dos vestígios arqueológicos.

O caso da *villa* de Via Cova, no concelho de Póvoa de Lanhoso, é a este propósito um exemplo paradigmático. Identificada, a partir de escavações, a *pars rustica* de uma eventual *villa,* as intensas prospecções realizadas numa vasta área em torno do sítio não foram suficientes para identificar mais vestígios associados. Tal só foi possível, numa outra situação, nomeadamente quando ocorreram obras que obrigaram a um profundo revolvimento dos solos, detectando-se, nessa altura, num terreno anexo do sítio em questão, um nível de demolição associado a um edifício que deve pertencer à *pars urbana* da *villa*, a cerca de 2,5 metros de profundidade.

Para além das questões levantadas pela geomorfologia da região, importa reflectir sobre os problemas que são levantados pelo sistema de propriedade dominante na região em análise, caracterizado pelo minifúndio e sobre as características de uso do solo.

A paisagem dominante no Minho é composta de terras divididas em múltiplos campos, onde impera a policultura, cada um confinado a um pequeno espaço, com limites que se fazem pela vinha de enforcado, por muros, caminhos, ou por linhas de árvores. Esta paisagem não é exclusiva dos vales, estendendo-se igualmente pelas vertentes dos numerosos montes que marcam a região, onde dominam as pequenas leiras, sustentadas por taludes de terra ou pedra.

Por sua vez, as zonas mais elevadas do relevo serviam outros recursos. Muitas delas estão, na actualidade, abandonadas, pejada de mato intenso, mais propícias a incêndios do que a prospecções arqueológicas. Mesmo em locais onde podemos identificar um sítio arqueológico e estimar, pela quantidade de material e presença de itens correspondentes, um povoado de considerável dimensão, o exercício de avaliação da área de dispersão dos vestígios só pode ser feito com alguma imaginação, depois de se saltar múltiplos “retalhos” de terra, transpor muros, passar por casas e estábulos.

Na verdade, a realização de prospecções sistemáticas de "field walking", tomada à letra, só é possível em áreas pequenas, em regiões particulares e com um imenso trabalho de pedidos de autorização prévios. Na maioria dos casos, mesmo com a boa vontade dos proprietários, essa tarefa é extremamente difícil, pois os diferentes campos estão sujeitos a cultivos diversificados, sendo extremamente raro encontrar dois campos lavrados contíguos, situação ideal para a realização deste tipo de prospecção.

Adoptar, portanto, um critério de classificação de sítios baseado na dispersão dos vestígios é, nas circunstâncias expressas e na maioria dos casos, um exercício impossível, porque lidamos com condições geomorfológicas específicas e com características muito particulares de divisão e uso do espaço rural.

Neste sentido, foi imprescindível adequar a necessária hierarquização dos sítios à realidade da região em análise.

A este propósito, é importante realçar os contributos de alguns trabalhos feitos naquilo que chamamos regiões de montanha, pela especificidade das questões que colocam (Ruiz del Árbol 2001) e pelas propostas e resultados obtidos. Sublinhamos em particular os trabalhos realizados por Luís Fontes no território do Lindoso e na Serra Amarela[6], bem como os realizados no concelho de Vieira do Minho (Fontes e Roriz 2007)

2.3. Prospecções dirigidas e sistemáticas

Os estudos sobre o território e a paisagem trouxeram consigo uma série de novas questões que se ligam com as metodologias de prospecção e, inevitavelmente, com a própria definição operacional do termo e a sua adequação às características dos territórios em análise, bem como aos períodos em estudo.

A prospecção consolidou-se a partir dos anos 70 do século passado, no âmbito da Nova Arqueologia, como uma das metodologias mais importantes

6 A problemática e os resultados obtidos por estes trabalhos no Lindoso e na Serra Amarela serão objecto de detalhado tratamento no âmbito da tese de doutoramento em curso, da responsabilidade de Luís Fontes (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho), intitulada "*Arqueologia e Paisagem de um Território Serrano*". Ao autor agradecemos as informações prestadas sobre as características da ocupação deste território de montanha.

da chamada Arqueologia da Paisagem, tendo sofrido uma rápida evolução das técnicas e uma generalizada utilização, suscitando igualmente um alargado debate teórico sobre as suas vantagens e a validade dos resultados obtidos (Potter 1979; Barker e Hodges 1981; Dyson 1983; Alcock 1994; Millet 2000).

A metodologia e a problemática relativas à prospecção arqueológica, representadas por um conjunto de técnicas adequadas ao estudo de territórios com determinadas características, designadamente pouco acidentados, ou com solos de escassa "potência" arqueológica, bem como as expectativas quanto ao tipo de achados e à forma de os registar e avaliar, tiveram o enorme mérito de transformar a prospecção arqueológica numa exercício tão importante e exigente quanto os trabalhos de escavação.

Neste contexto, a prospecção consolidou-se como importante ferramenta de trabalho no âmbito de numerosos projectos de investigação, incidentes em vales e zonas de planície, mantendo-se, porém, o debate relativo às metodologias mais adequadas para analisar zonas geomorfológicas distintas, designadamente de montanha.

Muitas coisas mudaram na forma de detecção de vestígios, na forma de olhar a paisagem e perceber o território. Mudaram os objectivos, mudou a forma de registo, mudaram, em suma, os problemas. Mas, mudou, também, o debate relativamente à prospecção que exige uma reflexão sobre vários problemas. Desde logo, sobre o carácter parcial dos dados que fornece. Depois, sobre a diferente visibilidade de vários tipos de terreno. Finalmente, sobre a datação e interpretação dos vestígios (Barker 1991; 1995; Mattingly 1993). De facto, identificar vestígios não valida imediatamente a sua datação e muito menos a sua compreensão.

Os resultados da prospecção, para não se constituirem em meros pontos a cartografar num mapa, necessitam de ser interpretados de forma a esclarecer questões, como sejam as relações entre os diferentes sítios, ou o seu impacte no uso diferencial do solo e as suas repercussões na evolução das paisagens antigas.

Para além da localização e da quantificação dos vestígios de superfície, que constituiu um verdadeira obsessão proveniente da Arqueologia processual, importa reflectir sobre a metodologia de prospecção que pode e

deve ser utilizada de acordo com o tipo de região que se pretende estudar e os problemas colocados pelo reconhecimento do terreno. Mais do que recolher os materiais dispersos pelo solo, interessa entender qual a sua origem, em termos de processo de formação do registo arqueológico, o que implica necessariamente valorizar os elementos proporcionados pela paisagem actual.

Explicitemos, mesmo que tenhamos de recapitular alguns aspectos já enunciados, alguns problemas que enquadram as possibilidades e os constrangimentos das prospecções realizadas na região do Entre-Douro-e-Minho. Alguns deles, de resto, são bem conhecidos e comuns a muitos outros trabalhos desta natureza, sendo, nalguns casos, expressos pelos seus autores (Bernardes 2007: 14-17).

Os problemas básicos e comuns que se colocam à prospecção de qualquer região que se pretenda analisar resultam dos processos de sedimentação, deposição, transporte, remeximento a que o espaço esteve sujeito ao longo dos tempos. Estes problemas exigem um profundo conhecimento e uma compreensão do território, só possível com uma incursão obrigatória às denominadas ciências da terra, mobilizando a observação e o conhecimento da Geologia, da Geomorfologia e dos chamados processos pós-deposicionais.

De facto, sabemos que o processo de erosão das zonas de maior altitude nos apresentará povoados com determinadas características, tal como sabemos que o fenómeno de escorregamento das terras pelas vertentes se associa à sedimentação nos vales, facto que nos obriga a acautelar a interpretação que podemos fazer com base nos materiais cerâmicos encontrados na vertente de um castro ou com aqueles que encontramos nas terras baixas dos vales, onde sabemos que a espessura dos sedimentos é significativa, tendo os mesmos sido permanentemente remobilizados pelos trabalhos agrícolas e por outras acções antrópicas.

Um espaço intensamente ocupado pelo homem é, por definição, intensamente remexido, revolvido e reciclado. Este facto implica que os arqueólogos sejam cautelosos e estejam atentos a múltiplos factores que podem influenciar a natureza do registo arqueológico detectado. Entre eles merecem especial destaque os aterros e desaterros, os remeximentos e

transportes de terras, a reutilização de materiais, as práticas e os usos agrícolas dos solos, ou o tipo de divisão das propriedades.

Esta atenção especial implica, tal como J. Bernardes (2007) expressou para uma região geograficamente distinta, a constatação de que muitos dos materiais que encontramos não correspondem a nenhum "sítio" arqueológico, sendo, por vezes, meras "coisas" transportadas, removidas ou reutilizadas, seja no estrume para os campos, no transporte de terras, ou nas reutilizações de materiais para edificar uma casa, um estábulo, ou um simples muro.

As múltiplas idas e vindas a uma mesma região e aos mesmos sítios permitem algumas garantias no processo de identificação dos sítios arqueológicos, mas não necessariamente certezas inabaláveis. Com efeito, a escassez ou opacidade das informações obtidas impede, muitas vezes, a atribuição de determinada categoria a um conjunto de vestígios ou mesmo a certeza de existência de um "sítio". Por sua vez, estas circunstâncias obrigam a leituras e revisões sucessivas dos critérios normalmente usados na classificação dos sítios arqueológicos, em diferentes momentos do processo de análise e validação dos dados.

Essa foi uma situação recorrente na realização deste trabalho.

Tendo em conta os objectivos do nosso trabalho e a natureza das informações disponibilizadas pela bibliografia, na sua maioria obtidas em resultado de prospecções realizadas de forma não sistemática, tornou-se absolutamente necessário prospectar muitos dos sítios arqueológicos nela referenciados com o intuito de completar e uniformizar os dados a ser inseridos na base de dados. Outras prospecções foram dirigidas às zonas onde se verificavam verdadeiras ausências de informação, que admitimos corresponderem a locais que não haviam sido arqueologicamente prospectados[7].

Não nos deteremos, aqui, no inventário das incursões e visitas "archeologicas" de finais do século XIX e primeira metade do século XX, levadas a cabo por párocos e eruditos locais, cujos objectivos e metodologias preenchem o reportório daquilo que pode ser definido como "trepando aos

[7] Uma das tarefas realizadas em campo foi a georeferenciação dos sítios, através de coordenadas obtidas com recurso a um G.P.S. (Geographic Positioning System) e registadas no sistema decaquilométrico internacional -U.T.M.

montes". De facto, pela própria natureza da geografia do Entre-Douro-e-Minho, “trepar ao montes” é, ainda hoje, e continuará a ser uma das tarefas fundamentais para quem quer conhecer o território, reconhecer a paisagem e detectar muitos dos principais povoados deste espaço geográfico.

Na explicação dos métodos de prospecção utilizados, esta constatação da necessidade de “trepar aos montes” é uma premissa obrigatória, pois resume uma tarefa que inicia e acompanha todas as outras. Tendo esta premissa em mente, sintetizaremos os trabalhos de prospecção que levámos a cabo. Podemos dividi-los em dois grupos distintos: prospecções selectivas e dirigidas e prospecções sistemáticas.

Refira-se que não foi possível visitar e verificar os dados disponíveis para todos os sítios arqueológicos rastreados para a região do Entre-Douro-e-Minho. Tal tarefa pareceu-nos, logo à partida, inviável dada a dimensão da área em causa e a enorme densidade dos vestígios referenciados na bibliografia. Por outro lado, não nos parece admissível que um conjunto de visitas aos sítios arqueológicos do Entre-Douro-e-Minho possa assumir-se, automaticamente, como prospecção arqueológica.

As prospecções que realizámos tiveram, assim, objectivos precisos e destinaram-se a resolver questões concretas, decorrentes da própria análise da informação e dos problemas que nos propusemos resolver com a realização deste trabalho. A intencionalidade deste procedimento é estrategicamente importante.

Neste sentido, grande parte das prospecções realizadas pode ser considerado como *selectiva ou dirigida*, pois destinou-se a resolver questões específicas suscitadas pelos inventários e catálogos de sítios disponibilizados pela bibliografia, designadamente registar, georeferenciar e confirmar sítios, ou prospectar regiões mais ou menos extensas, onde nunca tinham sido efectuados trabalhos básicos de reconhecimento do território.

Concentrámo-nos, posteriormente, nas regiões que decidimos estudar com mais detalhe, na circunstância o transepto que corta a região do Minho entre os concelhos de Terras de Bouro e Amares, passando pelo de Braga e Barcelos, e que atinge a costa atlântica em Esposende.

Devemos assim falar de *prospecções dirigidas mas não sistemáticas,* o que significa que foram conduzidas com base em referências bibliográficas,

ou pela potencialidade que os locais ofereciam, à partida, para a instalação de povoados ou de outras formas de ocupação.

Nesta avaliação de zonas de "potencial arqueológico" as fontes de apoio foram as tradicionalmente adoptadas. Antes de mais a cartografia 1:25000, nomeadamente a mais antiga, produzida na década de 30/40 do século XX. Embora desactualizada em termos de rede viária e do povoamento mais recente, este suporte cartográfico constitui uma excelente base de trabalho pela riqueza toponímica que revela e pelo traçado de percursos antigos. As cartas geológicas, tal como as de aptidão agrícola, foram outra importante fonte de informação que se revelou bastante útil na caracterização dos sítios.

A foto-interpretação, realizada sobre fotogramas referentes a diferentes levantamentos e em várias escalas e as possibilidades da sua utilização, quer na forma tradicional, em análise estereoscópica, quer utilizando as possibilidades oferecidas pelos programas de tratamento de imagem, facultou um conhecimento mais detalhado do território, a identificação de novos arqueossítios, ou a detecção de estruturas soterradas sugestivas da existência de sítios não perceptíveis na superfície do solo.

Convém ainda destacar que o conhecimento do território em estudo foi feito através de uma simples visita aos sítios, mas com várias deslocações aos mesmos locais, realizadas em diferentes estações do ano. Tão ou mais importante do que as repetidas observações dos mesmos sítios arqueológicos foi o trabalho de "inquérito" realizado junto da população. Na verdade, grande parte das novas estações arqueológicas descobertas teve como fonte principal as sugestivas "histórias" de quem vive, trabalha e conhece o seu território.

Considerámos necessário e possível efectuar prospecções com a metodologia aplicada às prospecções sistemáticas, conhecidas como "field walking survey" em dois casos: perto da cidade de Braga e no concelho de Cabeceiras de Basto

Uma das zonas seleccionadas situa-se na veiga entre a cidade de Braga e o rio Cávado. Esta faixa impôs-se como prioritária para a realização de trabalhos de prospecção pelas seguintes razões:

a) trata-se de uma área densamente ocupada desde a antiguidade, apresentando na época romana um povoamento muito particular que se transforma no período suévico e visigótico;

b) é uma zona de alto risco arqueológico, cuja paisagem se encontra em rápida e radical transformação, devido às intensas obras públicas e ao crescimento dos núcleos populacionais periféricos da cidade de Braga;

c) integra-se no território adjacente à cidade de *Bracara Augusta*, oferecendo possibilidades de possuir ainda vestígios eventuais de antigas cadastrações, o que viria a confirmar-se, para além de ser cruzado pela passagem das vias XVIII e XIX, a última das quais com um traçado ainda muito problemático que importava analisar em detalhe.

As áreas seleccionadas para prospecção sistemática nas imediações de Braga estão representadas no Mapa 1 (Vol. III) e a metodologia adoptada em termos de número de prospectores, fichas de registo, cartografia de base e inventariação dos materiais recolhidos, baseou-se nos trabalhos publicados por um grande número investigadores.

Entre outros, salientamos os de Shenann (1985), pelo carácter pioneiro dos seus trabalhos, os de T. Rasmussen (1991), pela aplicação desta metodologia ao território de uma cidade, os de Ph. Leveau (1983; 1984) pelas novidades que o seu trabalho trouxe ao estudo do território de *Caesarea,* na Mauritânia, os de J. M. Carreté, S. Keay e M. Millett (1995), pelo contributo que deram para a análise do *ager Tarraconensis* (1995) e os J. Palet i Martinez (1994), pelos trabalhos que tem vindo a realizar na Catalunha e Pirinéus, dignos de inspiração.

A possibilidade que nos foi oferecida de integrar a equipa liderada por M. Millett e F. Queiroga (Millet *et alii* 2000) num trabalho de prospecção realizado no Norte de Portugal, permitiu-nos uma aprendizagem rápida dos processos e técnicas a seguir, bem como dos problemas que se colocam à prospecção sistemática nesta região específica.

Utilizámos como cartografia de base a produzida pelas câmaras municipais na escala 1:5000, onde registámos as áreas prospectadas, as quais foram delimitadas de acordo com os objectivos e os meios disponíveis. Este último factor deve ser realçado, pois foi decisivo na execução prática

deste tipo de prospecção[8]. De facto, as prospecções contaram com uma pequena equipa de seis elementos, tendo todo o material encontrado sido recolhido, dividido por fabricos e por cronologias, inventariado e sujeito a análises estatísticas. Procurou-se, assim, obter o necessário rigor na prospecção, inventariação e localização dos vestígios de superfície, que nos permitisse sugerir a natureza dos potenciais sítios arqueológicos identificados.

Efectuámos também um trabalho de prospecção sistemática no concelho de Cabeceiras de Basto. A área pesquisada inseriu-se num quadrado de 2 Km de lado, tendo como centro o povoado romanizado de Santa Comba, zona para a qual dispunhamos de numerosas referências bibliográficas a inúmeros vestígios romanos, incluindo inscrições honoríficas e a proposta de que neste local poderia ter existido uma capital de *civitas* (Alarcão 1999a).

2.4. Nomenclaturas utilizadas

Na classificação dos sítios, socorremo-nos das nomenclaturas sugeridas e mais ou menos sistematizadas por vários autores que abordaram o povoamento proto-histórico e romano da região em estudo, no âmbito de vários trabalhos de tese (Soeiro 1984; Marques 1984; Martins 1990; Lemos 1993; Dinis 1993; Almeida 1996; Dias 1997; Maciel 2003; Teixeira 1996).

Utilizámos igualmente as sínteses elaboradas por Jorge de Alarcão (1995-1996; 1996; 1998a; 1998b; 1999a; 1999b; 2000), bem como alguns trabalhos recentes referentes ao âmbito cronológico em análise, designadamente os de João Bernardes para a *civitas* de *Collippo* (2007), o de Conceição Lopes para o *territorium* de *Pax Iulia* (2003) e o de Pedro Carvalho sobre a Beira interior (2006). Ressalvamos, obviamente, as diferenças geográficas.

Dada a natureza, eminentemente comparativa, que a classificação de sítios comporta, socorremo-nos, também, de estudos realizados,

[8] A explicitação detalhada deste processo para algumas das áreas prospectadas, que faremos no capítulo dedicado ao território de *Bracara Augusta*, permite dar conta de alguns dos problemas que se colocam na região que estudamos nesta dissertação.

respectivamente, para o Noroeste peninsular (Carballo Arceo 1986; Pérez Losada 2002; González Ruibal 2006/07), para a Gália (Provost 1993; Drinkwater 1983; Favory e Van der Leeuw 1998; Van der Leeuw *et alii* 2003; Leveau 2002; Dousteyssier e Trément 2006-2007) e, ainda, para a *Britannia* (Millett 1982; 1990; Hingley 1989).

Embora a dimensão comparativa seja fundamental, parece-nos, no entanto, perigoso unificar critérios de descrição de sítios quando estão em causa regiões muito distintas, quer do ponto de vista geomorfológico, quer em termos de ocupação humana, uma vez que estas variáveis condicionam os padrões de povoamento.

Tal como a cronologia de uma epígrafe é tanto mais segura quanto maior for o conjunto epigráfico conhecido de uma dada região, também a aferição de itens identificadores de um sítio arqueológico depende, em larga e justa medida, do seu contexto regional.

De igual modo, parece-nos importante não criar à viva força novos termos ou categorias de sítios. Se a realidade observável é, naturalmente, heterogénea, a multiplicação de nomenclaturas dificulta qualquer possibilidade de comparar idênticos sítios arqueológicos em contextos diferentes.

A explicitação clara dos critérios adoptados para a identificação dos sítios favorece um equilíbrio entre a exigência de adequar as classificações à região em que os mesmos sítios se inserem e, paralelamente, a necessidade de acertar uma plataforma comparativa mínima.

O caso da distinção entre *vici, mansiones e mutationes* é um dos claros exemplos em que é necessário procurar um compromisso entre a realidade observável e as tipologias recorrentemente usadas na bibliografia. Não querendo multiplicar nomenclaturas, teremos que aplicar sempre que possível o vocabulário latino aos sítios, inevitavelmente diversificados, que podem corresponder à terminologia usada pelos autores romanos. No entanto, estamos conscientes de que corremos o risco de aplicar um vocabulário tipificado a uma extensa massa de locais que foge às condições que determinaram a caracterização realizada pelos tratadistas latinos.

Percorramos alguns dos termos empregues e citados, de forma a apurar determinados ângulos de abordagem.

O termo latino *vicus* é extremamente ambíguo pois pode referir-se a realidades muito diferenciadas. De resto, a imprecisão do termo encontra-se já nos próprios autores romanos, onde possui vários sentidos. Isidoro de Sevilha definiu *vicus* como um conjunto de casas, com ruas, sem muralhas, afirmando que pode também chamar-se *vici* às habitações de uma cidade, tendo então um significado equivalente a bairro (Tarpin 2002). O significado do termo tem sido amplamente discutido por vários autores (Wightman 1986; Curchin 1986; Alarcão 1995; Tarpin 2002; Pérez Losada 2002).

Do ponto de vista jurídico os *vici* são agrupamentos orgânicos, opondo-se às colónias que se caracterizam pela planificação podendo ser definidos como aglomerados abertos sem muralhas, de formação espontânea, crescimento orgânico e sem fundação ritual (Broise 1976; Tarpin 2002).

Se é certo que a estrutura do mundo romano não dispensa este tipo de aglomerados, a verdade é que uma das suas características mais marcantes parece residir precisamente na sua diversidade, traduzindo diferentes realidades económicas locais. De facto, o termo tanto pode corresponder a um sítio com características quase urbanas e edifícios importantes, como templos e balneários, desempenhando diferentes funções administrativas, económicas, religiosas, termais ou portuárias, como a pequenos aglomerados que não reúnem essas características, tendo em comum apenas o facto de serem agregados populacionais abertos (Provost 1993).

O termo *vicus* parece, assim, reflectir a grande variabilidade dos aglomerados concentrados do mundo rural, devendo ser usado para designar sítios de menor importância que as *civitates*, em cuja dependência se encontravam. Por outro lado, como afirma F. Pérez Losada (2002: 28), os *vici* consistem em agupamentos individualizados de casas e de edificios, estando dotados de um mínimo de urbanização (Morel 1994:156), garantida pela estrutura viária que os caracteriza. A sua função de mercado, mas, também, as funções administrativas exercidas, podiam levá-los a constituirem-se como centros politicos dos territórios rurais, dependentes das *civitates*.

Segundo Pérez Losada (2002:34) os *vici* podem ser definidos como uma forma de habitat agrupado, minimamente urbanizado, dependente de uma cidade capital, mas gozando de alguma autonomia, com uma organização política própria, uma população maioritariamente peregrina e uma génese

indígena. Seriam característicos das províncias ocidentais, muito embora se encontrem difundidos por todo o Império, comportando formas variadas e desempenhando funções diversificadas.

O facto do termo latino possuir uma concepção demasiado vasta levou à criação de outras nomenclaturas mais descritivas e menos comprometidas com os vocábulos latinos, de forma a aumentar a eficácia na caracterização de um tipo concreto de habitat concentrado, de que são exemplo as expressões de "small town" e "village", no caso inglês, ou de "bourg / bougarde" e "hameau", no caso francês.

Muito embora a criação de novos termos para designar realidades que não são facilmente ajustáveis às descrições dos autores latinos seja aceitável, o facto, tal como salientam alguns autores (Tarpin 2002), é que a proliferação de designações para referenciar contextos ocupacionais fucionalmente semelhantes tem igualmente os seus inconvenientes.

A utilização da terminologia clássica para identificar e caracterizar os sítios parece-nos representar, nesta circunstância, a postura mais ajustada, constituindo, por isso, a nossa opção neste trabalho, à semelhança do que fez F. Perez Losada (2002), que usa os termos latinos, tentando valorizar a diversidade e especificidade dos sítios classificados como *vici.*

Analisemos, agora, as designações latinas para as estações viárias.

Estas incluem um leque variado de termos, nem sempre claros, cuja identificação prática constitui "uma das grandes lacunas no conhecimento da rede viária romana " (Mantas 1996: 545).

Um primeiro problema prende-se com a distinção entre estações oficiais e estações privadas, pois se as primeiras obedecem a normativas impostas pelo *cursus publicus*[9], as segundas dependem de vários factores ligados a necessidades de abastecimento nas vias secundárias ou a uma fonte de rendimento de particulares, podendo localizar-se junto a aglomerados já

[9] Deve-se ao imperador Augusto a criação do *cursus publicus*, cuja finalidade primordial era organizar os serviços de correio oficial, organização que implicava a instalação ao longo das *viae militares* de estabelecimentos, com distâncias programadas. Remetemos para o trabalho de Vasco Gil Mantas (1996), os assuntos ligados ao estudo da rede viária, tipologia e distâncias entre estações viárias, para além, evidentemente, do traçado da Via XVI que iremos referir nos próximos capítulos.

existentes. Dentro da categoria de estações oficiais, as fontes clássicas mencionam *mansiones, praetoria, stationes* e *mutationes.*

As *mansiones* designavam estações viárias importantes do *cursus publicus*, providenciando uma paragem diária, devendo estar apetrechadas para albergar altos funcionários do Estado, incluindo o próprio imperador, para além dos serviços necessários aos correios oficiais. Assim, uma *mansio* implicava um conjunto complexo de equipamentos, que incluíam cavalariças, oficinas, alpendres e alojamentos preparados para receber grupos numerosos.

O termo *praetoria* aplicava-se a importantes edifícios destinados a acolher altos funcionários e governadores, podendo incluir basílicas para o exercício de funções públicas, para além de termas e todos os equipamentos necessários a uma estadia confortável dos altos funcionários do Estado romano.

Por sua vez, o termo *mutatio* designava uma estação viária de menores dimensões, sendo, por conseguinte, mais frequente ao longo das vias. Compreendia serviços e acomodações mais simples, embora pudesse incluir termas.

As *stationes* eram fundamentalmente postos de vigilância cuja função se prendia com a segurança da circulação nas vias, podendo ser fortificadas e possuir um destacamento de militares.

Os estabelecimentos viários particulares incluíam grandes estalagens: *deversorium, hospitium* ou *caupona* e as *tabernae*, que designavam estalagens simples (Mantas 1996).

A dificuldade em distinguir este leque variado de locais é particularmente acentuado no caso das *tabernae* que poderiam localizar-se junto às cidades, às *villae*, aos *vici*, na periferia de *mansiones e mutationes,* ou, simplesmente, em locais situados nos eixos viários onde o trânsito de pessoas o justificasse. A dificuldade é agravada pela natureza modesta das construções que, facilmente, pode confundir-se no registo arqueológico com uma pequena exploração rural, ou ser relegada para a categoria de sítios indeterminados.

Para além desta quase impossibilidade de reconhecer locais como as *tabernae*, a distinção arqueológica entre *mutationes* e *mansiones*, as mais

comuns no território que nos ocupa, não constitui também uma tarefa simples.

Os critérios básicos a seguir na sua diferenciação prendem-se fundamentalmente com o cálculo de distâncias, tentando-se adequar os valores mencionados pelas fontes à realidade geomorfológica de cada uma das vias em análise e aos vestígios detectados através da realização de trabalhos mais ou menos sistemáticos efectuados para alguns dos itinerários principais desta região (Mantas 1996; Lemos e Baptista 1995-96; Rodríguez Colmenero 1995-96).

Uma questão ainda mais complexa é a que caracteriza a aplicação do termo *villa* aos contextos do mundo rural romano (Pérez Losada 1987). Os próprios autores latinos não foram muito claros na sua definição, o que tem suscitado um importante debate entre diferentes investigadores, patente na bibliografia da especialidade.

Se, para Tito Lívio, *villa* era uma qualquer residência no campo, já Varrão fornece-nos uma melhor definição deste tipo particular de estabelecimento, que pressupunha na sua opinião a existência de um *fundus* bem cultivado e de dimensão significativa. Por sua vez, Columela definiu a organização das *villae* em três partes, uma urbana, outra rústica e outra frutuária, as quais não coincidem exactamente com os designativos de Varrão, que refere as duas primeiras respectivamente como *villa urbana* e *villa rustica.*

Assim, a aplicação do termo *villa* a sítios rurais da época romana regista uma enorme subjectividade, ainda que a generalidade dos autores que o usam acorde de que ele seja aplicado a estabelecimentos destinados à exploração agro-pastoril, constituídos por um conjunto de edificados relacionados com a residência do proprietário e com as várias actividades neles desenvolvidas e com um *fundus* que podia ser contínuo ou não. Ideia mais ou menos unânime entre os investigadores é a de que a estrutura edificada das *villae* sofreu quase sempre uma evolução, podendo ser na sua origem bastante modesta, complexificando-se com o tempo e com a riqueza do proprietário.

É globalmente esse o sentido conferido por Conceição Lopes ao termo *villa* no *territorium* de *Pax Iulia*, considerando este tipo de estabelecimentos

como "uma unidade de exploração agro-pastoril constituída por dois elementos indissociáveis: conjunto de edifícios habitacionais, de armazenamento, de transformação e estábulos e uma propriedade fundiária, contínua ou descontínua" (Lopes 2003:236).

A referida autora tem ainda o cuidado de frisar as várias possibilidades de organização do edificado deste tipo de estabelecimentos (com partes *rustica* e *fructuaria* distintas no terreno ou funcionando como bloco), bem como a sua mutação ao longo do tempo, nomeadamente em termos de dimensão. No entanto, inclui nesta categoria apenas os sítios que integram espólio que permita supôr a "existência de certo tipo de edifícios e equipamentos, como estuques pintados, mármores ou mosaicos e materiais importados em número significativo", salientando também que "epígrafes fazendo menção a colonos estrangeiros ou com identificação de *tria nomina* deverão ser tomadas como indicadores complementares da existência de *villae*" (Lopes 2003: 236-237). Finalmente, mas não menos importante, do ponto de vista cronológico, Conceição Lopes não classifica como *villa* "nenhum sítio com ocupação romana anterior ao último quartel do século I a.C" (2003: 237).

Estamos naturalmente perante uma classificação de *villae* que é feita em termos funcionais, mas também em termos valorativos dos equipamentos de prestígio que, normalmente, caracterizam as *villae* mais tardias e mais ricas. Na verdade, a aplicação do termo *villa* para caracterizar os grandes estabelecimentos de exploração rural conhecidos no sul da Península Ibérica, ou na Meseta, que exploravam *fundi* de grandes dimensões, não parece deixar margem para dúvidas.

Os problemas começam quando se pretende utilizar esta designação em zonas onde os *fundi* seriam mais pequenos, o mesmo acontecendo com os dividendos e, naturalmente, com a capacidade de investimento dos proprietários no melhoramento e alteração dos edificados, como sublinhou M. Martins a propósito da região de Braga (Martins 1995). Para esta autora, a adaptação destes estabelecimentos às "matérias primas dominantes", à "mão-de obra pouco especializada" e às "condições socio-económicas da região" terão determinado que possam constituir unidades de exploração

predominantemente de pequena e média dimensão, possuindo, consequentemente, edificados com "reduzidas áreas construídas".

Por sua vez, João Bernardes (2007: 20-21), no seu trabalho sobre a *civitas* de *Collippo,* definiu estes estabelecimentos como unidades de exploração agrária, estruturantes do mundo rural e sob controle da cidade, muito embora reconheça que o termo se presta a grandes confusões. Considera, contudo, que este designativo deve aplicar-se a edifícios representativos de uma certa riqueza, ostentando elementos que testemunhem o bem estar, ou a riqueza material dos seus possessores.

Mas, na verdade, não parece existir uma clara definição material e arqueológica do termo, havendo mesmo autores que, seguindo as definições dos autores latinos, consideram que ele pode ser aplicado, tanto a uma exploração agrícola, como a uma simples casa de campo, não sendo o *fundus* o elemento que deve permitir caracterizar este tipo de estabelecimentos (Millet 1990:91)[10], enquanto que outros consideram que a sua vocação agrária é fundamental (Leveau 1983: 923).

Na ausência de edifícios escavados, onde claramente se possam reconhecer alguns dos elementos tradicionalmente usados para caracterizar as *villae*, com as suas diferentes partes funcionais ou materiais que indiquem a sua riqueza, o problema da sua identificação agrava-se bastante.

De facto, o reconhecimento desta categoria de sítios, tendo apenas por base os vestígios identificados em prospecções, é bastante difícil, uma vez que não existe uma clara e muito menos unânime definição dos elementos arqueológicos que possam servir de critérios identificadores.

J. Gorges (1979:14-17) defende que a implantação topográfica ou a área de distribuição dos vestígios dispersos poderá permitir identificar uma *villa*, pois esta teria uma implantação privilegiada na paisagem e uma extensa área construída, pelo que chega a sugerir médias de áreas de dispersão dos materiais para permitir a classificação deste tipo de estabelecimentos.

---

10 A propósito da questão da utilização do termo *villa*, este autor afirma: "The archaeological problem is that we cannot say which site a "Roman" would have considered to be a *villa* since there are no unambiguous archaeological correlates of the Roman idea. Furthermore, although a *villa* recognized by a Roman generally had lands attached to it, we have absolutely no way of identifying the lands attached to any particular site, so the widely used term villa-estate has no archaeologically useful function" (Millet 1990:92). O autor resolve esta ambiguidade anglicizando o termo latino, sugerindo a utilização da expressão villa.

J. Alarcão (1995: 390), por seu turno, considera que uma *villa se pode* definir pela presença de mosaicos, termas ou pela proximidade de uma inscrição funerária. Para distinguir *villlae* de outros estabelecimentos agrícolas, como casais ou quintas, este autor utilizou uma combinação de critérios que incluem áreas de dispersão de achados e a presença ou ausência de determinados materiais[11].

Conciliando os elementos sugeridos por J. Alarcão e por J. Gorges, João Bernardes (2007: 20-21) admitiu poder classificar como *villae* locais que fornecem elementos arquitectónicos ou artísticos, como mosaicos, termas, ou esculturas, ou que na sua ausência possuam uma média de dispersão de vestígios entre 1 a 2 hectares, os quais deverão incluir cerâmica fina e de importação, pedras aparelhadas, moedas ou inscrições.

Tendo em conta as características geomorfológicas da região do Entre-Douro e Minho, M. Martins definiu como critérios de tipificação de *villae* a presença de cerâmica romana de construção (*tegulae* e/ou outros), associada a elementos arquitectónicos (bases de colunas, fustes, capitéis), ou a existência de cerâmicas importadas ou de monumentos epigráficos (Martins 1990: 224; 2005).

Francisco Sande Lemos, no trabalho que elaborou sobre o povoamento romano da região de Trás-os-Montes Oriental, identificou como *villae* locais que, com critérios mais unificados ou normalizados, nunca seriam enquadráveis nessa categoria (Lemos 1993). Citemos alguns exemplos.

Num local com cerca de 910 metros de altitude, em Fonte da Cruz de Garçãosinho, Freixeda-Salsas, no distrito de Bragança, identifica-se uma *villa* "no topo e nas vertentes suaves de um cabeço", onde os "materiais de época romana são abundantes e se estendem por uma dilatada área: *tegulae; imbrices*; fundos de *dolia*; olaria comum; mós (…), um fragmento de *terra sigillata* hispânica alto-imperial (…) pedaços de escória". O autor observou, ainda, "muros em xisto, de construções rectangulares com pavimentos de argila batida". Para além destes registos, a "extensão da área de dispersão dos materiais" e a existência "na zona envolvente de (…) solos de excelente

11 Este conjunto de critérios foram definidos para o estudo das unidades de exploração agrária da região de Entre-Douro-e-Minho (Alarcão 1995: 387-401).

vocação cerealífera", levaram F.S. Lemos a classificar o local como *villa* (Lemos 1993: IIa 127-128).

Num outro caso, o da Quinta da Ribeira, Tralhariz-Castanheiro, o mesmo investigador identificou uma *villa* numa zona de meia vertente, a 270 metros de altitude, onde apareceram cerâmicas de fabrico indígena, cerâmica comum romana, sigillata hispânica da segunda metade do século I, um fragmento de "Late Roman C", mosaicos, estuque pintado e moedas tardias, o que dá ao local uma ocupação alargada, que decorrerá, pelo menos, até ao século V d.C. (Lemos 1993: IIa 138-139).

Em S. Tiago de Ligares (Quinta de S. Tiago-Ligares), o autor coloca a hipótese da existência de uma *villa* num local situado a 230 metros onde apareceram "elementos arquitectónicos", um berrão, um pequeno touro de granito, cantarias de granito, escória de ferro e "numa extensa área (…) inúmeros fragmentos de material, cerâmica de construção e doméstica, disseminadas em terrenos de oliveira e vinha." (Lemos 1993: Iia, 171).

O problema da classificação dos sítios como *villae* é, pois, muito curioso pois obriga-nos a uma revisão permanente da historiografia produzida e, por conseguinte, a um constante afinamento de critérios, à partida pouco consensuais, a usar na definição desta categoria de estabelecimentos .estruturantes do mundo rural romano.

A exploração agrária romana implicava a existência de outro tipo de sítios que normalmente possuíam arquitecturas mais modestas do que as *villae.* Alguns autores designam estes pequenos estabelecimentos por *villae rusticae* (Mantas 1987), casais (Mantas 1987; Alarcão 1990b), ou por quintas, designadas por “fermes” na bibliografia francesa, ou por “farms”, na inglesa.

Sublinhamos, todavia, que o termo casal não está documentado nos textos dos autores clássicos, surgindo a sua designação na Idade Média como representativa de uma exploração agrícola.

Em Portugal foi J. Alarcão (1976: 11) que introduziu o termo para designar pequenas explorações mistas, de carácter agrícola ou pecuário, que estariam na dependência das grandes *villae*. No entanto, este autor acabaria por admitir a existência de uma outra categoria de estabelecimentos agrícolas, que designou por quinta, e que considerou deverem possuir maior

dimensão que os casais, sendo os seus proprietários detentores de maior prosperidade económica e maior nível sócio-cultural (Alarcão 1998b).

Os casais corresponderiam, assim, a uma categoria de estabelecimentos rurais que teria um carácter familiar, não integrando a clássica parte urbana das *villae*, possuindo modestas áreas construídas e uma menor quantidade e qualidade de materiais, quer de construção, quer de consumo. Por outro lado, admite-se que os casais pudessem cumprir outras funções, designadamente, de carácter artesanal, ou de exploração florestal (Lopes 2003:241).

Na prática, torna-se extremamente difícil distinguir estas duas categorias de estabelecimentos entre si, quando não lidamos com construções propriamente ditas, mas sim com simples materiais e áreas de dispersão dos mesmos, no âmbito da prospecção, sendo mesmo difícil, apenas com base nos materiais de superfície, distinguir o que seriam pequenas *villae* de eventuais quintas ou casais.

Assim, tal como afirma J. Bernardes (2007:19), a distinção arqueológica entre as diferentes categorias de explorações rurais referenciadas na bibliografia devem ser consideradas como meramente operativas.

Por outro lado, o facto dos casais poderem ter tido uma funcionalidade plural ou desenvolverem mesmo actividades produtivas especializadas de carácter não agrícola dificulta, ainda mais, as classificações, pois podem confundir-se com estabelecimentos artesanais (Lopes *et alii* 1998: 139-140).

As dificuldades que subsistem na categorização de sítios rurais que apenas se fazem anunciar por materiais de construção laterício ou pétreo, dispersos em áreas circunscritas, não permitem caracterizar as diferenças entre quintas e casais, sobretudo numa zona como aquela que é objecto deste estudo, dada a impossibilidade de avaliar a dimensão das áreas de dispersão dos achados.

Neste sentido, utilizaremos neste trabalho a designação de casal para nos referirmos a sítios que tanto podem corresponder a pequenas unidades de exploração agro-pecuária, cujos vestígios incluem cerâmicas de construção, associadas a mós manuais, ou a pedras e muros, podendo ainda associar-se a escórias, assinalando neste caso o carácter artesanal do estabelecimento.

Em jeito de conclusão sublinhamos que a questão das nomenclaturas a utilizar na caracterização dos sítios romanos está longe de ser pacífica, percorrendo de forma particularmente aguda a investigação realizada sobre a ocupação rural romana em várias regiões do Império, como se pode observar pela bibliografia da especialidade, pese embora alguns esforços que estão a ser desenvolvidos no sentido de uma maior uniformização de critérios de identificação e de terminologias (Dousteyssier e Trément 2006-2007).

3. A infra-estrutura metodológica: o SIGARM

As necessidades de inventariação, normalização, análise e representação dos dados arqueológicos integrados na respectiva componente espacio-temporal, constituem os objectivos gerais que levaram à necessidade de aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) à arqueologia[12].

Os objectivos gerais de construção de um Sistema de Informação Geográfico aplicado aos vestígios da ocupação pré-romana e romana da região do Entre-Douro-e-Minho (SIGARM) podem sintetizar-se em três itens básicos: normalizar a informação histórico-arqueológica disponível para a área em estudo; proceder à elaboração de cartas de povoamento a partir da inventariação prévia dos sítios arqueológicos e proceder a uma tentativa de hierarquização do povoamento.

Na verdade, a terceira etapa de processamento dos dados deste trabalho visou a sua análise multi-variada, tendo em vista elaborar modelos de povoamento a partir da sobreposição de diferentes “layers” de informação que permitissem uma leitura crítica e interpretada da distribuição dos sítios arqueológicos no espaço e no tempo.

Os dados relativos à natureza dos vestígios e respectiva dispersão espacial, recolhidos na bibliografia e no decorrer dos trabalhos de prospecção de campo que realizámos, ajudaram a formular e a rever

[12] A bibliografia sobre o tema é extensíssima. Permitimo-nos aqui sintetizar as obras que influenciaram a fase inicial deste trabalho: Allen et alii 1990; Arroyo-Bishop 1995; Baena et alii 1997; Morgan e Brusegard 1989; Reillly e Rahtz 1992; Richards e Ryan 1985.

sucessivamente as classificações e os critérios previamente definidos para cada categoria de sítios.

A facilidade no controle das manchas de dados arqueológicos e a possibilidade de dar sentido, em tempo útil, às distribuições cartográficas produzidas pelo SIG, contribuíram de forma decisiva para uma mais rigorosa e eficiente análise e interpretação dos mecanismos e estratégias de ocupação do espaço, bem como para própria orientação do nosso próprio trabalho.

Dada a facilidade com que um SIG manipula a informação arqueológica em articulação com os elementos fisiográficos, a classificação ou hierarquização de um sítio pode ser presumida recorrendo-se a estas ferramentas informáticas. De facto, para além do controle da distribuição dos sítios arqueológicos no espaço e no tempo, um SIG permite com relativa facilidade a eventual percepção de possíveis vectores essenciais de povoamento a partir da sobreposição de diferentes "layers" de informação.

A elaboração de cartas de povoamento da época romana, tendo por base a inventariação dos sítios arqueológicos, representa um outro grande objectivo da construção de uma sistema de informação. A possibilidade de representar graficamente a informação disponível na base de dados permite a rápida elaboração de cartogramas temáticos ou de síntese, onde se podem visualizar distribuições e relações dos sítios no tempo e no espaço. Estes cartogramas, que poderão ser permanentemente actualizados, possibilitam a identificação rápida das zonas de "vazio arqueológico", constituindo, por isso, um importante auxiliar na análise da progressão dos trabalhos de prospecção de campo.

O SIGARM (Carvalho e Bernardes 2000) foi construído a partir de uma base de dados de sítios arqueológicos desenhada na aplicação 4Th Dimension, para Macintosh, ligada a uma base cartográfica na aplicação Map Grafix, também em Macintosh.

Em 2007, iniciámos a migração do SIGARM para ArcInfo, versão 9.2..

3.1. As bases de dados alfanumérica e cartográfica

A normalização da informação histórico-arqueológica existente para a área em estudo concretizou-se com a construção de uma base de dados, onde toda a informação considerada pertinente foi armazenada em esquemas de codificação alfanuméricos. A realização desta tarefa passou pela pesquisa bibliográfica procurando reunir todo o manancial de informação disponível.

As características da informação a tratar obrigaram-nos a optar por uma base de dados de ficheiros relacionais. A vantagem deste tipo de aplicação é permitir uma hierarquização entre os ficheiros, em que a um ficheiro central se ligam vários ficheiros secundários, numa relação de um para muitos, isto é, a uma ficha de determinado ficheiro podem corresponder múltiplas fichas de um outro ficheiro seu dependente. De facto, um sítio arqueológico pode apresentar várias epígrafes, ter tido diversas intervenções arqueológicas, possuir vários tipos cerâmicos.

Foi desenhado um ficheiro de sítios que funcionou como ficheiro central, ligado a outros ficheiros que com ele se relacionam. Devido à natureza não quantitativa dos dados a inserir na maioria dos campos, houve necessidade de definir, de forma precisa, quais os atributos admitidos em cada um deles. Para esta normalização foram criadas listas de atributos que permitiram o preenchimento dos diferentes campos, com nítidas vantagens em termos de rapidez, tanto na introdução dos dados como no seu *output*.

Cada campo pode ser questionado, podendo os resultados obtidos ser projectados em gráficos ou visualizados na base cartográfica.

O campo de ligação dos ficheiros entre si e destes à base cartográfica é o nº ID, constituído, este caso, com base no Código Geográfico Nacional, seguido de um número de série. É este identificador que permite um cruzamento rápido dos vários atributos, independentemente da sua natureza e do ficheiro em que se encontram. O facto de se poder representar em cartogramas, através daquele identificador, os diferentes níveis de informação, cria grandes vantagens, já que a ferramenta informática permite a visualização e a análise dos dados arqueológicos não de forma isolada mas confrontada e cruzada com outras variáveis.

A base cartográfica utilizada neste trabalho consta da informação digital a 3D relativa à hidrografia e altimetria das áreas em estudo.

A informação de base é constituída pela altimetria e hidrografia da região do Entre-Douro-e-Minho, na escala 1:250000, tendo sido utilizada, para algumas zonas específicas, a cartografia digital à escala 1:25000.

Optámos neste trabalho pela projecção geográfica UTM, ainda que o sistema permita a conversão de toda a informação da base cartográfica para outro tipo de projecções. Esta base possui ainda uma série de níveis de informação de natureza variada, como o mapa de solos e, sobretudo, os sítios arqueológicos georeferenciados, assinalados por símbolos que representam as tipologias dos mesmos, sendo implantados na base cartográfica de forma automática a partir da base de dados alfanumérica. Cada sítio é exportado em ficheiro de formato texto com a seguinte informação: Nº ID; coordenadas X e Y; o nº do símbolo que assinala o tipo de sítio e o topónimo do sítio. A partir daqui, porque cada sítio arqueológico assinalado na base cartográfica tem o mesmo identificador (ID) da base de dados, é possível a ligação automática entre as duas bases sem recurso a qualquer programa intermédio de interface.

Assim, a um símbolo cartográfico representativo de um sítio arqueológico, é possível fazer corresponder a respectiva informação alfanumérica. Os sítios arqueológicos são activados a partir dos ID's importados da base alfanumérica, de acordo com as pesquisas ali realizadas.

3.2. O sistema de informação geográfica: possibilidades e constrangimentos

O Sistema de Informação Geográfica (SIG), aliando uma base alfanumérica, que gerou o Catálogo de Sítios deste trabalho, a uma base cartográfica, implicou procedimentos técnicos complexos, como é habitual neste tipo de sistemas de informação[13].

A construção de um SIG para a gestão de informação disponível pressupôs a aprendizagem da linguagem inerente à construção de uma base

[13] A metodologia seguida foi detalhadamente apresentada por J. P. Bernardes e H. Carvalho (1996), H. Carvalho (2000) e H. Carvalho e J. P. Bernardes (2000).

de dados relacional, o manuseamento de uma base cartográfica, bem como a montagem dos esquemas necessários à interligação de ambas as bases.

Inicia-se, aqui, pelo menos de forma evidente, um dos problemas inerentes à questão da normalização e classificação dos dados, como é, por exemplo, o da relevância dos objectos de análise. Esta questão, presente em qualquer trabalho científico, agudiza-se com a "facilidade" de elaborar Sistemas Gerais de Bases de Dados, talvez porque a prática de manuseamento de informação obriga a uma maior atenção relativamente à estabilidade, permanência e, por conseguinte, "omnipresença" dos resultados obtidos.

As principais funções tradicionalmente associadas aos SIG são a produção de cartogramas e a análise de determinadas características do território através de bases de dados georeferenciadas.

Neste contexto é importante ter em conta a diferença existente entre “dados geográficos” e “informação geográfica”. Se os dados geográficos se podem definir como dados georeferenciados, já a informação geográfica emerge como uma relação entre os dados geográficos que representam uma realidade territorial e que se seleccionaram para um determinado fim.

A ideia fundamental a reter neste tipo de abordagem é que a evolução extraordinariamente rápida das tecnologias e programas de análise cartográfica proporciona uma crescente possibilidade de lidar com grandes volumes de informação georeferenciada, com as consequentes possibilidades de actualização de dados e o natural incremento de rapidez e precisão nas análises que implicam elementos espaciais.

Foi a Geografia que impulsionou de forma decisiva não só uma série de modelos de análise espacial, como também a introdução e aplicação dos SIG, antes de mais, na produção de cartografia vocacionada para a área do Planeamento[14]. A sua utilização na Arqueologia, como ferramenta poderosa

[14] Foi no âmbito desta disciplina que na década de 60 surgiram os primeiros Sistemas de Informação Geográfica na América do Norte. Em Portugal, a cartografia digital remonta à década de 60, tendo como pólos inovadores os *Serviços Cartográficos do Exército* e o *Centro de Cálculo da Fundação Calouste Gulbenkian*. Mas, só na década de 70 e, de forma mais concertada, na década de 80, os SIG`s foram implementados, sendo decisiva a criação do *SNIG: Sistema Nacional de Informação Geográfica*. Na década de 90, a utilização dos SIG conheceu um crescimento exponencial, que se repercutiu na institucionalização do *Centro Nacional de Investigação Geográfica (CNIG)*. A adesão a

de manipulação de informação geográfica, constituiu-se como um processo metodológico natural, ainda que ligeiramente mais tardio. Tal como muitos modelos de análise espacial, concebidos por geógrafos e aplicados com maior ou menor êxito ao estudo do passado, os SIG tornaram-se um instrumento indispensável ao trabalho arqueológico.

Uma das questões prioritárias e de difícil resolução prende-se com a definição de tipologias, ou seja com a já referida normalização dos dados, mas agora em ambiente informático. De facto, a normalização é, como vimos, uma condição básica da análise da informação e constitui a base para a tipificação dos sítios, sendo, portanto, inevitável em qualquer trabalho em arqueologia.

Normalizar, no contexto deste trabalho, conduziu à ordenação de uma imensa massa de dados, bem como à rejeição de muitos outros, tarefa que produz sempre problemas ao seu autor, tanto maiores quanto mais vasto é o volume de informação manipulado.

A fixação de itens que normalizam a informação copia as tipologias clássicas de hierarquização dos dados, com a clara vantagem de poderem ser aplicadas a volumes significativos de informação, mas também com o risco de, ao facilitarem o manuseamento, as categorias de análise perpetuarem as tipologia e os modelos norteadores.

A euforia da normalização e, sobretudo, o "encantamento" produzido pelo manuseamento rápido de grandes volumes de dados arriscam-se, por vezes, a fossilizar opções e a tornar recorrentes questões que só fazem sentido em determinados contextos. De facto, existe o risco de assumir como definitivas certas opções tomadas em momentos de trabalho precisos e a valorizá-las tanto ou mais do que os problemas que decorrem, efectivamente, das opções assumidas.

Curiosamente, a possibilidade de se produzirem tabelas e cartografias num tempo curto, como dizíamos acima, deveria potenciar uma situação inversa, permitindo visualizar as potencialidades resultantes da interacção entre os dados, mediante a utilização de sucessivos questionários. Foi essa, aliás, a grande atracção que a possibilidade de manuseamento de informação

---

esta ferramenta informática, por parte dos arqueólogos, iniciou-se na década de 80 nos Estados Unidos e em Inglaterra e começou, mais de uma década depois, a ser introduzida em Portugal.

num SIG nos produziu. E foi essa talvez a questão mais interessante que este trabalho suscitou, neste domínio, pois não há dúvida de que a utilização acrítica e "empolgada" de um SIG pode gerar problemas de cariz teórico e metodológico que importa pensar, revisitar, discutir e questionar de forma , se possível, inteligente.

Como em relação a qualquer modelo ou método de trabalho, cremos que é necessário estar permanentemente atento à natureza dos dados e aos suportes que criamos para a sua arrumação mantendo uma permanente postura crítica.

4. Conceitos operativos

Importa agora explicar alguns decisões conceptuais associadas à interpretação dos achados, no sentido de criação de tipologias que permitissem o manuseamento das bases de dados (alfanumérica e cartográfica) e, por conseguinte, o avanço para a etapa de análise do povoamento.

Entenda-se por “decisões conceptuais” o seguinte: a expressão pragmática de procurar uma estrutura minimamente eficiente para articular e interpretar os dados arqueológicos sobre a paisagem sem interferir em demasia nas margens de reinterpretação que os mesmos têm de, a prazo, beneficiarem da afinação e o desenvolvimento de novas agendas de investigação. Concretamente, no decurso do trabalho, tornaram-se cada vez mais preponderantes na organização não apenas das interacções suscitadas pelo sistema operacional do SIG criado para o efeito, mas também na triagem, aprofundamento analítico e apresentação dos resultados, quatro noções que nos habituámos a pensar como básicas: *entidades*, *relações*, *limites* e *escalas*. Estas noções serviram para projectar a arquitectura interpretativa dos capítulos 4 e 5 dedicados à modelação do povoamento. Entenda-se, por sua vez, este último termo como a investigação das adequações que o povoamento romano implicou.

Donde, podermos formular o problema operacional deste trabalho como a identificação e interpretação das *relações* das diferentes *entidades* que compõem o povoamento romano da fachada ocidental do *conventus*

bracarense, correspondente ao actual território do Entre-Douro-e-Minho. Na verdade, o que está em causa não é o sítio arqueológico em si mesmo, ou os vestígios que o identificam, mas antes as suas potencialidades de articulação com outros dados, tendo em vista a compreensão das dinâmicas de povoamento e a organização do território num determinado período cronológico e cultural. A concretização desse objectivo implica a sua articulação com o povoamento pré-romano, mas, também, a sua necessária articulação com as características geográficas do território em questão, também elas geradoras de *escalas* e de *limites* que conformaram as especificidades da ocupação desta região.

Se redireccionarmos, ligeiramente, observações já esgrimidas nas anteriores alíneas, é possível fixar a imagem de dois ângulos referenciais que conformaram, de certa forma, o espaço do problema, entendendo-o "como as vias realmente exploradas, mediante a aplicação (consciente ou não) de heurísticas de desbaste" (Gil 1984: 246).

Ângulo 1:

Identificar na matriz de povoamento romano o que foi potenciado pela adaptação aos novos modelos políticos e administrativos impostos por Roma na região, passou, num primeiro nível, pela compreensão do papel desempenhado por *Bracara Augusta* e pela rede viária, criada para ligar a cidade a outros centros urbanos do Noroeste e da Hispânia, na *deslocação* da organização social pré-romana. No entanto, para além desta estrutura básica, comum a outras regiões do Império, pretendeu-se valorizar o modo como se adaptaram as comunidades indígenas, maioritariamente fixadas até então em povoados fortificados, às novas formas de exploração dos diferentes recursos do território, necessárias ao abastecimento urbano e à prática de uma economia de mercado. O que sobreviveu, como e porquê da anterior rede de povoados indígenas, como se processou a introdução de novos tipos de aglomerados de tipologia romana, como os aglomerados urbanos secundários, os *vici,* ou as *villae*, e o modo como estes se relacionaram com com os povoados fortificados que subsistiram posteriormente a Augusto, foram algumas das problemáticas que nortearam as decisões programáticas deste trabalho.

Ângulo 2:

Tivemos, mais atrás, ocasião de sumariar algumas reflexões em torno da forma como o material utilizado neste trabalho se apresenta e foi tratado, numa combinação nem sempre fácil entre várias dimensões do trabalho arqueológico e a construção de uma sistema informático. A gestão e manipulação de um conjunto vasto e complexo de informações tem um efeito multiplicador na reformulação das frentes de trabalho, como sejam, a criação de instrumentos informáticos que permitam lidar com a informação de tipo relacional, o controle da informação através de prospecções e a avaliação dos seus resultados; a revisão crítica de temas directamente ligados à problemática dos estudos de povoamento, construção de tipologias de sítios, a definição das suas áreas potenciais e o estabelecimento de cronologias[15]. Estas tarefas levam-nos, portanto, a um patamar de problemas de natureza teórica e metodológica que importa discutir. Trata-se de avaliar tipos, de discutir categorias, em suma, de criar instrumentos de avaliação da morfologia do povoamento.

Esbocemos, agora, algumas perspectivas proporcionadas pelo conjunto dos quatros conceitos operativos. Estes conceitos-chave podem talvez

---

15 O estabelecimento de uma tipologia para sítios arqueológicos implica, por exemplo, um acento tónico na "moda", usando livremente este indicador estatístico. Significa isto que os itens que conferem a um sítio uma determinada tipologia não são a "média" de determinados atributos - quantidade de material cerâmico, por exemplo - mas um ou outro atributo específico a que se atribui um valor de atributo diferenciador. O "valor modal" depende, pois, do estabelecimento de atributos que são, muitas vezes, instáveis e pouco claros. Mas, se o acento tónico no estabelecimento de uma tipologia é o "valor modal", há que acrescentar uma “poeira” de outros indicadores que são chamados a intervir no afinamento de hierarquias, ou na resolução de vazios interpretativos e, aqui, podem entrar indicadores como a quantidade de material e, portanto, um valor de média. Portanto, uma tipologia vai sendo construída sobrepondo a uma norma dada pelo "valor modal" uma sucessão de indicadores variados que juntam critérios também variados. Por exemplo, o que classifica um sítio como *villa* não é uma presença quantitativamente significativa de *tegulae*, mas sim a presença de atributos diferenciadores que conjugam dados como a sua implantação no território, a presença de um ou mais elementos arquitectónicos significativos (fustes, capitéis, etc), ou o achado relevante de cerâmicas finas. Mas, se repararamos, estes atributos, que consideramos diferenciadores, variam, ainda que sensivelmente, de autor para autor e entre regiões. De facto, a opção, naturalmente subjectiva, por um atributo que permite atribuir a um sítio uma determinada tipologia, e que permite contagens estatísticas, clareza de observação e, em última análise, a sua representação num mapa, peca sempre por omissão.

designar-se por gramática, uma vez que decorrem das próprias opções metodológicas já brevemente explicitadas.

Ph. Leveau, chama a atenção para o problema da relação "tensa" entre a análise de um sítio e a sua inserção no espaço: "Pour définir le statut d'un site dans un territoire donné et à une époque précise, les archéologues recourent habituelment à l' approche typologique qui l'isole de l'espace. Ils procèdent selon une méthode analytique et une logique déductive à partir de critères définis a priori et hiérarchisés. Mais il est possible de caractériser un site en le plaçant dans un ensemble, soit en donnant la priorité au système relationnel qui permet d'en préciser la fonction." (Leveau 1997: 7). A investigação dessas correlações e distinções permite falar, precisamente, de *entidades* como pólos, ou manchas que se distribuem no território e que podem interligar-se e desdobrar-se em redes de povoamento mais ou menos alargadas, consoante a nossa perspectiva ou escala de análise.

Neste sentido, a nossa pretensão não é fugir ou negar as categorias de sítios mais ou menos consignadas na bibliografia da especialidade mas antes salientar-lhes o valor relativamente independente dos objectos que classificam. De facto, a identificação de entidades permite activar a compreensão dinâmica dos sucessivos territórios com que se vão articulando. Trata-se, pois, de questionar as polaridades do território, tendo presente a necessidade de identificar as entidades primárias, naturais ou antrópicas, que imprimiram à paisagem características duradouras.

A preferência pelo termo “entidade” em substituição do termo “tipo” prende-se, prioritariamente, com a carga excessivamente normativa que o último conceito acarreta. Não sendo correcto afirmar ser uma via romana um tipo de sítio parece aceitável falar de uma via romana como "entidade" que estrutura e marca a paisagem, condicionando a instalação de outras entidades. Importa, por isso, clarificar, ainda que brevemente, de que forma o conceito "entidade" pode aplicar-se a uma investigação arqueológica.

Um dos termos centrais nas metodologias de programação e estruturas de bases de dados é, precisamente, este conceito. De facto, designamos por "entidade" algo que existe ou existiu e pode ser representado num computador. As entidades incluem objectos ou coisas que realmente existiram (como uma determinada pessoa ou um determinado edifício), mas

também construções abstractas como "família", "rede de relações", ou “acontecimento" (Carvalho 1997: 313)[16].

Assim, propomo-nos falar de entidades como algo que existiu, aquilo que normalmente na linguagem arqueológica dá origem à construção de categorias de sítios, construções ou achados, sejam eles uma *villa* romana, um achado monetário, um conjunto de edifícios, ou uma necrópole. Mas o termo entidade pode ser usado também para construções abstractas, como redes de relações entre sítios, algo que nos parece fundamental na interpretação do povoamento e das paisagens. Neste seu último sentido o termo pode ajudar-nos a falar de entidades como pólos, manchas organizadas em função de / e por várias entidades que configuram relações, cujos limites devemos necessariamente tentar detectar.

A identificação das entidades que marcam o território e que funcionam como pólos, isto é, que criam, potencialmente, manchas, pode permitir abrir outros corredores de observação na análise do povoamento. Encaradas como manchas estas entidades podem interligar-se e desdobrar-se em redes de povoamento, mais ou menos alargadas, consoante a nossa perspectiva ou escala de análise. Neste sentido, sem deixar de valorizar as categorias de sítios, que usaremos no seu sentido concreto, procuraremos salientar a sua sua capacidade de serem encaradas como entidades operativas na construção histórica do território na época romana.

Tanto as entidades, tanto em sentido concreto (algo que realmente existiu, ou usando as palavras de Peirce os entes materiais), como as entidades abstractas (entes da razão), são definidas por atributos.

---

16 Estes conceitos são fundamentais nos Sistemas Gerais de Bases de Dados e, pertencem, concretamente , a um modelo designado por "Modelo entidade-relacionamento". Para uma explicação detalhada e particularmente clara destes conceitos e outros problemas na modelização e representação da informação de fontes históricas, veja-se Joaquim Ramos de Carvalho (1997). Os Sistemas Gerais de Bases de Dados usam, portanto noções que podemos encontrar na Semiótica e na filosofia da linguagem. O que nos interessa retirar deste conceito, que percorre linhas de pensamento teórico e metodológico bastante vastas, é a sua capacidade polissémica, que na nossa opinião pode ajudar a cobrir termos ou conceitos por vezes difíceis de utilizar e associar à parática arqueológica. Umberto Eco fala, justamente, de entidades como os seres existentes (de *ens* - ser existente; *entia* - as coisas que existem) e evoca Peirce que propôs restaurar o termo *ens* (ou *entity*) no seu significado originário como "tudo o que se possa falar", distinguindo entes (*entia*) materiais e entes da razão(Eco 1999: 185).

Serão atributos de uma entidade que classificamos como uma cidade romana, determinadas coordenadas geográficas, um conjunto específico de edifícios,ou de vestígios dos mesmos, determinada duração de ocupação. Por sua vez, em sentido abstracto, serão atributos dessa mesma entidade, o seu papel na história política de determinado período, determinados acontecimentos, ou a sua centralidade que funcionou como catalizador ou pólo de povoamento. Assim, para cada entidade existirão um ou mais atributos que a distinguem de outras, o que permite usá-lo como pólo interpretativo de vários registos arqueológicos dispersos pelo território.

O seu uso tem também o mérito de permitir igualmente uma simplificação, ou maior racionalização na interpretação de manchas de dados, sobretudo quando falamos de entidades a que poderemos chamar primárias ou entidades que funcionam como catalisadoras de redes de povoamento. Assim, o caótico acervo de dados arqueológicos, pode depurar-se e conduzir-nos a encontrar alguma ordem lógica na distribuição dos mesmos.

As principais entidades que, de uma forma estrutural, parecem polarizar a paisagem são inúmeras: a cidade, as vias, os *vici,* os povoados fortificados romanizados, os povoados fortificados não romanizados e as *villae.* Trata-se, naturalmente de pólos, cuja dimensão, importância e duração são dificilmente hierarquizáveis entre si, desde logo porque não estão isentos de erros de apreciação tipológica. A discussão sobre este dossier problemático é complexa e crucial, conduzindo-nos a um segundo conceito: o das relações entre as diversas entidades.

De facto, o conceito de *relação* permite compensar um desequilíbrio de análise frequente, que consiste em sobrepôr, quase automaticamente, determinadas entidades-primárias ao povoamento envolvente, quando procuramos as lógicas de hierarquização e compreensão de dinâmicas do povoamento. Ora, tal como as entidades, as relações podem ser descritas por atributos. Uma relação entre uma entidade que se define como pólo de povoamento e outras entidades pode ser a proximidade, a cronologia, ou um determinado grau na hierarquia do povoamento.

O que este conceito põe em marcha é, antes de mais, a detecção de lógicas de aproximação e distância entre entidades. Esta busca pode

desdobrar-se em várias plataformas de análise, como sejam: apurar qual a relação que sítios do mesmo tipo mantêm entre si; averiguar a relação entre continuidades e descontinuidades na ocupação do território; potenciar as relações no sentido de as incorporar na própria lógica de identificação dos sítios ou entidades, o que significa que o estabelecimento de relações pode ajudar a afinar a classificação e interpretação dos sítios arqueológicos. A possibilidade, por exemplo, de desenhar modelos de previsibilidade da ocupação humana depende em grande parte desta plataforma de análise.

O conceito de *limite* pode ajudar-nos a trabalhar uma série de problemas colocados pela investigação arqueológica, muito embora seja fundamental definir o que entenderemos, no âmbito deste tese, pelo conceito de "limite", esclarecendo de que forma ele se pode tornar operatório nas várias fases e escalas de análise que aqui enfrentamos.

Num primeiro patamar o conceito liga-se directamente à demarcação espacial das entidades, ou melhor, à definição da esfera de influência das entidades consideradas primárias. Num segundo patamar, naturalmente articulado com o primeiro, o conceito relaciona-se com a manutenção, reaproveitamento e reciclagem de outros limites territorias, ou mesmo com os limites das esferas de acção de outras entidades. A utilização deste conceito implica necessariamente que se estabeçam escalas de análise precisas, pois ele possui potencialidades diferenciadas consoante trabalhamos em amplas ou pequenas escalas.

Numa pequena escala o conceito de limite permite lidar de perto com regularidades e irregularidades espaciais, designadamente, com a manutenção e/ou retracção de fronteiras, ou com a persistência, reaproveitamento, recuo, ou reciclagem de potenciais territórios de exploração. Numa escala mais ampla, a operacionalidade do conceito pode levar-nos à demarcação de fronteiras entre entidades mais vastas, como sejam as de uma cidade, de um território, de uma província e, em última análise, do Império. Mas, e este é um aspecto que nos parece fundamental, o conceito de limite pode potenciar a discussão relativa à evolução das formas da paisagem, na sua constante configuração e reconfiguração, permitindo, portanto, abordar as dinâmicas particulares dos territórios.

Entidades, relações e limites exigem, até por via das hipóteses e dúvidas que colocam, a sua articulação com as diversas *escalas* de análise em que os dados podem ser observados, quer em termos temporais, quer espaciais.

Estas escalas lidam de perto com a tentativa de apurar os critérios de pertinência e de real significado da informação. Como controlar a especificidade ou a similaridade destes dados? Como refazer este percurso, afinando o rigor das hipóteses e das observações? Importa chamar a atenção para alguns dos efeitos mais significativos deste jogo de escalas. De facto, ele contribui, por um lado, para colocar a investigação no plano comparativo dos modelos de povoamento e, por outro lado, para verificar as modalidades que permitem às paisagens evoluir, operando cortes e reaproveitamentos sucessivos, em configurações muitas vezes pouco sensíveis às tipologias criadas para as analisar.

No âmbito complexo da definição de escalas pertinentes parece-nos que só o desdobramento de áreas de análise assegurará a eficácia e o valor comparativo das análise de povoamento aqui empreendidas.

CAPÍTULO 2
A INTEGRAÇÃO DO NOROESTE NO MUNDO ROMANO

Introdução

O objectivo fundamental da primeira parte deste trabalho é enquadrar a diversidade do mundo pré-romano do Noroeste peninsular e as diferentes formas de conquista e domínio da região por parte de Roma. Este objectivo pode ser explicitado através de várias questões, que procurámos sistematizar em diferentes pontos deste capítulo.

A primeira questão, abordada no ponto 1, procurará sintetizar os conhecimentos sobre a Idade do Ferro relativos ao Noroeste, dando conta das variações regionais em termos de padrões de povoamento, dimensão e cronologia dos povoados, do aproveitamento e rentabilização dos recursos económicos e da organização social.

O processo de conquista e integração do Noroeste no mundo romano, bem como o seu impacte sobre a organização social do mundo indígena será objecto de análise no ponto 2, onde se procurará igualmente verificar os procedimentos utilizados no processo de domínio político e de gestão administrativa desta região da Hispânia, entre Augusto e a época flávia.



Figura 1. Mapa da Hispânia com a divisão em províncias e conventos (cedido por M. Martins)

De seguida, no ponto 3, será perspectivada a organização dos fluxos e ritmos de exploração e de construção do território, na época flávia e antonina, que consolidam o domínio romano.

1. O povoamento pré-romano

As novas direcções e metodologias de investigação aplicadas aos trabalhos, que incidem sobre o povoamento na Idade do Ferro no Noroeste peninsular, sobretudo nas duas últimas décadas, têm permitido constatar importantes variações, quer nos questionários de pesquisa, quer na interpretação da complexa e diversificada ocupação pré-romana da região.

As mudanças registadas mostram um quadro de conhecimentos que ultrapassou a aparente homogeneidade da chamada "cultura castreja", permitindo diferenciar regiões, aferir cronologias e ter uma apreensão mais clara das diferentes situações com que o poder romano foi confrontado em finais do I milénio a.C..

Por outro lado, os avanços da investigação registados sobre o mundo da Idade do Ferro ocorreram de forma mais ou menos simultânea com o desenvolvimento das pesquisas sobre a Idade do Bronze, que alteraram de forma significativa os dados e os conhecimentos disponíveis relativos a este último período.

Nesta circunstância, e considerando que o povoamento da região em análise, à data da sua conquista e integração no mundo romano, constitui o resultado de um processo cultural de longa duração, pareceu-nos pertinente iniciar a abordagem do povoamento pré-romano com um primeiro enquadramento que se situa na Idade do Bronze.

1.1. A Idade do Bronze e a transição para a Idade do Ferro

González Ruibal, ao situar a problemática da Idade do Bronze no Noroeste peninsular, fala de um fenómeno novo: o aparecimento da paisagem rural, fenómeno que caminha paralelamente com o surgimento dos primeiros castros, em inícios do I milénio a.C. (González Ruibal 2006-2007).

O fenómeno referido pressupõe, naturalmente, a construção de uma nova concepção e interiorização social do espaço, responsável pela "construção" de um novo tipo de paisagem, que decorre de uma intervenção mais activa das comunidades no meio envolvente, transformando-a num espaço culturalmente delimitado. O processo encontra-se bem sintetizado na expressão de F. Criado Boado (1993): "a paisagem transforma-se em território".

Observam-se, então, processos de concentração populacional e de delimitação de espaços comunitários que acarretam mudanças profundas na organização do povoamento. O reforço do sentido de comunidade, eventualmente surgido neste período, parece constituir, de igual modo, uma das mudanças mais significativas ocorridas neste período, muito embora apenas se consolide plenamente durante a Idade do Ferro.

Todavia, quando olhamos o conjunto da área representada pelo Noroeste peninsular constatamos que a evolução referida revela significativas assimetrias, já constatadas por diversos investigadores (Carballo Arceo 1986;1990; Fernández-Posse 1998; Villa Valdés 2002).

De facto, existem zonas particularmente dinâmicas e outras de evolução mais lenta. Na transição do II para o I milénio a.C. registam-se, basicamente, duas grandes tradições nesta região. Por um lado, a fundação de castros ou povoados fortificados em sítios elevados é visível na zona sul/ocidental, tendo nas linhas dos rios Sil e Lérez o seu limite mais setentrional. Por outro lado, no restante território, parece verificar-se a manutenção e desenvolvimento das formas de povoamento aberto, características da Idade do Bronze. A zona entre Minho e Lérez, neste contexto, representaria um sector intermédio entre as duas zonas referidas (Carballo Arceo e González Ruibal 2006-2007).

Na área correspondente ao Norte de Portugal, uma das mais "dinâmicas", na expressão de González Ruibal, os trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas têm revelado uma série de novas e importantes descobertas sobre a ocupação humana e a organização do território relativas à transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro.

É possível, assim, afirmar que o Bronze Final é palco de uma grande diversificação do habitat e de formas de ocupação do espaço, constatada em vários locais (Jorge 1988; 1998; Bettencourt 1999; 2000c; 2005).

De facto, conhecem-se povoados abertos em zonas de montanha mas, também, noutros contextos geomorfológicos e topográficos, como sejam as zonas ribeirinhas, as zonas abertas de planalto, as pequenas colinas junto aos vales, as encostas ou, ainda, os pequenos outeiros.

Este tipo de povoados, reconhecido no Norte de Portugal e no Sul da Galiza (Jorge 1987; 1988; Suárez Otero 1998), normalmente de reduzidas dimensões, com construções feitas de materiais perecíveis e estruturas de armazenamento, sugere uma sistemática exploração e aproveitamento dos recursos agro-florestais[17].

Para além dos povoados abertos, característicos da Idade do Bronze, surge, entre finais do II e inícios do I milénio a.C., um outro tipo de habitat, caracterizado por povoados de altura, ocupando lugares destacados na paisagem, com estruturas defensivas ou, pelo menos, com elementos delimitadores do seu espaço físico (Martins 1996; Bettencourt 2000b; 2005).

A presença e a expansão desta mancha de povoados, durante o Bronze Final, enquadram-se num cenário que não é exclusivo do Noroeste Peninsular, acontecendo um pouco por toda a Europa, facto que tem suscitado explicações variadas.

No particular contexto da região em análise as explicações para a emergência deste tipo de habitat centram-se na apropriação do espaço e na intensificação da agricultura, tendência que vem sendo reconhecida pelos investigadores como tendo origem no Calcolítico (Bettencourt 2003b), bem como no desenvolvimento da metalurgia e do comércio à distância, fenómeno aparentemente circunscrito ao Bronze Final (Peña Santos 1996; Bettencourt 1999; Bettencourt *et alii* no prelo).

---

[17] Embora no caso do povoado de Bouça do Frade se possa falar de uma ocupação do Bronze Médio, este tipo de povoados, tanto quanto a investigação parece demonstrar, parece ter-se expandido no Bronze Final (1250/700-600 a.C.) (Jorge 1987). São ainda conhecidos outros povoados com as mesmas características na zona de Baião, designadamente o da Lavra e o do Tapado da Caldeira (Jorge 1980; 1987). Na área do vale do Cávado são conhecidos alguns povoados de fossas como o Alto de S. Bento e o Alto da Cividade, em Braga (Bettencourt 2000c), igualmente presentes no vale do Lima, como acontece no sítio de Regueira (Almeida *et alii* 1994) e no vale do Minho, Castelo de Fraião) (Almeida *et alii* 1995).

Parece, pois, existir, durante o Bronze Final, especialmente entre 1000 e 700 a.C., um padrão de povoamento caracterizado por uma razoável variabilidade no tipo de habitats que ocorre em contextos geomorfológicos e topográficos diferenciados (Silva 1986; Martins 1990; Bettencourt 2005). Este fenómeno poderá explicar-se por uma necessidade de diversificar a exploração dos recursos económicos o que, em última análise, conduziu provavelmente a uma hierarquia do povoamento e à afirmação social das posições de chefia (Dinis 1993; Martins 1996; Bettencourt no prelo).

Os dados ambientais disponíveis para este período indiciam uma intensa actividade económica aliada ao aproveitamento sistemático dos recursos disponíveis (Figueiral 1990; Bettencourt *et alii* 2003; Figueiral e Bettencourt 2004). De facto, os espectros polínicos registam uma presença contínua de cereal, de pólen não arbóreo e, ainda, de espécies que assinalam uma forte acção antrópica nas áreas próximas dos povoados.

Para além de vestígios de cereais e leguminosas, detectáveis pelos dados da Palinologia e por macro-restos das espécies, recuperados nas escavações que têm sido realizadas (Figueiral 1990; Bettencourt 1999; 2005), os castanheiros e carvalhos parecem constituir as principais espécies florestais que asseguravam a cobertura arbórea da região (Figueiral 2000), sendo de destacar também a presença de pinheiro silvestre.

No seu conjunto, os dados registados pela Palinologia (Aira Rodriguez *et alii* 1989), Antracologia (Carballo Arceo 1998; Figueiral 1990; 2000) e Edafologia (Díaz-Fierros Viqueira 1996) revelam uma utilização intensiva dos recursos disponíveis, tanto na recolecção como na produção de alimentos, caça e pastoreio. A avaliar pelos dados antracológicos, esta actividade humana inclui o abate de árvores, provavelmente para abertura de áreas de cultivo ou com fins construtivos ou energéticos (Figueiral e Carcaillet 2005; Bettencourt e Figueiral no prelo).

Assim, constata-se desde os finais do II milénio a.C. uma intensificação da agricultura e uma intervenção mais actuante no meio natural. Estas mudanças terão sido acompanhadas de transformações sociais, no sentido de uma complexidade e hierarquização crescentes das comunidades, mudanças que são, também, visíveis no registo material dos povoados (Martins *et alii* 2005; González Ruibal 2006-2007; Bettencourt no prelo).

Um outro aspecto a destacar é a importância assumida pelos intercâmbios à distância. É possível afirmar, com base nos dados arqueológicos disponíveis, que a região do Noroeste se encontrava integrada numa complexa rede de rotas comerciais - estruturadas em épocas anteriores ao Bronze Final - com o Norte da Europa (Jorge 1998). A partir do Bronze Final as redes de intercâmbio alargam-se ao Mediterrâneo, carreando para a região do Noroeste produtos e inovações que influenciaram a transformação sócio-económica observada durante este período (González Ruibal 2006-2007).

Ao longo do I milénio a.C. regista-se uma progressiva intensificação da actividade agrícola, donde decorre um outro quadro ou segmento de transformações - que se torna especialmente visível nos dois últimos séculos antes da nossa era.

O desenvolvimento económico resultante da exploração progressivamente mais intensa dos recursos agrícolas representa, nunca é de mais sublinhá-lo, um processo de longa duração, que remonta à Idade do Bronze, mas com momentos de retracção, normalmente associados à I Idade do Ferro, momento em que se verifica, também uma rarefacção do povoamento de vale (Martins 1990).

De facto, entre os séculos IX e VIII a.C., o registo arqueológico indicia o abandono de povoados abertos, quer no vale quer na chãs montanhosas, o mesmo acontecendo com alguns povoados de altura. No entanto, muitos dos povoados fortificados que haviam emergido nas bordaduras dos vales são também abandonados enquanto que outros se monumentalizam (González Ruibal 2006-2007; Martins 1996). Este quadro de mudanças tem levado os investigadores a situar nesta época a transição para a Primeira Idade do Ferro (González Ruibal 2006-2007).

Uma das razões que poderá estar na origem destas mudanças estará certamente relacionada com as alterações climáticas resultantes da passagem do Subboreal para o Subatlântico, que se caracterizaram por um aumento da pluviosidade e da humidade, reduzindo a pântanos as terras baixas dos vales (Ramil Rego 1993). Por outro lado, a degradação das zonas férteis de montanha, provocada pela sua exploração intensiva no milénio

anterior, poderá tê-las tornado impróprias para uma produção continuada, facto que explicaria o abandono dos povoados de montanha (Martins 1996).

Neste contexto, quer as alterações climáticas registadas, quer a degradação dos solos de montanha poderão ajudar a explicar a necessidade de um reordenamento da paisagem humanizada e uma necessidade de diversificar os recursos alimentares, orientando as comunidades para uma economia agro-silvo-pastoril, que caracterizará as comunidades da Idade do Ferro (Martins 1990).

Embora pouco abundantes, os dados arqueológicos disponíveis para o Ferro Inicial demonstram uma clara diminuição de bens ligados a intercâmbios à distância, bem como uma menor produção metalúrgica (Martins 1996; Bettencourt 1999; González Ruibal 2006-2007). Diminuem os depósitos rituais característicos da Idade do Bronze e as relações com a Europa atlântica parecem ter perdido a sua anterior dimensão (Ruiz-Gálvez Priego 1998; Kristiansen 1998).

O abandono dos povoados situados no fundo dos vales e a concentração da população em povoados fortificados na bordadura das principais bacias hidrográficas despoletaram mudanças estruturais tanto no interior das comunidades como nas relações que estas mantinham entre si.

É a partir dos castros, limitados por muralhas, que se fará a exploração dos recursos agrícolas, desencadeando, provavelmente, uma maior pressão pelo controle e posse da terra, conforme vem sendo sugerido por vários autores (Martins 1990; Dinis 1993; Almeida 2000; González Ruibal 2006-2007). Estes castros constituirão a forma de habitat dominante durante a II Idade do Ferro.

As estruturas defensivas utilizam cada vez mais a pedra e aumentam em número e visibilidade. Um outro facto a registar prende-se com o tipo de habitações destes povoados. Se, em alguns, parece haver uma continuidade relativamente à Idade do Bronze, com estruturas redondas feitas em materiais perecíveis, outros registam, já no século VI a.C., casas feitas preferencialmente em pedra, como tem sido constatado na Galiza e no vale do Minho (Silva 1986; González Ruibal 2006-2007).

1.2. A diversidade do povoamento ao longo do I milénio a.C.

A abordagem do povoamento do I milénio a.C. exige, necessariamente, no actual quadro de conhecimentos, dar conta das variações que o fenómeno conhece no âmbito geográfico do Noroeste peninsular. A heterogeneidade observada constitui um enorme desafio interpretativo. Parece ser hoje indiscutível a existência de regiões mais abertas e dinâmicas, uma das quais se situa na chamada zona galaica, incluindo o Entre-Douro-e-Minho português e o Sudoeste da Galiza (González Ruibal 2006-2007).

Na área meridional e ocidental do Noroeste o mundo pré-romano é bastante melhor conhecido, comparativamente a grande parte das restantes áreas do sector noroeste da Península Ibérica. A ponderação dos resultados pode, assim, ir mais longe, afinando as diferenças.

Esta zona é, por excelência, a região da chamada "cultura castreja", com uma grande densidade de povoados, entre os quais se reconhece a presença de grandes povoados ou citânias, cujas escavações contribuiram para criar a ideia de uma “cultura”, cujas características permanecem, ainda hoje, como uma “imagem de marca” da história do Noroeste anterior à conquista romana (Martins 1990). Espicaçando esta “imagem”, impõe-se avançar para uma síntese mais atenta.

Entre os séculos VI e IV a.C., a retracção que alguns autores associam à fase de transição entre o Bronze Final e a I Idade do Ferro parece dar lugar a um impulso de desenvolvimento significativo na região do Entre-Douro-e-Minho. Com efeito, os trabalhos monográficos (Martins 1990; 1991; Almeida 1996; Dinis 2001) ou de síntese (Silva 1986; Höck 1986; Queiroga 1992), desenvolvidos nas últimas décadas demonstram um quadro de povoamento que passa a concentrar-se em locais com uma topografia marcante na paisagem, onde os objectivos estratégicos de controle do território parecem ser determinantes.

Tanto quanto é possível verificar, a fortificação dos povoados é uma norma, representando um modo de consolidar as comunidades no quadro geográfico dos principais vales que cortam a topografia do anfiteatro do Entre-Douro-e-Minho. Assiste-se, deste modo, a um processo de consolidação territorial das populações, alicerçado numa sedentarização

efectiva (Silva 1986; Martins 1990; Alarcão 1992; Martins 1996; Almeida 1996).

Entre inícios do século IV a.C. e o período da transição da era, o número de povoados aumenta exponencialmente. Em alguns casos, estes habitats dão continuidade a ocupações datadas do Bronze Final. Outros serão fundados de raiz, obedecendo a uma tendência de ocupação intensa das zonas litorais e dos vales. O quadro geral será pautado por um aumento significativo das áreas ocupadas.

A par dos povoados localizados em sítios estrategicamente importantes em termos de controle e visibilidade, regista-se uma necessidade crescente de estabelecer novos locais de fixação das populações, aparentemente mais vocacionados para a exploração dos recursos dos vales, facto que permite Intensificar a exploração da terra e aumentar, de forma significativa, as áreas arroteadas.

A estruturação de um novo cenário de povoamento pode sintetizar-se em três processos - nuclearização, fortificação e territorialização - que se ligam directamente à necessidade de demarcação das áreas de exploração económica das comunidades, garantia da posse da terra e da sua apropriação efectiva (Martins 1996).

A variabilidade no tipo de povoamento do Noroeste português é, sem dúvida, a imagem mais marcante. A par de grandes castros com um número considerável de população, que podem ser considerados como *oppida*, surgem povoados de média dimensão e ainda pequenos povoados delimitados apenas por uma muralha e um fosso, situados em áreas de vale. O leque é muito variado tanto na dimensão e estrutura dos habitats como no espólio que fornecem, que varia tanto em termos da quantidade e variedade de formas cerâmicas, como na maior ou menor presença de artefactos metálicos.

Variadas são, também, as áreas de exploração de recursos. Uma economia de lavradio, praticada nos vales, coexiste com a exploração das zonas de matos, situadas nas vertentes envolventes dos povoados, das manchas florestais de carvalhos e sobreiros e, ainda, da floresta ribeirinha, junto de linhas de água e nas zonas de vale alargado. Este vasto e diversificado conjunto de recursos servia uma economia agro-silvo-pastoril

que permitia a produção de cereal, a recolecção de frutos para homens e animais, a alimentação do gado e uma reserva de bens energéticos e construtivos fundamentais à sobrevivência das comunidades (Martins 1996).

Ocorrem algumas inovações tecnológicas, documentadas pela presença de utensílios agrícolas em ferro, que testemunham o desenvolvimento da metalurgia da II Idade do Ferro (Silva 1986; Martins 1990).

A intensificação económica terá levado a um abate significativo de zonas anteriormente ocupadas por manchas florestais, com forte impacte antrópico nas áreas envolventes dos povoados. As necessidades de madeira a par da abertura de clareiras para fins agrícolas poderão explicar os dados paleoambientais que revelam uma diminuição progressiva, ao longo do I milénio a.C., das áreas florestais junto aos habitats (Aira Rodriguez e Ramil Rego 1992; Figueiral 1990; 1993; Díaz Fierros Viqueira *et alii* 1994). Também as manchas florestais ribeirinhas terão sofrido retracção devido à instalação de povoados de baixa altitude (Martins1988).

Na região da Galiza o aparecimento de povoados fortificados é mais tardio do que no Norte de Portugal, não havendo fundações anteriores ao século IX a.C., contrariamente ao que parece demonstrado pelas investigações na área do Entre-Douro-e-Minho onde o processo se inicia na transição do II para o I milénio (Carballlo Arceo 1989; González Ruibal 2003). Semelhante parece ser, nestas zonas, a evolução histórica das sociedades da Idade do Ferro ao longo do I milénio a.C..

Na região de Lugo, a variabilidade nos padrões de povoamento continua a ser uma característica dominante, ligada inevitavelmente às diferenças geomorfológicas entre a região ocidental, granítica, e a oriental e setentrional, onde predominam os xistos (Arias Vilas e Villa Valdés 2005). O povoamento ao longo do I milénio a.C., nesta região, pode agrupar-se em três tipos fundamentais.

O primeiro está representado por povoados costeiros, situados junto à orla marítima, localizados em relevos ou pequenos promontórios junto ao mar, com um esquema defensivo simples, normalmente composto por uma muralha seguida de fosso. Este primeiro grupo de castros é comum a toda a região de Lugo e das Astúrias, prolongando-se na costa galega.

Um segundo tipo, que F. Arias Vilas e A. Villa Valdés definem como castros de interior, possui uma implantação em outeiros de altitudes médias, razoavelmente destacados na paisagem envolvente. Estes povoados são os mais numerosos e também os melhor conhecidos e ocupam, maioritariamente, as bordaduras dos principais vales da Galiza.

Finalmente, um último tipo aparece predominantemente nas zonas montanhosas a oriente da região em análise, próximo das zonas de exploração metalífera. Trata-se de povoados situados em cotas elevadas e com um aparato defensivo relativamente complexo, definido por mais do que uma linha de muralha e fossos. O seu desenvolvimento situa-se já na época romana, pelo papel importante que terão assumido na exploração das zonas metalíferas (Sanchez-Palencia Ramos e Fernández-Posse 1993; 1998; Sanchez-Palencia Ramos *et alii* 1999; Orejas Saco del Valle e Sanchez-Palencia Ramos 2002).

Três etapas cronológicas permitem enquadrar a evolução do povoamento ao longo do I milénio na região de Lugo.

Num momento inicial, situado entre os séculos IX e V a.C., os castros difundem-se como modelo único de povoamento. Numa segunda etapa, entre os finais do século V / inícios do século IV a.C., até finais do século II a.C., consolida-se o modelo inicial de povoamento castrejo, observando-se uma actuação mais activa na exploração dos territórios envolventes. Finalmente, uma terceira etapa, entre finais do século II / inícios do século I a.C. até finais do século II d.C., caracteriza-se por uma acentuada diversificação interna e externa dos povoados, dinamizada pela presença romana. O domínio romano não parece ter implicado, nesta região, um abandono dos povoados fortificados, mas sim uma interacção com novas formas de povoamento, já claramente ligadas à conquista e integração no Império, fenómeno que é particularmente visível nos chamados povoados de montanha, ligados à exploração mineira (Sanchéz Palencia Ramos e Férnandez Posse 1986; Arias Vilas e Villa Valdés 2005; Orejas Saco del Valle 2005).

Nas zonas a leste de Lugo, Astúrias e Cantábria, as informações arqueológicas obtidas até à data mostram quadros de povoamento bastante diversos e uma menor dinâmica de desenvolvimento (Villa Valdés 2002).

A norte da cordilheira cantábrica, só surgem povoados fortificados em finais dos séculos III-II a.C., ocupando locais de altitudes médias, em pequenas colinas ou promontórios junto ao mar, normalmente delimitados por uma muralha e taludes (Camino Mayor 1995). A única excepção conhecida a uma cronologia tão tardia para estes povoados é o castro de Campa Torres com uma ocupação que remonta aos séculos VI-V a.C. (Maya González e Cuesta Toribio 2001).

O aparato defensivo dos povoados desta área é simples, sendo composto por taludes ou muralhas pétreas, não se registando reforço do mesmo. Os dados arqueológicos demonstram que estes povoados tinham uma economia de subsistência, com predomínio da pastorícia e um comércio embrionário (Carrocera Férnandez 1995).

Na região a sul da cordilheira, a ocupação da Idade do Ferro conhece grandes vazios que, em muitos casos, correspondem a falhas de investigação. De qualquer forma podem definir-se três zonas distintas nesta área.

Na região de León, o povoamento caracteriza-se por castros de pequena e média dimensão, com muralhas pétreas, que, segundo E. Carrocera Férnandez (1995), possuíam uma clara vocação agrícola.

Já os povoados da região de Zamora são basicamente castros de montanha, localizados em cotas relativamente elevadas, isolados, dispondo de um aparato defensivo normalmente composto por uma linha de muralhas, por vezes reforçada por fossos e pedras fincadas. A actividade económica fundamental destas comunidades seria a pastorícia.

A região transmontana possui um tipo de povoados cuja característica mais marcante é o seu carácter isolado, com claro domínio do meio envolvente. Na parte que corresponde ao actual território português, o povoamento parece obedecer fundamentalmente aos recursos da pastorícia, mais do que à exploração dos recursos agrícolas (Lemos 1993; Lemos 1995).

Finalmente, pode ainda individualizar-se uma faixa de território onde aparecem povoados de maiores dimensões, próximos a zonas de veigas e normalmente fortificados, no que E. Carrocera Férnandez (1995) define como " el borde suroriental" da região. Em toda esta área, correspondente ao futuro *conventus Asturicensis*, predominam habitações circulares ou com tendência

curvilínea, excepção apenas para os castros de Lubián (Zamora) e Corona de Corporales (León) com habitações de planta quadrangular (Carrocera Férnandez 1995).

1.3. O Noroeste em finais do I milénio a.C.

Nos últimos dois séculos antes da nossa era, como já referimos, um conjunto de mudanças marca as sociedades da Idade do Ferro que habitavam no Noroeste Peninsular. Costuma balizar-se este período entre a expedição de D. Júnio Bruto em 138/136 a.C. e a fundação por Augusto das três cidades do Noroeste: *Bracara Augusta, Lucus Augusti e Asturica* Augusta.

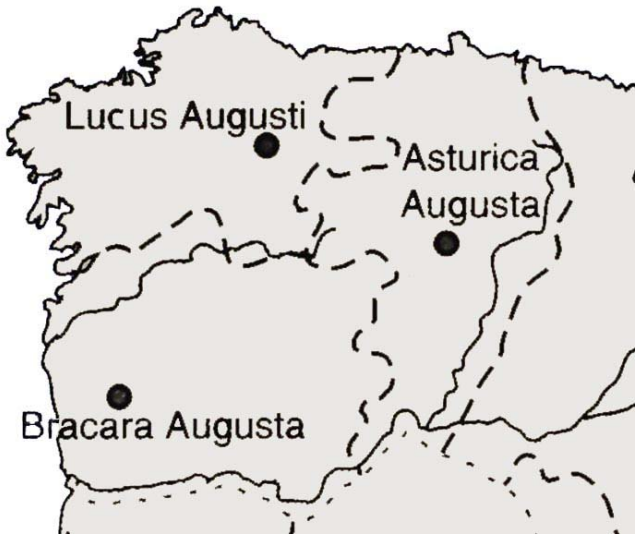


Figura 2. Limites dos três conventos do Noroeste e respectivas capitais (cedido por M. Martins)

As mudanças ocorridas expressam-se pelo aumento da produção agrícola, o incremento das trocas comerciais, as mudanças nos padrões de povoamento e as características da organização "interna" de alguns povoados. As tendências já antes verificadas ganham uma nova amplitude e interacção. Neste período de tempo, o processo de mudança aparece já fortemente consolidado e melhor documentado. Esta é a primeira nota mais saliente

Muitos povoados possuem, agora, um impressionante aparato defensivo formalizado com várias linhas de muralhas e várias plataformas de ocupação. Nalguns casos, os habitats atingem grandes dimensões e possuem uma organização proto-urbana, com unidades residenciais definidas por grupos de habitações e outros equipamentos anexos, delimitadas por muros e eixos de circulação.

O fenómeno de consolidação de um modelo de povoamento, nos finais do I milénio, pautado pela presença destes grandes *oppid*a, é comum à área do Entre-Douro e Minho português, prolongando-se mais a Norte, para a zona costeira e meridional da actual Galiza, fundamentalmente em torno das Rias Bajas (Martins 1990).

As mudanças referidas acarretaram, como é inevitável, transformações no quadro social das comunidades, registando-se a tendência para o aparecimento de um tipo de povoamento claramente hierarquizado, nalgumas áreas (Silva 1986; Martins 1990), ou de "potencial hierarquização" social noutras (Orejas Saco del Valle 1996).

Na área mais meridional do Noroeste, o processo de hierarquização parece estar patente ao longo de todo o século I a.C., perceptível nas relações de dependência entre diferentes tipos de povoados (Martins 1990). Por sua vez, é nesta região que surgem os grandes povoados, que podem ser considerados verdadeiros *oppida*, como Sanfins, Briteiros, Stª Luzia, Cividade de Âncora, Romariz, entre outros, com uma série de indicadores culturais específicos desta área, como seja a estrutura proto-urbana de organização do espaço, os balneários, ou as esculturas de guerreiros (Silva 1986).

Uma outra região do Noroeste onde parece ter-se dado, também, um processo de potencial hierarquização social foi na parte da Meseta integrada no território Asture, com prolongamentos para a bacia do Douro. Aqui ocorre um processo de celtiberização desde os séculos III-II a.C., registando-se igualmente o desenvolvimento de *oppida* importantes. Alguns são conhecidos na época romana e os seus nomes foram transmitidos pelas fontes latinas, como é o caso de *Brigaecium*, *Baedunia*, *Lancia* (Orejas Saco del Valle 1996; Esparza Arroyo 1986).

O acento tónico na mudança deve ser equacionado em moldes não exclusivos, atento a outras realidades subjacentes, e muito menos generalizado e sincronizado, automatica ou difusamente, para regiões relativamente próximas. De facto, grandes áreas do Noroeste terão ficado alheias a este processo de complexificação e hierarquização social que caracterizou as regiões mais expostas ao contacto com o mundo romano, na última centúria antes da nossa era.

A zona de Trás-os-Montes e o ocidente de Zamora representam uma espécie de enclave entre as duas áreas definidas anteriormente. Esta zona forma um contínuo com o sector sul-ocidental leonês, prolongado até aos territórios da actual zona arqueológica de "Las Médulas".

Os castros tendem, aqui, para a autarcia, com auto-abastecimento completo de bens de subsistência. Cada povoado possui o seu território de controle independente, não se detectando processos de expansão territorial, de concentração populacional ou de hierarquia entre eles (Lemos 1993). No interior dos povoados é perceptível o isolamento de distintas células familiares, não existindo entre elas qualquer diferenciação que permita falar, tão pouco, de uma hierarquia social (Esparza Arroyo 1986; Orejas Saco del Valle 1996).

Num nível de desenvolvimento similar parecem estar as comunidades de outras zonas, como a posteriormente chamada *Asturia Transmontana*, panorama aplicável a todo o ocidente leonês, bem como à área da actual terra de Viana do Bolo.

Atendendo ao quadro enunciado é justo sublinhar que a diversidade regional parece dominar no Noroeste peninsular nos finais do I milénio a.C.. Na verdade, o contacto com o poder romano atinge este território em cronologias diferentes e de formas diferenciadas, o que condicionou, inevitavelmente, os ritmos de integração e desenvolvimento das populações indígenas anteriormente à pacificação definitiva da Hispânia, com Augusto.

Neste processo, a região meridional da Galécia detém claros marcadores que a distinguem do restante território do Noroeste, embora não seja redundante salientar, igualmente, a diversidade existente nas regiões dos futuros conventos *asturicensis* e *lucensis*.

Um factor de suma importância nesta distinção, que permite falar da Galécia meridional, por oposição ao restante território do Noroeste, deverá ter sido o facto de não parecer ocorrer aqui uma verdadeira resistência à presença romana. Pelo contrário, posteriormente à expedição de *D. Iunius Brutus*, o registo arqueológico tem vindo a demonstrar uma franca abertura desta área ao mundo já pacificado do Sul da Península, facto que desencadeia uma série de mudanças. Estas são visíveis na presença de materiais importados muito variados de cronologia tardo-republicana, na adopção de novas tecnologias, no aparecimento da moeda e nas profundas remodelações sofridas por alguns povoados, mudanças que se vão intensificando ao longo de todo o século I a.C. (Silva 1986; Martins 1990; Almeida 1992).

Com efeito, a partir dos finais do século II a.C., as regiões do Sudoeste da Galiza e Norte de Portugal registam a emergência de um grupo de povoados muito característicos, os grandes *oppida*, que partilham entre si sistemas defensivos monumentais, grande concentração de população, organização proto-urbana, diversificação económica e o controle de amplos territórios de exploração nos quais se inscrevem outros povoados dependentes.

O precoce contacto da região referida com o poder romano deverá ter acelerado este processo, a partir do século II a.C., conforme é defendido por vários autores (Silva 1986; Martins 1990; Martins 2005). Este é, portanto, um incontornável vector diferenciador, constituindo a um tempo um ponto chegada das investigações e um ponto de partida de outras. Nomeadamente as que se baseiam no mosaico espacial de diferenças sujeito aos contactos romanos e/ou romanizadores.

A avaliação dos dados arqueológicos disponíveis é consentânea com um processo de complexificação social das comunidades indígenas, comum a outras regiões da Europa (Drinkwater 1983; Millett 1990), onde o contacto com o poder romano parece ter desempenhado um importante papel na aceleração do seu desenvolvimento e mudança do mundo indígena, processos que não se limitam a simples fenómenos de imitação de modelos mediterrânicos.

Nesse sentido, a expedição de D. Júnio Bruto à região do Entre-Douro-e-Minho, em 138-136 a.C,. deve considerar-se um marco incontornável na análise da evolução das comunidades indígenas da fachada ocidental do Noroeste peninsular, no período anterior ao câmbio da era, tal como a expedição de César à *Britannia* representa uma "baliza" fundamental na compreensão dos processos de mudança operados na região até à conquista de Cláudio (Millett 1990).

1.4. Incursões romanas a norte do Douro

O desembarque romano em *Emporion*, em 218 a. C., marca o início do interesse de Roma na Hispânia, muito embora esta data não implique uma presença efectiva no território peninsular, no sentido de uma etapa clara e planeada de conquista. De facto, o desembarque em *Emporion* representa antes de mais um episódio de guerra, embora assinale, também, a primeira incursão romana fora da área de expansão "natural" de Roma, ou seja, a Península Itálica e a Sicília.

A data de 218 a.C. constitui, portanto, uma data-chave, não só para a conquista da Hispânia, mas também para a expansão e para a história do Império romano.

Em 218 a.C. a Hispânia era, basicamente, um território ignoto. Se uma parte substancial das suas costas sul e oriental poderia já ser conhecida mais ou menos directamente pelas populações mediterrânicas, todo o restante território se confinaria,então, a relatos vagos sobre riquezas incalculáveis que encerrava e sobre as populações rudes e bárbaras que nela viviam.

Não possuímos muitos registos, mas sabemos da existência de precoces contactos comerciais romanos com a região oriental da Península, ainda que seja de mitigar o exagero das notícias fornecidas por alguns autores clássicos que relatam as suas riquezas mineiras (Tranoy 1981)[18].

Até à derrota dos Cartagineses não há um domínio verdadeiramente organizado do território, mas apenas o controle de uma pequena franja na zona oriental da Península. Só em 197 a.C. são nomeados dois pretores para

[18] Os autores que abordam a questão das riquezas mineiras da Hispânia, em geral, e do Noroeste em particular, são Estrabão que cita Posidonius, e ainda Silius Italicus e Floro.

as províncias da Hispânia Citerior e da Hispânia Ulterior. Dividida a Península nestas duas partes, os seus limites foram, durante quase dois séculos, avançando de Oriente para Ocidente, com as vicissitudes próprias das conquistas e as contingências de um quadro político interno marcado pela crise. O domínio deste espaço foi-se fazendo, assim, sem um quadro administrativo verdadeiramente estruturado. A Hispânia era, ainda e apenas, um pedaço de território, ligado à capital pelos exércitos, pela descoberta e exploração das riquezas, um verdadeiro mosaico de disparidades culturais e étnicas, e um palco privilegiado das guerras civis romanas.

Com a vitória em Numância e a conquista das Baleares, em 123 a.C., começa a desenhar-se, finalmente, uma planificação geral de controle do espaço conquistado, que conduz, no século I a.C., à fundação de núcleos urbanos, à abertura de vias e ao conhecimento progressivo do território e das suas riquezas, bem como das populações que o habitavam (Montenegro Duque *et alii* 1986; Curchin 1991; Fabião 1992; Richardson 1996).

Nos séculos que fazem a história entre o desembarque em *Emporion* e a chegada de Augusto a *Tarraco*, as fontes escritas falam-nos de quatro expedições principais ao território a norte do Douro.

A primeira esteve a cargo do governador da Hispânia Ulterior, D. Júnio Bruto, entre 138 e 136 a.C. e dela ficaram, para além da referência a outros factos militares ocorridos a sul do Douro, a notícia de um combate entre as tropas romanas e os “Bracaros”.

Nesta expedição, com objectivos punitivos mas, também, seguramente, de reconhecimento da região, as tropas romanas cingiram-se ao território a sul do rio Minho, excluindo-se a actual região de Trás-os-Montes.

Entre 96 e 94 a.C., um outro governador da Ulterior, Públio Crasso, faz uma segunda incursão a norte do Douro, desta vez com objectivos aparentemente comerciais. É desta incursão que parece resultar a abertura de uma rota comercial entre o Sul e a região dos galaicos.

Em 74 a.C., Perpena empreende uma expedição que atinge apenas *Cale,* com intenções aparentemente punitivas.

O reconhecimento do território e a abertura de novas rotas comerciais terão levado Júlio César, entre 61 e 60 a.C., a empreender uma expedição

naval que acompanhou a costa galega até *Brigantium* (La Coruña) (Tranoy 1981; Alarcão 1990b; Fabião 1992; Silva 2000).

Antes destas incursões, o território do Noroeste seria já conhecido por rotas comerciais proto-históricas. Com efeito, o Noroeste estava ligado, desde épocas anteriores ao Bronze Final, a redes de intercâmbio a longa distância com o Noroeste da Europa, como já tivemos oportunidade de referir. Esses intercâmbios estendem-se, desde aquele período, ao Mediterrâneo, muito embora as zonas que registem mais indícios de contactos se situem a sul do Douro.

O enclave fenício de Santa Olaia, perto do rio Mondego, atesta a importância desta rota, que se terá estendido ao Noroeste. Ainda que os contactos com o Mediterrâneo possam ter sido mais esporádicos, aparecem materiais na Sardenha e Sicília que poderão ter origem no Noroeste da Península (González Ruibal 2006-2007). Por outro lado, a arqueologia vem demonstrando a presença de materiais fenícios e gregos na costa litoral a norte do Douro e do Minho, sendo expressiva a sua ocorrência na área das Rias Baixas galegas (González Ruibal 2006-2007).

A partir do século II a.C., mas sobretudo ao longo do século I a.C., intensifica-se a presença de materiais cerâmicos romanos em castros litorais do Noroeste português, os quais testemunham que, após a campanha de D. Júnio Bruto e a incursão de Públio Crasso, esta região manteve relações comerciais com o Sul da Península, subentendendo-se que se encontrava pacificada e sob controle romano (Silva 1986; Martins *et alii* 2005; Morais 2005).

2. Conquista e pacificação

Entre a data do desembarque em *Emporion*, em 218 a.C. e a conquista e pacificação do Noroeste peninsular, ocorrida em finais do século I a.C., decorreram aproximadamente dois séculos fundamentais na história de Roma, durante os quais ela passa, definitivamente, de uma *civitas* a capital de um Império.

Tal transformação abrangeu processos de mudança muito variados e a utilização de alguns territórios como espaços “laboratoriais” privilegiados. Esse foi, sem dúvida, o caso da Hispânia.

De facto, entre o desembarque dos exércitos romanos na Península e a sua conquista efectiva forjaram-se, para além dos naturais avanços territoriais do domínio romano, os próprios conceitos de *provincia* e de *Imperium*, que Roma aplicaria ao conjunto da vasta área conquistada.

Com efeito, no caso da Hispânia o processo de conquista e apropriação do espaço caminhou em paralelo com a evolução daqueles conceitos. A evolução semântica do próprio termo *provincia* permite-nos trilhar o caminho seguido no processo de apropriação do espaço por Roma. Inicialmente, o termo designava apenas a esfera da responsabilidade de um magistrado, tendo evoluído e adquirido o significado de governo de um território anexado, chegando, posteriormente, ao sentido de uma circunscrição territorial.

Esta evolução acompanha, directamente, a organização administrativa das regiões conquistadas, conduzindo, nos inícios do século I, a uma "cristalização" progressiva do termo no seu sentido “territorial” (Nicolet 1984).

Com a instauração do principado, Augusto passa a deter um *imperium* sobre uma ampla *provincia*, englobando grande parte das áreas conquistadas. Impunha-se, então, transformar Roma numa capital imperial e os restantes territórios em verdadeiras províncias. A conquista definitiva da Hispânia em que o próprio Augusto se envolveu directamente será, por isso, mais um trunfo do seu *imperium* e a consignação de um modelo de organização administrativa do território.

Este modelo, que contemplou, em primeiro lugar, a subdivisão do Imperio em províncias, exigirá, todavia, outros níveis de organização hierarquicamente inferiores, entre os quais se destacam os conventos e, abaixo destes, as *civitates*.

Para servir esta estrutura de sucessiva fragmentação do território em unidades cada vez mais pequenas, tornou-se óbvia a necessidade de fragmentar, também, o poder da capital.

O processo de fundações coloniais de direito romano ou latino, acompanhado da necessária urbanização dos novos territórios conquistados, constituirá uma das estratégias de estruturação da nova ordem politica e

administrativa, a qual será igualmente servida por uma outra ferramenta: a construção de uma rede de comunicações que interligasse os centros urbanos, garantindo o eficaz funcionamento do sistema.

2.1. As campanhas de Augusto no Noroeste

Augusto estabelece-se em Tarraco em 27 a.C.. No ano seguinte, prepara as investidas contra Cântabros e Astures, concentrando o exército sobre uma linha de combate, cujo epicentro seria Segisama (Sasamón), a leste da actual província de Burgos. Paralelamente Publio Carisio, legado da Lusitânia, instala-se junto à futura *Asturica Augusta*, local onde serão posicionados os acampamentos de parte do exército da Citerior.

A primeira fase da conquista decorreu no ano de 25 a.C., tendo tido várias frentes de combate. Caio Antistio Veto venceu os Cântabros e estabeleceu um acampamento na zona de Lugo, de onde viriam a ser lançados posteriores ataques.

De facto, registaram-se sucessivas sublevações em 24, 22 e 19 a.C., a última das quais foi controlada por Marco Vipsânio Agripa. Esta vitória assinalará o controle político-militar da Hispânia por parte de Roma, muito embora se registe, ainda, uma revolta no ano de 16 a.C., que marcará definitivamente o fim das hostilidades.

Deve-se a Agripa o primeiro ensaio de organização dos novos territórios no mapa administrativo da Península, sendo prolongada até ao Cantábrico a fronteira da Lusitânia que passou, por isso, a incluir os territórios de *Asturia* e *Gallaecia*. Todavia, a construção deste primeiro mapa político e administrativo do Noroeste sofreu, naturalmente, um posterior ajustamento dos seus limites.

A fronteira da Lusitânia recuou progressivamente para sul, acabando por ser fixada no Douro, o que determinou a integração do Noroeste na província Citerior ou Tarraconense. Esta será por sua vez dividida em conventos jurídicos, referidos por Plínio, em 70 d.C..

Muito embora a historiografia tradicional tenha considerado, durante muito tempo, que os conventos correspondiam a uma criação flaviana

(Tranoy 1981; Alarcão 1990b), estas circunscrições são hoje, genericamente, aceites como uma criação augústea.

O achado da denominada *Tabula Lougeiorum*, encontrada na região de Caurel e depositada no Museu de San Antón, La Coruña, trouxe dados de extrema importância que obrigaram a rever a lista pliniana e a cronologia da fundação dos conventos jurídicos (Dopico Cainzos 1986; 1988).

A inscrição, datada de 8 a.C. (Rodríguez Colmenero *et alii* 1995), trata de um pacto de hospitalidade entre a *Civitas Lougeiorum* e *Caio Asinio Gallo*, mencionando o convento *de Arae Augustae: "...ex gente Asturum conventus Arae/ Augustae/ civitas Lougeiorum hospitium fecit*...".

A referência sobre este novo convento de *Ara Augusta* suscita interpretações diversas. Dopico Cainzos (1986) sugere que ele deverá ter precedido o *Asturicensis*, podendo a sua capital estar localizada na futura *Asturica Augusta*, tese com a qual G. Pereira Menault (1983) concorda, no essencial.

Rodríguez Colmenero apresenta uma interpretação algo diferente. Para este investigador, talvez, num primeiro momento, as zonas da *Gallaecia* e *Asturia* estivessem divididas em *Gallaecia Bracarense*, com capital em *Bracara Augusta*, *Gallaecia Lucense*, com capital em *Lucus Augusti, Asturia Augustana*, com capital *em Asturica Augusta* e *Asturia Transmontana* ou marítima, com capital em *Ara Augusta.* O autor avança mesmo a hipótese de que *Ara Augusta* possa corresponder a Campa Torres, perto de Gijón.

Ainda no século I d.C. o território daquele primitivo convento teria sido integrado no *conventus Asturicensis,* facto que poderá explicar a sua ausência da lista pliniana devido à curta duração da efectiva existência daquele convento (Rodríguez Colmenero *et alii*, s.d.; Rodríguez Colmenero 1996a; Rodríguez Colmenero 1996b).

Já C. Fernández Ochoa e A. Morillo Cerdán interpretam de forma diferente a "geografia" do conven*to Ara Augusta*. Para os autores citados, este convento corresponderia a uma primeira organização que incluía todo o Noroeste peninsular, sob controle militar, cuja sede se situaria na futura cidade de *Asturica Augusta*. Este primeiro "esboço" administrativo teria sido, assim, a base a partir da qual se teriam desenhado os futuros conventos *asturicensis, lucensis e bracarensis.* A data desta divisão poderia situar-se,

de finais do reinado de Augusto e inícios de Tibério (Fernandez Ochoa e Morillo Cerdán 1999).

2.2. A organização do território

2.2.1. Uma nova geografia social: *populi* e *civitates*

2.2.1.1. As fontes textuais

As principais fontes para o estudo das populações que habitavam o Noroeste peninsular são as obras, inúmeras vezes citadas, de Estrabão, Ptolomeu, Plínio, Pompónio Mela, Floro, Dion Cassio e Orósio (cf. *Fontes Hispaniae Antiquae*)

Apesar da variedade de autores, as informações que fornecem são escassas e, por vezes, contraditórias. Enquanto obras realizadas num determinado tempo e para determinados fins, devem ser lidas tendo em conta o seu "espaço de actuação", muitas vezes propagandístico. A. Morillo Cerdán (1995) afirma, a este propósito e relativamente à atenção dada às guerras cântabras, que os relatos “actuaron como una caja de resonancia de las virtudes y excelencias del princeps”. Aos autores importava salientar as dificuldades das conquistas e as virtudes de Augusto.

A *pax Augusta* tinha chegado até aos confins da Hispânia e tanto a literatura como a iconografia serviam, agora, a imposição de um novo regime e a necessária glorificação do seu autor.

A fonte principal para o conhecimento dos povos indígenas é a obra *Geographia* III de Estrabão, escrita entre os anos 29 e 7 a.C. e retocada até 18 d.C..

Contemporânea de Augusto, a obra de Estrabão é bastante elucidativa de uma certa forma de ver e compreender o mundo, pois é estruturada em função da oposição Gregos/Bárbaros ou Civilização/Barbárie, oposição que é cultural e não racista, no sentido que lhe damos hoje (Nicolet 1984). Decisiva é, aqui, a inventariação política do mundo conhecido, permitindo uma ponderação da distribuição espacial dos povos e das suas riquezas face ao impacte expansionista romano e aos seus efeitos modeladores.

A "obsessão do espaço", expressão sugestiva de Claude Nicolet (1984) a propósito da política augustana, concretiza-se, de resto, com a encenação pública em Roma de uma carta do mundo conhecido, elaborada por Agripa, e pintada num pórtico, não muito distante do local onde serão colocadas as tábuas das *Res Gestae*, junto do Mausoléu de Augusto[19].

Pese embora a sua natureza e objectivos, as fontes escritas permitem um conhecimento relativo da realidade indígena com que os romanos contactaram. Fornecem o elenco dos *populi* que habitavam o Noroeste e, não menos importante, uma ideia, mesmo que deformada pela visão dos autores, sobre aspectos importantes da forma de vida dessas populações, nomeadamente quanto à sua organização política e social.

2. 2.1.2. Os dados epigráficos

As fontes epigráficas são de extrema importância para o conhecimento e análise de várias questões relacionadas com a organização social normalmente entendida e referida como pré-romana. Por vezes, confirmam determinadas referências só conhecidas pelas obras dos escritores latinos. Noutros casos, acrescentam dados ou sugerem demarcações territoriais das populações.

Para além do chamado "Padrão dos Povos", encontrado em Chaves, sobejamente conhecido e analisado (Tranoy 1981), existem outros documentos epigráficos importantes que devem ser destacados.

Fonte importante para o estudo das unidades suprafamiliares é o chamado "pacto dos Zoelas", inscrição encontrada em Astorga, em que se faz a renovação de um pacto de hospitalidade, feito em 27 d.C., entre várias *gentilitates* pertencentes à *gens* dos Zoelas, enquadrada no *populus* dos Astures. No ano de 152, o documento é acrescentado, sendo nele agora

---

19 Como refere C. Nicolet (1988 : 20-21): "(...) l'oeuvre posthume de l'empereur Auguste (…) ses *Res Gestae*, peut être considéré, dans sa seconde moitié au moins, comme une véritable somme géographique (...) le texte apparaîtrait presque comme le commentaire d'une carte, on croirait qu'il demande lui-même à être suivi sur le dessin. Or ce dessin, en effet (la carte d'Agrippa), n'était pas très loin: le portique qui le contenait se trouvait à quelques centaines de mètres du Mausolée".

referidas, não só outras *gentilitates* dos Zoelas, como também as *gentes* dos *Orniacos* (Morillo Cerdán 1995).

A chamada "Tabula de O Caurel", encontrada em Torre de Cabreira, O Caurel, datada de 28 d.C. (Colmenero 1996a), testemunha um pacto de hospitalidade entre um particular e os *castellani Tolentenses.* Para além desta menção, especifica-se a origem de Tilego: "...*Tillegus Amabati f(ilius) Susarrus/) Aiobaigiaeco hospitium fecit cum Lougeis Castellanis /Toletensibus(...) clientelamque sua/m suorumque in perpetuo cas/tellani Tolentenses receperunt* (...)". Não menos interessante é a indicação dos magistrados presentes, de origem indígena - Latino, (filho de) Ari e Aio (filho de) Temari - e a referência aos cônsules romanos em exercício - *Appio Iunio Silano e P. Silio Nerva* .

O chamado "Édito del Bierzo" foi encontrado em 1999, sendo normalmente citado pela importância de que se reveste a referência à província transduriana (*Transdurianae provinciae*), desconhecida até ao achado desta placa de bronze. Todavia, parte do texto fala dos *castellani Paemeiobrigenses* (*castellanos Paemeiobrigenses*) e da *gens Susarri* (*gente Susarrorvm*), contendo menções explícitas à questão da posse de terras e dos seus limites.

Existem outras fontes epigráficas que permitem valorizar os limites de territórios. Referimo-nos, naturalmente, aos *termini*.

O *terminus* augustal de Santa Comba de la Vega delimita o território da *Cohors IV Gallorum* relativamente à cidade dos *Luggones* (Morillo Cerdán, *Astures*). Uma outra inscrição, alusiva a Astures e Luggones, tem sido interpretada como marco delimitatório entre a tribo asture dos *Luggones* e os Cântabros (Morillo Cerdán 1995).

Na região do *conventus bracarensis* encontram-se também algumas inscrições que podem ter sido *termini* de territórios de povoados[20]. Admitindo esta interpretação haverá que ter em conta o problema do território que um

[20] Para uma ideia da quantidade relativamente abundante de inscrições que podem ser interpretadas como *termini* e, especialmente, das dificuldades de leitura e de interpretação, veja-se o *corpus* apresentado por Rodríguez Colmenero (1995), no Simpósio de Epigrafia rupestre realizado em Santiago de Compostela em 1992, e o balanço dos problemas relativos à epigrafia rupestre encontrada em Portugal, feito por J. Encarnação (1995) no mesmo encontro científico.

castro poderia controlar, bem como a cronologia a que se refere esta delimitação. Os referidos *termini* parecem reportar-se, em muitos casos, a habitantes de um castro, pois as referências aparecem em nominativo e não em genitivo, como seria natural.

As dúvidas surgidas na interpretação destas inscrições decorrem da dificuldade em saber se estamos perante uma referência toponímica ou antroponímica (Rodriguez Colmenero 1993; González Ruibal 2006-2007).

Uma das inscrições mais importantes deste tipo encontra-se num grande penedo localizado em Valdecastiñeiro, Ourense, que delimita, supostamente, o *castellum INT...* dentro do território *Interamniense*, na *Gallaecia Bracarense*.

A inscrição - STP/ **)** INT COM CI I é muito controversa. G. Pereira Menault (1983) propõe o seguinte desdobramento: S*(altus)* T*(erritorium) P(ublicum)/) (castelli) INT(er) COM(*prehensus*) CI(vitate) I(nteramniense?).*

A. Rodriguez Colmenero (1977, 1987-1988, 1988, 1995) apresentou várias outras possibilidades de desdobramento. No último trabalho, a proposta é a seguinte: S(*tatuerunt*) T(*erminum*) P(*onere*)/ CROBRI (?) (et) TRI (?) **)** (*cognationes*)/ INT(*er*) COMO. I(*nte*r) EBO (ou Ebno?) (Rodriguez Colmenero 1995)[21].

Um outro monumento, encontrado em Alvarelhos, tem suscitado interpretações diversas. Trata-se da conhecida inscrição MADE/QVIS(*enses*) STATV/ERVNT/ LADRO/NO CA/MALI/ F(*ilio*)/ ANTONIO/ ALMO.

Para A. Tranoy este monumento poderá interpretar-se como limite de território dos *Madequisenses*, estabelecido perante os representantes desse grupo e de outro que não se menciona (Tranoy 1981). Já A. F. Silva (1986?) sugere que o monumento teria sido erigido a *Ladronus*, filho de *Camalus,* pelos *Madequisenses.* González Ruibal (2006-2007) crê ser mais viável a hipótese de A. Tranoy, uma vez que o verbo *statuere* é pouco adequado a um monumento erigido a uma pessoa.

---

21 Segundo o autor, esta reinterpretação foi feita depois de um novo estudo aturado à peça, onde lhe parece poder vislumbrar as palavras CROBRI e TRI. Baseado nesta leitura, Rodríguez Colmenero traduz a inscrição da seguinte forma: "(…) Determinaron poner este mojón terminal las parentelas de Crobros y Tri…(?) entre Como e Ebo? (Rodríguez Colmenero 1995: 128).

Outra inscrição conhecida diz respeito a um marco depositado no Museu de Chaves que delimitaria o território entre dois *castella.* Numa *das* faces ostenta a palavra PRAEN, estando do lado oposto inscrito COROQ... (CIL II 2489; Tranoy 1981; Rodríguez Colmenero 1996; Rodríguez Colmenero s.d.).

Tendo em conta a interpretação sugerida por A. Tranoy para a inscrição de Alvarelhos, os *castella* deveriam ter poder jurídico-politico para delimitar os seus territórios, da mesma forma que possuíam poder para efectuar pactos, dentro de certos limites, e sob a arbitragem do poder romano (González Ruibal 2006-2007). Todavia, considerando que os *termini* são já da época romana, persiste o problema da cronologia da delimitação dos territórios dos *castella*. Esta poderá ser anterior à conquista romana, sendo ratificada através das inscrições no novo quadro administrativo romano ou decorrer, ela própria, do processo de reorganização territorial estabelecido na época de Augusto.

2.2.1.3. *Populi* e *civitates*

Um dos mais citados excertos do livro II da *Naturalis Historia* de Plínio é o que elenca alguns dos *populi* existentes no Noroeste da Península, dando o número aproximado da população livre:

> *"Nam in Cantabricis VII populis Iuliobriga sola memoratur (…)"* (NH III 27).
>
> *"Iunguntur iis Asturum XXII populi divisi in Augustanos et Transmontanos Asturica urbe magnifica: in iis sunt Gigurri, Paesici, Lancienses, Zoelae. Numerus omnis multitudinis ad CCXL liberum capitum. Lucensis conventus populorum est sedecim, praeter Celticos et Lamavos ignobilium ac barbarae appellationis, sed liberum capitum ferme CLXVI. Simili modo Bracarum XXIIII civitates CCLXXXV capitum, ex quibus praeter ipsos Bracaros Bibali, Coelerni, Callaeci, Equaesi, Limici, Querquerni citra fastidium nominentur" (*NH III 4, 28).

No referido texto, Plínio fala de 7 *populi* para a Cantábria, 22 *populi* para os Astures, divididos em transmontanos e augustanos, 16 *populi* para o *conventus Lucensis* e 24 *civitates* para o *bracarugustanus*.

A utilização dos termos *populi* e *civitates,* no mesmo excerto, não deixa de ser curiosa, estando o autor a falar, aparentemente, da mesma realidade. No entanto, em algumas outras passagens, a obra do naturalista menciona os termos de forma indistinta. Por isso, a questão parece ligar-se à diversidade de *formulae* utilizadas no texto pliniano, circunstância que pode dever-se ao facto de o naturalista ter utilizado fontes de diversas épocas.

As *formulae* variariam de acordo com as fontes utilizadas, sendo passíveis de uma cronologia aproximada: a descrição dos conventos da Lusitânia seria da época de Augusto; entre Augusto e Cláudio situar-se-ia a *formula* descritiva para a Bética, enquanto que a Citerior teria tido como fontes principais e, portanto, como *formulae,* as do reinado de Cláudio (Rodríguez Colmenero 1996).

Estes diferentes "tempos" das fontes utilizadas por Plínio, concretizados na sua obra em diferentes *formulae* descritivas, permitiriam explicar as aparentes incoerências ou disparidades do autor na utilização dos termos *populus / civitas* ou *populus / oppidum*.

O que importa salientar, no contexto deste trabalho, são as diferentes posturas face ao problema da organização pré-romana e romana da região, nas quais as interpretações dos termos ou *formulae* de Plínio podem servir de orientação. A questão está em saber se os termos *populus* e *civitas*, no seu sentido de organização, têm como base agrupamentos pré-romanos ou são antes realidades meramente administrativas impostas pelo poder romano.

As opiniões sobre o assunto divergem consideravelmente. De facto, muitos autores acreditam que, pese embora a diferente terminologia adoptada, os termos referem-se a realidades administrativas idênticas (Rodríguez Colmenero 1996a), que decalcam anteriores agrupamentos pré-romanos. Outros, partindo do mesmo pressuposto básico, defendem que os termos se aplicam a realidades que nada têm a ver com um substrato indígena, sendo realidades administrativas e políticas romanas impostas pelo

poder imperial, de forma a organizar a gestão e exploração do território (Fernández-Posse e Sánchez Palencia 1996; Sastre Prats 1998).

Finalmente, admite-se que tal diferenciação poderá ter sido intencional. A menção "interpolada" a *"Bracarum XXIIII civitates"* para o território dos *Bracaraugustanus* poderá ser o reflexo de uma realidade social distinta do restante território do Noroeste, realidade que os dados arqueológicos comprovam, e que Plínio terá querido sublinhar. Esta interpretação é sugerida por Santos Yanguas (1985) e González Ruibal (2006-2007).

Com base no texto de Plínio, a que acrescem as referências de Ptolomeu e Estrabão e as fontes epigráficas, vários autores tentaram definir a geografia destes *populi*, nas regiões referidas.

Cântabros e Astures situavam-se no extremo setentrional da Península Ibérica, em ambos os lados da cordilheira cantábrica. *Cantabria* era o nome dado pelos geógrafos romanos à franja oceânica, entre o alto curso do rio Minho e o *Mare Cantabrum*, e entre Bidasoa e o oceano.

Aos Cântabros estavam ligados os Astures que se localizavam entre o Bierzo e as montanhas galaico-leonesas. A região que constituirá o *Conventus Asturum* situa-se entre o Cantábrico e o Douro, correspondendo em termos de geografia actual à maior parte da província de León, à zona central das Astúrias e a parte da região de Zamora, incluindo pequenos sectores da província de Trás-os-Montes e da região de Ourense (Morillo Cerdán 1995).

Este amplo território é normalmente dividido, no elenco de *populi* e nas hipóteses de etnogeografia, em três zonas: a dos Cântabros, a dos Astures Transmontanos e a dos Astures Augustanos.

Estrabão localiza os Astures entre o Douro e o Cantábrico. Enumera-os a seguir aos Galaicos e antes dos Cântabros (*Geographia* III, 3,8), situação confirmada por Pompónio Mela (*Chorographia* 13-14).

O espaço geográfico ocupado pelos Cântabros corresponderia à actual Cantábria e às terras montanhosas adjacentes[22]. As fontes fazem menção a

22 A. Morillo Cerdán (1995: 47) afirma o seguinte a propósito das referências literárias relativas aos Cântabros: "en este espacio geográfico, que coincide a grandes rasgos con la actual Cantábria y las tierras montañosas limítrofes, habitaban diversas etnias. Las fuentes mencionan la existencia de siete gentes (NH II 27), aunque sólo conocemos el nombre de algunas (…). Muchas de estas tribus parecen corresponderse directamente con las

nove referências: *Orgenomescos, Salaenos, Vadinienses, Avariginos, Concanos, Tamaricos* ou *Camaricos, Coniacos* ou *Coniscos*. Estrabão menciona os *Plentuisos*, tendo alguns autores sugerido que os *Coniacos* ou *Coniscos* e os *Concanos* fossem a mesma *gens*. Regista-se ainda a menção duvidosa aos *Blendios* (Morillo Cerdán 1995).

Quanto aos Astures, Plínio refere 22 populi[23]. No território dos Astures Transmontanos registam-se os *Pesicos* e os *Lungones* ou *Lugones*. Quanto aos Astures Augustanos, temos referência a *Gigurros*, *Amacos*, *Luggones*, *Zoelas*, *Superatios*, *Brigaecinos*, *Bedunienses*, *Orniacos*, *Lancienses* e *Saelinos* (Morillo Cerdán 1995). Os *Orniacos* aparecem referidos no Pacto dos *Zoelas* e os *Saelinos* só são referidos por Ptolomeu. Os *Zoelas* eram um povo limítrofe com os galaicos, segundo se depreende de uma citação de Plínio (NH XIX 10). A epigrafia situa-os na zona de fronteira entre Portugal e Zamora (Morillo Cerdán 1995).

Na área dos Astures Augustanos foram identificadas algumas possíveis capitais de *populi*: *Petavonium* dos *Superatios*; Fuentes de Ropel (Zamora) dos *Brigaecinos*; *Bedunia*, identificada com San Martín de Torres dos *Bedunienses* e *Lancia* dos *Lancienses*

Na zona integrada em época romana no *conventus Lucensis,* o naturalista menciona 16 *populi* (N.H. III 4, 28). Destes, foi possível identificar os *Neri, Supertamarici, Praestamarci, Cileni, Arrotrebae, Copori, Arroni, Addovi, Varri Namarini, Cibarci, Egi, Albiones, Seurri e Lemavi,* para além dos *Baedi*, cuja identificação levanta dúvidas (Rodríguez Colmenero s.d).

Para a região do *conventus Bracarensis*, o mesmo autor refere 24 *civitates*, de que cita apenas um pequeno número.

O texto de Plínio juntamente com as restantes fontes escritas (Estrabão e Ptolomeu) e os dados epigráficos permitem conhecer o nome de 21 das 24

---

civitates citadas por Plinio (NH IV 110) y Ptolomeo (Geog. II, 6, 50)". O termo *gentes* pode induzir-nos em erro, pois ficaríamos com a sensação de que no mesmo excerto teríamos a menção a *gentes* para os Cântabros, *populi* para Astures e Lucensis e *civitates* para os *Bracari*. Preferimos, assim, usar a citação de Plínio e utilizar o conjunto de menções ocorridas nas fontes conhecidas e, por isso, contabilizámos 9 e não 7 referências.

23 Plínio refere 22 *populi*, mas menciona apenas os Gigurros, Pésicos, Lancienses e Zoelas (N.H. III 28), acrescentando, numa outra parte da sua obra, a localização dos Pésicos numa península (N.H. IV 111). Ptolomeu, já no século II, enumera as *civitates* dos Begaecinos, Beduneoenses, Orniacos, Lungones, Saelinos, Superatios, Amacos, Tiburos e Gigurros (Geog. II , 6, 28-37), para além dos Pésicos costeiros (Geog, II, 6, 6).

civitates referidas: *Amphilochi*, *Aulobrigenses*, *Bibali, Bracari, Callaeci, Coelerni, Equaesi, Grovii, Helenni, Interamici, Leuni, Limici, Luanci, Lubaeni, Naebisoci, Narbasi, Nemetati , Quarquerni, Seurbi, Tamagani, Turodi (ou Aquiflavienses).*

Alguns autores tentaram estabelecer a cartografia destas *civitates*, muito embora se registem acentuadas discrepâncias nas propostas apresentadas (Tranoy 1981; Silva 1986; Alarcão 1988; 1992; 1995-96; Rodríguez Colmenero 1996a).

Para além das questões já abordadas da interpretação do texto de Plínio, a questão persiste relativamente às outras fontes. De facto, as informações reportam-se a um conjunto de documentos, sejam textos ou inscrições, da época romana, datados de meados do século I d.C..

A ideia de ser impossível afirmar uma coincidência exacta da organização que conhecemos pelos relatos romanos com a geografia anterior à sua presença na região é óbvia e consensual. O debate coloca-se num outro plano que será o de saber se essa organização reflecte, com mais ou menos modificações, uma estrutura pré-romana ou se, pelo contrário, não será já o produto da acção administrativa romana sobre os territórios ocupados.

I. Sastre Prats (1998, 2001) defende as posições mais radicais sobre este tema, baseando-se nos trabalhos efectuados para a região das Astúrias (Fernández-Posse e Sánchez Palencia Ramos 1996).

De facto, para aquela autora ambos os designativos - *populi* e *civitates* - se aplicaram aos territórios delimitados pelos romanos, com fins meramente administrativos e fiscais, não correspondendo, forçosamente, a uma prévia formação étnico-política. Desse modo, as *civitates* terão funcionado nesta região como meras demarcações territoriais, decorrentes da reorganização romana das das comunidades indígenas, destinando-se a facilitar o controle e administração protagonizados pelas três capitais conventuais.

Todavia, outros autores consideram que as *civitates* se sobrepõem a estruturas territoriais e/ou étnicas pré-romanas, ainda que seja difícil precisar o seu significado exacto (Tranoy 1981; Martins *et alii* 2005). De resto, essa é a ideia geral do que poderá ter acontecido igualmente nos territórios da Gália e da *Britannia* (Drinkwater 1983; Millett 1990).

O poder romano teria, assim, usado, no Noroeste peninsular, como noutras regiões do Império, as estruturas indígenas preexistentes para desenhar a sua estrutura administrativa.

Considerando que a realidade social pré-romana se configura diferenciada nos territórios correspondentes aos três conventos do Noroeste, os quais atingiram diferentes níveis de desenvolvimento, testemunhados pela arqueologia, poderemos admitir actuações distintas na organização do território por parte dos romanos, embora nos pareça fundamental realçar a necessidade de desenvolver estudos orientados para estas problemáticas, os quais deverão estabelecer claramente quais as escalas de abordagem.

Assim, e tendo em conta os dados disponíveis, parece-nos possível admitir que a região mais ocidental do convento bracarense, claramente reconhecida por vários investigadores como mais "desenvolvida e dinâmica" e com uma organização social hierarquizada, se encontrava estruturada, nos momentos finais do milénio a.C., segundo um modelo de *civitates,* compostas por territórios étnicos demarcados e consolidados.

Aqui, a administração romana teria aproveitado a estrutura territorial indígena para definir estas entidades administrativas, aproximando esta região do modelo geral aplicado pelos romanos às províncias ocidentais do Império.

No entanto, poderá ser legítimo considerar que a administração romana tenha imposto uma demarcação em eventuais *civitates* que não correspondessem, de facto, a prévias unidades étnico-politicas, em áreas do Noroeste que revelam indicadores sócio-culturais e económicos diferentes.

Esta ideia parece particularmente aplicável à região dos Astures, tendo em conta a organização que vem para ela sendo defendida (Sastre Prats 1998, 2001; Orejas Saco del Valle Sánchez-Palencia 2002).

A forte autarcia das comunidades asturianas, supostamente sustentada por um modelo de economia doméstica, bem como a ausência de estratificação social e a inexistência de qualquer hierarquia no povoamento, configuram um quadro de desenvolvimento completamente diferenciado do registado na parte ocidental e meridional do Noroeste durante o mesmo período.

Assim sendo, parece aceitável que na região dos Astures as unidades territoriais de gestão e de organização do território, criadas pelos romanos, não correspondam, de facto, a qualquer realidade pré-romana, tendo antes sido impostas com vista à exploração de recursos e a tributação, tal como defende Sastre Prats (1998; 2001).

Poderemos estar perante realidades diferentes que deverão ser regionalmente valorizadas e investigadas mais detalhadamente.

2.2.2. Os novos centros de poder: a política urbana de Augusto

Desenhada a estrutura administrativa, impunha-se implantar centros de poder ligados por uma rede de estradas, de modo a ter um controle efectivo do território conquistado e a delinear a sua eficaz exploração económica.

A escolha dos locais que funcionariam como pólos do poder romano foi crucial num território que não possuía cidades. Por isso, a fundação por Augusto de três núcleos urbanos no Noroeste peninsular, que passaram a funcionar como capitais administrativas, foi de extrema importância para a pacificação, controle e organização da região.

Apesar da criação destes centros urbanos resultar, com muita probabilidade, de uma mesma decisão política, podendo ter ocorrido mais ou menos simultaneamente, por volta do ano 16 a.C., como é hoje aceite pela generalidade dos autores, a história, características e desenvolvimento de cada um destes núcleos são diferenciados, porque diversificados são os substratos culturais pré-romanos das regiões em que se implantaram (Martins *et alii* 2005).

Antes de abordar cada uma destas cidades, numa descrição orientada para a morfologia urbana, fixemos algumas convergências e dissonâncias mais ou menos evidentes.

Quais os pontos nevrálgicos de convergência? *Bracara Augusta, Asturica Augusta e Lucus Augusti* partilham entre si, para além de uma eventual data de fundação comum, a função que desempenharam na orgânica administrativa da província Tarraconense, enquanto capitais de conventos, uma possível origem jurídica semelhante, pelo menos, como

cidades de direito latino (Le Roux 1994), uma estrutura urbana planificada e funções centralizadoras como nós viários estruturantes do território.

Quais as diferenças marcantes entre as três? Desde logo, a composição do seu tecido social, mas, também, o diferente protagonismo que tiveram no quadro mais geral da política imperial relativa à região Noroeste da Hispânia.

Asturica foi uma cidade fortemente marcada pela presença de agentes administrativos e militares ligados à exploração aurífera do coração da região mineira do Noroeste, facto bem testemunhado pela Epigrafia que demonstra uma larga predominância de cidadãos romanos na sua composição social (Tranoy 1986; Iglesias e Ruiz 1998).

Já *Bracara Augusta* configura-se como uma cidade cujas elites foram maioritariamente constituídas por indígenas promovidos, revelando uma fraca presença do meio militar (Tranoy e Le Roux 1989-90), sendo essencialmente definida por uma florescente vida económica e por uma forte interacção com o seu território, parcialmente garantida pela sua localização estratégica enquanto encruzilhada de caminhos terrestres, fluviais e marítimos, que asseguraram a sua preferencial articulação com a Bética e a Lusitânia (Morais 2005).

Por sua vez, *Lucus Augusti* parece ter tido, fundamentalmente, um papel de integração e consolidação do poder romano na região o que, genericamente, permite defini-la com uma cidade cujo papel se situa entre os desempenhados por *Asturica*, em termos administrativos (Tranoy 1986; Rabanal 1988) e *Bracara*, em termos comerciais e de serviços (Martins 2005; Morais 2005).

Avancemos, então, no sentido de sondar, no quadro actual dos conhecimentos, as estruturas de cada uma destas cidades. O objectivo, compreenda-se, é salientar as valências principais do programa de intervenção de Augusto num contexto de abertura da frente urbana de domínio do Noroeste peninsular.

Bracara Augusta é, tanto quanto os dados arqueológicos permitem afirmar, uma fundação *ex nihilo,* implantada no interflúvio dos rios Cávado e Este. A escolha do local para instalar a cidade deve ter sido determinada pela posição central relativamente aos povoados indígenas da região, mas

também às possibilidades que o mesmo oferecia como zona de confluência de vários eixos de comunicação pré-romanos, que articulavam a costa atlântica ao restante território do Noroeste e ao mundo já pacificado do Sul da Península (Martins 1990; Lemos 2002; Morais 2005).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Braga nas últimas décadas têm permitido conhecer uma cidade cuja importância e dimensão se revelam cada vez maiores.

Bracara Augusta possuía uma malha ortogonal, orientada segundo eixos de orientação NNO/SSE e SOO/NEE, com módulos quadrados de 150 pés, que definiam os quarteirões, os quais possuíam uma área de construção aproximada de 1 *actus* quadrado (Martins 1999; Martins 2004). Esta malha urbana, recuperada a partir de muros e de infra-estruturas viárias e de circulação como ruas e pórticos, bem como pela orientação de cloacas, permitiu avançar com uma proposta teórica de modulação da cidade, em 1990 (Martins e Delgado 1989-90a). Proposta que tem vindo, desde então, a ser paulatinamente confirmada.

Os eixos de orientação dominantes, recuperados a partir de uma série de intervenções arqueológicas, assumem particular confirmação na *insula* escavada nos terrenos anexos ao Antigo Albergue Distrital, onde foi igualmente exumada uma cloaca, permitindo afirmar que a criação de infra-estruturas de saneamento na cidade, remonta ao período fundacional, momento em que deve ter sido implantada a malha ortogonal.

Supõe-se que o decumano máximo ocidental seguiria o traçado aproximado da actual Rua de S. Sebastião que desemboca a nascente no Largo Paulo Orósio. O decumano máximo oriental parece coincidir com o eixo da actual rua do Alcaide, passando pelo Largo de Santiago, seguindo, aproximadamente, o trajecto da actual Rua dos Falcões (Martins 2005). Este traçado encontra-se hoje plenamente confirmado pela orientação de um troço significativo da via XVII, encontrada nas escavações que se encontram em curso no quarteirão dos antigos CTT de Braga, o qual prolonga o eixo do decumano máximo[24].

[24] Informações prestadas pelos responsáveis das escavações, em curso desde Janeiro de 2008, Manuela Martins e Luís Fontes, a quem agradecemos.

O cardo máximo pode estar representado, na parte norte, pela Rua Jerónimo Pimentel, prolongando-se em direcção ao Campo das Carvalheiras e Campo das Hortas, ou poderá corresponder ao eixo da rua detectada nas escavações do ex-Albergue Distrital, sob a qual corre uma importante cloaca. A persistência deste eixo viário na cidade medieval, identificado como "Rua Verde" (Lemos e Leite 2000), poderá ser um forte argumento a favor desta segunda hipótese. Hipótese corroborável pela interpretação dada aos vestígios de uma porta, aparentemente de cronologia medieval, identificada na escavação da cave de um imóvel na R. Frei Caetano Brandão[25].

Na zona sul da cidade o único eixo de orientação NNO/SSE corresponde a um troço da actual rua dos Bombeiros Voluntários que se desenvolve até ao cruzamento com a rua Damião de Góis, pelo que se assume que deveria passar aí o traçado do cardo máximo sul (Martins 2004).

Os limites da cidade foram sempre desenhados em função de uma muralha referida já em documentos dos séculos XII e XIII, cujas evidências foram descritas por vários eruditos entre os séculos XVII e XVIII (Cunha 1634-1635; Argote 1732-1734).

Em 1910 J. Teixeira elaborou uma primeira planta da área urbana de Braga circunscrita pela muralha (Oliveira 1978), cujo traçado tem vindo a ser genericamente confirmado pelas escavações realizadas nas últimas décadas no âmbito do projecto de *Bracara Augusta* (Lemos *et alii* 2007).

Esta muralha foi construída em finais do século III / inícios do século IV definindo uma área construída de 48 hectares que sabemos ter deixado de fora algumas construções da cidade anterior. Permanece por esclarecer a possibilidade de *Bracara Augusta* ter possuído uma cerca fundacional, hipótese já sugerida, mas ainda não confirmada (Martins e Delgado 1989 – 90a)

A cartografia dos alinhamentos correspondentes ao plano ortogonal da cidade sugere que a área planificada não abarcou a totalidade da cidade que viria a ser defendida pela muralha baixo-imperial (Martins 2004). De facto, foram detectadas construções com alinhamentos dissonantes dos eixos da

[25] Esta intervenção foi realizada no ano de 2007 pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, sob responsabilidade do Dr. Armandino Cunha, a quem agradecemos as informações prestadas e as facilidades de visita ao local.

malha urbana, alguns dos quais associados a áreas artesanais que podem ter-se desenvolvido na periferia do núcleo original planificado, ampliando, assim, a cidade que deve ter atingido a sua máxima extensão no século II (Martins 2004).

A densidade e o grau de desenvolvimento das comunidades pré-romanas da região onde a cidade se implanta podem explicar a predominância do meio indígena na composição social da cidade, com escassa representação de cidadãos romanos e militares e a presença dominante de peregrinos, libertos e escravos (Tranoy 1981; Tranoy e Le Roux 1989-1990). *Bracara Augusta* conheceu, desde muito cedo, um dinamismo comercial considerável, conforme pode ser demonstrado pela epigrafia, pelas importações presentes na cidade e pela própria produção local que alimentava certamente a região (Morais, 1998; 2001; Cruz 2001).

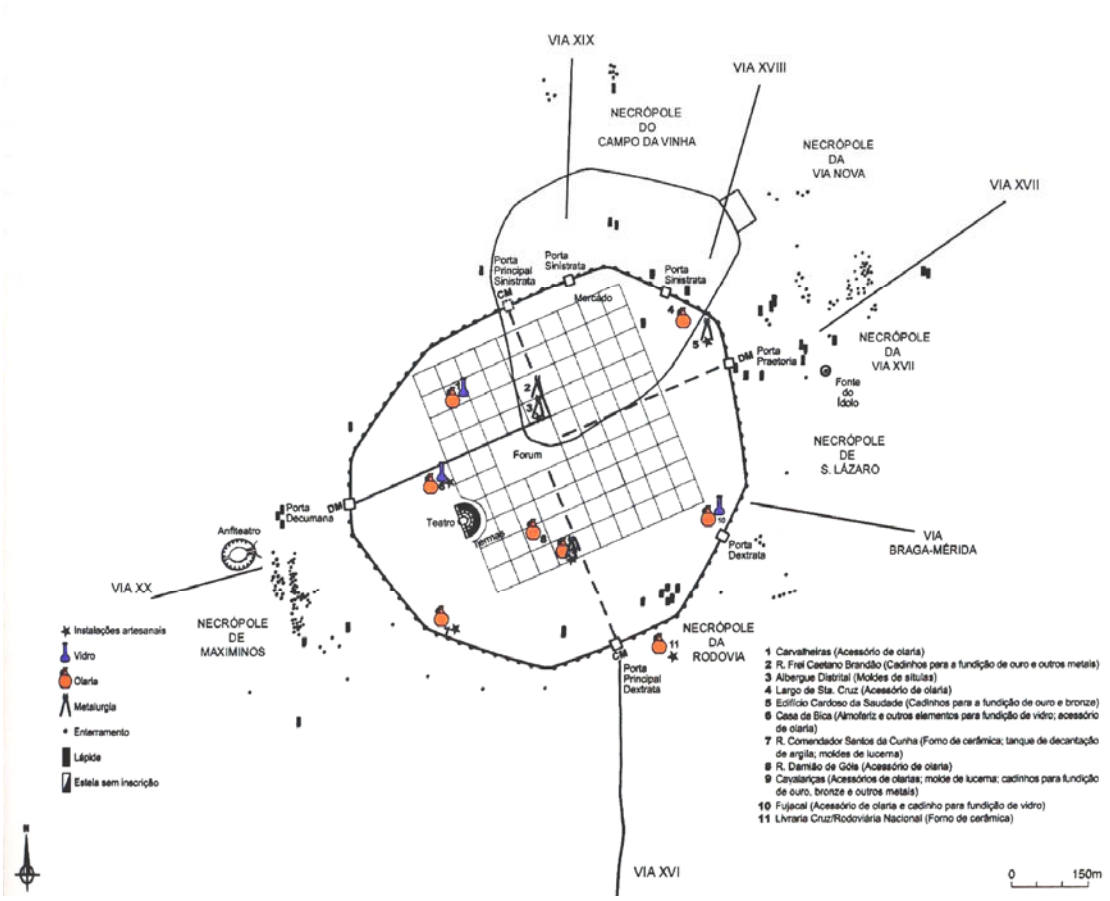


Figura 3. Vestígios relacionados com oficinas em *Bracara Augusta* (Morais 2005: 99)

Elemento importante aliado ao desenvolvimento económico da cidade será o papel que a mesma deve ter desempenhado no controle da exploração mineira do território do *conventus bracarensis*, que lentamente vem sendo conhecida (Lemos e Morais 2004; Lemos 2004d; Martins 2005).

Ao contrário do que acontece com as restantes fundações augústeas do Noroeste, *Bracara Augusta* conhece um importante protagonismo a partir dos finais do século III, na sequência das reformas de Diocleciano, ao ser elevada a capital da nova província da Galécia (Tranoy 1981).

Esta promoção, que se encontra testemunhada arqueologicamente por um surto de remodelações urbanas ocorridas em edifícios públicos e privados, relaciona-se com o aumento do papel administrativo da cidade, que terá justificado a continuidade e fortificação de uma área urbana muito significativa, sem evidente retracção populacional, ao contrário do que aconteceu em muitas cidades da Hispânia a partir deste período (Arce 1982).

A continuidade da utilização das necrópoles e a manutenção dos ritmos de importação de produtos da área mediterrânica entre os séculos IV-VII/VIII testemunham a persistência na cidade de uma élite administrativa e religiosa ligada às funções que a cidade desempenhava como capital de província e sede episcopal (Martins 2004).

Tanto quanto a arqueologia pode testemunhar, *Bracara Augusta* manterá e reforçará a sua importância como núcleo urbano, mesmo após a instalação dos Suevos na região, facto que terá justificado o seu protagonismo cultural documentado na Antiguidade tardia (Fontes no prelo; Martins 2004).

Referida por Plinio-o-Velho como *urbs magnifica, Asturica Augusta* tem uma origem militar, comprovada, num acampamento onde estacionou a *Legio X Gemina.* A passagem de acampamento a cidade enquadra-se claramente no projecto empreendido por Augusto de fundação de três cidades no Noroeste, que irão funcionar como capitais conventuais, no período que se segue às guerras cantábricas (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002).

A arqueologia urbana em Astorga iniciou-se na década de 70 do século XX, criando condições para exumar vários equipamentos da cidade romana e estabelecer os respectivos planos ortogonais.

Concretamente, os resultados obtidos em cerca de 30 anos de escavações consecutivas, com repercussões manifestas no reconhecimento do urbanismo e arquitectura, colocam *Asturica Augusta*, à semelhança de *Bracara* e *Lucus*, no rol das cidades planificadas, detentoras de um elevado grau de romanização (Garcia Marcos e Vidal Encinas 1998).

A existência de um acampamento permanente na primeira ocupação da futura cidade de *Asturica* tem já inquestionáveis evidências arqueológicas, nomeadamente na existência de dois fossos de direcção NO/SE, associados a uma estrutura de pedra (González Fernández 1999), interpretada como parte de uma primitiva fortificação[26]. Outros indícios deste acampamento, estão documentados numa série de estruturas ortogonais, associadas a fossos e zonas de nivelamento do terreno, encontrados no primeiro nível de ocupação da chamada "Casa do Pavimento de *Opus Signinum*". Estas estruturas, que precedem a *domus*, erigida na época júlio-cláudia, poderiam, na opinião de M. Burón Álvarez (1998), ser completadas com muros em taipa, adobe ou madeira e pertencer ao primitivo acampamento militar.

Entre finais do século I a.C. e inícios do I d.C., *Asturica* passou de acampamento militar a cidade, tendo merecido uma planificação ortogonal que se adaptou às condicionantes topográficas locais. De facto, no sector ocidental dominavam os eixos NO/SE, enquanto que no oriental a cidade se organizou em função de eixos de orientação N/S, mais adaptados às características da zona (Garcia Marcos e Vidal Encinas 1998).

Inicia-se, então, a construção de uma série de infra-estruturas urbanas, tais como uma rede de eixos viários, para além de edifícios públicos e algumas ricas residências privadas. É também conhecida a infra-estrutura sanitária da cidade, composta por uma ampla rede de cloacas, cuja

---

26 Os materiais exumados nesta escavação estão datados de finais do século I a.C. / inícios do I d.C. e incluem, resumidamente, lucernas, "cerâmica de paredes finas", sigillata itálica, moedas, vidros e um importante conjunto de ânforas vinárias originárias do Mediterrâneo Oriental, em menor número da Península Itálica, contendo, ainda, alguns exemplares da Bética. Encontraram-se, também, nesta escavação fragmentos de cerâmica de fabrico indígena para além de produções comuns romanas (González Fernández 1999). Esta primitiva cerca ou muralha parece ter tido um tempo de existência curto, como se comprova pela edificação em finais do século I d.C. de uma *domus*, cuja construção implicou o arrasamento de parte desta primitiva estrutura defensiva (Garcia Marcos e Vidal Encinas 1998)

construção remonta aos inícios do século I (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002).

Um bom exemplo da riqueza da cidade é fornecido pela fase júlio-claudiana da "Casa do Pavimento *de Opus Signinum*" (Burón Álvarez 1997).

Da *domus* construída nessa época, foi possível individualizar doze espaços, organizados em função de uma zona central, provavelmente um átrio. O compartimento mais importante, que dá nome à casa, é um *triclinium* com um pavimento em *opus signinum* com grupos de *tesselae* brancas e negras que formam motivos decorativos[27]. Este pavimento constitui o exemplar mais ocidental, na Península ibérica, deste tipo de pisos, sendo também aquele que possui a cronologia mais tardia, podendo ser datado da época de Tibério/Cláudio (Burón Alvarez 1998).

O *forum* situava-se num dos pontos mais elevados da cidade, articulando os sectores urbanos oriental e ocidental.

Segundo as últimas interpretações conhecidas este espaço organizar-se-ia em função de um amplo recinto estruturado a partir de um *ambulacrum* porticado, inicialmente interpretado como parte de uma basílica (García Marcos e Vidal Encinas 1995). No eixo oeste encontrou-se um edifício rectangular rematado por uma ábside semicircular, que foi interpretado como um *aedes Augusti.*

A zona oriental do *forum* estaria organizada em função da estrutura monumental conhecida como “Ergástula", que Garcia Marcos e Vidal Encinas (1998) interpretam como “la subestructura” de um imponente edifício localizado, precisamente, na zona poente da praça.

Ponto estratégico de controle do coração da região aurífera do Noroeste e importante plataforma viária de escoamento de produtos, *Asturica Augusta* teve o seu auge na época da exploração massiva dos recursos mineiros da região, nos dois primeiros séculos da nossa era.

A cidade foi, por isso, durante o Alto Império, um importante centro administrativo onde fixaram residência personagens com altos cargos,

---

27 Este tipo de pavimento aparece na Península Itálica desde a época republicana (séc II a.C) estando em uso até inícios do I d.C., tendo uma difusão na Península Ibérica na época de Augusto. A sua importância deriva, acima de tudo, do facto de estar sempre associado "a la presencia de pobladores itálicos, o bien miembros de una clase social elevada con alto grado de romanización" (Burón Alvarez 1998: 1045-1046).

designadamente *procuratores augusti*, *legati iuridici,* e altos funcionários ligados ao exército, às finanças, ao recrutamento, ao censo e à tributação (Tranoy 1981).

A composição social da cidade, revelada pelas inscrições, regista grande número de imigrantes oriundos de diferentes partes da Hispânia, bem como de outras regiões do Império, nomeadamente da sua zona oriental (Tranoy 1981; 1986).

Devido ao nível sócio-económico da população residente, a cidade conheceu vários programas de renovação urbana e a construção de residências de grande riqueza e requinte (Burón Alvarez 1997).

O declínio das explorações auríferas ao longo do século III d.C. provocou uma decadência visível da cidade, fazendo com que *Asturica* perdesse o seu papel de grande enclave urbano do Noroeste, em favor de *Bracara Augusta*, muito embora tenha resistido a este desenlace durante os séculos IV e V.

A cidade manteve algumas funções administrativas, designadamente a de salvaguardar as vias de comunicação que asseguravam a ligação aos portos cantábricos e atlânticos e, através deles, o escoamento da *annona militaris*.

Terá sido, eventualmente, no contexto da sua importância geo-estratégica em termos viários que *Asturica* é circundada por uma poderosa muralha, com torreões semicirculares e com características e cronologia semelhantes às de outros centros urbanos do Noroeste (Sevillano Fuertes 1999; 2007).

Em 465 a cidade foi saqueada por Teodorico tendo conhecido, a partir de então, um claro declínio e despovoamento (García Marcos e Vidal Encinas 1998).

A cidade de *Lucus Augusti* foi implantada numa plataforma que regista uma ligeira inclinação para sudoeste, com horizontes abertos até às regiões costeiras, num local estrategicamente importante como nó viário (Rodríguez Colmenero 1995).

A hipótese da cidade ter evoluído a partir de um estabelecimento pré-romano não parece colher apoio entre os investigadores que mais

recentemente têm trabalhado sobre esta cidade romana, apesar do achado de três cabanas na Avenida R. Mourelo e do material cerâmico de fabrico indígena, que se encontra um pouco por toda a cidade[28].

Os referidos indícios têm sido entendidos como resultado de uma ocupação feita por indígenas que se instalam no local no primeiro momento de organização e construção da cidade e não, necessariamente, como um indicador da existência de um povoado anterior, uma vez que a ausência de indícios construtivos e as características topográficas do local não aconselham tal dedução (Rodríguez Colmenero 1995).

A hipótese tradicional formulada por A. Schulten (1943) da origem militar das cidades do Noroeste parece colher, pelo contrário, alguma confirmação no caso de Lugo, já que a presença de um acampamento prévio à cidade está hoje atestada pelo achado de mais de 70 moedas de "*caetra*" aí cunhadas, tradicionalmente atribuídas ao acampamento de Publio Carisio (Centeno 1986).

A existência de um acampamento em Lugo parece de resto apoiada pela inscrição L.VI que é interpretada como L(*egio*) VI, uma das legiões intervenientes na conquista do Noroeste. Uma outra confirmação desta hipótese pode ser encontrada nos vestígios arqueológicos mais antigos conhecidos, designadamente num conjunto de fossas associadas à estrutura do acampamento (Rodríguez Colmenero *et alii* 1995; Rodríguez Colmenero e Covadonga Carreño 1999).

A origem militar de Lugo resultaria, assim, da instalação no local do acampamento de Caio Antistio Veto, por volta do ano 25 a.C., depois da vitória romana contra os Cântabros. A primitiva função militar do local perde-se com o fim das guerras e com a reorganização administrativa empreendida por Augusto, a partir de 16 a.C. (Tranoy 1981).

Lugo será consagrada como cidade, tendo tido como patrono Paulo Fábio Máximo, legado do *princeps*, a personagem a quem terá sido delegado o necessário poder religioso de presidir aos ritos e honras fundacionais. De

28 A Arqueologia urbana de Lugo nasce nos anos 70 do século passado, relacionada com a recuperação da área histórica da cidade, definida pela muralha de origem romana. Os vestígios recuperados confirmam a sua planificação ortogonal e permitem conhecer as características da arquitectura, as infra-estruturas urbanas e o grau de romanização da urbe.

resto o mesmo se deverá ter passado em *Bracara*, onde existe um pedestal de estátua dedicada a Augusto pelos bracaugustanos, no dia do aniversário daquele legado (Martins 2004).

Lucus Augusti teve, portanto, uma primeira ocupação como acampamento que precedeu o núcleo urbano, tendo sido habitada por populações indígenas que, certamente, estiveram envolvidas em todas as tarefas que pressupõem a construção de uma cidade.

Durante a época júlio-claudiana a cidade conheceu um primeiro período de implantação de equipamentos urbanos e "desarollo del embrión monumental", concretizado na construção de edifícios públicos dentro e fora da cidade, "(…) sacrificadas al urbanismo flavio y posterior" (González Fernández e Carreño Gascón 1998: 1176).

A primeira fase urbanística de *Lucus*, situada entre finais do século I antes da nossa era e meados do século I d.C., é, tal como acontece em *Bracara e Asturica*, a pior conhecida.

Das primeiras décadas do século I documentam-se apenas alguns edifícios e construções, aparecendo, todavia, abundantes e variados materiais cerâmicos característicos desta fase, como a sigillata itálica, as paredes finas, a cerâmica indígena, ou as ânforas vinárias béticas, em especial as de forma Haltern 70, com larga dispersão em todo o Noroeste (Morais 2005).

A primeira fase augusto-tiberiana corresponderá, assim, a uma implantação progressiva da estrutura urbana (González Fernández e Carreño Gascón 1998), que será reforçada na época de Claúdio com a consolidação da trama viária e a construção de alguns edificados. Durante este período a cidade estrutura-se, já, segundo um traçado hipodâmico de orientação NO/SE, que parece remontar ao período fundacional, podendo corresponder a uma sobrevivência do acampamento preexistente (González Fernández e Carreño Gascón 1998).

Data desta época um grande edifício termal junto ao rio Minho, cuja primeira fase é situada da primeira metade do século I (Arias Vilas e De Vega Rodríguez 1996; Arias Vilas 1998). No interior da cidade foram encontrados vestígios de outras termas, possivelmente públicas, datadas da época de Claúdio/Nero.

A informação epigráfica disponível para a cidade atesta a presença de militares e de elites religiosas ligadas ao culto imperial e, no seu conjunto, um quadro social marcado por uma população na sua maioria de origem indígena (Tranoy 1981).

2.2.3. A infra-estrutura de comunicações

A implantação de um rede viária representa uma estratégia fundamental no processo de conquista e controle territoriais. Neste sentido, a par da fundação de núcleos urbanos, inicia-se com Augusto a estruturação da rede de itinerários principais do Noroeste, que haveria de garantir a ligação dos três centros urbanos augústeos e a articulação destes com as capitais provinciais e com outros centros importantes da Hispânia romana.

Começaremos por elencar as principais vias terrestres que constituíam os itinerários principais.

2.2.3.1. As vias terrestres

Tomando como ponto de partida *Bracara Augusta*, temos, a um primeiro nível, as vias de ligação às outras duas cidades fundadas por Augusto*: Lucus Augusti e Asturica Augusta*. Desta última cidade partia uma série de outros itinerários que permitiam ligações à Gália e, através desta, à capital do Império. A importância dos eixos viários entre *Bracara* e a *Lusitânia* leva-nos a incluir neste primeiro patamar, os principais itinerários conhecidos entre esta cidade e o sul da Península.

Os itinerários principais são conhecidos fundamentalmente por três fontes: o *Itinerário de Antonino*[29], o chamado Anónimo de Ravena e as *tábuas de Artorga*. Por sua vez, os miliários que acompanham o traçado

[29] O *Itinerário de Antonino* chegou até aos nossos dias através de sucessivas cópias, correspondendo as primeiras edições, em letra de imprensa, ao século XVI. Neste texto, referem-se as principais estradas do Império, fazendo-se menção a 372 vias terrestres, a inúmeras *mansiones* e às distâncias entre as mesmas, surgindo os itinerários desenhados por simples traços rectilíneos, independentes uns dos outros. Quanto ao espaço que cruza na actual região do Entre-Douro-e-Minho, esta fonte cita cinco vias entre as quais: a estrada de *Cale* (Porto) *a Bracara Augusta*; a da Geira Romana (Via Nova); a que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica*, por Chaves e a que ia de Braga a Lugo (*Lucus Augusti*), por Tui.

destas vias permitem ajustar percursos e ter uma ideia da cronologia da construção e reparação das vias, devido ao nome dos imperadores referidos nas inscrições.

Grande parte destes itinerários começa a ser construído ainda em época de Augusto, prosseguindo nos reinados seguintes.

A via XVI (*ab Olisipone Bracaram Augustam*), citada no Itinerário de Antonino, permitia a ligação com a Lusitânia, num itinerário que percorria a zona ocidental do território actualmente português, passando por vários núcleos urbanos importantes. O troço *Bracara – Cale* constitui parte do itinerário entre *Olisipo a Bracara Augusta* e pode considerar-se uma verdadeira via, com uma contagem de milhas contínua, tendo como *caput viae* a cidade de *Bracara Augusta* (Mantas 1996; 2000).

A ligação à Lusitânia fazia-se também pela via *Bracara - Tongobrigam-Emeritam*. De *Bracara Augusta* seguia para *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses), transpondo o Douro dirigindo-se para sul, onde entroncava com a via que passava por Viseu (Dias 1997). Daí seguia para Egitânia (Idanha-a-Velha) e tomava o percurso para *Emerita Augusta*, passando pela ponte de Alcântara. Atestado por vários miliários, este percurso não aparece mencionado no Itinerário de Antonino.

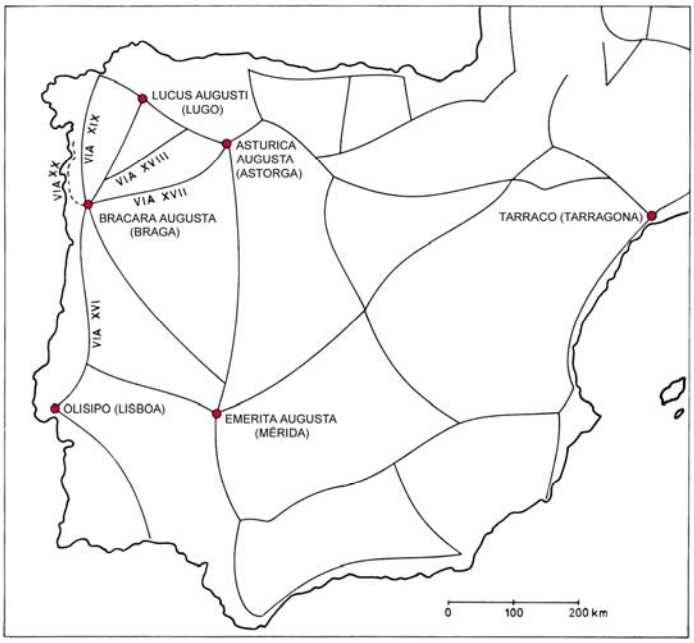


Figura 4. Rede simplificada das vias romanas na Hispânia, com particular atenção às ligações a *Bracara Augusta* (Morais 2005: 66)

A via XVII (*item a Bracara Augusta*) aparece documentada no Itinerário de Antonino e nas tábuas de Astorga. Permitia a ligação entre *Bracara* e *Asturica Augusta,* num percurso que atravessava o actual Norte de Portugal até *Aquae Flaviae* (Chaves), inflectindo para nordeste por *Veniatia, Petavonium, Argentiolum* e *Asturica* (Lemos 1993, 2000, 2002c; Lemos e Morais 2004; Fernández Ochoa 1995b)

A Via XIX (*item a Bracara Asturica*) ligava *Bracara* a *Asturica* por *Lucus Augusti*. Saindo de *Bracara,* este percurso passava por *Limia* (Ponte de Lima), seguindo desta *mansio* para norte até atingir Tude (Tuy), depois de passado o rio Minho. Daqui, a via seguia para *Iria Flavia* e inflectia para leste em direcção a *Lucus Augusti.* Desta cidade arrancava o percurso de ligação a *Asturica*. (Almeida 1968; Almeida 1979; Pérez Losada 2002; Fernández Ochoa 1995b)

A Via XX (*item per loca maritima a Bracara*) unia *Bracara* a *Asturica* num percurso que deveria percorrer a orla marítima, pondo em relação *Brigantium* (La Coruña) com *Asturica Augusta*. A cronologia desta via é desconhecida, devido à ausência de miliários, sendo o seu trajecto controverso. De facto, a maioria dos autores considera que o seu traçado no território português, entre *Bracara* e *Tude* (Tuy), seria coincidente com o da via XIX, seguindo a partir daí por um traçado litoral que acompanhava os recortes da costa galega até *Brigantium.* Têm sido sugeridas outras hipóteses de trajecto para esta via que serão analisadas mais detalhadamente no capítulo seguinte, quando abordarmos, numa outra escala e apenas, a região do Entre-Douro-e-Minho.

De *Asturica Augusta* fazia-se a ligação com alguns importantes eixos viários para sul e leste da Península e, ainda, com a Gália e a Península Itálica (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002).

A via I (*De Italia in Hispanias…ad Legio VII Geminam*) unia Roma à Península pelo sul da Gália, passando por *Tarraco* e *Caesaraugusta* e daí para *Legio* (Fernández Ochoa 1995b; Menéndez de Luarca e Navia Osorio 2000).

A Via XXXII (*item ab Asturica Terracone*) é descrita como ligação entre *Asturica* e Tarraco, articulando-se ao trajecto da via I no vale do Ebro, assegurando deste modo a ligação do Noroeste da Hispânia a Roma. (Fernández Ochoa 1995b; Menéndez de Luarca e Navia Osorio 2000).

A Via XXXIV (*de Hispania in Aquitania. Ab Asturica Burdigala*) seguia o percurso da via XXXII pelo interior do território asture, inflectindo para norte por *Pompaelo* (Pamplona), dirigindo-se a *Burdigala* (Bordéus) passando o maciço montanhoso dos Pirinéus.

A Via XXVI (*item ab Asturica Caesaraugusta*) assegurava a ligação com *Caesaraugusta* (Zaragoza) cruzando, em *Brigaecium* (Fuentes de Ropel, Zaragoza), com a Via da Prata. A partir de *Oceloduri* (Zamora) a via XXVI seguia até *Caesaraugusta*.

A Via XXVII (*item ab Asturica per Cantabria Caesaraugusta*) permitia uma outra ligação de *Asturica* com *Caesaraugusta*. Possuía um percurso coincidente com a via XXVI até *Brigaecium* (Fuentes de Ropel, Zaragoza), inflectindo a partir daí por terras dos Vaceus, até atingir o seu destino (Fernández Ochoa 1995b; Menéndez de Luarca e Navia Osorio 2000).

A Via da Prata, cujo traçado foi desenhado sobre um eixo que remonta certamente à Pré-História, é fundamental na articulação do Noroeste com o Sul da Península, cruzando praticamente toda a Hispânia no sentido Norte / Sul. A fundação de *Asturica Augusta* na extremidade norte e de *Emerita Augusta*, a sul, transformou a Via da Prata num dos mais importantes eixos viários peninsulares.

Para além desta rede de itinerários principais, o sistema viário integrava itinerários secundários e *viae vicinales* e *privatae*, compondo uma complexa hierarquia de caminhos. O horizonte descritivo destas redes, devido à sua densidade e às suas especiais e difíceis condições de aferição espacial, não será aqui abordado.

A rede de vias secundárias é, por natureza, muito difícil de identificar. As vias secundárias não possuem miliários e atraiem um menor investimento na sua construção, o que contribui para o seu mais rápido desaparecimento. No entanto, alguns trabalhos de análise territorial em âmbitos geográficos mais restritos têm permitido conhecer algumas destas vias.

No que diz respeito ao convento bracarense podemos referir as que foram identificadas nos territórios de *Tongobriga* (Dias 1997) e de *Aquae Flaviae* (Teixeira 1996; Amaral 1999). Por seu turno, os trabalhos desenvolvidos por F. Pérez Losada (2000) na região de Ourense deram a conhecer uma densa rede de caminhos secundários, propiciando uma análise mais aprofundada dos meandros da ocupação territorial.

Mais à frente, no capítulo 4, incluiremos na análise dos subúrbios de *Bracara Augusta* algumas *viae vicinales* e *privatae*, entretanto descobertas, que permitem exemplificar e alargar o conhecimento relativo às características deste tipo de eixos viários de carácter terciário, sem dúvida o mais difícil de identificar (Lemos 2003).

2.2.3.2. As vias fluviais e marítimas

Como pensar as articulações fluviais e por mar no âmbito das conexões que temos vindo a explorar para o Noroeste peninsular? Trataremos, aqui, de fornecer algumas coordenadas nesse sentido.

Como sintetiza Ángel Morillo Cerdán (2003), "el control de las costas setentrionales de Hispania por parte de Roma abría la puerta a una articulación conjunta de todo el Atlántico, y a la creación de una ruta que enlazaba los nuevos territórios de la Gália con el Mediterrâneo a través del estrecho de Gibraltar".



Figura 5. Localização de *Bracara Augusta* no contexto das vias terrestres e marítimas do Império romano (Morais 2005: 393)

No entanto, a territorialização romana do oceano atlântico é bem mais antiga. De facto, a incorporação de Cádiz (Gadir) na esfera de influência romana, nomeadamente com a assinatura de um *foedus* com Roma (Morais 2005), já tinha aberto, a prazo, a possibilidade do oceano se constituir como "una auténtica frontera política del Estado romano" (Morillo Cerdán 2003).

São pelo menos duas as questões que importa considerar quando tentamos interpretar os dados literários e arqueológicos existentes sobre a utilização dos espaços marítimos e fluviais no Noroeste ibérico.

A primeira questão prende-se, naturalmente, com os ritmos de mudança impostos pela ocupação romana à circulação viária marítima, o que obriga a considerar as escalas que circundam a costa atlântica peninsular a partir do Mediterrâneo.

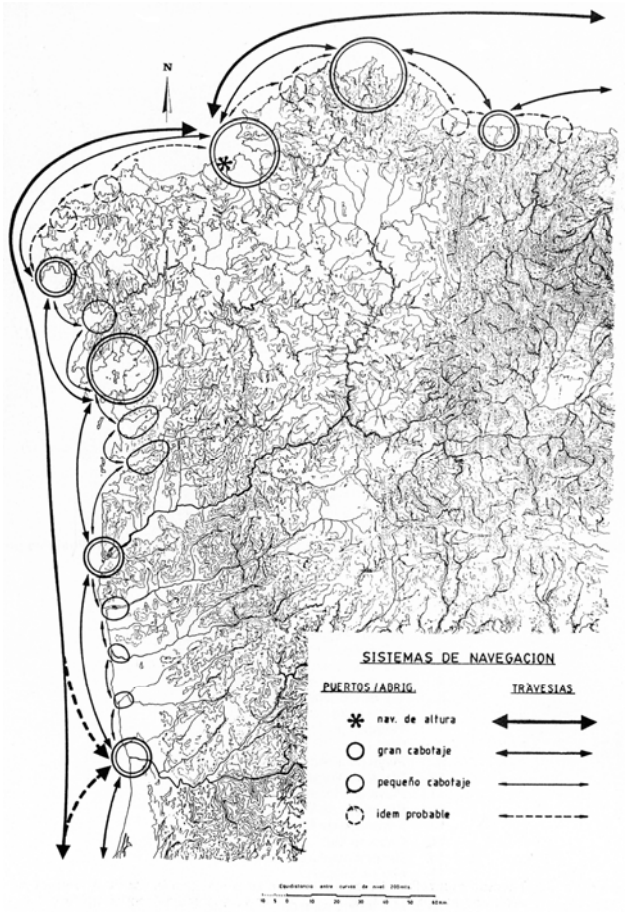


Figura 6. Circuitos marítimos e correspondentes áreas de apoio (Naveiro López 1991: 263)

A segunda, interligada com a primeira, diz respeito ao reconhecimento das tramas fluviais, não apenas no seu interface com a circulação marítima mas, também, com o seu papel interno de adequação viária ao povoamento.

É que se não é possível compreender as vias marítimas sem um necessário suporte fluvial, o mesmo já não se pode afirmar relativamente aos eixos fluviais, que se articulam mais estreitamente com as redes de povoamento e com o sistema viário terrestre, não estando necessariamente subordinadas ao desenvolvimento das rotas marítimas.

Referências textuais e vestígios arqueológicos contribuem para atestar a antiguidade da existência de uma rota atlântica, ou melhor, de uma complexa e reiterada circulação marítima atlântica. Com efeito, sabemos que a navegação fenícia e púnica frequentava a fachada ocidental ibérica desde, pelo menos, o século VI a.C., sendo provável que os recursos mineiros constituíssem um dos principais estímulos para essa circulação, tendo em conta os relatos de Estrabão (Fabião 2005: 83). No entanto, a presença de materiais de origem mediterrânica em vários locais costeiros ao longo da costa atlântica da Hispânia, como sejam as ânforas de tipologia ibero-púnica, a cerâmica ática, ou os vidros documentam um intercâmbio em que os metais seriam trocados por produtos fenícios e gaditanos (Gonzalez Ruibal 2006-2007).

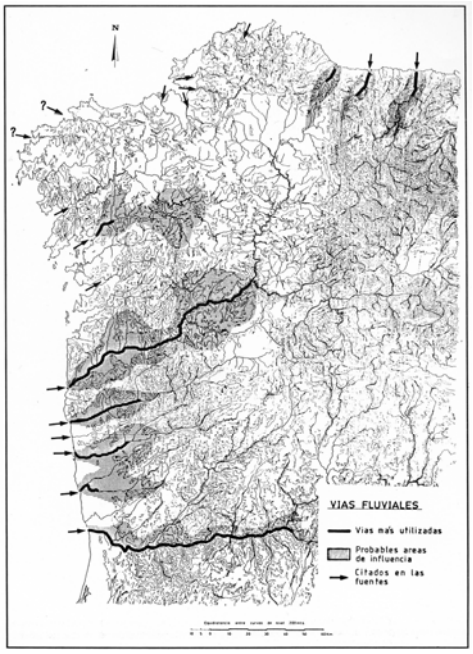


Figura 7. Vias fluviais mais importantes, cursos navegáveis e prováveis áreas de influência (Naveiro López 1991: 268)

Contudo, existem dúvidas relativamente ao facto da faixa cantábrica ter ou não sido frequentada naquele período (Camino Mayor 1995), ainda que seja plausível que durante alguns séculos se terão sucedido viagens

exploratórias, périplos noratlânticos, como lhes chama Morillo Cerdán (2003), acções que prolongam os interesses romanos na região do Noroeste, quer de carácter militar, quer económicos.

As conquistas de César na Gália, assim como a sua expedição à *Britannia*, durante a década de cinquenta do século I a.C., cristalizaram uma primeira linha de avanço e construção de uma rota atlântica por parte de Roma, que se estendia desde o estreito de Gibraltar até ao canal da Mancha, fazendo o contorno marítimo da costa ocidental da Hispânia. Esta oferecia boas condições de ancoragem, pontuada que estava por amplos estuários e antigas zonas lagunares, hoje na sua maioria assoreadas, favorecendo a navegação por cabotagem e de longo curso (Fabião 2006: 130-131).

No entanto, Morillo Cerdán (2003) sublinha que foram as campanhas germânicas de Augusto que transformaram decisivamente o Atlântico numa rota marítima de grande escala, ligando o Mediterrâneo ao Norte da Europa, ainda que a cronologia de consolidação desta rota seja ainda problemática. De facto, não parece possível fazer recuar aos tempos de Augusto uma circulação atlântica regular, que só surgirá mais tarde, muito provavelmente no reinado de Cláudio.

Tendo conhecido uma utilização consolidada e crescente até meados do século III, a rota atlântica sofrerá com a crise económica generalizada que se fará sentir por todo o Império, sendo essa tendência parcialmente invertida nos inícios do século IV, através de um trânsito mais circunscrito que garantirá um comércio de âmbito mais regional, resistindo, mesmo, à própria queda do Império ocidental (Morillo Cerdán 2003).

A valorização da rota atlântica como grande eixo de comunicação e transporte implica compreender a sua articulação com a rede fluvial, bem como a sua aparente sobreposição com os grandes eixos continentais que ligavam o Mediterrâneo à fronteira norte do Império. Na verdade, a rota atlântica deveria oferecer-se como um eixo de circulação com múltiplas vantagens, relativamente às rotas terrestres, quer em termos de rapidez, quer de custos, quer mesmo de segurança, pese embora os perigos inerentes às viagens marítimas (Morais 2005).



Figura 8. Rota marítima e fluvial do Ocidente do Império (C. Fernández Ochoa (dir.) 2003: 16)

As infra-estruturas criadas para apoio ao trânsito marítimo, bem como a adequada articulação com as vias terrestres e fluviais, que asseguravam a distribuição interior dos produtos transaccionados através da rota atlântica, apresentam-se como uma importante explicação para o desenvolvimento e consolidação deste importante eixo viário da fachada ocidental do Império, que ligava diferentes províncias entre si.

Importa ainda sublinhar que a estruturação das articulações deste eixo com a rede viária terrestre foi feita à medida que as fronteiras romanas se foram expandindo e consolidando.

No contexto do Noroeste peninsular, a rota atlântica assumiu uma importância fundamental, tendo no porto de Gades (Cádiz) uma plataforma fulcral de ligação com o Mediterrâneo (Morais 2005).

Por sua vez, a morfologia, as características das correntes e a densa rede fluvial da região do Noroeste possibilitaram a instalação costeira de pontos de escala de importância desigual, alguns dos quais foram, seguramente, simples ancoradouros.

Para além da foz dos rios Minho e Douro que serviram, com toda a certeza, como importantes pontos de apoio ligados à pequena e grande cabotagem, as desembocaduras dos principais rios navegáveis do Entre-Douro-e-Minho, como o Ave, o Cávado, o Neiva e o Lima, terão cumprido igualmente uma função importante ligada à navegação de pequena cabotagem.

Por sua vez, o recorte da costa galega permitiu a instalação de estabelecimentos portuários importantes, entre os quais se incluiriam, seguramente, o de Vigo, o de *Iria Flavia* e o nevrálgico ponto de controle da navegação atlântica representado pelo porto de *Brigantium* (Naveiro López 1991; Morais 2005).

Na costa cantábrica, os principais portos identificados são os de Gijón, *Portus Victoriae* (Santander), *Portus Amanum-Flaviobriga* (Castro Urdiales) e *Oiasso* (Irún) (Morillo Cerdán 2003).

3. A consolidação do poder romano

O período correspondente às épocas flávia e antonina caracteriza-se por um processo generalizado de reforço do poder romano na Península Ibérica.

Esse processo implicou a renovação e o surto urbanístico das cidades existentes e a consolidação do tecido urbano do Noroeste, através, ou da fundação de novos núcleos, ou da promoção de aglomerados populacionais anteriores. Este novos centros urbanos secundários, articulados pela rede viária, que se adensa nesta fase, tiveram um papel fulcral na organização do espaço do ponto de vista económico e político e na romanização do território, acelerando o processo de integração das populações e a difusão do modo de

vida romano. São especialmente estes os vectores básicos que iremos privilegiar na análise do processo de consolidação do poder romano no Noroeste peninsular.

3.1. Desenvolvimento e hierarquização do tecido urbano

As cidades de fundação augústea conheceram importantes surtos urbanísticos a partir da época flávia, panorama que se pode alargar ao longo do século II, em especial nas épocas de Trajano e Adriano. O processo está bem documentado nas três capitais conventuais do Noroeste, onde se registam programas edilícios de acentuada qualidade. Este panorama de renovação urbana, refira-se, não é exclusivo do Noroeste. De facto, todas as cidades da Hispânia conheceram durante o período flávio e antonino um assinalável florescimento, concretizado na monumentalização dos seus espaços urbanos principais. Sintetizemos os dados essenciais sobre as cidades do Noroeste.

Em *Bracara Augusta* a maioria dos edifícios conhecidos está datada do período flávio ou flávio-antonino, circunstância que cremos decorrer, precisamente, da profunda renovação ocorrida entre o último quartel do século I e meados do século II. Importa, neste contexto, salientar que a dinâmica empreendida terá desmantelado ou camuflado muitos dos vestígios arquitectónicos mais significativos do período precedente, o que, se não for convenientemente lido, projecta uma distorção excessiva na avaliação da evolução urbana.

Em inícios do século II foi construído o complexo termal público do Alto da Cividade, que reaproveitou materiais e formas de um edifício preexistente, referido como pré termal, de cronologia fundacional ou júlio-claudia, o qual foi parcialmente arrasado para dar origem a novos edifícios (Silva 2000; Martins 1999; 2005).

No terreno adjacente às termas foi implantado um teatro, cuja construção é coeva do edifício termal. Termas e teatro encontram-se perfeitamente articulados e possuem uma notável localização, situando-se na

plataforma mais elevada da cidade romana, muito perto do local onde se supõe que estaria localizado o *forum* (Martins, Ribeiro e Magalhães 2006).

Aceitando a localização proposta para o anfiteatro, sugerida pela análise da fotografia aérea mas, também, por descrições do mesmo feitas por antiquários e eruditos que referem o edifício ainda como visível em S. Pedro de Maximinos (Morais 2001), teremos um segundo edifício de espectáculos, implantado numa plataforma de altitude inferior à da colina do Alto da Cividade, no alinhamento do decumano máximo ocidental e aproximadamente no eixo do próprio teatro, edificado na vertente da colina referida (Martins 2005).

O alinhamento destes edifícios de espectáculos, que se situariam, por sua vez, no eixo do *forum*, conferia a *Bracara Augusta,* uma cenografia ajustada aos protótipos de monumentalidade característicos das cidades romanas, sugerindo igualmente que possam ter sido edificados no mesmo período (Martins 2005).

No espaço da actual Sé Catedral foi identificado um outro edifício público, também ele datado do período flávio, interpretado como um *macellum,* mas cuja planta oferece ainda algumas dificuldades de interpretação (Fontes, Lemos e Cruz 1997-1998). De qualquer modo, a existência de um mercado naquele local é igualmente sugerida pela descoberta de uma inscrição dedicada ao *Genius Macelli*, por *Flavius Urbicio.*

No âmbito da arquitectura privada, a escavação da *domus* das Carvalheiras -se, a vários títulos, fundamental, para a compreensão do urbanismo, bem como das características da arquitectura doméstica da cidade. Antes de mais porque permitiu estimar a modulação urbana, pois a escavação exumou a totalidade de um quarteirão residencial, limitado por vias, bem como muros de outros quarteirões contíguos. Para além disso, facultou o reconhecimento de uma habitação com átrio e peristilo que contempla, na zona a sul e a oeste, um conjunto de *tabernae* abertas aos pórticos que ladeavam as ruas. A habitação foi datada do último quartel do século I, tendo sofrido várias remodelações (Delgado e Lemos 1985; Delgado e Lemos 1986; Martins 1997-1998; 1999; Silva 2000).

Do período flávio data, ainda, a construção de uma outra *domus* identificada nos terrenos anexos ao antigo Albergue Distrital. As escavações

realizadas no local revelaram uma rua de cerca de 25 pés (7,50m), separando duas *insulae* e um cruzamento de ruas que ajudou a confirmar o módulo de 150 pés identificado nas Carvalheiras (Martins 1997/98). Embora o conjunto edificado nesta *insula* seja difícil de interpretar, dada a reduzida área escavada, as intervenções efectuadas permitiram identificar uma cloaca romana (Lemos e Freitas 2000) e confirmar a ideia de uma cidade com ruas ladeadas de pórticos, anexos às *tabernae* construídas no piso térreo das casas (Martins 1999)[30].

Com base nos dados disponíveis podemos considerar que *Bracara Augusta* terá atingido a sua máxima extensão no período antonino. Este facto parece acompanhado por um significativo processo de monumentalização da cidade, desde logo caracterizado pela construção de dois edifícios de espectáculos, para já sem paralelo nas outras capitais de conventos do Noroeste (Martins 2005). Embora sem dados que o comprovem é provável que tal processo tenha afectado igualmente a área cívica do *forum,* à semelhança do que aconteceu noutras cidades da Hispânia (Martins 2005).

Herdeira de um acampamento, *Asturica Augusta* possui um plano ortogonal conhecido, com quarteirões quadrangulares e rectangulares e ruas ladeadas por pórticos (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002), tal como acontece em *Bracara* e *Lucus*.

A partir da época flávia *Asturica* conheceu um enorme florescimento urbano que resulta da riqueza acumulada com a exploração mineira da região.

Tendo por base os dados conhecidos, constata-se uma alteração na estrutura viária urbana, com sobreelevação de ruas e construção de pórticos. A infra-estrutura sanitária, iniciada nos início do século I, expande-se, entretanto, com a construção de novas cloacas.

A construção privada datada do período em análise é o espelho de uma sociedade rica e profundamente romanizada. No período flávio-antonino edificam-se habitações de grande luxo. Citemos, a título de exemplo, a "Casa de la Muralla", situada no extremo oriental da cidade, a “Casa de las

[30] A tese apresentada por M. Carmo Ribeiro, em Junho de 2008, representa o mais recente contributo relativamente à morfologia urbana de Braga romana e medieval (Ribeiro 2008).

Columnas Pintadas" e a "*Domus* del Mosaico del Oso y los Pájaros", todas construídas entre finais do século I / inícios do II d.C. (García Marcos e Vidal Encinas 1995; 1996; 1998).

Em muitos casos os novos edifícios arrasaram construções anteriores. É o caso da "*Domus* del gran Peristilo", cuja construção remodelou uma estrutura anterior, datada entre meados e o último quartel do século I, que ocupa a totalidade de um quarteirão (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002: 49-50).

A construção e a remodelação de edifícios públicos ajudam a fixar definitivamente a traça da cidade, usando a expressão de V. García Marcos e J. M. Vidal Encinas (1998).

Dentro dos edifícios públicos, e para além do *forum*, são conhecidos dois complexos termais. As "Termas Maiores", situadas na zona oeste da cidade, foram edificadas muito provavelmente na segunda metade do século I (Sevillano Fuertes e Garcia Marcos 2000), cronologia que é igualmente sugerida para a primeira fase das "Termas Menores" (Burón Álvarez e García Marcos 2000).

O programa de edificação ou remodelação de construções públicas e ricas residências privadas deverá ter ajudado a consolidar a imagem de *urbs* magnífica desta cidade, onde afluíam as riquezas provenientes da exploração do ouro do Noroeste e produtos e pessoas de muitos pontos da Hispânia e do Império, entre as quais cabe destacar, naturalmente, os funcionários administrativos necessários à gestão dos importantes recursos auríferos da região (Tranoy 1986; Rabanal 1988).

A avaliar pelos vestígios de construções detectados extra-muros, a cidade edificada entre os séculos I e III era bastante mais ampla do que o núcleo que viria a ser encerrado pela muralha tardo-antiga (Garcia Marcos *et alii* 1997; Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002). De qualquer modo, parece claro que o crescimento urbano foi interrompido no século III, momento em que se assiste a um claro declínio da cidade, patente na desactivação das termas públicas e no paulatino abandono da maioria das residências privadas.

O desenvolvimento e a consolidação urbanas de *Lucus Augusti* atingem o seu apogeu na época flávia, com um amplo programa de obras na trama viária urbana, que modifica ruas já existentes, implanta novos arruamentos e espaços de circulação, bem como com a construção de pórticos, mudando, inclusivamente, os eixos de ordenamento urbano que passam a ter uma orientação N/S, em detrimento da orientação NO/SE, característica da época fundacional (González Fernández e Carreño Gascón 1998).

A partir da dinastia flávia a cidade revela um urbanismo consolidado, com quarteirões que apresentam módulos diferenciados: 60 x 70 m. e 70 x 100 m.. O *forum* deveria situar-se na actual zona da Plaza Mayor (González Fernández e Carreño Gascón 1998).

À semelhança de *Bracara Augusta*, *Lucus* revela a existência de pórticos, ladeando as ruas, com larguras que variam entre os 4 e os 8 m de largura (González Fernández 1995a: 53-54).

As numerosas escavações realizadas na cidade têm permitido detectar vários elementos ligados ao sistema de esgotos, bem como estruturas de captação de água (Álvarez Asorey *et alii* 2003).

Relativamente aos edifícios públicos, e para além de umas termas públicas construídas junto ao rio Minho (González Fernández 1995b: 67-69), está documentada, pela epigrafia, a existência de um *tabularium*, estando as notícias de um teatro ou anfiteatro a ser revistas (González Fernández e Carreño Gascón 1998).

Data também da época flávia e antonina a edificação da maioria das construções privadas conhecidas na cidade, cuja característica marcante é a presença de balneários e a utilização regular de mosaicos (Rodríguez Colmenero 1995).

A cidade estendia-se, nesse período, por uma extensa área, em alguns pontos sacrificada com a edificação da muralha baixo-imperial, tal como aconteceu em *Bracara e Asturica.* A referida muralha, construída entre finais do século III / inícios do IV, tem características construtivas similares às das restantes capitais de conventos do Noroeste, tendo sido sujeita a várias reparações ao longo dos séculos, as quais não lograram, todavia, alterar a sua traça original (Rodríguez Colmenero 2007; Alcorta Irastorza 2007).

Os programas urbanísticos desenvolvidos em época flávia são de tal envergadura que caímos facilmente na convicção de que não haveria verdadeiras cidades antes da década de 70 do século I da nossa era. A convicção, alicerçada durante décadas, de uma promoção municipal destas cidades na época flávia e a ausência de testemunhos epigráficos, que a contradigam ou refutem, contamina todas as asserções sobre o tema, nomeadamente sobre a aparente inexistência de equipamentos urbanos dignos desse nome entre a fundação de Augusto e a época flávia nas três cidades do Noroeste. Para além disso, todas as obras do período flávio são interpretadas, como decorrentes da promoção das cidades nessa época, seja como municípios ou como capitais conventuais (Tranoy 1981).

Apesar da hipótese de um estatuto jurídico de cidade de direito latino para *Bracara Augusta* remontar a 1994 (Le Roux 1994), tese acolhida sem aparente controvérsia, da existência de uma *tabula* que faz recuar a existência da organização dos conventos à época de Augusto ou seus sucessores imediatos e, finalmente, dos dados arqueológicos demonstrarem alguns equipamentos urbanos e abundantes materiais anteriores à época flávia, em todas as cidades do Noroeste, prevalece a questão da aparente invisibilidade das "cidades de Augusto".

Optámos por deixar de lado a questão do estatuto jurídico das cidades de que traçámos o perfil, situação que nos parece mais ajustada considerando a ausência de testemunhos irrefutáveis do estatuto das mesmas. Por seu turno, parece-nos hoje algo questionável continuar a defender a promoção municipal destas cidades em época flávia, considerando todo o debate que se têm generalizado nos últimos anos relativamente à precoce organização dos conventos jurídicos do Noroeste peninsular, aceite pela grande maioria dos investigadores.(Rodríguez Colmenero 1996a; 1996b; Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999).

Independentemente do estatuto jurídico das três fundações augústeas no NO peninsular, o quadro geral do seu desenvolvimento e urbanização tem, necessariamente, que ser pensado no âmbito mais mais amplo que inclui o conjunto da Hispânia. O que não ilude o entendimento circunscrito e "individual" que deve presidir ao estudo da implantação e desenvolvimento

específicos de cada um dos núcleos urbanos em causa. Ponderemos, um bocado, esta questão de escalas.

Antes de mais, a "invisibilidade" dos programas urbanísticos das cidades augústeas das três capitais de conventos do Noroeste não é específica destes três centros urbanos. Ela deverá, obrigatoriamente, ser pensada como uma consequência das transformações sofridas pelas cidades a partir da época flaviana, cuja pesada monumentalização desencadeou o arrasamento de espaços anteriores ou a generalizada reciclagem de construções, operações ou dinâmicas que camuflaram os vestígios das cidades anteriores, tornando-os opacos e difíceis de perceber no registo arqueológico.

Neste sentido, pensamos que o problema dos programas augústeos e júlio-claudianos das cidades do Noroeste deve ser avaliado não só em termos globais, no âmbito do estudo da evolução das cidades da Hispânia, mas, também, caso a caso, tendo em conta os resultados da arqueologia, sendo indiscutível a necessidade de mais dados e de uma criteriosa avaliação ou reavaliação da informação arqueológica já disponível.

As obras executadas na época flávia e antonina produzem-se em toda a Hispânia e são produto do crescimento e consolidação do Império. Os locais que sofrem este impacto são, evidentemente, diferenciados mas estrategicamente fulcrais. De facto, o processo de monumentalização ocorre, tanto nas importantes cidades da Hispânia fundadas na República, como nas que foram fundadas na época de Augusto, estando igualmente associado à promoção de núcleos urbanos secundários, cujo crescimento alicerça o poder romano num espaço onde os territórios "marginais" são progressivamente menores.

Este horizonte interpretativo é, sem dúvida, o mais adequado, para entender a matéria em apreço. Podemos, assim, acrescentar: a política de monumentalização dos espaços das cidades articula-se com a expansão territorial, alicerçada na consolidação da rede viária e no investimento sobre algumas manchas periféricas à primeira matriz urbana desenhada no tempo de Augusto. Articulação esta que revela um alcance político global que demonstra e reforça a imagem e poder de Roma nas províncias.

Basta percorrer a bibliografia elementar relativa à maioria das cidades da Hispânia romana, passando por *Tarraco, Clunia, Emerita Augusta*, ou até *Conimbriga*, para verificar um processo comum. Todas estas cidades conhecem, no período flávio e antonino, amplos programas de renovação urbana, independentemente do seu estatuto jurídico ou da sua fundação remontar à época republicana, cesariana ou augustana. O caso de *Tarraco* é paradigmático: o programa flaviano confere à cidade uma poderosa cenografia, visível para quem chegava por mar ou por terra, numa demonstração inequívoca do poder da imagem de Roma fora de Roma (Mar 1993; Mar e Pensabene 2001).

O que avaliamos, de momento, diz respeito às três cidades de fundação augústea no Noroeste Peninsular, que possuem percursos e ritmos de evolução diferenciados. Eles partilham, no entanto, um quadro comum no processo de fortalecimento do poder romano neste território, alicerçando-se numa dinâmica crescente de expansão populacional e económica que assume uma importância nevrálgica pois os centros urbanos constituem-se como poderosos pólos de atracção e disseminação de povoamento.

Este quadro geral e comum de expansão urbana repercutiu-se, inevitavelmente, nas elites. Com actores e cronologias variados as cidades augústeas dispuseram, entre o seu período fundacional e a época flávia e antonina, das condições e do tempo necessários à afirmação e enriquecimento das suas élites, contexto que servirá de suporte aos programas de renovação urbanística, progressivamente mais sofisticados.

A percepção desse tempo, necessário ao crescimento populacional e ao desenvolvimento das actividades artesanais e comerciais, parece-nos fundamental na avaliação da evolução urbana.

De facto, os programas urbanísticos iniciados na época flávia respondem às necessidades decorrentes do crescimento e do desenvolvimento internos das cidades e territórios associados, conduzindo à remodelação de edifícios, à deslocação de espaços dedicados a actividades artesanais, eventualmente para áreas periféricas, devido à necessidade de reforçar o tecido da construção privada, ou mesmo à desactivação, remodelação ou reciclagem de outros espaços, num processo natural que se adequa a novas necessidades e que altera o *facies* das cidades.

Este panorama parece estar presente nas três cidades do Noroeste devendo ser estudado e avaliado como um processo dinâmico e continuado de desenvolvimento urbano, uma vez que as cidades são sempre espaços vivos em contínua transformação.

A questão de saber como eram os espaços urbanos anteriores ao período flávio só pode ser resolvida pela investigação arqueológica, que deve recentrar o problema na dinâmica dos processos de evolução de uma cidade em termos políticos, sociais e económicos.

A questão pode ser exemplificada na sinopse que abarca a fundação de *Bracara Augusta* e o tempo de implantação dos seus edifícios, já escavados e melhor conhecidos, na sua maioria atribuíveis à época flávio-antonina.

Aqui, como noutras cidades, a avaliação dos dados arqueológicos nunca pode perder de vista o tempo vital de cerca de 70/80 anos que medeia entre a fundação da cidade e a "eclosão" dos edifícios flavianos, nem os actores que são, na circunstância, tanto quanto é possível demonstrar pela epigrafia, um agregado populacional maioritariamente constituído por indígenas oriundos dos castros próximos da cidade. As gerações que recobrem o período de tempo em questão foram as suficientes para construir um edifício que precede as termas, para montar estabelecimentos artesanais, posteriormente arrasados para edificação de habitações privadas, de que é exemplo a *domus* das Carvalheiras, para sedimentar as relações comerciais com o exterior, para acumular riqueza, fundamental à monumentalização da cidade, ao mesmo tempo que se densificava o tecido social, com a chegada de imigrantes oriundos de outras paragens.

A cidade de *Bracara Augusta* na época júlio-claudiana tem ainda capacidade para consagrar votos à família imperial ou aos seus legados, em monumentos que deveriam estar num *forum*, revelando que albergava comerciantes que eram cidadãos romanos, confirmados epigraficamente na época de Cláudio, e que tinha capacidade para construir edifícios de excelente qualidade, para proceder às obras de abertura de vias, para manter pedreiras em actividade, ou ainda para organizar e estruturar um povoamento associado ao parcelamento rural do seu território envolvente. Será certamente na cidade começada a construir na época de Augusto que viveram, comerciaram e enriqueceram – isto é, se estruturaram - as elites

que tomarão as decisões relativas aos programas de monumentalização emergentes a partir da época flávia.

Ao mesmo tempo que se consolida o poder e a monumentalidade das fundações augústeas do Noroeste Peninsular assiste-se a uma clara expansão de novos núcleos urbanos secundários, por toda a região, entre a época de Augusto e o período flávio-antonino.

Este fenómeno sobejamente documentado poderá estar associado a um segundo momento de reorganização territorial em que surgem, ou se consolidam, vários aglomerados urbanos, alguns dos quais se dignificam pela sua promoção municipal (Fernandez Ochoa e Morillo Cerdán 1999; Pérez Losada 2002; Martins no prelo). Mais: a esta reorganização poderá ligar-se a expansão da rede de estabelecimentos rurais do tipo *villae* e a um abandono sistemático dos castros.

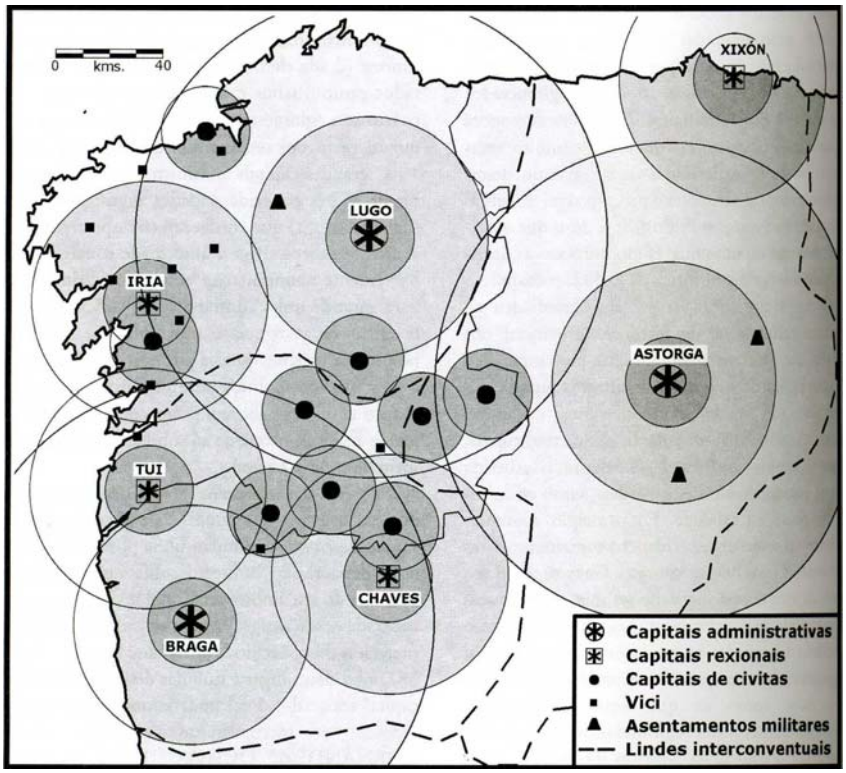


Figura 9. Aglomerados urbanos do Noroeste peninsular (F. Pérez Losada 2002: 346)

Parece possível aceitar que alguns aglomerados secundários tenham passado a desempenhar a função de capitais regionais, devido à importância crescente que podem ter assumido no contexto do povoamento e desenvolvimento económico de determinados territórios. Com efeito, este

fenómeno parece particularmente documentado na área correspondente ao *conventus* bracarense, tendo sido estudado por F. Pérez Losada (1998; 2002). Tais capitais regionais corresponderiam, assim, a núcleos urbanos que, para além do seu papel de *caput civitates*, acumulariam funções de controle de outros núcleos de menor importância, que estariam integrados no seu âmbito territorial (Martins *et alii* 2005).

Alguns factores potenciaram a emergência desta nova rede de capitais regionais que se situam entre as sedes conventuais e as capitais de *civitates*. Um desses factores será, seguramente, a importância viária assumida por esses núcleos urbanos. Outro deverá estar associado ao desenvolvimento económico de certas regiões, potenciado pela exploração mineira, pela intensificação da exploração agrícola mas, também, pela importância do comércio, garantido através dos itinerários terrestres e marítimos, criadores de condições para a emergência de centros viários de primeira grandeza.

Pese embora as dificuldades em documentar rigorosamente, à escala do Noroeste, estas capitais, devido à insuficiência de dados arqueológicos, é possível identificar alguns aglomerados urbanos que podem ter desempenhado funções de capitais regionais.

No território do *conventus* bracarense é legítimo admitir, nesse enquadramento, os núcleos de *Aquae Flaviae, Tude* e *Tongobriga.* No território do *conventus* lucense poderia ser integrado nesta categoria o aglomerado de *Iria Flavia*; finalmente, no território do *conventus* Asturicense destaca-se a cidade de Gijón (Pérez Losada 1998).

Iremos, de seguida, tentar caracterizar os mencionados núcleos urbanos que terão desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento das diferentes regiões do Noroeste, no sentido de consolidar o poder, de melhorar a eficácia da exploração dos recursos e de integrar a população, cristalizando a assimilação dos modelos económicos, sociais e culturais romanos.

A cidade de *Aquae Flaviae* terá tido origem num aglomerado populacional localizado num esporão junto a um dos meandros do rio Tâmega, com 375 metros de altitude máxima, dominando a ampla veiga de Chaves que se estende para leste. O referido aglomerado poderia

corresponder à capital da *civitas* dos *Turodi* (Pérez Losada 1998), mencionado por Ptolomeu, cuja capital seria, segundo a mesma fonte, *Aquae Laiae*. Para grande parte dos investigadores teria havido um erro nos manuscritos da obra do geógrafo, devendo o topónimo ser lido como *Aquae Flaviae* (Tranoy 1981).

Na época flávia a importância assumida pelo núcleo populacional preexistente, que se deverá ter desenvolvido ao longo da primeira metade do século I, terá justificado a sua promoção municipal, recebendo, seguramente, nesta altura o nome de *Aquae Flaviae,* provável sede dos *Aquifavienses*, termo que aparece mencionado no Padrão dos Povos, datado do ano 79 d.C. (CIL II 2477; Tranoy 1981) e noutros monumentos epigráficos (Rodríguez Colmenero 1997).

O núcleo promovido na época flávia deveria, provavelmente, a sua importância a uma excelente localização geoestratégica, enquanto nó viário da via XVII, que ligava *Bracara* a *Asturica Augusta*, itinerário que percorria importantes zonas mineiras.

A via XVII e as suas ramificações no território de influência de *Aquae Flaviae* tornam este aglomerado numa importante plataforma de circulação de produtos, equipamentos e pessoas, que se desenvolve devido à exploração mineira testemunhada no sua região envolvente. Falamos, naturalmente, do complexo mineiro aurífero em torno de *Aquae Flaviae*, ou seja, de Outeiro Seco, de Outeiro Machado e do chamado Poço de Freitas, bem como do importante *territorium metallorum* de Jales -Três Minas, cuja exploração terá tido início no reinado de Tibério (Lemos e Morais, 2004).

A importância viária e económica assumida pela *civitas*, promovida a *municipium* na época flávia e que terá beneficiado de uma reorganização urbana com a implantação de uma malha ortogonal, ao que parece de origem flaviana (Rodríguez Colmenero e Alcorta Irastorza 1998), bem como num possível cadastro documentado na veiga envolvente (Rodríguez Colmenero 1997), encontra-se bem testemunhada pela construção de uma ponte sobre o rio Tâmega na época de Trajano, ligada à via XVII, a qual insere *Aquae Flaviae* na rede oficial dos itinerários principais do Noroeste Peninsular.

Apesar da abundante informação epigráfica conhecida e das múltiplas intervenções arqueológicas realizadas em Chaves, a trama urbana da cidade

romana é ainda conhecida de forma muito deficiente. O mesmo acontece com a rede de saneamento, apesar das inúmeras referências à existência de canalizações e cloacas. Melhor conhecido é o sistema de abastecimento de água à cidade que inclui uma barragem e um aqueduto (Alfenim 1995; Rodríguez Colmenero s.d; Rodríguez Colmenero e Alcorta Irastorza 1998).

Os trabalhos de síntese produzidos até ao momento apresentam algumas hipóteses relativas ao desenvolvimento deste núcleo urbano, quer no Alto, quer no Baixo Império, bem como a hipotéticas localizações do *forum* e de um teatro (Rodríguez Colmenero s.d; Rodríguez Colmenero e Alcorta Irastorza 1998).

De qualquer modo, as escavações urbanas realizadas na cidade na última década estão a proporcionar numerosas informações, na sua maior parte ainda inéditas, que certamente irão alterar os conhecimentos disponíveis sobre o desenvolvimento desta cidade. Entre os novos dados fornecidos pelos trabalhos arqueológicos mais recentes cabe destacar a descoberta de umas termas em notável estado de conservação, destruídas por um sismo e abandonadas, as quais testemunham o grau de romanização e de monumentalização deste importante núcleo urbano.

A cidade terá tido, ainda, outras termas, situadas extra-muros, muito embora seja difícil conhecer o seu traçado original, dado o intensivo uso e as sucessivas remodelações sofridas pelo balneário através dos tempos.

Considerando a sua importância no contexto do *conventus* bracarense, como também a existência de uma presumível organização territorial, *Aquae Flaviae*, a par de capital de *civitas,* poderá ter funcionado como capital regional, como vem sendo defendido por alguns autores (Pérez Losada 1998; Martins *et alii* 2005). Em favor desta hipótese poderá referir-se o facto deste núcleo urbano ter funcionado como *caput viarum.*

O primeiro núcleo populacional da actual cidade de Tuy deverá ter correspondido a um povoado fortificado, citado nas fontes clássicas como *Tyde* ou *castellum Tyde* (NH IV 112). Este povoado terá sido a sede da *civitas tudensis*, eventualmente correspondente ao território dos *Grovii* (Pérez Losada 2002).

O núcleo urbano romano terá sido implantado num terreno de baixa altitude, a cerca de 1/ 2 Km do *castellum Tyde,* datando muito provavelmente da época flávia, altura em que terá passado a ser designado como *Tude* (Pérez Losada 2002). Os múltiplos achados de elementos arquitectónicos e epigráficos, bem como as evidências arqueológicas de residências privadas, permitem considerar que *Tude* constituiu um centro cívico e político importante na época romana, que consolidou o tecido urbano do Noroeste e potenciou a integração das suas populações no mundo romano.

A análise da fotografia aérea permitiu a F. Pérez Losada (2002) reconstituir a possível trama urbana deste núcleo, com orientação NNE/SSO que o autor define como um "complexo entramado pseudo-ortogonal de ruas".

Tendo em conta os dados arqueológicos disponíveis, a existência de um traçado pseudo-ortogonal, a existência de edifícios públicos, bem como o seu papel de lugar central em termos viários e comerciais, é possível considerar que *Tude* pode ter assumido funções de possível capital regional. Esta interpretação pode ainda ser sustentada pelo papel da cidade enquanto *caput viarum* da via XIX, que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti*.

A cidade de *Tongobriga* aparece referida em fontes literárias e epigráficas. Ptolomeu designa-a como *Tuntobriga,* integrando-a no território dos *Callaeci Bracari*.

A partir de 1980, o sítio começou a ser escavado de forma sistemática, tornando possível conhecer algumas das características do aglomerado, que tem sido interpretado, desde então, como capital de *civitas* (Alarcão 1988; 1995-96; Dias 1997)

As escavações realizadas apontam para várias fases de ocupação.

Entre finais do século I a.C. / inícios do século I d.C. e até à época fllávia, o aglomerado teria conhecido uma "ocupação castreja" (Dias 1998: 767), à qual se reportam uma série de construções de planta circular e um balneário castrejo.

Entre a época flávia e antonina, mais concretamente entre Vespasiano e Trajano, começa a estruturar-se um aglomerado com equipamentos urbanos de tipologia romana, com habitações de planta rectangular. Data do mesmo

período a construção de umas termas públicas (Termas I) localizadas nas imediações do anterior balneário indígena (Dias 1997).

Em meados do século II, na época correspondente aos reinados de Trajano e Adriano, teria sido construído um extenso *forum* (139m x 68,5m), com uma basílica e um templo que se articulou com o edifício termal preexistente (Dias 1999).

Na segunda metade do século II registam-se remodelações importantes nas áreas residenciais bem como uma reforma das termas (Termas II) que passou a incluir uma *natatio* (Dias 1997).

Durante o século IV e inícios do século V operam-se novas remodelações nas termas, bem como no *forum* e zonas habitacionais. No século VII o núcleo urbano entrará numa fase de declínio, persistindo, todavia, como sede de paróquia da diocese do Porto, pois é referida nos textos do *Paroquial suévico* (Dias 1997). A partir da primeira metade do século XII o lugar surge com o nome de Santa Maria do Freixo.

Para além dos edifícios públicos já referidos, a cidade parece ter tido um teatro, ainda não escavado, que aproveitaria os declives naturais junto ao eixo identificado como o cardo da cidade (Dias 1997). A análise da fotografia aérea parece indicar, ainda, a possível existência de um circo, fora da cidade, junto à estrada que ligava *Tongobriga* à zona de travessia do rio Tâmega, em Canaveses (Dias 1997; 1999).

Apesar dos alinhamentos perfeitamente identificados na zona residencial, a cidade não parece conhecer um plano ortogonal, ausência que é justificada pelas condicionantes geomorfológicas, ou pela preexistência de um povoado anterior à época flávia (Dias 1997).

A importância de *Tongobriga* enquanto centro cívico e viário, situado no trajecto da via *Bracara - Emerita* (Alarcão 1995-96), poderá explicar o seu protagonismo como capital regional, desempenhando um papel centralizador na disponibilização de produtos e de serviços. De facto, o programa de obras públicas que este núcleo conheceu em época flávia e antonina reflecte a sua centralidade urbana (Dias 1997; 1999).

O desenvolvimento de outros aglomerados do Noroeste durante as décadas precedentes ao período flávio pode ter justificado alterações dos

respectivos estatutos jurídicos, como aconteceu no caso de *Aquae Flaviae.* De facto, embora se desconheça o estatuto de *Tude* ou de *Tongobriga*, núcleos que se presumem ter desempenhado o papel de capitais regionais, regista-se um outro caso de promoção no convento bracarense, representado pelo *forum limicorum*, actual Xinzo de Limia, que a partir de finais do século I / inícios do século II terá assumido a categoria de *municipium* (Pérez Losada 2002).

O aglomerado possui uma configuração proto-urbana, tipo "povoado-rua nuclear", que se apoia na via que liga Chaves a Ourense, observando-se igualmente alguns eixos viários transversais e restos de edificações importantes (Xusto Rodríguez 1998). Por sua vez, a epigrafia demonstra a existência de muitos imigrantes e de cidadãos, bem como promoções de indígenas inscritos na tribo Quirina.

Iria Flavia constitui um importante núcleo urbano na área ocidental da Galiza. O seu papel de *mansio* da via XIX aparece mencionado em várias fontes como sejam o Itinerário de Antonino, o Anónimo de Ravena e as tábuas de Astorga.

O geógrafo Ptolomeu refere-se a *Iria Flavia* como uma das duas "poleis existentes no territorio dos Coporos", juntamente com *Lucus Augusti* (Pérez Losada 2002: 88). No entanto, para F. Pérez Losada (2002) a hipótese de *Iria Flavia* ter tido um papel de *vicus* secundário na dependência de *Lucus Augusti* não é admissível, dada a importância assumida por aquele núcleo, demonstrada pelos dados arqueológicos e epigráficos. Na verdade, o autor sugere a possibilidade de um desmembramento do território dos *Copori* na época flávia, facto que teria reforçado a importância de *Iria Flavia* como capital de *civitas*. Assim, *Lucus Augusti* manteria o seu importante papel de capital conventual e o de capital de *civitas* da região dos *Copori* orientais, cabendo a *Iria Flavia* a capitalidade dos *Copori* situados a ocidente.

Duas inscrições permitem conhecer o nome original deste aglomerado na época romana e, simultaneamente, compreender a sua origem como *forum*, local especificamente implantado pelo poder romano como espaço de transacções comerciais (Pérez Losada 2002). Em ambas as inscrições o sítio é designado como *Forum Iriensis*. Um dos monumentos é uma ara votiva

dedicada a Neptuno onde se pode ler: NEPTVNO FOR(*o*) I(*ir*)E(*n*)S(*is*) D(*e*) S(*uo*) P(*osuerunt*). A outra inscrição encontra-se gravada numa estela funerária, cuja leitura pode ser desdobrada do seguinte modo: CAMBAVIVS CORALI F(*ilius*) SENA FOR (*o*) IRIE(*n*)S(*is*) ANNORVM L H(*ic*) S(*itus*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*).

De acordo com os dados arqueológicos disponíveis o aglomerado de *Iria Flavia* constitui uma fundação *ex novo* que terá surgido nos anos de transição entre o século I a.C. e o século I d.C., provavelmente como um *forum (Forum Iriensis)*, ou seja, um centro cívico fundado para cumprir um papel eminentemente comercial, num território dominado por populações indígenas dispersas (Pérez Losada 2002).

A crescente importância do local, como entreposto comercial ligado ao comércio marítimo, as funções de nó viário e o seu papel como capital de *civitas* terão conduzido à sua expansão urbana durante a época flávia, importância que manteve durante o século II. O nome de *Iria Flavia* é demonstrativo da importância ganha na segunda metade do século I, embora, no entender de F. Pérez Losada (2002), isso não implique obrigatoriamente que tenha possuído um estatuto municipal.

As escavações e prospecções efectuadas em *Iria Flavia* demonstram a existência de uma inegável planificação urbana, com um traçado ortogonal de orientação N/S, onde a via XIX, que cruzava o aglomerado, cumpriria a função de *kardo maximus*. As estruturas exumadas até à data não revelaram edifícios públicos, cingindo-se a vestígios de habitações privadas. Algumas residências identificadas denotam um nível de riqueza considerável, sendo igualmente conhecidas construções mais pobres, que podem ter desempenhado funções, quer habitacionais, quer artesanais e comerciais.

Os materiais encontrados nas escavações são abundantes e variados, sendo compostos por cerâmica comum romana, cerâmica de "paredes finas", lucernas, vidros, grande número de moedas, sigillatas e ânforas.

Dentro do espólio cerâmico de importação, a surpreendente quantidade de achados de sigillatas e a variedade de formas representadas de produções hispânicas, gálicas, hispânicas tardias, africanas (clara C) e de imitações de TSGT, estudadas por López Pérez (2002), levam a identificar *Iria Flavia* como um importante centro redistribuidor de produtos cerâmicos.

As prospecções efectuadas na zona periurbana demonstram um povoamento disperso que representa um "*continuum* da cidade romana (…) disposto na inmediacións da via XIX entre Iria e xacemento de Porto en Cesures" (Pérez Losada 2002: 99).

Assim, este núcleo urbano parece assumir um papel nuclear como nó viário da via XIX e uma importância comercial garantida, quer pela passagem desta via, quer ainda pela sua proximidade relativamente a pontos de escala fundamentais na rota atlântica, como é o caso da ria de Arousa e do curso fluvial do rio Ulla.

Iria Flavia e o seu estabelecimento portuário funcionariam, assim, como um importante enclave comercial e centro redistribuidor, nomeadamente no abastecimento a *Lucus Augusti*.

Este núcleo urbano teria tido a sua época de apogeu entre a segunda metade do século I e o século II d.C., conhecendo desde então um declínio progressivo (López Pérez *et alii* 1999: 252, *apud* Pérez Losada 2002). A retracção do comércio marítimo desde finais do século II, a consolidação das rotas terrestres e a proximidade relativamente ao porto de *Brigantium* poderão explicar a perda da importância de *Iria Flavia* a partir do século III, de que só recuperou em finais do século IV e ao longo do século V, talvez devido ao papel que lhe coube como sede episcopal.

Na área do convento lucence cabe ainda destacar a importância assumida por *Brigantium*, actual Corunha, cuja origem e data de fundação é discutível. De facto, Miguel Santa Cruz (2003:121) considera que a cidade foi fundada por iniciativa de Roma no século II sobre um anterior aglomerado comercial, tendo sido dotada de uma estrutura portuária, que estaria presumivelmente localizada sob o actual *paseo maritimo* (Bello Diéguez 1994). Outros autores consideram, todavia, que o estabelecimento romano de Brigantium funcionava já desde finais do século I a. C., situando-se na parte alta da chamada cidade velha, muito embora tenha tido o seu maior desenvolvimento na segunda metade do século I e ao longo do período antonino (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1994:62), altura em que a cidade se terá expandido.

No porto de *Brigantium* foi igualmente construído um farol, a Torre de Hércules (Romero Masiá 1992), a única construção romana que sobreviveu até aos nossos dias, a qual deve ter sido financiada pelo próprio Estado romano (Santa Cruz 2003: 131). Este monumento, estudado por S. Hutter (1973) e por T. Hauschild (1976), possui nas suas cercanias uma inscrição rupestre que alude a *C. Sevius Lupus*, natural de *Aeminium*, eventualmente o construtor da obra.

A utilização estatal deste núcleo urbano seria estratégica não só no transporte de mercadorias, como também de tropas (Naveiro López 1991:154). De facto, *Brigantium* constitui um ponto nevrálgico de apoio à rota atlântica e ao tráfego, quer de militares, quer de mercadorias entre o Mediterrâneo, a *Britannia*, Gália e o *limes* germânico, funcionando como importante ponto de escala (Santa Cruz 2003). Por outro lado, a sua localização privilegiada faz deste núcleo um importante enclave de recepção de mercadorias (Naveiro López 1991; 1996) e de escoamento dos produtos mineiros da região das Astúrias (Pérez Losada 2002:136).

Pouco se conhece da ocupação da cidade, muito embora os resultados de algumas escavações permitam admitir um urbanismo regular, com traçado ortogonal (Naveiro López 1991).

A cidade de Gijón localiza-se numa península com um importante potencial geoestratégico, sendo um enclave natural na navegação cantábrica, desde a Antiguidade até aos nossos dias (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1994) .

Fundada na época flávia, a cidade é provavelmente herdeira do castro de Campa Torres, definitivamente abandonado em fins do Alto Império (Fernández Ochoa *et alii* 2003: 104-105)[31].

[31] O povoado de Campa Torres é normalmente identificado com o *oppidum Noega* citado nas fontes clássicas. Trata-se de um grande castro, onde se encontram os materiais romanos mais antigos da região, entre os quais se incluem a sigillata itálica, moedas de Tibério, cunhadas no vale do Ebro, para além de uma moeda cunhada em *Graccurris*. Em Campa Torres foi ainda encontrada uma importante inscrição dedicada a Augusto e datada de 9-10 d.C., identificada por vários autores como uma das três *Arae Sestianae,* documentadas em fontes clássicas, erigidas em tempos de Augusto na costa galaica ou asture e que teriam tomado o seu nome de *L. Sextius Quirinalis*, governador da Citerior entre 22 e 19 a.C.. Estas aras marcariam, mediante consagração religiosa, a chegada de

A fundação de Gijón inscreve-se, reiteramos a observação, num processo de desenvolvimento urbano ocorrido em todo o Noroeste durante a dinastia flávia, concretizado na fundação de vários núcleos secundários que permitiram a criação de uma rede de cidades intermédias entre as capitais conventuais e extenso espaço rural (Fernández Ochoa 1995a).

Gijón atingiu rapidamente uma importância vital no âmbito do *Conventus Asturicensis*. A sua vocação de porto marítimo tornou este núcleo urbano num ponto fundamental de circulação de produtos da rota cantábrica, que se articulava com a rota atlântica (Fernández Ochoa *et alii* 2003). De facto, nesta cidade cruzam-se importantes rotas marítimas e terrestres de ligação à Península e aos portos da Gália e da *Britannia* que abasteciam o *limes* renano e as tropas estacionadas junto à muralha de Adriano. No âmbito regional e peninsular cabe ainda destacar o seu papel como desembocadura da Via de la Plata que permite a comunicação de Gijón com a região centro-ocidental das Astúrias, com a Meseta e com o Sul da Península.

Apesar de só ter sido objecto de escavações sistemáticas a partir de 1982, os trabalhos efectuados a partir daquela data permitiram exumar uma série de estruturas e de equipamentos de que destacamos as termas de Campo Valdés, construídas entre finais da época flávia e inícios do século II (Fernández Ochoa *et alii* 2000; Fernández Ochoa 2003) e a muralha tardo-romana, construída entre finais do século III e o século IV, abarcando uma área de 16 hectares (Fernández Ochoa 1997; Fernández Ochoa e Gil Sendino 2007).

Esta muralha, com torres semicirculares de cerca de 4 / 5 metros de diâmetro, possui semelhanças com as de *Lucus, Legio, Asturica e Bracara* podendo integrar-se, também, no programa regional de construção de fortificações que pretendiam assegurar a defesa da parte ocidental do Império (Fernández Ochoa 1997; Fernández Ochoa e Gil Sendino 2007).

Refira-se ainda o achado de vestígios correspondentes a uma indústria de salga, que terá tido uma escala de exportação circunscrita às regiões mais próximas e cuja actividade principal se situa entre os séculos III e IV da nossa era (Fernández Ochoa *et alli* 1996; Fernández Ochoa 2003).

Roma ao limite das terras conhecidas e, por conseguinte, o valor simbólico da finisterra (Maya González e Cuesta Toribio 1995).

A baía de Gijón desempenhou um importante papel como lugar de refúgio e de comércio, sublinhando o papel que a cidade deverá ter desempenhado como porto do Cantábrico (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1994), sendo provável que as estruturas portuárias se localizassem na chamada "Bajovilla medieval" (Fernández Ochoa *et alii* 2003: 115).

Os dados que acabámos de apresentar testemunham a progressiva densificação do tecido urbano do Noroeste Peninsular, posteriormente à implantação das três grandes capitais conventuais fundadas por Augusto. O desenvolvimento económico dos espaços rurais, o funcionamento das comunicações terrestres, fluviais e marítimas e as novas necessidades potenciadas pela nova ordem política, económica e social deram origem a novos aglomerados, alguns dos quais se consolidam no período flávio-antonino, dotando-se de uma estrutura urbana ortogonal, ou pseudo ortogonal, de equipamentos de tipologia romana, sendo possível que alguns se tenham transformado mesmo em capitais regionais. Donde, podermos falar, em certa medida, num reajustamento das escalas de controle territoriais, sob o impacte sedimentador da expansão urbana. Vejamos, já de seguida, o que ocorre com as vias.

3.2. O reforço da rede viária

O reforço da rede viária do Noroeste contemplou, antes de mais, uma nova fase de obras de manutenção e reparação dos principais eixos abertos na época de Augusto. Por outro lado, o sistema viário foi consolidado através da construção de novas pontes, da melhoria do *cursus publicus*, a par da construção de novos itinerários (Tranoy 1981; 1995-1996; Lemos 1993; 2000; 2004).

As reparações nos itinerários principais estão documentadas nos textos dos miliários ou de outras inscrições viárias, sendo de destacar, naturalmente, os que referem imperadores posteriores a Cláudio, uma vez que a construção da rede de vias que estabelece uma perfeita triangulação entre as três capitais conventuais do Noroeste terá sido terminada no fim da dinastia júlio-cláudia.

Como exemplos de obras de manutenção da rede viária poderíamos citar os casos das vias XVI, XVII e XIX nas quais se desconhecem miliários de época flávia, mas são conhecidos alguns da época antonina, designadamente de Trajano, Adriano e Marco Aurélio, facto que aponta inequivocamente para a realização de trabalhos de melhoria dos traçados viários e de pavimentos.

Na via XVI estão referenciados vários miliários da dinastia antonina na área em que esta cruza o território integrado no convento bracarense, entre *Bracara* e *Cale*. Entre eles cabe destacar os de Adriano: na Quinta do Paiço, no concelho de Santo Tirso, em Portela de Baixo e S. Cosme do Vale, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Nesta via existem também miliários de Marco Aurélio, referenciados em S. Cristovão do Muro (Santo Tirso) e na Quinta de Santa Catarina (Vila Nova de Famalicão) (Mantas 1996).

Miliários da época de Adriano são igualmente conhecidos na via XVII, designadamente, em Ponte do Arco (Montalegre), Venda dos Padrões (Chaves), mas, também, em Babe (Bragança) e San Vitero (Zamora). Por sua vez, entre o conjunto de miliários da via XIX destacam-se alguns de Adriano, presentes em S. Paio de Merelim (Braga), Santa Marinha de Arcozelo (Ponte de Lima), em Padrón, Saxamonte, Redondela, Vilaboa e Ponte do Burgo (Pontevedra) (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004).

A manutenção dos principais itinerários terrestres consolidava a gestão do território e deixava a assinatura imperial, mesmo nas regiões mais recônditas. De facto, os inúmeros miliários existentes nas principais vias do Noroeste demonstram uma forma muito peculiar de propaganda política e a preocupação por parte dos governantes em manter transitáveis e operacionais os itinerários principais que asseguravam a ligação entre as principais cidades, garantia da coesão do território, mas também da circulação de pessoas, de produtos e de informação.

Algumas das pontes mais importantes conhecidas nos trajectos da rede viária principal foram construídas no período flávio-antonino, como aconteceu com a ponte de *Aquae Flaviae*, sobre o rio Tâmega. Datada da época de Trajano, possui 12 arcos, encontrando-se ligada ao trajecto da via XVII e inserida na rede oficial dos itinerários principais do Noroeste (Rodríguez Colmenero 1997). A sua construção foi feita a expensas de um

conjunto vasto de *civitates* que são citadas no célebre Padrão dos Povos (Alarcão 1988). Obra de engenharia romana seria também a ponte sobre o rio Lima, no trajecto da via XIX, ainda que seja difícil precisar a sua datação.

Existem, contudo, muitas outras pontes, cuja cronologia é difícil de avaliar, situadas no trajecto de vários itinerários principais. Ainda que nem todas tenham sido construídas no período de consolidação do sistema viário do Noroeste a que nos reportamos, é admissível que o desenvolvimento económico geral da região e a densificação do povoamento ocorrida entre Augusto e a época flávia-antonina, bem como a promoção e desenvolvimento de novos aglomerados urbanos, característicos deste período, tenham contribuído para a edificação destes equipamentos, a cargo das populações locais, como bem se observa no citado caso da ponte de Chaves.

Pouco se sabe sobre a ponte que cruza o rio Lima em Ponte de Lima, a qual é suposta ter fundações romanas. A importância assumida pelo aglomerado de *Limia*, citado no Itinerário de Antonino, que se localizaria num ponto estratégico para a passagem da via, pode ter justificado a construção deste equipamento.

Francisco Sande Lemos refere algumas pontes situadas no convento bracarense, ainda que não indique para elas qualquer cronologia precisa. Entre elas cabe destacar a conhecida por Ponte Pedrinha, sobre o Tuela, no concelho de Torre de Dona Chama, situada no traçado da via XVII, a Ponte de São João, ou de Campelo, no concelho de Guimarães, construída sobre o Ave, ou as pontes do Arco e de S. Martinho do Campo, erguidas sobre o rio Vizela, todas elas no trajecto entre *Bracara* e *Emerita Augusta* (Lemos 2005:171-172). O mesmo autor refere ainda a ponte do Arquinho, em Possacos, no concelho de Valpaços, que servia o traçado entre *Bracara e Asturica*, por Chaves e a Ponte do Arco, em Alfarela de Jales, que assinala o traçado de uma via secundária, que atravessaria o distrito mineiro da Serra da Padrela (Lemos 2005: 173).

Datará igualmente deste período a consolidação do *cursus publicus*, servido por uma eficaz rede de *mansiones* e *mutationes*, cujos nomes nos foram legados pelo célebre Itinerário de Antonino, ainda que muitos destes locais de apoio viário permaneçam desconhecidos da arqueologia (Tranoy 1995-96).

É ainda num contexto de reforço do sistema viário principal que se insere a abertura da Via XVIII, ou *Via Nova*. Esta via, citada no Itinerário de Antonino (*item alio itinere a Bracara Asturica*), foi construída na época flávia, mais precisamente em 80 d. C., abrindo um novo trajecto entre *Bracara* e *Asturica Augusta*, através do coração da região mineira do Noroeste.

O traçado da via XVIII é bem conhecido, tendo sido objecto de numerosos estudos (Caamaño Gesto 1995-1996; Lemos e Baptista 1995-1996; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004).

Saindo de *Bracara Augusta*, a via cruzava o rio Cávado, passando pelo actual território dos concelhos de Amares e Terras do Bouro[32], dirigindo-se ao local conhecido por Portela do Homem, onde entrava na actual província de Ourense, passando por Riocaldo e Baños de Bande. Prosseguia depois em direcção a Baños de Molgas, Alto do Rodicio e Serra do Burgo, donde seguiria para Trives e daí para Valdeorras para cruzar a Serra da Encina da Lastra, percorrendo território leonês até chegar a Astorga (Caamaño Gesto 1995-1996).

Ao traçado da via XVIII encontram-se associadas várias pontes. Na parte portuguesa do seu traçado e já perto da Portela do Homem são conhecidas três pontes. No trajecto entre as milhas XXXII e XXXIII, na zona de Albergaria, conservam-se restos de duas, que transpunham as ribeiras da Maceira e do Forno, afluentes do Homem, obras de um só arco. Mais imponente seria a ponte de S. Miguel, com pelo menos três arcos de volta perfeita, destruída em 1642 (Lemos e Baptista 1995-1996: 118-121).

Na actual Galiza conhecem-se várias pontes, sendo de destacar a Ponte Pedriña, que permitia a passagem do Lima, a Ponte Navea e a Ponte Bibei, em Trives, uma das melhores conservadas da Hispânia, datada da época de Trajano (Casal Garcia e Blanco Sanmartín 2005: 116-117).

Pela abundância de miliários, restos de calçada e pontes, que assinalam com invulgar precisão o seu traçado, esta via representa um exemplo paradigmático da consolidação do poder romano no Noroeste Peninsular. De facto este novo itinerário deve entender-se num contexto de crescimento económico da região, articulado com a intensificação da

32 O traçado desta via pela parte actualmente portuguesa do convento bracaraugustano, num percurso de cerca de 34 milhas, será descrito com detalhe no capítulo seguinte.

exploração do ouro, fundamental à economia do Império (Tranoy 1981; 1995-1996; Lemos 2004)

Para além da manutenção das vias abertas em tempo de Augusto e seus sucessores, a região vê-se progressivamente coberta por uma complexa trama de vias secundárias que asseguravam o domínio romano e a progressiva penetração das populações no interior do território. Estas vias ligavam os núcleos secundários e as zonas de exploração económica aos grandes centros urbanos, assegurando o escoamento da produção, mas, também, a entrada no meio rural de bens de consumo exógenos, que progressivamente vão alterando os hábitos da população indígena.

3.3. A intensificação económica

3.3.1 A exploração dos recursos

Afastando a ideia de um desenvolvimento sincronizado e homogéneo dos territórios do Noroeste peninsular, não deixa de ser relevante o desdobramento intensivo de frentes urbanas e viárias que cruzam e estabelecem as condições efectivas do domínio romano. Cabe agora perguntar sobre a modo como a exploração dos recursos básicos se concretizou. A nossa atenção concentrar-se-á, fundamentalmente, nas actividades mineiras e agro-pecuárias.

A exploração mineira romana do Noroeste Peninsular inicia-se com a *Pax* augústea, tendo começado a organizar-se ainda na dinastia júlio-claudiana. O desenvolvimento desta exploração está intimamente ligado à implantação e consolidação do sistema para o adequado escoamento da produção.

O elenco das principais zonas mineiros no Noroeste tem vindo a ser progressivamente ampliado desde a década de 70, cabendo a Claude Domergue um papel pioneiro e fundamental na catalogação de jazidas e no estudo do sistema de exploração aurífera (Domergue 1970a; 1970b; 1986; 1987; 1990; Domergue e Herail 1978; Domergue e Martin 1977; Domergue e Sillières 1977). Pode considerar-se que os trabalhos de C. Domergue tiveram alguma continuidade nos estudos realizados desde os anos 80 pela equipa

do CSIC, dirigida por Sánchez-Palencia, sobre as jazidas auríferas localizadas no *conventus Asturicensis* (Sánchez-Palencia Ramos 1979; 1983; 2000). As investigações realizadas sobre a mineração da área asturiana conduziram a uma série de trabalhos que permitiram não só detalhar os processos de exploração aurífera, como também analisar o povoamento e a organização social associados (Sánchez-Palencia Ramos e Fernández Posse 1993; 1998; Sánchez-Palencia Ramos *et alii* 1990; 1999).

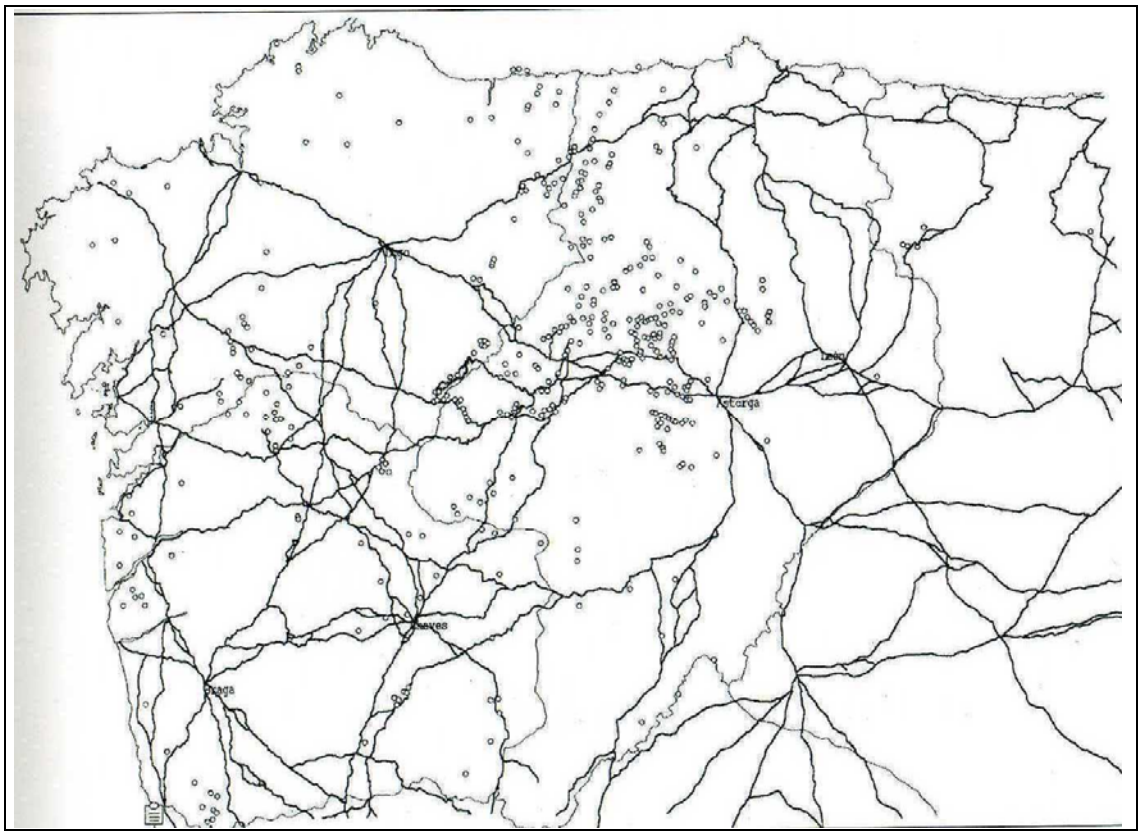


Figura 10. Áreas de mineração do Noroeste peninsular e rede viária romana (Menéndez de Luarca, J.R. e Navia Osorio (dir.) 2000: 127)

Não obstante a extensa bibliografia disponível sobre o tema, a mineração não suscitou ainda um aprofundamento, compatível com a sua dimensão e significado, quer das explorações mineiras, quer da organização económica e social que as mesmas implicam. Não estão convenientemente conhecidas as balizas cronológicas deste tipo de explorações, excepção feita aos principais coutos mineiros do Noroeste, onde imperava a exploração aurífera, dependente da administração e do controle do Estado. Falamos, naturalmente, das Astúrias mas, também, da zona mineira de Jales-Três

Minas, estudada por J. Wahl (1988; 1988-1989; 1998). Continuam a faltar trabalhos de catalogação sistemática das explorações mineiras romanas, existindo consideráveis lapsos de informação relativos às frentes mineiras da faixa litoral galega e portuguesa (Lemos 2004), o mesmo se podendo afirmar da faixa litoral cantábrica, onde são conhecidos alguns indicadores de mineração de ouro, ferro, chumbo e zinco (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1994: 173). Escasseiam também os trabalhos monográficos e de síntese que permitam avaliar o real impacto da mineração romana no Noroeste Peninsular, que representa uma das principais fontes para o conhecimento da presença romana na região (Ferrer Sierra 1995; Lemos e Morais 2004).

Começam, no entanto, a realizar-se alguns trabalhos de levantamento das áreas mineiras menos conhecidas, nomeadamente no convento bracarense. Entre os trabalhos já realizados para este território cabe referir o recentemente empreendido por F. Sande Lemos e P. Morais (Lemos e Morais 2004) relativo à catalogação das principais zonas de mineração aurífera da região envolvente da via XVII, bem como os estudos desenvolvidos por C. Martins (2005).

O processo de exploração metalífera parece ter começado ainda na época Júlio-Claudiana[33] reforçando-se a partir de finais do século I d.C., muito embora se registem acentuadas divergências nas formas de exploração dos recursos disponiveis, dependentes do potencial das jazidas e do tipo de exploração. De facto, há que distinguir os *territoria mettalorum*, grandes distritos mineiros, representados até ao momento pelo conjunto de Las Medulas, nas Astúrias e pelo couto mineiro de Três Minas-Jales, no território português do convento bracarense, dos complexos mineiros de média e pequena dimensão, sujeitos a formas de exploração diferenciadas.

A falta de estudos sistemáticos impede-nos de saber se algumas das áreas mineiras conhecidas, designadamente no Norte de Portugal, não teriam, também, o estatuto de *territoria mettalorum*, como foi recentemente sugerido por F. Sande Lemos (2004: 237). Entre elas cabe destacar o Fojo

[33] Assim acontece, por exemplo, na região de Trás-os-Montes onde tanto a exploração mineira como a implantação da rede viária são da dinastia júlio-claudiana (Lemos 1993, vol. Ib).

das Pombas, em Valongo, as minas de França-Bragança, na Serra de Montesinho, ou a área de Macedinho, em Vila Flor.

A importância assumida pela exploração das jazidas de ferro de Torre de Moncorvo, na Serra de Reboredo, é igualmente sugestiva de que esta zona tenha sido um couto mineiro, hipótese levantada por Jorge de Alarcão (1988) e confirmada por F. Sande Lemos (1993).

Tanto no Norte de Portugal como na Galiza existem numerosos testemunhos de outras frentes de exploração de ouro. Entre as mais importantes poderá referir-se aquela que se estenderia pelos actuais concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes (Alarcão 1988). A aparente importância daquela região mineira sugere que ela possa ter constituído, potencialmente um couto mineiro explorado pelo Estado, tal como aconteceu em Três Minas-Jales (Lemos 2005).

Existem no convento bracarense outros complexos mineiros auríferos que podem ser considerados de média dimensão, os quais assumiriam, também, grande importância na economia da região. O mais importante, pela sua dimensão, é sem dúvida o chamado Poço das Freitas, no território de *Aquae Flaviae* (Lemos 2004: 237).

Os trabalhos de prospecção realizados por F. Sande Lemos (1993) em Trás-os-Montes oriental e ocidental e, mais recentemente, na zona do Entre-Douro e Minho permitiram identificar um vasto conjunto de pequenas frentes de mineração, exploradas, certamente, em regime privado, muito embora algumas delas possam ter atingido alguma dimensão. Entre as mais representativas contam-se as de Monte Furado, no rio Coura, as da Serra da Nó (Viana do Castelo), as minas referenciadas em Monção, mas, também, as das Serras de Santa Justa e de Banjas. Identificadas estão, igualmente, outras pequenas frentes de exploração mineira aurífera e argentífera, na bacia superior do rio Neiva (Maciel 2003) e nas zonas de Marrancos e Oleiros, em Vila Verde (Lemos e Morais 2004).

Se a exploração dos recursos mineiros do Noroeste assumiu formas diferenciadas, é igualmente certo que os quadros de povoamento associados parecem estruturar-se de forma variada.

De facto, as explorações auríferas, realizadas no *convento asturicensis* e em parte do *conventus lucensis*, parecem estar conectadas com povoados

fortificados que se fundam em plena época romana (Sánchez Palencia *et alii* 2000). Mas, noutros casos, a exploração mineira implicou a consolidação de povoados indígenas, que ganharam um papel progressivamente mais marcante enquanto núcleos secundários, no contexto do povoamento romano. Por outro lado, existem indicadores da emergência de aglomerados abertos de fundação romana, do tipo *vici*, que garantiam a necessária exploração e escoamento da produção, situando-se, naturalmente, junto de eixos viários (Martins *et alii* 2000; Lemos 2004).

Os conhecimentos disponíveis sobre os fenómenos que afectaram a exploração dos recursos agrícolas sob domínio romano são, ainda, bastante fragmentários, devido ao número bastante reduzido de escavações realizadas em locais onde se ergueram estabelecimentos do tipo *villae*. Sabemos que a introdução destes estabelecimentos alterou o modo de explorar os recursos agropecuários da região. No entanto, é difícil identificar os edifícios associados às novas formas de exploração da terra, como dificil é também datar com o indispensável rigor o início e a evolução do próprio processo associado à privatização do solo, exigido pelo novo modelo, factos que nos impedem de percepcionar com a necessária clareza o ritmo da romanização do espaço rural à escala do Noroeste peninsular.

Uma vez que as *villae* definem um novo modelo de posse e usufruto da propriedade fundiária, a sua implantação terá tido um profundo impacte na organização do território e na transformação da paisagem rural, uma vez que estes estabelecimentos pressupunham a constituição de *fundi* resultantes da fragmentação da propriedade comunitária dos anteriores povoados pré-romanos (Pérez Losada 1987).

As dificuldades de percepcionar o fenómeno à escala da região do Noroeste agravam-se com a imagem de diversidade regional que o processo parece ter conhecido, tendo por base a bibliografia disponível sobre o tema.

Se é certo que o diferencial grau de desenvolvimento económico pré-romano atingido nas áreas dos três conventos pode ter influenciado a precoce ou mais tardia difusão das *villae*, estamos em crer que, em grande medida, os desfasamentos cronológicos constatados na disseminação deste

tipo de estabelecimentos escondem, sobretudo, problemas de investigação que importa salientar.

Na verdade, desconhece-se a densidade deste tipo de explorações, não existindo estudos sistemáticos sobre o assunto que possam validar uma análise adequada à escala do Noroeste. Existem áreas melhor prospectadas, mas as lacunas são enormes em amplas áreas do território dos três conventos.

As deficiências de investigação pesam enormemente na abordagem deste tema e resultam de diversas circunstâncias. Nalguns casos elas resultam das dificuldades que existem na identificação das *villae*, quer devido à profundidade a que as mesmas se encontram relativamente aos solos actuais, como acontece generalizadamente na área do Entre-Douro e Minho e em certas zonas da Galiza, onde existem poucas *villae* escavadas, muito embora as prospecções possam indiciar a sua presença através de alguns materiais de arquitectura, epígrafes, ou cerâmicas dispersas por extensas superfícies. Noutros casos os exemplares de *villae* identificados foram apenas sumariamente escavados, facto que limita à partida a sua adequada datação, bem como a necessária caracterização da sua evolução. Na verdade, não podemos esquecer que estamos perante estabelecimentos que sofreram por vezes profundas remodelações ao longo do tempo, tal como aconteceu com as *villae* mais conhecidas de outras regiões hispânicas, melhor estudadas.

Rastreando a bibliografia disponível, verifica-se que, salvo as situações em que este tipo de estabelecimentos foi sujeito a escavações sistemáticas, a maior parte das datações sugeridas pelos catálogos e inventários produzidos se baseia muitas vezes na cronologia dos mosaicos com que algumas *villae* foram ornamentadas numa fase tardia da sua ocupação.

Não deixa de ser estranho que a cronologia proposta para a fundação das *villae* que foram escavadas seja mais antiga do que aquela que é genericamente proposta para o processo de disseminação deste tipo de estabelecimentos. Alguns exemplos claros desta situação podem ser fornecidos pelas *villae* de Veranes e Murias de Bolono, em Gijon, com fundações claramente alto-imperiais, o mesmo acontecendo com a *villa* de Boides, nas Astúrias (Garcia Entero 2001: 50; Férnandez Ochoa 1982: 273,

284; Férnandez Ochoa *et alii* 1997). Também na zona de León encontramos uma situação algo similar, podendo-se apontar algumas *villae* escavadas que fornecem cronologias antigas, como El Soldón, em Santa Colomba de Somoza, perto de *Asturica Augusta*, datada de época tiberiana, a de Pago de Piégalo (Cimanes de Veja), datada do século I, Monasteruelo (Velilla de los Oteros), cuja fundação é fixada entre finais do século I / inícios do século II, San Adrián (Villoria de Órbigo), Navatejera (Villaquilambre), situada perto de León e datada entre finais do século I / inícios do século II (Garcia Entero 2001: 138; 141; 148; 150; 156).

Neste contexto, qualquer balanço que possa ser realizado sobre a expansão de estabelecimentos de tipo *villa,* na ampla escala do território do Noroeste peninsular, deve ser considerado com as devidas reservas, devido às deficiências de investigação, pese embora a importância crucial do tema para a compreensão do processo de reorganização do território e da exploração dos recursos agropecuários e marítimos da região.

Com base nos dados disponíveis, parece indiscutível que a zona ocidental bracarense conheceu uma precoce implantação de *villae*, a partir do século I, instaladas nas imediações de *Bracara Augusta* e ao longo dos principais eixos viários (Martins 1990). As *villae* parecem manter nesta região uma importante associação com os castros sobreviventes (Martins 1995), implicando uma apropriação de terras anteriormente controladas pelos povoados indígenas.

Todavia, a generalização do modelo privado de exploração agrícola é reconhecida como mais tardia noutros territórios, sendo datada já da época flávia, ou mesmo dos séculos II e III, cronologia que é fixada para as *villae* do sul da actual Galiza, tendo em conta os estudos realizados (Pérez Losada 1995). Este panorama parece aplicar-se à generalidade das *villae* rurais e costeiras do convento lucense para as quais é reconhecida, generalizadamente, uma cronologia baixo imperial, salvo nalgumas raras excepções (Árias Villas e Villa Valdés 2005). Esta paisagem de explorações agrárias exploradas por terratenentes encontra a sua melhor expressão nas *villae* de Noville (Mugardos) (Pérez Losada 1995), de Toralla (Vigo), ou de Cambre, na Corunha (Casal Garcia e Blanco Sanmartín 2005:113).

Este cenário de uma tardia generalização das *villae*, que caracteriza o convento lucense, é, também, sugerido para o convento asturicense, muito embora se conheçam, como já sublinhámos anteriormente, algumas *villae* na zona de León e Gijón com fundação claramente alto-imperial.

A este propósito cabe destacar que este tipo de estabelecimentos parece quase praticamente ausente do litoral cantábrico, conhecendo-se apenas alguns, caracterizados por F. Pérez Losada (1991: 434) como exemplos de *villae a mare*, com bom domínio visual sobre a costa, devendo praticar uma economia mista de exploração dos recursos agropecuários e marítimos, sendo datados do Baixo-Império. A *villa* de Noville representa o exemplar melhor estudado deste tipo de estabelecimentos na costa cantábrica, muito embora seja apenas conhecida a *pars urbana* da *villa*.

A diversidade cronológica do que, segundo a bibliografia, parece caracterizar o processo de privatização da terra associado à implantação de *villae*, constatada nos territórios dos diferentes conventos, correlaciona-se com a diversidade geomorfológica que caracteriza as áreas que foram ocupadas e exploradas por este tipo de estabelecimentos.

De facto, enquanto que no convento lucense a maioria das *villae* surge em terrenos virgens de ocupação anterior, na área do convento bracarense, designadamente nos vales do Cávado, Lima e Minho, verifica-se que algumas destas explorações surgem em locais com ocupação pré-romana. Este facto parece assinalar que na região bracarense a exploração das terras do vale pode ter estado organizada em associação com possíveis *aedificia* articulados com os povoados castrejos, instalados na bordadura dos principais vales fluviais da região.

As diferenças constatadas entres os três conventos observam-se igualmente no âmbito da localização preferencial das *villae*.

Na parte mais ocidental do território do Noroeste estes estabelecimentos implantam-se preferencialmente em vales ou ladeiras suaves, nos limites entre as terras de cultivo e o monte, possuindo normalmente um bom controle visual sobre os terrenos de cultivo. Observa-se também uma certa concentração deste tipo de estabelecimentos na orla costeira, supondo-se que aliariam as actividades agropecuárias com a

exploração dos recursos marinhos, designadamente do sal, associando-se, eventualmente, com explorações artesanais de preparados de peixe.

Nas zonas mais interiores as *villae* parecem dispersar-se por terrenos com boas potencialidades agrícolas, ocupando, quer os vales, quer as áreas planálticas, muito embora pareçam estar sistematicamente ausentes das zonas montanhosas do interior (Alarcão 1998; Pérez Losada 1995, 1996).

Sabe-se muito pouco sobre a arquitectura deste tipo de estabelecimentos, pois raros são aqueles que foram escavados e, mesmo quando o foram, não mereceram trabalhos arqueológicos extensivos, susceptíveis de permitirem uma adequada caracterização arquitectónica dos espaços.

No entanto, os fragmentários dados disponíveis parecem apontar para a clara predominância de um modelo de *villa* de planta rectangular, com corredor, ou pórtico, por vezes flanqueados por corpos laterais, ou torres, delimitando um pátio aberto, modelo bem representado na *villa* tardo-romana de Noville, em Mugardos, na *villa* de Agro de Nogueira, em Toques, na *villa* de Torralla, em Vigo, bem como na *villa* de Boelhe, em Penafiel (Pérez Losada 1990-91; Pérez Losada *et alii* 1992; Pérez Losada 1995: 175-179).

Pese embora o carácter circunscrito da informação disponível importa destacar o maior volume de dados existente para o território do convento bracarense, ainda que se registe uma acentuada assimetria de informação entre a parte ocidental e oriental do referido território (Martins 1990; Lemos 1993).

De facto, a parte ocidental conhece uma forte e precoce implantação de *villae,* que parece claramente associada à fundação de *Bracara Augusta*, sendo possível observar uma diferenciada distribuição das mesmas entre o Alto e o Baixo Império, que resulta, também, de uma crescente densificação deste tipo de estabelecimentos (Martins 1995). Este processo, que se acentua a partir de finais do século I e ao longo do século II, parece estar associado à consolidação da rede viária e ao desenvolvimento de núcleos urbanos secundários, os quais constituirão novos pólos disseminadores deste tipo de estabelecimentos, como acontece nas regiões de *Aquae Flaviae* (Amaral e Teixeira 1999) *Tongobriga* (Dias 1997) e *Tude* (Perez Losada 2000).

Também a expansão de aglomerados de tipo romano (*vici, mansiones, mutationes*), que perfilam uma verdadeira "colonização" do território, contribuiu para uma maior eficácia na exploração dos recursos agropecuários, com o consequente aumento da produção e criação de excedentes que potenciaram a consolidação de uma economia de mercado (Almeida 1996; Lemos 2004). Este é um importante indicador da romanização da paisagem rural e da transformação social e cultural dos seus habitantes.

O desenvolvimento económico da região do Noroeste operado sob o domínio romano não se limitou à exploração dos minérios e à intensificação da produção de alimentos, feita através de estabelecimentos de tipo *villae* ou de fábricas de salga, ligadas ao aproveitamento dos recursos marítimos.

O novo modelo económico que foi introduzido na sequência da integração da região no mundo romano teve como consequência inevitável uma exploração crescente de diferentes tipos de recursos do território, que permitiu aumentar a produção de bens e produtos, necessários a satisfazer as novas condições de vida que se geraram no quadro de uma sociedade que adoptou modelos de construção e consumo, claramente distintos do período anterior.

Algumas das actividades que se desenvolveram no quadro das novas necessidades associam-se à emergência dos novos espaços de vivência, fossem cidades, aglomerados secundários, ou *villae*. Todos estes locais implicavam a utilização de novas técnicas construtivas, cujo desenvolvimento recobria a exploração de madeiras, de pedreiras, mas, também, de barros para a produção de materiais cerâmicos de construção. Pouco sabemos sobre a organização social deste tipo de explorações, muito embora seja provável que fossem realizadas, maioritariamente, por iniciativa privada, excepção feita, talvez, nas cidades, que podiam promover a gestão municipal das mesmas.

A exploração das argilas, embora já praticada pelas populações indígenas para o fabrico das suas louças, deve ter sido consideravelmente intensificada. Na verdade, esta matéria-prima era imprescindível à construção dos edifícios de tipologia romana, que exigiam grandes quantidades de

material laterício, usado quer em coberturas, quer em pavimentos, quer ainda nos estabelecimentos termais que se difundem rapidamente por toda a região na forma de edifícios públicos, mas, também, na modalidade de equipamentos privados, integrados nas *domus*.

Por outro lado, as argilas e caulinos eram necessários para produzir cerâmica, produto indispensável à vida quotidiana, que se diversifica enormemente, com as mudanças das práticas de mesa e culinária.

As argilas constituem um recurso relativamente abundante que podia ser encontrado nos vales dos principais rios que cruzam o território do Noroeste, bem como ao longo do litoral. Existiam, assim, condições para o desenvolvimento de centros produtores de cerâmica de construção, localizados muito provavelmente fora das cidades, como parece ter acontecido no caso de *Bracara Augusta*, que seria abastecida pelo centro oleiro que se situaria na zona de Prado/Ucha, a cerca de 14 Km da cidade. Por sua vez, é natural que as olarias que produziam produtos mais finos, designadamente de cerâmica de mesa, pudessem estar sedeadas nas próprias cidades.

Sabemos que os oleiros de *Bracara Augusta* fabricaram cerâmicas comuns, lucernas e ânforas, tendo procurado criar mesmo alguns produtos que imitavam as formas mais apreciadas das cerâmicas importadas. Uma dessas produções foi a chamada “cerâmica bracarense”, fabricada no Alto-Império, que imitava as formas de sigillata, incluindo, também, o fabrico de lucernas. Com uma área de difusão regional bastante considerável, esta produção de grande qualidade, fabricada com barreiros cauliníticos do litoral do Minho, demonstra um bom conhecimento dos recursos disponíveis na região e a sua exploração sistemática e selectiva (Morais 2005). No entanto, sabe-se terem sido igualmente produzidas outras cerâmicas finas de mesa, representadas pelas paredes finas

Tendo por base os vestígios disponíveis pode-se afirmar que a olaria foi uma das mais significativas indústrias da cidade de *Bracara*, na qual se conhecem referências a fornos, tanques de decantação, bem como acessórios de olaria, designadamente moldes (Morais 2005) .

Para além das oficinas que se associavam à produção de cerâmicas (Morais 2005) existiam outras dedicadas à produção de objectos em vidro,

designadamente recipientes de utilização doméstica, vidro para janelas e jóias, como contas, pedras de anel e pulseiras (Cruz 2002).

À semelhança de *Bracara* sabemos terem existido centros produtores de cerâmica noutras cidades e regiões do Noroeste, designadamente em *Asturica* e em Lu*cus Augusti*, onde o desenvolvimento da olaria parece ter conhecido um momento explosivo a partir dos flávios. Os oleiros desta cidade conseguiram manter uma actividade florescente durante duas décadas, produzindo vários tipo de cerâmica, entre as quais se destacam fabricos de engobe vermelho, também representados em *Bracara Augusta*. São conhecidos vários fornos de planta elíptica e rectangular que produziram em grande quantidade louça de fabrico comum e cerâmica de construção.

3.3.2. A economia de mercado e a circulação monetária

Do conjunto dos recursos do Noroeste hispânico apenas o ouro teve um interesse estratégico para Roma. Todavia, a economia romana era tributária e dependia dos impostos cobrados, quer nas capitais provínciais, quer em outras núcleos regionais. Nesta circunstância a máxima diversificação da exploração dos recursos e o aumento da produção constituíam estratégias fundamentais para criar riqueza, favorecer o aumento das trocas e desenvolver uma economia de mercado associada à circulação da moeda.

Pese embora o facto dos nossos conhecimentos relativos a estes aspectos especifícos do processo de romanização serem ainda muito reduzidos, por falta de investigação consequente, parece evidente que o conjunto do território do Noroeste sofreu significativas mudanças de natureza económica, que se relacionam com a diversificação e a privatização da exploração dos diferentes recursos disponíveis na região e com o aumento da produção. O que potenciou o significativo crescimento de bens em circulação, que alimentavam os mercados regionais, mas que podiam igualmente ter incidência inter-regional.

Por outro lado, o desenvolvimento das trocas foi substancialmente incrementado com a densificação da rede viária, com a criação de mercados urbanos e rurais e com a generalização da moeda.

Os mercados de primeira grandeza estavam naturalmente sedeados nas cidades que eram capitais de conventos, cuja importância económica está bem documentada arqueologicamente através de numerosos produtos de importação que aí chegavam.

Bracara Augusta tinha uma diversificada vida económica, facilitada pela proximidade da costa à qual estava ligada pelas vias fluviais e terrestres, assegurando a chegada à cidade dos produtos que circulavam pela rota atlântica. Segundo R. Morais (2005:134) a cidade disputou com *Lucus* e *Asturica* o papel de centro redistribuidor, muito embora o seu raio de acção não tenha ultrapassado a margem sul do Douro.

O estudo dos contentores anfóricos presentes na cidade documenta relações privilegiadas com os centros produtores da Bética durante o Alto Império, sendo as ânforas vinícolas maioritárias (cerca de 80%), seguidas das piscícolas (cerca de 10%) e das oleicas (cerca de 1,5%) (Morais 1998; 2005). A cidade regista ainda a presença de cerâmicas finas de importação, designadamente de produções itálicas, maioritárias em relação às produções gálicas no período pré-flávio (Morais 1997-98: 70-71). Ambas as produções estão, todavia, representadas com escassez quando comparadas com o volume de produções hispânicas oriundas de *Trititium Magallum* (La Rioja) (Morais 2005 a).

Durante o Baixo Império observa-se o predomínio das produções hispânicas tardias, relativamente a outras produções finas importadas, sendo igualmente significativa na cidade a presença de sigillata africana tardia, ao longo de todo o século IV, o que demonstra a dependência de funcionamento da rota atlântica, por onde circulavam igualmente os produtos que abasteciam os mercados da região cantábrica. Por sua vez, o predomínio de ânforas orientais tardias relativamente aos contentores africanos demonstra o elevado poder de compra das elites da cidade ainda durante o século V, sendo de destacar as relações que a cidade manteve com o Mediterrâneo oriental, testemunhadas pela presença de produções focences tardias e cipriotas (Morais 2005:134).

Bracara Augusta, cuja importância económica está bem documentada epigráfica e arqueologicamente (Morais 2005), possuía uma importante actividade comercial, que se distribuía pela cidade, nas numerosas lojas

abrigadas pelos pórticos que ladeavam as ruas, ainda que alguma dessa actividade pudesse decorrer em edifícios especialmente dedicados para o efeito, como poderia ser o caso de um *macellum*, existente na área da Sé, do qual existe uma referência epigráfica.

Lucus Augusti beneficiou, tal como *Bracara,* do tráfego que circulava pela rota atlântica, sendo abastecida pelo porto de *Brigantium*, pelo menos a partir da época flávia, ainda que anteriormente possa ter sido servida pelo porto de *Iria*. Por esta via chegaram cerâmicas finas oriundas de Itália, como as sigillatas e as lucernas, do sul da Hispânia, mas também de África. A sigillata gálica representada é oriunda dos centros produtores do sul da Gália (La Graufesenque e Montans), tendo sido substituída no fim da dinastia Júlio-cláudia pelas produções hispânicas, sobretudo oriundas do vale do Ebro (*Tritium Magallum*). Durante o século IV dominam os produtos de sigillata hispânica tardia, sendo as produções africanas muito escassas

Os contentores anfóricos estão bem representados, registando-se uma predominância de ânforas Haltern 70 e uma escassez de contentores oleicos, aliás à semelhança do que acontece em *Bracara*. No entanto, as importações parecem registar um espectro de origem mais variado, com representação de materiais oriundos do Egeu, Palestina, de África e da desembocadura do Ródano. Os produtos itálicos estão bem representados e aqueles que têm origem hispânica procedem predominantemente da Bética e da Tarraconense, sendo raras as produções lusitanas. Em fases mais avançadas regista-se uma clara preferência por vinhos de origem oriental, jónios e palestinianos.

Tal como em *Bracara* estão presentes na cidades vidros da região renana e orientais e objectos de adorno procedentes de diferentes áreas do Império.

Os vestígios materiais procedentes das inúmeras escavações realizadas em Astorga confirmam que esta cidade foi também um importante centro económico, desde a sua fundação até ao século III. Aí aparecem em grande quantidade as cerâmicas finas de importação, representadas por sigillatas itálicas, lucernas e paredes finas, produções gálicas oriundas de La Graufesenque, bem como lucernas derivadas da Dressel 3, produzidas na área meridional da Hispânia, que circulariam pela Via de la Plata. A partir do

período neroniano tardio e flávio passam a ser maioritários os produtos feitos nos centros produtores de sigillata hispânica, sendo dominantes os oriundos de *Tritium Magallum*. Relativamente aos contentores anfóricos estes revelam diferentes procedências e uma grande variedade de formas.

A Astorga chegavam também variadíssimos produtos como vidros e objectos de adorno oriundos de várias regiões do Império.

O abastecimento da cidade era garantido pela complexa rede de itinerários que para ela confluem, alguns dos quais de grande importância como seria a via que ligada *Asturica* a *Tarraco* e a Via de la Plata. *Asturica Augusta* constituiu ainda o ponto de partida e de chegada das rotas que atravessavam os portos cantábrico, assim como das vias que relacionavam o Noroeste Peninsular com a Meseta.

A partir de Astorga os produtos difundiam-se para o território asture, tanto a norte como a sul da Cordilheira cantábrica, estando a sigillata presente em numerosos estabelecimentos rurais e núcleos semi-urbanos da região (Morillo Cerdán *et alii* 2004).

As cidades secundárias seriam igualmente importantes entrepostos comerciais abastecidos pelas capitais conventuais que funcionavam como centros redistribuidores, abastecendo, por sua vez, quer a população residente, quer a das zonas rurais envolventes. O abastecimento da população rural poderia ainda ser feito através dos *vici*, se atentarmos no exemplo sugerido pelo *vicus* de Alvarelhos, Trofa, situado no eixo da via XVI, o qual dispõe de uma área pública, descoberta pelas escavações, que se configura como exemplo de um mercado, envolvido por um pórtico, com acesso a lojas. Também os *fora* referenciados no Noroeste poderiam ter funcionado como mercados abastecedores das regiões mais interiores.

A monetarização económica do Noroeste Peninsular não foi desencadeada apenas pelo crescimento da produção ou pelo incremento significativo na circulação de bens locais ou importados. Estes dois indicadores, já visíveis no século I a. C., não podem, de resto, ser considerados como mecanismos suficientes para a criação de uma economia de mercado (Martins no prelo).

De facto, é necessário atender a outros factores ligados à integração da região no Império para explicar as novas formas de troca que se difundem,

bem como o aparecimento de uma circulação monetária digna desse nome. Com efeito, apenas os mecanismos associados ao poder do Estado romano podem explicar as mudanças de comportamento económico da região, que passa a estar integrada no âmbito da economia imperial.

Só a partir de um processo de integração comercial entre múltiplas regiões, envolvendo significativas alterações no povoamento e na relação entre níveis de produção e necessidades de consumo, enquadradas por alterações no domínio político-militar, é que se estruturou, no Noroeste Peninsular, o desenvolvimento de um tipo de economia assente no mercado e a adopção da moeda como meio de pagamento.

De facto, as investigações realizadas têm sugerido que no Noroeste Peninsular, durante o século I a. C., as moedas eram pouco comuns, senão fortuitas, constituindo elementos de prestígio, mais propensos a ser entesourados do que a serem manipulados como objectos de troca (Centeno 1987; Zabaleta Estevez 2000).

Um dos impulsos para o início da monetarização do Noroeste deve-se à necessidade de pagamento ao exército, a par do desenvolvimento da actividade comercial com o sul da Península, fenómeno que remonta ao período tardo-republicano (Centeno 1987). No entanto, serão as guerras cantábricas que exigirão uma crescente monetarização, bem patente nos achados de moedas de *caetra,* presentes em *Bracara* e *Lucus,* cunhadas para pagamento aos soldados (Martins 1999).

Será, contudo, apenas a partir do fim das campanhas de Augusto que se inicia uma circulação regular de numerário no Noroeste Peninsular. No entanto, importa sublinhar que a circulação monetária, bem como o papel catalisador da moeda na vida económica da região resultarão em grande medida das motivações e necessidades dos agentes económicos regionais, uma vez que o Estado romano só se envolverá directamente na economia regional através da exploração mineira (Martins, no prelo).

Existe um outro elemento, de fundo, a ter em consideração: o nexo entre a velocidade de circulação da moeda e os ritmos da economia e desenvolvimento urbanos. Esses ritmos são pautados parcialmente pelos investimentos ou programas de obras públicas desenvolvidos ou inspirados, nalguns casos, pelos imperadores, sob a acção dos notáveis. Neste contexto

importa valorizar o facto da presença regular e crescente de bens importados acompanhar o aumento de moeda em circulação, revelando também a forma como se processou uma articulação entre diferentes níveis de produção e de mercado.

O desenvolvimento da economia dos núcleos urbanos do Noroeste peninsular fez-se acompanhar da difusão da moeda na região. Por isso, a avaliação do ritmo da circulação monetária exige o estudo das moedas presentes nas cidades, uma vez que é aí que elas ocorrem em maior quantidade, mas também porque a sua longa ocupação permite avaliar a evolução dos fluxos de moeda em ciclos temporais mais amplos.

As informações disponíveis relativamente a *Bracara Augusta* (Centeno 1987, Zabaleta Estévez 1999) e a *Lucus Augusti*, sobretudo a partir de Augusto e Tibério, demonstram que o fluxo monetário dos dois centros urbanos seguiu um ritmo semelhante, tornando-se a moeda um elemento fundamental na economia urbana (Centeno 1987).

Iniciada no período de Augusto, a circulação monetária do Noroeste surge com as moedas de *caetra,* emitidas, muito provavelmente, entre 27-23 a.C., as quais parecem vinculadas às campanhas militares de Augusto.

O encerramento dos centros emissores hispânicos, no reinado de Calígula, cujas moedas dominam a circulação no tempo de Augusto e Tibério, provoca uma diminuição da circulação monetária até ao tempo de Cláudio. As moedas deste imperador, cunhadas na Hispânia, após o ano 41, estão bem representadas em *Bracara Augusta* e no Noroeste em geral. A partir de então, o fluxo monetário passa a registar o predomínio de moedas cunhadas em Roma, cujo volume cresce na dinastia flávia e antonina, observando-se uma quebra na circulação nos finais daquela dinastia, a qual durará até meados do século III.

O aumento da circulação monetária urbana no século III parece associada à reforma do sistema, com a criação do *Antoninianus*, que substituiu o *Denarius*. O numerário mais abundante nesta época, bem documentado em *Bracara Augusta*, corresponde a emissões de Galieno e Cláudio II. Com a reforma de Diocleciano, nos finais do século III, emitem-se novas numismas de bronze, registando-se uma recuperação financeira (Zabaleta Estévez 1999).

Quer as emissões, quer a circulação monetária do século IV parecem inserir-se num ciclo económico de três fases. A primeira de 300 a 330 e a terceira, posterior a 360 caracterizam-se por reduzidas emissões e escassa circulação, enquanto a segunda, entre 330 e 360, se associa a um significativo acréscimo de moeda em circulação, sobretudo de constantinianos de claro carácter propagandístico,

Até ao momento a moeda mais tardia encontrada em *Bracara Augusta* é de Honório e data de 393-395. A partir de então o afluxo de moeda decresce, muito embora se continue a usar moedas do século IV, pelo menos até meados do século seguinte, sendo de destacar a sua presença sistemática, nos numerosos tesouros que se ocultam no século V por toda a região do Noroeste.

A circulação monetária observada em *Bracara Augusta*, revelando um padrão semelhante ao das restantes cidades do Noroeste hispânico, pode ser certamente generalizado aos territórios rurais.

A ausência de estudos sobre os aglomerados urbanos secundários, que funcionariam como mercados secundários e terciários, impossibilita por ora a compreensão do modo como se processou a generalização da economia de mercado fora dos grandes espaços urbanos do Noroeste Peninsular.

CAPÍTULO 3
PERSPECTIVAS DO POVOAMENTO ROMANO NO ENTRE-DOURO-E-MINHO

Introdução

A investigação do povoamento romano na fachada ocidental do *conventus bracarensis* materializou-se a partir de um conjunto de tarefas elaboradas na região do Entre-Douro-e-Minho, convencionalmente chamada, no âmbito do presente trabalho, matriz de referência.



Figura 11. Localização da área do "Entre-Douro-e-Minho" na Hispânia romana (elaborado a partir de http: //commons.wikimédia,org/wiki/category: Maps-of-Roman-Hispania)

Com uma unidade geomorfológica relativamente bem definida, os dados arqueológicos recolhidos tornaram possível uma perspectiva geral da região. Porém, convém esclarecer em que medida e como utilizaremos essa possibilidade.

O que nos irá interessar neste capítulo não é tanto um ensaio de detecção dos padrões de povoamento da região, mas vincar a presença de

determinadas formas de ocupação deste território. Este exercício só tem sentido se o considerarmos como uma tentativa de salientar hipóteses de trabalho e pontos de incidência das distribuições daquelas formas e avançar, assim, para um reajustamento possível da perspectiva arqueológica relativa ao povoamento da região.

Muito concretamente não tentaremos elaborar neste capítulo o que, mais à frente, nos capítulos 4 e 5, podemos ensaiar com outras condições. Em nosso entender, a definição operativa de modelos de povoamento, valorizada nesses capítulos, exige uma interligação mais forte dos vestígios arqueológicos num contexto geograficamente mais circunscrito. No estado actual dos nossos conhecimentos, colocar à escala do Entre-Douro-e-Minho tal objectivo não é possível pois a fiabilidade, pormenor e abrangência dos dados são insuficientes para realizar tal procedimento.

O que acabámos de afirmar não é incompatível com o exercício que desenvolveremos neste capítulo. Trata-se de olhar para o conjunto da informação arqueológica disponível e verificar a sua distribuição espacial. O objectivo é fixar, ainda que muito provisoriamente, estratos de informação, passíveis de serem valorizados em outras escalas de trabalho. Como referimos, atrás, na Introdução ao trabalho, o aumento da inteligibilidade sobre a ocupação do espaço só ganha sentido com um vai-e-vem permanente de diferentes escalas de análise.

Verificámos, no capítulo 2, algumas características do povoamento, desde a Idade do Bronze, que distinguem esta região das restantes que compõem o Noroeste peninsular. Ao sintetizar esses comportamentos diferenciados, não tentámos, claro está, tornar demasiado rígidas essas características regionais. Com efeito, entendemos as três áreas do Noroeste hispânico, definidas, *grosso modo*, pelos territórios dos três conventos jurídicos, apenas como recortes pragmáticos capazes de fixar algumas tendências significativas ao nível das formas de ocupação e da evolução do povoamento. Confrontámo-nos, então, com as frentes urbanas abertas pelos romanos, com o progressivo "preenchimento" do espaço por aglomerados urbanos secundários e pela implantação de novos estabelecimentos rurais.

Em função desse horizonte e perspectivando as análises a empreender, a organização do presente capítulo começa por abordar o

povoamento fortificado, visando obter uma cartografia básica da sua distribuição (ponto 1). A correlação de alguns dados permitir-nos-á debater, com alguma dificuldade é certo, os problemas de cronologia destes povoados.

A rede viária romana é descrita, sumariamente, no ponto 2. Procuraremos, depois, avaliar a continuidade e a transformação da centralidade eventual de alguns povoados, em articulação com a abordagem da geografia de implantação dos *castella* e *vici* (ponto 3). Todavia, não recapitularemos aqui a síntese sobre os principais aglomerados urbanos da região, nomeadamente *Bracara Augusta* e *Tongobriga*, pois a sua integração foi feita no anterior capítulo, numa abordagem mais ampla sobre os programas de urbanização romana do Noroeste. No ponto 4, esboçaremos um levantamento dos vestígios das *villae*, tecendo algumas considerações sobre as suas características e distribuição.

1. O povoamento fortificado

1.1. Categorias de análise e distribuição espacial

O estudo do povoamento na época romana tem, obrigatoriamente, que ter presente a realidade pré-romana. Se esta premissa deverá presidir a qualquer trabalho do mesmo teor, ela é por demais necessária no espaço que nos ocupa. Só uma incursão nos padrões de povoamento anteriores à implantação do poder romano permite, em última análise, explicar os seus contornos de implantação.

A síntese dos principais vectores que definem a realidade indígena no âmbito do Noroeste peninsular foi já elaborada. Importa neste momento, mudando de escala, tentar inventariar os dados disponíveis e analisar alguns aspectos do povoamento pré-romano no Entre-Douro-e-Minho.

Possuímos para esta região 365 sítios inventariados como castros. Todavia, parte substancial destas referências não pode ser sujeita a uma análise de pormenor, pois não apresenta informação suficiente e fiável, facto que também se aplica ao povoamento romano (Mapas 2 e 3, Vol. III). Optámos, assim, por valorizar apenas os povoados que nos ofereciam dados

minimamente credíveis: descrição do sítio e respectiva implantação topográfica, área de ocupação e número de muralhas e, na ausência de escavações, uma apresentação, mesmo que sumária, dos materiais visíveis à superfície.

Feita a triagem, num total de 365 castros inventariados, seleccionámos para análise apenas 278, o que significa uma perda de 24% da amostra.

A tarefa seguinte incidiu na tentativa de aplicar critérios de ordenação de forma a conseguir detectar algumas diferenças existentes neste amplo quadro de povoados fortificados. A organização desta massa de informação deveria fazer-se segundo um conjunto de variáveis de natureza diversa, designadamente o horizonte cronológico (implantação, retracção, abandono, reocupação), a maior ou a menor dimensão dos povoados (grandes, médios ou pequenos povoados) e o maior ou o menor grau de romanização dos mesmos.

Ensaiadas as variáveis possíveis, é notória a nossa falta de conhecimentos em termos de cronologia de ocupação, dimensão de muitos dos povoados ou itens que avaliem graus de romanização. A maioria destas questões continuará em aberto, antes de mais porque elas implicam projectos intensivos de prospecções e escavações, preferencialmente em áreas reduzidas, onde as condicionantes geomorfológicas possam, também, ser convenientemente valorizadas e integradas na análise do povoamento.

Por outro lado, torna-se absolutamente necessário proceder a uma reflexão crítica e a uma consequente redefinição dos pressupostos que podem considerar-se indicadores da romanização de um povoado, bem como das balizas cronológicas que os seus diferentes graus podem implicar.

Assim, o contributo que se segue de valorização dos povoados indígenas deverá ser entendido apenas como uma tentativa para organizar a massa de dados disponível num patamar de interpretação que pretende ultrapassar a mera listagem dos sítios, tal como nos é normalmente fornecida pelos catálogos e inventários utilizados.

Ponderados os constrangimentos da informação disponível optámos por uma primeira triagem, que teve como critério diferenciador a topografia, segundo as três categorias utilizadas por Manuela Martins (1990: 206-211) para a região do curso médio do Cávado. Uma primeira categoria agrupa os

povoados localizados em esporões ou remates de esporão que possuem, por isso, uma posição de domínio na paisagem (A). Uma segunda enquadra os que se localizam em outeiros de altitude média, destacados na paisagem envolvente, mas sem a visibilidade dos primeiros (B). Finalmente, um último grupo abarca os povoados localizados em pequenos outeiros de baixa altitude, situados em zonas de vale (C)[34].

Importa salientar que o critério topográfico não implica, no caso vertente, qualquer tentativa de aplicar ao Entre-Douro-e-Minho as conclusões retiradas por Manuela Martins em termos de hierarquização ou distribuição espacial dos povoados da Idade do Ferro na bacia do Médio Cávado (Martins 1990: 206-211), tarefa só possível, de momento, em regiões muito circunscritas.

De facto, tivemos apenas em mente distinguir os povoados fortificados de acordo com a sua implantação na paisagem, pois pareceu-nos a perspectiva mais adequada ao conjunto de dados em análise.

Ainda assim, o critério topográfico levantou-nos alguns problemas, resultantes das dificuldades em proceder a uma necessária calibração das altitudes, tendo em conta o espectro altimétrico das várias unidades geomorfológicas em observação. Para além disso, as curtas e vagas descrições de alguns povoados não permitem, em muitos casos, uma avaliação criteriosa da sua implantação topográfica.

Apesar destas questões, este critério permitiu-nos uma organização dos dados ajustada a um elemento estruturante: o espaço. Este ordenamento básico, não dispensando uma série de outras informações, como sejam a dimensão ou a cronologia de ocupação dos povoados, foi, sempre que possível, valorizado conjuntamente com aqueles dados.

Seguidamente, procederemos à classificação dos povoados selecionados de acordo com as categorias topográficas definidas, comentando algumas das correlações mais evidentes. Atendendo a que as

[34] Não incluímos nas categorias A, B e C alguns povoados relativamente aos quais continuamos a possuir muitas dúvidas, embora eles constem do catálogo final (vol. II). Em alguns casos porque provavelmente são povoados da Idade do Bronze ou medievais.

tabelas possuem os ID's dos castros, que estão também presentes nos cartogramas, abstemo-nos de os colocar no texto.

Categoria A

Integrámos nesta categoria um total de 69 povoados que possuem em comum uma posição destacada no relevo envolvente e um desenvolvimento considerável nos dois últimos séculos a. C. e na primeira metade do século I d.C., sendo raros os casos que não possuem indícios de romanização. Embora nem sempre seja conhecido o número de muralhas dos castros incluídos nesta categoria, é nela que encontramos a maioria dos povoados com maior aparato defensivo (entre 3 e 4 linhas de muralhas), uma vez que ela inclui, também, os maiores castros da região (Mapa 4, Vol. III).

Tabela 1. Povoados fortificados da categoria A

ID	Sítio	Concelho	Altitude
3011602	Castelo de Espinho	Amares	480
3020501	Outeiro do Crasto	Barcelos	222
3020601	Crasto	Barcelos	260
3027402	Monte de Lousado	Barcelos	309
3021202	Carmona	Barcelos	300
3022201	Monte da Saia	Barcelos	303
3023202	Monte de S. Mamede	Barcelos	409
3023701	Castro de Faria	Barcelos	298
3025401	Citânia de Roriz	Barcelos	324
3028101	Picoto dos Mouros	Barcelos	226
3031302	Monte da Falperra	Braga	563
3034401	Eiras Velhas	Braga	480
3031801	Monte das Caldas	Braga	304
3032002	S. Mamede-Guizande	Braga	427
3040601	Cividade de Chacim	C. de Basto	640
3041301	Alto dos Moiros	C. de Basto	320
3040001	Monte do Castelo	C. de Basto	550
3061501	Castro de S. Lourenço	Esposende	200
3084101	Citânia de Briteiros	Guimarães	336
3091402	Santo Tirso	P. Lanhoso	461
3091901	Castro de Lanhoso	P. Lanhoso	385
3092305	Monte Castro	P. Lanhoso	202
3112001	Castro de Vieira	V. Minho	550
3110101	Castro Anissó	V. Minho	733
3111303	Castro de Rossas/Mte. Castelo	V. Minho	730
3121702	Castro de Penices	V. N. Famalicão	99
3121801	Castro das Ermidas	V. N. Famalicão	209

3123201	Castro das Eiras	V. N. Famalicão	384
3130601	Castro do Barbudo	V. Verde	331
3131101	S. Julião	V. Verde	296
3133803	Penedos da Portela	V. Verde	453
3134501	Castro de Escariz	V. Verde/P.Lima	235
13070102	Monte de Santiago	M. Canaveses	480
13072202	S. Tiago (Bogalhos)	M. Canaveses	500
13073102	Castro de Quires	M. Canaveses	512
13091501	Citânia de Sanfins	P. Ferreira	570
13110101	Penha Grande	Penafiel	248
13110501	Cividade de Eja	Penafiel	207
13111301	Castro de Abujefa	Penafiel	330
13112602	Outeiro do Dino	Penafiel	274
13112902	Quintela	Penafiel	119
13131201	Cividade de Terroso	P. Varzim	153
13140301	Castro de Alvarelhos	Trofa	222
13141301	Castro do Monte Padrão	Santo Tirso	413
13160501	Cividade de Bagunte	Vila do Conde	206
16013101	Castro de Reboreda	A. Valdevez	300
16020101	Cividade de Âncora	Caminha	187
16021901	Coto da Pena	Caminha	79
16040101	Penha da Rainha	Monção	472
16040401	Castro da Assunção	Monção	265
16041101	Castro de São Caetano	Monção	342
16042404	Cividade Riba de Mouro	Monção	259
16042802	Castro da Sª da Vista	Monção	244
16050401	Forte da Cidade	P. Coura	376
16051901	Alto da Cidade	P. Coura	280
16071821	Stº Estevão da Facha	P. Lima	142
16073901	Castelo da Ermida	P. Lima	443
16075101	Alto de Valadas	P. Lima	347
16090301	Alto da Coroa	V. Castelo	212
16090503	Monte Crasto	V. Castelo	160
16090705	S. Silvestre	V. Castelo	281
16090901	Alto dos Mouros	V. Castelo	385
16091001	Castelo de Neiva	V. Castelo	183
16092201	Santinho/Roques	V. Castelo	269
16092402	Castelo de S. Martinho	V. Castelo	470
16092902	Peso	V. Castelo	183
16090001	Citânia de Santa Luzia	V. Castelo	226
16092602	Vieito	V. Castelo	122
16093801	Cotorinho	V. Castelo	226

É claramente visível a concentração destes povoados nos relevos mais significativos das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Neiva, Cávado e Ave.

Esta concentração inscreve-se maioritariamente nas zonas que correspondem às médias e baixas bacias daqueles rios, ocupando,

normalmente, esporões ou remates de esporão, delimitados pelas curvas de nível situadas entre os 200 e os 450 metros.

No entanto, é óbvio que a altimetria dos povoados oferece variações que se ajustam à sua posição relativa dentro das diferentes áreas das bacias hidrográficas. Assim, na zona do litoral, onde o relevo é menos acentuado, existem povoados desta categoria situados entre os 100 e os 200 metros, enquanto que nos contrafortes das serras do interior alguns chegam a atingir altitudes acima dos 500 metros.

A observação da cartografia permite outras considerações. Assim, na faixa litoral destaca-se um grupo de grandes povoados que parece definir uma franja de castros intimamente ligados ao controle da linha de costa e das embocaduras dos principais rios da região, bem como à exploração dos seus recursos. Foram certamente estes povoados que mais beneficiaram do comércio marítimo e fluvial, podendo ter funcionado como eventuais centros redistribuidores de produtos que circulavam pela rota atlântica desde períodos remotos da Proto-História. Estão nesta situação a Cividade de Âncora, o castro do Coto da Pena, a Citânia de Santa Luzia, o Castelo de Neiva, o Castro de S. Lourenço, a Cividade de Terroso e, eventualmente, a Cividade de Bagunte e o Castro de Alvarelhos.

Salientamos que esta franja de castros litorais tem o seu natural prolongamento na costa galega, na qual se destacam, entre outros, de sul para norte, os conhecidos Castro de Santa Tegra, Castro de Vigo e Monte do Facho (VVAA 2006).

Nesta categoria de grandes povoados, partindo do litoral e avançando para as zonas de vale, identificamos, de norte para sul, os povoados de S. Silvestre, Castro de Santinho-Roques, Carmona, Citânia de Roriz, Castro de Faria, Monte da Saia, Castro das Ermidas e Penices.

Já numa região que podemos genericamente apelidar de transição entre os vales abertos e as áreas correspondentes às médias bacias dos rios, encontramos o Castro de S. Caetano, no rio Minho e, progredindo para sul, os povoados de Castro de Escariz / Castro Seco, S. Julião, Citânia de Briteiros, Castro das Eiras e Citânia de Sanfins.

Categoria B

Incluímos nesta categoria um total de 98 povoados situados predominantemente em outeiros destacados na paisagem, cujas altitudes se situam maioritariamente entre os 100 e os 350 metros, sendo pequeno o grupo de sítios localizados em relevos acima desta última cota.

Um dos problemas já assinalados para a região do médio Cávado prende-se com a dificuldade em detectar, nos povoados desta categoria, linhas de muralhas, vestígios de habitações ou mesmo espólio de superfície, facto que se deve, antes de mais, às suas características topográficas de implantação (Martins 1990).

Efectivamente, os outeiros ou colinas onde se situam os castros desta categoria encontram-se frequentemente arborizados, com uma espessa manta de tojo, o que dificulta consideravelmente o reconhecimento de quaisquer estruturas e materiais. Por outro lado, a sua maior proximidade relativamente às aldeias ou vilas actuais tornou-os facilmente objecto de saque de pedra, sendo também aqueles que são mais atingidos pela urbanização ou pelo aproveitamento agrícola.

Mau grado as dificuldades referidas é possível constatar algumas regularidades.

O aparato defensivo dos povoados fortificados B é claramente inferior ao constatado nos povoados da categoria A, registando-se uma presença substancial de castros com 1 ou 2 linhas de muralhas.

Em termos de dimensão, o número de grandes povoados é residual, ocorrendo uma maioria esmagadora de locais descritos como “pequenos” castros.

É ainda nesta categoria que encontramos um número elevado de sítios sem quaisquer indícios de ocupação romana (35 casos) ou cujos materiais de superfície são insuficientes para avaliar o seu grau efectivo de romanização (Mapa 5, Vol. III)

Tabela 2. Povoados fortificados da categoria B

ID	Sítio	Concelho	Altitude
3010602	Monte de Caldelas	Amares	220
3011601	Chã do Castro	Amares	310
3012101	Monte de Sequeiros	Amares	228
3020102	Monte do Facho	Barcelos	170
3021201	Sra. da Aparecida	Barcelos	250
3022301	Crasto	Barcelos	186
3022401	Castro de S. Simão	Barcelos	236
3022502	Monte do Crasto	Barcelos	202
3022903	Alto da Giesta	Barcelos	298
3022902	Castelos	Barcelos	160
3022901	Alto do Senhor do Lírio	Barcelos	140
3026201	Santa Marinha	Barcelos	240
3032901	Castro da Consolação	Braga	340
3033703	Castro Máximo	Braga	170
3031402	Pau de Bandeira	Braga	570
3041402	Santa Comba	C. de Basto	310
3040701	Alto dos Mouros	C. de Basto	283
3060102	Cividade de Belinho	Esposende	137
3070701	Alto da Retortinha	Fafe	250
3070901	Santo Ovídio	Fafe	332
3072501	Castro da Portela	Fafe	500
3072801	Cividade de Paredes	Fafe	580
3082704	Castro de Sabroso	Guimarães	278
3082901	Picoto de Santo Amaro	Guimarães	309
3084902	Monte de S. Bartolomeu	Guimarães	421
3087301	Monte da Forca	Guimarães	266
3085402	Monte da Santa	Guimarães	249
3087202	S. Miguel-o-Anjo (V/O)	Guimarães	385
3110601	Outeiro do Crasto	Vieira do Minho	337
3111501	Outeiro da Coroa	Vieira do Minho	450
3111801	Castro de Atafona	Vieira do Minho	521
3120802	S. Miguel-o-Anjo (Cale)	V. N Famalicão	194
3120801	Castro do Facho	V. N Famalicão	268
3123901	Castro de Santa Tecla	V. N Famalicão	328
3123301	Castro de Santa Cristina	V. N Famalicão	336
3123601	S. Miguel-o-Anjo (R/D)	V. N Famalicão	291
3124002	Castro da Bóca	V. N Famalicão	289
3124101	Castro do Cruito	V. N Famalicão	210
3124701	Castro de Vermoim	V. N Famalicão	356
3130602	Castelhão	Vila Verde	200
3132001	Moega	Vila Verde	300
3131301	Dossãos	Vila Verde	250
3131701	Castro de Santa Engrácia	Vila Verde	217
3132104	Castro Mau	Vila Verde	217
3135402	Monte de Santa Cruz	Vila Verde	170
13061101	Castelo da Maia	Maia	108
13071102	Castilho	M. Canaveses	416
13072203	Soalhão	M. Canaveses	442
13110102	Castro de Abragão	Penafiel	200

13111604	Castelões	Penafiel	275
13112202	Cristelo	Penafiel	209
13130801	Monte de S. Félix	Póvoa de Varzim	208
13160101	Castro de Argifonso	Vila do Conde	157
13162601	Castro do Boi	Vila do Conde	123
16010101	Monte Castro	Arcos de Valdevez	285
16010402	Monte de S.Miguel-o-Anjo	Arcos de Valdevez	180
16020102	Cútero	Caminha	270
16021101	Monte Góis	Caminha	344
16021402	Monte de Stº Amaro	Caminha	100
16021401	Picoto dos Mouros	Caminha	302
16021801	Nª Srª do Crasto	Caminha	130
16031102	Cividade de Paderne	Melgaço	159
16040201	Cividade de Anhões	Monção	453
16040301	Castro da Senhora da Graça	Monção	315
16040701	Castro de Cambeses	Monção	247
16041801	Castro do Outeiro da Torre	Monção	131
16042001	Monte dos Penedos	Monção	198
16050602	Monte de S. Sebastião	Paredes de Coura	493
16050504	Portela da Bustarenga	Paredes de Coura	221
16060501	Penedo de S. Martinho	Ponte da Barca	180
16061202	Cidadelhe	Ponte da Barca	210
16070101	Monte Crasto	Ponte de Lima	365
16070302	Castelo da Formiga	Ponte de Lima	388
16070406	Castro de Stº. Ovídio	Ponte de Lima	248
16071303	Castelo Pequeno	Ponte de Lima	274
16071302	Castelo de Genço	Ponte de Lima	297
16071601	Nª Senhora da Conceição	Ponte de Lima	54
16071602	S. João	Ponte de Lima	250
16072801	Castro de Vilar	Ponte de Lima	210
16071826	Castro de Trás-Cidade	Ponte de Lima	450
16072907	Portela Grande	Ponte de Lima	442
16073701	Castro de S. Simão	Ponte de Lima	180
16075103	S. Simão	Ponte de Lima	176
16075102	Cresto	Ponte de Lima	220
16100402	Torre	V.N. Cerveira	169
16080301	Monte Crasto	Valença	220
16080503	Alto do Corgo	Valença	120
16080701	Crestos	Valença	178
16090101	Castro de Agrichousa	Viana do Castelo	140
16090801	Crastos Velhos	Viana do Castelo	112
16091103	Monte Arculo	Viana do Castelo	169
16091302	Nª Srª do Crasto	Viana do Castelo	248
16092301	Nª Srª do Crasto	Viana do Castelo	106
16092604	Molhadoiros do Galo	Viana do Castelo	312
16092603	Calvário	Viana do Castelo	53
16092701	Cresto	Viana do Castelo	200
16092801	Monte dos Castelos	Viana do Castelo	177
16093601	Sabariz	Viana do Castelo	110

A distribuição dos povoados B coincide com a região de maior densidade de povoados integrados na categoria A.

Na região entre os rios Sousa e Tâmega, no seu curso final de intersecção com o Douro, tal como nas regiões que se situam nos contrafortes das grandes serras do interior, que limitam a nascente o Entre-Douro-e-Minho, a ocorrência dos povoados B é residual. Este facto, valorizado conjuntamente com a distribuição dos restantes povoados fortificados, parece indicar situações específicas destas regiões que implicarão análises mais detalhadas.

Categoria C

Na categoria C agrupámos um conjunto de 40 povoados que, genericamente, poderemos denominar povoados de vale ou de baixa altitude, conforme são designados por Manuela Martins (1990).

A maioria destes sítios situa-se em altitudes inferiores a 150 metros e possui, apenas, um talude defensivo, seguido de fosso. Em alguns casos, regista-se a presença de uma ou duas linhas de muralhas.

É no quadro desta categoria que se integram, tendo em conta o critério topográfico, os chamados "castros agrícolas", termo cunhado por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996). A designação de "castros agrícolas" pretende, segundo este autor, individualizar um conjunto de sítios detectados em zonas de vale, particularmente nas bacias hidrográficas dos rios Lima e Neiva, tendo em comum o facto de serem povoados de pequenas dimensões, com uma "muralha de terra seguida de fosso". A estas características acresce, ainda, o facto de possuirem materiais de superfície, indicadores de uma fundação entre finais do século I a.C. e os inícios do I d.C. e uma cronologia de ocupação que não ultrapassa o século I d.C. (Almeida 1996).

Importa salientar desde já que a cronologia dos povoados de baixa altitude e, em especial, os que são designados como "castros agrícolas" é muito díficil de avaliar ou de se fixar minimamente, facto visível nas sucessivas propostas a que os autores se obrigam em curtos espaços de tempo (Almeida 1996; 2003b). Os povoados de vale podem assumir formas

idênticas em termos topográficos, possuindo, todavia, cronologias que podem remontar a momentos distintos da Proto-História, ter uma fundação de época romana ou, inclusivamente, serem do período tardo-romano e alto-medieval.

As flutuações nas cronologias sugeridas para muitos destes povoados obrigam-nos a pensar que a questão exige uma revisão sistemática deste tipo de implantação, questão que não é exclusiva dos chamados "castros agrícolas" (Fabião 2001).

O caso do Castro do Lago, Amares (ID 3011503), neste contexto, é um bom exemplo da vulnerabilidade das aferições cronológicas com base em meros critérios topográficos ou morfológicos. As escavações dirigidas por Manuela Martins (1990) permitiram concluir que o povoado tem uma cronologia da Idade do Ferro, sem quaisquer indícios de ocupação romana, embora houvesse a expectativa de se estar perante um povoado romanizado ou, como se sugeria, de um acampamento romano. Já as escavações do Castro da Sola, em Palmeira - Braga (Bettencourt 1999: IIa 260-261), revelaram uma ocupação da Idade do Bronze, desfazendo a ideia de que este povoado poderia ter uma cronologia idêntica à do Castro do Lago.

Esta problemática afecta decisivamente a construção, mesmo que muito provisória, de um quadro ordenador dos povoados de baixa altitude. Daí que a tabela 3 e o mapa correspondente (Mapa 6, Vol. III) devam ser lidos com toda a cautela, pois não reflectem o conjunto disponível de sítios que poderiam neles constar. Tentámos apenas inventariar os povoados de vale com uma cronologia da Idade do Ferro ou de transição para a época romana, com todas as dificuldades inerentes a esta operação.

Assim, não incluímos na tabela 3 aqueles que foram classificados em 1996 por C. Alberto Brochado de Almeida como "castros agrícolas" e que foram reclassificados, pelo mesmo autor, em 2003, atribuindo-lhes uma cronologia tardo-romana (Almeida 1996; 2003a; 2003b). Acrescente-se que os povoados de baixa altitude com uma cronologia tardo-romana escapam ao horizonte cronológico bem como à problemática do nosso trabalho.

Tendo em conta o actual estado dos conhecimentos sobre esta matéria, não tentámos fixar na cartografia a eventual distinção cronológica dos castros inventariados, constantes da referida tabela, apesar de, sempre que possível,

apresentarmos as sugestões dos autores nesse sentido, na descrição de sítios elaborada no catálogo (vol. II).

Tabela 3. Povoados fortificados da categoria C

ID	Sítio	Concelho	Altitude
3011902	Outeiro	Amares	175
3010704	Castelo do Castro	Amares	96
3011503	Castro de Lago	Amares	65
3021801	Castro de Carapeços	Barcelos	180
3024601	Igreja	Barcelos	61
3060701	Outeiro dos Picotos	Esposende	58
3092802	Monte de Santa Iria	Póvoa de Lanhoso	110
3130401	S. Sebastião	Vila Verde	100
3130802	Lugar de Gaião	Vila Verde	60
3135701	Outeirinho	Vila Verde	74
13111502	Castro de Irivo	Penafiel	157
13113201	Suvidade de Recezinhos	Penafiel	285
13160102	Castro de Casais	Vila do Conde	85
13160502	Castro de Santagões	Vila do Conde	63
13160801	Sta Marinha de Ferreiró	Vila do Conde	42
13161301	Castro de S. Paio	Vila do Conde	14
13162101	Castro da Retorta	Vila do Conde	40
13162802	Castro de S. João	Vila do Conde	30
16020601	Barrocas	Caminha	60
16020901	Boucinha do Castro	Caminha	279
16021201	Barroca	Caminha	90
16021501	Crasto	Caminha	35
16042801	Crastêlo	Monção	127
16043001	Monte Redondo	Monção	73
16043002	Cristêlo	Monção	78
16070607	Crasto	Ponte de Lima	120
16070703	Castro de Vinhó	Ponte de Lima	220
16071607	Castro do Eirado	Ponte de Lima	30
16072906	Castro de Baixo	Ponte de Lima	96
16074201	Stª Comba	Ponte de Lima	13
16072206	Quinta do Crasto	Ponte de Lima	163
16075001	Cividade das Donas	Ponte de Lima	30
16100901	Castro de Mentrestido	V. N. Cerveira	253
16101101	Castro	V. N. Cerveira	44
16080303	Paços	Valença	50
16080302	Bacelar	Valença	140
16081301	Outeiro da Madorna	Valença	55
16091201	Cividade de Deião	Viana do Castelo	21
16091507	Cividade de Lanheses	Viana do Castelo	45
16093201	Igreja	Viana do Castelo	30

Se observarmos a distribuição dos povoados inseridos na categoria C (Mapa 6, Vol. III), verificamos que estes se concentram basicamente nas bacias dos rios Lima e Cávado, com excepção de alguns situados junto ao rio Minho, na zona já próxima da foz e na zona de intersecção entre os rios Ave e Este, a pouca distância da linha de costa. Por outro lado, verifica-se que os povoados desta categoria coincidem com a mancha principal de distribuição dos povoados das categorias A e B.

Apesar da complexidade de aferição cronológica, é possível afirmar que a fundação dos povoados de vale não é um fenómeno específico da transição da era, como de resto também não o é em outras regiões do Noroeste peninsular (López González e Alvarez González 1997; Martins 1988; González Ruibal 2006-07). A fundação deste tipo de povoados durante a Idade do Ferro parece associar-se a uma evidente aproximação das comunidades aos recursos dos vales, cuja exploração deve ter sido intensificada em termos agrícolas ou pastoris nos dois últimos séculos antes da nossa era (Martins 1990; 1996; Silva 1986).

O problema da cronologia da ocupação é, pois, fulcral. No caso dos "castros agrícolas", esta interfere directamente com a explicação de um fenómeno que é, aparentemente, de curta duração. Como explicar fundações com estas características, cuja ocupação não chega por vezes a durar um século?

De facto, a fazer fé na cronologia avançada por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996; 2003a; 2003b), estamos em alguns casos perante povoados fundados durante um período que é coevo da fundação de *Bracara Augusta* e da abertura da rede viária principal e posterior às mudanças ocorridas em muitos povoados pré-romanos, a partir do século II a.C.. Assim sendo, a cronologia atribuída aos "castros agrícolas" tem que ser naturalmente articulada com a da fundação de algumas *villlae*, bem como com os processos de retracção ou abandono de alguns povoados fortificados, o incremento de actividades comerciais significativas, ou seja, com o início efectivo do processo de integração desta parte do *Conventus Bracarensis* no Império romano.

Sendo claro que os povoados de baixa altitude se articulam com a exploração dos recursos do vale e que possuem cronologias de fundação

diferenciadas, não nos parece lícito associar a emergência dos chamados "castros agrícolas" com estratégias ou programas romanos ligados ao repovoamento da região. De facto, alguns povoados de vale, como é o caso do Lago, em Amares, surgem num período anterior à conquista definitiva do Noroeste e à fundação de *Bracara Augusta*, parecendo representar um fenómeno que, a par do crescimento de grandes povoados, poderá entender-se como um dos sinais de mudança do mundo indígena, nos dois últimos séculos a.C., articulado com o processo de hierarquização e de reorganização do povoamento proto-histórico.

Ainda que com uma cronologia mais tardia, os castros agrícolas poderão representar, também, um produto, por vezes com uma espessura temporal de poucas gerações, da reorganização do povoamento associado ao desenvolvimento económico que caracterizou a região em análise nos dois últimos séculos a.C. e inícios do século I d. C., materializado, designadamente, por necessidades crescentes de arroteamento e pela exploração de recursos alimentares mais diversificados (Martins 1990; Alarcão 1999: Silva *et alii* 2005).

De qualquer forma é óbvia a dificuldade em avançar com mais do que um elenco, necessariamente "instável", dos chamados povoados de vale, dado o amplo leque cronológico que tem sido atribuído a povoados com idênticas características de implantação e de morfologia.

Acrescente-se, finalmente, que para além do povoamento concentrado em povoados fortificados, que acabámos de analisar nas categorias A, B e C, teremos que passar a incorporar nas formas de ocupação da Idade do Ferro um outro tipo de habitat, na base dos montes onde se localizam os castros, que foge às regras "típicas" deste período.

Trata-se presumivelmente de habitats isolados, anteriores à época romana, que fariam a "exploração do espaço circundante ao castro (...) em núcleos, de tipo quinta, talvez com ocupação sazonal segundo o ritmo do ciclo agrário" (Silva *et alii* 2005: 31). Esta modalidade de ocupação pré-romana tem sido detectada a partir de trabalhos de prospecção realizados no

vale do Ave, onde se identificaram núcleos deste tipo na base de alguns castros (Millet *et alii* 2000; Silva *et alii* 2005: 31).

É neste tipo de ocupação que se integrará o sítio da Quinta do Paço (ID 16071820), na base do castro do Monte da Facha, onde foi escavada uma habitação circular isolada, que pode representar o modelo deste tipo de *aedificia* isolados de origem indígena (Almeida *et alii* 1981; Almeida 1983; Silva *et alii* 2005).

1.2. Aproximações cronológicas

O conjunto de dados apresentado dá conta de variações significativas em termos da localização topográfica dos povoados fortificados, embora não forneça, senão pontualmente, informação de natureza cronológica.

Neste sentido, muito embora os dados disponíveis dificilmente nos permitam apurar as datações da maior parte dos sítios seleccionados, iremos tentar definir alguns parâmetros cronológicos, necessariamente latos, que possam servir para caracterizar a ocupação dos povoados, tendo por base o tipo de materiais referenciados pelos investigadores, que, na sua maior parte, se reportam a recolhas de superfície. Na impossibilidade de criar uma tabela temporal, procuraremos, tão só, realizar uma aproximação cronológica, que dê conta, ainda que de forma grosseira, da variabilidade de situações que ocorrem no povoamento fortificado da região em análise.

Definimos, assim, cinco grandes agrupamentos cronológicos nos quais podemos integrar a maioria dos castros seleccionados.

Um primeiro agrupamento integra um conjunto significativo de povoados que revela um processo de abandono ainda na Idade do Ferro, eventualmente entre finais do século II e o século I a.C., cronologia que é justificada pela ausência de quaisquer indícios de ocupação romana.

Inclui-se neste grupo a maioria dos castros inseridos na categoria B, isto é, os que se situam em outeiros ou colinas e que possuem médias ou pequenas dimensões, quando comparados com os grandes povoados ou citânias da região. Este agrupamento contempla, ainda, alguns povoados de

vale (C), de que o exemplo melhor estudado é o povoado do Lago, em Amares (Martins 1988).

Num segundo agrupamento podemos incluir os castros que registam materiais romanos, muito embora a sua presença se possa explicar por contactos de natureza comercial. Estão neste caso as cerâmicas de importação, como algumas ânforas tardo-republicanas ou augústeas e as sigillatas itálicas, bem como outros objectos exógenos, normalmente de adorno. Presumimos, pela cronologia destes materiais, que os povoados com estas características possam ter conhecido um abandono entre finais do século I a.C. e inícios do século I d.C..

Um exemplo claramente ilustrativo desde tipo de situação é o povoado de Santo Ovídio, no concelho de Fafe, (ID 3070901). O povoado possui várias plataformas artificiais onde se detectaram estruturas habitacionais e vestígios de uma linha de muralha, sendo referenciado desde os finais do séc. XIX devido ao aparecimento de uma estátua de guerreiro galaico. As escavações levadas a cabo por Manuela Martins, entre 1980 e 1984, permitiram concluir que o povoado não possui vestígios de romanização, devido à ausência de material de construção romano (*tegulae e imbrices*), muito embora tenham aparecido raros fragmentos de sigillata itálica e de ânforas Haltern 70, bem como abundantes alfinetes de cabelo, facto que documenta a existência de contactos comerciais com mercadores romanos (Martins 1991).

Um terceiro agrupamento enquadra um conjunto vasto de povoados em que os únicos vestígios cerâmicos da época romana se reduzem a fragmentos de *tegulae* e *imbrices*, podendo ou não possuir, igualmente, fragmentos de outras cerâmicas "ditas" romanas. Pela natureza da informação disponível, este terceiro grupo é extremamente indefinido, pois em inúmeros casos imperam descrições tão imprecisas quanto: "cerâmica romana" ou "cerâmica indígena e raros fragmentos de *tegulae*", ou "romanização muito incipiente". Estes são alguns dos termos que surgem constantemente e que demonstram a dificuldade em aferir cronologias e, em

particular, o grau de romanização de um conjunto numericamente expressivo dos sítios seleccionados.

Esta imprecisão torna óbvia a necessidade de se realizarem estudos circunscritos a pequenas regiões, bem como escavações criteriosamente planeadas e um cuidado redobrado na avaliação das cerâmicas, quer romanas, quer "de fabrico indígena".

Um quarto agrupamento inclui os povoados que oferecem evidências mais seguras de uma ocupação que decorrerá até meados ou finais do século I d.C.. Nele se inserem quase todos os grandes castros da região que conheceram um grande dinamismo económico e construtivo entre o último século a.C. e a primeira metade do século I da nossa era, evidenciado por reorganizações internas assinaláveis, com ruas e quarteirões, sendo possível considerá-los como *oppida*. Estão neste caso, entre outros, a Cividade de Âncora, a Citânia de Sta Luzia, o Castro de S. Caetano, a Citânia de S. Julião, a Citânia de Briteiros, a Citânia de Sanfins, a Cividade de Terroso e a Cividade de Bagunte. Neste contexto, entende-se que a romanização assume aspectos que não se reduzem à mera importação de produtos exógenos, de que são exemplo as ânforas vinárias, ou outros artefactos, mas à aquisição e assimilação de hábitos de consumo, visíveis no uso de cerâmicas comuns romanas e de outros bens materiais.

Simultaneamente, estes povoados conhecem novas formas de expressão religiosa, que algumas aras documentam, ou passam a integrar, no seu espaço habitacional, casas rectangulares, cobertas de *tegulae* e *imbrices*.

Este conjunto de mudanças, que se traduz na presença de um acervo significativo de vestígios romanos, parece indicar que estamos perante povoados que sofrem um processo passível de ser claramente entendido como romanizador.

Os grandes povoados da região, na maioria dos casos integrados na categoria A e inseridos neste agrupamento sofrem um abandono ou, pelo menos, uma retracção siginificativa da sua área habitacional em meados ou finais do século I, podendo, todavia, conhecer ocupações residuais, com uma cronologia mais ampla, em áreas mais próximas dos vales.

Finalmente, um quinto agrupamento compreende um conjunto de povoados fortificados com uma ocupação que ultrapassa claramente a época flávia, sobrevivendo até finais do século I ou mesmo até períodos posteriores. Assim parece acontecer com a Citânia de Roriz, o Castro de Carmona, o Castro de S. Lourenço, o Castro das Eiras e o Castro de Vieira.

Neste contexto de sistematização, a problemática da cronologia dos povoados fortificados tem, necessariamente, que ser articulada com os processos de abandono, continuidade, ou reocupação dos mesmos. Como é que é possível avaliar estes fenómenos?

Antes de mais, há que reequacionar e valorizar os materiais cerâmicos que potencialmente podem ser utilizados para aferir momentos de abandono ou de continuidade.

Muitos dos povoados que inserimos na categoria de povoados de vale, sem indícios de materiais romanos, poderão, efectivamente, conhecer uma continuidade de ocupação que ultrapassa os finais dos século I a.C.. De facto, a existência exclusiva de cerâmicas de fabrico indígena pode apenas significar a persistência de um habitat fora das rotas de circulação de produtos de importação, que continua ocupado para além da baliza cronológica dos finais do século I a.C..

A presença de *villae* com um horizonte de ocupação que inclui a existência de cerâmicas indígenas justificaria a necessidade de afinar a cronologia atribuível aos materiais que se apelidam genericamente como de fabrico indígena.

De resto, a diferença existente entre a cerâmica indígena fabricada entre o século I a.C./ meados do século I d.C. e as produções anteriores da Idade do Ferro, foi destacada por Manuela Martins para a região do médio Cávado (1990: 160-163). Foi possível, de facto, individualizar quer do ponto de vista técnico, quer morfológico, um grupo de cerâmicas, cuja cronologia cobre, provavelmente, muitos dos achados de superfície denominados como "cerâmicas de fabrico indígena". A questão prende-se, pois, com a necessidade de realizar estudos destas cerâmicas noutras áreas e,

sobretudo, na gradual adopção de terminologias mais precisas na descrição dos achados de superfície.

Existirá, seguramente, uma diferença entre povoados abandonados nos séculos III ou II a.C. e aqueles a que, por imprecisão terminológica, atribuímos uma cronologia de abandono em finais do século I a.C. / inícios do I d.C.. Este grupo de povoados deveria integrar-se numa categoria distinta, onde seria lógico incluir o grupo de habitats cujos indícios de contactos com o mundo romano se cingem a cerâmicas de importação e cujo abandono se situa, também, na trasição da era. Se a presença de fragmentos de ânforas, como acontece com as Haltern 70, muito abundantes, ou de outras cerâmicas de importação se pode dever, apenas, a contactos comerciais, já o uso de materiais laterícios, claramente romanos, como é o caso das *tegulae,* implica uma mudança significativa nos hábitos de construção.

Embora a presença de objectos romanos seja frequente nos povoados da zona do Entre-Douro-e-Minho a partir de meados do século II a.C., a vulgarização de produtos indicadores de uma verdadeira "romanização", no sentido de adopção de um determinado modo de vida (hábitos alimentares, formas de construção, vestuário, etc.), não é anterior a meados do século I d.C., atingindo os habitats indígenas de diferentes formas e com diferente intensidade. Em alguns casos, intensifica-se o uso de materiais de construção, como tégulas e ímbrices na cobertura das casas, bem como a louça romana de fabrico comum. A adopção deste tipo de cerâmica, mais do que uma simples substituição de vasilhame, pode ser entendida já como uma alteração significativa nos hábitos alimentares e de mesa da população indígena, sendo um indicador importante das mudanças culturais ocorridas na região sob impacte romano.

Uma outra questão prende-se com a mobilidade das populações que só poderá ser cabalmente perspectivada em escalas temporais e espaciais circunscritas.

O abandono dos castros pressupõe, necessariamente, a dispersão da sua população. Neste sentido, a valorização do processo, mais do que uma constatação genérica, deverá ter em linha de conta as diferentes alternativas

que se podiam oferecer à instalação dos seus habitantes, consoante a cronologia em que se formalizou o fenómeno.

Assim, o abandono de um povoado nos finais do século I a.C. / inícios do I d.C. poderá ter implicado uma transferência maciça da população de um castro para outro, ou para uma cidade, quando esta existia, ou, tão só, a sua deslocação para as vertentes mais baixas dos montes, traduzindo-se em novos núcleos habitacionais, os quais se estruturariam segundo uma outra lógica de ocupação, ainda que pudessem manter os mesmos sistemas de construção. Curiosamente, este último processo costuma ser considerado como uma continuidade de ocupação dos castros, interpretação que não julgamos adequada à situação em causa, pois na prática o que existe realmente é uma ocupação funcional e espacialmente diferenciada do mesmo monte.

Já um abandono ligeiramente mais tardio poderá comportar um leque mais variado de alternativas de fixação das populações, seja para as próprias vertentes, seja para as *villae*, ou para aglomerados abertos, como *vici*, ou estações viárias, sítios que, entretanto, vão compondo a nova paisagem rural da região.

Por sua vez, aquilo que se lê como uma continuidade de ocupação de alguns povoados, pode significar, apenas, a sobrevivência de um pequeno núcleo de residentes, que utilizam parte dos espaços e equipamentos anteriores, mas cuja economia e modo de vida já nada devem à estrutura de organização do anterior povoado. De facto, os castros constituiriam somente mais uma das alternativas residenciais para as populações que participariam no novo quadro económico e social de matriz romana. Por outro lado, estes pequenos núcleos sobreviventes poderiam justificar-se pelo papel estratégico que a topografia dos povoados assegurava relativamente ao controle das vias de comunicação. Este tipo de continuidade de ocupação do mesmo espaços poderá ser, em muitos casos, sinónimo de retracção da população e das áreas ocupadas.

Noutros casos, a continuidade de ocupação pode significar, a prazo, a criação de um aglomerado com características diferentes do anterior, ainda que surja, progressivamente, por expansão do núcleo inicial, ocupando o espaço das vertentes e do vale. Um dos exemplos desta situação pode ser

fornecido pelo Castro de Alvarelhos (ID 13140301), que possuía uma notável posição estratégica, uma apreciável extensão e um aparato defensivo composto por três linhas de muralhas. Os vestígios de casas conhecidos situam-se sobretudo na plataforma intermédia, escavada nos anos 80 e 90 do século XX, local onde foram identificadas casas circulares sobrepostas por estruturas de clara tipologia romana, que indicam a instalação de um *vicus* no local, que deve ter desempenhado funções de *mansio* da Via XVI (VVAA 2006: 82-83; Mantas 1996).

Um terceiro problema relaciona-se com as modalidades assumidas pelos fenómenos de continuidade e de reocupação, devido à ausência de escavações, da classificação dos materiais cerâmicos e do sentido dado àquelas noções.

Neste âmbito, inscrevem-se alguns povoados que possuem em comum uma ocupação medieval. Em muitos dos casos onde esta se verifica, não é simples avaliar se na verdade se registou uma continuidade de uso do espaço até à Idade Média, ou se estamos perante uma reocupação de um castro anterior, servindo propósitos completamente distintos, quer da lógica de ocupação na época pré-romana, quer, da que domina durante o período seguinte.

Em alguns povoados parece haver uma descontinuidade efectiva entre a Idade do Ferro e a Idade Média. Noutros, a presença de materiais romanos permite falar de uma continuidade de ocupação, embora, sem escavações, seja difícil valorizar a dimensão temporal e espacial dessa mesma continuidade.

A este título, serve de exemplo o povoado de Alto dos Mouros, ou Picoto dos Mouros, Barcelos (ID 3028101), cuja cronologia foi estabelecida devido a escavações aí realizadas, por T. Maciel (2003). As prospecções de superfície referenciavam pedras de construção, cerâmica indígena, cerâmica comum romana, alguns fragmentos de ânforas e de *tegulae* (Almeida 1996). No entanto, os trabalhos de escavação do sítio demonstraram o abandono do povoado no início da época romana e a sua reocupação tardia, talvez já no século IV d.C. (Maciel 2003).

Um processo semelhante poderá ter ocorrido no Castro do Barbudo, Vila Verde (ID 3130601), onde as escavações registaram o abandono do povoado em época romana e uma clara reocupação medieval da parte mais alta do monte, com instalação de um castelo roqueiro, num local onde nunca tinha existido ocupação anterior (Martins 1989).

Situação similar parece ocorrer no Monte do Castelo ou Castro de Lanhoso (ID 3091901). Com uma ocupação que remonta ao Calcolítico e perdura na Idade do Bronze, o povoado parece ter conhecido apenas um momento de ocupação tardio dentro da Idade do Ferro e uma ocupação romana incipiente. Na Idade Média foi construído um castelo no alto do maciço rochoso que coroa o monte, local que não oferecia condições para ter sido usado nas ocupações anteriores (Martins 1990; Almeida 1978).

Quer a ocupação medieval do Castro do Barbudo, quer a do Castro de Lanhoso levantam uma questão fundamental, relativa ao significado do termo "reocupação". De facto, não existe uma clara sobreposição na utilização dos anteriores espaços, mas tão só dos montes, algo que é natural, considerando a importância assumida pelas necessidades de defesa e controle estratégico, quer das comunidades castrejas, quer das medievais.

No entanto, as lógicas de organização defensiva das sociedades referidas são bem diferentes, como diferenciados são os conceitos de espaço habitado e protegido. Esta situação pode ser compreendida tendo por base o exemplo fornecido pelo Castro/Castelo de Vieira, Vieira do Minho (ID 3112001), que foi objecto de recente estudo e reavaliação (Fontes e Roriz 2007: 56). Este trabalho permitiu confirmar uma ocupação proto-histórica e romana, tendo em conta os vestígios de construções circulares e rectangulares e o abundante espólio conhecido, entre o qual se conta uma ara anepígrafe. O monte conheceu posteriormente a instalação de um Castelo, sede da "Terra de Veeira", situado na sua parte mais elevada, cuja planta foi possível definir com rigor.

Neste sentido, salvo raras excepções, a grande maioria das descrições fornecidas pela bibliografia é manifestamente insuficiente para permitir valorizar o conceito de reocupação dos castros. Podemos, assim, perguntar se esta expressão não deveria apenas ser utilizada quando, de facto, existiu uma utilização física de espaços anteriormente ocupados, no contexto de

reutilização de construções habitacionais ou dos sistemas defensivos anteriores.

Como exemplo poderíamos referir o caso do Crasto-Aldreu, Barcelos (ID 3020601), que possui materiais de superfície que incluem bastantes fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro e alguma cerâmica da época romana e da Idade Média, para além de vestígios de habitações. Supõe-se que se trate de um castro romanizado, reocupado no decurso da Reconquista e referido na documentação medieval do século XI como "Alpe Tamiel" (Almeida 1996). A ocupação medieval é atestada quer pelos achados cerâmicos, quer, ainda, pelo reaproveitamento da muralha que rodeia a acrópole, que parece ter sido reerguida naquele período.

No entanto, a maior parte dos exemplos que são referidos na bibliografia como reocupações medievais de castros, deixam-nos sérias dúvidas quanto às suas reais características, bem como à adequação do conceito de reocupação.

A reocupação dos castros implica, assim, uma avaliação rigorosa do significado do processo. A instalação de construções castelares em locais onde existiram antigos castros pode não significar a sua reocupação, devendo antes falar-se, com maior propriedade, de ocupação de montes, uma vez que são as particulares condições topográficas oferecidas pelo relevo a determinar, em última instância, a implantação de tais equipamentos defensivos.

Os processos de abandono, continuidade, retracção e reocupação implicam, assim, a valorização do conceito de mobilidade que está necessariamente subjacente às deslocações da população, seja em grande, média, ou pequena escala. Os processos referidos escondem de facto movimentos subtis de recomposição populacional, que merecem uma adequada investigação orientada para o estudo da mobilidade “fina”, fundamental para a correcta compreensão dos mecanismos de transformação e apropriação do espaço e da construção do(s) território(s).

1.3. Manchas de distribuição

Na escala de análise em que procurámos avaliar os povoados fortificados, correspondente à região do Entre-Douro-e Minho, apenas foi possível identificar tendências gerais no âmbito da localização, distribuição e cronologia dos sítios que compõem a rede de povoamento.

Tais tendências escondem, evidentemente, variações regionais e microregionais importantes. Com efeito, entre a zona ocidental ligada ao atlântico e, também, por seu intermédio ao Mediterrâneo e a parte oriental do *conventus bracarensis*, correspondente a Trás-os-Montes, com os seus prolongamentos no território actualmente espanhol, onde se detectam padrões de povoamento diferenciados, tanto nas épocas pré-romana como romana (Lemos 1993; Amaral 1993; 1999), há que ter em conta variações significativas.

A observação do cartograma que representa a distribuição dos povoados fortificados incluídos nas categorias A, B e C, pese embora os vazios de informação existentes, permite observar claramente três grandes manchas de dispersão que parecem revelar características diferenciadas (Mapa 7, Vol. III).

Para além da região, que é claramente balizada pelos rios Lima e Ave, onde se situa a principal mancha de povoados cartografados, importa destacar uma outra que inclui o grupo de povoados implantados na periferia da região mais montanhosa do interior, em particular os localizados entre as nascentes do Cávado e do Tâmega, desenhando uma outra mancha que se configura como um limite do vasto anfiteatro minhoto. Uma terceira mancha compreende um conjunto de povoados localizados entre Sousa e Tâmega, que representa um conjunto distinto daquele que se observa entre Lima e Ave.

Neste trabalho não se pretendeu realizar nenhum exercício de hierarquização do povoamento, ou de análise de dependências políticas entre os povoados. Isto não significa que elas não existam ou não possam ser detectadas. Na verdade, em algumas regiões foram identificados modelos hierárquicos de organização do povoamento, como demonstrou Manuela

Martins para a zona do médio Cávado (1990), ou Tarcísio Maciel para algumas áreas da bacia do rio Neiva (2003).

A área entre os rios Lima e Ave

A área mais significativa, no sentido em que concentra a maior parte dos registos disponíveis, situa-se claramente entre os rios Lima e Ave, sendo balizada a nascente pelas bacias altas dos referidos rios, onde se esboçam os contrafortes das grandes serras do interior minhoto.

Trata-se de uma região que revela uma intensa ocupação protohistórica, representada por povoados fortificados localizados em diferentes topografias, com diferentes dimensões e cronologias. Esta é igualmente uma região que esteve sujeita a intensos contactos com o mundo mediterrânico, através da rota atlântica, testemunhados pelas cerâmicas púnicas e áticas e pelos primeiros contactos com o mundo romano, patentes na presença de cerâmicas campanienses e de algum numerário republicano. Esta região inclui, ainda, os grandes *oppida* que parecem evoluir de uma organização espacial marcada pela forma redonda das casas, sem aparente distinção ou "ordenamento", para linhas de organização tendencialmente rectilíneas, com progressiva delimitação de bairros residenciais, arruamentos e, finalmente, espaços livres que surgem, por vezes, na acrópole das grandes citânias.

A articulação dos povoados fortificados que sobrevivem durante a época romana com a rede dos itinerários principais permite constatar o papel significativo de alguns destes sítios como pontos de apoio viário, importância associada a momentos cronologicamente diferenciados.

De facto, se pensarmos que a rede viária principal, com excepção da Via XVIII e da Via *Bracara-Tongobriga*, foi projectada e iniciada no tempo de Augusto e concluída no reinado de Cláudio, parece-nos credível que muitos dos povoados fortificados localizados na imediação dos traçados viários, que conheceram uma ocupação romana, possam ter funcionado como referência ou apoio à sua execução e aos primeiros tempos de circulação nessas vias.

Sendo evidente que o trabalho sistemático de articulação dos traçados viários com o processo de romanização dos povoados fortificados, avaliando a presença de materiais romanos segundo esta perspectiva, seria,

seguramente, uma tarefa fundamental, resta-nos, face ao estado actual dos nossos conhecimentos, sugerir alguns exemplos de povoados cuja sobrevivência parece relacionada com a rede viária. Esse será o caso de povoados como o de Monte de S.Mamede-Guizande, Braga (ID 3032002), situado junto à passagem da Via XVI, o de Eiras Velhas-S. Mamede de Este, Braga (ID 3034401), sobranceiro ao traçado da Via XVII, ou o do Castro de Caires, Amares (ID 3010501), no trajecto da Via XVIII.

É possível que, noutras situações, os povoados possam ter funcionado como *mansiones*. Poderá ser esse o caso do castro de S. Lourenço, Esposende (ID 3061501), cuja localização junto ao mar e à desembocadura do rio Cávado, a que acresce a proximidade relativamente a uma via romana no sopé do povoado, terão garantido a sua persistência e importância durante a época romana (Almeida 1996).

Neste caso, haveria que avaliar o conjunto de vestígios romanos dispersos na zona de vale próxima deste povoado. Terá o castro de S. Lourenço assegurado as necessidades e condições de apoio à circulação viária? Será essa condição, ainda por confirmar, incompatível com a existência de uma simples *mutatio* implantada no vale?

Os casos do castro de S.Mamede-Guizande, localizado na portela entre as bacias dos rios Este e Ave, junto à Via XVI, e o de Eiras Velhas, sobranceiro à passagem da Via XVII, na serra do Carvalho e na transição entre a região de Braga e a de Póvoa de Lanhoso, são sugestivos da forma como determinados povoados podem ter aumentado a sua centralidade, relativamente a outros, garantindo uma aparente continuidade de ocupação, ditada pela sua localização em locais topograficamente proeminentes em zonas de portela, por onde passavam as vias romanas.

Todavia, existem casos em que o papel de controle viário, exercido inicialmente por castros, passará a ser assumido por aglomerados de raiz romana, implantados nas zonas de vale. Nesta situação podemos incluir o Castro de Caires, que poderá ter conhecido um processo de retracção ou abandono em função da implantação de um novo aglomerado, a Cividade de Biscaia (ID 3010503), presumivelmente um *vicus*, que terá desempenhado também funções de *mansio* da Via XVIII.

A área de montanha

O povoamento das áreas de montanha, precisamente as que fazem a transição entre a região do Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, constitui uma realidade que se diferencia claramente da anterior[35].

A primeira constatação óbvia é a rarefacção do povoamento, fenómeno de longa duração, como os mapas de síntese elaborados para a região de Vieira do Minho parecem inequivocamente demonstrar (Fontes e Roriz 2007: 10-20). Por outro lado, tal como já observámos, os povoados da categoria B estão, aqui, ausentes ou são residuais. Quanto aos povoados de vale (categoria C), não há, pura e simplesmente, qualquer ocorrência dos mesmos nesta região.

As anteriores constatações significam que, se há um modelo mais ou menos homogéneo de distribuição dos povoados proto-históricos na denominada região do Entre-Douro-e-Minho, ele parece circunscrever-se à área entre Lima e Ave, não se aplicando à ampla faixa de territórios de montanha do interior minhoto.

Para caracterizar o povoamento desta última região usaremos o estudo elaborado por Luis Fontes e Ana Roriz (2007), que exemplifica algumas da ideias fundamentais que desejamos salientar. No capítulo 5, aprofundaremos alguns destes aspectos.

Na região de Vieira do Minho foram identificados apenas seis povoados fortificados (Fontes e Roriz 2007: 11-12), cuja distribuição parece corresponder a duas situações diferenciadas, quer em termos de localização topográfica, quer em termos de dimensão.

Na margem esquerda do rio Cávado localizam-se os povoados de Outeiro do Crasto (ID 3110601) e Outeiro da Coroa (ID 3111501), que se

35 A esta escala de análise utilizar a expressão ”povoamento das áreas de montanha” serve-nos basicamente para salientar eixos básicos de diferenciação dentro da ampla região do Entre-Douro-e-Minho. A outra escala o fenómeno muda. Com efeito, basta comparar, mesmo superficialmente, a área analisada em pormenor na serra da Cabreira (aqui abordada na parte que integra o concelho de Vieira do Minho) com a que se observa na serra do Gerês, cruzada pela Via XVIII, ou com a serra Amarela e a do Marão, para constatar distinções, só eficazmente avaliáveis no âmbito de trabalhos regionais.

implantam em cabeços e promontórios a meio da vertente norte da serra da Cabreira.

Relacionados com a área da nascente do rio Ave existe um grupo de quatro povoados que se caracteriza pela sua localização "em relevos proeminentes que dominam os inúmeros vales interiores da cabeceira do rio" (Fontes e Roriz 2007: 12). Este conjunto compreende os castros de Atafona (ID 3111801), Anissó (ID 3110101), Monte do Castelo ou Castro de Rossas (ID 3111303) e o grande povoado conhecido como Castro ou Castelo de Vieira (ID 3112001), que possui uma área de cerca de 10 hectares e um imponente sistema defensivo.

Com excepção do Castro de Atafona, todos os povoados registam sinais de romanização, sendo particularmente importante a ocupação romana dos castros de Vieira e de Rossas.

A importância e posicionamento estratégico do Castro de Vieira faz deste povoado um lugar central do povoamento pré-romano da região (Fontes e Roriz 2007: 11), sendo certo que manteve uma ocupação importante na época romana e suevo-visigótica. O sítio ganha uma importância estratégica mais tarde, na Idade Média, com a construção de um castelo, passando o local a funcionar como sede da *Terra de Veeira*.

Ao que tudo indica não se registou nesta região uma dispersão evidente dos habitantes dos grandes povoados para o vale na época romana. A única excepção que se pode admitir terá ocorrido no castro de Rossas, ou Monte do Castelo, uma vez que na base do monte surge o habitat romano de Pombeiro (ID 3111301), associado, eventualmente, à necrópole de S. Pedro (ID 3111302).

A área entre os rios Sousa e Tâmega

Mantendo as observações numa escala macro, importa ainda destacar a área situada entre a margem direita do Douro e a bacia do Ave, cujos vectores de povoamento parecem afastar-se das regularidades observadas para a região entre Lima e Ave, mas também daquelas que parecem presentes no interior da região minhota.

Nesta área destaca-se perfeitamente a mancha de povoados que se situa entre o Sousa e Tâmega, sobretudo na parte jusante daqueles rios, perto da sua intersecção com o Douro, região que, afortunadamente, tem sido fruto de escavações e levantamentos arqueológicos, quer no *territorium* de *Tongobriga* (ID 13070901) (Dias 1997), quer na região do vale do Sousa, onde se localiza Monte Mózinho (ID 13 112101) (Soeiro 1984).

Em *Tongobriga* os trabalhos de L. Tavares Dias permitem conhecer com detalhe, não apenas a existência de um importante núcleo urbano que funcionou como capital de *civitas*, mas também os limites hipotéticos do seu território. Estes limites são marcados por *vici* , nomeadamente Várzea do Douro (ID 13072801), Quinta de Guimarães (ID 13021502), Meinedo (ID 13051301), Gatão (ID 13011601) e Lomba (ID 13011902), situados em pontos estratégicos da rede viária, que em alguns casos têm origem em povoados indígenas.

Nesta região destacam-se alguns importantes povoados fortificados, designadamente, os de Arados, Quires, Soalhão, Barreiro ou Meinedo. Alguns registam continuidade de ocupação na época romana, facto que pode explicar-se pela sua localização em zonas estrategicamente importantes em termos viários. No entanto, parece claro que nesta região se registaram significativas deslocações de população para as zonas situadas nas vertentes baixas dos montes ou para o sopé dos mesmos, onde terão emergido novos núcleos habitacionais, maioritariamente *vici*, alguns dos quais darão lugar a sedes de paróquias suévicas (Dias 1997; Fernandes 1968).

O castro de Santiago-Arados (ID 13070102), situado a 480 metros de altitude, localiza-se junto à via que ligava *Tongobriga* a Várzea do Douro, facto que poderá explicar a sua sobrevivência em época romana (Dias 1997: 303-304).

O castro de Quires (ID 13073102), situado num monte com 512 metros de altitude, possui quatro linhas de muralhas e uma ocupação que se manteve até ao século IV. O povoado ocupa uma posição privilegiada, com acesso a terrenos férteis, facto que poderá explicar a continuidade da sua ocupação, em articulação com a função que desempenharia no controle da

via romana que atravessava o vale da Croca em direcção à ponte de Canaveses.

A progressiva instalação de habitantes deste povoado na base do monte terá dado origem a um aglomerado onde Almeida Fernandes situa a paróquia Baubaste-*Bidebaste, civitas Bauvaste* (Fernandes 1968: 77; Dias 1997: 315).

O castro de Soalhão (ID 13072203) situa-se num cabeço que possui três linhas de muralhas, no interior das quais se situam casas de formato redondo. Aparentemente, o povoado não foi romanizado, muito embora no sopé do monte corra uma via romana, junto à qual foi encontrada uma necrópole de incineração. Estas evidências parecem apontar para uma eventual deslocação dos habitantes do castro para zonas de cotas mais baixas, entre os 280 e os 300 metros, onde se situam campos de cultivo, conhecidos como "vale Trajano", ou mesmo para o sopé do monte (Dias 1997: 309).

O castro de Barreiro, em Staª Marinha do Zêzere (ID 13021503), situado a 430 metros de altitude, parece representar o caso de um povoado abandonado, talvez em época romana, que poderá estar na origem de uma deslocação de população para a zona do sopé do monte, mais concretamente para o sítio da Quinta de Guimarães, onde surge um *vicus* que virá a constituir-se como sede da paróquia Melga (Fernandes 1968: 80; Dias 1997: 300-301).

O castro de Meinedo (ID 13051301) constitui mais um exemplo de uma povoado pré-romano, abandonado muito provavelmente em época anterior aos flávios, cuja população poderá ter sido transferida para um novo aglomerado, identificado com o mesmo nome e classificado como *vicus*. Este núcleo, ocupado até à época medieval, foi sede de paróquia suévica sendo conhecido pelo nome de *Magnetum* (Fernandes 1968: 77; Dias 1997).

O modelo de organização do território que acabámos de analisar estrutura-se em função da importância de *Tongobriga*, como capital de *civitas* e da existência de entidades fulcrais na ordenação do povoamento, como são os eixos viários.

Cabe aqui destacar a importante via fluvial que é o rio Douro, assegurando a ligação com o litoral e o interior transmontano.

Por outro lado, esta zona é cruzada por uma densa rede viária que transformou *Tongobriga* num ponto nevrálgico de comunicações com *Bracara Augusta* e com a Lusitânia, mas, também, com a zona de exploração mineira da serra do Marão e, igualmente, com a região mais ocidental da margem norte do Douro.

A importância de *Tongobriga* e de Monte Mózinho (povoado fortificado fundado em época romana), a par dos inúmeros vestígios de ocupação conhecidos nesta região, quer pré-romanos, quer romanos, sugere uma matriz de povoamento diferenciada daquela que encontramos na área situada entre as bacias dos rios Lima e Ave.

O vazio de povoados fortificados na margem norte do Douro, entre o rio Sousa e o Atlântico, onde se situam importantes jazidas mineiras, deve-se antes de mais a problemas de investigação que se reflectiram na impossibilidade de cartografar e descrever com detalhe tanto os povoados fortificados como os sítios romanos referidos na bibliografia. Alguns trabalhos recentes dão conta de projectos em curso nesta região que permitirão conhecer melhor as modalidades de povoamento e de exploração dos recursos (Morais 2007).

Pese embora o facto da ausência de vestígios poder corresponder a deficiências de investigação, não deixa de ser sugestivo o facto de estarem apenas referenciados dois castros no concelho de Valongo, o de Couce e o de Stª Justa ou Cavada dos Crastos (Silva 1986: 85), onde se situa a importante exploração mineira do Fojo das Pombas (ID 13150502).

Esta área é seguramente marcada pela importância da exploração aurífera – onde há a referir também o couto mineiro da Serra das Banjas (ID 13102002) - que poderá ter conduzido a um tipo de povoados especializados, numa lógica onde a natureza xistosa dos solos é pouco propícia a um aproveitamento agrícola intensivo.

Paralelamente, importará ter em conta o papel de apoio à navegação marítima e fluvial, com destaque para as embocaduras dos rios Douro e Leça, bem como a exploração dos recursos marinhos. Neste contexto, os sítios de Monte do Castelo-Guifões em Matosinhos (Silva 1986: 84), *villa* de Lavra (ID 13080302) e povoado da Ivanta em Valongo (Morais 2007)

exemplificam, respectivamente, algumas das formas de exploração dos recursos marinhos e mineiros.

2. A rede viária: trajectos e estações viárias

No capítulo anterior, num contexto de fixação dos principais elementos romanizadores do Noroeste peninsular, caracterizámos sumariamente as vias de ligação deste espaço.

Focando, agora, o Entre-Douro-e-Minho, interessa-nos sumariar os traçados gerais dos principais eixos viários que cruzam a região (vol. III, Mapa 8, Vol. III)[36].

Os itinerários principais estão representados pelas vias XVI, XVII, XVIII e XIX, todas mencionadas no *Itinerário de Antonino*, pela Via XX (ou *via per loca maritima*) e ainda pela via de ligação entre *Bracara* e *Emerita Augusta*, por *Tongobriga* e interior da Lusitânia.

Alguns dos trajectos e dos tramos em que se dividem parte dos itinerários referidos serão objecto de descrição detalhada nos próximos dois capítulos. As vias que saíam de *Bracara Augusta* serão descritas, na suas secções iniciais, no capítulo 4. Nesse capítulo, será ainda descrito o tramo da Via XIX, entre a cidade e o rio Cávado. No capítulo 5, na primeira parte, será analisado o traçado da Via XVIII até à Portela do Homem. Na segunda parte, avançaremos com a proposta de traçado da Via XX, entre Braga e a foz do rio Cávado. Aí, os dados e a interpretação das vias inserem-se numa abordagem específica de três subunidades regionais que seleccionámos para realizar uma análise mais fina, as quais conformam diferentes modelos de organização territorial. Nesse nível de análise, mais aprofundado, discutiremos detalhadamente os traçados das vias, apurando a relação que estes mantêm com o povoamento.

Sumariemos, então, os traçados gerais.

---

[36] O traçado dos eixos viários apresentado nos mapas constantes do vol.III, com excepção das vias XVII, XVIII e parte da XIX e da XX, baseou-se nos trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), Carlos Alberto Brochado de Almeida (1979; 1980), Jorge de Alarcão (1988) e nos mapas de síntese que integram a obra dirigida por Jose Ramón Menéndez de Luarca e Navia Osorio (2000). Quanto ao traçado das vias acima referidas, baseámo-nos nos trabalhos de campo dirigidos por Francisco Sande Lemos, Luís Fontes, Ana Roriz , Rui Morais e nós próprios, trabalhos que serão oportunamente citados.

A Via XVI permitia a ligação com a Lusitânia, num itinerário que percorria a zona ocidental do território actualmente português, passando por vários núcleos urbanos importantes. O troço *Bracara-Cale* constitui parte do itinerário que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*. Este troço pode considerar-se uma verdadeira via entre *Bracara* e *Cale*, com uma contagem de milhas contínua, tendo como *caput viae* a cidade de *Bracara Augusta* (Mantas 1996). As 35 milhas referidas no *Itinerário de Antonino* para o trajecto até *Cale* coincidem com os registos de campo e com a indicação do miliário de Adriano (CIL II 4748) encontrado em Braga (Mantas 1996 840-851).

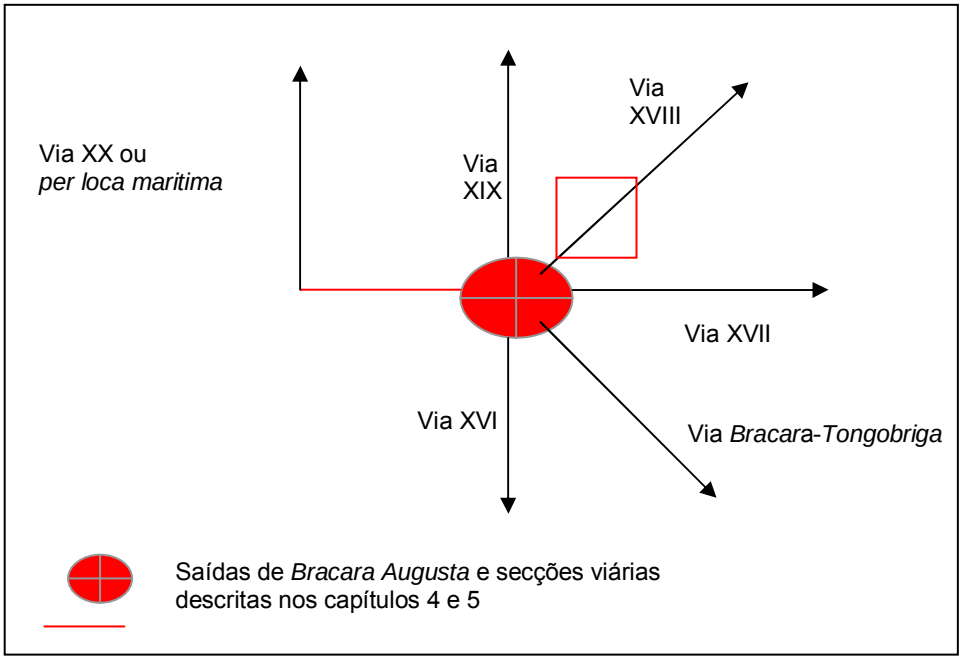


Figura 12. Secções viárias descritas nos capítulos 4 e 5

Saindo de *Bracara* a via atravessava a veiga do Penso, passando por Esporões e Bocas, num traçado que coincide com a actual EN 110. Seguiria por Portela, Muro (Quintiães) e Pousada. No vale do rio Pelhe, o traçado coincide com a EN 309, seguindo por S. Martinho do Vale, Santiago de Antas e Cabeçudos.

A travessia do rio Ave poderia fazer-se a vau, junto do lugar de Santiago de Bougado, ou pela ponte de Langocinha, onde poderá ter havido uma ponte romana que precedeu a de traça medieval, ainda existente. Daqui a via seguiria pela Trofa Velha, ponte de Sedães, Peça Má e Muro. Segundo

Vasco Mantas é provável que deste último lugar saísse uma via secundária que passaria por Guilhabreu e seguiria para o litoral.

De Muro a via continuaria por Ferronho, S. Pedro de Avioso, Castelo da Maia e Santana do Bailio. Atravessado o rio Leça, seguiria para S. Mamede de Infesta, troço que, com pequenos desvios, é coincidente com a EN 14. O traçado seguiria depois pelas actuais Rua do Amial e Rua do Almada, chegando a *Cale*.

A Via *Bracara-Emerita Augusta* permitia a ligação à capital da Lusitânia, passando por *Tongobriga* e prosseguindo por *Egitania*.

O traçado entre *Bracara* Augusta e o rio Douro permitia, juntamente com a densa rede de ligações secundárias já identificadas (Alarcão 1988; Dias 1997), o contacto regular com os importantes aglomerados de *Tongobriga* e Monte Mózinho.

Partindo de *Bracara* a via seguiria por S. Martinho de Sande, onde foi encontrado um miliário de Trajano (CIL II 6214), Caldas das Taipas, Caldas de Vizela e Meinedo (Dias 1997). Daqui admite-se que a via possuía uma bifurcação: uma estrada seguiria para Monte Mózinho, prosseguindo para o Tâmega e daí para Várzea do Douro, onde se faria a travessia do Douro; uma outra inflectia para *Tongobriga* (Alarcão 1988; Dias 1997).

É possível que a ligação da via a *Tongobriga* se fizesse por mais do que um percurso. De facto, Lino Tavares Dias admite dois traçados para a ligação entre *Bracara Augusta* e *Tongobriga*, que identifica como 1 e 2. Ambos têm em comum o traçado até Caldas de Vizela. A partir daí o traçado 1 seguiria um trajecto que levaria a via ao vale do rio Odres, Póvoa, Constance e Canaveses, onde atravessaria o rio Tâmega, seguindo para Tuias, atingindo finalmente *Tongobriga* (Dias 1997: 319-320)

Daqui a via prosseguiria para sul, para Aregos e Porto Manso. A passagem do rio Douro far-se-ia em Porto Manso, prosseguindo para Castro d'Aire e Viseu (Dias 1997).

No trajecto entre *Bracara Augusta* e *Tongobriga*, aqui sucintamente descrito, conhecem-se 5 miliários. O primeiro foi encontrado em S. Martinho de Sande e data de Trajano, (CIL II 6214). O miliário de Tuias, de Valentiniano e Valente (364-375), encontrado a 1472,5 metros de distância

de *Tongobriga* “na via que passava junto do circo da cidade” (Dias 1997: 320), poderia sinalizar a última milha antes da chegada a *Tongobriga*, tomando *Bracara Augusta* como ponto de origem.

No percurso entre *Tongobriga* e o rio Douro conhecem-se os restantes três miliários desta via. O primeiro foi encontrado na saída da cidade, no caminho que a liga à ponte de Canaveses, datando, provavelmente, dos séculos III / IV d.C.. Um outro miliário, encontrado em Soalhães, é de extrema importância pois, aparentemente, assinala uma contagem de milhas feita a partir de *Tongobriga*. Trata-se de um monumento de Constantino II (337-340), indicando a milha 8, o que coincide com a distância entre o local do achado e a cidade (Dias 1997). Finalmente, o miliário encontrado em Carreirinhas, datado de Galieno (253-268), não indica *caput viae* nem o número de milhas.

A existência de uma via de ligação a *Tongobriga* é, com certeza, do século I, muito embora a cronologia do miliário de Trajano encontrado em S. Martinho de Sande e a possível construção da ponte de Canaveses, situados na mesma época, sejam, até à data, os elementos mais antigos disponíveis.

Independentemente da cronologia trajânica sugerida, parece-nos admissível a existência de uma via de ligação a *Tongobriga* anterior ao período antonino, dada a importância deste núcleo urbano a partir da época flávia.

Um fenómeno idêntico poderá ter-se passado em *Aquae Flaviae*. De facto, também aí existe uma ponte romana datada da época de Trajano, tal como supostamente a de Canaveses, sendo muitos dos miliários encontrados em torno da cidade tardios. No entanto, a Via XVII foi seguramente rasgada durante a dinastia júlio-cláudia, como atestam os miliários conhecidos, muito embora *Aquae Flaviae* só adquira o estatuto municipal na época flávia.

Sendo assim, cremos que se justifica a hipótese de existência de uma ligação viária entre *Bracara Augusta* e *Tongobriga* anterior a Trajano, a qual poderia ter merecido obras de consolidação ou fixação na época antonina e, posteriormente, uma balizagem nos séculos III e IV, que teria passado a marcar a aproximação a *Tongobriga*, quer para quem se aproximava de

sudeste (Aregos-rio Douro), quer para quem vinha de noroeste (*Bracara Augusta*-Canaveses) (Dias 1997: 321).

De resto, importa sublinhar a importância do programa de consolidação da rede viária, iniciada com a dinastia flávia e prosseguida na antonina, que contemplou a reparação dos itinerários mais antigos, a construção de novas vias, designadamente da *Via Nova*, bem como a edificação de numerosas pontes. Este programa viário da dinastia antonina desenvolveu-se sobretudo nos reinados de Trajano e de Adriano, estando representado nos tramos de maior importância estratégica para reforçar a integração das regiões mais periféricas do Noroeste.

Neste contexto, a possível reparação da via *Bracara-Tongobriga* e a construção da ponte de Canaveses na época de Trajano colhem todo o sentido no âmbito da política viária dos imperadores antoninos.

Reportando-nos ainda à região de *Tongobriga* importa referir a identificação de outras quatro vias consideradas como "de interesse regional ou local" (Dias 1997: 322).

Uma delas saía da cidade prosseguindo pela margem esquerda do rio Tâmega, em direcção a Várzea do Douro, um importante *vicus* fluvial e local de passagem do rio Douro para o vale do rio Paiva. Uma outra uniria a cidade a Bairral e Estrada, cruzando em Bairral com a anterior ligação a Várzea do Douro. Uma terceira via assegurava a ligação de *Tongobriga* à serra do Marão, pelo vale do rio Ovelha, prosseguindo para a região de Vila Real. Finalmente, uma última via seguiria pela encosta da serra do Marão, ligando Gondar, Gorbachã e Minas do Teixo (Dias 1997: 322-323).

A Via XVII permitia a ligação entre *Bracara* e *Asturica Augusta,* por *Aquae Flaviae*. Saindo de *Bracara* pelo eixo leste da cidade, dirigia-se ao vale do rio Este inflectindo em direcção à Serra do Carvalho, onde passava junto ao castro de Eiras Velhas. Daí a via seguia em direcção ao vale dominado pelo castelo da Póvoa de Lanhoso prossseguindo pela vertente setentrional das serras de Cantelães e da Cabreira, já no concelho de Vieira do Minho. Entre Tabuaças e Campos seguia um traçado praticamente coincidente com a EN 103. Daí prosseguia para Outeiro dos Púcaros e Ruivães. Em Botica, Ruivães, encontraram-se dois miliários, cujo paradeiro

é desconhecido. Uma das peças não apresentava vestígios de qualquer inscrição; a outra indicava a milha XLIII contada a partir de *Aquae Flaviae* (CIL II 4783) (Lemos 1993; Lemos 2002; Fontes e Roriz 2007).

A Via XIX ligava *Bracara* a *Asturica* por *Lucus Augusti*. A saída de Braga e o percurso entre esta cidade e o rio Cávado serão objecto de estudo e descrição detalhados no capítulo 4 deste trabalho. A partir de Prado seguimos a proposta de traçado apresentada por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1979), que sugere a sua passagem em Moure e Marrancos, prosseguindo pelas freguesias de Anais, Queijada, Fornelos, Feitosa, Arca e Ponte de Lima (Almeida 1979: 107). De *Limia*, *mansio* mencionada no *Itinerário de Antonino*, a via seguiria junto ao rio Labruja, por Cancelinhas e Igreja de Arcozelo até à ponte da Geira ou Geia (Almeida 1979: 114). Daí passaria a ponte do Arco, em Arcozelo, seguindo por Salgueiro, Devesa, Câmbua, portela de Romarigães, Ponte da Codeceira, Monte da Gândara, Ponte Velha de Rubiães e Portela de S. Bento. A via continuava para Valença e daí para Arinhos, onde o rio Minho era atravessado para atingir Tuy (*Tude*). De *Tude* seguiria para *Lucus Augusti, passando p*or *Iria Flavia* (Almeida 1968; Almeida 1979; Pérez Losada 2002; Fernández Ochoa 1995b).

A Via XX unia *Bracara* a *Asturica* num percurso que deveria percorrer a orla marítima, pondo em relação *Brigantium* (La Coruña) com *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta*.

A cronologia desta via é desconhecida, devido à ausência de miliários, sendo o seu percurso controverso. De facto, a maioria dos autores considera que o seu traçado pelo actual território português até Tuy seria coincidente com o da Via XIX. A partir de Tuy a via seguiria um traçado litoral que acompanhava os recortes da costa galega até *Brigantium.*

Têm sido sugeridas outras hipóteses de trajecto para esta via. Uma delas considera que a mesma seguirá o trajecto da Via XIX num percurso mais curto, inflectindo para o litoral português até ao rio Minho, prosseguindo a partir daí o itinerário já descrito até *Brigantium* (Almeida 2003). Uma outra hipótese permite considerar que a Via XX possuiria um traçado autonómo logo à saída de Braga, acompanhando o curso do rio Cávado no seu

percurso até ao litoral. Esta hipótese é sustentada pela necessidade de ligação de *Bracara Augusta* a um eventual porto fluvial que se situaria naquele rio, bem como ao litoral, ligação indispensável para assegurar o abastecimento e escoamento de produtos da cidade através da rota atlântica (Morais 2005).

A identificação das estações viárias é, na maioria dos casos, uma tarefa complicada, em particular quando se trata de distinguir pequenas e médias estalagens que podem integrar-se em aglomerados de maiores dimensões como é o caso dos *vici*. O problema agudiza-se no caso das vias que não estão sujeitas ao programa oficial do *cursus publicus*, como é o caso das vias secundárias (Mantas 1996). Nestas, os estabelecimentos necessários a paragens implantar-se-iam de forma mais ou menos espontânea e de acordo com as necessidades específicas do tráfego existente.

Pode-se dizer, apesar de tudo, que é possível identificar um número considerável de estações viárias no Entre-Douro-e-Minho (Tabela 4; Mapa 8, Vol. III). Grande parte delas corresponde a *vici* viários que acumulavam mais do que uma função. Junto aos rios Minho e Douro, alguns destes *vici* viários tinham um importante papel de portos fluviais

Tabela 4. Estações viárias

ID	Sítio	Concelho	Via	Tipo de sítio
13140301	Alvarelhos	Santo Tirso	XVI	*Vicus*
3010701	Lugar da Igreja, Carrazedo	Amares	XVIII	*Mutatio / Vicus*
3010503	Cidade de Biscaia	Amares	XVIII	*Vicus*
3011501	Vilela/ Mojeje	Amares	XVIII	*Mansio / Vicus*
3100605	S. Sebastião da Geira	Terras de Bouro	XVIII	*Mutatio*
3100602	Chãs de Vilar	Terras de Bouro	XVIII	*Vicus*
3100309	Bouça da Mó, Terras de Bouro	Terras de Bouro	XVIII	*Mutatio*
3111403	São Cristovão	Vieira do Minho	XVII	*Mansio*
16073501	Ponte de Lima	Viana do Castelo	XIX	*Vicus?*
3134202	Igreja Nova, Prado	Vila Verde	XIX	*Mansio*
3060701	Outeiro dos Picotos	Esposende	XX	*Mansio*
3080801	Caldas da Taipas	Guimarães	Via *Bracara-Emerita*	*Vicus*
3085201	Caldas de Vizela	Guimarães	Via *Bracara-Emerita*	*Vicus*
13051301	Meinedo	Lousada	Via *Bracara-Emerita*	*Vicus?*
13072301	Caldas de Canaveses	Marco de Canaveses	Via *Bracara-Emerita*	*Vicus*
13020104	Porto Manso/Quinta de Mosteirô	Baião	Via *Bracara-Emerita*	*Mansio*
13072801	Várzea do Douro	Marco de Canaveses	Via *Bracara-Emerita*	*Vicus*
16091102	Capela de S. Lourenço	Viana do Castelo	Via secundária	*Mutatio*
3060107	Alto da Ponte	Esposende	Via secundária	*Mutatio*
16100801	Forte de Lobelhe	Vila Nova de Cerveira		*Vicus*
16061204	Cabeço do Leijó	Ponte da Barca	Via secundária	*Vicus?*

Dentro dos estabelecimentos que podemos identificar claramente como uma *mutatio* saliente-se o sítio da Bouça da Mó situado na milha XXX da Via Nova (Figuras). Trata-se de um raro exemplo de uma estação de muda integralmente escavada: um edifício isolado de 21x14 metros, em granito, com prováveis divisórias internas em madeira. No seu canto sudeste, há sinais de uma pequena taberna, aberta ao exterior (Lemos e Baptista 1995-1996; VVAA 2005: 14-15).

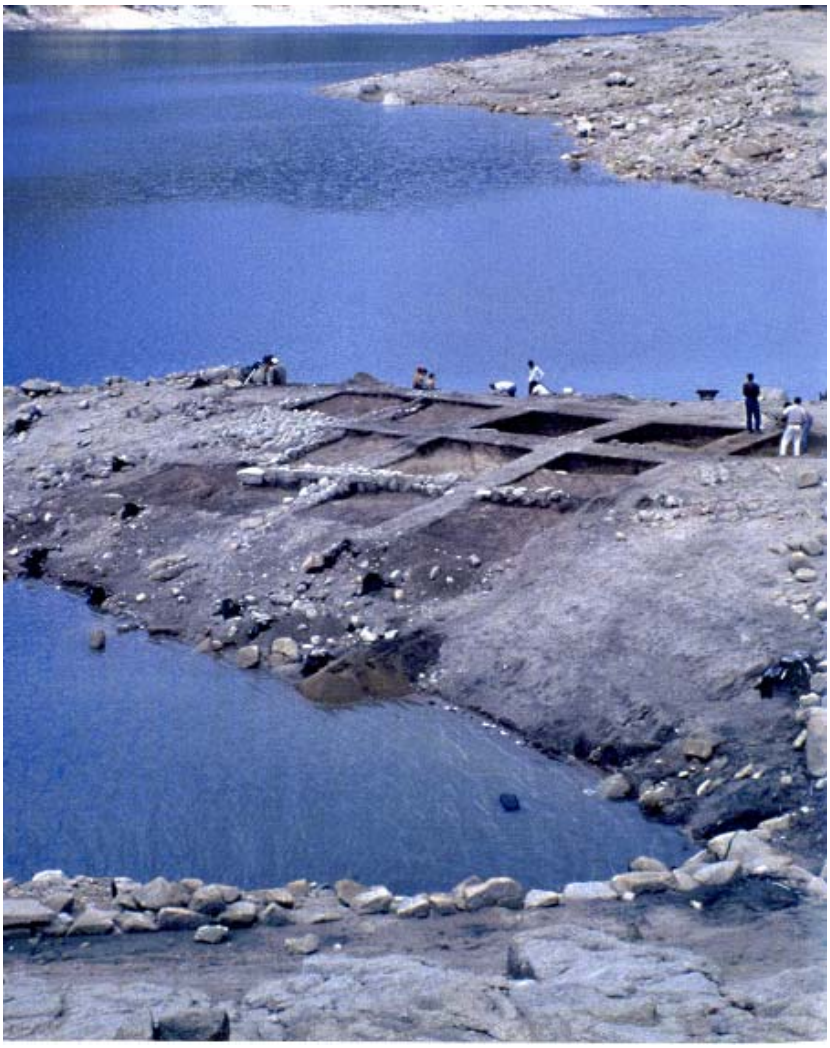


Figura 13. Trabalhos arqueológicos na Bouça da Mó em 1992 (Lemos e Baptista 1995-1996)

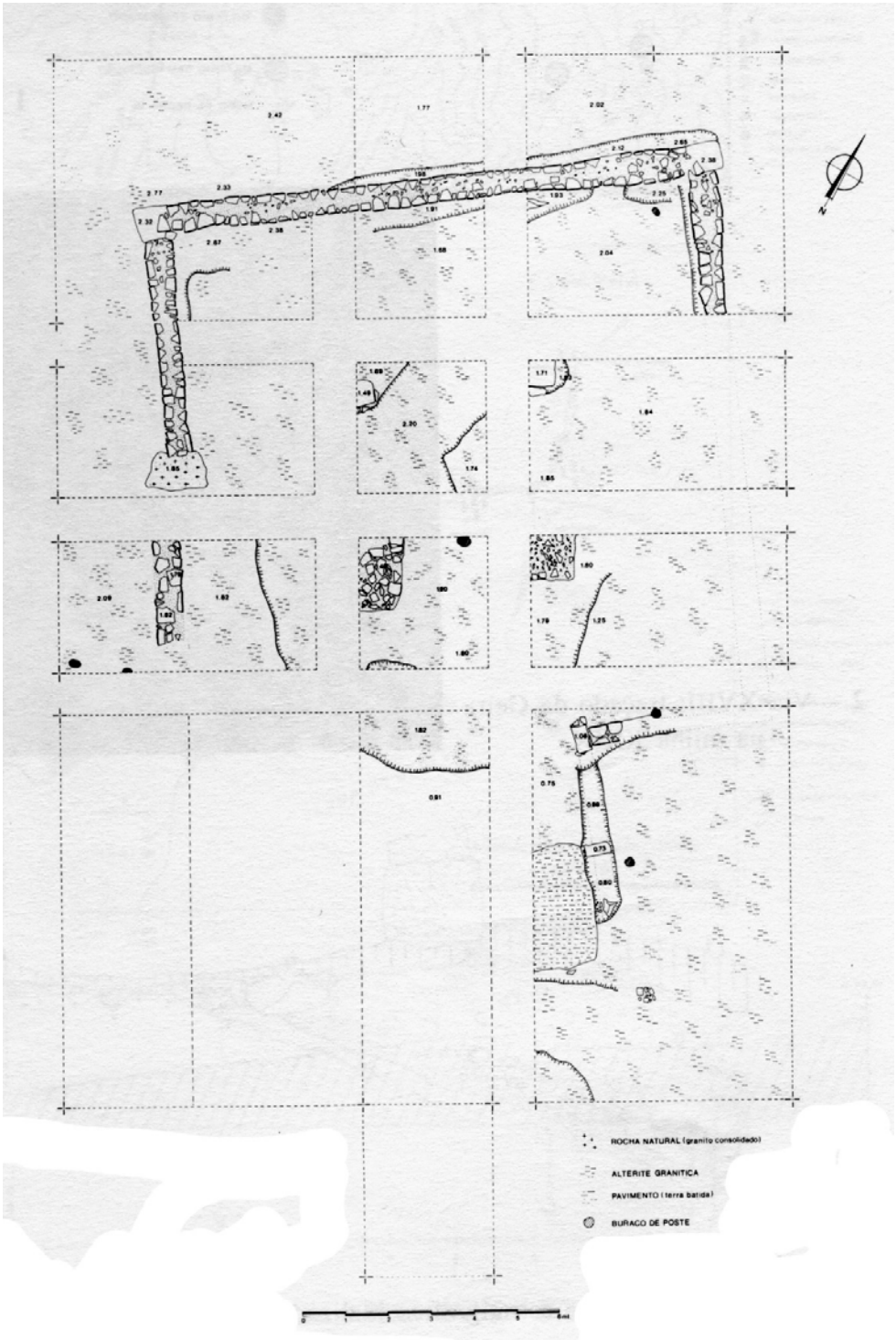


Figura 14. Planta da *mutatio* da Bouça da Mó (Lemos e Baptista 1995-1996)

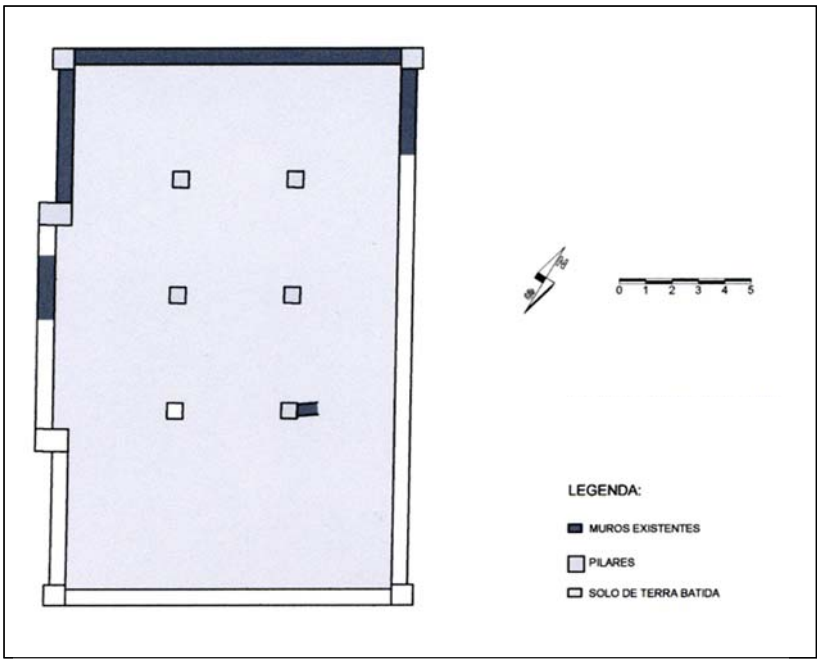


Figura 15. Planta interpretada da Bouça da Mó, segundo M. Martins.

3. Lugares centrais e novos aglomerados

A avaliação das capitais de *civitates* na região do Entre-Douro-e-Minho passa obrigatoriamente pela avaliação dos *castella* que tenham mantido ou ganho a função de lugares centrais na época romana.

Vários autores tentaram definir a rede de lugares centrais para a Idade do Ferro, tendo por base a dimensão e características dos povoados fortificados, bem como o seu posicionamento topográfico relativo, como forma de compreender a organização do povoamento pré-romano e, dentro dela, a possível hierarquização dos inúmeros castros existentes na região. As sugestões foram esboçadas por diferentes investigadores que abordaram, ora o povoamento castrejo em geral, ora áreas mais restritas, normalmente centradas nas bacias hidrográficas do Minho. Entre outros, podemos destacar Alain Tranoy (1981:72), Armando Coelho F. Silva (1986: 43; 1999: 44), Manuela Martins (1990), Jorge Alarcão (1992: 62-66), para além de

Carlos Alberto Brochado de Almeida (1995; 2003b) e Tarcísio Maciel (1997)[37].

Apesar do extenso rol de possíveis lugares centrais, identificados por diferentes autores, no âmbito do povoamento da Idade do Ferro na região do Entre-Douro-e-Minho, ele não esgota certamente a realidade, pois existem numerosos povoados que não foram escavados e que ocupam posições estratégicas importantes nas regiões em que se inserem. Os inventários disponíveis pecam, por conseguinte, por defeito, sendo necessário investir muito mais na investigação de áreas mais pequenas para se poder obter um quadro global e mais completo dos *castella* que desempenharam um papel geo-político importante na matriz de povoamento pré-romano.

No entanto, o rol de possíveis lugares centrais da Idade do Ferro já disponível é suficiente para percebermos claramente que não parece existir uma clara continuidade da sua importância geo-política no quadro da organização territorial estabelecida pela administração romana para esta região.

De facto, independentemente da maior ou menor sobrevivência na época romana de muitos dos grandes *castella* referidos, que constituíram verdadeiros *oppida* pré-romanos, eles parecem perder, quer a centralidade, quer o poder que detinham anteriormente à reorganização administrativa implementada com Augusto para o Noroeste peninsular. Na verdade, a maior parte das grandes citânias é abandonada entre meados e finais do século I da nossa era ou sofre uma forte retracção das suas áreas de ocupação. Parte ou a totalidade da sua população deverá ter-se deslocado para as vertentes e base dos montes ou para novos núcleos de povoamento de tipologia romana que se fundam na região.

---

[37] Possíveis lugares centrais na Idade do Ferro seriam a Citânia de Sanfins, a Cividade de Âncora**,** a Cividade de Terroso, *Cale*, a Citânia de Stª Luzia, a Citânia de Briteiros, o Castro de S. Lourenço, o Castro de Faria, o Castro de Roriz, o Castro das Eiras, Monte Mozinho, o Castro de Alvarelhos, a Cividade de Bagunte, o castro de Vandoma, o Castro S. Silvestre de Cardielos, a Citânia de S. Julião, o Castro de Moldes/Castelo de Neiva, o Castro de Roques, a Cividade de Carmona, o Castro do Cossourado, ou o Castro de Stº Ovídio (Ponte Lima). À lista precedente acrescentou C. Alberto Brochado de Almeida os castros de Stº Estevão da Facha, de Santa Maria da Madalena (P. Lima), de S. Lourenço da Armada, da Cividade de Romarigães, de Cristelo, do Coto da Pena e o Forte Lobelhe (Almeida 2003b: 162-165). Por sua vez, Luís Fontes sugeriu ainda a existência de um lugar central no Castro de Vieira, Cantelães, em Vieira do Minho (Fontes e Roriz 2007).

Esta situação poderá resultar de dois factores importantes, que se articulam entre si e que decorrem da integração do território do Noroeste no mundo romano, após a pacificação da Hispânia. Tal integração comportou, inevitavelmente, a imposição de um novo quadro político e administrativo, mas também a criação de condições para o desenvolvimento de uma nova ordem social e económica.

Um dos factores que julgamos cruciais para explicar o processo de perda de importância de alguns dos anteriores *oppida* tem necessariamente a ver com a deslocação das elites dos castros para *Bracara Augusta*, onde vão ocupar os cargos administrativos e religiosos que a cidade necessitava, enquanto capital de *civitas* e de *conventus* jurídico. Esta situação terá ocorrido, também, fora do território dos *Bracari*, podendo as elites indígenas ter-se deslocado para os novos "aglomerados secundários" que surgem na região. O segundo factor relaciona-se com a emergência de novas centralidades, estruturadas agora, na maior parte dos casos, em função dos eixos viários que serão construídos desde Augusto e que cruzam o território, permitindo a disseminação de novos modelos de ocupação do espaço, de raíz romana.

Na verdade, só muito pontualmente e talvez por tempo limitado, alguns *castella* terão mantido as suas funções de lugares centrais, posteriormente a Augusto, tendo em conta a nova estrutura de ordenamento do território criada por aquele imperador e consolidada com os flávios. Tal situação poderá ter ocorrido, desde logo, nas áreas mais periféricas da região e mais afastadas do novo centro de poder político representado pela cidade de *Bracara Augusta*. Por outro lado, parece admissível que alguns *castella* possam ter desempenhado um papel importante no âmbito da nova ordem económica, desde que a sua localização fosse favorável ao controle do sistema viário romano, ou à exploração de certos recursos, designadamente mineiros.

A questão relativa à perda de importância dos lugares centrais da Idade do Ferro entronca directamente com o problema da criação das *civitates*, enquando unidades territoriais e administrativas, que se situavam na dependência da capital do *conventus*.

As problemáticas relacionadas, quer com a implantação, quer com a identificação das *civitates* no quadro mais geral do Noroeste peninsular,

abordadas no Capítulo 2 deste trabalho, não se diferenciam das que podem ser colocadas para a área mais restrita do *conventus bracarensis*, ou, dentro deste, para a região em análise.

De facto, apesar da abundante literatura existente sobre esta matéria, continua por resolver o problema fundamental de saber se a organização das *civitates* poderá reflectir, de algum modo, a estrutura do povoamento pré-romano (Tranoy 1981; Silva 1986; Alarcão 1992), ou se, pelo contrário, ela representa uma acção política romana com um claro impacte territorial e social que nada deve à matriz étnica anterior (Sastre Prats 1998; 2001).

Trata-se de facto de uma questão crucial, difícil de resolver, considerando as dificuldades oferecidas pelas fontes literárias e epigráficas que constituem a base de informação fundamental para situar o problema. Com efeito, tais fontes reportam-se já ao período romano, sendo confusas e imprecisas nas referências que fazem, quer dos *populi*, quer das *civitates*. Alguns autores consideram que ambas as realidades são já um fenómeno claramente romano, o que esvazia a argumentação de que os *populi* representem, de algum modo, a estrutura étnico-política pré-romana, a qual poderia ter sido mais ou menos respeitada na definição das *civitates*.

O que podemos afirmar com alguma segurança é que estas unidades territoriais, que permitiram a Roma integrar a população indígena, possuíam uma dimensão variável, uma capital administrativa e uma estrutura de governo própria, que foi entregue às élites indígenas, certamente originárias dos castros mais importantes. Este modelo organizativo, extremamente eficaz e aplicado a várias regiões do Império romano do Ocidente (Drinkwater 1983; Millett 1990; Provost 1993), levanta alguns problemas cronológicos, mas, sobretudo, questões que se prendem com o reconhecimento arqueológico, não só da localização dos seus limites, como das suas sedes.

Relativamente à cronologia o problema centra-se na possibilidade do sistema das *civitates* do Noroeste peninsular ter sido criado ainda por Augusto, tendo em conta a circunstância das mesmas serem referidas no *Edicto del Bierzo* de 15 a.C. (Grau Lobo e Hoyas 2001; Sastre Prats 2001; 2002: 24), ou serem uma criação flaviana (Alarcão 1995-96), tendo por base o carácter de *capita viarum* de algumas *civitates*, referidas em miliários com datação posterior à dinastia flávia. Embora não seja consensual, parece-nos

que a menção de *civitates* já no período augustano sugere claramente que a implantação do modelo fez parte do pacote de medidas políticas aplicadas por Augusto ao Noroeste hispânico.

O exercício levado a cabo por alguns investigadores no sentido de definir a geografia de distribuição dos *populi* mencionados nas fontes escritas e epigráficas e de procurar *castella* importantes que possam ter funcionado como capitais conduziu, inevitavelmente, à valorização dos lugares centrais da Idade do Ferro. No entanto, a questão mantém-se em aberto, pois a geografia, quer dos *populi*, quer das *civitates* está longe de ser consensual entre os diferentes autores que têm abordado o tema (Tranoy 1981; Silva 1986; Alarcão 1992; 1997-98; Rodríguez Colmenero 1996). Acresce que raramente o exercício teve em conta a cronologia de ocupação dos povoados, tendo-se valorizado, sobretudo, a importância estratégica que os mesmos podem ter tido no quadro do povoamento pré-romano. Se é certo que a fixação da cronologia de abandono das grandes citânias da região oferece grandes problemas, devido à ausência de escavações, parece inevitável pensar, também, que a fixação de uma capital de *civitas* num povoado de origem indígena pressupõe a sua longa persistência no tempo, uma intensa romanização e a existência de equipamentos compatíveis com a função desempenhada.

Se a geografia política da lista das *civitates* inventariados por Plínio e acrescentadas por Ptolomeu e, ainda, pelas menções epigráficas do Padrão dos Povos de Chaves é de difícil implantação no terreno, não menos árdua é a tarefa subsequente de tentar definir a localização das respectivas capitais.

Jorge Alarcão ensaiou de diversas formas a implantação geográfica das *civitates*. Uma das tentativas partiu do pressuposto de que estas corresponderiam aos *populi* pré-romanos e que os seus lugares centrais teriam sido elevados por Augusto à categoria de sedes das mesmas, num momento de transição em que o poder teria sido atribuído pelo imperador a príncipes (Alarcão 1992). Este ensaio levou-o a proceder ao elenco das estátuas de guerreiros galaicos que poderiam representar a figura destes chefes, tentando induzir locais hierarquicamente importantes, a partir dos quais o poder romano teria sustentando uma rede de sedes de *civitates*. Este argumento, como aliás foi sublinhado por Jorge Alarcão, não é isento de

problemas, pois o número de estátuas conhecidas (Silva 1986: 305-309) não coincide numericamente com as *civitates*, nem tão pouco se ajusta geograficamente à dispersão daquelas entidades.

O método regressivo de utilizar as sedes de paróquias suévicas como patamar a partir do qual se recua para a identificação de aglomerados romanos, que poderão ter funcionado como capitais de *civitates*, permite, no território em análise, resultados pontuais mas sugestivos (Alarcão 2000a) [38].

Recuando das paróquias suévicas para os aglomerados que lhes deram origem poderíamos considerar sedes de *civitates* os sítios de Caldas de Vizela, local que corresponderá a um *vicus*, passando a sede de paróquia com o nome de *Oculis Calidarum* (Costa 1959; Alarcão 1999a) e *Tongobriga*, núcleo urbano igualmente referido no *Paroquial Suévico* como *Tongobria* (Dias 1997; Alarcão 1999a; 2000a). Em alguns casos este exercício pode não significar uma identificação das sedes paroquiais com sedes de *civitates*, mas permite sugerir a existência de aglomerados romanos, como poderá ser o caso de Meinedo, Lousada, referido no Paroquial como sede de diocese, com o topónimo *Magnetum*, local que se admite poder corresponder a um *vicus* (Dias 1997: 302; Alarcão 2000a: 42).

Embora pontuais, estas observações permitem verificar que o elenco das sedes de paróquias suévicas pode permitir, nalguns casos, a identificação de aglomerados romanos importantes, que poderão ter funcionado como capitais de *civitates*.

No elenco da identificação dos *populi/civitates* parece consensual a identificação dos *Callaeci* na região do Porto, tendo como capital *Cale*, sítio que tem sido identificado com o Morro da Sé do Porto, que seria um *castellum*. No entanto, as escavações realizadas em vários locais da cidade sugerem uma significativa ocupação romana nas imediações do referido *castellum*, para além da existência de estruturas portuárias perto do rio, que permitem admitir que *Cale* pode ter sido um núcleo urbano bastante importante (Silva 2000: 100-101).

---

38 O grande esforço de identificação das paróquias e *pagi* mencionados no *Parochiale Suévico* (obra do século VI (572 e 582) que regista as dioceses do reino suévico e dentro destas as paróquias e *pagi* (David 1947) foi feito por Almeida Fernandes em vários artigos, reunidos em 1997.

O papel de *Bracara Augusta* como capital dos *Bracari* é, também, consensualmente aceite, mas estamos perante uma fundação *ex novo* que assegura a capitalidade de um *populus* ou de um conjunto de *populi*[39] e não de um povoado proto-histórico que mantém e reforça funções de centralidade na época romana.

Se elencarmos os restantes *populi/civitates* que existiriam na região em análise verificamos que continua a ser problemática a fixação territorial de determinados *populi* citados nas fontes clássicas tal como é difícil o exercício de identificação de eventuais capitais (Alarcão 1995-96; 1998; 2000a; 2004). O cruzamento de várias fontes e metodologias continua a ser o mecanismo mais cauteloso para ir avançando num terreno que, a vários títulos, é muito complexo.

Neste sentido, aquilo que podemos fazer, no contexto deste trabalho, é avançar com algumas hipóteses de eventuais sedes de *civitates*, sem querer confirmar a sua adequação a uma pressuposta geografia política dos *populi*.

Para além dos locais já referidos é possível que o *vicus* de Vila Mou (ID 16093705), situado na margem norte do rio Lima, possa ter desempenhado esse papel. Trata-se de um povoado proto-histórico de baixa altitude, que deu lugar a um importante aglomerado romano, cuja continuidade na época suevo-visigótica e medieval está seguramente atestada. É possível, aliás, que Vila Mou corresponda ao *pagus* de *Ovinia*, mencionado no *Paroquial Suévico*, tal como sugere Jorge Alarcão, contrariando a hipótese de Almeida Fernandes de *Ovinia* se localizar na Citânia de Santa Luzia (Fernandes 1997; Alarcão 2000a).

Estas observações permitem verificar que muitas das potenciais sedes de *civitates* correspondem a sítios de raíz romana, que durante a época tardo-antiga adquirem, por seu turno, uma outra preponderância, evoluindo para sedes de paróquias suévicas.

Não deixa de ser interessante considerar a importância assumida pelos novos aglomerados romanos como potenciais sedes de *civitates*, pelo menos na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*, em particular na região mais intensamente povoada e hierarquizada na Idade do Ferro.

---

[39] Sobre a problemática dos *Bracari* e dos *Bracaraugustani*, não cabe aqui remeter para a extensa bibliografia produzida sobre o assunto. Permitimo-nos, apenas, citar Alarcão 2003.

Os novos dados propiciados pelas escavações realizadas nos últimos anos em sítios romanos que correspondem a *vici* tem permitido modificar claramente o conhecimento relativo a estes aglomerados, bem mais abundantes do que se supunha.

Este novo quadro de conhecimentos pode contribuir para recolocar algumas das problemáticas clássicas relativas à romanização, entre as quais se situa a questão dos *populi* / *civitates* e das suas sedes. De facto, parece-nos admissível que na região em análise a capitalidade das *civitates* possa ter sido assegurada no quadro dos novos aglomerados romanos implantados na região, situação mais adequada ao enquadramento administrativo.

A possibilidade de um *vicus* poder ou não exercer funções de capitalidade administrativa foi, durante muito tempo, tema de intensa controvérsia, pois implicou uma discussão sobre o estatuto das capitais de *civitates.*

Para alguns autores, o crescimento orgânico e rural que caracteriza os *vici* era inequivocamente incompatível com o planeamento político e ideológico da fundação e crescimento das *civitates* na parte ocidental do Império (Jones 1987: 54; Whittaker 1990). Os "aglomerados secundários" teriam desenhado, na época romana, um tipo de povoamento que participava, simultaneamente, das características da cidade romana e das do *habitat* rural indígena, distinguindo-se das capitais de *civitates* pela sua função produtiva e de mercado.

Assim, seriam as funções económicas a separá-las das cidades capitais de *civitates*, onde a função política era a predominante (Mangin 1983; Jones 1987). Nesse sentido, Whittaker sintetiza bem esta posição: "Villas were a phenomenon of a central *civitas* town, not of the so-called small towns. That (...) must be the decisive fact wich dictated the difference between them, despite physical urban similarities between *civitas* centres and small towns. The *civitas* town was the social and political centre of the state. The *vici* were firmly rural like the *villae*" (1990: 116).

Ora, o problema coloca-se, antes de mais nas menções epigráficas a capitais de *civitates*, cujo estatuto é o de *vicus*. O caso mais célebre é o de Sens, principal centro urbano dos *Senones*, onde uma inscrição atesta o seu estatuto de *vicus.* Para além do caso referido, não faltam exemplos de *vici*,

capitais de *civitates*, que entrariam na categoria de "*vici qui proprios fines habent*", opostos aos *vici* que se encontram incluídos nos "*fines*" de uma "*maior civitas*", tal como é descrito no Código Justiniano (Tarpin 2002: 262).

O estudo mais sistemático deste fenómeno deverá acautelar uma realidade multipolar, nomeadamente uma rede de *vici*, sem que um deles esteja investido de um eventual papel administrativo. Se, por um lado, há que admitir que os *vici* poderão ter configurado, na região em análise, uma função de capitalidade administrativa, importa também ter em conta, futuramente, que o facto de um povoado ser um *vicus* não lhe imputa um estatuto de capitalidade. Neste âmbito, parece-nos importante a seguinte afirmação de M. Tarpin: " Il faut encore préciser qu'il peut y avoir au sein de la même cité un *vicus* chef-lieu et un *vicus*, voire de *vici*, sans statut particulier..(…) Ceci implique que *vicus* ne définit pas le chef-lieu et que, réciproquement, le fait d'être chef-lieu ne donne pas automatiquement un statut plus gratifiant que celui de *vicus*" (2002: 263).

A hipótese que aqui avançamos, com as cautelas devidas, é que a articulação do poder indígena sob o domínio romano na região em estudo desdobrou pelo menos dois cenários, inscritos em realidades geográficas distintas : na parte mais ocidental alguns *vici* poderão ter asssegurado funções de capitalidade administrativa ; nas zonas mais interiores e montanhosas, afastadas de *Bracara Augusta*, com um povoamento indígena bastante mais rarefeito, alguns povoados fortificados poderão ter mantido uma posição de predominância, funcionando como capitais de *civitates*.

O caso do povoado fortificado de Santa Comba (ID 3041402), em Terras de Basto, exemplifica esta segunda situação.

Partindo de uma hipótese de Jorge de Alarcão sobre a possibilidade de em torno deste povoado poder ter existido uma capital de *civitas* realizámos nessa região prospecções (cfr., supra, capítulo 1, alínea 2.3) que nos permitem considerar que terá sido a partir deste núcleo fortificado que se formou um vicus, possivelmente com funções de capital de *civitas*.

Tal como noutras situações identificadas na região, de que são exemplo os *vici* de Alvarelhos, Cividade de Biscaia ou Vila Mou, o novo aglomerado romano funda-se a partir do um povoado proto-histórico, estendendo-se para a zona das vertentes e vale adjacentes. Porém, em Santa Comba, podemos

estar face a uma situação diferenciada daquela que se regista em *Tongobriga* em Caldas de Vizela ou em Vila Mou admitindo, nos quatro casos, a possibilidade de terem funcionado como capitais de *civitates*.

Em Caldas de Vizela estamos perante um aglomerado aberto de raiz romana, que terá nascido das funções termais e viárias que desempenhava. *Tongobriga* corresponde a um aglomerado urbano aberto, onde os vestígios conotados com a Idade do Ferro não permitem supôr a existência de um castro. Em Vila Mou configura-se uma ocupação que terá tido como origem um povoado de baixa altitude sem qualquer estatuto de centralidade face às grandes citânias da área, nomeadamente a que seria assegurada pela Citânia de Santa Luzia. Já a dimensão do povoado fortificado de Santa Comba, bem como o achado de, pelo menos, uma estátua de guerreiro galaico, leva-nos a ponderar a possibilidade de, neste caso, a sede de *civitas* ter resultado de uma centralidade anterior.

Passamos agora a enumerar os sítios que podem ser classificados como *vici* (Tabela 5), descrevendo-os, depois, sumariamente. Nalguns casos, remetemos para os capítulos 4 e 5, onde procedermos a uma análise integrada dos mesmos (Mapa 9, Vol. III).

Tabela 5. *Vici* no Entre-Douro-e-Minho[40]

ID	Sitío	Concelho	Tipo sítio	Observações
3010503	Cidade de Biscaia	Amares	*Vicus* viário; *mansio*	Milha X da Via XVIII
3010601	Caldelas	Amares	*Vicus* termal	Inscrições às Ninfas
3011501	Vilela/Mojeje	Amares	*Vicus* viário/ *mutatio*?	Inscrição ao Génio Viriocelense; Via XVIII
3085201	Caldas de Vizela	Guimarães	*Vicus* termal e viário	Incrições a Júpiter e Bormanico; menção a legado do imperador Sede de paróquia suévica: *Oculis Calidarum*.

[40] Não incluímos nesta listagem o local de Croca, Penafiel (ID 13110801), povoado associado a uma necrópole, dominando o vale da Croca, onde passava a via romana que procedia de Meinedo, que Lino Tavares Dias hesita em classificar como aldeia ou *vicus* (Dias 1997: 315-316). Por razões distintas, que se prendem com a natureza da informação de que dispomos, não incluímos, igualmente, neste elenco, alguns possíveis *vici* da área de vale e litoral analisada no capítulo 5, problema que abordaremos nesse capítulo.

3080801	Caldas da Taipas	Guimarães	*Vicus* termal e viário	Inscrição honorífica a Trajano de 103 d.C.. Junto à via de Braga para *Emerita Augusta*
3134202	Prado	Vila Verde	*Vicus* viário	Via XIX. Importantes funções ligadas à extracção de argilas.
3123602	Perrelos	Vila Nova Famalicão	Vicus?	Actividades metalúrgicas
3041402	Santa Comba	Cabeceiras de Basto	*Vicus*	Capital de *civitas*?
3100602	Chãs de Vilar	Terras de Bouro	*Vicus* viário	Miliário assinalando milha XVII Via XVIII. Deve corresponder a *Salaniana.*
3111403	São Cristovão	Vieira do Minho	*Vicus?*	Grande povoado que poderá ter funcionado como mansio da via XVII
13011601	Gatão	Amarante	*Vicus* (?) viário	Inscrição desaparecida que refere o *Vicus Atucausis*?
13011902	Lomba	Amarante	*Vicus*?	
13021502	Quinta de Guimarães	Baião	*Vicus*?	Corresponderá à sede da paróquia "Melga"?
13051301	Meinedo	Lousada	*Vicus*?	Sede de paróquia suévica: *Magnetum*
13072301	Caldas de Canaveses	Marco de Canaveses	*Vicus* termal e viário	Junto à via *Bracara -Tongobriga*
13072801	Várzea do Douro	Marco de Canaveses	*Vicus* portuário	Inscrições votivas e funerárias Via *Bracara-Emerita*
13112601	S. Vicente do Pinheiro	Penafiel	*Vicus* termal	
13140301	Alvarelhos	Santo Tirso	*Vicus* viário	Via XVI
16073501	Ponte de Lima	Viana do Castelo	*Vicus* viário	Deve corresponder a *Limia, mansio* da Via XIX a XVIII milhas de *Bracara*
16100801	Forte de Lobelhe	Vila Nova de Cerveira	*Vicus* portuário	Provável porto fluvial do rio Minho
16093705	Cividade de Vila Mou	Viana do Castelo	*Vicus* mineiro	Inscrições e ampla área de exploração mineira
16061204	Cabeço do Leijó	Ponte da Barca	*Vicus* viário?	Grande povoado associado a uma inscrição a Hércules

Cividade de Biscaia, Castro de Caires/ Freixeiro, Amares*.*

O *vicus* da Cividade de Biscaia ocupa uma extensa área que inclui as vertentes mais baixas do Castro de Caires ou de Gróvios e o lugar de Freixeiro. (cfr. cap. 5)

Caldelas, Amares.

Possível *vicus* termal, situado na zona das actuais termas. Foram encontrados vários vestígios romanos, entre os quais duas aras votivas dedicadas às Ninfas. Foi ainda identificada uma necrópole (cfr. cap. 5).

Mojeje/Vilela (*Viriocelum*), Amares.

Um possível *vicus* junto à via XVIII que poderia ocupar a zona de Mojeje, junto ao eixo da via. (cfr. cap. 5)

Santa Comba, Cabeceiras de Basto.

O povoado fortificado de Santa Comba poderá ter dado lugar à instalação de um aglomerado romano que ocuparia o antigo castro, estendendo-se para a vertente oeste. É precisamente nesta vertente que se encontra a Casa de Santa Comba, cujos proprietários reuniram um espólio que inclui uma estátua de guerreiro galaico, que se tornou famosa, quer pelo seu excelente estado de conservação, quer pelo facto de conter uma inscrição: "Artifices Calubrigenses E(x)s Albinis F(*aciendum*) C(*uraverunt*)" (Silva 1986). Na Casa de Santa Comba está também depositada uma inscrição honorífica ao imperador Gordiano, encontrada nos alicerces desta moradia (CIL II 2382), sendo igualmente noticiada uma outra epígrafe honorífica dedicada a Antonino Pio (CIL II, 2381), achada em Santa Senhorinha de Basto (Alarcão 1988: 1/272: 15). Na mesma casa, está depositado um conjunto de mós manuais e elementos arquitectónicos romanos, designadamente parte do entablamento de um edifício romano. A prospecção que levámos a cabo na área leva-nos a concluir que este é, seguramente, o mais importante aglomerado da época romana da região, podendo ter-se verificado uma deslocação progressiva para a zona de vertente. Resta acrescentar que a inscrição dedicada a Constâncio Cloro, depositada em Abadim (Alarcão 1988: 1/268: 15), corresponde a um miliário e não a uma epígrafe honorífica.

Caldas de Vizela, **(*Oculis*)**, Guimarães.

Na zona da actual povoação de Vizela um conjunto numeroso e importante de achados de época romana sugere a existência de um *vicus*. A ocorrência de águas termais, para além da passagem da via romana *Bracara –Tongobriga - Emerita Augusta*, permitem supôr um aglomerado com funções termais e de apoio viário. A importância do local é testemunhada por uma significativa documentação epigráfica que inclui uma dedicatória a *Iupiter Optimus Maximus* e duas ao deus indígena *Bormanicus*. A existência de um grande edifício público está documentada por um lintel de quase 3 metros de comprimento, onde se pode ler a seguinte inscrição: *Dedicavit Titus Flavivs Claudianus Archelaus, Leg. Aug*. Para além destes achados cabe ainda destacar a descoberta de mosaicos, cerâmicas variadas e restos de um balneário. O aglomerado persistiu na Idade Média como sede de paróquia suévica, chamando-se na altura *Oculis*, nome que parece ter evoluído para *Oculis Calidarum* tal como aparece mencionado num documento de 1014.

Caldas das Taipas, Guimarães.

O sítio encontra-se implantado junto à via *Bracara – Emerita Augusta*, por *Tongobrig*a. No local existe uma importante inscrição honorífica a Trajano (CIL II 4796), gravada num penedo, datada do ano 103. A existência de águas salutíferas no local poderá ter propiciado a instalação de um complexo termal, de que restam poucos vestígios, certamente sobrepostos pelas termas mais recentes. Acrescente-se que o sítio se situa próximo da passagem da via *Bracara – Tongobriga - Emerita* e junto ao rio Ave, que seria navegável até às proximidades deste local.

Prado, Vila Verde.

A existência de um *vicus* na zona de Prado é sugerida pelos achados de sepulturas e de abundante material cerâmico em vários pontos da actual povoação, mas, particularmente na zona da igreja. Estes vestígios devem ser conjugados com a importância do local, não só como estação viária da Via XIX mas, ainda, com a sua localização numa importante zona de barreiros que, para além de centro de extracção de matéria-prima para a produção cerâmica em *Bracara Augusta*, poderá ter funcionado, também, como centro oleiro (cfr. cap. 4).

Chãs de Vilar (*Salaniana*), Terras de Bouro.
Grande povoado romano que parece ocupar várias plataformas artificiais. É possível que corresponda à *mansio Salaniana* referida no Itinerário de Antonino (cfr. cap. 5).

S. Cristovão, Vieira do Minho
O sítio ocupa uma zona aplanada junto ao lugar de Ruivães, junto à passagem da Via XVII. É possível observar, por uma extensa área vestígios de taludes, pedra de construção e uma grande quantidade de cerâmica de construção romana, para além de alguma cerâmica comum. O posicionamento do local junto à via e as suas características permitem supõr que se trate de uma mansio. O local teve uma ocupação medieval.

Perrelos, Vila Nova de Famalicão.
O sítio localiza-se no sopé do castro de S. Miguel-o-Anjo, na freguesia de Delães. As escavações, ainda em curso, permitiram identificar habitações e um edifício termal, datável dos séculos III / IV. Este edifício conheceu, em finais do século IV / inícios do V, uma reestruturação, passando a funcionar como zona artesanal. Embora a escavação não esteja concluída e não se conheça a extensão do aglomerado ou a cronologia da sua fundação, há uma forte possibilidade de o local poder ter funcionado como *vicus* (Silva *et alii* 2005).

Gatão / Quinta dos Pascoais (*Atucausis*), Amarante.
O espaço onde se situa a Quinta dos Pascoais integraria o *vicus Atucausis*, a avaliar pela inscrição encontrada no local, dedicada *a* Júpiter pelos *vicani Atucausenses* (CIL II 6287). No local encontra-se cerâmica comum, sendo referido como procedente de S. João de Gatão, uma outra inscrição, actualmente desaparecida (CIL II 2383).

Quinta de Guimarães, (*Melga*), Stª Marinha do Zêzere, Baião.
O local fica situado a sudeste de *Tongobriga* e a sua identificação como um provável *vicus* decorre da identificação de uma necrópole de inumação na Quinta de Guimarães, de achados dispersos na zona de encosta deste local e, ainda, do facto de Almeida Fernandes (1968: 80) situar em Stª Marinha do Zêzere a sede da Paróquia *Melga*. O facto de, nesta área, existir o topónimo Belga, juntamente com os restantes indícios, levou Lino Tavares Dias (1997) a

sugerir a possibilidade de existência de um *vicus*, a que se teria sucedido uma sede de paróquia suévica.

Meinedo (*Magnetum*) Lousada.
O local situa-se no eixo da via *Bracara - Emerita Augusta* por *Tongobriga*. Noticia-se o achado de abundante material cerâmico da época romana na Quinta dos Padrões e nos terrenos adjacentes ao campo de futebol. A estes dados acrescente-se o facto de o local ter sido sede da paróquia suévica conhecida por *Magnetum.*

Caldas de Canaveses, Marco de Canaveses.
Junto à ponte de Canaveses, que servia de passagem à via que de *Bracara* seguia para *Tongobriga* e prosseguia até *Emerita Augusta*, encontrou-se um balneário com paredes revestidas a mosaicos, e abundante espólio, composto por moedas, canalizações, cerâmica de construção e uma inscrição destruída durante as obras de 1743. Próximo do local foi encontrada uma necrópole. Trata-se, seguramente, de um *vicus* com funções simultâneamente termais e viárias (Dias 1995: 265).

Várzea do Douro, Marco de Canaveses.
Os vestígios dispersam-se por uma vasta área, que inclui várias plataformas de um outeiro, situado numa curva apertada do Douro, até às margens do rio. Na plataforma mais elevada, com a cota máxima de 114 m., encontram-se habitações de planta circular e moedas, sendo uma de 2 a.C. / 14 d.C. e quatro de 117 / 192 d.C.. Lino Tavares Dias (1995: 267-270) realizou várias intervenções arqueológicas no local, tendo posto a descoberto muros romanos, fustes, capitéis, bases de colunas, para além de abundante material cerâmico, de que destaca sigillata Clara C. Numa outra intervenção exumou uma habitação circular associada a cerâmicas romanas, entre as quais identificou também sigillata Clara C. Do local conhecem-se oito inscrições funerárias e uma votiva (Dias 1995; 1997)**.** Em Várzea do Douro finalizava o percurso das vias que procediam de *Tongobriga* e de Monte Mózinho. Trata-se com toda a certeza de um *vicus* que funcionou como porto fluvial, que permitia, passado o rio, a continuação da via romana no vale do Paiva.

S. Vicente do Pinheiro, Penafiel.

No local foi referenciado um balneário, aproveitando águas medicinais. Além do edifício foram descobertos um forno de cozer cerâmica e uma necrópole, situados a cerca de 100 metros das termas. A planta interpretada por J. Alarcão (Figura), oferece a seguinte descrição: "A entrada fazia-se por A, e daí se passava à sala B. Uma delas poderia servir de "apodyterium". Ambas abriam para C, "frigidarium" com duas banheiras em D e E. As salas aquecidas por "hiposcaustum" eram H e I. Talvez esta divisão constituísse como que um guarda-vento das duas salas aquecidas. As áreas J e K eram os átios de serviço das termas" (Alarcão 1988: 28)

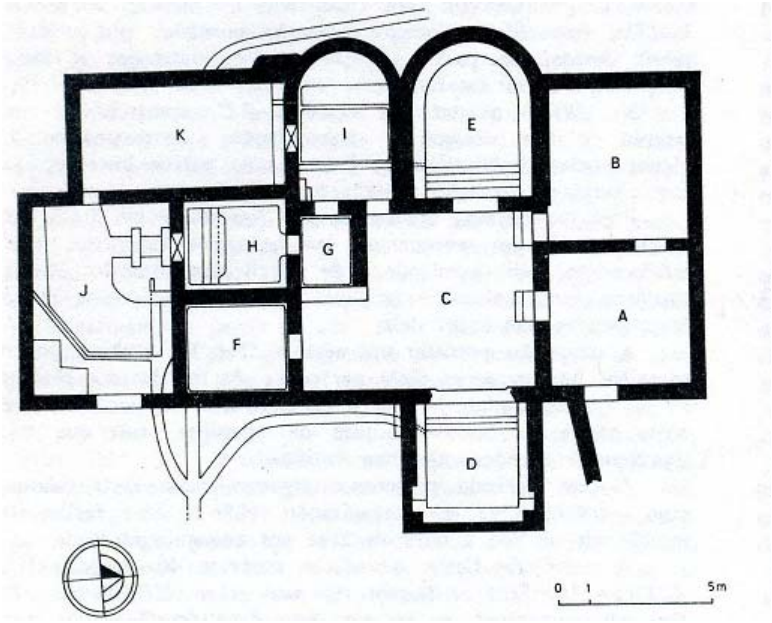


Figura 16. Planta das termas de S. Vicente do Pinheiro, segundo Jorge Alarcão, a partir de trabalhos de Teresa Soeiro (Alarcão 1988 1/473, fig. 103; Soeiro 1984).

Alvarelhos, Trofa.

O *vicus* de Alvarelhos desenvolve-se na vertente do castro do mesmo nome, junto à passagem da Via XVI, podendo ter desempenhado as funções de *mansio*, situada a 23 milhas de *Bracara Augusta* e a 12 milhas de *Cale*. A sua importância como estação viária prende-se, ainda, com o facto de ser desta área que partia uma via secundária em direcção ao litoral (Mantas 1996: 687). O *vicus* poderia abranger ainda a área de vale próximo do povoado, nomeadamente a Quinta do Paiço, onde foi encontrada uma pátera de prata com uma dedicatória a Marte, cujo dedicante, um liberto, se identifica com *tria nomina*. São dados como procedentes do povoado de Alvarelhos, três tesouros

monetários, cuja moeda mais recente é de 27 a.C.. Encontraram-se, ainda, nove bolas de prata gravadas com a palavra CAESAR e ainda uma pedra rectangular, onde numa das faces se encontra inscrito o numeral XII e na outra face a palavra CAESAR. Noticia-se, ainda, o achado de um capitel e de um fragmento de coluna. São ainda noticiados em locais perto do povoado, uma ara ao *Genio* dedicada por *Saturninus*, filho de Caturão e uma inscrição onde se lê: MADE/QVIS(*enses*) STATV/ERVNT/ LADRO/NO CA/MALI/ F(*ilio*)/ ANTONIO/ ALMO[41]. As escavações desenvolvidas ao longo dos anos 80 e 90 do século passado permitiram identificar um espaço comercial composto por uma praça aberta, rodeada de um possivel pórtico, que abre a *tabernae* e um provável edifício termal (Moreira 1992; VVAA 2006: 82-83). Tal como parece ter acontecido no caso do Castro de Caires, em Amares o núcleo inicial poderá ter-se estendido para a zona da vertente e do vale, locais mais adequados às funções ligadas a uma estação viária.

Ponte de Lima (*Limia*), Ponte de Lima.

Limia localiza-se a 18 milhas de *Bracara Augusta*, no eixo da Via XIX, aparecendo mencionada no Itinerário de Antonino. A sua localização deve corresponder à zona do actual aglomerado de Ponte de Lima. Aqui estão referenciados achados de cerâmica romana em vários pontos da actual povoação, nomeadamente em Sangarinhal, Sobral, Quinta da Graciosa e Avenida dos Plátanos. Para além disso, existe uma grande densidade de vestígios junto ao local de passagem da via, imediatamente a sul da povoação actual. O facto de serem sítios próximos, mas não contíguos, tanto em Ponte de Lima, como na região em torno da cidade levou Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996) a ter alguma prudência, referindo-os um a um nos trabalhos que elaborou sobre a região. Parece-nos, no entanto, admissível localizar aqui *Limia*, que terá funcionado como *mansio* da Via XIX. O miliário de Bertiandos, de Maximiano e Máximo, indica a milha XVIII, a partir de *Bracara Augusta*.

Forte Lobelhe, Vila Nova de Cerveira.

O sítio está implantado num terraço fluvial do rio Minho, numa pequena colina de 46 metros de altitude. A primeira ocupação do local corresponde a um povoado proto-histórico de baixa altitude, circunscrita por um talude e habitações de tipo circular implantadas em patamares que se estendem,

41 O problema de interpretação desta epígrafe foi já abordado no capítulo 1.

aparentemente, até às proximidades do rio. De acordo com os materiais cerâmicos encontrados, este momento de ocupação deverá remontar a meados do século I a.C.. No decurso do século I as antigas habitações foram substituídas por edifícios de formato rectangular, época em que se constrói um forno cerâmico, que deverá ter servido para fabrico de cerâmica comum (Almeida 1996: 81). As escavações entretanto levadas a cabo dão conta de uma grande variedade de materiais, dos quais se destacam, para além das cerâmicas comuns romanas, *sigillatas* itálicas, sudgálicas, hispânicas, clara D, vidros, bronzes, moedas, e abundantes fragmentos de ânforas, com predominância para as Haltern 70 e Dressel 7-11. Um dos compartimentos escavados deverá corresponder a um local de armazenamento de ânforas, com orifícios escavados no saibro que se destinariam ao seu acondicionamento. De acordo com os achados cerâmicos encontrados, o local estaria funcional desde inícios do século I (Almeida 1996: 117-118). Para além do espólio referido foram ainda encontrados fustes, capitéis, um fragmento de mosaico, para além de um numeroso e variado espólio cerâmico onde a ara de cerâmicas e vidros de importação. Existem ainda inúmeros fragmentos de *dolia* e de cerâmica comum. De acordo com os dados obtidos até à data, o antigo povoado da Idade do Ferro dará lugar a um *vicus,* cuja planta não pode ser definida com rigor. A proximidade relativamente ao rio Minho, navegável até à região de Tuy, e a importância desta via fluvial é de extrema importância na avaliação do papel desempenhado por este *vicus.* A ocupação do sítio mantém-se na época suevo-visigótica e medieval. Finalmente, as necessidades de defesa militar levam à construção de uma fortaleza no local, datada da segunda metade do século XVII.

Vila Mou, Ponte de Lima.

O sitio ocupa uma zona sobreelevada de um terraço fluvial, na margem direita do rio Lima. O espaço ocupado distribui-se por três plataformas onde se dispersam cerâmicas de fabrico indígena, *tegulae*, *dolia*, fragmentos de ânforas, mós manuais, imbríces, escória de fundição e algumas prisões de gado. A abundância de vestígios cerâmicos estende-se da Cividade até à zona de vale, junto ao rio Lima. A importância do sítio pode ser aferida, por um conjunto vasto de dados (Figura 17).

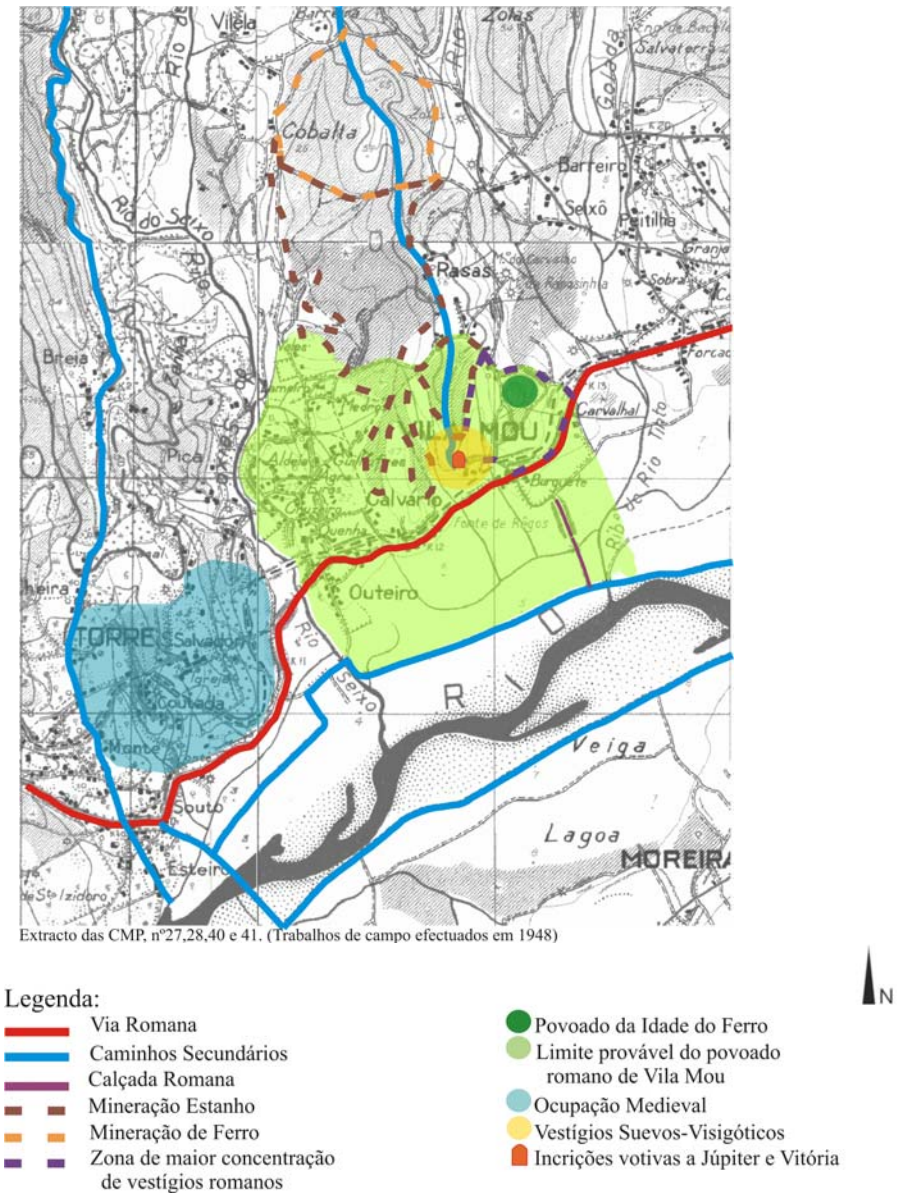


Figura 17. Distribuição dos vestígios conhecidos na área de Vila Mou

Na Quinta da Torre (ID 16093704), localizada na vertente sul da Cividade de Vila Mou, noticia-se o aparecimento de uma necrópole. Em 1892, na demolição da igreja paroquial de Vila Mou (ID 16093703), apareceu uma ara dedicada a Júpiter onde se leu: RVFI. GRO/VIVS. VOTV/M. IOVI. OP/TIMO. M/AXIMO. Com a ara apareceram, ainda, alguns capitéis identificados como visigóticos, uma inscrição a *Victoriae* (entretanto desaparecida), para além de pedras aparelhadas. Junto à referida igreja, nos terrenos do passal, recolheram-se fragmentos de cerâmica de construção romana, cerâmica comum e fustes em granito. A exploração mineira está testemunhada na zona de exploração de estanho em Rasas (ID 16093701), a algumas centenas de metros do Monte da

Cividade, onde foi encontrada uma lucerna (Rasas de Cima) e na Mata de Vila Mou (ID 160937), local onde se explorou, também, o estanho. Situada no cruzamento de algumas vias secundárias romanas e a cerca de 9 km da Via XIX, este aglomerado foi um ponto importante de exploração mineira, tanto de estanho como de ouro (nos rios Seixo e Tinto) e o seu posicionamento num nó viário privilegiado leva-nos a considerá-lo como um *vicus*.

C**abeço de Leijó**, Ponte da Barca

O sítio localiza-se numa chã da vertente norte da Serra Amarela, virada ao rio Lima. Trata-se de um aglomerado de grandes dimensões, ocupado desde a época romana até à Alta Idade Média / Reconquista. As escavações aí realizadas[42] puseram a descoberto amplas habitações de traçado quadrangular. São visíveis plataformas artificias e alinhamentos de muros e habitações. No Castelo do Lindoso (ID 16061201) foi recolhida uma dedicatória a Hércules que poderá, na nossa opinião, ser interpretada como um pedestal de estátua. Para além deste monumento, encontra-se aí depositada uma estela com representação de uma figura togada, sendo admissível que ambos os monumentos tenham vindo de Cabeço de Leijó.

O conjunto de locais que podemos identificar como *vici* permitem afirmar a sua importância na rede do povoamento da região como entidades que criaram novas centralidades e ajudam a compreender mais claramente a nova organização da paisagem, na vasta região em análise.

A grande maioria dos sítios assinalados tem uma articulação directa com os eixos viários, muito embora essa funcionalidade não esgote a caracterização dos *vici* aqui inventariados.

A divisão dos *vici* em quatro categorias (portuários, termais, estações viárias e *vici* de carácter plurifuncional, onde domina a vertente artesanal e comercial), utilizada para a região de Loire por Michel Provost (1993: 138), pode ajudar a orientar uma primeira leitura destes aglomerados. No entanto, na maioria dos casos, os *vici* terão tido na região em análise, seguramente, mais do que uma função. Daí que o termo "plurifuncional", que M. Provost criou para distinguir os aglomerados ligados a funções comerciais e artesanais, se possa aplicar à maioria dos *vici* da região.

42 Escavações dirigidas por Luís Fontes, a quem agradecemos as informações.

A esta plurifuncionalidade deve acrescentar-se uma variação significativa de dimensões e morfologia dos *vici*. Os avanços arqueológicos efectuados sobre o tema, em particular na Gália e *Britannia*, têm permitido verificar uma enorme variedade morfológica deste tipo de aglomerados (Pérez Losada 2001)[43], situação que certamente, também, terá ocorrido nesta região.

No que toca aos *vici rurais*[44] a informação compilada por M. Tarpin (2002) demonstra que este tipo de aglomerado é muito comum na época romana, particularmente nas zonas onde, por razões variadas, o Estado romano tinha necessidade de controlar de perto os territórios e, em particular, a rede viária.

Na Hispânia a maioria das menções epigráficas a *vici* situa-se, precisamente, na região mais ocidental, ocorrência que, segundo M. Tarpin, poderá ter a ver com o controle das regiões mineiras.

A realidade arqueológica aqui em análise permite acrescentar alguns novos dados à perspectiva "epigráfica". A variedade de aglomerados deste tipo inclui *vici* com funções de exploração mineira, *vici* ligados ao aproveitamento das propriedades salutíferas e sagradas das fontes termais e outros com funções portuárias.

O controle da rede viária parece ser um factor fundamental na implantação destes aglomerados mas, acima de tudo, eles parecem ter cumprido um papel fulcral no ordenamento do território e na sua romanização. De facto, muitos destes *vici* poderão ter exercido funções de capitalidade administrativa, o que assegurou um processo muito particular de implantação e coesão territoriais.

---

43 F. Pérez Losada apresenta uma síntese da morfologia dos "aglomerados secundários" com base nos trabalhos feitos por Burnham e Wacher (1990) para a *Britannia*; Brulet (1994) para Valonia-Luxemburgo e Tassaux (1994) para a *Aquitania*. O trabalho destes autores permite, para além disso, conhecer a variedade considerável de arquitectura doméstica encontrada nestes aglomerados (Pérez Losada 2001: 41, 43-48).

44 O termo *vicus* rural permite distingui-lo dos *vici* urbanos, muito comuns em Roma e que têm um sentido de bairro de uma cidade. O termo pode ainda significar um "bâtiment urbain", isto é, um lote dividido em apartamentos, distinto do termo *insula*, que se aplica a um quarteirão. Por sua vez, o *pagus*, por longo tempo associado na historiografia aos *vici*, pode definir-se como uma circunscrição territorial, topograficamente definida, com um importante papel censitário. Sobre esta questão veja-se a obra de M.Tarpin (2002).

Finalmente, importa realçar o facto de a maioria destes aglomerados ser de fundação *ex novo*, que em muitos casos resulta de uma deslocação para as vertentes e vales dos habitantes de antigos povoados fortificados, num processo que se assemelha a situações observadas por F. Pérez Losada para a região da Galiza (2001). Interessa confrontar esta constatação com a polémica relativa à teoria das origens indígenas deste tipo de aglomerados.

O indigenismo dos *vici*, particularmente discutido para a região da Gália, corresponde à ideia de que estes representam a sobrevivência de povoados pré-romanos. A continuidade cultural é, por exemplo, sugerida pelos defensores da teoria indigenista, na menção de César, quando descreve o *habitat* da Gália nas categorias de o*ppida, vici e aedificia*. Escorado na distribuição epigráfica de menções a *vici*, maioritariamente representada na Gália e na Germânia, o fenómeno dos *vici* é visto como uma adaptação ao fundo céltico destas províncias (Picard 1986; Buchsenschutz 1994; Metzler 1994).

A questão do indigenismo parece-nos ultrapassada pelos trabalhos mais recentes sobre o tema. Socorremo-nos aqui das palavras de F. Pérez Losada quando afirma que: "este "indixenismo" característico dos *vici* en absoluto implica unha obrigatoria orixe prerromana do hábitat dado que, de feito, a meirande parte deles son implantacións *ex novo* xurdidas em plena época romana" (Pérez Losada 2001: 32).

Não é necessário justificar um fenómeno relativamente óbvio – o facto dos habitantes dos *vici* serem em grande parte de origem indígena - com base numa pressuposta continuidade cultural. Esta ideia é eficazmente sintetizada e ampliada, de forma incisiva, por Michel Tarpin: "Est-se (...) qu'il n'y a pas de trace des cultures pré-romaines dans les *uici* et les *pagi*? Certes non; bien des *pagi* (...) correspondent au territoire occupé par une communauté avant l'organisation romaine, et les *uici*, bien souvent, ont une population d'origine indigène. Mais ni les *uici* ni les *pagi* n'ont pour fonction d'assurer une continuité culturelle au nom d'un quelconque «droit à la différence», parfaitement anachronique. Leur rôle, bien au contraire, est de formaliser la possession du sol et l'intégration des individus dans un ensemble administratif et culturel fondé sur la suprématie de Rome" (Tarpin 2002: 245).

4. As *villae*: problemas de identificação

Apesar das mais de 60 referências a eventuais estabelecimentos rurais que podem integrar-se na categoria de *villlae*, a grande maioria delas reporta-se a achados de superfície, sendo raros os casos de *villae* efectivamente escavadas.

A imagem com que se fica é de um vazio de conhecimentos relativamente a uma parte crucial da implantação romana na região, relacionada com a exploração da paisagem rural. Daí que a grande questão é saber quais as condições que actualmente temos para fazer uma síntese credível sobre os padrões e a evolução das *villae* e obter, a esta escala de trabalho, uma ideia mais abrangente do povoamento rural romano e da sua distribuição.

Procederemos, neste sentido, da seguinte forma, relativamente aos dados disponíveis.

Em primeiro lugar apresentaremos um inventário das *villae* onde se tem em conta unicamente os sítios que obedecem a uma combinação de elementos, que tal como foi definido no capítulo 1, incluam achados de cerâmica romana (*tegulae*, cerâmica comum e/ou outra) associados a elementos arquitectónicos com ou sem epigrafia. Os critérios de classificação baseados na associação de elementos como a posição topográfica, a toponímia ou o tipo e a quantidade dos materais cerâmicos, serão avaliados nos capítulos 4 e 5.

O presente inventário reduz, assim, de forma considerável o número total de locais que têm sido apontados nesta categoria. Uma rápida análise à tabela e ao cartograma produzido revela, de qualquer forma, algumas indicações (Mapa 10, Vol. III)

Tabela 6. *Villae* no Entre-Douro-e-Minho

ID	Sítio	Concelho	Caracterização
3020104	Paço	Barcelos	Inscrição funerária Muros
3026501	Assento	Barcelos	Elementos arquitectónicos
3028301	Assento	Barcelos	Elementos arquitectónicos
3028602	Paco-Vila Cova	Barcelos	*Villa* escavada Necrópole
3030103	Adaúfe-Igreja	Braga	Elementos arquitectónicos Epígrafe votiva Epígrafe funerária
3031001	Dume-Igreja	Braga	*Villa* escavada
3031201	Espinho-Igreja	Braga	Epígrafe funerária
3031301	Esporões-Igreja	Braga	Epigrafia votiva Marco de propriedade
3031901	Gualtar	Braga	Elementos arquitectónicos Epígrafes funerárias (duas)
3032301	Lomar	Braga	Epígrafes funerárias (duas)
3032904	Pinhel-Pateira	Braga	Elementos arquitectónicos
3033101	Outeiro de S.Sebastião	Braga	Elementos arquitectónicos Tesouro
3034603	Coturela-Parretas	Braga	Elementos arquitectónicos Muros
3035301	Santarão	Braga	Elementos arquitectónicos Moedas Muros
3060201	Vila Mendo	P. Varzim	Elementos arquitectónicos Muros Necrópole
3061301	Linhariça	Esposende	Elementos arquitectónicos Muros
3086402	Abação	Guimarães	Elementos arquitectónicos Inscrição funerária Necrópole
3091501	Via Cova	P. Lanhoso	Escavada a *pars rustica* da *villa*

3121001	Castelões	V.N. Famalicão	Colunas Elementos arquitectónicos
3121301	Perrelos	V.N. Famalicão	Edifícios que incluem *balneum* *Villa* ou *vicus*?
13071202	Urrô, Casa da Babilónia	M. Canaveses	Cerâmica comum Elementos arquitectónicos Mós T*egulae*
13013801	Vilarinho, Vila Caiz	Amarante	Cerâmica de construção Edifício Necrópole de incineração Sigillata hispânica
13072702	Casa do Outeiro	M. Canaveses	Alicerces Elementos arquitectónicos
13101701	Parada Todeia	Paredes	Alicerces Mosaicos Necrópole
13111701	Outeiro	Penafiel	Elementos arquitectónicos
13131001	Martim Vaz	P. Varzim	*Villa* escavada
13140303	Sobre Sá (Alvarelhos)	Santo Tirso	Inscrição Elementos arquitectónicos Bronzes figurativos
13161102	Paiço	Vila do Conde	Alicerces *Columbarium* Mosaicos Tesouro monetário
13162801	Vila do Conde	Vila do Conde	Mosaicos Necrópole
13160103	Caxinas	Vila do Conde	Estruturas escavadas que poderão identificar-se com uma *villa,* associada a uma necrópole.
16100404	Stª Luzia, Covas	V.N. Cerveira	Cerâmica comum Cerâmica de fabrico indígena *Dolia* Fragmentos de ânfora, Pedras almofadadas Sigillata hispânica *Tegulae*
16070701	Quinta do Paço, Beiral do Lima	Ponte de Lima	Edifício de proporções e planta desconhecidas Sigillata Cerâmica comum Necrópole inumação e incineração

16071605	Paço/Travasselas	Ponte de Lima	Capitel toscano Cerâmica de construção Pedras aparelhadas
16071818	Prazil, Facha	Ponte de Lima	Cerâmica comum romana Cerâmica de construção Cerâmica de fabrico indígena Pedra de construção Pesos de tear
13080302	Lavra	Matosinhos	Cerâmica de construção e doméstica, Cetárias Fragmentos de escultura de mármore, Fustes de colunas, Mosaicos
16050901	Nª Srª do Livramento	P. de Coura	Cerâmica comum romana Cerâmica de fabrico indígena Colunas, Mós manuais Muros Sigillata *Tegulae*
16050801	Moimenta, Formariz	P. de Coura	Cerâmica de construção romana Moedas Necrópole
16071804	Quinta do Paço Velho	Ponte de Lima	*Villa* escavada
16073204	Boudilhão	Ponte de Lima	Casas circulares Elementos arquitectónicos Forno cerâmico
16071605	Paços/Travasselas	Ponte de Lima	Elementos arquitectónicos Muros
16090104	Baganheiras	V. Castelo	Alicerces Elementos arquitectónicos Tesouro monetário
16093002	Igreja(Geraz do Lima)	V. Castelo	Elementos arquitectónicos Necrópole romana Vestígios de habitação circular

Obs.: Em destaque, estão assinaladas as *villae* escavadas.

A distribuição dos achados tende a assinalar, sem que possamos saber se isso corresponde efectivamente a algum padrão, duas localizações preferenciais: um conjunto de *villae* junto à orla costeira e um outro que se concentra nas zonas de vales abertos. A região correspondente ao cordão montanhoso que separa o Entre-Douro-e-Minho de Trás-os-Montes está,

aparentemente, ausente nesta distribuição de estabelecimentos. Os vestígios são muito escassos, impedindo estabelecer, desde logo, alguma hierarquia do tipo, dimensão e cronologia dos sítios.

No entanto, podemos afirmar que as *villae* costeiras têm funções de exploração dos recursos marinhos, patente nos equipamentos ligados aos preparados de peixe e parecem distribuir-se espaçadamente, em intervalos mais ou menos regulares, tanto quanto é possível, neste momento, sugerir.

As *villae* localizadas em zonas de vale, por seu turno, possuem em comum uma implantação em zonas de vertentes suaves e com boa exposição solar, dominando espaços agrícolas férteis e junto a linhas de água. A concentração na região entre os rios Lima e Ave, enquadra-se no padrão geral da maior densidade de povoamento deste espaço desde a Proto-História, sendo ainda de salientar a atracção exercida por *Bracara Augusta.*

Passemos à descrição sucinta das *villae* escavadas.

Dume, Braga.

Aqui foi identificada uma grande *villa* romana, de que se conhecem alguns muros da parte residencial e um edifício termal. Para Luís Fontes as epígrafes funerárias encontradas nesta zona devem associar-se à necrópole de Carquemije, possivelmente a necrópole da *villa* (Fontes1987; Fontes 1991-1992) (cfr. cap. 4).

Alto de Martim Vaz, Póvoa de Varzim.

Villa cuja planta não pôde ser recuperada na sua totalidade, que possuiria equipamentos destinados à produção de preparados de peixe. A *villa* terá conhecido duas ocupações sendo uma delas de fins do século I d.C. e a outra mais tardia (cfr. cap. 5).

Caxinas, Vila do Conde

O conjunto de estruturas identificado em Caxinas, a partir de escavações realizadas pela UAUM, em 1980 permitiu identificar vestígios de um edifício associado a uma necróple. Os materiais de construção do que é possível entender como edifício principal são pobres: muros e alicerces toscos e pavimentos de terra batida. Os materiais mais antigos são cerâmicas de fabrico

indígena e fragmentos de ânforas Haltern 70, o que nos indica uma ocupação inicial entre finais do século I a.C e inícios do I d.C.. Para além destes indicadores a cronologia dos materiais aparecidos quer num poço junto ao edifício, quer na necrópole contígua permitem estimar uma ocupação do local entre finais do século I a.C. e o século IV[45].

Via Cova, Póvoa de Lanhoso[46].

A *villa* romana de Via Cova, situa-se no lugar de Cimo da Vila, num pequeno vale encaixado, junto à ribeira de Pregal. Os seus limites naturais são claramente identificáveis: a oeste pelos contrafortes da Serra do Carvalho, a leste e nordeste pelas elevações correspondentes ao monte de S. Pedro e Castro de Lanhoso e, a sul, pela já citada ribeira do Pregal. Em 1990 foram realizadas escavações, num terreno onde estavam em curso obras para a construção de uma habitação. A área escavada permitiu identificar uma ala de um edifício, com a largura de 6 m, definida por dois muros. Esta ala encontra-se compartimentada e desenvolve-se em seis divisões frente ao que parece ser uma área aberta e pavimentada, correspondente a um pátio. A parte da construção identificada possui uma orientação NO/SE e desenvolve-se para NE de um dos muros , o qual encosta à areia de alteração granítica, rebaixada para encaixar a construção, situação que favoreceu a preservação das paredes que chegam a atingir 1,30 m de altura. No relatório das escavações então elaborado afirma-se que, tendo em conta as características dos muros e outros dados encontrados, esta estrutura corresponderá a uma remodelação de uma construção anterior, cuja morfologia foi impossível de restituir. Neste relatório conclui-se que, dadas as características dos compartimentos e o espólio encontrado, a construção definida teria tido um carácter multifuncional que serviria para armazenagem de alimentos e de utensílios agrícolas. Entre outro espólio, foram encontradas as bases de grandes *dolia* e uma pia de pedra, para além de mós e um excelente conjunto de objectos de ferro de clara vocação agrícola. Assim, concluiu-se que a zona escavada corresponderia à parte rústica de uma *villa* do século I, que sofreu uma remodelação na primeira

45 As escavações foram dirigidas por F. Sande Lemos e M. Delgado, a quem agradecemos o acesso aos relatórios de escavação, bem como ao material cerâmico exumado e depositado no Museu D.Diogo de Sousa.

46 As escavações foram dirigidas por Manuela Martins, a quem agradecemos o acesso à documentação produzida.

metade do século IV d.C.[47]. Tudo parece indicar uma permanência de ocupação até ao século VI d.C., tendo em conta a cronologia de fragmentos de cerâmica paleo-cristã cinzenta. A identificação, em finais de 1999, a cerca de 100 metros do conjunto escavado, de muros e de elementos de arquitectura, nomeadamente um capitel coríntio, retirados de níveis que se encontravam a grande profundidade permitem situar aqui a *pars urbana* da *villa,* reforçando a interpretação do local escavado em 1990 como a parte rústica da mesma. A confirmarem-se as hipóteses colocadas relativamente a este segundo local, estaremos perante uma típica villa romana com *pars rustica* e *pars urbana*, beneficiando de um excelente posicionamento, quer em termos de recursos ambientais, quer pela proximidade em relação à Via XVII do Itinerário de Antonino que a ligaria, facilmente, a *Bracara Augusta*.

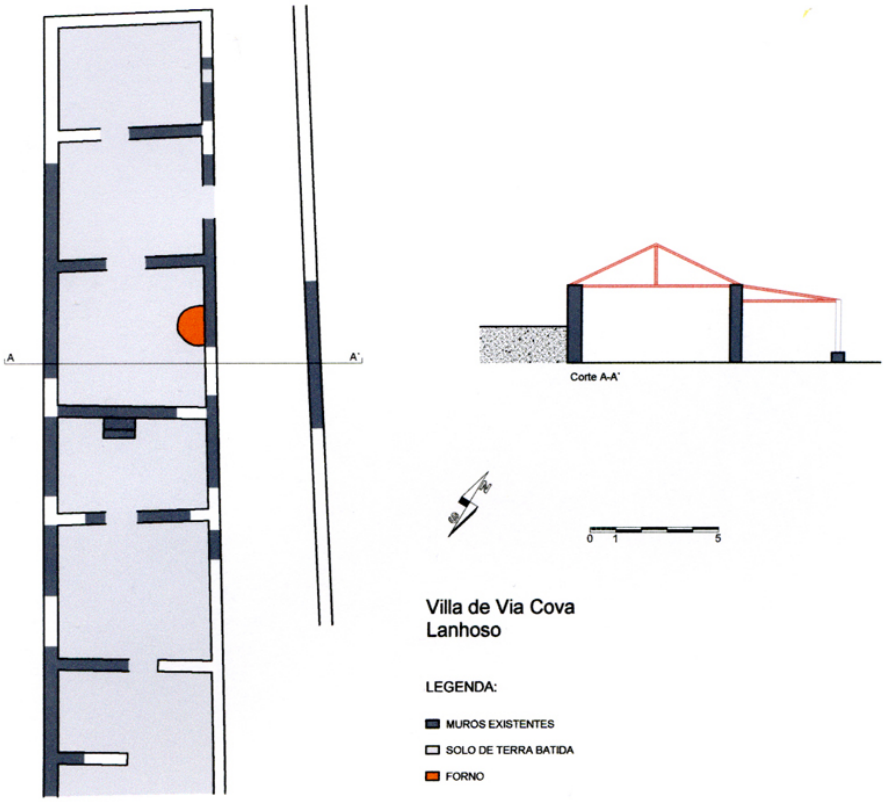


Figura 18. Planta de Via Cova, segundo M. Martins.

[47]A cronologia precisa de fundação da *villa* permanece por esclarecer, uma vez que, por motivos alheios à responsável da escavação, esta teve que ser interrompida.

Quinta do Paço Velho, Ponte de Lima.

A *villa* fica situada na encosta meridional do castro de Santo Estevão da Facha, numa pequena colina de vertentes suaves. As escavações aí realizadas revelaram um conjunto de compartimentos, com paredes de 50cm de largura, que poderia organizar-se em torno de um peristilo de que se escavou o *impluvium*. Deste local procederá, certamente, um capitel toscano encontrado no decurso das escavações e talvez alguns outros encontrados, sem contexto, em locais próximos. A maioria dos compartimentos é rectangular e pavimentada com tijoleira. A presença de cerâmica de fabrico indígena, embora escassamente representada, indica uma primeira ocupação de finais do século I a.C / inícios do I d.C., que pode ter ocorrido no local do edifício propriamente dito ou nas suas imediações (Almeida 1996). O material cerâmico exumado é abundante e variado: cerâmica comum romana, *dolia*, ânforas, bracarenses, imitação de sigillatas, pesos de tear e ainda cerâmica aparentada à paleo-cristã e uma placa de cinturão com inscrição datada do século V. Durante este largo período a *villa* sofreu remodelações, pelo menos em parte do edificado. A esta *villa* estará associada uma necrópole no lugar de Bouça da Gateira, onde apareceram cerca de uma dezena de túmulos, com tipologia variada, desde os de secção triangular e feitos de tégulas e ímbrices até aos enterramentos em caixão de pedra ou madeira e, ainda, os abertos no saibro sem qualquer espólio.

Paço-Vila Cova, Barcelos.

O local forneceu cerâmica de fabrico indígena em grande quantidade, e estruturas de finais do século I. a.C. e inícios do século I d.C. O primeiro edifício sofreu algumas remodelações no Alto Império e transformações consideráveis no século IV d.C, altura em que se constrói um edifício termal. O local possuiu ainda um edifício visigótico, cujos muros se encontravam ao nível dos alicerces, tendo conhecido também uma ocupação medieval. Ligada à *villa* romana existiria ainda uma necrópole (cfr. cap. 5).

Vila Mendo, Póvoa de Varzim.

No local de Vila Mendo exumou-se um edifício rectangular que faria parte de uma *villa* considerando o aparecimento de materiais cerâmicos de construção e domésticos, dispersos por uma vasta área (cfr. cap 5).

Do inventário das eventuais *villae* e da descrição sumária das que foram escavadas podemos retirar as seguintes ilações.

Antes de mais, as poucas escavações efectuadas continuam a não fornecer dados suficientes sobre o edificado, sendo impossível conhecer as suas partes constituintes.

Para além deste problema, mantemo-nos na impossibilidade de atribuir a muitos dos sítios referenciados pelos achados o estatuto de *villae*, realidade comum a grande parte dos locais só conhecidos por vestígios de superfície, mas também a sítios escavados como é o caso de Vila Mendo e, mesmo, Caxinas.

Nesta circunstância, continuamos numa situação de balanço entre dois preconceitos: o de forçar a classificação de um sítio como *villa* a partir de elementos inconclusivos ou o de rejeitar a eventualidade de estarmos perante indícios de *villae*, pela ausência de atributos considerados como absolutamente incontornáveis na sua categorização, problema já abordado no capítulo 1.

Os dados aqui presentes aconselham a investigações mais direccionadas e sistemáticas sobre o território, sem perder de vista que as *villae*, por si só, não são a única entidade reguladora do povoamento rural.

Tocamos, com esta questão, o material, o problema incontornável da continuidade das *villae* na matriz territorial do Entre-Douro-e-Minho.

A síntese esboçada por Alberto Sampaio (1979) sobre este tema levanta mais dúvidas do que certezas, mas a intuição deste autor continua a ser estimulante ao considerar que as *villae* romanas constituem um elemento fundamental na identidade da paisagem e do povoamento do Norte de Portugal.

Jorge Alarcão, numa crítica global da tese de Albero Sampaio, questiona essa continuidade, começando por se interrogar se as *villae* foram "uma forma comum de propriedade no Noroeste romanizado" (Alarcão 1980: 174). Com base nas evidências de *villae* disponíveis nos finais dos anos setenta do século passado, , utilizando critérios de aferição do que poderia ser entendido como tal, pouco adaptados à realidade da região, este autor levantou questões que ainda hoje estão por esclarecer.

Manuela Martins, na sequência desta problemática, ensaiou uma tentativa de adequar a aferição das *villae* à realidade arqueológica da área em estudo, tal como já referimos no capítulo 1. Propõe, assim, que se utilize o termo de *villae* "para designar edifícios no campo, construídos segundo um modelo arquitectónico romano, com vocação agro-pecuária" (1995: 97), salvaguardando a hipótese de as *villae* desta região poderem ter uma área construída de reduzidas dimensões e *fundi* igualmente mais reduzidos do que noutras regiões.

O elenco descritivo das *villae* escavadas e dos restantes indícios não permite acrescentar muito mais a esta hipótese. Não nos é possível, ainda, esboçar qualquer tentativa de síntese sobre a arquitectura ou a dimensão média dos edificados, questão que se aplica, naturalmente à dimensão das propriedades.

Já no que diz respeito à cronologia de implantação destes estabelecimentos, parece ser possível ultrapassar a clássica ideia da sua fundação tardia. De facto, os dados recolhidos permitem adiantar que o gérmen da maioria destas explorações remonta a inícios do século I, dado claramente atestado pela existência de cerâmicas de fabrico indígena na grande maioria dos locais escavados. Tal processo poderá ter implicado, pelo menos em dois casos - Paço-Vila Cova, Barcelos; Quinta do Paço Velho, Ponte de Lima -, um primeiro momento de ocupação em casas de formato circular em tudo semelhantes às dos castros[48], que estariam na origem das futuras *villae*.

O interface entre os povoados fortificados e as *villae* ou outros estabelecimentos agrícolas parece ter sido inevitável e precoce. Durante um período de tempo, que podemos situar na primeira metade do século I, as formas de ocupação indígenas e as novas formas de ocupação romanas, nomeadamente as *villae,* coexistiram num processo de interacção e de mobilidade da população indígena. Por sua vez, a instalação das *villae* implicará o redimensionamento dos espaços de ocupação do território e da

[48] Mais uma vez, esta questão levanta problemas de cronologia dos materiais e construções "indígenas", pois será necessário averiguar a datação precisa quer das habitações quer dos materais encontrados.

privatização da terra, processos que se terão desenvolvido com modalidades e ritmos certamente variados.

A cronologia de abandono das *villae* parece situar-se em finais do século V e VI, embora este dado não seja, de forma alguma, generalizável.

Se no caso da *villa* de Dume a continuidade de ocupação se pode explicar pela proximidade relativamente a Braga e pelo seu estatuto particular na reconfiguração do espaço no período tardo-antigo e medieval, nomeadamente pelo papel assumido por S. Martinho em meados do século VI, já a ocupação suevo-visigótica e medieval na *villa* de Paço-Vila Cova, Barcelos, nos obriga a reservas quanto à cronologia sugerida para o abandono das *villae.*

Este assunto exige, por seu turno, uma atenção muito particular que importa cruzar com outras fontes de informação, nomeadamente históricas. sobre. Luís Carlos Amaral, no quadro de análise do povoamento medieval desta região, chama a atenção para a continuidade terminológica do termo *villae* na Idade Média, observando, na esteira de outros autores, que o termo *villa* é objecto de sucessivas simplificações terminológicas que escondem, no limite, realidades funcionais completamente distintas (2007: 163-164). Curioso é observar que o termo *villae*, no horizonte dos séculos XI e XII, prefigura aquilo que o autor chama um "processo de individualização crescente do espaço", cujo efeito mais visível é um gradual parcelamento da propriedade.

Sendo impossível elaborar sínteses sobre este tema ou resolver muitas das questões relativamente à dimensão e arquitectura das *villae* uma das possibilidades de trabalho é o de tentar uma articulação destes vestígios com outras entidades de ocupação do espaço, tarefa só possível a outras escalas, e que tentaremos efectivar nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 4
MODELAÇÃO DAS PERIFERIAS DA CIDADE DE *BRACARA AUGUSTA*

"A cidade (...) configura-se como sistema simultâneo vivente de todas as suas precedências. Essa simultaneidade estratificada é sustida sistematicamente. Se não tivesse uma vida própria e um princípio organizador, não poderia manter, conter e transmitir, aumentando-os continuamente, todos os vestígios que lhe são próprios, juntos e eternamente", A. Gnisci, "Roma como sistema de ruínas", in *Leonardo Express*, Coimbra, 2004, pp. 61-83.

Introdução

A criação de *Bracara Augusta* insere-se num processo de controle do território do Noroeste da Hispânia e de implantação de um novo quadro político-administrativo na região, no qual a *urbs* desempenhou um papel fulcral.

Numa paisagem onde o fenómeno urbano era desconhecido, os contornos de inserção territorial de uma cidade, bem como a sua evolução impõem-se, naturalmente, como um problema específico de investigação, desencadeando um questionário direccionado: Qual o papel exercido pela cidade na definição dos "vectores" estruturantes de organização da paisagem, condicionando os territórios envolventes? De que forma as matrizes e evolução do mundo rural interferem no desenvolvimento e expansão da cidade? Em que medida se interligam os dois mundos e se explicam os processos decorrentes dessa interacção?

A tradição da investigação cria, por uma tendência quase natural, vários "questionários" onde as cidades surgem quase invariavelmente sobrepostas ao seu território. De facto, o levantamento das marcas de povoamento rural e a sua cartografia rigorosa não constituem tarefas simples. Por outro lado, pese embora o cuidado colocado nos trabalhos de prospecção realizados, os resultados decorrentes nem sempre se revelam fiáveis, tanto em termos de caracterização rigorosa dos sítios como da avaliação cronológica dos mesmos.

Assim, a tarefa de correlacionar uma cidade com a área rural envolvente arrisca-se, de facto, a criar um mapa com poucas entidades “tipologicamente estáveis", conferindo ao centro urbano um papel de destaque relativamente ao restante povoamento. O desequilíbrio referido, produto, antes de mais, de desfasamentos de investigação parece-nos evidente. Conseguir uma plataforma de análise equilibrada entre a necessária apresentação dos vestígios conhecidos e superar os desfasamentos de informação entre o mundo urbano e o rural representam o principal objectivo deste capítulo.

A área em estudo insere-se, numa área em torno da cidade com cerca de 19,5 Km N/S, por 23 km Este/Oeste (cfr. Capítulo 1, alínea 1.2. e Mapa 11, Vol. III).

O capítulo estrutura-se a partir de um enquadramento geomorfológico sucinto da área em estudo. No que respeita às linhas mestras do quadro natural da envolvente de *Bracara Augusta*, prescindimos das descrições detalhadas, remetendo-se para a bibliografia da especialidade e para as várias sínteses já elaboradas por outros autores em trabalhos de arqueologia do povoamento, as descrições de pormenor relativas à geologia, à tectónica ou às condicionantes climáticas desta região (Martins 1990; Pereira 1992; Ferreira *et alii* 2000).

Procede-se, depois, à análise da rede viária principal que se articula com a implantação da cidade, de modo a distinguir os principais itinerários que a articulavam com outras cidades da Hispânia.

Apetrechados com estes dados, concentramo-nos numa observação, necessariamente sintetizada, dos circuitos antigos de povoamento, através da cartografia da distribuição dos povoados fortificados de matriz indígena e da avaliação das alterações registadas nos seus eventuais territórios de influência. Interessámo-nos, igualmente, em avaliar os processos de continuidade, retracção ou abandono dos povoados pré-romanos sob o impacte da romanização.

Definido um quadro do povoamento antigo, a nossa atenção deslocou-se para a identificação e descrição das entidades de povoamento de matriz romana que abrangem os *vici*, as *villae* e outros aglomerados populacionais ou os simples indícios de ocupação de cronologia romana.

Articulando os dois quadros de observação referidos, analisa-se a envolvente da cidade no seu conjunto, tentando obter uma ideia mais clara das diferentes áreas de ocupação em torno de *Bracara Augusta*. Um dos objectivos deste capítulo constitui a análise do parcelamento rural, o que nos levará a apresentar uma proposta de reconstituição hipotética do cadastro romano.

1. Enquadramentos de análise

O local onde se implantou a cidade de Braga corresponde a uma plataforma com a altitude máxima de 200 metros, situada no interflúvio dos rios Cávado e Este, afluente do Ave.

Uma série de relevos significativos desenha uma espécie de contorno semicircular, situado a sul do rio Cávado, que enquadra a dita plataforma, cujas altitudes máximas se centram entre as curvas de nível dos 500 e 600 metros. Entre as altitudes referidas e aquelas que caracterizam as áreas menos elevadas, situadas entre os 20 e os 60 metros, configura-se uma região de relevos contrastantes (Teixeira e Medeiros 1973), no meio da qual se dispõe a plataforma ocupada pela cidade e pelas veigas circundantes.

Os rios da região seguem, nos seus cursos dominantes, as fracturas estruturantes do relevo (cfr. Mapas 11 e 19, Vol. III).

O vale do rio Cávado e os respectivos afluentes apresentam uma alternância entre alvéolos de erosão, vales fluviais e relevos acentuados, tal como o vale do Ave, sendo o seu principal afluente - o rio Este - uma das linhas hidrográficas de referência na região. A origem tectónica destes vales justifica o aparecimento de águas minerais, factor a ter em conta numa caracterização deste espaço, dada a importância de que se reveste, na época romana, a utilização de fontes termais, usadas para instalação de balneários.

Elemento fundamental na estrutura geomorfológica da região é o rio Cávado, que conta, a montante, com um outro importante curso de água: o rio Homem. Até Barcelos, o rio espraia-se no sentido NE/SO. Aí inflecte na direcção E/O, terminando o seu curso com uma orientação N/O. Obedecendo às condicionantes do terreno, este importante curso de água corre, ora

apertado, ora estreito, ora largo e com margens baixas. Perto da região de Braga, apresenta um vale aberto e constitui uma das entidades naturais que sempre estruturou a paisagem e nos ajuda a explicar a ocupação humana do território. A par da rede hidrográfica principal, a região é drenada por uma intensa rede de linhas de água, constituída pelos seus afluentes e sub-afluentes, que seguem orientações transversais e que explicam, tanto a fertilidade da terra, como as orientações dominantes que encontramos no parcelamento rural.

Do ponto de vista geológico este território é dominado por rochas graníticas e pela ocorrência de algumas rochas metassedimentares. A estas diferentes litologias e à sua relação com os agentes de geodinâmica externa, correspondem algumas variações morfológicas (Ferreira *et alii* 2000). As variações do relevo ligam-se directamente com a tectónica, pois a fracturação hercínica NNE/SSW e NW/SE marcou definitivamente, quer a litologia, quer o relevo da região. Posteriormente, os movimentos alpinos criaram uma outra rede de fracturas ENE/WSW. Às últimas fases da fracturação hercínica deve-se a instalação sucessiva de uma grande variedade de granitóides, que correspondem a mais de 80% du suporte rochoso da área. A região apresenta ainda rochas filoneanas de composição variada. Dentro destas, os filões de quartzo, relativamente escassos na área, possuem, nalguns casos, mineralizações associadas, designadamente de estanho, o qual terá sido certamente explorado, quer em época pré-romana, quer romana.

O substrato rochoso granítico dominante forneceu um material de construção de primeira grandeza às comunidades da região de Braga, tendo sido intensamente explorado ao longo do tempo.

Deve ainda registar-se a ocorrência de importantes áreas de barreiros (Ferreira *et alii* 2000), cujas argilas foram objecto de exploração sistemática. Na época romana, é seguro o aproveitamento das argilas da região do médio Cávado, explorado em torno da zona de Prado, Cabanelas e Ucha, sendo igualmente certa a exploração de caulinos presentes na zona litoral, estes últimos usados na produção de cerâmica fina (Morais 2005).

Intensamente povoada, a região sofreu, nas últimas décadas, profundas intervenções quer ao nível de infraestruturas públicas quer de inúmeros empreendimentos urbanos. Se dúvidas houvesse bastaria consultar os

fotogramas aéreos que permitem uma rápida compreensão do crescimento exponencial da cidade e das alterações no meio envolvente, a tal ponto que é difícil fazer equivalências entre a cidade representada nos fotogramas de 1950 e as imagens de satélite actuais. Nos fotogramas de 1950 ou, de forma ainda mais clara, nos de 1938, o mundo rural parecia ainda invadir a cidade, não sendo clara a definição dos limites entre ambos. A dificuldade mantém-se nas imagens actuais, mas por razões inversas. De facto, a cidade parece estar a "consumir", com muita rapidez, o seu tradicional espaço rural, facto que torna muito difícil a avaliação das características da organização do território que sobreviveu ao longo dos tempos até há poucas décadas, hoje apenas perceptíveis pela cartografia e fotografia aérea mais antigas.

2. Entidades e relações

2.1. A rede viária e as necrópoles

2.1.1. Os itinerários principais

A estruturação de uma rede viária articulada constitui um processo decisivo na organização da paisagem. Funcionando como um esqueleto, as vias garantiam, na época romana, a defesa e afirmação do poder de Roma sobre os territórios conquistados, estabelecendo ligações, a escalas variadas, entre os principais aglomerados populacionais (Chevallier 1997). Articulavam núcleos urbanos e regiões, mas promoviam, também, a ligação entre as cidades e os territórios adjacentes. As vias constituem, portanto, uma das principais entidades reguladoras da paisagem e das relações cidade-campo (Mapa 13, Vol. III).

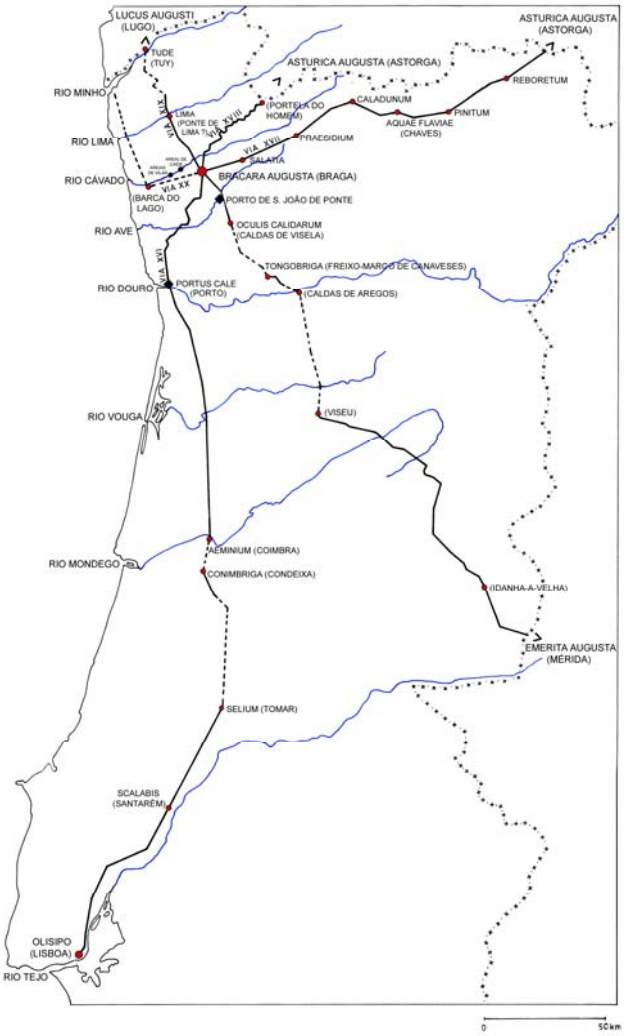


Figura 19. Rede viária e fluvial a partir de *Bracara Augusta* (Morais 2005: 61)

A região onde se instalou *Bracara Augusta* apresenta condições para ter sido uma zona de confluência de rotas de circulação proto-históricas e é nessa suposição que podemos entender a hipótese sugerida por Alain Tranoy (1981) do local de fundação da futura cidade romana ter sido usado como ponto de encontro das comunidades indígenas da região.

A identificação nas escavações realizadas na colina do Alto da Cividade de algumas moedas republicanas (Zabaleta Estevez 2002) e de alguma cerâmica tardo republicana (Morais 2005) pode vir em reforço daquela hipótese, sugerindo também que o local possa ter sido usado como mercado (Elena Garrido *et alii* 2007). De facto, *Bracara Augusta* implantou-se num local privilegiado do ponto de vista da circulação, o que levou Francisco

Sande Lemos a considerá-la como a "plataforma viária" do Noroeste Peninsular (Lemos 2002).

A rede de vias principais na região de Braga explica-se, antes de mais, pela disposição do relevo e da rede hidrográfica, basicamente de orientação NE/SO. A estes eixos estruturantes, acrescenta-se um conjunto de outros, cuja orientação NO/SE decorre da organização dos afluentes dos rios que seguem as linhas de "fractura" do relevo e que correspondem a portelas e a passagens de montanha.

Nas regiões menos elevadas, a topografia permite uma circulação fácil. Estas zonas concentram-se nas margens dos rios Cávado e Este e nas veigas percorridas pelos seus afluentes. A sudeste da área de Braga, as zonas com altitudes mais baixas estão já inseridas na bacia do rio Ave, que comunica com a zona anteriormente descrita por portelas ou circuitos mais sinuosos de passagens de montanha.

Uma das intervenções mais significativas de Augusto no Noroeste peninsular articula-se com a criação de uma rede de estradas, que ligavam o triângulo formado por Lugo, Astorga e Braga, a par, evidentemente, das vias que garantiam a ligação com as restantes regiões da Hispânia, Assim, a rede de itinerários principais garantia não só a pacificação efectiva da região, como também a sua organização administrativa, a exploração económica e o escoamento dos recursos agrícolas e mineiros da região (Figura 19).

Esta estrutura viária foi consolidada com os imperadores flávios, a partir da segunda metade do século I d.C., sobretudo com a construção da Via Nova, ou Via XVIII (Tranoy 1995-96).

Entroncavam em Braga, pelo menos, seis itinerários principais, cinco dos quais referidos pelo *Itinerário de Antonino*: a Via XVI – *Bracara* – *Cale* - *Olisipo*; a Via XVII, que fazia a ligação a *Astorga* por Chaves; a Via XIX, *Bracara* – Lugo, por Prado, Ponte de Lima, Valença e Tui; a Via XX ou *via per loca maritima*, com traçado ainda muito discutido; a via (não citada no *Itinerário*) que fazia a ligação a *Emerita Augusta*, por *Tongobriga* e *Egitania*,

e a Via XVIII, aberta sob os flávios, que assegurava a ligação a Astorga pelo coração da principal área mineira do Noroeste (Tranoy 1981)[49].

O estudo da rede viária tem merecido especial atenção nos últimos anos, tendo-se realizado trabalhos intensivos de prospecção nas vias XVII, XVIII e em parte do trajecto da Via XIX.

A Via XVI seguia um itinerário entre *Bracara Augusta* e *Olisipo*, cujo traçado detalhado foi estudado por Vasco Mantas (1996). O percurso entre *Bracara* e *Cale* seguiria um trajecto para sul que passaria por Mouta, Capela e Esporões. Nestes locais estariam os miliários indicativos das milhas I, II e III (Mantas 1996: 850). A proposta daquele autor de uma saída da via pelo lado oeste da cidade tem sido questionada por vários investigadores, tendo sido sugerida, nos últimos anos, uma saída pela porta sul da cidade que se situaria próxima da actual Rua dos Pelames ou de S. Geraldo. No entanto, é admissível que a via pudesse comtemplar ambas as saídas (poente e sul), eventualmente ligadas.

O miliário de Adriano (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004), encontrado em Braga, que indica XXXV milhas a *Cale*, poderá assinalar a milha 0 e não a milha 1, como tem sido sugerido. Trata-se de um miliário que foi descoberto nas proximidades da porta sul da muralha medieval, sendo provável que tenha sido deslocado da porta romana para o local onde foi encontrado (Lemos 2002: 104).

A Via XVII saía da cidade seguindo o eixo do *decumanus maximus* oriental, que teria o seu remate, muito possivelmente, no tramo final da Rua dos Falcões, perto da zona do actual Largo Carlos Amarante. A presença de uma necrópole precisamente nesta área parecia confirmar essa possibilidade (Martins e Delgado 1989-90). A recente descoberta de parte da via, que corre no interior do quarteirão onde se situa o edifício dos antigos CTT, em escavação desde Janeiro de 2008, veio confirmar plenamente esta

[49] Remetemos para a extensa bibliografia já publicada o elenco e descrição dos miliários encontrados, quer na cidade quer nos percursos viários assinalados. A obra recentemente publicada sobre os miliários e inscrições viárias romanas dos conventos *bracarense, lucense e asturicense*, sintetiza os conhecimentos acumulados sobre esta região, durante décadas, sendo um valioso e incontornável instrumento de trabalho (Rodriguez Colmenero *et alii* 2004).

hipótese[50]. Daí, a via seguiria em direcção ao Largo da Senhora-a-Branca, passando de seguida pelas actuais Ruas de S. Vitor e D. Pedro V, Av. Padre Júlio Fragata (Rodovia), Rua de S. Vitor-o-Velho, Rua do Pulo e Rua Nova de Santa Cruz. Seguindo o alinhamento da Rua Nova de Santa Cruz, prosseguiria pelos terrenos da Quinta dos Peões, zona paralela à actual EN 103. Daqui seguiria para Areal de Baixo e daí para Pidre, Vilar e Toja, na freguesia de Este - S. Mamede. Passava, depois, pela capela de S. Simão e daí seguia em direcção à zona nascente do rio Este (Martins 1990; Lemos 2002).

Este traçado encontra-se parcialmente confirmado pela existência de dois miliários, um aparecido no actual Largo do Orfeão, anexo à parte final da Rua Pedro V e outro conhecido desde longa data, descoberto em Areal de Baixo.

O primeiro está dedicado a Tibério, data do ano 32, encontrando-se intacto, podendo indicar a milha 0, uma vez que não possui qualquer indicação de distância à cidade (Martins 1990:89; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004). O segundo miliário (ID 3035101) dedicado ao imperador Constante, encontra-se truncado, não possuindo indicação de milha e data do século IV (333-350) (Martins 1990: 88-89; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004).

A Via Nova, referida no *Itinerário de Antonino* com o número XVIII, foi construída na dinastia dos flávios, muito provavelmente em torno de 80 d. C., atendendo à cronologia dos miliários mais antigos que se encontram nesta via, dedicados a Tito e Domiciano. A via estrutura um itinerário alternativo ao da via XVII entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, numa época em que a intensificação da actividade mineira da região do Noroeste e o seu crescimento económico assim o exigiam. Mais directo do que a antiga ligação de *Bracara Augusta* a *Asturica*, por Chaves com 365, 5 Km, contra os 318 Km da Via Nova, este novo itinerário implicava ultrapassar regiões de relevo acidentado e com baixa densidade populacional.

A via saía de Braga pelo eixo nordeste, seguindo aproximadamente o traçado da actual Rua de Janes, Largo de São Francisco, Rua dos Chãos,

[50] Informação facultada pelos responsáveis pela escavação em curso, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, aos quais agradecemos.

Rua de São Vicente e Largo de Infias, seguindo para o Areal. A partir da região das Sete Fontes, a via abre-se para o vale do Cávado, descendo para Adaúfe. Uma hipótese que nos parece plausível supõe um trajecto que contornaria o monte de Montariol, evitando o desnível de cota que o trajecto pelas Sete Fontes necessariamente implicaria (Mapa 17, Vol. III). Admitindo-se esta proposta, a via seguiria para Adaúfe sem grandes variações de altitude e, de acordo com a hipótese de existência de um aqueduto nas Sete Fontes, manteria uma certa distância relativamente a este equipamento, o que se coaduna com a necessária preservação de uma construção de abastecimentro de água à cidade. Da região de Adaúfe a via prosseguiria para Ancêde, local onde se poderia transpôr o rio Cávado em barcas[51].

O traçado sugerido para a saída da via na parte mais próxima da cidade, sobretudo no que respeita à sua passagem pelo Largo de S. Francisco, em direcção à Rua dos Chãos, parece confirmado pela descoberta, no referido largo, de um altar dedicado aos *Lares Viales* (Cunha *et alii* 2005), bem como pela identificação de sepulturas, associadas a uma necrópole, situada nas imediações, que era totalmente desconhecida até ao ano de 1995, quando se realizaram as escavações de minimização do parque de estacionamento da Av. Central.

O trajecto da via XIX entre *Bracara* e *Tude* foi estudado por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1979), traçado que seguimos nas suas linhas gerais. No entanto, o trabalho de prospecção que efectuámos relativamente ao percurso entre a cidade de Braga e o rio Cávado permite-nos considerar mais credível que a saída da via se fizesse pela porta norte da cidade romana, seguindo a orientação do cardo *maximus*, facto que, aliás, condiz com a presença de sepulturas na zona do Convento do Pópulo e com o achado de dois fragmentos de miliários nas proximidades do mesmo (Martins 1990; Fontes 1993).

A via seguiria um trajecto que se situaria na parte oeste do referido convento, contornando a vertente pela actual estrada de acesso a Dume e ao

---

51 A ponte do Porto, ainda hoje existente, é de construção medieval, sendo possível que tenha substituído uma obra anterior da época romana. No entanto, é admissível, também, que a travessia do rio não se fizesse por uma ponte, mas sim por barcas, um pouco mais a jusante, precisamente no lugar de Ancêde.

novo Estádio, virando à esquerda perto deste último, continuando para norte e passando perto da actual capela de S. Lourenço (Mapa 16, Vol III). Daí seguiria por trajecto que passaria a ribeira de Gafos, que foi certamente buscar o nome à antiga gafaria que aí existiu, edificada junto à capela citada, a qual deverá ter sido construída junto ao eixo da via. Neste local encontra-se também o cruzamento conhecido por quatro caminhos, outrora lajeado. Daqui, a via inflectiria ligeiramente para leste, continuando até Carcavelos, na freguesia de Dume. Do largo de Carcavelos seguiria pelo lugar de Felgueiras continuando até Castro Mau. Daí a via continuaria na direcção de Póvoa e Formoso até ao rio Cávado, que poderia ser passado a vau, ou numa eventual ponte situada a montante da existente actualmente. A justificação detalhada desta proposta será feita quando tratarmos do parcelamento rural da região de Braga.

Um dos miliários aparecidos junto ao Convento do Pópulo foi encontrado numa das paredes do edifício do Patronato de Nossa Senhora da Torre (Araújo 1982:142; Santos *et alii* 1983:199). O outro miliário foi encontrado na Rua Frei Caetano Brandão, numa sub-cave dos Paços do Concelho (Fontes 1993: 76). Para além dos dois miliários referidos existe um outro, integrado numa parede de uma loja do lado esquerdo da R. Frei Caetano Brandão, recentemente remodelada, a qual se situa pouco abaixo de uma estrutura identificada em escavações realizadas em 2007, que se supõe corresponder a uma porta da muralha romana[52]. Este último miliário, que se encontra inédito, poderia assinalar a milha 0 da via.

O traçado da Via XX, *Bracara - Lucus Augusti per loca maritima,* referida no *Itinerário de Antonino*, tem sido considerado coincidente com o traçado da Via XIX na parte correspondente ao seu percurso no território português. Não é essa a nossa opinião, defendendo-se aqui um percurso autónomo desta via desde *Bracara* até ao litoral. Sugerimos que a via saísse pela porta oeste, seguindo pela chamada calçada da Naia, contornando o Monte de S. Gregório e passando a sul do Monte das Caldas, em Gondizalves. O seu traçado em direcção ao litoral será abordado com mais detalhe quando tratarmos do povoamento do vale no capítulo 5.

---

[52] Escavações realizadas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, dirigidas pelo Dr. Armandino Cunha, a quem agradecemos as informações prestadas.

A proposta aqui sugerida para o traçado da Via XX não invalida a sugestão de uma via secundária que deveria correr a norte do rio Cávado, que acreditamos necessária e que será muito provavelmente passível de confirmação arqueológica em trabalhos futuros. Parece-nos, no entanto, que a via privilegiada de acesso de *Bracara* ao litoral, suficientemente importante para ser citada no *Itinerário de Antonino,* se faria pela margem sul do rio Cávado, tal como já foi sugerido por Rui Morais (2005).

A via, não citada no *Itinerário de Antonino*, que fazia a ligação a *Emerita Augusta*, capital da Lusitânia, por *Tongobriga* e *Egitania* (Idanha-a-Velha) sairia, possivelmente, por uma porta localizada a sudeste da cidade, na zona da actual Quinta do Fujacal, onde se encontrou uma necrópole. O seu percurso seguiria para sul, junto ao monte da Falperra, pela portela que dá acesso ao vale do Ave, seguindo por S. Martinho de Sande e Caldas das Taipas (Lemos 2002).

Como é bem conhecido a rede viária não pode desligar-se de um conjunto de equipamentos associados, como sejam as pontes, mas, também, a rede de estabelecimentos ou povoados que funcionariam como *mutationes* e *mansiones* que garantiam o *cursus publicus* da via, normalmente referidos nas fontes clássicas, designadamente no *Itinerário de Antonino* (Tranoy 1981; Alarcão 1988)

2.1.1. Necrópoles da cidade e epigrafia associada

A informação epigráfica associada às vias é particularmente abundante na região em análise, cabendo destacar a este propósito o conjunto de miliários referenciados que se apresenta como verdadeiramente excepcional quando comparado com o conjunto da rede viária da Hispânia em geral e mesmo do Império.

Existem, contudo, outras fontes epigráficas que são igualmente representativas da importância do esqueleto viário enquanto entidade estruturante do povoamento que se organiza na época romana, ordenando o espaço e assegurando o controle das regiões. Na circunstância, referimo-nos, concretamente, às inscrições dedicadas aos *Lares Vialibus*, ou ainda a

divindades normalmente associadas às viagens e à protecção dos viajantes, como é o caso de Mercúrio (Tabela 7).

Tabela 7. Divindades associadas à rede viária nas imediações de Bracara Augusta

Divindade	Encomendante	Via	Cronologia	Observ.
Lares Vialibus	*Maternus,* filho de *Rufus*		Séc. II	(1)
Lares Vialibus	*Caius Iulius Saturninus*	XVIII	Séc. II - primeira metade	(2)
Lares Vialibus	*Flavius Sabinus*			(3)
Mercúrio		XVIII		(4)

1) Ara; procedência desconhecida (CIL II 2417).
2) Ara; Largo de S. Francisco (Cunha *et alii* 2005).
3) Ara; procedência e paradeiro desconhecidos (Sousa 1973: 21).
4) Fragmento de inscrição; Seminário de Santiago (Santos *et alii* 1983).

A saída das vias romanas encontra-se intimamente associada à localização das necrópoles - por imperativos de natureza religiosa e jurídica, os mortos eram obrigatoriamente colocados fora do espaço dos vivos. Este facto permite a utilização do espaço das necrópoles como elemento delimitador do espaço urbano e, em alguns casos, supôr, por inferência, tanto esses limites como os trajectos de saída das vias (Figura 20).

Conhecem-se em *Bracara Augusta* cinco grandes necrópoles, que podem associar-se à saída dos itinerários anteriormente descritos (Martins e Delgado 1989-1990; Martins 2000): a chamada necrópole da Via XVII; a necrópole de Maximinos, associada à saída da Via XX e eventualmente, também da Via XVI; a necrópole da Rodovia, eventualmente associada ao eixo sul e sudeste da cidade (saída da Via *Bracara* - *Emerita* e, ainda uma das possíveis saídas da Via XVI), a necrópole do Campo da Vinha que nos parece lícito associar à Via XIX, situada a norte da cidade e a necrópole descoberta na parte poente da Avenida Central, associada à via XVIII a nordeste. As necrópoles conhecidas revelam uma cronologia muito ampla, que remonta ao século I e se estende até aos séculos VI/VII.

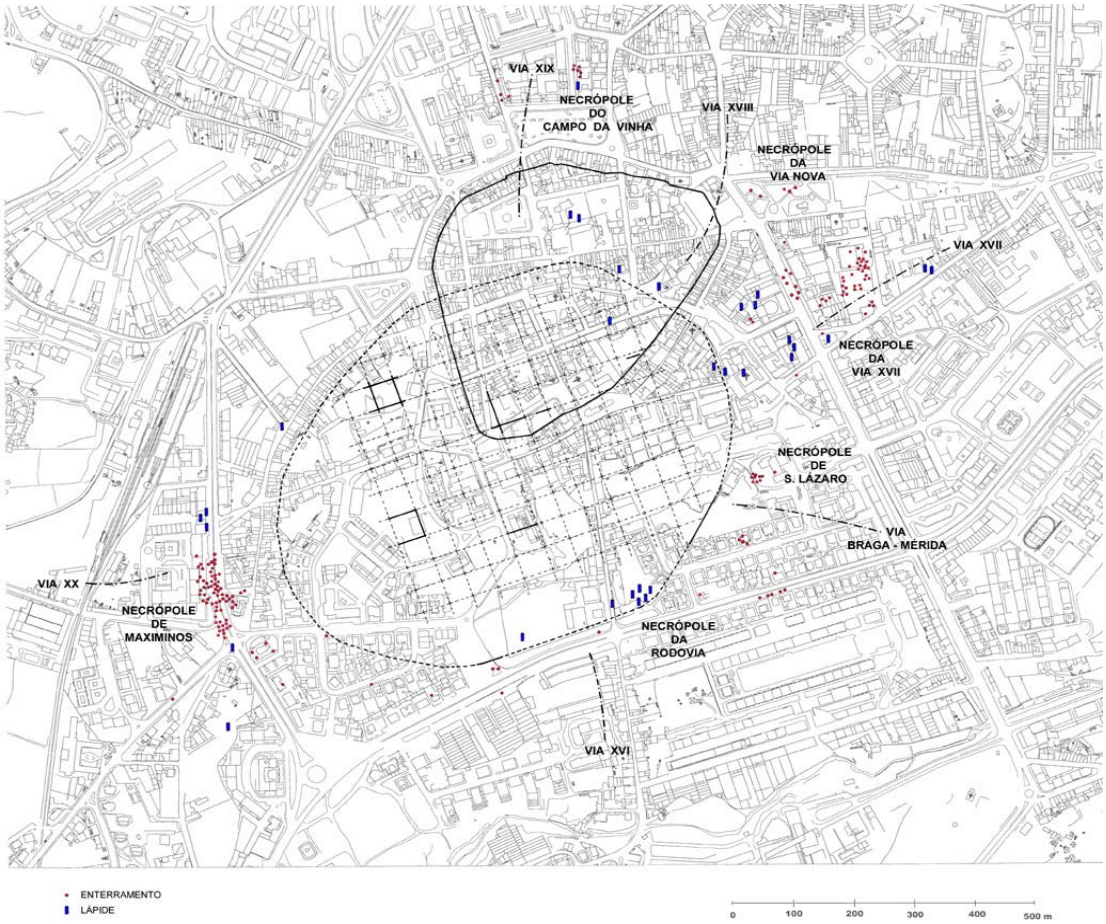


Figura 20. Implantação das necrópoles de *Bracara Augusta* (Morais 2005: 67)

Possuímos, também, um *corpus* da epigrafia funerária que foi, tanto quanto possível, associado a cada um desses locais de enterramento. Este *corpus* demonstra um panorama onomástico com forte presença de indígenas, que representam mais de metade das pessoas mencionadas nas inscrições (51%). Já a presença de cidadãos corresponde apenas a 17 referências epigráficas (21%), registando-se ainda a alusão a 14 libertos (19%), donde 5 podem ser cidadãos (7%), estando identificados 5 escravos (7%).

Os monumentos epigráficos funerários até agora identificados são maioritariamente constituídos por grandes estelas, quase sempre decoradas, embora se registem igualmente algumas aras, placas e a utilização de um fragmento de um lintel (Tranoy e Le Roux 1989-1990).

O conjunto de informações proveniente das escavações e da epigrafia funerária permite constatar uma diferença significativa da necrópole da via XVII, relativamente às restantes. Enquanto que nas necrópoles da Rodovia e

do Campo da Vinha as inscrições revelam exclusivamente a presença de indígenas, a da Via XVII possui uma proporção de 12 cidadãos para 9 peregrinos e inclui, ainda, a maioria dos monumentos dedicados a libertos e escravos (Tranoy e Le Roux 1989-1990).

As alterações produzidas pelo cristianismo que se farão sentir em novos espaços de enterramento junto a basílicas martiriais e que começam a ocorrer, embora de forma não sistemática, já nos séculos IV e V.

Um desses novos espaços é o que se encontra associado à igreja de S. Vítor, onde se conhece uma inscrição funerária, datada de 618, e uma série de enterramentos dos séculos VI e VII (Costa 1979: 11-14). Na zona próxima da actual igreja de S. Vítor, mais concretamente no espaço entre as ruas de S. Vitor e de Martins Sarmento, precisamente em frente do canto sudeste da referida igreja, foram realizados trabalhos arqueológicos em 2000, cujos resultados revelaram um pavimento de *opus signinum* (3,35 metros N/S e 2,60 metros E/O), provavelmente coberto por um mosaico policromado, de que se encontrou um pequeno fragmento. Não há dados seguros sobre a cronologia do pavimento, muito embora a datação das sepulturas sob ele encontradas possa situar-se entre os séculos IV-V (Lemos 2001). Este achado levou Francisco Sande Lemos (2001) a sugerir a hipótese de existência de uma *villa* no local, muito embora nos pareça que o referido pavimento pudesse igualmente pertencer a um outro tipo de construção.

A emergência de novos espaços de enterramento articula-se com novas manchas habitacionais (Fontes no prelo), uma vez que propicia uma deslocação da população da cidade para a periferia, que passa a organizar-se em torno desses primitivos templos. Este facto vai ser fundamental na reconfiguração do espaço urbano e periférico de Braga durante a Antiguidade Tardia.

2.2. Os antigos circuitos

2.2.1. Hierarquia do povoamento fortificado

Que formas e estruturas de povoamento existiam na região de Braga antes de *Bracara Augusta*?

Analisaremos, numa primeira abordagem, o espaço de implantação de *Bracara Augusta* apagando todos os elementos de povoamento romano, a começar pela própria cidade. Acreditamos que este exercício é fundamental, pois permite-nos avaliar o povoamento de matriz indígena, que influenciou, seguramente, os primeiros momentos da história da Braga romana e a organização do seu território rural envolvente[53].

Tomaremos como espaço de análise uma área que inclui, a oeste, uma franja da região de vale e litoral e, a leste, um "recorte" de transição para uma zona de montanha, com características específicas de ocupação humana.

Procederemos, de seguida, à apresentação dos povoados (vol. III, Mapas 11), integrados nas categorias A, B e C, explanadas no capítulo anterior (Mapa 12, vol. III).

Categoria A

Monte da Falperra, Braga (ID 3031302).

Situa-se num remate de esporão com a altitude máxima de 563 metros. Possui uma ocupação que remonta à Idade do Bronze e se prolonga na Idade do Ferro, a avaliar pelos materiais presentes no povoado datados deste período. No entanto, não são conhecidos no local quaisquer estruturas reportáveis ao referido período, as quais devem distribuir-se pelas diferentes plataformas do monte, fortemente arborizadas. São todavia perceptíveis duas linhas de muralhas que envolvem o monte que podem ser atribuídas à ocupação pré-romana do local. A ocupação romana é difícil de avaliar com precisão, sendo apenas possível dizer que o povoado foi ocupado na época tardo romana, embora se noticiem materiais cerâmicos, entre os quais fragmentos de sigillata e de ânforas, para além de algumas moedas. A ocupação correspondente ao período suevo-visigótico é aquela que é melhor conhecida, situando-se na

53 Muito embora inúmeros povoados sejam de há muito conhecidos ou, pelo menos, noticiados, continuamos, no entanto, com inúmeras lacunas quando se pretende fazer uma síntese que ultrapasse o mero inventário de sítios. Os dados disponíveis são, efectivamente, muito díspares. Em relação a alguns povoados, em particular na zona que corresponde, em termos administrativos, ao concelho de Guimarães, continuamos a lidar com informações que remontam aos trabalhos de campo de Martins Sarmento, datados dos finais do século XIX, sendo muito raros os dados novos, resultantes de trabalhos de prospecção recentes. Por outro lado, os dados provenientes de escavações estão claramente em minoria, muito embora nos tenham permitido resolver, pontualmente, algumas dúvidas.

.

plataforma superior. Aí são visíveis várias construções, uma das quais pode ser interpretada como um possível *palatium*, a qual estaria associada a uma basílica paleo-cristã.

Monte das Caldas, Braga (ID 3031801).
Localiza-se na vertente de um esporão, a 304 metros de altitude. Possui três linhas de muralhas, habitações circulares e rectangulares, para além de espólio cerâmico da Idade do Ferro e de época romana. A destruição de que foi alvo e a ausência de escavações arqueológicas realizadas com metodologia científica impedem-nos de conhecer com exactidão, quer a real extensão deste povoado, quer a profundidade da sua ocupação na época romana.

Monte de S. Mamede e/ou **Monte Redondo**, Braga (ID 3032002).
Situa-se num monte com 427 metros de altitude máxima e possuiria três linhas de muralhas e dois fossos. As escavações aí efectuadas em finais do século XIX dão conta da existência de habitações circulares e rectangulares, de arruamentos, canalizações, para além de um espólio variado e numeroso, no qual se incluem uma ara votiva e um busto em granito. A presença de arruamentos sugere que estamos perante um grande *oppida*,

Castro de Eiras Velhas, Braga (ID 3034401).
Ocupa o ponto mais elevado de um esporão, a 480 metros de altitude. Trata-se de um grande povoado fortificado com quatro linhas de muralhas, vestígios de estruturas, visíveis à superfície do solo e algum espólio cerâmico da Idade do Ferro e da época romana. A ausência de escavações impede-nos de saber a cronologia do seu abandono, bem como a profundidade da sua possível romanização.

Citânia de Briteiros, Guimarães (ID3084101).
Ocupa um remate de esporão com a cota máxima de 336 metros de altitude. Possui três circuitos de muralhas, com reforço de uma quarta muralha a Norte. Organiza-se em função de duas grandes ruas principais, com pavimento lajeado, que dividem o espaço habitacional em quarteirões. O espólio é bastante rico e composto por produções indígenas e bastante material romano, o que prova uma continuidade de ocupação do sítio, pelo menos até finais do século I d.C.. As recentes escavações realizadas no povoado pela

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho têm procurado documentar o índice de romanização deste importante *oppida*, tendo, todavia, constatado o carácter pré-romano da organização proto-urbana do povoado (Lemos e Cruz 2007a; 2007b; no prelo).

Castro das Ermidas, Vila Nova de Famalicão (ID 312801).
Ocupa um esporão com 209 metros de altitude máxima. São visíveis uma muralha, reforçada por dois fossos e um talude. As escavações aí realizadas revelaram uma ocupação do sítio entre o século IV a.C e o século I da nossa era. O espólio, constituído por cerâmica de fabrico indígena, inclui igualmente cerâmica grega e campaniense, vidros e objectos metálicos. O povoado parece ter conhecido um grande dinamismo entre finais do século I a.C. e inícios do século I d.C..

Citânia de Roriz, Barcelos (ID 3025401).
Ocupando um monte com 324 metros de altitude, este grande povoado possui, pelo menos, três linhas de muralhas, sendo possível que exista ainda uma outra, situada na vertente oeste, que regista pendor mais suave. Na parte mais alta do sítio, foram postos a descoberto vestígios de ruas, de casas circulares e rectangulares e cerâmica característica dos primeiros tempos da ocupação romana da região. O espólio percorre um amplo espectro cronológico, parecendo haver uma ocupação ininterrupta desde o Bronze Final até ao Baixo Império. Entre os materiais encontrados encontra-se uma estátua sedente (Bettencourt 2003a).

Outeiro do Crastro, Barcelos (ID 3020501).
Localiza-se num esporão que domina a confluência dos rios Covo e Cávado, que atinge os 222 metros de altitude. O povoado tem uma coroa extensa, circundada por uma linha de muralhas, a que se seguem, na vertente norte, vestígios de outras linhas defensivas e, a sul, um fosso. Na superfície encontram-se abundantes fragmentos de *tegulae*, alguns fragmentos de ânforas, ímbrices e cerâmica micácea, feita a torno. Entre a primeira e a segunda linha de muralhas foram descobertas uma ara mutilada, de granito e uma pedra decorada.

Categoria B

Castro Máximo, Braga (ID 3030703).

Localizado numa colina com 170 metros de altitude máxima, o Monte Castro ou Castro Máximo, hoje integrado na área urbana de Braga, situava-se na periferia de *Bracara Augusta.* Aí foram identificadas habitações de planta circular, vestígios de muralhas e um espólio variado da Idade do Ferro, para além de vestígios romanos pontuais, entre os quais se contam fragmentos de ânforas e moedas. Admite-se uma ocupação até aos meados do século I. Apesar das escavações aí realizadas não é possível aferir com rigor o grau de romanização deste importante povoado, nem tão pouco a cronologia do seu abandono. De facto, todas as estruturas conhecidas remetem para uma ocupação de cariz indígena.

Castro da Consolação, Braga (ID 3032901).

Situado num pequeno outeiro com 340 metros, o povoado parece ter tido uma muralha e um profundo fosso, sendo perceptíveis ainda algumas plataformas antigas. Dispersos pela superfície encontram-se fragmentos de cerâmicas indígenas e fragmentos de tégulas. No local estão igualmente referenciados capitéis e o achado de mós. A ausência de escavações não permite aferir o grau de romanização do povoado.

Pau de Bandeira / **Monte Castro**, Braga (ID 3031402).

Ocupa um cabeço elevado, com três linhas de muralhas. No local registam-se vestígios de habitações circulares e espólio cerâmico que se reduz a produções indígenas atribuíveis às Idades do Bronze e do Ferro.

Castro de Sabroso / **Monte de Sabroso**, Guimarães (ID 3082704).

O povoado ocupa uma pequena elevação com 278 metros de altitude, possuindo linha de defesa. Foram escavadas, por Martins Sarmento, 35 casas de formato redondo e outras três habitações de planta rectangular. O espólio é predominantemente constituído por produções indígenas. Os escassos vestígios romanos encontrados nas escavações realizadas sugerem um abandono do povoado em finais do século I. a.C..

Monte da Forca / **Moinho de Vento**, Guimarães (ID 3087301).

Trata-se de um pequeno povoado, situado num outeiro com a cota máxima de 266 metros, que oferece duas linhas de muralhas. O pouco espólio encontrado na superfície do povoado consta de cerâmica da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da época romana. No entanto, a ausência de escavações impossibilita qualquer avaliação rigorosa do grau de romanização do povoado, ou mesmo das suas características organizativas.

S. Miguel-o-Anjo, Guimarães (ID 3087202).
Situado num monte com 385 metros de altitude, o povoado possui uma muralha, sendo conhecido algum espólio recolhido na superfície que se resume a fragmentos de cerâmica indígena e a alguma cerâmica romana, maioritariamente *tegulae.* Desconhece-se a cronologia do seu abandono, ou o grau de romanização do povoado.

Castro da Boca, Vila Nova de Famalicão (ID 3124002).
Trata-se de um pequeno povoado com 289 metros de altitude máxima, situado num remate de um esporão. Possui duas linhas de muralhas e um fosso defensivo, ignorando-se se foi romanizado.

Os castros de baixa altitude, que incluímos na categoria C, cingem-se a duas ocorrências, ambas na margem direita do rio Cávado. Trata-se do povoado do Lago, escavado por Manuela Martins (1988a) e o Lugar de Gaião, que levanta alguns problemas de interpretação e de cronologia, de que falaremos mais adiante neste capítulo.

Categoria C

Castro de Lago, Amares (ID 3011503).
Localiza-se num cabeço com 65 metros de altitude máxima junto ao rio Cávado. Apresenta uma plataforma poligonal irregular rodeada por uma muralha pétrea que se sobrepôs a uma outra feita de terra. O sistema defensivo contempla um fosso. As escavações realizadas permitiram identificar materiais cerâmicos atribuídos à II Idade do Ferro, tendo igualmente sido exumados artefactos em bronze e ferro. O povoado possuía um elevado número de fossas, uma delas funerária. Nas sondagens realizadas não foram identificadas habitações pétreas, tendo sido detectados alguns buracos de

poste que sugerem a existência de estruturas perecíveis. Manuela Martins Martins (1988:73; 1990: 68-69), tendo em conta os dados obtidos nas escvações que aí realizou, considera que o povoado não chegou a ser romanizado.

Lugar do Gaião, Vila Verde (ID 3130802).

Trata-se de um pequeno povoado que ocupa um cabeço com 60 metros de altitude máxima, sobranceiro ao rio Cávado. Possui uma plataforma de ocupação limitada por um talude, com um fosso a oeste. O espólio consta de alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e romana.

Deixamos fora das categorias referenciadas um grupo de povoados que nos suscita bastantes dúvidas.

Embora a informação arqueológica disponível para a generalidade dos povoados inventariados não seja, de forma alguma, homogénea, os casos abaixo enunciados levantam dificuldades acrescidas, quer em termos de identificação, quer de enquadramento nas categorias acima enunciadas. Refira-se, por exemplo, que tanto o Monte de S. Bartolomeu como o de Santa Eulália são povoados cujo abandono pode ser explicado por mudanças no povoamento em finais da Idade do Ferro, e, neste caso, enquadrar-se na categoria B, onde inscrevemos os castros da Consolação e de Sabroso. No entanto, a natureza particularmente fruste das referências disponíveis obriga-nos a cautelas redobradas, na altura de sugerir uma caracterização destes povoados, ou mesmo o seu abandono.

Por outro lado, alguns dos sítios referenciados nesta área e incluídos no nosso catálogo são noticiados por diferentes autores de modo contraditório, não tendo sido possível confirmar a sua existência como povoados fortificados, razão porque não serão incluídos na relação dos sítios que se segue[54] .

---

54 Foram excluídos da nossa base de trabalho, pelos motivos que aqui resumimos os seguintes povoados: Monte de Vasconcelos, freguesia de Adaúfe, inventariado por M. Martins como Stª Lucrécia de Algeriz, freguesia de Stª a Lucrécia de Algeriz - as sondagens levadas a cabo no local por A. Bettencourt, em 1994, levaram-na a concluir uma ocupação que se cinge à plataforma superior e cuja cronologia se situa na transição Bronze Final / Ferro Inicial (Bettencourt 1999: vol. IIa 251); Pedroso, freguesia de Adaúfe - A. Bettencourt discorda de L. Fontes (Fontes 1990: 131; Fontes 1993: 36-37) quanto à fortificação do local e integra-o, cronologicamente, na transição Bronze / Ferro (Bettencourt, 1999: vol. IIa 251);

Monte de S. Bartolomeu, Guimarães (ID 3084902).

A estação assenta num monte com 421 metros de altitude. São visíveis um fosso e talude para além de uma porta, no lado norte. O espólio recolhido consta de escória de ferro e cerâmica indígena, para além de alguns fragmentos de *tegulae*.

Monte de Santa Eulália, Guimarães (ID 3081502).

Povoado com boas defesas naturais, localizado num monte com 285 metros de altitude. Martins Sarmento, em 1933, não viu vestígios de muralhas, mas testemunhou a existência de uma plataforma, situada a nascente, onde encontrou muitos fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e cerâmica de construção romana.

Monte Castro, Guimarães (ID 3084801).

Deste povoado, situado a 288 metros de altitude, ficou a notícia dada por Martins Sarmento que refere as excelentes defesas naturais do sítio, sobretudo no lado oeste, a abundância de *tegulae* e o facto de não ter identificado quaisquer vestígios de muralhas (Sarmento 1933: 266-268).

A observação do mapa de distribuição deste conjunto de povoados (Mapa 12, Vol. III), conjugada com a descrição dos sítios dá-nos um quadro geral que pode ajudar a explicar algumas mudanças no povoamento da Idade do Ferro nos finais do I milénio a. C., bem como os ritmos de apropriação do território e integração da população, já sob o efeito da presença romana.

Genericamente podemos considerar que os povoados fortificados da região ocupam os relevos mais significativos e, precisamente por isso, a imagem da sua distribuição acompanha o sentido predominante da

---

Cabeço da Ribeira, freguesia de Adaúfe - o sítio foi inventariado por M. Martins e incluído nos povoados de Tipo C (Martins 1990: 209); posteriormente, A. Bettencourt classifica-o como povoado de vertente e enquadra-o na Idade do Bronze (Bettencourt 1999: vol. IIa 249-250), enquanto L. Fontes afirma não ter encontrado quaisquer vestígios de ocupação antiga no local (Fontes 1993: 35); Pedrais, em Guimarães foi noticiado por M. Sarmento que refere o achado de abundante quantidade de *tegulae* (Sarmento 1901: 123-4), muito embora trabalhos recentes não tenham permitido identificar o local (Dinis 1993: 86); Castro da Sola, Palmeira, Braga – A. Bettencourt realizou escavações no local, entre 1991 e 1994, tendo identificado três momentos de ocupação: o primeiro atribuível ao Calcolítico, um segundo, integrado na primeira metade do II milénio a. C. e um terceiro momento que atribui à Alta Idade Média (Martins 1990: 84; Fontes 1993: 62; Bettencourt 1999: vol.IIa 260-261).

morfologia e e da rede hidrográfica do território em análise.

O grupo de povoados que incluímos na categoria A possui altitudes situadas entre as curvas de nível dos 200 e 500 metros e pode enquadrar-se num conjunto de grandes castros, com um aparato defensivo considerável e uma ocupação que, em alguns casos, remonta à Idade do Bronze e se mantém, pelo menos, nas primeiras décadas da ocupação romana. Na maioria dos casos, esta ocupação revela um claro dinamismo dos povoados no período compreendido entre os finais do primeiro milénio a.C. e meados do primeiro século da nossa era. Neste grupo de povoados estão incluídos alguns dos grandes castros bem estudados por Manuela Martins para o vale do Cávado que aparentemente definem a "rede estrutural do povoamento da região" na Idade do Ferro (Martins 1990: 216).

O grupo de povoados inserido na categoria B situa-se predominantemente em outeiros, cujas cotas variam entre os 170 e os 340 metros, sendo, claramente, de menores dimensões. Possuem em comum a ausência de vestígios romanos e um abandono quase certo entre a transição da era e os meados do século I.

Os povoados de baixa altitude, integrados na categoria C, resumem-se na região em análise apenas a dois casos. O Castro do Lago não foi romanizado tendo sido abandonado, muito provavelmente nos finais do século I a.C., eventualmente na época de Augusto. Quanto ao povoado conhecido como Lugar de Gaião, é possível que tenha desempenhado um papel de alguma importância como ponto de apoio à travessia a vau do rio Cávado, desde a época romana até à Idade Moderna, pelo que poderá ter sido romanizado. Esta hipótese, que decorre da localização estratégica do povoado, só poderá ser confirmada por futuras escavações.

2.2.2. Manutenção, retracção e abandono

O povoamento pré-romano da região em estudo conheceu mudanças evidentes que podem ser explicadas por factores variados.

Antes de mais, pelas transformações ocorridas na organização dos povoados indígenas e na sua hierarquização, que deverá consolidar-se no período que antecede a fundação de *Bracara Augusta*, mais concretamente

no último século antes da nossa era, momento em que devem ter-se organizado os grandes *oppida* da região (Martins 1996; Martins *et alii* 2005).

Um outro factor de mudança deve estar associado aos contactos resultantes das incursões romanas a norte do Douro, ocorridos entre meados do século II a.C e a transição da era (Martins 1990).

Finalmente, as transformações na estrutura do povoamento constituem uma consequência natural da conquista definitiva do Noroeste, com a implantação da cidade e da rede viária romana.

Considerando estes factores-base, existem, pois, várias situações a ponderar.

Existem casos de povoados que não possuem vestígios romanos, sendo, por conseguinte, admissível aceitar o seu presumível abandono nos finais da Idade do Ferro, facto que parece recorrente nos povoados de menores dimensões, que se situam em zonas mais próximas do vale, ou seja, a maioria dos habitats inseridos na categoria B.

Aferir o momento específico de abandono dos povoados de origem pré-romana não é, contudo, uma tarefa simples, pois existem situações muito diferenciadas em termos cronológicos. Nalguns casos, teremos que admitir que a retracção do espaço habitado, ou o seu abandono, se liga a mudanças nos padrões de povoamento já na Idade do Ferro, embora a comprovação arqueológica desta hipótese careça inevitavelmente de escavações.

Referimo-nos, por exemplo, ao castro conhecido como Pau de Bandeira, cujo espólio de superfície se reduz a cerâmicas de fabrico indígena atribuíveis à Idade do Ferro. Noutros casos, a presença de algumas produções cerâmicas romanas pode permitir inferir um abandono em finais do século I a.C. /inícios do I d.C., como parece acontecer nos casos do Castro da Consolação e do Castro de Sabroso, este último objecto de escavações.

Os povoados localizados em esporões ou remates de esporão, cuja ocupação se prolonga, inequivocamente, na época romana, enquadrados maioritariamente na categoria A, conhecem, por sua vez, duas situações distintas: um extraordinário desenvolvimento entre finais do século I a.C. e o primeiro século d.C. e uma evidente retracção a partir desta época; ou, em alguns casos, uma ocupação que se mantém durante a época romana e

mesmo medieval, embora os contornos efectivos desta permanência continuem a escapar-nos.

Estas etapas diferenciadas de abandono dos povoados indígenas parecem decorrer, pois, de fenómenos distintos, relacionados quer com a dinâmica de desenvolvimento dos próprios povoados e a sua importância estratégica no âmbito regional, quer com a fundação de *Bracara Augusta,* quer ainda com uma penetração efectiva do poder romano no território, através da estruturação da rede viária ou da fundação de novos núcleos habitacionais de tipologia claramente romana.

As transformações ocorridas em muitos povoados da região a partir da segunda metade do século II. a.C. têm sido associadas ao contacto desde o século II a.C. com o Mediterrâneo e com as áreas mais romanizadas do sul da Hispânia. Estes contactos parecem constituir o resultado prático das incursões militares romanas ao Noroeste, iniciadas com D. Iunius Brutus, as quais permitiram abrir novas rotas comerciais com as áreas meridionais da Península. Atendendo aos materiais e ao grau de desenvolvimento de alguns dos povoados incluídos na categoria A, que parecem adquirir a feição de *oppida*, os contactos com a região deveriam fazer-se essencialmente por via marítima e através do litoral, o que implicaria a existência de rotas proto-históricas, nomeadamente através dos vales dos rios Ave e Cávado.

Estes contactos produzem, como já referimos anteriormente, transformações que podem ser verificadas em vários povoados do Noroeste peninsular, patentes na construção e/ou reforço do aparato defensivo, na remodelação dos espaços habitacionais e no chamado fenómeno de proto-urbanização, de que a Citânia de Briteiros é um claro exemplo. Por sua vez, os contactos comerciais com o sul da Península e o Mediterrâneo, fenómeno predominantemente do litoral, possui, em alguns povoados desta região, os exemplos de penetração mais interiores como acontece com o caso do Castro das Ermidas, onde se encontrou cerâmica grega e campaniense (Queiroga 1992; Dinis 1993).

Estes grandes povoados, como a Citânia de Briteiros e o Castro das Ermidas, que conhecem um importante dinamismo entre finais do século I a.C. e o século I d.C., acabam por ser abandonados ou mantém uma ocupação residual depois dessa época.

Numa situação diferenciada estão alguns povoados que parecem manter-se ocupados para além do século I da nossa era. Importa, pois, tentar compreender a retracção de uns e a manutenção de outros. Neste contexto, parece indiscutível que os povoados que conhecem uma evidente pujança a partir de meados do século II e durante o século I a.C. até meados ou finais do I d.C., com nítido abandono ou povoamento residual depois dessa época, devem esta circunstância a fenómenos externos à conquista definitiva do Noroeste com as guerras cantábricas. A sua importância prender-se-á com a posição que ocupavam no quadro de povoamento anterior a essa conquista e, naturalmente, aos contactos com o poder romano, iniciados com a expedição de *D. Iunius Brutus* em 138 a.C..

A pujança dos referidos povoados coabita, assim, com a fundação de *Bracara Augusta* e o seu primeiro século de existência. Tal facto pode decorrer do seu papel como locais centrais na rede de povoamento pré-romano, mantendo alguma importância estratégica mesmo após a instalação de novos tipos de habitat que irão definir novas redes de povoamento, mas, também, com a instalação de novos eixos de circulação e de novas centralidades económicas.

No entanto, os novos eixos e centralidades que definem a nova matriz de ordenamento do povoamento têm necessariamente um tempo de implantação e "generalização". Esse parece ser o tempo da coabitação entre velhos castros e novas formas de povoamento, ao qual se seguirão inevitáveis fenómenos de retracção de alguns povoados e a permanência de ocupação de outros.

A manutenção de ocupação de alguns povoados poderá explicar-se com a implantação de uma nova rede de povoados e de eixos económicos de circulação que permite uma (re)configuração na qual eles possuem um papel activo. Nalguns casos, esta sobrevivência ou continuidade regista-se nos povoados que se situam junto às vias, como parece ser o caso de Monte Redondo-Guizande, do Monte da Falperra, do castro de Eiras Velhas e Monte das Caldas-Gondizalves, que podem ter cumprido um papel importante de controle da estrutura viária da região.

O castro de Monte Redondo-Guizande domina a portela de passagem da via XIX, entre a veiga do Penso e o vale do rio Pelhe, a sul. A presença

inequívoca de uma continuidade de ocupação durante a época romana permite supôr uma importância significativa deste povoado como "contraforte" de controle e apoio da passagem desta via.

O Castro de Eiras Velhas possui indícios de romanização que admitimos poder atribuir à sua importância estratégica, como ponto de controle e de manutenção da via XVII.

A ocupação romana do Monte da Falperra não é fácil de explicar, mas a sua posição de domínio sobre uma ampla área, por onde passariam duas importantes vias romanas (a via XVI e a que seguia para *Emerita Augusta* por *Tongobriga* e *Egitânia*), sugere que poderia desempenhar um papel importante de controle da região a sul da cidade, facto que terá justificado uma manutenção, pelo menos residual, de ocupação do povoado.

O Monte das Caldas-Gondizalves, pelas destruições de que foi alvo, não permite um conhecimento claro do seu grau de ocupação no período romano e obriga, por conseguinte, a uma redobrada atenção. Terá sido, à semelhança do que aconteceu com outros povoados da região, progressivamente abandonado durante o século I d.C.? O facto de se situar junto da via secundária que ligava a cidade ao litoral pode ter-lhe conferido um papel de alguma importância, mas seria essa eventual função suficientemente decisiva para implicar uma ocupação longa, de que não temos registos fidedignos?

Finalmente, o Castro Máximo ou Monte Castro exige, pela sua proximidade relativamente ao local de implantação de Braga, uma atenção particular. Os dados actualmente disponíveis permitem admitir uma ocupação do povoado até meados do séc. I d.C., o que implica uma coexistência com os primeiros momentos de ocupação de *Bracara Augusta*. Apesar da proximidade em relação à urbe, o facto não nos parece estranho. Com efeito, o projecto fundacional implicou a mobilização de uma vasta mão-de-obra junto da população indígena. E se, em muitos casos, essa mão de obra se instalou no sítio onde foi construída a cidade, é também possível a manutenção de um povoado nas suas imediações que pudesse funcionar, passe o termo, como uma base de apoio periférica para a construção da cidade.

Tal como já foi sugerido por Manuela Martins (1990) o Castro Máximo

poderá ser o *castellum Agripia / Agripa*, referido em duas inscrições funerárias da cidade, devendo esse nome a Agripa, lugar tenente de Augusto e uma das personagens mais importantes ligadas ao imperador e aparentemente à fundação de *Bracara Augusta.*

2.3. O povoamento de raíz romana

As características do relevo e da hidrografia da região em análise, bem como a fundação de *Bracara Augusta* e a implantação da rede viária romana, garantiram uma ocupação humana apreciável, testemunhada na mancha visívelmente densa de vestígios cartografados. Dentro das entidades que podemos considerar de raíz romana, importa analisar as suas distintas categorias e as relações que parecem estabelecer entre si (Mapa 13, Vol. III)

2.3.1. *Vici* e estações viárias

Na avaliação da rede de "aglomerados secundários", uma das entidades reguladoras é, evidentemente, a rede viária que seria constituída pela rede dos itinerários principais, articulada com uma intensa malha de caminhos secundários, vicinais e privados que estruturariam a paisagem, assegurando as ligações necessárias à circulação de pessoas e bens.

Partindo somente da observação dos itinerários principais, é importante observar que este complexo "esqueleto" viário compreendia uma série de postos ou estabelecimentos de apoio, estruturados no chamado *cursus publicus*.

É provável, como já observámos, que alguns povoados fortificados tenham tido essa função, pelo menos durante a primeira fase de ocupação romana do território. No entanto, mesmo contando com os referidos povoados é necessário averiguar outros locais que possam ter cumprido as funções de estações de muda. Jorge Alarcão (1996) sugere determinadas distâncias necessárias, quer para paragens curtas (*mutationes*), quer para paragens mais longas, que implicariam pernoitar (*mansiones*). Em alguns casos qualquer um destes sítios pode ter evoluído, por variadas razões, para um aglomerado de maiores dimensões, transformando-se em *vicus.*

Admitimos que em Prado (ID 3134202), situado a cerca de 7,2 Km de *Bracara Augusta*, tivesse existido um aglomerado que poderia inicialmente ter tido uma função de apoio à Via XIX, evoluindo posteriormente para um *vicus*. Possui, antes de mais, uma localização privilegiada na margem norte do Cávado com ligação, não somente ao rio e à passagem da via XIX, como, provavelmente, a outras vias secundárias, tanto a oeste como a leste. Para além das funções de *mutatio* ou *mansio* da via XIX, era o epicentro de uma região fulcral do ponto de vista económico, um *vicus,* justificando a atracção de outros equipamentos ainda não identificados, o que pode resultar da grande destruição operada no local devido à exploração intensiva de argilas até à actualidade (Martins 1990; Morais 2005).

De facto, sabemos que a região entre Prado e Ucha foi local de exploração de barreiros durante a época romana sendo provável que aí se tenha estabelecido, também, uma produção oleira que se manteve durante a Idade Média e persiste até hoje (Morais 2005: 355).

A existência de um centro de produção na região entre Prado e Cabanelas, na época romana, é quase certa dada a mancha intensa de vestígios cerâmicos entre a área de Ucha/Cabanelas e o local de Prado. O facto do local ter funcionado como centro oleiro, abastecendo tanto a cidade como a região reveste-se de maior importância para a compreensão do papel económico deste local no contexto da região em estudo. A identificação de vestígios de fornos que ainda possam existir na área obrigará a um intenso trabalho de prospecção, que ainda não foi possível realizar, de forma a confirmar o posicionamento exacto do *vicus* de Prado e a dimensão e importância desta área como centro simultaneamente abastecedor e produtor da região. Tais factos devem ser tidos em conta na percepção da rede viária principal e secundária que cruza esta área.

Admitindo a passagem da via XIX um pouco a montante da actual ponte do Prado, nada impede a existência de outros caminhos de travessia do Cávado.

No caso concreto da zona de Prado / Cabanelas é provável que uma outra via passasse o Cávado, junto ao lugar de Gaião (ID 3130802), na margem norte, permitindo uma ligação secundária que poderia entroncar na

via XIX, a montante, ou ter um percurso autónomo até Braga. A passagem desta estrada junto ao lugar de Gaião torna possível que este local, identificado como povoado de baixa altitude, tenha funcionado como ponto de apoio à passagem do rio Cávado, tal como acontece com o povoado de Outeiro dos Picotos (ID 3060701), com idênticas características, situado a alguns quilómetros da foz do rio Cávado (Morais 2005: 62; 67).

A permanência e importância desta passagem encontra-se bem atestada na Idade Moderna, na chamada "Estrada da Graça", importante via administrada pelo Mosteiro de Tibães, que controlava, também, a passagem do rio, no "Barco da Graça", tal como refere Aurélio de Oliveira: "A importante passagem do Cávado, na Graça era de posse exclusiva da Abadia (...). Acresce que essa passagem não servia só para pessoas, mas também para cavalgaduras, além de carros, coches e liteiras. O preço do arrendamento do Barco da Graça é também índice da importância dessa passagem (...). Essa via atravessava aí o rio Cávado seguindo por S. Eulália de Cabanelas e penetrando em Cervães. Aqui encontrámos nós referência, em Prazos da Mitra de Braga dos sécs. XVII e XVIII, a uma estrada que seguia para Viana do Castelo, e que deve ter constituído o prolongamento daquela importante passagem e da via do Couto, que deverá, naturalmente ter diminuído com a abertura e melhoramentos da Ponte do Prado (...)" (Oliveira 1979: 69-70).

O autor fala ainda dos melhoramentos feitos nesta passagem em meados do século XVIII, afirmando: "Compôs-se todo o caminho que leva à passagem da Graça, dotou-se de uma nova calçada e construiu-se no terminal um cais de pedra para fácil e segura acostagem da barca (...) (Oliveira 1979 : 72).

A importância desta via nas épocas medieval e moderna decorre, evidentemente, da importância da Abadia de Tibães no contexto da região e da necessidade de manutenção e administração de um importante caminho que atravessava o Couto. Interessa-nos salientar que este eixo viário, de importância estratégica para o mosteiro, deverá resultar da apropriação de um caminho mais antigo, provavelmente de origem romana, cujo traçado poderia assegurar a ligação à área de exploração e produção de Prado/Cabanelas.

Junto à via que de Braga saía para oeste, a sul do rio Cávado, a cerca de 7 Km da cidade, fica Martim (ID 3024701), local desde sempre identificado como uma *villa* (Almeida 1972; Martins 1990).

As escavações levadas a cabo por Carlos Alberto Ferreira de Almeida neste local permitiram identificar vestígios de um edifício, que parece ter tido pelo menos, duas fases de ocupação: uma de época romana e uma outra, pertencente à época suevo-visigótica. Da época romana deverão ser algumas pedras almofadadas encontradas, uma soleira de porta, *opus signinum*, parte de um capitel jónico, a base de uma coluna e ainda parte do *podium* de um templo e alguns fustes de colunas (Almeida 1972).

Se tivermos em conta que esta seria a via, por excelência, de transporte de todos os bens que chegavam a Braga oriundos do litoral, que poderia ter origem num hipotético porto fluvial que se situaria junto a Areias de Vilar, parece-nos possível admitir a instalação de um posto de apoio à passagem da Via XX em Martim.

A localização e tipo de vestígios detectados em Martim, implantado junto à via, parece mais condizente com as características de um aglomerado aberto ligado à sua passagem do que com as de um estabelecimento agrícola de tipo *villa.* Resta saber, neste caso, de que tipo de sítio podemos falar. Uma simples *mutatio* exigiria, apenas, um pequeno edifício para paragem. Ora, a presença de um templo implica uma outra "dimensão" social e religiosa do local, um outro tipo de aglomerados, o que aliás é mais condizente com a sua persistência na época suevo-visigótica.

Apesar das escavações realizadas não é possível, para já, caracterizar com rigor o tipo de sítio em questão, mas tão só levantar a hipótese de que o local possa não ter sido uma *villa* mas antes um aglomerado populacional com funções que poderão ter ultrapassado as que caracterizam uma simples *mutatio*.

A sul de Braga, junto à passagem da via que ligava *Bracara - Emerita Augusta*, por *Tongobriga,* localiza-se o sítio de Caldas das Taipas (ID 3080801), a cerca de 9 Km da cidade, que foi provavelmente um *vicus* com funções viárias, mas também termais (Martins 1995). Aqui foi encontrada

uma importante inscrição honorífica dedicada ao Imperador Trajano (CIL II, 4796=5560), datada do ano 103, gravada num penedo.

Muito embora os vestígios de qualquer estabelecimento termal romano pareçam ter desaparecido, talvez pela construção posterior de um outro, a natureza da inscrição referida não deixa dúvidas quanto à importância do local como aglomerado habitacional, pelo menos na época de Trajano.

O sítio de Caldas das Taipas pode ter funcionado, assim, como um *vicus* termal que agregou funções viárias, situação que deverá ter sido comum neste tipo de aglomerados. Um outro dado que merece reflexão é a proximidade do sítio relativamente à Citânia de Briteiros (ID 3084101), proximidade que pode, ainda que hipoteticamente, ajudar a ilustrar as mudanças operadas no primeiro século d.C. nesta região.

A Citânia de Briteiros mantém seguramente uma ocupação durante o século I da nossa era, sendo provável, todavia, que, progressivamente, tenha havido uma dispersão dos seus habitantes, quer pelo vale do Ave, que regista um povoamento rural intenso durante a época romana, quer para locais de crescente importância, como será a própria cidade de *Bracara Augusta* ou outros aglomerados que vão surgir junto à passagem da via romana, como o das Caldas das Taipas ou o identificado no sítio das Caldas de Vizela (ID 3085201), importante *vicus* da época romana.

2.3.2. *Villae* e epigrafia associada

As *villae* aqui inventariadas possuem em comum uma localização privilegiada nas zonas de veiga, em terras de grande potencial agrícola, com boa exposição solar, abrigadas dos ventos e com acesso a uma rede hidrográfica densa. A sua localização obedece ainda a outros parâmetros comuns, como seja, a sua implantação preferencial em zonas de declive suave ou em pequenos outeiros, cujas altitudes acompanham, maioritariamente, as curvas de nível entre os 50 e os 100 metros. Esta associação de características, reconhecida noutros contextos do Noroeste peninsular (Pérez Losada 1996), permitiria a estes estabelecimentos uma economia de policultura, que serviria o autoconsumo, mas também a

produção de excedentes necessários ao abastecimento da cidade (Martins 1995b).

A atracção exercida pelas vias sobre a formação de núcleos populacionais é recorrente, embora seja de notar que a implantação dos mesmos obedece a cuidadosos critérios. De facto, eles estruturam-se, não exactamente anexos aos eixos dos itinerários principais, mas a uma distância suficiente para permitir a sua segurança, funcionamento e eventual expansão, distância que na região em apreço ronda normalmente entre os 500 e os 1000 metros. Aliás, o esqueleto viário da região não se resumiria à rede de itinerários principais, pois incluiria, por certo, intensas ramificações em caminhos privados e vicinais. Todas estas condições possibilitavam uma relação estreita entre a cidade e o campo, relação visível na atracção que a cidade parece exercer na distribuição do povoamento da sua área rural.

Referem-se de seguida as *villae* identificadas na periferia da cidade de *Bracara Augusta* (Mapa 13, Vol. III).

Coturela, Braga (ID 3034603).

A *villa* de Coturela situa-se na periferia imediata da cidade romana, ocupando a plataforma superior de um pequeno outeiro. A urbanização do sítio, realizada sem qualquer acompanhamento arqueológico, deu azo ao aparecimento de vestígios de construções, elementos arquitectónicos e muita cerâmica romana de construção e doméstica. Luís Fontes considera que este sítio poderá corresponder à "villa Pascasi", referenciada na delimitação do temo de Dume, datada do ano de 1911 (Costa 1965: 38-40; Fontes 1993).

Infias / **Pachancho**, Braga (ID 3030352).

O local localiza-se na periferia de *Bracara Augusta* e aparece mencionado como *villa Infidias* na delimitação do termo de Dume (Costa 1965:38-40). No local da antiga fábrica Pachancho foi noticiado o aparecimento de elementos arquitectónicos, nomeadamente colunas romanas, em desaterros efectuados em 1917 (Oliveira 1979:174-175 e 182). A proximidade deste sítio relativamente ao solar de Infias levou-nos a interpretá-lo como um único sítio arqueológico, presumindo-se que corresponda a uma *villa*[55].

[55] Os achados em causa foram descobertos a oeste da Rua Nova do Areal, quando se procedia a obras de construção de um bloco de um hospital, em 1917, obra que não

Santarão, Semelhe, Braga (ID 3035301).

Desde o séc. XIX que é noticiado neste local o achado de moedas, designadamente, de Tibério, Nero, Agripina e Antonino, tijolos romanos, restos de canalizações, para além de vestígios de construções e elementos arquitectónicos, dos quais se destacam dois capitéis, em granito. O local que corresponde a uma veiga, com cerca de 75 metros de altitude máxima, aparece referido em documentos medievais por *Parata Samueli* (Costa 1965: 38-40), nome que Luís Fontes julga poder ter dado origem a Parada (de Tibães) e Semelhe (Fontes 1993:77). O achado de um pedestal de estátua dedicado a Augusto, datado do ano 3 a.C. (EE, VIII, 280=ILER, 1028), encontrado na capela do Senhor dos Lírios, também em Semelhe, é um facto que acrescenta importância a este local, uma vez que deve ter sido deslocado da cidade para uma quinta na sua periferia. A avaliar pela cronologia dos achados a *villa* datará dos inícios do século I da nossa era.

Dume, Braga (ID 3031001).

As escavações levadas a cabo no local por Luís Fontes, desde 1987, revelaram a existência de uma importante *villa* romana na envolvente da actual igreja. As estruturas identificadas parecem corresponder à *pars urbana* da *villa,* tendo sido identificado um *balneum*, que se conserva intacto, cujos alinhamentos não coincidem com os das *villa*, mas se adaptam à morfologia do terreno. Por sua vez, foi identificada uma basílica do período suevo, associada ao Bispado de Dume, remodelada na Alta Idade Média. Trata-se de um importante sítio, que regista uma continuada ocupação até aos nossos dias, que começou por ser uma *villa* romana, datada dos inícios do século I da nossa era, a qual viria a ser transformada em mosteiro anexo à basílica (Fontes 1992; 1993: 39-43).

chegou a ser realizada. Embora o actual solar de Infias se situe a cerca de 400 metros do achado das referidas colunas, o facto não invalida, na nossa opinião, a hipótese, formulada por Luís Fontes, de relacionar os achados com a *villa Infidias* (Fontes 1993). Esta hipótese parece-nos mais provável do que a sugestão de que tais colunas possam ser identificadas como miliários da via XVIII, embora seja importante salientar que os dados disponíveis são bastante elementares.

S.Miguel de Gualtar, Braga (ID 3031901).

Nos terrenos envolventes da actual igreja é possivel observar vestígios de *tegulae* e *lateres*. No local são igualmente conhecidas duas inscrições funerárias inéditas. Nas escavações aí efectuadas nos anos 90 do século passado encontraram-se silhares almofadados, reutilizados na construção medieval da primitiva igreja, que comprovam a existência de um sítio de cronologia romana, que presumimos corresponder a uma *villa* pelas características topográficas do local (Martins 1990:84; Fontes 1993: 55-56).

Espinho-Igreja, Braga (ID 3031201).

Junto à igreja paroquial de Espinho foi encontrada uma ara funerária truncada (Santos *et alii* 1983, 198). Nos terrenos envolventes é possível recolher fragmentos de material laterício e cerâmica comum de época romana. A presença de uma inscrição e o material romano que se encontra na superfície do solo, bem como as características topográficas do local, sugerem que estejamos em presença de uma *villa*.

Lomar-Igreja Velha, Braga (ID 3032301).

Nos terrenos junto à antiga igreja do mosteiro de Lomar encontram-se vestígios de material laterício. São ainda dados como procedentes deste local, sem precisão exacta, um miliário de *Crispus*, associado à passagem da via XVI, e duas inscrições funerárias. Uma delas assume particular importância pelo facto de referir um cidadão inscrito na tribo Quirina (CIL II, 2438), que pelo nome, *Titus Caelius Flacus*, parece possuir uma origem indígena, tendo sido promovido muito provavelmente na época flávia (Martins 1995).

Esporões-Igreja, Braga (ID 3031301).

No adro da igreja paroquial de Esporões recolheram-se uma ara a Júpiter e um marco de propriedade (Santos *et alii* 1983: 186-187; 201). Nos terrenos anexos à igreja é possível recolher fragmentos de *tegulae, lateres* e de cerâmica comum romana. As características topográficas do local, que atinge a cota máxima de 220 metros, bem como os vestígios romanos referenciados apontam para a existência de uma *villa* nas vizinhanças da igreja actual.

Pateira-S.Pedro de Merelim, Braga (ID 3032904).

Em trabalhos de prospecção realizados na zona da passagem da via XIX detectámos a existência de fustes de colunas e de uma pedra de lagar numa

propriedade cujos limites coincidem, a nascente com o possível traçado da via XIX e a poente com a actual estrada de Braga/Prado. Em todo o terreno é possivel encontrar cerâmica de construção e doméstica, datável de época romana. Julgamos possível relacionar esta exploração com a inscrição encontrada em S. Pedro de Merelim, que menciona um cidadão romano inscrito na tribo Quirina (ID 30032903).

Santo Estevão Velho ou das Pardelhas, Braga (ID 3033102).
Em Santo Estevão Velho ou das Pardelhas, nos terrenos a sul da destilaria, foi encontrada grande quantidade de cerâmica de construção e comum romana e vestígios de muros, dados que confirmámos em prospecções recentes. As características topográficas do local, bem como os achados referidos, sugerem que aí deveria existir uma *villa* romana.

Outeiro de S. Sebastião, Braga (ID 3033101).
O sítio ocupa uma zona plana e de terrenos férteis onde se recolhem, por uma extensa área, fragmentos de cerâmica romana em grande abundância. A área de dispersão de vestígios situa-se entre o Outeiro de S. Sebastião e a área do campo de aviação de Palmeira. No Outeiro de S. Sebastião, junto à igreja paroquial, situada numa pequena elevação, foi encontrado um tesouro com cerca de 4000 moedas, hoje desaparecido. Encontram-se, ainda em depósito no Museu Pio XII, dados como procedentes de Palmeira, uma base de coluna e dois capitéis (Martins 1990:84).

Adaúfe-Igreja, Braga (ID 3030103).
Nos terrenos envolventes da igreja paroquial de Adaúfe foram encontrados fustes de colunas, para além de cerâmica romana de construção e doméstica. Uma inscrição votiva, consagrada a "*Larisefius*, ou *Lari Sefio*" terá sido encontrada também nesta povoação, embora a sua localização exacta se desconheça (Martins 1990: 80-81). Uma lápide funerária inserida na parede da igreja de Santo André, na mesma freguesia, pode estar associada a uma possível *villa* a que podem referir-se os achados mencionados, ou assinalar outro local, presumivelmente uma *mutatio*, conforme interpretação de F. Sande Lemos[56] .

56 Esta interpretação não se encontra publicada, agradecendo-se ao investigador a sugestão fornecida.

Lajes, Braga (ID 3033501).

O sítio localiza-se numa zona de excelentes terrenos agrícolas, voltada ao vale do rio Cávado, ocupada por uma grande quinta cujos terrenos se estendem de Lages a Moutorre. Aí, numa ampla extensão de terreno, é possível encontrar cerâmica romana de construção e doméstica em grande quantidade, para além de alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena. Os achados parecem concentrar-se junto ao solar da propriedade, o que pode indicar que estaria aí o núcleo da possível *villa*, sugerida por M. Martins (1990: 88), devido à quantidade e dispersão de material.

Paço, Barcelos (ID 3025102).

O sítio localiza-se entre a igreja paroquial e o castro do Monte da Saia. No local apareceram *tegulae*, imbrices, cerâmica comum romana e vestígios de um muro. Se relacionarmos estes achados com a inscrição funerária aparecida na Quinta de Fralães talvez possamos admitir a existência de uma *villa* neste local que possui considerações topográficas adequadas para um estabelecimento deste tipo.

Alguns dos locais inseridos nesta categoria oferecem-nos algumas dúvidas de interpretação, razão porque os listamos separadamente. São eles:

S. Frutuoso de Montélios, Braga (ID 3033701).

Noticia-se o aparecimento de um tesouro monetário e de fragmentos de cerâmica romana, de construção e doméstica, numa ampla zona hoje incluída na chamada "Horta Pedagógica", nas cercanias de S. Frutuoso. Embora com dúvidas, colocamos a hipótese de a primitiva igreja de S. Frutuoso ter sucedido a uma *villa* romana.

Assento/Manhente, Barcelos (ID 3024501).

Numa área relativamente extensa (adro da igreja e quinta adjacente) noticia-se o aparecimento de *tegulae* e de cerâmica comum. Este local poderá relacionar-se com os fornos cerâmicos de Telheiras. Segundo Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996), o facto de, nas proximidades, passar uma via secundária, que atravessava o Cávado em direcção a Ponte de Lima, deve ser

tomado em linha de conta na avaliação da tipologia do sítio. Não sabemos, contudo, se estaremos perante uma *villa* ou um casal.

Santa Luzia, P. Lanhoso (ID 3091701).
Numa área relativamente extensa de campos situados entre os ribeiros de Lamas e de Castro, correspondentes a uma zona de terraço fluvial, com cota máxima de 100 metros, recolhem-se fragmentos de *tegulae*. No lugar de Souto, junto à estrada, existe também uma coluna que serve de apoio a um alpendre de habitação rústica (Martins 1990: 91).

A valorização da proximidade das *villae* em relação à cidade constitui um exercício de análise que pode potenciar múltiplas interpretações, desde as que se articulam directamente com a influência do centro urbano na delimitação do seu território rural, até às que podem valorizar o papel político que seria assumido pelos terratenentes nos órgãos administrativos das cidades romanas, os quais habitariam certamente fora delas, mas sempre suficientemente perto para puderem cumprir os seus cargos e exercer a sua influência.

A atracção exercida por *Bracara Augusta* em relação à implantação de estabelecimentos de tipo *villa* nota-se na intensa mancha de vestígios atribuídos a esta categoria de sítios, registada numa área que, grosso modo, podemos considerar corresponder a um aro de 5 Km, em torno da cidade. (Mapa 14, vol. III).

É aqui que se encontra uma série de estabelecimentos catalogáveis como *villae*, registando-se igualmente uma razoável densidade de outros vestígios que com elas poderão estar interligados. Por outro lado, é importante salientar a sua proximidade relativamente ao trajecto das vias principais que ligavam a cidade a outros centros urbanos, para além de poderem situar-se nas imediações de vias privadas e vicinais. A presença destas entidades terá, concerteza, condicionado a organização do habitat, embora nesta região seja difícil distinguir, em alguns casos, onde acaba a influência da cidade e começa a atracção das vias enquanto factor modelador do povoamento de matriz romana.

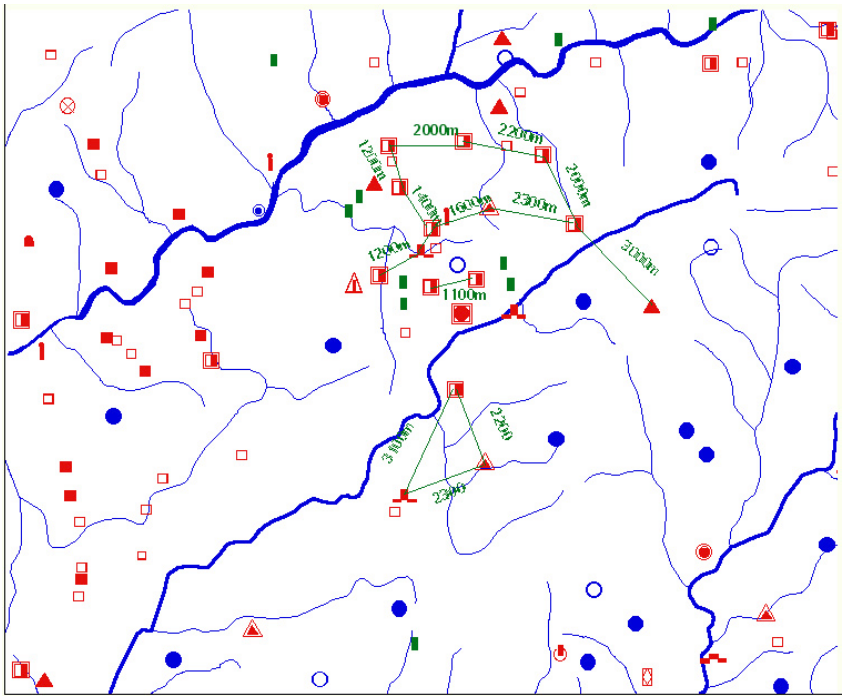


Figura 21. Distribuição e relações de proximidade entre as *villae*

Tabela 8. Distâncias das *villae* a *Bracara Augusta* e às vias mais próximas (em metros)

Sítios	*Bracara*	Via XVI	Via XVII	Via XVIII	Via XIX	Via Bracara/ Emerita	Via XX
Infias	950			200	700		
Coturela	1000				300/400		
Lomar	2000	10				400	
S. Frutuoso	2000				350		
Dume	2400			1000	508		
Santarão	2500				1500		1900
Pateira	3900				80		
Gualtar	4000		510				
Esporões	4100	984				500	
Outeiro S.Seb.	4700			1200	2200		
Adaúfe	4900			950			
Stº Estevão	5100				200		
Espinho	5300		2700				
Quinta de Stº André	5900			600	3400		
Lajes, Braga	9900		1590				
Assento/Manhente (1)	12200						
Sta Luzia, P. Lanhoso	13000		3500				
Paço, Barcelos	15700						

1) A 585 metros do rio Cávado.

Observação: A destaque, as *villae* que compõem as periferias aqui consideradas de *Bracara Augusta*

Um conjunto de outros achados pode ganhar sentido na apreciação do tipo de povoamento presente na área rural envolvente de Braga.

A *villa* de Dume possui um apreciável e importante conjunto de inscrições funerárias, votivas e honoríficas, facto que confirma a importância do local desde os inícios da presença romana na região, embora deva ter-se em atenção a possibilidade de que algumas destas inscrições possam não proceder do local.

Cabe destacar, neste conjunto, uma ara honorífica onde se homenageia Camalo, filho de Melgeco, Bracaraugustano, sacerdote de Roma, de Augusto (e) dos Césares, do Convento Bracaraugustano (Tranoy 1981:329-330). Trata-se, portanto, de uma inscrição dedicada a um sacerdote do culto imperial, cujo nome e filiação documentam a sua origem indígena. Admitindo-se que esta inscrição seja originária de Dume e não tenha sido deslocada da cidade, local mais adequado à sua fixação, poderemos considerar poder ter sido Camalo o presumível fundador da *villa* de Dume, ou um descendente do mesmo, o que implica uma reavaliação da cronologia da mesma, tendo em conta a datação que vem sendo sugerida para a criação dos conventos do Noroeste peninsular (Dopico Cainzos 1988; Rodríguez Colmenero 1996a;1996b; Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1999).

Com efeito, a cronologia flávia, proposta por Alain Tranoy para esta dedicatória (1981: 329-330) deverá, no nosso entender, ser revista, uma vez que tal hipótese partiu da convicção de que a fundação dos conventos remontava à época da dinastia flávia. Sabendo-se, agora, que tal fundação é anterior, muito presumivelmente da época de Augusto ou de Tibério, talvez importe realçar a onomástica e o esquema de filiação claramente indígenas do dedicante.

De facto os *Camali* encontram-se atestados em várias inscrições na Citânia de Briteiros, estando igualmente presentes no dossier epigráfico de *Bracara Augusta*. Por outro lado, aceitando-se a cronologia augustana/tiberiana para a fundação dos conventos, talvez seja possível admitir que a figura homenageada na inscrição de Dume seja um dos primeiros sacerdotes do *conventus*. Dado a ter em conta é, ainda, o facto

deste sacerdote acrescentar à sua filiação, claramente indígena - [CA]MALO MELG/[AECI FILIO - o facto de ser B]RACARA/[V]GVSTANO, dando conta da afirmação de uma identidade que importava salientar.

Uma outra inscrição procedente de Dume é o voto feito a Júpiter Depulsor ou Repulsor - IOVI/ [D vel R]EPVLSORI - por Dúrmia Pursina (CIL II, 2414=ILER,102).

Ainda no capítulo da epigrafia votiva presente na região de Braga, refiram-se duas outras inscrições, com texto praticamente idêntico, encontradas em Esporões, Braga, e no povoado de S. Mamede, Guizande. O dedicante é, em ambos os casos, provavelmente um liberto, de nome Hermes.

Na ara encontrada em Esporões (ID 3031301), Hermes cumpriu o seu voto a Júpiter Óptimo Máximo, pela saúde de *Tiberius Claudius* (?) *Niger* (ou *Nigrinus*), eventualmente o seu antigo dono: PRO S(*alute*) /TI(*beri*) C(laudi?) NI[S]G(*ri vel rini*)/ I(*ovi*) O(*ptimo*) M(*aximo*) / HERMES/ V(*otum*) L(*ibens*) S(*olvit*).

Já no povoado de S. Mamede, em Guizande (ID 3032002), a dedicatória é feita por Hermes a ANTISC/REO, uma divindade indígena: PRO S(alute) / TI(*berii*?) C(*aesaris*?) SE[…] / HERMES / V(*otum*) S(*olvit)* L(*ibens*) M(*erito*).

O motivo da homenagem foi, provavelmente, a aquisição da liberdade de Hermes e, na quase certa possibilidade de que se trate da mesma personagem, não deixa de ser curiosa a necessidade de cumprir dois votos, pela saúde da mesma personagem: a Júpiter, num local onde supomos ter existido uma *villa,* e a uma divindade indígena, num povoado fortificado situado não muito longe do local onde se situaria a *villa* de Esporões.

Finalmente, uma outra inscrição votiva, eventualmente ligada a uma *villa*, refere a dedicatória aos *Lares Sefius, Lares* que aqui podem assumir a função de protectores do dedicante e da sua família (*Comes pro salute sua et suorum*).

A algumas das *villae* referenciadas na região situada em torno de Braga podemos associar algumas necrópoles ou inscrições funerárias que possuem, aparentemente, relações de proximidade com as entidades descritas. As inscrições constituem uma fonte preciosa que nos permite

conhecer melhor a onomástica dos eventuais proprietários das referidas *villae* e uma aproximação ao tecido social da região periférica de *Bracara Augusta*.

2.3.3 Necrópoles e epigrafia associada

A referência a necrópoles constitui, a par com a epigrafia funerária, um importante indício de povoamento.

Se a localização das necrópoles não nos fornece uma localização precisa de um habitat, indicia-o indirectamente e pode, por relações de proximidade, ajudar-nos a estabelecer redes mais coerentes de "indícios". Já a epigrafia funerária possui outras características. Sendo pedras escritas e aparelhadas, podem encontrar-se muitas vezes fora do seu contexto original.

De facto, são bastante comuns os achados de inscrições nos adros de igrejas, ou o seu reaproveitamento como material de construção, fenómeno que se regista tanto no meio rural como no urbano.

De qualquer forma, embora em muitos casos a epigrafia funerária não forneça dados georeferenciados, ela possui uma mais-valia substancial, pois, constituindo informação escrita fornece uma imagem, ainda que evidentemente incompleta, das pessoas cuja sepultura se fazia no campo. De facto, se confrontarmos, para a região em estudo, os dados fornecidos pela epigrafia funerária com os presentes nos monumentos votivos, passamos a dispôr de um quadro social que não se configura muito diferenciado daquele que encontramos na cidade, com uma maioritária presença de indígenas romanizados, alguns cidadãos e raros casos de libertos.

As necrópoles conhecidas na área mais próxima da cidade, com excepção das directamente ligadas ao centro urbano, são apenas três.

Necrópole de Carquemije, Braga (ID 3031002).

Esta necrópole está, com toda a probabilidade, relacionada com a *villa* de Dume. Situa-se a cerca de 1 km. da parte urbana da *villa* e foram aí encontradas três sepulturas de inumação, em obras de abertura de um caminho (Martins 1990: 83). As inscrições que daí procedem foram, na maioria dos casos, encontradas fora do seu contexto original, tendo sido levadas para a igreja de Dume ou encontradas na freguesia. A epigrafia conhecida dá conta

de um quadro social de extrema importância na compreensão do papel assumido por esta *villa* no decurso da época romana (ID 3031001). Uma das menções ao *castellum Agripa* encontra-se aqui, numa inscrição dedicada a Apilo, filho de Arquio (CIL II, 2433). Esta dedicatória remonta seguramente aos inícios da romanização da região, mencionando um indígena oriundo de um *castellum* (talvez o Castro Máximo) que aqui se fixa e é sepultado. Numa outra ara funerária datada do século I faz-se referência a um cidadão, *Lucretius Saturninus*, inscrito na tribo Quirina (CIL II, 2444). Uma outra ara funerária de extrema importância é a que menciona uma flamínica da Província da Hispânia Citerior, *Pro Nigrina*, num monumento consagrado pelos seus herdeiros (Tranoy 1981:330). Procederão ainda desta necrópole uma outra ara funerária fragmentada, onde se lêem apenas as duas últimas linhas que indicam a idade do defunto (CIL II, 2456) e a única inscrição encontrada no local da necrópole (ID 3031002), que menciona Abrónia (ou Aprónia) Quinta, filha de Abrónio (ou Aprónio) Reburo (Tranoy e Le Roux 1982, 32-33).

Necrópole de Cabanelas, Vila Verde (ID3130801).

Identificada entre os lugares de Veiga e Cachada esta necrópole foi inteiramente destruída aquando da sua descoberta, dela se conhecendo apenas a referência a alguns achados que consistiam em caixas de tégulas associadas a vasos cerâmicos. Procedente de Cabanelas, sem indicações mais precisas, é uma ara sem inscrição, depositada no Museu Pio XII, em Braga. Estando a ara e a necrópole certamente associadas aos eventuais equipamentos da região oleira de Prado/Cabanelas é impossível, por ora, sem mais informações, avançar mais interpretações.

Necrópole de Stª Maria Madalena, Areias de Vilar (ID3021103).

Albano Belino (1909: 25) noticia o achado de uma necrópole junto da capela referida. Junto a esta refere-se igualmente o achado de material laterício (Almeida 1996: 218).

Para além das inscrições funerárias já referidas e relacionadas com a necrópole e *villa* de Dume, conhecem-se outros cinco monumentos deste tipo na região em análise.

Uma das inscrições conhecidas foi encontrada numa parede da igreja paroquial de S. Pedro de Merelim (ID 3032903), tendo sido reaproveitada

como material de construção. Menciona um cidadão romano, Lúcio Valério Rufino, inscrito na tribo Quirina (CIL II, 2450=ILER, 5112). A homenagem foi cumprida, por disposição testamentária, pelo seu filho e herdeiro, o que parece indicar uma necrópole de uma família de cidadãos que teria a sua habitação no campo, eventualmente numa *villa*.

As prospecções efectuadas junto ao troço da via XIX permitem-nos aventar a hipótese de que tal necrópole se relacione com os vestígios detectados em Pateira, uma *villa* que se situava a cerca de 4 Km de *Bracara Augusta*. A reutilização da epígrafe na parede de uma igreja não é de estranhar, sendo possível que a necróple não estivesse muito afastada deste local, uma vez que o limite oeste da *villa* de Pateira se situaria, provavelemente, nos terrenos junto à estrada actual Braga / Prado, onde fica a igreja de S. Pedro de Merelim.

Numa das paredes da capela de Santo André, encontrou-se uma lápide, cuja leitura permite apenas reconhecer a sua tipologia funerária. A inscrição estará, provavelmente, relacionada com uma eventual ocupação existente na Quinta de Santo André (ID3030101), situada a cerca de 6 km de Braga e junto à via XVIII, local onde se encontram abundantes fragmentos de cerâmica romana.

Ainda relacionada com uma *villa*, situada neste caso em Espinho (ID 3031201), a cerca de 5 Km de *Bracara Augusta*, estará a ara cujo texto nos permite apenas reconhecer a tipologia funerária da peça e o formulário, perfeitamente romano, da fórmula final: [... / …]TOV […/…] AN XXI [.. /.] V […] MAT[(*er*?)] / FILIO CAR[I/S]SIMO FECI[T]...

De Lomar (ID 3032301) procedem duas inscrições funerárias. Numa delas apenas se consegue ler [A]RRVNTI VEGETI [...]. Uma outra menciona um cidadão romano inscrito na tribo Quirina: T CAELIO T F / QVIR / FLACCO, aparentemente um indígena promovido, como já referimos quando falámos da *villa*.

Uma inscrição funerária de um legionário, Aurélio, filho Patrício, encontrada na Casa da Quinta da Honra de Fralães (ID3025101), estará muito provavelmente também relacionada com a *villa* de Paço (ID3025102), situada no sopé do castro do Monte da Saia.

Finalmente, no local de Ribeiro, em Lago, Amares (ID3011301), foi encontrada uma ara funerária que, pela onomástica, poderemos associar a uma família de indígenas romanizados. Trata-se de uma dedicatória a Mário, filho de Adrono, de seis anos.

2.3.4. Explorações agrícolas e artesanais

A área "industrial" mais significativa reconhecida no território em apreço é, sem dúvida, a que se situa entre Prado / Cabanelas e Ucha, que funcionou como centro abastecedor de argilas para as olarias de *Bracara Augusta*, o que poderá ter dado origem ao desenvolvimento neste local de um *vicus* (Martins 1990).

A zona de Cabanelas foi também, quase seguramente, um centro oleiro (Morais 2005), onde para além de alguma cerâmica de mesa pode ter sido produzido o material laterício, indispensável à construção dos edifícios da cidade.

Na zona de Prado / Cabanelas foi encontrada uma necrópole (ID 3130801), para além de uma série impressionante de vestígios cerâmicos, dispersos por uma vasta área. Mais a ocidente, identificou-se em Ucha, Barcelos, um povoado de baixa altitude conhecido pelo nome de Crasto (ID 3028201), que podia estar ligado à exploração de argilas, embora as escassas recolhas de materiais de superfície não permitam senão uma sugestão, impossível de confirmar.

Em qualquer caso, a presença de um centro, simultaneamente abastecedor de barros e produtor de cerâmicas, situado a cerca de 7/8 Km de Braga, assume particular importância no contexto das relações económicas da cidade com a região envolvente. No entanto, a dimensão e real importância do sítio de Prado como centro produtivo só poderão ser entendidas com uma investigação aprofundada, que implicará prospecções e escavações, no sentido de esclarecer possíveis relações entre o local e a cidade.

No âmbito do que podemos designar como estabelecimentos "industriais", cabe ainda referir a existência de uma pisoaria, associada a uma família, eventualmente oriunda de Lugo (Tranoy 1981), que deveria ter a sua

oficina em S.Vicente, Montariol, onde foi identificada uma inscrição votiva que homenageia *Marte Tarbucelis* (ID 3031003).

Já na região a poente de Braga, no actual concelho de Barcelos, há vestígios de fornos cerâmicos, nalguns casos susceptíveis de serem associados com alguns estabelecimentos agrícolas, como acontece no caso de Stª Maria de Galegos (ID 3026801).

Uma série de locais, que se presume serem de reduzidas dimensões, poderia estar ligada à exploração agrícola. A observação da sua distribuição permite-nos constatar uma mancha intensa deste tipo de estabelecimentos na região a poente de Braga, a qual será objecto de um estudo mais detalhado no capítulo 5 desta tese. Precisamente porque a avaliação desta intensa dispersão de pequenos estabelecimentos parece obedecer a uma forma diferente de organização e exploração do espaço agrícola, deixaremos para esse capítulo a avaliação detalhada de cada um dos casos. Concentremo-nos, portanto, na área mais próxima da cidade.

Tabela 9. Explorações agrícolas

Nº ID.	Designação	Caracterização dos achados
3030104	Fontela- Adaúfe, Braga	cerâmica
3031003	Casas Novas	cerâmica
3031004	Remelhe	cerâmica; canalização
3032902	Castro Mau	cerâmica
3033103	Stº Estevão	cerâmica,ara anepígrafe
3134204	Barreiro, Vila Verde	cerâmica
3091801	Quinta de Arrabalde, Lanhoso	cerâmica

A tendência geral observada relativamente à localização preferencial de pequenos estabelecimentos agrícolas, sugeridos basicamente por manchas de vestígios cerâmicos, revela que estes surgem em zonas de solos férteis e próximo das vias, o que, aliás, é coincidente com a distribuição já constatada para as *villae.* No entanto, a segura identificação de algumas dessas

manchas com explorações agrícolas e, sobretudo, a avaliação da sua dimensão ou cronologia é, como já salientámos, impossível de confirmar.

Todavia, a indiscutível relação de proximidade de algumas *villae* com manchas de materiais, sugestivos de estabelecimentos associados à exploração agrícola, sugere que estes possam constituir equipamentos associados ou subsidiários daquelas. Poderão estar neste casos o sítio de Remelhe (ID 3031004), localizado perto da *villa* de Dume, o de Santo Estevão, porventura relacionado com a *villa* de Santo Estevão Velho, ou ainda o sítio identificado como Quinta de Arrebalde (ID 3091801), próximo da *villa* de Lajes, na Póvoa de Lanhoso (ID 3033501).

Para além de pequenas explorações, que podem corresponder a equipamentos integrados nas *villae*, haveria, concerteza, unidades de exploração agrária de tipo familiar, de menores dimensões, habitualmente classificadas como casais ou quintas, que explorariam os recursos agrícolas em propriedades de pequena ou média dimensão.

Poderemos incluir nesta categoria de explorações o lugar de Fontela (ID 3030104), ou o lugar de Barreiro (ID 3134204), em Vila Verde.

Já os vestígios encontrados em Monte do Ouro, embora próximos da *villa* localizada na Quinta de Stº André (ID 3030101), podem corresponder a uma ocupação mais tardia, datada do período medieval, sendo difícil avaliar se essa ocupação poderá suceder a uma ocupação mais antiga, de cronologia romana.

A atracção exercida pelas vias na estruturação da rede de estabelecimentos de exploração agrícola, sejam eles *villae*, casais ou pequenas quintas, segue, como facilmente se observa, a tendência geral já constatada relativamente ao povoamento de tipo concentrado existente na área, facto que não será de estranhar dada a intensa rede viária que atravessa as regiões de solos mais férteis. A questão que se coloca, nestes casos, é a de saber se estamos perante uma exploração agrícola de tipo casal ou se as manchas de vestígios detectadas podem corresponder a algum outro tipo de equipamento, cuja função seja o de simples apoio ao trânsito de bens e pessoas. Neste caso, o cálculo das distâncias necessárias a paragens ao longo das vias pode ajudar-nos a estimar essas possibilidade.

Tendo em conta o critério referido e avaliando os dados disponíveis é possível admitir que o lugar de Bouça Alta, Braga (ID 3032701), poderia corresponder a uma *mutatio* da Via XVIII, sendo provável que em Castro Mau (ID 3032902), ou Santo Estevão (ID 3033103), existissem outras de apoio à Via XIX.

Podemos também admitir que, quando próximo de uma via, um estabelecimento possa ter uma vocação claramente agrícola e acumular essa função com uma função de apoio à circulação, o que implicaria a existência simultânea de uma pequena área de serviços, que poderia não ser mais que uma taberna ou *caupona*. Talvez seja este o caso de Casas Novas (ID 3034604), lugar situado junto à passagem da via XIX e relativamente perto de *Bracara Augusta*.

3. Limites e escalas nas periferias

Face à análise que efectuámos das entidades e de algumas das relações que parecem marcar o povoamento na região envolvente de *Bracara Augusta*, é sugestivo pensar que a cidade não teve, de facto, um impacte homogéneo no campo. Com uma dinâmica própria, longe de uma paradigma centrado apenas no consumo, as relações entre a cidade e o campo devem ser resgatadas tendo em conta uma forte interacção[57]. Delimitar este fenómeno é, no entanto, difícil.

[57] O debate em torno da relação entre a cidade e o campo remonta a Max Weber (1891) e, na sua esteira, a M. Finley (1977). Em 1990, C. R. Whittaker (1990) procedeu a uma revisão crítica da tese de Finley e dos seus principais opositores, relativamente ao papel da cidade romana e das suas relações com o espaço rural, incluindo neste debate a importância a atribuir aos *vici*. A tese de M. Finley (1977) seguindo as premissas de outros autores, defende a ideia da cidade consumidora/parasita, acentuando alguns aspectos essenciais: i) a cidade antiga, contrariamente à medieval, não possuía funções separadas entre cidade e campo; ii) a cidade antiga vivia do campo; iii) as rendas dos consumidores citadinos vinham da terra e não de actividades comerciais. Alguns autores protagonizaram sérios ataques a esta tese. G. Pucci (1983) e J. P. Morel (1981) sustentam a ideia de que as principais mudanças na produção de cerâmica fina coincidem com períodos da maior pujança das cidades, parecendo ter havido "indústrias urbanas" cujo desenvolvimento se faz para servir o mundo rural. Para K. Hopkins (1980) por seu turno, as cidades cumpriam um papel vital no ciclo de cobrança de impostos: pagando em dinheiro aos produtores rurais permitiam que estes pagasssem os impostos, mas, para além disso, o dinheiro dos moradores da cidade provinha, em grande medida, da venda e exportação de produtos manufacturados, o mesmo é dizer, que tanto o comércio como a produção artesanal pagavam as necessidades de consumo das cidades. Ph. Leveau (1983; 1984; Leveau e Goudineau 1984) e J. Wacher (1974), entre outros investigadores,

Aquilo que nos propomos fazer, num primeiro momento, é tentar, através da análise cartográfica dos níveis de concentração e dispersão dos vestígios arqueológicos, surpreender a ocorrência de diferentes áreas de articulação do povoamento *suburbano*. Depois, tentaremos estudar as características do parcelamento rural romano à volta da cidade, apresentando os primeiros resultados da investigação sobre o cadastro centuriado.

3.1. Áreas de concentração e dispersão de povoamento

Ao analisar a periferia da cidade romana, Penelope Goodman (2006) verificou que a expressão *suburbanum*, a mais utilizada em época romana para definir a realidade envolvente da cidade, recobria um espectro de situações que, longe de estarem bem tipificadas, evoluíam de forma heterógenea no espaço, numa extensão que só caso a caso é passível de ser abordada. Isto é, a própria distinção entre a cidade, o *suburbium* e o

---

desenvolveram a tese de que a cidade deve ser entendida como "organizadora" do espaço rural, sendo necessária à organização e redistribuição dos produtos agrícolas. Ph. Leveau ataca o conceito de parasitismo, no sentido em que o conceito implica decadência. Para C.R. Whittaker, Ph. Leveau peca na associação que faz entre a cidade consumidora de Finley com a ideia de decadência. A ideia de cidade-organizadora, em termos económicos, significa, entre outras coisas, a ideia de que a cidade pagava as suas necessidades de consumo com os lucros do comércio. Para este autor, a parte mais importante na tese de Ph. Leveau é a demonstração da existência de uma relação íntima entre a cidade e as *villae* periurbanas. Ora, para Whittaker, esta ideia não contradiz a tese de Finley, da importância das rendas rurais na organização da cidade. Os proprietários rurais eram, também, a élite urbana, que, por conseguinte, suportavam muitas das necessidades da *urbs*.Feita a resenha, sucinta, de algumas das posturas relativamente à relação cidade-campo, a questão que nos importa destacar relativamente a *Bracara Augusta* e à sua relação com o espaço rural, é a de que importa adequar o debate à realidade arqueológica em causa. Desta forma se a ideia de cidade consumidora e parasita, em todas as suas asserções se adequa parcialmente a qualquer cidade romana, as *nuances* da questão ou a assunção da tese na sua totalidade não contempla, na nossa opinião, a realidade da relações específicas observáveis no caso de Braga romana. Por outro lado, a tese de Ph. Leveau de uma relação íntima entre a cidade e as *villae* periurbanas parece-nos inteiramente justificada para o território de *Caesarea* na Mauritânia, mas difícilmente aplicável à realidade de *Bracara Augusta* e da rede de *villae* que se estabelece quer na zona “periurbana” quer em diferentes zonas que nada têm de periurbano. Se o critério ordenador da cidade se pode aferir pela concentração de *villae* em torno da cidade, estabelecendo-se o limite de influência e de ordenação do espaço rural no “início do vazio” deste tipo de estabelecimentos, as semelhanças entre as relações de *Caesarea* na Mauritânia com o seu território rural e *Bracara Augusta* com o espaço rural envolvente são, neste aspecto, maiores que as diferenças.

.
.

campo, como acaba por concluir, é difusa, numa escala gradual de alteração das componentes determinantes da paisagem humanizada.

A cartografia dos vestígios arqueológicos em torno da cidade, num perímetro com cerca de 19,5 Km N/S, por 23 km Este/Oeste, permite surpreender uma diversificação zonal na orientação e articulação do povoamento (Mapa 14, Vol. III).

Antes de mais verifica-se a existência de uma clara concentração de vestígios que ocupa uma zona aplanada e fértil, cobrindo uma área de cerca de 5 km em torno da cidade. Dentro desta área, a zona a norte da cidade apresenta a maior densidade de ocupação, correspondendo à veiga enquadrada pelas áreas montanhosas de Montariol, a leste, e Gondizalves, a oeste. Esta maior concentração de vestígios estende-se igualmente, embora de forma menos intensa, para sul, pela chamada veiga do Penso, até à zona de Lomar e Esporões.

Aparentemente o rio Cávado, que atravessa esta zona, não representa um limite, no que respeita a alterações significativas do povoamento, o que está de acordo com o facto de muitas das quintas ainda existentes actualmente na margem esquerda terem a sua continuidade natural para norte. A área a norte do rio Cávado possui um conjunto de vestígios que se podem explicar pela proximidade em relação à passagem de vias, principais e secundárias, quer ainda com uma ocupação das terras agrícolas situadas junto ao rio ou, como na área enre Prado e Cabanelas, com a exploração de barreiros. Registe-se ainda que a região a norte do Cávado, aqui somente abrangida por uma pequena franja de terrenos, contava, na época romana, com a passagem das vias XVIII e XIX, para além de outras vias secundárias, certamente importantes na articulação da região.

Segue-se uma “cintura” de clara diminuição do povoamento, numa zona situada entre os 5 e os 8 Km de Braga,delimitada por uma mancha de relevos significativos, onde parecem subsistir alguns povoados da Idade do Ferro. Alguns deles localizam-se junto às vias que ligavam a região ao exterior, cruzando várias direcções, podendo ter funcionado como locais estratégicos de apoio e vigilância.

Com excepção da franja imediatamente a norte do Cávado, esta "cintura" coincide em todas as zonas, desenhando um limite a partir do qual se registam manchas de povoamento que parecem já não depender directamente da cidade. Destacamos três, relativamente à cidade: a oeste; a nordeste; a sudeste.

A zona a oeste da cidade será analisada com mais detalhe no capítulo 5. Importa, para já, chamar a atenção para a mancha intensa de povoamento visível nesta zona. A passagem da via secundária, que ligava *Bracara Augusta* ao mar poderá ajudar a explicar a localização de alguns desses habitats, mas a imagem mais impressiva é a de uma dispersão e intensidade de povoamento, cujas explicações se devem procurar, igualmente, nas potencialidade de uma região de vale aberto, com amplos recursos agrícolas e artesanais.

A nordeste da cidade, numa mancha de ocupação visível a norte do castro de Eiras Velhas e do traçado da via XVII, parece existir uma área que, apesar da sua proximidade relativamente a *Bracara Augusta*, não se enquadra naquilo que podemos considerar o seu território envolvente. De facto, estamos em presença de uma região de vale encaixado, com uma mancha de povoamento disperso, com algumas *villae* e a presença do Castro ou Castelo da Póvoa de Lanhoso.

A leste e sudeste, a imagem mais marcante é a de uma grande densidade de castros, que ocupam a zona de relevos que faz a passagem do vale do rio Cávado para o vale do Ave. Importa salientar as significativas diferenças, em termos de dimensão e cronologia, neste conjunto de povoados onde se inclui a Citânia de Briteiros. A passagem da via que ligava *Bracara* a *Emerita Augusta*, por *Tongobriga*, cruzava uma região de vale que possuia, entre outros recursos, fontes termais. A explicação desta mancha de povoamento pode, também, ser justificada pela provável dispersão para as zonas de vale de populações oriundas dos castros da região.

Tendo por base as observações precedentes parece-nos lícita uma segunda focagem do território em análise, que deverá ser realizada agora sobre um território mais restrito, permitindo a análise de outras questões relativas ao povoamento rural em torno de *Bracara Augusta*.

O espaço envolvente da cidade correspondente a um aro com cerca de 3 Km de raio parecia, até há poucos anos, um vazio. No entanto, esta percepção tem sido questionada de forma sistemática, devido às intensas obras e ao revolvimento de terrenos que foram realizadas nas últimas décadas que implicaram, afortunadamente, acompanhamentos arqueológicos. Assim, a ideia de um círculo "vazio" de ocupação naquilo que podemos chamar a zona periurbana da cidade romana está a ser substituída pela convicção de que a mesma regista, pelo contrário, significativa ocupação, testemunhada pela descoberta de *tuguria*, *viae vicinales* e *viae privatae* (Lemos 2002: 109-122) e, ainda, por estabelecimentos que julgamos corresponderem a *villae.*

Entre as *villae* que podemos considerar enquadradas numa área na periferia imediata de *Bracara Augusta*, encontramos a de Coturela (ID 3034603) e a de Infias (ID 3035201), ambas situadas apenas a cerca de 1 Km de Braga.

Uma rede intrincada de caminhos permitiria a ligação destes estabelecimentos entre si, bem como a sua articulação com outros estabelecimentos situados no campo e, evidentemente, com a própria cidade.

A este propósito, foi de suma importância a identificação arqueológica de alguns destes caminhos, bem como de pequenos sítios, dificilmente detectáveis em prospecções de superfície, resultante dos trabalhos de acompanhamento efectuados, em 2001, pela Unidade de Arqueologia, na abertura de uma variante à EN 14.

Estes trabalhos levaram à identificação, na zona a sudoeste da estação de Caminho de Ferro de Braga e na Cerca do Mosteiro da Visitação, de três *viae*, cuja construção se situa na primeira metade do século I, perdurando até aos séculos V/VI. Encontrou-se uma calçada, na Rua Capitão Alberto de Matos, que conduziria, segundo Francisco Sande Lemos, aos sítios de Monte de Cones, de Semelhe e do Senhor dos Lírios (Lemos 2002); entre a rua da Estação e a Avenida António Macedo, nos terrenos que correspondem ao antigo Mosteiro da Visitação, detectaram-se outras duas *viae* que se cruzam: uma de orientação NO/SE, com cerca de 4 / 4,5 metros de largura, e uma outra de orientação perpendicular. A via com orientação NO/SE poderia

conduzir, segundo o autor, às "*villae* de Coturela e de S. Frutuoso de Montélios" (Lemos 2002: 118-122).

As escavações realizadas nestas *viae* permitiram identificar uma ampla cronologia de utilização destes caminhos, sendo significativos os materiais que remontam aos inícios do século I. Destaque-se entre o material desta época, o achado de cerâmica de fabrico indígena, fragmentos de sigillata itálica (finais do século I a.C. / inícios do I d.C), fragmentos de sigillata sudgálica de meados do século I e, ainda, vários fragmentos de ânforas Haltern 70, bem como de outras ânforas datáveis do Alto Império (Lemos 2002: 109-110; 112-115).

No quadro destes acompanhamentos arqueológicos, uma outra novidade diz respeito a um conjunto de vestígios que Francisco Sande Lemos considerou corresponderem a indícios de *tuguria*.

Trata-se de covas abertas no saibro, que poderão corresponder a vestígios de cabanas feitas em materiais perecíveis, as quais estariam instaladas ao longo desses antigos caminhos. Os materiais detectados nessas covas inscrevem-se genericamente na primeira metade do século I (Lemos 2002), facto que leva a considerar a precoce implantação deste tipo de estabelecimentos.

Esta imagem, progressivamente mais preenchida da periferia urbana, pode completar-se, ainda, com outros monumentos, como santuários ou templos rurais, nomeadamente, a Fonte do Ídolo (Elena Garrido *et alii* 2007) – junto à Via XVII - e de uma ara, associada a vestígios de um pavimento, que pode indicar-nos a provável presença de um *fanum*, nas proximidades da Via XIX (Figura 22).



Figura 22. Altar votivo encontrado na periferia de *Bracara Augusta* (Carvalho et *alii* 2006)

Ainda na periferia imediata, numa extensão, que corresponde a uma mancha entre 1,5 Km e cerca de 3 Km, encontram-se também os sítios de Dume (a que se associa a necrópole de Carquemije), S. Frutuoso de Montélios, Semelhe, Lomar e Monte de Cones.

Como observámos atrás, a concentração de vestígios em torno de *Bracara Augusta* ocorre num raio que atinge cerca de 5 a 7 Km.

As condicionantes geomorfológicas desta área ajudam a explicar esta mancha, uma vez que estamos numa área pouco acidentada, com solos ricos do ponto de vista agrícola. Aqui encontramos os sítios arqueológicos de Pateira-S. Pedro de Merelim, Outeiro de S. Sebastião, S. Miguel de Gualtar , Stº Estevão , Quinta de Stº André e Espinho-Igreja.

Ainda dentro da área de cerca de 5 Km, contados a partir da cidade, encontramos alguns povoados fortificados. Alguns não possuem vestígios de ocupação romana e os seus territórios parecem ter-se integrado no *ager* ocupado pelos novos tipos de estabelecimentos, como parece acontecer com o Castro da Consolação, que deverá ter sido abandonado em finais do século I a.C..

Existem ainda três castros que apresentam vestígios de romanização, desenhando uma espécie de "contraforte" de povoados fortificados cuja ocupação perdurou na época romana. Referimo-nos aos povoados do Monte da Falperra, do Monte das Caldas, Gondizalves e do Monte Redondo, Guizande, que ocupam as zonas mais altas da área envolvente da cidade.

Por outro lado, constata-se o abandono de alguns povoados fortificados a norte de *Bracara Augusta,* como parece acontecer com o Monte Castro e com Pedroso, na zona de cotas menos elevadas da região.

A avaliação do abandono, retracção ou manutenção dos povoados fortificados, deve ter em conta diferentes variáveis. Se aplicarmos a estes povoados o modelo de análise de áreas potenciais de exploração, conhecido como *Site Catchment Analysis,* verificamos a manutenção de territórios ou áreas de exploração de meia hora (Figura 23)[58]. Ora é precisamente na periferia destes territórios que se instalam na época romana alguns novos sítios de matriz romana, como sejam as *villae*, o que pode justificar-se pela natural preferência relativamente às áreas de vale.

Assim, a lógica subjacente aos territórios de exploração dos povoados de origem pré-romana foi, naturalmente, recomposta ou refeita com a presença romana, sendo, neste caso concreto, alterada sob a interferência próxima da cidade romana e devido à necessidade de ganhar terras para instalar as novas formas de exploração agrícola.

58 A análise de territórios ou áreas de exploração dos povoados foi aplicada à Arqueologia na década de setenta por Vita Finzi e Higgs (Vita Finzi e Higgs 1970: 1-37; 1972: 27-36; Vita Finzi 1975: 225-231; 1978) e baseia-se num pressuposto simples, desenvolvido noutras áreas científicas por Von Thunen e Chistaller: a ideia de que as comunidades tendem a minimizar custos e rentailizar proveitos, sendo possível, por conseguinte, criar modelos de "mínimo custo". Aplicada à Arqueologia, esta ideia implica a aceitação de que uma comunidade terá uma área de aprovisionamento de recursos a uma certa distância do habitat e que, munidos das variáveis adequadas, poderemos definir áreas potenciais de exploração e territórios de influência. Este modelo foi aplicado por Manuela Martins (1990: 211-216) aos povoados da bacia do curso médio do Cávado. Uma releitura actualizada e estimulante sobre esta matéria foi feita recentemente por Alessandro Launaro (2004).

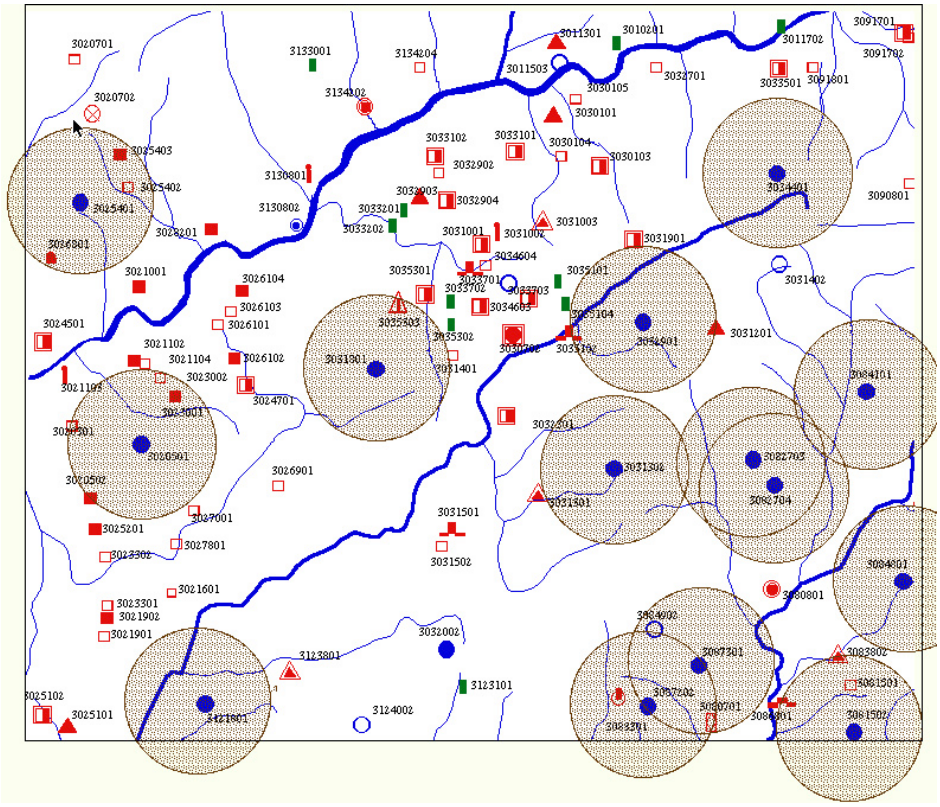


Figura 23. Esquema simplificado da definição de áreas de meia hora (2 Km) nos povoados fortificados da região em torno de *Bracara Augusta*.

3.2. O parcelamento rural

A constatação de uma série de alinhamentos que pareciam prolongar, na periferia imediata de *Bracara Augusta*, os eixos da cidade romana levantou a hipótese da existência de um possível parcelamento romano do espaço rural da cidade (Martins 1995). Essa sugestão conduziu ao levantamento e verificação de eventuais traços modeladores da paisagem no território imediato da cidade[59]

Intra-muros, a cidade de *Bracara Augusta* teria alcançado, no Baixo Império, a dimensão de 48 hectares. A confirmação efectiva de uma organização cadastral do seu território rural poderia ajudar a compreender melhor os mecanismos de desenvolvimento da própria *urbs*, certamente

[59] Este trabalho começou a ser efectuado por Rui Morais, a quem agradecemos o primeiro acervo bibliográfico sobre o tema e as primeiras conclusões a que chegou.

ligados à formação de uma elite de terratenentes que explorariam os recursos agrícolas da região.

Sabemos que as operações romanas de medida e de cálculo das superfícies e das propriedades ocorreram em vários locais do Império com fins fiscais, tendo suportado "un contrôle objectif des surfaces" (Moatti 1993: 94). Persiste, porém, a questão de saber se houve um controle efectivo não só das superfícies, mas também dos limites dos diversos territórios, com a consequente distribuição de terras. Esse controle poderia ocorrer de várias formas de que importa destacar duas: através da simples medição e delimitação geral do perímetro de propriedades, com vista à tributação, procedimento designado por *ager per extremitatem mensura comprehensus* (Ariño Gil *et alii* 2004:178-181; Ariño Gil 2005); mediante a imposição à paisagem de uma lógica de alinhamentos cadastrais que, organizando o território rural, permitissem não só o controle da superfície, mas também a delimitação e distribuição de terras, estruturando-se, neste caso, um cadastro.

Foi a necessidade de averiguar estas possibilidades que nos levou ao trabalho de diagnóstico, num espaço à partida extremamente difícil de estudar em termos arqueomorfológicos, como é o da actual região de Braga.

A investigação arqueológica sobre a relação entre formas cadastrais, território e povoamento tem, nas últimas décadas, crescido exponencialmente, tendência que reflecte, directa ou indirectamente, a aceleração dos ritmos e formas de intervenção nas paisagens contemporâneas (Favory et alii 1982; Chouquer e Favory 1991; Clavel Levêque et alii 1994; Clavel Levêque e Vignot 1994; Chouquer 1996, 1997, 2000). No entanto, a investigação relativa à morfologia histórica da paisagem reveste uma natureza complexa, que radica na própria opacidade das paisagens devido à sua longa sedimentação. Esta resulta da complexa ocupação humana e da dinâmica dos factores naturais, mas também dos fenómenos que vão tornando, ao longo do tempo, mais ou menos invisíveis as marcas dessa sedimentação.

A análise das formas de evolução da paisagem, numa perspectiva diacrónica, constitui a metodologia mais adequada a qualquer trabalho de arqueomorfologia, embora implique inevitavelmente a existência de equipas

alargadas e interdisciplinares. Por sua vez, é justo salientar que o aprofundamento dos estudos da paisagem rural romana[60]. tem implicado, nos últimos anos, uma revisão crítica de algumas perspectivas sobre a sua evolução, tendo sido sugerido a necessidade de criar novos critérios e técnicas de abordagem[61].

---

60 As fontes sobre a agricultura romana situam-se entre o séc. II a.C. e o I d.C. As fontes escritas mais importantes são, consensualmente, as obras de Catão (234-149 a.C.), Varrrão (116 -27 a.C.) e Columela (cerca de 60 d.C.). A obra de Catão, *De agricultura,* é a fonte literária talvez mais importante e conhecida no que se refere às condições agrícolas no tempo da República. Para além destes autores é possível aceder a uma colecção que organizou tratados de autores de diversas épocas, compilados naquilo a que se chama o *Corpus Agrimensorium*, elaborado no século IV d.C. Entre 1848 e 1852 estes textos foram organizados sob o título genérico de *Gromatici Veteres* e incluem autores como *Frontino, Agennius Vrbicvs, Balbvs, Higino Gromático* e *Siculus Flaccus*. Para além deste, um outro documento de extrema importância é o *Liber Coloniarum*, que nos informa, para além de nomes de cidades e do seu estatuto jurídico, da variedade das formas agrimensórias romanas, bem como da jurisprudência necessária a técnicos que deveriam saber definir a condição jurídica dos terrenos e avaliar. A relação entre o estatuto jurídico de um território e a forma de centuriar é tratada pelos autores antigos. Frontino define três tipos de territórios: *agri divisi et adsignati; mensura per extremitatem comprehensi e arcifinii qui nulla mensura continentur* (Castagnoli 1958: 31). As diferenças são, em termos de divisão geral, relativamente claras. No sistema de *mensura per extremitatem comprehensi ,* o sistema de medição aplicava-se ao território de uma *civitas* ou aos bens de um colégio sacerdotal; no terceiro caso não haveria qualquer medição e os limites eram indicados por referências a acidentes geográficos. O tipo de território que aqui nos interessa, particularmente, é o *agri divisi et adsignati,* tradicionalmente atribuído às cidades com estatuto colonial, como se constata nas afirmações de F. Castagnoli sobre o tema: "L'ager divisus adsignatus è proprio delle colonie come si ha da Frontino, 1". O autor explicita as variantes desta divisão, que inclui duas variantes: *ager limitatus* , subdividido por *limites,* ou *ager per strigas et per scamnas divisus et adsignatus*". Para divisões em territórios não coloniais, acrescenta: "Ma oltre che nelle colonie si ha divisione e assegnazone nei *municipii, praefecturae, fora, conciliabula*. E inoltre nelle distribuizone viritane: il termine che ricorre in tal caso è *iugeratio, adsignatio in iugeribus*. E, ancora, negli *agri quaestorii;* in essi si hanno limites (che vengono detti anche decumani) che racchiudono *laterculi* di 5*0 iugeri,* come abbiamo da Siculo Flacco (...) ma (...) nelle province, secondo Frontino (...) sono divisi per *strigas et scamna*. (...). Tra i moderni si ritiene la *strigatio* propria dei terreni non assegnati *optimo iure* e dunque soggetti a imposte, e ciò per il fatto che la *strigatio* segna in singoli possedimenti (al contrario della centuriazone nella quale i confini delle centurie no corrispondono ai confini delle proprietà), evendo lo Stato interesse a delimitare con chiarezza il catasto dei terreni soggetti a imposte. (...)" (Castagnoli 1958: 31).

61 As crónicas regulares de Monique Clavel-Levêque na revista "Dialoques d'Histoire Ancienne" permitem acompanhar o enriquecimento e o aumento da complexidade teórica e prática do estudo dos cadastros. A revista está disponível em www.persee.fr. A base de dados *Atlas Historique des Cadastres et des Mines d'Europe* constitui um acervo crescente de informação, consultável no site do Institut des Sciences et des Techniques de l'Antiquité em http://ista.univ/fcomte.fr/bdd_images /index.php.
A bibliografia sobre o tema é vastíssima, havendo um número considerável de sites que publicam resultados sobre múltiplas questões que dizem respeito a esta temática. Acrescente-se, que dada a natureza preliminar dos resultados a que chegámos e a extensa bibliografia sobre o tema, usaremos preferencialmente, o sistema de referências em nota de rodapé para registar, pontualmente, alguns dados que nos importa realçar para o lastro básico das tarefas realizadas. Deixando ausentes da "consolidação" bibliográfica muitos trabalhos existentes, e que conhecemos, julgamos mais oportuna esta tentativa de salientar os resultados mais do que as referências bibliográficas sobre o tema.

Ultrapassando uma perspectiva tradicional fortemente centrada no levantamento dos cadastros e na sua relação, por vezes forçada, com o *habitat* rural e a malha urbana, procura-se hoje fazer evoluir a investigação para uma história diacrónica da morfologia dos parcelamentos. Os passos desenvolvidos nesse sentido e os resultados que apresentaremos de seguida devem, assim, ser interpretados como uma abordagem preliminar de uma futura agenda de investigação

3.2.1. Metodologias de análise

O trabalho que foi realizado obedeceu a duas etapas distintas.

Numa primeira etapa, a nossa intenção foi procurar exclusivamente, numa região de cerca de 11,5 Km N/S por 7 km E/O, a existência de "alinhamentos coerentes", seguindo as orientações dadas pelos eixos de *Bracara Augusta* e já verificados na periferia da cidade. Era nosso objectivo diagnosticar as potencialidades do território em análise e inventariar problemas e metodologias a seguir em trabalhos futuros.

A escolha desta área deveu-se a dois factores: esta é, antes de mais, a região que, *grosso modo*, pode considerar-se a área rural de influência directa da cidade, tal como explicámos anteriormente, surgindo-nos como uma área suficientemente sugestiva, quer em termos de extensão, quer de condicionantes geomorfológicas para a avaliação que pretendíamos efectuar.

Articulámos, para o efeito, o tratamento da fotografia aérea com um Sistema de Informação Geográfica, pesquisando de forma sistemática todos os alinhamentos existentes no parcelamento rural, cuja orientação coincidisse com os eixos detectados no perímetro urbano de *Bracara Augusta* (Martins *et alii* 1994).

A cobertura aérea utilizada foi a do vôo de 1947 da RAF, na escala 1:30000. Após o trabalho de colagem e tratamento dos fotogramas, feito na aplicação *Adobe Photoshop,* o trabalho de fotointerpretação permitiu uma primeira triagem dos alinhamentos mais significativos[62]. O trabalho realizado

62 A metodologia seguida foi detalhadamente apresentada no II Congresso Peninsular de Arqueologia, num *Workshop* dedicado à aplicação de S.I.G's à arqueologia da Península

foi, posteriormente, importado para o Sistema de Informação Geográfica (SIGARM), já descrito no capítulo da metodologia (Bernardes e Carvalho 1996)[63]. Este SIG passou, assim a incorporar os dados obtidos com a foto-interpretação.

Constatámos desta forma a existência de um conjunto significativo de alinhamentos, sobretudo na área rural a leste e norte da cidade romana. Os resultados deste primeiro "diagnóstico" conduziram-nos à etapa seguinte, pois a área estudada era potencialmente interessante, mas a informação de base manifestamente insuficiente.

Numa segunda etapa, alargámos os suportes de informação fotográficos e cartográficos. Incorporámos, ainda, a prospecção sistemática de parte do território em análise, e, tanto quanto possível, usámos as fontes históricas disponíveis para esta região, em especial a medieval e moderna, nomeadamente tombos e escrituras de prazos produzidos pelo Cabido de Braga.

Assim, realizámos novas tarefas de foto e cartointerpretação. O material fotográfico utilizado foi, desta vez, a fotografia aérea à escala 1:18000, de 1938 (SPLA)[64],pelo potencial que apresenta do ponto de vista da conservação da paisagem rural. Embora com alguns problemas de qualidade de imagem, o conjunto de fotogramas referido representa a primeira cobertura aérea desta região o que permite uma visualização da paisagem, impossível de obter nas coberturas mais recentes. De facto, aqueles fotogramas mostram-nos a cidade dos anos 40, reduzida a um pequeno ponto, se a comparamos com a actual, assinalando um enquadramento rural

---

Ibérica e num poster exposto no mesmo congresso (Carvalho e Bernardes 2000: 125-131 e Carvalho 2000:143-146).

63 O trabalho de colagem e tratamento dos fotogramas 5012 e 5160 foi executado na aplicação Adobe Photoshop 4.0. O desenho do SIG foi elaborado em Map GrafixPPC 3.5, associado a uma base alfanumérica em 4th Dimension.

64 A primeira cobertura aérea existente foi elaborada pela empresa denominada *Serviço Português de Levantamentos Aéreos* (SPLA), cujo espólio foi adquirido pelos Serviços Cartográficos do Exército (SCE). A única informação que foi disponibilizada aos SCE foi a de que esta cobertura aérea terá sido efectuada entre 1938 e 1948. O segundo levantamento referido foi executado pela *Royal Air-Force* (RAF), em 1947, à escala 1: 30000. A comparação de alguns eixos da cidade romana, entre as duas coberturas, permite-nos verificar que os fotogramas à escala 1: 18000 são anteriores ao levantamento aéreo feito em 1947, mas a imprecisão subsiste pelo que deve ter-se presente que quando nos referimos à cobertura de 1938 para a região em causa estamos a falar de uma data provavelmente posterior mas, de qualquer forma, anterior a l947.

onde, apesar da já densa malha de povoamento, se mantinham ainda amplas zonas de campos de cultivo.

Ao *layer* correspondente a estes fotogramas, juntámos a análise da cartografia 1:25000 (folhas 56 e 70) e os levantamentos cadastrais à escala 1:5000, de 1968.

A cartografia 1:25000 utilizada foi a produzida pelos Serviços Cartográficos do Exército nos trabalhos de campo de 1948, elaborada a partir dos primeiros vôos sistemáticos do território nacional. Esta escolha foi intencional. De facto, esta cartografia é, em termos de pesquisa arqueológica, uma importante mais-valia, pois representa uma paisagem substancialmente menos alterada do que aquela que é oferecida pelas cartas mais recentes, facto bem visível na rede de caminhos, nas manchas de ocupação humana, bem como no leque toponímico, substancialmente mais completo no levantamento realizado em 1948.

A cartografia 1: 5000 utilizada para os concelhos de Braga e Vila Verde foi produzida pelas respectivas Câmaras Municipais. Se bem que desactualizados, estes levantamentos permitem uma visualização muito precisa do cadastro, facultando, ainda, um número substantivo de topónimos e microtopónimos, que, naturalmente, não constam das Cartas Militares de Portugal à escala 1: 25000.

Foi com base neste conjunto de material que recomeçámos a tarefa de avaliação sistemática da área em estudo. Toda a informação de base foi transposta para formato digital e trabalhada sistematicamente de forma a reunir o maior número possível de traços de parcelamento rural. Utilizámos, nesta fase do trabalho, o *software* AutoCAD 2007[65], que permitiu a organização de vários *layers* de informação, que reunem, de forma sistemática, todos os alinhamentos do parcelamento rural.

O *software* foi posteriormente actualizado, pelo que os resultados aqui apresentados constituem o resultado da migração do primeiro SIG, por nós elaborado, juntamente com as tarefas realizadas em AutoCad, para o sistema

65 O trabalho em AUTO CAD foi executado por Joaquim Folhento, Alfredo Barbosa e Eurico Loureiro.

ARQGIS 9.2.[66].

Na apresentação do trabalho optámos por legendar a grelha hipotética do cadastro com um sistema de números para os eixos N/S e letras para os que se dispõem no sentido E/O (Mapa 15, Vol. III)

No decurso destas tarefas pareceu-nos necessário proceder a uma prospecção sistemática, de controle dos dados sugeridos pela foto-interpretação, que se concentrou na região a Norte de Braga, num transepto definido, *grosso modo*, pela intersecção dos eixos 12, 13 e 14 com os Q a W, transepto onde se insere o traçado da via XIX, no seu percurso entre Braga e o rio Cávado[67].

Esta opção obedeceu a uma série de condições, entre as quais destacamos: as características topográficas e geomorfólogicas desta área, que a tornam passível de uma prospecção intensiva, utilizando a metodologia conhecida como "field walking survey"; a grande densidade de vestígios romanos já conhecidos, em que se destaca a zona arqueológica de Dume (Fontes 1993); a necessidade de averiguar, com detalhe, nesta área, o traçado da via XIX; o facto da região ser, em nosso entender, uma excelente zona de ensaio para pesquisas relativas à transformação da paisagem desde a época romana até à Idade Moderna.

Para além deste transepto, fizemos prospecções noutras áreas, seguirndo outras metodologias, consoante as condições efectivas do terreno e os diferentes objectivos, entretanto delineados. Em algumas zonas aplicámos uma metodologia de prospecção intensiva, com recolha, registo e identificação dos materiais recolhidos ("field walking survey"). Noutros casos, as prospecções incidiram na identificação, fotografia e registo de informações relativas a alguns traços de parcelamento, registando o seu uso actual, estado de conservação, características de delimitação dos eixos e uso actual dos solos confinantes.

Estes trabalhos de prospecção incidiram em torno de S. Frutuoso de

66 O trabalho de migração para ARQGIS 9.2. tem sido elaborado com o apoio de Helena Calado e António Moniz da Secção de Geografia da Universidade dos Açores e por Eurico Loureiro da UAUM, a quem agradecemos.

67 Recorremos à fotografia de satélite para os trabalhos básicos de conhecimento da rede viária e da estrutura geral do parcelamento, usando-a, também, como material de apoio nos trabalhos de prospecção efectuados.

Montélios (eixo 12 Q e R), na zona da calçada de Cones e ainda nos eixos a Sul da cidade (eixo O e N 13 a 15), por razões que se prendem, quer com a necessidade de conhecer melhor alguns dos alinhamentos detectados quer, ainda, com a provável destruição, a prazo, de todos os vestígios ainda existentes, tendo em conta os intensos trabalhos de urbanização a que a zona está a ser sujeita, situação particularmente grave na zona em torno de S. Frutuoso de Montélios.

3.2.2. O sector em torno da Via XIX, entre Braga e o rio Cávado

Os trabalhos de prospecção no transepto acima definido (eixos 12,13 e 14 com os Q a W) partiram, entre outros, da necessidade de verificar a possibilidade de um traçado alternativo aos que têm sido cartografados ou descritos por vários investigadores para o percurso da via XIX na área entre *Bracara Augusta* e o rio Cávado, alternativa que vem no seguimento de uma proposta de Luís Fontes (2005)

Com base nestas sugestões e no trabalho por nós realizado cremos ser possível sustentar um percurso da via XIX com saída da cidade por um eixo norte, passando na zona do actual convento do Pópulo[68]. Importa referir alguns dos argumentos que nos permitem sustentar esta afirmação face às propostas de uma saída da referida via pela Rua da Cónega (Almeida 1968) ou, pelo eixo oeste da cidade (Almeida 1979)

A saída da via pelo eixo oeste da cidade foi sustentada por Carlos Alberto Brochado de Almeida, que refere, assim, o seu traçado: "Deixando a porta de Maximinos a estrada dirige-se para as imediações da estação dos caminhos de Ferro, enveredando em seguida mais ou menos pela actual estrada para Semelhe, cortando um pouco mais adiante para o Monte Barral e calçada do Tourido, esta já na freguesia de S. Jerónimo de Real (...)" (Almeida 1979)[69] .

---

[68] D. Frei Agostinho de Jesus foi arcebispo de Braga entre 1587 e1609, tendo, em 1595, feito uma doação e dote de terrenos para construção do convento do Pópulo aos frades eremitas descalços de Stº Agostinho, construção que se inicia em 1596.

[69] Em Tourido existem referências ao achado de um miliário anepígrafe, peça que tivemos oportunidade de observar e cuja classificação como miliário nos levanta sérias dúvidas.

Esta proposta, que implica não só uma saída pelo eixo oeste, mas, sobretudo, uma inflexão considerável da via ainda mais para poente, pelo monte de Cones e calçada do Tourido, parece-nos, neste momento, uma hipótese a rejeitar. É possível que parte deste trajecto corresponda a uma via secundária, justificadas pela necessidade de ligação da cidade à *villa* de Semelhe, ou ao importante sítio arqueológico de Cones, mas, de modo algum, ao traçado da Via XIX.

A saída da via pela Rua da Cónega ou Rua da Boavista, seguindo por Real e daí até ao Cávado, pela actual estrada de ligação a Prado, passando o rio na zona da actual ponte, defendida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968: 34) levanta igualmente uma série de objecções. Antes de mais, e a fazer fé na imagem mais antiga que representa a zona, o *Mapa de Braunio* de 1594[70], esta saída é posterior aos finais do século XVI. De facto, neste mapa não aparece qualquer traçado que possamos fazer corresponder à Rua da Cónega, mantendo-se o eixo norte, que defendemos como o original traçado da Via XIX, como o mais claramente registado. Não há, por conseguinte, qualquer elemento que permita sustentar a hipótese de construções na Rua da Boavista (Cónega) antes de finais do século XVI.

Estamos mais próximos da suposição de Luís Fontes que acredita poder tratar-se de um marco em forma de meia coluna que poderia servir de limite de freguesias (Fontes 1993).

70 Esta gravura, normalmente referida como "mapa de Bráunio", representa a cidade de Braga em finais do século XVI e faz parte de um dos atlas mais conhecidos da cartografia do Renascimento, o Atlas urbano de Georg Graun e Franz Hogenberg, publicado em Colónia, sob o título de *Civitates Orbis Terrarum*.



Figura 24. Mapa de Braga (Braunio, 1594)

As referências à Cónega em documentação medieval do Cabido permitem, antes, fixar uma grande quinta ou campo murado, circundado por um caminho. O Campo da Cónega, cuja constituição é provavelmente posterior à divisão das propriedades entre a Mesa do Cabido e a Mesa da Mitra, em meados do século XII, parece configurar-se como uma propriedade bem estruturada entre S. Pedro de Maximinos, Cones e o canto da antiga Porta Nova. O circuito do muro e, portanto, caminhos, englobava duas direcções: a de Cones e a de S. Pedro de Maximinos. Ficará, por esclarecer

Em 1389, a propósito de um pagamento de que se devia pela leira da choça, na Lavandeira, refere-se que esta entesta na carreira "que vay arredor do muro da Coonega pera Coones" (Nogueira 1998: 94). Numa questão sobre águas, implicando o abade de S. Pedro de Maximinos, descreve-se, em 1493, que "açerca da dicta egreja de Ssam Pedro em a carreira que vaj pera ella da Conega esta hua fonte perenall de que corre agua e logo entra em huum campo" (Arquivo Distrital de Braga (ADB), 2ª Gaveta das Propriedades do Cabido, doc. 50).

No tombo das propriedades do Cabido, realizado em finais do século XV, refere-se a devesa da Cónega, a propósito de uma outra situada em Cones[71]. Esta confrontava com uma parede grande de pedra com a devesa da Cónega. No extremo, na parte de baixo, refere-se uma estrada que vai de Cones para a Cónega:

"Item em Coones esta hua leira de devessa (…) que he toda de castanho e de carvalho (…) E parte a dita leira per hua parede de pedra que he grande e boa parede que vay antre ella e a devessa da Coonega que he do cabiido E vay a dita parede de fundo acima tanto quanto vay a dita leira E a dita leira jaz acarom (?) da dita parede E da outra parte esta outra leira de devessa que foy de Lopo Fferrnandez do Penedo E antre hua e a outra esta huum valado por estrema por onde parte E da parte debaixo vay entestar na estrada que vay de Coones pera a Conega em hua parede que esta antre ella e a dita estrada E da parte de cima entesta em hua rriba que esta antre ellas e huum campo que he da Conega que também he do dito cabiidoo (sic)" (ADB, Tombo 4º do Cabido, fl. 52v.).

Em meados do século XVIII são feitos os Índices dos Prazos das propriedades urbanas (Casas) e rurais (Casais) do Cabido, numa operação gigantesca de verificação e encadeamento do arquivo documental da instituição, que terá no Mapa das Ruas de Braga (1989-1991) a sua expressão mais espectacular. Aí se levanta rua a rua o desenho e características das casas, num levantamento minucioso das fachadas. Nos Índices ficarão registados num registo sumário que remete para os Livros de prazos, existentes desde finais do século XV, os sucessivos emprazamentos e renovações de prazos de cada uma das propriedades[72].

---

71 Este Tombo é particularmente minucioso na anotação dos elementos demarcatórios das propriedades. Consulte-se, a propósito, Cunha 2004.

72 Se considerarmos o registo colectivo – sob o formato de cartulário - das propriedades da diocese de Braga desde a sua restauração, em finais do século XI, com o Bispo D. Pedro, podemos pensar que o encadeamento do parcelamento e da propriedade rural e urbana tem meios para ser feito na longa duração (Amaral 1990; 2007). Quanto a nós, a investigação deve privilegiar o estudo por quadrantes ou sectores, desde o século XII até ao século XIX, numa investigação que não deve ser norteada por uma periodização demasiado curta. O programa de trabalhos efectuado no âmbito dos Mestrados de História Medieval, ao conseguir atingir um patamar de estudo sobre o património do Cabido, através de estudos de determinadas conjunturas, deverá dar lugar a um entrosamento efectivo da documentação medieval e dos livros de prazos das casas e dos casais, disponíveis para os séculos XVI-XIX, no âmbito cruzado de uma arqueologia do território. Pensamos, deste modo, que, a prazo, é possível fazer uma reconstituição georeferenciada do parcelamento dos arrabaldes de Braga, à semelhança do que Maria do Carmo Ribeiro

No índice urbano (o das casas), o cabido só conseguirá fazer recuar a documentação existente sobre o arruamento da Cónega a 1607 (ADB, Índice das Casas do Cabido, t. IV, fls. 267-440). É no índice rural que encontraremos inventariados os documentos ligados à Cónega, enquanto quinta (ADB, Índice dos Casais do Cabido, fls. 442-442v).

Na cartografia posterior, nomeadamente no Mapa de Braga de André Soares, de 1756, a rua da Cónega aparece já representada, verificando-se o desaparecimento do antigo eixo, para norte, que corresponderia à fossilização do traçado da via XIX.

A questão estará, pois, em compreender que alterações explicam a "desactivação" do eixo da antiga via XIX em detrimento daquele que acabará por consolidar-se na Rua da Cónega e no trajecto da actual estrada em direcção a Prado.

A doação, em 1595, dos terrenos do futuro convento do Pópulo aos frades de Stº Agostinho, feita pelo arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus, poderá ter activado uma expansão da cidade para norte, implicando, necessariamente, alterações na morfologia urbana nos séculos seguintes.

De facto, a construção do Convento do Pópulo, iniciada em 1596 incorpora parte do eixo da antiga via XIX e apropria-se do largo onde esta via rematava a sua chegada à periferia da cidade, ainda visível no mapa de Braunio de 1594. A construção do Convento fechou aquele largo, criando um "entravamento" a oeste do espaço que configurará o Campo da Vinha. Com esta alteração potencia-se a desactivação progressiva do trajecto que seguia pela antiga via XIX e cria-se a possibilidade de configurar uma nova morfologia viária, mais tarde concretizada com a transformação da carreira da Cónega em Rua da Cónega (Cfr. o mapa de Braunio com o de André Soares, de 1756).

Quanto à urbanização da rua da Cónega, o documento disponível, mais pormenorizado, é precisamente o "Mapa das Ruas de Braga" (MRB), de 1750, documento onde aquele eixo viário aparece mencionado como Rua das Cónegas.

(2008) começou já a fazer com o estudo morfológico da cidade de Braga desde a época romana até à época moderna.

.

O referido Mapa atesta 93 casas, no lado norte da rua e 57, no lado sul, sendo todas prazos do Cabido.

O primeiro núcleo, próximo do centro da cidade, refere a casa nº 1, cuja frontaria principal está virada para o Campo da Vinha, correspondendo o nº 2, cuja frontaria dá para a rua dos Biscaínhos, à casa de C. Sottomayor, fidalgo da Casa Real[73]. Sobre a topografia do seu traçado retenha-se, ainda, a referência ao declive pronunciado deste eixo.

Parte da rua encontra-se ainda, em meados do século XVIII, por urbanizar. Com efeito o Mapa referido mostra um amplo espaço de campos aí se fazem alusões circunstanciais a esse espaço não urbanizado, como acontece, a propósito da "casa nº 67 que confronta do poente com o campo nº 21 da estrada de Real" (MRB: II 166-167).

Merece destaque a menção a alguns pormenores importantes para o conhecimento da malha viária deste espaço.

A antiga via romana chamava-se na época Cangosta do Pópulo, a julgar pela referência à casa nº 171 que é expressamente referida como confrontando "do nascente, com a Cangosta do Pópulo".

No "Mapa das Ruas de Braga", e ainda no que se refere à Rua da Cónega, é também mencionado um caminho que "vai pela Coturela para o convento de S. Frutuoso", com o qual confrontavam as casas nº 119 e 120 (MRB: II 166-167). Este caminho corresponderia, provavelmente, a um eixo de ligação, provavelmente da época romana, entre a cidade e as *villae* de Coturela e de S. Frutuoso, cujo traçado se terá mantido na Idade Média, surgindo na cartografia posterior. Este será, muito provavelmente, o chamado "caminho dos frades", que, partindo de S. Frutuoso de Montélios, é ainda hoje possível fazer a pé, pelo menos na parte do percurso não afectada pelas urbanizações recentes.

A construção do Convento do Pópulo criou, pois, uma nova frente de potencial urbanização de Braga, no período moderno, sendo possível que

[73] A Casa dos Sottomayor teria sido construída em finais do século XVI, ou inícios do século XVII, de acordo com o Mapa das Ruas de Braga, integrando-se, com a abertura da Rua da Cónega, justamente no seu início.

este verdadeiro "loteamento" do Cabido possa ser explicado por necessidades de investimento da elite da igreja bracarense.

Da saída por um dos cardos da cidade, a via XIX continuaria, pois, para norte (Mapa 16, vol. III)

A presença de sepulturas na zona imediatamente adjacente ao Convento do Pópulo, cujos acompanhamentos arqueológicos foram feitos pela Unidade de Arqueologia (Martins e Delgado 1989-90) e o achado de fragmentos de dois miliários no edifício do Patronato e na Câmara Municipal de Braga (Fontes 1993) parecem, entretanto, representar um argumento a favor do trajecto que aqui propomos.

Esta saída implicava vencer o declive entre Braga e o vale, de forma relativamente suave, contornando a vertente junto ao actual bairro de S. Martinho, permitindo uma circulação menos penosa e mais adequada aos constrangimentos topográficos, do que a necessária para percorrer a Rua da Cónega.

De facto, a actual rua de S. Martinho, a poente do Convento do Pópulo, parece constituir o percurso mais aproximado para o trajecto da antiga via romana, embora deva ter-se em consideração que o traçado original foi parcialmente incorporado nos terrenos do Convento.

Como foi já salientado, os alinhamentos conservados e visíveis na fotografia aérea nos terrenos contíguos ao mosteiro, bem como a observação do "Mapa de Braunio", permitem traçar um percurso que correrá em parte do espaço do referido convento, seguindo pela estrada de acesso a Dume e inflectindo à esquerda para aceder à capela de S. Lourenço da Ordem, designada em alguma cartografia por capela de S. Gerónimo, edificada junto ao cruzamento conhecido por "quatro caminhos".

Um outro dado que importa ainda acrescentar é o facto do limite da freguesia de Sé se fazer precisamente pelo trajecto da via XIX, incorporando a Rua da Cónega e terminando, precisamente, no cruzamento dos "quatro caminhos", limite que se mantém até hoje.

A partir do local da capela de S. Lourenço, fundada nos séculos XI-XII, a via XIX passaria a ribeira de Gafos, que foi certamente buscar o nome à antiga Gafaria de S. Lourenço da qual a capela faria parte (Marques 1989).

O “cruzamento dos quatro caminhos” era, até há alguns anos, lajeado, como observaram e registaram alguns investigadores da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, muito embora as obras de transformação urbanística da área de Montélios tenham destruído completamente esse pavimento[74]. Desse lajeado e da dimensão do troço designado como Calçada da Ordem, que corresponderia ao traçado da via XIX, dá conta o relatório elaborado pela referida Unidade de Arqueologia, em Outubro de 1987, no qual se relata que, em virtude de fortes chuvadas, um troço da via, situado entre a Capela de S. Lourenço e a ribeira de Gafos, ficou a descoberto “numa extensão de 500 metros, sendo ainda possível referenciá-la até às proximidades do lugar de Carcavelos (Dume), numa extensão total de aproximadamente 850 metros. Com cerca de 2,20 metros de largura média, de pavimento formado por grossas e largas lajes de granito perfeitamente niveladas e ajustadas, polidas pelo uso, a via corre entre muros de suporte de terras e divisão de propriedades, e a um nível inferior ao dos campos adjacentes”[75].

Passada a ribeira de Gafos, o traçado da via parece persistir como divisão de propriedades, até à zona onde foi cortada pela recente estrada de acesso ao estádio Municipal, inflectindo um pouco para leste e continuando até Carcavelos, em Dume. Neste largo foi encontrado, segundo informações orais, um miliário, que foi transportado para Braga (Fontes 1993 :44).

Do largo de Carcavelos, onde se situa a capela de Nossa Srª das Angústias, a percurso da via pode ser seguido para norte, passando, muito provavelmente, no interior da actual Quinta do Cordeiro ou de Brás Pereira, retomando o caminho actual alguns metros a norte.

O troço seguinte passaria pela pequena ponte de Sobremoure (ou Sobremor), com um só arco, de paramentos rudes, cuja cronologia é difícil de aferir, dada a ausência de características claramente identificadoras de uma época histórica precisa (Fontes 1993: 45).

---

74 Agradeço a Luís Fontes, todas as informações e sugestões relativas à proposta de traçado da via XIX.

75 Este relatório, assinado por Luís Fontes, tinha como objectivo uma proposta de classificação da Capela de S. Lourenço e Calçada da Ordem como Imóveis de Interesse Público, tendo sido enviado ao IPPC em Outubro de 1997.

Daí a via seguiria para o cruzamento junto de Felgueira. Foi junto a este cruzamento, mais precisamente no caminho que segue para nascente, que encontrámos um cipo provavelmente utilizado como limite do parcelamento romano (cfr. infra, ponto 3.3.3.).

A observação da fotografia aérea desta área leva-nos a sugerir uma inflexão do traçado da via ligeiramente para poente, no terreno que ladeia o caminho actual.

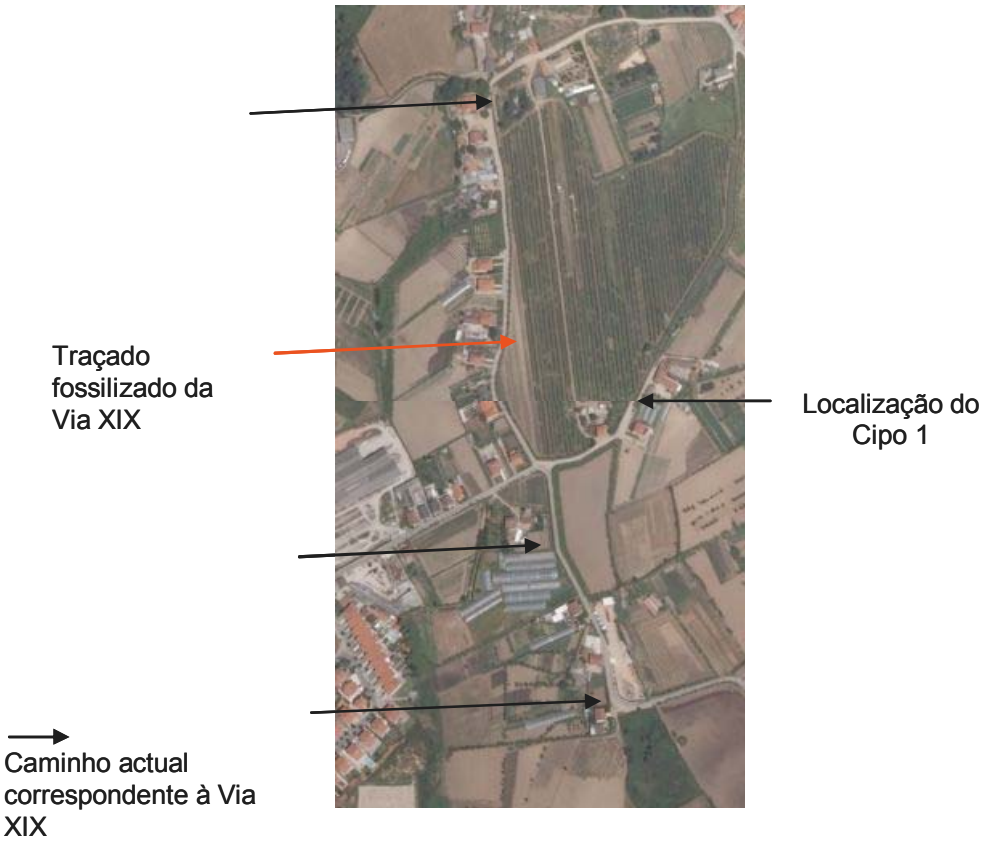


Figura 25a. Imagem aérea da zona de localização do Cipo 1 e do traçado da Via XIX (Fonte: MicrosoftVirtual Earth (http://maps.live.com), Consulta: Março 2008).



Figura 25b. Imagem aérea da zona de localização do Cipo 2 e do traçado da Via XIX (Fonte: MicrosoftVirtual Earth (http://maps.live.com), Consulta: Março 2008)



Figura 25c. Imagem aérea da zona de localização do Cipo1, do Cipo 2 e do traçado da Via XIX. (Fonte: MicrosoftVirtual Earth (http://maps.live.com), Consulta: Setembro 2008)

Do local que corresponde ao actual cruzamento de Felgueira, a via devia prosseguir até ao sítio conhecido como Caixas de Água e daí para Castro Mau. As profundas mudanças provocadas pela construção das instalações ligadas ao aérodromo de Palmeira tornam esta parte do trajecto particularmente difícil de identificar e confirmar, como se verifica facilmente na cartografia 1: 25000.

A partir de Castro Mau a via continuaria o seu trajecto para norte, seguindo na direcção dos actuais lugares de Stº Estevão, Formoso e Cangosta da Cabra até atingir o rio Cávado. Este poderia ser passado a vau ou por uma eventual ponte, que existiria a montante da actual. A passagem a vau era viável e praticada regularmente até há alguns anos, quando se iniciou um processo de extracção de areias que foi afectando a traçado e caudal do rio. As praias fluviais entretanto "construídas" impediram, definitivamente, a passagem do Cávado a vau, prática corrente pelos habitantes de ambas as margens, que encontra um dos seus comprovativos no facto de muitas propriedades rurais não terem o rio como limite. Aliás, todas as informações orais que recolhemos na zona indicam que, até à vulgarização de automóveis e transportes públicos, os habitantes das freguesias de Dume, S. Pedro e S. Paio de Merelim deslocavam-se entre o campo e Braga pela "estrada velha", por ser mais rápida e de percurso menos penoso, ou seja, pelo traçado que sustentamos ser o da antiga via XIX.

Alguns argumentos podem ainda ser aduzidos em favor do traçado sugerido.

Um deles é a delimitação do couto de Tibães[76], que se fazia, não pela actual estrada, como seria provável se esta correspondesse a um traçado

---

76 A primeira referência ao Mosteiro de Tibães aparece numa doação particular à Sé de Braga, em 1077 envolvendo propriedades em Tibães, localizadas nas proximidades de "onde agora se fundou o mosteiro" (Fontes 2005: 188). Em 1110 os condes D. Henrique e D. Teresa doam ao Mosteiro de Tibães as terras adjacentes ao mesmo e fazem-lhe a outorga da Carta de Couto. Em 1833/1834 o mosteiro é encerrado e os seus bens incorporados na Fazenda Pública, sendo arrematada a cerca em hasta pública no ano de 1838 e o edifício em1864. Só em 1986 a parte privada do mosteiro foi comprada pelo Estado português. O couto de Tibães abrangia uma área com mais de 700 hectares, incorporando a totalidade ou parte das freguesias de Padim da Graça, Mire de Tibães, Parada de Tibães, Frossos, Panóias, Merelim (São Paio) e Merelim (São Pedro). Os seus limites foram cartografados, de acordo com as inquirições de 1220, por Luís Fontes, que descreve a sua área e contornos. "O rio Cávado limitava o couto por Noroeste,

romano ou medieval, mas sim pelo caminho anterior a essa construção, ou seja, pela via XIX (Mapa 18, Vol. III)[77]

A primitiva concessão do Couto de Tibães, feita por D. Henrique e D. Teresa, remonta a 1110. Os seus limites foram sujeitos a três versões e só na terceira, e em consequência do "largo e grande litígio com a Mitra bracarense, que apenas terminou em 1693", ficou assegurada a passagem dos limites pela estrada de Braga / Prado.

Aurélio de Oliveira refere a propósito, o seguinte: " Na verdade, tanto a primeira como a segunda versão faziam os limites do Couto por Castro Mau, em S. Pedro de Merelim a este da actual estrada Braga-Prado, descendo os limites daí até ao Cávado. Todo esse grande pedaço de terra entrou num largo e grande litígio com a Mitra bracarense que apenas terminou em 1693 daí resultando a amputação de todo esse território, ficando a divisória, pelo lado Este a coincidir com a "Estrada do Carmo" que ligava Braga a Prado, pela ponte, que ainda hoje existe, e sobre a qual a Abadia passou a deter de meias a jurisdição (Oliveira 1979: 42-43).

As referências à construção ou reparação da actual estrada Braga / Prado, bem como os limites do Couto de Tibães, corroboram o que as prospecções efectuadas na zona e as informações orais recolhidas nos indicam. O trajecto da via XIX deveria seguir um percurso a montante da actual estrada de ligação a Braga, passando-se o rio igualmente a montante da actual ponte, tal como as informações veiculadas por Aurélio de Oliveira permitem sugerir: "Já em anos anteriores a 1630 a Abadia e a população do Couto colaboraram na abertura e conservação da estrada de Prado para Braga e mesmo na construção da ponte, que ainda hoje ali atravessa o Cávado (...) Antes da abertura dessa estrada e do acesso à ponte, os limites do Couto, conforme os textos de doação, ia mais para cima daquela até Macrome, limite do Couto com Braga onde ia ter outra- a antiga estrada de Braga com ligação para Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença e também Viana, lugar onde existia um barco de passagem real que servia todos os

demarcando-se a Sudoeste pela cumeada de Montélios e de São Gens (agora monte de São Filipe); inflectia depois para Nordeste, entre os termos de Parada e Semelhe, até Fonte Cova, prosseguia por Gandarela e Castro Mau, terminando novamente no rio Cávado" (Fontes 2005: 38).

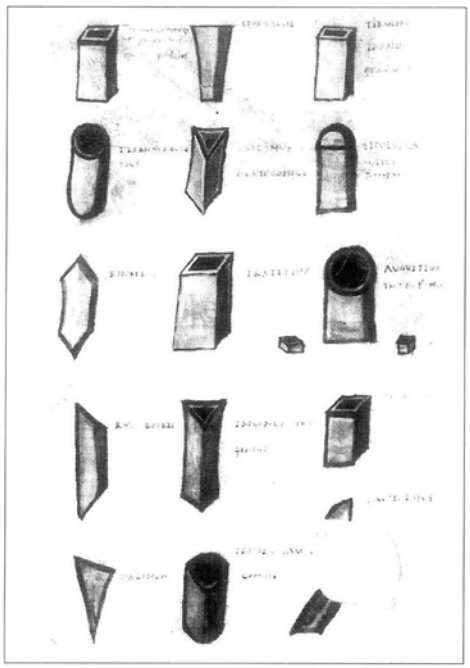
77 A delimitação do couto de Tibães foi executada por Luís Fontes, a quem agradecemos.

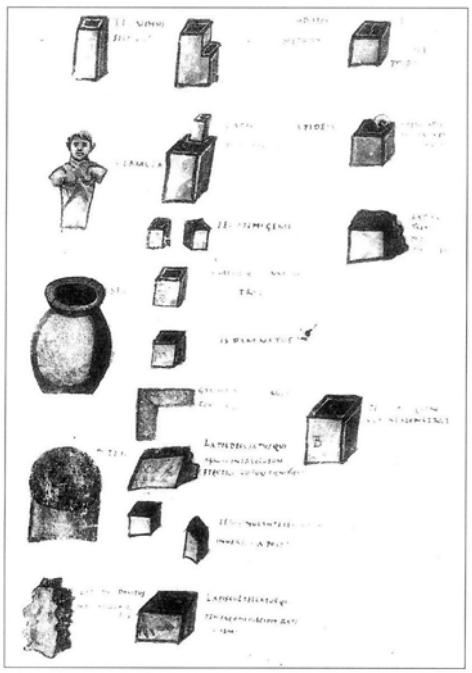
passageiros e que deixou de ter uso depois da abertura da ponte e nova estrada mais abaixo" (Oliveira 1979:70-71).

Uma outra possibilidade de percurso que averiguámos seria idêntica à anterior até ao sítio conhecido por Cangosta da Cabra, perto de Santo Estevão, fazendo daí uma inflexão à direita pelo chamado Cano ou Bica das Moças, até Santo Estevão Velho ou das Pardelhas. Daí inflectiria de novo para atingir o rio. Embora este percurso seja ainda transitável, as inflexões de trajecto num espaço tão curto parecem mais de acordo com um antigo caminho que poderia assegurar a ligação ao sítio arqueológico de Santo Estevão Velho, onde se situaria, provavelmente, uma *villa*.

3.2.3 *Termini* e dispositivos de limitação

As operações de delimitação podiam materializar-se em limites físicos com diversas morfologias: cipos simples sem inscrição, cipos com inscrições mais ou menos detalhadas, mas também pequenos templos ou edículas. Havia ainda a possibilidade de proceder a delimitações através da disposição dos caminhos, árvores, entre outros elementos. Alguma da literatura latina que chegou até nós especifica e cataloga estes elementos físicos de demarcação de limites (Chouquer e Favory 1992: 18-26).





Figuras 26 a, b. Exemplos de elementos utilizados como limites (Chouquer e Favory 1992: 316)

Os cipos gromáticos podem ter mais do que uma função, servindo para delimitar lotes atribuídos a colonos, marcar limites entre territórios de cidades ou assinalar eixos de uma delimitação e respectivos caminhos[78].

Alguns destes cipos apresentam na parte superior o entalhe de uma cruz, o *decussis*, representando os dois limites a definir, o *Kardo* e o *Decumanus*, que se cruzam no lugar preciso onde está implantado o cipo e indicam a respectiva orientação desses dois eixos. Em alguns casos o *decussis* pode ser acompanhado de caracteres, cuja intenção é precisar a posição do caminho relativamente aos eixos maiores da *limitatio*. Encontram-se também cipos sem qualquer inscrição, para além de outros marcos de delimitação[79].

Os trabalhos de prospecção que realizámos em 2004 permitiram-nos identificar aquilo que supomos serem dois cipos gromáticos (doravante designados como cipo 1 e cipo 2). Ambos foram talhados em blocos de cerca de 0,50 m de altura por cerca de 0,40 m de largura, sendo possível ver num deles vestígios de almofadado em duas das faces. Ambos apresentam a face superior perfeitamente alisada, onde se gravou uma cruz que a ocupa completamente. Ambas as peças se encontram no mesmo alinhamento e mantêm uma distância entre si de, precisamente, uma centúria (20 *actus*).

O cipo 1 (ID 3031004) situa-se no lugar conhecido como Felgueira e serve de limite entre as freguesias de Dume e S. Pedro de Merelim. Trata-se de um monumento de granito, possuindo 0,46 metros de altura máxima visível e uma largura de 0,38 metros. Possui duas faces almofadadas, topo perfeitamente liso e duas linhas que se cruzam no topo, cuja orientação é, curiosamente, NO/SE, não coincidindo com a orientação do caminho actual onde está implantado, mas sim com as orientações, quer dos eixos de

78 Os primeiros cipos, da época dos Gracos, surgem em resultado da necessidade de inquirir os limites do *ager publicus* e de proceder à sua divisão e atribuição a colonos. Segundo o *Liber Coloniarum* I, estes primeiros cipos eram colunas de forma cilindrica, com um diâmetro de 1 pé ou 1 pé e meio (de 0,29 a 0,44m) e uma altura de 4 pés ou 4 pés e meio (de 1,20 a 1,33m). Conhecem-se mais de uma dezena destes cipos (a maioria na Itália Centro-meridional) e constata-se que tanto a altura como o diâmetro podem não coincidir com estas medidas. (Chouquer e Favory 1992: 18-26).

79 São conhecidos cipos, epigrafados ou não, na Península Itálica e numerosíssimos monumentos deste tipo em África (Castagnoli 1958: 11-12; Arino Gil; Arino Gil *et alii*; Decramer *et alii*).

centuriação já referidos quer, ainda, com a orientação do plantio de árvores de fruto junto ao terreno confinante.



Figuras 27 a, b, c. Perspectivas do Cipo 1, em 2004

Este monumento foi posteriormente movimentado, o que nos levou a programar uma intervenção arqueológica em 2006. Os objectivos que pretendíamos alcançar com esta intervenção foram, sinteticamente, os seguintes: determinar a dimensão e características do marco; averiguar o seu sistema de implantação no terreno (existência ou não de base ou soco); determinar o seu momento de implantação, no caso do monumento estar *in situ* e possuir vala de fundação, ou, em caso contrário, averiguar eventuais remeximentos de terras e deslocamentos do monumento.

Tendo em vista os objectivos referidos foi implantada uma sondagem de de 2x1m, cujo limite oeste foi marcado sensivelmente a meio do cipo, de forma a obter uma leitura estratigráfica conveniente. Refira-se, ainda, que a salvaguarda do monumento, de forma a evitar a sua deslocação do local original, determinou, quer a implantação da sondagem, quer os cuidados na própria escavação.



Figura 28 a, b. Perspectivas do Cipo 1, em 2006.

Embora a ausência de vala de fundação ou de materiais antigos associados não permitam uma comprovação estratigráfica da sua antiguidade, as suas características e correlação com outros elementos já estudados na região, permitem-nos sustentar a hipótese de estarmos perante um marco romano, provavelmente reaproveitado como limite na época medieval, continuando até à actualidade a funcionar como elemento de demarcação do território.



Figura 29 a, b, c. Perspectivas da sondagem do Cipo 1, em 2006.

O cipo 2 (ID 3031005) foi encontrado perto de um campo conhecido como Pinhel e limita as freguesias de S. Pedro de Merelim, Dume e Palmeira e encontra-se a alguns metros do local onde passaria a via XIX.



Figura 30. Perspectiva do Cipo 2, em 2004.

Trata-se de um monumento de granito com 0,47 m de altura máxima visível e 0,28 m de largura. Apresenta vestígios de ter sido picado nas faces

laterais, revelando, tal como o cipo 1, o topo alisado e duas linhas gravadas, que, na altura em que o encontrámos, possuíam a orientação NO/SE, ou seja a mesma observada no cipo 1.

Segundo informações recolhidas no local, os dois cipos não podem ter sido deslocados do local onde se encontram pois servem de limite de freguesias, limites que são cuidadosamente mantidos, quer pelos proprietários dos terrenos onde se encontram, quer pelos responsáveis públicos das respectivas freguesias.

No território destes cipos, o lítigio sobre os limites da paróquia de Palmeira, ocorrido em meados do século XVIII, exemplifica poderosamente o que acabámos de dizer. Nos documentos utilizados pelo Tribunal da Relação eclesiástica de Braga na definição dos limites desta freguesia há uma transcrição do tombo da comenda de S. Pedro de Merelim, onde aparece a seguinte medição e confrontação, feita no ano de 1735:

"(fl.78) … na estrada do caminho travesso que vai da estrada publica para Felgueiras (…) continuando a dita demarcaçam pello dito caminho de poente a nascente the o fim da quingosta que vai para o Monte de Felgueiras e dahi curtando direito por dentro da bouça (…) athe hum marco que fica no monte devizam da freguesia de Sam Pedro Frossos e Sam Martinho de Dume e deste marco continuando a demarcaçam da freguesia de Sam Martinho com a de Sam Pedro pello **Monte de Felgueiras asima para a parte do monte athe o heido (…) aonde está hum marco grande quazi enterrado** que esta em (fl. 78v.) pumar (…) e continuando a demarcaçam deste marco pera a parte do monte pello caminho de dentro onde estam tres marcos todos tres direitos huns e outros todos com **suas cruzes por sima**" (Arquivo Distrital de Braga, Relação Eclesiástica, Sentença sobre os limites de Palmeira, 1751-1771, pasta 19, nº 583).

Num contexto de concatenação de vestígios romanos que possam fornecer pistas sobre eventuais alinhamentos de um parcelamento ortogonal, a localização a leste destes cipos de um monumento que se assemelha a algumas das representações de limites que ocorrem nos tratados de agrimensura romanos e medievais (Chouquer e Favory 1992; Portet 2004) tem uma importância decisiva

No lugar conhecido como Fonte de S. Vicente, no sopé da vertente

oeste de Montariol, existe uma nascente de água que brota da rocha onde foi talhado um tanque quadrado, que aparenta ser uma *archa petrinea* (ID 3033103) elemento usualmente referido na documentação medieval como delimitação de termos. Junto ao local encontra-se tijolo e *tegulae* (Fontes 1993).



Figura 31. Perspectiva da *archa petrinea* (fotografia de L. Fontes)

De um dos muros junto à fonte foi retirada uma ara votiva dedicada a Marte, depositada no Museu Pio XII, que apresenta a seguinte leitura e tradução:

COPORICI/ MATERNI/ EX VOTO/ MARTI TAR/BVCELI FV[L]LONES

Os membros da família dos *Coporicius Maternus* (mandaram fazer este monumento) por um voto feito a *Marte Tarbucelis* como pisoeiros (Santos *et alii* 1983: 183-205). O sentido da promessa parece relacionar-se com um agradecimento feito por uma família ligada ao trabalho da lã e dos tecidos.

A presença de uma *archa petrinea*, curiosamente associada a uma inscrição votiva a Marte, parece-nos de suma importância. Aparecendo frequentemente na documentação medieval para delimitar termos, é provável que no caso da chamada Fonte de S. Vicente o pequeno tanque tivesse servido de elemento para delimitar uma centúria romana situada a norte da cidade. Por sua vez, a presença de água em quantidade considerável pode ajudar a explicar a inscrição a Marte dedicada por uma família que fabricava

lãs e tecidos, actividade que necessitava daquele elemento em quantidade considerável e que, dada a proximidade relativamente a *Bracara*, poderia servir-se da cidade como mercado.

Outro elemento importante, associado desta vez à demarcação de uma propriedade, é a epígrafe interpretada como limite de propriedade, proveniente do adro da igreja de Esporões. Trata-se de um monumento em forma de estela, com 1,10 m de altura, ocupando a inscrição uma linha na parte superior, onde se lê apenas a palavra SEVERI, o que pode significar (propriedade de ?) *Severus* (Tranoy 1981 364; Fontes 1993 :73).

Tendo presente que o monumento em questão pode ter sido deslocado, não deixa de ser curioso o facto de se encontrar próximo do alinhamento onde, a norte, se encontraram os dois cipos acima mencionados, pelo que poderá corresponder a mais um elemento que assinala um dos eixos do parcelamento do território em análise (eixo 12-13).

A valorização destes elementos demarcatórios deve inscrever-se num quadro diacrónico mais vasto de análise dos dispositivos de organização e de limitação do parcelamento implantados nesta zona. A presença de marcas na paisagem, quer seja de cipos romanos, quer ainda de antigos caminhos que preservaram limites do cadastro romano - visíveis na cartografia e detectados na prospecção -, pode relacionar-se com mecanismos de permanência e transmissão que se socorreram da malha de centúrias estabelecida em época romana. Não cabe no presente trabalho aprofundar as interrogações e as dúvidas que resultam desta suspeita. Mas, talvez seja importante sugerir alguns dados que valerá a pena, no futuro, equacionar de forma mais integrada.

Antes de mais, a evolução da *villa* situada em Dume para uma igreja monástica, sede de uma diocese entre os séculos VI-VII (Fontes 1999).

Como se refere a propósito: "Data do período suevo-visigótico (sécs. VI e VII) o primeiro grande esforço de organização eclesiástica do território, no qual relevam o papel dos bispos bracarense Martinho e Frutuoso, que deram especial atenção às populações rurais" (Fontes 1999: 39-140). A eles se deve a fundação, pouco distante da futura implantação do mosteiro de Tibães, dos dois mais antigos mosteiros documentados no actual território português, precisamente Dume e São Salvador de Montélios, o primeiro

edificado junto da villa de fundação romana e o segundo num pequeno outeiro cerca de 800 m a SO do primeiro, ambos abrigados nos recortes da bordadura da encosta que se eleva até Braga, que foi capital do reino suevo entre 411 e 585.

A delimitação da diocese de Dume face à diocese de Braga terá gerado a cristalização de algumas marcas na periferia imediata da cidade. O *Liber Fidei*, cartulário reunido para servir de prova do património da diocese de Braga face a Santiago de Compostela, durante o século XII, alinha precisamente os termos antigos das duas dioceses, deixando entrever a presença densa de elementos naturais e construídos de delimitação.

Num dos primeiros documentos aí transcritos, datado de 911, a delimitação da antiga diocese de Dume por ordem de Ordonho II fixa não apenas os aglomerados que então eram designados como *villae*, como utiliza diversificada e sincopadamente elementos demarcatórios – *archae*, *petras fictas*, *terrae tumeda -,* aparecendo logo no início a referência à epígrafe da fonte de S. Vicente, de Montariol:

(…) "Et tunc venimus nos iam supra dicti previsores ad ipsum locum, ascendimus in montem qui est inter ipsum locum et villa quem dicunt infidias, invenimus ibidem **in petra caracterem Sancti Vincenti** et exinde in alia petra invenimus cruce et inde per petras fictas qui ab antiquo pro termino fuerunt constitutas et exinde in via quam dicunt de Vereda qui discurret de Bracara et invenimus ibidem congesta magna petrinea et inde per agirem et petras fictas quousque in archa qui sedet sculta in petra et exinde ad alia congesta terrinea et inde per agirem et petras fictas qui sunt secus via de Vereda quousque in termino de Pittanes et inde per agirem et archas principias qui divident inter Dumio et Palmaria et exinde per agirem Certuor qui dividet inter Dumio et Paretelias et inde per totum ipsum agirem usque in termino de Lesmiri et inde per alia via de Vereda qui discurrit de Bracara quousque inter tumeda qui fuit manum facta et exinde in archa petrinea principia ab antiquis constructa qui dividet inter Dumio et villa Lesmiri et inde per agirem firmissimum qui dividet inter Dumio et villa de Forozos usque ad alia archa petrinea qui dividet inter Dumio et Parata Samueli et Forozos et sic per agirem et per petras fictas usque ad congesta qui dividet inter Dumio et Culina et inde per agirem et per petras fictas usque in termino de villa Pascasi et invenimus ibidem petra scripta ubi dicet Sancte Eolalie ubi dividet Dumio, Culina et villa Paschasi et sic eximus per signas certas usque in montem ubi (p. 39) prius incoavimus et invenimus

in ea ipsos terminos parietes quos obtinuit Spasandus et alias quos obtinuit Alamirus seu et ecclesia vocabulo Sancti Fructuosi quod dicunt Montelios. Et quod potuimus previdere in veritate sunt ipsi termini fortissimi ab antiquis constructi ipsius loci iam fati et manibus nostri confirmamus " (Costa 1965: 39-40)

Se aceitarmos que a paróquia de Dume herda o espaço da antiga diocese, assente por sua vez numa antiga villa, não deixa de ser impressiva a descrição quadrangular que dela faz o seu pároco na resposta que dá ao inquérito paroquial promovido pela Coroa em 1758:

" Fora dos suburbios da muito antiga, nobre e leal cidade de Braga, Primaz das Hespanhas, para a parte do Norte, em a espaçosa ribeira que cruza o Cavado com o dillatado giro de seu curso, se extende aprazivelmente agradavel , a freguesia de Sam Martinho de Dume, em outro tempo celebre Bispado. Está situada esta freguesia quazi em figura quadrangular; supposto que da parte que corre do meio dia a Poente e de Nascente a Norte, se lhe perceba mais alguma extenção, não hé couza que a deforme da sua quadrangular figura. Será toda a sua extençam meia legoa pouco mais ou menos, medida por cada hum dos seos quatro ventos.

(…) Das fontes, não sei virtude especial; só sim que são puras, diafanas, claras e de bom sabor. E que entre commuas e privadas, tem esta freguesia mais de vinte e quatro. Não tem rio de concideração, só um piqueno regato com o nome de rio dos Gafos, cuja ethimologia hé tradição commua nesta freguesia, lhe vêm de hum hospital que antiguamente houvera em o lugar da Facha, em que curavam semelhantes achaques (…). Tem de extenção huma legoa. Nace nos lemites desta freguesia, involve-se com o Rio Torto e com elle se mette no Cavado, junto à Veiga do Argaçal em o coutto de Tibães. Corre de Nacente a Poente. Há huma ponte de pedra de hum só arco, sobre outro regato que cruza esta freguesia de Nacente a Poente e se mette também no rio Torto, a qual chamam a Ponte de Sobremoure, o qual nome há de hum lugar visinho assim chamado. Não tem montes concideraveis. O mais extenço hé o do Crasto, nos lemites que a devidem dos suburbios bracharenses. " (Capela 2004: 172-174).

3.2.4. Caracterização do cadastro

A procura de eixos ortogonais que possam indicar uma centuriação implica um conjunto complexo de procedimentos. Antes de mais, importa distinguir os grandes eixos estruturadores do parcelamento dos pequenos

eixos ortogonais que podem não indicar mais do que uma simples ortogonalidade[80].

Estes eixos estruturadores do parcelamento podem corresponder a cercas, muros, caminhos delimitadores de propriedades, ou a caminhos propriamente ditos, que, observados ou "recuperados" em várias fontes de informação, se configuram como eixos organizadores da paisagem (Mapa 17, Vol. III).

A pesquisa de orientações foi realizada, por uma questão de segurança, num leque entre 15° e 20 °NO.

Para o efeito foi tido em linha de conta a malha ortogonal de *Bracara Augusta* cuja orientação não é completamente homogénea em toda a cidade, sendo 18,5° NO o ângulo da orientação de vários quarteirões e construções identificadas.

A procura de eixos ortogonais implicava também a pesquisa da orientação ou orientações dominantes, no espaço rural. Ensaiámos a sobreposição de uma grelha de 20 *X 20 actus* (1 centúria), que posicionámos em função de três variáveis: os alinhamentos mais significativos detectados na área em estudo; o posicionamento dos dois cipos gromáticos encontrados em Felgueira e Pinhel e, ainda, a localização da *archa petrinea*. Procurámos verificar a maior ou menor densidade de traços de parcelamento rural, orientados segundo as variações propostas.

Foi igualmente realizada a pesquisa de equidistâncias regulares em actus, particularmente as de 2 *actus* (= 240 pés=quadrados de 70,96m de lado) e de 5 *actus* (quadrados de 177,4m de lado) (Mapa 19: Vol. III).

Finalmente foi feita a avaliação dos resultados dos acompanhamentos arqueológicos realizados na zona periurbana de Braga, tendo sido particularmente valorizada a detecção de caminhos e ocupações, uma vez que as *viae vicinales* e *privatae* são dados importantes nesta pesquisa.

Recuperámos, assim, uma malha hipotética de um cadastro que se orienta a 16º NNO que abrange, *grosso modo*, uma região de cerca de 320

---

80 A organização ortogonal não é, obviamente, sinónimo de parcelamento romano. De facto, os eixos ortogonais e de dimensão regular entre si, fazem parte de muitos parcelamentos rurais com cronologias diferenciadas. Utilizaremos, aqui, a terminologia clássica para designar os eixos N/S e E/O, respectivamente, *kardo* e *decumanu*s.

Km2, com uma orientação e modulação regular em *actus*, particularmente visível nos alinhamentos conservados entre os eixos 7 a 19 e M a Y.

Este cadastro ter-se-á organizado, em centúrias de 20 x 20 *actus*[81].

Os traços recuperados possuem uma orientação NO/SE, perfeitamente adaptada às formas estruturantes do relevo e à rede hidrográfica principal e encontram-se na área entre 5 a 7 Km em torno da cidade.

O carácter sistemático desta orientação, a modulação em *actus* e a sua articulação, quer com o traçado da cidade, quer com o dos principais eixos viários da região permitem sugerir uma centuriação provavelmente ligada à fundação de *Bracara Augusta* e à projecção da rede viária na época júlio-claudiana, tal como acontece, por exemplo, em *Barcino* onde a centuriação poderá estar vinculada à fundação da cidade na época de Augusto (Palet Martínez 1994: 111).

A modulação deste parcelamento pode ser sugerida pela localização dos limites ou *termini* correspondentes aos cipos 1 e 2 e à *archa petrinea* que definem um módulo de 20 *actus,* pelo menos na orientação dos cardos. Por sua vez, os dois cipos, situados no eixo 13, e a *archa petrinea* que representa um possível ”travejamento” do cardo 16, de orientação N/S com o *decumanus* S, permitem constatar que a orientação do parcelamento é de 16º NO.

A modulação em *actus* fixou-se a partir dos eixos organizadores do conjunto, nomeadamente os que melhor se conservaram na veiga a norte da cidade romana (cardos 8 e 12 a 15), bem como a sul da mesma (cardos 12 e 13).

Assim, tendo em conta os elementos disponíveis, foi possível estabelecer um módulo de 20 x 20 *actus*, o que configura centúrias de 200 *jugera* de superfície.

Nesta modulação de base podem ter sido utilizadas variações que necessitam ser investigadas com mais detalhe. De facto, na área onde foi

---

81 Um pé romano corresponde a 0,2960m (29,6cm), medida encontrada na ínsula das Carvalheiras, em Braga. Este valor do pé está também registado em *Conimbriga* e aproxima-se do *pes monetalis*, correspondente a 0,2957m. Para este valor de pé temos depois, o *actus*, medida-base de superfície, correspondente a 120 pés. O *actus quadratus* é pois, um quadrado de 120 por 120 pés de lado, ou seja 35,52X35,52m, o que equivale a uma área de 1261,62 m2.

implantada a cidade é provável que tenha havido centúrias de maiores dimensões. Aí os eixos detectados parecem configurar um módulo de 20 x 24 *actus*, o que significaria uma centúria de 240 *jugera* de superfície. O mesmo pode ter acontecido noutras áreas, nomeadamente na de Dume, onde parece manter-se um eixo N/S de 20 *actus*, com uma extensão maior no sentido E/O.

Os cardos melhor conservados correspondem a eixos que atravessam todo o território analisado, ultrapassando o rio Cávado.

Um dos cardos cuja nitidez e persistência é mais significativa é aquele que constitui o limite oeste da cidade, estando presente em toda a área a norte da mesma, coincidindo em alguns pontos com o traçado da via XIX (13 S,T,U), prolongando-se a sul da cidade, num eixo que segue parte do traçado da via XVI (13 J a O).

Um outro importante alinhamento corresponde ao cardo 12 que se estende desde a área de Cones, a oeste da cidade, por Real, coincidindo parcialmente com o trajecto da actual estrada Braga/Prado.

Os eixos correspondentes a *decumani* são mais dificilmente detectáveis.

A sul da cidade, encontra-se bem conservado o *decumanus*, correspondente ao eixo O 13,14 e 15, visível na cartografia e fotografia aérea.

A norte, o eixo recuperado e identificado como P12 a P15 poderá corresponder ao traçado de um "valo velho" referido no *tombo 4º do Cabido*:

> "Item acçima dos Chaaos honde descobre o cano estam bõns vij carvalhos todos juntos E tem no pee uma mea + por esta guissa ⊤ Item logo abaixo quando vam para Sam Viçente, junto da porta principall do dito Sam Vicente a maão ezquerda estão iij carvalhos bõns com a dita marca dos outros de cima.
> Item logo abaixo de Sam Vicente esta hua leira de devessa a mayor parte dela nova que tem cem carvalhos daqueles antre grandes e pequenos E a dita leira partida ou demarcada per huum vallo velho .s. que de contra o soaão E de contra o poente parte pella estrada que vay da cidade pera Sam Martinho de Dume E a dita leira atravessa todas as estradas . s. a que vay para Sam Martinho e a que vay pera Palmeira" (ADB, Tombo 4º do Cabido, fls. 51 v. e segs.).

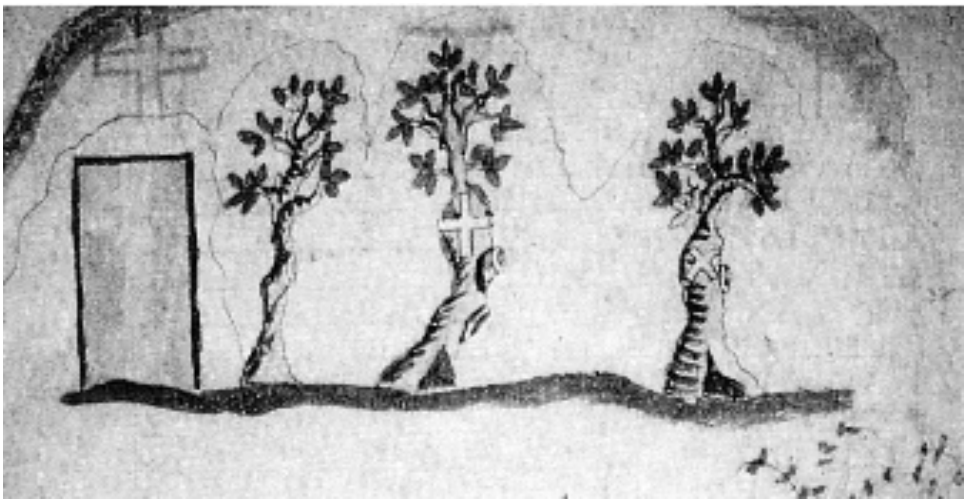


Figura 32. Exemplos de elementos demarcatórios, onde se incluem, duas árvores marcadas com cruzes, denominadas na literatura latina *arbor stigmata* (Chouquer e Favory 1992: 314)

Provavelmente, este traço corresponde a um alinhamento observado no Mapa de Braga, feito por André Soares, de 1756 (Figura 33):

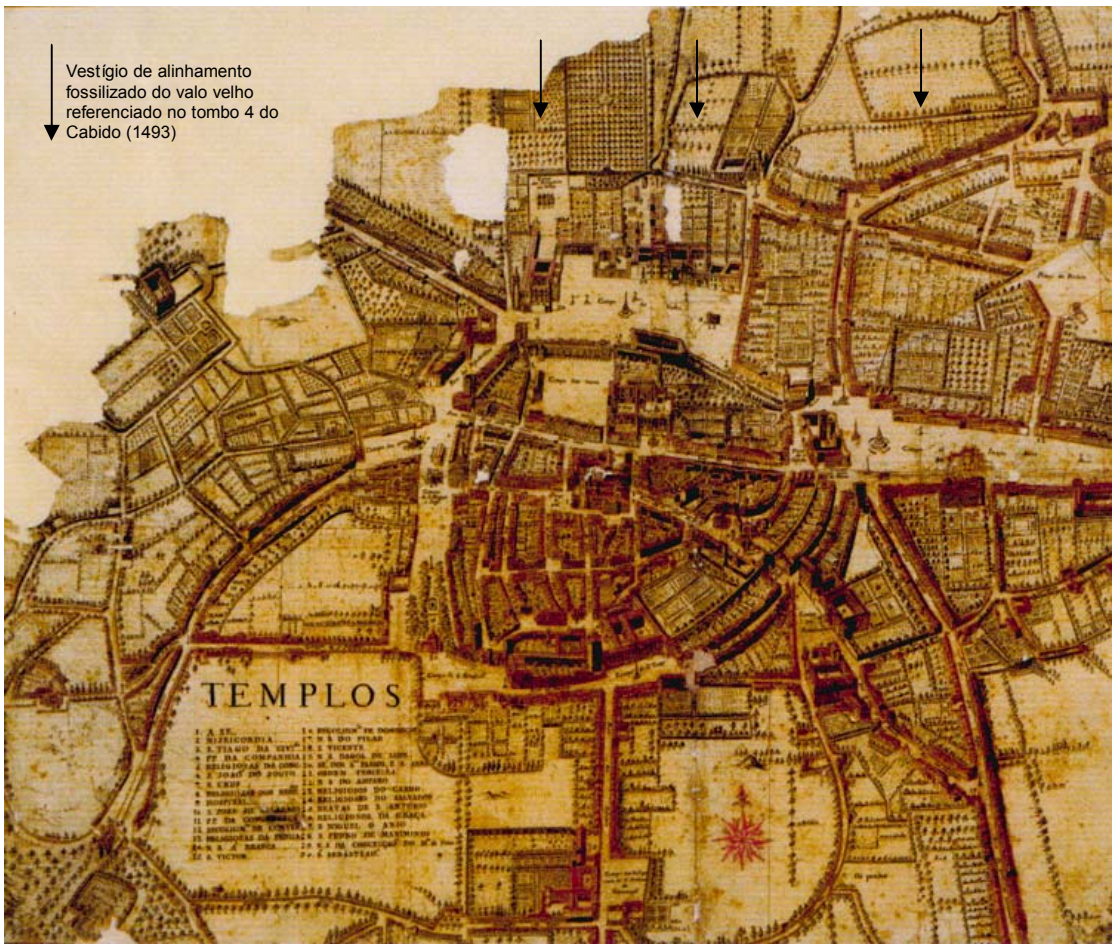


Figura 33. Mapa de Braga (André Soares, 1756).

É ainda possível que o trajecto da via XX, que não foi até à data objecto de prospecções e de um estudo detalhado, corresponda a uma deformação de um *decumanus*.

Muito embora possam existir outras modulações, tal como já referimos, cuja investigação aturada transcende este trabalho, a malha proposta de 20 x 20 *actus* encontra-se corroborada pela intersecção nítida de alguns eixos, particularmente visível nos alinhamento 11 a 5 com os V, U, T, S, R, ou ainda, a norte do Cávado do Y com 7, 8, 15,16,17. Junto à cidade temos, a sul, o cruzamento dos eixos O com o 13 e a norte o do eixo P com os eixos 12,13 e 14 .

Finalmente, a localização da *archa petrinea* pode corresponder a uma intersecção dos eixos S e 16 que coincide com a malha teórica do cadastro e poderia marcar o limite da área centuriada nesta zona, dada a elevação de Montariol que ficou, provavelmente, fora desta *assignatio.*

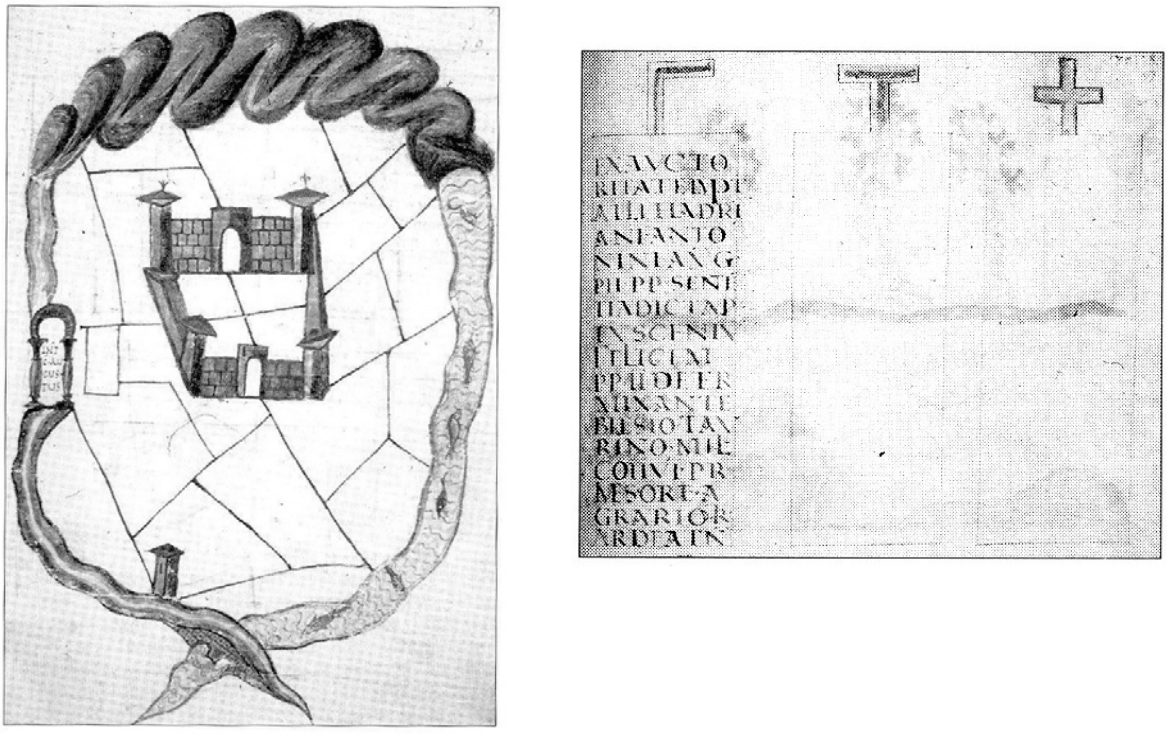
A sobreposição dos layers correspondentes à altimetria e hidrografia (escala 1:25000) permite verificar que o parcelamento recuperado ocupa as zonas de vale, em cotas que se situam, preferencialmente, entre os 10 e os 60 metros de altitude, nunca ultrapassando a curva de nível dos 200 metros (Mapa 20, Vol. III).

A zona centuriada parece corresponder, assim, a uma vasta área que configura um amplo rectângulo, que abrange um território de altitudes menos elevadas e solos com um considerável potencial agrícola, cortados pelas vias romanas que saiam de Braga. Os limites estão definidos pelas elevações de altitudes que variam entre os 250 e os 350 metros, com excepção das maiores elevações representadas pelo castro de S. Mamede / Guizande, com 427 metros, e o monte de Santa Marta da Falperra, com 562 metros, ambas na zona sul da área estudada.

A centuriação prolonga-se ainda numa área de de baixas altitudes na margem direita do rio Cávado, sendo particularmente visível na veiga de Cabanelas, a noroeste e, também, na região que abrange a confluência dos rios Cávado e Homem, em cerca de 4 Km para norte, tomando o rio Cávado como referência. Aí os limites da zona correspondem aos terrenos de maior elevação visíveis na topografia, correspondentes a altitudes que oscilam

entre os 120 e os 174 metros de altitude.

Importa salientar ainda, a importância das três *viae privatae* identificadas nos trabalhos arqueológicos realizados em 2001, a que já nos referimos (Lemos 2002: 110-122). De facto, trata-se dos únicos caminhos escavados em toda esta área sendo por isso possivel conhecer algumas das larguras e tipos de pavimentação assumidos por este tipo de eixos[82]. Para além disso, estas vias permitem-nos supor a existência de uma densa rede de caminhos de ligação entre vários estabelecimentos rurais e destes com a cidade, que deveria ser comum a todo este território. Por outro lado, e no que toca ao parcelamento rural é importante notar que duas destas *viae*, possuíam um traçado de idêntica orientação ao da malha urbana e ao que detectámos no conjunto da área centuriada.



Figuras 34 a, b : Limites de uma cidade e elementos demarcatórios com gama, T e cruz.(Chouquer e Favory 1992: 279, 321)

82 Refira-se que exceptuando o caso da Via XVIII, escavada em alguns troços na serra do Gerês, estas são as únicas vias escavadas com resultados publicados, o que assume particular relevância pelo facto de se tratar de caminhos cuja função não é a de um itinerário principal.

CAPÍTULO 5
MODELAÇÃO DO POVOAMENTO DE MONTANHA E DO VALE E LITORAL

Introdução

A expressão territorial do *conventus bracarensis*, na sua fachada ocidental, deve ser analisada, nunca é demais reafirmá-lo, no quadro de uma diversidade geomorfológica que, em vários âmbitos, condiciona e estimula diversas formas de ocupação humana do espaço. Foi com este pressuposto que gizámos desde a Introdução o desenvolvimento das nossas sucessivas abordagens ao povoamento romano.

Acabámos de verificar, no capítulo anterior, como num perímetro relativamente razoável em torno de *Bracara Augusta* são perceptíveis, através da distribuição e tipologia dos achados arqueológicos, formas de interacção diferenciadas das entidades estruturadoras da ocupação humana da paisagem.

É altura de alargar o horizonte de observação para outras duas áreas de um transepto de análise que considerámos estratégico na concretização de um objectivo deste trabalho: poder surpreender correlações distintivas das entidades básicas do povoamento.

Em causa, neste capítulo 5 estarão, concretamente, uma área de montanha, atravessada por uma via romana, e uma área de vale e de litoral. Ambas as áreas por distintas razões morfológicas incorporam um estatuto de relativa marginalidade no contexto dos estudos territoriais romanos. A primeira, porque ao ser montanhosa, dir-se-ia não poder suscitar grande interesse na observação de fenómenos clássicos de romanização, nomeadamente a urbanização ou a expansão modelar das *villae*. A segunda,sobretudo na franja mais litoral, pela constatação de um relativo vazio de povoamento.

Ora, ambas as premissas devem ser reanalisadas, tendo em conta não apenas a disponibilidade de novos dados, mas também a necessidade de descentrar as análises territoriais de uma excessiva hierarquia na busca de modelos ideais de povoamento.

O interesse das duas áreas aqui em estudo reside, precisamente, nas hipóteses que potenciam de observar dois fenómenos que julgamos importante aprofundar.

Um primeiro fenómeno prende-se com a função determinante da rede viária que readequa o povoamento na montanha à forma de uma "espinha". É possível, a propósito, apreciar como é que as outras entidades de povoamento reagem a esta preponderância (alínea 1). Um segundo fenómeno ocorre no vale e no litoral, onde, segundo a nossa análise, não há o impacte hegemónico de uma entidade na estruturação dos padrões de povoamento. Pensamos, pelo contrário, que o povoamento romano aqui implantado e desenvolvido se socorre de uma maior correlação de soluções na ocupação de espaços e recursos muito diferenciados (alínea 2).

1. O povoamento em espinha ao longo da *Via Nova*

Avaliar as formas de organização do povoamento numa região predominantemente de montanha constitui o objectivo desta parte do nosso trabalho (Mapa 21, Vol. III)

A análise desta região, que se articula, naturalmente, com *Bracara Augusta*, tem em linha de conta o facto deste território ser atravessado por uma via romana, a *Via Nova*, ou Via XVIII do Itinerário de Antonino, construída entre 79 e 81 d.C., sob a supervisão de *C. Calpetanus Rantius Quirinalis Valerius Festus*, durante o governo dos imperadores Tito e Domiciano.

Esta via assumiu uma extrema importância na organização e exploração do território do interior do Noroeste peninsular, em particular no que concerne aos seus recursos mineiros.

Em toda a sua extensão a *Via Nova* somava 215 milhas, ou seja, cerca de 318 quilómetros, conservando-se em território português 34 milhas, ou seja, cerca de 50 quilómetros, distância que separa *Bracara Augusta* da Portela do Homem (Serra do Gerês). Será este trajecto que será objecto de uma análise detalhada neste trabalho, iniciando-se a mesma com a saída da via a partir da cidade, uma vez que nos interessa avaliar qual a estrutura do povoamento que a ela se associa nas cercanias da cidade.

Neste sentido, procuraremos compreender de que forma a passagem deste itinerário contribuiu para organizar o povoamento, numa paisagem de relevo acentuado e demograficamente pobre.

1.1. Entidades e relações

1.1.1. A Via XVIII ou Via Nova: trajecto e epigrafia associada

A estrutura viária, lançada por Augusto após a pacificação completa do Noroeste peninsular, foi consolidada com os imperadores flávios, a partir da segunda metade do século I d.C., nomedamente com a construção da Via Nova (Tranoy 1981)[83].



Figura 35. Trajecto da Via XVIII entre *Bracara Augusta* a a Portela do Homem (informação inédita cedida por F. S. Lemos)

A Via Nova, referida também com o número XVIII conhecida popularmente como Geira ou Jeira, deve entender-se num contexto de crescimento económico e de consolidação do poder imperial no Noroeste peninsular.

Mais directa do que a antiga ligação de *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta,* por *Aquae Flaviae* (365, 5 Km), assegurada pela Via XVII, a Via

83 O miliário mais antigo desta via é do imperador Tito (78-81).

Nova possuía cerca de 318 Km de extensão, cruzando regiões de relevo particularmente acidentado.

O traçado desta via acrescenta ao projecto augustano dos restantes itinerários principais que saíam de Braga, um corte longitudinal, que penetra numa região de densidade populacional baixa, integrada em parte do *conventus bracarensis* e na zona ocidental do *conventus Asturicensis*. Esta consolidação do poder romano num território pouco povoado permite, ainda, a passagem pelo centro vital de mineração aurífera do Bierzo, fundamental à economia do Império.

A área que aqui tentaremos analisar integra-se na zona correspondente ao percurso entre Braga e a Portela do Homem, uma região de contrastes geomorfológicos consideráveis, marcada por relevos significativos, que atingem as curvas de nível dos 500 / 600 metros e áreas de vale junto aos rios Cávado e Homem, com altitudes dentro da curva de nível dos 100 metros.

A excelente preservação de grande parte do traçado desta via e a abundância de miliários associados explicam o interesse demonstrado pela investigação deste itinerário, patente em trabalhos que remontam ao século XVIII (Argote 1932-34; Capela 1985).

Mais recentemente, a Via Nova tem sido objecto de vários projectos e publicações detalhadas (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004; Lemos *et alii* 2005). Parece-nos, portanto, inútil proceder a uma descrição detallhada do seu traçado[84].

Num trabalho recente sobre a passagem desta via na serra do Gerês sugere-se que é possível dividir o seu traçado em dez segmentos (Lemos *et*

---

84 O projecto de recuperação e investigação da Via Nova no território português tem já um historial considerável de trabalhos, em que importa realçar, desde logo, a colaboração entre a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Entre 1977 e 1992 esta colaboração resultou em várias intervenções realizadas, em particular, entre as milhas XXIX e XXXIV, intervenções que incluíram escavações, prospecções e operações de limpeza da via, que permitiram a identificação de novos miliários e o esclarecimento de traçados, bem como a possibilidade de percorrer e visitar amplos tramos da via, anteriormente inacessíveis. Esta colaboração produziu, ainda, a publicação de alguns trabalhos e a organização de um colóquio. Posteriormente, foram realizados trabalhos de prospecção por vários investigadores da UAUM em todo o percurso da via no território português, trabalhos que, entre 1998 e 2002, se concentraram de forma exaustiva entre as milhas XV e XXIX, coordenados por Francisco Sande Lemos. Agradecemos a este investigador o acesso ao relatório das prospecções realizadas, bem como todas as informações que nos prestou.

alii 2005: 19), por questões que, segundo podemos depreender, se ligam a tramos com características e problemas específicos de percurso.

A divisão da Via Nova em sucessivos tramos obedece a imperativos de natureza metodológica, num determinado quadro de questões, antes de mais, descritivos. Poderíamos propôr outras divisões ou subdivisões para analisar o traçado deste itinerário que obedecessem a outro quadro de questões, o que implicava a mudança de escalas de observação. No entanto, parece-nos que a divisão proposta por F. Sande Lemos, tal como foi organizada, cumpre os requisitos essenciais para a análise que nos propomos realizar. Na verdade, os tramos que foram estabelecidos correspondem a realidades gemorfologicamente distintas e metologicamente operativas, mas, também, a áreas distintas do ponto de vista da organização do povoamento.

Neste sentido, limitar-nos-emos a descrever com mais detalhe a parte do trajecto da via que, embora tenha sido objecto de trabalhos de prospecção intensivos, é menos conhecida e divulgada. Referimo-nos concretamente ao seu percurso entre a cidade e a periferia de Braga, bem como à região entre o rio Cávado e Paredes Secas, em Amares. Trata-se de uma área situada entre a saída da cidade e a milha XI. O restante percurso será apenas abreviadamente descrito, dada a recente publicação já referida (Lemos 2005). Teremos em conta, nessa área concreta, apenas os indícios de povoamento que têm na Via XVIII o motivo básico da sua eventual disposição.

A saída da via da cidade far-se-ia, provavelmente, a partir do largo de S. João do Souto, seguindo o seu trajecto, muito provavelmente, pela rua de Janes, rua de traçado sinuoso que poderá ter fossilizado o ponto de partida da via.

A transformação urbanístisca operada pela abertura da Rua do Souto e pelo edificado do Largo de S. Francisco alterou a continuação do trajecto da via que só pode ser recuperado, pelo traçado da rua dos Chãos. De facto, a identificação, em 1995, de uma necrópole na parte poente do antigo Campo de Sant'Ana, actual Avenida Central, ajuda a confirmar esse traçado, que é sugerido, igualmente, pelo achado, numa escavação efectuada no largo de S.

Francisco, de uma ara aos *Lares Vialibus*, consagrada por *Caius Iulius Saturninus*, datável da primeira metade do século II (Cunha *et alii* 2005).

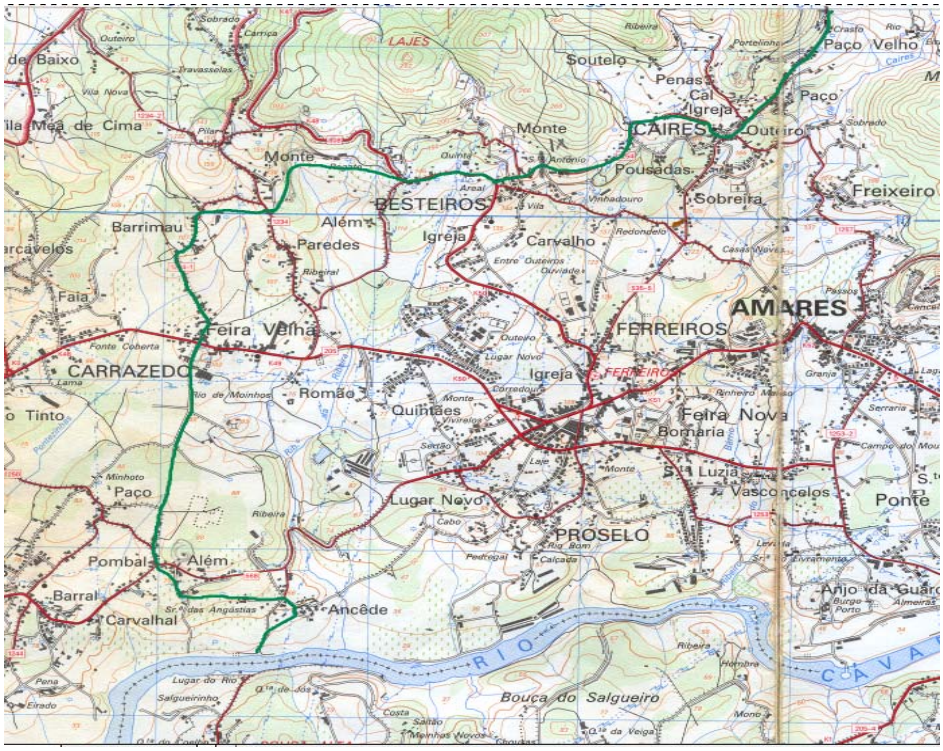


Figura 36. Extracto da CMP 1:25.000, folha 56, com percurso da Via XVIII, a verde

Da rua dos Chãos a via inflectiria para nordeste, pela actual rua de São Vicente, prosseguindo até ao largo de Infias, Rua Conselheiro Bento Miguel e Largo de Monte Arcos (antigo Largo do Cemitério).

O chamado "Mapa de Braunio" ilustra claramente este primeiro tramo e apresenta-se legendado com a expressão "*Via Antiqua Imperatoris Antonini in Aquas Calidas, vulgo Orense"*, que, segundo Francisco Sande Lemos, se deve ao facto da Via Nova ter sido utilizada como acesso a *Lucus Augusti*, por *Auria*, a partir de Bande. Este percurso manteve, aliás, uma significativa permanência, tendo-se tornado num caminho de peregrinação para Santiago de Compostela, por Ourense, circunstância que pode explicar a legenda do mapa de Braunio e, ainda, o facto da calçada existente entre Braga e Adaúfe ser ainda hoje chamada, localmente, por "Caminho de Santiago".

Para além de caminho para Santiago de Compostela a referida calçada é também usada como percurso de peregrinação para São Bento da Porta Aberta, em Terras de Bouro.

No Areal de Baixo, a uma cota de 210 metros de altitude, situar-se-ia a milha I, assinalada por um miliário dedicado ao imperador Constante (333-356), que se encontra depositado no Museu Soares dos Reis (Martins 1990: 88-89).

O tramo entre o Areal de Baixo e a zona das Sete Fontes levanta-nos algumas dúvidas, expressas nos dois traçados que julgámos importante registar na cartografia (Mapa 17, Vol. III).

Segundo Francisco Sande Lemos o percurso da via seguiria para nordeste, a partir da rua Nova do Areal de Baixo, prosseguindo para o Largo do Areal, rua do Areal de Cima e rua Rafael Bordalo Pinheiro, situando-se a milha II na portela das Sete Fontes, lugar situado a 264 metros de altitude. Desta portela a via iniciaria a descida até ao lugar do Caminho por uma calçada lajeada, facto que aquele investigador salienta não poder atribuir, necessariamente, a um antigo lajeado romano.

O traçado alternativo que propomos para a via contornaria, a partir de Areal de Cima, a elevação de Montariol, seguindo pela calçada que passaria, justamente, junto do local de onde procede uma inscrição dedicada a *Marte Tarbucelis*, elemento já analisado no capítulo anterior.

Este trajecto, que corresponde também a um antigo caminho lajeado, permitiria um trajecto suave até à zona de vale, onde se situa Adaúfe, evitando, assim, o acentuado declive entre os 264 metros, cota a que se situa a capela das Sete Fontes e este aglomerado, situado a 117 metros de altitude.

De facto, como salienta Francisco Sande Lemos, o declive entre um local e outro corresponde a 147 metros, numa extensão de 943 metros, facto que determinaria uma quase permanente inclinação da via[85].

Neste sentido, parece-nos que um trajecto que evitasse essa pendente, como é aquele que sugerimos, seria mais adequado ao traçado de uma via romana.

Por outro lado, haverá que ter em conta a provável existência na zona das Sete Fontes de um aqueduto romano, fossilizado no traçado do actual aqueduto setecentista. Julgamos, por isso, que seria mais apropriado que

85 Informações inéditas de Francisco Sande Lemos, a quem agradecemos.

este local fosse acedido por um caminho secundário romano, eventualmente consolidado como via de peregrinação em épocas posteriores, podendo a Via Nova seguir um trajecto mais simples em termos de trânsito, que simultaneamente acautelasse a necessária preservação de uma zona de abastecimento de água à cidade.

O facto de um dos caminhos se ter consolidado como caminho de peregrinação, ficando o outro como via de acesso entre os arrabaldes de Braga e o vale, constitui, naturalmente, uma questão pertinente, para a qual não possuímos, de momento, qualquer justificação fundamentada, razão porque a nossa proposta de traçado alternativo para a via neste sector deve ser encarada como mera hipótese de trabalho.

A via prosseguiria por Adaúfe, talvez num trajecto que atravessava o actual aglomerado, junto à igreja paroquial. Na zona envolvente da igreja poderá ter existido uma *villa* (ID 3030103).

De Adaúfe a via prosseguia para norte, em direcção ao rio Cávado, seguindo, muito provavelmente, pelo actual caminho camarário, pelos lugares de Redondo, Barreiro, Freire e Estrada, ponto onde se situaria a milha IV. Daqui continuaria por Cortinhal, Souto e Salgueirinho. Na Quinta do Coelho, lugar de Souto, situaria-se-ia a milha V (Figura 36).

A estrada prossseguiria para o lugar do Rio, ou Barca de Ancêde, onde Francisco Sande Lemos sugere a passagem do rio Cávado.

A passagem do rio por barcas, referenciada nas *Memórias Paroquiais* de 1758, sugere uma proposta de traçado alternativo da via relativamente à sua passagem pela ponte do Porto[86], aparentemente consensual até aos trabalhos de prospecção efectuados recentemente.

Os argumentos a favor de uma proposta de passagem do rio alternativa, que defendemos neste trabalho, baseiam-se, antes de mais, no trajecto que parece mais credível para o percurso da via, tanto a sul como a norte do rio. A passagem do rio por barcas era até há poucos anos viável e praticado,

86 A ponte do Porto, por muito tempo associada à passagem da Via XVIII na travessia do Cávado, é de construção medieval, sendo, contudo, possível que tenha substituído uma obra anterior de época romana. De qualquer modo, essa possibilidade só recolhe fundamentação se se admitir que a via cruzava o rio nesse local.

não somente na zona de Ancêde, mas também noutros pontos do rio, como provam a já referida passagem da Via XIX, a montante da ponte de Prado.

A passagem do rio em Ancêde pode ainda ser defendida tendo em conta a análise dos fotogramas de 1946, da RAF, que permitem observar o que actualmente já não existe: amplos bancos de areia que podiam auxiliar a passagem do rio a vau, pelo menos na época mais seca, ou com barcas no Inverno.

Outro argumento a favor do traçado da via por Ancêde resulta da existência de uma calçada na margem esquerda do rio Cávado, entretanto destruída.

Passado o rio Cávado a via prosseguiria pelo actual lugar de Além, na freguesia de Barreiros. Desta freguesia procedem quatro miliários, entretanto dispersos. Dois deles foram referenciados na Quinta de Agrolongo (ID 3010201) e um na Quinta da Pena (ID 3010202), correspondendo à milha VI, possivelmente situada em Senhora das Angústias-Além. Daqui, a via seguia para norte, em direcção a Carrazedo. A milha VII estaria situada, provavavelmente no actual lugar de Feira Velha, na freguesia de Carrazedo, onde se situa um castro de baixa altitude, ocupado, posteriormente, por uma casa senhorial (Figura 37).

Segundo um manuscrito do século XVII, do Marquês de Montebelo, teriam sido recolhidos do adro da igreja de Carrrazedo doze marcos, tendo alguns sido transportados para Braga e colocados no Campo de Sant'Ana, no tempo de D. Diogo de Sousa (Sousa 1971-72: 180).

Na mesma igreja, em prospecções por nós efectuadas, verificámos a presença de fustes de colunas e identificámos uma quantidade considerável de cerâmica romana de construção, cerâmica comum e ainda uma ara, depositada junto à citada igreja, cujo fuste se encontra completamente alterado por reutilização posterior (ID 3010702).

A presença de uma ara em Carrazedo vem acrescentar um indício importante a uma outra peça, de tipologia idêntica, encontrada no Campo da Porta, num terreno situado a poucos metros da igreja paroquial. Trata-se de uma ara dedicada aos *Lares Burici*, por Bloena (Sousa 1971-72:181-182; Cunha 1975: 22-23; Tranoy 1981: 303).



Figura 37.Extracto da CMP 1:25.000, folha 56, com o trajecto da Via XVIII entre a milha VI e VII, a verde.

Os vestígios cerâmicos detectados nas prospecções realizadas dispersam-se por uma área vasta, que incorpora os terrenos adjacentes à igreja de Carrazedo, prolongando-se para Feira Velha, até à zona onde presumimos a passagem da via. Embora Francisco Sande Lemos julge existir uma *villa* neste local, a dispersão dos vestígios, a existência de duas aras e os elementos arquitectónicos reconhecidos junto da igreja paroquial levam-nos, antes, a sugerir a eventual existência, em Carrazedo, de um povoado aberto, eventualmente um *vicus*.

A este propósito, não deixa de ser interessante relembrar a existência de um povoado de baixa altitude, o Castelo do Castro (ID 3010704), onde são visíveis à superfície alguns materiais de construção romanos. Poderá dar-se o caso da população deste povoado se ter deslocado para um novo povoado aberto, que se situaria junto à passagem da via, local que poderia integrar funções de *mutatio*? Este fenómeno é relativamente comum tal como os trabalhos de F. Pérez Losada, realizados na Galiza, permitiram demonstrar (2002).

Do actual sítio de Feira Velha, em Carrazedo, a via prosseguiria para norte em direcção a Barrimau e Pilar. Este último local, já na freguesia de Fiscal (ID 3011102), corresponderia à milha VIII, de onde procede um miliário dedicado ao imperador Caro (282-283).

A partir desta milha a via fazia uma inflexão para oeste, contornando os contrafortes da Serra da Abadia, facto que, segundo Francisco Sande Lemos, permitiria cruzar as linhas de água existentes a montante, evitando-se, assim, a construção de pontes. Por outro lado, este trajecto permitiria um maior aproveitamento dos terrenos de vale situados na confluência das bacias hidrográficas dos rios Homem e Cávado e tornava mais fácil o acesso a Caldelas. O conjunto dos materiais recolhidos neste local sugere a possibilidade de existência de um *vicus* termal, atendendo às propriedades salutíferas das águas ainda hoje aproveitadas com esse fim (Martins 1995; 1996a).

Segundo a proposta de Francisco Sande Lemos a milha IX situar-se-ia no actual lugar de Santo António, na freguesia de Besteiros, prosseguindo daí por Pousadas, Caires, Paço, Paço Velho, Crasto e Tornadouro. Neste último local deveria situar-se a milha X, tendo por base a existência de indicações vagas ao achado de um miliário (Silva 1958-59).

A milha IX coincide com a localização do castro de Caires ou Castro de Gróvios (ID 3010501), desde sempre identificado com a Cividade de Biscaia (Martins 1990: 65). Apesar dos indícios de romanização deste povoado, as prospecções que efectuámos na zona de vale, entre a passagem da via e o lugar de Freicheiro, permitiram identificar vestígios de muros, para além de abundantes achados de cerâmica romana de construção e doméstica. O local é designado, localmente, como Cidade de Biscaia (ID 3010503), indícios que nos levam a localizar aqui um aglomerado de tipo *vicus*, com funções de *mansio*.

Entre a milha X e XI, a via parece encontrar-se cristalizada num caminho municipal, atingindo Via Cova, na freguesia de Paredes Secas, onde se localizaria a milha XI (Figura 38). O tramo entre o último local referido e a milha seguinte encontra-se muito bem conservado, possuindo ainda vestígios de calçada em excelentes condições de preservação, em grande parte do seu percurso.



Figura 38. Extracto da CMP 1:25.000, folha 56, com o trajecto da Via XVIII entre a milha X e XI, a verde

Em Ribeira de Pala, Dornelas (ID 3011502), na freguesia de Paredes Secas, foi encontrado um miliário indicando a milha XII dedicado a Maximino e Máximo (238).

A via atingia o vale do rio Homem através da Portela de Santa Cruz e, a partir daí, o seu percurso fazia-se pela vertente setentrional da Serra da Abadia, que corresponde à margem esquerda do curso do rio Homem, até Covide. Daí, seguia em direcção a S. João do Campo, prosseguindo até ao cruzamento de Vilarinho das Furnas, inflectindo para o interior do actual território do Parque Nacional da Peneda Gerês.

No seu trajecto pelo vale do rio Homem, a via prosseguia pelos actuais lugares de Volta do Gavião, Bouça da Mó, Bico da Geira, Volta do Covo e Albergaria (Lemos 2005; Lemos e Baptista 1995-1996).

A partir da fronteira da Portela do Homem, a Via XVIII abria-se ao vale do rio Lima, entrando no actual território espanhol, começando a descer no sentido nordeste em direcção a *Aquis Originis*-Banhos de Rio Caldo, passando o Lima pela Ponte Pedrina. *Aquis Querquernis*-Banhos de Bande, um importante aglomerado romano, situa-se já na margem norte daquele rio (Rodríguez Colmenero 1995-96).

1.1.2. O povoamento fortificado

Um dos aspectos nunca negligenciado pelos investigadores na descrição do trajecto da Via Nova relaciona-se com a circunstância desta atravessar uma zona de baixa densidade populacional (Mapa 22, Vol. III).

Este facto, anotado por todos os autores que a ela se referem não pode ser explicado por falta de trabalhos de prospecção ou por vazios de investigação, uma vez que se trata de uma área bastante bem estudada. De resto, situação similar pode ser constatada em outras regiões montanhosas, como é exemplo a região de Vieira do Minho (Fontes e Roriz 2007).

A fraca densidade populacional parece constituir uma característica comum a uma vasta faixa das paisagens montanhosas que fazem a fronteira entre o Minho e a região de Trás-os-Montes.

Na época que nos ocupa, esta diferença é notória quando comparada com as regiões que abrangem as bacias médias e baixas dos principais rios que atravessam a região. Tendo em conta este facto, é de observar que os projectos de investigação desenvolvidos para algumas regiões estão longe de corresponder a um intensivo e sistemático conhecimento das áreas em questão. Por outro lado, convirá valorizar para as áreas de montanha uma perspectiva diacrónica da ocupação humana, pois só ela nos pode permitir compreender os presumíveis vazios de ocupação no período cronológico em análise.

Expostas estas questões, a nossa opção jogar-se-á na descrição das referências que possuímos, com as necessárias dúvidas e problemas já expostos sucintamente.

Por facilidade e coerência de leitura descreveremos os povoados fortificados segundo as categorias A, B e C, tendo em conta o seu enquadramento nas áreas acima enunciadas, deixando de fora destas categorias o conjunto de povoados que possuem outras características topográficas e cronologias correspondentes a outros períodos.

Categoria A

Castro de Caires ou **Castro de Gróvios**, Amares (ID 3010501).

Situa-se num esporão da vertente sul do monte de S. Pedro Fins e ocupa ainda um pequeno monte separado do esporão por um talvegue, com altitudes entre os 300 e os 320 metros. São visíveis três linhas de muralhas que definem os vários tabuleiros do povoado, bem como alguns muros circulares e de formato rectangular, que deverão corresponder a habitações. A bibliografia arqueológica refere, na vertente oeste do povoado, o achado de canos de metal, tijolos, ânforas e um possível forno, aparecidos no lugar de Gróvios (Dias 1903:78). Para além destes achados, encontrou-se um baixo-relevo de granito representando uma figura a cavalo e uma pedra lavrada com um motivo geométrico (Cardoso 1972:156). Em prospecções recentes, encontrámos fragmentos de cerâmica de fabrico indígena atribuível à Idade do Ferro e fragmentos de cerâmica comum romana.

Castelo de Espinho / **Castro de S. Pedro Fins**, Amares (ID 3011602).

O povoado ocupa um esporão na vertente sudoeste do Monte de S. Pedro Fins, a 480 metros de altitude. São visíveis vestígios de uma muralha de pedra miúda e, por toda a superfície do local, recolhem-se fragmentos de tijoleira e de escórias de ferro (Martins 1990: 70). Albano Belino (1909: 6) refere o aparecimento, neste local, de pedras aparelhadas, pequenas mós manuais, cerâmica e tégulas romanas. As prospecções que efectuámos levam-nos a sugerir que o sítio se circunscreve à curva de nível dos 450 metros, não se estendendo para a área da actual capela.

No grupo de povoados que podemos inserir na categoria B, a maioria não possui qualquer vestígio de ocupação romana. As escavações levadas a cabo por Ana Bettencourt (2000), no Monte da Santinha, permitem, para além disso, excluí-lo do grupo de povoados ocupados na Idade do Ferro[87].

87 O Monte da Santinha, povoado fortificado localizado a 195 metros de altitude, revelou, em escavações dirigidas por A. Bettencourt (2000), uma ocupação que se circunscreve à Idade do Bronze.

Categoria B

Chã do Castro/ **Portela da Joubreia**, Amares (ID 3011601).

O sítio ocupa um pequeno cabeço com 310 metros de altitude, situado na vertente sudoeste do Monte de S. Pedro Fins. As escavações aí realizadas permitiram assinalar várias fases de ocupação do sítio que remontam ao Calcolítico, à Idade do Bronze e à Idade do Ferro (Jorge 1979, 281-292; Jorge e Sousa 1980, 121-131). Da época romana aparecem apenas raros fragmentos de cerâmica, que não permitem admitir uma romanização significativa do povoado.

Monte de Caldelas, Amares (ID 3010602).

Situado num outeiro, a 220 metros de altitude, o povoado possuiria, pelo menos, duas muralhas. As prospecções levadas a cabo por Ana Bettencourt (1999: 217-218) permitiram-lhe concluir a inexistência de quaisquer fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo, tendo sido encontrados apenas alguns fragmentos de cerâmica manual. A razão porque não excluímos este povoado desta categoria prende-se com o facto sobre ele procederem informações anteriores que dão outras indicações (Jorge e Sousa 1980:120), mas, também, devido ao facto da autora se referir expressamente à espessa manta morta que cobria o local aquando das visitas que realizou. Admitimos, assim, pelo menos, uma ocupação que incluirá a Idade do Ferro, conforme foi sugerido anteriormente por Manuela Martins (1990: 66).

Monte de Sequeiros, Amares (ID 3012101).

Situa-se a 228 metros de altitude e possuiria, pelo menos, duas linhas de muralhas. O topónimo, a notícia do aparecimento de vasos e as condições geomorfológicas do local permitem admitir que se trata de um povoado fortificado (Silva 1958-59: 353-355; Martins 1990: 71). No entanto, as prospecções aí efectuadas não permitiram identificar quaisquer vestígios e não é dada, na bibliografia mais antiga, qualquer indício de vestígios romanos. Dada a natureza da informação disponível admitimos que o Monte de Sequeiros corresponda a um povoado abandonado em momento impreciso da Idade do Ferro.

Categoria C

Castro do Lago, Amares (ID 3011503). (Cf. descrição no capítulo 4)



Figura 39. Fotografia aérea da região do Castro do Lago (SPLA 1938)

Castelo do Castro, Amares (ID 3010704).

Situa-se a 96 metros de altitude, num pequeno cabeço sobranceiro à margem direita do rio Cávado e possui restos de uma muralha e de um fosso, apesar da grande destruição provocada pela construção no local de uma torre medieval (Martins 1990: 67). Os achados cerâmicos parecem indiciar uma ocupação da Idade do Ferro e da época romana. Em prospecções recentes foi possível recolher alguns fragmentos de telha romana e mós manuais.

Outeiro, Amares (ID 3011902).

Povoado implantado a 175 metros de altitude, num cabeço que oferece uma única plataforma circundada por um talude. Este parece corresponder a uma estrutura defensiva (Martins 1990: 70). Na superfície do solo recolhem-se fragmentos de tijoleira e são visíveis pedras, correspondentes a derrubes de estruturas. No entanto, não se registam quaisquer alinhamentos coerentes. Trata-se, aparentemente, de um pequeno castro de baixa altitude, semelhante ao povoado do Lago, em Amares. Em prospecções recentes encontrámos fragmentos de *tegulae* e *imbrex.*

Para o conjunto de povoados que se situam na área mais montanhosa, a avaliação tipológica e cronológica, exige uma ponderação diferenciada que não se resolve com uma simples calibração das altitudes.

Todavia, a principal questão relativa à caracterização dos povoados fortificados da região em análise prende-se com o facto das informações fornecidas pela bibliografia arqueológica disponível, que remonta ao Cónego Arlindo da Cunha (1958-59), não terem podido ser, em muitos casos, confirmadas no terreno. Este facto decorre das dificuldades de prospecção dos locais, cobertos por intensa arborização e espessa manta morta. Por outro lado, alguns dos sítios referenciados como castros podem corresponder a castelos ou atalaias medievais, sem ocupação anterior[88].

Assim, apesar de termos catalogado todas as informações disponíveis, optámos, em alguns casos, por excluí-las da nossa análise cartográfica.

Alto dos Castelos, Amares (ID 3012002).

O sítio localiza-se a 750 metros de altitude, num esporão da Serra de Santa Isabel. Noticia-se o achado de taludes artificiais, cerâmica da Idade do Ferro e, ainda, alguma *tegulae*[89].

88 Excluímos os seguintes povoados: Monte de S. Miguel / Cidadelhe, Abadia, Bouro (Santa Maria) (ID 3011903), para o qual temos apenas a informação, facultada por por Ana Bettencourt, do achado de raros fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e alguma *tegulae* e *imbrex*, encontrados nas vertentes do local. Sem um trabalho mais intenso de prospecções parece-nos preferível, para já, excluir este povoado do nosso catálogo; Outeiro da Vila / Castro de Seramil (ID 3012201), situado num pequeno cabeço, a 458 m, a este do Monte de Santa Cruz. O cónego Arlindo da Cunha refere que observou no local alguns muros e recolheu fragmentos cerâmicos diversos, sem indicações mais precisas, informações que não foram confirmadas em visitas posteriores. Castelo de Covide / Monte do Castelo / Castelo de Freitas (ID 3100807). Arlindo da Cunha refere vestígios de muralhas e "*calhaus como os que costumam formar as paredes das habitações castrejas. Fragmentos de cerâmica pré-romana eram bastante raros mas não de todo inexistentes, mas também lá vi e examinei pedaços de tegulae e imbrex*" (Cunha 1975: 513-514). A leitura da bibliografia revela alguma confusão entre este sítio e o castelo de Bouro. Finalmente, há ainda a referir o Castro de Santa Isabel do Monte de Stª Isabel (ID 310110) que ocupa um cabeço com boa visibilidade sobre os vales do Homem e do Cávado. No local são observáveis alinhamentos de possíveis panos de muralhas nas vertentes oeste e nordeste e alguns vestígios de cerâmica de fabrico manual. A visita que fizemos ao local não nos esclareceu devidamente quanto à cronologia da sua ocupação, embora nos pareça mais credível que o local tenha conhecido uma ocupação medieval.

89 Informação de Ana Bettencourt, a quem agradecemos.

Calcedónia, Terras de Bouro (ID 3100805).

Povoado situado num cume, com excelente posição geoestratégica e boa visibilidade sobre a zona de passagem da Via Nova. A bibliografia arqueológica noticia para o local um conjunto de estruturas, duas de maior dimensão e extensão, possíveis troços de muralhas e vestígios de construções quadrangulares e circulares. Recolhem-se fragmentos de tijoleira e de alguma cerâmica comum, descrita como "incaracterística". O povoado desenvolve-se na vertente virada ao rio Gerês e o acesso deveria fazer-se a partir da ribeira de Freitas.

Temos, portanto, na região em análise um conjunto de povoados inscritos numa zona de transição entre o vale e a montanha, correspondente, a parte da bacia do médio Cávado.

Seja pelo melhor conhecimento que temos destes povoados, resultante de escavações, ou pelo facto de se encaixarem mais facilmente em grupos relativamente bem tipificados, as dificuldades que sobre eles subsistem relacionam-se com a sua cronologia e com a dimensão das áreas de ocupação, com o papel que desempenharam na época romana, com a eventual dispersão dos seus habitantes por outras formas de habitat e, consequentemente, com a retracção ou abandono dos seus espaços habitacionais.

Já os povoados situados em zonas claramente montanhosas implicam tarefas não menos complexas.

Antes de mais, possuímos um conhecimento manifestamente deficitário das efectivas áreas de ocupação e da cronologia da grande maioria dos povoados fortificados de montanha. Para além disso, parece-nos absolutamente inapropriado aplicar-lhes lógicas de organização espacial idênticas às que parecem existir nos povoados situados nas médias e baixas bacias hidrográficas da região, uma vez que se trata de áreas diferenciadas do ponto de vista geomorfológico, o que determina, naturalmente, características distintas de implantação e organização no espaço.

A fraca densidade de povoamento da área em análise parece ser um indicador constante, e, aparentemente, um fenómeno de longa duração, o que confirma a ideia de que só trabalhos diacronicamente programados

permitirão a compreensão deste tipo de habitats no seu contexto geográfico e histórico.

1.1.3. O povoamento em espinha: *vici*, *mansiones* e *mutationes*

A implantação de uma via implicava a planificação e o estabelecimento de locais que funcionassem, em distâncias determinadas, como locais de paragem. Estes locais possuíam diversos nomes consoante a sua função, como já tivemos oportuidade de referir no capítulo 3. Enquanto as m*utationes* serviam como estações de muda, sendo normalmente pequenos estabelecimentos, as *mansiones* possuíam maiores dimensões, implicando uma estalagem. Para além dos sítios mencionados havia ainda *tabernae* ou simples *cauponae*.

A implantação deste tipo de locais obedecia, antes de mais, a necessidades de alojamento dos funcionários imperiais, altos magistrados e correios imperiais, que circulavam sob autorização superior, o que implicava a presença nestes estabelecimentos de armazéns, cavalariças, ou oficinas. A estas infra-estruturas juntava-se a necessidade básica de providenciar locais de paragem, curta ou longa, a todos os outros viajantes.

Um dos mais interessantes trabalhos no estudo do povoamento associado a uma via consiste precisamente na tentativa de identificar estes locais de apoio à circulação, que, em muitos casos, poderiam evoluir, de simples *mansiones* para verdadeiros aglomerados urbanos secundários, ou *vic*i.

Na Via Nova, Fancisco Sandes Lemos estima que haveria uma *mutatio* em cada três a quatro milhas (com um valor de milha estimado em 1.480 metros) e uma *mansio* em cada oito a dez milhas (Lemos 2002).

No percurso da via entre *Bracara Augusta* e a Portela do Homem, correspondente a 34 milhas, e tendo em conta o conjunto dos dados arqueológicos disponíveis, é possível identificar um número considerável deste tipo de estabelecimentos, que passamos a descrever.

Bouça Alta, Braga (ID 3032701). *Mutatio* da Milha V.

A *mutatio* situada antes da travessia do Cávado estaria muito provavelmente localizada no sítio de Bouça Alta, em Navarra. Os vestígios que podemos articular com este local ocorrem numa zona aplanada, dispersando-se por uma extensa área, sendo constituídos por fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum romana.

Carrazedo / **Feira Velha**, Amares (ID 3010701). *Mutatio* da milha VIII.

O local corresponde a uma zona plana e bem irrigada, onde foi noticiado, num manuscrito do século XVII, o aparecimento de vários miliários. Em prospecções por nós efectuadas, encontrámos, no adro da igreja paroquial, vários fustes de colunas e, no terreno que pertence ao passal, abundante material laterício, vestígios esses que se estendem nas propriedades contíguas (ID 3010702). Estes vestígios deverão relacionar-se com uma ara dedicada aos *Lares Buricis*, encontrada, em 1973, no chamado Campo da Porta, em frente á igreja paroquial de Carrazedo. O local fica a duas milhas da Cidade de Biscaia (cfr imagem)

Cividade de Biscaia, Amares (ID 3010503). *Vicus* / *mansio* da milha X.

O sítio localiza-se na plataforma superior e nas encostas sul e este de uma pequena colina no lugar de Frecheiro. Segundo informações que recolhemos no local, foram encontrados restos de um muro em pedra, telha e outras cerâmicas, a cerca de 1 a 2 metros de profundidade, aquando da abertura de uma vala para implantação de uma canalização. Em prospecções nestes terrenos, em particular no chamado Campo da Bouça, foi possível observar a presença de mós, uma grande quantidade de material laterício, fragmentos de cerâmica comum romana e ainda restos de, pelo menos, três muros, em cortes feitos para alargar uma das áreas de cultivo. A localização e extensão dos vestígios detectados, dispersos numa encosta suave, em local propício à passagem de uma via, bem como o topónimo Cidade de Biscaia, precisamente nestes terrenos, levam-nos a situar aqui o *vicus* / *mansio*, tradicionalmente associado com o Castro de Caires. Situa-se a 10 milhas de *Bracara Augusta* e a 8 de *Salaniana.* Na Quinta de S. Vicente (ID 3010502) foi recolhido um pedestal de estátua ao Génio, dedicado por Quinto Sabínio Floro e datado do século I. Segundo Manuela Martins (1990), recolhem-se no local do achado alguns fragmentos de cerâmica romana, o que poderá indicar a existência de

um pequeno templo, talvez relacionado com o *vicus*. Uma outra hipótese é a de que esta peça tenha sido deslocada da Cividade de Biscaia.

Viriocelum / Vila Cova / Vilela, Amares (ID 3011501). *Vicus / mansio* da milha XI / XII.

Este aglomerado, encontrado entre as milhas XI e XII, deveria situar-se no lugar de Vila (ou Via) Cova / Mojeje (ID 3011501), entre os 300 e 320 metros de altitude. Aqui foram encontradas mós manuais, pedras aparelhadas, escórias de ferro, cerâmica de construção e doméstica, vestígios de alicerces e elementos de arquitectura, entre os quais um capitel de ordem dórica e uma moeda do século III, do Imperador Constâncio Cloro. É igualmente referida a descoberta de uma sepultura em pedra. A localização neste sítio de um possível *vicus*, que pode ter funcionado como *mansio*, ou mesmo como *mutatio*, ganha uma outra importância, quando relacionada com os achados referenciados em Vilela (ID 3012402), local situado a uma cota inferior, onde se depositaram dois miliários e, ainda, um pedestal de estátua encontrado no cemitério junto ao adro da igreja, dedicado ao Génio Viriocelense (Carvalho 1998). Este pedestal, reaproveitado como pia de água benta, indica o nome de uma localidade romana – *Viriocelum* - que admitimos poder corresponder ao único local com vestígios romanos significativos, junto ao eixo da Via Nova: o sítio de Vila Cova. A dimensão deste povoado é difícil de estimar, mas nada indica, com segurança, que se estendesse até Vilela[90].

A dificuldade em estimar áreas de extensão de vestígios ganha, neste caso, uma particular dimensão pois seria de extrema utilidade avaliar o tipo de aglomerado, cujo nome parece ter sido *Viriocelum*.

Os dados disponíveis levam-nos, por conseguinte, a tentar contextualizar uma dedicatória feita ao Génio de uma localidade, que implicaria uma estátua, pois trata-se, sem dúvida, de um pedestal.

Será lícito pensar num *vicus*, apesar do local se situar apenas a pouco mais de uma milha da Cividade de Biscaia. Na verdade, as únicas três inscrições que referem o Génio com epíteto tópico no Noroeste, foram todas

[90] De facto, a circunstância de existirem, num quintal de uma casa junto à igreja algumas *tegulae*, que nos foram "mostradas" e não vistas ou recolhidas por nós, impede-nos de propor uma extensão do povoado até à zona da igreja de Vilela. A existência, destes materiais neste local podem explicar-se por escorregamentos de vertente, perfeitamente viáveis num local de acentuado declive, ou simplesmente, por transporte de terras.

encontradas no convento bracaraugustano e poderão associar-se a aglomerados secundários importantes, como é o caso do *Genius Tongobricensium*, referido numa ara de *Tongobriga* (ILER 660), do *Genius Tauranceaicus*, homenageado em Estorãos, Ponte de Lima (ILER 659) e do *Genius Laquiniensis*, referenciado num monumento encontrado nas Caldas de Vizela, em Guimarães (ILER 658).

A inscrição de Vilela demonstra que estamos perante uma dedicatória cuja onomástica é perfeitamente latina (LVCRETIVS / SABINVS / GENIO VI/RIOCELEN/SI (*hedera*?) / V(*otum*). S(*olvit*). L(*ibens*). M(*erito*).

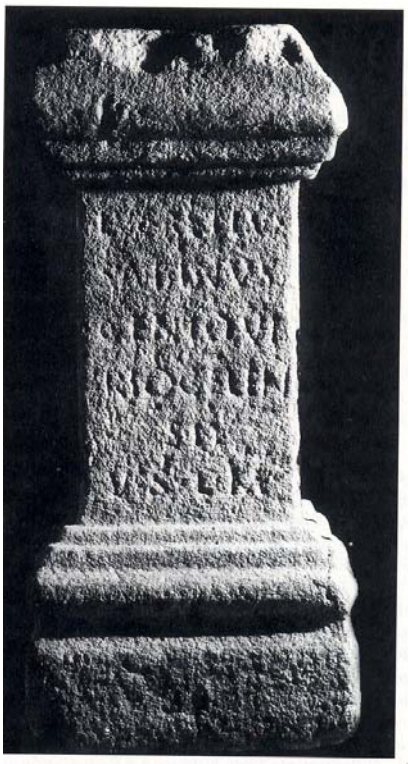


Figura 40. Pedestal ao *Genio Viriocelensis* (Carvalho 1998).

Por outro lado, importa ter em conta que a contabilidade operativa para as distâncias ideais entre estabelecimentos de apoio à viação, estabelecida pelo *cursus publicus*, tem que ser adaptada às diferentes realidades geomorfológicas que são cruzadas pelas vias.

Haverá, assim, que ter em conta outras variáveis, designadamente, a própria dinâmica de organização das populações, que poderiam organizar-se em pequenos ou grandes núcleos, associados à exploração de recursos

agrícolas, florestais ou pastoris, podendo complementarmente dar apoio à circulação viária.

Campo do Castelo, Terras do Bouro (ID 3100103). *Mutatio* da milha XV.
O sítio ocupa um pequeno cabeço, a 530 metros de altitude, junto à passagem da via. Na zona mais elevada, bastante arborizada, não se detectam vestígios de muralhas, fossos ou taludes. Na plataforma inferior, lavrada na altura em que prospectámos o local, encontrámos, numa extensão aproximada de 200 x 50 metros, bastantes fragmentos de material laterício e de cerâmica comum de fabrico romano. O local poderá corresponder a uma *mutatio* situada na milha XV, que parece justificar-se pela necessidade de uma paragem depois da acentuada subida do tramo anterior.

S. Sebastião, Terras do Bouro (ID3100605). *Mutatio* da milha XVI / XVII.
A *mutatio* de S. Sebastião, situada a 450 metros de altitude, foi detectada aquando da abertura de um estradão que cortou, quase completamente, os vestígios existentes. Nos cortes do terreno ficaram visíveis vestígios de muros e fragmentos de cerâmica de construção, cerâmica comum romana e sigillata. Os vestígios identificados parecem assemelhar-se a um estabelecimento aparentado daquele que foi escavado na Bouça da Mó.

Chãs de Vilar / ***Salaniana***, Terras de Bouro (ID 3100602),*Vicus* da milha XVIII.
Aglomerado romano situado numa chã, a 460 metros de altitude, onde são visíveis várias plataformas artificiais numa grande extensão de terreno e bastante quantidade de *tegulae*, tijolo e cerâmica comum de época romana. O sítio localiza-se na milha XVIII, assinalada por um miliário de Tito-Domiciano, catalogado como proveniente de Valfoios. No *Itinerário de Antonino* a *mansio Salaniana* aparece referida na milha XXI. Ora, esta milha localiza-se em Travassos (ID 3101601), onde se encontra um miliário de Heliogábalo, local que não possui as mínimas condições topográficas para a instalação de um povoado. As prospecções realizadas na região levam-nos a pensar que, apesar da discrepância de milha, a *mansio Salaniana* se localizava em Chãs de Vilar.

Covide, Terras do Bouro (ID 3100804). *Mutatio* da milha XXVI.

Em Covide localizar-se-ia provavelmente a milha XXVI. Daqui procedem alguns miliários, um dos quais serve de esteio num alpendre de uma residência particular nesta povoação (CIL II 4810). Nesta localidade apareceu ainda uma ara, sem vestígios de inscrição, em obras efectuadas no sítio do actual campo de futebol. No lugar de Barzes (ID 3100801), também em Covide, foram encontrados alicerces, pedras lavradas e fragmentos de colunas. Refira-se, ainda, a notícia do aparecimento, no sopé do Monte da Calcedónia, de pedras de construção, vestígios de muros e fragmentos de colunas (Silva 1958: 58).

Adro Velho ou Sagrado / S. João do Campo, Terras do Bouro (ID 3100302). *Vicus* ? da milha XXVII.

O sítio localiza-se na veiga de S. João, numa zona aplanada, junto à passagem da via, a 10 milhas de *Salaniana* e a 11 de *Aquis Originis* (Rio Caldo). Aí foi encontrada uma inscrição à divindade indígena *Ocaera*. Esta peça poderá estar relacionada com um templo, ou edifício público, cujos muros foram encontrados em escavações aí realizadas em 1992. Esta intervenção arqueológica revelou, ainda, alicerces de um templo cristão, provavelmente da Baixa Idade Média. O local não foi integralmente escavado, o que dificulta a sua interpretação

Bouça da Mó, Terras do Bouro (ID 3100309). *Mutatio* da milha XXX

O sítio da Bouça da Mó localiza-se numa zona aplanada, junto ao rio, actualmente submersa, na maior parte do ano, pelas águas da albufeira da barrragem que submergiu, também, a aldeia de Vilarinho das Furnas. No local encontraram-se dois miliários, um dos quais *in situ*. A escavação da *mutatio* revelou um edifício rectangular assente numa pequena colina existente junto à via, na margem esquerda da ribeira da Mó. Os muros são de granito bem aparelhado. No interior do edifício detectaram-se indícios que sugerem a existência de pilares que sustentariam a estrutura de suporte do telhado. Este seria de *tegulae e imbrices*, considerando a abundância deste material detectada durante a escavação. No canto sudeste do edifício conservam-se sinais de um pequeno compartimento, que poderia servir como taberna. O material datável situa-se entre o século I e os finais do século II d.C. (cfr. imagem)

Os dados referentes ao povoamento desta região montanhosa, bem como a análise da cartografia, mostram-nos algumas diferenças significativas relativamente ao povoamento característico das zonas de vale, associadas aos rios Cávado e Homem.

Nas áreas de cotas menos elevadas encontramos indícios de uma ocupação de vale que, de acordo com os dados epigráficos, permite supôr um povoamento romano de cronologia anterior à abertura da Via Nova.

No entanto, estes vestígios não são nem abundantes nem suficientemente elucidativos do tipo de explorações que existiriam nesta área, facto que pode dever-se a deficiências de prospecção.

Ordenaremos os vestígios romanos existentes, começando pelos que se encontram nesta região de vale[91].

No sítio da actual povoação de Caldelas (ID 3010601), localizada a 150 metros de altitude, foram encontrados vários vestígios atribuíveis a um aglomerado romano de alguma importância.

Nos princípios do século XX, descobriram-se vários elementos correspondentes a uma necrópole romana no sítio do Grande Hotel. A Caldelas estão ainda atribuídos alguns elementos de arquitectura romana, designadamente dois fustes e três bases de colunas, em granito. Finalmente, em 1803, durante os trabalhos para a construção das actuais termas, foram encontradas duas aras votivas, dedicadas às Ninfas. Num dos casos o dedicante possui onomástica indígena, o que parece documentar uma ocupação do sítio desde os primeiros tempos da presença romana na região.

Tendo em conta o conjunto dos vestígios referenciados neste local, bem como as características da sua água, ainda hoje explorada com fins terapêuticos, consideramos que aí deverá ter existido um *vicus* termal. Por outro lado, é provável que uma via secundária fizesse a ligação deste aglomerado à via XVIII e daí a *Bracara Augusta*.

O local situa-se junto ao castro de Caldelas (ID3010602), muito embora seja impossível inferir uma deslocação directa da população deste castro

91 Excluímos do texto e da informação cartográfica uma inscrição cuja leitura tem sido dada como muito duvidosa. Trata-se de um achado procedente de Paço, em Lago (ID3011302), cuja leitura é a seguinte: Fasn(*i*)u(*s*) Novov(*i*) m(*erito*) b(*ona*) v(*oluntate*).

para o aglomerado romano, uma vez que não há indícios cronológicos seguros relativamente à ocupação do referido povoado.

Num local conhecido como Campo da Igreja (ID3011101), situado a 90 metros de altitude, identificaram-se vestígios romanos, numa zona de encosta suave. Entre eles destacam-se abundantes restos de *tegulae*, mós manuais e algum material de construção em pedra. Os achados poderão indiciar a existência de um casal.

Em Cerdeirinhas (ID3010901), numa zona de encosta suave, a 100 metros de altitude, foram detectados vestígios de uma sepultura rectangular tapada com lajes de pedra, contendo duas bilhas em cerâmica e uma jarra em vidro.

Na capela do Anjo da Guarda, em Prozelo (ID3011702), foram recolhidas duas aras: uma anepígrafe e outra consagrada a uma divindade indígena, (...) / CAND /EBERO/NIO CA/ EDVRA / DIO, datada do século I.

No lugar de Ribeiro (ID3011301), em Lago, foi encontrada uma ara funerária que menciona MARIV[S] / ADRONI (*filius*) / AN(*norum*) VI (*sextium*). Esta inscrição poderá estar associada a uma possível *villa,* conforme foi sugerido por Manuela Martins (1990).

Para além dos povoados fortificados e dos locais associados à via, as únicas referências que possuímos nas áreas de maiores altitudes reportam-se a duas aras votivas.

Uma delas procede de Santa Maria de Bouro (ID3011901), desconhecendo-se a proveniência exacta do achado. Trata-se de uma monumento onde só se consegue ler PRO SALVTE / ...VM / .../...

A outra ara conhecida foi encontrada em Chã Grande (ID3012001), numa zona bastante alta da Serra de Bouro, situada a cerca de 520 metros de altitude. Trata-se de uma dedicatória a Júpiter Optimo Maximo, feita por Materno, referido na bibliografia como um indígena romanizado: MATE(RN)/ VS POSVI(T) / ARVDA(M) / IOVI OPTI / MO MA/ XIMO

1.2. Limites e escalas

1.2.1. A via como elemento ordenador de um povoamento em "espinha"

A construção da Via Nova, cerca de 70 anos após a fundação *de Bracara Augusta*, terá certamente mobilizado uma frente do exército, cujo acampamento poderia ter estado situado em *Aquis Querquernis*.

A implantação da via, poderá ter potenciado a deslocação de pessoas, anteriormente fixadas em alguns povoados fortificados, como seriam os casos do Castro da Torre–Carrazedo, ou o Castro de Caires, para os aglomerados abertos em Carrazedo e Cividade de Biscaia, cujas funções poderão não se ter circunscrito à de simples *mansiones* e *mutationes*.

De facto, os locais onde se localizariam os citados aglomerados permitiriam uma razoável expansão dos mesmos, facto que sugere que poderiam albergar uma população significativa que se dedicaria a várias actividades, designadamente de tipo agrícola, para além de darem apoio à circulação na via. Se é verdade que os locais se encontram demasiado perto em termos de distâncias viárias canónicas, eles estão suficientemente distanciados entre si para garantirem áreas adequadas de captação e exploração de recursos agrícolas.

Nas regiões de relevo mais acentuado poderão coexistir simples *mutationes*, cuja função serviria exclusivamente a via (caso da Bouça da Mó e, porventura, S, Sebastião), com sítios que, desempenhando serviços ligados à via, podem ter evoluído para aglomerados de maior extensão, em zonas com potencialidades para desenvolverem outras actividades, como é o caso de Vilela, Covide ou S. João, concelho de Terras de Bouro.

Uma constatação importante, a verificar em trabalhos futuros, é a distribuição dos sítios que nem sempre obedece às distâncias mais lógicas para o apoio viário, facto que não nos parece estranho. De facto, importa ter em conta, não só as condições práticas de trânsito entre zonas de acentuado declive, como, também, pelo menos em alguns casos, a existência de povoados anteriores, cuja população se possa ter deslocado para aglomerados abertos, sem que tal deslocação tenha ocorrido segundo um

padrão regulado por distâncias estabelecidas em função das necessidades de apoio viário.

Importava instalar, na abertura de uma via, os estabelecimentos necessários ao trânsito e ao *cursus publicus.* No entanto, isso não implicava, obrigatoriamente, que todo o povoamento ao longo do itinerário estivesse ordenado em função de paragens obrigatórias.

Na análise aqui efectuada socorremo-nos, em várias ocasiões, dos trabalhos efectuados por Fermín Perez Losada (2002) para a Galiza. O autor estabelece três modalidades básicas de aglomerados que situa "entre a cidade e a aldea". Uma dessas modalidades abrange pequenos habitats, com algumas casas, a que, eventualmente, poderiam estar associados um *fanum* ou umas pequenas termas. Talvez possamos incluir nesta categoria o lugar de S. João do Campo, em Terras de Bouro.

Por outro lado, alguns locais classificados como *vici*, fogem às regras normalmente sugeridas para o papel desempenhado por este tipo de estabelecimentos. A afirmação de que um *vicus* não tem um papel vocacionado para a exploração agrícola, papel que caberia às *villae*, poderá eventualmente aplicar-se a algumas regiões, mas não seguramente em todas, como aconteceria naquela que estamos a analisar.

No caso do Entre-Douro-e-Minho, é possível que tal constatação se aplique a zonas densamente povoadas, com um número considerável de explorações agrícolas, caracterizadas por *villae,* casais ou outro tipo de esbelecimentos, situados entre as duas categorias, mas de difícil caracterização. No entanto, não nos parece que tal pressuposto possa aplicar-se a regiões de montanha como aquela que estamos a analisar.

De facto, o povoamento observado ao longo de um trajecto de 34 milhas, permite-nos verificar a inexistência de sítios cujos vestígios nos permitam classificá-los como *villae*, ou mesmo como unidades de menores dimensões, do tipo casal. Sendo assim, importa ponderar a possibilidade de que alguns dos aglomerados identificados terem cumprido as suas funções de apoio ao eixo viário, ao mesmo tempo que assegurariam a exploração agrícola dos terrenos confinantes e / ou a exploração dos recursos silvo - pastoris.

Em grande parte do seu trajecto a *Via Nova* condicionou, de facto, a estrutura do povoamento. Este facto é de tal forma evidente que, inventariados os dados, não possuímos referências a sítios distanciados do eixo viário. Muito embora esta situação possa decorrer de falhas de investigação, cremos que o facto da região possuir uma fraca densidade populacional permitiu que a via potenciasse um povoamento que cartograficamente se assemelha a uma "espinha".

Ainda que não descuremos a necessidade de se realizarem investigações mais aprofundadas, este tipo de organização parece-nos sobejamente evidente, tendo em conta os dados disponíveis.

1.2.2. A romanização de um território de montanha

Depois da pacificação e da reorganização administrativa da Hispânia, realizadas no tempo de Augusto, a época flávia é normalmente associada a um momento de coesão e consolidação do poder imperial.

Assim se entende a concessão do *ius latii* aos habitantes livres, a promoção municipal de alguns núcleos urbanos, como *Aquae Flaviae, Bergidum Flavium* e *Iria Flavia*, ou ainda o programa de monumentalização das cidades da Hispânia, que atinge núcleos urbanos de diversa dimensão e importância política e administrativa, de que são exemplo os casos de *Conimbriga, Bracara Augusta* ou *Tarraco*. De facto, a administração da dinastia flávia desdobrou-se em acções diversificadas que pretenderam afirmar o poder romano e consolidar a política dos seus predecessores.

A construção da Via Nova deve entender-se neste quadro de consolidação do poder imperial, assumindo, nas devidas proporções, um peso semelhante ao da monumentalização das cidades ou ao da atribuição do direito latino a uma massa de população provincial, pois consagrava não já uma necessidade de pacificação, mas sim de apaziguamento, integração e eficiência administrativa.

A par destes mecanismos, a municipalização de núcleos urbanos, que seriam, à partida, de menor importância na época júlio-claudiana, corresponderá a uma estratégia política e administrativa que decorre, do crescimento económico de regiões que, sendo periféricas na época de

Augusto, em pouco mais de meio século, se tinham imposto como zonas importantes e sensíveis para o controle, afirmação e coesão do território, às quais Roma impunha, agora, a sua marca.

A zona eleita para instalar a Via Nova possui diferenças importantes em termos de organização e cronologia do povoamento, que podemos sintetizar, de forma breve, em duas realidades distintas.

Por um lado, uma região de vale, onde o povoamento é, obviamente, mais disperso, podendo remontar aos inícios da presença romana na região, sendo os seus indícios muito semelhantes aos registados, quer na área mais próxima de Braga, a sul do Cávado, quer nas suas confinantes, tanto a poente como a nascente.

Não possuimos dados conclusivos sobre a cronologia de grande parte dos povoados fortificados da região. Em alguns casos, como no Castro de Lago, é possível que o abandono do povoado tenha propiciado a instalação de habitats romanos. Noutros casos, como na área do Castro de Caldelas, não possuímos informação credível que nos permita supôr uma "transferência" de população para um possível *vicus*, acompanhado ou não da disseminação dos seus habitantes por pequenos casais ou outros estabelecimentos agrícolas. Sabemos apenas que junto a este povoado se terá instalado um aglomerado romano ligado ao aproveitamento de águas temais.

Os restantes indícios registados nesta área de vale permitem, apenas, supôr um povoamento de raíz romana, que parece claramente anterior à abertura da *Via Nova*.

Neste contexto parece-nos particularmente interessante avaliar as mudanças operadas na região de Caires.

Aqui existe um povoado fortificado, localizado numa zona de fácil acesso ao vale, com indícios seguros de romanização. Na ausência de sequências estratigráficas, podemos supôr que este povoado poderá ter mantido uma ocupação durante todo o século I.

A abertura da Via Nova poderá ter tido, neste povoado, um ponto de referência e apoio. Mas esse papel de apoio viário deverá ter sido de curta duração devido à inevitável transformação dos espaços circundantes.

De facto, ao povoado instalado no Castro de Caires terá sucedido um aglomerado aberto, na região de vale, mais próximo da via, provavelmente localizado entre o seu traçado e o lugar de Frecheiro. Muito próximo do local, apareceu um pedestal de estátua ao Génio. A dificuldade de relacionar este conjunto de referências é agravada pelo facto de não conseguirmos uma avaliação precisa da extensão do local que se estabeleceu no sopé do Castro de Caires[92].

No entanto, parece-nos lícito concluir, tendo esta região como exemplo, a existência de novas formas de povoamento de raíz romana, aliadas à persistência de alguns povoados, durante as primeiras décadas do século I.

Esta zona de vale, é, portanto uma zona de transição e de "fronteira" do espaço presumivelmente controlado por *Bracara Augusta*, desde inícios do século I. A construção da Via Nova potenciou a circulação e a mobilidade, bem como a instalação de novos aglomerados.

A região de maiores altitudes possui, antes de mais, um conjunto de povoados fortificados a que, na maioria dos casos, é difícil atribuir uma tipologia precisa (povoados fortificados, atalaias ou castelos?), bem como uma cronologia de ocupação minimamente credível.

Nos poucos exemplos de povodos onde foi possível identificar uma ou duas linhas de muralhas e registar a presença de materiais cerâmicos da Idade do Ferro e romanos (caso da Calcedónia, por exemplo), é muito difícil tentar estabelecer qualquer relação com o trajecto da via e o povoamento que a ela se associa. O exemplo da Caldedónia é a este propósito sugestivo, pois, apesar das inúmeras referências ao sítio, uma simples visita ao local, partindo da zona de Covide, onde se localiza a via, implica vencer uma vertente demasiado abrupta, que não conseguimos conjugar com os necessários apoios ao traçado de uma via.

---

92 Essa tarefa é extremamente difícil, senão impossível, com simples prospecções, por mais intensas que sejam. Aliás, dado o sistema de propriedades em minifúndio e a existência de uma aldeia - Frecheiro- pejada de habitações com pequenos quintais e, nas últimas décadas, acrescentada de novas urbanizações, mesmo um hipotético projecto de escavação dificilmente poderia avaliar a real dimensão do local.

A interpretação do conjunto de referências a locais fortificados terá que ser convenientemente avaliada em futuros trabalhos de investigação arqueológica e histórica.

Deste modo, resta-nos um conjunto significativo de dados que nos permite avaliar as potencialidades da abertura de uma via romana com o espaço e povoamento que a circunda.

Antes de mais, parece evidente ter-se registado uma possível transferência dos habitantes de alguns povoados fortificados para povoados abertos, junto à passagem da via, fenómeno idêntico ao ocorrido na região da Galiza, estudado por Férmin Perez Losada (2002).

Constata-se, igualmente, um povoamento organizado preferencialmente em povoados abertos, mais do que em explorações agrícolas do tipo *villae* ou casais.

As condições geomorfológicas de grande parte da região podem ajudar a explicar o fenómeno, pois efectivamente, estas são mais propícias a estabelecimentos abertos, plurifuncionais, onde as tradicionais actividades de subsistência das populações poderiam ser concretizadas num sistema agro-silvo-pastoril, a que se acrescentariam actividades artesanais e a prestação de serviços ligados à passagem da via. A região que foge a este padrão localiza-se na região de vale, em Amares, onde é provável que tenham existido explorações agricolas, testemunhadas pela necrópole de Cerdeirinhas (ID 3010901) e pelo sítio do Campo da Igreja (ID 3011101), um possível casal.

A maioria dos povoados fortificados parece ter sofrido um abandono anterior à época romana. Em alguns casos, os povoados fortificados identificados na região poderão não ter, sequer, uma ocupação que ultrapasse o Ferro Inicial. Por outro lado, alguns sítios indicados como castros parecem corresponder a atalaias medievais, castelos ou mesmo povoados medievais. Não, parece, por isso, ter havido um papel activo dos povoados de origem pré-romana no ordenamento do povoamento do período seguinte, embora, em grande parte dos casos, seja necessária uma reavaliação, quer do tipo, quer da cronologia dos sítios.

A epigrafia da região é, de forma esmagadora, dominada pelos mais de cem miliários detectados ao longo das 34 milhas do percurso analisado. Este

conjunto de peças, acrescentado das existentes em território espanhol, tem sido objecto de sucessivas publicações e actualizações, razão porque nos dispensámos de as enumerar e transcrever. Todavia, importa chamar a atenção para alguns aspectos relativos à quantidade de peças encontradas, sobretudo interessante pelo facto de não haver milha sem miliário, mas igualmente pela impressionante quantidade de miliários encontrados em algumas milhas.

O fenómeno tem sido entendido como uma forma de propaganda imperial (Encarnação 1996-1996), ideia que nos parece aceitável, dada a abundância, senão mesmo "redundância", dessas marcas que pautavam, regularmente, a circulação.

É certo que a abundância de matéria-prima permitia a fácil transformação de algumas áreas de passagem da Via Nova em verdadeiras "oficinas" de miliários, precisamente nos locais onde se encontra o maior número de peças.

Também é verdade, que as condições de preservação de parte do traçado da Via Nova, a que não são alheias as condições de uma débil densidade populacional, impediram o reaproveitamento desses materiais, preservando, não apenas o traçado da via, como também os miliários. Não será fortuito o facto da maioria destes monumentos encontrados *in situ* ou "perto do sítio" original se localizarem em zonas pouco povoadas, com menos locais propícios a transporte e depósito, ou demasiado longínquos e desconhecidos para poderem servir as colecções de antiguidades, de que foi exemplo o conjunto de peças mandadas colocar em torno da capela de Sant'Ana, em Braga, por D. Diogo de Sousa.

Estas e outras razões poderão constituir argumentos explicativos para a inusitada abundância de miliários em parte do traçado da Via Nova, muito embora não sejam suficientes para compreender a sua excepcional quantidade.

Poderá a função de "assinatura" ou propaganda imperial desempenhada pelos miliários explicar-se, pela ausência, num vasto território, de núcleos urbanos? De facto, nestes a divulgação e a manutenção da imagem do poder imperial estavam inscritas quase naturalmente pela simples circunstância de serem locais de maior circulação de pessoas, pela existência de magistrados,

pela maior abundância de numerário, ou pela possibilidade de formalizar, sob a forma de estátuas ou votos as mudanças políticas. Num território pouco povoado como aquele que analisamos, percorrido por um eixo viário, de que forma poderia manifestar-se o poder imperial ou ser este homenageado pelas populações?

Na verdade, se a abundância de miliários da Via Nova representa uma forma de propaganda ela parece reflectir igualmente uma forma muito específica de manifestação do culto imperial numa região igualmente específica, tanto em termos dos núcleos populacionais como pela função que a via desempenhava como eixo onde circulavam, entre outros, altos funcionários ligados à administração.

A restante epigrafia revela um quadro que pode ser aparentado ao da área mais próxima de Braga. Isto é, homenagens a divindades indígenas mas também romanas. Este conjunto de monumentos juntamente com a epigrafia funerária permite-nos constatar a presença maioritária de indígenas, que se concentram na área mais precocemente ocupada, e, também mais próxima de *Bracara Augusta*, a região dos vales dos rios Homem e Cávado. Por sua vez, as peças mais clássicas e seguramente mais tardias surgem em locais junto à via, excepção feita ao voto consagrado a Júpiter Óptimo Máximo, que não é possivel contextualizar.

Talvez a mais importante conclusão que podemos extrair da tentativa efectuada para analisar os dados disponíveis relativos ao povoamento desta região específica seja a convicção de que, se em todos os espaços de análise por nós eleitos, nos deparamos com a necessidade de uma análise de longa duração, neste caso específico, essa necessidade é, talvez, mais óbvia. Num tempo mais "lento", que acreditamos mais "natural" em terrritórios onde, justamente, as transformações da paisagem e do povoamento se processam em ritmos e tempos diferenciados dos que pautam as mudanças operadas em áreas mais marcadas pela urbanização, como seriam as mais próximas de *Bracara Augusta*. Por outro lado, a baixa densidade populacional destes territórios, onde incluímos também as zonas de Vieira do Minho e da Serra Amarela, exige, ainda com mais premência, estudos diacronicamente orientados, tais como os que Luís Fontes tem desenvolvido para a região da Serra Amarela.

A suposta marginalidade das áreas de montanha e o seu carácter de fronteira geram um enorme e interessante potencial de investigação, particularmente avesso a demarcações cronológicas e históricas demasiado rígidas.

Uma das questões que melhor elucidam este problema relaciona-se com a avaliação dos povoados fortificados, pela sua aparente inexistência, ou porque os indícios que deles existem parecem indiciar cronologias mais tardias do que aquelas que lhes são normalmente atribuídas. A constituição em epoca medieval de uma dispositivo de fronteira não poderá deixar de ser tido em conta. Apesar do território parecer intacto, impressão que decorre, entre outros factores, da preservação impressionante do traçado da via e da conservação dos seus miliários, a imposição de um limite fronteiriço deverá ter obrigado à reconstrução de um espaço que inevitavelmente, foge a uma perspectiva centrada na época romana.

2. O povoamento do vale e da franja litoral

Na zona do vale e da orla costeira, constatamos a inexistência de aglomerados urbanos ou de uma rede de *vici* que organize hierarquicamente o povoamento. O contraste com as outras regiões do transepto em estudo é evidente. Em torno de *Bracara Augusta,* a questão fundamental prendia-se com os traços directos das relações entre a cidade e o campo. Na montanha, como acabámos de verificar, o padrão de povoamento encontrado articula-se claramente com a passagem da via XVIII.

Arriscamos pensar que o estatuto de região "marginal" pode, com alguma propriedade, ser aplicado nesta região mais litoral, muito embora, em termos de romanização, as regiões consideradas marginais sejam tradicionalmente identificadas com as áreas de montanha ou com as de exploração mineira. A essa "marginalidade", caracterizada ou por uma rarefacção ou por uma fragilidade estrutural do quadro de povoamento, contrapunham-se as cidades e, na ausência destas, as *villae* como extensões da *urbanitas* no *ager*.

A investigação tem vindo a deslocar esta clivagem e a mostrar o interesse em combinar outras perspectivas que ultrapassem uma ideia

compartimentada e hierarquicamente pré-concebida dos territórios, como justamente sublinha M. Ruíz del Árbol Moro (2001). Na verdade, existem outras "marginalidades" que talvez importe explorar no sentido territorial: as que são marcadas por uma densidade e heterogeneidade de dados cuja interpretação não é compatível com a ideia de descobrir uma ou mais macro-entidades que suportem a lógica do povoamento. São os casos do vale e do litoral que vamos analisar.

Pela natureza dos dados e pela informação disponível, ambos justificam a necessidade de tornar mais plásticas as premissas que ajudam a explicar a história rural. É no vale que se concentra a grande maioria de vestígios de romanização que permitem registar um povoamento denso e continuado. O litoral apresenta, por seu turno, um povoamento espaçado, rarefeito e sem redes, isto é, sem núcleos que mobilizem qualquer tipo de concentração. Onde encontrar as lógicas de organização?

A sequência da nossa abordagem levar-nos-á a observar a acção de vários factores que podem ter intervido na estruturação da paisagem rural. Mas, a imagem mais saliente deste processo é a proliferação de uma ampla gama de soluções de povoamento.

2.1. Enquadramentos de análise

A região em análise é dominada por terrenos de várzea e solos aluviais na maioria do seu território. (Mapa 23, Vol. III). Limitam-na, a norte, o rio Neiva, a sul, o rio Este e, a ocidente, o Oceano Atlântico[93]. Corresponde, administrativamente, aos concelhos de Barcelos, Esposende e Póvoa de Varzim.

Do ponto de vista geomorfológico, corresponde a uma área medianamente acidentada, onde dominam os vales abertos e os alvéolos de erosão, que explicam o aparecimento de amplas zonas propícias à agricultura, marcadas, pontualmente, por elevações mais ou menos significativas.

[93] O rio Ave não funciona, neste enquadramento, como limite, pois embora aqui se inclua o município de Póvoa de Varzim, não estão incluídos os de Vila do Conde e de Vila Nova de Famalicão.

Os maiores relevos da região situam-se nas zonas mais interiores, destacando-se a serra da Franqueira (298 m), o Alto da Vaia (285 m), o Monte de Maio (214 m), o Monte do Castro de Sequeade (285 m) e, na sua continuação, a serra de Airó, com uma altitude máxima de 413 metros.

Marca significativa na estruturação da paisagem é a presença do rio Cávado que, até Barcelos, corre de NE para SW, desviando aqui o seu curso para E / W, terminando, já perto da foz, com uma orientação N / NW. A juzante da Penida, o rio corre relativamente largo e aberto, mas, a montante, o seu leito é estreito e encaixado, facto que permitiu a instalação, em 1914, da “Central Hidroeléctrica da Penida”, que rentabilizou este "acidente" de percurso, na orla nascente da freguesia de Areias de Vilar. Este estrangulamento do percurso do Cávado impediu, desde sempre, a navegação a montante, marcando o final da sua circulação fluvial, a partir do mar.

Os percursos variados do rio durante o Quaternário estão testemunhados pelas manchas de depósitos de terraços, a diversas cotas, em ambas as margens do seu percurso (Teixeira *et alii* 1969: 7).

Toda a região é coberta por uma rede apertada de ribeiros, uma corrente densa que explica, quer a natureza dos solos, quer, evidentemente, as características do povoamento.

Dominada por declives pouco pronunciados, zonas de meia encosta e solos aluviais, esta região propiciou excelentes condições para a prática agrícola. Refira-se, a este propósito, que cerca de 70% do território do actual concelho de Barcelos é considerado zona de várzea.

O rio Neiva, de perfil muito sinuoso, serve-nos como limite norte da área em análise. Contornam-no uma série de relevos: a poente, a região entre S. Gonçalo até Arefe e, a nascente, a serra de Lousado. No seu percurso mais encaixado, possui vertentes pedregosas, com terrenos de meia encosta aproveitados para a prática agrícola. A partir dos contrafortes do Alto da Portela, o rio corre num vale aberto em U.

Entre os rios Cávado e Neiva destaca-se um conjunto de relevos que se perfilam a ocidente, como uma espécie de limite da "extensa depressão de Barcelos", relevos cujas altitudes estão entre as curvas de nível dos 300 e

dos 500 metros. Este "arco" termina com os relevos de Fonte Grande (312 m) e da serra de Lousado (312 m), a norte.

Os dois tipos de rocha mais representados na região são as rochas eruptivas e silúricas, cabendo a predominância às primeiras, representando os granitos de vários tipos mais de 70% do total das mesmas (Teixeira *et alii* 1969: 8).

A região dispõe de recursos mineiros importantes, que incluem o ouro, o estanho, o volfrâmio, a prata e minério de ferro. Na região de Barqueiros, as pequenas manchas de quartzitos intercalados permitiram a exploração de ouro na época romana, nomeadamente na Lagoa Negra. Na serra de Airó, houve talvez zonas de exploração de ouro, cuja cronologia pode remontar, igualmente, à época romana. Também na região costeira existem jazidas de minérios, responsáveis pelas actividades metalúrgicas atestadas, por exemplo, no povoado fortificado de Cividade de Terroso (Gomes 1996).

Os barros e os caulinos constituem uma mais-valia significativa da região, merecendo destaque duas importantes zonas: os mantos argilosos que cobrem a área entre a actual cidade de Barcelos e a vila de Prado, e a extensa região de Alvarães, junto ao rio Neiva, correspondente a um amplo depósito sedimentar e aluvial (Teixeira *et alii* 1972: 11). Para além destas zonas de maior dimensão há outras jazidas menores na zona entre o Cávado e o Neiva.

A caracterização da orla costeira é fundamental para poder explicar a orientação e os locais de fixação do povoamento e interpretar os eventuais vazios de ocupação.

Embora a estabilidade do nível médio das águas do mar remonte a cerca de 5000 anos, existem variações significativas na linha de costa que importa sintetizar.

Na região da foz do rio Neiva, a zona de costa é baixa e arenosa, sendo limitada por uma arriba fóssil na margem esquerda, enquanto que a margem direita se caracteriza por uma vasta zona soerguida – o terraço do Rodanho- que se estende de Castelo de Neiva até à região de Viana do Castelo (Teixeira et *alii* 1972; Machado 1938: 1-4).

Em alguns pontos da região em torno da foz do Cávado admite-se a existência de áreas lagunares na zona a norte do rio, nomeadamente em

Cepães (Marinhas) e Rio de Moinhos (Marinhas, S. Bartolomeu do Mar) e ainda na margem sul, na região da Lagoa da Apúlia (Granja 1989). A existência de áreas lagunares e de terrenos insalubres nesta zona talvez explique a inexistência de vestígios de ocupação. Já a sul da Apúlia, na zona do actual concelho da Póvoa de Varzim, ocorreram processos de assoreamento da orla costeira que transformaram antigos locais ocupados em zonas de areal. A distribuição do povoamento e a escavação de alguns dos locais cartografados confirmam este facto. O sítio de Vila Mendo, onde ocorreu uma escavação, encontra-se numa zona de dunas que conservou um edifício romano, cujas paredes atingem mais de 2 metros de altura (Gomes 1996). O processo de assoreamento é, aliás, responsável pelo fenómeno dos célebres "campos de masseira", zonas de arroteamento feitas em dunas, através da escavação da areia até aos níveis de solo agrícola, processo que se acelerou em finais do século XIX e inícios do século XX, quando a pressão demográfica obrigou à conquista de novas áreas agrícolas pelas populações do litoral (Gomes 1996).

2.2. Entidades e relações

Das 159 referências de vestígios arqueológicos recolhidos, optámos por trabalhar apenas com dados que consideramos fiáveis. Neste processo de triagem e porque nos pareceu crucial lidar com a disparidade dos registos, justificando as opções tomadas, decidimos avaliar estatisticamente a natureza global da informação.

Nesta região utilizámos, embora com algumas modificações e objectivos diversos, um conjunto de descritores utilizados por François Favory e Van der Leeuw para a análise do *habitat* antigo no vale do Reno (1998), descritores que também utilizados para a região de Beaucairois (Favory, Fiches, Girardot 1987-1988: 67-86) e constituem uma forma de abordagem do povoamento rural que pretende ultrapassar a metodologia tradicionalmente utilizada para os estudos da paisagem agrária.

Resumidamente, o objectivo é conjugar uma série de dados (materiais, mobiliário, actividades, indicadores cronológicos), jogando com uma tipologia de sítios reduzida ao essencial (grandes, médios e pequenos

estabelecimentos) e proceder a análises estatisticas complexas, relacionando estes dados com os de natureza ambiental e geomorfológica. Um dos resultados consiste na hierarquização do povoamento em centros difusores (*villae, oppida, vici*) e estabelecimentos dependentes, ou de alguma forma ligados a essa mancha difusora.

Parte dos conceitos subjacentes a estes trabalhos influenciou a nossa perspectiva de organização dos dados em entidades, relações, limites e escalas. No entanto, os descritores acima enunciados, por questões de viabilidade metodológica, suscitaram uma aplicação diferente.

Na verdade, os projectos e resultados daqueles trabalhos foram produzidos em regiões mais pequenas, com dados mais precisos, com prospecções intensivas e com equipas alargadas e multidisciplinares. Por outro lado, sem uma aplicação intensiva de todo o aparato metodológico e conceptual utilizado por aqueles autores, parece-nos impossível estabelecer comparações adequadas, sobretudo quando não possuímos dados suficientes para aplicar muitos dos descritores utilizados, nomeadamente os de natureza cronológica.

Acrescente-se, finalmente, que temos para esta região, em concreto, algumas dúvidas relativamente à possibilidade de reduzir as formas de explicação do *habitat* antigo e do mundo rural a um modelo pautado por centros difusores e objectos dessa difusão. Assim, limitámo-nos a utilizar algumas das análises estatísticas, com as necessárias calibrações, de forma a caracterizar e realçar a natureza da informação disponível.

Começámos por excluir os locais não georeferenciados, ficando apenas com 145 referências, às quais aplicamos os descritores que dão conta quer dos materiais de construção encontrados quer dos indícios que se reportam à natureza económica e social dos seus habitantes, correspondentes aos seguintes gráficos

O resultado mais impressivo, que aqui apresentamos, é a percentagem elevada de sítios onde o único indicador é a presença de *tegulae* (Fugura 28). A questão cria enormes dificuldades quando se trata de identificar, ainda que hipoteticamente, uma categoria determinada de sítios ou surpreender relações entre os mesmos. Trata-se de um problema comum a qualquer trabalho nesta região, já suficientemente salientado por Carlos Alberto

Brochado de Almeida, precisamente em relação à área aqui em análise (1996; 2003).

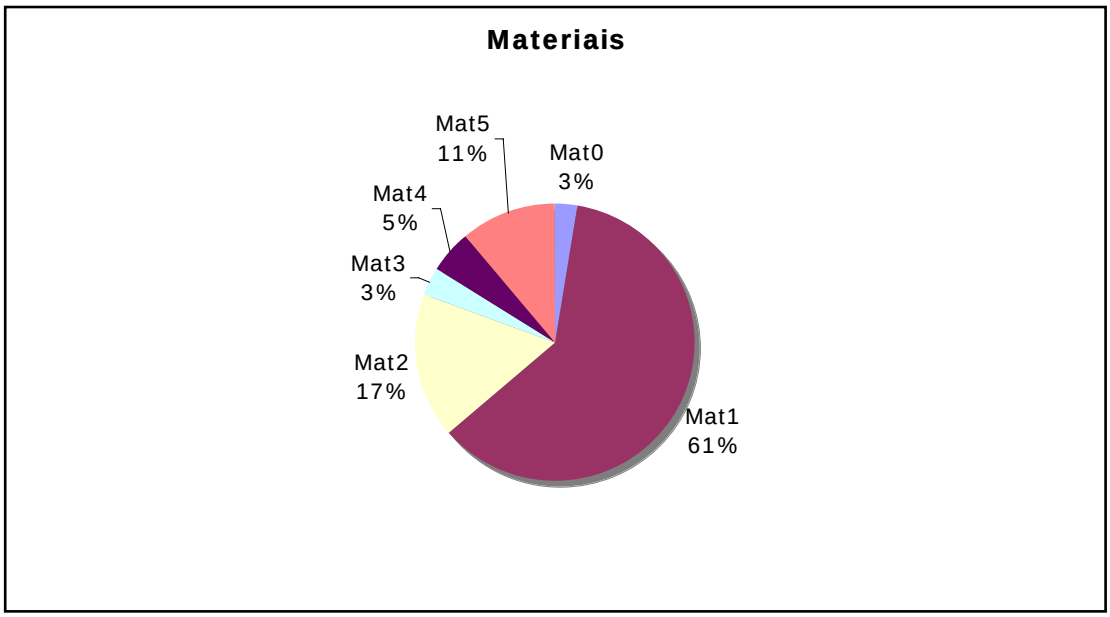


Figura 41. Proporção de materiais de construção nas referências arqueológicas da região de vale e litoral estudada

Legenda:
Mat 0: sem indício
Mat 1: tegulae
Mat 2: Tegulae e pedras aparelhadas
Mat 3: Tegulae + argamassa
Mat 4: Tegulae + tijolos
Mat 5:Tegulae + elementosarquitectónicos

Sobre a existência de materiais indicadores do modo de vida[94] dos habitantes destes locais (cerâmicas comuns, cerâmicas finas, vidros, moedas, inscrições), verificámos uma percentagem maioritária de locais sem qualquer indício desses materiais a que se seguem os sítios conhecidos unicamente por cerâmicas comuns. Os restantes indícios (cerâmicas finas, vidros/moedas ou incrições) correspondem a uma percentagem quase equivalente.

Finalmente, a ausência de indícios relativos ao tipo de actividade desenvolvida concorda com a percentagem esmagadora de sítios só conhecidos por *tegulae*. Para além desta margem, a maioria dos locais indica actividades ligadas à exploração agrícola e ao armazenamento.

94 Optámos por utilizar o termo de François Favory e Van der Leeuw (1998) quando se referem ao tipo de informação decorrente destes dados, preferindo-a a "Mobiliário" (Mobilier), nomenclatura dada pelos autores às entradas nesta tabela, que nos parece mais dúbia quando utilizada em português.

Tendo como base estes resultados, pareceu-nos preferível abater as referências que se limitavam a vestígios esparsos de *tegulae*, a que não era possível atribuir uma tipologia ou cronologia minimamente seguras. Restringimos, assim, a nossa análise a 119 referências (Mapa 24, Vol. III).

2.2.1. O povoamento fortificado

A necessidade de aferir com rigor a cronologia dos povoados fortificados oferece, nesta região específica, alguns exemplos paradigmáticos. Essa aferição permitirá detectar fases diversas de organização e reorganização do povoamento na Idade do Ferro e esclarecer, entre outras coisas, manchas densas de ocupação que, quando meramente cartografadas impedem uma leitura clara da história da ocupação do território. Essa primeira etapa de aferição cronológica permite, com as reservas já realçadas, verificar no conjunto de povoados da área em estudo distinções cronológicas básicas que se prendem com o grau ou intensidade dos contactos com o mundo romano.

Apresentamos, de seguida, os povoados fortificados por categorias (A, B e C)[95].

Categoria A

Outeiro do Crasto, Airó, Barcelos (ID 3020501).

Situa-se num esporão, que domina a confluência dos rios Covo e Cávado, a 222 metros de altitude, possuindo vestígios de quatro linhas de muralhas. A ocupação romana é atestada por abundantes fragmentos cerâmicos e por uma ara cuja inscrição é actualmente ilegível.

Crasto, Aldreu, Barcelos (ID 3020601).

Povoado localizado num esporão com 260 metros de altitude. Apresenta duas muralhas e um fosso. Noticiam-se vestígios de habitações e abundantes fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro. A presença romana é indicada pela

95 Excluímos desta lista o povoado conhecido como Crasto, em Navais, Póvoa de Varzim (ID13130901), nunca escavado, cuja referência se baseia no aparecimento de *tegulae*.

presença de fragmentos de *tegulae,* imbreces e de ânforas. O povoado terá tido uma reocupação medieval.

Monte de Lousado, Barcelos (ID 3027402).
Povoado implantado num cume da serra do Lousado, a 309 metros de altitude, com vestígios de duas muralhas e habitações de formato circular. Na superfície do povoado recolhem-se fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e alguns fragmentos de *tegulae.*

Carmona, Barcelos (ID 3021202).
Grande povoado situado a 303 metros de altitude, com três linhas de muralhas, dois fossos e uma muralha em terra. Uma quarta muralha em pedra parece ter tido como objectivo dividir o espaço habitacional em dois. Na acrópole detectou-se um edifício de planta ortogonal de grandes dimensões, de onde procede uma das aras encontradas neste local. O povoado apresenta uma clara organização proto-urbana e vestígios de habitações de planta circular, situando-se as de maiores dimensões na zona da acrópole. No sítio haveria ainda lagares e uma cisterna ou poço. Abundante espólio cerâmico da Idade do Ferro e romano, para além de vidros e moedas (uma do século I e alguns bronzes do século IV) e, ainda, fragmentos de duas aras sem inscrição. No sopé do castro identificou-se uma sepultura romana, vestígios de *tegulae* e, ainda, duas sepulturas escavadas na rocha. Para Tarcísio Maciel (2003: 114-119) este povoado constitui o núcleo da futura Terra de Neiva.

Monte da Saia, Barcelos (ID3022201).
Povoado situado a 303 metros de altitude, com três linhas de murallhas. A cronologia dos achados indica uma ocupação que remonta ao Bronze Final e se estende até aos finais do século I d. C.. A existência de um balneário, de duas pedras onde se representam figuras togadas, de um depósito de fundidor e de um tesouro de peças em ouro tornaram este povoado famoso no conjunto dos castros da região.

Monte de S. Mamede, Barcelos (ID 3023202).
Povoado implantado num monte com 409 metros de altitude, onde se observam habitações, duas linhas de muralhas e bastante material de construção. O espólio descrito inclui cerâmica de fabrico indígena, *tegulae*,

fragmentos de ânfora, um fragmento de sigillata hispânica e algumas moedas de bronze.

Castro de Faria, Barcelos (ID 3023701).

O povoado ocupa um esporão na encosta noroeste do Monte da Franqueira, a 298 metros de altitude, cuja ocupação remonta á Idade do Bronze, mantendo-se durante a Idade do Ferro. Na época romana parece possível que apenas um pequeno sector do povoado se mantenha ocupado, não havendo indícios de reorganização significativa do espaço habitacional. Na época medieval o sítio é ocupado pelo castelo de Faria, cabeça da Terra de Faria, mantendo essa função até à 2ª dinastia. Possui vestígios de três linhas de muralhas e dois fossos. Dos abundantes achados reportados às diversas ocupações, destaque-se, no período romano, a cerâmica de construção e doméstica, cerâmica bracarense, fragmentos de cinzenta fina, para além de sigillata hispânica e fragmentos de ânforas.

Citânia de Roriz, Barcelos (ID 3025401).

Trata-se de um grande povoado, a 324 metros de altitude, com três linhas de muralhas, sendo possível que exista ainda uma outra, na vertente oeste. O povoado teve uma longa de ocupação, desde o Bronze Final até à época romana. Foram detectadas ruas, vestígios de casas circulares e rectangulares e um abundante espólio cerâmico. No local foi encontrada, ainda, uma cabeça de guerreiro galaico e um monumento com forno, que se situa em Stª Maria de Galegos, no sopé do monte. A romanização do povoado testemunha-se pela presença de fragmentos de cerâmica de construção, de cerâmica comum, de sigillata hispânica e de ânforas (com destaque para os bordos de Haltern 70). Dois pequenos bronzes de Constantino levam alguns autores a supôr que o povoado deveria estar ocupado ainda no século IV.

Picoto dos Mouros, (ID 3028101).

Povoado fortificado localizado num esporão, a 226 metros de altitude, com duas linhas de muralhas e um fosso. São visíveis casa de planta circular e ortogonal. O espólio consiste em cerâmica de fabrico indígena, cerâmica comum romana, alguns fragmentos de ânforas e alguma *tegulae*. As escavações realizadas no local permitem admitir o abandono do povoado durante o século I e a sua reocupação, provavelmente no século IV, altura em que se edificam as habitações de forma rectangular.

Castro de S. Lourenço, Esposende (ID 3061501).

O sítio ocupa um esporão a 200 metros de altitude, com quatro muralhas, dois fossos e um torreão. A muralha mais interior limita uma acrópole, de pequenas dimensões e formato circular. As escavações permitiram exumar estruturas habitacionais (circulares, oblongas, sub-rectangulares e rectangulares), eixos de circulação, canalizações e fornos. O espólio encontrado inclui materiais que indiciam uma ocupação do povoado que remonta à Idade do Bronze. Para além de cerâmicas da Idade do Bronze e do Ferro, saliente-se o achado de um fragmento de cerâmica ática. A romanização do sítio encontra-se atestada por um conjunto muito vasto de materiais que incluem cerâmica de construção, cerâmica comum, ânforas (Haltern 70 e Dressel 7-11), *dolia*, cerâmicas bracarenses, paredes finas, cinzentas finas, sigillata sud-gálica e hispânica, moedas, fíbulas, para além de uma ara votiva consagrada a DEAE SANCTA[E] por ANICIVS. O período melhor conhecido do povoado compreende os séculos II a.C. e o I / II d.C., embora se defenda uma ocupação até ao Baixo Império. Na Idade Média foi aqui instalada uma fortaleza.

Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim (ID 13131201).

O sítio localiza-se numa elevação bem destacada na paisagem, a 153 metros de altitude, com duas linhas de muralhas e uma ocupação que remontará aos finais da Idade do Bronze, decorrendo, pelo menos, até finais do século I d.C.. As escavações permitiram a identificação de estruturas domésticas e um conjunto de sepulturas em cista. Para além da abundância de materiais da Idade do Ferro, regista-se ainda alguma cerâmica de tradição púnica. Saliente-se, ainda, a existência de um centro metalúrgico de alguma importância neste local. O crescimento do povoado, já na época romana, está atestado pela construção de alguns edifícios de planta rectangular.

Categoria B

Monte do Facho, Abade de Neiva, Barcelos (ID 3020102).

O povoado ocupa uma pequena elevação com 170 metros de altitude, com, pelo menos, quatro linhas de muralhas. As sondagens aí efectuadas revelaram a existência de habitações de planta circular, cuja cronologia se situa entre os finais do século I a.C. e inícios do I d.C.. O espólio recolhido

revela uma intensa romanização do povoado. Foram encontrados fragmentos de cerâmica indígena e cerâmicas romanas comuns e importadas. Destas últimas, destacam-se as ânforas e fragmentos de sigillata itálica e hispânica do século I d.C..

Srª da Aparecida, Barcelos (ID 3021201).
Povoado a 150 metros de altitude com duas muralhas e um fosso. O espólio compõe-se de cerâmica de fabrico indígena, *tegulae*, ímbrices e alguns fragmentos de cerâmica comum.

Crasto-Chorente, Barcelos (ID 3022301).
O povoado ocupa um cabeço a 186 metros de altitude e possuía duas muralhas. O conjunto de habitações detectadas situam-se na coroa e no espaço intra-muralhas. O espólio é constituído por cerâmicas da Idade do Ferro, mós manuais e fragmentos de *tegulae*.

Castro de S. Simão, Barcelos (ID 3022401).
Povoado situado num outeiro a 236 metros de altitude, com habitações de planta circular, duas muralhas e um espólio de superfície maioritariamente constituido por cerâmicas de fabrico indígena. A presença romana atesta-se pela presença de *tegulae*, cerâmica comum e uma moeda de *Crispus* datável de 317-326. Os recursos mineiros da área em torno do castro de S. Simão incluem a prata (Maciel 2003: 138-140).

Monte do Crasto, Barcelos (ID 3022502).
O sítio localiza-se num cabeço a 202 metros de altitude, com duas muralhas. Para além de pedra de construção, é possível observar, à superfície, fragmentos de cerâmica indígena feita com roda de oleiro e alguns fragmentos de *tegulae.*

Alto da Giesta, Barcelos (ID 3022903).
Pequeno povoado localizado num outeiro com 298 metros de altitude. É visível um talude, eventualmente seguido de um fosso. O material cerâmico observado é atribuído à Idade do Ferro.

Alto do Senhor do Lirio, Barcelos (ID 3022901).

Povoado situado num outeiro muito destruido, a uma cota de 140 metros. Nada resta do sistema defensivo e o espólio é composto por cerâmica de fabrico indígena, mós circulares e, ainda, alguns fragmentos de cerâmica comum romana e *tegulae*.

Castelos, Barcelos (ID 3022902).

Pequena elevação a 160 m onde é ainda visível uma muralha de pedra e dois fossos. Na plataforma superior subsistem vestígios de casas de planta circular. O espólio é maioritariamente constituido por cerâmicas de fabrico, não havendo quaisquer indícios de ocupação romana ou medieval. A hipótese de que este tenha sido o local de implantação do castelo medieval de Aguiar da Neiva (Almeida 1993) foi contestada por Tarcísio Maciel (2003: 141-143), que defende esse papel para o povoado de Carmona.

Stª Marinha, Barcelos (ID 3026201).

Povoado fortificado de pequenas dimensões, situado num pequeno esporão, a 240 metros de altitude. São visíveis vestígios de construções de planta circular. O espólio é escasso e constituido maioritariamente por cerâmica de fabrico indígena com reduzidos fragmentos de *tegulae* e ânfora. Para Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003: 173) trata-se de um castro agrícola.

Cividade de Belinho, Esposende (ID 3060102).

Pequeno povoado com duas linhas de fortificação nas zonas a norte e nascente do povoado. O espólio conhecido é maioritariamente da Idade do Ferro, excepção feita a alguns alguns fragmentos de ânfora.

Monte de S. Félix, Póvoa de Varzim (ID 13130801).

Pequeno povoado situado a 208 metros de altitude. As notícias mais antigas relativas ao local indicam a existência de três linhas de muralhas. São ainda visíveis restos de habitações circulares. O material de superfície consta de cerâmica de fabrico indígena e alguma *tegulae*.

Categoria C

Alto da Deveza / Giestal, Barcelos (ID 3023402).

O sítio localiza-se numa pequena colina, de 43 metros de altitude. É um povoado de pequenas dimensões, com uma muralha, complementada por um fosso ainda visível. O espólio é essencialmente constituido por cerâmica da Idade do Ferro e *tegulae*.

Picarreira / Castro de Carapeços, Barcelos (ID 3021801).

O sítio ocupa um outeiro com 180 metros de altitude, com uma muralha em terra sustentada internamente por um muro. As sondagens feitas por Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003) permitem-lhe afirmar a sua fundação em meados do século I a.C.. Para este autor trata-se de um castro agrícola.

Igreja / Mariz, Barcelos (ID 3024601).

Povoado de pequenas dimensões, situado num pequeno outeiro com 61 metros de altitude. Possui "uma muralha em talude, seguida de dois fossos intervalados por muralha em terra". O espólio é constituido por cerâmica de fabrico indígena, bastante *tegulae*, fragmentos de ânfora e cerâmica comum romana. Trata-se de um castro agrícola, no entender de Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003 173).

Monte, Esposende (ID 3060103).

O sítio ocupava um pequeno cabeço de 90 metros de altitude, actualmente destruído, cuja ocupação remonta à Idade do Bronze. Para além de vestígios de uma muralha, os materiais encontrados cingem-se à Idade do Bronze e do Ferro (Maciel 2003: 155-156).

Outeiro dos Picotos, Esposende (ID 3060701).

O povoado ocupa um pequeno outeiro junto ao rio Cávado, muito alterado por trabalhos agrícolas e construções recentes. Na vertente oeste é ainda possível observar vestígios de um talude, um fosso e uma muralha exterior em terra. Para além do rio, o sítio é ainda servido por uma pequena linha de água. O espólio observado é constituido por cerâmicas micáceas, juntamente com cerâmica comum romana. Em 1936 Teotónio da Fonseca referiu o achado no local de "sepulturas, tijolos, vasos de barro, cadinhos e moedas, algumas das

quais do tempo do imperador Maxêncio" (1936, 49). A cronologia do sítio parece estender-se, pois, até ao Baixo Império. No sopé oeste deste povoado passava a via romana que, neste local, transpunha o Cávado para Barca do Lago. Trata-se de um castro agrícola segundo Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003: 173).

O conjunto de dados apresentado dá conta de variações significativas em termos de dimensão e localização topográfica dos povoados fortificados, visíveis na cartografia referente à distribuição destes povoados. Importa, agora, cruzar essa informação com os dados cronológicos disponíveis, numa reafirmação mais circunscrita do observado no capítulo 3.

Um primeiro conjunto significativo de povoados revela um processo de abandono ainda na Idade do Ferro, eventualmente nos finais do século II a.C.. Estão neste grupo a maioria dos castros inseridos na categoria B, isto é, os que se situam em outeiros ou colinas e que possuem médias ou pequenas dimensões, quando comparados com os grandes povoados ou citânias da região, inseridos na categoria A. Neste grupo incluem-se, ainda, o povoado de Monte de Lousado, integrado na categoria A e os castros de baixa altitude de Stª Marinha e Monte, em Esposende[96].

Numa outra situação estão os castros que possuem, meramente, materiais de importação, cujo abandono se situará, presumivelmente, em finais do século I a.C.. Aqui se incluem o Monte de S. Mamede e o Picoto dos Mouros (categoria A) e, ainda, os restantes povoados que agrupamos na categoria B, designadamente, o Monte de Facho, a Srª da Aparecida e o Castro de S. Simão, bem como povoados da categoria C como o Alto da Deveza.

Um terceiro grupo de castros oferece indícios de romanização, embora incipientes, com materiais de construção romanos ou cerâmicas de tipologia romana em reduzida quantidade, podendo ter sido abandonados em meados do século I d. C..

96 Em alguns casos este abandono poderá ser explicado por deslocações de população para povoados próximos. Tarcísio Maciel (2003: 189) coloca a hipótese de que tal processo possa ter ocorrido no povoado de Castelos, cujo abandono por volta de 200 a.C. se explicaria pela deslocação dos seus habitantes para Carmona, cuja fase de apogeu se inicia nesta época.

O restante conjunto de povoados fortificados poderá ter sido ocupado até finais do século I d.C., ou mesmo até períodos posteriores. Partilham entre si características semelhantes, diferenciando-se apenas em termos da sua cronologia de abandono.

Alguns deles conheceram reorganizações internas assinaláveis, na último centúria a.C., facto que permite considerá-los como *oppida*: proto-urbanização, construção de habitações de formato rectangular e um leque vasto e diversificado de materiais romanos. Para além de uma posição topográfica idêntica, encontram-se no cruzamento de corredores de circulação naturais, como acontece com o Castro de Carmona, Faria e Monte da Saia, ocupam locais posicionados para o controle das regiões costeiras e fluviais, como Terroso e S. Lourenço, ou localizam-se em zonas destacadas em termos do controle dos vales e de vias de circulação, já na área próxima de *Bracara Augusta*, como a Citânia de Roriz e o Outeiro do Castro.

No grupo de povoados cuja ocupação se parece manter após o fim do século I d.C., incluem-se os castros de Carmona e o de S. Lourenço, cujas cronologias são melhor conhecidas pelo facto de terem sido extensamente escavados.

Tal como acontece na região mais ampla do Entre-Douro-e-Minho, alguns dos castros integrados neste último grupo sofrem um abandono ou, pelo menos, uma retracção siginificativa da sua área habitacional em meados ou finais do século I, podendo conhecer ocupações residuais, com uma cronologia mais ampla, em áreas mais próximas do vale. No entanto, esta situação não deverá ser entendida como uma continuidade linear de ocupação dos povoados, uma vez que pode significar, tão só, a fixação de um pequeno núcleo de residentes, cuja economia e modo de vida se pode integrar já nos padrões romanos.

Tal como já afirmámos na alínea 1.2. do capítulo 3, o processo de abandono e dispersão das populações para os vales intensifica-se em finais do século I d.C.. Trata-se de uma constatação que deverá ter em conta processos diversificados quer dos movimentos de abandono quer dos fenómenos de instalação dos seus habitantes em novos núcleos habitacionais.

No caso da Cividade de Terroso, por exemplo, o estudo das ânforas daí procedentes levanta uma questão interessante. O achado de fragmentos datados entre os séculos II a V[97] pode articular-se com a ocupação das plataformas menos elevadas, nomeadamente a plataforma sul, próxima de excelentes terrenos agrícolas do vale. Esta ocupação poderia resultar da instalação de um núcleo populacional nesta parte do monte que aproveitaria os importantes recursos agrícolas e mineiros das imediações do antigo povoado (Gomes 1996:126). Nada sabemos, contudo, em que moldes se poderá ter organizado esta ocupação em termos de estatuto ou dimensão do que seria o novo núcleo populacional.

Já o Castro de Faria poderá ter conhecido uma reduzida ocupação da sua área original, em inícios da época romana, não tendo conhecido processos de proto-urbanização, ou tão pouco uma romanização intensa, se o compararmos com outros povoados integrados na categoria A.

O processo de dispersão dos indígenas pelas vertentes do monte, tal como sugere Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003), corresponderá, segundo depreendemos das palavras deste autor, à romanização do povoado, sendo a partir destas zonas de vertente que se fará o arroteamento das terras de vale. Também neste caso, não nos é possível compreender, de forma cabal, de que modo se concretizou essa dispersão pelas plataformas inferiores do antigo povoado de Faria, mas de qualquer forma, essa dispersão implica, em nosso entender, tal como já sugerimos no capítulo anterior para a região mais ampla do Entre-Douro-e-Minho, a organização de novos núcleos de habitat e não uma efectiva continuidade de ocupação dos anteriores povoados da Idade do Ferro.

A exemplificação de processos cronológica e funcionalmente variados de ocupação pode ser aferida pelo conjunto de povoados situado junto ao rio Neiva, designadamente nos de Srª da Aparecida, Picoto dos Mouros, Alto do Sr. do Lírio, Castelos, Alto da Giesta e Carmona (Maciel 2003).

---

97 O estudo das ânforas de Terroso permitiu verificar uma presença maioritária de contentores da forma Haltern 70, bem como um conjunto de exemplares que percorre um largo espectro cronológico onde se incluem fragmentos tardo-republicanos, ânforas datadas dos finais do século I a.C. e do I d.C., mas também formas mais tardias, nomeadamente fragmentos atribuíveis a um período situado entre os séculos III e V, ou entre o II e IV (Paiva 1993).

Aparentemente, os povoados de Alto da Giesta e Castelos têm uma ocupação que termina em época anterior ao século I a.C., podendo a sua população ter sido integrada no povoado de Carmona, integrado na categoria A, povoado que ganhou predominância na região, bem patente na sua reorganização interna. Assim, o abandono dos povoados referidos e a consequente transferência da população parecem poder ser associadas ao processo de reestruturação do povoamento indígena que é genericamente admitido para as grandes citânias do Noroeste português, as quais registam grandes densidades populacionais, como sejam a Citânia de Briteiros, a de Sanfins ou a da Cividade de Âncora (Silva 1986: Martins 1990).

O povoado de Carmona parece adquirir, assim, uma importância crescente na região, facto que explicará o prolongamento da sua ocupação para além dos finais do século I da nossa era, podendo claramente ser incluído na categoria dos castros romanizados. No século IV poderá ter sido reocupado e na Idade Média funcionou como local fundamental na "construção" das Terras de Neiva.

Num outro patamar estarão os povoados de Sra Aparecida e de Sr. do Lírio que poderão ter sido descontinuados já em finais do século I a.C., não possuindo vestígios de ocupação romana. O povoado de Picoto dos Mouros permanece ocupado até inícios do século I, tendo sofrido uma possível reocupação no século IV.

Resumimos na tabela que se segue os processos de abandono e de reocupação de alguns dos castros do vale do rio Neiva, estudados por T. Maciel (2003), ilustrativos da variabilidade de situações que podem ter ocorrido, igualmente, noutros povoados da região do Entre-Douro-e-Minho, mas que não se encontram estudados em detalhe.

Tabela 10. Ocupação/abandono e reocupação de alguns castros do vale do Neiva

Sítio	Ocupação até	Reocupação
Picoto dos Mouros	Inícios do século I d.C.	Século IV?
Alto da Giesta	Século I a.C.	
Castelos	Finais do século II a.C.	
Sra. Aparecida	Finais do século II a.C.	
Sr. do Lírio	Século I a.C.	
Carmona	Finais do século I	Século IV / Idade Média

A ocupação dos povoados por períodos de tempo mais dilatados, por vezes passível de ser entendida como uma ocupação ininterrupta durante toda a época romana até à Idade Média, implica uma averiguação cuidadosa. Em nenhum dos casos aqui examinados existem indícios comprovados de que tal fenómeno ocorra, inclusivé no caso do povoado S. Lourenço, onde se sugere essa hipótese (Almeida 1996).

O que se verifica, em alguns dos povoados em análise, é uma ocupação atestada até finais do século I d.C. e uma provável reocupação a partir do século IV, sugerida, quase sempre, pelo achado de numismas dessa época.

No entanto, importaria verificar se existiu uma efectiva reocupação dos anteriores povoados, em que moldes ela se processou e que fenómenos poderão explicá-la. Reocupação temporária e parcial de parte do antigo povoado ou estabelecimento duradouro no tempo, gérmen de uma nova ocupação passível de perdurar até à época medieval? Em qualquer dos casos, que motivações políticas, sociais ou económicas poderão explicar o fenómeno? Poderá a instabilidade vivida nos finais do Império ter provocado a reocupação parcial de alguns destes povoados, na mesma época em que as cidades romanas eram providas de fortificações?

Em suma, os eventuais movimentos de reocupação de antigos povoados da Idade do Ferro são complexos e variáveis, complexidade que exige aferições cronológicas finas que passam, inevitavelmente, por escavações e pelo levantamento e estudo sistemático dos materiais provenientes destes povoados.

De facto, os processos de reocupação a partir do século IV não podem ser avaliados pela simples ocorência de achados numismáticos, muitas vezes reduzidos a duas ou três moedas, ou, mesmo, a cerâmicas atribuíveis à época tardo-romana, ou de filiação paleo-cristã, como em alguns casos aparecem descritas (Almeida 1996). Importa avaliar tanto os contextos construtivos com que tais achados podem ser relacionados, bem como a real importância dos mesmos para o conhecimento dos povoados em causa e dos processos mais amplos da história do povoamento tardo-romano e suevo-visigótico.

A reorganização do povoamento na Idade Média fez de alguns dos antigos povoados da Idade do Ferro locais de ocupação, de desigual dimensão, importância e significado, conforme já sugerimos no capítulo 3, a propósito dos processos de reocupação e da adequada utilização do conceito.

De facto, alguns dos locais, onde anteriormente existiram castros, podem ter funcionado como simples atalaias ou pequenas fortalezas, sem que isso signifique, em nosso entender uma reocupação dos povoados, mas sim dos sítios, porque eles ofereciam as necessárias condições topográficas para o desempenho das novas funções.

A importância sugerida para o castro de Carmona como núcleo das futuras terras de Aguiar da Neiva (Maciel 2003: 119) carece, assim, de ser explicada à luz dos pressupostos que o termo reocupação pode subentender. O mesmo pode ser afirmado para o Castro de Faria, em cujo monte se intala um castelo importante na organização da Terra de Faria, a partir do século XII, aparentemente num local que não regista ocupação proto-histórica.

Um outro fenómeno que, aparentemente, caminha a par com o processo de reorganização do povoamento entre finais do século I a.C e o século I d.C. é o aparecimento dos povoados de baixa altitude ou "castros agrícolas".

Nesta região, identificam-se como possíveis castros agrícolas os povoados de Picarreira / Castro de Carapeços, Igreja-Mariz e Outeiro dos Picotos. Admitindo, com as reservas já colocadas, a existência destes povoados, com as características definidas por Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003: 173), resta-nos acrescentar que alguns destes povoados de vale podem ter conhecido percursos cronológicos que ultrapassam o século I d.C. e, desempenhando, por conseguinte, um papel diferenciado, que se ajusta a uma nova ordem de factores, claramente romana.

O Outeiro do Picotos, um povoado catalogado como castro agrícola, funcionou, provavelmente, como apoio à passagem da via romana que passava a poente deste povoado e transpunha o Cávado para a Barca do Lago, oferecendo uma cronologia de ocupação ampla que inclui cerâmicas micáceas, mas também materiais que cobrem um espectro cronológico romano até ao Baixo Império (Almeida 2003b: 173).

No grupo de povoados desta região, importa ainda acrescentar um grupo que Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003: 395-406) inclui numa categoria que denomina de “povoamento concentrado tardo-romano”.

Nesta região são considerados como povoados tardo-romanos 8 sítios no concelho de Barcelos: Queijeiros, Abade de Neiva; Adro Velho, Barqueiros, Bouça dos Crastinhos, Chavão, Igreja, Cristelo, Agra de Além, Midões; Eira dos Mouros, Negreiros , Crasto, Ucha, Alvarão e Vila Cova e 2 povoados deste tipo em Esposende: Covelos, Vila Chã.

O surgimento de um povoamento concentrado na época tardo romana é um fenómeno que julgamos mais correcto remeter para a investigação da tardo-antiguidade, período cronológico que foge aos propósitos desta dissertação. De facto, o aparecimento de povoados com indícios de fortificação, numa época anterior ao surgimento das aldeias medievais, é um fenómeno que implica uma investigação séria e especializada, que não cabe aqui analisar.

2.2.2. Rede viária e o povoamento associado

A ausência de informação epigráfica fornecida pelos miliários, a inexistência de informações nas fontes clássicas, que se cingem aos itinerários principais e o facto de estarmos perante uma paisagem profundamente antropizada, justificam a dificuldade em definir traçados precisos da rede viária terrestre nesta região (Mapa 24, Vol. III)

A circunstância de não existirem obstáculos significativos, em termos de relevo e de passagem dos principais cursos de água, que obrigassem a obras duradouras, tais como a construção de calçadas e pontes, acrescenta ao vazio de informação referido, a inexistência de pontos de referência, fundamentais na averiguação dos percursos viários.

Importa salientar, ainda, o facto de estarmos em presença de uma rede viária secundária, eixos de circulação cuja importância estratégica e, por conseguinte investimento económico, não é comparável à dos itinerários principais. Não estando incluídas no programa imperial da rede viária principal, ficavam fora do investimento constante de obras de construção e

manutenção de calçadas e pontes, bem como da rede de apoios imposto pelo *cursus publicus*, sendo mantidas pelas comunidades locais.

A rede de eixos terrestres nesta região obedece a imperativos básicos de comunicação e transporte entre regiões afastadas dos principais núcleos urbanos e foi sendo construída, muito provavelmente, num esforço de consolidação das vias naturais de circulação de origem proto-histórica.

De facto, elas cruzam a região tanto ao longo das estruturas básicas do relevo e da rede hidrográfica principal, de orientação E / O, como ao longo dos percursos de transição entre os vales, de clara orientação N / S. As alterações de percursos mais antigos resultarão das novas necessidades decorrentes da implantação, quer de novos eixos comerciais, quer do estabelecimento de novos pólos de povoamento de fundação romana (cfr. Mapa 24, vol. III)

Com efeito, o quadro do povoamento poderá ter desempenhado, nessa activação dos corredores naturais de circulação, uma função catalizadora importante. De facto, nesta região, os percursos viários seguiriam, naturalmente, as zonas de vale, de menores altitudes, onde se instalaram grande parte dos núcleos de ocupação de tipologia romana.

Atendendo a estes pressupostos, socorremo-nos da rede viária proposta por diversos autores, muito embora nenhuma das vias propostas tenha sido, até hoje, cartografada a uma escala adequada[98].

A ausência de informação escrita bem como os constrangimentos impostos pelas condições geomorfológicas e pela antropização da região, exigem metodologias apuradas de prospecção, recolha de informação histórica, e tarefas intensivas de cartografia e de foto interpretação, que implicam programas de trabalho longos e intensivos. Em muitos casos a identificação da rede viária romana necessita de recorrer à documentação medieval, no pressuposto de que a utilização de rotas estruturais de circulação perdure na época medieval e possa, nalguns casos, manter-se até períodos posteriores (Almeida 1968; Almeida 1980).

Os locais de paragem necessários à circulação terrestre ou fluvial pode ser, na maioria dos casos, apenas inferida pela proximidade de potenciais

98 Quando falamos de escala adequada referimo-nos a trabalhos que permitam uma cartografia que, no mínimo, deve ser executada à escala 1: 25000.

estabelecimentos relativamente a uma via ou à passagem dos rios, o que é particularmente difícil de avaliar em zonas onde muitas destas vias são apenas propostas não confirmadas

Os traçados cartografados por Vasco Gil Mantas (1996) e por Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003), que serviram de base ao mapa que apresentamos, necessitam, evidentemente, de confirmação, mas socorrem-se de elementos suficientemente seguros para uma utilização à escala em que trabalhamos (Mapa 24, vol. III).

Neste conjunto de eixos importa salientar a importância da Via XX ou *via per loca maritima* do Itinerário de Antonino, que faria a ligação entre *Bracara Augusta* e o litoral, num percurso que seguiria junto à margem sul do Cávado até à região de Outeiro dos Picotos, inflectindo daí para norte.

Saindo de *Bracara Augusta* pelo eixo oeste seguia a chamada calçada da Naia, prosseguindo para Martim e daí pela zona próxima de Areias de Vilar até Assento, Rio Covo[99]. Este eixo prosseguia pela margem sul do Cávado até Agra da Vila, atingindo o Outeiro dos Picotos, onde passaria o Cávado para Barca do Lago (Morais 1998: 19-20; 2005: 65-68). Tal como já foi salientado, este ponto de cruzamento do rio Cávado poderá ter funcionado como local de transbordo de mercadorias, feito em pequenas embarcações, entre um ancoradouro situado entre a costa a sul da barra de Esposende e os "Cavalos de Fão" e este primeiro local de passagem e transbordo, facto que não exclui a possibilidade de existência de um porto fluvial mais próximo da cidade (Morais 2005: 60-62).

Se uma intervenção arqueológica sub-aquática seria, como refere Rui Morais (2005:62), fundamental para compreender a existência de um ancoradouro na zona entre Cavalos de Fão e a linha de costa, seria igualmente importante, para a percepção deste possível ancoradouro, como ponto de entrada no Cávado, um conhecimento mais preciso sobre as

99 Embora em alguns dos traçados já propostos (Mantas 1996: 903-906) se defenda uma inflexão da Via XX para norte, pelo vale do rio Tamel, importa ter em conta que a rede de traçados possíveis desta via inclui várias hipóteses, todas a necessitar de uma investigação mais aturada. A existência de uma via secundária pelo vale do rio Tamel é quase certa. Esta cruzaria o Cávado na região entre a desembocadura do Rio Côvo e Areias de Vilar. Estamos, todavia, de acordo com Rui Morais quando defende o trajecto da *via per loca maritima* até à região de Outeiro dos Picotos / Barca do Lago (Morais 1998: 19-20; 2005: 113)

mudanças de configuração, quer da foz do rio, quer de partes do seu percurso, entre a época romana e a actualidade.

A existência de uma via terrestre de ligação entre a zona de Outeiro dos Picotos e a cidade possibilitaria o transporte de parte das mercadorias oriundas da rota atlântica, por terra, sendo possível que neste ponto do rio "o transvase dos produtos para os veículos de tracção animal se efectuasse por meio de pequenas rampas para facilitar a aproximação dos veículos no acto de carregar e descarregar as embarcações e o embarque e desembarque de pessoas(...)" (Morais 2005: 106).

O percurso entre *Bracara* e a zona de Outeiro dos Picotos (ID3060701) é de cerca de 29 Km o que corresponde, aproximadamente, a 20 milhas romanas (para um valor de milha de 1.480m). É suposto, portanto, a existência de estações de muda, cumprindo a função de *mutationes, mansiones* ou estabelecimentos de menores dimensões.

A estimativa, feita para a Via Nova, da existência de *mutationes* distanciadas entre 3 a 4 milhas e de *mansiones* em cada 8 a 10 milhas (Lemos 2002), que, como defendemos, nem sempre se ajusta à realidade, terá neste caso que contar com outras condicionantes. Antes de mais, nada indica que as distâncias previstas no *cursus publicus* e aplicadas aos itinerários principais, cuja função era, entre outras, a de servir o trânsito de funcionários imperiais e serviços de correio entre cidades de capitalidade importante, possam ser aplicadas a vias que possuíam funções diferenciadas.

De facto, no caso do eixo viário em análise, as *mansiones* e *mutationes* serviriam, prioritariamente, as necessidades básicas decorrentes do transporte e da circulação neste tramo da Via XX. No cálculo de distâncias necessárias a paragens, a orografia permitia um percurso muito pouco acidentado, a que se acrescentam linhas de água de fraco caudal, facto que resultaria na possibilidade de um trânsito seguramente mais rápido do que em regiões com outras características. Assim, as instalações de apoio viário poderiam instalar-se a distâncias sensivelmente maiores do que as observadas na região da Via Nova.

A observação do Mapa 24 permite-nos observar, na zona da passagem deste eixo viário um povoamento rarefeito, entre Outeiro dos Picotos e Assento

(Rio Côvo), que contrasta com a mancha de vestígios romanos em torno da região de Areias de Vilar, onde se situaria, provavelmente um porto fluvial. Para além disso observa-se a existência de vestígios de ocupação a distâncias regulares, que variam entre 4 e 5 milhas entre Outeiro dos Picotos / Agra da Vila (4milhas), Agra da Vila / Assento (5 milhas), Assento / Martim (cerca de 5 milhas) e, finalmente, entre Martim e a cidade de *Bracara Augusta* (cerca de 5 milhas)[100].

O sítio de Agra da Vila / Boavista (ID 3023401), situa-se num terraço fluvial do Cávado, em cotas que se situam entre os 50 e os 55 metros. Numa vasta área apareceram tijolos, t*egulae*, fragmentos de *dolia* e de cerâmica comum romana, para além, de vestígios de "construções antigas". É possível, ainda, admitir uma ocupação romana eventualmente associada a vestígios de fornos cerâmicos no lugar de Passadoiro, cuja existência é sugerida pelo microtopónimo "Campo do Forno" e pela existência de tijolos (Almeida 1996).

Em Assento, Rio Covo (Stª Eugénia) (ID 3026501) apareceram *tegulae*, alguns fustes, uma base com fuste acoplado e 4 capitéis. O local teve uma ocupação longa, testemunhada pela edificação de uma igreja pré-românica, com cemitério agregado. Embora o sítio tenha sido identificado como uma possível *villa* (Almeida 1996), julgamos viável, face à sua localização e aos vestígios encontrados, a hipótese de existência de uma *mutatio* ou *mansio*.

O local da Igreja de Martim (ID 3024701) localiza-se numa zona plana a sudeste da igreja paroquial. Na área da actual igreja e da Casa do Povo, bem como em terrenos que se estendem para leste e sudeste, foram detectados vestígios de um edifício, que parece ter conhecido, pelo menos, duas fases de ocupação: uma de época romana e uma outra atribuível à época suevo-visigótica. Numa das escavações efectuadas foi encontrado o já citado edifício, datado da Idade Média (Almeida 1972: 319-326.). Da época romana deverão ser pedras almofadadas, uma soleira de porta, fragmentos de *opus signinum*,

100 Importa salientar que estas são medidas aproximadas, retiradas a partir da cartografia 1: 25000, num percurso viário que não foi sujeito a prospecções, nem a uma cartografia detalhada. As medidas apresentadas não possuem, por conseguinte, o rigor de cálculos feitos no terreno com utilização de um pedómetro e com uma prospecção detalhada do traçado, tal como foi feito, por exemplo, para a Via Nova, ou para as prospecções do tramo da via XIX.

parte de um capitel jónico, a base de uma coluna e ainda parte de um *podium* e alguns fustes.

Muito embora o local tenha sido tradicionalmente identificado até hoje como uma *villa* do Baixo-Império, supondo-se, igualmente, a existência de um templo, parece-nos também viável a possibilidade dele ter correspondido a uma *mansio*, dada a sua distância relativa em relação a Outeiro dos Picotos, de cerca de 15 milhas. A sua implantação no eixo da via é mais adequada a um estabelecimento deste tipo. Por outro lado, se a distância de 15 milhas relativamente a Outeiro dos Picotos justificaria uma paragem, a distância de cerca de 5 milhas em relação à cidade justificaria, também, uma paragem para quem seguia pela via a partir de *Bracara Augusta*. Acrescente-se, finalmente, que, na eventualidade de ter existido um porto fluvial na área de Areias de Vilar, este local estaria suficientemente perto para ter funcionado como um ponto de ligação ao trânsito e deslocações a partir daí, embora a questão permaneça, como é evidente, em aberto.

A navegabilidade do rio Cávado até à zona de Areias de Vilar permitiria, efectivamente, uma circulação fluvial, dadas as necessidades de transporte, apesar dos custos e dificuldades de transbordo entre uma zona de ancoragem, junto à foz do Cávado e um porto que deveria situar-se num sítio próximo de *Bracara Augusta*. Tal porto asseguraria a existência de uma via fluvial que tornaria mais seguro o transporte de muitos dos produtos que abasteciam a cidade (Morais 2005).

O local exacto desse hipotético porto fluvial é, de momento, impossível de precisar, embora seja provável que se situasse na região próxima do Mosteiro de Vilar de Frades[101], que coincide com o topónimo Afurada, referido por Jerónimo Contador de Argote (1732-34, 867 e 872), a propósito do *terminus* de navegação do rio Cávado.

Na área próxima de Vilar de Frades, os vestígios romanos adensam-se estando referenciados em Madalena (ID 3021103), onde poderá ter existido

[101] Nas escavações realizadas no Mosteiro de Vilar de Frades, encontrou-se uma ara cuja leitura, embora extremamente complexa, sugere uma reutilização do campo epigráfico para uma segunda gravação. O facto de não ter sido encontrado material romano nesta escavação, para além de algumas *tegulae*, indica que, a ter existido, o porto fluvial não poderia estar situado no local do Mosteiro mas nas suas proximidades. Agradecemos a Luis Fontes, director da escavação, estas informações.

uma necrópole referida por Albano Bellino (1909: 25), em Aveleiras (ID 3021102) (Quinta das Aveleiras ou Quinta da Escola), num local que se situa numa pequena elevação voltada ao rio Cávado, onde se encontram vestígios de materiais laterícios de construção e de cerâmica romana, bem como pedra de construção e vestígios de barro procedente de pisos de habitações, dispersos por uma vasta área. Muito perto, junto da capela de S. Sebastião (ID 3021104) que ocupa um pequeno cabeço, apareceu *tegulae*. Provavelmente relacionada com a ocupação em Aveleiras, encontrou-se na Igreja de S. João Baptista (ID 3021101) uma ara, cujo texto permanece indecifrável, sendo desconhecido o local exacto da sua procedência. Trata-se de uma ara em granito, danificada na parte posterior e no lado direito. A inscrição é de difícil leitura: AILAECA / (.) IC(.)/ DACOR (...)/ DVREA (Almeida 1996; Martins 1990).

Uma segunda via importante na região em análise está representada pelo eixo de ligação sul-norte, referido na documentação medieval como *Via Veteris*, que cruzava a Via XX na região de Outeiro dos Picotos (Almeida 1980).

Correspondendo, provavelmente, a uma ramificação da Via XVI para poente, passaria a nascente da Cividade de Terroso, prosseguindo pela área mineira de Lagoa Negra e atravessava o Cávado em Outeiro dos Picotos / Barca do Lago. Daí prosseguiria na zona de vale junto do Castro de S. Lourenço e seguindo até ao rio Neiva. Uma das possibilidades de traçado viário nesta zona específica, supõe uma ramificação desta via, que, seguindo pelo lado poente do Castro de S. Lourenço, passaria em Alto da Ponte, local que poderá corresponder a uma *mutatio* ou *mansio* (Almeida 1996).

No percurso da *Via Veteris* é possível que Rates, a nascente de Terroso, tenha funcionado como *mutatio* ou *mansio* desta via, embora o assunto mereça adequada investigação, dadas as alterações, ainda que pontuais, que a via medieval possa ter sofrido relativamente à época romana, nomeadamente nos locais de apoio que lhe estariam associados.

A importância da rota atlântica justifica a existência de portos e ancoradouros, marítimos e fluviais, cuja ligação aos eixos viários terrestres permitiria o escoamento e distribuição de produtos na região. Embora o estudo dos materiais cerâmicos e dos vidros se tenha concentrado, sobretudo, na cidade de *Bracara Augusta*, o inventário, ainda que incompleto dos produtos de importação, como as ânforas, os vidros ou as sigillatas em povoados

fortificados ou *villa*e, permite afirmar uma perfeita integração do mundo rural nos esquemas comerciais ligados, quer à rota atlântica, quer a outras escalas e circuitos comerciais.

2.2.3. A exploração de recursos

2.2.3.1. As *villae* e estabelecimentos associados

O conjunto de dados disponíveis que podemos identificar como *villae* permite considerar a provável existência nesta região de 13 estabelecimentos deste tipo. No entanto, importa salientar que, na maioria dos casos, só possuímos elementos recolhidos na superfície, os quais podem ser categorizados como indicadores de *villae* porque os distinguimos dos simples achados de *tegulae* e de cerâmica comum romana (Mapa 24, Vol. III).

Deste conjunto de sítios, alguns foram objecto de escavações. Por vezes, estas revelaram edifícios pouco "nobres" que poderíamos facilmente associar a um casal ou a uma exploração agrícola de maiores dimensões, caso a região em análise possuísse outras características ou a proximidade a um pólo urbano nos induzisse a outro tipo de correlações. De qualquer forma, importa salientar que alguns destes locais podem, efectivamente, corresponder a explorações agrícolas de menores dimensões e importância, havendo outras que podemos identificar mais seguramente como *villae*.

Na maioria dos casos podemos apenas dizer que são estabelecimentos fundados em época romana. As escavações efectuadas permitem, no entanto, inferir a prematura instalação nesta região deste tipo de estabelecimentos de exploração agrária, numa época muito precoce, bem demonstrada na presença de cerâmicas indígenas e de materiais romanos de cronologia alto-imperial.

A precocidade do fenómeno está documentado tanto nas zonas do litoral como no vale, quer a norte, quer a sul do rio Cávado.

Os dados disponíveis apontam, pois, para fenómenos de instalação de unidades de exploração agrícola, coevas da fundação de *Bracara Augusta*, em espaços que ultrapassam a região directamente ligada à cidade.

Assim, a fundação e a edificação da cidade, coexistindo com fenómenos de vitalização e de manutenção de alguns povoados fortificados, convivem

também com novas formas de organização e de exploração do mundo rural, caracterizadas por estabelecimentos agrícolas, do tipo *villa.*

Inventariemos, sumariamente, os dados disponíveis, reportáveis a possíveis *villae* na região.

Alvito / Igreja, Barcelos (ID 3027401).

O sítio localiza-se numa zona de declive suave, junto à igreja paroquial. Aqui foram encontrados alicerces de construções, um fuste e um capitel, para além de cerâmica romana, de construção e doméstica.

Paço / Vila Cova, Barcelos (ID 3028602).

A *villa* localiza-se numa encosta suave, num local conhecido por Lugar do Paço, no lugar de Outeiro. As escavações levadas a cabo no local permitiram identificar um primeiro momento de ocupação entre os finais do século I.a.C. e as primeiras décadas do século I d.C., a que se segue a construção das primeiras estruturas que, no entender de Carlos Alberto Brochado de Almeida correspondem a uma *villa*, datadas entre final do século I e os inícios do II d.C.. Durante o Alto Império o edifício sofre remodelações, embora a mais ampla se efectue apenas no século IV, época em que se constrói um edifício termal. Entre os finais do século IV e os inícios do V, detectam-se remodelações de alguns muros. O autor citado admite uma ocupação do período suevo-visigótico, embora seja difícil compreender a evolução do edificado pois "os muros encontrados são poucos, não permitem grandes ilações por se encontrarem, também eles, ao nível de alicerces" (Almeida 1996, III :187). O conjunto do espólio cerâmico exumado nas escavações revela uma predominância das cerâmicas romanas, entre as quais, e, para além das comuns, se destacam as bracarenses, as cinzentas finas e as sigillatas hispânicas. Para além destas, documentam-se cerâmicas da Idade do Ferro, tardo-romanas e suevo visigóticas. O conjunto dos materiais permite afirmar a existência de uma *villa*, cujo ocupação se iniciou em finais do século I a.C / inícios do século I d.C, com sucessivas remodelações, mantendo-se ocupada, pelo menos, até à época suevo-visigótica. Ligada à *villa* existiria ainda uma necrópole, revelada da qual se conhecem duas sepulturas rectangulares, feitas com caixa de tégulas, aparecidas a sul da casa, no Lugar de Paço.

Assento / Várzea, Barcelos (ID 3028301).

O sítio localiza-se numa zona baixa de um terraço do rio Covo, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. São dados como procedentes do local um colunelo, dois caleiros em barro e uma base de coluna, para além de várias peças classificadas como pré-românicas ou românicas, que fariam parte da primitiva igreja. A presença de elementos romanos obriga a pôr a hipótese de ter existido no local um casal ou uma *villa* que poderia ter dado origem a um templo cristão. No local terá existido um mosteiro Beneditino.

Paço / Monte de Fralães, Barcelos (ID 3025102).

O sítio localiza-se entre a igreja paroquial e o castro do Monte da Saia. No local apareceram *tegulae*, ímbrices, cerâmica comum romana e um muro. A possível relação destes achados com a inscrição aparecida na Quinta de Fralães (ID3025101), que menciona um soldado, [AUR]ELIO PATRI/C[I](*i*) . F*(ilius*) . MIL[I] [...], permite admitir a existência de uma *villa*, neste local

Assento, Barcelos (ID 3026501).

O sítio localiza-se numa zona bem irrigada próxima de terrenos férteis. Aí se encontraram alguns fustes, uma base com fuste acoplado e quatro capitéis, para além de cerâmica de construção romana. É admissível que aqui tenha existido um estabelecimento romano que terá dado lugar a um templo cristão.

Castelo / Abade de Neiva, Barcelos (ID 3020104).

O sítio localiza-se num terreno de meia encosta, com solos ricos actualmente ocupados pelo solar denominado "Quinta do Castelo". Aqui se encontram depositados alguns fustes em granito que, juntamente com a abundante presença de *tegulae,* dispersa pela propriedade contígua, parecem indicar a existência de uma exploração agrícola de época romana.

Assento / Quintiães, Barcelos (ID 3026202).

O sítio localiza-se num pequeno cabeço que sobressai num vale de terras férteis e bem irrigadas. São visíveis, em vários terrenos da Quinta do Assento, abundantes fragmentos de *tegulae* e de cerâmica comum de época romana. Noticia-se, ainda, o achado de um capitel.

Vila Mendo, Póvoa de Varzim / Esposende (ID 3060201).

O sítio situa-se no limite entre os concelhos de Póvoa de Varzim e Esposende e compreende um edifício escavado por José Manuel Flores Gomes (Gomes 1996) e ainda uma série de vestígios inventariados por Carlos Alberto Brochado de Almeida, que poderão corresponder ao mesmo estabelecimento. O edifício escavado por Flores Gomes, que possui um formato rectangular, com paredes que atingem 2 metros de altura, corresponderá, de acordo com o espólio aí encontrado, a uma estrutura de apoio ligada à indústria de preparados de peixe, possuindo ainda indícios de actividades metalúrgicas. Assim, o edifício de habitação estaria provavelmente situado um pouco mais a norte, provavavelmente na zona onde se identificaram vestígios de materiais referenciados por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1987) e identificados por aquele autor como *Villa Menendi*. Estes achados localizados a sudoeste da actual vila de Apúlia, incluem a descoberta, em de 1950, de muros de xisto, fustes em granito, mós manuais, fíbulas, pesos de rede, *tegulae*, ímbrices e outras cerâmicas. O referido autor observou ainda no mesmo local cerâmica romana, material laterício de construção, mas também cerâmica "castreja", o que o leva a propor uma cronologia para o sítio que remontará ao século I a.C. (Almeida 1987).

Marinhas, Esposende (ID 3061201)

O sítio localiza-se junto à Fábrica de Lacticínios das Marinhas, a sul do ribeiro de Peralta e junto à estrada nacional que liga o Porto a Viana do Castelo. É vulgar, nos terrenos que marginam a estrada, o aparecimento de *tegulae*, embora estas sejam mais abundantes na zona sul da fábrica. Regista-se ainda o aparecimento de uma mó manual de sela. Para Carlos Alberto Brochado de Almeida a dispersão dos achados pode indicar a presença de uma *villa* "que poderia ter como limites naturais, para além do mar, o ribeiro de Peralta a noroeste e a nascente estar balizada pela via romana secundária que vinda dos lados de Barca do Lago corria no sopé da arriba de S. Lourenço".

Linhariça, Palmeira de Faro, Esposende (ID 3061301).

M. Boaventura noticiou, em 1946, o aparecimento de *tegulae,* pesos de tear e cerâmica, em Linhariça, local que corresponde a um pequeno vale com terras de boa aptidão agrícola. A poucos metros, nos sítios conhecidos como Chaves e Sovalo, encontraram-se muros enterrados, cerâmica comum e duas lareiras. Perto deste local, na base do monte de Santa Eufémia, regista-se ainda o

aparecimento de mós manuais e de dois capitéis. A dispersão e a natureza dos vestígios levam Carlos Alberto Brochado de Almeida a pôr a hipótese de que se trate de uma *villa* ou de um abastado casal agrícola.

Quinta de Belinho, Esposende (ID 3060101).

Os vestígios, considerados por Carlos Alberto Brochado Almeida como "uma das mais significativas ocupações de época romana do concelho de Esposende" encontram-se no interior de uma vasta propriedade conhecida por Casa de Belinho, situada na base do monte da Cividade de Belinho, um povoado da Idade do Ferro. Esta propriedade é limitada por uma velha estrada real que, no entender do autor citado, decalca a antiga via romana que ligava o Porto a Caminha, atravessando o Cávado em Barca do Lago. Os vestígios romanos, caracterizados por cerâmica de construção e cerâmica comum, distribuem-se por duas zonas: uma delas ultrapassa os dois hectares, estendendo-se desde a casa até um talude que dá lugar a terrenos mais baixos; a segunda zona, aparentemente menor, fica do outro lado da estrada já referida, num sítio conhecido pelo topónimo Trelopaço. Os vestígios encontrados no interior da actual quinta poderão corresponder a uma *villa* e os de Trelopaço talvez a uma necrópole ou ou a habitações, eventualmente dependentes dessa *villa* (Almeida 1987, 98).

Alto de Martim Vaz, Póvoa de Varzim, (ID 13131001).

Em diversos pontos da área urbana de Póvoa de Varzim, mas particularmente no Alto de Martim Vaz, apareceram ruínas romanas. Estas correspondem a uma *villa*, cuja planta não pôde ser recuperada na sua totalidade. Aí recolheram-se ânforas, sigillata e cerâmica bracarense. Para Carlos Alberto Ferreira de Almeida teria havido duas ocupações da *villa*, sendo uma delas de fins do século I d.C. e a outra mais tardia. Entre a Rua de Banhos e a orla marítima foram descobertos dois tanques, ao lado de vestígios de uma "boa construção" romana (Almeida 1972: 32), provavelmente para o fabrico de preparados de peixe.

Tal como no caso de *Bracara Augusta* e em algumas das *villae* em torno da cidade, estes novos estabelecimentos rurais são ocupados por populações de origem indígena, ocupação comprovada, antes de mais, pelos materiais cerâmicos aí encontrados.

No entanto, nesta região concreta, estas instalações precoces não possuem uma relação directa com a área em torno da cidade ou com quaisquer outros aglomerados urbanos.

A romanização do espaço rural conhece processos diversificados que não implicam necessariamente uma relação directa entre aglomerados urbanos e as suas "extensões" no espaço rural. Por outro lado, se cabe às *villae* um papel estruturante nas novas formas de apropriação do espaço, que podemos chamar romanizadas, é difícil atribuir-lhes um papel de supremacia como pólos romanizadores dos espaços rurais, ainda que tal constatação não implique uma subvalorização destas entidades no processo de construção de uma nova paisagem rural.

Sendo formas inteiramente novas de exploração dos recursos agro-pastoris têm uma importância fulcral como centro de domínios, maiores ou menores, onde passam a imperar novos modos de exploração agrícola.

O papel fundamental que lhes cabe como motor de novos arroteamentos, feitos com novas técnicas e novos ou melhores equipamentos de cultivo da terra, bem como a sua inserção numa nova economia de matriz romana, foi, decerto fundamental. Essas circunstâncias foram, por si só, cruciais em novas formas de percepção e exploração do território. Acrescente-se, ainda, o importante factor das *villae* implicarem uma apropriação privada do espaço e a sua consequente delimitação. É difícil saber sob que formas se processou esta mudança, tanto no plano jurídico como prático. Todavia, com maior ou menor lentidão e certamente em processos diversificados de região para região, a privatização da terra, bem como os meios técnicos e jurídicos necessários à tributação, representam um verdadeira "revolução" na reorganização do espaço rural, na qual as *villae* desempenham um papel crucial.

Não possuímos, para esta região, como, aliás, para todo o Entre-Douro-e-Minho, qualquer indício que nos permita cálculos dos *fundi* destas *villae*, muito embora estejamos convictos de que qualquer cálculo deste tipo, seja qual fôr a área em estudo, padece de constrangimentos básicos. De facto, sem documentação escrita ou claros indícios de limites, o cálculo dos *fundi*, nesta região como em qualquer outra, enferma do problema de base de calcular uma superfície que, raramente, seria contínua, como aliás acontece nos períodos posteriores. A documentação desde a Idade Média até aos nossos dias, bem

como a observação das propriedades rurais actuais, comprova a natureza descontínua do uso do solo.

Assim, qualquer tentativa de cálculo de *fundi* para a época romana deve ter em conta essa descontinuidade e, quando muito, tentar definir os limites de propriedade adjacentes ao local central.

Na orla costeira muitos destes estabelecimentos terão tido como base económica primordial a exploração de salinas e de preparados piscícolas, embora seja difícil estimar o alcance económico destas produções.

As *villae* e o conjunto de equipamentos a elas associados permitem uma avaliação básica de padrões de povoamento do espaço rural.

No entanto, para além das villae, existiam certamente outros estabelecimentos associados ao mundo rural que se fazem adivinhar pelo grande número de vestígios de ocupação dispersos pela região, podendo incluir casais, aglomerados agrícolas ou artesanais, de dimensão e tipologia indefinidas, que marcam, seguramente, a romanização da região, embora os seus contornos sejam ainda muito difíceis de definir.

Em face dos dados disponíveis é impossível afirmar que cabe às *villae* o papel de entidade-básica no processo de romanização deste território específico, assumindo o papel de entidades polarizadoras a partir das quais a história do mundo rural, nesta região, possa ser desenhada e explicada. Basta para isso contrastar o número de possíveis *villae* com a mancha intensa e maioritária de vestígios que poderão corresponder a explorações de menores dimensões, de carácter agrícola ou industrial.

2.2.3.2. Pequenas e médias explorações agrícolas e artesanais

A distinção das formas e dimensões quer de *villae* quer de estabelecimentos agrícolas de menores dimensões carece de estudos e metodologias adequadas à sua análise.

Os ensaios feitos por B. Dousteyssier e F. Trément (2006-07) para a região da Aquitânia representam um avanço significativo na identificação de pequenas e grandes *villae*, avanço que nos é impossível efectuar para esta região, no estado actual da investigação.

O problema agudiza-se quando tentamos distinguir categorias de pequenas propriedades no espaço rural, pois dispomos de poucos dados, temos dificuldades de calibração no que diz respeito à relação entre os materiais resultantes de prospecções e as estruturas efectivamente enterradas, para além da ausência de escavações. Isto numa paisagem onde é impossível, na grande maioria dos casos, fazer análises que lidem com áreas de dispersão de vestígios.

Dentro desta região dispomos de 44 sítios que podem corresponder a unidades de exploração agrícola ou industrial que designámos como casais. Um número minoritário de casos corresponde a sítios que só apresentam *tegulae* à superfície. A sua localização em zonas de vertente, próximas de terrenos agrícolas, permitiu-nos, todavia, colocar a hipótese de podermos estar perente pequenos casais. A maioria dos sítios possui ainda outros materais associados, tal como cerâmica comum romana, fragmentos de *dolia,* mós manuais e *imbrices* ou pedra de construção.

A instalação precoce de alguns destes estabelecimentos está atestada pela ocorrência de vestígios de cerâmica micácea de fabrico indígena associados a materiais romanos, como acontece, designadamente, nos casos de Casa do Adro, em Barcelos (ID 3023001), onde para além de *tegulae* aparecem fragmentos cerâmicos micáceos; Crasto do Monte, Barcelos (ID 3021701), local onde se regista grande quantidade de cerâmica de construção e comum romana, a par de cerâmica indígena e de vestígios de muros e ainda Outeiro, Barcelos (ID 302270) onde as *tegulae* surgem associadas a pedra de construção, cerâmica comum romana e cerâmica de fabrico indígena.

Em suma, a descrição dos achados torna difícil assumir categorias distintas de sítios. No entanto, é possível distinguir, neste conjunto, locais diferenciados que importa valorizar, antes de mais em termos de actividades. Assim, a par de sítios vocacionados prioritariamente para a exploração agrícola, existem outros que poderiam ter funções ligadas ao fabrico de cerâmicas como é o caso do sítio de Igreja, Barcelos (ID 3027701).

Acrescente-se, finalmente, que a par de locais onde se noticiam apenas *tegulae* ou fragmentos de cerâmica comum, existem indícios indirectos de habitats fornecidos pela localização das necrópoles - como acontece em

Caride, Barcelos (ID 3021802), ou em Covelos, Esposende (ID 3061502) - e, ainda, indícios de sítios que em trabalhos futuros permitirão classificações mais seguras – como é o caso da Quinta do Lourido, Barcelos (ID 3025201), local situado numa zona de meia encosta com bons terrenos agrícolas, onde se encontraram *tegulae*, *imbrices*, pedra de construção, argamassa, para além de cerâmicas bracarenses.

O número de vestígios é bastante significativo parecendo desenhar uma paisagem de vale com uma intensa ocupação feita em pequenas unidades de exploração. Dentro da esmagadora quantidade de locais onde só se identificaram *tegulae*, alguns poderão corresponder, efectivamente, a pequenas unidades de exploração agrícola, muito embora se desconheça por completo quais as suas características.

Neste sentido, tão importante como o reconhecimento e estudo das *villae,* importaria afinar critérios adequados para interpretar os vestígios que podem corresponder a explorações agrícolas de pequenas dimensões, projectar escavações que permitissem conhecer o edificado e encarar como prioritário o estudo das cerâmicas comuns maioritariamente presentes neste tipo de sítios, as quais revelam, tanto quanto as cerâmicas importadas, um importante dado na interpretação da romanização do espaço rural.

2.3. Limites e escalas

2.3.1. Áreas de difusão e limites de influência

A constatação da existência de diferentes manchas de distribuição dos sítios na área em análise, levou-nos a considerar como particularmente pertinente a avaliação da rede de relações entre os sítios e os seus limites, bem como a sua ligação a entidades básicas estruturadoras do povoamento como sejam a rede hidrográfica, a linha de costa e o relevo que condicionam, por sua vez, a rede viária.

A diversidade distributiva observada pôde, assim, numa primeira triagem, ser parcialmente relacionada com o papel desempenhado pelos povoados fortificados, como pólos de difusão de povoamento, desenhando uma primeira etapa de fixação de populações nas áreas de vale, a qual pode ser situada logo

entre finais do século I a.C e inícios do século I d.C., tendo por base a presença de materiais indígenas em muitos dos locais identificados. O resultado pode ser observado na dispersão de casais, *villae* ou de outros habitats no vale, ocupando zonas do *ager* anteriormente integradas nos territórios de exploração dos povoados fortificados (Mapa 25, Vol. III) .

Concretizemos algumas dessa relações, começando por um ponto de referência a norte do rio Neiva, onde se situam os povoados de Carmona (ID 3021202) e de Srª da Aparecida (ID 3021201).

Este ponto de referência situa-se numa zona de cruzamento de rotas naturais de circulação, tanto no sentido E/O, como naquele que podemos acompanhar mais claramente, o eixo N/S, ligando as bacias do Cávado e Lima, pelo vale do rio Tamel. A via romana que atravessa este eixo, que corresponderá, decerto, à cristalização de um caminho natural de penetração nesta área, juntamente com o posicionamento dos povoados fortificados, a orientação da rede hidrográfica e o excelente potencial agrícola dos solos poderão enquadrar e explicar a intensa ocupação romana desta região, particularmente visível entre os rios Cávado e Neiva.

Os sítios de Quinta das Giestas (ID 3021203) e lugar da Laje (ID 3021204), respectivamente, um casal e uma sepultura feita de *tegulae* e *imbrices*, podem corresponder a uma dispersão de indígenas oriundos do Castro de Srª da Aparecida (Almeida1996: 52).

Do Castro de S. Simão (ID 3022401), situado a sudeste, podem ter saído os habitantes que se fixaram nos sítios de Casa do Souto (ID3022403) e de Eirado das Quintas (ID3022402), localizados na região onde presumivelmente passaria a via secundária romana. A tipologia destes povoados é ainda indefinida, mas a referência a vestígios de mineração (Maciel 2003: 138-140) e a sua localização junto ao eixo viário são dados importantes a ter em conta em futuros trabalhos nesta área.

Entre S. Simão e o povoado de Monte Lousado, apareceu uma inscrição dedicada a Júpiter, em Mondim (ID3025601). Junto ao local, noticiam-se vestígios de *tegulae* no sítio de Ramil (ID3025602). Mondim corresponderia, seguramente, a um importante estabelecimento romano, que regista uma significativa continuidade de ocupação, o que levará à construção de um templo

dedicado a S. Martinho, bem como à sua elevação a sede de paróquia no século XI (Almeida 1996).

Na zona de vale, dominada a poente pelo Monte do Castro / Picarreira e, a nascente, pela zona de relevos onde se situa a atalaia de S. Lourenço (ID3020702), uma série de casais, bem como outras explorações de tipologia indefinida desenham uma intensa mancha de ocupação. Os sítios de Minhotas (ID3021803), Casalmelhe (ID3021702), Crasto do Monte (ID3021701) e de Igreja (ID3022601), entre outros, desenham uma intensa ocupação desta área do vale.

A possível dispersão dos habitantes dos povoados fortificados da área, a passagem de uma via romana, bem como a rede hidrográfica desta zona, de orientação transversal aos rios principais, podem ter jogado como as principais entidades polarizadoras da ocupação deste espaço.

Na região de vale, situada próximo da Citânia de Roriz, é possível que, para além do monumento com forno de Stª Maria de Galegos, os habitats de Paço / Oliveira (ID 3025403) e Igreja (ID 3025402), a norte, correspondam a uma dispersão populacional efectuada a partir daquele povoado. Admitimos, ainda, que algumas ocupações registadas junto à margem norte do Cávado possam ter como origem habitantes do mesmo povoado, como sejam os sítios de Aldeia / Eidos (ID 3021001), ou o de Assento / Manhente (ID 3024501).

A dispersão de habitantes do Monte do Facho poderá ter sido realizada em várias direcções, nomeadamente para nordeste, para a *villa* de Castelo (ID 3020104), ou para os sítios de Amorim (ID3020101), Paço Velho (ID 3027303) e Vila Frescaínha (ID 3027301).

Do Monte de S. Mamede poderão ter saído os primeiros habitantes responsáveis pelo arroteamento do vale, numa época que remonta aos inícios do século I. Admite-se que serão deste castro os habitantes que se instalaram na *villa* do Paço, em Vila Cova (ID 3028602), cujas escavações demonstram uma fundação precoce, e provavelmente, também os que se estabeleceram em Mereces (ID 3028605).

É provável que o Monte de S. Mamede tenha funcionado como centro difusor de populações para várias localidades do vale. Na vertente meridional deste povoado, há vestígios de um casal em Outeiro (ID 3022703), local onde se encontraram *tegulae*, pedras aparelhadas e fragmentos de cerâmica comum

romana, provavelmente associados a fragmentos de cerâmica de fabrico indígena, o que indicaria uma ocupação coeva de *villa* do Paço, em via Cova. Junto a Outeiro verifica-se ainda a presença de *tegulae* em Carvalhal (ID 3022702) e no lugar do Paço (ID 3028901), locais que poderão corresponder a casais.

A mesma situação terá ocorrido junto à Cividade de Belinho (ID3060102), povoado que não possui sinais de ocupação na época romana. Os sítios de Quinta de Belinho (ID3060101) e Agra do Relógio (ID3060104) poderão corresponder ao arroteamento do *ager*, anteriormente integrado na área de exploração daquele povoado. É admissível que deste povoado ou do castro do Monte sejam oriundos os habitantes que ocupam os habitats que se dispersam nas imediações deste povoado.

O povoamento romano a sul do Cávado poderá explicar-se, numa primeira etapa, por fenómenos de difusão a partir de alguns povoados fortificados, entre os quais é possível destacar os sítios de Outeiro do Crasto (ID3020501), Monte da Saia (ID 3022201) e Cividade de Terroso (ID 13131201).

A mancha de vestígios romanos em torno do povoado de Monte da Saia, nomeadamente na zona a nascente do castro, é elucidativa de um fenómeno de difusão que pode estar articulado com este povoado.

No caso da ocupação que se desenvolve junto à margem sul do Cávado esta difusão deve ter em conta a passagem da Via XX, bem como de outros eixos viários, nomeadamente o que cruza o vale de rio Covo e passava, justamente, a nascente do povoado do Monte da Saia.

É provável que do povoado de Outeiro do Castro (ID 3020501) sejam oriundos os habitantes de alguns casais como os de Quinta de Lourido (ID 3025201) e Paço (ID 3020502), a sul, ou Assento (ID 3020301) e Várzea (ID 3028301), a poente, bem como os habitantes dos casais de Casa do Adro (ID 3023001) e Vilarinho (ID 3023002), a norte.

No caso da Cividade de Terroso a densidade de ocupação em torno do povoado resume-se à ocupação de Alto da Vinha/ Beiriz de Baixo (ID 13130601) (Gomes1996), seja porque uma parte significativa da população ocupou a plataforma sul do monte, junto às terras de vale, seja porque a proximidade e facilidade de circulação para a zona junto ao mar possa ter

levado alguns dos habitantes de Terroso ou do Monte de S. Félix a fixarem-se em Martim Vaz (ID 13131001) ou Vila Mendo (ID 3060201).

Esta primeira etapa de difusão, a partir dos povoados fortificados, demonstra uma ocupação que, a julgar pelos dados das escavações e do espólio encontrado, poderá remontar a inícios do século I da nossa era.

A mancha de dispersão que lhe corresponde assemelha-se a uma "abertura de fronteira" para as zonas de vale, num pontilhado de dispersão que poderá corresponder a pequenas unidades de exploração agrícola que, nalguns casos, poderão ter evoluído para *villae* (Mapa 25, Vol. III).

Numa fase posterior, alguns estabelecimentos do tipo *villa*, poderão associar-se a unidades menores, sejam fornos, indústrias piscícolas, ou mesmo pequenos casais. Assim, a análise das relações entre algumas *villa*e e estruturas associadas pode permitir um cálculo de zonas de influência ou de atracção exercida pelas *villa*e, com o único propósito de analisar manchas de povoamento e inferir limites de propriedade, sem que essa análise deva confundir-se com uma estimativa dos respectivos *fundi* (Mapa 26, Vol. III).

Um dos exemplos em que essas associações nos parecem operativas corresponde a *villa* de Paço/Vila Cova. Duas sepulturas em *tegulae*, aparecidas a sul da casa, correspondem provavelmente a parte da necrópole associada à *villa*, permitindo inferir o limite da propriedade na sua parte sul. Sensivelmente a noroeste, no sítio de Mereces (ID 3028605), apareceram fragmentos de *tegulae* e cerâmica comum romana, que poderão corresponder a um equipamento agrícola, cuja relação com a *villa* do Paço parece plausível.

A presença de um número significativo de fornos, em particular, na margem norte do rio Cávado poderá estar associado a algumas *villae* que, a par da exploração agrícola, poderiam ter possuído equipamentos de produção de cerâmica. Esse poderia ser o caso da *villa* de Castelo (ID 3020104) que associaria a exploração agrícola a actividades de olaria, situadas na Quinta do Passal (ID 3028501).

Em Paço Velho (ID 3027303) poderia ter ocorrido uma situação semelhante, associando-se ao sítio de produção de cerâmica em Telheiras (ID 3027302), local onde se regista uma extensa área de dispersão de *tegulae*, algumas com vestígios de fuligem. No entanto, este caso oferece-nos algumas dúvidas. De facto, os indícios arqueológicos de Paço Velho sugerem uma

pequena ou média exploração agrícola, enquanto que a área de produção de Telheiras é suficientemente vasta para permitir supôr uma possível zona artesanal que ultrapassa o âmbito doméstico. Poderemos, neste caso, admitir a existência de uma exploração artesanal centrada em Telheiras, a qual não teria qualquer relação com o casal de Paço Velho. Podemos considerar igualmente a possibilidade do local de Paço Velho, tal como a necrópole de Vila Frescaínha (ID 3027301) integrarem um complexo artesanal, cujo centro seria, neste caso, o sítio deTelheiras.

Nas zonas do litoral, a produção de sal e de preparados de peixe pode ter funcionado como factor de atracção para a instalação de algumas *villae* que teriam, nestas actividades, uma fonte de rendimento importante.

Nestes casos a dispersão dos habitantes de Terroso e do Monte de S. Félix conduz à instalação de uma mancha de *villae* ou de casais cujas actividades estariam certamente ligadas à exploração dos recursos da orla marítima. É o caso de Alto de Martim Vaz (ID 13131001), Vila Mendo (ID 13130701) ou Caxinas (ID 13160103), locais actualmente localizados em zonas assoreadas, mas que na época romana se situariam junto ao mar.

Os Mapas 25 e 26 pretendem tornar mais clara esta hipotética rede de relações, tomando as entidades como pólos de atracção ou difusão de povoamento.

Essas relações têm como entidades de difusão os povoados fortificados e a possível dispersão de parte dos seus habitantes para as zonas de vale mais próximas, bem como redes de proximidade a partir de algumas *villa*e.

Os possíveis limites dessas relações, podem ser estabelecidos empiricamente, observando os cartogramas referidos e verificando o possível alcance dessas relações usando o padrão de “vizinho mais próximo”.

O Mapa 26 representa as redes de proximidade entre 1 e 5 lugares próximos, numa área de 1 Km de proximidade (François Favory e Van der Leeuw 1998).

Idênticos ensaios poderiam, evidentemente, ser feitos em relação à rede viária fluvial e terrestre, tal como em relação ao mar ou, inclusivamente, às zonas de relevo mais elevado da região.

Os rios e ribeiros são entidades fundamentais de atracção de povoamento, pelos recursos hídricos e piscícolas que disponibilizavam, fundamentais a uma economia de recursos variados.

A presença do rio Cávado, é a este título de suma importância na compreensão da ocupação rural das regiões mais próximas, quer a norte, quer a sul. De facto, a par do seu papel como eixo viário, implicando zonas de acostagem e de travessia, os recursos piscícolas e a presença de água necessária às actividades agrícolas, mas também artesanais, pode explicar a presença de *villae*, de casais, bem como de alguns dos fornos identificados, particularmente, na sua margem norte.

Também os rios Côvo e Tamel poderão ajudar a explicar o povoamento intenso dos respectivos vales, de orientação transversal ao Cávado. Assim, os rios Cávado, Ave, Côvo e Tamel, tal como a grande profusão de linhas de água de menor caudal, permitem-nos compreender as manchas de povoamento que não existiriam pela simples presença de um povoado fortificado nas proximidades. A este propósito, basta referir o caso do castro de S. Félix, em Laundos, povoado fortificado cuja localização numa área de terras pouco férteis terá levado os seus habitantes a procurar locais de instalação fora daquela que seria a sua natural área de influência ou de difusão.

Tal como a fertilidade das terras e a presença de linhas de água, as áreas florestadas asseguravam uma importante fonte de recursos, jogando seguramente, um papel fundamental na escolha de locais de implantação de estabelecimentos agrícolas ou artesanais. A par da pastorícia e de recursos energéticos básicos, como a madeira, as zonas de relevo mais acentuado permitiam ainda a caça e a recolecção, recursos fundamentais à economia dos *habitats* instalados nas zonas de vertente ou em pleno vale.

Assim, a par do papel difusor de grande parte dos povoados fortificados e da presença de terras férteis e ricas em água, a existência de relevos significativos, com recursos diversificados, nas zonas mais afastadas da costa, pode ajudar a explicar a intensidade do povoamento observada.

Em jeito de síntese, a observação da cartografia permite verificar a existência de duas regiões claramente distintas na subunidade analisada: a região de vale onde se verificam manchas intensas de povoamento e a zona do litoral de povoamento escasso e disperso.

Um factor a ter em conta na rarefacção e dispersão do povoamento junto à orla costeira poderá decorrer de mudanças na linha de costa, seja pela existência de áreas lagunares e terrenos insalubres nas zonas adjacentes às margens do rio Cávado, na sua junção com o mar, seja por processos de assoreamento na zona a sul da região da Apúlia, que compreende a actual área costeira do concelho da Póvoa do Varzim.

A sul do Cávado o povoamento desta franja litoral inclui alguns povoados fortificados, localizados nos poucos outeiros existentes na região, em que sobressai a Cividade de Terroso, importante povoado cuja ocupação se terá mantido até finais do século I d.C e que a par de outros recursos terá sido um importante centro metalúrgico (Gomes 1996).

Os primeiros habitantes das *villae* de Alto de Martim Vaz e Vila Mendo, poderão ser oriundos de um destes povoados. Trata-se, num caso como noutro, de *villae* alto-imperiais cujas actividades estariam ligadas à salinicultura e a indústrias de preparados de peixe.

Admitimos que o assoreamento ocorrido nesta região a par da sua intensa urbanização impeçam a descoberta de outros equipamentos idênticos. De qualquer forma, é também possível que os recursos marinhos não fossem suficientemente significativos para justificar uma mancha de ocupação muito mais densa da orla litoral.

A norte do Cávado a mancha de povoamento proto-histórica e romana mantém uma distância ainda maior em relação à linha de costa. Os povoados fortificados poderão explicar a dispersão de habitantes no vale próximo, mas há também que ter em conta a passagem de uma via romana em torno da qual se organizam alguns povoados, como as *villae* de Marinhas e Quinta de Belinho, *villae* que, aparentemente, não têm nos recursos do mar um factor justificativo de implantação.

2.3.2. A romanização da paisagem de vale e da fachada litoral

O carácter precoce das influências e contactos da região em análise com o mundo romano, balizado pela expedição de *D. Iunius Brutus,* constitui um factor de suma importância na interpretação do seu povoamento, pois conduziu a mudanças significativas nos povoados fortificados, que

funcionaram como motores de mudança, pelo menos até meados do século I.

De facto, as relações estabelecidas com os territórios já pacificados do sul da Península terão certamente antecipado o processo de integração da região no mundo romano, sendo admissível uma precoce instalação de núcleos rurais nos vales, a partir de alguns dos povoados fortificados já referenciados. Esta dispersão não se fez segundo uma única orientação ou modelo, mas permitiu, provavelmente uma progressiva implantação de explorações rurais feita por indígenas, logo a partir de finais do século I a.C., fundamental na percepção do processo de romanização dos espaços rurais, organizado com a instalação de *villae* e de *aedificia* secundários.

Esses contactos progressivos, intensificados ao longo do século I a.C., permitiram uma abertura progressiva a novas formas de conceber o espaço rural. A pacificação definitiva do Noroeste, a fundação de *Bracara Augusta*, a abertura da rede viária e o incremento das rotas comerciais, marítimas, fluviais e terrestres, criarão, entretanto, as condições necessárias à instalação de novas formas de exploração e organização do espaço rural, através da instalação de estruturas habitacionais, que reorganizam o espaço e criam uma nova paisagem rural, pautada por espaços privados e delimitados, bem adequados ao modelo de uma sociedade estratificada como era a romana.

Por outro lado as entidades primárias do relevo e da rede hidrográfica configuram uma paisagem aberta e com amplos recursos. Neste sentido, as orientações estruturais do relevo e da rede hidrográfica, ajudam a organizar e cristalizar, na época romana, as vias de penetração naturais, cujas orientações N/S e E/O seguem as fracturas geomorfológicas básicas e a rede hidrográfica principal e secundária da região.

Ao longo desses eixos viários, que são também os eixos de irrigação intensa dos vales, estabelecem-se as principais manchas de ocupação romana, que se explicam pelo arroteamento de novos espaços de exploração dos vales, que a rede viária acompanha e, simultaneamente, favorece.

A densidade de ocupação patente em *villa*e, casais ou unidades intermédias, tem no amplo leque de recursos desta região a sua principal razão de existência. Em muitas zonas, a exploração agrícola e os recursos energéticos propiciariam uma economia diversificada, onde a exploração do

ager se poderia completar com a pastorícia e os recursos energéticos de montanha.

Ao conjunto de recursos ligado à exploração da terra e das áreas florestais, bem como do mar e dos rios é necessário acrescentar os que potenciaram o desenvolvimento de actividades de mineração e metalurgia. As actividades ligadas à mineração estão presentes em alguns povoados da Idade do Ferro ou em zonas junto ao rio Neiva onde são visíveis vestígios de exploração mineira.

Para além desta área, a riqueza mineira, nomeadamente em ouro, referenciada na região entre Lagoa Negra e a Cividade de Terroso, está suficientemente atestada, quer na Idade do Ferro, quer na época romana.

Desconhecemos a dimensão e importância económica da exploração aurífera em Lagoa Negra, tal como nos é impossível identificar qualquer aglomerado populacional a ela ligado.

A actividade metalúrgica em Terroso está suficientemente documentada mas é-nos impossível saber se a riqueza mineira desta região continuou a ser explorada em novos locais de fundação romana, nomeadamente na zona de Alto da Vinha / Beiriz.

Nas áreas junto à margem norte do Cávado ou na região de Alvarães, onde as argilas constituem uma fonte de matéria-prima importante, alguns dos sítios identificados poderão corresponder a núcleos de extracção ou de produção cerâmica, funcionando como locais de produção de âmbito doméstico ou como centros artesanais com uma dimensão vocacionada para o mercado.

Já na região do litoral o povoamento mais espaçado pode explicar-se por um leque de recursos fundamentalmente ligados ao mar, já que os solos eram menos favoráveis à prática agrícola.

Assim, a salinicultura e a produção de preparados de peixe, justificam a existência de algumas *villae*, mas não deveriam ser suficientemente atractivos ou rentáveis de molde a favorecer uma ocupação mais densa do litoral. Todavia, é importante relativizar as interpretações sugeridas pelos dados disponíveis, pois um estudo sério da ocupação do litoral implica uma rigorosa definição da linha de costa na época romana, bem como um rigoroso conhecimento da dimensão destas explorações e da sua potencialidade produtiva.

A sul do Cávado estes estabelecimentos, localizados muito perto do mar, parecem isolados, sem nenhum outro tipo de sítios associados.

Por sua vez, a norte do Cávado, os povoados fortificados localizam-se em zonas de altitudes mais elevadas e menos perto da linha de costa. Aqui, estes povoados estão claramente associados a manchas de vestígios romanos que como afirmámos anteriormente sugerem uma deslocação dos habitantes para o vale onde se estrutura uma nova paisagem humana e económica, articulada com os recursos disponíveis, mas também com as necessidades próprias de uma rede de estradas secundárias, que cruzaria, seguramente, a região.

Um dos aspectos mais problemáticos relativos ao modelo de ocupação romana do vale e da franja litoral que acabámos de analisar relaciona-se com a aparente ausência de aglomerados populacionais do tipo *vici* nesta região. Na verdade, essa ausência parece-nos surpreendente no âmbito da lógica de organização do território na época romana.

Desde logo, porque estamos perante uma área de dimensões significativas e com um povoamento disperso, onde seria necessário que existissem locais que pudessem desempenhar o papel de mercados redistribuidores, quer de certos produtos importados, oriundos da costa, quer daqueles que seriam produzidos na região, alguns dos quais poderiam ter como destino a cidade de *Bracara Augusta*. Por outro lado, não parece lógico, dadas as características enunciadas para esta região, em termos de dimensão e de dispersão dos estabelecimentos, que ela dependesse directamente da cidade em termos de certos serviços.

Neste sentido, julgamos que esta área carece da realização de prospecções mais pormenorizadas sobretudo em certas zonas onde se registam maiores concentrações de materiais cerâmicos, ou outros, cuja exacta caracterização é presentemente muito difícil de avaliar.

Em nosso entender, alguns dos locais que mereceriam um estudo detalhado, por poderem corresponder a eventuais aglomerados de tipo *vici,* seriam, entre outros, os seguintes: o sítio de Senhora de Águas Santas, em Santa Eulália de Rio Covo (ID 3026601), tradicionalmente interpretado como "estação termal romana", com perduração na Idade Média, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1972: 126), mais tarde classificado como villa, por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996); o sítio de Agra da Vila (ID

3023401), classificado como exploração agrícola (Almeida 1996), mas por nós interpretado como possível estação viária; o sítio de Alto da Vinha/Beiriz (ID 13130601), por aí estarem referenciadas uma inscrição votiva a Júpiter e um possível pedestal de estátua (Alarcão 1988: 1/285; Le Roux e Tranoy 1973: 213-214).

O povoado de Senhora de Águas Santas, que poderia corresponder a um *vicus* termal, possui uma localização privilegiada para a instalação de um aglomerado aberto, pela altitude onde se situa, mas também pelo facto de se encontrar perto de uma provável via romana, referenciada na Idade Média como *carraria antiqua* que ligaria a Via XVI com o percurso da Via XX, atravessando o vale do Rio Côvo, zona densamente povoada na época romana (Almeida 1996).

À semelhança do que acontece com outros locais, interpretados como possíveis *vici* termais no Entre-Douro-e-Minho, designadamente, os de Caldas de Vizela, Caldelas, ou Caldas das Taipas, que desempenharam, também, funções viárias, adquirindo, por isso, naturalmente um carácter plurifuncional, também o sítio de Senhora de Águas Santas poderia ter tido originalmente uma origem termal, devido ao carácter salutífero e sagrado das águas, transformando-se progressivamente num aglomerado demaiores dimensões e mais amplas funções.

Por sua vez, Agra da Vila, no eixo da Via XX, poderia ter desempenhado, funções de apoio à circulação, mas também outras de carácter económico, relacionadas com uma presumível função de mercado e de centro artesanal, uma vez que nas suas imediações foram referenciados vestigios de fornos (Almeida 1996).

Sobre o sítio de Alto da Vinha, Beiriz, a proposta de poder existir aí um possível vicus, baseia-se basicamente no tipo de vestígios epigráficos referenciados, que lhe poderiam conferir funções privilegiadas de carácter religioso, a que certamente se acrescentariam outras de carácter económico, designadamente associadas à redistribuição de sal, ou preparados de peixe, dada a sua relativa proximidade em relação ao litoral. Sublinhamos ainda que a região em que se implanta possui uma tradição de produção de ourivesaria desde a Idade do Ferro, testemunhada pelos achados de Beiriz, bem como de actividades metalúrgicas atestadas no castro de Terroso e no Monte de S. Félix

de Laundos, pelo que o presumível *vicus* poderia igualmente ter desempenhado as funções de centro metalúrgico .

Um outro possível *vicus* poderia situar-se no local que apontámos anteriormente para a existência de um porto fluvial do rio Cávado, na região de Areais de Vilar. As naturais necessidades de um porto fluvial, obrigariam à existência de um aglomerado populacional de alguma importância, bem como ao desenvolvimento de várias actividades. Destacamos que, muito embora não seja possível localizar o eventual estabelecimento portuário, foi encontrada no Mosteiro de Vilar de Frades uma ara, que não foi possível decifrar, existindo uma outra recolhida na Igreja de S. João Baptista, de proveniência desconhecida e de leitura duvidosa (Santos *et alii* 1983: 195).

A norte do rio Cávado mereceriam uma investigação pormenorizada, com uma eventual reavaliação da sua funcionalidade três agregados de sítios.

Um deles desenha-se em torno de S. Martinho de Alvito (ID 3027101), onde apareceu uma inscrição não decifrada e um fuste de coluna, existindo numerosas referências a áreas de dispersão de material cerâmico que não permitem uma adequada caracterização funcional dos sítios a que se reportam. A concentração de achados neste local, bem como o facto de se situar num possível eixo de circulação, onde pode ter existido uma via secundária, que prolongaria para norte o traçado da *carraria antiqua*, mencionada anteriormente, constituem indicadores sugestivos da potencial existência de um agregado populacional de tipo *vicus*.

O outro local que mereceria igualmente um estudo de pormenor, muito embora corresponda a uma zona com menor densidade de vestígios, centra-se em torno de Mondim (ID 3025601), local onde foi encontrada uma ara a Júpiter e onde se estabeleceu, no século XI um templo a S. Martinho, na origem de uma paróquia. O local situa-se numa zona de vale, já perto perto do curso Neiva.

Finalmente, a terceira zona a investigar situa-se perto da foz do rio Neiva, em torno do local do Alto da Ponte (ID 3060107), local onde Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996) situa a passagem do rio Neiva. Nesta zona estão referenciadas várias manchas de dispersão de cerâmicas de construção e comum romana. A importância do sítio relativamente à travessia do rio, associada à dispersão de materiais que se encontram na área envolvente

poderia justificar a existência de um importante aglomerado populacional neste local.

CONCLUSÃO

Tal como afirmámos na Introdução deste trabalho os objectivos que nos propusemos atingir centraram-se na análise do povoamento romano do território português integrado na actual região do Entre-Douro-e-Minho, que se configurava como a parte mais ocidental do *conventus bracarensis*, região que, à partida, oferecia condições privilegiadas para uma análise dos processos de mudança cultural decorrentes da integração das comunidades indígenas no mundo romano.

A escolha desta área foi ditada pelo vasto acervo de dados disponíveis resultante das investigações realizadas nas últimas três décadas que potenciavam uma leitura diacrónica das estratégias de povoamento, da reorganização do espaço rural, mas, também, uma reavaliação do conceito de romanização aplicado a um território considerado como periférico e mal integrado na cultura romana.

A vastíssima informação proporcionada pelo estudo quer do povoamento pré-romano quer da identificação de numerosos locais de matriz romana, na maior parte dos casos descobertos por prospecções e discriminados nos numerosos inventários e catálogos de sítios que compõem as fontes do nosso trabalho, na sua maioria com carácter regional, desafiaram-nos a realizar um ensaio de interpretação da evolução deste território.

As dificuldades de tal pretensão foram inúmeras e encontram-se expressas ao longo dos sucessivos capítulos que compõem este trabalho. Pela natureza precária dos dados, pela sua frequente imprecisão, pela impossibilidade de precisarmos cronologias, funcionalidades, ou mesmo características dos sítios. Se é verdade que tais limitações nos levaram a desvalorizar numerosas referências e, em múltiplas ocasiões, a duvidar da validade do nosso exercício de análise, entendemos, todavia, arriscar conduzi-lo até ao fim.

Na verdade, à medida que acumulávamos informações, pese embora o seu carácter truncado e fragmentário, fomos ganhando consciência do seu imenso potencial para formular novas hipóteses de trabalho relativas à

investigação do processo de romanização nesta área circunscrita do convento bracarense e da região do Noroeste peninsular.

No quadro da organização provincial tentámos abordar as formas de construção do território, procurando evidenciar o que foi moldado pelas características geográficas e aquilo que foi potenciado pela adaptação às novas estratégias de ordenamento do espaço. Ou seja, tentámos analisar o processo evolutivo da paisagem de uma região concreta, mas suficientemente ampla, de forma a averiguar a existência de eventuais modelos de (re)organização do espaço.

Não nos dispensámos, no capítulo 2, de situar o contexto da problemática da nossa investigação no amplo quadro do Noroeste peninsular, tendo em vista compreender a diversidade do mundo pré-romano deste vasto território, a estratégia de conquista e domínio das suas populações por parte de Roma e os mecanismos políticos e administrativos que asseguraram o controle do território e a sua integração na gestão imperial.

As dificuldades sentidas ao longo da elaboração desta dissertação foram maiores nas abordagens da região do Entre-Douro-e-Minho, efectuadas no capítulo 3, onde a precariedade dos dados se tornou mais notória, limitando a natureza e a validade das hipóteses interpretativas que fomos sugerindo, do que em regiões mais restritas, cuja análise se encontra expressa nos capítulos 4 e 5.

Apesar de tudo, pareceu-nos fundamental tentar valorizar o conjunto dos dados disponíveis para a região do Entre-Douro-e-Minho para podermos, com alguma segurança, mudar de escala e analisar mais pormenorizadamente as subunidades territoriais que escolhemos para objectivar as entidades que podem ter condicionado e actuado como vectores das mudanças operadas no povoamento da região.

Tendo como matriz de referência o Entre-Douro-e-Minho, estabelecemos no capítulo 3 algumas das principais coordenadas que explicam, em nosso entender, o processo de reorganização do território, desencadeado pelo domínio romano. Os nossos pressupostos de análise guiaram-se por duas ideias básicas: a tentativa de não projectar o conceito de uma ruptura imposta pelos desígnios de um programa radical de

conquista, nem a valorização de um preconceito de suposta continuidade da matriz do povoamento indígena, numa perspectiva de longa duração, como foi tradicionalmente admitido pela historiografia.

Preocupámo-nos, no quadro dos dados disponíveis, em comparar a realidade da ocupação pré-romana com aquela que se formaliza sob o domínio romano, sem nos fixarmos em cortes cronológicos demasiado rígidos. Na verdade, a organização romana do território, sob Augusto, apenas nos serve de baliza operativa, a partir da qual podemos considerar o início dos processos de mudança ocorridos na região, sem que, contudo, os dados disponíveis nos permitam situar com rigor a cronologia exacta ou o ritmo de tais processos.

A nossa análise do povoamento pré-romano reiterou a ideia de uma clara distinção entre a região do Entre-Douro-e-Minho e as restantes áreas do Noroeste peninsular. Com efeito, a região que considerámos como matriz de referência oferece um quadro de povoamento muito particular, cujos traços mais marcantes se articulam com a existência de uma densa malha de povoados fortificados, que se organiza e desenvolve ao longo das bacias hidrográficas dos principais rios, oferecendo uma clara imagem de potencial hierarquização, sobretudo evidente entre os rios Lima e Ave.

A referida hierarquização, já sublinhada por outros autores, parece caracterizada pela ocorrência e convivência de povoados de diferentes dimensões, ocupando posições topográficas distintas, revelando uma organização arquitectónica heterogénea, quer ao nível do aparato defensivo, quer no âmbito da sua estrutura interna. De facto, apenas os povoados de maiores dimensões, implantados em locais com amplo controle estratégico, designados na literatura arqueológica por citânias, e que alguns autores referenciam como verdadeiros *oppida*, possuem os clássicos itens, considerados generalizadamente como proto-urbanos, como sejam arruamentos, ou uma organização em bairros, possuindo, supostamente, na sua dependência outros povoados de menores dimensões e características diferenciadas.

Parece hoje indiscutível que o desenvolvimento das características dos grandes povoados constitui um fenómeno pré-romano que testemunha a complexificação social e económica atingida pelas comunidades dos finais da

Idade do Ferro da região do Entre-Douro-e-Minho, sendo possível que correspondam a uma reorganização do povoamento operada posteriormente à incursão de *D. Iunius Brutus*.

Face aos dados disponíveis e em particular à cronologia sugerida para os povoados que integrámos na categoria B é possível admitir que a constituição das grandes citânias do Noroeste português - que se caracteriza por uma assinalável expansão demográfica e por uma reorganização interna dos seus espaços, a que acresce um poderoso aparato defensivo- se tenha operado com recurso à transferência de populações dos castros de média altitude.Em simultâneo, ter-se-iam generalizado os povoados de baixa altitude, integrados na categoria C, que pela sua evidente proximidade em relação aos vales podem ter desempenhado um importante papel na exploração dos seus recursos. Evidentemente que este modelo de organização dos castros do amplo território que é o Entre-Douro-e-Minho necessita de ser validado no âmbito de estudos regionais mais sistemáticos que permitam estabelecer com rigor a cronologia de abandono dos povoados da categoria B e a reorganização dos grandes castros que parecem assumir um papel de lugares centrais.

Parece-nos residir nesta problemática uma agenda de investigação que se preocupe de forma mais sistemática com o impacte da mobilidade e transferência de populações que, em ritmos ainda por averiguar, recompõem o território. Como salientámos no capítulo 3, o estudo dos fenómenos de mobilidade das populações indígenas é fundamental para a compreensão quer da organização do mundo pré-romano, quer da diferencial cronologia de persistência e abandono dos castros.

Não parece possível, por seu turno, considerar a existência de uma unidade de povoamento castrejo típica do conjunto do Noroeste peninsular, uma vez que as diferentes áreas que compõem esta vasta região oferecem tipos de povoados com características diferenciadas, que se adaptam a diferentes contextos geomorfológicos, mas também a distintas realidades socioeconómicas que resultam da sua evolução específica.

Concretamente no que se refere ao quadro de povoamento referido para o Entre-Douro-e-Minho, parece-nos que ele pode ter resultado, em parte, dos contactos que esta região sempre manteve com o Mediterrâneo, os quais se

terão consolidado posteriormente às campanhas de *D. Iunius Brutus*, fomentando uma maior interacção da região com as zonas já romanizadas do Levante e da Lusitânia, bem testemunhada no transporte de produtos, mas igualmente favorável à circulação de pessoas e de todas as inevitáveis inovações decorrentes de processos de contacto e intercâmbio.

Neste contexto, a fundação de *Bracara Augusta* e a implantação da rede viária balizam um processo de transformação da estrutura do mundo indígena já anteriormente encetado, facto que facilitará a integração das populações na estrutura política que se desenha com as reformas de Augusto.

A precocidade dos contactos com o mundo romanizado do sul da Península parece-nos decisiva para compreender a complexidade da transição da organização social do espaço entre os finais do século I a.C. e os meados do século I d.C.. Fenómenos como o da retracção e/ ou abandono da maioria das grandes citânias da região, onde certamente residiam as elites indígenas, resultam de deslocações populacionais determinadas pela emergência de novas centralidades. Estas emergem no contexto da reorganização do espaço associada à fundação de uma cidade, à estruturação da rede viária, ao aparecimento de novos tipos de aglomerados e de novas formas de exploração económica do território.

A nova matriz de povoamento que se instala para dar satisfação às novas necessidades decorrentes da integração da região no Império tem como principais agentes de mudança as populações indígenas, à semelhança do que ocorreu na Gália ou na *Brittania*. A epigrafia demonstra, neste contexto, que o substrato indígena é claramente dominante quer no mundo urbano quer no rural.

Para além da cidade de *Bracara Augusta* e das novas formas de exploração da terra, ainda difusamente conhecidas, que por conveniência – aqui repetidamente questionada – designamos por *villae*, observamos o aparecimento de uma rede de *vici* que parece ter modelado o território a partir de meados do século I.

A implantação desta rede de novos aglomerados parece obedecer a mecanismos que fogem à planificação subjacente à criação de cidades. De facto, estamos perante núcleos com crescimento orgânico, que se adequam

à mobilidade gerada pela dispersão da população dos antigos castros para os vales, bem como a necessidades funcionalmente variadas de organização do território, sejam elas económicas, viárias, lúdicas, ou mesmo administrativas. O papel que poderá ter sido desempenhado por alguns destes *vici* enquanto sede de *civitates* não esgota o protagonismo assumido por estes aglomerados na (re)organização do espaço.

A crescente identificação arqueológica deste tipo de núcleos na região do Entre-Douro-e-Minho constitui, sem dúvida, uma das facetas mais interessantes da romanização desta região, que vem alterar o quadro de referência relativo ao povoamento da região. Ao contrário da ideia recorrente de uma longa sobrevivência do habitat indígena, parece possível, à luz dos dados disponíveis, admitir uma sucessão paulatina de momentos de abandono dos castros, que se inicia logo nos finais do século I a.C. e que raramente ultrapassa os finais do século I da nossa era. Esta situação deverá estar relacionada, precisamente, com o fenómeno da emergência dos *vici,* assinalando a preponderância de uma forma de habitat de tipologia romana relativamente aos povoados de tradição indígena.

Nos capítulos 4 e 5 concretizámos uma focagem mais específica de algumas das problemáticas tratadas no capítulo 3, analisando três subunidades: a região em torno da cidade de *Bracara Augusta*, a região de montanha atravessada pela Via XVIII e a região de vale e litoral.

Num balanço comparativo das três abordagens efectuadas, há que salientar a plasticidade com que o processo de romanização se implementou espacialmente. De facto, não existem em rigor três modelos diferenciados de ocupação territorial, mas uma adequação variada de novas formas de povoamento a diferentes condicionantes.

Pensamos que a análise espacial usando diferentes escalas permite uma correlação arqueológica e cartográfica dos dados, individualizando, com mais clareza, os vectores mais influentes na ordenação do território. Donde, o termo “modelação” que utilizámos se deva entender como a tentativa de articular a informação disponível, jogando com as manchas ou ausências de dispersão dos sítios, num exercício que pretendeu superar a massa muitas vezes informe e caótica dos dados. O resultado final espelha, basicamente,

essa tentativa: julgamos ter conseguido isolar algumas modalidades diferenciadas de organização do povoamento romano e definir algumas das entidades que as explicam.

A relação entre *Bracara Augusta* e o seu meio envolvente, analisada no capítulo 4, permite-nos sugerir uma forte interacção entre a cidade e o mundo rural, num limite que se situa entre 6 a 8 km em torno da urbe. Esta relação não implica, em nosso entender, nenhuma preponderância do mundo urbano relativamente ao mundo rural ou vice versa. Daí, podermos falar de interacção. De facto, muito embora os dados arqueológicos disponíveis permitam demonstrar que a cidade possui uma dinâmica económica que a distancia claramente de um conceito de cidade enquanto núcleo parasitário e consumidor do espaço envolvente, também é certo que dificilmente a podemos ver como entidade unívoca de "criação" ou ordenação do espaço rural.

Os dados arqueológicos relativos ao mundo rural demonstram uma intensa ocupação do campo cuja interface com a cidade assume diferentes modalidades. Antes de mais, é possível determinar através da cartografia das manchas de dispersão e de concentração dos vestígios, áreas distintas de ocupação suburbana. Na área que definimos de 6 a 8 Km, quer as *villae* quer outros tipos de exploração dos recursos disponíveis na região, instalam-se em anéis sucessivos que se iniciam muito perto da cidade e atingem a região a norte do Cávado, usufruindo de um amplo leque de recursos que incluem o excelente potencial agrícola dos solos, a densa rede hidrográfica na qual se incluem os recursos dos rios Cávado e Este, as zonas de monte, fundamentais para o abastecimento energético e o pastoreio, mas, igualmente, as matérias-primas de que é justo destacar as argilas necessárias ao fabrico de cerâmicas ou a exploração de pedreiras que dará aos edifícios da cidade e do campo, bem como a todos os monumentos epigráficos, a matéria base de construção, assegurando a continuidade da "civilização do granito".

Se é certo que *Bracara Augusta* não pode definir-se como cidade parasitária da exploração do campo, no sentido mais simplista do termo, a ideia de um mundo rural ordenado exclusivamente em função da cidade

também não parece adequar-se à imagem que nos transmitem os dados disponíveis.

Um outro dado importante é o facto de que alguns povoados fortificados persistirem na nova malha de povoamento, assumindo claras funções de controle de pontos estratégicos da rede viária.

A "construção" de um espaço rural romano em torno de *Bracara Augusta* tornou-se particularmente visível na recuperação dos indícios de um cadastro centuriado. Com todas as dificuldades inerentes a esta tarefa julgamos ter construído uma proposta devidamente fundamentada da existência de um cadastro organizado em centúrias de 20 x 20 *actus*, comprovado por inúmeros indícios que ultrapassam a existência de alinhamentos coerentes e regulares num espaço amplo.

Se a identificação de um cadastro romano associado a uma cidade sem estatuto colonial já não representa um problema, pois os trabalhos sobre esta temática têm permitido contestar a ideia de que apenas o território das colónias estaria sujeito a uma delimitação cadastral, persiste o problema, mais ou menos explícito, do estatuto da cidade e, sobretudo, das justificações que deverão ser dadas a uma organização e delimitação de um território cuja população não é composta por colonos ou imigrantes itálicos.

Importa dizer que o constrangimento de estarmos perante uma cidade a que não se reconhece um estatuto colonial, somado à circunstância de, por múltiplas razões, nos encontrarmos perante um espaço particularmente difícil de investigar em termos de parcelamento rural, nos obrigou a um exercício complexo e redobrado em termos de fundamentação das evidências. Tratou-se de identificar um cadastro num espaço extremamente complexo em termos geomorfológicos, sujeito a uma radical transformação a partir dos anos setenta do século XX, mas também de reunir indícios suficientes que comprovassem uma actuação cadastral em época romana no território de uma cidade que é identificada por Plínio como um *oppidum*.

Embora estejamos cientes que o trabalho de identificação e compreensão do parcelamento desta área esteja ainda numa fase preliminar, não temos dúvidas em afirmar que na época romana o território em torno de *Bracara Augusta* foi sujeito a uma delimitação cadastral. Em face dos dados disponíveis, é-nos lícito supôr que essa organização e delimitação do espaço

rural foi realizada com as finalidades comuns a qualquer ordenamento e controle do espaço, nomeadamente uma intenção de controle fiscal e de tributação, servindo igualmente para a fixação de populações indígenas. Tal como a cidade de *Bracara Augusta*, o território rural serviu, prioritariamente, a população indígena.

No capítulo 5 agregámos a análise das duas regiões que enquadram a área em torno de Braga e que definem o transepto que recobre o "anfiteatro minhoto" expressão que define, desde longa data, a paisagem do Entre-Douro-e-Minho.

Analisámos no ponto 1 deste último capítulo o povoamento ao longo da *Via Nova*, tentando avaliar as diferenças relativamente às restantes regiões. A construção da Via Nova inscreve-se num período histórico posterior à fundação das mais importantes cidades do Noroeste e da organização subsequente à conquista e pacificação, ou seja, insere-se numa época de consolidação do poder imperial, característica da actuação dos imperadores flávios na Hispânia. A Via Nova quebra, de alguma forma, a "ortogonalidade" das vias augústeas, rasgando um itinerário por territórios "marginais" que cruzam a importante exploração aurífera da zona de El Bierzo e consolidam as ligações entre as três cidades do Noroeste. A par de um povoamento que progressivamente se torna mais rarefeito, à medida que se progride na região de montanha, o trajecto da via ordena a distribuição dos agregados populacionais, preferencialmente aglomerados abertos, mais do que explorações agrícolas do tipo *villae* ou casais.

Finalmente, no ponto 2, propusemo-nos avaliar a distribuição do povoamento na região de vale e litoral, enquadrada pelos rios Neiva e Este, que fecha o transepto definido para uma análise mais "fina". Antes de mais, cabe destacar a clara existência de uma distinção evidente entre a mancha rarefeita e espaçada da faixa litoral relativamente ao povoamento denso observável na região de vale. A articulação das manchas de sítios romanos com os povoados fortificados permite observar uma dispersão da população para as zonas de vertente ou de vale que, à luz dos dados disponíveis, se terá iniciado precocemente. De facto, embora as *villae* ou outros estabelecimentos de exploração agrícola sejam ainda muito mal conhecidos

é possível afirmar que a passagem de uma forma de exloração dos recursos a partir de povoados fortificados para modelos típicamente romanos, terá começado a desenhar-se na primeira metade do século I, tanto na região de vale como na orla costeira. Adivinham-se, é certo, neste processo, diferentes ritmos e modalidades diversas, que terão que ser devidamente avaliados. O fenómeno dos chamados castros agrícolas representa, a este título, uma questão fundamental, o mesmo ocorrendo com a progressiva implantação de explorações rurais feita por indígenas, questões fundamentais na percepção do processo de evolução que conduzirá ao claro estabelecimento de *villae* e de *aedificia*.

Do ponto de vista do povoamento e da ordenação do espaço é forçoso reconhecer uma profunda assimilação dos modelos de organização romanos, que traduzem, inevitavelmente, a aculturação dos indígenas que protagonizam os novos poderes, passam a viver em sítios e em casas de tipologia romana e que exploram os recursos disponíveis segundo uma lógica económica claramente romana. Tendo por base os dados disponíveis quer para o conjunto da região do Entre-Douro-e- Minho, quer para as subunidades selecionadas para uma exercício analítico mais aprofundado consideramos que a integração desta área no Império se traduziu numa profunda transformação do povoamento e da paisagem.

A natureza das mudanças registadas ultrapassa o mero quadro político e administrativo, ou mesmo a instalação das infra-estruturas básicas para a gestão do território. Não pode por isso afirmar-se que a romanização da região se limita aos centros urbanos, mantendo-se o espaço rural cativo de um indigenismo anacrónico, pois na verdade a nova matriz de povoamento que se formaliza a partir de Augusto e se consolida com os flávios e antoninos penetra profundamente no território, conduzindo à transformação da estrutura de povoamento anterior.

Sendo ainda um fenómeno mal estudado, a rede de possíveis *vici* da região do Entre-Douro-e-Minho tem vindo a adensar-se com recentes descobertas, parecendo desenhar uma estrutura de povoamento de matriz claramente romana que foi garantida pela transferência da população dos castros. Possuindo na maior parte dos casos uma carácter plurifuncional, a

consolidação da rede de *vici,* que deve ter-se realizado, já em época flávia, contrapõe-se claramente a uma imagem de resistência indígena à aculturação romana. Na verdade, é impossível desvincular a proliferação deste tipo de aglomerados com o generalizado abandono dos castros que vem sendo testemunhado ao longo do século I da nossa era. O fenómeno da chamada "romanização dos castros" carece, neste contexto, de uma investigação e reavaliação aprofundadas. Na prática, parece que a cartografia da romanização, tal como tem sido feita, valorizando sobretudo o espaço e ignorando o tempo necessário à mudança, terá favorecido até agora uma leitura subdimensionada do processo.

Neste sentido, o Império romano não pode ser visto como um simples sistema desenhado para facilitar a dominação económica da periferia em que o fluxo de riqueza se orientava prioritariamente para o centro. Como já foi sublinhado por outros autores o imperialismo romano é devedor da competição pelo poder dentro das oligarquias, alicerce fundamental da exploração e controle dos recursos provinciais. Garantir os meios económicos para a consolidação dessas elites, que beneficiaram também de esquemas de promoção à cidadania romana, tornando-as parte do Império conquistado, representou um factor imprescindível para criar uma classe dominante unificada. Este processo encontra-se documentado nas províncias ocidentais do Império e encontramo-lo bem representado na região estudada, onde a epigrafia não deixa dúvidas relativamente à origem das elites de *Bracara Augusta*, da grande maioria dos proprietários das *villae* que se instalam na região, ou mesmo dos habitantes dos novos aglomerados abertos.

A consignação com Augusto de um modelo de administração provincial que deixava o poder nas mãos das populações indígenas evitou a necessidade de uma ampla burocracia centralizada. Por outro lado, a emulação do poder das elites de origem indígena favoreceu a rápida assimilação do modo de vida romano. A arquitectura pública e privada de *Bracara Augusta*, identificada a partir da arqueologia, é testemunho desse facto. Por outro lado, os dividendos necessários à monumentalização da cidade parecem ter sido garantidos pela apropriação privada da terra,

anteriormente comunal, feita ainda pelas elites indígenas e enquadrada através da centuriação do *ager bracarensis*.

Nos anos 30 do séc. XX, Milman Parry encontrou a chave para a compreensão dos Poemas Homéricos, que até então eram uma massa inquietante e caótica (para os especialistas) de estratos linguísticos, históricos e arqueológicos. A mistura e confusão de línguas e dialectos diferentes, intrincados numa massa de acontecimentos históricos diversos, onde objectos, arqueologicamente atribuíveis a diversas épocas, corriam naquela amálgama de versos, indiferentes ao tempo a que deviam obedecer e à linguagem apropriada a cada tempo, faziam dos Poemas Homéricos uma espécie de lixeira onde na aparente ordem reinava o caos.

A este caos, semelhante a uma lixeira, foram indiferentes os milhares de gregos que conheciam os Poemas e os ouviam recitados muitas vezes, como lhe foram indiferentes todos os milhares de pessoas, desde Virgílio a Camões que, desta lixeira, retiraram a beleza , a métrica, a inspiração. Mas, para os especialistas, a escavação dos Poemas era, de facto, um problema. Milman Parry encontrou a chave para descodificar este caos quando percebeu que os Poemas teriam sido compostos e transmitidos oralmente muitos séculos antes de terem sido passados a escrito. E a composição e transmissão oral pertencem ao universo do que não se fixa, neste caso, não se escreve, e portanto absorvem, intercalam, misturam, os objectos, os acontecimentos, a linguagem, com uma ordem que não obedece à regularidade das etapas do tempo fixado, e que, portanto, produz caos.

Julgo que esta pequena história (simplificada) da célebre "questão homérica" me ajudará a explicar aquilo que entendo ser mais atractivo nos territórios que foram aqui investigados. De facto, a arqueologia não pode fazer-se sem encarar as formas, as estruturas, os próprios objectos como "coisas" que têm uma "densidade de uso", sob o risco de as isolar e compartimentar artificialmente. Ora, a "densidade de uso" implica mudanças (de função, de utilização) que não correspondem necessariamente a rupturas ou descontinuidades nem necessariamente a continuidades, mas a reciclagens. Estas reciclagens podem operar-se nos objectos, nas formas de

um espaço urbano e, ainda, ao nível mais "abrangente" da modelação do território.

BIBLIOGRAFIA

Acuña Castroviejo, F. e Cavada Nieto, M. (1971) "Noticias arqueológico-numismaticas del castro Lupario (Rois-Brion, La Coruña)", *Cuadernos de Estudios Gallegos,* 26 (80), Santiago de Compostela, pp. 265-277.

Aira Rodríguez, M. J.; Sáa Otero, P; Taboada, C. (1989) "Estudios paleobotánicos y edafológicos en yacimentos arqueológicos de Galicia", Arqueoloxía/Investigación, 4, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.

Aira Rodríguez, M. J e Ramil Rego, P. (1992) "Contribución al conocimiento de la vegetación tardiglaciar y holocena en el Extremo Norte de la terra chá. *Galicia*, España", *Nova Acta cientifica compostelana. Bioloxía*, 3, pp. 49-58.

Alarcão, J. (1973) *Portugal Romano*, Lisboa.

Alarcão, J. (1976) *Fouilles de Conimbriga, VI, Céramiques diverses et vers*, Mission archéologique française au Portugal et Musée monographique de Conimbriga, De Boccard, Paris.

Alarcão, J. (1980) "Os problemas da Origem e da Sobrevivência das *Villae* Romanas do Norte de Portugal", *Revista de Guimarães,* , vol. III, pp. 171-193, (*Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular)*.

Alarcão, J. (1988) *Roman Portugal, vol. I: Introduction. Vol.II: Gazetteer*, Aris & Phillips, Warmister.

Alarcão, J. (1990a) "Identificação das cidades da Lusitânia Portuguesa e dos seus territórios", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, CNRS, Paris, pp. 21-24.

Alarcão, J. (coord.) (1990b) *Portugal das origens à romanização*, Editorial Presença, Lisboa.

Alarcão, J. (1992) "A evolução da Cultura Castreja", *Conímbriga*, 31, Coimbra, pp. 39-71.

Alarcão, J. (1995) "Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho", *Biblos*, vol. LXXI, pp. 387-401.

Alarcão, J. (1995-96) "As *Civitates* do Norte de Portugal", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12-13, pp. 25-30.

Alarcão, J. (1996) "Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre-Douro e Minho", in S. Reboreda Morillo, P. López Barja (eds.), *A Cidade e o Mundo: Romanización e Cambio Social*, Concello de Xinzo de Limia, Xinzo de Limia, pp. 169-180.

Alarcão, J. (1998a) *Domínio romano em Portugal*, Europa-América, Lisboa.

Alarcão, J. (1998b) "Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal", *Conimbriga*, XXXVII, pp. 89-119.

Alarcão, J. (1999a) “As cidades capitais do Norte de Portugal na época romana”, in *Los origenes de la ciudad en el Noroeste hispânico*, Actas del Congreso Internacional, Lugo, Maio 1996, Lugo, pp. 429-437.

Alarcão, J. (1999b) “*Populli*, *castella* e *gentilitatis*”, *Revista de Guimarães*, volume especial, Actas do Congresso de Proto-História Europeia, I, pp. 133-150.

Alarcão, J. (1999c) “Raízes históricas da paisagem portuguesa”, in *Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*, Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Coimbra, pp. 17-32.

Alarcão, J. (2000a) “As paróquias suévicas do território actualmente português”, *Religión, Lengua y Cultura prerromanas de Hispania*, Separata, Ediciones Universidad Salamanca, pp. 30-59.

Alarcão, J. (2000b) “Sobre cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal”, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª série, 2-3, pp. 45-50.

Alarcão, J. (2003) “A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana”, *Conimbriga*, 42, 2003, pp.5-115.

Alarcão, J. (2004) “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - II”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (4), pp. 193-216.

Albertos Firmat, M. L. (1974) “El culto de los montes entre Galaicos, Astures y Berones y algunas de las deidades mais significativas”, *Estudios de Arqueologia Alavesa*, 6, pp 147-157.

Albertos Firmat, M. L. (1975*) Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua*, (*Studia Archaeologica*, 37), Valladolid.

Albertos Firmat, M. L. (1977) “Perduraciones indígenas en la Galicia romana: los castros, las divinidades y las organizaciones gentilitas en la epigrafía”, in *Bimilenario de Lugo*, Lugo, pp. 17-27.

Alcock, S. (1994) *Graecia capta: the landscape of Roman Greece*, Cambridge.

Alcorta Irastorza, E. J. (2007) “Muros, torres y escaleras. Aproximación al modelo constructivo de la muralla romana de Lucus Augusti”, in Rodríguez Colmenero, A. e Rodá de Llanza, I. (eds.), *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 285-311.

Alfenim, R. (1995) “A barragem de Aquae Flaviae”, *Aquae Flaviae*, 13.

Allan, J. C. (1970) *Considerations on the Antiquity of mining in the Iberian Peninsula*, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, London.

Allen, K. M. S.; Stanton, W. G. ; Zubrow, B. W. (eds.) (1990) *Interpreting Space: GIS and archaeology*, London.

Almeida, C. A. B. (1979) “A rede viária do *Conventus Bracaraugustanus – via Bracara-Asturicam Quarta*”, *Minia*, 1ª série, 2 (3), pp. 61-163.

Almeida, C. A. B. (1980) "*Via Veteris*. Antiga Via Romana?", *Revista de Guimarães,* vol. III, pp. 151-169, (*Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Penínsular).*

Almeida, C. A. B. (1987) "Carta Arqueológica do Concelho de Esposende"*, Boletim Cultural de Esposende*, 9/10.

Almeida, C. A. B. (1990) *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima, Viana do Castelo*, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais 7/8).

Almeida, C. A. B. (1996) *Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Almeida, C. A. B. (1998) "Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho: Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, 20.

Almeida, C. A. B. (2000) *A Arqueologia Proto-histórica e Romana do Concelho de Vila Nova de Cerveira*, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Cerveira.

Almeida, C. A. B. (2003a) "Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no Conventus Bracaraugustanus", *Boletín Auriense*, 33, pp. 77-93.

Almeida, C. A. B. (2003b) *Povoamento romano do litoral minhoto entre Cávado e Minho*, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Edição do Autor.

Almeida, C. A. B.; Maia, M. I. S; Moreira, M. M. L.; Baptista, A. J. (1994) "A estação do Bronze Final da Regueira. Vitorino de Piães – Ponte de Lima", *Revista da Faculdade de Letras. História* 11, 2ª série, pp. 547-565.

Almeida, C. A. B.; Soeiro, T.; Barroca, M. J. (1995) "Estação arqueológica do Castelo de Fraião (Boivão, Valença)", *Portugália*, Nova Série 16, pp. 311-322.

Almeida, C. A. F. (1968) *As vias medievais Entre Douro e Minho*, (policopiado), Faculdade de Letras do Porto, Porto.

Almeida, C. A. F. (1972) "Achados arqueológicos de Martim (Barcelos)", *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série História*, 2, Porto, pp. 319-326.

Almeida, C. A. F. (1978) *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras do Porto, Porto.

Almeida, C. A. F. (1983) "Cultura castreja. Evolução e problemática" *Arqueologia*, 8, pp. 35-42.

Almeida, C. A. F.; Soeiro, T.; Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. (1981) "Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha", *Arquivo de Ponte de Lima*.

Álvarez Asorey, R.; Carreño Cáscon, M. C.; Gonzálvez Fernández, E. (2003) *Aqua Urbi: Historia do Abastecemento de Auga à cidade de Lugo (época romana – século XX)*, (Traballos de Arqueoloxía (Concello de Lugo), I), Lugo.

Alves, F. M. (1934-38) *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, 9 (1934), 10 (1938), 11 (1948), Porto.

Amaral, L. C. (1990) "O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108" in *Actas do Congresso Internacional sobre o IX centenário da dedicação da Sé de Braga,* Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, Braga, vol. I, pp. 513-550.

Amaral, L. C. (2007) *Formação e desenvolvimento da diocese de Braga no período da reconquista (século IX-1137)*, Dissertação de Doutoramento em História (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amaral, P. (1999) "Ocupação e organização do território em torno de *Aquae Flaviae*", in *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Escola Profissional de Arqueologia / IPPAR, Porto, pp. 109-113.

Araújo, J. R. (1982) "Os miliários da estrada romana de Braga a Tuy", *O Distrito de Braga*, 5 (9), 2ª série, pp. 121-246.

Arce, J. (1982) *El ultimo siglo de la España Romana*, Madrid.

Argote, J. C. (1732-34) *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas*, Lisboa Occidental, Lisboa, Vols. I-IV.

Arias Vilas, F. (1998) "Lucus Augusti e o río Miño: as termas y o seu contorno", in Rodríguez Colmenero, A. (coord). *Actas del Congreso Internacional Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispânico, Lugo*, pp.1209-1223.

Arias Vilas, F. e Vega Rodríguez (1996) "Las termas romanas de Lugo", in *Actas I Congreso Termalismo Antiguo* (La Rioja 1996), Madrid.

Arias Vilas, F. e Villa Valdés, A. (2005) "El poblamiento romano en el território de los galaicos lucenses", in Fernández Ochoa, C. e García Díaz, P., (eds.), *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlântico en época romana*, Gijón, pp. 297-308.

Arias Vilas, F.; Le Roux, P; Tranoy, A. (1979) *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Centre Pierre Paris, Paris.

Ariño Gil, E. (2005) "La Hispania citerior occidental y la Lusitania Septentrional entre Augusto y los Flavios: el *ager* per *extremitatem mensura comprehensus*", in *L'Aquitaine et l´Hispanie septentrional à l'époque julio-claudienne. Organisation et exploitation des espaces provinciaux,* Colloque Aquitania, Saint, 11-13 Septembre, 2003, Édition de la Fédération Aquitania, pp. 95-112.

Ariño Gil, E.; Gurt i Esparraguerra, J. M. ; Martin-Bueno, M. A. (1994) "Les cadastres romains d`Hispanie: état actuel de la recherche", in Doukellis, P. N. ; Mendoni, L. G. (eds.) *Structures rurales et societés antiques*, Actes do Colloque de Corfou (1992), Annales Littéraires, Besançon, pp. 309-328

Ariño Gil, E.; Gurt i Esparraguerra, J. M. ; Palet Martínez, J. M. (2004) *El pasado presente. Arqueología de los paisajes en la Hispania romana*, (Acta

salmanticensia. Estudios históricos & geográficos; 122), Publicacions i Edicions de Universitat de Barcelona, Barcelona.

Arroyo-Bishop, D. (1995) “Organisation de l`analyse et de l`interprétation en archéologie », in *Aplicaciones informaticas en arqueologia : teorias y systemas*, Bilbao, pp. 11-22.

Baena, J.; Blasco, C.; Quesada, F. (eds.) (1997) *Los S.I.G. y el análisis espacial en arqueología*, Madrid.

Barker, G.W. (1991) “Aproaches to archaeological Survey”, in Barker, G. W. e Lloyd, J. A. (eds.), *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*, London, pp. 1-9.

Barker, G. W. (1995) “Landscape archaeology in Italy – Goals for the 1990s”, in Christie, N. (ed.), *Settlement and economy in Italy, 1500 BC – AD 1500*, Oxford, pp. 1-11.

Barker, G. W. e Hodges, R. (eds.) (1981) *Archaeology and Italian society. Prehistoric, Roman and medieval studies*, (BAR, International Series 102), Oxford.

Barradas, L. (1956) “Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança”, *Revista de Guimarães*, 66 (1-2), pp. 159-241.

Barret, J.C. (1997) “Romanization: a critical comment”, in Mattingly, D. J. (ed.), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*, (JRA Supplementary Series, 23), Portsmouth, pp. 51-54.

Belino, A. R. (1906) *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.

Bello Diéguez, J. M. (coord.) (1994) *Ciudad y torre, Roma y la Ilustración en A Coruña*, Ayuntamiento de A Coruña, A Coruña.

Bernardes, J. (2007) *A ocupação romana na região de Leiria,* Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património, Universiddae do Algarve, Faro.

Bernardes, J.P. e Carvalho, H. (1996) “Aplicação de um S.I.G. à arqueologia romana dos territórios de *Bracara Augusta* e *Collippo*”, in *Actas do II Congreso Peninsular de Arqueologia,* Zamora.

Bettencourt, A. M. S. (1999) *O Homem e a Paisagem no vale do Cávado entre o II e o I milénio a.C.*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Bettencourt, A. M. S. (2000a) “O vale do Cávado dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC sequencias cronológico-culturais”, in *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia*, Vila Real, vol. IV, pp. 79-83.

Bettencourt, A. M. S. (2000b) *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*, (Cadernos de Arqueologia. Monografias10), Braga.

Bettencourt, A. M. S. (2000c) *Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal),* Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.

Bettencourt, A. M. S. (2003) "Manifestações simbólicas da Proto-História do Norte de Portugal: a estátua sedente de Roriz (Barcelos)", *Conímbriga*, 42, pp. 141-151.

Bettencourt, A. M. S. (2005) "El Bronce Final y la primera Edad del Hierro en el noroeste de Portugal", in *Actas do II Coloquio de Arqueología en la Cuenca del Navia. La Génesis del Habitat Fortificado en el Norte Peninsular: los Castros en el Tránsito de la Edad del Bronce e la Edad del Hierro*, Parque Histórico del Navia, Servicio de Patrimonio Histórico e Consejería de Cultura del Principado de Asturias, Navia.

Bettencourt, A. M. S.; Dinis, A.; Cruz, C.; Silva, I. S.; Alves, A.; Alves; I. C; Pereira, D. (2003) "A reconstituição paleoambiental do Entre Douro e Minho durante o Quaternário Recente (III e II milénios BC): um projecto multidisciplinar", *Ciências da Terra*, nº especial, 5, Universidade Nova de Lisboa, CD-ROM: H19-H22.

Bettencourt; A. M. S. e Figueiral, I. (no prelo) "Estratégias de exploração do espaço no Entre-Douro e Minho desde os finais do IV aos meados do I Milénios a.C.", in *Simpósio "Paisagem, Recursos e estratégias de exploração do espaço no Noroeste peninsular da Pré Historia à Idade Média, Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia*, Faro.

Bettencourt; A. M. S.; Figueiral, I.; Dinis, A. P. (no prelo) "A ocupação do território e a exploração de recursos durante a Pré-História recente do Noroeste de Portugal", in *Simpósio "Paisagem, Recursos e estratégias de exploração do espaço no Noroeste peninsular da Pré Historia à Idade Média, Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia*, Faro.

Blázquez Martínez, J. M. (1957) "Aportaciones al estudio de las religiones primitivas de España", *Arquivo Español de Arqueologia*, 30 (15), pp. 15-86.

Blázquez Martínez, J. M. (1962) *Religiones primitivas de Hispania, I. Fuentes literarias y epigráficas*, Roma.

Blázquez Martínez, J. M. (1970) "Las religiones indígenas del área Noroeste de la Península Ibérica en relación con Roma", in *Legio VII Gemina*, Léon, pp. 63-77.

Blázquez Martínez, J. M. (1977) "La Romanización del NO de la Península Ibérica", in *Bimilenario de Lugo*, Lugo, pp. 65-81.

Bosch-Gimpera, P. (1921) "Los Celtas y la civilización céltica en la Península Ibérica", *Boletin de la Sociedad Española de Excursiones*, Ano 29, pp. 248-300.

Bouhier, A. (1979). *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'une vieux complexe agraire*, La Roche-Sur-Yon, Vendée.

Braga, M. A. C. (1988) *Arenas e depósitos Associados da bacia de Drenagem do rio Cávado (Portugal) – Contribuição para o estudo da arenização*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Broise, P. (1976) "L'urbanisme vicinal aux confins de la viennoise et de la Séguanaise", *Aufstieg und Niedergang*, 2-3.

Brulet, R. (1994) "Les agglomérations secondaires de Wallonie et du Grand Duché de Luxemburg" in Petit, J.P ; Mangin, M.; Brunella, Ph. (dirs.) *Les agglomérations secondaires. La Gaule Belgique, les Germanies et l'Occident romain*, Actes du Colloque de Bliesbruck-Reinheim/Bitche (21-24 Oct. 1992), Paris, pp. 122-135.

Buchsenschutz, O. (1994) "Les habitats groupés a La Tène moyenne et finale" in Petit, J.P ; Mangin, M.; Brunella, Ph. (dirs.) *Les agglomérations secondaires. La Gaule Belgique, les Germanies et l'Occident romain*, Actes du Colloque de Bliesbruck-Reinheim/Bitche (21-24 Oct. 1992), Paris, pp. 149-152.

Burnham, B. C. e Wacher, J.S. (1990) *The small towns of Roman Britain*, University of California Press, Berkeley – Los Angeles.

Burón Alvarez, M. (1997) *El trazado urbano en las proximidades del foro en Asturica Augusta. La casa del pavimento de opus signinum*, (Arqueología en Castilla y León, 2), Junta de Castilla y León, Astorga: pp. 289-312.

Burón Alvarez, M. (1998) "El Trazado Urbano de Asturica Augusta. Génesis y Evolución" in *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana. III Congreso de las Obras Romanas*, Astorga, pp. 289-312.

Burón Alvarez, M. e García, V. (2000) "Las Termas Menores de Asturica Augusta", in *Actas del Congreso Internacional: Los Orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, Lugo 15-18 de Mayo de 1996, pp. 207-214.

Caamaño Gesto, J.M. (1977-78) "Las mansiones de la via 18 en su tramo orensano", *Gallaecia*, 3/4, pp. 109-136.

Caamaño Gesto, J.M. (1995-96) "El trazado de la via 18 del Itinerario de Antonino en Galicia", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12-13, pp. 45-87.

Capela, M. (1895) *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.

Carballo Arceo, J. (1986) *Povoamento castrexo e romano da Terra de Trasdeza.* Xunta de Galicia, A Coruña.

Carballo Arceo, J. (1989) *Catálogo de los materiales arqueolóxicos do Museo do Castro de Santa Trega: Idade do Ferro*. Pontevedra.

Carballo Arceo, J. (1990) "Los Castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico", *Trabajos de Prehistoria*, 47, pp. 161-199.

Carballo Arceo, J. (1998) "A agricultura en Castrovite (Orazo, A Estrada) durante a Idade do Ferro", *A Estrada. Miscelánea Histórica e Cultural*,1, pp. 9-25.

Cardoso, M. (1929) "Jóias arcaicas encontradas em Portugal", *Nós*, 11 (72), pp. 207-218.

Cardoso, M. (1932) “A última descoberta arqueológica na citânia de Briteiros e a interpretação da “Pedra Formosa”, *Revista de Guimarães*, 42 (3-4), pp. 7-25.

Cardoso, M. (1934) “A Pedra Formosa da citânia de Briteiros e a sua interpretação arqueológica”, *Brotéria*, 18 (3).

Cardoso, M. (1937) “Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-história”, *Revista de Guimarães*, 47 (3-4), pp. 228-240.

Cardoso, M. (1938) “Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-história”, *Revista de Guimarães*, 48 (1-3), pp. 161-169, (4), pp. 218-236.

Cardoso, M. (1942) “Uma notável peça de joalharia primitiva”, *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 27 (2), pp. 89-100.

Cardoso, M. (1944) “Novo achado de jóias pré-romanas”, *Revista de Guimarães*, 54 (1-2), pp. 19-28.

Cardoso, M. (1946a) “Arquitectura citaniense. (O problema das casas com tecto em abóbada)”, *Minia*, 1 (3-4), pp. 243-257.

Cardoso, M. (1946b) “O “monumento funerário” da citânia”, *Revista de Guimarães,* 56 (3-4), pp. 289-308.

Cardoso, M. (1952) “A organização defensiva dos castros no Norte de Portugal e a sua romanização”, *Arquivo Histórico Militar*, 22, pp. 112-152.

Cardoso, M. (1959) “Die “Castros” in Norden Portugals”, *Revista de Guimarães*, 69 (1-2), pp. 417-439

Cardoso, M. (1962) “Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal”, *XXVI CLEPC*, 2 (5), pp. 391-423.

Cardoso, M. (1965) “A romanização do noroeste da Península Ibérica”, *Ethnos*, 4, pp. 72-82.

Cardoso, M. (1966) “La romanizzazione del Nor-Ouest della Penisola Ispanica”, in *Atti VI Congreso International delle Science Pre e Protostoriche*, 3, Roma, pp. 53-58.

Cardoso, M. (1972) *Catálogo do Museu Martins Sarmento. Secção de Epigrafia e de Escultura Antiga*, Guimarães, 2ªed.

Caro Baroja, J. (1970) “Organización social de los pueblos del Norte de la Península Ibérica en la Antigüedad”, in *Legio VII Gemina*, León, pp. 9-62.

Carreté, J-M.; Keay; S.; Millett, M. (1995) *A Roman Provincial Capital and its Hinterland. The Survey of the territory of Tarragona, Spain, 1985-1990*, (JRA, suppl. 15), Ann Arbor.

Carrocera Fernández, E. (1995) “El territorio de los astures: los castros”, in *Astures. Pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano*, Gijón, pp. 53-65.

Carvalho, H. (2000) “Parcelamento rural de *Bracara Augusta*: questões metodológicas”, in *Actas do 3º Congresso Peninsular de Arqueologia. VI. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*, Porto, pp. 143-146.

Carvalho, H. (2008) “Organisation cadastrale autour de Bracara Augusta, Braga (Portugal), *Dialogues d`Histoire Ancienne*, 34 (1), pp. 155-160.

Carvalho, H. e Bernardes, J. (1995a) "The use of GIS in archaeological site analysis and classification: two case-studies in Portugal", *Angewandte Geographische Informationsverarbeitung (AGIT 95)*, Salzburg.

Carvalho, H. e Bernardes, J. (1995b) "GIS and archaeology: two case-studies in Portugal", *European Association os Archaeologists-First Meeting*, Santiago de Compostela.

Carvalho, H. e Bernardes, J.P. (2000) “O povoamento romano *de Bracara Augusta* e *Collippo*: exemplos de aplicação de um S.I.G.”, in *Actas do 3º Congresso Peninsular de Arqueologia. X. Sistemas de Informação Arqueológica-SIG's aplicados à Arqueologia da Península Ibérica*, Porto, pp. 125-131.

Carvalho, H.; Encarnação, J.; Martins, M.; Cunha, A. (2006) “Altar romano encontrado em Braga”, *Forum*, 40, pp. 31-42.

Carvalho, J. R. (1997) *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de antigo regime (Soure, 1680-1720). Reconstituições, interpretações e metodologias*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Carvalho, P. C. (2006) *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Casal Garcia, R. e Blanco Sanmartín, P. (2005) “ O mundo romano: Galicia romana” in Idalgo Cuñarro, J. /dir.), *Arte e cultura de Galicia e Norte de Portugal: Arqueoloxía*, Nova Galicia, Vigo, vol. II, pp. 109-148.

Castagnoli, F. (1958) *La ricerche sui della centuriazone*, Roma

Cavada Nieto, M. (1972) “Hallazgos monetários de Galicia”, *BSAA*, 28, pp. 211-248.

Centeno, R. (1976-77) “O tesouro monetário do castro de Romariz (Portugal)”, *Sautuola*, 2, pp. 209-219.

Centeno, R. (1977) “O tesouro de *denarii* do Alto do Corgo (concelho de Valença)”, *Conimbriga*, 16, pp. 93-99.

Centeno, R. (1978) “O tesouro de *Aurei* do Norte de Portugal”, *Nummus*, 2ª série, 1, pp. 37-98.

Centeno, R. (1987) *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos *Nummus*, 1), Porto.

Chastagnol, A. (1995) *La Gaule romaine et le droit latin. Recherches sur l`histoire administrative et sur la romanisation des habitants*, (Scripta varia 3), Lyon.

Chavarría Arnau, A. (2007). *El final de las villae en Hispânia (siglos IV-VII D.C.),* Brepols Publishers, Turnhout.

Chevallier, R. (1997) *Les Voies Romaines*, Paris [1ª edição 1972].

Chouquer, G. (1995) "Parcellaires, cadastres et paysages", *Actualité de l'Archéologie. Revue Archéologique du Centre de la France*, pp. 205-230.

Chouquer, G. (dir.) (1996) *Les formes du paysage. II*, Errance, Paris.

Chouquer, G. (dir.) (1997) *Les formes du paysage. III*, Errance, Paris.

Chouquer, G. (2000) *L`étude des paysages. Essais sur leurs formes et leur histoire,* Errance, Paris.

Chouquer, G. ; Clavel-Levêque, M. ; Favory, F. ; Vallat, J.-P. (1983) *Structures agraires en Italie centro-méridionale. Cadastres et paysages ruraux*, (Coll. De L´École Française de Rome nº100), EFR-De Boccard, Paris-Rome.

Chouquer, G. e Favory, F. (1991) *Les paysages de l`Antiquité. Terres et cadastres de l`occident romain*, Errance, Paris.

Chouquer, G. e Favory, F. (1992) *Les arpenteurs romains*. *Théorie et pratique*, Errance, Paris.

CIL - *Corpus Inscriptionum Latinarum* , II, supplementum, Berlim (Hübner 1892).

Clavel-Levêque, M. (1983) (éd.) *Cadastres et espaces rurales. Approches et réalités antiques*, Actes de la table ronde de Besançon (mai 1980), CNRS, Paris.

Clavel-Levêque, M. (1992) "Centuriation, géométrie et harmonie. Le cas du Biterrois", in Guillaumin, J.-Y. (éd.) *Mathématiques dans l`Antiquité*, Publ. Univ. Saint-Étienne, Saint-Étienne, pp. 161-184.

Clavel-Levêque, M. (1995) *Atlas des cadastres de Gaule. 1. Le réseau centurié Béziers B*, Annales Littéraires, Besançon.

Clavel-Levêque, M. (1998) "Le réseau colonial : Béziers C", in Clavel-Levêque, M. ; Vignot, A. (éd.) *Atlas historique des cadastres d`Europe*, OPOCE, Luxembourg.

Clavel-Levêque, M. ; Jouffroy, I. ; Vignot, A. (éd.) (1994) *De la terre au ciel.I. Paysages et cadastres antique*s, Annales Littéraires, Besançon.

Clavel-Levêque, M. ; Plana Mallart, R. (éd.) (1995) *Cité et territoire*, 1er colloque européen (Béziers 1994), Annales Littéraires, Besançon.

Clavel-Levêque, M. ; Vignot, A. (éd.) (1998) *Atlas historique des cadastres d`Europe*, OPOCE, Luxembourg.

Costa, L. (1979) *Igreja de S. Vítor. Elementos para a história deste templo*, Braga.

Costa, A. J. da (ed.) (1965-1990) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Junta Distrital de Braga, Braga, 3 tomos.

Criado Boado, F. (1993) “Visibilidad e interpretación del registro arqueológico”, *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid, pp. 39-56.

Cruz, M. R. M. D. (2001) *Vidros romanos de Bracara Augusta*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Cunha, A.; Encarnação, J.; Lemos. F. S. (2005) “Ara aos Lares Viales, de Bracara Augusta”, *Forum*, 37, Braga, pp. 147-155.

Cunha, A. C. (2004). *O património rural do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XV*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Cunha, A. R. (1975) “Trepando aos montes”, *O Distrito de Braga*, 1 (3-4), pp. 485-535.

Cunha, R. (1634-35) *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Braga, 2 vols.

Curchin, L.A. (1986) “Vici and pagi in Roman Spain”, *Revue des Etudes Anciennes*, 87 (1-2), pp. 327-343.

Curchin, L. A. (1991) *Roman Spain. Conquest and assimilation*, Routledge, London and New York.

David, P. (1947) *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècle*, Lisboa.

Decramer, L.; Elhaj, R.; Hilton, R. ; Plas, A. (2007) “Approche géométrique des centuriations romaines. Les nouvelles bornes du Bled Segui”*, Histoire et Mesure,* 17 (1-2), (http:// histoiremesure.revues.or/document903.html.).

Delgado, M. e Lemos, F.S. (1985) “Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985”, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 159-176.

Delgado, M. e Lemos, F.S. (1986) “Zona das Carvalheiras: notícia das campanhas de escavação de 1985”, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.

Dias, A. R. (1903) “Notícias arqueológicas extraídas do “Portugal Antigo e Moderno” de Pinho Leal, com algumas notas e indicações”, *Boletim da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses*.

Dias, L. A. (1997) *Tongobriga*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

Dias, L. A. (1999) “A urbanização do Noroeste Peninsular: o caso de Tongobriga”, in *Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*-Actas da Mesa Redonda, Porto, 1999, pp. 77-107.

Diáz-Fierros Viqueira, F. *(*1996) “Clima e solos de Galicia na época romana”, in Rodríguez Colmenero, A. (coord), *Lucus Augusti*. I. *El amanhecer de una ciudad*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Lugo, pp. 9-42.

Diáz-Fierros Viqueira, F.; Aira Rodríguez, M; Ramil Rego, P. (1994) *História e arqueologia da paisagem. Serra do Bustelo (Braga, Portugal). Relatório final*, (policopiado).

Diego Santos, F. (1975) “Die Integration Nord und Nordwestspanien als römischen Provinz” in der Reichspolitik des Augustos”, in *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, 2, Berlin, pp. 523-571.

Dinis, A. P. (1993) *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a. C.*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Dinis, A. P. (2001) *O povoamento da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal),* Cadernos de Arqueologia – Monografias, 13, Universidade do Minho, Braga.

Domergue, C. (1970a) "Introduction à l’étude des mines d’or du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l’antiquité", in *Legio VII Gemina*, León, pp. 255-286.

Domergue, C. (1970b) "Les exploitations aurifères du Nord-Ouest de la Péninsula Ibérique sous l’occupation romaine", *La minería hispana e iberoamericana*, 1, pp. 151-193.

Domergue, C. (1986) “Dix-huit ans de recherce (1968-1986) sur les mines d’or romaines du nord-ouest de la Péninsule Ibérique“, in *I Congreso Internacional Astorga Romana* II, Astorga, pp. 7-101.

Domergue, C. (1987) *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, Publication de la Casa de Velásquez, série archéologie, Madrid.

Domergue, C. (1990) *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l’antiquité romaine*, École Française de Rome, Roma.

Domergue, C. e Sillières, P. (1977) *Minas de Oro romanas en la provincia de León I*, (Excavaciones Arqueológicas en España 93), Madrid.

Domergue, C. e Martin, Th. (1977) *Minas de oro romanas de la provincia de León II*, (Excavaciones Arqueológicas en España 94), Madrid.

Domergue, C. e Herail, G. (1978) *Mines d’or romaines d’Espagne. Le district de la Valduerna (Léon),* Université de Tolouse.

Dopico Cainzos, M. D. (1986) "Los *conventus iuridici*. Origen, cronología y naturaleza histórica", *Gerion*, 4.

Dopico Cainzos, M. D. (1988) *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria.

Dousteyssier, B. e Trément, F. (2006-2007) "Des " grands" et des "petits" *domini*? "Grandes" et "petites” *villae* en Gaule Aquitaine. Le cas de la cité des Arvernes", *Revue archéologique du Centre de la France*, Tome 45-46, (http://racf.revues.org/index711.html).

Drinkwater, J.F. (1983) *Roman Gaul. The Three Provinces, 58 BC-AD 260*, London.

Dyson, S.L. (1983) *The Roman villas of Buccino. Wesleyan University excavation in Buccino, Italy 1969-72*, (BAR IS 187), Oxford.

Eco, H. (1999) *Kant e o Ornitorrinco*, Difel, Lisboa.

Elena Garrido, A.; Mar, R.; Martins, M. (2007) *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário*, (Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 4), UAUM/NARQ, Braga.

Encarnação, J. (1970) "Lápides e divindades indígenas no Museu de Guimarães", *Revista de Guimarães*, 80 (3-4), pp. 207-238.

Encarnação, J. (1975) *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa.

Encarnação, J. (1995) "Panorâmica e problemática geral da epigrafia rupestre em Portugal", in Rodríguez Colmenero, A. e L. Gasperini (eds.), Saxa Scripta (Inscriciones en Roca), in *Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre epígrafia rupestre, Santiago de Compostela y Norte de Portugal*, 29 de junio a 4 de julio de 1992, (Anejos de *Larouco*, 2), A Coruña, pp. 261-278.

Encarnação, J. (1995-1996) "Miliários da Geira: informação e propaganda", *Cadernos de Arqueologia*, 12-13, pp. 39-43.

Estefania Alvarez, M.D. (1960) Vias romanas da Galicia, *Zephyrus*, 11, pp. 5-103.

Étienne, R. (1958) *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris.

Esparza Arroyo, A. (1986) *Los castros de la Edad del Hierro del Noreste de Zamora*, Diputación Provincial de Zamora, Zamora.

Fabião, C. (1992) "O povoamento proto-histórico e romano", in Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, Círculo dos Leitores, Lisboa, vol. I, pp. 76-299.

Fabião, C. (2001) "Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança", *Era. Arqueologia*, 3, pp. 108-131.

Fabião, C. (2005) "Caminhos do Atlântico Romano: evidências e perplexidades "in Fernández Ochoa, C. e García Díaz, P. (eds.), *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlântico en época romana*, Gijon, pp. 83-86.

Fabião, C. (2006) *A Herança Romana em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Lisboa.

Fabre, G. (1970) "Le tissu urbain dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique", *Latomus*, 29, pp. 314-339.

Favory, F. (1983) "Propositions pour une modélisation des cadastres ruraux antiques", in Clavel-Levêque, M. (éd.) *Cadastres et espaces rurales. Approches et réalités antiques*, Actes de la table ronde de Besançon (mai 1980), CNRS, Paris, pp. 51-135.

Favory, F. ; Chouquer, G. ; Clavel-Levêque, M. (1982) "Cadastres, occupation du sol et paysages agraires antiques", *Annales. Économies, Societés, Civilisations*, 37 (5), pp. 847-882.

Favory, F. ; Fiches, J.-L. ; Girardot, J.-L. (1987-88) “L’analyse des donnés appliquée à la typologie des sites gallo-romains dans le Beaucairois (Gard) : matériel de prospection et environnement paysager. Essai méthodologique“, *Gallia*, 45, pp. 67-85.

Favory, F. ; Fiches, J.-L. (éd.) (1994) *Les campagnes de la France méditerranéenne dans l`Antiquité et le haut Moyen Âge : études micro-régionales*, Éd. De la Maison des Sciences de L´Homme, Paris.

Favory, F. ; Gonzales, A. ; Robin, Ph. (1994) “Témoignages antiques sur le bornage dans le monde romain“, *Revue archéologique du centre de la France*, 33, pp. 214-238.

Favory, F. ; Gonzales, A. ; Guillaumin, J.-Y. ; Robin, Ph. (1995) “Témoignages antiques sur le bornage dans le monde romain II“, *Revue archéologique du centre de la France*, 34, pp. 263-265.

Favory, F. ; Gonzales, A. ; Guillaumin, J.-Y. ; Robin, Ph. (1996) “Témoignages antiques sur le bornage dans le monde romain III“, *Revue archéologique du centre de la France*, 35, pp. 203-216.

Favory, F. ; Gonzales, A. ; Guillaumin, J.-Y. ; Robin, Ph. (1997) “Témoignages antiques sur le bornage dans le monde romain III“, *Revue archéologique du centre de la France*, 36, pp. 203-209.

Favory, F. e Van der Leeuw, S. (1998) “Archaeomedes, la dynamique spatio-temporelle de l’habitat antique dans la vallée du Rhône : bilan et perspectives“, *Revue Archéologique de Narbonnaise*, 31, pp. 257-298.

Fernandes, A. A. (1968) *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Separata do Arquivo do Alto Minho, 14-16, Viana do Castelo.

Fernandes, A. A. (1997) *Paróquias suévicas e dioceses visigóticas*, Arouca.

Fernández Ochoa, C. (1982) *Asturias en época romana*, Madrid.

Fernández Ochoa, C. (1983-84) “Poblamiento rural en Asturias durante la época romana”, *Portugalia* IV-V, 231-243.

Fernández Ochoa, C. (1995b) “Astures y Roma: la configuración del territorio”, in *Astures. Pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano*, Gijón, pp. 99-111.

Fernández Ochoa, C. (1997) *La muralla romana de Gijón (Asturias)*, Madrid.

Fernández Ochoa, C. (2003) *El lenguaje de las piedras. La recuperación del patrimonio arqueológico de Gijón*, G.E.A. Distribuciones Gráficas 2000 / Gran Enciclopedia Asturiana, Gijón.

Fernández Ochoa, C.; García Díaz, P.; Gil Sendino, F. (1996) “La investigación sobre Gijón y su consejo en época romana” in Férnandez Ochoa, C. (coord) *Los finisterres altânticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana. Actas del Coloquio Internacional*, Electa, Gijón, pp. 157-164.

Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A.; Zarzalejos Prieto, M.; García Entero, V. (1997) "Las termas romanas de Hispania: Balance historiográfico y perspectivas de investigación", in Pérex Agorreta (ed.) *Termalismo Antiguo. I Congreso Peninsular*, Madrid, pp. 381-389.

Fernández Ochoa, C.; Morillo Cerdán, A. (1999) *La tierra de los astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturia*, Ed. Trea, S.L.

Fernández Ochoa, C; Morillo Cerdán, A.; Zarzalejos Prieto, M. (2000) "Grandes conjuntos termales públicos en Hispania", in *Actas Coloquio Internacional: Termas Romanas en el Occidente del Imperio*, Gijón, pp. 59-72.

Fernández Ochoa, C; Garcia Díaz, P; Gil Sendino, F. (2003) "Gijón, enclave marítimo en la ruta comercial cantábrica. Evidencias arqueológicas e hipótesis sobre el puerto romano y los embarcaderos antiguos", in Fernández Ochoa, C. (ed.) *Gijón Puerto Romano. Navegación y comercio en el Cantábrico durante la Antigüedad*, Gijón, pp. 97-117.

Fernández Ochoa, C. e Gil Sendino; F. (2004) "La villa romana de Veranes. El complejo rural Tardorromano y propuesta de estudio del territorio", *Archivo Español de Arqveología*, 77, pp. 197-219.

Fernández-Posse, M.D. (1998) *La investigación Protohistórica en la Meseta y Galicia*, Síntesis, Madrid.

Fernández-Posse, M.D. e Sánchez-Palencia Ramos, F.J. (1996) "Consideraciones sobre la estrutura social y el territorio en la Asturia prerromana y romana" in Férnandez Ochoa, C. (coord) *Los finisterres altânticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana. Actas del Coloquio Internacional*, Electa, Gijón, 171-180.

Ferreira, N.; Dias, G.; Meireles, C.A.P. (2000) *Carta geológica de Portugal (1/50.000). Notícia explicativa da Folha 5-D, Braga,* Departamento de Geologia, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.

Figueiral, I. (1990) *Le Nord-Ouest de Portugal et le modification de l'écosystème, du Bronze Final à l'époque romaine, d'après l'anthrocoanalyse de sites archéologiques*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Université de Montpellier II.

Figueiral, I. (1993) "Charcoal analyses and the vegetational evolution of North – West Portugal", *Oxford Journal of* Archaeology, 12 (2), pp. 209-222.

Figueiral, I. (2000) "O povoado de S. Julião (Vila Verde, Braga): contributos da antracologia" in Bettencourt, A., *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*, (Cadernos de Arqueologia, Monografias, 10), Braga, pp. 149-156.

Figueiral, I. e Bettencourt, A. M. S. (2004) "Middle/Late Bronze Age plant communities, and their exploitation, in the Cávado Bassin (NW Portugal) as shown by charcoal analysis: the significance and co-occurrence of Quercus (deciduous)–Fabaceae", in *Vegetation History and Archaeobotanic*, nº 13, pp. 219 - 232, (www.springerlink.com.)

Figueiral, I. e Carcaillet, C. (2005) “A review of Late Pleistocene and Holocene biogeography of highland Mediterranean pines (painus taype sylvestris) in Portugal, based on wood charcoal”, *Quaternary Science Review*, 24, pp. 2466-2476.

Finley, M. (1977) *Economy and society in ancient Greece*, London.

Fontes, L. F. O. (1990) “Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume”, in *Actas do Congresso Internacional sobre o IX centenário da dedicação da Sé de Braga,* Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, Braga, vol. I, pp. 147-169.

Fontes, L. F. O. (1991-92) “Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp. 199-230.

Fontes, L. F. O. (1992) “O Norte de Portugal no Período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo”, in *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull’Arte Ravennate e Bizantina*, (Ravena, 6-12 Aprile 1992), Ravena, pp. 217-248.

Fontes, L. F. O. (1993) “Inventários de Sítios Arqueológicos de Concelho de Braga”, *Mínia*, 3ª série, 1, Ano I, pp. 31-88.

Fontes, L. F.; Lemos, F. S.; Cruz, M. (1997-98) “”Mais Velho”que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: noticia preliminar”, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, pp. 137-164.

Fontes, L.F.O. (2005) *São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*, IPPAR, Lisboa.

Fontes, L. e Roriz, A. (2007) *Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira do Minho. Roteiros*, Município de Vieira do Minho.

Fontes, L.F.O. (no prelo) “O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território”, in Paulo Pereira (coord.) *Minho. Traços de Identidade*, Ed. Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga.

Forni, G. (1970) “L’occupazione militaire romaina della Spana Nord-ocidentalle: analogie e parelleli”, in *Legio VII Gemina*, León, pp. 207-225.

Freitas, J. (1971) “Citânia de S. Julião de Caldelas”, *Arqueólogo Português*, 3ª série, pp. 133-138.

García Entero, V. (2001) *Los Balnea de las Villae Hispanorromanas. Provincia Tarraconense*, (Monografías de Arquitectura Romana, 5, Serie Termas I), Madrid.

García Marcos, V.; Morillo, A.; Campomanes, E. (1997) “Nuevos planteamientos sobre la cronología del recinto defensivo de Asturica Augusta (Astorga)”, in *Congreso Internacional sobre la Hispania de Teodosio* (Segovia, 1997), Valladolid/Segovia, pp. 515-531,

García Marcos, V. e Vidal Encinas, J. M. (1998) “Asturica Augusta: de asentamiento militar a urbs magnifica” in Rodríguez Colmenero, A. (coord). *Los orígenes de*

la ciudad en el Noroeste hispânico, *Actas del Congreso Internacional,* Lugo 15-18 de Mayo 1996, Lugo, 911-944.

Gil, F. (1984) *Mimésis e negação*, INCM, Lisboa.

Gomes, A. M. (2000) *Cerâmicas pintadas de época romana: tecnologia, morfologia e cronologia,* Dissertação de Mestrado (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Gomes, J. M. F. (1996) *Cividade de Terroso e Vila Mendo. Aspectos da Proto-História e Romanização do Litoral Minhoto*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

González Fernández, M. L. (1995a) "La forma urbis: planimetria de una ciudad romana", in *Lucus Augusti, Urbs Romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Ayuntamiento de Lugo / Fundacion Caixa Galicia, Lugo, pp. 53-54.

González Fernández, M. L. (1999) "De acampamento a *ciuitates*. La primera fortificación urbana de *Asturica Augusta* (Astorga, León)", *Numantia*, 7, 95-115.

González Fernández, E. e Carreño Gascón, M.C. (1998) "La capital del extremo noroeste hispánico: Lucus Augusti y su tejido urbano a la luz de las ultimas intervenciones arqueológicas" in Rodríguez Colmenero, A. (coord). *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispânico*, *Actas del Congreso Internacional, Lugo 15-18 de Mayo 1996*, Lugo, 1171-1208.

González Ruibal, A. (2003) *Arqueología del Primer Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*, Universidad Complutense de Madrid, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Madrid.

González Ruibal, A. (2006-07) *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de Península Ibérica (200 a.C.- 50d.C.),* (Brigantium 18-19), Museu Arqueológico e Histórico, A Coruña, Tomos I-II.

Goodman, P. J. (2007) *The roman city and is periphery. From Rome to Gaul*, Routledge, London, New York.

Gorges, J. G. (1979) *Les villas hispano-romaines*, Paris.

Granja, H. M. L. P. (1989) "A História Geológica recente da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e o seu Futuro", in *Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa.

Grau Lobo, J. e Hoyas, J. L. (ed.) (2001) *El bronce de Bembibre: un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C*., Valladolid.

Hingley, R. (1989) *Rural Settlement in Roman Britain*, Seaby, London.

Höck, M. (1986) *Studien zur sogennanten Castro-Kultur in Nordportugal*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Philipps-Universität, Marburg.

Hopkins, K. (1980) "Taxes and trade in the Roman empire", *Journal of Roman Studies*, 70, pp. 101-125.

Hübner, E. (1869) *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin, Supplementum (=CIL)

Hutter, S. (1973) “Der Leuchtturm von La Coruña“, *Madrider Beiträger*, 3.

Hauschild, Th. (1976) “El Faro romano de La Coruña”, in *Actas del Bimilenario de Lugo*, Lugo. pp. 131-136.

Iglesias Gil, J. M. (1976) *Epigrafia cántabra. Estereometria. Decoratión. Onomástica.,* Santander.

Jones, R. F. J. (1972) “Roman Gold-Mining in North-West Spain II: workings on the rio Duerna”, *Journal of Roman Studies*, 62, pp. 59-74.

Jones, R. F. J. (1987) "A false start? The Roman urbanization of Western Europe", *World Archaeology*, 19, pp. 47-57.

Jorge, S. O. (1979) “Escavações arqueológicas no povoado da Chã do Castro (Amares, Braga)”, *Revista de Guimarães*, 89, pp. 281-292.

Jorge, S. O. (1980) “Escavações da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos”, *Portugália* (N/S), 1, pp. 9-17.

Jorge, S. O. (1987) *O povoado da Bouça do Frade (Baião), no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, (Monografias Arqueológicas, 2), GEAP, Porto.

Jorge, S. O. (1988) “Reflexões sobre a Pré-História recente do Norte de Portugal”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 28 (1-2), pp. 85-112.

Jorge, S. O. (ed.) (1998) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?,* (Trabalhos de Arqueologia, 10), Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Jorge, S. O. e Sousa, J. J. R. (1980) “Resultados preliminares de uma sondagem na estação arqueológica da Chã do castro (Amares, Braga)”, in *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, pp. 121-131.

Kristiansen, K. (1998) *Europe before History*. Cambrige University, Press.

Lambert, C. e Rioufreyt, J. (1982) “Habitats indigènes, villas gallo-romaines et structures agraires antiques dans le Maine”, in *Actes du Colloque: La villa romaine dans les provinces du nord-ouest, (Caesarodunum*, nº XVII), Paris, pp. 141-188.

Launaro, A. (2004) "Concerning lanscape", *Agri centuriati : International Journal of Landscape Archaelogy*, 1, pp. 31-41.

Le Roux, P. (1974) "Les stèles funéraire de Braga. Remarques sur une nouvelle inscription en vers", *Archeologica Opuscula,* 1, pp. 41-48.

Le Roux, P. (1994) “*Bracara Augusta*, ville latine”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), SPAE, Porto, pp. 229-241, (*Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular).*

Le Roux, P. (1995) *Romains d`espagne. Cités et politique dans les provinces II siècle av. J.-C. – IIIe siècle ap. J.-C.*, Armand Colin, Paris.

Le Roux, P. e Tranoy, A. (1973) "Rome et les indigènes dans le NO de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire", *Mélanges de la Casa Vélazquez* 9, pp.177-231.

Le Roux, P. e Tranoy, A. (1974) "Contributions à l'étude des régions rurales du NO hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel", in *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 249-258.

Le Roux, P. e Tranoy, A. (1975) "Problèmes épigraphiques de la province d'Orense", *BAUR*, 5, pp. 271-279.

Le Roux, P. e Tranoy, A. (1982) "Nouvelles inscriptions du Nord du Portugal", *Minia*, 6, pp. 31-37.

Le Roux, P. e Tranoy, A. (1984) "Le mot et la chose. Contribution au débat historiographique", *Lucerna*, pp. 239-255.

Leite, F. S. (1997) *Contribuição para a localização do centro de produção da cerâmica "dita" Bracarense*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Lemos, F. S. (1993) *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Lemos, F. S. (1995) "Caminhos e Muralhas de Braga", *Forum*, 18, pp. 49-62.

Lemos, F. S. (2000) "A via romana entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, por *Aquae Flaviae* (Contributo para o seu estudo)", *Revista de Guimarães*, 110, pp. 15-52.

Lemos, F. S. (2001) "Arredores de *Bracara Augusta* – escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana para *Aquae Flaviae*", *Forum*, 29, pp. 9-38.

Lemos, F. S. (2002) "*Bracara Augusta* – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular", *Forum*, 31, pp. 95-127.

Lemos, F. S. (2003) "*Bracara Augusta* – periferia imediata", *Forum*, 33, pp. 11-25.

Lemos, F. S. (2005) "O mundo romano. Romanização do norte de Portugal" in Hidalgo Cuñarro, J. M. (dir. e coord.), *Arte e cultura da Galiza e norte de Portugal. Arqueologia*, Marina Editores, Setúbal, vol. 1, pp. 148-207.

Lemos, F. M. S.; Baptista, A.M. (1995-1996) "Estudo de um troço da via XVIII do Itinerário de Antonino", *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 12-13, pp. 118-138.

Lemos, F. S. e Leite, J. M. F. (2000) "Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas", *Forum*, 27, pp.15-38.

Lemos, F. S. e Morais, P. (2004) "Vias Augustas e Mineração Aurífera", *Forum*, 36, pp. 15-56.

Lemos, F. S.; Carvalho, C.; Meireles, C. (2005) “Conjunto Mineiro Romano em Montalegre”, in *Actas do XVI Jornadas Sobre a Função Social Do Museu*, C. M. Montalegre.

Lemos, F. S. e Cruz, G. (2007a) *Citânia de Briteiros. Povoado Proto-Histórico. ProtoHistoric Settlement (Guia)*, Ed. Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.

Lemos, F.S. e Cruz, G. (2007b) *Citânia de Briteiros: trabalhos arqueológicos recentes (2007), Al-Madan,* IIª série, n.º 15, Adenda Electrónica.

Lemos, F.S. e Cruz, G. (no prelo) “Citânia de Briteiros. Perspectivas recentes sobre a Romanização”, in *Proceedings of the XV Congress International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences*, Lisbon.

Leveau, Ph. (1983) "La ville antique et l'organisation de l'espace rurale: villa, ville, village", *Annales,* ESC, 4, pp. 920-942.

Leveau, Ph. (1984) *Caesarea de Maurétanie. Une ville romaine et ses campagnes*, (Coll. École Française de Rome, 70), Rome.

Leveau, Ph. (1997) "Temps, espace et structuration des paysages", in Chouquer, G. (dir), *Les formes du paysage, tome 3 - L'analyse des systèmes spatiaux*, Ed. Errance, Paris.

Leveau, Ph.; Goudineau, Chr. (1983) "La ville antique, ´ville de consomation?´", *Études rurales,* 89-91, pp. 275-289.

Lopes, A. B. (2003) *Proto-história e romanização do Baixo Minho*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 3 volumes.

Lopes, M. C. (2003) *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*, (col. *Conimbriga. Anexos* 3), Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras daUniversidade de Coimbra, Coimbra.

Lopes, M.C.; Carvalho, P.C.; Gomes, S.M. (1998) *Arqueologia do Concelho de Serpa*, Câmara Municipal, Serpa.

Lopez Cuevillas, F. (1933) “A área xeográfica da cultura norte dos castros”, in *Homenagem a Martins Sarmento,* pp. 99-107.

Lopez Cuevillas, F. (1946-47) “Armeria posthallstática del Noroeste hispânico”, *Cuadernos de Estudios Gallegos,* 2 (8), pp. 543-589.

Lopez Cuevillas, F. (1947) “Las cabanas de los castros”, *Anuarios y Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnologia y Prehistoria*, 22 (1-4), pp. 141-146.

Lopez Cuevillas, F. (1953) “Cerámicas castrexas de la ciudad y provincia de Lugo”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Lugo*, 5, pp. 253-259.

Lopez Cuevillas, F. (1958) “Cerámicas inéditas del castro de Vigo”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 13 (41), pp. 321-328.

Maciel, T. (1997) *Padrões de povoamento proto-histórico no vale do Neiva*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Maciel, T. (2003) *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*, Rio Neiva, Antas – Esposende.

Mangin, M. (1983) "Agglomerations gallo-romaines du Centre-Est et acculturation sous le Haut-Empire", in *La patrie gauloise d'Agrippa au VIème siècle* (Actes du Colloque, Lyon 1981), Lyon, pp. 39-54.

Mantas, V.G. (1987) "As primitivas formas de povoamento em Portugal", *Povos e Culturas*, 2, pp. 13-55, (*A Cidade em Portugal: onde se vive).*

Mantas, V. G. (1996*) A rede viária da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Mantas, V. G. (2000) "A via romana *Bracara Augusta-Cale*: traçado, funções e influência no povoamento regional", *Revista de Guimarães*, 110, pp. 53-87.

Mapa das Ruas de Braga (1989-1991) Mapa das Ruas de Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, Braga, 2 Vols.

Mar, R. (ed.) (1993) *Els monuments provincials de Tàrraco. Noves aportaciones al seu coneixement*, (Documents d'Arqueologia Clàssica, I), Tarragona.

Mar, R. e Pensabene (2001) "El urbanismo de Tarraco", in *Tarraco puerta de Roma*, Catálogo de la exposición, Tarragona, pp. 37-45.

Marques, J.A.M. (1984) "Inventário arqueológico do concelho de Monção: estado da questão", *Revista de História*, 1.

Marques, J. (1989) "A Assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*, II, Série VI, pp. 11-93.

Martinez Temuje, J. (1975) *La via romana "per loca maritima" por el Baixo Miño y costa atlantica*, Pontevedra.

Martins, C. M. B. (2005) A *Exploração Mineira Romana e a Metalurgia do Ouro em Portugal* (vol. I-II), Dissertação de Doutoramento em Arqueologia (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto.

Martins, M. (1988) *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, 1, Braga.

Martins, M. (1990) *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, (Cadernos de Arqueologia, Monografias 5), Braga.

Martins, M. (1991) *O povoado de Santo Ovídio (Fafe). Resultados dos trabalhos realizados em 1980-1984*, (Cadernos de Arqueologia, Monografias, 6), Braga.

Martins, M. (1995) "A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação", in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-114.

Martins, M. (1996) “Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C.”, in *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 118-133.

Martins, M. (1997-1998) “A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto”, *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, pp. 23-45.

Martins, M. (1999) “A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de Bracara Augusta”, in *Actas da Mesa Redonda. Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*, Escola Profissional de Arqueologia, Porto.

Martins, M. (2000) *Bracara Augusta cidade romana*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

Martins, M. (2004) “Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana”, in *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del ocidente europeu. Estudios Arqueológicos*, pp. 149-173.

Martins, M. (2005) *As termas romanas do Alto da Cividade, (Bracara Augusta*, Escavações Arqueológicas 1), UAUM-NARQ, Braga.

Martins, M. (2006) “*Bracara Augusta*: a Roman town in Atlantic area “, in Abal Casal, L., et al. (eds.), in *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis*, Rhode Island, Portsmouth, pp. 213-222.

Martins, M. (no prelo) “A romanização” in *Minho. Traços de identidade*, Universidade do Minho, Braga.

Martins, M. e Delgado, M. (1989-90a) “História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta”, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, pp. 11-38.

Martins, M. e Delgado, M. (1999) “*Bracara Augusta*: uma cidade na periferia do Império”, in Férnandez Ochoa, C. (coord) *Los finisterres altânticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana. Actas del Coloquio Internacional*, Electa, Gijón, pp 121-127.

Martins, M.; Lemos, F. S.; Pérez Losada, F. (2005) O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses, in Fernández Ochoa, C. e García Díaz, P. (eds.), *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlântico en época romana*, Gijon, pp. 279-296.

Martins, M.; Ribeiro, J.; Magalhães, F. (2006). “A arqueologia em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 40, pp. 9-30.

Mattingly, D. J. (1997) *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*, (JRA Supplementary Series, 23), Portsmouth.

Maya, J. L. e Cuesta, F. (1995) “Estratigrafía e interpretación histórica de la Campa Torres (1991-1994)”, in *Excavaciones arqueológicas en Asturias, 1991-1994*, Principado de Asturias, Oviedo, pp. 105-116.

Maya González, J. L. e Cuesta Toribio, F. (2001) *El castro de la campa Torres. Período preromano*, (Serie Patrimonio, 6), Gijón.

Menéndez de Luarca, J.R. e Navia Osorio (dir.) (2000) *A construção do território. Mapa histórico do Noroeste da Península Ibérica,* Madrid/Barcelona.

Metzler, J. (dir.) (1994) "Table Ronde nº 2, 1ère partie: Les origines des agglomérations secondaires" in Petit, J.P ; Mangin, M.; Brunella, Ph. (dirs.) *Les agglomérations secondaires. La Gaule Belgique, les Germanies et l'Occident romain*, Actes du Colloque de Bliesbruck-Reinheim/Bitche (21-24 Oct. 1992), Paris, pp. 249-254.

Millett, M. (1979) "An approach to the functional interpretation of pottery", in Millet, M (ed.) *Pottery and the Archaeologist*, Londres, pp. 35-48.

Millett, M. (1982) "Town and country: a review of some material evidence", in Miles, D. (ed.), *The Romano-British countryside*, (BAR, 103), Oxford, p. 421-431.

Millett, M. (1985) "Field survey calibration: a contribution", in Millett, M. e Smith, J.T., *Haselgrove*, pp. 39-47.

Millett, M. (1990) *The Romanization of Britain. An essay in archaeological interpretation,* Cambridge University Press, Cambridge.

Millett, M. (2000) "Dating, quantifying and utilizing pottery assemblages from surface survey, in Patterson, J. e Barker, G., *Francovich*, pp. 53-59.

Millett, M.; Queiroga, F.; Strutt, K.; Taylor, J.; Willis, S. (2000) "The Ave valley, Northern Portugal: an archaeological survey of Iron Age and roman settlement", *Internet Archaelogy*, 9, (url: htt://intarch.ac.uk/journal/issue9/ millett_index.html).

Misurare la terra (1983) *Misurare la terra: centuriazione e coloni nel mondo romano*, Modena.

Moita, I. (1962) "A cultura castreja na área galaico-portuguesa", in *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências,* Porto, pp. 453-460.

Moita, I. (1971) Povoados, redutos e santuários castrenses (ensaio de classificação), in *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp 271-281.

Moatti, C. (1993) *Archives et partage de la terre dans le monde romain (IIe siècle avant- Ier siècle après J.-C.))*, (Coll. École Française de Rome, 173), EFR-De Boccard, Paris-Roma.

Montenegro Duque, A.; Blázquez Martinez, J. M.; Solana Sáinz, J. M. (1986) *Historia de España. 3.España Romana*, Ed. Gredos, Madrid.

Morgan, M.; Brusegard, P. (1989) "Spatial analysis using GIS", in *URISA`89 Pre-onference workshop*, Urban and Regional Information Systems Association, Boston.

Morais, R. M. L. (1998) *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*, (Cadernos de Arqueologia, Monografia 8), Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

Morais, R. M. L. (2001) “Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 30, pp. 55-76.

Morais, R. M. L. (2005) *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, (Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas 2), UAUM/NARQ, Braga, 2 vols.

Morais, R. M. L. (2007) “Ânforas da Quinta da Ivanta – um pequeno ´habitat`mineiro em Valongo”, *Conímbriga*, XLVI, pp. 267-280.

Morel, J.P. (1981) "La produzione della ceramica campana: aspetti economici e sociali", in Giardina, A. e A. Schiavone, *Società romana e produzione schiavistica. Ii. Merci, mercati e scambi nel Mediterraneo,* (Roma/Bari), pp. 81-98.

Morel, J.P. (1994) “Les agglomérations secondaires dans l’Italie Péninsulaire“, in Petit, J. P ; Mangin, M.; Brunella, Ph. (dirs.) *Les agglomérations secondaires. La Gaule Belgique, les Germanies et l’Occident romain*, Actes du Colloque de Bliesbruck-Reinheim/Bitche (21-24 Oct. 1992), Paris, pp. 153-162.

Morillo Cerdán, A. (1995) “Cántabros y astures, pueblos prerromanos de norte de la Península”, in *Astures. Pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano*, Gijón, pp. 41-51.

Morillo Cerdán, A. (2003) “Lucernas romanas de Astorga”, *Astorga,* IV, pp. 9-632.

Naveiro López, J. (1991) *El comercio antiguo en el NW Peninsular*, (Monografías Urxentes 5), Museu Arqueoloxíco da Coruña, A Coruña.

Nicolet, C. (1984) *Roma y la conquista del mundo mediterráneo (264-27 a.C.). 2. La génesis de un Imperio,* (Nueva Clio, 8 bis), Ed. Labor, Barcelona, (1ª ed. P.U.F. 1978).

Nicolet, C. (1988) *L’inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l’Empire Romain*, Fayard, Paris.

Nogueira, A. M. M. (1998) *Formação e defesa do património do Cabido de Braga nos finais da Idade Média*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Olesti i Vila, O. (1995-1996), "Actuaciones catastrales y romanización en el territorio del Maresme en época republicana: la contribución del estudio arqueológico", *Studia Historica. Historia Antigua*, vol. 13-14, p. 105-124.

Oliveira, A. A. (1979) *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2 vols..

Oliveira, E. P. (1978) “O salvamento de Bracara Augusta. IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira”, *Minia*, Nº. 2, série 1(1), pp. 20-44.

Orejas Saco del Valle, A. (1996) *Estrutura social y território. El impacto romano en la Cuenca Noroccidental del Duero*, (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 15), Madrid.

Orejas Saco del Valle, A. (2001) *Atlas Historique des zones minières d'Europe. I*, Comisión Europea, Bruselas.

Orejas Saco del Valle, A. (2005) "El poblamiento romano en los distritos mineros del Noroeste", in Fernández Ochoa, C e García Díaz, P. (eds.), *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana*, Gijón, pp. 309-319.

Orejas Saco del Valle, A. e Sánchez-Palencia, F. J. (2002) "Mines, territorial organization and social structure in Roman Iberia", *American Journal of Archaeology*, 106 (4), pp. 581-601.

Paiva, M. B. C. (1993) *Ânforas Romanas de Castros da Fachada Atlântica do Norte de Portugal*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Palet i Martínez, J.M. (1994) *Estudi territorial del Pla de Barcelona. Estructuració i evolución del territorio entre l'època iberoromana i l'altmedieval segles II-I a. C. / X-XI d.C.*, (Estudis i Memòries d`Arqueologia de Barcelona), Centre d'Arqueologia de la Ciutat, Barcelona.

Panerai, M. C. (1983) "Le misure romane", in *Misurare la terra: centuriazione e coloni nel mondo romano*, Modena, pp. 122-124.

Pastor Muñoz, M. (1974) "El culto imperial en el "Conventus Asturum", *Hispania Antiqua,* 4, pp. 203-233.

Pastor Muñoz, M. (1976) "La religión romana en el "Conventus Asturum", *Hispania. Revista española de historia*, 36 (134), pp. 489-524.

Peña Santos, A. (1996) "A secuencia cultural do mundo castrexo galego, in Hidalgo Cuñarro, J. M. (coord.) *A cultura castrexa galega a debate*, Instituto de Estudos Tudenses, Vigo, pp. 65-103.

Pereira, I.; Bost, J.P.; Hiernard, J. (1974) *Les Monnaies*, FC – III, Diffusion du Boccard, Paris.

Pereira, F. A. (1933) "Os vestígios das habitações citanienses", in *Homenagem a Martins Sarmento*, pp. 27-30.

Pereira, F. A. (1938-41) "Páginas inéditas", *Revista de Guimarães*, 48 (1-3), pp. 137-150; 48 (4), pp. 277-289; 49 (1-2), pp. 35-41; 49 (3-4), pp. 103-111; 51 (1-2), pp. 27-40; 51 (3-4), pp. 312-330).

Pereira Menault, G. (1982) "Los Castella y las comunidades de Gallaecia", *Zephyrus*, 34-35, pp. 249-267.

Pereira Menault, G. (1983) "Los castella y las comunidades de Gallaecia", in *II Seminario de Arqueologia del Noroeste*, Madrid, pp. 169-192.

Pérez Losada, F. (1987) "Sobre el concepto de "villa" no mundo romano", *Cadernos de Arqueologia,* 4, pp. 79-110.

Pérez Losada, F. (1990-91) “A villa romana de Noville (Mugardos - A Coruña) Estructuras e estratigrafía arqueológicas. Campañas 1988 e 1989“, *Castrelos*, III-IV, pp. 245-281.

Pérez Losada, F. (1991) “Os asentamentos na Galicia romana”, in *Galicia. Historia I (Prehistoria e Historia Antiga)*, Hércules Ed., A Coruña, pp. 403-441.

Pérez Losada, F. (1995) “Arqueoloxía e arte no mundo rural : Habitat e arquitectura das villae galaicorromanas“ , *Monografias del Museo Arqueolóxico e Histórico de A Coruña*, 7, pp. 165-188.

Pérez Losada, F. (1996) “Hacia una definición de los asentamientos rurales en la Gallaecia: poblados (vici) y casas de campo (villae) “, in Férnandez Ochoa, C. (coord) *Los finisterres altânticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana. Actas del Coloquio Internacional*, Electa, Gijón, pp. 189-197.

Pérez Losada, F. (1998) “Cidades e aldeias na Galiza romana. Uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 16, pp. 157-174.

Pérez Losada, F. (2000) “Sistema viário e núcleos agrupados romanos no sector oriental galego do convento bracarense”, *Revista de Guimarães*, 110, pp. 119-161.

Pérez Losada, F. (2002) *Entre a cidade e a aldea. Estudio arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia*, (supl. *Brigantium*, vol. 13), A Coruña.

Pérez Losada, F.; Naveiro López, J. L.; Boval Galán, F.; Castro Pérez, L. ; Vasquéz Varela, J. M. ; Fernández Rodríguez, C. (1992) “Estudio do material arqueolóxico procedente da villa romana de Noville (Mugardos - A Coruña) “, *Minius,* I, pp. 57-87.

Pérez Losada, F. e Acuña Piñeiro, A. (1998) “Tude (Tui, Pontevedra): un núcleo secundario na Galicia romana”, in Rodríguez Colmenero, A. (coord). *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispânico*, *Actas del Congreso Internacional,* Lugo, pp. 871-890.

Peyras, J. (2006) “Organisation et marqueurs des paysages d’après les géomètres de l’antiquité tardive“, in *Marqueurs des Paysages et Systèmes socio-économique, Proceedings of le Mans COST Conference*, Press Universitaire de Rennes, Rennes, pp. 23-34.

Pimenta, J.R. (1997) *O “Lugar do Passado” em Martins Sarmento. Geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da “Cultura castreja” (1876-1899)*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Universidade do Minho, Braga.

Pinto, R.S. (1932) “A cividade de Terroso e os castros do Norte de Portugal”, *Revista de Guimarães*, 42 (1-2), pp. 81-91.

Portet, P. (2004) *Bertrand Boysset, la vie et les œuvres techniques d’un arpenteur médiéval (v. 1355 – v.1416*), Le Manuscrit, Paris.

Provost, M. (1993*) Le val de Loire dans l’Antiquité*, (*Gallia*, 52^{e} supplément), Paris.

Pucci, G. (1983) "Pottery and trade in the Roman period", in P. Garnsey, K. Hopkins e C.R. Whittaker (ed. by), *Trade in the ancient economy,* London, pp. 105-117.

Queiroga, F. (1992) *War and Castros*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Oxford.

Rabanal, M. (1988) *Astorga romana: burócratas, administradores y funcionários*, Astorga.

Ramil Rego, P. (1993) "Paleoetnobotánica de yacimientos arqueológicos holocenos de Galicia (N.O Cantábrico)", *Munibe*, 45, pp. 165-174.

Rasmussen, T. (1991) "Tuscania and its territory ", in Barker, G. e Lloyd, J. (ed.), *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region,* London, pp. 106-114.

Reece, R. (1997) "Romanization: a point of view", in Blagg, T. e Millett, M. (eds.), *The Early Roman Empire in the West*, Oxbow Books, Oxford, pp. 30-34.

Regalo, H. J. L. A. (1986) "Levantamento arqueológico do concelho de Vila Verde – Notícia preliminar", *Mínia*, 8, pp. 70-110.

Regalo, H.J.L.A.; Brito, M.A. (1991) "Carta arqueológica da Póvoa de Lanhoso", in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa 1990), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 117-122.

Reilly, P.; Rahtz, S. (eds.) (1992) *Archaelogy and the information age*, (One World Archaeology 21), London.

Ribeiro, M. C. F. (2008) *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Dissertação de Doutoramento em História (policopiado), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2 vols..

Richards, J. D.; Ryan, N. S. (1985) *Data processing in archaeology*, (Cambridge Manuals in Archaeology), Cambridge.

Richardson, J. S. (1996) "The new Augustan edicts from northwestern Spain", *Journal Roman of Archaeology*, 15.

Rodríguez Colmenero, A. (1979) *Augusto e Hispania. Conquista y organización del Norte Peninsular*, (Cuadernos de Arqueología de Deusto, 7), Bilbao.

Rodríguez Colmenero, A. (1995) "Cidades e urbanismo na Galicia romana", in Pérez Losada, F e Castro Pérez, L., (coords.) *Arqueoloxía e arte na Galicia Prehistórica e Romana*, (Monografias, 7), Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña, A Coruña, pp. 87-103.

Rodríguez Colmenero, A. (1995-96) "Mansiones y mutationes en la Via Nova (XVIII del Itinerário de Antonino", *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 12-13, pp. 89-112.

Rodríguez Colmenero, A. (1996a) "Integración administrativa del Noroeste peninsular en las estructuras romanas", in Rodríguez Colmenero, A. (coord.) *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*, A Coruña, pp. 265-299.

Rodríguez Colmenero, A. (1996b) "La *Tabula hospitalitatis* de la *civitas Lougeiorum*. Documento genuino o falsificacion?", in Rodríguez Colmenero, A. (coord.) *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*, A Coruña, pp. 301-315.

Rodríguez Colmenero, A.; Carreño Gascón, M.C.; González Fernández, E.; Hérves Rraigoso, F.; Ferrer Sierra, S.; Alcorta Irastorza, E.; Casal García, R.; Naveiro López, J. (1995) *Lucus Augusti, Urbs Romana. Los Orígenes de la ciudad de Lugo,* Ayuntamiento de Lugo, Lugo.

Rodríguez Colmenero, A. e Alcorta Irastorza, E.J. (1998) "Aquae Flaviae (Chaves), ciudad romana. Balance y posibilidades", in Rodríguez Colmenero, A. (coord). *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispânico*, *Actas del Congreso Internacional, Lugo 15-18 de Mayo 1996*, Lugo, p. 779-806.

Rodríguez Colmenero, A. e Carreño Gascón, M.C. (1999) "*Lucus Augusti*, capital romana del Finisterre Hispánico", *Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*-Actas da Mesa Redonda, Porto, p. 115-132.

Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Sierra, S.; Alvarez Asorey, R.D. (2004) *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana. Miliarios e outras inscricións viárias romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense),* Santiago de Compostela.

Rodriguez, J. (1970) "Vias militares romanas", in *Legio VII Gemina*, León.

Roldán Hervás, J.M. (1974). *Hispânia y el ejército romano*, Salamanca.

Roldán Hervás, J.M. (1976). "El ejército romano y la romanización de la Péninsula Ibérica", *Hispania Antiqua*, 6, pp. 125-145.

Romero Masiá, A. (1992) *A Torre de Hércules, revisión bibliográfica. Fuentes para el estúdio de la Torre de Hércules*. Instituto José Cornide de Estudios Coruñeses, A. Coruña.

Ruiz del Arbol, M. (2001) *Organización y explotación del territorio en el Nordeste de Lusitania en época imperial*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Madrid.

Ruiz-Gálvez Priego, M. L. (1998) *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce: un viaje a las raízes de la Europa Occidental*, Crítica, Barcelona.

Sánchez-Palencia Ramos, F. J. (1979) "Las explotaciones romanas auríferas de El Caurel", in *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueología*, Saragoça.

Sánchez Palencia Ramos, F. J. (1980) "Alguns vasos cerâmicos inéditos do Museu de Antropologia do Porto", *Arqueologia*, 1, pp. 12-19.

Sánchez Palencia Ramos, F .J. (1983) "La explotación prerromana del oro del Noroeste de la Península Ibérica", *Boletín Auriense*, 13, pp. 31-67.

Sánchez Palencia Ramos, F. J. (ed.) (2000) *Las Medulas (Léon). Un paisage cultural en la Asturia Augustana*, Diputación de León, Instituto Leonés de Cultura.

Sánchez-Palencia Ramos, F.J.; Fernández-Posse, M.D.; Fernández Manzano, J.; Álvarez González, Y.; López González, L. (1990) La Zona Arqueológica de las Médulas (1988-89), Archivo Español de Arqueología, 63, pp. 249-264.

Sánchez-Palencia Ramos, F. J. e Fernández-Posse, M. D. (1993) "Poblamiento y minería prerromana y romana en el Noroeste Peninsular", in Santos, J. (dir.), *Indígenas y romanos en el Norte de la Península Ibérica*, San Sebastián, pp. 201-225.

Sánchez-Palencia Ramos, F.J. e Fernández-Posse, M. D. (1998) "Las comunidades campesinas en la cult ura castreña", *Trabajos de Prehistoria*, 55 (2), pp. 127-150.

Sánchez-Palencia Ramos, F .J.; Domingo Plácido, F.; Orejas Saco del Valle, A.; Fernández-Posse, M.D. (1999) "Minería y metaluria: de la Protohistoria a La España romana", *Studia historica. Historia antigua*, 17, pp. 263-298.

Sampaio, A. (1979) *Estudos económicos. I. "As vilas do Norte de Portugal"*, Vega, Lisboa.

Santa Cruz, M. S. C. (2003) "El Puerto de Brigantium y la navegación romana en el atlántico norte", in Fernández Ochoa, C. (ed.) *Gijón Puerto Romano. Navegación y comercio en el Cantábrico durante la Antigüedad*, Gijón, pp. 121-134.

Santos, L. A. (1979) "Miliários inéditos da via romana de Braga a Tuy", *Arquivo do Alto Minho*, 24, pp. 3-52.

Santos, L. A. ; Le Roux, P. ; Tranoy, A. (1983) "Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga", *Bracara Augusta*, 37 (83-84), pp. 183-205.

Santos Yanguas, J.N. (1977) *Estruturas indígenas del Noroeste peninsular y los cambios de las minas (I a. C. – II p. C.),* Oviedo.

Sarmento, M. (1901) "Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães", *Revista de Guimarães*, 18 (3-4), pp. 117-135.

Sastre Prats, I. (1998) *Formas de dependencia social en le Noroeste Peninsular (Transición del Mundo Prerromano al Romano y Época Altoimperial)*, Instituto de Estudios Bercianos, Pontferrada.

Sastre Prats, I. (2001) *Las formaciones sociales rurales de la Asturia romana*, Ediciones Clásicas, Madrid.

Sastre Prats, I. (2002) *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conventos asturum durante el Alto Imperio*, (Anejos de Aespa XXV), Madrid.

Schülten, A. (1943) *Los Cántabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.

Sevillano Fuertes, A. e Vidal Encinas, J. M. (2002) *Urbs Magnífica. Una aproximación a la Arqueología de Astúrica Augusta Astorga, León). Museo Romano (Guía-Catálogo)* Astorga.

Shennan, S. (1985), *Experiments in the collection and analysis of archeological survey data: the East Hampshire survey*, Sheffield.

Silva, A. C. F. (1986) *A cultura Castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.

Silva, A. C. F. (1999) "A ocupação do território do Noroeste Peninsular aquando da chegada dos romanos", in *Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*-Actas da Mesa Redonda, Porto, 1999, pp. 39-52.

Silva, A. C. F. (2000) "Proto-História e Romanização do Porto", *Al-madan*, IIª série, 9, pp. 94.

Silva, A. C. F. (2007) *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, 2ª edição, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arquelógico da Citânia de Sanfins / Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos, Paços de Ferreira.

Silva, M. F. M. (1994) *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação*, (Cadernos de Arqueologia, Monografias 2), Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

Silva, D. M. (1958-59) *Entre Homem e Cávado*, Amares.

Soeiro, T. (1984) *Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel.

Sousa, J.J.R. (1971-72) "Nova ara dedicada aos Lares no conventus Bracaraugustano", *Bracara Augusta*, 25-26, 59-62 (71-74), pp. 179-184.

Suárez Otero, J. (1998) "Cerámicas e cultura na Idade do Bronce en Galicia", in R. Fábrages Valcarce (ed.) *A Idade do Bronce en Galicia: novas perspectivas*, (Cadernos do Seminário de Sargadelos 77), Ediciós do Castro, Sada – A Coruña.

Syme, R. (1970) "The Conquest of North-West Spain", in *Legio VII Gemina*, León, pp. 83-107.

Taboada Chivite, J. (1946) "Via romana del valle del Tamega", *Revista de Guimarães*, 55 (3-4), pp. 1-12.

Taboada Chivite, J. (1968) "Los Tomagani y su romanización", *XI CAN*, pp. 677-684.

Taboada Chivite, J. (1976) "Nuevos testimonios del culto a los Lares Viales en la Galicia", *Gallaecia*, 2, pp. 193-201.

Tarpin, M. (2002) *Vici et pagi dans l'occident roman*, (Coll. École Française de Rome, 299), Rome.

Tassaux, F. (1994) "Les agglomérations secondaires de l'Aquitaine Romaine : morphologie et réseaux", in Petit, J.P ; Mangin, M.; Brunella, Ph. (dirs.) *Les agglomérations secondaires. La Gaule Belgique, les Germanies et l'Occident romain*, Actes du Colloque de Bliesbruck-Reinheim/Bitche (21-24 Oct. 1992), Paris, pp. 197-214.

Teixeira, C. (1955-56) “Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense – I. O Monte do Castro (Castrum Maximum)”, *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 21 (4), pp. 231-254.

Teixeira, C. e Medeiros, J. R. M. (1973) *Carta geológica de Portugal (1/50.000). Notícia explicativa da Folha 5-D*, Braga, SGP, Lisboa.

Teixeira, R. (1996) *De Aquae Flaviae a Chaves: povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Fac. Letras Porto.

Torres Rodríguez, C. (1948) “Galicia en las guerras cantabras: la tragedia del Monte Medulio”, *Boletín de la Universidad de Santiago,* 51-52, pp. 53-72.

Torres Rodríguez, C. (1951-52) “Conquista de Galicia por los romanos, antes las guerras cantabras”, *Boletín de la Universidad de Santiago*, 56, pp. 79-110.

Torres Rodríguez, C. (1976) “La conquista romana de Galicia”, *La Romanización de Galicia*, *Cuadernos del Seminario de Estudios Cerámicos de Sargadelos*, 16, pp. 11-30

Tranoy, A. (1977) “À propos des “Gallaeci” de Pline. Epigraphis et peuplement“, *Bracara Augusta*, 31, pp. 225-233.

Tranoy, A. (1980) “Religion e societé à *Bracara Augusta* (Braga), au Haut Empire romain”, *Revista de Guimarães,* vol. III, pp. 67-83, (*Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Península).*

Tranoy, A. (1981) *La Galice romaine: Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris.

Tranoy A. (1982) “Agglomerations indigènes et villes augustéenes dans le Nord-Ouest Ibérique“, in *Actes du Colloque de Aix-la-Provence*, 1980, Marseille, pp. 125-137.

Tranoy A. (1983) “Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice antique: le rôle des villes“, in *Seminario de Arqueologia do Noroeste*, *Madrid,* pp. 193-202.

Tranoy, A. (1986) “Immigration et émigration. Les mouvements de population dans le conventus d’Astorga“, in *Actas del Congreso International Astorga Romana*, Astorga, pp. 123-144.

Tranoy, A. (1995-96) “La route, image et instrument du pouvoir impérial dans le nord-ouest ibérique“, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 12-13, Braga, pp. 31-37.

Tranoy, A. e Le Roux, P. (1982) “Nouvelles inscriptions du nord du Portugal“, *Mínia*, V, pp. 31-37.

Tranoy, A. e Le Roux, P. (1989/90) “As necrópoles romanas de *Bracara Augusta* – Les inscriptions funéraires”, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, pp. 183-230.

Van der Leeuw, S.; Favory, F.; Fiches, J.-L. (dir.) (2003) *Archéologie et systèmes socio-environnementaux. Études multiscalaires sur la vallée du Rhône dans le programme ARCHAEOMEDES*, (CRA Monographies, 27), CNRS, Paris.

Viana, A. (1926) “Através do Minho: II. A exploração metódica dos nossos castros”, *Gente Minhota*, 6, pp. 88-90; 7, pp. 111-113.

Viana, A. (1930) *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Alto Minho*, Viana do Castelo.

Vidal Encinas (1986). “Arqueologia urbana en Léon: precedentes y aportaciones recientes”, *Archivos leoneses. Revista de estúdios y documentación de los reynos hispano-occidentales*, 79-80, pp. 365-380.

Villaronga, L. (1970) “Emision monetaria augustea com escudo atribuible a P. Carisius y a la zona norte de Hispânia”, in *XI Congreso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, pp. 591-600.

Vigil, M. (1963) “Romanización y permanencias de estruturas sociales indigenas en la España septentrional”, *Boletin de la Real Academia de Historia*, 152, pp. 225-233.

Vigil, M. (1973) *Historia de España.I. Edad Antiga*, Madrid.

Villa Valdés, A. (2002) “Periodización y registro arqueológico en el castros del occidente de Asturias”, in Blas Cortina, M.A. e Villa Váldés, A. (eds.) *Los poblados fortificados del Noroeste de la Península Ibérica: Formación y desenrollo de la Cultura Castreña*, Coloquios de Arqueología en la Cuenca del Navia, Navia, pp. 159-187.

Vita Finzi, C. (1975) “Related territories and alluvial sediments”, in Higgs, E. S (ed.), *Palaeoconomy*, Cambridge University Press, London, pp. 225-231.

Vita Finzi, C. (1978) *Archaeological Sites in their setting*, Thames and Hudson, London.

Vita Finzi, C. e Higgs, E. S. (1970) “Prehistoric economies in the Mount Carmel area of Paletine: site catchment analysis”, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36, London, pp. 1-37.

VVAA (2005) *Roteiro Geira/Via Nova na Serra do Gerês. De* Bracara Augusta *a* Asturica Augusta, Projecto “ A Geira na Serra do Gerês” – Programa Interreg III A.

VVAA (2006) *Guía dos Castros da Galiza e Noroeste de Portugal*, Adrave, Vila Nova de Famalicão.

Wacher, J. (1974) *The towns of Roman Britain*, London.

Wahl, J. (1988) “Três Minas, Vorberiht über die archäeologischen. Ausgraben im Bereich des römischen goldberwerks 1986/87”, *Madrider Mitteilungen*, 29, pp. 221-244.

Wahl, J. (1998) “Aspectos Tecnológicos da Indústria Mineira e Metalúrgica Romana de Três Minas e Campo de Jales (Concelho de Vila Pouca de Aguiar)”, in *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia Mineiras*, Ed. Museu do IGM, Lisboa, pp. 57-68.

Wahl, J. (1988-1989) *Resultados das pesquisas arqueológicas, efectuadas entre 1998 e 1999, na zona de mineração romana de Três Minas de Jales (conc. Vila Pouca de Aguiar, distr. Vila Real)*, (relatório dactilografado).

Weber, M. (2004) *Historia agraria romana*, Akal Ediciones, Madrid, (1ª ed. alemã: 1891).

Whittaker, C.R. (1990) "The consumer city revisited: the *vicus* and the city", *Journal of Roman Archaeology*, vol 3, pp. 110-118.

Wiegels, R. (1978) “Das Datum der Verleihung des Ius Latii na die Hispaniae: zur Personal und Municipal politik in den ersten Regierung Yahren Vespasians”, *Hermes*, 106, pp. 196-213.

Wightman, E. M. (1986) “Le vicus dans de contexte de l’administration et de la societé gallo-romaine : quelques reflexions“, in *Actes du Colloque Le vicus gallo-romaine*, Ed. Errance, pp. 59-64.

Zabaleta Estévez, M. M. (1999) “Breve síntese sobre o estudo das moedas de Bracara Augusta'” *Forum*, 26, pp. 80-85.

Zabaleta Estévez, M. M (2000) “Hallazgos Numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta”, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI, *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*, Adecap, Porto, pp. 395-399.

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Helena Paula Abreu de Carvalho

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*

Volume II – Catálogo

Setembro de 2008

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*
Volume II – Catálogo
Helena Paula Abreu de Carvalho
UMinho | 2008

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Helena Paula Abreu de Carvalho

O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*

Volume II – Catálogo

Tese de Doutoramento em Arqueologia
Área de Conhecimento de Arqueologia
da Paisagem e do Povoamento

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Setembro de 2008

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução
de qualquer parte desta tese/trabalho

Universidade do Minho, 24 de Setembro de 2008

Assinatura:_____

ÍNDICE

Introdução 1

Catálogo 5

Distrito de Braga 7

Distrito do Porto 61

Distrito de Viana do Castelo 87

Referências bibliográficas 145

Introdução

Este catálogo traduz os resultados da pesquisa bibliográfica e dos trabalhos de campo que efectuámos para a região do Entre-Douro-e-Minho. Constitui, assim, o material de base da presente dissertação. Reunida a informação, a normalização dos dados passou pela montagem de um Sistema de Informação Geográfica que integra uma base de dados alfanumérica cuja estrutura aqui se apresenta (Figura 1).

Na apresentação deste inventário optámos, por razões já explicitadas no Volume I, por proceder a uma triagem das mais de 1250 referências identificadas, apresentando apenas os sítios cujos dados eram minimamente seguros.

Para além disso, procurámos sintetizar a informação considerada mais pertinente para cada um dos locais inventariados. Assim, cada sítio corresponde a uma entrada, onde consta uma série de tópicos informativos segundo a seguinte ordem: SítioID, identificação do sítio, outros topónimos que o designam; freguesia; concelho, distrito; código geográfico nacional, número da carta militar à escala 1: 25000; coordenadas geográficas de projecção UTM e altitude (UTM_M; UTM_P; altitude); tipologia; cronologia absoluta; cronologia relativa; descrição; observações e referências bibliográficas.

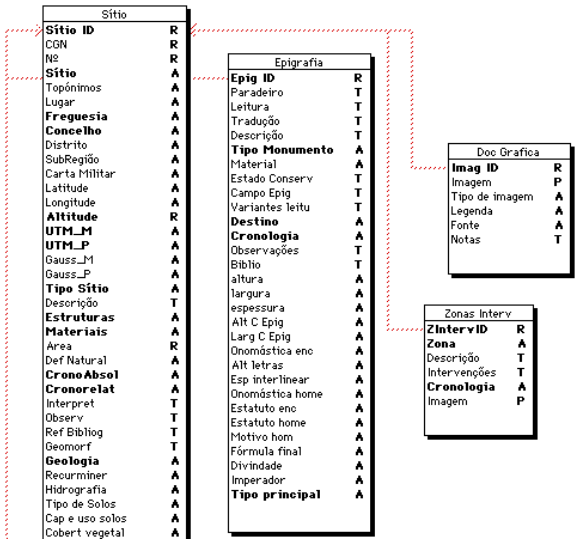


Figura 1. Estrutura da base de dados

O catálogo abrange três distritos: Braga, Porto e Viana do Castelo, apresentados por ordem alfabética. Em cada distrito as entradas foram organizadas por concelho e, dentro deste, por freguesia, seguindo, igualmente uma ordem alfabética.

No campo "tipologia", a classificação de sítios aparece fixada da seguinte forma: Atalaia; Casal rural romano; Castelo medieval; Castro (povoado fortificado); Castro romanizado

(designação que engloba todos os povoados fortificados com vestígios de romanização.

A natureza muito variada de estabelecimentos deste tipo, levou-nos a criar vários campos que dão conta dos indícios de romanização, da dimensão do povoado, altitude, número de muralhas, materiais atestados, objecto ou não de escavações, etc.); Forno cerâmico; Habitat medieval (classificação genérica aplicada a locais com elementos que não permitem mais do que supor uma ocupação medieval); Habitat romano (classificação genérica aplicada a locais com elementos que não permitem mais do que supor uma ocupação romana); Indeterminado (classificação atribuída a locais onde a natureza dos vestígios não nos permite aferir, com um mínimo de confiança, quer o tipo estabelecimento quer a cronologia); Lagares romanos; Mansio; Mutatio; Minas romanas; Necrópole romana; Necrópole medieval; Porto fluvial; Povoado romano; Povoado mineiro romano; Rede viária romana-miliário; Rede viária romana-ponte; Rede viária- traçado; Salinas; Achado monetário romano_avulso (designação que regista o achado de moedas que não pode considerar-se um tesouro monetário); Achado monetário romano_tesouro; Termas; *Vicus; Villa;* Epigrafia romana (designação genérica, acompanhada das seguintes subdivisões: funerária, votiva, honorífica, monumental e indeterminada).

O campo "cronologia relativa", comporta os seguintes itens: Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano ; Alto império; Baixo império; Medieval; Alta Idade Média; Baixa Idade Média.

Convém, por último sublinhar ou acertar os compromissos deste catálogo.

Sendo instrumento básico de uma tese de doutoramento, o primeiro compromisso é *instrumental.* Trata-se de sustentar e prolongar as análises efectuadas no primeiro volume da presente dissertação.

Uma condição adicional deste primeiro compromisso aproxima mais fielmente o presente catálogo do seu horizonte *pragmático*, porque assente na viabilidade do seu futuro: o catálogo é um relatório de um sistema de informação geográfico actualizável nas suas ferramentas e interacções com os avanços do conhecimento. Esta característica é particularmente sensível no actual estado dos catálogos

arqueológicos e da sua utilidade: como desbloquear a tendência, aparentemente ainda irreversível, de não os integrar em circuitos mais interactivos e, portanto, mais disponíveis das agendas de investigação em curso e a projectar?

Catálogo

Distrito de Braga

3010202, QUINTA DA PENA, Barreiros, Amares, Braga (30102). CMP 56 [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário com vestígios de inscrição impossível de decifrar, face ao seu estado muito deteriorado. Segundo J.J. Rigaud de Sousa (1971-1972) este monumento faria parte de um grupo de quatro miliários que se encontravam junto à igreja de Barreiros. Apesar de deslocado o miliário pertenceria, com toda a certeza, à via XVIII.
Sousa, J. J. R. 1971-1972
Alarcão. 1988
Martins, M. 1990:64-65

3010201, QUINTA DE AGROLONGO, Barreiros, Amares, Braga (30102). CMP 56 [550658.43, 4607404.00, 50].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário sem inscrição, actualmente depositado na Quinta de Agrolongo. Desconhece-se a sua localização original mas deveria pertencer à Via XVIII.
Sousa, J. J. R. 1971-1972
Martins, M. 1990: 65

3011903, MONTE DE S. MIGUEL (Cidadelhe), Bouro (Santa Maria), Amares, Braga (30119). CMP 43 [562090.23, 4613817.16, 550].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Monte de S. Miguel situa-se na crista de um esporão montanhoso de um contraforte da serra do Gerês. As encostas escarpadas a Norte, Sul e Oeste, conferem-lhe uma boa posição estratégica e uma excelente visibilidade e acesso ao vale do Cávado. Recolhas de superfície efectuadas por Ana Bettencourt na plataforma e várias encostas permitiram-lhe verificar a presença de cerâmica da Idade do Ferro e ainda tégula e ímbrices.
Informação de Ana Bettencourt.

3011902, OUTEIRO, Bouro (Santa Maria), Amares, Braga (30119). CMP 43 [559413.72, 4612632.31, 175].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado possui uma única plataforma, no topo do cabeço, que se encontra circundada por um talude. Este parece corresponder a uma estrutura defensiva. Na superfície do solo recolhem-se fragmentos de tijoleira e são visíveis pedras, correspondentes a derrubes de estruturas. No entanto, não se registam quaisquer alinhamentos coerentes. Trata-se aparentemente de um pequeno castro de baixa altitude, provavelmente romanizado, semelhante ao povoado do Lago, em Amares. Em prospecções foram encontrados fragmentos de tégula e ímbrices.
Martins, M. 1990:70

3011901, SANTA MARIA DE BOURO, Bouro (Santa Maria), Amares, Braga (30119). CMP 43 [0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva, em granito, com volutas, restos de frontão e *foculus* circular. (Dimensões: 74x49x32) (27); campo epigráfico: 29,5x37; letras: 5/5,5. Leitura: PRO SALVTE / ...VM / .../...Tradução: Pela saúde de...
Santos, L. A.; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983
Alarcão, J. 1988
Martins, M. 1990: 70-71

3012002, ALTO DOS CASTELOS (Fraga dos Fornelos), Bouro (Santa Marta), Amares, Braga (30120). CMP 43 [560368.76, 4615999.14, 750].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num esporão da Serra de Santa Isabel situado na margem direita do rio Cávado, com boas condições de visibilidade e defesa. São visíveis taludes artificiais e cerâmica da Idade do Ferro e romana, para além de alguns fragmentos de tégulas e ímbrices.
Informação de Ana Bettencourt.

3012001, CHÃ GRANDE, Bouro (Santa Marta), Amares, Braga (30120). CMP 43 [0].
Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Século III, Romano. ***Descrição***: Ara votiva, em granito, sem volutas, nem frontão. O lado direito da peça está bastante alterado pela posterior reutilização. Século III. Leitura: MATE(*rn*) / VS POSVI(*t*) / ARVDA(*m*) / IOVI OPTI /MO MA/XIMO Materno colocou esta árula a Júpiter Optimo, Máximo. Trata-se de um indígena romanizado. Na terceira linha aparece ARVDAM, em vez de ARVLAM, o que corresponde, a um indigenismo ou a um erro do gravador.
Silva, D. M. 1982
Santos, L. A.; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983
Martins, M. 1990:71

3010503, CIDADE DE BISCAIA (Campo da Bouça), Caires, Amares, Braga (30105). CMP 56 [554128.77, 4610238.04, 175].
Tipologia: *Vicus*; *mansio* da milha X da via XVIII. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na plataforma superior e nas encostas Sul e Este de uma pequena colina do lugar de Frecheiro. A zona mais alta é de mata com abundância de pinheiros enquanto que as encostas foram transformadas em socalcos artificiais para a construção de casas e uso agrícola. Segundo informações orais, encontraram-se fragmentos de cerâmica romana, restos de muros em pedra, telha a cerca de 2 m de profundidade, aquando da abertura de uma vala de canalização. Em prospecções nestes terrenos pudemos observar restos de mós, e grandes quantidades de tégula e tijolo, fragmentos de cerâmica comum e ainda vestígios de muros, em cortes feitos em terrenos particulares A extensão dos vestígios, a sua profusão, levam-nos a pôr a hipótese de estarmos em presença da Cividade de Biscaia, um *vicus* referido pelo Itinerário de Antonino como ficando na milha 10, e que tem sido localizado no Castro de Caires. A localização dos vestígios agora detectados numa encosta suave do vale do Cávado, em local mais propício à passagem de uma via, e a presença do topónimo Cidade de Biscaia precisamente nestes terrenos, levam-nos a propor que situemos aqui o *vicus* citado.

3010502, QUINTA DE S. VICENTE, Caires, Amares, Braga (30105). CMP 42 [554216.85, 4611418.56, 0].

Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva utilizada como pedestal de estátua ao Génio. Datada do século I. Não possui frontão, nem volutas (Dimensões: 88 x 39 x 38; c.e: x 33)
Leitura: Q (*uintus*) SAB/INUS. FLO/RVS. GEN/IO. V(*otum*). S(*olvit*). L(*ibens*). M(*erito*).
Tradução: Quinto Sabínio Floro cumpriu, merecidamente e de boa vontade, o voto ao Génio.
A peça procede da Quinta de S. Vicente onde existiu uma capela, demolida em 1815, e encontra-se depositada na Quinta de Rios de Cima.
Encarnação, J. 1985
Alarcão, J.1988
Martins, M. 1990:65

3010501, CASTRO DE CAIRES (Castro de Gróvios), Caires, Amares, Braga (30105). CMP 56 e 42 [553875.20, 4611732.56, 320].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num esporão da vertente sul do monte de S. Pedro Fins e ocupa ainda um pequeno monte separado do esporão por um talvegue. São visíveis três linhas de muralhas que definem os vários tabuleiros do povoado, e alguns muros circulares e rectos que correspondem a habitações. O sítio é referido na bibliografia arqueológica desde os princípios do século. Pinho Leal refere o achado, no lugar de Gróvios (vertente oeste do povoado) de canos de metal, tijolos, ânforas e um possível forno. Para além destes achados, encontrou-se um baixo-relevo de granito representado uma figura a cavalo e uma pedra lavrada com um motivo geométrico. Em prospecções recentes encontramos fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e cerâmica comum romana.
Pereira, F.A. 1941
Cardozo, M. 1971
Cardozo, M. 1972
Alarcão, J.1988: 1/150
Martins, M. 1990: 65

3010602, MONTE DE CALDELAS (Monte das Caldas; Outeiro de S. Sebastião; Castelo dos Mouros), Caldelas, Amares, Braga (30106). CMP 42 [552331.14, 4613348.22, 220].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Bronze. ***Descrição***: O sítio assenta num outeiro de pequenas dimensões com boas condições de visibilidade para o vale do rio Homem. Apresenta várias plataformas artificiais, restos de um muro e cerâmicas muito recentes que devem relacionar-se com a antiga capela de S. Sebastião. Sob a espessa manta morta foram encontrados alguns fragmentos de cerâmica manual, um deles com decoração plástica através de cordões tecnologicamente semelhante às cerâmicas do Bronze Final da região. Admitimos, assim, pelo menos, uma ocupação que incluirá, a Idade do Ferro, conforme foi sugerido anteriormente por Manuela Martins (1990).
Silva 1958-59
Jorge e Sousa 1980
Martins, M. 1990: 66
Bettencourt, A.1999

3010601, CALDELAS, Caldelas, Amares, Braga (30106). CMP 42 [552599.19, 4613221.68, 150].

Tipologia: *Vicus*. Epigrafia votiva; Termas; necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sítio da actual povoação de Caldelas, foram encontrados vários vestígios romanos dispersos. O local corresponde a uma zona de terraço, bem irrigada por sub-afluentes do rio Homem. João Martins Freitas, pároco de Caldelas, identificou nos princípios do século vestígios de uma necrópole romana no sítio do Grande Hotel de Caldelas, cujo espólio foi oferecido ao Museu Pio XII, em Braga, e parcialmente confundido com material da Citânia de S. Julião. Deste conjunto de espólio, são facilmente atribuídas a uma necrópole 3 vasos, de cerâmica comum romana com pastas claras, muito semelhante a outros exumados nas necrópoles de *Bracara Augusta* e um punhal de ferro, com empunhadura em bronze, publicado por Mário Cardoso (1947). No mesmo museu existem ainda alguns elementos de arquitectura romana que parece legítimo admitir como provenientes do sítio de Caldelas: duas colunas em granito e três bases de colunas, também em granito. Durante os trabalhos para a construção das actuais termas foram encontradas, em 1803, duas aras votivas, epigrafadas, dedicadas às Ninfas, que são propriedade do Hotel da Bela Vista. Uma peça fragmentada: CAEN(*i*) CIEN(*us*) / NYM /PHIS/EX VO/TO. Leitura: Cenicieno dedicou às Ninfas, em cumprimento de um voto. (CIL, II, 5572a=ILER, 621). Dimensões: 58x16; letras: 4,5 a 5. Uma segunda lápide também fragmentada (...)/ D(e)AB(us) / NYM/PHIS / EX VO / TO... Leitura: Às deusas Ninfas; em cumprimento de um voto. (CIL, II, 5572b=EE, VIII, 3-99=ILER, 617). Dimensões: 39x24x14,5; letras: 3,5 e 5.
A presença de uma necrópole e os indícios epigráficos de culto às ninfas permitem sugerir a existência de um povoado romano com funções termais.
Vasconcellos, J. L. 1897,1905, 1913
Bellino, A. 1909
Cardozo, M. 1953
Silva, D. M. 1958-59
Brandão, D. P. 1962
Tranoy, A. 1981a
Martins, M. 1990

3010704, CASTELO DO CASTRO (Castro da Torre; Solar do Castro), Carrazedo, Amares, Braga (30107). CMP 56 [551445.00, 4608711.05, 96].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno cabeço sobranceiro à margem direita do rio Cávado e distribui-se em duas plataformas. Existem restos de uma muralha e de um fosso, apesar da grande destruição provocada pela construção de uma torre medieval. Os achados cerâmicos parecem indiciar uma ocupação na Idade do Ferro e época romana. Em prospecções recentes foi possível identificar alguns fragmentos de telha romana e mós manuais.
Leal 1873-90
Vieira 1886-87
Silva 1958-59
Azevedo 1969
Sousa 1971-72
Cunha 1975, 1977
Martins 1990: 67

3010701, LUGAR DA IGREJA, Carrazedo, Amares, Braga (30107). CMP 56 [551460.87, 4609121.53, 49].

Tipologia: Miliários; Ara; *vicus/mutatio* da milha VIII da via XVIII. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local corresponde a uma zona plana e bem irrigada onde foi noticiado o aparecimento de vários miliários. Desconhece-se a proveniência exacta destas peças, bem como o local onde se encontram actualmente. Em prospecções recentes encontrámos uma ara muito desgastada, cuja leitura é impossível, e ainda material laterício, em grande quantidade, no terreno que pertence ao passal, vestígios estes que se estendem na propriedade contígua. Por detrás da igreja paroquial de Carrazedo, numa outra propriedade rústica contígua ao passal, do lado direito da estrada que liga Braga a Amares, foram também detectados fragmentos cerâmicos da época romana. Estes vestígios deverão estar relacionados com uma ara aos *Lares Burici* encontrada no sítio de Campo da Porta, em frente à igreja citada.
Martins, M. 1990
Sousa, J. J. R 1971-1972
Alarcão, J. 1988: 1/200

3010702, CARRAZEDO (Campo da Porta), Carrazedo, Amares, Braga (30107). CMP 56 [551440.98, 4609111.33, 90].
Tipologia: Ara a Lares. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva, em granito, com frontão e volutas, dedicada aos *Lares Burici*. Na parte superior, possui um *foculus* circular e um outro orifício. No centro do frontão existe uma estilização floral. LARIBVS / BVRICIS / VOTVM / SOLVIT / BLOIINA. Aos Lares Búricos, Bloena cumpriu o seu voto (Dimensões: 70x23x26). O monumento apareceu no sítio de Campo da Porta, em frente á igreja paroquial de Carrazedo, em 1973. Encontrava-se enterrado. A proximidade deste local com os achados de uma outra ara e vestígios cerâmicos no Lugar da Igreja (do outro lado da estrada) leva-nos a pensar que se poderá tratar de um único sítio.
Sousa, J. J. R. 1971-1972
Cunha, A. R. 1975 a
Tranoy, A. 1981a
Martins, M. 1990:

3010901, CERDEIRINHAS, Ferreiros, Amares, Braga (30109). CMP 56 [552540.51, 4609122.04, 100].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situa-se numa encosta suave e bem irrigada da margem direita do rio Cávado. Em obras de terraplanagem para a construção da uma residência foram detectados vestígios de, pelo menos, uma sepultura rectangular tapada com lajes de pedra, contendo duas bilhas em cerâmica comum e um objecto em vidro, que foi partido aquando do achamento.
Inédita.

3011102, CRUZEIRO DO PILAR, Fiscal (S. Miguel), Amares, Braga (30111). CMP 56 [551129.03, 4610307.08, 150].
Tipologia: Miliário da Via XVIII. ***Cronologia***: 282-283 d.C., Romano. ***Descrição***: Um miliário deslocado, de Caro ou Carino que se encontra no lugar de Pilar, entre S. Miguel de Fiscal e S. Martinho de Carrazedo, servindo como base de um cruzeiro, encimado por uma cruz.
Brandão, D. P. 1962
Sousa, J. J. R. 1971-1972
Alarcão, J. 1986
Martins, M. 1990: 68

3011101, CAMPO DA IGREJA, Fiscal (S. Miguel), Amares, Braga (30111). CMP 42 [550677.48, 4611732.56, 90].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A estação localiza-se num local conhecido como Campo da Igreja, numa zona de encosta suave, perto do Ribeiro de Vilouços, na bacia do rio Homem. Embora profundamente revolvido por trabalhos agrícolas é possível observar abundantes restos de tégulas, mós manuais e algumas pedras de construção.
Martins, M. 1990: 67
Alarcão, J. 1988: 1/147

3011302, PAÇO, Lago, Amares, Braga (30113). [60].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição cuja leitura (duvidosa) seria: FASN(*i*)V(s) NOVOV(*i*) M(*erito*) B(*ona*) V(*oluntate*).
Informação Arqueológica. 4. 1981
Alarcão, J. 1988: 1/181

3011301, RIBEIRO, Lago, Amares, Braga (30113). CMP 56 [549058.10, 4607487.86, 50].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara funerária encontrada a servir de suporte a um forno de pão, no lugar de Ribeiro, actualmente depositada na Câmara Municipal de Amares. Apresenta moldura tripla na parte superior e vestígios do *foculus*. MARIU[S] / ADRONI (*filius*) / AN(*norum*) VI (*sextium*). Aqui jaz Mário, filho de Adrono, de seis anos. (Dimensões: 43x30x28)
Alarcão 1986
Martins, M 1990
Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1982
Martins, M. ; Silva, A. C. 1984

3011503, CASTRO DE LAGO, Lago, Amares, Braga (30115). CMP 56 [549164.01, 4606889.12, 65].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado que se localiza num cabeço residual de baixa latitude na margem direita do rio Cávado. Apresenta uma plataforma poligonal irregular e uma muralha associada a um fosso.
Apesar de uma ocupação documentada entre o século III a.C. e os meados do século I d.C. a ausência de cerâmica comum romana, leva M. Martins (1988) a considerar que o povoado não chegou a ser romanizado.
Teixeira 1955-56: 1973
Silva 1958-59: 139
Sousa 1971-72: 180-181
Martins 1986: 149-184
Martins 1988
Martins 1990: 68-69

3011502, RIBEIRA DE PALA (Dornelas; Paredes secas), Paredes Secas, Amares, Braga (30115). CMP 56 [555399.02, 4613149.92, 350].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: 236-238, Romano. ***Descrição***: Um miliário de Maximino e Máximo, marcando a milha XII contada de Bracara Augusta. O miliário foi

encontrado, em 1957, na margem direita da Ribeira de Pala, em Dornelas, não muito longe do local onde tradicionalmente se admite a passagem da via XVIII. Encontra-se no Adro da igreja paroquial de Paredes Secas e apresenta a seguinte leitura: [IMP(*erator*) CAES(*ar*) G(*aius*)] IVLIV[S] V[ERVS]/ MAXIMINVS P(*ius*). F(*elix*). AVG(*ustus*). TRIB(*unicia*) PO/[TE]S[TATE] . [CO](*n*)S(*ul*). [PRO]CO(*n*)S(*ul*) [ET] G(*aius*) IVLIVS VERVS MAXIMVS / NOBILISSIMVS CAESAR / GERM(*anicus*) MAX(*imus*) DAC(*icus*) MAX(*imus*) / SARM(*aticus*) MAX(*imus*) / PRINCEPS IVVENTVTIS FILIVS D(*omini*) N(*ostri*) IMP(*eratoris*) G(*aii*) IVLI(*i*) / VERI MAXIMINI P(*ii*) F(*elici*) AVG(*usti*) / CVRANTE Q(*uinto*) DECI[O VALER(*iano*)] / LEG(*ato*) AVG(*usti*) PR(*o*) [PR(*etore*)] / [BR]AC(*ara*) AVG(*usta*) M(*ilia*) P(*assuum*) XII (*duodecim*) Leitura: O Imperador César Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto, dotado de poder tribunício, cônsul, procônsul, e Gaio Júlio Vero Máximo, *mui* nobre César, Germânico Máximo, Dácico Máximo, sarmântico Máximo, Príncipe da Juventude, filho do nosso senhor Imperador Gaio Júlio Vero Máximo, Pio, Feliz, Augusto. Sendo encarregado Quinto Décio Valeriano, legado de Augusto, propretor. De Bracara Augusta são doze milhas.

Cunha, A. R. 1961: 319-334
Martins, M. 1990: 71-72
Alarcão 1988: 1/145

3011501, MOJEJE (Vila Cova), Paredes Secas, Amares, Braga (30115). CMP 42 [554393.23, 4712108.54, 300].

Tipologia: *Vicus*; *Mansio* da milha XI/XII da via XVIII. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Pedras aparelhadas, cerâmica de construção e doméstica, um capitel de ordem dórica, uma moeda do século III d.C. do Imperador Constâncio Cloro. O local corresponde a uma zona de declive suave e bem irrigada, na base da vertente Este do Monte de S. Pedro Fins, próximo do local passaria a via XVIII. Arlindo da Cunha refere o aparecimento de vestígios de alicerces e elementos de arquitectura, entre os quais uma base de coluna e de um capitel dórico. É igualmente referida a descoberta de uma sepultura em pedra. A localização neste sítio de um possível *vicus*, que pode ter funcionado como *mansio* ou *mutatio*, ganha uma outra importância, quando relacionada com os achados referenciados em Vilela (ID3012402), local situado a uma cota inferior, onde se depositaram dois miliários e, ainda, um pedestal de estátua encontrado no cemitério junto ao adro da igreja, dedicado ao Génio Viriocelense (Carvalho 1998). Este pedestal, reaproveitado como pia de água benta, indica o nome de uma localidade romana – *Viriocelum* - que admitimos poder corresponder ao único local com vestígios romanos significativos, junto ao eixo da Via Nova: o sítio de Vila Cova/Mojeje. A dimensão deste povoado é difícil de estimar.

Silva, D. M. 1958-59
Cunha, A. R. 1961
Martins, M. 1990
Alarcão, J. 1988: 1/143.
Carvalho, H. 1998

3011602, CASTELO DE ESPINHO (Castro de S. Pedro Fins), Portela, Amares, Braga (30116). CMP f. 56 ou 42? [553212.03, 4611928.27, 480].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um esporão na vertente Sudoeste do Monte de S. Pedro Fins. São visíveis vestígios de uma muralha de pedra miúda e por toda a superfície do local observam-se fragmentos de tijoleira e de escórias de ferro. Albano Bellino refere o aparecimento, neste local, de pedras aparelhadas, pequenas mós manuais, cerâmica e tégulas romanas. Em prospecções recentes não conseguimos detectar material romano. O sítio, ao contrário das informações dadas por Irisalva Moita, circunscreve-se à curva de nível dos 450 m não se estendendo para a área da capela.

Bellino, A. 1909: 6
Cunha, A. R. 1957
Silva, D. M. 1958-59: 135-148
Leal, P.; Ferreira, A. 1973-90
Martins, M. 1990: 70

3011601, CHÃ DO CASTRO (Portela da Joubreia; Chã de Castros), Portela, Amares, Braga (30116). CMP 56 [552534.20, 4610882.32, 310].

Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro. ***Descrição***: O povoado ocupa um pequeno cabeço. Na vertente Sudoeste do Monte de S. Pedro Fins. As escavações aí realizadas permitiram assinalar várias fases de ocupação do sítio que vão do Calcolítico ou Bronze Inicial até à Idade do Ferro. Da época romana aparecem apenas raros fragmentos de cerâmica, que permitem admitir uma romanização muito incipiente do sítio.

Silva 1958-59
Jorge, S. O.1979: 281-292
Jorge, S. O.; Sousa, J. J. R. 1980: 121-131
Martins, M. 1990: 69
Bettencourt 1999: 220-221

3011702, ANJO DA GUARDA S. MIGUEL-O-ANJO, Prozelo, Amares, Braga (30117). CMP 56 [554952.59, 4607847.01, 70].

Tipologia: Miliário; Aras. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Procedentes do lugar de S. Miguel-O-Anjo, junto à capela do Anjo da Guarda, são conhecidas duas aras: uma ara anepígrafe, actualmente no coreto de Anjo da Guarda, e outra consagrada a *Candeberonio Caeduradio*, divindade indígena, com a seguinte leitura:.../ CAND/EBERO/NIO CA/EDVRA/DIO. Tradução: Candeberónio Cedurádio (Dimensões: 81,5X27X26). Na parte superior são visíveis restos do *foculus*. Em baixo, existem vestígios de um soco. Depositada no Museu dos Biscainhos, em Braga, é provavelmente do século I.

No largo da capela existe ainda um miliário, que serve de cruzeiro e que se encontra deslocado.

Le Roux, P. e Tranoy, A. 1973: 198-199
Tranoy, A. 1981°: 271
Martins, M. 1990: 70
Alarcão 1988: 1/207

3012101, MONTE DE SEQUEIROS (Alto ou Couto do Castelhão), Sequeiros, Amares, Braga (30121). CMP 42 [553089.91, 4614126.34, 228].

Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se num remate de esporão, com excelentes condições naturais de defesa e visibilidade. A espessa

cobertura vegetal que cobre a estação impede a detecção de estruturas ou espólio de superfície. O topónimo, a notícia do aparecimento de vasos e as condições geomorfológicas permitem admitir que se trata de um povoado fortificado. No entanto, as prospecções aí efectuadas não permitiram identificar quaisquer vestígios. Dada a natureza da informação disponível admitimos que o Monte de Sequeiros corresponda a um povoado abandonado em momento impreciso da Idade do Ferro.
Silva 1958-59: 353-355.
Martins 1990: 71
Bettencourt 1999: 222-223

3012201, OUTEIRO DA VILA (Castro de Seramil), Seramil, Amares, Braga (30122). CMP 43 [557188.21, 4614167.64, 458].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno cabeço a este do Monte de Santa Cruz. O cónego Arlindo da Cunha refere que observou no local alguns muros e recolheu fragmentos cerâmicos diversos, mas a cobertura vegetal do sítio impede o reconhecimento de estruturas ou cerâmicas. Ana Bettencourt prospectou o local e não encontrou vestígios de taludes ou cerâmica.
Cunha 1961: 321
Martins 1990: 71
Informação de Ana Bettencourt.

3012401, RIBEIRA DAS OLIVEIRINHAS VILELA, Vilela, Amares, Braga (30124). CMP 43 [555995.75, 4613455.84, 400].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Foram encontrados neste local dois miliários. Um deles, sem inscrição, encontra-se na valeta da estrada municipal 1236, perto de Vilela. O outro marco, de Tito-Domiciano, datado de 79-81 d.C (CIL II, 4798/99=EE, VIII; 224), indica a milha XIII contada a partir de *Bracara Augusta*. Está fragmentado e conserva apenas a parte final da inscrição. [IMP(eratore) TITO CAESARE DIVI VESP(*asiani*)]F(*ilio*) VESPASIANO AVG(*usto*) PONT(*ifice*) MAX(*imo*) TRIB(*unicia*) POT(*estate*) IX (*nona*) IMP(*eratore*) XV (*decimum quintum* P(*atre*)]P(*atriae*) CO(*n*)S(*ule*) VIII(*octavum*) [ET] CAESARE DIVI VESP(*asiani*) F(*ilio*) [DOMITIANO] CO(*n*)S(*ule*) VII (*septimum*) / G(*aio*) CALPETANO RANTIO / QVIRINALE VA(*lerio*) / FESTO LEG(ato) AVG(*usti*) [PROPR(*aetore*)]/ A BRACARA M(*ilia*) P(*assuum*) XIII (*tredecim*).Sendo Imperador Tito César Vespasiano, filho do divino Vespasiano, Augusto, Pontífice máximo, no seu nono poder tribunício, saudado imperador quinze vezes, pai da pátria, oito vezes cônsul, e César (Domiciano), filho do divino Vespasiano, sete vezes cônsul, sendo legado de Augusto e Propretor Caio Calpetano Râncio Quirinal Valério Festo. De *Bracara* são treze milhas (Dimensões:140X55). Encontra-se encostado ao muro da igreja de Vilela. Os miliários, pertenceriam à via XVIII, via que tem um troço conservado perto do local onde as peças estão depositadas.
Vieira, J. A. 1886-1887
Capella, M. 1895: 60-105
Silva, D. M. 1981: 395
Alarcão, J. 1988: 1/142
Martins, M. 1990: 71-72

3012402, VILELA, Vilela, Amares, Braga (30124). CMP 43 [556201.71, 4612858.11, 260].
Tipologia: Epigrafia votiva; miliários. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio era somente conhecido pela existência de um marco miliário que em prospecções localizámos na Ribeira das Oliveirinhas. Em Setembro de 96 encontrámos um pedestal ao Génio Viriocelense, que indica o nome da localidade na época romana - *Viriocelum*.
Leitura: (LVCRETIVS / SABINVS / GENIO VI/RIOCELEN/SI (*hedera*?) / V(*otum*). S(*olvit*). L(*ibens*). M(*erito*). (cfr. Ficha 3011501)
Carvalho, H. 1998

3020104, CASTELO, Abade de Neiva, Barcelos, Braga (30201). [530565.95, 4600433.22, 160].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Num pequeno solar denominado "Quinta do Castelo" estão depositados alguns fustes em granito que, juntamente com a grande presença de tégula na propriedade que confronta a leste com a referida, podem indicar uma exploração agrícola de época romana. Para C.A.B. Almeida poderia tratar-se de uma *villa*, atendendo quer aos materiais, quer às excelentes condições do lugar: terreno de meia encosta com solos ricos, bem irrigados e com boa exposição solar.
Almeida, C.A.B 1993: 67-69
Almeida, C.A.B. 1996: 36-37

3020103, QUEIJEIROS, Abade de Neiva, Barcelos, Braga (30201). CMP 55 [528792.55, 4601063.89, 150].
Tipologia: Povoado romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano/Baixo-império. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena elevação, com acesso fácil a bons terrenos agrícolas, bem irrigados por diversos cursos de água. Possui uma muralha de pedras não aparelhadas. Embora não se detectem alinhamentos indicadores de estruturas, existem muitas pedras dispersas, provenientes, eventualmente, da sua da destruição de. O espólio observado na superfície consta, fundamentalmente, de fragmentos de tégula. Perto do castro de Queijeiros, apareceu uma sepultura, formada por uma caixa de pedra, sendo o fundo revestido com tégulas. No interior apareceram 2 vasos. A sepultura foi destruída; uns dos vasos foram partido e o outro vendido. Segundo informações recolhidas o local era conhecido por "cemitério dos muros", o que sugere a existência de outros elementos relacionados com uma necrópole. C.A.B. Almeida datou a sepultura do século IV d.C., atendendo às suas características. (1996) ***Observações:*** Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida.
Almeida, C. A. B. 1979: 19
Costa, A. G; Faria, A. M. ; Carvalho, J. S. 1980: 11
Alarcão, J. 1988
Martins, M. 1990: 72- 73.
Alarcão, J. 1988: 1/174
Almeida, C.A.B. 1996 III: 38-39

3020102, MONTE DO FACHO (Castro do Alto da Torre), Abade de Neiva, Barcelos, Braga (30201). CMP 55 [529484.69, 4599208.67, 170].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade Do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena elevação localizada a noroeste da cidade de Barcelos. O povoado possui boas defesas naturais e acesso fácil às terras bem irrigadas do vale. Possuiria, pelo menos, quatro linhas de muralhas, ainda visíveis. Duas sondagens aí realizadas, revelaram a existência de estruturas habitacionais de planta circular, cuja cronologia aponta para a transição do século I a.C. e inícios do I d.C. O espólio recolhido revela uma intensa romanização do povoado. Foram encontrados fragmentos de cerâmica indígena e cerâmicas romanas comuns e importadas. Destas últimas, destacam-se as ânforas e fragmentos de *sigillata* itálica e hispânica, do século I d.C.
Fonseca, T. 1948: 55
Almeida, C. A. B. ; M. T. Soeiro 1980: 29-32
Costa, A. G; Faria, A. M; Carvalho, J. S. 1980: 12-14
Silva 1986: 77
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 35-36

3020101, AMORIM, Abade de Neiva, Barcelos, Braga (30201). [530606.80, 4599436.70, 60].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo-império. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno morro situado no sopé oriental do Monte Facho. Os vestígios de tégula apontam para a presença de um *aedificium*. C.A.B. Almeida considera-o do Baixo Império ou posterior mas não explica porquê.
Almeida, C.A.B. 1993: 64-65.
Almeida, C.A.B. 1996: 36

3020501, OUTEIRO DO CRASTO (Monte do Crasto; Castro de Airó; Castelo de Bastuço), Airó, Barcelos, Braga (30205). CMP 69 [538242.48, 4596913.52, 222].
Tipologia: Castro romanizado; Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se no extremo Oeste da Serra de Airó, ocupando um esporão, que domina a confluência dos rios Covo e Cávado. O povoado tem uma coroa extensa, circundada por uma linha de muralha, a que se seguem, na vertente norte, vestígios de outras três linhas de muralhas, e, a sul, um fosso. Na superfície encontram-se abundantes fragmentos de tégula, alguns fragmentos de ânfora (destaque-se um fragmento de Dressel 1), ímbrices e cerâmica micácea. Entre a primeira e a segunda linha de muralhas foram descobertas uma ara em granito e uma pedra decorada. A ara está mutilada, apresentando a parte superior muito desgastada. Apenas se conservam bem as molduras das faces laterais. Possuía uma inscrição, actualmente ilegível, pois sobre o texto inicial foram feitas gravações modernas. A pedra decorada tem a forma de meio cilindro, com uma face plana.
Fonseca, T. 1948: 13; 65-66
Soeiro, T. 1983: 67-80
Martins, M. 1990: 73
Almeida, C.A.B. 1993: 82-83
Almeida, C.A.B. 1996: 214-215

3020602, SOUTO, Aldreu, Barcelos, Braga (30206). [524260.69, 4605549.77, 95].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa pequena colina, situada na base do Crasto ou Monte Crasto, aparecem vestígios de tégula que podem corresponder a um pequeno casal ou *aedificium* de época romana.
Almeida, C.A.B. 1993: 90
Almeida, C.A.B. 1996: 42

3020601, CRASTO (Monte Crasto), Aldreu, Barcelos, Braga (30206). [525071.59, 4605044.40, 260].
Tipologia: Castro romanizado; castelo medieval. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: Povoado fortificado localizado num esporão da vertente ocidental da Serra de Fragoso. Apresenta duas muralhas e um fosso. Na acrópole, de pequenas dimensões, são visíveis vestígios de habitações, bastantes fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro, da época romana (tégula, ímbrices, ânfora) e da Idade Média. Para C.A.B. Almeida, este castro deverá ser o referido na documentação medieval do século XI como *Alpe Tamiel*. Este autor acredita tratar-se de um castro romanizado reocupado no decurso da Reconquista. A ocupação medieval é atestada quer pelos achados cerâmicos, quer, ainda, pelo reaproveitamento da muralha que rodeia a acrópole, que parece ter sido reerguida nesta época.
Almeida, C.A.B. 1993: 89-90
Almeida, C.A.B. 1996: 39-40

3020702, S. LOURENÇO, Alheira, Barcelos, Braga (30207). [536947.06, 4605603.76, 250].
Tipologia: Atalaia. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: Pequena fortaleza cuja muralha é constituída por um conjunto de penedos aliados a muros de pedras, limitando uma área de apenas 400 m2 onde se observam vestígios de tégula e cerâmica comum de época romana e medieval.
Almeida, C.A.B. 1996: 43-44

3027101, IGREJA, Alvito (S. Martinho), Barcelos, Braga (30271). [533200.12, 4604845.31, 40].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na residência paroquial de S. Martinho de Alvito foram encontrados uma ara em granito (dimensões 82x34x28), uma base cilíndrica que serviria de plinto da peça referida e ainda um fuste de coluna, provavelmente de época romana. A ara, reaproveitada como material de construção na residência paroquial de S. Martinho de Alvito, apresenta a parte superior do capitel destruída, e a seguinte leitura: (…)AN[D?]/ [X?]LAE(…)/ (…N?)GO/ (…)SUL[P?]/ 5(…)EG(…)/ X V.
C.A.B. Almeida, apesar das dificuldades de leitura, põe a hipótese de que se trate de uma dedicatória a BANDA.
Milhazes, M.C.; Sousa, M.J.C.; Pinto, P.J.C. 1993: 33-40
Almeida, C.A.B. 1996: 44-46

3027402, MONTE DE LOUSADO (Cidade Grande), Alvito (S. Pedro), Barcelos, Braga (30274). CMP 55 [534850.56, 4608122.38, 309].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um cume da serra do Lousado, referido em 1084, (*Liber Fidei*, doc. 287). Apesar de conhecido e citado em muitas publicações, nunca foi objecto de escavações. Trata-se de um povoado de médias proporções, sendo visíveis restos de duas muralhas e

vestígios de construções de planta circular. Na superfície do povoado recolhem-se fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e alguns fragmentos de tégula.
Argote, J. C. 1732: 509
Azevedo, P. A. 1898: 318
Leal, P. 1886: 132
Vieira, J.A. 1886: 59
Figueiredo, A.M. 1895
Fonseca, T. 1948: 93
Silva, A.C.F. (1986
Martins, M. 1990: 73
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 46-48

3027401, ALVITO (IGREJA), Alvito (S. Pedro), Barcelos, Braga (30274). CMP 55 [534168.28, 4605744.23, 99].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: O local corresponde a uma zona de declive suave, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. Nos terrenos adjacentes à igreja paroquial apareceram alicerces, uma coluna e um capitel, cerâmica de construção e doméstica. O sítio encontra-se muito destruído e as informações sobre os achados referidos são demasiado vagas para permitirem a caracterização correcta do sítio. No entanto, a presença de elementos arquitectónicos, sugere a existência de uma ocupação romana de certa importância.
Fonseca, T. 1948: 103-104
Almeida, C.A.F. 1986: 40
Alarcão, J. 1988: 1/177
Martins, M. 1990: 78, 229
Almeida, C.A.B. *et alii* 1991: 18
Almeida, C.A.B. 1996: 48-50

3021001, ALDEIA / EIDOS, Areias (S. Vicente), Barcelos, Braga (30210). [538151.75, 4601076.43, 50].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro conhecido como "Campo de Vinhal", ladeado por um pequeno riacho e solos de boa aptidão agrícola. Para C.A.B. Almeida, o aparecimento de material laterício, faz supor uma ocupação romana de tipo casal.
Almeida, C.A.B.: 50-51

3021104, S. SEBASTIÃO, Areias de Vilar, Barcelos, Braga (30211). [538324.57, 4599072.69, 0].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula junto à capela de S. Sebastião. O sítio localiza-se num cabeço de altitude média. O autor diz desconhecer a real extensão de vestígios mas supõe tratar-se de uma ocupação romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 220

3021103, MADALENA, Areias de Vilar, Barcelos, Braga (30211). [536218.14, 4598630.03, 40].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano; ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de material laterício na zona da capela de Stª Maria Madalena, que poderá relacionar-se com a notícia de Albano Bellino que refere o achado de uma necrópole no mesmo lugar. O sítio ocupa uma zona sobrelevada virada ao rio Cávado.
Bellino, A. 1909: 25
Almeida, C.A.B. 1996: 218

3021102, AVELEIRAS, Areias de Vilar, Barcelos, Braga (30211). [538023.01, 4599132.78, 40].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio conhecido como Quinta das Aveleiras ou Quinta da Escola situa-se numa pequena elevação voltada ao rio Cávado de bons terrenos agrícolas. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento, numa vasta área, de tégula, ímbrices, e fragmentos de cerâmica comum de época romana. Apareceram, ainda, no decurso de trabalhos agrícolas, pedra de construção, cinzas e vestígios de barro procedente de pisos de habitação.
Almeida, C.A.B. 1996: 217

3021101, IGREJA DE S. JOÃO BAPTISTA, Areias de Vilar, Barcelos, Braga (30211). CMP 69 [, 0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara, cujo texto permanece indecifrável, encontrada na igreja de S. João Baptista. Desconhece-se o local exacto da sua procedência. Trata-se de uma ara votiva, em granito, danificada na parte posterior e no lado direito. As volutas foram niveladas e o *foculus* escavado de novo. Dimensões: 62,5x30,5 (27); campo epigráfico: 42x27; letras: 3 e 5.A inscrição, de origem romana é de difícil leitura. AILAECA / [.] IC[.]/ DACOR [...]/ DVREA.
Alarcão, J. 1986: 1/227
Santos, L. A; Le Roux, P; Tranoy, A. 1983: 195
Martins, M. 1990: 73-74
Almeida, C.A.B. 1996: 220

3021204, LAJE, Balugães, Barcelos, Braga (30212). [530167.73, 4610198.25, 120].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Baixo Império. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de uma sepultura triangular de tégula e ímbrices. O sítio do achado localiza-se no sopé do monte da Srª da Aparecida e parece estar em relação com um habitat tardo-romano encontrado nas imediações, quando se procedia a obras para a construção da sede da Junta de Freguesia. A cronologia deste habitat é sugerida pela presença de cerâmicas cinzentas "filiadas no grupo das paleo-cristãs".
Almeida, C.A.B. 1990: 131-146
Almeida, C.A.B. 1996: 57-58

3021203, QUINTA DAS GIESTAS, Balugães, Barcelos, Braga (30212). [530212.97, 4610445.17, 90].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na Quinta das Giestas, localizada no sopé do monte da Srª da Aparecida, aparecem vestígios de época romana, havendo notícia de mós, tijolos, pesos de tear, para além de fragmentos de cerâmica comum. Nas proximidades encontrou-se uma sepultura romana, que parece associada a uma ocupação tardo-romana (Laje, Balugães, ID 3021204). A dispersão dos vestígios e o posicionamento do sítio sugerem uma ocupação, na Quinta das Giestas de um casal, de época romana.
Almeida, C.A.B. 1990: 131-146.
Almeida, C.A.B. 1996: 57-58

3021201, SRª DA APARECIDA, Balugães, Barcelos, Braga (30212). [529472.91, 4610380.41, 150].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado que se situa num esporão da serra da Padela (ou Monte Carmona). É um povoado de pequena dimensão com duas muralhas e um fosso na vertente norte. O espólio compõe-se de cerâmica de fabrico indígena, tégula, ímbrices, e alguns fragmentos de cerâmica comum. Para C.A.B. Almeida (1996) "é natural que os seus ocupantes tenham sido dos primeiros responsáveis pelo arroteamento da encosta que se estende até à Quinta das Giestas e lugar da Laje."
Azevedo, P. 1896: 262
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 134-135
Queiroga, F.R. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 51-53

3021202,CARMONA, Balugães / Carvoeiro, Barcelos, Braga (30212). [529527.55, 4611199.92, 300].
Tipologia: Castro romanizado; Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado, com três linhas de muralhas, rodeando uma ampla zona dividida em plataformas e coroada por uma pequena acrópole. Na acrópole detectou-se um edifício de planta ortogonal de grandes dimensões, de onde procede uma das aras encontradas neste local. São visíveis, muitos alinhamentos correspondentes a habitações de planta circular e, na plataforma mais oriental do povoado, habitações rectangulares e ainda algumas sub-rectangulares e oblongas, que traduzem uma clara organização proto-urbana. O povoado possui ainda lagares, e um poço. Abundante espólio cerâmico da Idade do Ferro e romano, para além de vidros e moedas (uma do século I e alguns bronzes do século IV). Deste povoado procedem ainda duas aras fragmentadas sem qualquer inscrição. Uma foi encontrada fora de contexto, tendo a outra sido recolhida no edifício ortogonal, já referido. No sopé do castro identificou-se uma sepultura romana, vestígios de tégula e, ainda, duas sepulturas escavadas na rocha. Para Tarcísio Maciel (2003: 114-119) este povoado constitui o núcleo da futura Terra de Neiva.
Argote, J.C. 1732: 200
Costa, C. 1888: 272
Azevedo, P. 1896: 262
Figueiredo, M. 1897: 219 e 283
Guerra, L. 1900: 2-7
Viana, A. 1926: 88-90
Viana, A. 1932: 11-34
Fonseca, T. 1948: 137-138
Paço, A.; Quesado, A.P. 1956: 80-90, 168-179
Neves, L. 1965: 172-180
Almeida, C.A.F. 1978: 33
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 131-146
Almeida, C.A.B. 1996: 53-56
Maciel, T. 2003: 114-119

3021503, ADRO VELHO, Barqueiros, Barcelos, Braga (30215). [522817.52, 4593394.02, 20].
Tipologia: Povoado romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida regista o aparecimento de tégula e ímbrices numa zona relativamente vasta que ocupa um outeiro de baixa altitude, situado nas proximidades da estrada romana entre Lagoa Negra e Barca do Lago. ***Observações***: Segundo o autor, trata-se de um povoado tardo-romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 224-225

3021501, LAGOA NEGRA, Barqueiros, Barcelos, Braga (30215). [522873.18, 4590464.42, 47].
Tipologia: Minas romanas de ouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio de Lagoa Negra situa-se no limite SO do concelho de Barcelos. A exploração do ouro deve ter-se feito aqui desde época romana. Para C.A.B. Almeida um dos argumentos a favor desta hipótese é a localização da via romana que, vinda de Cale, passava junto desta exploração logo antes de Barca do Lago onde transpunha o Cávado.
Almeida, C.A.B. 1980: 167
Almeida, C.A.B. 1996: 213

3021703, IGREJA, Campo (S. Salvador), Barcelos, Braga (30217). [532598.71, 4604719.19, 40].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano; Baixo Império. ***Descrição***: Junto à igreja paroquial de S. Salvador do Campo, C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula e cerâmica comum que atribui a um possível casal.
Almeida, C.A.B. 1996: 63

3021701, CRASTO DO MONTE, Campo (S. Salvador), Barcelos, Braga (30217). [532201.93, 4605426.74, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um terreno de meia encosta, com bons terrenos agrícolas. Nos terrenos revolvidos para plantio, C.A.B. Almeida observou grande quantidade de material laterício, cerâmica comum de época romana e alguns fragmentos de cerâmica micácea. Para além destes achados, informações orais dão conta da existência de muros.
Almeida, C.A.B. 1996: 59-60

3021803, MINHOTAS, Carapeços, Barcelos, Braga (30218). [530933.28, 4604341.75, 105].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégulas, fragmentos de *dolia* e alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena, num sítio conhecido como Minhotas, situado na base do Monte do Castro, no lugar de Picarreira. O autor pensa que pode tratar-se de um casal.
Almeida, C.A.B. 1996: 79

3021802, CARIDE, Carapeços, Barcelos, Braga (30218). [530242.15, 4603506.11, 117].
Tipologia: Casal rural romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa bouça situada numa vertente suave, rodeada por dois ribeiros, noticiou T. Fonseca o que parece ser uma necrópole. C.A.B. Almeida rectifica a localização (não se trata de Stª Leocádia de Tamel mas sim Carapeços) e confirma o aparecimento de pedra de construção, muita tégula e alguma cerâmica comum, o que indicia a existência de um habitat associado a uma necrópole.
Fonseca, T. 1948: 37
Almeida, C.A.B. 1996: 77-78

3021801, CASTRO DA PICARREIRA (Monte do Castro; Castro; Castro de Carapeços), Carapeços, Barcelos, Braga (30218). CMP 55 [530686.75, 4604485.21, 180].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro na encosta do Monte de Tamel, com excelentes acessos aos terrenos agrícolas circundantes. Trata-se de um pequeno povoado, sendo ainda visíveis duas muralhas em talude e dois fossos; o primeiro talude, seguido de fosso, rodeia a coroa. Em termos cronológicos, o sítio tem uma ocupação que remontará à Idade do Ferro, tendo sofrido, em finais do século I a.C. e inícios do século I d.C., uma remodelação. Duas moedas aí encontradas (uma delas de Maximino II) permitem supor, a C.A.B. Almeida, uma ocupação até ao século IV/V d. C. As intervenções arqueológicas realizadas no local, permitiram exumar várias casas (de formato circular e rectangular) e um espólio que inclui cerâmica de fabrico manual, cerâmica indígena fabricada com roda de oleiro, mós manuais, pesos de tear, cossoiros, cerâmica romana e tégula, para além das duas moedas já referidas. A área da coroa do povoado permite, a C.A.B. Almeida, avaliar a ocupação a cerca de 107 m2, o que indica cerca de 30 núcleos de três casas cada. Baseado neste pressuposto avalia a população do castro em cerca de 120 indivíduos. ***Observações***: Segundo Almeida, C.A.B. (2003) este local é um castro agrícola.

Villas-Boas S/D: 43
Silva 1986: 77
Martins 1990: 74
Queiroga, F.R. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 64-77
Almeida, C.A.B. 2003

3022201, MONTE DA SAIA (Cidade da Citânia; Monte de Fralães), Chavão/Silveiros, Barcelos, Braga (30222). CMP 83 [534777.45, 4589679.34, 303].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano. ***Descrição***: O Monte da Saia situa-se numa elevação de altitude média, ocupando uma posição privilegiada no território circundante. Apesar das inúmeras alusões ao sítio (desde o último quartel do século XIX), este nunca foi objecto de escavações sistemáticas. O achado de um monumento para banhos, de duas pedras com representação de figuras togadas (no sítio do Forno dos Mouros, numa das encostas do monte), e, mais tarde, de um depósito de fundidor e de um tesouro de peças em ouro, transformaram o local numa referência obrigatória na bibliografia sobre o mundo dos castros do Noroeste Peninsular. Para J. Alarcão, os dois baixos-relevos (um deles, uma figura togada; o outro, um sacrificante segurando a cabeça de um touro), constituíam as guardas de um reservatório de água integrado no balneário já referido. Possui, três linhas de muralhas e, apesar das dificuldades de prospecção de superfície decorrentes da espessa vegetação que cobre o local, é possível detectar vestígios de estruturas, em pedra, de planta circular. Quanto ao espólio recolhido na superfície, incluem-se abundantes fragmentos de cerâmica micácea, de fabrico indígena, e fragmentos de cerâmica romana. É possível, atendendo aos achados, propor uma cronologia de ocupação que abarca o Bronze Final (os machados de bronze, assim parecem indicar), passando pelo século V-IV a. C., de acordo com a cronologia proposta para a pulseira de ouro, até aos finais do século I d. C., aceitando a cronologia para o monumento para banhos.

Costa, A. C. 2ª ed. 1868-1869-1706-1712: 333
Torres, J. 1876-1877
Sarmento, F. M. 1933: 166; 1933-160-163
Vasconcelos, J. L. 1897, 1905; 1913: 376, 379
Cunha, A. R. 4/8/46: 3
Cardozo, M. 1957: 179-184
Cardozo, M. 1972: 159
Garcia Y Bellido, A. 1968: 33-34
Romero Masiá, A. 1976: 139, 141
Kalb, P. 1980
Centeno, R. M. S. 1987: 141
Alarcão, J. 1988: 1/231
Martins, M. 1990
Calo Lourido, F. 1991: 427-428
Queiroga, F. 1992: 148
Dinis, A. P. 1993: 34-35
Almeida, C.A.B. 1996: 233-235

3022301, CRASTO, Chorente, Barcelos, Braga (30223). [186].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um cabeço bem destacado na paisagem envolvente e boas possibilidades de aproveitamento dos recursos das terras férteis do vale. São visíveis duas muralhas e um conjunto de habitações que se situam na coroa e no espaço intra-muralhas. O espólio é constituído por cerâmicas da Idade do Ferro, mós manuais e fragmentos de tégula.

Teixeira, C. et alii 1969: 47
Almeida, C.A.B. 1996: 232-233

3022403, CASA DO SOUTO, Cossourado, Barcelos, Braga (30224). [530940.23, 4608104.35, 105].

Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida (1996) noticia o aparecimento de tégula e uma mó manual, nos terrenos junto à casa de lavoura da propriedade chamada "Casa do Souto".

Almeida, C.A.B. 1996 III: 82

3022401, CASTRO DE S. SIMÃO, Cossourado, Barcelos, Braga (30224). [531886.46, 4608694.47, 236].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado de médias dimensões situado num ponto bem destacado da paisagem. Habitações de planta circular, duas muralhas e um espólio de superfície que parece maioritariamente constituído por cerâmicas de fabrico indígena. A romanização, está patente pela presença de tégula, algumas cerâmicas comuns, um fragmento de "frigideira com engobe do tipo vermelho-pompeiano", alguns fragmentos de cerâmicas com aguada e uma moeda de Crispus datável de 317-326.

Os recursos mineiros da área em torno do castro de S. Simão incluem a prata (Maciel 2003: 138-140).

Almeida, C.A.B. ; Baptista, A.J. 1984: 99-100
Silva, A.C.F. 1986: nº 194
Queiroga, F.R. 1992 nº 21
Almeida, C.A.B. 1996 III: 79-81
Maciel, T. 2003:138-140

3022502, MONTE DO CRASTO (Alto do Crasto), Courel, Barcelos, Braga (30225). [529236.39, 4590846.94, 202].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num cabeço da vertente meridional da Serra da Franqueira. Trata-se de um povoado de pequenas dimensões, com duas muralhas, uma

delas rodeando a acrópole. Para além de pedra de construção, é possível observar, à superfície, fragmentos de cerâmica indígena feita com roda de oleiro e alguns fragmentos de tégula.
Fonseca, T. 1948: 138
Silva, A.C.F. 1986 nº 210
Almeida, C.A.B. 1996 III: 236-237

3022501, IGREJA, Courel, Barcelos, Braga (30225). [529626.20, 4590027.62, 120].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O Monte Castro, situa-se numa zona plana, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. C.A.B. Almeida (1996), noticia o aparecimento de tégula e pedra de construção, num terreno situado a nascente da actual igreja paroquial, igreja que substituiu uma anterior, localizada a cerca de 100 metros, para Sudoeste. O autor citado põe a hipótese de se tratar de uma exploração de tipo casal da época romana, embora não exclua a hipótese de se tratar de uma ocupação ligada à antiga comunidade que originou a paróquia de Courel.
Almeida, C.A.B. 1996: III: 237

3022703, OUTEIRO, Creixomil, Barcelos, Braga (30227). [527340.83, 4599946.50, 120].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa das vertentes do Monte de S. Mamede (um povoado fortificado), C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégulas, pedra de construção e fragmentos de cerâmica comum romana. Em alguns caminhos junto ao lugar aparecem também fragmentos de cerâmica de fabrico indígena. A presença de tégulas inteiras faz com que o autor tenha colocado, antes de mais, a hipótese de que se trate de uma necrópole; já o outro material o leva a pensar num casal ou mesmo *villa*, eventualmente ocupado já no início do século I d.C. (à semelhança da *villa* de Paço, Vila Cova) , se com ele estiverem relacionados os fragmentos de cerâmica indígena.
Almeida, C.A.B. 1991: 129-139
Almeida, C.A.B. 1996: 84-85

3022802, PAÇO, Cristelo, Barcelos, Braga (30228). [526118.89, 4591061.38, 28].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano; Alta Idade Média. ***Descrição***: O sítio do Paço está situado a Sudeste da igreja paroquial, entre os lugares do Outeiro e de Novais, numa zona baixa, com problemas de drenagem de águas. Este facto, não parece ter impedido, todavia, a ocupação do local, desde a época romana. Nos campos a sudeste da "Casa do Paço", regista-se o aparecimento de tégulas. Para C.A.B. Almeida a origem desta ocupação deve procurar-se num *fundus* do final da romanização, senão já mesmo da Alta Idade Média."
Almeida, C.A.B. 1996 III: 239-240

3022801, IGREJA, Cristelo, Barcelos, Braga (30228). [525581.53, 4592138.85, 48].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano; Alta Idade Média. ***Descrição***: O sítio ocupa um amplo cabeço, dominando o território envolvente, onde actualmente se localiza a igreja de Cristelo. Os vestígios encontram-se, quer no adro desta igreja, quer ainda, nos terrenos que se estendem até à zona sul da elevação referida. Compõem-se de tégula e vestígios de muros, para além de alguns fragmentos cerâmicos que indiciam, segundo C.A.B. Almeida (1996), uma ocupação que ultrapassa a época romana.
Observações: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida.
Fonseca, T. 1948:141
Almeida, C.A.B. 1996 III: 237- 239

3022905, CHÃ DE MILHOS, Durrães, Barcelos, Braga (30229). [527945.25, 4608706.94, 230].
Tipologia: Povoado romano ***Cronologia***: Romano ***Descrição***: O povoado situa-se numa zona plana onde são frequentes os achados de tégula e pedra de construção. Numa intervenção arqueológica dirigida por A. C. F. Silva, e nunca publicada, parecem ter sido encontrados compartimentos rectangulares cobertos a tégula e ímbrices. Para C.A.B. Almeida (1996), que se baseou na observação das estruturas ainda visíveis e do espólio, pode tratar-se de um povoado tardo-romano com funcionamento pleno na época suevo-visigótica.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 89-91

3022904, DURRÃES, Durrães, Barcelos, Braga (30229). [, 0].
Tipologia: Achado monetário Romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida (1996), noticia três bronzes datados do século IV e que apareceram em locais imprecisos da freguesia de Durrães. Encontram-se depositados no museu do Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva, Durrães.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 89

3022903, ALTO DA GIESTA (Pau da Cabeça; Monte da Bouça da Giesta), Durrães, Barcelos, Braga (30229). [527296.96, 4608535.49, 298].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado localizado no Chã de Arefe, um planalto situado no Monte de Arefe. É visível um talude, eventualmente seguido de um fosso. O material cerâmico, observado por C.A.B. Almeida (1996), é da Idade do Ferro mas a presença, nas proximidades, de cistas da Idade do Bronze levam o autor a supor uma ocupação que poderá remontar ao II milénio a.C.
Silva, A.C.F. 1986: 189
Queiroga, F.R 1992: Nº 23.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 88-89
Bettencourt, A.M.S. 1999 II: 233-234

3022902, CASTELOS (Crasto; Alto dos Castelos), Durrães, Barcelos, Braga (30229). [528126.13, 4609073.42, 160].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro ***Descrição***: Povoado fortificado que se situa numa pequena elevação de um maciço montanhoso. Em duas das suas vertentes é ainda visível uma muralha de pedra. No lado Oeste detectam-se, a seguir a esta muralha, dois fossos intervalados por muralha em terra. Na plataforma superior subsistem algumas casas de planta circular. O espólio é maioritariamente constituído por

cerâmicas de fabrico indígena, não havendo quaisquer indícios de ocupação romana ou medieval. A hipótese de que este tenha sido o local de implantação do castelo medieval de Aguiar da Neiva (Almeida 1993) foi contestada por Tarcísio Maciel (2003), que defende esse papel para o povoado de Carmona.
Silva, A.C.F 1986: Nº 190.
Queiroga, F.R. 1992: Nº 16.
Almeida, C.A.B. 1993: 76-77.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 86-88
Maciel, T. 2003: 141-143

3022901, ALTO DO SENHOR DO LÍRIO, Durrães, Barcelos, Braga (30229). [527605.22, 4609658.38, 140].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado de pequenas dimensões, muito destruído, situado a SE de igreja paroquial, na propriedade chamada Quinta do Novais. Nada resta do sistema defensivo e o material, em pouca quantidade, é composto fundamentalmente por cerâmica de fabrico indígena, mós circulares, e ainda, alguns fragmentos de cerâmica comum romana e tégulas. São visíveis vestígios de uma habitação de planta circular.
Silva, A.C.F. 1986: Nº 188.
Queiroga, F.R. 1992: Nº 22.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 85-86

3023001, CASA DO ADRO, Encourados, Barcelos, Braga (30230). [539024.72, 4598151.34, 70].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se no lugar do Assento, mais concretamente na chamada Casa do Adro. Revolvimentos de terrenos fizeram aparecer tégula e alguns fragmentos cerâmicos micáceos da Idade do Ferro. Segundo C.A.B. Almeida, o sítio prestava-se a uma ocupação romana, e, é bem possível, que já no início da Romanização, uma família oriunda de um castro da região tenha aqui instalado um abastado casal, senão mesmo uma *villa*.
Almeida, C.A.B. 1996: III: 240

3023101, IGREJA DE FARIA; ASSENTO, Faria, Barcelos, Braga (30231). CMP 83 [528004.87, 4592168.20, 50].
Tipologia: Casal rural romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma zona baixa, de declive suave e bem irrigada. A norte da actual igreja paroquial apareceram sepulturas romanas bem conservadas, dadas a conhecer por Teotónio da Fonseca. Foram ainda encontrados, a alguns metros, tégulas e objectos cerâmicos. Para além de uma necrópole é provável que tenha existido no local uma *villa*. É, pelo menos esta, a sugestão de C.A.B. Almeida que fala de uma área de dispersão de vestígios de cerca de 100 metros
Fonseca, T. 1948: 160
Alarcão, J. 1988: 1/226
Martins, M. 1990: 74-75
Almeida, C.A.B. 1996 III: 242-243

3023202, MONTE DE S. MAMEDE (Penedo do Ladrão; Guarita), Feitos / Vila Cova / Vilar do Monte, Barcelos, Braga (30232). CMP 55 [526486.71, 4601690.45, 409].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio fica num monte de uma crista montanhosa, mais ou menos paralela ao rio Cávado. Encontra-se rodeado por diversos cursos de água que correm para este rio. Trata-se de um povoado de média dimensão, onde ainda é possível observar algumas habitações, duas linhas de muralhas e bastante material de construção. O espólio é constituído por cerâmica de fabrico indígena, bastante tégula, fragmentos de ânfora, um fragmento de *sigillata* hispânica e algumas moedas de bronze, entretanto desaparecidas.
Fonseca, T. 1948: 232
Silva 1986 Nº 199: 77
Martins, M. 1990: 75.
Queiroga, F.R. 1992: Nº 25
Almeida, C.A.B. 1996 III: 62

3023302, S. PAIO, Fonte Coberta, Barcelos, Braga (30233). [537284.67, 4594040.22, 100].
Tipologia: Necrópole medieval. ***Cronologia***: Romano?; Idade Média. ***Descrição***: O sítio localiza-se no lugar de S. Paio, uma zona bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. Em trabalhos de arroteamento do campo do Cortinhal, apareceram três sarcófagos medievais. De dois destes achados desconhece-se o paradeiro; um terceiro encontra-se na Casa do Paço de Airó. Juntamente com estes achados apareceu bastante tégula.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 244

3023402, ALTO DA DEVEZA/GIESTAL (Giestal), Fornelos, Barcelos, Braga (30234). [527379.39, 4595106.09, 43].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro do Alto da Deveza, ou Giestal, situa-se numa pequena colina entre as azenhas das Fontaínhas e da Pedreira. É um povoado de pequenas dimensões, com uma muralha, complementada por um fosso ainda visível. O espólio é essencialmente constituído por cerâmica da Idade do Ferro e tégula.
Fonseca, T. 1948:168
Almeida, C.A.B. 1996 III: 245-246

3023401, AGRA DA VILA (Boavista), Fornelos, Barcelos, Braga (30234). CMP 69 [50].
Tipologia: Habitat romano; Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma zona aplanada de um terraço fluvial do Cávado, com altitudes médias situadas entre os 50 e 55m. Em Agra da Vila e Boavista apareceram tijolos, tégula, fragmentos de *dolia* e de cerâmica comum romana, para além, de vestígios de construções antigas. Os vestígios aparecem espalhados por uma área vasta (desde o Campo do Forno ao Campo do Passadoiro). É possível admitir a existência de uma ocupação romana, ao qual talvez estejam associados os vestígios de fornos cerâmicos no lugar de Passadoiro (para além do microtopónimo "Campo do Forno" há a assinalar a presença de tijolos). ***Observações***: Estação viária.
Fonseca, T. 1948: 167
Alarcão, J. 1988: 1/224
Martins, M. 1990: 75.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 246-247

3026801, SANTA MARIA DE GALEGOS, Galegos – Stª Maria, Barcelos, Braga (30268). CMP 55 [535877.76, 4601681.67, 130].
Tipologia: Monumento com forno. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na vertente sudoeste da Serra de Oliveira, isto é, na base da Citânia de Oliveira (Roriz). O monumento localiza-se numa área aplanada, no interior de uma muralha do citado castro, e foi descoberto em 1978, bastante bem conservado. É composto por forno, câmara e antecâmara, existindo, ainda, vestígios de um átrio. Junto ao local encontram-se fragmentos de tégula, ímbrices e *sigillatas*. Para C.A.B. Almeida (1996), o monumento é uma estrutura que surgiu na parte final da "cultura castreja" e que terá funcionado até ao século II d. C.
Silva, A. C. F. 1986: 56-58
Martins, M. 1990: 77
Queiroga, F.R. 1992: Nº 26
Almeida, C.A.B. 1996 III: 94-98

3023601, ASSENTO, Gamil, Barcelos, Braga (30236). [534234.37, 4596708.22, 52].
Tipologia: Necrópole Medieval. ***Cronologia***: Romano?; Idade Média. ***Descrição***: No local da actual igreja paroquial (a algumas dezenas de metros da actual) encontraram-se sarcófagos medievais. Nesta área é ainda possível recolher tégula.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 247

3023701, CASTRO DE FARIA (Monte de Faria; Castelo de Faria), Gilmonde, Barcelos, Braga (30237). CMP 69 [529562.74, 4594004.58, 298].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval
Cronologia: Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: O Castro ou Castelo de Faria ocupa um esporão na encosta noroeste do Monte da Franqueira. Possui uma excelente posição geoestratégica, com um amplo domínio sobre as terras férteis do vale. O povoado foi objecto de várias escavações realizadas no século XX. A parte mais alta do povoado foi ocupada, na época medieval pelo Castelo de Faria. Detectaram-se a torre de menagem fernandina e uma anterior, datável do reinado de D. Dinis, habitações relacionadas com a fortaleza, troços de muralhas de diversas épocas e, ainda, habitações de planta circular atribuíveis à Idade do Ferro. Do sistema defensivo é possível observar, actualmente, restos de três linhas de muralhas e vestígios de dois fossos. A maioria dos vestígios visíveis concentram-se na vertente leste do monte, embora na vertente Oeste, se identifiquem alguns muros de habitações e ruas. As escavações empreendidas permitem identificar vários momentos de ocupação do sítio: a mais antiga é atribuível ao Calcolítico, ou ao Bronze Inicial; Com " hiatos mais ou menos prolongados" registam-se ocupações do Bronze Final, até à época romana e Idade Média (Almeida, C.A.B. 1996). Quanto ao período romano a ocupação parece ter-se deslocado até á base do monte, sendo possível que apenas um pequeno sector do povoado se mantenha ocupado, não havendo indícios de reorganização significativa do espaço habitacional.
O espólio é em grande quantidade e variado, abrangendo as várias fases de ocupação do local. Do período romano, e para além, da cerâmica de construção, destacam-se as cerâmicas comuns, as bracarenses, alguns fragmentos de cinzenta fina e materiais de importação (*sigillata* hispânica e fragmentos de ânforas).
Valero, A. J. S. s/d: 11-14
Maluquer, M. J. 1948: 33-38
Santa, O. J. M. 1948: 21-28.
Costa, A. G.; Faria, A. M. ; Carvalho, J. S. 1980: 23-28
Almeida, C. A. B. 1982: 79-80
Almeida, C. A. B. 1985: 51
Silva, A.C.F. 1986: 77, Nº 206
Martins, M. 1990: 75-76
Almeida, C.A.B. 1996, III: 291-388

3023802, ASSENTO, Góios, Barcelos, Braga (30238). [532079.26, 4591362.95, 110].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula num campo situado a nascente do cemitério paroquial. Informações imprecisas localizam, neste terreno, um túmulo, eventualmente, romano. Para o autor citado o local poderá corresponder a um casal de época romana.
Fonseca, T. 1948: 199
Almeida, C.A.B. 1996, III: 249

3023801, PORTELA, Góios, Barcelos, Braga (30238). [531171.68, 4592037.46, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No local situado a sul da estrada que segue Igreja-Portela, C.A.B. Almeida (1996), noticia o aparecimento de tégulas, em quantidade assinalável. O autor sustenta a hipótese de aí ter havido um casal rural.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 248

3024502, TELHEIRAS, Manhente, Barcelos, Braga (30245). [534825.39, 4599116.61, 35].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida (1996), documenta o aparecimento de tégulas no sítio denominado Telheiras, que julga poderem resultar de antigos fornos cerâmicos.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 103-104

3024501, ASSENTO, Manhente, Barcelos, Braga (30245). [535657.11, 4599614.13, 35].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida (2006), noticia o aparecimento de tégula e cerâmica comum romana, numa área que cobre o aro da igreja medieval e uma quinta vizinha. Para o autor, este sítio, provavelmente um casal, deve ser relacionado com os fornos cerâmicos de Telheiras. O facto de, nas proximidades, passar uma via romana que atravessava o Cávado em direcção a Ponte de Lima, é também, um dado a ter em conta na percepção da importância do local. Não sabemos, contudo, se estaremos perante uma *villa* ou um casal.
Almeida, C.A.B. 1996: 102-103

3024601, IGREJA, Mariz, Barcelos, Braga (30246). [527440.14, 4597419.33, 61].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Povoado de pequenas dimensões, situado num pequeno outeiro sobranceiro ao Cávado. Possui "uma muralha em talude, seguida de dois fossos intervalados por muralha em

terra". O espólio é constituído por cerâmica de fabrico indígena, bastante tégula, cerâmica com aguada tipo vermelho pompeiano, fragmentos de ânfora e cerâmica comum romana. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de Carlos Alberto Brochado de Almeida (2003).
Almeida, C.A.B. 1996 III: 100-101
Almeida, C.A.B. 2003: 173

3024701, IGREJA DE MARTIM, Martim, Barcelos, Braga (30247). CMP 69 [540945.82, 4598484.17, 100].
Tipologia: *Mansio*? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona plana, de bons terrenos agrícolas, a sudeste da igreja paroquial. Na área da actual igreja e da Casa do Povo, e estendendo-se para leste e sudeste destas, foram detectados vestígios de um edifício, que parece ter tido pelo menos, duas fases de ocupação: uma de época romana e uma outra, pertencendo à época suevo-visigótica. C. A. F. Almeida realizou escavações, num local localizado a sul da estrada, e identificou uma sucessão de três camadas, das quais, a mais antiga correspondia a um nível de incêndio e demolição onde se encontraram tégulas, tijolos, ânforas (provavelmente tardias) e cerâmicas que foram atribuídas à Idade Média. Numa das escavações foi encontrado o já citado edifício, atribuído à Idade Média. Neste nível de ocupação, C.A.F. Almeida, encontrou um piso de terra batida, para além dos materiais já citados. Da época romana deverão ser pedras almofadadas, uma soleira de porta, *opus signinum*, parte de um capitel jónico, a base de uma coluna e ainda parte de um *podium* e alguns fustes de colunas. Para C.A.B. Almeida a fase mais antiga deverá corresponder a uma *villa* do Baixo Império. Põe também a hipótese de ter aí existido um templo, atendendo à existência, quer das bases de coluna e capitel, quer ainda daquilo que parece ter sido um *podium*. Para os autores citados trata-se, provavelmente, de uma *villa*.
Almeida, C. A. F. 1972: 319-326
Alarcão, J. 1988: 1/233
Martins, M. 1990: 76.
Almeida, C.A.B. et alii 1991: 15-16
Alemida, C.A.B. 1996: III: 250-254

3024801, AGRA DE ALÉM, Midões, Barcelos, Braga (30248). [534910.73, 4595847.93, 60].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de bons terrenos agrícolas, numa pequena elevação situada a nascente do Monte do Maio, virada ao rio Covo. C.A.B. de Almeida (1996) regista o aparecimento de alguma tégula, ímbrices e cerâmica aparentada "com (...) as produções do início da Alta Idade Média". ***Observações***: O autor interpreta os vestígios como povoado tardo-romano.
Almeida, C.A.B. 1996, III: 255
Almeida, C.A.B. 2003: 173

3025001, MINHOTÃES-IGREJA, Minhotães, Barcelos, Braga (30250). [100].
Tipologia: Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A peça terá sido oferecida ao Museu Pio XII, em Braga, pelo pároco da igreja de S. Salvador de Minhotães. Trata-se de uma ara de granito, partida no lado direito; as volutas e o frontão foram nivelados. O texto é duplo, tendo provavelmente resultado de um acrescento de época cristã. A leitura e tradução apresentadas por C.A.B. Almeida, são as seguintes: ARCIVS / ARAM POS[V]IT PRO VO[T]/O DOM(*ino*) A[E]CO/ROVGIA/VESVCON/SERVIS D[E]I VBICV[E]/ TERRARV[M]. Tradução: Arcuius mandou edificar esta ara em razão de um voto feito ao Senhor Aecus Rougiavesucus. Aos servidores de Deus de toda a terra.
Santos, L. A.; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1983: 189-190
Alarcão, J. 1988: 1/288
Almeida, C.A.B. 1996 III: 257-258

3025102, PAÇO, Monte de Fralães, Barcelos, Braga (30251). [536499.07, 4589719.80, 120].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se entre a igreja paroquial e o castro do Monte da Saia, num local bem irrigado e de bons solos agrícolas. No local apareceram tégula, ímbrices, cerâmica comum romana e o muro de um edifício, de feição romana.
A possível relação destes achados com a inscrição aparecida na Quinta de Fralães (ID3025101), que menciona um soldado, permite admitir a existência de uma *villa*, neste local.
Almeida, C.A.B. 1996: 266

3025101, IGREJA, Monte de Fralães, Barcelos, Braga (30251). [537080.76, 4589496.05, 168].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A peça foi localizada numa pedra inserida numa parede da Casa da Quinta da Honra de Fralães, e foi oferecida, em 1896 ao Museu da Sociedade Martins Sarmento (n. 43). Trata-se de uma inscrição funerária de um legionário [AUR]ELIO PATRI/C[I](*i*) . F(*ilius*) . MIL[I] [...]A Aurélio, filho de Patrício, soldado da Legião .....?
Costa; C. 1869: 333
Cardozo, M. 1972 nº 43: 85
Alarcão, J. 1988: 1/13
Ferreira, J. 1992: 37-54
E.E. VIII: nº 279: 504; IX, nº 526: 100
Almeida, C.A.B. 1996 III: 269-270
Revista de Guimarães, XVIII, nº 69: 69

3025201, QUINTA DO LOURIDO, Moure, Barcelos, Braga (30252). CMP 69 [537002.78, 4594748.10, 100].
Tipologia: Casal rural romano; Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de meia encosta com bons terrenos agrícolas, actualmente conhecido como Quinta do Lourido. É precisamente na zona mais elevada desta propriedade, que aparece grande quantidade de tégulas, ímbrices, pedra de construção, argamassa e cerâmica comum de época romana. Um tesouro monetário, encontrado em 1886, composto de moedas de bronze, com uma cronologia de Nero a Adriano, foi atribuído a este local mas subsistem dúvidas; uma parte do tesouro dispersou-se e R. Centeno atribui o local de achado a Moure do concelho de Vila Verde. C.A.B. Almeida (1996), defende uma cronologia para o sítio de inícios da romanização (presença de cerâmicas de imitação vermelho- pompeiano e "bracarenses").
Fonseca, T. 1948: 278.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 16
Centeno, R.M.S. 1978: 25
Centeno, R.M.S. 1987: 70
Alarcão, J. 1988: 1/132
Martins, M. 1990: 76

Almeida, C.A.B. 1996 III: 270-272

3025301, EIRA DOS MOUROS, Negreiros, Barcelos, Braga (30253). [531007.43, 4587071.52, 85].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Pequeno habitat, encimado por uma pequena plataforma rodeada por um muro, a que a população chama "Eira dos Moiros". C.A.B. Almeida (1996), afirma que se deveria tratar de um "minúsculo habitat" que não teria mais de 4 a 5 casas, tipologia que revê em 2003. ***Observações***: Povoado tardo-romano, segundo C.A.B. Almeida (2003).
Almeida, C.A.B. 1996 III: 272-273
Almeida, C.A.B. 2003

3025403, PAÇO, Oliveira, Barcelos, Braga (30254). [537647.22, 4604527.96, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de encosta alta, com uma excelente posição relativamente às terras férteis do vale, na vertente sudeste da serra de Oliveira. C.A.B. Almeida (1996) noticia o aparecimento de tégula e fragmentos cerâmicos.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 112

3025402, IGREJA, Oliveira, Barcelos, Braga (30254). [537883.14, 4603696.60, 100].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano; Medieval? ***Descrição***: O sítio localiza-se no sopé do castro de Roriz, no local onde se encontram a actual igreja paroquial, terrenos do passal e salão paroquial. C.A.B. Almeida (1996) noticia o aparecimento de grande quantidade de tégula, nas obras efectuadas para a construção do salão paroquial e zona do passal. O facto de os achados se encontrarem junto à igreja paroquial, coloca problemas na aferição precisa da tipologia do sítio.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 111

3025401, CITÂNIA DE RORIZ (Monte do Facho; Cidade de Canhoane; Eira dos Mouros; Monte dos Cabrões), Oliveira, Barcelos, Braga (30254). CMP 55 [536774.15, 4603043.19, 324].
Tipologia: Castro romanizado; Achado monetário Romano; Guerreiro galaico. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num local elevado, designado por Alto do Facho, numa ampla plataforma que domina a região. Trata-se de um grande povoado, com, pelo menos, três linhas de muralhas, sendo possível que exista ainda uma outra, na vertente Oeste. Na parte mais alta do povoado foram postas a descoberto vestígios de ruas, de casas circulares e rectangulares e cerâmica característica dos "primeiros tempos de romanização". O espólio percorre um amplo período cronológico, desde uma machadinha de bronze, a escultura de uma cabeça de guerreiro galaico, um grupo de fossetes gravadas em dois penedos, bastante espólio cerâmico e algumas moedas de bronze. A cerâmica recolhida, nas prospecções de superfície, e ainda aquela que apareceu na limpeza de um corte do caminho que conduz ao alto do monte, permite admitir que o sítio sofreu uma ocupação ininterrupta desde o Bronze Final, até ao Baixo Império. Ao Bronze Final deverão pertencer fragmentos de cerâmica carenada, que aparecem misturadas com cerâmicas indígenas de fabrico micáceo, já tardias, dentro da Idade do Ferro. Do Bronze Final deve ser, ainda, uma pequena machadinha em bronze, já referida. A romanização do povoado testemunha-se pela presença de fragmentos de *sigillata* hispânica, de ânforas (com destaque para bordos de Haltern 70, e ainda de cerâmica comum romana. Dois pequenos bronzes de Constantino, sugerem que o povoado deveria estar ocupado ainda no século IV. Em 1974 foi encontrada uma cabeça de guerreiro galaico. Para além deste achado, um monumento com forno, encontrado na zona oeste do povoado (Stª Maria de Galegos), atestam a importância do sítio. Para C. A.B. Almeida a cronologia do povoado estende-se da Idade do Bronze até ao século IV d.C.
Villas-Boas, J. S. P. 1947
Almeida, C. A. B. ; Soeiro, M.T. 1980: 33-34
Kalb, Ph. 1980: 27
Almeida, C. A. B. 1983: 81-90
Silva, A.C.F. 1986
Martins, M. 1990: 77
Queiroga, F.R. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 104-111
Bettencourt, A. 2003

3025601, MONDIM, Panque, Barcelos, Braga (30256). [533460.15, 4608670.78, 150].
Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara de granito cuja parte superior foi nivelada aquando da sua reutilização. Base parcialmente fracturada. Encontra-se depositada no Museu Pio XII, Braga. Trata-se de uma ara dedicada a *Iuppiter Optimus Maximus*, reaproveitada como pé de altar na igreja de Mondim. I(ovi) . O(*ptimo*). MAX(*imo*) / (*hedera*). A Júpiter Óptimo Máximo. C.A.B. Almeida (1996) refere a existência, na mesma igreja, de um pé de altar que poderia ter sido, embora com reservas, uma outra ara, desta vez anepígrafe. O local foi sede de paróquia no século XI e C.A.B. Almeida refere o achado de alguns fragmentos cerâmicos que poderão ser atribuíveis ao período visigótico.
Tranoy, A. 1981: 317
Santos, L. A.; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1983: 184-185
Alarcão, J. 1988: 1/176
Almeida, C.A.B. 1996 III: 112-114

3026002, MOURIZ, Perelhal, Barcelos, Braga (30260). [526187.71, 4597661.39, 60].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: Num pequeno outeiro, em especial na sua vertente virada a poente, são frequentes os achados de tégula, ímbrices, cerâmicas comuns romanas e alguns fragmentos de cerâmica medieval. C.A.B. Almeida (1996) supõe tratar-se de um "casal que se encarregou do arroteamento das terras que se estendem para poente, até à igreja". A localização dos vestígios e a sua área de dispersão levam-nos a corroborar, embora com reservas, a tipologia dada pelo autor citado.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 116-117

3026001, IGREJA, Perelhal, Barcelos, Braga (30260). [525515.18, 4597782.34, 60].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa área que abarca a zona da igreja e os terrenos adjacentes, junto ao passal, noticia-se o aparecimento frequente de tégulas. A estes achados junta-se

pedra aparelhada, integrada nos muros destes terrenos. C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese de se tratar de uma exploração romana de tipo casal.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 115-116

3026104, PAÇO, Pousa, Barcelos, Braga (30261). [540843.75, 4600959.09, 70].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de bons terrenos agrícolas, onde se noticia o aparecimento de tégulas em campos e caminhos da casa do Paço, e, ainda, algumas pedras almofadadas, reaproveitadas como material de construção. As características do local, a dispersão dos vestígios, o topónimo "Paço" e a presença de material de construção permitem supor a existência de um casal de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 276-277

3026102, VERDASCA, Pousa, Barcelos, Braga (30261). [540641.01, 4599208.75, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Num outeiro de altitude média, hoje bastante destruído, C.A.B. Almeida (1996), regista o aparecimento de tégula e um fragmento de *dolium*. O sítio é de difícil interpretação: pode tratar-se de um habitat de finais da Idade do Ferro/inícios da romanização ou corresponder apenas a uma ocupação romana.
Almeida, C.A.B.1996 III: 275

3026202, ASSENTO, Quintiães, Barcelos, Braga (30262). [529253.87, 4607357.23, 120].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno cabeço sobrelevado, num vale de terras férteis e bem irrigadas. Nos terrenos junto ao cemitério paroquial e numa área relativamente ampla da Quinta do Assento são visíveis bastantes fragmentos de tégula e cerâmica comum de época romana. Segundo C.A.B. Almeida a dispersão dos vestígios, as condições topográficas do local e a crença de que é deste sítio o capitel toscano guardado no Museu Pio XII em Braga, levam-no a pensar numa ocupação do tipo *villa*.
Almeida, C.A.B. 1996:120

3026201, SANTA MARINHA, Quintiães, Barcelos, Braga (30262). [529257.26, 4606524.42, 230].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado de pequenas dimensões situado num esporão do monte de Tamel, sobranceiro ao vale. O sistema defensivo ainda perceptível é constituído por "uma muralha em talude no fundo da qual actuava um sistema de dois fossos intercalados por uma muralha em terra". Este sistema defensivo é claramente visível no sector meridional onde a plataforma habitacional do castro se separa de um morro situado numa cota mais alta. O espólio é escasso e é constituído maioritariamente por cerâmica de fabrico indígena com reduzidos fragmentos de tégula e ânfora. T. Fonseca noticiou em 1948 o aparecimento de vestígios de casas de planta circular e sepulturas. Estas, à falta de mais indicações, poderiam estar ligadas à capela construída no flanco norte do morro onde se encontra o castro, ou serem de época romana, caso estivessem fora do perímetro do povoado. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Fonseca, T. 1948: 347
Silva, A.C.F. 1986: nº 191
Queiroga, F.R. 1992: nº 29
Almeida, C.A.B. 1996: 118-120
Almeida, C.A.B. 2003

3026301, TORRE DE MOLDES, Remelhe, Barcelos, Braga (30263). [533465.73, 4592510.33, 192].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de tégula, cerâmica comum de época romana e *dolia*, numa zona actualmente ocupada por vinhas.
Almeida, C.A.B. 1996: 277-278.

3026501, ASSENTO, Rio Covo (Stª Eugénia), Barcelos, Braga (30265). [533975.91, 4597447.17, 52].
Tipologia: *Villa?* ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Na zona conhecida como Terraço da Labugueira regista-se o aparecimento de tégulas, alguns fustes, uma base com fuste acoplado e 4 capitéis. Sítio localiza-se numa zona bem irrigada e próxima de terrenos férteis. Apesar de aqui ter existido uma igreja pré-românica, com cemitério agregado, C.A.B. Almeida (1996), pensa que poderá ter havido aqui uma ocupação anterior.
Almeida, C.A.B. 1996: 279-280

3026602, QUINTA DA COSTA, Rio Covo (Stª Eulália), Barcelos, Braga (30266). [534639.36, 4594428.07, 160].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de vertentes suaves e bons solos agrícolas numa propriedade situada na vertente nordeste do Monte da Saia. Para além de tégulas terão aparecido tijoleiras, alicerces de construções e ainda "caixas rectangulares feitas com tijoleiras compridas".
Almeida, C.A.B. 1996: 284

3026601, SENHORA DE ÁGUAS SANTAS, Rio Covo (Stª Eulália), Barcelos, Braga (30266). CMP 69 [534963.07, 4593138.44, 75].
Tipologia: *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local corresponde a uma zona baixa, de um terraço do rio Covo. No lugar de Senhora de Águas Santas, em Santa Eulália de Rio, noticia-se o aparecimento de tanques soterrados, alicerces, canos de barro, tijoleira e tégulas, cerâmica comum romana, um lajeado, *sigillata* clara D e uma coluna romana. Os indícios recolhidos parecem, indicar a presença de um centro termal, eventualmente, associado a um santuário a divindades aquáticas. C. A. F. Almeida, acredita que existiu em Senhora de Águas Santas uma estação termal romana, que se terá mantido em funcionamento durante a Idade Média. C.A.B. Almeida, reafirma esta hipótese e acrescenta que, junto ao sítio, passaria certamente a via romana secundária, que partia de Famalicão e entroncava na de Olisipo/ Bracara, a julgar pela referência a "*karraria antiqua*" e, mais concretamente à expressão *per carraria usque in dextros eclesiae*.
Almeida, C. A. F. 1972: 126
Almeida, C. A. F. 1970: 100-101
Alarcão, J. 1988: 1/229

Martins, M. 1990: 77
Almeida, C.A.B. 1996 III: 282-283

3028003, OUTEIRO, Silveiros, Barcelos, Braga (30280). [535178.12, 4591675.57, 120].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se em Aldeia Nova, junto à estrada municipal Barcelos/Famalicão. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula na base noroeste de um pequeno outeiro, em quintais e no caminho de acesso a esse outeiro. Põe a hipótese de que tais vestígios correspondam a um casal de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 285-286

3027601, IGREJA, Tamel (S. Fins), Barcelos, Braga (30276). [531418.44, 4604590.58, 85].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em plena zona de vale, em terrenos a norte da igreja de S. Fins de Tamel, encontra-se tégula, juntamente com algumas pedras de construção, reincorporadas num muro divisório de propriedade. Para C.A.B. Almeida tratar-se-á, atendendo à área de dispersão de vestígios, de um casal rural de época romana ou da alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 122-123

3027702, TELHEIRAS, Tamel (S. Veríssimo), Barcelos, Braga (30277). [533731.15, 4600221.67, 35].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se no sopé oriental do morro de Santa Luzia. Aí funcionaram, até data relativamente recente, vários fornos cerâmicos. A existência de tégula, entre os muitos fragmentos de época mais recente, levam C.A.B. Almeida (1996) a pensar numa actividade que remonta à época romana.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 126-127

3027701, IGREJA, Tamel (S. Veríssimo), Barcelos, Braga (30277). [534705.08, 4600041.25, 39].
Tipologia: Forno cerâmico? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma zona plana, enxuta e de solo rico em barro. A abundância de tégula nos terrenos adjacentes à Junta de Freguesia deve corresponder a um habitat romano que, na opinião de C.A.B. Almeida (1996), poderia estar vocacionado para o "fabrico e comercialização de materiais cerâmicos destinados à construção".
Almeida, C.A.B. 1996 III: 126

3026702, PAÇO, Tamel (Stª Leocádia), Barcelos, Braga (30267). [529547.69, 4603441.55, 150].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: A oeste da Igreja de Tamel-Stª Leocádia, noticia-se, numa extensa área de excelentes solos agrícolas achados frequentes de tégula, pedra miúda de construção, *dolia* e cerâmica que C.A.B. Almeida (1996) considera de "produções tardo-romanas". Estes achados devem relacionar-se com os vestígios noticiados na Igreja, onde foi encontrado um silhar almofadado, para além de tégula.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 125

3026701, IGREJA, Tamel (Stª Leocádia), Barcelos, Braga (30267). [529778.75, 4603565.86, 120].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em restauros efectuados em 1981 na igreja de Stª Leocádia de Tamel foi encontrada uma pedra almofadada reaproveitada como pé de altar. Junto à igreja aparece tégula. C.A.B. Almeida acredita que este silhar almofadado pode "ser originário do edifício que superintendia aos destinos da ocupação do vizinho Paço".
Almeida, C.A.B. 1996: 123-124

3028101, PICOTO DOS MOUROS (Alto do Mouro), Tregosa, Barcelos, Braga (30281). [526889.33, 4608957.24, 226].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado de pequenas dimensões localizado num esporão da Chã de Arefe, virada ao vale do Neiva. Possui uma muralha de pedra que rodeia toda a coroa, que é de pequenas dimensões. A vertente sul possui um fosso e talvez uma muralha em terra. Na coroa é visível, para além de pedra de construção, cerâmica indígena, cerâmica comum romana, alguns fragmentos de ânforas e alguma tégula. As escavações realizadas no local permitem admitir o abandono do povoado durante o século I e a sua reocupação, provavelmente no século IV, altura em que se edificam as habitações de forma rectangular. Teotónio da Fonseca noticiou o aparecimento de sepulturas, mas não há referências exactas relativamente ao local exacto destes achados ou à sua tipologia.
Fonseca, T 1948: 348
Silva, A.C.F. 1986 nº 187
Queiroga, F.R. 1992 nº 24
Almeida, C.A.B. 1996 III: 118-120

3028201, CRASTO (Monte do Castro), Ucha, Barcelos, Braga (30282). CMP 55 [540042.11, 4602567.17, 58].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo-império. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno outeiro, de pendor suave, num antigo nível de terraço fluvial do Cávado. Nas imediações da fábrica, construída junto ao local, recolhem-se alguns fragmentos de tijoleira romana. O espólio visível à superfície reduz-se a tégula. ***Observações:*** Povoado tardo-romano, segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Fonseca, T. 1948: 397
Dinis 1993: 103
Silva 1986: 78, Nº 210
Silva, A.C.F. 1986: Nº 205
Martins, M. 1990: 79
Queiroga, F.R. 1992: Nº 32
Almeida, C.A.B. 1996 III: 128-130
Almeida, C.A.B. 2003

3028301, ASSENTO (S. Bento da Varzea), Várzea, Barcelos, Braga (30283). CMP 69 [535094.39, 4596218.91, 40].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona baixa de um terraço do rio Covo, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. São dados como procedentes do local materiais classificados como romanos: um colunelo, dois caleiros em barro e uma base de coluna, para além de várias peças, classificadas como pré-românicas

ou românicas, que fariam parte da primitiva igreja (depositados no Museu Pio XII). A presença de elementos romanos, obriga a pôr a hipótese de uma ocupação romana (casal ou *villa*) que poderia ter dado origem a um templo cristão. No local terá existido um mosteiro Beneditino.
Rosário, A. 1973
Martins, M. 1990: 79
Almeida, C.A.B. 1996: 287-288

3028402, QUINTA DA FONTE VELHA, Viatodos, Barcelos, Braga (30284). [535803.30, 4588820.71, 140].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na vertente sudeste do Monte da Saia. Para além de um conjunto de machados de bronze, foram encontradas algumas moedas, nunca estudadas. C.A.B. Almeida noticia a presença de tégula e põe a hipótese de se tratar de uma ocupação romana de tipo casal.
Fortes, J. 1905: 110-111
Fonseca, T. 1948: 379
Villas- Bôas, J.S.P. 1948: 13-14.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 289-290

3028401, SOUTO, Viatodos, Barcelos, Braga (30284). [536431.84, 4588422.93, 120].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: O sítio corresponde a um pequeno outeiro, actualmente ocupado por casas que terão descaracterizado o local e, eventualmente, destruído grande parte dos vestígios arqueológicos aí existentes. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula e alguns fragmentos de *dolia* nas vertentes sul e leste deste pequeno outeiro, pertencente ao lugar de Souto.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 287-288

3028501, QUINTA DO PASSAL, Vila Boa, Barcelos, Braga (30285). [531664.47, 4600663.65, 70].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa extensa planície, de solos férteis. No interior da Quinta do Passal, extensa propriedade agrícola situada junto à igreja paroquial aparece grande abundância de tégula. Para C.A.B. Almeida estaremos perante uma exploração agrícola, talvez uma *villa*, que produziria a sua própria tégula, uma vez que informações orais atestam o achado de uma estrutura que, pela descrição, parece um forno cerâmico. ***Observações***: Não há indícios suficientes que nos permitam afirmar a existência de uma *villa*.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 130-131

3028605, MERECES, Vila Cova, Barcelos, Braga (30286). [523287.54, 4600914.97, 60].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula e cerâmica comum romana, numa área compreendida entre Eira Velha e Campo de Estrada. Dada a proximidade com a *villa* do Paço, C.A.B. Almeida pensa poder tratar-se de um casal relacionado com a *villa* do Paço. (ID 3028602)
Almeida, C.A.B. 1996 III: 142-143

3028604, S. SALVADOR DO BANHO, Vila Cova, Barcelos, Braga (30286). [524298.68, 4598494.87, 40].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: A algumas dezenas de metros a sudoeste das ruínas do antigo Convento dos Cónegos Regrantes de Stº Agostinho foi encontrada uma necrópole romana. Havia, pelo menos, duas sepulturas feitas com tégulas (embora se desconheça o formato) e outras escavadas no saibro. C.A.B. Almeida recolheu dois vasos cerâmicos e ainda uma anforeta de vidro verde-gelo.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 137-142

3028603, CAMPO DO LOMBO, Vila Cova, Barcelos, Braga (30286). [523542.26, 4598700.83, 50].
Tipologia: Casal rural ***Cronologia***: Romano? Medieval? ***Descrição***: Numa antiga bouça denominada Campo de Lombo, na agra de Revilhões, apareceram tégula, pias em granito e mós de sela de grande dimensão.
Abreu, A.A. 1989
Almeida, C.A.B. 1996 III: 132-133

3028601, ALVARÃO, Vila Cova, Barcelos, Braga (30286). [522661.90, 4598636.33, 40].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Num pequeno outeiro, coberto de pinhal, e nos terrenos adjacentes é possível encontrar tégula, pesos de tear, cerâmica romana e tardo romana e algumas pedras de construção. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida, C.A.B. 1996: III: 131-132
Almeida, C.A.B. 2003

3028602, PAÇO-VILA COVA, Vila Cova, Barcelos, Braga (**3028602**, 30286). CMP 68 [523768.08, 4600490.30, 70].
Tipologia: *Villa*; Necrópole romana; Termas. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A *villa* localiza-se no Lugar de Paço-Vila Cova. O local forneceu cerâmica de fabrico indígena em grande quantidade, e estruturas de finais do século I.a.C. e inícios do século I d.C. O primeiro edifício sofre algumas remodelações no Alto Império e transformações consideráveis no séc. IV d. C, altura em que se constrói um edifício termal. O local possuiu ainda um edifício visigótico, cujos muros se encontravam ao nível dos alicerces, tendo conhecida uma ocupação medieval. Ligada à *villa* romana existiria ainda uma necrópole.
Fonseca, T. 1948: 143-414
Alarcão, J. 1988: 1/175
Martins, M. 1990: 79-80
Almeida, C.A.B. 1996 III: 143-195

3027303, PAÇO VELHO, Vila Frescaínha (S. Martinho), Barcelos, Braga (30273). [529801.84, 4597983.83, 50].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de vale aberto, com terrenos férteis. Nos terrenos em redor do solar do Paço Velho são frequentes os achados de tégulas, e alguma da pedra incorporada nesse edifício é, aparentemente, romana.
Almeida, C.A.B. 1991: 134
Almeida, C.A.B. 1996 III: 134

3027302, TELHEIRAS, Vila Frescaínha (S. Martinho), Barcelos, Braga (30273). [531424.21, 4597959.88, 22].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um terraço fluvial situado a oeste de Barcelos, num lugar denominado Quinta da Ordem. Por uma extensa área são visíveis tégulas, algumas com vestígios de fuligem. É possível que seja procedente deste sítio o que resta de uma grelha de forno romana.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 133-134

3027301, VILA FRESCAÍNHA, Vila Frescaínha (S. Martinho), Barcelos, Braga (30273). CMP 69 [530449.30, 4598325.78, 20].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local corresponde a uma zona de vale aberto e bem irrigado. Os achados ocorreram nas imediações da actual igreja de S. Martinho, no local da anterior igreja, e constam de tégulas romanas, provavelmente pertencentes a uma necrópole, pois informações orais referiram caixas em tijolo, destruídas quando se fez a remodelação da igreja actual. A sudoeste deste sítio fica o Paço Velho, onde existiu um provável casal ou *villa* romana.
Rosário, A. 1973: nº 655
Alarcão, J. 1988: 1/228
Martins, M. 1990: 78
Almeida, C.A.B. 1996 III: 135-136

3028901, PAÇO, Vilar do Monte, Barcelos, Braga (30289). [527918.84, 4600713.31, 180].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa área de bons terrenos agrícolas, a sul/sudeste do Castro de S. Mamede. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula, em terrenos situados a sudeste da igreja paroquial, e de alguma pedra de construção, nos muros e habitações adjacentes à igreja.
Almeida, C.A.B. 1996 III: 136-137

3020502, PAÇO, Airó, Barcelos, Braga (30205). [536882.75, 4595549.34, 85].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O lugar do Paço está implantado numa zona de encosta, bem irrigada e com boa exposição solar. Num cabeço amplo, conhecido como "Eirado", C.A.B. Almeida (1996), regista o aparecimento de tégula e alguns fragmentos de *dolia*.
Almeida, C.A.B. 1993: 84-85
Almeida, C.A.B. 1996 III: 216

3022202, BOUÇA DOS CRASTINHOS, Chavão, Barcelos, Braga (30222). [531138.32, 4589014.99, 150].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano; Alta Idade Média. ***Descrição***: Pequeno habitat situado, num pequeno cabeço, a sul do lugar da Seara, com excelente acessibilidade aos terrenos agrícolas circundantes. É ainda visível parte da coroa, actualmente florestada. Parece ter havido, também, uma muralha em pedra, na base da qual funcionaria um fosso, presentemente aproveitado como caminho. O espólio é raro: tégula, alguns fragmentos de *dolia* e de cerâmica comum de pasta cinzenta. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida (2003).
Almeida, C.A.B. 1996 III: 230-231
Almeida, C.A.B. 2003

3033901, MONTE DE VASCONCELOS, Adaúfe, Braga, Braga (30339). CMP 56 [551990.26, 4602921.13, 356].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro Inicial. ***Descrição***: O sítio situa-se no ponto mais elevado do extremo sul do monte de Vasconcelos, com boa visibilidade para os vales dos rios Cávado e Este. Luís Fontes refere a existência de taludes, em cujas plataformas se encontram fragmentos de cerâmica de fabrico manual. Na plataforma superior, encontra-se um *tumulus* com couraça de pedra e terra e vestígios de violação. A. Bettencourt (1999), que aí realizou sondagens, em 1994, concluiu que apenas nessa plataforma superior se encontram vestígios de ocupação, integrando-a no 2º quartel do I milénio A.C.
Martins, M. 1990: 87
Dinis, A.P. 1993: 37-38
Fontes, L. 1994: 36
Bettencourt, A.M.S. 1999: 251, vol. 2a

3030103, ADAÚFE-IGREJA, Adaúfe, Braga, Braga (30301). CMP 56 [550190.83, 4604200.33, 100].
Tipologia: Ara a Lares; *Villa*. ***Cronologia***: Romano; Idade Média. ***Descrição***: Nos terrenos envolventes da igreja paroquial de Adaúfe foram encontrados fustes de colunas, para além de cerâmica de construção e doméstica. Uma inscrição votiva consagrada ao "*Larsefius*, ou a *Lari Sefio*" terá sido encontrada também nesta povoação, embora a sua localização exacta se desconheça. Tem sido erradamente associado a este sítio o achado de uma lápide funerária que procede de Santo André, na mesma freguesia. - Ara votiva em granito, com as seguintes dimensões: 67x27x21. Desconhece-se a procedência exacta e o seu paradeiro actual. Leitura: LARISEFI/O COM/ES PRO SA/LVTE SVA ET SVORUM. Tradução: *Comes*, pela sua saúde e dos seus, dedicou (este monumento) a *Larisefius (Lariseffo, Lari Sefio* ou *Lari Seffo*). Não existe consenso relativamente ao nome da divindade, que neste monumento se homenageia. De qualquer forma, parece não haver dúvidas de que se trata de uma dedicatória a uma divindade que pode aparentar-se aos Lares, talvez seguida de um epíteto indígena.
Vasconcelos, L. 1905: 334-335.
Fortes, J. 1905-1908: 479
Cunha, 1961: 319
Blázquez Martinez, J. M. 1962: 133
Encarnação, J. 1972: 103-104
Encarnação, J. 1975: 220-221
Tranoy, A. 1981: 303
Martins, M. 1990: 80-81
Fontes, L. 1994: 35-36
Informação de Francisco Sande Lemos.

3030101, QUINTA DE SANTO ANDRÉ /MONTE DO OURO, Adaúfe, Braga, Braga (30301). CMP 56 [548977.26, 4605587.67, 73].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de declive suave e bons terrenos agrícolas, onde se encontram fragmentos de

cerâmica romana, em especial material laterício. Numa das paredes da capela de Santo André, sede da antiga paróquia de Stº André do Vale, encontra-se uma lápide funerária de granito, erradamente atribuída à igreja de Adaúfe. A lápide, está mutilada e incompleta, apresentando as seguintes dimensões: 58x38,5x28.Encontra-se depositada no Museu Soares dos Reis (nº 18). A leitura possível é a seguinte: […] AVLO / […]R / […]SSO / […]H.E. Num pequeno outeiro próximo deste local, conhecido como Monte do Ouro, encontram se abundantes fragmentos de cerâmica comum, material laterício, para além de vestígios de construções rectangulares que L. Fontes admite poderem corresponder a uma ocupação medieval do local, sede de antiga paróquia.
Fortes, J. 1905-1908: 479
Blázquez Martinez, J. M. 1962: 133
Encarnação, J. 1975: 220-22
Tranoy, A. 1981: 303
Alarcão, J. 1988: 1/214
Martins, M. 1990: 80
Fontes, L. 1994: 37

3035102, SANTA TECLA, Braga (S. Vítor), Braga, Braga (30351). CMP 70 [549436.40, 4599694.21, 210].
Tipologia: Tesouro; Atalaia. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: No sítio de Santa Tecla, em Braga, foi encontrado um tesouro monetário de cronologia e paradeiro desconhecidos. J. Leite de Vasconcelos diz-nos, apenas, que este era composto por denários da República e Império. Noticia-se, ainda, a existência no local de abundantes fragmentos de cerâmica de construção. Luís Fontes refere o facto de o sítio aparecer na documentação medieval com o nome de *Mons Custodia*, o que sugere a sua utilização como ponto de defesa ou vigilância.
Vasconcellos, J. L. 1918: 357
Alarcão, J. 1988: 1/199
Martins, M. 1990: 88
Fontes, L. 1994: 75

3035101, AREAL DE BAIXO, Braga (S. Vítor), Braga, Braga (30351). CMP 56 [549121.46, 4601190.55, 210].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano (333-350 d.C.). ***Descrição***: Miliário dedicado ao imperador Constante. Embora se desconheça a localização exacta do achado, é provável que pertencesse à via XVII. O monumento, em granito, encontra-se fracturado, apresentando apenas a parte superior da inscrição. Possui as seguintes dimensões: 92x45, e encontra-se depositado no Museu Soares dos Reis (nº15 Catálogo-Guia da Secção Lapidar).
Leitura: D(*omino*) N(*ostro*) CONSTANTI NOB(*ilissimo*) C(*a*)ES(*ari*)…Tradução: Ao nosso senhor Constante, *mui* nobre César...
Fortes, J. 1905-1908: 124
Alarcão, J. 1988: 1/192
Martins, M. 1990: 88-89

3030702, BRACARA AUGUSTA, Cividade, Braga, Braga (30307). CMP 70 [547936.04, 4599779.09, 200].
Tipologia: Capital de *civitas* e de *Conventus iuridicus* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A cidade romana de *Bracara Augusta* corresponde, tanto quanto os dados arqueológicos permitem concluir a uma fundação *ex nihilo*. Efectivamente, não existem, até ao momento, informações que permitam supor uma ocupação da Idade do Ferro no local. Fundada por Augusto chamou-se *Bracara Augusta*.
Observações: A descrição e bibliografia fundamental que utilizamos, encontra-se referida no volume I desta dissertação.

3031002, CARQUEMIJE, Dume, Braga, Braga (30310). CMP 56 [547510.08, 4602373.96, 100].
Tipologia: Necrópole romana; Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Necrópole encontrada a cerca de 1,5 Km do local onde foi escavada a *villa* romana de Dume, na sequência de trabalhos de abertura de um caminho. Foram, na altura, encontradas três sepulturas de inumação constituídas por caixas de pedra, sem qualquer espólio. No local, foi ainda encontrada uma estela funerária, erradamente associada ao lugar da Igreja-Dume.
Le Roux ; P. Tranoy, A. 1982 : 32-34
Martins, M. 1990: 83
Fontes, L. 1994: 44

3031001, DUME-IGREJA (Assento; Igreja), Dume, Braga, Braga (30310). CMP 56 [547113.27, 4602070.06, 90].
Tipologia: *Villa*; Igreja Suévica; Epigrafia romana. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: A zona arqueológica de Dume consta da área envolvente à zona da igreja paroquial, onde se encontraram os achados mais importantes, sujeitos a intervenções arqueológicas desde 1987. As estruturas identificadas parecem corresponder à *pars urbana* da *villa*, tendo sido identificado um *balneum*, que se conserva intacto, cujos alinhamentos não coincidem com os das *villa*, mas se adaptam à morfologia do terreno. O sítio corresponde a uma zona de declive suave e de bons terrenos agrícolas, onde foram encontrados inúmeros vestígios de que destacaremos capitéis, bases e fustes de colunas, um ex-voto representando uma figura togada, para além de inscrições, moedas e abundantes fragmentos cerâmicos. As escavações, dirigidas por Luís Fontes, revelaram uma igreja do período suevo-visigótico, que foi remodelada na Alta Idade Média, parte da necrópole altomedieval e um edifício religioso posterior (séculos XVII-XVIII). Segundo L. Fontes as epígrafes funerárias encontradas nesta zona devem associar-se à necrópole de Carquemije. Epigrafia: ara funerária em granito, encontrada em S. Martinho de Dume (CIL II 2444). O paradeiro da peça é desconhecido. Segundo A. Tranoy (1981) a peça poderá datar-se do século I d.C. Leitura: LVCRET[IVS]/ L(*vcii*) F(*ilivs*) QVIR(*ina tribv*)/ [S]ATVRNI/NVS ET . Q[?]/ EX[?]Tradução: Lucrécio Saturnino, filho de Lúcio, da tribo Quirina, e Q. ? Ex?...,
Ara votiva em granito, incorporada na igreja de S. Martinho de Dume (CIL II 2414=ILER 102). Leitura: IOVI/ [D vel R]EPVLSORI / [DV]RMIA / [P]VSINNA / [E]X VOTO [P]OSVIT. Tradução: Dúrmia Pusina, dedicou, por voto a Júpiter Depulsor, ou Repulsor.
Ara honorífica de granito encontrada na freguesia de Dume (CIL., II, 2426=ILER, 1671a.). Encontra-se depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmento, nº42. Possui as seguintes dimensões: 43x64x49. Leitura: [CA]MALO MELG/[AECI FILIO B]RACARA/[V]GVSTANO / [S]ACERDOTI [RO]MAE [AVG(vsti)] CAESA?[RVM]/ CONV[EN]TVS / [BRACARAV]G[VSTANVS] Tradução:

A Camalo, filho de Melgeco, Bracaraugustano, sacerdote de Roma, de Augusto (e) dos Césares, do Convento (bracar)augustano. Para A. Tranoy (1981) a inscrição refere um dos primeiros sacerdotes do culto imperial do *Conventus Bracraugustanus*, que terá exercido essas funções, provavelmente, na época flávia.
Ara funerária fragmentada, dada como procedente da freguesia de S. Martinho de Dume, sem indicações mais precisas (CIL II 2456). Desconhece-se o paradeiro actual da peça. Leitura:[…] (AN]N(*orum*) XV (quindecim)/ H(*ic*) S(*itus*) ES(t) Tradução: Aqui jaz...de 15 anos.- Ara funerária encontrada no local da actual igreja de S. Martinho de Dume (CIL II 2427= ILER, 5521). O paradeiro actual é desconhecido. A. Tranoy (1981) data a inscrição do século II. Leitura: D(*iis*) M(*anibvs*) S(*acrum*)/ PRO[…?] NIGRI/NAE AN(*norum*) L(*quinquaginta*)/ FLAMINICA[E]/ PROVINCIAE/ H[I]SP(*aniae*) CITERI/OR[I]S B(*ene*?) M(*erenti*)/ H(*eredes*?) P(*osuervnt*?) Tradução: Consagrado aos deuses Manes. A Pro (?)Nigrina, de 50 anos, flamínia da Província da Hispânia Citerior, digna de merecimento - os herdeiros colocaram.
Ara funerária encontrada na igreja de S. Martinho de Dume (CIL II 2433). O seu paradeiro actual é desconhecido. Leitura: APIL[VS]/ ARQV[I F(*ilius*)?] / MVN[…?] / PEND[…?]) (*castellum*)) A[G]RIP[IAE] /H(*ic*) S(*itus*) EST. Tradução: Aqui jaz Apilo, filho de Arquio, [...], do castellum Agripa.
Hubner 1869/1982:CIL II 2414, 2426, 2433, 2444, 2456
Dias, A. R. 1903: 133
Cardozo, M. 1972: 63
Acuña Castroviejo, F. 1974
Tranoy, A. 1981: 202-316-329-330
Le Roux, P ; Tranoy, A. 1982 :32-34
Fontes, L. 1987: 113-148
Alarcão, J. 1988: 1/191
Martins, M. 1990: 81
Fontes, L. 1991-1992: 199-230
Fontes, L. 1994: 339. 43

3031201, ESPINHO-IGREJA (Assento), Espinho, Braga, Braga (30312). CMP 70 [553231.78, 4600032.26, 440].
Tipologia: Epigrafia funerária; *villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara funerária, encontrada junto à igreja paroquial de Espinho. Nos terrenos envolventes é possível recolher fragmentos de material laterício e cerâmica comum de época romana. O monumento encontra-se em péssimo estado de conservação, o que impede uma leitura correcta, em particular das primeiras linhas. Está depositado no Museu Pio XII, em Braga, e apresenta as seguintes dimensões: 78x31x41. Leitura: [... / …] TOU […/…] AN XXI [.. /.] V […] MAT[(*er*?)] / FILIO CAR[I/S]SIMO FECI[T]...
Santos, L. A.; Le Roux P.; Tranoy, A. 1983: 198
Alarcão, J. 1988: 1/216
Fontes, L. 1994: 45

3031302, MONTE DA FALPERRA (Santa Marta das Cortiças), Esporões, Braga, Braga (30313). CMP 70 [550625.68, 4596229.63, 563].
Tipologia: Castro romanizado; Mosteiro Suevo-visigótico. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano; Alta Idade Média. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando em remate de esporão, bem destacado na paisagem e com excelentes condições naturais de defesa, excepto na vertente nordeste onde se faz a ligação ao esporão. Conhecido, pelo menos desde o século XVIII, o sítio foi sujeito a várias intervenções arqueológicas que testemunharam uma ocupação que remonta à Idade do Bronze, e que se estende pela Idade do Ferro e época romana. Algumas sondagens, efectuadas por M. Martins, revelaram, ainda, alguns artefactos do Calcolítico, para além de terem permitido circunscrever a área ocupada pelo povoado na Idade do Bronze, que corresponderia à zona da plataforma superior do monte (Martins 1990: 119). São todavia perceptíveis duas linhas de muralhas que envolvem o monte que podem ser atribuídas à ocupação pré-romana do local. O último momento de ocupação do sítio corresponde à época tardo-romana ou alto-medieval e é caracterizado por um conjunto de edifícios de que se destaca um provável *palatium*, a qual estaria associada a uma basílica paleo-cristã. Dentro do espólio é de salientar cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica comum romana, *sigillata*, tégula, ânforas.
Sarmento, F. M. 1933: 166
Bellino, A 1909: 15-18
Cunha, A. R. 1948: 3,6
Cunha, A. R. 21/8/49: 2
Cunha, A. R. 20/8/52: 3
Cunha, A. R. 12/3/53: 4
Cunha, A. R. 14/10/54: 1, 4
Cunha, A. R. 1953-54: 241-243
Cunha, A. R. 14/1/55: 1,3
Sousa, J. J. R. 1968-1970: 57-64
Teixeira, C.; Medeiros, A.C. ; Macedo, J. R. 1973: 47
Cunha, A. R. 1975: 9-18, 487-496
Castro, J. S., Correia, S.H.; Oliveira, E.P. 1980: 39
Feio, A. 1984: 99
Ponte, S. 1984: 136, nº 63
Silva, A. C. F. 1986: 79, nº 240
Alarcão, J. 1988: 1/244
Martins, M. 1990: 119
Queiroga, F. 1992: 149, nº 35
Dinis, A. P. 1993: 77-79
Fontes, L. 1994: 47-48
Bettencourt, A. 1999: 255-256

3031301, ESPORÕES-IGREJA, Esporões, Braga, Braga (30313). CMP 70 [548576.96, 4595686.88, 220].
Tipologia: Ara a Júpiter; Epigrafia votiva; limite propriedade; *villa*. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: No adro da igreja paroquial de Esporões recolheram-se uma ara a Júpiter dedicada, provavelmente, por um liberto, e uma estela que deverá corresponder a um marco de propriedade. Junto à igreja é possível recolher fragmentos de material de construção romano e cerâmica comum romana.
Ara de granito cinzento, de grão grosseiro, com as seguintes dimensões: 79x47x41. Nexos na 2ª (TI) e 4ª linhas (HE). Encontra-se depositada no Museu Pio XII, Braga. Leitura: PRO S(*alute*) /TI(*beri*) C(*laudi*?) NI[S]G(*ri vel rini*)/ I(*ovi*) O(*ptimo*) M(*aximo*) / HERMES/ V(*otum*) L(*ibens*) S(*olvit*)Tradução: Para a salvação (pela saúde) de Tiberius Claudius (?) Niger (ou Nigrinus)? A Júpiter Óptimo Máximo. Hermes cumpriu de bom grado o seu voto.
O motivo da homenagem foi, provavelmente, a aquisição da liberdade do liberto Hermes. De salientar o facto de, com excepção da fórmula final e do nome da divindade, o texto

ser uma repetição do encontrado no Castro de Guizande ou Monte Redondo (ID 3032002).
Estela de granito, encontrada no adro da igreja de Esporões, sem decoração. A inscrição está gravada na parte superior do monumento. O monumento apresenta as seguintes dimensões: 110x47x23. Encontra-se depositado no Museu Pio XII, Braga. Leitura: SEVERI. Tradução: (propriedade de?) Severus.
Santos *et alii* interpretam o monumento como limite de propriedade (1983).
Santos, L. A.; Le Roux P.; Tranoy, A. 1983 : 201
Fontes, L. 1994: 46

3034401, EIRAS VELHAS, Este (S. Mamede), Braga, Braga (30344). CMP 56 [554830.75, 4603990.84, 480].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando o ponto mais elevado de um esporão situado na Serra do Carvalho, com boas condições naturais de defesa. São visíveis quatro linhas de muralhas que definem quatro tabuleiros de ocupação, tendo o mais elevado vestígios de estruturas, infelizmente difíceis de definir devido à vegetação que as cobre. O espólio conhecido consta de cerâmica da Idade do Ferro e cerâmica romana, da qual se destaca tégula e fragmentos de ânforas. A proximidade do local com a passagem da via XVII, pode sugerir alguma importância do povoado na época romana. A ausência de escavações impede-nos de saber a cronologia do seu abandono, bem como a profundidade da sua possível romanização.
Teixeira, C.; Medeiros, A.C. ; Macedo, J.R. 1973: 47
Oliveira, E. P.; Moura, E.S.; Mesquita, J. 1982: 8-9
Silva, A. C. F. 1986: 79, nº 241
Martins, M. 1990: 87
Queiroga, F. 1992: 149, nº 41
Dinis, A. P. 1993: 38-41

3034601, ALTO DO CRASTO (Crasto de Espinho), Este (S. Pedro), Braga, Braga (30346). CMP 70 [552887.27, 4600614.53, 441].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Bronze Final. ***Descrição***: O sítio ocupa um remate de esporão do Monte de Rio Mau, virado ao vale de S. Pedro d'Este. Refere-se o achado de cerâmicas indígenas do Bronze Final ou Ferro Inicial.
Bellino, A. 1909: 5
Cunha, A. 1975: 31
Dinis, A.P. 1993: 85-86
Fontes, L. 1994: 51
Bettencourt, A.M.S. 1999: 264, Vol. 2a

3031401, MONTE DE S. GREGÓRIO (Castro de Ferreiros), Ferreiros/Maximinos / Gondizalves, Braga, Braga (30314). CMP 70 [546360.64, 4599295.08, 155].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno outeiro a sudoeste de Braga e tem sido erroneamente localizado na freguesia de Ferreiros. Corresponde, de facto, ao Monte de S. Gregório, também chamado "castro", nos limites das freguesias de Ferreiros, Maximinos e Gondizalves. Aí se recolhem fragmentos de material laterício e cerâmica comum romana. Não há vestígios de fortificações ou espólio cerâmico da Idade do Ferro; as prospecções efectuadas levam-nos a excluir, apesar do topónimo "castro", a hipótese de um povoado fortificado.
Teixeira, C. 1955-56: 7
Teixeira, C. et alii 1973: 48
Silva, A.C.F. 1986: 79, nº 233
Martins, M. 1990: 83
Queiroga, F. 1992: 149, nº 36
Dinis, A.P. 1993: 36
Fontes, L. 1994: 52, 54

3031501, PIPE, Figueiredo, Braga, Braga (30315). CMP 70 [546388.95, 4594565.26, 230].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: III/IV d.C., Romano. ***Descrição***: Tesouro de moedas dos séculos III e IV d.C., encontrado num monte sobranceiro ao lugar de Pipe, dentro de um recipiente cerâmico. Desconhece-se o seu actual paradeiro.
Bellino, A. 1909: 7
Hipólito, M. C. 1960-1961: 20
Alarcão, J. 1988: 1/237
Fontes, L. 1994: 53

3031701, QUINTA DO OUTEIRO (Quinta do Eiteiro), Frossos, Braga, Braga (30317). CMP 56 [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário de Nerva, datado de 97 d.C., e atribuído à via XIX. As incertezas relativamente ao seu local de achado não permitem, todavia, afirmá-lo com segurança. O monumento, em granito (ILER 1818), foi mutilado na parte inferior, devido a reutilização como pedra de lagar. Apresenta as seguintes dimensões: 60x60. Encontra-se depositado no Claustro de Sé de Braga. Leitura: IMPER[ATO]R NERVA / CAESA[R] [A]VG(*ustus*) / P(*ontifex*) M(*aximus*) TRIB(*unicia*) POT(*estate*). Tradução: Ao Imperador Nerva, César, Augusto, Pontífice Máximo, dotado de poder tribunício. L. Fontes (1994) tem muitas dúvidas, relativamente ao facto deste monumento ter sido, encontrado neste local, e afirma que o miliário em questão poderia pertencer a qualquer das vias que saíam de Braga.
Almeida, C. A. B. 1979: 72
Araújo, J. R. 1982: 135
Alarcão, J. 1988: 1/193
Martins, M. 1990: 83
Fontes, L. 1994: 53-54

3031801, MONTE DAS CALDAS (S. Mamede), Gondizalves /Sequeira, Braga, Braga (30318). CMP 70 [544371.47, 4598879.1, 304].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade de Bronze; Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa a vertente sudeste de um pequeno esporão de altitude média, perto da cidade de Braga. É possível observar, apesar da intensa destruição a que foi sujeito, três linhas de muralhas. Nas plataformas por elas definidas restam vestígios de habitações circulares e rectangulares e espólio cerâmico que inclui fabricos indígenas e tégula, segundo observações de M. Martins (1990). A. Bettencourt (1999) coloca dúvidas em relação a uma ocupação do povoado na época romana. Esta autora recolheu fragmentos cerâmicos atribuíveis à época medieval, o que a faz supor que as tégulas encontradas anteriormente possam enquadrar-se, também, nesta época.
Bellino, A. 1909: 18-19
Cunha, A. R. 1947

Teixeira, C. 1955-56: 6; 231-254
Cunha, A. R. 1975: 499-500
Fontes 1994 : 54
Martins, M. 1990 : 83-84
Bettencourt, A. 1999 : 257-259, vol 2a

3031901, IGREJA DE S. MIGUEL DE GUALTAR, Gualtar (S. Miguel), Braga, Braga (30319). CMP 56 [551080.30, 4602281.06, 240].
Tipologia: Necrópole romana; *villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma zona plana junto à antiga igreja paroquial de S. Miguel de Gualtar. É possível observar vestígios de materiais de construção romana, achados idênticos aos já referidos, em 1909, por Albano Bellino. Na igreja encontram-se duas inscrições funerárias inéditas: uma incorporada no lado norte da capela-mor e a outra junto à porta do edifício. L. Fontes, refere o achado de silhares almofadados, reutilizados no edifício medieval, comprovando a existência de um sítio de cronologia romana, que presumimos corresponder a uma *villa* pelas características topográficas do local (Martins 1990; Fontes 1993).
Bellino, A. 1909: 5
Alarcão, J. 1988: 1/215
Martins, M. 1990: 84
Fontes, L. 1994. 55-56.

3032002, S. MAMEDE-GUIZANDE (Monte Redondo), Guizande, Braga, Braga (30320). CMP 70 [546494.76, 4611118.25, 427].
Tipologia: Castro romanizado; Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O local foi escavado por Albano Bellino, em duas campanhas realizadas em 1899 e 1900. As notícias da escavação referem a existência de três muralhas, tendo a primeira mais de 1 Km de perímetro (Bellino 1909, 13) e um conjunto de estruturas diferenciadas: um grupo, com plantas circulares e outro com plantas rectangulares. Ao primeiro grupo pertencia uma casa, conservando em volta da parede interior, um largo banco de pedra e uma outra, de grandes dimensões, com porta bem marcada (Bellino 1909, 8-10). Ao segundo grupo, pertenceriam casas rectangulares construídas com grandes pedras. Além de muralhas e muros das habitações, foram identificados arruamentos, canalizações em pedra, cercas delimitando casas, etc. Prospecções recentes tornaram perceptível um sistema defensivo bastante elaborado; no lado Sul, identificam-se dois taludes e dois fossos, que reforçaram a defesa do castro. O espólio é numeroso: materiais dos finais da Idade do ferro, e outros, que demonstram uma intensa romanização do povoado: fundos de ânfora, fragmentos de *sigillata*, um fragmento de lucerna, tégula e ímbrices. O "ordenamento urbanístico" do povoado está patente e a sua romanização é reforçada pelas pedras esculturadas, pela ara dedicada a ANTISCREVS, e pelo busto de uma estátua em granito, que segundo Calo Lourido (1991, 344) será uma obra romana. - Ara votiva, em granito, muito danificada. A inscrição, com letras muito irregulares, dificulta ainda mais a leitura desta lápide. Leitura: PRO S(*alute*) / TI(*berii?*) C(*aesaris?*) ANTISC/REO SE[…] / HERMES / V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) M(*erito*). Tradução: SE... Hermes cumpriu, de boa vontade, a promessa a Antiscreus, pela saúde de Tibério César.
Vasconcelos, J. L. 1897, 1905, 1913: 75, 334
Fortes, J. 1905-1908: 17-18
Bellino, A. 1909: 7-15, 19-28
Teixeira, C. 1955-56: 231
Encarnação, J. 1970: 215-216
Cunha, A. R. 1975: 497-498
Castro, J. S.; Correia, S.H. ; Oliveira, E. P. 1980: 39
Ponte, S. 1980: 116, vol. II
Silva, A. C. F. 1986: 79, nº 239
Alarcão, J. 1988: 1/238
Calo Lourido, F. 1991: 341 – 346
Queiroga, F. 1992: 149, nº 37
Dinis, A. P. 1993: 68-70
Fontes, L. 1994: 56

3032301, LOMAR – IGREJA VELHA (Assento), Lomar, Braga, Braga (30323). CMP 70 [547757.22, 4597677.99, 50].
Tipologia: Miliário; Incrições funerárias; *villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona relativamente aplanada, a sul da cidade de Braga. Nos terrenos junto à antiga igreja do mosteiro de Lomar encontram-se vestígios de material de construção romano. Para além disso, a igreja, apesar das transformações, revela elementos da construção românica: entablamentos, pedras insculturadas e arcos. São dadas como procedentes deste local, sem precisão do local exacto de achado, um miliário de Crispus e duas inscrições funerárias.
Miliário de Crispus, associado à via XVI, encontrado em Lomar (CIL II 4764:" pouco abaixo da igreja de S. Pedro de Maximinos, junto a igreja de Lomar"). Leitura: D(*omino*) N(*ostro*) / FLAVIO / IVLIO / CRISPO / NOB(ilissimo) / [S?] / CAES(*ari*). Tradução: Ao nosso senhor Flávio Júlio Crispo, *mui nobre*(*sic*) César.
Inscrição, provavelmente funerária (CIL II 2434:"Na quinta de António de Magalhaens, quinta de Abrahão junto a Lomar"). Leitura: [A]RRVNTI VEGETI [...]
Inscrição, eventualmente funerária: (CIL II 2438): " Na igreja de Lomar, na costa da parede do norte") Leitura: T CAELIO T F / QVIR / FLACCO. Apesar de todas as dúvidas pensamos poder admitir a existência de uma *villa*. A localização do sítio e o achado de duas inscrições funerárias sustentam, na nossa opinião, esta hipótese.
Hubner 1869/1982: CIL II 4764; 2434 e 2438
Tranoy, A. 1981: 202
Alarcão, J. 1988: 1/234
Fontes, L. 1994: 57
Mantas, V. 1996: 408-411

3032902, CASTRO MAU, Merelim (S. Pedro), Braga, Braga (30329). CMP 56 [545993.64, 4604058.14, 50].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de vale, no limite da freguesia de S. Pedro de Merelim. É possível observar, numa área relativamente vasta, bastantes fragmentos de material laterício, bem como alguns fragmentos de cerâmica comum romana. O sítio tem sido classificado como castro mas nada indica que se trate de um povoado desse tipo. As prospecções por nós realizadas no local, permitem-nos concordar com L. Fontes. Nada indica, apesar do topónimo, a existência de um castro. A proximidade do sítio com um troço da via XIX, sugere-nos uma ocupação romana. Na ausência de indícios arqueológicos conclusivos, não nos é possível avançar outras hipóteses.

Sampaio, A. 1963: 265
Martins, M. 1990: 88
Fontes, L. 1994: 58

3032903, S. PEDRO DE MERELIM-IGREJA, Merelim (S. Pedro), Braga, Braga (30329). CMP 56 [545499.88, 4603453.37, 50].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: I /II d.C., Romano. ***Descrição***: Inscrição funerária em granito, encontrada numa parede da igreja paroquial de S. Pedro de Merelim, reaproveitada como material de construção. Desconhece-se o seu paradeiro actual.
Leitura: L(*ucio*) VALERIO / QVIR(*ina tribu*)/ RVFINO VL[erius] RVFVS FI(*lius*) / HE (*re*)S EX T(*e*)S(*ta*)M(*e*)N(*to*). Tradução: A Lúcio Valério Rufino, da tribo Quirina, Valerio Rufo, filho, herdeiro, erigiu por testamento.
Segundo A.Tranoy (1981) a inscrição poderá datar-se de finais do século I/inícios do II d.C.
Hubner 1869/1982: CIL, II, 2450 = Vives, J. 1972: ILER, 5112
Tranoy, A. 1981: 202
Alarcão, J. 1988: 1/186
Martins, M. 1990: 88
Fontes, L. 1994: 59

3032904, PINHEL-PATEIRA, Merelim (S. Pedro), Braga, Braga (30329). CMP 56 [546200.25, 4603300.30, 70].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local corresponde a uma zona aplanada, que se situa entre a actual estrada Braga/Ponte do Prado e o caminho antigo que julgamos poder corresponder a um troço da via XIX. Em trabalhos de prospecção realizados em 2004, observamos na actual quinta do lugar de Pinhel, vestígios de colunas romanas e fragmentos de cerâmica de construção romana. Estes indícios levaram-nos a proceder a uma prospecção intensiva na área compreendida entre os terrenos desta quinta e a zona conhecida como Pateira. Embora seja difícil precisar, numa zona intensamente revolvida por trabalhos agrícolas, a área de dispersão de materiais, foi possível encontrar materiais de superfície de época romana, nomeadamente fragmentos de cerâmica de construção e alguns fragmentos de cerâmica comum, numa zona relativamente vasta. Numa das quintas, situada já no lugar de Pateira, encontra-se um fragmento de uma pedra de lagar. Não é possível afirmar que se trate de um fragmento de época romana, mas parece-nos que é lícito registar o achado. A proximidade da Via XIX e o excelente potencial agrícola dos terrenos permitem supor uma ocupação de época romana. Julgamos possível relacionar esta exploração com a inscrição encontrada em S. Pedro de Merelim, que menciona um cidadão romano inscrito na tribo Quirina (ID 30032903).
Inédito

3032701, BOUÇA ALTA, Navarra, Braga, Braga (30327). CMP 56 [551664.04, 4606814.32, 85].
Tipologia: *Mutatio* ou *mansio* da via XVIII. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A *mutatio* situada antes da travessia do Cávado estaria muito provavelmente localizada no sítio de Bouça Alta, em Navarra. O sítio ocupa uma zona aplanada na margem esquerda do rio Cávado, sujeita a intensos trabalhos agrícolas. Aí se recolhem, numa extensa área, fragmentos de cerâmica de construção e comum romana.
Alarcão, J. 1988: 1/210
Martins, M. 1990: 84
Fontes, L. 1994: 61

3032901, CASTRO DA CONSOLAÇÃO, Nogueiró, Braga, Braga (30329). CMP 70 [551338.67, 4600109.86, 340].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro bem destacado na paisagem e com boas condições de defesa, que parece ter tido uma linha de muralha e um fosso. Dispersos pela superfície encontram-se fragmentos de cerâmicas indígenas e fragmentos de tégulas. No local estão igualmente referenciados capitéis e o achado de mós. A ausência de escavações não permite aferir o grau de romanização do povoado.
Costa 1706: 185
Bellino, A. 1909: 4-5
Teixeira 1936: 232
Feio 1956-1984: 99
Teixeira et alii 1973: 47
Rosário 1974: 23, 59
Cunha (1975: 485-536
Castro et alii 1980: 39
Oliveira 1982: 8-9
Silva 1986: 79
Queiroga, F. 1992:149
Dinis, A. P. 1993: 79-81

3033103, SANTO ESTEVÃO (Santo Estevão), Palmeira, Braga, Braga (30331). CMP 56 [545889.66, 4604456.96, 60].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona aplanada de um terraço do rio Cávado. Aqui se encontraram fragmentos de cerâmica comum romana de que se destaca o bordo de um *dolium* com a inscrição "RVFINVS" (Museu Pio XII, nº 64), para além de material laterício. Do local procede também um fragmento de uma escultura em granito depositada no Museu Pio XII (nº 63). No mesmo Museu encontra-se uma ara anepígrafe (108x43x40), com frontão e volutas, dada como procedente da capela de Santo Estevão.
Santos, M. M. 1977: 15-18
Santos, L. A.; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983: 202
Alarcão, J. 1988: 1/185
Martins, M. 1990: 84-85
Fontes, L. 1993: 63

3033102, SANTO ESTEVÃO, (Santo Estevão Velho/ Pardelhas), Palmeira, Braga, Braga (30331). CMP 56 [0].
Tipologia: *Villa* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição:*** Em Santo Estevão Velho ou das Pardelhas, nos terrenos a sul da destilaria, há ainda notícia do achado de grande quantidade de cerâmica de construção e comum romana. L. Fontes (1994), refere ainda, que nas zonas menos cobertas por vegetação, se observam vestígios de muros. Em prospecções recentes observamos vestígios de muros e recolhemos bastantes fragmentos de cerâmica comum romana e tégulas; o local encontrava-se coberto de vegetação o que impediu observações mais detalhadas. Apesar de tudo, o conjunto

referido de vestígios, a localização do sítio e a sua relativa proximidade com a passagem da Via XIX, permitem-nos admitir uma exploração agrícola de época romana de alguma importância.
Fontes, L. 1993

3033101, OUTEIRO DE S. SEBASTIÃO, Palmeira, Braga, Braga (30331). CMP 56 [547987.74, 4604578.04, 115].
Tipologia: *Villa;* Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona plana e de terrenos férteis onde se recolhem, por uma extensa área, fragmentos de cerâmica romana em grande abundância. No Outeiro de S. Sebastião, junto à igreja paroquial situada numa pequena elevação, foi encontrado um tesouro com cerca de 4000 moedas, hoje desaparecido. As poucas moedas classificadas eram dos imperadores Constantino, Constante, Valentiniano, Teodósio, Honório e Arcádio. Para além destes materiais, encontram-se depositados no Museu Pio XII, e dados como procedentes de Palmeira, uma base de coluna e dois capitéis. A área de dispersão de vestígios situa-se entre o Outeiro de S. Sebastião e a área do campo de aviação de Palmeira.
Santos, L. A.; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983: 201-202
Alarcão, J. 1988: R. P. 1/188
Martins, M. 1990: 84
Fontes, L. 1994: 62

3033202, PADRÃO; IGREJA, Panóias, Braga, Braga (30338). CMP 56 [544808.23, 4602646.68, 55].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: 32/33 d.C. ***Descrição***: Miliário depositado em Panóias, servindo de pedestal de cruzeiro. Apresenta dois textos epigráficos: o primeiro datado da época de Tibério reinscrito, posteriormente, na época de Valentiniano e Valente. No largo onde se encontra este miliário existe um fragmento de um outro, parcialmente enterrado, no qual não se vislumbra qualquer inscrição. Pertenceria, provavelmente, à via XIX, embora se encontre deslocado, segundo opinião de A. Bellino e C.A. B. Almeida. Miliário de granito com duas epígrafes, possui 245cm de altura. A primeira insrição a ser gravada é da época de Tibério e pode ser datada de 32-33 d.C.
Leitura: [TI(*erius*) CAESAR DIVI AV]G(*usti*)/[F(*ilius*) DIVI IVL(*i*) NEPO[S] AUG(*ustus*)/ [PONT(*ifex*) MAXIMV]S IMP(*erator*) VIII(*octavum*) CONSVL V(*quintum*) TRIB(*unicia*) PO/TEST(ate) XXXIV (*trigesima quarta*) BRACARAVG(*usta*) (*tria/quatuor? milia passuum*) Tradução: (Tibério César Augusto, filho do divino Augusto, neto do divino Júlio, Pontífice Máximo), saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez, no trigésimo quarto poder tribunício. Desde Bracara Augusta são três/quatro? milhas.
A reinscrição, de Valentiniano e Valente , é datável de 364-367. Leitura: D(*ominis*) N(*ostris duobus*) VALENTIANO/ ET VALENTI FOR/TISSIMIS PRINCIPI/BVS SEMP(*er*) AVGUSTIS BACARAUG[usta] III/IIII (*tria/quattuor? milia passuum*). Tradução: Aos nossos dois senhores Valentiniano e Valente fortíssimos príncipes, Augustos para sempre. Desde Braga são três/quatro? milhas.
Bellino, A. 1896: 45-48
Santos, L. A. 1979: 14
Almeida, C. A. B. 1979: 100, 101,143
Araújo, J. R. 1982: 147-148
Alarcão, J. 1988: 1/190
Martins, M. 1990: 85-86
Fontes, L. 1994: 63-64

3033201, QUINTA DE GERMIL, Panóias, Braga, Braga (30332). CMP 56 [545104.08, 4603049.52, 50].
Tipologia: Miliário; Marco medieval. ***Cronologia***: 32-33, Romano. ***Descrição***: Miliário de Tibério assinalando a milha 2 da via XIX. Na face oposta da inscrição apresenta gravada a palavra Tibães. Encontra-se, seguramente, deslocado, assinalando o sítio onde se encontra o limite do couto de Tibães e não a passagem da via XIX. O monumento, de granito, está fracturado na base e apresenta as seguintes dimensões: 118x 55. Pode ser datado de 32-33, e assinalaria a milha 2 da Via XIX. Encontra-se depositado no Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães (nº 82) Leitura: Ti(*berius*) CAESAR DIVI AVG(*usti*) F(*ilius*) / DIVI IVLI(*i*) NEPOS AVG(*ustus*) / PONT(*ifex*) MAXIMVS / IMP(*erator*) VIII (*octavum*) CONSVL V (*quintum*) / TRIB(*unicia*) POTEST(*ate*) XXXIV (*trigesima* quarta) / BRACARAVG(*usta*) [II] (*duo milia passuum*). Tradução: Tibério César Augusto, filho do divino Augusto, neto do divino Júlio, pontífice máximo, saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez, no trigésimo quarto poder tribunício. Desde Bracara Augusta são dois mil passos.
Bellino A. 1896: 45-48, 53
Dias, A. R. 1903: 133
Cardozo, M. 1972: 78
Almeida, C. A. B. 1979: 143-149
Araújo, J. R. 1982: 144-146
Alarcão 1988: 1/189
Martins, M. 1990: 85
Fontes, L. 1994: 64

3033501, LAJES, Pousada, Braga, Braga (30335). CMP 56 [554863.70, 4606746.55, 120].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de excelentes terrenos agrícolas, virada ao vale do rio Cávado, ocupada por uma grande quinta cujos terrenos se estendem de Lages a Moutorre. Aí, numa ampla extensão de terreno, é possível encontrar cerâmica romana de construção e doméstica em grande quantidade, para além de alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena. Os achados parecem concentrar-se junto ao solar da propriedade, o que pode indicar que seria aí o núcleo do habitat. A quantidade e dispersão do material levam M. Martins a admitir a hipótese de se tratar de uma *villa*.
Alarcão, J. 1988: 1/212
Martins, M. 1990: 88
Fontes, L. 1994: 68-69

3034604, CASAS NOVAS, Real, Braga, Braga (30346). CMP 56 [547200.20, 4601700.70, 70].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em terrenos junto ao antigo caminho que, da capela de S. Lourenço, passa pela antiga gafaria e segue para norte, passado a ribeira de Gafes (ou Gafos), encontram-se alguns vestígios de cerâmica de construção e comum romana. Os vestígios são muito parcos para que possamos decidir a que tipo de ocupação corresponderá. A proximidade relativamente ao que pensamos ser um troço da antiga via XIX e ainda a Bracara Augusta, permite-nos apenas supor que se tratará de uma ocupação de época romana.
Inédito.

3034603, COTURELA-PARRETAS, Real, Braga, Braga (30346). CMP 70 [547099.83, 4600732.49, 130].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situava-se num pequeno outeiro que foi completamente destruído pela urbanização das Parretas. Noticia-se o achado de muitos fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum de época romana, para além de vestígios de construções e elementos arquitectónicos. Segundo L. Fontes (1994) "Este sítio poderá corresponder à *villa Pascasi* referenciada na delimitação do termo de Dume do ano 911". Admitimos a hipótese de se tratar de uma *villa* na periferia urbana de *Bracara Augusta*.
Costa 1965: 38-40
Fontes, L. 1994: 69

3033702, QUINTA GRANDE DE TOURIDO, Real, Braga, Braga (30337). CMP 70 [546327.68, 4600662.63, 60].
Tipologia: Marco de delimitação ***Cronologia***: Indeterminada ***Descrição***: C.A.B. Almeida identificou, junto à Quinta de Tourido um fragmento de uma coluna com as seguintes dimensões: 230x 50. L. Fontes, põe a hipótese de se tratar de um marco delimitador dos termos das freguesias de Real e Semelhe (Fontes, L. 1994: 71), hipótese com a qual concordamos.
Almeida, C. A. B. 1979: 98
Araújo, J. R. 1982: 143
Alarcão, J. 1988: 1/197
Martins, M. 1990: 87
Fontes, L. 1994: 71

3033701, S. FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Real, Braga, Braga (30337). CMP 56 [546921.04, 4601268.4, 85].
Tipologia: *Villa?* Tesouro ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: Num pequeno outeiro, onde está instalada a capela de S. Frutuoso, foi encontrado um tesouro de moedas de cobre, do imperador Constantino Magno (306-337). As prospecções efectuadas na área envolvente da capela, em particular nos terrenos da chamada "Quinta Pedagógica", revelaram a presença de bastantes fragmentos de tégula, tijolos e cerâmica comum romana. Albano Bellino (Bellino, A., 1909, p. 5.) refere a existência de restos de um pequeno templo, dedicado a Esculápio, numa capela lateral à de S. Frutuoso. No entanto, não existem quaisquer elementos que permitam aceitar esta informação como verdadeira.
Belllino, A. 1909: 5
Hipólito, M. C. 1960-1961: 21
Coutinho, J.M. 1978: 38
Alarcão, J. 1988: 1/195
Martins, M. 1990: 87
Fontes, L. 1994: 69-71

3033703, CASTRO MÁXIMO (Monte Castro), S. Vicente, Braga, Braga (30337). CMP 56 [547833.44, 4601134.34, 170].
Tipologia: Castro romanizado? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro Máximo ou Monte Castro localiza-se, junto à área urbana de Braga, num dos pontos mais elevados da cidade. As obras levadas a cabo na pedreira aí existente desfiguraram quase completamente o local. Apesar de citado em documentos medievais, e, múltiplas vezes, nos séculos XIX e XX é Carlos Teixeira (1955-56) quem descreve, com alguma minúcia, o povoado, referindo a presença de fossos, na vertente virada para a cidade, e admitindo a existência de duas linhas de muralhas. Refere, ainda, vestígios de habitações circulares em pedra e o achado de fragmentos cerâmicos e metálicos. O autor defende a ideia de que o local não teria sido romanizado. As sondagens levadas a cabo por uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1977 e 1978, não permitiram conclusões quer em termos da cronologia da ocupação e abandono do sítio quer, ainda, da sua organização defensiva. No entanto, as cerâmicas recolhidas permitem supor uma ocupação intensa entre meados do século I a.C. e meados do século I d.C. Os vestígios de alguma cerâmica romana, nomeadamente fragmentos de ânfora, e a presença de moedas, admitem a possibilidade de uma coexistência do Castro Máximo com a primeira ocupação romana da cidade de *Bracara Augusta*. L. Fontes refere, o facto deste povoado aparecer referenciado na delimitação do Termo de Braga, em 873, bem como na delimitação do termo de Dume em 911.
Freitas, B. S. 1890: 320
Bellino, A. 1909: 5
Teixeira, C. 1955-56: 17-38
Costa, A. J. 1965: 33-35; 38-40
Castro, J. S.; Correia, S.; Oliveira, E. P. 1980: 37-51
Martins, M. 1990: 86
Fontes, L. 1994: 72-73

3030352, ÍNFIAS/PACHANCHO, S. Victor, Braga, Braga. CMP 56 [548334.43, 4600740.96, 70].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local localiza-se na periferia de Bracara Augusta e aparece mencionado como *Villa Infidias* na delimitação do termo de Dume (Costa 1965:38-40). No local da antiga fábrica Pachancho foi noticiado o aparecimento de elementos arquitectónicos, nomeadamente colunas romanas, em desaterros efectuados em 1917 (Oliveira 1979:174-175 e 182). A proximidade deste sítio relativamente ao solar de Ínfias levou-nos a interpretá-lo como um único sítio arqueológico, presumindo-se que corresponda a uma *villa*.
Costa 1965: 38-40
Oliveira 1979:174-175 e 182
Fontes, L.: 74

3033103, MONTARIOL (Fonte de S. Vicente), S. Vicente, Braga, Braga (30351). CMP 56 [548705.54, 4602785.85, 150].
Tipologia: Epigrafia votiva; *archa petrinea*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva de granito, partida em duas partes, o que afecta a correcta leitura da segunda linha da inscrição. O monumento foi picado na parte superior, embora seja possível observar parte das volutas e do *foculus*. A peça encontra-se depositada no Museu Pio XII, de Braga (nº 126) e apresenta as seguintes dimensões: 93x44x35,5 (30). Leitura: COPORICI / MATERNI / EX VOTO / MARTI TAR/BVCELI FV(L)/LONES. Tradução: Os pisoeiros Copóricos Maternos, por um voto feito a Marte Tarbucelis (mandaram fazer este monumento). L. Fontes, refere o facto de, no sopé da vertente Oeste de Montariol, se conservar uma nascente de água; na rocha de onde brota a água foi talhado um pequeno tanque quadrado. Para o autor, esta fonte parece

corresponder à descrição das "archas petrineas", referenciadas na delimitação dos termos medievais. Junto ao local encontram-se fragmentos de tijolo e tégula e, segundo informações orais, num dos muros que ladeiam a fonte "estava uma pedra com letras que um senhor padre levou para o seminário de Braga", sendo possível que se trate da ara votiva a Marte.
Traynoy, A. 1981: 304
Santos, L. A.; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1983: 192
Alarcão, J. 1988: 1/196
Martins, M. 1990: 85
Fontes, L. 1994: 73

3035303, SENHOR DOS LÍRIOS -SANTARÃO, Semelhe, Braga, Braga (30353). CMP 70 [544928.29, 4600648.56, 120].
Tipologia: Epigrafia honorífica-pedestal ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: Pedestal de estátua, encontrado, em 1896, junto à capela do Senhor dos Lírios, e depositada na Sociedade Martins Sarmento-Guimarães -nº 83 (E. E. VIII 280 = ILER 1028). A inscrição é dedicada ao imperador Augusto pelos "Bracaraugustani", no dia de aniversário de *Paullus Fabius Maximus*, e pode ser datada de 3 a.C. É um dos mais importantes e antigos monumentos epigráficos, encontrado na região de Braga. O monumento possui uma forma cilíndrica e apresenta as seguintes dimensões: 118x90x82.
Leitura: IMP(*eratori*) CAESARI DIVI F(*ilio*) AUG(*usto*)/ PONT(*ifici*) MAX(*imo*) TRIB(*unicia*) POT(*estate*) XXI (*vigesima prima*) / SACRVM BRACARAVGVSTANI / PAVLLI FABI(*i*) MAXSIMI LEG(*ati*) PROPR(*etoris*) NATALI DEDICATA EST. Tradução: Ao Imperador César Augusto, filho do divino César, pontífice máximo, no vigésimo primeiro poder tribunício, os Bracaraugustanos consagraram este monumento, (inaugurado) no dia natalício de Paulo Fábio Máximo, legado propretor. L. Fontes (1994) refere o facto de, em época recente, e também nas proximidades da capela, se ter recolhido uma tampa sepulcral medieval, que se conserva inédita.
Hubner (1869/1982) CIL, II, 2450 = Vives, J. (1972) ILER, 1028
Bellino, A. 1896: 5
Dias, A. R. 1903: 278
Bellino, A. 1909: 18
Cardozo, M. 1972: 66
Le Roux, P. 1980: 155
Tranoy, A. 1981: 328
Alarcão, J. 1988: 1/194
Martins, M. 1990: 89-90
Fontes, L. (1994) P. 77.

3035302, MONTE DE CONES (Cide), Semelhe, Braga, Braga (30353). CMP 70 [546333.71, 4600062.89, 110].
Tipologia: Habitat Romano Indeterminado; Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma pequena elevação, situada a Oeste da cidade de Braga, e que separa os montes de S. Gregório e Barral. Numa vasta área, é possível recolher fragmentos de cerâmica de construção romana. Já em 1909, Albano Bellino (1909, p. 5) tinha referido a existência, no local, de cerâmica romana e tégula. O mesmo autor afirma que procede deste local um miliário, com inscrição completa, que assinala a milha I e que deveria pertencer à via XIX (CIL, 4756=ILER 1858). O monumento, depositado no Museu D. Diogo de Sousa-Braga, está datado de 238 d.C.. Dimensões: 240x50.
Descrição: Miliário atribuído ao imperador Maximino, fracturado em duas partes. Leitura: IMP(*erator*) CAESAR G(*aius*) IVLIVS / VERVS MAXIMINVS P(*ius*) F(*elix*) / AV (*gustus*) GERMANIC(*us*) MAX(*imus*) DACIC(*us*) / MAX(*imus*) SARMATIC(*us*) MAX(*imus*) Pont(*ifex*) / MAX(*imus*) TRIB(*unicia*) POTESTATIS [sic] [I]V(*quartum*) IMP(*erator*) VII (*septimum*) P(*ro*)P(*raetor*) C[O]NS(*ul*) PRO/CO(*n*)S(*ul*) ET G(*aius*) IVLIVS VERVS / MAX(*imus*) N[O]BILISSIMVS CAESAR / GERMANIC(*us*) MAX(*imus*) DACIC(*us*) / MAX(*imus*) SARMATIC(*us*) MAX(*imus*) PRINCEPS / IVVENTVTIS FILIVS D(*omini*) N(*ostri*) IMP(*eratoris*) G(aii) IVLI(i) VERI MAXIMINI P(*ii*) F(*elicis*) AVG(*usti*) / VIAS ET PONTES TEMPORE / VETVSTATIS CONLAPSOS / RESTITVERVNT / CVRANTE Q(*uinto*) / DECIO [VALER(*iano*)] LEG(*ato*) AVG(*usti*) PR(*o*)P(*raetore*) / A BRAC(*ara*) AVG(*usta*) M(*ilia*) P(*assuum*) I(*unum*).
Tradução: O imperador César Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto, Germânico Máximo, Dácico Máximo, Sarmático Máximo, pontífice máximo, no seu quarto poder tribunício, sete vezes imperador, propretor, cônsul, procônsul e Gaio Júlio o Máximo, mui nobre César, Germânico Máximo, Dácico Máximo, Sarmático Máximo, Princípe da Juventude, filho do nosso senhor imperador Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto, restauraram as estradas e as pontes destruídas pelo andar dos tempos, superintendendo na obra Quinto Décio Valeriano, legado de Augusto, propretor. Desde Bracara Augusta são mil passos. Martins Capela (1895) e C. A. B. Almeida (1979) têm dúvidas quanto à atribuição do marco a esta via. L. Fontes (1994) acrescenta que a localização do marco "poderá não corresponder, de facto, à passagem da via romana, pois o local corresponde à *Villa de Columnas* referenciada na documentação medieval como limite de diversos termos, podendo o miliário ter sido reutilizado como marco divisório".
Hubner 1869/1982: CIL, II, 4756 = Vives, J. (1972) ILER, 1858
Capella, M. 1895: 170
Bellino A. 1909: 5
Almeida, C. A. B. 1979: 143
Alarcão, J. 1988: 1/232
Martins, M. 1990: 90
Fontes, L. 1994: 76

3035301, SANTARÃO, Semelhe, Braga, Braga (30353). CMP 70 [545625.98, 4600855.51, 80].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: A "Veiga de Sam Darão", hoje Santarão, corresponde a uma zona de bons terrenos agrícolas e bem irrigada. Noticia-se, desde o século XIX, o aparecimento de muitos vestígios atribuíveis à época romana: vestígios de construções, moedas de Tibério e Nero, tijolos romanos, restos de canalizações, moedas de prata (Tibério, Antonino, Agripina), moedas de cobre, para além de elementos arquitectónicos, dos quais se destacam dois capitéis, em granito, depositados no Museu Pio XII (nºs 550 e 551) e dados como procedentes desta freguesia. Atendendo à natureza dos vestígios e à dispersão dos achados, é lícito supor a existência, de uma *villa* romana. A datação das moedas permite supor que esta *villa* tenha tido uma ocupação, que remonta aos inícios do século. I d.C. Segundo Albano Bellino, Semelhe seria designada pelos romanos por

villa Samuella, aparecendo referida nos documentos medievais por Parada de Samuel ("Parata Samueli"). L. Fontes, acrescenta que de *Parata Samueli* terão derivado Parada (de Tibães) e Semelhe. O achado de um pedestal a Augusto, datado de 3 a.C., encontrado na capela do Senhor dos Lírios, também em Semelhe, é um facto a acrescentar, embora o local mais provável de proveniência deste monumento, deva ser a cidade de Braga.
EE, VIII, 280=ILER, 1028
Bellino, A. 1896: 5
Dias, A. R. 1903: 278
Bellino, A. 1909: 18
Cardozo, M. 1972: 66
Le Roux, P. 1980: 155
Tranoy, A. 1981: 328
Alarcão, J. 1988: 1/194
Martins, M. 1990: 89-90
Fontes, L. 1994: 76-77

3030106, PEDROSO, Adaúfe, Braga, Braga (30301). CMP 56 [550444.40, 4602994.83, 330].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro Inicial. ***Descrição***: Povoado fortificado que L. Fontes atribui à Idade do Bronze e Ferro. Distinguem-se, no topo de uma elevação à cota de 330 metros, taludes e derrubes de pedras que provavelmente correspondem a vestígios de antigas muralhas ou construções habitacionais. O espólio reduz-se a cerâmica de fabrico indígena.
Fontes, L. 1990: 131
Fontes, L. 1994: 36-37.
Bettencourt, A.M.S. 1999 : 252, Vol 2

3030104, FONTELA, Adaúfe, Braga, Braga (30301). CMP 56 [549188.24, 4604490.15, 85].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de vale, bem irrigada. Aí se encontram, em algumas propriedades agrícolas, fragmentos de cerâmica de construção e doméstica de época romana.
Fontes, L. 1994: 35

3035104, LARGO DO ORFEÃO, Braga (S. Vítor), Braga, Braga (30351). CMP 70 [549327.40, 4600592.82, 180].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: 32 d.C. ***Descrição***: Miliário de Tibério, encontrado em terrenos situados junto ao Largo do Orfeão, em Braga. Pertenceria à via XVII, e corresponderia, provavelmente, à milha I. O monumento está fracturado em duas partes, mas possui a inscrição completa e de fácil leitura. É de referir a ausência de indicação de milha, que, aparentemente, nunca foi gravada. O miliário apresenta as seguintes dimensões: 247x64 cm.
Leitura: TI(*berius*) CA[ESAR] DIVI AV[G(*usti*)] / F(*ilius*) DIVI IVLI NEPOS/ AVG(*ustus*) PONT(*ifex*) MAX(*imus*) / IMP(*erator*) VIII (*octavum*] CONSVL V (*quintum*) / TR[I B(*unicia*)] POTEST(*ate*) XXXIII (*trigesima tertia*) / BRACARAVG(*usta*)
Tradução: Tibério César Augusto, filho do divino Augusto, neto do divino Júlio, pontífice máximo, saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez, no trigésimo terceiro poder tribunício. Bracara Augusta.
Martins, M. 1990: 89

3031402, PAU DE BANDEIRA /MONTE CRASTO, Este (S. Mamede), Braga, Braga (30314). CMP 56 [554895.17, 4601616.49, 570].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço elevado da Serra dos Picos, com razoáveis defesas naturais. É possível observar três linhas de muralhas e há referências a habitações de planta circular. O espólio reduz-se a cerâmica de fabrico indígena. Luís Fontes refere o achado de cerâmica atribuível à Idade do Bronze; A.P. Dinis noticia fragmentos de cerâmica micácea.
Sarmento, F.M 1883-1884/1933: 165, 171
Macedo, M.D. 1896: 121-123
Bellino, A. 1909: 5
Teixeira, C. 1936: 232-233
Teixeira, C. et alii 1973: 47
Sousa, J.J.R. 1978: 329-336
Silva, A.C.F. 1986: 79
Queiroga; F. 1992: 150
Dinis, A.P. 1993: 87-88
Fontes, L. 1994: 50
Bettencourt, A.M.S. 1999: 262-263

3040101, ABADIM, Abadim, Cabeceiras de Basto, Braga (30401). CMP 72 [588043.00, 4596250.00, 610].
Tipologia: Epigrafia honorífica. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição a Constâncio Cloro. Datável de 293-305, poderá representar um voto de júbilo pela ascensão de Constâncio Cloro á dignidade de *Caesar* e, sendo assim dataria de 293. O texto é idêntico a CIL II 4763, dado como procedente de Bbraga. Terá havido equívoco na localização de CIL II 4763, ou haveria em Braga uma inscrição idêntica à de Abadim? A inscrição terá sido transportada para Abadim e daí para a Casa de Pielas.

A visita ao local e a análise bibliográfica permitem-nos afirmar que se tratará de um miliário e não de uma inscrição honorífica.

As informações recolhidas no local onde o monumento se encontra (Casa de Pielas) permitiram confirmar que o milénio terá sido transportado para este local pelo proprietário.
Brandão, D. P. 1984: 367-374
Oliveira, E. P. 1978: 28
Alarcão 1988: 1/268

3040401, SANTA SENHORINHA DE BASTO, Basto, Cabeceiras de Basto, Braga (30404). [, 200].
Tipologia: Epigrafia honorífica. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição consagrada a Antonino Pio por T. Furnius e A. Vegetius.
Hubner 1869/1982: CIL II 2381.
Alarcão 1988: 1/272

3040601, CIVIDADE DE CHACIM (Outeiro dos Moiros; Subidade), Cabeceiras de Basto, Cabeceiras de Basto, Braga (30406). CMP 72 [587161.00, 4598822.00, 640].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa um esporão bem destacado na paisagem, ladeado por algumas linhas de água, afluentes do Ribeiro da Asnela e Corgo da Ribeirinha. É visível uma grande muralha e fosso,

que ladeiam toda a plataforma superior excepto na vertente SO, dominada por uma grande escarpa. Na coroa foi possível observar vestígios de construções mas a espessa cobertura de tojo torna impossível verificar a existência de materiais cerâmicos.
Cunha, A.R. 950
Araújo, I. 1980: 105
Silva, A.C. 1986: 82

3041301, ALTO DOS MOIROS, Pedraça, Cabeceiras de Basto, Braga (30413). CMP 73 [588903.00, 4593922.00, 320].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se num esporão da serra de Moledo virado ao rio Tâmega, e junto ao Km 85 da estrada que liga Pedraça a Cavez. É um povoado de pequenas dimensões com uma linha de muralha e vestígios de construções na plataforma superior. Esta é "coroada" por uma pequena sobrelevação à cota de 322m. Só foi possível observar cerâmica micácea e bastante pedra miúda que parece proveniente dos derrubes da muralha e também de construções na plataforma. ***Observações***: O topónimo "Alto dos Moiros" na CMP foi deslocado para o morro acima deste castro, na curva dos 407m.
Inédito

3041302, BOADELA (Cemitério), Pedraça, Cabeceiras de Basto, Braga (30414). CMP 72 [588043.00, 4596250.00, 400].
Tipologia: Necrópole romana; Achado monetário Romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma zona de vertente suave virada ao Ribeiro dos Currais, no extremo do lugar de Boadela. Segundo informações dadas pelo actual proprietário há notícia de ter sido encontrada, em finais do século passado ou inícios deste, uma necrópole de sepulturas feitas de tijolo cobertas por lajes de granito. O espólio eventualmente encontrado ter-se-á entretanto perdido. O proprietário confirmou ainda que no terreno onde foram encontradas as citadas sepulturas, conhecido por "Cemitério", é habitual aparecerem pequenos fragmentos de telha romana ao lavrar os campos. A notícia de aparecimento de moedas, referenciada por J.A.Vieira, não foi confirmada mas é possível que se trate de espólio dos enterramentos, entretanto desaparecido.
Vieira, J. A. 1886: 528
Alarcão 1988: 1/271

3041303, MURO, Pedraça, Cabeceiras de Basto, Braga (30413). CMP 72 [587190.00, 4594522.00, 270].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de declive suave virada ao Rio de Ouro. Em prospecções recentes informaram-nos do achado de "cinzas e potes de barro" numa propriedade do lugar de Muro, espólio entretanto desaparecido. No terreno contíguo foi possível recolher, numa pequena área, bastantes tégulas e alguns fragmentos de cerâmica comum romana.
Inédito

3041402, SANTA COMBA, Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto, Braga (30414). [585603.00, 4595849.00, 310].
Tipologia: Castro romanizado; Guerreiro galaico; *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado com duas plataformas definidas por duas muralhas, ocupando a zona definida pelas curvas de nível dos 310 e 320 metros. Na vertente SE, virada ao Rio de Ouro, é visível uma 3ª plataforma, limitada aparentemente por um talude. O sítio encontra-se actualmente arborizado e coberto de espessa manta morta mas, apesar desse facto, ainda é possível recolher alguns fragmentos de tégulas, cerâmica comum romana e alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena. É provavelmente deste povoado uma estátua de guerreiro galaico encontrada na propriedade da Casa de Santa Comba que ocupa a vertente Oeste do sítio. Para além do excelente estado de conservação da peça a sua importância é acrescida pelo facto de conter uma inscrição: ARTIFICES CALVBRIGENSES E(*x*)S ALBINIS F(*aciendum*) C(*uraverunt*). Depositada na Casa de Santa Comba está também uma inscrição honorífica ao imperador Gordiano, encontrada pelos actuais proprietários nos alicerces desta moradia. Para além destas duas peças a Casa de Santa Comba possui ainda um razoável espólio de mós manuais e elementos de arquitectura romana, encontrados na vertente Oeste do castro.
Hubner 1869/1982: CIL II 2382
Martins, M., e Silva, A. C. 1984: 39-40
Alarcão, J. 1988: 1/270, 1/269
Tranoy, A. 1981: 399

3040001, MONTE DO CASTELO (Castelo), S. Nicolau, Cabeceiras de Basto, Braga (30400). CMP 72 [582974.00, 4600632.00, 550].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma plataforma de esporão virado ao rio Peio, ladeado por duas pequenas ribeiras que correm NE/SO, afluentes deste rio. É visível um talude seguido de um fosso e ainda uma grande muralha. Essa muralha ladeia todas as vertentes excepto a SO onde as defesas naturais a tornavam desnecessária. É visível nessa grande plataforma superior muita pedra de construção, material laterício em grande quantidade e ainda cerâmica comum romana, cerâmica de fabrico micáceo e restos de escória de ferro. Na vertente Oeste deste povoado foram feitas escavações, dirigidas por Francisco Sande Lemos, de um forno cerâmico romano.
Informação de F. Sande Lemos, a quem agradecemos.
Inédito.

3040701, ALTO DOS MOUROS, Cavez, Cabeceiras de Basto, Braga (30407). CMP 73 [591164.00, 4596211.00, 283].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado de altitude média situado num pequeno outeiro virado à Ribeira de Cavez, afluente do rio Tâmega. O sítio encontra-se actualmente arborizado com pinheiros e ladeado de quintais e terras de cultivo de milho. Apesar das dificuldades em observar o terreno, devido à existência de espessa manta morta, foi possível observar uma linha de muralha e um fosso. No corte

de uma das vertentes recolhemos fragmentos de cerâmica de construção de época romana.
Inédito

3051701, VILA BOA DE MONTELONGO, Rego, Celorico de Basto, Braga (30517). [0].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma ara romana da qual não se apresenta leitura.
Araújo, I. 1980: 113
Alarcão, J. 1988: 1/329

3060105, IGREJA, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [519606.97, 4605720.61, 120].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida, noticia o aparecimento de tégula e cerâmica comum de época romana.
Almeida, C.A.B. 1986: 44-46
Almeida, C.A.B. 1996: 15-16, Vol. IV

3060104, AGRA DO RELÓGIO, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [518955.53, 4606952.48, 22].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de declive suave virada ao rio Neiva, de socalcos agricultados. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de cerâmica comum de época romana e tégula, nos campos designados por Agra do Relógio e Redondas. A inexistência de outros materiais levam-no a classificar o sítio como um possível casal.
Almeida, C.A.B. 1986: 51-52
Almeida, C.A.B. 1996: 13-14, Vol. IV

3060102, BELINHO, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [518773.99, 4605564.19, 137].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno cabeço bem destacado na paisagem, com excelente domínio visual da orla litoral e da foz do rio Neiva. Povoado de pequenas dimensões cuja plataforma superior é limitada por uma muralha; existem ainda outras linhas de fortificação nas zonas a norte e nascente do povoado. O espólio é escasso e constituído maioritariamente por cerâmica de fabrico indígena com reduzidos fragmentos de tégulas e ânfora. A presença de alguns fragmentos de ânforas documenta os contactos deste povoado com o mundo romano.
Almeida, C.A.B. 1986: 39-59
Almeida, C.A.B. 1996: 10-12, Vol. IV

3060101, QUINTA DE BELINHO, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [518264.14, 4605778.76, 62].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Os vestígios, considerados por, C.A.B. Almeida como "uma das mais significativas ocupações de época romana do concelho de Esposende" encontram-se no interior de uma vasta propriedade conhecida por Casa de Belinho, situada na base do monte da Cividade de Belinho, um povoado da Idade do Ferro referido neste catálogo. Esta propriedade é limitada por uma velha estrada real que no entender do autor citado decalca a antiga via romana que ligava o Porto a Caminha, atravessando o Rio Cávado em Barca do Lago. Os vestígios romanos, caracterizados por cerâmica de construção e cerâmica comum, distribuem-se por duas zonas: uma delas ultrapassa os dois hectares, estendendo-se desde a casa até um talude que dá lugar a terrenos mais baixos; a segunda zona, aparentemente menor, fica do outro lado da estrada já referida num sítio conhecido pelo topónimo Trelopaço.
Almeida, C.A.B. 1989: 98-101
Almeida, C.A.B. 1996:14-15

3060201, VILA MENDO, Apúlia, Esposende, Braga (30602). [518879.36, 4591840.66, 6].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situa-se no limite entre os concelhos de Póvoa de Varzim e Esposende e compreende um edifício escavado por José Manuel Flores Gomes (Gomes 1996) e ainda uma série de vestígios inventariados por Carlos Alberto Brochado de Almeida, que poderão corresponder ao mesmo estabelecimento. O edifício escavado por Flores Gomes, que possui um formato rectangular, com paredes que atingem 2 metros de altura, corresponderá, de acordo com o espólio aí encontrado, a uma estrutura de apoio ligada à indústria de preparados de peixe, possuindo ainda indícios de actividades metalúrgicas. Assim, o edifício de habitação estaria provavelmente situado um pouco mais a norte, provavelmente na zona onde se identificaram vestígios de materiais referenciados por C. A. B. Almeida (1987) e identificados por aquele autor como *Villa Menendi*. Estes achados localizados a sudoeste da actual vila de Apúlia, incluem a descoberta, em de 1950, de muros de xisto, fustes em granito, mós manuais, fíbulas, pesos de rede, *tégulas*, ímbrices e outras cerâmicas. O referido autor observou ainda no mesmo local cerâmica romana, material laterício de construção, mas também cerâmica "castreja", o que o leva a propôr uma cronologia para o sítio que remontará ao século I a.C.
Barbosa, F. 1937
Almeida, C.A.B. 1988: 34-40
Almeida, C.A.B. 1996 Vol. IV. 12-13
Gomes, J.M.F. 1996

3060701, OUTEIRO DOS PICOUTOS (Outeiro da Felícia), Fonte Boa, Esposende, Braga (30607). [521627.13, 4595986.61, 58].
Tipologia: *Mansio* da via XX. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um pequeno outeiro junto ao rio Cávado, muito alterado por trabalhos agrícolas e construções recentes. Na vertente Oeste é ainda possível observar vestígios de um talude, um fosso e uma muralha exterior em terra. Para além do rio, o sítio é ainda servido por uma pequena linha de água. O espólio observado é constituído por cerâmicas micáceas juntamente com cerâmica comum romana. Em 1936 Teotónio da Fonseca referiu o achado no local de "sepulturas, tijolos, vasos de barro, cadinhos e moedas, algumas das quais do tempo do imperador Maxêncio" (Fonseca 1936, 49). A cronologia do sítio parece estender-se, pois, até ao Baixo-império. No sopé Oeste deste povoado passava a via romana que, neste local, transpunha o Cávado. ***Interpretação***: É provável que o local tenha servido de *mansio* ou *mutatio*, da estrada romana Porto-Ponte d'Ave-Rates-Barca do Lago, bem como da via XX, no troço de ligação da cidade, à zona da foz do Cavado. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).

Costa, A. C. 1868
Fonseca, T. 1936
Almeida, C.A.B. 1980
Almeida, C.A.B. 1988: 32-33
Almeida, C.A.B. 1996: Vol. IV

3061301, LINHARIÇA, Palmeira de Faro, Esposende, Braga (30613). CMP 68 [521448.94, 4601315.71, 130].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Boaventura noticiou, em 1946, o aparecimento de tégulas, pesos de tear e cerâmica em Linhariça, local que corresponde a um pequeno vale com terras de boa aptidão agrícola. A poucos metros, em sítios conhecidos como Chaves e Sovalo, encontraram-se muros enterrados, cerâmica comum e duas lareiras. Perto deste local, na base do monte de Santa Eufémia, regista-se ainda o aparecimento de mós manuais e dois capitéis.
Almeida, C.A.B. 1989: 91
Almeida, C.A.B. 1996: Vol. IV

3061503, QUINTELA, Vila Chã, Esposende, Braga (30615). [0].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticiou-se neste local o aparecimento de cerâmica de construção e doméstica. A cerca de 100m, no Campo da Agra, apareceram materiais idênticos.
Almeida, C.A.B. 1985: 42-43
Alarcão, J. 1988: 1/173
Almeida, C.A.B. 1996: Vol. IV

3061502, COVELOS, Vila Chã, Esposende, Braga (30615). [, 190].
Tipologia: Necrópole romana; Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção e doméstica; uma necrópole. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida C.A.B. 1985: 41-42
Alarcão, J. 1988: 1/172
Almeida, C.A.B. 1996: Vol. IV
Almeida, C.A.B. 2003

3061501, CASTRO DE S. LOURENÇO, Vila Chã, Esposende, Braga (30615). [520060.48, 4600818.26, 200].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano; Idade Média ***Descrição***: O sítio ocupa um esporão de vertentes íngremes, com excelente visibilidade quer relativamente ao mar e ao curso final do rio Cávado, quer, ainda, em relação a outros povoados da região. É possível observar ou ter notícia do variado espólio encontrado e das estruturas existentes. O sistema defensivo consta de quatro muralhas, dois fossos e um torreão. A muralha mais interior limitava-se a rodear a acrópole, de pequenas dimensões e formato circular. As estruturas habitacionais, constituídas por casas circulares, oblongas, sub-rectangulares e rectangulares, ocupavam a zona amuralhada, excepto o espaço a leste, entre a terceira e quarta muralhas, o que talvez se explique pela necessidade de deslocação diária dos rebanhos. O povoado possuía ainda alguns recursos para escoamento de águas (encontraram-se placas de xisto usadas nos telhados e canalizações) e em alguns núcleos habitacionais há indícios de pintura no interior das habitações. Possuía ainda zonas de circulação, algumas empedradas, e fornos. C.A.B. Almeida refere as possibilidades de aproveitamento de terrenos agrícolas do castro: para além dos terrenos entre a terceira e quarta muralha, os moradores poderiam usufruir do cultivo de outros terrenos, nomeadamente na zona da encosta oeste, que poderiam distar do povoado 30 a 40 minutos de marcha. O espólio, noticiado em várias publicações consta de: cerâmicas da Idade do Bronze e um machado provavelmente deste período, um fragmento de cerâmica ática (IV ou V a.C), cerâmica de produção indígena, mós, cabides, prisões de gado, pedras ornamentadas, alguns fragmentos de ferro, tégula e imbríces, cerâmica comum romana, ânforas (Haltern 70 e Dressel 7-11), *dolia*, cerâmicas bracarenses, paredes finas, cinzentas finas, moedas (32 denários, um deles de 49 a.C.), uma corrente em bronze e um peso talvez pertencentes a uma balança romana, contas de colar, fíbulas, *sigillata* sud-gálica e hispânica. Para além deste material o castro de S. Lourenço é conhecido pelo aparecimento de uma ara, em 1954, junto da acrópole, actualmente depositada no Museu Pio XII, em Braga. A peça foi consagrada a DEAE SANCTA[E], epíteto que se aplica normalmente a Atégina, por ANICIVS, gentilício que aparece em Braga. O período melhor conhecido do povoado compreende os séculos II a.C. e o I/II d.C. Serão do século II a.C. as casas circulares, mais tarde modificadas para dar lugar a outro tipo de habitações. Aparentemente, no período de Augusto, as estruturas foram remodeladas, havendo "uma clara afirmação dos núcleos familiares". Nos períodos seguintes há uma continuação destas remodelações afirmando-se as casas de formato rectangular, que continuaram, no entanto a coexistir com as habitações "tradicionais". Afirmam-se os materiais romanos (cerâmicas comuns, vidros, lucernas, *sigillatas*, cerâmicas "bracarenses", cinzentas finas, etc.) e a tégula como sistema de cobertura das habitações. C.A.B. Almeida, apesar da falta de provas, acredita que o povoado continuará a ser ocupado até ao Baixo Império "altura em que uma parte da população se terá transferido para o planalto da Vila Chã, para o vale de Susão, em Palmeira de Faro, etc.). Em inícios da Baixa Idade Média a acrópole começou a adaptar-se a fortaleza, que terá servido durante a Idade Média.
Almeida, C.A.B ; Neiva, M. A. P. 1982: 7
Santos, L. A.; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983 : 190
Alarcão, J., 1988: 1/171
Almeida, C.A.B. 1990-92: 151
Almeida, C.A.B. 1996: 46-122, Vol. IV
Informações de Bettencourt, A.

3060107, ALTO DA PONTE, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [518654.07, 4607167.58, 47].
Tipologia: *Mutatio*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro de vertentes suaves junto ao rio Neiva. Aqui aparecem fragmentos de tégula e de cerâmica comum de época romana em pouca quantidade. A proximidade do sítio com uma via romana secundária, levam C.A.B. Almeida (1996) a pôr a hipótese de que se trate de um estabelecimento de apoio à via, talvez uma *mutatio*.
Almeida, C.A.B. 1986: 52-53
Almeida, C.A.B. 1996: 16-18, Vol. IV

3060106, BOUÇA DO RIO, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [519928.59, 4606615.87, 80].

Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: C.A.B. Almeida refere o aparecimento de tégula numa propriedade situada na Bouça de Trás do Rio, uma zona de vertente, muito próxima da Agra do Relógio. Dada a ausência de outros vestígios o autor não avança com nenhuma tipologia para o sítio.
Almeida, C.A.B. 1986: 51
Almeida, C.A.B. 1996: 15-16, Vol. IV

3060103, MONTE, Antas (S. Paio), Esposende, Braga (30601). [519930.04, 4606091.59, 90].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio, hoje completamente arrasado, ocupava um pequeno cabeço de baixa altitude, com fracos recursos agrícolas. Tratava-se de um povoado de reduzidas dimensões cuja ocupação remontaria à Idade do Bronze. Para além de materiais cerâmicos da Idade do Bronze e do Ferro aparecem ainda vestígios de tégula nos caminhos de acesso ao povoado e vestígios de uma muralha.
Almeida, C.A.B. 1986: 39-59
Almeida, C.A.B. 1996: 12-13, Vol. IV
Maciel, T. 2003: 173

3061201, MARINHAS, Marinhas, Esposende, Braga (30612). [517968.20, 4603773.39, 8].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se junto à Fábrica de Lacticínios das Marinhas, a sul do ribeiro de Peralta e junto à estrada nacional que liga o Porto a Viana do Castelo. É vulgar nos terrenos de ambos os lados da estrada o aparecimento de tégula, embora estes sejam mais abundantes na zona sul da fábrica. Regista-se ainda o aparecimento de uma mó manual de sela. Para C.A.B. Almeida a dispersão dos achados pode indicar a presença de uma "*villa* agrária de época romana que poderia ter como limites naturais, para além do mar, o ribeiro de Peralta a noroeste e a nascente estar balizada pela via romana secundária que vinda dos lados de Barca do Lago corria no sopé da arriba de S. Lourenço".
Almeida, C.A.B. 1989: 92
Almeida, C.A.B. 1996: Vol. IV

3070701, ALTO DA RETORTINHA (Castro de Cepães), Cepães, Fafe, Braga (30707). CMP 85 [566655.83, 4587271.03, 250].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro sobranceiro ao Rio Vizela que apresenta na sua parte mais elevada, vestígios de uma linha de muralha e uma plataforma ovalada onde se encontra espólio cerâmico da Idade do Ferro e época romana. Nos terrenos contíguos à coroa do cabeço, sobretudo na vertente sul, são abundantes os fragmentos de tégulas. É possível observar nesta vertente vestígios de um alinhamento de pedras talvez correspondente a um pano de muralha.
Silva, A. C. F. 1986: 82
Oliveira, A.L. s.d: 60-61

3070901, SANTO OVÍDIO (Monte de Santo Ovídio), Fafe, Fafe, Braga (30709). CMP 85 [568031.21, 4589684.12, 332].
Tipologia: Castro romanizado; Escultura guerreiro. ***Cronologia***: I a.C. - I d.C., Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço bem destacado na paisagem e integra a bacia hidrográfica do rio Vizela, afluente de Ave. São visíveis várias plataformas artificiais onde é possível reconhecer estruturas e vestígios de uma linha de muralha que ocupa as vertentes Norte, NO e Oeste. O povoado era conhecido desde os finais do século XIX devido ao aparecimento de uma estátua de guerreiro galaico, em granito e bastante mutilada, depositada na Sociedade Martins Sarmento (Guimarães). A estátua tem de altura 1,70m e de largura máxima de 0,68m. Não há vestígios de romanização do povoado embora tenham aparecido raros fragmentos de *Sigillata* itálica, ânforas Haltern 70 e alguma cerâmica bracarense. É de salientar a ausência de material de construção romano (tégula e ímbrices) embora ocorram vários objectos de fabrico romano (fíbulas; alfinetes de cabelo) prova de intensos contactos comerciais na época de Augusto.
Sarmento, M 1925: 77-80
Cuevilias, F. L.; Fernandez, J. L. 1938: 103
Silva, A.C.F. 1986: 82
Martins, M. 1981
Martins, M. 1987

3071301, SANTA MARINHA (Monte de Santa Marinha), Freitas, Fafe, Braga (30713). CMP 71 [564977.21, 4595151.83, 597].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O local situa-se entre as freguesias de Freitas e Travassos, no limite ocidental do concelho. Vestígios de cerâmica e de tégula. Estruturas de suporte de um muro semi-destruído, possivelmente a base de uma muralha.
Informação de Henrique Jorge Regalo.

3072501, CASTRO DA PORTELA (Crasto; Penedos de S. João; Monte de Mouros), Ribeiros, Fafe, Braga (30725). CMP 72 [, 500].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Outeiro com uma única linha de muralha bem assinalada a Norte e NE por alto talude e fosso. Apesar da densa vegetação que cobre o povoado, é possível recolher, na superfície e nalguns cortes das suas vertentes, cerâmica micácea da Idade de Ferro.
Silva, A.C.F. 1986: 82
Oliveira, A.L. s. d: 95-97

3072801, CIVIDADE DE PAREDES (Subidade de Paredes), S. Gens, Fafe, Braga (30728). CMP 86 [574700.00, 4589600.00, 580].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se num outeiro actualmente arborizado que domina a escola de Paredes, localizado num esporão ladeado pelas ribeiras da Lameirinha e da Loira. É um povoado com quatro linhas de muralhas concêntricas e um fosso que definem plataformas bem conservadas onde é possível recolher fragmentos de cerâmica micácea da Idade do Ferro.
Silva, A.C.F. 1986: 82
Oliveira, A.L. s.d.: 98-100

3073301, CASTANHEIRA, Travassós, Fafe, Braga (30733). CMP 71 [565386.79, 4594156.24, 495].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Vestígios de cerâmica romana e de tégula.
Alarcão, J. 1988 1/264

3086402, ABAÇÃO, Abação (S. Tomé), Guimarães, Braga (30864). CMP 85 [560700.00, 4584900.00, 390].
Tipologia: *Villa*; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma sepultura de inumação, uma inscrição funerária, colunas e capitéis coríntios.
Sarmento, M. 1933: 217
Sarmento, M. 1970: 37
Cardozo, M. 1972: 108
Alarcão, J. 1988: 1/321

3086401, MONTE DA LAPINHA-DEVESA ESCURA, Abação (S. Tomé), Guimarães, Braga (30864). CMP 85 [562050.00, 4585300.00, 434].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção e doméstica; uma sepultura de incineração.
Pina, L. 1930: 6-107
Azevedo, A.P. 1896: 3
Silva 1986: nº 293
Alarcão, J. 1988: 1/320
Queiroga nº 70 p. 152

3080101, ALDÃO, Aldão, Guimarães, Braga (30801). CMP 85 [560750.00, 4590800.00, 256].
Tipologia: Necrópole Romana?. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) encontra-se cerâmica de Aldão, talvez proveniente de uma necrópole.
Alarcão 1988: 1/267

3080602, ALMAS, Barco (S. Claúdio), Guimarães, Braga (30806). CMP 70 [, 100].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tégula. ***Observações***: A referência baseia-se apenas numa notícia sumária relativa a cerâmica luso-romana depositada no Museu M. Sarmento. e indicada genericamente como proveniente de S. Cláudio de Barco.
Sarmento, M. 1901: 126
Alarcão, J. 1988: 1/251

3080601, COTO DE SABROSO, Barco (S.Claúdio), Guimarães, Braga (30806). CMP 70 [0].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: Inscrição rupestre gravada num penedo do terreno conhecido como "Bouça do Capitão".
Cardozo, M. 1972: 3
Alarcão, J. 1988: 1/247

3084101, CITÂNIA DE BRITEIROS, Briteiros (Salvador), Guimarães, Braga (30841). CMP 71 [556961.38, 4596970.73, 336].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Monte da Citânia de Briteiros ocupa um remate de esporão bem destacado na paisagem e com excelente visibilidade sobre as terras férteis do vale do Ave. Define-se aí uma ampla plataforma com dois outeiros sobrelevados onde se instalou um dos mais bem conhecidos povoados fortificados do Norte de Portugal. Apesar de noticiado desde o século XVI o povoado só foi devidamente conhecido com os trabalhos de Martins Sarmento que aí dirigiu escavações em finais do século XIX. Interrompidas mais de três décadas depois da morte deste investigador, asa escavações foram retomadas em 1933 e prosseguiram regularmente até à década de 60 sob a supervisão de investigadores da Sociedade Martins Sarmento, entre os quais Mário Cardozo, que delas foi dando notícia na Revista de Guimarães. Mais recentemente Armando Coelho e Rui Centeno procederam a sondagens na zona da muralha central, aplicando novas metodologias com vista a afinar a evolução cronológica do povoado. Defendido por três circuitos de muralhas, com um reforço de uma quarta muralha a Norte, o povoado estende-se por vários tabuleiros artificiais que se organizam numa função de duas grandes ruas principais lajeadas e outras artérias menores. Estas ruas dividem o espaço habitacional em quarteirões ocupados por habitações de planta circular, havendo também algumas com planta rectangular. Um grande edifício de planta circular no interior do qual existem bancos de pedra tem sido interpretado como local de reunião, talvez de um conselho de anciãos. Este edifício encontra-se deslocado dos espaços habitacionais, o que à partida confirma o seu carácter comunitário. Também de cariz comunitário deverá ser o edifício para banhos que começou por ser conhecido através do achado da célebre Pedra Formosa e sofreu, desde a sua escavação, as mais variadas interpretações. O espólio encontrado nas sucessivas escavações já referidas é bastante rico e composto por produções indígenas e bastante material romano o que prova uma continuidade de ocupação do sítio, pelo menos, até finais do século I d.C. Refira-se finalmente a documentação epigráfica que nos dá a conhecer alguns nomes indígenas, habitantes do povoado, bem como oleiros locais identificados por marcas estampadas em objectos cerâmicos (Arcius, Camalus, Caturus). As recentes escavações realizadas no povoado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho têm procurado documentar o índice de romanização deste importante oppidum, tendo, todavia, constatado o carácter pré-romano da organização proto-urbana do povoado (Lemos e Cruz 2007ª; 2007b; no prelo). ***Observações***: Planta sensivelmente oval, com cerca de 250 x 150 metros
Cardozo, M. 1931
Cardozo, M. 1943: 247-256
Cardozo, M. 1946: 289-308
Cardozo, M. 1948: 343-348
Cardozo, M. 1949: 406-414
Cardozo, M. 1950: 518-526
Cardozo, M. 1951: 455-472
Cardozo, M. 1951: 455-472
Cardozo, M. 1952: 348-358
Cardozo, M. 1953: 711-717
Cardozo, M. 1954: 412-416
Cardozo, M. 1955: 431-438
Cardozo, M. 1956: 508-512
Cardozo, M. 1957: 551-553
Cardozo, M. 1958: 455-459
Cardozo, M. 1959: 517-520
Cardozo, M. 1960: 551-554
Cardozo, M. 1961: 451-454

Cardozo, M. 1965
Silva, A.C.F.; Centeno, R.M.S. 1977: 277-280
Silva, A.C.F.; Centeno, R.M.S. 978: 421-430
Silva, A. C. F.1986: 80
Queiroga, F. (1992: 152
Alarcão, J. 1988: 1/243 14

3084301, SANTA LEOCÁDIA DE BRITEIROS, Briteiros (Stª Leocádia), Guimarães, Braga (30843). CMP 70 [, 150].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Pequena ara de granito que apresenta uma inscrição de leitura impossível, dado o seu mau estado.
Santos, L. A. Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 194
Alarcão, J. 1988: 1/242

3080702, PENA**,** Brito, Guimarães, Braga (30807). CMP 84 [554100.00, 4589300.00, 120].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Martins Sarmento noticia o aparecimento neste local de cerâmica de construção e comum de época romana.
Sarmento, M. 1901: 117
Alarcão 1988: 1/299

3080701, BRITO, Brito, Guimarães, Braga (30807). CMP 84 [553100.00, 4589620.00, 140].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva procedente da freguesia de Brito, sem indicações mais precisas, depositada em 1935 no Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães. O mau estado da peça impede a sua leitura.
Sarmento, M. 1970: 34
Alarcão, J. 1988: 1/298

3085901, AIDRO, Caldas de Vizela (S. Miguel), Guimarães, Braga (30859). CMP 85 / 99 [557824.56, 4580684.47, 150].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Inscrição votiva ao *Genius Laquiniensis.*
Cardozo, M. 1972: 33
Encarnação, J. 1975: 191-192
Encarnação, J. 1970: 230-231
Alarcão, J. 1988

3080801, CALDAS DAS TAIPAS, Caldelas, Guimarães, Braga (30808). CMP 70 [554700.48, 4593149.21, 120].
Tipologia: *Vicus* termal e viário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No local existe uma inscrição honorífica dedicada a Trajano gravada num penedo e datável de 103 d.C., que não menciona o motivo da dedicatória. A importância desta inscrição, o carácter medicinal das águas existentes no local ainda hoje aproveitadas, a descoberta de numerosos achados romanos nas imediações e ainda a localização do sítio junto à via *Bracara Augusta – Emerita Augusta*, sugerem a existência, neste local, de um povoado romano de certa importância, eventualmente com funções termais, à semelhança do que acontece nas Caldas de Vizela.
CIL II 4796=5560.
Guimarães, F. J. S. 1978: 411
Capella, M. 1895: 119
Brandão, D. P. 1854: 29-30
Alarcão, J. 1988: R P 1/257
Martins, M. 1995: 92-93

3082401, MATAMÁ-IGREJA, Costa, Guimarães, Braga (30824). CMP 85
Tipologia: Habitat romano?. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento referencia o achado de tégula nos campos a poente da igreja de Matamá. É necessário esclarecer se este sítio é o mesmo que Veigas pois o autor diz: "Pelos campos a poente da igreja [de Matamá] não é raro encontrar fragmentos de telha com rebôrdo (...) e particularamene no lugar das Veigas os fragmentos são em tal abundância, que fazem suspeitar da existência duma povoação romanizada (...).
Sarmento, M. 1933: 222
Alarcão, J. 1988: 1/319

3082402, MONTE DE Stº ANTONINHO (Monte de Stº Antoinho), Costa, Guimarães, Braga (30824). [563750.00, 4588450.00, 526].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Idade do Ferro. ***Descrição***: Castro com boas condições de defesa, no limite dos concelhos de Guimarães e Fafe. Apesar da destruição a que o local tem sido sujeito ainda é possível detectar vestígios de um talude talvez correspondente a uma linha de muralha e fragmentos de cerâmica de fabrico indígena.
Sarmento, M. 1933: 223
Kalb, Ph. 1980: 58, nº 21
Coffyn, A. 1985: 223
Silva, A.C.F. 1986: nº 284.
Queiroga; F.R. Nº75: 153

3081201, COSTA, Costa (Santa Marinha), Guimarães, Braga (30812). CMP 85 [560500.00, 4588500.00, 270].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Diz Sarmento: "A freguesia da Costa [Santa Marinha] fica na vertente ocidental da Penha, e já aí mencionei diferentes antigualhas, certamente relacionadas com o castro do cimo da serra. Falta-me apontar uma bouça e umas leiras, perto do Senhor dos Serôdios, onde vi alguns pedaços de telha com rebordo". Presença de tégulas.
Sarmento, M. 1933: 233
Alarcão, J. 1988: 1/317

3081301, CREIXOMIL, Creixomil (S. Miguel), Guimarães, Braga (30813). CMP 85 [557800.00, 4587800.00, 150].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Inscrição funerária reaproveitada como material de construção na face exterior da parede da capela-mor da igreja paroquial de Creixomil.
Cardozo, M. 1972: 111
CIL II 5554.
Alarcão, J. 1988: 1/303

3081502, MONTE DE Stª EULÁLIA (Monte de Ulaia), Fermentões, Guimarães, Braga (30815). CMP 85 [556850.00, 4589400.00, 285].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado de altitude média

com boas defesas naturais. M. Sarmento, em 1933, não viu vestígios de muralhas, mas testemunha a existência de uma ampla plataforma a nascente onde encontrou muitos fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e cerâmica de construção romana.
Sarmento, M. 1933: 262-264
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F.R.

3081501, PAÇO, Fermentões, Guimarães, Braga (30815). CMP 85 [556750.00, 4590700.00, 170].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento testemunha o achado de "inumeráveis" fragmentos de tégulas no "ângulo norte da entrada do Paço" como nos terrenos contíguos em especial na Bouça de Sezite. O autor refere, também, o achado de cerâmica comum, um fragmento de vidro e um instrumento de pedra polida, para além de um fragmento de moinho manual "encontrado perto de Vila Cós".
Sarmento, M. 1933: 262-263
Alarcão, J. 1988: 1/262

3081701, IGREJA, Gandarela, Guimarães, Braga (30817). CMP 84 [554707.81, 4582752.68, 210].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento noticia o aparecimento de tégula no lugar de Gandarela, impossibilitando pela discrição qualquer possibilidade de que no sítio tenha havido um castro, tal como mais tarde A.C.F. Silva e F.R. Queiroga o catalogaram.
Sarmento, M. 1933: 250-251
Alarcão 1988: 1/311

3081901, GOMINHÃES, Gominhães, Guimarães, Braga (30819). CMP 71 [559906.37, 4592401.73, 0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Junto à capela da Senhora do Socorro foram encontrados capitéis, sendo um deles de ordem coríntia. Noticia-se ainda a existência de cerâmica.
Guimarães, F. J. S. 1978: 410 e 415

3082301,IGREJA-GUARDIZELA, Guardizela, Guimarães, Braga (30823). CMP 84 [552910.57, 4582234.73, 160].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento (1933) noticia o aparecimento de tégula nas imediações da igreja da freguesia. ***Observações***: Não encontro nenhuma indicação que confirme a existência do castro, catalogado nos trabalhos de Silva (1986) e Queiroga (1992).
Sarmento, M. 1933: 256
Silva (1986: Nº 295
Queiroga, F. 1992:153 Nº 80

3082501, IGREJA, Infias, Guimarães, Braga (30825). CMP 85 [557900.00, 4583300.00, 240].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No adro da igreja de Ínfias e terrenos envolventes encontraram-se, em obras aí efectuadas, fragmentos de mármores, pedra de construção e muitos fragmentos de tégulas.
Sarmento, M. 1933: 211
Alarcão, J. 1988: 1/310

3082703, PEDRAIS, Longos, Guimarães, Braga (30827). CMP 70 [554215.39, 4596522.45, 268].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Martins Sarmento deixou-nos algumas informações sobre esta estação, sita numa mata de Pedrais, não muito distante do castro de Sabroso. Numa visita aí efectuada em 1881 comprovou a existência de um pequeno povoado, sem grandes condições defensivas e com vestígios de ter sido romanizado a avaliar pela abundante quantidade de tégula (Sarmento 1901, 123-4)
Dinis, A. P. 1993: 86
Sarmento, F. M. 1901: 123-4
Pina, L. 1940: 509-510, 512
Silva, A. C. F. 1986: 80, nº 264
Queiroga, F. 1992: 153-154, nº 82

3082702, CASA DA BÓCA, Longos, Guimarães, Braga (30827). CMP 70 [, 240].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sopé do monte que fica sobranceiro à Casa da Bóca, a uns 300 metros a nascente da igreja de Santa Cristina de Longos apareceram várias sepulturas "planas cavadas no saibro" contendo espólio cerâmico e ainda tégula. De Santa Cristina de Longos é ainda noticiado o achado de um tesouro monetário do século IV d.C., sem se precisar com mais rigor o contexto da descoberta.
Museu, R.G. 45 1935: 182
Cardoso, M. 1936: 84
Guimarães, F. J. S. 1978: 409
Alarcão, J. 1988: 1/246; 1/245

3082704, CASTRO DE SABROSO (Monte de Sabroso), Longos/S. Lourenço de Sande/S. Salvador, Guimarães, Braga (30827). CMP 70 [555079.37, 4595696.27, 278].
Tipologia: Castro ***Cronologia***: Idade do Ferro ***Descrição***: O castro de Sabroso ocupa uma pequena elevação situada à cota de 278 m que se destaca num remate de esporão situado paralelamente a uma pequena ribeira afluente do rio Ave. Com uma dimensão de 120 m N/S e 100 m E/W o povoado, de forma ovalada, possui, à excepção da vertente NE, excelentes defesas naturais e um bom domínio visual sobre as terras férteis do vale do Ave. Martins Sarmento dirigiu escavações no povoado em finais do século XIX tendo posto a descoberto 35 casas de formato redondo, vestígios de outras 3 habitações de planta rectangular e ainda um espólio muito variado onde predominam as produções indígenas e de que deve ainda destacar-se um bom conjunto de pedras decoradas (ombreiras e friso interior de uma habitação). Possui apenas uma linha de muralha que, para além das escavações de Martins Sarmento, foi objecto de uma intervenção arqueológica dirigida por Christopher Hawkes em 1958 e uma outra em 1981 a cargo de Armando Coelho, T. Soeiro e Rui Centeno. Esta única linha de muralha, de duas faces, feitas de grandes blocos chega a possuir 4,5 m de espessura; no lado NE a defesa era reforçada por um fosso. Os vestígios de época romana são escassos o que sugere um abandono do povoado em finais do século I a.C. Conta-se entre eles um denário republicano datado de 179-170 a.C.
Sarmento, F. M. 1879 – 1933: 22-35
Sarmento, F. M. 1933: 166, 168
Sarmento, F. M. 1896

Cartailhac, E. 1888: 124-129
Fortes, J. 1904
Pinto, R. S. 1928-29
Cardozo, M. 1958: 439-446
Cardozo, M. 1ª ed. 1930; 8ª ed. 1980
Hawkes, C. F. C. 1958: 446-453
Hawkes, C. F. C. 1971: 283-287
Romero Masiá, A. 1976
Kalb, P. 1980
Soeiro, T.; Centeno, R. M. S.;Silva, A. C. F. 1981: 341-350
Ponte, S. 1984: 128-138
Silva, A. C. F. 1986: 265
Centeno, R. M. S. 1987: 117
Calo Lourido, F. 1991: 414-426
Queiroga, F. 1992: 153
Dinis, A. P. 1993: 88-90

3082901, PICOTO DE SANTO AMARO, Mascotelos, Guimarães, Braga (30829). CMP 85 [557010.75, 4585965.33, 309].
Tipologia: Castro romanizado ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado ocupando um outeiro de formato cónico e vertentes suaves. As pesquisas efectuadas na vertente norte por J.S. Guimarães revelaram um espólio variado que consta de cerâmica de fabrico indígena, instrumentos líticos, cerâmica comum de época romana, *sigillata* hispânica, vidros e moedas que vão do século I ao IV d.C. (Nero, Galieno, Adriano, Claudio II, Constantino Magno, Constante)
Guimarães, J.S. 1970/ 80: 141-150, 381-386
Guimarães, J.S. 1971: 436-470
Guimarães, J.S. 1978: 40
Pina, L. 1940: 513
Ponte, S. s/d: 11-144
Sarmento, M. 1933: 237-239
Silva, A. C. F. 1986: nº 287
Queiroga, F. 1992: 154, nº 83

3083001, VEIGAS, Mesão Frio, Guimarães, Braga (30830). CMP 85 [, 0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Diz M. Sarmento (1933, p. 222): "Não seria desarrazoado supôr que parte de população a que o castro da Penha servia de refúgio foi habitar nas imediações da igreja de Matamá. Pelos campos a poente da igreja não é raro encontrar fragmentos de telha com rebordo (que não encontrei no castro) e particularmente no lugar das Veigas os fragmentos são em tal abundância que fazem suspeitar da existência duma povoação romanizada, de que hoje só restam aqueles sinais"
Sarmento, M. 1933: 222
Alarcão, J. 1988: 1/316

3083102, VELA, Moreira de Cónegos, Guimarães, Braga (30831). CMP 98 [554300.00, 4581100.00, 150].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Necrópole romana de inumação encontrada na altura da abertura da estrada de Guimarães para o Porto, por Santo Tirso. Segundo M. Sarmento os trabalhadores encontraram "uma considerável quantidade de vasilhas, mais de sessenta (...). Apareciam em “canos” e a terra que deles se tirava vinha misturada com pregos enferrujados." (1933, p. 252) O autor fez na altura algumas escavações tanto a nascente como a poente da estrada tendo encontrado bastantes sepulturas abertas no saibro onde recolheu, para além de cerâmica, alguns fragmentos de vidros. O número de sepulturas ultrapassaria as vinte e cinco.
Sarmento, M. 1970: 58
Sarmento, F. 1933: 252-255
Guimarães, F. J. S. 1978: 409
Alarcão, J. 1988: 1/314, 1/313

3083201, NESPEREIRA, Nespereira, Guimarães, Braga (30832). CMP 85 [557000.00, 4584200.00, 160].
Tipologia: Habitat romano?. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento noticia o aparecimento de tégulas na freguesia de Nespereira, sem indicações mais precisas. A.C.F. Silva (1986, nº290) e F. Queiroga (1992, nº 85, p. 154) incluem nos respectivos catálogos um castro em Nespereira, que não conseguimos confirmar.
Sarmento, M. 1933: 251
Alarcão, J. 1988: 1/308

3083301, OLEIROS, Oleiros (S. Vicente), Guimarães, Braga (30833). CMP 84 [550800.00, 4590400.00, 220].
Tipologia: Tesouro; Termas. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um edifício romano com mosaicos e hipocausto e um tesouro de moedas do século IV.
Alarcão, J. 1988: 1/**
Cardozo, M. 1950: 479
Chaves, L. 1936: 58
Acuña Castroviejo, F. 1974: 205
Acuña Castroviejo, F. 1974: 35

3083803, QUINTA DA RIBEIRA, Ponte (S. João), Guimarães, Braga (30838). CMP 70 [, 130].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na Quinta da Ribeira, noticia-se o aparecimento de um forno cerâmico.
Pina, L. 1928: 58-63
Zbyszewski G.; Almeida, F. ; Ferreira, O. V. 1971: 156
Alarcão, J. 1988: 1/261

3083802, S. JOÃO DA PONTE-IGREJA, Ponte (S. João), Guimarães, Braga (30838). CMP 70 [556416.84, 4591466.98, 133].
Tipologia: Epigrafia votiva; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição às Ninfas aparecida na proximidade da Igreja paroquial de S. João de Ponte, por ocasião da demolição de uma casa rústica. Foi oferecida ao Museu Martins Sarmento em 1949. Nuns campos próximos da igreja noticia-se o aparecimento de tégulas.
Cardozo, M. 1972: 55
Sarmento, M. 1933: 266
Alarcão, J. 1988: 1/259, 1/260

3084201, IGREJA, Prazins (Santa Eufémia), Guimarães, Braga (30842). CMP 71 [, 140].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento noticia o aparecimento de tégula.
Sarmento, M. 1933: 267
Alarcão, J. 1988: 1/256

3084801, MONTE CASTRO, Prazins (Stº Tirso), Guimarães, Braga (30848). CMP 71 [558135.30, 4593345.42, 288].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Deste povoado, situado a 288 metros de altitude, ficou a notícia dada por Martins Sarmento que refere as excelentes defesas naturais do sítio, sobretudo no lado oeste, a abundância de tégula e o facto de não ter identificado quaisquer vestígios de muralhas (Sarmento 1933: 266-268).
Sarmento, M. 1933: 266-268
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992: 154

3084001, RONFE, Ronfe, Guimarães, Braga (30840). CMP 84 [551500.00, 4587900.00, 140].
Tipologia: Ara divindade indígena; Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano**.** ***Descrição***: Duas inscrições votivas: uma à divindade indígena *Durbedicus* e outra a *Iuppiter Optimus Maximus*.
Não há indicações conclusivas da existência de um castro, segundo A.P. Dinis.
Encarnação, J. 1975:177-179
Cardozo, M. 1972: 31
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 185
Gomes, R. V. e Gomes, M. V. 1984: 43-54
Vasconcelos 1905: 64, 329-331
Silva 1986: 81 Nº 278
Queiroga 1992: 154 Nº 93
Dinis 1993: 104

3085201, CALDAS DE VIZELA, S. João e S. Miguel, Guimarães, Braga (30852). CMP 99 [557824.56, 4580684.47, 150].
Tipologia: *Vicus* termal e viário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A identificação na zona da actual povoação de Vizela de um conjunto numeroso e importante de achados de época romana sugere a existência no local de um *vicus* termal situado no eixo da via *Bracara - Emerita Augusta*. O desenvolvimento neste local de uma povoação romana de alguma importância deve ter-se prendido, provavelmente, com a passagem da via e também com as potencialidades termais e medicinais das suas águas. A importância do sítio é testemunhada por uma significativa documentação epigráfica que inclui duas dedicatórias a *Iupiter Optimus Maximus* e outras duas ao deus indígena *Bormanicus*, divindade ligada ao culto das águas, com funções curativas. No local deveria ter existido um grande edifício público construído no século III, provavelmente oferecido por T. Flavio Arquelau Claudiano, legado do imperador, cujo nome se encontra gravado num lintel de quase 3 m de comprimento: "Dedicavit Titus Flavius Claudianus Archelaus, Leg. Aug.". Para além destes achados cabe ainda destacar a descoberta de mosaicos (Oliveira 1903, p. 243-246), cerâmicas variadas e restos de uma balneário, parte do qual escavado numa intervenção de emergência entre 1996-1997 pelo arqueólogo Francisco Queiroga. O aglomerado persistiu na Idade Média como sede de paróquia suévica, chamando-se na altura "Oculis" nome que parece ter evoluido para "Oculis Calidarum" tal como aparece mencionado num documento de 1014. Uma inscrição funerária, CIL II 5583 poderá vir deste local.
Hubner 1869/1982: CIL II 2408; 5538
Pereira Caldas, J. J. S. 1852: 7-15
Cardozo, M. 1972: 64,88,26-27
Acuña Castroviejo, F. 1974: 45-51
Encarnação, J. 1975: 143-148
Le Roux, P.; Tranoy, A. 1979: 57
Costa, A. J. 1981: 138
Tranoy, A. 1981: 393
Alarcão, J. 1988: 1/315

3086502, VILAR, S. Torcato, Guimarães, Braga (30865). CMP 71 [, 380].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Alicerces, cerâmica de construção e doméstica, pesos de tear, mós manuais. Diz Sarmento, p. 272: "(...) numa depressão de cumeada, encontra-se o lugar de Vilar, decerto o Vilar de Atão conhecido nos documentos do mosteiro de Souto, onde o arroteamento dum bravio pôs a descoberto muito caco de telha romana e de louça, alguns pesos de barro furados numa das suas extremidades, alguns moinhos de mão e um grande lanço de parede."
Sarmento, M. 1933: 272
Alarcão, A. M ., e Martins, Alina N. 1976
Guimarães, F. J. S. 1978: 410
Alarcão 1988: 1/266, 1/265

3084902, MONTE DE S. BARTOLOMEU, Sande (S. Clemente), Guimarães, Braga (30849). CMP 70 [551627.70, 4592093.15, 421].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: A estação assenta num monte de média altitude, destacado na vertente SSE da serra de Morreira. Domínio visual assinalável. Boas condições defensivas. Referências raras e vagas. Curto relato de Martins Sarmento alusivo a uma visita que fez ao local: "provável existência de uma grande fortaleza a julgar pelos restos das muralhas, cujas pedras tinham sido quase na totalidade arrancadas " (Sarmento, 1901, P. 119-120). Povoado de grandes dimensões, de planta muito irregular. A porta de entrada para o povoado a norte é ainda bem visível demonstrando grandes preocupações defensivas. Escória de ferro, segundo A.P. Dinis (1995), cerâmica de fabrico indígena e alguns fragmentos de telha romana.
Dinis 1993: 81-83
Ayres 1896: 388.
Sarmento 1901: 119-120
Silva 1986: 80

3084901, QUINTA DA MOGADA, Sande (S. Clemente), Guimarães, Braga (30849). CMP 70 [150].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção.
Bellino, A. 1909: 4
Alarcão, J. 1988: 1/255

3085801, S. MARTINHO DE SANDE, Sande (S. Martinho), Guimarães, Braga (30858). CMP 70 [140].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um miliário de Trajano, indicando a milha IIII, contada a partir de Braga, CIL II 6214.
Cardozo, M. 1972: 79

Capella, M. 1895: 118
Alarcão 1988: 1/253

3087301, MONTE DA FORCA (Moinho de Vento), Sande (Vila Nova), Guimarães, Braga (30873). CMP 84 [552794.35, 4591145.5, 266].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro. ***Descrição***: O Castro do monte da Forca ocupa um outeiro que se destaca num esporão que, da Serra da Morreira, se desenvolve no sentido NO-SE, em direcção ao rio Ave. Este castro, de pequenas dimensões, possui forma ligeiramente ovalada, com desenvolvimento do seu eixo maior no sentido E-O. Encontra-se em adiantado estado de degradação devido à construção de um moinho de vento e à abertura de um estradão que lhe amputou parte da área da acrópole pelos lados Sul e Sudoeste. Foram detectadas duas linhas de muralhas. Uma cuidada prospecção efectuada nesta estação, por A.P. Dinis, com especial incidência nos cortes provocados pela abertura da estrada que seccionou e nas terras acumuladas nas suas bermas, permitiu a recolha de cerca de uma centena de fragmentos de cerâmica que indiciam uma ocupação humana do local desde a Idade do Bronze até à Romanização. As cerâmicas indígenas de fabrico micáceo são as mais representadas no conjunto recolhido.
Sarmento, F. M. 1901: 118
Sarmento, F. M. 1933: 166
Pina, L. 1940: 509
Silva, A. C. F. 1986: 80
Queiroga, F. 1992: 155
Dinis, A. P. 1993: 83-85

3085402, MONTE DA SANTA, Selho (S. Jorge), Guimarães, Braga (30854). CMP 84 [553271.19, 4586245.25, 249].
Tipologia: Castro romanizado? ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano? ***Descrição***: Outeiro pouco elevado mas facilmente defensável. Sarmento (p. 258) ainda viu vestígios de fortificações, louça antiga e machados de pedra. A telha romana é rara.
Sarmento 1933: 256-259
Kalb 1980: nº 19.
Silva 1986: nº 279
Queiroga 1992

3086601, SERZEDELO, Serzedelo, Guimarães, Braga (30866). CMP 84 [552950.00, 4583850.00, 145].
Tipologia: Ara a divindade indígena; Aras a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Duas inscrições a "Iuppiter Optimus Maximus" e uma à divindade indígena "Coronus", CIL II 5562.
Tranoy, A. 1981: 273; 317-318
Cardozo, M. 1972: 29; 54
Encarnação, J. 1975: 160-161
Alarcão, J. 1988: 1/309

3086802, SILVARES, Silvares, Guimarães, Braga (30868). CMP 84 [555550.00, 4588500.00, 140].
Tipologia: Habitat romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tégula e uma sepultura. Sarmento, p. 261: "Junto à igreja paroquial e numa encosta: fragmentos de tégula. A poente da igreja foi encontrada uma sepultura de tijolos. P. 261: "(...) caixa sepulcral, formada por grandes telhas"
Sarmento, M. 1933: 261
Alarcão, J. 1988: 1/301

3086801, CAMPELOS, Silvares, Guimarães, Braga (30868). CMP 84 [554950.00, 4590100.00, 120].
Tipologia: Achado monetário Romano ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma moeda de ouro de Honório. Depositada no Museu de Martins Sarmento. Diz Sarmento, p. 265: " [Em Campelos] alguma telha romana se encontra. (...) pela frente dela passava a antiga estrada de Braga (...) pela ponte de S. João. Entre esta e a capela foi encontrada quando se trabalhava na obra da fábrica de fiação uma moeda de ouro".
Sarmento, M. 1933: 266
Alarcão, J. 1988: 1/263

3086201, QUINTA DO REGUENGO, Souto (S. Salvador), Guimarães, Braga (30862). CMP 71 [558479.84, 4595086.57, 0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Presença de tégula, cerâmica doméstica, uma sepultura e alguns objectos de ouro que foram fundidos.
Sarmento, M. 1933: 272
Guimarães, F. J. S. 1978: 410
Alarcão 1988: 1/250

3083601, PINHEIRO/TABUADELO, Tabuadelo, Guimarães, Braga (30836). CMP 85 [559394.85, 4583599.31, 340].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: M. Sarmento noticia o aparecimento de uma necrópole no trajecto de Pinheiro para a igreja matriz de Tabuadelo, sem dar indicações mais precisas.
Sarmento, M. 1933: 216
Alarcão, J. 1988: 1/307

3087001, TAGILDE, Tagilde, Guimarães, Braga (30870). CMP 99 [560500.00, 4581200.00, 200].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição consagrada "Nymphis Lupianis".
Encarnação, J. 1975: 224-226
Cardozo, M. 1972: 36
Alarcão, J. 1988: 1/327

3087201, CAPELA DA SENHORA DO BARREIRO, Vermil, Guimarães, Braga (30872). CMP 84 [551600.00, 4588500.00, 170].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção e doméstica.
Sarmento, M. 1901: 21
Alarcão, J. 1988: 1/300

3087202, S. MIGUEL-O-ANJO (V/O), Vermil/Oleiros, Guimarães, Braga (30872030833). CMP 84 [551456.43, 4590087.25, 385].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Um troço de muralha com mais de 40 m de extensão e cerca de 2 m de altura e, na superfície do povoado, dezenas de fragmentos de cerâmica indígena e de

cerâmica romana, material de construção, assim como dois fragmentos de uma mó circular.
Dinis, A. P. 1993: 74-76
Costa, A. C. 1868-1869/1706-1712: 111-112
Sarmento, F. M. 1933: 166, 169
Sarmento, F. M. 1901: 20
Ayres, C. 1896: 388
Pinto, R. S. 1928: 194, 39
Pinto, R. S. 1929: 194
Kalb, P. 1980
Silva, A. C. F. 1986: 81
Queiroga, F. 1992: 154

3085101, S. FAUSTINO DE VIZELA, Vizela (S. Faustino), Guimarães, Braga (30851). CMP 99 [560850.00, 4582350.00, 279].
Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Nas imediações da igreja de S. Faustino, uma ara a "Iuppiter Optimus Maximus", CIL II 5566.
Cardozo, M. 1972: 111
Alarcão, J. 1988: 1/323
CIL II 5566

3000308, GUIMARÃES, Guimarães, Guimarães, Braga (308). CMP 85 [559198.80, 4588195.92, 170].
Tipologia: Epigrafia votiva ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Da cidade de Guimarães ou da sua área envolvente são dadas como procedentes três inscrições votivas: uma dedicada às Ninfas, outra a uma divindade indígena e outra a Hércules.
Cardozo, M. 1972: 45, 47, 56
Alarcão, J. 1988: 1/302

3090301, LUGAR DA IGREJA, Brunhais, Póvoa de Lanhoso, Braga (0). CMP 57 [568086.07, 4602980.78, 240].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano ***Descrição***: A necrópole fica situada na margem direita da bacia do Ave. As prospecções no local permitiram verificar a existência de fragmentos de tégula e cerâmica comum.
Carvalho, H. 1991-1992

3090501, VILAR, Campo (S. Martinho), Póvoa de Lanhoso, Braga (30905). CMP 57 [559439.25, 4599094.98].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Vestígios cerâmicos romanos dispersos por uma grande área.
Informação de Henrique Jorge Regalo.

3091101, LAMAÇÃS, Friande, Póvoa de Lanhoso, Braga (30911). CMP 57 [140].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Sítio localizado numa zona de vertente, virada ao vale do Cávado. São perceptíveis alguns socalcos, fossos e montículos de pedra que sugerem a existência de estruturas demolidas. Na superfície, apenas é possível recolher alguns raros fragmentos de tijoleira romana.
Martins, M. 1990: 90

3091301, SALGUEIROS, Garfe, Póvoa de Lanhoso, Braga 30913). CMP 71 [563237.71, 4599133.15, 180].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição:*** Foram encontrados materiais cerâmicos nesta necrópole, que foi completamente arrasada.
Carvalho, H. 1991-1992

3091302, QUINTA DO BARRAL, Garfe, Póvoa de Lanhoso, Braga (30913). CMP 71 [563840.49, 4598839.3, 190].
Tipologia: *Villa*? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Grande quantidade de material laterício. Alguns fragmentos de cerâmica comum e um fuste de coluna.

3091402, SANTO TIRSO, Geraz do Minho, Póvoa de Lanhoso, Braga (30914). CMP 57 [560111.53, 4606799.37, 461].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O monte de Santo Tirso situa-se nos limites das freguesias de Geraz, Rendufinho e S. João de Rei, correspondendo a um dos pontos mais altos da região. O sítio possui uma importante localização, dominando o vale do Cávado. No cume do monte existe um recinto plano e extenso, limitado por vestígios de muralhas desmoronadas, que chegam a atingir cerca de 2m de largura. No centro da plataforma, onde se ergue o marco geodésico, encontram-se vestígios de estruturas e raros fragmentos de telha.
P. M. H. Script, Nº 355
Martins, M. 1990: 91

3091401, INFESTA, BURGO, TORRE (Chã de S. Pedro), Geraz do Minho, Póvoa de Lanhoso, Braga (30914). CMP 57 [559274.96, 4605491.35, 100].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma plataforma fluvial definindo um pequeno vale abrigado, onde se encontram vestígios de cerâmica romana e telha espalhados por quase todo o vale, incidindo particularmente na zona de Infesta e Burgo.
Cunha, A. R. 1945: 255-25
Martins, M. 1990: 91

3091502, CALÇADA (Serra do Carvalho), Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Braga (30915). CMP 57 [558405.08, 4604359.91].
Tipologia: Rede viária romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Via romana (traçado provável da via XVII).
Capella, M. 1895: 56
Barradas, A. L. 1956: 189

3091501, VIA COVA (Cimo de Vila), Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Braga (30915). CMP 57 [559277.09, 4603383.96, 250].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A *villa* romana de Via Cova, situa-se no lugar de Cimo da Vila, num pequeno vale encaixado, junto à ribeira de Pregal. Os seus limites naturais são claramente identificáveis: a oeste, os contrafortes da serra do Carvalho, a leste e nordeste as elevações correspondentes ao monte de S. Pedro e Castro de Lanhoso e, a sul, a já citada ribeira do Pregal. Em 1990 foram realizadas escavações, cuja direcção esteve a cargo de Manuela Martins, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, num terreno onde estavam em curso obras para a construção de uma habitação. A área escavada

permitiu identificar uma ala de um edifício, com a largura de 6 m, definido por dois muros. A parte da construção identificada possui uma orientação NO/SE e desenvolve-se para NE de um dos muros, o qual encosta à areia de alteração granítica, rebaixada para a implantação dos muros e solos das salas, situação que favoreceu a preservação das paredes que chegam a atingir 1,30 m de altura. Entre outro espólio, foram encontradas as bases de grandes *dolia* e uma pia de pedra, para além de mós e um excelente conjunto de objectos de ferro de clara vocação agrícola. Assim, concluiu-se que a zona escavada corresponderia à parte rústica de uma *villa* cuja fundação datará de finais do século I d.C., tendo sofrido uma remodelação na primeira metade do século IV d.C. Tudo parece indicar uma permanência de ocupação até ao século VI d.C., tendo em conta a cronologia de uma imitação de cerâmica paleo-cristã cinzenta. A pouco mais de 100 metros encontraram-se elementos arquitectónicos, nomeadamente fustes e fragmentos de um capitel, para além de abundantes fragmentos de cerâmica de construção e doméstica. É provável que estejamos perante uma típica *villa* romana com *pars rustica* e *pars urbana*.
Informação de M. Martins.

3091901, CASTRO DE LANHOSO (Monte do Castelo; Monte da Senhora do Pilar; Castelo da Póvoa), Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Braga (30919). CMP 57 [559988.75, 4604098.96, 330].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval; Atalaia? ***Cronologia***: Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano ***Descrição***: O Monte do Castelo ou Castro de Lanhoso, situa-se num esporão do maciço montanhoso conhecido pelo nome de Laje Grande, que divide as bacias dos rios Cávado e Ave. Aí se localiza um povoado proto-histórico, cujos vestígios são visíveis nos terrenos que ladeiam a estrada que dá acesso ao castelo medieval, existente no alto do maciço rochoso que coroa o monte. As estruturas dispõem-se em socalcos, sendo caracterizadas por casas de planta circular e rectangular, e por raros pavimentos lajeados. Na vertente Este, onde parece ter-se desenvolvido grande parte do povoado, observam-se ainda vestígios de uma fortificação. Os materiais mais antigos do sítio, constituídos por fragmentos cerâmicos indiciam uma ocupação atribuível ao Calcolítico. A ocupação da Idade do Bronze é testemunhada por cerâmicas, nalguns casos decoradas, alguns discos cerâmicos e um punhal triangular em bronze, sem paralelos na região. Da Idade do Ferro datarão alguns dos objectos metálicos aí recolhidos, nomeadamente três torques em ouro e um capacete de bronze decorado. São ainda desta fase de ocupação algumas contas de colar, um conjunto significativo de cossoiros e outro material cerâmico. As estruturas conhecidas e visíveis, assinalam um momento de ocupação tardio dentro da Idade do Ferro e inícios da Romanização (séculos I a.C/ I d.C.). Poderão ser desta época uma pequena estátua sedente de granito e uma estela com uma representação humana em baixo-relevo. Restos de cerâmica e moedas romanas indicam que o povoado foi romanizado.
Azevedo, P.A. 1902: 27-32-74-79-123-128-190-192-237-240-267-272-319-320
Azevedo, P.A. 1898: 317
Teixeira, C. 1939.
Carlos, T. 1939: 117-125.
Recolha Francisco, A. Cardoso, M. 1941: 130
Cardoso, M. 1946: 253
Garcia e Bellido, A. 1946: 356-358
Sousa, J. M. C. 1948: 114
Santos, J., J. R. 1965: 150
Silva, J. 1966: 522
Cunha, A. R. 1975: 517-527
Almeida, C. A. F. 1978: 38.
Martins, M. 1990: 91-92

3091601, SANTA IRIA (Santa Iria), Louredo Campo, Póvoa de Lanhoso, Braga (30916). CMP 71 [558839.50, 4599088.95, 308].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O lugar, situa-se a NE da Citânia de Briteiros. Noticia-se a existência de muralhas.
Sarmento, F. M. 1970:11-72
Vasconcelos, J. L. 1901:33.
Cardoso, M. 1950: 429.
Sarmento, F. M. 1933: 166.
Cardoso, M. 1955: 438.

3091702, MONTE DA CHAMADOURA, Monsul, Póvoa de Lanhoso, Braga (30917). CMP 57 [558254.24, 4607580.43, 128].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na plataforma superior do monte da Chamadoura foram identificados, vestígios de cerâmica comum romana e tégula.
Informação de Ana Bettencourt.

3091701, SANTA LUZIA (Souto, Pardelhas, Devesa), Monsul, Póvoa de Lanhoso, Braga (30917). CMP 75 [558123.29, 4607679.08, 100].
Tipologia: *Villa?* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***:
Numa área relativamente extensa recolhem-se, fragmentos de tégula, cerâmica comum romana e elementos arquitectónicos.
Martins, M. 1990: 91.

3091801, QUINTA DE ARREBALDE (Leira das Pedras), Moure, Póvoa de Lanhoso, Braga (30918). CMP 56 [555762.82, 4606805.59, 110].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa área relativamente extensa, que corresponde aos terrenos de uma quinta, encontram-se abundantes fragmentos de material laterício bem como outros fragmentos de cerâmica comum romana.
Martins, M. 1990: 91.

3092001, VALE DA MOURA, Oliveira, Póvoa de Lanhoso, Braga (30920). CMP 57 [564884.76, 4604348.16].
Tipologia: ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Trata-se de uma vasta área compreendida entre os lugares de Passos, Outeiro, Vale da Moura e Fim de Vila, apresentando inúmeros vestígios de cerâmica romana à superfície.
Informação de Henrique Jorge Regalo.

3092101, SOBREDELO (Monte de Baixo, Monte de Cima, Água Levada, Cuvela), Rendufinho, Póvoa de Lanhoso, Braga (30921). CMP 75 [561335.87, 4609310.93].
Tipologia: Habitat romano; Tesouro. ***Cronologia***: Romano.
Descrição: No lugar de Sobradelo aparecem abundantes fragmentos

de tégulas. Aí apareceu também um tesouro de moedas romanas desaparecido.
Martins, M. 1990: 92

3092304, CASA DO RIBEIRO, S. João de Rei, Póvoa de Lanhoso, Braga (30923). CMP 57 [558798.48, 4608135.74, 160].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva fragmentada encontrada numa parede de uma casa a cerca de 30 m a norte da Quinta do Ribeiro. Conserva apenas as três primeiras linhas.
Martins, M. 1990: 93
Cardoso, M. 1938 a: 82-84

3092303, CAMPO DE MARTIM, JOANE (Penedo Mogo), S. João de Rei, Póvoa de Lanhoso, Braga (30923). CMP 57 [559292.14, 4608750.52, 150].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição:*** Os achados ocorrem numa zona de vertente. Aí se recolhem, fragmentos de cerâmica, de telha e de mós.
Martins, M. 1990: 93

3092302, LUGAR DAS ANTAS, S. João de Rei, Póvoa de Lanhoso, Braga (30923). CMP 57 [558996.39, 4608337.67, 150].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Junto à igreja do local referido noticia-se o achado de cerâmicas de construção e doméstica.
Informação de Ana Bettencourt.

3092301, MONTE VERMELHO (Monte da Estadela; Gondim), S. João de Rei, Póvoa de Lanhoso, Braga (30923). CMP 57 [560894.03, 4609506.42, 200].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na vertente Noroeste do Monte Vermelho, encontram-se abundantes fragmentos de tégulas e ímbrices, para além de pedra de construção. Não se reconhecem vestígios de estruturas.
Bellino, A. 1909: 6
Sampaio, A. 1923: 107, 113
Martins, M. 1990: 93
Celestino 1994:16

3092305, MONTE CASTRO (Castro de S. João do Rei), S. João do Rei, Póvoa de Lanhoso, Braga (30923). CMP 57 [558950.94, 4607887.35, 202].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um remate de esporão de baixa altitude, virado ao vale do Cávado e situado na vertente das serras de Santo Tirso e de S. Mamede de Penafiel. A.M.S. Bettencourt dirigiu escavações no sítio, tendo detectado uma ocupação que remonta a Idade do Bronze e se prolonga até à época romana. Desta última fase são conhecidos vidros, metais, e cerâmicas de construção e domésticas. Serão ainda do período romano algumas das construções existentes no povoado.
Azevedo, P. A. 1899-1900
Bellino, A. 1909: 6
Pinto, R. S. 1929: 425
Cardoso, M. 1938: 82-83.
Cardoso, M. 1938a: 82-83
Cortez, R. 1946a: 20
Kalb, Ph. 1980a: 27
Martins, M. 1990:92
Bettencourt, A.M.S. 1993
Bettencourt, A.M.S. 1999: 291-293

3092802, MONTE DE SANTA IRIA, Verim, Póvoa de Lanhoso, Braga (30928). CMP 57 [557839.05, 4609997.82, 110].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro ***Descrição***: O sítio corresponde a uma pequena elevação a norte da igreja de Verim. Tem vertentes abruptas apesar da baixa altitude. Existem vestígios de um talude defensivo que circunda um tabuleiro relativamente plano, na parte mais alta do monte. Para M. Martins o povoado só teria, uma plataforma, e enquadra-o nos povoados de baixa altitude.
Martins, M. 1990: 93

3092801, SAROLA (Casa das Arcelas), Verim, Póvoa de Lanhoso, Braga (30928). CMP 57 [559142.80, 4608689.03, 100].
Tipologia: Achado monetário Romano. Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Junto à Casa das Arcelas encontram-se fragmentos de cerâmica romana. Em 1939 foi descoberto no lugar de Sarola um tesouro monetário, dentro de um pote de barro. Era composto por 115 moedas de Constantino Magno.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 18.
Martins, M. 1990: 93
.

3100103, CAMPO DO CASTELO, Balança, Terras de Bouro, Braga (31001). CMP 43 [557068.50, 4616125.82, 530].
Tipologia: *Mutatio* da milha XV. ***Cronologia***: Romano ***Descrição***: O sítio conhecido como Campo do Castelo ocupa um pequeno cabeço sobranceiro à Geira onde se encontram bastantes fragmentos de material laterício e cerâmica comum de fabrico romano. O local poderá corresponder a uma *mutatio* situada na milha XV, que parece justificar-se pela necessidade de uma paragem depois da acentuada subida do tramo anterior.
Inédito

3100102, TEIXUGOS (Pala; Devesa), Balança, Terras de Bouro, Braga (31001). CMP 43 [557577.68, 4616190.94, 460].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Perto da Ribeira da Devesa, num lugar conhecido como Teixugos ou Pala, encontra-se um miliário.
CIL II 4800
Silva, D. M. 1958: 73.
Ferreira, M. 1982: 22.
Alarcão, J. 1988: 139.
Martins, M. 1990: 94

3100101, LAMPAÇAS/ CANTOS DA GEIRA (Bico da Geira; Couto de Lampaças), Balança, Terras de Bouro, Braga (0). CMP 43 [, 430].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio conhecido como Lampaças ou Cantos da Geira corresponderia provavelmente à milha XV. Aí foram identificados vários miliários. Esta circunstância, juntamente

com o facto de o sítio ser conhecido na região por mais do que um topónimo terá levado vários autores a distinguir Lampaças de Cantos da Geira, que são, afinal, um e o mesmo sítio. Em 1895 Martins Capella (1895) refere dois marcos no lugar de Lampaças, sendo um deles anepígrafos. O outro pareceu a Capella ser do Imperador Maximiano e tinha a indicação da milha XV. Pode datar-se de 285-305, aceitando a identificação do imperador com Maximiano. Em 1982 Matos Ferreira (1982) dá notícia da existência de dois miliários e de fragmentos de um outro, num local conhecido por "Cantos da Geira", ou "Bico da Geira" perto do lugar de Barral. O autor não conseguiu ler uma das peças por ter a inscrição muito gasta e apresenta a leitura do segundo, que se encontrava meio enterrado, e era dedicado ao Imperador Caro. Referia a milha XV e pode ser datado de 283.
Capela, M. 1895: 60, 247.
Ferreira, M. 1982: 21-22.
Alarcão, J. 1988: 136.
Martins, M. 1990: 94.

3100308, FONTE DE MONÇÃO, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (310). [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário provavelmente deslocado que indica a miha XXVII a partir de Bracara Augusta.
CIL II 4814
Alarcão, J. 1988: 1/***

3100306, LEIRAS DOS PADRÕES, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano.
CIL II 4818
Alarcão, J. 1988: 1/ **

3100304, CRUZEIRO, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário de Décio provavelmente deslocado, servindo de pedestal de cruzeiro.
CIL II 4813
Capella, M. 1895: 255
Ferreira, J.M. 1982
Alarcão, J. 1988: 89

3100303, VOLTA DO GAVIÃO, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sítio conhecido como Volta do Gavião são conhecidos 13 miliários correspondentes à milha XXIX. Cinco têm vestigios de inscrições sendo de destacar o que menciona C. Calpetanus Rantius, governador da Tarraconense entre 78 e 81 d.C. A bibliografia apenas menciona o miliário de Maximino e Máximo (CIL II 4816) mas é possível incluir neste grupo os miliários dados como procedentes de Padrões de Cal (CIL II 4817 e 4819), topónimo localizado nas proximidades.
CIL II 4816, 4817, 4819.
Capella, M. 1895: 174, 215
Alarcão, J. 1988
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3100302, S. JOÃO DO CAMPO, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [, 0].
Tipologia: *Vicus* da milha XXVII. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na veiga de S. João, no eixo da via XVIII, a 10 milhas de *Salaniana* e a 11 de *Aquis Originis* (Rio Caldo). Aí foi encontrada uma inscrição à divindade indígena *Ocaera*, eventualmente relacionada com um templo romano ou pequeno edifício público junto da via, cujos muros forma encontrados em escavações aí realizadas em 1992. Esta intervenção arqueológica revelou ainda alicerces de um templo cristão, provavelmente da Baixa Idade Média. O local não foi integralmente escavado, o que dificulta a sua interpretação.
Vieira, J. A. 1886: 471
Encarnação, J. 1975: 253-255
Tranoy, A. 1981: 277
Alarcão, J. 1988
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3100301, VEIGA DE S. JOÃO, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário provavelmente deslocado.
CIL II 4815
Alarcão, J. 1988: 85

3100307, VOLTA DO COVO, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [570067.04, 4627749.53, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio conhecido como Volta do Covo assinalava a milha XXXII Foram até ao momento aqui identificados vinte e dois marcos miliários, alguns dos quais provavelmente fora da sua posição original.
Capella, M. 1895: 62, 130, 250.
Alarcão, J. 1988
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3100309, BOUÇA DA MÓ, Campo do Gerês, Terras de Bouro, Braga (31003). [568374.25, 4626160.06, 0].
Tipologia: *Mutatio* da milha XXX da via XVIII. ***Cronologia***: século I-II. ***Descrição***: Tanto a *mutatio* como os dois miliários desta milha foram identificados pelos trabalhos dirigidos por Sande Lemos e A.M. Baptista (1995). Ficam abaixo da cota máxima da barragem de Vilarinho das Furnas. O primeiro miliário a ser encontrado, incorporado num dos antigos muros dos campos de Vilarinho, foi depositado nas instalações do Parque Nacional da Peneda do Gerês, na vila do Gerês. O segundo está provavelmente *in situ*, pois foi encontrado junto à *mutatio* soterrado em posição vertical. A escavação da *mutatio* revelou um edifício rectangular assente numa pequena colina e implantado junto à via, na margem esquerda da ribeira da Mó. A estrutura dos muros era de granito bem aparelhado. No interior é possível que um conjunto de pilares sustentasse uma estrutura de madeira. O telhado era coberto de tégula, dada a abundância de material, encontrado durante a escavação. No canto sudeste do edifício conservam-se sinais de um pequeno compartimento que talvez servisse como taberna. O material datável oscila entre os séculos I e finais do século II d.C.
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

Azevedo, P. A. 1899-1900
Cardoso, M. 1938: 82-83.

3100503, HERVOSA / SANTA COMBA, Chamoim, Terras de Bouro, Braga (31005). [561430.51, 4619758.71, 470].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde à milha XXII, da via XVIII, e é conhecido pelos topónimos Hervosa ou Santa Comba, o que tem gerado alguma confusão na bibliografia arqueológica. O sítio fica perto do Ribeiro do Fojo. Aí estão depositados dois marcos miliários sendo um deles do imperador Adriano. O outro não apresenta qualquer vestígio de inscrição.
Alarcão, J. 1988: 94, 95
Capella, M. 1895: 60-61, 128-129.

3100501, ESPORÕES, Chamoim, Terras de Bouro, Braga (31005). [562521.49, 4620619.45, 430].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Observam-se nesta milha três miliários, dois dos quais inéditos e em mau estado de conservação. Só um dos marcos (E.E. VIII, 230) consta da bibliografia arqueológica.
Capella, M. 1895: 61-260
E.E. VIII, 230
Alarcão, J. 1988: 92

3100605, S. SEBASTIÃO DA GEIRA, Chorense, Terras de Bouro, Braga (31006). CMP 43 [558463.59, 4616569.75, 450].
Tipologia: *Mutatio* da milha XVI/XVII da via XVIII. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Pequeno sítio situado no eixo da via XVIII e destruído por um estradão. Há, nos cortes abertos pela obra, vestígios de muros e bastante cerâmica de construção e comum romana, para além de um fragmento de *sigillata*. Os vestígios identificados parecem assemelhar-se ao edifício escavado na Bouça da Mó.
Inédito

3100604, LAGEDOS, Chorense, Terras de Bouro, Braga (31006). CMP 43 [559279.04, 4617987.54, 450].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se perto da ribeira do Urzal, a oeste de Saim. Aí estão depositados dois miliários, um de Tito e outro de Caracala que assinalam a milha XIX contada a partir de *Bracara Augusta*.
Capella, M. 1895: 106, 146
Alarcão, J. 1988: 137

3100603, CABANINHAS (Cabreira), Chorense, Terras de Bouro, Braga (31006). CMP 43 [559003.77, 4616535.21, 450].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio conhecido como Cabaninhas deveria assinalar a milha XVII da via XVIII. A bibliografia arqueológica refere três miliários: um de Caracala, um de Décio e outro de Caro, que se encontram depositados junto ao ribeiro da Cabreira.
Capella, M. 1895: 144, 184, 198
Alarcão, J. 1988: 1/135
CIL II 4801
EE VIII 226
EE VIII 227

3100602, CHÃS DE VILAR- *SALANIANA* (Saim Velho), Chorense, Terras de Bouro, Braga (31006). CMP 43 [558685.83, 4617331.76, 460].
Tipologia: *Mansio*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Aglomerado romano situado numa chã, conhecido como Chãs de Vilar ou Saim Velho. São visíveis várias plataformas artificiais numa grande extensão de terreno e bastante quantidade de material laterício e cerâmica comum de época romana. O sítio localiza-se junto à via XVIII, mais precisamente no ponto da milha XVIII, assinalada pelo miliário catalogado como proveniente de Valfoios. O miliário, de Tito - Domiciano, encontra-se semi-enterrado numa curva da estrada romana e indica a milha XVIII contada a partir de Bracara Augusta (cfr.ID 3100601).
No *Itinerário de Antonino* a *mansio Salaniana* aparece referida na milha XXI. Ora, esta milha localiza-se em Travassos (ID 3101601), onde se encontra um miliário de Heliogábalo, local que não possui as mínimas condições topográficas para a instalação de um povoado. As prospecções realizadas na região levam-nos a pensar que, apesar da discrepância de milha, a *mansio Salaniana* se localizava em Chãs de Vilar.
Capella, M. 1895: 60
Alarcão, J. 1988: 134

3100601, VALFOIOS (Vale do Fojo), Chorense, Terras de Bouro, Braga (31006). CMP 43 [558685.83, 4617331.76, 450].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O miliário encontra-se semi-enterrado numa curva da estrada romana e junto ao povoado conhecido como Chãs de Vilar ou Saim Velho (cfr ID 3100602). Tanto quanto conseguimos saber o topónimo "Valfoios" apontado como localização deste miliário deve vir de "Vale do Fojo" que lhe fica perto.
CIL II 4802;
Alarcão, J.1988:133

3100803, GEIRINHA, Covide, Terras de Bouro, Braga (31008). CMP 42 [565831.71, 4621478.75, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário aparecido Manuma propriedade em Covide num campo perto do ribeiro de Freitas, do lugar de Várzeas. Foi colocado junto ao ribeiro, num caminho conhecido como Geirinha.
Inédito.

3100804, COVIDE, RUA DA CARREIRA, Covide, Terras de Bouro, Braga (31008). [565315.32, 4621147.49, 520].
Tipologia: *Mutatio?*; *Mansio?;* Ara anepígrafe. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em Covide localizar-se-ia provavelmente a milha XXVI. Encontrámos apenas um marco miliário de *Licinio Iunior* que serve de esteio num alpendre de uma residência particular nesta povoação e que corresponde a CIL II 4810. Quanto ao miliário atribuído a Décio (CIL II 4812), e que terá sido encontrado também em Covide, não encontramos sinais. Em Covide apareceu ainda uma ara, sem vestígios de inscrição, em obras efectuadas no sítio do actual campo de futebol. Foi depositada na Câmara

Municipal de Terras de Bouro. No lugar de Barzes (ID3100801), também em Covide, foram encontrados alicerces, pedras lavradas e fragmentos de colunas. Refira-se, ainda, a notícia do aparecimento, no sopé do Monte da Calcedónia, de pedras de construção, vestígios de muros e fragmentos de colunas (Silva 1958: 58).
CIL II 4810
CIL II 4812
Capella, M. 1895: 186
Silva, D.M. 1958: 58
Alarcão, J. 1988: 91, 93

3100802, SÁ, Covide, Terras de Bouro, Braga (31008). [564874.49, 4621243.02, 520].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário servindo de pedestal de cruzeiro, provavelmente deslocado do seu local original. ***Observações***: Um miliário de Décio, com indicação da milha XXV, CIL II 4809. Entre Sá e Covide achou-se o miliário CIL II 6219, com indicação da milha XXVII.
CIL. II 4809
Capella, M. 1895: 61-185
Alarcão, J. 1988: 90

3100805, CALCEDÓNIA (Fraga da Cidade), Covide, Terras de Bouro, Braga (31008). [566465.00, 4619633.00, 0].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado com excelente posição geoestratégica. Boa visibilidade sobre o vale do rio Gerês. Vestígios de uma linha de muralha na vertente virada ao rio Gerês /Ribeira de Freitas. O povoado desenvolve-se na vertente virada ao rio Gerês e o acesso deveria fazer-se a partir da ribeira de Freitas.
Argote, J.C. 1734
Leal, P. 1842
Sousa, T. 1909
Sousa, T. 1927
Corrreia, A.A.M.; Teixeira, C. 1946: 212-222
Leal, P. 1947
Silva, D.M. 1958
Oliveira, A.L. 1971
Moita, I. 1974
Medeiros, A.C.; Teixeira, C. ; Lopes, J.T. 1975
Capella, M. 1895

3100801, BARZES, Covide, Terras de Bouro, Braga (31008). CMP 43 [0].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Alicerces, pedras lavradas, fragmentos de colunas.
Silva, D. M. 1958: 58.
Alarcão, J. 1988: 1/88

3100807, CASTELO DE COVIDE, Covide; Freitas, Terras de Bouro, Braga (31008). CMP 43 [564521.95, 4619430.20, 0].
Tipologia: Castelo medieval? ***Descrição***: Alcantilado natural com o nome de Castelo. ***Observações:*** Há uma grande confusão entre este sítio e o Castelo de Bouro.
Correia, A.A.M.; Teixeira, C. 1946: 219
Silva, D.M. 1958: 114
Cunha, A.R. 1975: 513-514

3101101, CASTRO DE SANTA ISABEL DO MONTE (Monte de Stª Isabel; Monte Crasto), Terras de Bouro, Braga (31011). CMP 43 [563460.00, 4618768.00, 0].
Tipologia: Castelo? Castro? ***Descrição***: Ocupa um cabeço onde confluem duas freguesias: Monte e Padrós. Boa visibilidade sobre os vales do Homem e do Cávado. Alinhamentos de possíveis panos de muralhas.

3101401, SANTA CRUZ, Souto, Terras de Bouro, Braga (31014). CMP 42,43 [556280.01, 4615008.22, 420].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Os miliários foram encontrados aquando de trabalhos de remoção de terras por ocasião de arranjo da estrada, e encontravam-se muito provavelmente *in situ*. Aí estão três miliários inteiros e outros três fragmentados. Em quatro deles é possível ler-se a milha XIV da via XVIII.
Capella, M. 1895: 146, 198,60
Martins, M. 1990: 94-95
Alarcão, J. 1988: 140
Silva, D.M. 1958: 136
Cunha, A. 1961: 320
Almeida, C.A.F. 1968: 31

3101601, TRAVASSOS, Vilar, Terras de Bouro, Braga (31016). CMP 43 [560637.39, 4619100.09, 460].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio de Travassos corresponde à milha XXI. Aí está depositado um miliário de Heliogábalo que indica explicitamente esta milha. O Itinerário de Antonino refere a existência nesta milha da *mansio* Salaniana, mas as condições topográficas do local impediam a instalação de um povoado neste local As prospecções realizadas na região levam-nos a pensar que esta *mansio* estaria provavelmente localizada em Chãs de Vilar, sítio que corresponde à milha XVIII.
Capella, M. 1895: 160
Silva, D.M. 1958: 170
Almeida, C.A.F 1968: 32
Alarcão1988: 153

3101602, PODRIQUEIRAS, Terras de Bouro, Braga (31016). [559690.80, 4618791.45, 430].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em Podriqueiras localizar-se-ia provavelmente a milha XX. Aí estão depositados miliários.

3101707, PONTE DO FORNO, Vilar da Veiga, Terras de Bouro, Braga (31017). [571520.39, 4627825.62, 0].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ponte romana que permitia transpor a ribeira do Forno. Caracteriza-se por ser, tal como a vizinha ponte da Macieira, uma ponte de um só arco de volta perfeita, com tabuleiro horizontal e paramentos em pedra almofadada. Mantêm-se os arranques das duas margens, o paramento na margem esquerda e as primeiras pedras do arco. Conservam-se ainda, no leito do rio, inúmeras pedras aparelhadas.

Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3101706, PONTE DA MACEIRA, Vilar da Veiga, Terras de Bouro, Braga (31017). [571334.84, 4627916.03, 0].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ponte romana que permitia transpor a ribeira da Maceira. É uma ponte de um só arco de volta perfeita, com tabuleiro horizontal e paramentos em pedra almofadada. Mantêm-se as pedras da primeira fiada do arco, na margem direita, e o enchimento do arranque do arco.
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3101705, GERÊS, Vilar da Veiga, Terras de Bouro, Braga (31017). [569139.04, 4621078.12, 0].
Tipologia: Achado monetário Romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No local das actuais termas noticia-se o achado de moedas de Galieno e Constâncio.
Sousa, T. 1927: 171
Alarcão 1988: 100

3101704, ALBERGARIA, Vilar da Veiga, Terras de Bouro, Braga (31017). [571813.90, 4628476.31, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Milha XXXIII, que se localiza no lugar de Albergaria, onde se conservam 20 miliários. Dois deles estão erigidos na margem direita da via, enquanto que os restantes 18 se encontram do lado esquerdo. De acordo com a bibliografia, as cinco inscrições registadas referem-se ao Baixo Império. Actualmente só se lêem inscrições em 4 miliários.
CIL II 4829
CIL II 4831
CIL II 4830
CIL II 4832
Capella, M. 1895: 177, 187, 193, 199, 205, 216
Alarcão. 1988: 98
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3101703, PONTE DE S. MIGUEL, Vilar da Veiga, Terras de Bouro, Braga (31017). [571739.40, 4628999.92, 0].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ponte que teria dois arcos de volta perfeita. Foi destruída intencionalmente no século XVII, por ocasião das guerras da independência. Paramentos revestidos por aparelho de pedra de dimensão variável, na sua maioria almofadada.
Silva, D. M. 1958: 84
Alarcão, J. 1988: 1/97
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3101702, PORTELA DO HOMEM, Vilar da Veiga, Terras de Bouro, Braga (31017). [571226.83, 4629488.03, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na Portela do Homem localizava-se a milha XXXIV que é também a última milha em território português. Conservam-se aqui um grande número de miliários mas este não é, concerteza, o seu local original. Os sete marcos que aí existiam antes de 1992, deveriam ter sido removidos e reimplantados aquando das obras de finais de 1979 para construção do edifício aduaneiro, altura em que se alterou profundamente a morfologia do terreno. Na campanha de limpeza e conservação da Geira efectuada em 1992 foi desenterrado um outro miliário, numa zona mais a nascente e a uma cota inferior deste local, mas este não deve ser ainda o seu local original. A bibliografia arqueológica refere como daqui provenientes vários miliários que não pertencem, seguramente, a este local.
CIL II 4834, 4835, 4836, 4837,4838,4839, 4840, 4841, 4842, 4843, 4845, 4846, 4847, 4848, 6222.
E.E. VIII 237
Alarcão 1988: II fasc. 1
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3101701, BICO DA GEIRA, Vilar da Veiga ou Campo de Gerês, Terras de Bouro, Braga (31017). [569265.85, 4627063.14, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Esta milha localiza-se num local conhecido por Bico da Geira onde existe uma ponte recente em madeira sobre a ribeira do Padredo. Antes dos trabalhos levados a cabo em 1992 (Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S., 1995) encontravam-se sete miliários. Foram recuperados outros 14 exemplares no leito da ribeira. Destes, dois fragmentos foram guardados em instalações do Parque Nacional da Peneda Gerês. Um deles tinha restos de tinta vermelha em algumas letras. A milha ostenta actualmente 19 de um total de 21 marcos aí encontrados. Apenas 7 apresentam vestígios de epígrafes. A bibliografia refere apenas 4 com inscrição: Um miliário de Adriano, CIL II 4821, indicando a milha XXXI contada a partir de Braga; um outro de Décio, CIL II 4823; outro de Caro, CIL II 4822; e um ultimo de Licínio, CIL II 4807.
Capella, M. 1895: 129, 187, 199
Alarcão, J. 1988: 84
Baptista, A.M.; Encarnação, J.; Lemos, F.S. 1995

3112001, CRASTO -VILA SECA, Mosteiro / Pinheiro/ Cantelães, Vieira do Minho, Braga (31120). CMP 58 [573283.00, 4609444.00, 550].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado com uma excelente posição geo-estratégica e um bom domínio sobre as terras férteis do vale da ribeira de Cantelães. São visíveis alguns vestígios de habitações de planta circular e um espólio caracterizado por cerâmica micácea de fabrico indígena, tégula e cerâmica comum de época romana.
Cunha, A.R. 1975: 485-535
Silva 1986: 79
Queiroga 1992: 158

3110101, CASTRO, Anissó, Vieira do Minho, Braga (31101). CMP 57 [569494.00, 4606954.00, 733].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um cume bem destacado na paisagem e com boas defesas naturais. São ainda visíveis três linhas de muralhas que definem três plataformas de ocupação onde se podem recolher fragmentos de cerâmica micácea e alguma tégula.
Silva 1986: 79
Queiroga 1992: 158

3110601, CASTRO DA SRª DA CONCEIÇÃO, Cova (S. João), Vieira do Minho, Braga (31106). CMP 43 [569421.00, 4614538.00, 337].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado ocupando um cume bem posicionado junto da confluência do rio Cávado com os rios Caldo e Gerez. O sítio, muito destruído pelas habitações edificadas na vertente e pelas obras ligadas à capela da Srª da Conceição, não apresenta sinais de muralhas, mas foi possível recolher em alguns cortes fragmentos de cerâmica micácea, tégula, later e cerâmica comum romana.
Fontes, L.; Roriz, A. 2007

3111303, MONTE DO CASTELO (Castelo de Calvos), Rossas, Vieira do Minho, Braga (31113). CMP 58 [578296.59, 4603313.43, 730].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando um cume bem destacado na paisagem e com excelente visibilidade sobre as terras férteis do vale. São ainda visíveis algumas plataformas e panos de muralhas onde é possível recolher bastantes fragmentos de cerâmica micácea de fabrico indígena, para além de tégula, later e cerâmica comum de época romana. A.R. Cunha (1975) e C.A.F. Almeida (1970) referem ainda o achado de *sigillata* hispânica, duas moedas romanas sendo uma de Públio Carísio, legado de Augusto, a ansa de uma sítula e a cabeça de uma estatueta em bronze.
Cunha, A.R. 1950: 2,4.
Almeida, C.A.F. 1970: 77-82.
Cunha, A.R. 1975: 485-535
Silva 1986: 80
Queiroga 1992: 158
Fontes, L.; Roriz, A. 2007

3111302, S. PEDRO, Rossas, Vieira do Minho, Braga (31113). CMP 58 [575544.00, 4603081.00, 400].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: IV d.C., Romano. ***Descrição***: Necrópole encontrada no decurso de obras na estrada que liga Celeirô a S. Pedro. Os achados incluem cerâmica comum romana, um vaso de vidro e alguns fragmentos de cerâmica pintada. Apareceram ainda vestígios de pregos em ferro, datáveis por C. Teixeira ao século IV d.C.
Teixeira, C. 1943-1944: 165-167
Alarcão 1988: 219
Fontes, L.; Roriz, A. 2007

3111301, POMBEIRO, Rossas, Vieira do Minho, Braga (31113). CMP 58 [576390.00, 4603667.00, 460].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona aplanada e de terrenos muito férteis junto ao rio Ave. Carlos Teixeira (Teixeira 1943-1944) deu conta do aparecimento de vestígios de construções, "fundos de cabanas de barro batido", uma mó para além de cerâmica de construção e doméstica "(...) .
Teixeira, C. 1943-1944: 167.
Alarcão 1988: 218
Fontes, L.; Roriz, A.: 2007

3111403, S. CRISTOVÃO, Ruivães, Vieira do Minho, Braga (31114). CMP 44 [579918.00, 4615215.00, 676].
Tipologia: *Mansio*; *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona aplanada junto ao lugar de Ruivães, num local onde passaria com toda a probabilidade a Via XVII. É possível observar, vestígios de taludes e grande quantidade de cerâmica de construção romana, para além de muita pedra e alguma cerâmica comum. O posicionamento do local junto à via e as suas características permitem supõr que se trate da *mansio Salacia*, mencionada no Itinerário de Antonino.
Fontes, L.; Roriz, A. 2007

3111402, PORTELA DE REBORDELOS, Ruivães, Vieira do Minho, Braga (31114). CMP 44 [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Dois miliários pertencentes à via XVII e de paradeiro desconhecido. Um é atribuido a Claúdio e marca a milha XX contada a partir de Bracara Augusta. O outro indicaria apenas a milha XXXV.
Barradas, L. A. 1956: A6; A7
CIL. II 4770.
Alarcão 1988

3111401, BOTICA, Ruivães, Vieira do Minho, Braga (31114). CMP 44 [581025.00, 4615053.00, 660].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Dois miliários, de paradeiro desconhecido, encontrados junto ao lugar de Botica. Uma das peças não apresentava vestígios de qualquer inscrição; a outra indicava a milha XLIII contada a partir de *Aquae Flaviae*.
CIL., II, 4783
Barradas, L. A. 1956: 196, A-19
Alarcão, J. 1988: 156

3111501, OUTEIRO DA COROA, Salamonde, Vieira do Minho, Braga. ( ) CMP 44? [450].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O povoado situa-se na margem esquerda do Cávado, sobranceiro à Ribeira das Fragas de Pena Má. Está implantado num pequeno outeiro, na encosta norte da Serra da Cabreira. O local apresenta indícios de alguns alinhamentos que provavelmente pertencem a ruínas de edifícios. Apareceram, ainda, vestígios de cerâmica doméstica e de construção.
Fontes, L.; Roriz, A. 2007: 134

3111801, CASTRO DE ATAFONA, Tabuaças, Vieira do Minho, Braga. CMP 44 [521].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado fortificado, sobranceiro à ribeira de Tabuaças, na sua margem direita. São evidentes duas linhas de muralha e encontram-se vários fragmentos de cerâmica de tipologia castreja.
Fontes, L. ; Roriz, A. 2007: 148

3120203, SANTIAGO DE ANTAS, Antas, Vila Nova de Famalicão, Braga (312020). CMP 84 [540900.00, 4583600.00, 120].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Fragmento de marco miliário cujo paradeiro se desconhece. Pertenceria, provavelmente, à via XVI.
Mantas, V. 1996: 392-395

3120202, DEVESA ALTA / QUINTA DE PEREIRA, Antas, Vila Nova de Famalicão, Braga (31202). CMP 84 [540900.00, 4583600.00, 120].
Tipologia: Miliário. ***Descrição***: Miliário em mau estado de conservação, cujo paradeiro se desconhece. Segundo M. Capella teria sido encontrado em Devesa Alta, Antas e daí transportado para a Quinta de Pereira.
Mantas, V. 1996: 385
Capella, M. 1895: 251
EE VIII 207

3120201,PORTELA DE BAIXO, Antas, Vila Nova de Famalicão, Braga (31202). CMP 84 [540950.00, 4582800.00, 110].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário fragmentado em duas partes, de paradeiro actualmente desconhecido. Parece ter estado originariamente em Portela de Baixo.
Capella, M. 1895: 149
Alarcão, J. 1988: 294

3123801, SANTA MARIA DE ARNOSO, Arnoso (Santa Maria), Vila Nova de Famalicão, Braga (31238). CMP 84 [542100.00, 4591050.00, 160].
Tipologia: Ara a Lares. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva em granito consagrada aos Lares. Está um pouco danificada, embora isso não perturbe a leitura da inscrição. Dimensões 67x27x31. Paradeiro Museu Pio XII, Braga. Leitura: LVCR[ETIV]/S CATVRON[I]S/ F(*ILIUS*) LARI BEIRADIE/GO EX VOT(*o*)/POS(uit) AR(*am*) SAC(*ravit vel ram*). Tradução: Lucretius, filho de Caturo, para o Lar Beiradiegus, por um voto, mandou colocar essa ara e consagrou-a.
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 190-191
Alarcão, J. 1988: 239

3120702, QUINTA DE SANTA CATARINA, Cabeçudos, Vila Nova de Famalicão, Braga (31207). CMP 98 [540950.00, 4579300.00, 100].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário de Caracala que serve actualmente de esteio na varanda de uma casa particular.
Capella, M. 1895: 58, 150
E.E. VIII, 206
Alarcão, J. 1988: 1/355

3120701, CABEÇUDOS, Cabeçudos, Vila Nova de Famalicão, Braga (0). CMP 98 [541600.00, 4580860.00, 90].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário em péssimo estado de conservação, actualmente anepígrafo. Foi reaproveitado como material de construção num muro junto à igreja de Cabeçudos.
Capella, M. 1895: 58
Alarcão, J. 1988: 1/296

3120802, CASTRO DE S. MIGUEL-O-ANJO (CALE), Calendário, Vila Nova de Famalicão, Braga (31208). CMP 83 [538922.24, 4582576.39, 194].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval; Achado monetário romano. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando um outeiro de altitude média, com boas condições naturais de defesa. São visíveis, para além da plataforma central, outras duas definidas por taludes. O espólio consta de cerâmica de fabrico indígena e cerâmica romana, entre a qual tégula e fragmentos de ânfora. Aqui foram também recolhidas moedas, datáveis de 2 a.C./4 d.C. e uma moeda de Constantino.
Brandão, A. M. 1889; 1890; 1890; 1891; 1889-1892
Lima, A. P. 1940: 211-212
Costa A. J. 1959: 44
Queiroga, F. 1983: 49
Centeno, R. M. S. 1987: 112
Queiroga, F. 1992
Dinis, A. P. 1993: 55-57

3120801, CASTRO DO FACHO, Calendário, Vila Nova de Famalicão, Braga (31208). CMP 83 [537963.45, 4583835.74, 268].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado situado num cabeço de altitude média que se destaca bem na paisagem envolvente. Possui boas condições naturais de defesa e duas plataformas de ocupação definidas por dois taludes. O espólio consta de cerâmicas do Bronze Final e da Idade do Ferro. A presença de alguma tégula atesta uma romanização, aparentemente muito fruste.
Teixeira , C.; Medeiros, A. C. 1965: 46
Queiroga, F. 1983: 49
Queiroga, F. 1992: 157
Dinis, A. P. 1993: 53-55

3121001, BOUÇA ALTA, Castelões, Vila Nova de Famalicão, Braga (31210). CMP 84 [547950.00, 4584600.00, 0].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o achado de cerâmica comum de época romana e alguns fragmentos de *sigillata* hispânica.
Informação Arqueológica 1979: 19
Alarcão, J. 1988: 292

3121301, PERRELOS, Delães, Vila Nova de Fmalicão, Braga. CMP 84
Tipologia: *Vicus*? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local situa-se no sopé do monte de S. Miguel. Está documentado o aparecimento de estruturas habitacionais e um edifício com hipocausto, com função provavelmente termal. Ocupação datável do século III até aos ínicios do IV, data em que sofreu remodelações e passa a uma estrutura de fundição. Espólio rico em cerâmica doméstica, moedas e metais, dos quais se destaca uma asa de pátera em bronze.
Silva, A. C. F.; Dinis, A.P.; Oliveira, F.; Queiroga, F. 2005: 46, 47

3121001, CASTELÕES, Covelo, Vila Nova de Famalicão, Braga ( ). CMP 83? [ ].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio encontra-se num pequeno cabeço de Covelo. Dos materiais reconhecidos à superfície, constam fragmentos de cerâmica comum, cerâmica bracarense e cinzenta fina polida. Estes vestígios associados ao aparecimento de duas bases de coluna e dois capitéis, levam a supor que terá sido uma *villa*, datável dos meados do século I aos ínicios do século II.
Silva, A. C. F.; Dinis, A.P.; Oliveira, F.; Queiroga, F. 2005: 45, 46

3121702, CASTRO DE PENICES, Gondifelos, Vila Nova de Famalicão, Braga (31217). CMP 83 [532826.39, 4585044.22, 99].
Tipologia: Castro romanizado; Achado monetário Romano. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando um remate de esporão com excelentes condições naturais de defesa. Possui uma área de ocupação pequena circundada por uma muralha; a Sudeste a defesa foi reforçada com três fossos e três taludes. As escavações aí realizadas por F. Queiroga e A. P. Dinis mostraram uma ocupação que remonta ao Bronze Final e se estende por todo o I Milénio a.C Abandonado na primeira metade do século I d.C. o sítio é reocupado entre finais do século IV/inícios do V d.C. Para além de cerâmica do Bronze Final e da Idade do Ferro, o espólio inclui ainda: um fragmento de cerâmica ática, cerâmica campaniense, um fragmento de sigillata itálica, um fragmento de lucerna de volutas, grande quantidade de ânfora vinária, alguma de época republicana. Encontrou-se ainda uma moeda de P. Carisius datável de 25/23 a.C., para além de material metálico quer em bronze quer em ferro. O espólio correspondente à reocupação do povoado, entre finais de IV/V d.C., consta de tégula, cerâmica comum e algumas moedas em bronze de Galieno, Constantino I e Constantino II.
Queiroga, F. 1985a : 3-22
Figueiral, I. 1990
Queiroga, F. 1992
Dinis, A. P. 1993: 50-52

3121701, PENICES, Gondifelos, Vila Nova de Famalicão, Braga (31217). CMP 83 [532700.00, 4584900.00, 50].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tesouro monetário com cerca de 300 exemplares, cujo paradeiro se desconhece. As 30 moedas que puderam ser estudadas são datáveis de Constantino I.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 21-22
Alarcão, J. 1988: 1/289

3121801, CASTRO DAS ERMIDAS, Jesufrei, Vila Nova de Famalicão, Braga (31218). CMP 83 [539902.38, 4590137.58, 209].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando uma sobrelevação de um esporão na Serra do Carvalho, virado ao vale do rio Este. A defesa foi reforçada, na ligação ao esporão, por dois fossos e um talude. As escavações aí realizadas por F. Queiroga revelaram uma ocupação do sítio entre o século IV a.C. e o século I d.C. O espólio é maioritariamente constituído por cerâmica de fabrico indígena mas inclui, igualmente, cerâmica grega e campaniense, vidros e objectos metálicos. O povoado parece ter conhecido um grande dinamismo entre finais do século I a.C. /inícios do I d.C., atestado pelo abundante espólio cerâmico e metálico atribuível a esta época.
Brandão, A. M. 1889; 1890; 1890; 1891, 1889-1892
Queiroga, F. 1983: 49
Informacão Arqueológica 5 1985b: 56-57
Informacão Arqueológica 6 1986b: 35
Silva, A. C. F. 1986: 80
Pautreau, J. P.; Queiroga, F. 1990 : 44-49
Figueiral, I. 1990
Queiroga, F. 1992: 157
Dinis, A. P. 1993: 58-59

3121901, JOANE, Joane, Vila Nova de Famalicão, Braga (31219). CMP 84 [548950.00, 4587800.00, 150].
Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva dedicada a Júpiter.
Le Roux, P. e Tranoy, A. 1979: 59
Alarcão, J. 1988: 1/291

3122401, LOUSADO, Lousado, Vila Nova de Famalicão, Braga (31224). CMP 97 [538900.00, 4577800.00, 45].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário em granito do imperador Magnêncio, que pertenceria à via XVI.
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 201
Alarcão, J. 1988: 1/344

3123901, CASTRO DE SANTA TECLA, Oliveira (Stª Maria), Vila Nova de Famalicão, Braga (31239). CMP 84 [549958.27, 4585296.39, 328].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado situa-se num outeiro arborizado com boas condições naturais de defesa e bem destacado na paisagem envolvente. É possível encontrar algum espólio cerâmico, na sua maioria composto por tégula e cerâmica comum de época romana. No cabeço que fica fronteiro ao sítio, é possível, detectar a existência de uma plataforma de ocupação definida por uma muralha e recolher, na superfície, material cerâmico exclusivamente de produção indígena. Para A.P. Dinis, este facto, juntamente com a circunstância de não se encontrar qualquer estrutura de defesa que envolva os dois morros, pode levar a pensar em dois momentos diferenciados na ocupação do povoado.
Sarmento, F. M. 1901: 14-15
Queiroga, F. 1983: 49
Silva, A. C. F. 1986: 80
Queiroga, F. 1992: 157
Dinis, A. P. 1993: 72-74

3123001, PONTE DE SERVES, Pedome, Vila Nova de Famalicão, Braga (31230). CMP 84 [552100.00, 4585800.00, 100].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de uma inscrição funerária romana, sem indicações mais precisas.
Boletim de Trabalhos Históricos 1954: 102

Alarcão, J. 1988: 1/306

3123101, CARREIRAS, Portela, Vila Nova de Famalicão, Braga (31231). CMP 84 [546650.00, 4590610.00, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário em granito atribuído a Constantino II. Pertenceria à via XVI.
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 199
Alarcão, J. 1988: 240

3123201, CASTRO DAS EIRAS (Alto das Eiras), Pousada de Saramagos/Joane/Ver, Vila Nova de Famalicão, Braga (31232). CMP 84 [546600.42, 4587587.04, 384].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Grande povoado fortificado ocupando uma elevação bem destacada na zona de limite entre os vales do rio Pele e Pelhe. Possui várias plataformas de ocupação definidas por muralhas ou taludes onde é possível recolher material cerâmico variado e detectar vestígios de estruturas habitacionais. F. Queiroga e A.P. Dinis dirigiram escavações no povoado tendo posto a descoberto um monumento para banhos semelhante aos outros encontrados na região, cuja cronologia de construção se situará no século I d.C. Os arqueólogos escavaram, também, um edifício habitacional de finais do século I/ inícios do II d.C. Estas escavações, juntamente com o material de superfície encontrado, levam A.P. Dinis a propor uma cronologia de ocupação que se estenderá dos finais do século I a.C. ao século III d.C.
Sarmento, F. M. 1933: 166
Sarmento, F. M. 1970, 1986, 1987/1988, 1989: 20-22
Queiroga, F. 1983: 48-49
Calo Lourido, F. 1991: 649
Queiroga, F. 1992: 157
Dinis, A. P. 1993: 66-68

3123301, CASTRO DE SANTA CRISTINA, Requião, Vila Nova de Famalicão, Braga (31233). CMP 84 [544936.76, 4586404.58, 336].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Medieval? ***Descrição***: O castro de Santa Cristina ocupa um remate de uma elevação bem destacada na paisagem e com excelente domínio visual sobre as terras férteis do vale de S. Cosme. Possui, pelo menos, uma plataforma de ocupação onde é possível recolher cerâmica da Idade do Ferro e alguns fragmentos atribuíveis à Idade Média. A defesa do povoado era feita por uma muralha, reforçada nalguns pontos por um fosso e talude.
Queiroga 1992: 158

3123601, CASTRO DE S. MIGUEL-O-ANJO (R/D), Ruivães/Delães, Vila Nova de Famalicão, Braga (31236031213). CMP 84 [548067.34, 4583371.47, 291].
Tipologia: Castro romanizado; Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro de altitude média situado na linha de separação dos vales do rio Ave e Pele. Possui boas condições naturais de defesa, reforçada pela existência de quatro linhas de muralhas, hoje apenas detectadas pelos taludes que as definiam. Apesar da intensa destruição a que o povoado tem sido sujeito é possível recolher, ainda, alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e razoável quantidade de tégula e cerâmica comum de época romana. Nas proximidades do sítio foi recolhida uma ara à divindade indígena *Bandua Bricus*, cujo dedicante se identifica como natural de Valabriga. Leitura: A(*vo?)*BRIGO/FLAVS A/PILI VAL/ABRIGE/SIS VO/TUM S(*olvit*) L(*ibens*)/ A(*nimo*) MERITO. Tradução: Flavs, filho de Apilus, valabrigense, cumpriu de boa vontade, este voto a A(*vo*?)BRIGO.
Costa, A. C. 1868-1869, 1706-1712: 329
CIL II 5561
Leal, A. P.; Ferreira, A. 1873-1890: 466
Vasconcelos, J. L. I 1897, II 1905; III 1913: 327-329
Sarmento, F. M. 1933: 165, 169, 301, 420
Lima, A. C. P. 1926-1928: 289-299
Encarnação, J. 1970: 220-222
Encarnação, J. 1975: 148-151
Tranoy, A. 1981: 72, 280
Queiroga, F. 1983: 49
Silva, A. C. F. 1986: 80
Alarcão 1988: 295
Calo Lourido, F. 1991: 456-460
Queiroga, F. 1992: 157

3124002, CASTRO DA BOCA, Vale (S. Cosme), Vila Nova de Famalicão, Braga (31240). CMP 84 [543988.80, 4589606.17, 289].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado fortificado que se situa num remate de esporão pouco destacado na paisagem. Possui duas plataformas de ocupação delimitadas por duas linhas de muralhas. No lado de ligação ao esporão a defesa foi reforçada por um fosso. A.P. Dinis relaciona com este sítio uma outra ocupação de um pequeno morro, situado a 150 metros de altitude.
Queiroga 1992: 158
Dinis 1993: 60-61

3124001, COSMADE, Vale (S. Cosme), Vila Nova de Famalicão, Braga (31240). CMP 84 [544050.00, 4589160.00, 190].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário em granito atribuído ao imperador Adriano. Pertenceria à via XVI.
CIL II 4867
Almeida, C.A. B. 1979: 105-106
Alarcão 1988: 290

3124101, CASTRO DO CRUITO, Vale (S. Martinho), Vila Nova de Famalicão, Braga (31241). CMP 84 [544306.85, 4586924.98, 210].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado ocupando um outeiro com excelentes condições naturais de defesa. Possui apenas uma plataforma de ocupação de forma sub-circular.
Queiroga 1992: 158
Dinis 1993: 61-62

3124701, CASTRO DE VERMOIM, Vermoim, Vila Nova de Famalicão, Braga (31247). CMP 84 [546117.39, 4586905.45, 356].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval? ***Descrição***: Povoado fortificado

ocupando uma elevação na zona de limite dos vales dos rios Pelhe e Pele. O sítio possui uma plataforma de ocupação definida por uma muralha pétrea com uma acrópole limitada por um talude. A muralha foi reforçada a Norte por três taludes e três fossos. F. Queiroga dirigiu escavações no povoado entre 1982 e 1985 que lhe permitiram documentar uma ocupação que se estende dos séculos III a.C. à época de Augusto. Aparentemente abandonado nesta época, o sítio sofre uma reocupação na Idade Média.
Costa, A. C. 1706-1712, 1868-1869: 326
Sarmento, F. M. 1882: 81
Cardozo, M. 1932: 23-25
Sarmento, F. M. 1933: 165
Cardozo, M. 1972.
Rosário, A. 1973: 59
Almeida, C. A. F. 1974b: 163
Cunha, A. R. 1975: 519-520
Queiroga, F. 1983: 48-50;
Queiroga, F. 1985a: 56
Silva, A. C. F. 1986: 80
Queiroga, F. 1986a: 35
Calo Lourido, F. 1991: 614-619
Queiroga, F. 1992: 158
Dinis, A. P.1993: 64-66

3124801, VILA NOVA DE FAMALICÃO, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, Braga (31248). CMP 83 [540010.00, 4584600.00, 100].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Três miliários pertencentes, provavelmente, à via XVI. Dois são atribuídos a Adriano e um a Trajano. As milhas são contadas a partir de *Bracara Augusta*.
CIL II 4737; CIL II 4738; CIL II 4739
Alarcão 1988: 293
Mantas, V. 1996: 395-402

3130201, ARCOZELO, Arcozelo, Vila Verde, Braga (31302). CMP 42 [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário encontrado na antiga igreja paroquial de Arcozelo. Pertenceria provavelmente à via XIX. Uma ara de granito sem inscrição é dada como procedente também de Arcozelo.
Santos, L.A. 1979: 3-52
Araújo, J. R. 1982: 158-159
Santos, L. A.; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983: 198-199, 203
Alarcão, J. 1988: 1/127

3130401, S. SEBASTIÃO, Atiães, Vila Verde, Braga (31304). CMP 56 [542483.87, 4608718.06, 100].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado fortificado com uma única plataforma que ocupa a zona mais alta de um outeiro de baixa altitude junto ao vale da ribeira de Febros. O espólio reduz-se a fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e alguma cerâmica romana.
Martins, M. 1990: 95-96

3130602, CASTELHÃO, Barbudo, Vila Verde, Braga (31306). CMP 42 [545013.75, 4611201.34, 200].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro situado na vertente sudeste do monte do Barbudo. São visíveis alguns panos de muralha e fossos a Oeste e Noroeste do povoado. O espólio visível reduz-se a raros fragmentos de cerâmica de fabrico indígena.
Cunha, A.R. 1975: 530
Martins, M. 1990: 96

3130601, CASTRO DO BARBUDO (Monte do Castelo; Monte de Brito), Barbudo, Vila Verde, Braga (31306). CMP 42 [544124.12, 4611571.96, 331].
Tipologia: Castro romanizado; Tesouro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando o extremo sudoeste do Monte do Barbudo. Destacado na paisagem e com um excelente domínio visual sobre os vales do Homem e do Cávado, o sítio organiza-se em três plataformas de ocupação limitadas por três linhas de muralhas. A vertente leste do povoado, onde se faz a ligação ao esporão, possui vestígios de um quarto pano de muralha. As escavações efectuadas por M. Martins entre 1983 e 1985 revelaram uma ocupação que se estende do Bronze Final à Alta Idade Média. Numa das vertentes do povoado foi encontrado um tesouro monetário dos séculos IV e V.
Azevedo, P. A. 1897: 152
Oliveira, M. 1908: 667- 668
Hipólito, M. C. 1960-1961: 16-17
Cunha, A. R. 1975a: 197
Alarcão, J. 1988: 131
Martins, M. 1990: 96

3130802, LUGAR DE GAIÃO, Cabanelas, Vila Verde, Braga (31308). CMP 56 [542380.08, 4602642.25, 60].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado que ocupa um cabeço de baixa altitude, junto ao rio Cávado. Possui apenas uma plataforma de ocupação limitada por um talude. Na vertente Oeste é ainda visível um fosso. O espólio reduz-se a alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e cerâmica romana.
Martins, M. 1990: 96-97

3130801, CABANELAS (Veiga de Cabanelas), Cabanelas, Vila Verde, Braga (31308). CMP 56 [542596.63, 4603874.02, 40].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona plana e de baixa altitude entre os lugares de Veiga e Cachada. Aqui parece ter havido uma necrópole, inteiramente destruída aquando da sua descoberta. Sabe-se apenas, que os achados consistiram em caixas de tégulas e vasos cerâmicos. No Museu Pio XII, em Braga, existe uma ara sem qualquer inscrição, dada como procedente de Cabanelas. Estando a ara e a necrópole certamente associadas aos eventuais equipamentos da região oleira de Prado/Cabanelas é impossível, por ora, avançar mais interpretações.
Santos, L. A.; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1983: 203-204
Alarcão, J. 1988: 1/187
Martins, M. 1990: 97

3131101, S. JULIÃO, Coucieiro, Vila Verde, Braga (31311). CMP 42 [550467.05, 4615339.62, 296].
Tipologia: Castro romanizado; Guerreiro galaico. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano.

Descrição: Povoado fortificado ocupando um remate de esporão bem destacado na paisagem, no limite das freguesias de Coucieiro e Ponte de S. Vicente. Apresenta várias plataformas de ocupação na vertente leste e, pelo menos, quatro linhas de muralhas, três das quais bastante bem conservadas. M. Martins dirigiu escavações no povoado entre 1981 e 1985, que lhe permitiram verificar uma ocupação que remonta ao Bronze Final e se prolonga até ao século III d.C. O espólio é rico e muito variado, destacando-se o achado de uma estátua de guerreiro galaico com uma inscrição: MALCEINO DOVILONIS F(*ilio*).
Costa, A. C. 1868-1869: 211
Bellino, A. 1909: 6
Fontes, J. 1916 : 198-210
Freitas, J. 1971: 133-138
Martins, M. e Silva, A. C. 1984: 29-47
Martins, M. 1986a: 159-160
Alarcão, J. 1988: 138
Martins, M. 1990: 97
Bettencourt, A.

3131301, DOSSÃOS (Lugar de Coto; Póvoa; Lugar do Reduto), Dossãos, Vila Verde, Braga (31313). CMP 42 [544349.86, 4613818.76, 250].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado fortificado ocupando um outeiro virado ao vale onde se localiza Dossãos, na vertente leste do monte do Moinho Velho. Possui duas plataformas de ocupação e vestígios de duas linhas de muralhas. O espólio consta de fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e romana, em especial tégula.
Martins, M. 1990: 97-98
Vieira, J. A. 1886-1887: 404

3134501, CASTRO DE ESCARIZ (Santo Isidoro; Santos Ilus ou Idus), Escariz - S. Mamede, Vila Verde, Braga (31345). CMP 41 ou 55 [549182.37, 4610038.28, 235].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado com três plataformas de ocupação definidas por três linhas de muralhas. São visíveis alinhamentos correspondentes a habitações e podem recolher-se fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e tégula. No Museu Pio XII, em Braga, encontra-se depositada uma pedra decorada numa das faces por dois cordões paralelos, encontrada neste povoado.
Martins, M. 1990: 101-102
Azevedo, P.A 1898: 143
Oliveira, M. 1908: 668.

3131701, CASTRO DE SANTA ENGRACIA, Geme, Vila Verde, Braga (31317). CMP 42 [546900.61, 4613264.23, 217].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado fortificado ocupando um monte de altitude média entre as ribeiras do Tojal e de Silvares. São visíveis alguns taludes e pedra aparelhada talvez procedente de linhas de muralhas. O sítio encontra-se coberto de espessa manta morta o que impede que se detectem eventuais estruturas ou espólio cerâmico.
Martins, M. 1990: 98

3131902, SOUTELINHO, Godinhaços, Vila Verde, Braga (31319). CMP 42 [545150.97, 4618244.93, 350].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de fragmentos cerâmicos de época romana, junto à igreja de Soutelinho.
Leal, P; Ferreira, A. 1874: 282
Carvalho Da Costa 1868: 304
Vieira, J. A. 1886: 389
Costa 1959
Abreu 1963: 86.

3132001, MONTE DE S. TOMÉ (Vairão), Gomide, Vila Verde, Braga (31320). [551654.23, 4617710.71, 467].
Tipologia: Castro; Castelo medieval? ***Cronologia***: Idade do Ferro? ; Medieval. ***Descrição***: Povoado fortificado que se localiza num monte bem destacado nos contrafortes da serra do Gerês. Possui boas defesas naturais especialmente nas vertentes sul, leste e oeste. São ainda visíveis quatro panos de muralhas que definem quatro plataformas de ocupação do povoado. O espólio reduz-se a cerâmica de fabrico indígena e alguma cerâmica medieval.
Regalo, H. 1986: 89

3132104, CASTRO MAU (Monte de Santa Engrácia de Gondiães), Gondiães, Vila Verde, Braga (31321). CMP 42 [546813.40, 4613983.11, 217].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se num remate de esporão com boas defesas naturais, junto ao vale da ribeira de Silvares. O espólio cerâmico visível à superfície reduz-se a fragmentos cerâmicos enquadráveis na Idade do Ferro.
Sampaio 1963: 265
Moita, I. 1966: 533
Martins, M. 1987: 160

3132102, LEIRA DA CACHADA BARROCO, Gondiães, Vila Verde, Braga (31321). CMP 42 [545400.26, 4613349.07, 0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Constantino a Máximo, Romano. ***Descrição***: Tesouro com cerca de 2000 moedas de bronze encontrado à profundidade de 80 cm, em Leira da Cachada. As moedas são de Constantino I a Máximo.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 17
Alarcão, J. 1988: 1/128
Martins, M. 1990: 98

3132601, MARRANCOS, Marrancos ou Gondiães, Vila Verde, Braga (31326). CMP 42 [0].
Tipologia: Miliário; Elementos de arquitectura. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Fragmento de miliário em granito encontrado na igreja de Arcozelo - Marrancos. É atribuído a Tibério e pertenceria à via XIX. Também de Marrancos, mas de contexto desconhecido, são ainda dois de capitéis dóricos.
Santos, L. A. 1979: 20-21
Araújo, J. R.1982: 158-159
Alarcão: J. 1988: 1/129
Martins, M. 1990: 98

3132801, MOURE, Moure, Vila Verde, Braga (31328). CMP 56 [543834.18, 4610034.04, 80].

Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tesouro monetário constituído por moedas de bronze, actualmente desaparecido. M.C. Hipólito refere, uma moeda de Júlio César, duas de Nero e uma outra de Adriano. Não se conhece o contexto exacto do achado, sabendo-se apenas que procede da freguesia de Moure.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 16
Martins, M. 1990: 98

3132901, NEVOGILDE, Nevogilde, Vila Verde, Braga (31329). CMP 42 [543903.93, 4613034.01, 0].
Tipologia: Ara anepígrafe. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara anepígrafe cujo local exacto de achado é desconhecido. Sabe-se apenas que procede da freguesia de Nevogilde.
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 203
Alarcão, J. 1988: 130
Martins, M. 1990: 99

384/3133001, OLEIROS, Oleiros, Vila Verde, Braga (31330). CMP 56 [542716.79, 4606834.23, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário em granito pertencente à via XIX e atribuído a Valentiniano. Foi recolhido em Oleiros mas há dúvidas quanto ao seu lugar de origem.
Almeida, C. A. B. 1979a: 105
Araújo, J. R. 1982: 155-157
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A 1983: 200-201
Alarcão, J. 1988: 1/182
Martins, M. 1990: 99

3133803, PENEDOS DA PORTELA, Portela das Cabras, Vila Verde, Braga (31338). CMP 42 [542500.93, 4613653.35, 453].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado bem destacado na paisagem e com boas defesas naturais. O sítio encontra-se bastante destruído mas é possível observar pedras aparelhadas e alguns fragmentos de tégula.
Leal, P.; Ferreira, A. 1873-90: 615
Regalo, H. 1986: 91
Martins, M. 1990: 99

3133802, PORTELINHA, Portela das Cabras, Vila Verde, Braga (31338). CMP 42 [543323.37, 4611129.25, 0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tesouro de denários de prata encontrado na Portelinha durante trabalhos agrícolas. Foi completamente vendido antes que fosse possível estudar as peças.
Martins, M. 1990, p. 100
Hipólito, M. C. 1960-1961: 17-18
Alarcão, J. 1988: 1/149

3133801, PORTELA DE PENEDA (Portela das Cabras), Portela das Cabras, Vila Verde, Braga (31338). CMP 42 [0].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cipo funerário em granito cujo local de achado se desconhece.
Santos, L. A.; Le Roux, P. e Tranoy, A. 1983: 195-196
Alarcão 1988: 148
Martins, M. 1990: 99-100

3132001, CASTRO DE MOEGA, Rio Mau, Vila Verde, Braga. CMP 42 [300]
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. Romano. ***Descrição:*** O castro de Moega situa-se num pequeno esporão do monte de Rio Mau. Apesar de muito destruído, encontram-se vestígios de estruturas habitacionais e defensivas. Do lado norte o castro teria apenas uma linha de muralha. A presença de cerâmica é assinalada por cerâmica do tipo "castreja" e comum romana. Também se destaca o aparecimento da parte dormente de uma mó circular.
Maciel, T. 2005: 85, 86

3134204, BARREIRO, Prado – Santa Maria, Vila Verde, Braga (31342). CMP 56 [545496.08, 4606812.22, 0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Possível habitat romano testemunhado por uma tégula com marca de oleiro e pegada humana, depositada no Museu Pio XII, Braga. Não se conhece o contexto do achado.
Martins, M. 1990: 100

3134203, PONTE DO PRADO, Prado - Santa Maria, Vila Verde, Braga (31342). CMP 56 [544881.04, 4605346.51, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na zona da Ponte do Prado foram encontrados quatro miliários atribuídos aos seguintes imperadores: Augusto, Tibério, Tito-Domiciano e Adriano. É provável que todos os miliários assinalassem a milha IV da via XIX, contada a partir de Braga.
Argote, J. 1728: 536
Capela, M. 1895: 83
Cardozo, M. 1972: 77
Almeida, C. A. B. 1979a: 144
Araújo, J. R. 1982: 149-150
Alarcão, J. 1988: 184
Martins, M. 1990: 100, 101

3134202, IGREJA NOVA PRADO, Prado – Santa Maria, Vila Verde, Braga (31342). CMP 56 [544077.36, 4605738.29, 0].
Tipologia: Necrópole romana; *Mansio*; *Vicus* da via XIX. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Variados autores referem achados romanos na zona de Stª Maria de Prado de que se destacam "ânforas inteiras contendo cinza e outra cerâmica" (Vieira 1886-1887), tijolos, sepulturas e vestígios de uma povoação (Dias 1903), para além de cerâmica de fabrico romano e moedas atribuídas a vários imperadores (Abreu 1963). A localização do sítio junto à via XIX e a distância (...) relativamente a *Bracara Augusta* talvez indiquem a presença de uma povoação secundária que funcionasse como *mansio*.
Vieira, J. A. 1886-1887: 410
Dias, A. R. 1903: 256
Abreu, L. 1963: 151
Alarcão, J.1988: 183
Martins, M. 1990: 100

3134201, SANTIAGO DE FRANCELOS, Prado – Santa Maria, Vila Verde, Braga (31342). CMP 56 [0].
Tipologia: Ara anepígrafe. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara anepígrafe encontrada na capela Santiago de Francelos-Prado.
Alarcão, J. 1988: 182A
Martins, M. 1990: 100

3135402, MONTE DE SANTA CRUZ (Santa Helena), Turiz, Vila Verde, Braga (31354). CMP 56 [544749.43, 4609071.61, 170].
Tipologia: Castro de baixa altitude.. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado que se localiza num cabeço de pequena dimensão e altitude média. São visíveis alguns taludes que limitam duas plataformas de ocupação. O espólio reduz-se a alguma tégula e pedras aparelhadas.
Azevedo 1903: 258
Regalo, H. 1986: 92
Martins, M. 1990: 100

3135401, IGREJA DE TURIZ, Turiz, Vila Verde, Braga (31354). CMP 56 [545426.41, 4609760.53, 170].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Os achados ocorrem na área envolvente da igreja paroquial de Turiz e constam de bastantes fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum romana.
Costa, A. C. 1868-1869: 307
Leal 1873
Vieira, J. A. 1886-1887: 407
Alarcão, J. 1988: 1/179
Martins, M. 1990: 102

3135701, OUTEIRINHO, Vila Verde, Vila Verde, Braga (31357). CMP 56 [547448.26, 4610353.44, 74].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado que se situa num cabeço de baixa altitude junto ao rio Homem. Possui apenas uma plataforma de ocupação e um espólio que consta de tégula e bastantes fragmentos de cerâmica comum de época romana.
Martins, M. 1990: 102

Distrito do Porto

13010001, AMARANTE, Amarante, Amarante, Porto (130100). [0].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de três peças de cerâmica doméstica.
Carvalhaes, J. 1911: 109
Alarcão, J. 1988: 1/417

13010501, VALINHO, Bustelo, Amarante, Porto (130105). [585100.00, 4565200.00, 660].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: 2ª metade do século IV ***Descrição***: Tesouro de 74 moedas de bronze, provavelmente da época de Constantino. Tesouro da segunda metade do século IV constituído por um conjunto de 74 moedas e um pote encontrados em 1955. Segundo Dias (1995), o sítio apresenta condições favoráveis à existência de uma *villa* que se situaria na margem esquerda do rio Fornelo.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 46
Alarcão 1988: 25
Dias, L.A.T. 1995: 247

13010901, CASTELO, Carvalho de Rei, Amarante, Porto (130109). [581400.00, 4565500.00, 526].
Tipologia: Castro; Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Castro situado a meio caminho sobre o longo vale entre Amarante e Santa Maria do Zêzere. Nos espaços envolventes do castro, ter-se-á desenvolvido uma aldeia ou mesmo um *vicus*. Inscrição votiva a *Jupiter Optimus Maximus*.
Brandão, D. P. 1959: 909-913
Tranoy, A. 1981: 317
Alarcão 1988: 25
Dias, L.A.T. 1995: 247

13011001, CEPELOS, Cepelos, Amarante, Porto (130110). [576500.00, 4568500.00, 80].
Tipologia: *Villa?* ***Descrição***: *Villa* situada junto do rio Tâmega, perto do sítio de passagem para a margem direita. Não há vestígios arqueológicos que permitam indiciar a existência desta ponte. Em contrapartida o número de vestígios referenciados ao longo da margem esquerda do Tâmega servidos pela via que ligava Tongobriga à travessia do Marão, indicia uma ocupação intensa destas terras da margem esquerda. (Dias 1995).
Carvalhais 1911
Dias, L.A.T. 1995: 247-248
Azevedo 1896, 252

13011401, CAMPINHO DO MURO (CAMPELO), Freixo de Cima, Amarante, Porto (130114). [571800.00, 4574200.00, 420].
Tipologia: *Villa?* ***Descrição***: A presença de material cerâmico, indicam a existência de uma *villa* servida pela estrada que ligava o vale de "Pombeiro" (Felgueiras), na Lixa, à margem direita do Tâmega.
Dias, L.A.T. 1995: 248

13011601, GATÃO, Gatão, Amarante, Porto (130116). [578300.00, 4572200.00, 180].
Tipologia: *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: *Vicus Atucausis*. Junto da porta de S. João de Gatão, a servir de pia, foi encontrada uma inscrição hoje desaparecida.
CIL II, 2383.
Dias, L.A.T. 1995: 248

13010002, QUINTA DOS PASCOAIS, Gatão, Amarante, Porto (130100). [577900.00, 4571200.00, 190].
Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma ara a *Iuppiter Optimus Maximus* consagrada pelos *vicani Atucausenses*.
CIL II S 6287.
Cardozo, M. 1972: 50
Vives, J. 1972: 85
Tranoy, A. 1981: 316
Alarcão, J. 1988: 21
Le Roux, P. 1993 : 159
Dias, L.A.T. 1995: 248

13011703, TUBIREI, Gondar, Amarante, Porto (130117). [582900.00, 4566300.00, 418].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Os vestígios encontrados no povoado incluem peças de cerâmica comum, dois fragmentos de *sigilatta*, um colar de ferro, e fragmentos de mós.
Dias 1995: 249

13011701, VILA LEÇA (VILELA), Gondar, Amarante, Porto (130117). [582600.00, 4566900.00, 230].
Tipologia: Necrópole romana? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se cerâmica romana em escavações realizadas na propriedade de Vila Leça.
Vasconcellos, J. L. 1895: 17
Alarcão 1988: 25
Dias, L.A.T. 1995: 249

13011702, PANELEIROS, Gondar, Amarante, Porto (130117, 117). [581900.00, 4566500.00, 220].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica romana não especificada.
Botelho, H. 1904: 99-100
Alarcão 1988: 1/25
Dias, L.A.T. 1995: 249

13011902, LUGAR DAS PAREDINHAS E DO PARAÍSO, Lomba, Amarante, Porto (130119). [578300.00, 4566900.00, 240].
Tipologia: *Mansio; Vicus?* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A quantidade de materiais cerâmicos indicia, segundo L. Dias, uma ocupação intensa no Baixo Império.
Fortes 1908: 253
Dias, L.A.T. 1995: 249

13011901, PRAZOS, Lomba, Amarante, Porto (130119). [578600.00, 4567400.00, 294].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole de incineração cujo espólio se reduz a cerâmica comum, difícil de datar.
Fortes, J. 1905-1908: 252-262
Vasconcellos 1913: 373
Abascal Palazón 1986: 259
Alarcão 1988: 1/418

13012101, GATIÃES (SERTÃ), Lufrei, Amarante, Porto (130121). [580100.00, 4569800.00, 280].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: I-IV, Romano. ***Descrição***: Aldeia ou *villa* com necrópole, segundo L. Dias, Situado na proximidade da estrada romana que ligava ao Marão, é um sítio onde poderia existir uma aldeia ou uma *villa* já que se encontra em terrenos férteis para a agricultura. A cerâmica observada indica para este sítio uma cronologia do século I ao IV d.C.
Dias, L.A.T. 1995: 250

13012201, ATAÚDES, Madalena, Amarante, Porto (130122). [578500.00, 4569200.00, 203].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: II-III, Romano. ***Descrição***: "Necrópole de incineração. O material cerâmico aponta para uma cronologia que se pode estender do século II ao III. Este sítio era servido pela estrada que ligava o rio Tâmega à Serra do Marão" (Dias 1995).
Fortes 1908: 225
Dias, L.A.T. 1995: 250

13010401, VILA MEÃ, Real, Amarante, Porto (130104130127). [568900.00, 4566500.00, 175].
Tipologia: Necrópole romana; moedas. ***Cronologia***: III-IV, ***Descrição***: Necrópole com cerâmica e moedas dos séculos III e IV d.C.
Oleiro, J. M. 1955-1956: 276
Dias, L.A.T. 1995: 250
Alarcão, J.1988: 1/414

13013301, CALÇADA DA MISERICÓRDIA, S. Gonçalo, Amarante, Porto (130133). [577200.00, 4569300.00, 110].
Tipologia: Necrópole romana.
Dias, L.A.T. 1995: 251

13012902, LOUREDO DAS ALMAS, Salvador, Amarante, Porto (130129). [576500.00, 4565500.00, 300].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Necrópole de incineração em cova. (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 250

13012901, QUINTA DO COURACEIRO, Salvador, Amarante, Porto (130129). [577000.00, 4564900.00, 224].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Esta zona situada entre-os-rios Tâmega e Ovelha, tem condições agrícolas que viabilizavam a instalação de uma *villa*. Noticia-se a presença de cerâmica comum do século IV-V (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 250
Alarcão, J. 1988: 1/414

13013001, SANCHE, Sanche, Amarante, Porto (130130). [583200.00, 4572000.00, 350].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Enterramentos que correspondem, à necropole de uma aldeia ou *villa* atendendo às condições dos solos agrícolas e à localização junto da estrada romana. Nesta zona existem minas de estanho. Era servida pela via secundária que seguia por Lufrei, Marancinho, em direcção à Serra do Marão.
Dias, L.A.T. 1995: 251

13013501, LABORIZ, Telões, Amarante, Porto (130135). [575700.00, 4573100.00, 200].
Tipologia: Necrópole romana.
Amaral 1988-9: 111-114
Dias, L.A.T. 1995: 251

13013804, CASTRO DE COURA, Vila Caiz, Amarante, Porto (130138). [573387.06, 4564307.42, 220].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: O sítio localiza-se, num cabeço proeminente, sobranceiro ao Tâmega. Está muito destruído pelos cortes de pedra e abertura de minas. Um fragmento de cerâmica de fabrico manual foi o único espólio recolhido por T. Soeiro (1984). Ainda neste monte, foi cavado um lagar de cronologia difícil de definir.
Leal, P. 1875.
Soeiro, T. 1984: 41-42
Dias, L.A.T. 1995: 251

13013801, VILARINHO, Vila Caiz, Amarante, Porto (130138). [573521.78, 4564802.24, 150].
Tipologia: Necrópole romana; *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Vestígios de uma habitação, de piso térreo e cobertura de tégula e ímbrices, cujo espólio incluía um fragmento de *sigillata* hispânica do século III ou IV d.C. Num caminho que ligava esta casa à margem do rio, (seguia por Retorta e Carreira) foi encontrada uma necrópole de incineração. As características da zona e a análise do espólio cerâmico, permitem dizer que era um espaço onde uma população desenvolvia a sua actividade agrícola, provavelmente numa *villa*.
Fortes 1905-1908: 477
Soeiro, T. 1984: 39
Alarcão, J. 1988: 1/420
Dias, L.A.T. 1995: 252

13013802, VILA CAIZ, Vila Caiz, Amarante, Porto (130138). [0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O tesouro encontrou-se num vaso: "cinquenta e quatro numismas em bronze do século III d.C, cinquenta e dois Antoniani e dois Aureliani, dos quais o mais antigo é de 263 e o mais recente de Aureliano, cunhado em Roma em 274-275 d.C". Não deixa de ser sugestiva a aproximação entre a datação deste tesouro e o espólio da casa e necrópole de Vilarinho, que inclui cerâmicas tardias. Se assim fosse, estaremos perante, um núcleo habitado nos finais do século III, início de IV d. C. (Soeiro 1984)
Centeno, R. M. S. 1981-1982: 122
Soeiro, T. 1984: 41
Alarcão, J. 1988: 24
Dias, L.A.T. 1995: 252

13013803, MONTE DA SRª DA GRAÇA, Vila Caiz, Amarante, Porto (130138). [572700.00, 4566500.00, 470].
Tipologia: Castro? ***Descrição***: Possível castro. Informação de que se encontraram alicerces de habitações redondas.

Dias, L.A.T. 1995: 251

1302, CANDORCAS, Baião, Porto (1302). [, 0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de moedas cujo local exacto de achamento se desconhece. ***Observações:*** O ID deste local, possui quatro algarismos, sendo que os dois primeiros, correspondem ao distrito e os dois últimos ao concelho. Os restantes algarismos, referentes ao número de freguesia e ao número de lugar, que não foram possíveis apurar.
Vieira, J. A.1887: 463-464
Alarcão 1988: 29
Dias, L.A.T. 1995: 254

13020104, MOSTEIRÔ (QUINTA DE), Ancede, Baião, Porto (130201). [578900.00, 4549900.00, 110].
Tipologia: Ara a Júpiter; *Mutatio* da via Bracara-Emerita. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Povoado romano, provavelmente uma *mutatio*, situada estrategicamente próxima da margem direita do rio Douro, apoiando a travessia do rio na zona de Porto Manso (margem direita) / Porto Antigo (margem esquerda), para ligar à estrada que subia o vale do rio Bestança. Ara a Júpiter. (Dias 1995).
CIL II 5567.
Sarmento, M.1887: 187
Sarmento, M. 1888: 11
Vasconcellos, J.L. 1889:178
Vieira, 1887: 452
Vasconcellos, J.L. 1895: 35
Sarmento, M. 1933: 310-312
Vasconcellos, J.L. 1908: 669-672
Vasconcellos, J.L. 1913: 477
Vives, J. 1972: 143
Tranoy, A. 1981: 317
Garcia, J.M. 1991: 397
Dias, L.A.T. 1995: 253

13020103, ESMORIZ (QUINTA DE), Ancêde, Baião, Porto (130201). [578600.00, 4552300.00, 295].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Embora só se registem achados dispersos o local tem óptima situação de encosta e boas condições geomorfológicas para aí ter existido uma *villa* ou uma aldeia" (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 253

13020102, ERMÊLO (IGREJA VELHA), Ancede, Baião, Porto (130201). [581500.00, 4556000.00, 165].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Necrópole de que se conhecem quatro sepulturas e tégula." (Dias 1995).
Jornal de Baião 28 de Nov. 1892
Vasconcellos, J. 1907: 669-672
Dias, L.A.T. 1995: 253

13020101, ANCÊDE, Ancêde, Baião, Porto (130201). [579300.00, 4558000.00, 310].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano.
CIL II S 6287.
Cardozo, M. 1972: 50
Vives, J. 1972: 85
Tranoy. 1981 : 316
Alarcão 1988: 21
Le Roux.,P. 1993 : 159
Dias, L.A.T. 1995: 253

13020401, FRENDE, Frende, Baião, Porto (130204). [589300.00, 4553200.00, 158].
Tipologia: Epigrafia funerária; Necrópole romana; escultura. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um mosaico sepulcral com inscrição "PALLI VIVAS EUS(*e*)BIO, obra do século V d.C. Documenta-se uma inscrição funerária e três baixos-relevos que poderão ter feito parte de um templo ou mausoléu: num deles representam-se dois homens que parece lutar um contra o outro; no segundo, um homem e três mulheres, numa cena que talvez se deva interpretar como procissão ou dança sagrada; no último, dois homens conduzindo um bovino para um sacrifício.
Machado, L. S. 1920: 257
Cardozo, M. 1972: 150
Acuña Castroviejo, F. 1974: 32-34
Almeida, C. A. F. 1974: 29-33
Alarcão 1988: 29
Sousa 1990: 52
Dias, L.A.T. 1995: 254

13020501, GESTAÇÔ, Gestaçô, Baião, Porto (130205). [589000.00, 4558800.00, 675].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Século IV. ***Descrição***: Um tesouro de moedas do século IV d.C. Segundo Dias, (1995) tratar-se-á de uma aldeia ou *villa* localizada junto da via que ligava o vale à região de Santa Marinha de Zêzere.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 48
Alarcão 1988: 29
Dias, L.A.T. 1995: 254

13020601, CRUITO, Gove, Baião, Porto (130206). [580900.00, 4554500.00, 516].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: "Castro com muralhas. Ocupação comprovada durante o século I d.C." (Dias 1995).
Vieira 1887: 449
Vasconcellos 1889: 177
Vasconcellos 1905-08: 670-671
Vasconcellos 1908: 672
Pereira e Gonzalez 1988: 151-158
Dias, L.A.T. 1995: 254

13020701, CARREIRINHA, Grilo, Baião, Porto (130207). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um miliário de Galieno.
Figueira, J. F. 1945: 183-185

13020901, LOIVOS DA RIBEIRA, Loivos da Ribeira, Baião, Porto (130209). [590000.80, 4555000.90, 250].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Necrópole onde apareceu cerâmica comum romana.
Dias, L.A.T. 1995: 254

13021101, GIESTA, Ovil, Baião, Porto (130211). [582700.00, 4559700.00, 550].

Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole onde foram achadas duas peças de cerâmica comum que se encontram em depósito no Museu de Baião.
Barroca, M. J. 1984: 117
Alarcão 1988: 29
Dias, L.A.T. 1995: 254

13021102, S. JOÃO DE OVIL, Ovil, Baião, Porto (0). [530].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Lápide funerária encontrada em 1984 e depositada no Museu do Baião. Esta lápide foi recolhida junto da igreja, espaço que poderia integrar a necrópole de Giesta.
Barroca, M. J. 1984: 117
Dias, L.A.T. 1995: 255

13021201, PORTO MANSO, Ribadouro, Baião, Porto (130212). [577400.00, 4550100.00, 209].
Tipologia: Castro romanizado? *Mansio?* ***Descrição***: Castro com muralhas e fosso situado num ponto saliente da paisagem e sobre o rio Douro. Este porto abrigado poderia ter servido como local de acostagem para os barcos que subiam e desciam o rio. Na margem esquerda do rio Douro a via subia ao longo do vale do Rio Bestança, permitindo a penetração para sul pela serra de Montemuro.
Vieira 1887: 452
Vasconcellos 1908: 669-670
Silva 1986: 87
Dias, L.A.T. 1995: 255

13021303, PASSAL, Santa Cruz do Douro, Baião, Porto (130213). [583700.00, 4552400.00, 230].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Povoado onde se evidenciam telhas, cerâmica, mós e uma moeda romana encontradas junto da igreja de Santa Cruz do Douro. (Dias 1995).
Vasconcellos 1908: 671
Dias, L.A.T. 1995: 256

13021302, MANTEL, Santa Cruz do Douro, Baião, Porto (130213). [584300.00, 4553900.00, 515].
Tipologia: Castro romanizado? ***Descrição***: Castro fortificado com muralha e fosso. (Dias 1995).
Vieira 1887, 460
Vasconcellos 1889: 177, 671
Silva 1986: 87
Dias, L.A.T. 1995: 255

13021301, SANTA CRUZ DO DOURO (FIEIS DE DEUS), Santa Cruz do Douro, Baião, Porto (130213). [582400.00, 4554200.00, 709].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado onde se refere o aparecimento de cerâmica romana de construção e doméstica.
Vieira 1887: 449
Vasconcellos, J. 1908: 671
Alarcão 1988: 29
Dias, L.A.T. 1995: 255

13021401, BAIRRAL, Santa Leocádia de Baião, Baião, Porto (130214). [577100.00, 4552600.00, 375].
Tipologia: Ara a Júpiter; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole de inumação dos séculos III e IV d.C. onde, além de variado espólio cerâmico, foi achado uma estela funerária. Uma ara a *Iuppiter Optimus Maximus*.
Severo, R. 1907
Brandão, D. P. 1959-1960: 76-79
Sousa, J. J. R. 1967: 181-196
Vives, J. 1972: 120
Tranoy, A. 1981 : 316
Barroca, M. 1984: 116-136
Alarcão, J. 1988: 1/485
Dias, L.A.T. 1995: 256

13021503, BARREIRO, Santa Marinha do Zêzere, Baião, Porto (130215). [587900.00, 4555000.2, 403].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição:*** Castro. Nos terrenos envolventes na base da encosta desenvolveu-se um povoado que foi certamente um *vicus*. (Dias 1995).
Vieira 1887: 461
Vasconcellos 1889: 178
Vasconcellos 1905: 286-287
Vasconcellos 1908: 672
Cardozo, M. 1962:148-149
Silva 1986: 87
Dias, L.A.T. 1995: 256

13021501, SANTANA, Santa Marinha do Zêzere, Baião, Porto (130215). [586800.00, 4555500.00, 570].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição funerária e uma outra inscrição indeterminada.
Brandão, D. P. 1960: 485-490
Alarcão, J. 1988: 1/490
Dias, L.A.T. 1995: 256

13021502, QUINTA DE GUIMARÃES, Santa Marinha do Zêzere, Baião, Porto (130215). [589320.00, 4554100.00, 270].
Tipologia: Necrópole romana; *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "No final do século XIX foi aqui encontrada uma necrópole de inumação. A geomorfologia dos terrenos e os achados dispersos permitem afirmar que aqui se fundou um vicus que se instalou nas encostas férteis do vale do rio Douro. Almeida Fernandes (1968) situa em Santa Marinha do Zêzere a sede da paróquia Melga" (Dias 1995).
Vasconcellos, J.L. 1889:179
Brandão, D. P. 1960: 486-487
Fernandes, A 1968
Alarcão, J. 1988: 29
Dias, L.A.T. 1995: 256

13021601, CASTRA ORESBI, Teixeira, Baião, Porto (130216). [590900.00, 4565000.2, 1150].
Tipologia: Acampamento romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: local deverá corresponder a um acampamento romano que poderia ter servido como local de passagem temporário dos militares, já que as condições climatéricas

durante o Inverno não permitiriam a permanência durante parte do ano. Está estrategicamente situado perto de minas de estanho e perto da via que atravessava o Marão. O acampamento é identificado pela inscrição feita sobre um penedo situado junto do caminho, perto da eventual entrada. Detecta-se uma torre de controlo localizada cerca de 300 metros antes do acampamento.
Dias, L.A.T. 1995: 257
Menedero 1983:123

13021901, VALADARES, Valadares, Baião, Porto (130219). [, 0].
Tipologia: Achado monetário Romano. ***Cronologia***: 101a.C.-55a.C., República. ***Descrição***: "Moedas republicanas (101a.C., 80 a.C., 55 a.C.) recolhidas em 1903. O local exacto do seu achado é desconhecido" (Dias 1995).
Centeno, R.M.S. 1987: 83
Dias, L.A.T. 1995: 257

13031301, CAMPO DA BOUÇA NOVA, Pena Cova (S. Martinho) / Pena, Felgueiras, Porto (130313). [0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição aparentemente dedicada a um *Genius loci*. (CIL II 5581).
Cardozo, M. 1972: 45
Alarcão, J. 1988: 1/377

13031501, MONTE, Pombeiro de Riba Vizela / Pom, Felgueiras, Porto (130315). [0].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Canos de barro, alguns deles marcados com um R ou com A.
Freitas, E. 105-1908: 665-666
Alarcão, J. 1988: 1/326

13031502, QUINTA DA LOUSA, Pombeiro de Riba Vizela / Pom, Felgueiras, Porto (130315). [0].
Tipologia: Ara anepígrafe. ***Cronologia***: Romano.
Cardozo, M. 1972: 59
Alarcão, J. 1988: 1/325

13031801, CRISTELO, Regilde, Felgueiras, Porto (130318). [0].
Tipologia: Epigrafia votiva-rupestre. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição gravada num penedo, CIL II 2409, interpretada como dedicada a *Iuno Meirurnarum*, parece dever entender-se de forma muito diferente, *Iunone amrunearum* ou *Iunone amrunarum*. Esta divindade não seria a Iuno clássica, mas uma deusa indo-europeia que assumiria a forma de vaca ou vitela.
Encarnação, J. 1975: 204-205
Corominas, J. 1976: 376-379
Alarcão, J.1988: 1/328

13033201, VILA FRIA, Vila Fria, Felgueiras, Porto (130332). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição funerária de um *Lanciensis Traqudanus*. (E.E. VIII, 112)
EE. VIII, 112
Alarcão, J.1988: 1/324

13033202, SÁ, Vila Fria, Felgueiras, Porto (130332). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária. Escultura romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um cipo funerário ornado de quatros-relevos, um em cada face: um acto sacrificial, uma figura equestre, três figuras femininas de oferentes.
Cardozo, M. 1972: 110-111
Alarcão, J. 1988: 1/322

13040801, MONTE DO PENOUÇO, Rio Tinto, Gondomar, Porto (130408). [0].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat Romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção e doméstica. Uma necrópole que foi destruída, tendo-se escavado apenas uma sepultura cujo espólio incluía vasos cerâmicos e um jarro de vidro. Cobriam esta sepultura três lápides funerárias reutilizadas.
Severo, R. 1905-1908: 111-113, 126-127
Alarcão, J. 1988: 1/400

13040901, MONTE CRASTO, São Cosme, Gondomar, Porto (130409). [545856.56, 4554583.66, 192].
Tipologia: Tesouro; Castro romanizado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de moedas de bronze, de Galieno a Honório.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 48
Alarcão, J. 1988: 1/451
Queiroga, F.

13041101, QUINTA DE VILAR D'ALLEN, Valbom, Gondomar, Porto (130411). [0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Nove moedas do século IV.
Brandão, D. P. 1967-1969: 5-8
Alarcão, J. 1988: 1/453

13051901, SANTA EULÁLIA DE BARROSAS, Barrosas (Santa Eulália), Lousada, Porto (130519). [0].
Tipologia: Epigrafia votiva; Epigrafia romana indeterminada; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição consagrada às deusas *Castaeci* ou *Castaecae* por um *Reburrinus, lapidarius* e uma ara cuja inscrição já não se consegue ler. Documenta-se o aparecimento de cerâmica doméstica.
Cardozo, M. 1972: 60
Encarnação, J. 1975: 157-159
Guimarães, F. J. S. 1978: 410
Tranoy, A. 1981: 272
Alarcão, J. 1988: 1/363

13050402, CERCA DOS VEADOS, Caíde de Rei, Lousada, Porto (130504). [564400.00, 4570200.00, 190].
Tipologia: Habitat romano? ***Descrição***: "*Villa* (?). Embora só seja visível uma lagareta com três cavidades, o local reúne todas as condições para a instalação de uma *villa*, pois situa-se numa zona plana bem irrigada. Actualmente está ali instalada uma rentável exploração agrícola, a Quinta dos Ingleses" (Dias 1995).

Dias, L.A.T. 1995: 257

13051301, MEINEDO, Meinedo, Lousada, Porto (130513). [562200.00, 4566900.00, 220].
Tipologia: *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Vestígios romanos não especificados. *Sigillata* hispânica, *sigillata* clara D, cerâmica de engobe vermelho pompeiano e um fragmento de lucerna do século IV. Povoado romano (*vicus*) e altomedieval. Um pote de cerâmica comum está depositado no Museu de Amarante. ***Observações***: Sede de paróquia suévica: *Magnetum*.
Brandão, D. P. 1971: 627
Almeida, C. A. F. 1972: 117
Alarcão, J.1988. 24
Dias, L.A.T. 1995: 258

13052401, EIVANDRA, Sousela, Lousada, Porto (130524). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição funerária.
Fortes, J. 1905-1908: 479-480
Alarcão, J. 1988: 1/373

13061201, IGREJA, Avioso (S. Pedro), Maia, Porto (130612). [0].
Tipologia: Miliário; Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição da qual há duas diferentes leituras: "G(*enio*) S(ancto) P(*ublicus*?)" vel F(*amulus*?), Valmi l(*ibertus*), v(*otum*) l(*ibens*) s(*olvit*) p(*osuit*)" ou "C(*aius*) S(*empronius*)" vel "S(*ulpicius*) F(*lavus*)" vel "F(*ronto*) Valmui" vel "Valani v(*otum*) l(*ibens*) s(*uscepto*) p(*osuit*)". Segundo esta última interpretação, *Valmus* ou *Valanis* seria o nome de uma divindade indígena. Apareceu ainda um miliário talvez de Adriano.
Almeida, C. A. F. 1969: 26-27
Tranoy, A. 1981 : 207, 278
Capella, M. 1895: 251
Alarcão, J. 1988: 1/393

13061101, CASTELO DA MAIA (Castro de Avioso), Avioso (Santa Maria), Maia, Porto (130611). [532455.98, 4569221.92, 108].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Vestígios de ocupação romana; a este habitat corresponderia, segundo o esclarecimento oral de C. A. F. Almeida, a necrópole de Forca, que fica já na freguesia de Barca, do mesmo concelho da Maia.
Alarcão 1988: 394
Almeida, C. A. F. Maia 1969: 43
Almeida, J. A. F. 1953
Queiroga, F.

13061202, S. MAMEDE DE INFESTA, S. Mamede de Infesta, Maia, Porto (130612). [0].
Tipologia: Miliário.
Mantas, V. 1996: 343

13061301, S. PEDRO FINS, S. Pedro Fins, Maia, Porto (130613). [0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de cerâmica de construção e doméstica.
Bellino, A. 1909: 6
Alarcão, J. 1988: 1/395

13061501, AGRA DA PORTELA, Vermoim, Maia, Porto (130615). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Almeida, C. A. F. 1969: 42
Alarcão, J. 1988: 1/396

13061601, BICAS, Vila Nova da Telha, Maia, Porto (130616). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole com cerca de 10 sepulturas do século IV ou V d.C.
Almeida, C. A. F. 1969: 42
Alarcão, J. 1988: 1/392

13070106, FRAGA - FEIRA NOVA, Alpendurada, Marco de Canaveses, Porto (130701). [566600.00, 4552100.00, 293].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: IV. ***Descrição***: Necrópole de incineração. O habitat a que pertenceu esta necrópole era servido pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* a Várzea do Douro. (Dias 1995).
O Comércio do Minho, 19 Abril 1902
Vasconcellos 1913: 372
Alarcão 1988: 28
Dias, L.A.T. 1995: 259-260

13070105, OUTEIRO, Alpendurada, Marco de Canaveses, Porto (130701). [563800.00, 4548800.00, 150].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Mós rotativas recolhidas por Lanhas e Brandão (1967)" (Dias 1995).
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1967: 52
Dias, L.A.T. 1995: 259

13070104, CASAS NOVAS, Alpendurada, Marco de Canaveses, Porto (130701). [563900.00, 4549400.00, 240].
13070104,
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Aldeia ou *villa* e necrópole de inumação com cerâmica e duas moedas de Constate e Constâncio" (Dias 1995).
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1967: 52
Alarcão, J. 1988: 3
Dias, L.A.T. 1995: 259

13070102, MONTE DE SANTIAGO (Alto de São Tiago), Alpendurada, Marco de Canaveses, Porto (130701). [565000.00, 4550100.00, 480].

Tipologia: Castro romanizado? ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição:*** O castro está delimitado por três muralhas. Fora destas muralhas, as encostas do monte de Santiago estão divididas, de acordo com eixos ortogonais (SO/NE e SE/NO). Esta divisão poderá fazer pensar que a encosta e o sopé eram vistos como um conjunto. (...) (Dias 1995).
Costa 1706: 397
Vieira 1887: 500
Azevedo 1896: 258
Azevedo 1898: 199-200
Vasconcellos 1905: 79-80
Vasconcellos 1914-16
Aguiar 1947: 63-64
Azevedo 1941: 2-3.
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1967: 12-13
Ponte 1984: 111-114
Silva 1986: 86
Silva 1992: 23-38
Dias, L.A.T. 1995: 259

13070101, ALPENDURADA, Alpendurada, Marco de Canaveses, Porto (130701). [564300.00, 4548300.00, 130].
Tipologia: Epigrafia honorífica; Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Inscrição votiva, encontrada num muro da cerca do Convento de Alpendurada. Paradeiro: Convento de Alpendurada. (Dimensões: 200x63x55); (altura das letras: 13,5/14.) Leitura: [TRIBVNICIA POT]ESTATE PONTIFIC[E] MAXIMO…] / [SA]CRVM . BRACARI […] Trata-se de um provável lintel de um templo, de granito, dedicado por um imperador Júlio-Claudiano durante a primeira metade do século I d.C. Segundo Garcia (1991) pode mesmo ser dedicada a Augusto. A segunda inscrição é dedicada a Júpiter, IOVI/ OPTIMO/ MAXVMO/ FLAVVS/ COROL/LEAE. F(*ilius*) V(*otum*) . S(*olvit*). L(*ibens*)/ M(*erito*). Esta inscrição é referida por José Garcia (1991) como proveniente de Várzea do Douro, freguesia vizinha de Alpendurada. As inscrições encontradas no mosteiro de Alpendurada terão sido aí depositadas após a fundação do convento beneditino e serão, provavelmente, procedentes doutros locais (Dias 1995).
CIL II 2376.
Silva A.C. 1984: 47
Brandão, D.P. 1962: 23-51
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1967: 34.
Vives, J. 1972: 136
Tranoy, A. 1981 : 317
Garcia, J.M. 1991: 396
Dias, L.A.T. 1995: 258

13070201, EIROZES (TAPADA DAS), Ariz, Marco de Canaveses, Porto (130702). [565900.00, 4552800.00, 200].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Necrópole de incineração. O habitat correspondente a esta necrópole era servido pela estrada que ligava Tongobriga a Várzea do Douro". (Dias 1995).
Comércio do Minho 19.4.1902
Dias, L.A.T. 1995: 259
Alarcão, J. 1988: 1/480

13070302, MÓRIA, Avessadas, Marco de Canaveses, Porto (130703). [569000.00, 4557400.00, 250].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: IV. ***Descrição***: "Aldeia e necrópole. Sepulturas de cova com espólio do século IV muito próximas de sepulturas cavadas na rocha antropomórficas. Cerca de 100 peças cerâmicas associadas a carvões. Indício de caixas de madeiras com cinzas. (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 260

13070301, CASTELINHO, Avessadas, Marco de Canaveses, Porto (130703). [569700.00, 4556800.00, 344].
Tipologia: Ara anepígrafe. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "As evidências arqueológicas limitam-se à notícia do aparecimento de uma ara anepígrafe. Grande relação visual com *Tongobriga*. A tradição do sítio como santuário mantém-se na actualidade" (Dias 1995).
Vieira 1887: 500
Dias, L.A.T. 1995: 260

13070701, ARCO, Folhada, Marco de Canaveses, Porto (130707). [577100.00, 4563900.00, 120].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: Ponte sobre o rio Ovelha que integrava a via que, pela margem esquerda, ligava a *Tongobriga* à estrada que seguia para a Serra do Marão. Da ponte romana só resta, actualmente, parte de um arco na margem esquerda. (Dias, 1995).
Azevedo 1896: 191
Dias, L.A.T. 1995: 261

13070801, CARVALHEIRA, Fornos, Marco de Canaveses, Porto (130708). [572500.00, 4560100.00, 0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sitio da Quinta da Carvalheira recolheram-se pesos de tear em barro e dos tijolos. L. Dias, admite que se tratasse de uma *villa*. O acesso a esta propriedade agrícola era próximo do troço da via que ligava *Tongobriga* à ponte do Arco.
Vasconcellos, J. L. 1897: 168
Fonseca 1930, 57-58
Alarcão 1988: 1/424
Dias, L.A.T. 1995: 261-262

13070901, *TONGOBRIGA*, Freixo, Marco de Canaveses, Porto (130709). [571700.00, 4557400.00, 310].
Tipologia: Capital de *civitas*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: As escavações até hoje realizadas no actual lugar de Freixo, apontam para várias fases de ocupação do local: de finais do século I a.C. e inícios do I d.C o sítio conheceu uma ocupação de "tipo castreja" (Dias 1999). Conhecem-se, deste período, construções de planta circular e um balneário castrejo; Dos Flávios até Trajano: construção das Termas I e de habitações de planta rectangular que coexistem com as anteriores habitações de planta circular; Século II (época de Trajano e Adriano): construção do fórum; Na 2ª metade do século II remodelam-se zonas habitacionais e uma *natatio* nas Termas; No século IV há novas construções identificadas; Entre finais do século IV e início do V, há remodelações nas termas, fórum e nas zonas habitacionais; o século VII, parece corresponder a uma fase de declínio. As áreas de habitação ocupariam cerca de 10 ha o que permite a L. Dias, estimar uma população de cerca de 2.500 pessoas.

Em síntese, são conhecidos, por escavações ou por prospecções feitas na zona os seguintes espaços e equipamentos urbanos: Fórum: ocupa um espaço de cerca de 10.000m2; construído em meados do Século II, talvez na época de Adriano. Em meados do século IV (a partir de 336 d.C.) registam-se remodelações nos pavimentos. Pórtico; Basílica ou *macellum*; Templo; Teatro; Necrópole; Circo (identificado a partir de fotografia aérea), junto à estrada que a ligava à ponte sobre o Tâmega (Canaveses); Termas: construídas junto do balneário castrejo. Foram recolhidas várias epígrafes, nomeadamente, ao Ao *Genio Toncobricensium* e a Fortuna. Continua em discussão o estatuto atribuído à cidade em fins do século I e início do II d.C.: município como *Aquae Flaviae*? A *civitas* de *Tongobriga* (Dias 1999) seria limitada pelo rio Douro e a serra do Marão, e poderia ter um território cujos vértices correspondem aos *vici* de Várzea do Douro, Santa Marinha do Zêzere, Meinedo, Gatão e Lomba. A cidade é citada por Ptolomeu (*Tuntobriga*) que a integra no território dos *Callaeci Bracari*.
Vasconcelos, J. L. 1900: 31
Vasconcelos, M. 1916: 323, 324
Cardozo, M. 1972: 34
Almeida, C. A. F. 1974: 149-172
Encarnação, J. 1975: 195-197
Dias, L. A. T. 1984: 86-90
Vasconcelos, M. 1884: 105-106
Alarcão 1988: 82
Dias, L.A.T. 1999: 77- 107

13071102, CASTILHO, Manhuncelos, Marco de Canaveses, Porto (130711). [570800.00, 4555400.00, 416].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno castro com três linhas de muralhas e fosso. Próximo de *Tongobriga* facilitava a ligação por diversos caminhos, embora a ligação fosse feita pela via que subia ao monte Confurco e seguia para a margem esquerda do Tâmega" (Dias 1995).
Silva 1992: 39-45
Dias, L.A.T. 1995: 263

13071101, BOI, Manhuncelos, Marco de Canaveses, Porto (130711). [569400.00, 4553700.00, 614].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Castro eventualmente sem vestígios de ocupação a partir do século I. (Dias 1995).
Vieira 1887: 492
Azevedo 1898: 201
Sarmento 1901: 174
Vasconcellos 1901
Vasconcellos 1914-16
Silva 1986: 112
Dias, L.A.T. 1995: 262

13071202, URRÔ, CASA DA BABILÓNIA, Maureles, Marco de Canaveses, Porto (130712). [, 200].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: I-IV. ***Descrição***: Em terrenos agrícolas com boa exposição solar, entre as cotas dos 200 e 240 m, são abundantes os vestígios de fustes, grandes pedras demonstrativas de grandes e sólidas construções, telha, mós pedras de muros. Com uma situação privilegiada, este sítio tem relação visual directa com *Tongobriga* apesar de situado na margem direita do rio Tâmega. (...). A cerâmica comum recolhida no revolvimento das terras agrícolas é atribuível ao final do século I e século II e ao século IV. O acesso era facilitado pela via que provinha de Quires e se dirigia para a ponte em Canaveses." (Dias 1995). Este autor aponta uma cronologia do século I para estas construções, tendo como comparação elementos arquitectónicos de outros sítios arqueológicos, em especial *Tongobriga*.
Dias, L.A.T. 1995: 263

13071201, MAURELES, Maureles, Marco de Canaveses, Porto (130712). [150].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em terrenos sobranceiros à margem direita do Tâmega, próximo de terrenos com solos férteis, implantado em espaços com boa exposição solar, abrigado de ventos, com fontes naturais de água, L.Dias dirigiu escavações que permitiram identificar uma habitação de agricultor, na base do castro de Quires. (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 263

13072101, S. NICOLAU, S. Nicolau, Marco de Canaveses, Porto (130721). [, 100].
Tipologia: Epigrafia votiva – Cíbele. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma ara a Cíbele encontrada em 1946.
Monteiro 1946: 73-76
Alarcão, J. 1988: 1/423

13072203, SOALHÃO, Soalhães, Marco de Canaveses, Porto (130722). [442].
Tipologia: Castro romanizado; Necrópole romana. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: "Numa zona da encosta oeste da Serra da Aboboreira, em terreno agreste, embora com boa exposição solar, são ainda visíveis várias casas de planta circular no interior de três linhas de muralhas. A estrada romana circunda a base do castro. As cotas ligeiramente mais baixas, entre os 280 e os 300m, nos campos agrícolas ainda hoje são conhecidos por "vale Trajano". A algumas centenas de metros para Sudeste, com relação visual directa, junto da estrada, uma necrópole de incineração, onde foram encontradas peças cerâmicas, hoje desaparecidas.
Vasconcellos 1914-1916: 327-329
Fonseca 1930: 57-58
Silva 1986: 86
Silva 1992: 69-82
Dias 1995: 265

13072202, S. TIAGO (BOGALHOS), Soalhães, Marco de Canaveses, Porto (130722). [500].
Tipologia: Castro romanizado; forno cerâmico. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: "Delimitado por três linhas de muralhas, o castro implantava-se num espaço onde a água era abundante. Forma recolhidos fragmentos de ânfora, telhas e fusaiolas (Sarmento 1901). Fora das muralhas mas em terrenos próximos havia um forno cerâmico romano. (Dias 1995)
Aguiar 1947: 296
Silva 1992: 82-93
Vasconcellos 1901: 177-178
Vieira 1887: 492
Dias 1995: 264

13072201, SOALHÃES, Soalhães, Marco de Canaveses, Porto (130722). [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Nesta freguesia, sem que se possa precisar o local do achado, foi encontrado um miliário de Constantino II com indicação da milha VIII, HAE, 469.
Cortez, F. R. 1951: 44-45
HAE, 469
Alarcão, J. 1988: 1/483

13072302, CANAVESES, Sobretâmega, Marco de Canaveses, Porto (130723). [570254.45, 4560760.63, 50].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ponte romana, reconstruída no século XII; na demolição da ponte, efectuada no presente século, foi encontrada uma coluna cilíndrica com inscrição DIB. IOVVE (*sic*). Soeiro: (...) Nos anos quarenta se deitou abaixo a antiga ponte medieval que aproveitava arranques de arcos romanos. Fotografias da época sobre as quais fizemos um desenho mostram as aduelas, algumas outras pedras almofadadas (Dias 1995): "Um pouco mais a jusante, o rio Tâmega era atravessado por uma ponte em pedra cujos vestígios foram observados em 1942/1943. Aquando da demolição da ponte românica (Matos 1976) foi confirmado que esta tinha sido construída no mesmo sítio em que se encontrara a romana e aproveitara mesmo partes de arcos na margem esquerda e parte do 1º pegão, da margem esquerda. Pelas observações (Monteiro 1948) feitas durante as obras em 1943 e 1944 a ponte teria cinco arcos. Na margem esquerda a via que ligava a esta ponte era pavimentada com grandes lajes de granito. Os vestígios desta estrada foram vistos durante as obras de construção da nova ponte concluída em 1944. A ponte em questão integrava a via *Bracara/Tongobriga/ Emerita*.
Miranda, A. 1944: 21
Monteiro, A. 1948: 52
Soeiro, T. 1984: 48
Alarcão, J. 1988: 1/422
Dias, L.A.T. 1995: 265

13072301, CALDAS DE CANAVESES, Sobretâmega, Marco de Canaveses, Porto (130723). [570923.68, 4561414.78, 80].
Tipologia: Necrópole romana; Termas; *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um balneário, com piscinas forradas de mosaicos. Este balneário romano foi completamente destruído. As notícias do Inquérito paroquial de 1758 falam de um desses momentos de destruição. Apareceram, na altura, moedas de metal amarelo e outras de cobre, uma inscrição com muitas letras e desde as termas até ao rio quantidade de tijolo de barro "por modo de escada". Em 1902-3 L. de Vasconcelos é avisado que tinha aparecido um balneário logo destruído. Ao lado das Caldas estava uma necrópole cortada ao abrir uma estrada para a Livração. Vasilhas de barro e moedas encontravam-se dentro de sepulturas.
Vasconcellos 1902: 284-285
Vasconcelos, J. L. 1903: 284-285
Pinto, R. 1934: 165
Vasconcelos, M. 1935: 40
Vasconcelos, M, 1935: 2, 10
Miranda, A. 1943: 2
Cortez, F.R. 1946: 278
Soeiro, T. 1984: 48-49
Alarcão 1988: 422
Acuña Castroviejo, F. 1974
Mora, G. 1981, p. 37 e sg.
Miranda, A. 1943, p. 3
Dias 1995, 265
Miranda, A. 1944, p. 21 e segs
Monteiro, A. 1948, p. 52
Monteiro 1960
Acuña Castroviejo, F. 1973, 28-54
Soeiro, T. 1984, p. 48
Alarcão 1988, 24
Dias, L.A.T. 1995: 265

13072601, ALVIM (Castro), Stº Isidoro, Marco de Canaveses, Porto (130726). [194].
Tipologia: Necrópole romana; casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Num lugar conhecido por "castro", numa pequena elevação saliente na paisagem, foram recolhidos materiais cerâmicos romanos. Foi na Vessada de Borlido, num espaço agrícola debruçado sobre o rio Tâmega, que recolheram no século XIX uma estela, recolhida hoje na Casa da Pena, Vila Caiz, Amarante. (Dias 1995)
Alarcão 1988: 1/421
Dias 1995: 263-264

13072401, CRASTOS, Tabuado, Marco de Canaveses, Porto (130724). [, 197].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Nos terrenos agrícolas irrigados pela ribeira de Lardos que os atravessa, já no século XIX apareciam pedras de muros romanos, algumas delas almofadadas. Martins Sarmento terá interpretado como um possível templo, o que faz pensar que fossem pedras de grandes dimensões. Apesar de não haver actualmente vestígios evidentes, excepto algumas pedras afeiçoadas de pequenas dimensões o sítio tem todas as condições para que ali se instalasse uma pequena estrutura agrícola correspondendo os muros às construções que compunham a pequena *Villa*. (Dias 1995)
Silva 1992: 127-132
Dias, L.A.T. 1995: 266

13072704, PORTELA DE TUIAS (Quinta da Portela), Tuias, Marco de Canaveses, Porto (130727). [240].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Num sítio conhecido por cemitério, na Quinta da Portela, foram recolhidas peças cerâmicas romanas, aquando do desabamento de um muro. " (Dias 1995)
Dias, L.A.T. 1995: 267

13072703, PORTINHO, Tuias, Marco de Canaveses, Porto (130727). [, 40].
Tipologia: Porto fluvial. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Provável porto fluvial que servia *Tongobriga*. Por ali confluem vários caminhos que ligam à cidade. Embora seja abundante o aparecimento de tégula quando os campos são lavrados não é possível o estabelecimento de qualquer cronologia. (Dias 1995)
Dias, L.A.T. 1995: 266

13072702, CASA DO OUTEIRO (Quinta Sousa Guedes), Tuias, Marco de Canaveses, Porto (130727). [190].

Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "A existência de bases de colunas, fustes, muita pedra de paredes romanas indicia a existência de uma construção de qualidade. Os lavradores do sítio confirmam a existência de estruturas enterradas sob as construções actuais. A localização das construções, num espaço rodeado de bons solos agrícolas, permite apontar a grande probabilidade de ali ter existido uma *villa*. Posteriormente foi aí construído o mosteiro de Tuias" (Dias 1995)
Dias, L.A.T. 1995: 266

13072701, TUIAS (Quinta de Baixo), Tuias, Marco de Canaveses, Porto (130727). [0].
Tipologia: Miliário; Ara a Lares. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição consagrada: *Laribus Cerenaecis*. Um miliário de Valentiniano I e Valente (364-378). A estrada que ligava a ponte sobre o Tâmega a *Tongobriga* tinha um traçado harmonioso. Este troço estava assinalado com dois miliários, um dos quais foi recolhido no lugar de Quinta de Baixo. (Dias 1995) Este marco deveria estar praticamente *in situ* e poderia sinalizar a última milha antes de atingir *Tongobriga* (a 1.472,5 m na via que passava junto do circo desta cidade). O espaço desta quinta propicia a instalação de uma unidade agrícola. Neste local regista-se o achado de fustes em granito e de canos cerâmicos com cerca de 40 cm de comprimento. (Dias 1981; Tranoy 1981).
CIL II 2384
Sarmento, M. 1901: 181
Vasconcellos, J.L. 1905: 183
Vasconcellos, J.L. 1913: 86
Blázquez Martinez, J.M. 1962: 131
Encarnação, J. 1972, 94
Garcia 1972, 360
Vives, J. 1972, 674
Encarnação, J. 1975: 211-212
Tranoy, A. 1981: 303, 394
Dias, L.A.T. 1981
Dias, L.A.T. 1995: 266-267
Alarcão, J. 1988: 1/481

13072901, TORRE, Várzea de Ovelha; Aliviada, Marco de Canaveses, Porto (130729). [200].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Na abertura de um poço em 1994 foram recolhidos tijolos, telhas e pedras bem talhadas." (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 270

13072801, VÁRZEA DO DOURO (Alto das Penegotas), Várzea do Douro, Marco de Canaveses, Porto (130728). [561600.00, 4547000.00, 114].
Tipologia: *Vicus*; Porto fluvial; *Mansio*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Castro e *vicus* com porto fluvial. Ocupando todo o espaço duma curva saliente do rio Douro, os vestígios romanos são numerosos desde a margem do rio, onde as condições de acostagem eram boas, até aos pontos de cota mais elevada. Este *vicus* servia como *mansio* situado sobre a margem direita do rio Douro. Num dos pontos mais elevados, onde hoje se encontra a Igreja Nova (lugar da Pena, Monte da Lapeira) foram recolhidas moedas do século I e II (Lanhas e Brandão 1967; Centeno 1987), datadas uma de 2 a.C. /14 d.C. e quatro entre 117 e 192 d.C. Duas escavações feitas no sítio permitiram identificar muros, fustes, capitéis e bases de colunas. Em Várzea do Douro terminava o troço de estrada que provinha de Tongóbriga e que seguia ao longo da margem esquerda do rio Tâmega. Em frente a este *vicus* a via continuava pelo rio Paiva e ao longo da margem para oeste" (Dias 1995)
Brandão, D.P. 1960
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1967
Tranoy, A. 1984: 271
Centeno, R.M.S. 1987: 154
Alarcão, J. 1988: 91-92
Mantas, V. 1990: 231
Silva 1992: 165-172

13073102, CASTRO DE QUIRES, Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses, Porto (130731). [565092.41, 4562285.62, 512].
Tipologia: Castro romanizado; *Vicus*?; Povoado medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: Povoado com quatro plataformas de ocupação. Cerâmica da Idade do Ferro e romana; restos de objectos em ferro e três pequenos bronzes do século III d.C. Segundo L. Dias (1995), o povoado tem uma ocupação que se prolongou até ao século IV e provavelmente até à Idade Média. (...) A via que atravessava o vale de Croca servia o castro e ligava-o à ponte de Canaveses. Nos terrenos da base do Monte situa Almeida Fernandes (1968) a sede da paróquia Baubaste - *Bidebaste, civitas Bauvaste*".
Costa 1706: 396
Leal, P. 1875
Vieira 1887: 483
Vasconcellos, J.L. 1897: 14
Vasconcellos, J.L. 1914-16
A.M. 1929: 73
Fernandes, A. 1968
Soeiro, T. 1984: 44
Silva 1992: 55-67
Dias, L.A.T. 1995: 271

13073101, TELHA-NECRÓPOLE, Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses, Porto (130731). [566382.01, 4561341.18, 300].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sopé do castro de Quires passaria, segundo T. Soeiro, um caminho, ligando a via que se dirige para Entre-os-Rios. "Não muito longe deste trajecto temos a necrópole do lugar da Telha, relacionada com um povoado aberto colocado na encosta à cota de 300 metros. Para além do aparecimento de vasos inteiros, cinquenta anos atrás, não temos outras referências a esta estação" (Soeiro 1984).
Soeiro, T. 1984: 44
Alarcão, J. 1988: 1/416
Almeida, C.A. F. 1980: 311

13080302, FONTÃO DE ANTELA, Lavra, Matosinhos, Porto (130803). [0].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de mosaicos do século III d.C., fustes de colunas, fragmentos de escultura de mármore, cerâmica de construção e doméstica e cetárias.
Lanhas, F. ; Brandão, D. P. 1969: 304-313
Acuña Castroviejo, F. 1974: 30-32
Alarcão, J. 1988: 1/391

13080301, ANGEIRAS, Lavra, Matosinhos, Porto (130803). [0].
Tipologia: Cetárias.
Lanhas, F. ; Brandão, D. P. 1969: 318-325
Almeida, C. A. F. 1972: 6
Alarcão, J. 1988: 1/390

13080901, S. MAMEDE DE INFESTA, S. Mamede de Infesta, Matosinhos, Porto (130809). [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um miliário de Adriano, CIL II 4735.
CIL II 4735
Alarcão, J. 1988: 1/399

13080902, QUINTA DO ALÃO, S. Mamede de Infesta, Matosinhos, Porto (130809). [0].
Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição a *Iuppiter Optimus Maximus*.
Almeida, J. M. 1965: 71-73
Alarcão, J. 1988: 1/398

13090201, S. ROQUE, Carvalhosa, Paços de Ferreira, Porto (130902). [0].
Tipologia: Necrópole romana; forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de fornos cerâmicos e cerâmica comum.
Dinis, M. V. 1962: 224, 227
Alarcão, J. 1988: 1/374

13090301, CASTRO DO MONTE DO SOCORRO (Castro do Capelo Vermelho), Codessos, Paços de Ferreira, Porto (130903). [554045.45, 4575795.93, 423].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A curta distância deste castro, debaixo de uma eira, acharam-se moedas, lucernas, fíbulas, argolas e mós manuais.
Coelho, J. F. 1965: 226-228
Alarcão, J. 1988: 1/368
Queiroga, F.

13090401, EIRIZ, Eiriz, Paços de Ferreira, Porto (130904). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de uma lucerna e cerâmica doméstica.
Almeida, J. A. F. 1953
Guimarães, O. 1902: 265-266
Alarcão, J. 1988: 1/372

13090701, CASTRO DE S. BRÁS, Frazão, Paços de Ferreira, Porto (130907). [, 322].
Tipologia: Castro romanizado; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Castro romanizado, onde se achou uma ara epigrafada: EX V/M F D. À volta do castro há necrópoles. Numa das sepulturas achou-se um prato de *sigillata* clara D.
Dinis, M. V. 1976: 218-221
Alarcão, J. 1988: 1/402
Queiroga, F.

13090702, BOAVISTA, Frazão, Paços de Ferreira, Porto (130907). [0].
Tipologia: necrópole romana.
Dinis, M. V. 1962: 224
Alarcão, J. 1988: 1/401

13091001, BOUÇÓS, Meixomil, Paços de Ferreira, Porto (130910). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole com espólio abundante. Segundo A. C. F. da Silva, Bouçós e Devesa Grande correspondem a dois núcleos de uma mesma necrópole.
Dinis, M. V. 1980: 141-150
Alarcão, J. 1988: 1/376

13091002, DEVESA GRANDE, Meixomil, Paços de Ferreira, Porto (130910). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Dinis, M. V. 1962: 224
Alarcão, J. 1988: 1/375

13091101, CIMO DE VILA (Outeiro da Vela), Modelos, Paços de Ferreira, Porto (130911). [0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção, mós manuais, uma moeda de Constâncio II.
Dinis, M. V. 1981: 388-390
Alarcão, J. 1988: 1/409

13091201, CASTÊLOS, Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, Porto (130912). [552170.50, 4568195.50, 339].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Alicerces de um edifício rectangular de 20 x 8 m., seccionado em três dependências desiguais. No local acharam-se tégula, mós e cerâmica doméstica romana do século I d.C.
Dinis, M. V.1978: 187-190
Alarcão, J. 1988:
Queiroga, F.

13091202, QUINTÃS, Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, Porto (130912). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Alarcão, J. 1988: 1/408

13091203, PAÇOS DE FERREIRA, Paços de Ferreira, Paços de Ferreira, Porto (130912). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Alarcão, J. 1988: 1/407

13091301, CASTRO DA VILA, Penamaior, Paços de Ferreira, Porto (130913). [548573.78, 4570144.36, 419].
Tipologia: Tesouro; Necrópole romana; Castro romanizado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de mais de 500 moedas do século IV d.C.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 45-46

Alarcão, J. 1988: 1/406
Queiroga, F.

13091401, REGUENGO, Raimonda (S. Pedro), Paços de Ferreira, Porto (130914). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Alarcão, J. 1988: 1/371

13091501, CITÂNIA DE SANFIS, Sanfis de Ferreira, Paços de Ferreira, Porto (130915). [551495.01, 4574852.18, 570].
Tipologia: Castro romanizado; Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Castro com cerca de 15 hectares, extensamente escavado. Um tesouro de 288 denários (sendo de 28 a.C. o mais recente) poderá demonstrar alguma insegurança dos indígenas ao ataque por parte dos Romanos aquando das campanhas de Augusto no Noroeste peninsular. O castro não foi, porém, abandonado; os materiais da primeira metade do século I d.C., são comuns e a série monetária continua até ao século IV; nos meados deste século foi enterrado um tesouro de 95 moedas de bronze cunhadas entre 330-337 e 347-348. Uma rua central, por vezes com 4 m de largura, constitui um eixo para o qual convergem arruamentos secundários, mais ou menos equidistantes, com 2 a 2,5m de largura. No sopé do monte escavou-se um edifício termal de tradição indígena. A cerca de 500 m do castro, gravada num penedo, existe uma inscrição: "NUMIDI COSUNEAE FIDUENEARUM HIC L(*ibentes*) (?) F(*idem*) S(*olverunt*)". A inscrição forneceu, segundo alguns autores o nome dos habitantes: *Fidueneae*. Na residência paroquial de Sanfins acha-se uma inscrição a *Iuppiter Optimus Maximus* cuja procedência exacta não é conhecida.
Alarcão, J. 1988: 1/370
Hipólito, M. C. 1960-1961: 42-45
Silva, A. C. F. 1983
Brandão, D. P. 1963: 232-235
Queiroga, F.

13091502, BOUÇAMONTE, Sanfis de Ferreira, Paços de Ferreira, Porto (130915). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Alarcão. J. 1988: 1/369

13091601, OUTEIRO DE FOGUETES, Seroa, Paços de Ferreira, Porto (130916). [0].
Tipologia: Necrópole romana.
Alarcão. J. 1988: 1/403

13100301, BALTAR, Baltar, Paredes, Porto (131003). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária; Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição à divindade indígena *Nabia*, (CIL II 2378) e uma inscrição funerária CIL II 2379.
Encarnação, J. 1975: 240
Alarcão. J. 1988: 1/456

13101701, PARADA TODEIA, Parada Todeia, Paredes, Porto (131017). [0].
Tipologia: Necrópole romana; *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma moeda de Constantino I e duas de Constante permitem datar a ocupação do século IV. Parece terem sido achados também mosaicos e alguns alicerces.
Correia, A. A. M. 1923-1924: 1-14
Alarcão, J. 1988: 1/461

13102001, SANTA COMBA, Sobreira, Paredes, Porto (131020). [0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição votiva à deusa indígena *Calaicia*.
Tranoy, A. 1981 : 271
Alarcão, J. 1988: 1/467

13102002, BANJAS, Sobreira, Paredes, Porto (131020). [0].
Tipologia: Minas romanas de ouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No Couto Mineiro das Banjas, que se estende desde Facho, na margem do rio Sousa, até à Serra da Presa, sobranceira ao Douro, ocupando terrenos das freguesias de Melres (Gondomar) e Sobreira (Paredes), encontram-se vestígios de explorações auríferas romanas. São numerosos os poços, as galerias e as cortas, mas, em muitos casos, não é possível identificar se se trata de trabalhos romanos. Um conjunto de explorações, incluindo um poço de 50 m de fundo, é conhecido pelo nome de Poço Romano, mas não há provas de que se tenham encontrado aí materiais arqueológicos da época romana. Num outro ponto, chamado Banja do Gato, localizaram-se tégula e ímbrices, o que sugere a existência de uma aldeia mineira. Ainda num outro local, designado por Serra de Montezelo, há uma galeria com mais de 600 m de extensão e sete poços de acesso. Aqui foram descobertas lucernas, designadamente uma com marca PHOETASPI, atribuível à época de Claúdio. Sobranceiro a esta galeria fica um povoado, o Outeiro da Mó, onde se encontraram centenas de mós de granito, tégula e ímbrices, cerâmica comum e *sigillata* hispânica dos finais do século I d. C. Deste ou de outro povoado da área das Banjas deve ter sido trazida uma ara à divindade indígena *Calaicia*, que hoje se encontra na capela de Santa Comba, juntamente com outra ilegível. Nas minas de Quinta, integradas no mesmo conjunto de explorações da Serra das Banjas, recolheram-se lucernas que ainda se encontravam nos respectivos nichos. Há notícia de moedas de Augusto e de Constantino encontradas nesta extensa área, sem precisão do local exacto do seu achado.
Soeiro, T. 1984: 112-118
Alarcão. J. 1988: 1/465

13110102, CASTRO DE ABRAGÃO, Abragão, Penafiel, Porto (131101). [563699.61, 4556413.61, 200].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado possivelmente, com três circuitos de muralhas, e planta circular. Apenas são detectáveis fragmentos de cerâmica castreja.
Soeiro, T.1984: 50
Dias, L.A.T. 1995: 271.

13110101, PENHA GRANDE, Abragão, Penafiel, Porto (131101). [564464.96, 4556852.1, 248].
Tipologia: Castro romanizado; Necrópole romana. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Castro romanizado, onde se encontraram colunas e dois capitéis, um deles, toscano; uma necrópole nas proximidades. Vários circuitos de muralhas. Há notícia de casas circulares no interior. Muita escória de ferro, carvões, moinhos circulares, cerâmica de fabrico romano. Na superfície de alguns penedos existem vários petróglifos entre os quais destacamos uma figura humana. Num outro penedo está gravada uma mão direita. Ao lado do povoado, certamente fora das suas muralhas estava a necrópole de onde foram recolhidos vasos inteiros de cerâmica.
Soeiro, T. 1984: 50-51
Alarcão, J. 1988: 1/475
Dias, L.A.T. 1995: 271

13110201, BOLSA DO OURO, Boelhe, Penafiel, Porto (131102). [564031.25, 4553147.44, 120].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Alicerces e cerâmica. Extensão de vestígios muito limitada, aparentando tratar-se de um núcleo muito reduzido com possibilidades agrícolas e também com facilidade para o aproveitamento do rio.
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1965: 298
Soeiro, T. 1984: 53
Alarcão 1988: 1/478
Dias, L.A.T. 1995: 271

13110401, JUGUEIROS, Cabeça Santa, Penafiel, Porto (131104). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole cujo espólio se perdeu completamente. A sul da Giesta, no lugar de Jugueiros, da freguesia de Cabeça Santa, surgiu em 1954 nova necrópole descoberta ao arrancar raízes de pinheiros.
O Penafidelense, 10/8/54.
Soeiro, T. 1984: 64
Alarcão 1988: 1/479
Dias, L.A.T. 1995: 275

562/13110504, QUINTA DA BOA VISTA, Canelas, Penafiel, Porto (131105). [557893.63, 4547822.68, 270].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Achados dos anos quarenta. Sepulturas de inumação. Num dos enterramentos havia um punhado de moedas, hoje desaparecidas sem terem sido estudadas. Prato de *Sigillata* Hispânica, com marca de oleiro " (...) selo conhecido no Norte de África onde apareceu com materiais dos fins do século I d.C. Para além de outros materiais há ainda um outro prato que imita *sigillata* hispânica".
Miranda, A. 1943
Soeiro, T. 1984: 77, 79
Dias, L.A.T. 1995: 271

13110503, PÓVOA, Canelas, Penafiel, Porto (131105). [557819.73, 4548315.53, 270].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Segundo Soeiro, "Próximo da necrópole da Quinta da Boa Vista e à mesma altitude fica o povoado da Póvoa onde apareceram restos de construções e uma moeda de ouro que foi vendida. O local está nos limites dos campos actuais com o início das bouças, é aberto, próximo a um ribeiro, e apresenta boa visibilidade sobre os campos até às proximidades do rio."
Miranda, A. 1943
Soeiro, T. 1984: 79
Dias, L.A.T. 1995: 271

13110502, CHAVES, Canelas, Penafiel, Porto (131105). [557604.58, 4546000.88, 80].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Segundo Soeiro, "No lugar de Chaves sobre o Douro, a jusante de Eja, viu Abílio Miranda os alicerces de umas casas rectangulares de época romana. Como salienta o autor estas edificações estão encaixadas na agreste margem do rio num local onde dificilmente se poderia praticar a agricultura. Por esta razão atribui a sua existência ao comércio fluvial". Dias (1995), menciona o local como um povoado.
Miranda, A. 1945
Dias, L.A.T. 1995: 272

13110801, CROCA, Croca, Penafiel, Porto (131108). [437].
Tipologia: Necrópole romana; *Mansio*. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: Aldeia ou *vicus* com necrópole. O povoado e a necrópole estavam num ponto saliente da paisagem. Esta zona era servida pela estrada que atravessava o vale, ligando a estrada que provinha de Meinedo e seguia pela margem direita do Tâmega com a que seguia para a ponte de Canaveses. (Dias 1995).
Dias, L.A.T. 1995: 272

13110901, ANTAS, Duas Igrejas, Penafiel, Porto (131109). [561292.44, 4559939.66, 400].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Duas necrópoles distanciadas cerca de 200 m. O espólio cerâmico acha-se hoje confundido no Museu de Penafiel. Numa das necrópoles foi encontrado um conjunto de 41 moedas de 337-339 a 394-395 d. C. No vale da ribeira de Lamas, afluente do *Cavalum*, zona baixa entre os planaltos de Luzim e de Marecos, em terrenos agricultados, foram encontradas duas necrópoles, cujo espólio se confundiu. Existem inumações numa delas. Foram encontrados um anel e vários jarros. A segunda necrópole, apareceu ao abrirem-se os alicerces da Escola Primária. Sepulturas rectangulares, vasos, anel, 41 moedas datadas de 337-339 e 394-395. (...) (Soeiro 1984)
Miranda, A. 27-29
Miranda, A. 1942: 65-66
Miranda, A. 4/9/1956
Miranda, A. 19/1/1960
Brandão, D.P. 1961: 29 e segs
Pereira, I 1975: 185 e seg.
Soeiro, T. 1984: 90, 95
Alarcão, J. 1988: 1/474
Dias 1995: 272

13110501, CIVIDADE DE EJA (Coto da Cividade de Eja; Castro de Entre os Rios), Eja, Penafiel, Porto (131105). [558728.50, 4548476.96, 207].
Tipologia: Povoado romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Povoado que se situa num esporão dominando a confluência do Tâmega com o Douro. Tem planta ovalada, duas muralhas e duas plataformas onde se construíram as casas. Abundam tégula e ímbrices, documenta-se casas circulares e quadrangulares. Presença de mós circulares, um fuste de coluna em granito e, uma pedra (12x4,5) com inscrição CAMALI. Noticia-se ainda, escórias de ferro, *dolia*, *sigillata* clara C. Pertencem à época tardia a maioria dos fragmentos encontrados de cerâmica comum, segundo T. Soeiro (1984).
Andrade, V. 1918: 74-76
Pinho, J. 1929: 182-187
Aguiar, J.M. 1943: 13
Aguiar, J.M. 1945: 91
Miranda, A. 24/5/1960
Almeida, C.A.F.; Lopes, F.G.A. 1981-1982: 131 e sg.
Soeiro, T., 1984: 76-77
Dias, LA.T. 1995: 272

13111301, CASTRO DE ABUJEFA, Galegos, Penafiel, Porto (131113). [557005.48, 4556975.1, 330].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Castro romanizado, junto do qual foram descobertos dois tesouros de moedas do século IV d.C.: em Boa Vista e na Quinta do Bairro. Apresenta três circuitos de muralhas que delimitam uma extensa coroa aplanada. Muros rectos visíveis assim como casas circulares. Noticia-se a presença de tégula, ímbrices, uma peça de ferro, fragmentos de vasos, ânfora Haltern 70 e escórias de ferro. Há ainda a notícia de uma moeda em ouro e uma colher de prata.
Soeiro, T. 1984: 98 e 31
Alarcão, J. 1988
Dias, LA.T. 1995: 272

570/13111302, GALEGOS-IGREJA, Galegos, Penafiel, Porto (131113). [557703.19, 4557165.62, 235].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Provenientes de sepulturas descobertas no passal da residência paroquial de Galegos, dois vasos cerâmicos. Foi noticiado também o aparecimento de moedas.
Soeiro, T. 1984: 98
Dias, LA.T. 1995: 272

13111303, BOA VISTA, ABUJEFA, Galegos, Penafiel, Porto (131113). [0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "Um tesouro de moedas. Pesava 15 quilos e dataria da época de Constantino. Vendidas a peso, em 1864, as moedas não foram, porém, devidamente inventariadas." (Alarcão 1988)
Ferreira, S.R. 19/3/1864
Ferreira, S.R. 1880: 18-19
Vasconcelos, J.L. 1895: 15-16
Machado, F.S.L. 1920: 37
Soeiro, T. 1984: 98
Alarcão, J. 1988

13111502,CASTRO DE IRIVO, Irivo, Penafiel, Porto (131115). [555941.06, 4558940.63, 157].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Situa-se no vale do *Cavalum* e é um cabeço baixo e área reduzida, 27 m acima da cota do rio. É possível que tenha tido uma muralha que ficou marcada no declive interrompido do terreno. Muitas pedras trabalhadas e tégula.
Miranda, A. 3/3/1959
Soeiro, T. 1984: 100

13111501, ERMIDA, Irivo, Penafiel, Porto (131115). [556367.89, 4558049.55, 180].
Tipologia: Ara a Lares. ***Cronologia***: II d.C. ***Descrição***: Uma ara aos Lares, LARI, PATRIO, encontrada na capela da Ermida e levada para o Museu de Penafiel. É possível que provenha da Póvoa-Marecos. Datação provável - século II d.C.
Miranda, A. 1944: 65-66
Soeiro, T. 1984: 100
Alarcão, J. 1988: 1/457

13111605, ALTO DO CASTRO, Lagares, Penafiel, Porto (131116). [554189.16, 4553314.59, 284].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: "Povoado fortificado sobre um esporão aplanado. Um dos lados está sobre uma vertente abrupta; os outros ligam-se ao planalto. Um circuito de muralhas e uma coroa, en por pedras talhadas entre grandes penedos".
Sousa, E. 1962: 128

13111601, LAGARES, Lagares, Penafiel, Porto (131116). [553209.60, 4553338.24, 200].
Tipologia: Ara a Lares. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Encontrada debaixo do soalho da antiga igreja paroquial de Lagares. Paradeiro: no local de achado. Ara de granito, com oito linhas inscritas. A leitura apresentada é a de J. Garcia (1991) 115,5 x 40 altura de letras: 6/6. 5 LARIBVS /ANAECI[S]/[P]RISCV[S]/...[....]/V(*otum*).S(*olvit*).L(*ibens*). M(*erito*). O monumento pode estar deslocado. As escavações realizadas, não mostram vestígios de ocupação romana.
Silva, A. C. F. 1984: 47
Soeiro, T. 1984: 104
Garcia, J.M. 1991: 360
Alarcão, J. 1988: 1/470

13111602, PRESA DOS VASOS, Lagares, Penafiel, Porto (131116). [553744.77, 4553496.35, 230].
Tipologia: Necrópole romana.
Soeiro, T. 1984: 104
Alarcão, J. 1988: 1/469

13111603, AGRAS DE ORDINS, Lagares, Penafiel, Porto (131116). [581067.68, 4554149.2, 285].
Tipologia: Habitat romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Cerâmica de construção, pedras aparelhadas, uma sepultura com espólio cerâmico. Junto a este povoado, foi encontrada uma sepultura de onde se recolheram três vasos.
Soeiro, T. 1984: 104
Alarcão, J. 1988: 1/468

13111604, CASTELÕES, Lagares, Penafiel, Porto (131116). [553861.35, 4553497.21, 275].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado fortificado de configuração cónica, rodeado de três circuitos de muralhas e um fosso do lado virado ao monte. A área para construção não é muito grande. A única cerâmica é de fabrico indígena, bastante micácea.
Soeiro, T. 1984: 104

13111701, OUTEIRO, Luzim, Penafiel, Porto (131117). [563471.89, 4555794.82, 250].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Pedras trabalhadas, tambores de colunas, tégula e ímbrices.
Lanhas, F.; Brandão, D.P. 1965: 296
Soeiro, T. 1984: 51
Alarcão, J. 1988: 1/476
Dias, L.A.T. 1995: 272

13111801, MARECOS, Marecos, Penafiel, Porto (131118). [0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na área da freguesia de Marecos foi encontrado um tesouro de moedas de composição e cronologia desconhecidas.
Ferreira, S. R. 19/3/1864
Vasconcellos, J.L. 1895: 15-16
Soeiro, T. 1984: 31
Alarcão, J. 1988: 1/458

13111802, PÓVOA, Marecos, Penafiel, Porto (131118). [557077.59, 4670045.02, 210].
Tipologia: Santuário romano; Ara divindade indígena. ***Cronologia***: 147 d.C. ***Descrição***: Pedras esquadriadas, cerâmica de construção e doméstica e uma ara a *Nabia Corona* e outras divindades, datada de 147 d.C. Esta divindade é apresentada na ara como "ninfa" protectora dos *Danigi*. Os termos da epígrafe provam a existência de um santuário.
Encarnação, J. 1975: 244-246
Alarcão, J. 1988: 1/457

13112401, SANTA LUZIA, Milhundos, Penafiel, Porto (131124). [559114.13, 4561371.17, 230].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Fustes de colunas, cerâmica de construção e cerâmica doméstica tardia. A jusante de Penafiel, na frente da antiga Igreja de Santa Luzia reconhecem-se facilmente entre as terras lavradas os restos de uma estação arqueológica que teve construções pétreas com colunas cujos fustes lisos integram os muros dos quintais.
Miranda, A. s/d: 25
Mendes, J.J. 1966-1967: 57
Soeiro, T. 1984: 89
Alarcão, J. 1988: 1/411

13112101, MONTE MÓZINHO, Oldrões, Penafiel, Porto (131121). [557810.56, 4555377.76, 408].
Tipologia: Castro romanizado; necrópole romana; *Vicus*? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Grande povoado fortificado. Nas zonas escavadas não se encontraram vestígios de ocupação anteriores ao século I d.C. Nos meados do século, muitas casas eram ainda circulares, seguindo as tradições pré-romanas: construídas de pedra, mas com paredes internas rebocadas e pintadas, tinham cobertura, pelo menos em muitos casos, de tégula e ímbrices. Os materiais de importação (ânforas, *sigillata* sudgálica e hispânica, cerâmica de paredes finas, lucernas, vidros, etc.) circulavam com abundância nos meados do século I d.C., revelando a prosperidade do povoado, prosperidade talvez devida, em parte, à exploração de ouro que se fazia na região mineira da Serra das Banjas. No último quartel do século I d.C. construiu-se um templo, o que obrigou ao arrasamento de alguns núcleos habitacionais. Este templo parece inscrever-se numa certa reordenação flaviana do povoado. Fora da muralha ergue-se nos fins do século I ou nos inícios do II um monumento que se supõe funerário, hoje infelizmente muito arruinado e de difícil reconstituição. Seria turriforme com colunas e esculturas que se encontraram, muito fragmentadas, em redor dele. A ocupação persistiu nos séculos II e III, embora pouco se saiba, por enquanto deste período. As moedas dos séculos IV e V encontradas, provam a permanência do povoado, que nesta altura se desenvolve fora das muralhas, sem que isso signifique o abandono da área fortificada. A este período pertencem algumas casas rectangulares, cuja arquitectura e organização não são facilmente inteligíveis. A necrópole ficava situada a noroeste do povoado.
Soeiro, T. 1984: 123-299
Alarcão, J. 1988: 1/466.
Dias, L.A.T. 1995: 273

13112102, CASTELO DE PENAFIEL, Oldrões?, Penafiel, Porto (131121). [558531.56, 4715494.18, 324].
Tipologia: Castelo medieval. ***Cronologia***: Medieval. ***Descrição***: Face a Monte Mózinho, do outro lado do vale, num cabeço rochoso fica o Castelo de Penafiel, cabeça de terra medieval com o mesmo nome. São visíveis várias linhas de muralhas. O espólio publicado por Mendes Correia é todo medieval. Há, no entanto, notícia do achado de uma moeda de Crispus (século IV). Há também, no alto do monte, uma figura humana gravada num penedo com uma arma numa das mãos e um objecto circular na outra.
Soeiro, T. 1984: 60

13112201, COVELO, Paço de Sousa, Penafiel, Porto (131122). [555607.37, 4556933.49, 175].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: " Num campo em Covelo descobriram-se sepulturas com espólio romano, sendo oferecida ao Museu de Penafiel uma tigela alaranjada, com superfícies bem alisadas, do mesmo tom. Noutro campo próximo encontram-se, ao lavrar, pedras aparelhadas de construção" (Soeiro 1984).
Miranda, A. 1942: 3
Soeiro, T. 1984: 100
Alarcão, J. 1988: 1/463

13112301, GIESTA (Tapada de Barreiros), Paredes, Penafiel, Porto (131123). [560003.27, 4552373.11, 196].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole de incineração, cuja cronologia é difícil de precisar, dado que toda a cerâmica recolhida é comum.
Machado, F.S.L. 1920: 25

Soeiro, T. 1984: 64
Dias, L.A.T. 1995: 273
Alarcão, J. 1988: 1/471

13112402, PENAFIEL, Penafiel, Penafiel, Porto (131124). [0].
Tipologia: Escultura Romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ao abrirem-se os cabouços para a construção do santuário de Nossa Senhora da Piedade apareceu uma estatueta de bronze, que representa Marte.
Brandão, D. P. 1961: 18-21
Alarcão, J. 1988: 1/410

13112903, OUTEIRO/ OUTRELA, Perozelo, Penafiel, Porto (131129). [561259.28, 4555560.06, 300].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio fica entre o lugar do Outeiro e o lugar da Outrela. Ao alargar a estrada na abertura de alicerces de habitações foram encontrados vestigios de um habitat romano, aberto, instalado próximo dos limites dos campos. Observam-se, segmentos de muros em pequeno aparelho de faces quadrangulares, pedaços de tégula e ímbrices, mós circulares. Num promontório contíguo encontram-se muros com grande aparelho e caleiros talhados no granito.
Soeiro, T. 1984: 55
Dias, L.A.T. 1995: 274

13112603, REBOLIDO, Pinheiro, Penafiel, Porto (131126). [558273.38, 4552883.4, 250].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: Necrópole contígua ao povoado conhecido como Outeiro do Dino. Observaram-se sepulturas de incineração e vasos de cerâmica comum.
Aguiar, J.M. 1936: 116
Soeiro, T. 1984: 60, 64

590/13112601, S. VICENTE DO PINHEIRO, Pinheiro, Penafiel, Porto (131126). [559397.19, 4552337.33, 150].
Tipologia: Termas Romanas; Forno cerâmico; *Vicus* termal. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Edifício termal. Além do edifício, foi descoberto um forno de cozer cerâmica. É possível que os tijolos das termas se fizessem neste forno cerâmico.
Termas romanas, O Penafidelense, Penafiel, 27/6/1902 e 15/7/1902
Fortes, J. 1902.
Correia, H.M., 1926: 60
Soeiro, T. 1984: 67-75
Alarcão, J. 1988: 1/473
Dias, L.A. T. 1995: 273

13112602, OUTEIRO DO DINO, Pinheiro, Penafiel, Porto (131126). [558110.15, 4552882.1, 274].
Tipologia: Castro romanizado; Epigrafia romana indeterminada; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Castro consideravelmente romanizado. Documenta-se o aparecimento de tambores de colunas e um capitel coríntio. O povoado situa-se num cabeço destacado do planalto. Observam-se muitas pedras aparelhadas e muitos fragmentos de tégulas, ímbrices, *sigillata* hispânica, cerâmica comum romana, pesos de tear e moinhos. A este do povoado, contígua à muralha, em terrenos agricultados, identificou-se uma necrópole de incineração (necrópole de Rebolido).
Aguiar, J.M. 1936: 116, 226-227
Miranda, A. 1942
Miranda, A. 1943
Miranda, A. 1944: 25-26
Sousa, E.F. 1962: 128
Soeiro, T. 1984: 60
Alarcão, J. 1988: 1/472
Dias, L.A.T. 1995: 273

13112604, S. V. PINHEIRO, Pinheiro, Penafiel, Porto (131126). [559422.27, 4552121.65, 155].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Descobriram-se lucernas e vasos em cerâmica comum. O achado foi noticiado por J. Fortes.
Fortes, J. 1902
Lacerda, F.S. 1920: 23
Miranda, A. 25/1/1955
Soeiro, T. 1984: 75
Dias, L.A.T. 1995: 273

13112801, PEDREIRA, Rãs, Penafiel, Porto (131128) [558018.92, 4558494.25, 195].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole que poderá talvez relacionar-se (T. Soeiro) com o santuário da Póvoa de Marecos.
Soeiro, T. 1984: 96
Dias, L.A.T. 1995: 273
Alarcão, J. 1988: 1/457

13113201, SUVIDADE DE RECEZINHOS, Recezinhos (S. Mamede), Penafiel, Porto (131132). CMP [564812.37, 4564966.29, 285].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Povoado com uma muralha a definir um perímetro elíptico. Observam-se abundantes fragmentos de tégula, ímbrices, e um bordo de ânfora. O sítio é mencionado nas Inquirições de 1258 como "*Civitas fuit muratus et fuit castrum ex veteri*".
P M H: Inquisitiones 1897: 602
Soeiro, T. 1984: 46,48

13113301, QUINTA DO CASTRO, Recezinhos (São Martinho), Penafiel, Porto (131133). CMP f. [565664.92, 4563370.19, 310].
Tipologia: Castro romanizado; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O Povoado fortificado seria contíguo à necrópole e está muito destruído devido à ocupação do esporão por casas. O espólio da necrópole, com sepulturas de incineração, remete para uma cronologia de fins do século I ou II d.C.
Soeiro, T. 1984: 44,45
Dias, L.A. T. 1995: 274

13112902, QUINTELA, Rio de Moinhos, Penafiel, Porto (131129). [560908.96, 4550036.77, 119].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado fortificado num esporão encaixado, na confluência do ribeiro das Ages ou de Conca com o Tâmega. Excelente posição sobre o Tâmega que lhe permite ter visibilidade até

Entre-os-Rios. Vários circuitos de muralhas com pedras aparelhadas. Fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro.
Lanhas, F.; Brandão, D. P. 1967: 36.
Soeiro, T. 1984: 55
Dias, L.A. T. 1995: 274

13112901, CODES, Rio de Moinhos, Penafiel, Porto (131129). [562387.75, 4551714.58, 215].
Tipologia: Necrópole romana; Povoado romano. ***Cronologia***: IV d.C. ***Descrição***: O povoado e necrópole apareceram em 1956/57 ao preparar o terreno para o cultivo da vinha. Estão a meia encosta, antes da descida para o Tâmega. Foram encontrados, mais de uma dezena de moinhos circulares, pedras aparelhadas e um tambor de fuste liso. Provavelmente tanto o povoado como a necrópole corresponderão a uma ocupação tardia implantada numa zona fértil. A extensão parece relativamente reduzida já que os achados se limitam a uma área circunscrita.
Lanhas, F.; D.P. Brandão1965: 298
Miranda, A. 28/5/1957
Soeiro, T. 1984: 54
Dias, L.A. T. 1995: 274
Alarcão, J. 1988: 1/477

13113002, MONTES NOVOS, Santa Marta, Penafiel, Porto (131130). [0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: T. Soeiro noticia uma informação de um habitat aparecido em 1965. O que resta do espólio são "algumas tégulas com marcas de patas de animais e um capitel em granito".
Soeiro, T. 1984: 85

13113001, ESTRADA-SANTA MARTA, Santa Marta, Penafiel, Porto (131130). [562101.96, 4563369.8, 318].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole onde se recolheram moedas de Claúdio II, Galieno e Constantino. Foi encontrada ao abrir os alicerces de uma casa.
Soeiro, T. 1984: 85
Dias, L.A. T. 1995: 274
Alarcão, J. 1988: 1/415

13111304, QUINTA DO BAIRRO-ABUJEFA, Galegos, Penafiel, Porto (131113). [557142.18, 4557377.09, 215].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: IV d.C. ***Descrição***: Na base da encosta do castro de Abujefa apareceu um grande vaso cheio de moedas, em 1930. Foi descoberto ao arrancar uma videira e estava dentro de uma panela de barro cinzento, pousada sobre uma lousa e coberta por outra. Ronda os 35 Kg de peso. Entre os imperadores a que se reportam os numismas, incluem-se: Constantino I, Constante, Magnêncio, Constâncio II, Valentiano I, Valente, Valentiano II.
Soeiro, T. 1984: 85
Dias, L.A. T. 1995: 272

13112202, CRISTELO, Paço de Sousa, Penafiel, Porto (131122). [555538.16, 4556840.44, 209].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: Povoado situado num cabeço rodeado por linhas de água. Alinhamentos e socalcos denunciam muralhas concêntricas. O povoado encontra-se muito destruído.
Pinho, J. 1931: 10
Soeiro, T. 1984: 100

13121401, CALE (Cividade (Morro da Sé)), Sé, Porto, Porto (131214). [532754.38, 4554574.87, 76].
Tipologia: Capital de *civitas*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A ocupação proto-histórica e romana do morro, onde se ergue a Sé do Porto é indiscutível. Os achados não são abundantes; incluem, todavia, moedas do século IV d.C. Foram encontradas várias inscrições, uma aos *Lares Marini;* uma inscrição votiva que falta infelizmente, o teónimo; duas inscrições funerárias; e uma última, incompleta e hoje perdida, onde se leria *C. Iulius*. Relativamente à cerâmica, detecta-se cerâmica de construção, doméstica comum e pesos de tear. Uma estátua de togado de época flaviana, recolhida no rio Douro, constitui um testemunho menos seguro, dada a distância, a que se encontrou, do núcleo urbano. As escavações que vêm sendo realizadas permitem, confirmar a existência de um local importante que terá sido, provavelmente, sede de *civitas*.
Garcia y Bellino, A. 194: 191-192
Soares, T. S. 1962: 145-155
Brandão, D. P. 1984: 13-18
Alarcão, J. 1988: 1/450
Queiroga, F. 1992
Silva, A.C.P. 2000: 94-104
Teixeira, R.; Dórdio, P. 2000:132-133
Morais, R. 2005

13130601, ALTO DA VINHA, Beiriz, Póvoa de Varzim, Porto (131306). CMP 82 [523200.00, 4582600.00, 0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Duas inscrições votivas aparecidas em 1912, aquando da exploração de uma pedreira no Alto da Vinha. O sítio ocupa um cabeço em Beiriz de Baixo entre os lugares de Xisto e Outeiro. Noticia-se ainda o aparecimento de sepulturas e, na vizinhança, tégula, "uma medalha" e uma mó manual. Uma das dedicatórias, é uma ara consagrada a Júpiter Tonante [IOVI T(*onanti*)...] por um liberto em virtude do voto do seu amo; a outra, talvez um pedestal de estátua, foi encomendada também por um liberto mas é difícil saber exactamente a que divindade, dado o estado muito deteriorado da inscrição. Segundo Alarcão (1988), na primeira linha que falta poderia aparecer a referência a *Matribus, Matronis, Deae ou Lares.*
Gonçalves, F. 1949: 225-229
Le Roux, P.; Tranoy, A. 1973: 213-214
Alarcão, J.1988 : 1/285
Gomes, M.V. 1996

13130701, VILA MENDO, Estela, Póvoa de Varzim, Porto (131307). CMP 82 [521000.00, 4588500.00, 0].
Tipologia: Ourivesaria. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No lugar foi descoberto em 1908, aquando da abertura de uma vala, um tesouro que consta de um par de arrecadas em ouro, um colar, um fragmento de torques em ouro e prata com

vestígios de trabalho manual. O tesouro, segundo, C.A.F. Almeida é talvez do século II ou I a.C. (1972)
Almeida, C. A. F. 1972: 33
Alarcão, J. 1988: 1/**
Gomes, M.V. 1996

13130801, MONTE DE S. FÉLIX, Laundos, Póvoa de Varzim, Porto (131308). CMP 82 [523900.00, 4587300.00, 208].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado que possuiria, aparentemente, três linhas de muralhas. São ainda visíveis restos de habitações circulares. O material de superfície consta de cerâmica de fabrico indígena e alguma tégula. Aqui foi encontrado um tesouro constituído por duas arrecadas em ouro e um "bolo" de prata.
Peixoto 1905-08 b: 284
Severo, R. 1905-08: 403-412
Sarmento, M. 1933 a: 166
Lopez Cuevillas 1951 c: 79-80
Blanco Freijeiro 1957 a: 288-289
Almeida, C.A.F. 1972: 10-11
Araújo 1980: 103
Silva 1986: 263
Queiroga, F. 1992: 168
Gomes, M.V. 1996

13130901, CRASTO, Navais, Póvoa de Varzim, Porto (131309). CMP 82 [518750.41, 4587892.98, 84].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Castro que nunca foi escavado e do qual pouco se conhece. J. Fortes (1969) noticia o aparecimento de tégula.
Sarmento, F.M.1933: 165
Fortes, J. 1969: 322
Almeida, C.A.F. 1972: 10
Silva 1986
Queiroga, F. 1992: 168

13131001, ALTO DE MARTIM VAZ, Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Porto (131310). CMP 82 [520200.00, 4581550.00, 0].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em diversos pontos da área urbana de Póvoa de Varzim, mas particularmente no Alto de Martim Vaz, apareceram ruínas romanas. Estas correspondem a uma *villa*, cuja planta não pôde ser recuperada na sua totalidade. Recolheram-se ânforas, *sigillata* e cerâmica bracarense. Havia, também, ao que parece, mosaicos. Para C.A.F. Almeida teria havido duas ocupações sendo uma delas de fins do século I d.C. e a outra mais tardia. Entre a Rua de Banhos e a orla marítima foram descobertos dois tanques ao lado de vestígios de uma "boa construção" romana (Almeida 1972), provavelmente para o fabrico de preparados de peixe.
Fortes, J. 1969: 313-341
Almeida, C.A.F. 1972: 31-32
Alarcão, J. 1988: 1/287
Gomes, M.V. 1996

13131201, CIVIDADE DE TERROSO, Terroso, Póvoa de Varzim, Porto (131312). CMP 82 [523424.08, 4584822.66, 153].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano. ***Descrição***: A Cividade de Terroso situa-se numa elevação bem destacada na paisagem, com um excelente domínio visual do território envolvente e boas condições naturais de defesa. Possuía três plataformas de ocupação, estando duas delimitadas por muralhas: uma na zona superior do monte, de forma ovalada, foi quase integralmente escavada e apresenta um diâmetro de cerca de 90 m, no seu eixo maior, por 50 m no eixo menor. Nas três zonas de ocupação identificadas foi possível exumar uma grande quantidade de estruturas domésticas e ainda um conjunto de sepulturas em cista. Entre o espólio exumado é de destacar, para além de grande variedade e quantidade de materiais da Idade do Ferro, alguma cerâmica de tradição púnica, o que testemunha os laços comerciais existentes entre a região e a zona Mediterrânica. Saliente-se, ainda, a provável existência de um centro metalúrgico de alguma importância neste local. O crescimento do povoado, já na época romana, está consumado pela construção de alguns edifícios de planta rectangular. Em resumo, os dados disponíveis, apontam para uma ocupação que remontará aos finais da Idade do Bronze e irá, pelo menos, até finais do século I d.C.
Costa, A. C., 1706-1712: 313
Sarmento, F. M., 1933: 166
Peixoto, R. 1905-08: 677-680
Peixoto, R 1964: 677-680
Severo, R. 1905-08: 404-405
Fortes, J. 1905-1908: 605-617, 662-665
Pinto, R. S. 1928: 311-312
Pinto, R. S. 1929: 311-312
Pinto, R. S 1964: 81-91
Gonçalves, F. 1964: 307-308
Teixeira, C., Medeiros, A.C.; Assunção, C.T. 1965: 46
Freire, O. 1965: 206-209
Garcia Y Bellido, A. 1966: 9-11
Almeida, C. A. F. 1972: 15-31
Romero Masiá, A. 1976
Silva, A. C. F. 1981: 303-315
Ponte, S. 1984: 138
Silva, A. C. F. 1986
Centeno, R. M. S. 1987: 130
Calo Lourido, F. 1991: 585-589
Queiroga, F., 1992: 168
Silva, A. C. F. ; Gomes, M.V. 1992
Dinis, A. P., 1993: 30-34
Gomes, M.V. 1996

13140201, PIDRE, Água Longa, Santo Tirso, Porto (131402). [, 0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tesouro da primeira metade do século IV d.C., disperso sem ter sido examinado.
Hipólito, M. C. 1974: 5-6
Alarcão, J. 1988: 1/404

13140302, QUINTA DO PAIÇO, Alvarelhos, Santo Tirso, Porto (131403). [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um miliário de Adriano, CIL II 4736. Uma pátera de prata que representa um guerreiro, de pé, com elmo, escudo e lança, e uma inscrição ao redor: L. SAVR.V.S.L.M.//71302 S. ARQVIDADE DO CIM (CIL II 2373). A inscrição é difícil de interpretar. A leitura de Hubner foi "S(*extus*) ARQUI(*us*) CIM(*bri*?) L(*ibertus*) SAUR(...) V(*otum*) S(*olvit*) M(*erito*)" Neste caso, "SAUR(...)" seria teónimo. Segundo outra

interpretação, o dedicante seria *Sextus Arquius Saurus*, liberto de *Cimbrus*. A divindade dedicada seria Marte; o seu nome não figuraria na inscrição, e o guerreiro representado no centro da pátera corresponderia ao próprio deus.
Santarém, C. M. F. 1956: 69-70
Almeida, C. A. F. 1969: 27-29
Encarnação, J. 1975: 270-274
Tranoy, A. 1981: 314
Alarcão. J. 1988: 1/351
Mantas, V. 1996: 352-353

13140303, SOBRE SÁ, Alvarelhos, Santo Tirso, Porto (131403). [0].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição MADEQUI(*enses*) STATUERUNT LADRONO, CAMALI F(*ilio*), ANTONIO A(*nimo*) L(*ibentes*) MO(*numentum*?)". A inscrição atesta indirectamente a existência de um *vicus* ou *castellum*, cujo nome seria *Madiae*; ficaria situado no actual concelho da Maia. Um grupo de naturais de *Madiae* teria vindo para a região de Alvarelhos, homenageando aqui *Ladronus Antonius*. Em Sobre Sá recolheram-se ainda uma base de coluna e dois bronzes figurativos.
Santarém, C. M. F. 1954: 31-39
Silva, A. C. F. 1980: 84-86
Alarcão, J. 1988: 1/350

13140304, PEÇA MÁ, Alvarelhos, Santo Tirso, Porto (131403). [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Fragmento de miliário em muito mau estado de conservação encontrado pelo Abade Sousa Maia no lugar de Peça Má. A peça, foi noticiada por A. Cruz que diz ser Constâncio o nome do imperador inscrito na pedra. Na impossibilidade de verificar se se trata de Constâncio Cloro ou Constâncio II, Vasco Mantas (1996) prefere optar, com as devidas reservas, por Constâncio Cloro uma vez que este imperador aparece já referido na via Olisipo – Bracara Augusta. O autor dá também notícia do aparecimento de um segundo miliário perto de Peça Má, em local impreciso e atribui este miliário a Marco Aurélio Carino.
Cruz, A. 1940: 210
Cruz, A. 22.10.82: 16
Almeida, C. A. F. 1969: 17
Alarcão, J. 1988: 1/349
Mantas, V. 1996

13140401, TORRE ALTA (Castro de Areias), Areias, Santo Tirso, Porto (131404). CMP 98 [543847.36, 4578471.94, 63].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: As referências à existência no lugar da Torre, em Areias, de um hipotético povoado fortificado são poucas. No local existiu uma imponente torre ameada, demolida para reutilização dos materiais na construção de uma ponte sobre o rio Ave (Lima 1956). Porém, já desde os inícios do século XVIII que se constatara no local a existência de outras ruínas, entretanto identificadas com um castro (Pimentel 1902). Não são visíveis quaisquer estruturas e do espólio, além de alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena e de cerâmica romana, apenas se noticia o aparecimento de um bico de lucerna encontrado pelo Abade Pedrosa e fragmentos de mós e de tijolos recolhidos pelos habitantes do local (Lima 1956).
Costa, A. C. 1706-1712, 1868-1869: 324
Pimentel, A. 1902: 64
Lima, A. C. P. 1956: 222-223
Silva, A. C. F. 1986: 83
Queiroga, F. 1992: 168
Dinis, A. P. 1993: 59-60

13140402, CALDAS; MONTINHO, Areias, Santo Tirso, Porto (131404). [0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de cerâmica de construção e moedas.
Lima, A. C. P. 1940: 9
Alarcão, J. 1988: 1/297

13142501, TROFA VELHA, Bougado (S. Martinho), Santo Tirso, Porto (131425). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um miliário de Marco Aurélio, outro de Tácito, CIL II 6212; outro de Licínio, CIL II 6213; outro ainda de Constante, CIL II 4742, registando a milha XXI a contar de *Bracara Augusta*. Ainda um fragmento de miliário não identificável.
Capella, M. 1895: 221-222, 226, 251
Almeida, C. A. F. 1969: 17
Alarcão, J. 1988

13142502, RODRIGO VELHO, Bougado (S. Martinho), Santo Tirso, Porto (131425). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Século III d.C.
Cruz, A. 1940: 203-215
Alarcão, J. 1988: 1/347

13142101, BAIRROS, Bougado (Santiago), Santo Tirso, Porto (131421). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de uma sepultura com duas peças em ouro.
Almeida, C. A. F. 1969: 4
Alarcão, J. 1988: 1/345

13140601, S. SIMÃO; SANTA CRUZ, Burgães, Santo Tirso, Porto (131406). [0].
Tipologia: Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição consagrada a *Deo domeno Cusuneneoeco* ou *Cusunemeoecus*. "A propósito da ara aparecida em Burgães dedicada ao deus CUSUS NENEOECUS, M. Sarmento refere-se a um outeiro próximo do local do achado (Santa Cruz) onde apareciam fragmentos de telha com rebordo e se via alicerces de construções. (...) Além das condições naturais de defesa dos sítios (Santa Cruz e S. João de Carvalhido, Burgães) -em especial o segundo - e da presença de alguma tégula que se vê em Santa Cruz não se encontram indícios que apontem para uma ocupação pré-romana."(Dinis 1993)
Encarnação, J. 1970: 225-228
Silva. 1986: 83
Alarcão, J. 1988: 1/359
Dinis, A.P. 1993

13142601, S. MARTINHO DO CAMPO, Campo (S. Martinho), Santo Tirso, Porto (131426). [0].
Tipologia: Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma ara à divindade indígena *Abna*.
Cardozo, M. 1972: 2
Encarnação, J. 1975: 77-78
Tranoy, A. 1981 : 268
Alarcão, J. 1988: 1/365

13142602, BOCAS, Campo (S. Martinho), Santo Tirso, Porto (131426). [0].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Duas inscrições em dois penedos distantes de 500 m um do outro. Ininteligíveis, mas aparentemente romanas, CIL II 5608.
Santarém, C. M. F. 1956: 65
Alarcão, J. 1988: 1/364

13142603, CHÃOS, Campo (S. Martinho), Santo Tirso, Porto (131426). [0].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição ininteligível.
Sarmento, M. 1970: 15
Alarcão, J. 1988: 1/362

13141301, CASTRO DO MONTE PADRÃO, Monte Córdova, Santo Tirso, Porto (131413). CMP 98 [546246.56, 4573922.5, 413].
Tipologia: Castro romanizado; Epigrafia romana indeterminada; *Vicus*? ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano; Medieval. ***Descrição***: O Castro do Monte Padrão ocupa o topo do monte do mesmo nome, num dos rebordos voltados a Ocidente do maciço montanhoso denominado Monte Córdova. As vertentes acentuadas do monte conferem ao sítio boas condições naturais de defesa, com excepção do seu lado Este, a zona mais vulnerável, onde há a ligação ao maciço montanhoso. A posição topográfica do povoado é confere-lhe um domínio visual excelente sobre o vale do rio Ave. "A área escavada é reduzida. Foram todavia postas a descoberto uma casa de peristilo e uma outra que parece centrar-se num pátio lajeado com pórtico envolvente por três lados. A cem metros, na Capela do Senhor do Padrão, um fragmento de inscrição onde se lê apenas "Fus..."". (Alarcão 1988)
Leal, A. P.; Ferreira, A. 1873-1890: 471-472
Santarém, C. M. F. 1955: 397-429
Santarém, C. M. F. 1956: 66
Tomás, F. L. S. 1974:2, 159-160
Ponte, S. 1984: 129
Martins, M. 1985, p. 217-230
Silva, A. C. F. 1986: 83
Centeno, R. M. S. 1987: 115-116
Alarcão, J. 1988
Moreira, A. 1991
Queiroga, F. 1992: 169
.

13141402, S. CRISTÓVÃO DO MURO, Muro, Santo Tirso, Porto (131414). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole de incineração.
A. P. 10. 1905: 381
Alarcão, J. 1988: 1/352

13141401, CARRIÇA, Muro (São Cristóvão), Santo Tirso, Porto (131414). [0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um fragmento de miliário, onde não se lê o nome do imperador, mas onde é legível a milha XXIII, (CIL II 4743).
CIL II 4743
Santarém, C. M. F. 1956: 72
Mantas, V. 1996: 349
Alarcão, J. 1988: 1/354

13141901, RORIZ, Roriz, Santo Tirso, Porto (131419). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Inscrição funerária, reaproveitada no mosteiro.
Santarém, C. M. F. 1956: 69
Alarcão, J. 1988: 1/367

13141902, SANTA MARIA DE NEGRELOS, Roriz, Santo Tirso, Porto (131419) [0].
Tipologia: Epigrafia funerária; Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição a *Iuppiter*, CIL II 5568 e uma inscrição funerária CIL II 5568 e 5582.
Cardozo, M. 1972: 48-90
Alarcão, J. 1988: 1/366

13142503, S. BARTOLOMEU, S. Martinho de Bougado, Santo Tirso, Porto (131425). [0].
Tipologia: Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na igreja de S. Bartolomeu de Ervosa, uma inscrição à divindade indígena *Neneoecus.*
Encarnação, J. 1975: 248
Alarcão, J. 1988: 1/357

13142201, SANTO TIRSO, Santo Tirso, Santo Tirso, Porto (131422). [0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição ao deus indígena *Turiacus*, consagrado por um LVCIVS VALERIVS SILVANVS, MILES LEG (*ionis*) VI VICT(*ricis*).
Santarém, C. M. F. 1956: 68
Cardozo, M. 1972: 40
Le Roux, P. 1982 : 182-183
Alarcão, J. 1988: 1/358

13143101, MONTE DOS SALTOS, Sequeirô, Santo Tirso, Porto (131431). [0].
Tipologia: Tesouro; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de cerca de 400 moedas de cobre, quase todas da época de Constantino. Noticia-se o aparecimento de mós manuais e "uma mó de vai-vem que (…) apresenta uma tipologia diferente da dos exemplares que conhecemos para os nossos castros" (Dinis 1993).
Pimentel 1902: 349
Sarmento 1940: 103
Hipólito, M. C. 1960-1961: 41
Monteiro 1985
Silva 1986: 83
Alarcão, J. 1988: 1/356
Dinis, A.P. 1993: 104

13143201, LAJE, Vilarinho, Santo Tirso, Porto (131432). [0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de cerca de 5000 Antoninianos de Galieno e Probo.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 110-111
Alarcão, J. 1988: 1/361

13140301, CASTRO DE ALVARELHOS (Castro de S. Marçal), Alvarelhos, Trofa, Porto (131403). CMP 97 [531860.95, 4572272.36, 222].
Tipologia: *Vicus* da via XVI. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro, Romano. ***Descrição***: O Castro de Alvarelhos, ou de S. Marçal, está implantado num contraforte da Serra de Santa Eufémia, zona com solos de excelente aptidão agrícola. As vertentes Norte, Sul e Este, possibilitam boas condições naturais de defesa, característica inexistente a Sudoeste, o lado mais vulnerável devido à ligação ao maciço montanhoso. Deste castro provêm tesouros monetários. A moeda mais recente é de 29-28 a.C. Em 1971 encontrou-se um segundo tesouro, de 4127 moedas; algumas dispersas; os 3458 numismas examinados datam de 206-195 a.C. a 29-27 a.C. Um capitel e um fragmento de coluna provam a existência de qualquer monumento ou vivenda consideravelmente romanizada. Em lugar impreciso entre o castro de Alvarelhos e o Monte de Cidai, este já freguesia de Guidões, no mesmo concelho de Santo Tirso, recolheu-se uma ara: Genio. Saturnius, Caturonis f(*ilius*), V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) A(*nimo*)".] As escavações que foram levadas a cabo no local, permitem supôr a existência de um *vicus*.
Costa, A. C. 1706-1712: 366, 2ªed. 1868-1869
Fortes, J. 1899: 7-28
Torres, J. 1905: 381-382
Ferreira, M, J. A. 1907: 285
Ferreira, M, J. A. 1923: 47
Sarmento, F. M. 1933: 165, 168
Azevedo, A. 1939: 101-102
Santarém, C. M. F. 1956: 63-64
Teixeira, C.; Medeiros, A. C.; Assunção, C. T. 1965: 46
Almeida, C. A. F. 1969: 31-32
Sarmento, F. M 1970, 1986, 1987/1988, 1989: 48-52
Cardozo, M. 1972: 46
Almeida, C. A. F. 1973: 207
Santarém, C. M. F. 1977: 161-170
Torres, J. 1978-79: 15-250
Soeiro, T. 1980: 237-243
Silva, A. C. F. 1980/1982: 79-90
Tranoy, A. 1981: 322
Pinto, R. S. 1984: 123
Silva, A. C. F. 1986: 83
Centeno, R. M. S. 1987: 34-41, 111
Alarcão, J. 1988: 1/348
Moreira, A. 1992: 34-47
Queiroga, F. 1992: 168
Almeida C. A. B. 1992
Moreira 1992
Dinis, A. P. 1993: 96-98
Mantas, V. 1996
VVAA 2006

13150501, SANTA JUSTA, Valongo, Valongo, Porto (131505). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano.
Fortes, J. 1905-1908: 125
Alarcão, J. 1988: 1/455

13150502, FOJO DAS POMBAS, Valongo, Valongo, Porto (131505). [0].
Tipologia: Minas romanas de ouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Minas de ouro situadas numa faixa carbono-metalífera que se estende, para sudeste, até Castelo de Paiva, com prolongamentos até S. Pedro do Sul e, para noroeste, até Lagoa Negra (Esposende). A mina do Fojo das Pombas deve ter sido explorada desde os inícios do século I d.C., pois na área, à superfície, encontrou-se *sigillata* itálica. Encontrou-se também *Sigillata* hispânica, uma lucerna do século II d.C. *in situ*, num nicho a 42 m de profundidade e um conjunto notável de doze vasos de bronze dos fins do século I ou dos inícios do II d.C., descobertos num poço, e que confirmam a continuidade da exploração pelo menos até esta época.
Castro, L. A. 1962: 431-448
Domergue, C. 1970: 157
Soeiro, T. 1984: 109

13150503, S. BARTOLOMEU, Valongo, Valongo, Porto (131505). [0].
Tipologia: Inscrição Votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na capela de S. Bartolomeu, uma inscrição inédita consagrada à divindade indígena *Alboco*.
Alarcão, J. 1988: 1/405

13162901, SANTA MARIA DE VILAR, Vilar, Vila do Conde, Porto (131629). CMP 97 [527710.00, 4571010.00, 55].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de tégula, *sigillata* clara D e cerâmica comum.
Almeida, C. A. F. 1969: 37
Alarcão, J. 1988: 1/341

13160101, CASTRO DE ARGIFONSO, Arcos, Vila do Conde, Porto (131601). CMP 83 [528704.82, 4582312.82, 157].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro de Argifonso é uma estação, diversas vezes, citada na documentação medieval dos séculos X a XII. Russel Cortez transcreveu alguns dos documentos que se lhe referem, ora como Castro, ora como Mons. Ficou-se a dever, entretanto, a Russel Cortez a localização do Castro de Argifonso, a cerca de 200 metros para Norte do castro de Bagunte, no alto dos Castelos ou Alto do Caramouchos. Na sua área central, um pequeno recinto mais elevado, assente, em parte, em grandes pedras, apresenta óptimas condições para assentamento de um castelo cuja existência, no local, não é posta de parte. Detecta-se, ainda, uma segunda plataforma, definida por um talude bem pronunciado. Os elementos disponíveis parecem apontar para uma ocupação nos finais do 1 Milénio a. C., com casas de planta circular agrupadas em núcleos; o espólio referido destaca a cerâmica de fabrico indígena, tégulas, ímbrices e cerâmica romana.
Ayres, C. 1896: 386
Azevedo, P. A. 1896-1902: 28
Sarmento, F. M. 1933: 165
Cortez, F. R. 1946: 149-155

Cortez, F. R. 1949b: 270-288
Teixeira, C.; Medeiros, A. C.; Assunção, C. T. 1965: 46
Silva, A. C. F.1986: 83
Queiroga, F. 1992: 169
Dinis, A. P. 1993: 44-45

13160102, CASTRO DE CASAIS, Arcos, Vila do Conde, Porto (131601). CMP 83 [528308.57, 4582681.34, 85].
Tipologia: Castro de baixa altitude.. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado, de reduzidas dimensões, bastante degradado devido à extracção de granito que se tem feito no local. A densa vegetação que cobre o solo torna difícil a identificação de vestígios das suas estruturas. Apesar de tudo, observam-se vestigios de duas linhas de muralhas. Espalhados pelo monte, encontram-se alguns fragmentos de cerâmica indígena, e ainda fragmentos de tégula, o que sugere uma ocupação dos finais do século I a. C. até aos inícios do século I d. C.
Almeida, C. A. B. 1992
Dinis, A. P. 1993: 43-44

13160501, CIVIDADE DE BAGUNTE, Bagunte, Vila do Conde, Porto (131605). CMP 83 [528893.08, 4581696.78, 206].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: A Cividade de Bagunte, como muitos outros castros da região, foi um ponto de referência utilizado nos documentos da Idade Média. Apesar das escavações aí efectuadas (Cortez 1948, 1949), não foi produzida nenhuma memória exaustiva das escavações. Na área escavada detactam-se troços da primeira muralha, assim como indícios dos arruamentos empedrados que estruturavam os agrupamentos de habitações de planta circular, por vezes com vestíbulo e de planta rectangular ou quadrangular (Romero Masiá 1976). Algumas das habitações tinham no interior lareiras em granito ou em barro e no exterior encontraram-se fornos. (Cortez 1949)
Costa, A. C. 1706-1712, 1868-1869: 321-322
Severo, R.; Cardozo, F. 1886: 137-141
Figueiredo, A. M. 1897: 218
Azevedo, P. A., 1896-1902: 28
Fortes, J. 1905-1908a: 17
Severo, R. 1905-08: 405
Sarmento, F. M. 1933: 166
Cortez, F. R. 1948: 276-277, 1949a: 408-409
López Cuevillas 1951: 38
Teixeira, C.; Medeiros, A. C.; Assunção, C. T. 1965: 46
Romero Masiá, A. 1976: 106, 109-110
Ponte, S. 1980: 116
Silva, A. C. F. 1986
Calo Lourido, F. 1991: 99-102
Queiroga, F. 1992: 169
Almeida C. A. B. 1992
Dinis, A. P. 1993: 46-48

13160502, CASTRO DE SANTAGÕES, Bagunte, Vila do Conde, Porto (131605). CMP 97 [526464.48, 4578911.96, 63].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado, bastante destruído devido à exploração de pedra, apenas conserva uma muralha, seguida de um talude e um fosso. No pequeno recinto definido pela muralha não se veêm quaisquer estruturas. Os poucos fragmentos de cerâmica noticiados, são de época romana.
Costa, A. C. Braga, 1706-1712: 320-1, 1868-1869
Leal, A. P.; Ferreira, A., 1873-1890: 440-1
Ayres, C. 1896: 388
Severo, R.; Cardozo, F. 1899-1903: 179
Sarmento, F. M. 1933: 165
Silva, A. C. F. 1986: 83
Queiroga, F. 1992: 169
Almeida C. A. B. 1992
Dinis, A. P.1993: 42-43

13160503, VILA VERDE, Bagunte, Vila do Conde, Porto (131605). CMP 97 [527720.00, 4578430.00, 54].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole de inumação.
Alarcão, J. 1988: 1/337
Severo, R. 1905-1908: 426-431

13160504, VILAR, Bagunte, Vila do Conde, Porto (131605). CMP 97 [528000.00, 4579300.00, 63].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Observaram-se pedras aparelhadas, cerâmica doméstica, ânforas e mós manuais.
Alarcão, J. 1988: 1/336
Russell Cortez, F. 1950: 273

13160801, CASTRO DE SANTA MARINHA DE FERREIRÓ, Ferreiró, Vila do Conde, Porto (131608). CMP 97 [530581.08, 4577972.13, 42].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro de Ferreiró encontra-se muito degradado, devido à exploração de pedra que aí vem sendo feita. É possível identificar uma muralha pétrea e níveis arqueológicos definidos por pisos em argila e lareiras. Documenta-se o aparecimento de muitos fragmentos de cerâmica indígena, micácea. C.A.B. Almeida considera-o um castro agrícola.
Severo, R.; Cardozo, F., 1899-1903: 179-180
Dinis, A. P. 1993: 48-50
Silva, A. C. F. 1986: 83
Queiroga, F. 1992: 169
Almeida C. A. B. 1992

13160901, SOUTELO, Fornelo, Vila do Conde, Porto (131609). CMP 97 [529600.00, 4576100.00, 0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de tégula e uma estatueta de bronze, de *Iuppiter*.
Alarcão, J. 1988: 1/339
Severo, R. 1899-1903: 129-130

13161101, MILREUS, Guilhabreu, Vila do Conde, Porto (131611). CMP 97 [530200.00, 4571530.00, 100].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Foi descoberto um tijolo triangular de coluna.
A.P. 10.1905: 381
Alarcão, J. 1988: 1/353

13161102, PAIÇO, Guilhabreu, Vila do Conde, Porto (131611). CMP 97 [530040.00, 4572520.00, 90].

Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Alicerces de um vasto edifício, onde se encontraram mosaicos, para além de, um tesouro de moedas do século IV d.C. Nas proximidades, foi descoberto, um monumento sepulcral que, pela descrição, deveria ser um *columbarium* de planta oval, abobadado, com três nichos de cada lado e vasos com cinzas. O local não foi objecto de escavações.
Almeida, C. A. F. 1969: 35
Alarcão, J. 1988

13161103, VILA BOA, Guilhabreu, Vila do Conde, Porto (131611). CMP 97 [530330.00, 4572200.00, 100].
Tipologia: Epigrafia funerária; Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição funerária: "EX C(*astello*) ULIAINCA(*rum*?). LANASUS, MEBDI(*filius*), EX C(*astello*) FI(*duenearum*?), AN(*norum*) LXXX". De interpretação difícil, esta inscrição poderá ter sido erigida a *Lanasus* pelos habitantes de *castellum* ou castro dos *Uliancae*. Documentam-se mais duas aras anepígrafes e uma necrópole de incineração.
Alarcão, J. 1988: 1/340
Almeida, C. A. F. 1969: 23-24
Silva, A. C. F. 1980: 82-84

13161301, CASTRO DE S. PAIO, Labruje, Vila do Conde, Porto (131613). CMP 109 [522704.17, 4570264.31, 14].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Povoado fortificado de reduzidas dimensões que assenta num pequeno cabeço em frente ao mar, junto da praia de Labruje. Não possui condições naturais de defesa, excepto do lado do mar. Seria defendido a nos restantes lados por um talude e fosso. Encontra-se muito destruído, porém foi possível identificar cerâmica indígena de fabrico micáceo. (Dinis 1993)
Lanhas, F. ; Brandão, D.P. 1969: 302, 328-335
Silva 1986: 83
Queiroga, 1992:169
Alemida, C.A.B. 1992
Dinis 1993, 101-102.

13161801, MOSTEIRÓ, Mosteiró, Vila do Conde, Porto (131618). CMP 110 [527800.00, 4570100.00, 30].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de cerâmica de construção romana, perto da igreja paroquial.
Almeida, C. A. F. 1969: 37
Alarcão, J. 1988: 1/343

13161802, ARÕES, Mosteiró, Vila do Conde, Porto (131618). CMP 110 [529200.00, 4570600.00, 70].
Tipologia: Necrópole romana.
Almeida, C. A. F. 1969: 44
Alarcão, J. 1988: 1/342

13162501, TOUGUINHÓ, Touguinhó, Vila do Conde, Porto (131625). CMP 83 [524700.00, 4581200.00, 40].
Tipologia: Necrópole romana.
Alarcão, J. 1988: 1/286
Arqueologia romana em Vila do Conde (s/d): 2

13162801, VILA DO CONDE, Vila do Conde, Vila do Conde, Porto (131628). CMP 96 [521600.00, 4578300.00, 20].
Tipologia: Necrópole romana; *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma necrópole cujo espólio vai do século II ao IV d.C.. Noticia-se, ainda, o aparecimento de mosaicos, tégula e pesos de tear.
Alarcão, J. 1988: 1/338
Almeida, C. A. F. 1974: 209-222
Almeida, C. A. F.1972: 117, 1982: 175

13162101, CASTRO DA RETORTA, Retorta, Vila do Conde, Porto (131621). CMP 96 [523212.09, 4578746.63, 40].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro da Retorta assenta numa colina de baixa altitude e possui uma forma ovalada.Observam-se indícios do sistema defensivo, que deveria ser composto por duas muralhas pétreas e um fosso. A topografia do local confere-lhe óptimas condições naturais de. A divulgação deste sítio deve-se, principalmente, aos importantes vidros aí achados, estudados por Adília e Jorge Alarcão (Alarcão - Alarcão 1963). O espólio recolhido resume-se a cerâmica de fabrico indígena e cerâmica de época romana.
Silva, A. C. F. 1986: 83
Severo, R.; Cardozo, F. 1899-1903: 179-180
Sarmento, F. M. 1933: 165;
Freitas, E. A. C. 1949: 20-27
Alarcão, J.; Alarcão, A. M. 1963: 197-199
Almeida, C. A. F. 1969: 33
Almeida C. A. B. 1992
Queiroga, F. 1992: 170
Dinis, A. P. 1993: 93-94

13162601, CASTRO DO BOI (Castro de Stº Ovídio), Vairão, Vila do Conde, Porto (131626). CMP 97 [527200.59, 4574689.71, 123].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Idade Média. ***Descrição***: O Castro do Boi, também conhecido como Castro de Santo Ovídio, assenta numa colina bem destacada na paisagem envolvente, com uma ampla visão sobre a área que o circunda. Sobre o castro terá sido erguido um castelo referido múltiplas vezes na documentação medieval.
C.A.F. Almeida, refere o achado de tégula, ímbrices e de vestígios de casas redondas de tipo "castrejo" (Almeida 1969). O povoado teria aparentemente, uma forma sub-circular, com uma plataforma central, provavelmente circundada por uma muralha, e pelo menos mais uma plataforma envolvente, cujo talude se consegue vislumbrar.
Sarmento, F. M. 1901: 46-47
Ferreira, M, J. A. 1907: 285
Ferreira, M, J. A. 1923
Sarmento, F. M. 1933: 165
Azevedo, A. 1939: 102
Freitas, E. A. C. 1949: 20
Almeida, C. A. F. 1969: 34
Almeida, C. A. F. 1978: 34
Silva, A. C. F. 1986: 83
Almeida C. A. B. 1992
Queiroga, F. 1992: 170
Dinis, A. P. 1993: 94-95

13162802, CASTRO DE S. JOÃO, Vila do Conde, Vila do Conde, Porto (131628). CMP 96 [521889.35, 4578187.41, 30].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: O castro de S. João estaria implantado num morro sobranceiro ao rio Ave. Foi arrasado no século XIV pelas obras de construção do Mosteiro de Santa Clara. Há algumas referências ao sítio em obras do século XIX.
Leal-Ferreira 1873: 691-692
Vieira 1886: 262
Ayres, C. 1896: 386
Ferreira, 1906: 264
Ferreira, 1923: 11-13
Teixeira et alii, 1965: 46
Silva, 1986: 83
Amorim 1988: 11
Queiroga 1992: 170
Almeida, C.A.B. 1992
Dinis, A. P. 1993: 100

13170001, VILA NOVA DE GAIA, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Gaia, Porto (1317). [0].
Tipologia: Epigrafia funerária; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tem sido identificada por muitos com a *Cale* do Itinerário de Antonino e com o *Portucale castrum antiquum* da Crónica de Idácio. Em Gaia achou-se a inscrição funerária de um soldado da "Legio X Gemina", natural de Lisboa, inscrito na tribo *Aemilia*, falecido provavelmente na época de Cláudio. O espólio reduz-se a fragmentos de cerâmica de fabrico indígena.
Alarcão, J. 1988: 1/452
Silva Pinto, S. 1966: 83-94
Le Roux, P. 1982 : 52 ,179
Silva, A. C. F. 1984: 44-48
Carvalho, T. ; Fortuna, J. 2000 : 158
Guimarães, G. 2000 : 155-158

Distrito de Viana do Castelo

16010102, CASTELO, Aboim das Choças, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160101). CMP 8 [0].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se a presença de cerâmica romana, "quando se rompia a estrada que une as duas vilas: Arcos de Valdevez e Monção", para além de uma carranca de bronze romana.
Pereira, F. Alves 1896: 319-320
Pereira, F. Alves 1924: 276

16010101, MONTE CASTRO (Castro de Eiras; Castro de Vilar; Cresto), Aboim das Choças, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160101). CMP 8 [544864.34, 4642289.65, 285].
Tipologia: Tesouro; Castro romanizado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ruínas de cabanas circulares e pavimento de tijolos. Alguns trabalhadores que procediam á exploração de uma pedreira encontraram moedas. Documenta-se, ainda, uma escultura castreja.
Brito, M. J. C. 1908: 94-98
Pereira, F. A.1908: 202-244
Oliveira, M. 1910: 237
Pereira, F. A. 1924: 255, 275-276
Viana, A. 1932: 159
Hipólito, M.C. 1960-1961: 13-14
Gomes, C. de A. 1979: 162-163.
Gomes, C.A. 1979
Silva, A.C.F. 1986: 75

16010201, SEARA, Aguiã, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160102). CMP 16 [547569.11, 4636163.44, 0].
Tipologia: Necrópole Romana? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de mós e ainda uma sepultura de barro com tégula.
Pereira, F.A: 256-257

16010402, MONTE DE S.MIGUEL-O-ANJO (Castelo de S.Miguel-o-Anjo), Azere, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160104). CMP 16 [549786.37, 4634386.45, 180].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição:*** Povoado fortificado onde se noticia o aparecimento de cerâmica de fabrico indígena e romana, para além de uma sepultura escavada na rocha.
Pereira, F. A. 1895: 161-175
Rocha, A. S. 1895: 262-264
Pereira, F. A. 1898: 231-238, 289-303
Vasconcellos, J. L. 1900: 33-39
Severo, R. 1904: 346
Pereira, F. A. 1910: 236
Pereira, F. A. 1915: 227
Pereira, F. A. 1929: 157
Pereira, F. A. 1938: 138
Pereira, F. A. 1939: 111
Pereira, F. A. 1941: 29 e 130, 318 e 320

16010401, TOURAL (Outeiro do Toural), Azere ou Aboim das Choças, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160104). CMP 8 [0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o achado de cerâmica romana de construção e doméstica.
Pereira, F. A. 1923-1924: 276
Alarcão, J. 1988: 1/46

16010601, CASTRO DAS NECESSIDADES (Castro de Cabreiro), Cabreiro, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160106). CMP 8 [549583.20, 4644581.09, 0].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado onde ainda são visíveis alguns vestígios do sistema defensivo.
Pereira, F. A.1898: 289-303
Pereira, F. A. 1904: 214 e 219
Pereira, F. A. 1915: 227
Viana, A. 1926: 111
Pereira, F. A. 1938: 138
Moita, I. 1966: 533
Queiroga, F.

16010801, CASTRO DE CENDUFE (Castelo do Mau Vizinho), Cendufe, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160108). [542710.14, 4628952.28, 164].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado fortificado onde foram encontradas pedras esculpidas e um "torso de escultura castreja".
Azevedo, P. A. 1897: 196
Vasconcelos, J. L. 1900: 38
Pereira, F. A. 1908: 203-207
Pereira, F. A 1910: 245
Pereira, F. A 1914
Pereira, F. A 1915: 1-16
Viana, A. 1926: 1
Pereira, F. A. 1938: 281
Pereira, F. A. 1941: 35-37
Pereira, F. A. 1941: 326
Cardoso, M. 1946: 243-244
Gomes, C.A. 1979: 164
Almeida, F. 41.
Queiroga, F.

16011403, GIELA-IGREJA, Giela, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160114). CMP 16 [549095.00, 4633749.00, 0].
Tipologia: Necrópole romana? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de três sepulturas forradas com tégula.
Pereira, F. A. 1924: 251-255

16011401, QUINTA DO RIAL, Giela, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160114). CMP 16 [549293.66, 4633681.7, 0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de fustes de colunas, cerâmica de construção e mós manuais.
Pereira, F. A. 1923-1924: 253

16011402, GIELA, Giela, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160114). [0].
Tipologia: Aras votivas. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No ligar de Giela, foram encontradas duas aras votivas. Os teónimos, precedidos de "D(*omino*)" ou "D(*omina*)" "S(*ancto*)" ou "S(*anctae*)", não são identificáveis, dado o

excesso de abreviaturas. Uma das aras tem, do lado direito, a inscrição "SOUPI, CAMA(*i*) F(*ilii*)", que talvez se deva interpretar como indicação da oficina.
Santos, L. A.; Le Roux, P., e Tranoy, A. 1983: 193-194

16011501, QUINTA DO OUTEIRO, Gondoriz, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160115). CMP 16 [, 0].
Tipologia: Necrópole Romana? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se uma sepultura aberta na rocha. Na área, encontraram-se muitas tégulas e "pedras com letras e ornatos".
Pereira, F. A. 1924: 271-273

16011602, MONTE DAS CRUZES (Alto da Pedrada; Castro de Grade), Grade, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160116). CMP 16 [552155.01, 4637409.45, 212].
Tipologia: Castro romanizado? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Povoado fortificado junto do qual foi encontrada uma sepultura aberta na rocha, e um bordo de vaso de vidro amarelo.
A.P. 15 1910: 236
Pereira, F. A. 1924: 261-262
Pereira, F. A. 1929: 155-157
Pereira, F. A. 1933: 227-228

16011601, GRADE, Grade, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160116). CMP 16 [, 0].
Tipologia: Epigrafia funerária. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Leitura: AND II / RCACA / TVRON / IFA XVI / HICSIT.
Pereira, F. A. 1904. 74-81
Alarcão, J. 1988: 1/49

16013501, TAVAREZ, Padreiro (Salvador), Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160135). CMP 28 [0].
Tipologia: Necrópole Romana? ***Cronologia***: Romano.
Brito, M. J. C. 1933: 83 e 92

16012801, PELOURINHO, Prozelo, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160128). CMP 16 [, 0].
Tipologia: Necrópole romana.
Pereira, F. A. 1923-1924: 273-274
Alarcão, J. 1988: 1/47

16013103, IGREJA, Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160131). CMP 16 [545552.78, 4637842.47, 0].
Tipologia: Necrópole Romana? ***Descrição***: Junto à igreja de Rio de Moinhos, encontram-se abundantes fragmentos de tégula e sepulturas de lajes.
Pereira, F. A. 1924: 258

16013102, ANTRE-OS CASTROS, Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160131). CMP 16 [0].
Tipologia: Castro. ***Descrição***: Castro de grandes dimensões. O espólio descrito circunscreve-se a um fragmento de cerâmica, provavelmente de um *dolium* e uma mó.
Vasconcellos, J.L. 1900: 38.4
Pereira, F. A. 1903: 58 4
Pereira, F. A. 1924: 260-261
Viana, A. 1926: 111
Pereira, M. G. 17

16013101, CASTRO DE REBOREDA (Castro de Anhó), Rio de Moinhos (Santa Vaia), Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160131). CMP 16 [544252.78, 4636929.65, 300].
Tipologia: Castro romanizado; Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na capela de S. Cipriano ou Cidrão, situada nas vertentes do castro de Reboreda, foi encontrada uma inscrição votiva ao deus indígena *Carus Conservator*. Trata-se de uma ara epigrafada em três lados; a leitura é extremamente difícil, mas parece seguro que o altar foi dedicado à divindade indígena *Carus*.
Pereira, F. A. 26: 257-260
Vasconcelos, J.L. 1924: 258
Viana, A. 1926: 111
Lambrinho, S. 1963-1964: 125-127
Encarnação, J. 1975: 156-157
Tranoy, A. 1981 : 271-272
Alarcão, J. 1988: 1/44, 45

16013001, CASTRO DE RIO FRIO, Rio Frio, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160130). CMP 16 [543685.97, 4634624.65, 0].
Tipologia: Castro romanizado? ***Descrição***: Castro onde se noticiam fragmentos de tégula.
Peixoto, R. 1898: 332.
Vasconcellos, J. L.1900: 38

16014401, RAMALHOSA, Senharei, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160144). [0].
Tipologia: Tesouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de moedas, que conteria peças de Claúdio I a Constantino. Foi infelizmente disperso sem ter sido examinado.
Hipólito, M. C. 1960-1961: 14-15
Alarcão, J. 1988: 1/43

16014901, COTO DA PENA (Alto de Penacova; Penedos Grandes), Vale, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (160149). CMP 16 [550892.98, 4633697.87, 0].
Tipologia: Castro. ***Descrição***: Povoado fortificado onde se encontraram cerâmicas, para além de uma lápide. Apesar amplamente referido na bibliografia arqueológica, é difícil proceder a uma descrição do sítio.
Pereira, F. A. 1902: 97.2, 197
Pereira, F. A. 1903: 56-58
Cardoso, M. 1903: 270-271
Cardoso, M. 1905-8: 322,499,500
Cardoso, M. 1915: 130-131, 231-233, 244, 247
Pereira, F. A. 1915: 224-258
Fontes, J. 1916 : 5.4
Pereira, F. A. 1924: 256
Pereira, F. A. 1929-68: 50, 109
Pinto, R. S. 1932: 81-91
Cardoso, M. 1976

6020103, FORTE DO CÃO, Âncora (Stª Maria), Caminha, Viana do Castelo (160201). [510569.21, 4627721.92, 5].
Tipologia: Salinas. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Forte do Cão, foi construído num esporão a sul da foz do Rio Âncora, na zona do Pinhal da Gelfa. Numa falésia, foram postas a descoberto salinas. C.A.B. Almeida, noticia além destas, mais 120 salinas, encontradas nos rochedos em torno do Forte. Aparecem isoladas ou em grupos de duas ou três, não havendo uma tipologia normalizada. Tal como em relação às salinas do Forte da Lagarteira (Vila Praia de âncora), e apesar das dificuldades tipológicas e cronológicas, C.A.B. Almeida, propõe uma cronologia que poderá abarcar o período da Idade do Ferro até ao século II d.C. Esta última baliza cronológica justifica-se segundo, este investigador pelo facto de ter havido, nesta época, um recuo ligeiro das águas do mar.
Lemos, F.S. 1982: 21-48
Almeida, C.A.B.1996: 48-49

16020102, CÚTERO, Ancora (Stª Maria); Afife, Caminha, Viana do Castelo (160201). [513180.74, 4625752.42, 270].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado com duas linhas de muralha, situado num cabeço a Sudoeste da Cividade de Âncora. C. Hawkes (1971) realizou aí uma sondagem em 1959 e defendeu a ideia de que este habitat seria dependente da Cividade de Âncora e que, a ocupação de Cútero se estenderia de finais do II/inícios do I a.C. até inícios do século I d.C.
Figueiredo, A.M. 1895: 143
Viana, A. 1932: 154-167
Corrêa, M. 1928: 143
Sarmento, F. 1933: 63-67, 171
Meira, A. 1945
Paço, A. e A. Q. Paço, 1956: 172-173
Cardozo, M. et alii 1959: 522-546
Hawkes, C.F.C. 1971: 283-286
Alves. L. 1980: 105-141
Moreira, M. 1982: 31-96
Hawkes, C.F.C. 1984
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B.1996: 13-15
Viana, A. 247-270

16020101, CIVIDADE DE ÂNCORA (Monte da Subidade de Âncora; Cividade de Afife), Âncora (Stª Maria); Afife, Caminha, Viana do Castelo (160201). [512210.11, 4626367.52, 187].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço bem destacado na paisagem, com perfeito domínio visual sobre os outros povoados da Idade do Ferro nesta área: o Cútero e o castro de Stº António. O castro foi inicialmente escavado por C.F.C. Hawkes (1971), que aponta uma cronologia de ocupação que se inicia no século I a.C. e terminará na época de Tibério/Claúdio. As três linhas de muralha identificadas, delimitam um recinto de 300 m X 250m de diâmetro. As escavações dirigidas por Abel Viana, revelaram sete casas circulares e três não circulares. O espólio, muito variado, inclui cerâmica de fabrico indígena, mós manuais, cossoiros, pesos de tear, ânforas, moedas, bronzes, cerâmica comum romana, *dolia*, tégula, uma base de coluna, capitéis e um lintel decorado. Mais tarde, as escavações de A.C.F Silva (1986), permitiram descobrir três núcleos familiares individualizados, cada um deles composto por três habitações. Uma das casas escavadas por A.C.F Silva, possui um átrio, com bancos em redor. Foram ainda encontrados vestígios de actividade metalúrgica (escórias de ferro, um cadinho e uma agulha em bronze) e espaços sepulcrais de incineração. Para C.A.B. Almeida (1996), o povoado tem dois momentos de ocupação; um primeiro dos finais da Idade do Ferro, com predominância de cerâmicas de fabrico indígena. Na época de Augusto o espaço sofre reformulações arquitectónicas, visíveis na tendência para construir casas oblongas ou rectangulares e nas próprias técnicas construtivas. A tégula e ímbrices substituem o tradicional método de cobertura das habitações e o espólio caracteriza-se por ânforas de tipo Haltern 70, *sigillata* itálica e sud-gálica, taças de vidro e uma difusão crescente da moeda.
Sarmento, F.M. 1880; 1933, P. 63-67
Sarmento, F.M. 1883-1884, P. 9-11; 17-19; 25-26; 1933, P. 165-172
Viana, A. 1926: 88-90, 7
Viana, A 1936: 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Cardozo, M. 1959: 522-546
Viana, A. 1960-1961: 247-270
Viana, A. 1963: 167-178
Hawkes, C.F.C. 1971: 283-286
Hawkes, C.F.C 1984
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 8-13

16020602, PAÇO, Azevedo, Caminha, Viana do Castelo (160206). [515428.93, 4632295.30, 80].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona plana, com terras de boa aptidão agrícola, na margem norte do Ribeiro Grande. Noticia-se, neste local, a presença de tégula.
Almeida, C.A.B. 1996: 19

16020601, BARROCAS, Azevedo, Caminha, Viana do Castelo (160206). [516097.08, 4632605.19, 60].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado, situado num cabeço a sul da capela de Nª Srª das Barrocas. Possui duas muralhas em talude e dois fossos; a sul, tem vestígios do que poderá ter sido um torreão. Na coroa, o único espólio visível são alguns fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro.
Vieira, J.A. 1886: 176
Almeida, C.A.B. 1996: 17-18

16020801, CIVIDADE, Cristelo, Caminha, Viana do Castelo (160208). [513096.30, 4634017.76, 65].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena elevação, a alguns metros da igreja paroquial. Possui uma coroa aplanada e um sistema defensivo composto por uma muralha em talude que, provavelmente seria acompanhada de um fosso, actualmente destruído. O espólio consta de cerâmicas que C.A.B. Almeida classifica como tardo-romanas. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)

Viana, A., 1926: 88-90, 111-113
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1996: 19-21
Almeida, C.A.B. 2003

16020901, BOUCINHA DO CASTRO (Castro do Germano), Dem, Caminha, Viana do Castelo (160209). [519419.65, 4632058.32, 279].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma elevação, ladeada por dois cursos de água. Trata-se de um pequeno povoado cujo sistema defensivo deveria ser constituído por um talude e um fosso. Possui uma coroa aplanada de pequenas dimensões, onde se encontram vestígios de cerâmica da Idade do Ferro, pedra de construção, mós manuais, fragmentos de *dolia* e tégula. A cronologia proposta por C.A.B. Almeida (1996) aponta para um início de ocupação na segunda metade do século I a.C., que se estenderá, talvez, para finais do século I d.C.
Alves, L. 1980: 105-141
Alves, L. et alii 1985: 255
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 21-23

16021001, IGREJA, Gondar, Caminha, Viana do Castelo (160210). [518318.01, 4629927.34, 70].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Inscrição dedicada a Marte, cujo paradeiro se desconhece. Leitura do CIL II: DEO MARTI/ SACRVM/ [...]V(*otvm*) L(*ibens*) M(*erito*) S(*olvit*). Para C.A.B. Almeida, (1996) este testemunho epigráfico poderá relacionar-se com a passagem da via *per loca maritima*. Um outro aspecto referido pelo autor citado é a possibilidade de exploração do estanho e ouro, em zonas perto deste local.
CIL II 2463
Tranoy, A. 1981: 314
Almeida, C.A.B. 1996: 23-24

16021101, MONTE GÓIS, Lanhelas, Caminha, Viana do Castelo (160211). [518638.09, 4639859.21, 344].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma elevação da serra de Góis, bem destacada na paisagem envolvente. Possui duas linhas de muralha onde provavelmente existiriam habitações, actualmente impossíveis de identificar. C.A.B. Almeida classifica-o como um castro de médias proporções, com uma ocupação que se iniciará na Idade do Bronze e continuará na Idade do Ferro. O achado de algumas cerâmicas de fabrico romano permite testemunhar uma romanização, ainda que incipiente, do povoado, se bem que, dado o estado em que se encontra o sítio, coberto por densa vegetação, seja difícil aferir tanto a intensidade como a própria cronologia da sua ocupação.
Sarmento, F. 1933: 166
Kalb, Ph. 1980: 25-115
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1996: 24-27

16021201, BARROCA, Moledo, Caminha, Viana do Castelo (160212). [512706.01, 4633060.97, 90].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um esporão de vertentes escarpadas, ladeado por dois cursos de água, e com excelente visibilidade tanto em relação ao mar, como à foz do rio Minho. Trata-se de um povoado de pequenas dimensões, o que poderá ter obrigado á construção de socalcos artificiais nas suas vertentes sustentados por três muros, que representam, não exactamente um sistema defensivo mas, simplesmente, muros de suporte de terras. A coroa, bastante pequena, é rodeada por um fosso. O espólio encontrado consta de cerâmica da Idade do Ferro, tégula e cerâmica comum romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 27-28

16021302, CABANAS, Orbacém, Caminha, Viana do Castelo (160213). [519521.79, 4628450.14, 140].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de meia encosta, com fácil acessibilidade a terrenos de excelente aptidão agrícola. Os vestígios constam de tégula, encontrada nos caminhos de acesso ao lugar de Cabanas. C.A.B. Almeida, (1996) põe a hipótese de se tratar de um casal ou mesmo de uma *villa* – a área arável e o monte circundante eram mais do que suficientes" (Almeida, C.A.B. 1996). Se o seu proprietário foi a personagem lembrada numa epígrafe encontrada na igreja, a ocupação deste lugar remontará ao século I, ainda segundo o autor citado.
Almeida, C.A.B. 1996: 31

16021301, IGREJA, Orbacém, Caminha, Viana do Castelo (160213). [519429.06, 4628604.09, 100].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Século I, Alto Império. ***Descrição***: Inscrição a Marte que se encontra na Igreja paroquial de Orbacém, parede exterior sul. Leitura apresentada por C.A.B. Almeida: CAMA/LVS. LADRO/NIDADE DO M AR(*ti*). V*(otvm)*/ SOLVI/T. A onomástica é indígena, sendo CAMALVS um antropónimo frequente no Noroeste, em particular na zona entre Cávado e Ave.
CIL II Nº 5248
Pereira, F. 1907: 36-52
Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1973: 251-256
Tranoy, A. 1981: 322-323
Almeida, C.A.B. 1996: 28-31

16021402, MONTE DE STº AMARO, Riba de Ancora, Caminha, Viana do Castelo (160214). [514581.87, 4629209.37, 100].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa uma colina ladeada por dois cursos de água. Possui uma acrópole de forma alongada e vários patamares, onde se dispunham as habitações. O sistema defensivo, para além da vertente pronunciada, era composto pelos muros de suporte dos socalcos já mencionados. Existiam, para além disso, três linhas de muralhas em pedra e um fosso junto à muralha exterior, para além de um torreão.
Sarmento, F. 1933: 63
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 33-34

16021401, PICOTO DOS MOUROS (Corucho dos Mouros), Riba de Ancora; Vile, Caminha, Viana do Castelo (160214). [514740.20, 4630751.77, 302].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma elevação aplanada, junto ao vale do rio Âncora. O sistema defensivo é composto por duas linhas de muralhas em pedra e um fosso. Trata-se de um povoado de pequenas dimensões, cujo espólio consta essencialmente de cerâmica da Idade do Ferro. Algumas tégula e uma possível moeda testemunham o contacto, ainda que incipiente, com o mundo romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 32-33

16021501, CRASTO, Seixas, Caminha, Viana do Castelo (160215). [515257.90, 4636766.97, 35].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro de reduzidas dimensões, actualmente ocupado pelas habitações e campos de cultivo do lugar do Crasto. São ainda visíveis uma acrópole aplanada e um talude, para além de dois fossos. O espólio reduz-se a alguns fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e tégula. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).
Viana, A. 1932: 154-167
Alves, L. et alii 1985: 157-159
Almeida, C.A.B. 1996: 34-35
Almeida, C.A.B. 2003

16021601, IGREJA, Venade, Caminha, Viana do Castelo (160216). [515471.10, 4634115.05, 33].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena elevação onde se encontra, actualmente, a igreja de Venade. Entre esta igreja e o cemitério noticia-se o aparecimento de tégula. É difícil dar a estes achados um significado tipológico e cronológico: podem relacionar-se com uma ocupação romana ou com uma necrópole já da Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 347

16021701, FORTE DA LAGARTEIRA, Vila Praia de Âncora, Caminha, Viana do Castelo (160217). [510912.65, 4629511.37, 5].
Tipologia: Salinas. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Num afloramento situado entre o Forte da Lagarteira e o paredão Norte do abrigo de pesca encontram-se, cavadas na rocha, pelo menos, 140 salinas, isoladas ou em grupos de três e quatro. Para C.A.B. Almeida (1996), estas estruturas poderão atribuir-se a um período que se baliza entre a Idade do Ferro e o século II d.C.
Almeida, C.A.B. 1996: 37-38

16021801, Nª SRª DO CRASTO, Vilar de Mouros, Caminha, Viana do Castelo (160218). CMP 14 [516889.65, 4638775.52, 130].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma elevação de vertentes íngremes, coroada por uma acrópole de pequenas dimensões, com excelente visibilidade para o vale de Vilar de Mouros, para o rio Minho e os castros da região. Trata-se de um pequeno povoado de que se conhece apenas uma muralha, rodeando a acrópole. O espólio compõe-se de cerâmica da Idade do Ferro e alguns fragmentos de tégula e cerâmica comum romana.
Viana, A. 1932: 154-167
Sarmento, F.M.: 1933: 63
Viana, A. 1955: 25-115
Kalb, Ph. 1980: 25-115
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 43-44

16021901, ALTO DO COTO DA PENA, Vilarelho, Caminha, Viana do Castelo (160219). [513924.29, 4635098.79, 79].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: O povoado ocupa um esporão com uma posição estratégica excelente, que domina a confluência entre o rio Coura e o rio Minho. As escavações até agora efectuadas no sítio, permitem apontar uma cronologia que se estende do início do I Milénio a.C. até á Idade Média. Estas escavações, dirigidas por A.C.F. Silva (1986), apesar de se terem limitado a uma área relativamente reduzida do povoado, permitiram comprovar a existência de uma ocupação contínua desde o século IX a.C., com remodelações quer do sistema defensivo quer do espaço habitado. Segundo este autor o povoado deverá ter sido abandonado como resultado das campanhas de D. *Iunius Brutus* (138-136 a.C.) e reocupado na 2ª metade do século I d.C. nas plataformas mais baixas do monte. Desde esta época o sítio testemunha uma ocupação até ao século IV d.C. O espólio inclui, para além de variado material da Idade do Bronze (machados, punhais, objectos de ourivesaria), cerâmicas de tradição púnica, cerâmicas da Idade do Ferro e abundante material da época romana: moedas, vidros, *dolia*, ânforas e *sigillatas* hispânicas.
Fortes, J. 1902: 102-104
Viana, A. 1932: 154-167
Alves, L. et alii 1985 : 441
Silva, A.C.F. 1986: 29 e 38
Martins, M. 1990: 125
Jorge, S.O. 1990: 285; 292
Queiroga, F. 1992
Calo Lourido, F. 1993: 104
Almeida, C.A.B.1996: 44-48

16030301, IGREJA, Chaviães, Melgaço, Viana do Castelo (160303). CMP 1 [0].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Os vestígios aparecem num campo de cultivo situado a cerca de 50m (para norte) da Igreja paroquial. Noticia-se o aparecimento de muros de aparelho regular a cerca de 2m de profundidade, sendo dois deles perpendiculares e um terceiro a uni-los formando um perfeito quarto de círculo. Os muros assentam directamente sobre a rocha. No exterior do muro norte há outros três sulcos cavados na rocha sem relação aparente. A área delimitada pelos muros estava coberta por grossa laje granítica. Apareceram diversos fragmentos de cerâmica comum, da qual se destacam um bordo grafitado, um pequeno fragmento de *sigillata* hispânica e alguns pedaços de tégula.
Nunes, H.B.; Oliveira, E.P. 1978
Nunes, H.B. 1978: 24

16031101, PADERNE, Paderne, Melgaço, Viana do Castelo (160311). CMP 4 [560121.53, 4660183.12, 0].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Descrição***: Estela funerária encimada por duas figuras de mão dada com a seguinte inscrição: C.../...F...CI...II...II/ENI. F....ET/COMP VALVS/ COMPARDAE/ ...L.HSS.PENV/ COMP.T.C
Vasconcellos, J. L. 1907: 275-281

16031102, CIVIDADE DE PADERNE (Couto Grande; Castro da Cividade de Paderne), Paderne, Melgaço, Viana do Castelo (160311). CMP 4 [559515.67, 4661150.84, 159].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Castro romanizado onde apareceram uma escultura castreja, pedras com trísceles e signos estelares. Foram observados alicerces de uma casa arredondada com o chão ladrilhado; fragmentos de instrumentos em ferro e cobre; fragmentos cerâmicos, onde se incluem alguns da época romana.
Vasconcellos, J.L. 1993: 31-45
Viana, A. 1926: 89
Lópes Cuevillas, F.
Fernandez, J. 1938: 100
Pereira, F.A. 1941: 37

16040101, PENHA DA RAINHA (Penha da Rainha, Penaguda), Abedim, Monção, Viana do Castelo (160401). CMP 8 [540060.41, 4648892.1, 472].
Tipologia: Castro romanizado? Castelo medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: Povoado que domina um amplo espaço sobre o vale do Gadanha. Este castro, que foi utilizado como castelo roqueiro até aos finais da Idade Média, possuía uma impressionante situação estratégica. É de pensar que o castelo tenha aproveitado os sistemas defensivos do castro. Encontra-se muita pedra miúda, aparelhada, que tem sido, utilizada na construção de muros e outras estruturas da zona.
Marques, J. A. T. M. 1985: 84
Guerra, L. F. 1899-1900: 134-136

16040201, CIVIDADE DE ANHÕES (Monte da Cividade, Lugar da Cividade), Anhões, Monção, Viana do Castelo (160402). CMP 8 [546157.208, 4649083.37, 453].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado, com perfil regularmente cónico e secção ovalada.. São visíveis dois taludes artificiais, que poderão esconder duas linhas de muralhas. Esta elevação encontra-se sobranceira ao rio Gadanha, que corre na sua vertente Sul. Em algumas valas abertas para construção e/ou trabalhos agrícolas, tem sido encontrada alguma cerâmica, de tipos e características comuns nos castros, como, *dolia*, cerâmica comum, cerâmica indígena e, igualmente, tégula e ímbrices.
Viana, A. 1926: 89
Viana, A. 1932: 15
Marques, J. A. T. M. 1985: 44

16040301, CASTRO DA SENHORA DA GRAÇA (Muro, Torre, Outeiro (S e SO); Eira dos Mouros (NE), Badim; Sá, Monção, Viana do Castelo (160403160425). [552816.33, 4657149.36, 315].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Este monte, de forma oval, perfil quase triangular, está incluído num conjunto mais vasto em que sobressai a "torre", elevação com 313m, a sudeste do castro. No sopé corre a corga da Ameixoeira. Possui duas linhas de muralhas visíveis. Apresenta habitações de planta circular, com e sem vestíbulo, tendo sido destruído, para alargamento de um caminho, uma estrutura que poderia ter como função, o trabalho de metal. Em sondagem efectuada, foram encontrados cossoiros, sementes de cereais e frutos, cerâmica indígena e romana, cerâmica de cobertura, bem como abundantes vestígios de escória. Fortuitamente, havia já sido encontrada uma ponta de lança em bronze, em óptimo estado de conservação.
Marques, J. A. M. 1984a
Marques, J. A. M. 1984c
Marques, J. A. T. M. 1985: 49

16040401, CASTRO DA ASSUNÇÃO (Lugar do Crasto; Buraca da Moura), Barbeita, Monção, Viana do Castelo (160404). CMP 3 [549120.18, 4656505.85, 265].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: III a.C./ I d.C.; Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio fica num esporão com três pontos altos, situados às cotas de 265, 267 e 244m. Foram detectadas três linhas de muralhas. Dominam as habitações circulares, ruas, pátios lajeados. Noticia-se o aparecimento de objectos em bronze e ferro, gravuras rupestres, pedras decoradas e cerâmica. O local tem segundo M. Marques, dois momentos de ocupação: um da Idade do Ferro onde domina a cerâmica castreja e outra mais tardia com a presença de ânfora, cerâmica de revestimento, grandes *dolia* e vasos de armazenagem de cereais. Detecta-se pouca presença de cerâmica comum romana, tégula e ímbrices, mas em contrapartida, há relativa abundância de ânfora. (Marques, 1985).
Marques 1984 c
Marques 1985: 51-55, 111-136

16040701, CASTRO DE CAMBESES (Monte Crasto; Srª da Boa Morte (sopé)), Cambeses, Monção, Viana do Castelo (160407). CMP 3 [544626.38, 4654656.29, 247].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado de fortificado, no limite das freguesias de Cambeses e Sago. Domina a zona baixa de Cambeses e Moreira. Tem uma situação estratégica excepcional e é possível observar duas linhas de defesa.
Vasconcellos, J.L. 1903: 287
Viana, A. 1926: 89
Marques, A.M. 1985: 47-48

16041001, CASTRO DE LARA (Crasto; Paços; Aldeia), Lara, Monção, Viana do Castelo (160410). CMP 2 [539410.82, 4653977.63, 209].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Povoado com uma elevação imponente de vertentes abruptas a oeste e norte. Boa localização estratégica em relação ao curso do Minho e taludes visíveis no vertente Este. A espessa manta morta impede a recolha de cerâmica.
Marques 1985: 2-83

16041101, CASTRO DE SÃO CAETANO, Longos Vales, Monção, Viana do Castelo (160411). CMP 3 [546145.89, 4654172.65, 342].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado de "planta grosseiramente triangular". Próximo do Monte das Barrocas, outro assentamento castrejo. Possui três linhas de muralhas, algumas aproveitando afloramentos e habitações circulares, com e sem vestíbulo. De entre o espólio recolhido destacam-se: fragmentos de *sigillata*, cerâmica pintada, escória, tégula e ímbrices e cerâmica da Idade do Ferro.
Marques, J. A. T. M. 1985: 56
Viana, A., 1926: 89
Neves, L. Q. e Viana, A. 1959: 389-398

16041401, CORTES, Mazedo, Monção, Viana do Castelo (160414). [0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Necrópole romana aparentemente de grande dimensão. Encontrada quando se procedia à abertura de uma vala para o plantio da vinha. Foram exumadas seis sepulturas, em escavações de emergência. A tradição local aponta Cortes ou Monção-Velha como o primeiro assentamento da vila.
Marques, 1985: 142-147.

16041501, BUSTAVADE (Muro, Bustavade), Merufe, Monção, Viana do Castelo (160415). CMP 3 [547976.09, 4652334.05, 734754].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa o cume de um maciço granítico com vertentes de razoável pendor. Pequenos panos de muros de aparelho muito irregular, com grandes blocos entre afloramentos. À superfície encontram-se alguns fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, bem como alguns fragmentos de tégula. Segundo M. Marques o povoado poderá corresponder a um povoado de pastores.
Marques, J. A. T. M. 1985: 90

16041701, REIRIZ, MONÇÃO, Monção, Monção, Viana do Castelo (160417). [0].
Tipologia: Epigrafia votiva; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara em granito encontrada nos arredores de Monção. A topografia do local do achado da peça e o aparecimento de algum espólio cerâmico, levaram já a colocar a hipótese de uma villa. Maia Marques refere o aparecimento de uma estatueta de mármore encontrada próximo de Monção e que poderá proceder deste local. A escultura, de cronologia duvidosa mede cerca de 13 cm e representa uma figura togada.
Marques, J. A. T. M. 1985: 138-140
Cortez, F. R. 1945: 12-15

16041801, CASTRO DO OUTEIRO DA TORRE (Cidade, Paço, Torre), Moreira, Monção, Viana do Castelo (160418). CMP 3 [542457.12, 4652144.61, 131].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade de Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado de médias dimensões e planta grosseiramente oval que domina o vale do rio Gadanha.
Marques, J. A. T. M. 1985: 86

16042001, MONTE DOS PENEDOS (Lapa; Eido), Pias, Monção, Viana do Castelo (160420). CMP 8 [541315.21, 4650749.91, 198].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Pequeno castro formado por uma plataforma central com cerca de 220x 75 m, definido por uma muralha abarcando todo o perímetro desta área.
Marques, A.M. 1985: 73-77

16042401, COTOS AGUÇADOS (Paço, Portela do Marco, Costa da Ponte.), Ribeira de Mouro, Monção, Viana do Castelo (160424). CMP 8 [552949.78, 4648513.94, 585].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado possui uma localização importante em relação ao curso do rio Vez. No sopé sul, junto à margem do rio, situa-se a "estrada velha", eventualmente uma via secundária romana, e uma ponte medieval que poderá ter sucedido a uma romana. No recinto central, dois taludes nitidamente artificiais poderão esconder muralhas, o que só após desmatar o local se poderá confirmar. À superfície nada se encontrou, para além de alguma pedra aparelhada e de uma pequena pia cavada num afloramento. Num corte do terreno observam-se alguns fragmentos de tégula e ímbrices.
Marques, J. A. T. M. 1985: 98

16042402, QUINTENDA (Monte da Ladeira, Cótoros), Ribeira de Mouro, Monção, Viana do Castelo (160424). CMP 3 [554622.18, 4655466.61, 499,5].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado com vestígios de duas muralhas. À superfície, alguns fragmentos de tégula e ímbrices e de cerâmica da Idade do Ferro, e pedra aparelhada.
Marques, J. A. T. M. 1985: 96

16042403, COROA (Coroa, Fonte Boa, Cavenca, Calçadinha), Ribeira de Mouro, Monção, Viana do Castelo (160424). CMP 4 [557062.17, 4652247.17, 925].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado com muros de aparelho irregular e alguns fragmentos de tégula.
Marques, J. A. T. M. 1985: 94

16042404, CIVIDADE DE RIBA DE MOURO (Lugar da Cividade, Veiga), Ribeira de Mouro, Monção, Viana do Castelo (160424). CMP 3 [555319.09, 4654546.69, 259].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Castro situado num apertado meandro do Rio Mouro. Apresenta dois taludes artificiais, que poderão corresponder a muralhas. No primeiro, nomeadamente, e entre dois afloramentos, observa-se um fragmento de pano de possível muralha, de aparelho irregular, utilizando blocos grandes e médios de granito da região. À superfície encontram-se fragmentos de cerâmica de fabrico indígena, vários fragmentos de cerâmica comum, pedras aparelhadas e mós manuais.
Marques, J. A. T. M. 1985: 58

16042601, MONTE DAS BARROCAS (Barrocas, Paço), Sago, Monção, Viana do Castelo (160426). CMP 3 [545897.14, 4653708.38, 352].
Tipologia: Castro romanizado; Atalaia? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado situado num esporão do maciço de Bustavade/Serra da Anta. À superfície recolhem-se alguns fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, e alguma tégula. Dada a localização estratégica e a natureza inóspita do local, é possível que o sítio corresponda a um reduto ou atalaia.
Marques, J. A. T. M. 1985: 78

16042801, CRASTÊLO (Crastêlo, Paço), Tangil, Monção, Viana do Castelo (160428). CMP 3 [553261.36, 4652988.69, 127].
Tipologia: Castro? Atalaia? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado, sobranceiro ao curso do rio Mouro. É visível vestígios de uma muralha de aparelho regular e de eventual fosso. À superfície encontram-se alguns fragmentos muito pequenos de cerâmica impossível de caracterizar, bem como alguns pedaços de telha, eventualmente romana. A sua localização estratégica, entre os povoados Sª da Vista e a Cividade de Riba de Mouro, bem como as suas dimensões reduzidas, permitem aventar a hipótese de que teria, de qualquer das formas, um papel importante no controle do curso do rio.
Marques, J. A. T. M. 1985: 80
Viana, A. 1926: 89

16042802, CASTRO DA Sª DA VISTA (Souto), Tangil; Podame, Monção, Viana do Castelo (160428160422). CMP 3 [551882.63, 4652824.24, 244].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Grande povoado com excelente posição relativamente ao rio Mouro. São visíveis três linhas de muralhas, sendo possível que uma quarta ajudasse a completar a defesa numa zona mais baixa, próxima do rio, em área hoje agricultada. Entre a 1ª e a 2ª muralha há evidentes vestígios de um fosso. É possível que outros dois completassem a defesa deste castro. Em duas prospecções superficiais, aqui se recolheram fragmentos de cerâmica castreja, alguns decorados, cerâmica romana de construção e um fragmento de escória.
Marques, J. A. T. M. 1985: 62-63
Marques, J. A. M. 1984c

16042901, TROPORIZ, Troporiz, Monção, Viana do Castelo (160429). [0].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ponte de um só arco que a permite a travessia do rio Gadanha. Sofreu grandes obras de reconstrução mas conserva as pedras almofadadas que constituem o arco original. C. A. F. Almeida (1968), sugere a possibilidade desta ponte se integrar numa via secundária romana.
Almeida, C. A. F. 1968: 42
Marques, J. A. T. M. 1985: 140-141

16043001, MONTE REDONDO (Monte Redondo, Mourisco), Troviscoso, Monção, Viana do Castelo (160430). CMP 3 [544260.47, 4658015.98, 73].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado onde não se evidenciam estruturas defensivas. Encontraram-se numerosos fragmentos de cerâmica, castreja e romana, tégula, ímbrices, escória e uma ara com inscrição.
Marques, J. A. M. 1984c
Marques, J. A. T. M. 1985: 71

16043002, CRISTÊLO, Troviscoso, Monção, Viana do Castelo (160430). CMP 3 [543430.21, 4990905.55, 78].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno castro, com planta oval, de que se destaca uma pequena elevação onde está situada a capela. Apesar das alterações recentes na sua topografia, ainda se detecta um espesso muro muito irregular entre afloramentos, que poderá constituir uma muralha. Aqui, se encontraram alguns fragmentos de cerâmica castreja, cerâmica romana e muitas pedras aparelhadas provenientes, possivelmente, do derrube de estruturas defensivas e de habitação.
Marques, J. A. T. M. 1985: 69
Viana, A. 1926: 89
Viana, A. 1932: 21

16043101, COUTO DA TRUTE (S. Paio, Portal, Campo Redondo), Trute, Monção, Viana do Castelo (160431). CMP 8 [544311.58, 4649842.69, 425].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado com vestígios de uma primitiva muralha. Detectaram-se raros fragmentos de cerâmica de construção romana, e algumas pedras aparelhadas.
Marques, J. A. T. M.1985: 88

16040202, CASTRO DO MENDOIRO (Monte Redondo; Lameiras; Furnas; Cotinho), Anhões, Monção, Viana do Castelo (160402). CMP 8 [548878.77, 4648176.42, 794].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado sobranceiro ao rio Vez. São visíveis dois taludes, um dos quais parece indicar a presença de uma muralha com aparelho irregular. A plataforma superior pode ter albergado um razoável número de habitações.
Moita, I.: 227
Marques, 1995 : 92-93

16050101, PESO, Agualonga, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160501). CMP f. 15? [531644.00, 4637283.58, 250].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona com boa exposição solar e bons solos agrícolas, onde aparecem tégula e cerâmicas comuns romanas. Pode tratar-se, segundo C.A.B. Almeida (1996), de um casal do Baixo Império, atendendo ao carácter tardio das cerâmicas encontradas. M.F.M Silva regista o aparecimento de tégula e põe a hipótese de serem desperdícios de um forno, embora não explique as razões desta sugestão.
Silva, M.F.M. 1994: 28

Almeida, C.A.B. 1996: 10

16050205, TELHADO, Bico, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160502). [540165.49, 4638436.90, 561].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa chã aplanada junto de um dos afluentes do Rio dos Cavaleiros, noticia-se o aparecimento de tégula e alguma cerâmica romana. Embora as Memórias Paroquiais de 1758 refiram o achado de uma coluna de pedra, C.A.B. Almeida (1996), inclina-se para a identificação deste habitat, como um casal rural romano.
Azevedo, P.A. 1897: 309
Cunha, N.A. 1979: 379
Almeida, C.A.B. 1996: 11

16050204, IGREJA, Bico, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160504). CMP 15 [515].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Alta Idade Média? ***Descrição***: Na área junto à igreja de S. João do Bico, desde a sua porta principal até ao cemitério, aparece tégula. C.A.B. Almeida (1996) tem dúvidas na classificação do sítio; põe a hipótese de um estabelecimento agrícola, mas acaba por inclinar-se mais para uma identificação, do local com um cemitério e templo da Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 14

16050201, CHELA (Crasto), Bico, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160502). CMP 15 [539821.90, 4638064.85, 540].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona aplanada numa elevação rodeada por dois cursos de água. São visíveis vestígios de um talude seguido de fosso, que delimitam um provável povoado de coroa ampla, que C.A.B. Almeida (1996) acredita poder incluir nos chamados castros de tipo agrícola. Para além da tégula, ainda visível, é provável que sejam deste local, os tijolos, pedras lavradas, colunas e alicerces de casas referidos na bibliografia arqueológica.
Alarcão, J. 1988: 1/38.
Oliveira, A.L. 1976: 18
Silva, M.F.M. 1994: 28.
Almeida, C.A.B. 1996: 12-13

16050202, ESTEVE, Bico, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160502). CMP 15 [539217.44, 4639017.62, 460].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço rodeado por duas linhas de água. Noticia-se o aparecimento de tégula que C.A.B. Almeida atribui a um casal rural romano, talvez do Baixo Império.
Alarcão, J. 1988: 1/36
Silva, M. F. M. 1994: 28-29
Almeida, C.A.B. 1996: 14

16050203, CASCALHAL, Bico, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160502). CMP 15 [539881.01, 4639854.07, 540].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O aparecimento de tégula no local de Cascalhal deve, no entender de C.A.B. Almeida, relacionar-se com a presença de uma ocupação romana em Chela, sítio que ocupa uma zona mais elevada e com boas condições para a implantação de um provável castro de baixa altitude. Na base da encosta aparece tégula, havendo duas interpretações possíveis: pode trata-se de um casal rural isolado ou, mais provavelmente, o espólio encontrado resulta de escorregamentos para o vale, do povoado existente em Chela.
Alarcão, J. 1988: 1/42
Silva, M. F. M. 1994: 28.
Almeida, C.A.B. 1996: 13-14

16050402, IGREJA, Cossourado, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160504). [530453.11, 4640886.94, 230].
Tipologia: *Mutatio*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situa-se na encosta noroeste do Forte da Cidade onde se localiza um povoado da Idade do Ferro. A proximidade da Via XIX leva C.A.B. Almeida (1996), a pôr a hipótese de aí ter funcionado uma possível *mutatio*. Os vestígios compõem-se de tégula, cerâmica comum romana e um fragmento de possível miliário.
Almeida, C.A.B. 1996: 17

16050401, FORTE DA CIDADE (Monte da Cividade; Alto da Cidade; Crasto), Cossourado, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160504). CMP 7 ou 15? [530200.89, 4640608.29, 376].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado, conhecido, pelo menos, desde o século XVIII, tem um excelente e bem destacado posicionamento no relevo da região. Possui um sistema defensivo composto por três linhas de muralhas e vestígios de habitações com planta circular. O espólio é constituído por cerâmica de fabrico indígena, cerâmica comum romana, fragmentos de ânforas, pesos de tear, moedas, cossoiros bastante tégulas. A passagem da via XIX nas proximidades deste povoado deve ser levada em conta na avaliação do seu papel no período romano.
Argote, J.C. 1732: 610
Leal, P. 1884: 270
Vieira, J.A. 1886: 122
Capella, M. 1895
Pereira, F.A. 1924: 281
Viana, A. 1926: 88-90
Viana, A. 1932: 11-24
Sarmento, M. 1933: 84
Cunha, A.R. 6.4.1956
Viana, A. 1960-61
Cunha, A. 1975
Oliveira, A.L. 1976: 21-22
Cunha, N. A. 1979: 398
Almeida, CA.B. 1979
Silva, A.C.F. 1986: 55
Queiroga, F. 1992: 318
Silva, M.F.M. 1992: 37
Silva, M.F.M. 1994: 29
Almeida, C.A.B. 1996: 15-16

16050602, MONTE DE S. SEBASTIÃO (Monte do Crasto; Castro de Cristelo), Cristelo, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160506). CMP 15 [538314.63, 4639783.77, 493].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado de pequenas dimensões que se localiza numa pequena colina de vertentes abruptas, rodeada pelo Ribeiro do Fundão e pelo rio Coura. As boas condições naturais de defesa foram reforçadas por duas linhas de muralhas. Possui uma acrópole de pequenas dimensões e um espólio composto por *dolia*, cerâmica da Idade do Ferro, cossoiros, pesos de tear, cerâmica comum romana, ânforas, tégulas e mós. A cronologia proposta por C.A.B. Almeida (1996) é de finais da Idade do Ferro e Romanização, embora possa admitir-se uma ocupação da Idade do Bronze e uma outra na Idade Média. É possível que nesta última fase o povoado tenha tido as funções de atalaia.

Santos, LA.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 11-24
Oliveira, A.C. 1976: 23
Cunha, N.A. 1979: 390
La Roux; Tranoy, A. 1983: 16
Silva, A.C.F. 1986: 32
Silva, M.F.M, 1992: 37-45
Queiroga, F.M.V.R. 1992: 321
Silva, M, 1994: 482
Almeida, C.A.B. 1996: 17-20

16050601, CRISTELO, Cristelo, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160506). CMP 15 [538536.64, 4639670.81, 380].

Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva encontrada a nascente do Monte de Cristelo. A inscrição é de leitura muito difícil, dado o estado actual do monumento. J.M. Garcia (1991) é o único autor que arrisca uma interpretação, segundo a qual a peça poderia ser uma dedicatória a Marte.

Rosário, A. 1973
Santos, L.A; Le Roux P. ; Tranoy, A. 1983: 194-195
Alarcão, J. 1988: 1/32
Garcia, J.M. 1991: 574
Silva, M.F.M, 1992: 43
Almeida, C.A.B. 1996: 20-21

16050603, SOUTELO / MÓ, Cristelo / Parada, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160506). [538958.06, 4640095.70, 420].

Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Nos lugares de Soutelo e Mó, noticiam-se o aparecimento de tégula, pedra de construção, cerâmica comum romana e moedas. O sítio corresponde a uma zona de meia encosta com bons recursos agrícolas, localizado a nascente do Crasto de Cristelo. C.A.B. Almeida (1996) põe a hipótese de se tratar de um casal rural romano.

Silva, M.F.M. 1992: 38
Almeida, C.A.B. 1996: 22

16050704, PAÇO, Cunha, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160507). [533324.77, 4637661.36, 320].

Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Baixo Império; Alta Idade Média. ***Descrição***: O sítio ocupa uma encosta suave e bem irrigada com terrenos de boa aptidão agrícola. Nos terrenos junto a uma casa datada de 1777 encontram-se tégula que C.A.B. Almeida (1996), atribui a uma ocupação dos finais da época romana ou Alta Idade Média.

Almeida, C.A.B. 1996: 28

16050702, MONTEZELO (Ventuzelo; Rechio da Cidade; Cidade), Cunha, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160507). CMP 15 [534251.73, 4638327.89, 465].

Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço amplo e de vertentes abruptas em duas vertentes. O sistema defensivo compõe-se de talude, fosso e muralha em terra, visíveis nas vertentes norte e oeste, precisamente as que careciam de defesa naturais. A coroa possui, também, uma muralha em terra. Apesar de algumas semelhanças com os chamados castros agrícolas, a ausência de espólio levam a pôr duvidas relativamente à tipologia do local. C.A.B. Almeida diz que mesmo tendo sido um castro não é de excluir a hipótese de uma fortaleza da Idade Moderna. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)

Azevedo, P.A. 1897: 240
Cunha, N.A. 1979: 24
Oliveira, A.L. 1976: 24-25
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Silva, M.F.M. 1994: 29
Almeida, C.A.B. 1996: 23-25
Almeida, C.A.B. 2003

16050703, IGREJA, Cunha, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160507). [533830.04, 4638033.85, 393].

Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula na zona do adro e campos a nascente da igreja paroquial de Stª Maria da Cunha. Põe a hipótese de se tratar de um casal rural romano, embora não exclua a hipótese de que a tégula, aparecida no adro se possa atribuir a enterramentos da Alta Idade Média.

Almeida, C.A.B. 1996: 25-26

16050701, LISOUROS-CAPELA DE SANTO ESTEVÃO, Cunha, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160507). CMP 15 [536046.64, 4637211.98, 490].

Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva encontrada no adro da capela de Santo Estevão e recolhida no Museu Nacional de Arqueologia. A ara, com frontão, volutas e *foculus*, apresenta algumas dificuldades de leitura, devido ao desgaste e mau estado da peça. As dúvidas são, sobretudo, em relação ao nome da divindade. Leite de Vasconcelos (1913) propôs uma divindade indígena de nome MACARIO enquanto que J.M. Garcia, mais recentemente, prefere pôr a hipótese de MAR(*ti*) CARIECO. O nome romano do dedicante, todavia, não oferece dúvidas: FRONTONIANUS, cuja filiação (FRO/NTON/IS) pode indicar uma ascendência indígena. Este facto, juntamente com a característica do próprio monumento (mistura de ara e pilar), deve indicar uma cronologia de inícios da romanização. No local onde apareceu a peça há vestígios de tégula e cerâmica comum romana, em quantidade suficiente para pôr a hipótese da existência de um aglomerado romano.

CIL II 5069
Vasconcelos, J.L. 1913: 196-199
Tovar, A.; Navascués, J.M. 1950: 178-191
Blazquéz Martinez, J.M. 1962
Encarnação, J. 1975

Cunha, N.A. 1979: 136-138
Tranoy, A. 1981: 175
Garcia, J.M. 1991: 364
HE, 1994
Almeida, C.A.B. 1996: 26-28

16050804, LOURIDO (Barrosas; Côto da Bouça; Fornos), Ferreira, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160508). CMP 7 [534813.68, 4644237.97, 520].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano; Alto Império. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de encosta, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. Nos terrenos organizados em socalcos, surgem tégulas e ímbrices, cerâmica comum romana e pedras aparelhadas. Há ainda informações de muros enterrados. Baseado nestes vestígios e nas condições do terreno, C.A.B. Almeida (1996) põe a hipótese de se tratar de um casal implantado no Alto Império.
Cunha, N.A. 1979: 473
Silva, M.F.M. 1994: 30
Almeida, C.A.B. 1996: 32-33

16050801, MOIMENTA, Ferreira, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160508). CMP 7 [533832.40, 4644237.97, 305].
Tipologia: Povoado romano; Necrópole romana. ***Cronologia***: Baixo Império. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma elevação onde actualmente se encontram a igreja e o cemitério locais. No local, surge com abundância tégula e material laterício, para além de moedas romanas de Constantino, Constâncio II, Constante I e Graciano. Há ainda a referência a uma necrópole. C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese de se tratar de um povoado tardo-romano associado a uma necrópole.
Vieira, J.A. 1886: 124
Cunha, N.A. 1979: 121-125
Alarcão, J. 1988: 1/16
Silva, M.F.M, 1994: 29
Almeida, C.A.B. 1996: 31-32

16050803, BOUÇA DO CROAS, Ferreira, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160508). CMP 7 [536566.00, 4643784.13, 500].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local situa-se no sopé norte do Castro do Alto da Giesteira. Aí aparecem tégulas e fragmentos de cerâmica comum de época romana. Apesar da proximidade com o castro da Giesteira, um povoado fortificado com vestígios de romanização, C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese de serem ocupações autónomas embora, provavelmente, contemporâneas. Estaremos, pois, perante uma ocupação de inícios da romanização, talvez um casal. Junto a este local foi encontrada uma sepultura antropomórfica cavada na rocha, seguramente mais tardia.
Cunha, N.A. 1979: 134-135
Alarcão, J. 1988: 1/15.
Silva, M.F.M, 1994: 30
Almeida, C.A.B. 1996: 30-31

16050805, MONTE DA MADORRA (Forte da Madorra; Alto da Madorra), Ferreira / Linhares, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160808). CMP 7 [532771.52, 4642686.12, 351].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado que se situa numa colina na margem direita de um dos afluentes do Ribeiro de Borzendes. Possui uma pequena coroa e um sistema defensivo composto por uma muralha em pedra. Para além de vestígios de algumas casas de planta circular encontram-se fragmentos de cerâmica indígena e tégula.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 11-24
Oliveira, A.L. 1976: 23-24
Silva 1986: 71
Queiroga, F. 1992
Silva, M.F.M. 1994: 483
Almeida, C.A.B. 1996: 29-30

16050904, MONTE DO CRASTO (Monte de Venade; Monte da Giesteira), Formariz, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160509). CMP 7 [536544.56, 4643475.59, 603].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um cume elevado no planalto da Giesteira com boas condições naturais de defesa e uma excelente visibilidade sobre o vale do rio Coura. O sistema defensivo compõe-se de três linhas de muralhas e, em alguns sectores, um fosso. Trata-se para C.A.B. Almeida (1996), de um povoado de "médias dimensões" cujas actividades económicas se centrariam na pastorícia e, eventualmente, numa "agricultura de planalto". Para além das muralhas já mencionadas são visíveis vestígios de habitações de planta circular. O espólio caracteriza-se por cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica comum romana e muita tégula.
Leal, P. 1874: 215
Vieira 1886: 125
Viana, A. 1926: 88-90, 11-113
Viana, A. 1932: 11-24
Cunha, N.A. 1979: 135
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Silva, M.F.M. 1994: 482
Almeida, C.A.B. 1996: 34-37

16050901, Nª SRª DO LIVRAMENTO, Formariz, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160509). CMP 7 [534418.25, 4641628.42, 322].
Tipologia: *Villa* ? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa encosta de vertentes suaves, onde actualmente se encontra implantada a capela de Nª Srª do Livramento. Na base desta vertente, numa zona que domina uma extensa agra virada a Sul/Sudoeste, foram noticiados achados de colunas, mós manuais, vestígios de muros, cerâmica comum romana, *sigillata* e tégula. A implantação do sítio e o espólio encontrado permitem supor a existência de uma *villa* dos inícios da romanização.
Oliveira, A.L. 1976: 97
Cunha, N. A. 1979: 456
Alarcão 1988
Silva, M.F.M. 1994: 30.
Almeida, C.A.B. 1996: 37-38
Alarcão, J. 1988: 1/21

16050902, PONTE DE MANTELÃES (Regato dos Freis), Formariz, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160509). CMP 15 [535405.76, 4640940.72, 310].
Tipologia: Achado monetário Romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Moeda romana em ouro encontrada ao abrir os alicerces de um moinho, localizado junto ao Ribeiro dos Freis.
Cunha 1909, 1979: 12
Oliveira 1976: 97
Alarcão 1988a : 23
Silva, M.F.M, 1994: 31
Almeida, C.A.B. 1996: 38

16050903, CIDADE (Castelo), Formariz, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160509). CMP 7 [535677.70, 4641836.52, 380].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Num outeiro conhecido como Castelo, noticiou-se o aparecimento de um conjunto de 14 machados de bronze. A nordeste deste local, também num outeiro densamente arborizado conhecido como Cidade, restam parcos vestígios de um sítio que C.A.B. Almeida (1996), classifica com dúvidas, como um pequeno castro. O local apresenta uma coroa de pequenas dimensões, um fosso e, a norte, um talude onde pode ter havido uma muralha de pedra, além de muita pedra miúda na zona da coroa. Não é visível qualquer espólio. Entre um e outro local J. Alarcão fala do aparecimento de tégula, mas esta referência não é confirmada por C.A.B. Almeida (1996).
Pereira, F.A. 1903: 133-134
Viana 1926: 89, 1932: 161
Cunha 1909 [1979]: 131
Silva 1986: 71
Alarcão 1988a: 18
Silva, M.F.M. 1994: 127
Almeida, C.A.B. 1996: 33-34

16050905, REIRIGO, Formariz, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160509). [536593.80, 4642858.99, 520].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano/ Baixo Império. ***Descrição***: O sítio localiza-se a sul da povoação de Reirigo, nos terrenos que pertenceram ao antigo Passal. C.A.B. Almeida (1996), noticia o aparecimento de tégula e cerâmica romana tardia, para além, de pedra de construção. Fala ainda de um pronunciado talude. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida, C.A.B. 1996: 39-40
Almeida, C.A.B. 2003

16051003, PAÇO DO OUTEIRO, Infesta, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160510). [533543.61, 4640129.79, 317].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de bons terrenos agrícolas, em socalcos, terrenos conhecidos como campos do Paço. C.A.B. Almeida (1996), noticia o aparecimento de tégula e de pedras aparelhadas no muro que ladeia um antigo caminho de acesso ao local.
Almeida, C.A.B. 1996: 40

16051102, CIDADE (Paço), Insalde, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160511). [538911.38, 4644413.58, 500].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Apesar da existência de dois prometedores topónimos, Cidade e Paço, que sugerem uma presença humana do período da romanização, C.A.B. Almeida (1996), apenas encontrou algumas tégulas no sítio de Merouços, onde parece ter-se localizado a primitiva igreja. Estas podem indicar uma ocupação romana ou uma necrópole alto-medieval, atendendo os bons terrenos agrícolas e a abundância de água. Contudo C.A.B. Almeida (1996), não rejeita a ideia de uma ocupação do sítio que remonte ao período romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 44-45

16051101, CASTELINHO, Insalde, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160511). CMP 7 [539881.03, 4643956.18, 513].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço de pequenas dimensões, junto ao vale onde corre o Ribeiro de Portuzelo. C.A.B. Almeida (1996), relata a existência de uma coroa aplanada e um primeiro fosso, uma muralha em terra e, no seu exterior, um segundo fosso. O espólio resume-se a tégula e fragmentos de cerâmica de "fabrico castrejo". O autor citado classifica o sítio como um castro agrícola, não só devido ao sistema defensivo mas também pela proximidade com os bons terrenos agrícolas do vale do Ribeiro de Portuzelo. De acordo com esta classificação, o autor propõe uma cronologia de inícios da romanização (I a.C./I d.C.).
Vieira 1886:128
Viana 1926: 89
Cunha 1909 [1979]: 489.
Oliveira 1976: 30 e 32
Silva 1986: 71
Queiroga 1992
Silva, M.F.M. 1994: 483
Almeida, C.A.B. 1996: 42-44
Almeida, C.A.B. 2003

16051203, CASTRO DE BORZENDES (Castro de Brutendes), Linhares, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160512). CMP 7 [532937.03, 4641761.61, 336].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um maciço rochoso com boas defesas naturais, entre o rio Coura e dois dos seus afluentes. C.A.B. Almeida detectou uma única muralha em pedra e alguns vestígios de habitações circulares. O espólio consiste em cerâmica da Idade do Ferro e alguns fragmentos de tégula.
Leal, P. 1874: 170
Vieira, J.A. 1886: 123
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 11-24
Cunha, N.A. 1979: 89 e 497
Oliveira, A.L. 1976: 23-25
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F.M.V. 1992
Silva, M.F.M. 1994: 483, 31
Silva, M. F. M. 1994
Almeida, C.A.B. 1996: 45-46

16051201, CRASTINHO, Linhares, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160512). [532198.70, 4642035.81, 285].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um local que C.A. B. Almeida (1996), considera "topograficamente propício à implantação de um pequeno povoado". Observam-se, apenas, taludes, uma coroa, e alguma pedra miúda talvez procedente de antigas construções. A densa vegetação que cobre o local impede, segundo o citado autor, uma observação mais detalhada, não se podendo detectar, por exemplo, qualquer espólio à superfície. Apesar destes constrangimentos, C.A. B. Almeida (1996), considera o local, um possível castro agrícola.
Almeida, C.A.B. 1996: 46-47

16051202, CABECEIRAS / VINHAS, Linhares, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160512). CMP 7 [532199.67, 4641819.92, 250].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa a parte mais elevada de um pequeno vale, junto a terrenos de boa aptidão agrícola. C.A.B. Almeida (1996), discorda da divisão dos vestígios encontrados nesta zona em duas estações arqueológicas distintas. Considera que Cabeceiras é a estrutura base desta ocupação, interpretando as tégulas encontradas em Vinhas, como uma possível necrópole dessa ocupação. Para além de tégula e ímbrices, foram encontrados cerâmica comum romana, *sigillata* hispânica, fragmentos de *dolia*, cerâmica de fabrico castrejo e pedras aparelhadas. Para C.A.B. Almeida (1996), trata-se de uma ocupação dos inícios da romanização, próximo do Alto da Madorra, um castro que pode ter funcionado como núcleo difusor deste habitat. As *sigillatas* hispânicas não ultrapassam o século II d.C., pelo que é difícil, sem uma intervenção arqueológica, conhecer com mais precisão a cronologia do local. Foram encontradas duas moedas em bronze em muito mau estado de conservação.
Alarcão, J. 1988: 17, 22
Silva, M.F.M. 1994: 32
Almeida, C.A.B. 1996: 48-49

16051304, AFE, Moselos, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160513). CMP 7 [536532.31, 4641378.22, 360].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de meia encosta, ladeado por duas linhas de água. É noticiado o aparecimento de tégula, em bastante quantidade, quando se lavram os campos. Abel Viana diz ter havido em Afe, mais concretamente na Eira do Cabo, um castro, mas tal facto, ao que tudo indica, não se confirma.
Viana, A. 1932: 11-24
Oliveira, A.L. 1976: 23-24
Silva, M.F.M. 1994: 32
Almeida, C.A.B. 1996: 49-50

16051301, MOSELOS-IGREJA, Moselos, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160513). CMP 7 [536915.09, 4641853.63, 380].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de tijolo e tégula, em obras de ampliação do cemitério local.
Alarcão, J. 1988: 1/20
Silva, M.F.M. 1994: 32

16051302, FAVAIS, (Cruzes), Moselos, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160513). CMP 7 [380].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em Favais, no sítio das Cruzes, foram encontrados um tríscele e mós manuais. Embora admita, tal como M. F. M. Silva, que estes elementos se encontram deslocados, C.A.B. Almeida prefere procurar a sua origem junto à igreja paroquial, onde há vestígios de ocupação romana, contrariando a hipótese da autora citada que põe a hipótese de que procedem do castro da Giesteira.
Silva, M. F. M. 1994: 32
Almeida, C.A.B. 1996:50-51

16051602, PADORNELO, Paredes de Coura, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160516). [537936.12, 4641632.31, 360].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O sítio ocupa uma chã ladeada por dois cursos de água. Nos terrenos que rodeiam a igreja noticia-se o aparecimento de tégula, em bastante quantidade. A localização dos achados levanta dúvidas, tanto da tipologia como da cronologia do sítio. Poder-se-á tratar de sepulturas, de um antigo templo medieval ou remontar a uma ocupação do período romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 51

16051701, CERDEIRAIS, (Cerqueiras), Porreiras, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160517). CMP 7 [537391.40, 4644466.97, 514].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de terrenos férteis e bem irrigados, dispostos em socalcos. Nos campos de Cerdeirais e Cerqueiras aparece grande quantidade de tégula, pedras aparelhadas e alguma cerâmica cinzenta tardia. Por tudo isto C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese de se tratar de um casal rural, dos finais da época romana/inícios do período suevo-visigótico. É vulgar o aparecimento de tégula e pedras aparelhadas no caminho de acesso e no campo de Cerdeirais.
Alarcão, J. 1988: 14
Silva, M.F.M. 1994: 32
Almeida, C.A.B. 1996: 51-52

16051801, IGREJA, Resende, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160518). CMP f. 15? [536887.75, 4639467.80, 488].
Tipologia: Habitat romano; Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de boa exposição solar e bem irrigada. Nos terrenos adjacentes à igreja paroquial noticia-se o aparecimento de tégula em quantidade apreciável. Apesar das dúvidas, C.A.B. Almeida (1996), propõe que se classifique o sítio, como um casal rural romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 52

16051904, IGREJA, Romarigães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (, 160519). [531099.60, 4635276.44, 235].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império? ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona relativamente

plana e bem irrigada. Nos terrenos correspondentes ao adro da igreja paroquial de Romarigães e ainda nas zonas situadas a sul da citada igreja e cemitério, encontra-se tégula. C.A.B. Almeida (1996), hesita na classificação tipológica e cronologia a atribuir: poder-se-á tratar de uma ocupação de finais da romanização ou de uma necrópole alto-medieval.
Almeida, C.A.B. 1996: 58

16051903, CRASTO, Romarigães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160519). [530754.72, 4635059.04, 249].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro, a oeste da capela de S. Roque. Nos terrenos agrícolas noticia-se o aparecimento de alguma tégula.
Almeida, C.A.B. 1996: 57-58

16051901, ALTO DA CIDADE, (Couto d' Ouro; Penedo do Curral das Éguas; Poço do Ouro; Cividade), Romarigães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160519). CMP 15 [530520.60, 4635890.78, 280].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sistema defensivo é composto por duas muralhas em talude, um fosso e um torreão a norte. As sondagens aí realizadas confirmaram as estruturas defensivas já descritas, identificaram vestígios de uma provável habitação circular. Para além disso, permitiram a exumação de um espólio variado de que se destacam cerâmicas de fabrico indígena, uma fíbula, mós, tégula, ímbrices e uma moeda de Constantino. Embora os elementos sobre a romanização do sítio sejam escassos, a passagem da Via XIX, muito perto do povoado, e as potencialidades agrícolas e mineiras da área (estanho e ouro), permitem, segundo C.A.B. Almeida (1996), admitir uma ocupação do povoado de inícios da Idade do Ferro até ao século IV ou época posterior.
Costa, A.C. 1868: 232
Leal, P. 1878: 242
Vieira, J.A. 1886: 137
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 11-24
Oliveira, A.L. 1976: 42-43, 96
Cunha, N.A. 1979: 133
Silva, F.M. 1992: 37
Silva, F.M. 1993: 39
Silva, M. F.M. 1994: 281-302
Silva, M.F.M. 1994: 483
Almeida, C.A.B. 1996: 53-57

16052009, ANTAS, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). [529215.86, 4639247.11, 200].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Miliário muito destruído com 70 cm de altura e 40 cm de diâmetro. É impossível detectar quaisquer sinais da epígrafe.
Almeida, C.A.B. 1996: 59

16052007, VILA CHÃ, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). CMP f. 15? [530551.21, 4639499.46, 222].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona plana, com bons terrenos agrícolas. Em terrenos de Vila Chã de Baixo, encontra-se tégula e pedra miúda em bastante quantidade e os moradores falam ainda da existência de muros soterrados e de "pedras com letras". C.A.B. Almeida não hesita em classificar o sítio como um casal rural da época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 75-76

16052010, RUBIÃES, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). [, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Marco miliário de Valentiniano I (364-375), depositado no Museu Pio XII, Braga. Dado como procedente de Romarigães, parece, afinal, proceder da freguesia de Rubiães. Apresenta uma epígrafe incompleta, cuja leitura é a seguinte: D(*omino*) N(*ostro*) / V(*a*)LENTIN(*iano*)/ V(*i*)CTORI AC(*trivm*) /PHATORI SEMPER AV(*gusto*)/ XX.
Rosário, A., 1973: 29
Almeida., C.A.B. 1979:120-124; 146-147
Santos, L.A: 1979, 21-26
Araújo, J.R. 1982, 200-201
Santos, L.A; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1983 : 200
Alarcão, J.1986: 1/40
Silva, M. F. M. 1994: 33
Almeida, C.A.B. 1996: 74-75

16052006, BOUÇA DO LIMA-ANTAS, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). CMP 15 [528525.60, 4638997.57, 150].
Tipologia: Forno cerâmico; Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de vale encaixado, junto ao Ribeiro de Quintas. Regista-se o aparecimento frequente de tégula, tanto nos muros como pelo antigo caminho de acesso ao local. Junto deste encontra-se um forno que C.A.B Almeida e M.F.M Silva, julgam ter sido cerâmico. C.A.B Almeida põe a hipótese de um *tugurium* ou *aedificium*, cujos habitantes aproveitaram a matéria-prima em abundância para o funcionamento do forno. A cronologia proposta por este autor é de finais da época romana ou Alta Idade Média, embora não justifique as suas razões.
Alarcão, J. 1986: 1/29
Silva, M. F. M. 1994: 33.
Almeida, C.A.B. 1996: 76-77

16052002, S. BARTOLOMEU DAS ANTAS/Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). CMP 15 [529443.82, 4639278.87, 200].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No adro da Capela de S. Bartolomeu encontram-se seis marcos miliários, dois dos quais a sustentar o alpendre da capela: um dedicado ao imperador Nerva, um outro atribuído a Maximino e Máximo (235-238), um terceiro de Maximino II (305-313), um outro é atribuído a Magnêncio (350-353) e, entre os legíveis, um último é atribuído a Flávio Cláudio Juliano - Juliano o Apóstata (355-363).
Leituras: IMPERATOR NERVA / CAESAR AVG(*usto*) /P(*ontifex*) M(*aximvs*) TRIB(*vnicia*) / POT(*estate*) / P(*ater*) P(*atriae*) COS(*n*)S(*vl*) III / A BRACARA / M(*ilia*) P(*assvm*) XXXVI
2) IMP(*erator*) CAES(*ar*) C(*aivs*) IVL(*ivs*) VER(*vs*) MAXIM(*invs*) /P(*ivs*) F(*elix*) AVG(*vstvs*) GER(*manicvs*) MAX(*imvs*) DAC(*icvs*)/ MAX(*imvs*) SARM(*aticvs*)

MAX(*imvs*) PONT(*ifex*) / MAX(*imvs*) TRIB(*vnicia*) POT(*estate*) V IMP(*erator*) VII/ PAT(*er*) PATR(*riae*) CON(*svl*) PROCONS(*vl*) ET/ C(*aivs*) IUL(*ivs*) VER(*vs*) MAX(*imvs*) NOB(*ilissimvs*) CAES(*ar*)/ GERM(*anicvs*) MAX(*imvs*) DAC(*icvs*) MAX(*imvs*)/ SARM(*aticvs*) MAX(*imvs*) PRINCEPS/IVENT(*vtis*) F(*ilivs*) D(omini) N(*ostri*)
3) D(*omino*) N(*ostro*) GALERIO/ VALERIO/ MAX 8i)SMINO/ IMPERATORI
4) D(*omino*) . N(*ostro*)/ MAGNO / MAGNENTIO/ AVG/ P(*ivs*) F(*elix*)/ B(*ono*) . N(*atvs*). R(*ei*). P(*ublica*) N(*ostra*) / XXXI
5) (leitura de Luciano Santos) D(*omino*) N(*ostro*)/ (IM)P(*erator*) CLAVDIO / IVLIANO VICTORIAC/TRIV(M)PHATORI/ (PE)RPETVO/ SE(*mper*) AVG(*vstvs*)/ XXXII. O último miliário é anepígrafo. Para Almeida (1979), os miliários encontram-se deslocados do seu local original.

Argote, J. 1732: 619-621
Almeida, A. 1866
Costa, A.C. 1868: 232
CIL II 6225
Capella, M. 1895
Bellino, A. 1895: 82
Brandão, C. 1904
Sarmento, F. M. 1933: 83-85
Melo, M.F.S. 1967: 124
Cunha, N.A. 1979: 101-108
Almeida, C.A.B. 1979: 93-94
Santos, L.A. 1979: 32
Tranoy, A. 1981: 210-216
Alarcão, J. 1986: 1/28
Almeida, C.A.B. 1996: 66-74

16052003, IGREJA DE RUBIÃES, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). CMP 15 [531250.07, 4638597.41, 220].

Tipologia: Epigrafia funerária; Miliário. ***Cronologia***: 213-217, Romano. ***Descrição***: Próximo do local onde passava a Via XIX, na igreja paroquial de Rubiães encontra-se um miliário atribuído a Caracala (213-217). Também de Rubiães procede uma ara funerária, cujo contexto e condições de achado se desconhece, e que se encontra no MNA.

Leitura da inscrição funerária apresentada por C.A.B. Almeida (1996): D(*iis*) M(*anibvs*)/ CORVN(*vs*) MEDAM(*vs*) ENTIEN(*i*) F(*ilivs*)/ PIVS PA(*tri*) SVO F(*aciendvm*) C(*uravit*).

Capella, M. 1895: 143-144
Capella, M. 1903: 132
Capella, M. 1920: 241-270
Melo, M.F.S. 1967
Almeida, C.A.F. 1978
Santos, L.A. 1979: 10
Araúj, J.R. 1982: 218-221
Almeida, C.A.B. 1979: 119
Alarcão, J. 1988: 1/37
Almeida, C.A.B. 1996: 63-65

16052004, PONTE VELHA DE RUBIÃES, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). CMP 15 [531142.02, 4639396.03, 160].

Tipologia: Ponte romana? ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: A Ponte Velha de Rubiães, com três arcos de volta inteira e 17 m de comprimento por 3 de largura, não é, no seu estado actual, uma obra romana. Para C.A.B. Almeida (1996), poderá considerar-se uma obra de finais da Idade Média, embora possa ter aproveitado silhares e alicerces de uma anterior, talvez romana. A defesa desta hipótese passa pelo traçado da Via XIX (Bracara-Asturica Augusta, por Ponte de Lima e Tuy), a partir de Romarigães. Uma das hipóteses, faz passar a via por Agualonga e Rubiães, transpondo o rio Coura nesta ponte e seguindo pela portela de S. Bento da Porta Aberta. Numa outra hipótese, que exclui esta ponte como passagem, a via seguia para a Fonte do Olho (S. Martinho de Coura) e atravessaria o rio Coura na Ponte dos Caniços. Daí passaria por Antas e seguiria para Cossourado pelo lado oeste do Monte da Sé-Forte da Cidade.

Brandão, M.J.C. 1904
Pereira, F.A. 1923-1924: 281
Almeida 1968: 35
Alarcão, J. 1988: 1/33.
Silva, M. F. M. 1994: 34
Almeida, C.A.B. 1996: 77-79

16052005, CRASTO, Rubiães, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160520). CMP 15 [530668.28, 4639068.17, 179].

Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um morro, nas proximidades da Via XIX e a cerca de 200 m da chamada Ponte Velha. Para C.A.B. Almeida (1996), pode ter existido neste local um povoado fortificado, embora as profundas alterações do local impeçam uma observação cuidada dos possíveis vestígios desse povoado. A hipótese do autor citado baseia-se, no posicionamento do local que "se prestava à implantação de um castro de tipo tradicional". O espólio recolhido na superfície resume-se a alguma tégula e a "dois ou três fragmentos de cerâmica castreja". Na chamada "Quinta do Castro" estão depositados dois miliários. Uma das peças é atribuída a Augusto, datada de 12-11a.C., e corresponderá ao momento de construção da via. O segundo miliário é de Valentiniano I e terá sido colocado entre 364 e 375 d.C. Miliário de Augusto.

Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Cunha, N.A. 1979: 559
Almeida, C.A.B., 1979: 120-121
Santos, L.A., 1979: 8
Tranoy, A., 1981: 210-216
Araújo, J.R., 1982: 222-225
Alarcão, 1988: 1/33.
Silva, M. F. M., 1994: 34
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 59-62

16050505, EIRA DA MOURA-LOUSADO (Castro de S. Martinho), S. Martinho de Coura, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160505). CMP 15 [527983.37, 4636250.46, 325].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno castro que ocupa a parte superior de um cabeço alongado na Serra do Lousado. Encontra-se em muito mau estado de conservação mas é ainda possível detectar duas linhas de muralha e algum espólio que se reduz a tégula e alguma cerâmica de fabrico indígena. Para C.A.B. Almeida trata-se de um típico povoado de montanha, cujos habitantes viveriam da pastorícia e da exploração do estanho e talvez também do ouro. A existência destas matérias-primas, explicaria a presença romana.

Oliveira, A.L. 1976: 22-23
Cunha, N.A. 1979: 131
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F.M.V.R. 1992
Silva, M.F.M. 1994: 29.
Almeida, C.A.B. 1996: 81-82

16050504, PORTELA DA BUSTARENGA, S. Martinho de Coura, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160505). CMP 15 [529256.64, 4634929.37, 221].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado que ocupa uma zona de esporão na serra do Lousado, ladeado por dois cursos de água. Apesar de muito destruído é possível observar duas linhas de muralha e, na coroa, vestígios de casas de formato circular. O espólio reduz-se a cerâmica indígena, alguma de fabrico manual, e alguns fragmentos de tégula.
Costa, A.C. 1868: 232
Cunha, N.A.1979: 132-133
Silva, M.F.M. 1994: 29
Silva, M.F.M. 1994: 484-485
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 83-84

16050501, FONTE DO OLHO, S. Martinho de Coura, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160505). CMP 15 [529107.46, 4637581.18, 160].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Marco miliário que segundo M. Capela pode talvez atribuir-se ao imperador Magnêncio (350-353). Encontra-se depositado na margem do caminho que conduz à Ponte dos Caniços. Aceitando a versão do traçado da via XIX pela ponte já mencionada, o miliário não se encontra deslocado.
Capella, M. 1895: 248
Cunha, N.A. 1979: 107
Santos, L.A. 1979: 9
Araújo, J.R. 1982: 226
Alarcão, J. 1988 : 1/30
Silva, M.F.M. 1994: 29
Almeida, C.A.B. 1996: 84-85

16050502, BARREIROS, S. Martinho de Coura, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160505). CMP 15 [529181.15, 4636471.16, 154].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Marco miliário, tombado, numa residência particular. O miliário é atribuído a Constante I, filho de Constantino Magno. A sua colocação pode ter ocorrido entre 333 e 377 e indica a milha XXVIII. Segundo C.A.B. Almeida pode dar razão a R. Araújo quando defende a passagem da via pela Ponte dos Caniços e não pela Ponte Velha de Rubiães.
Santos, A. L. 1979: 26-30
Almeida, C.A.B. 1979: 120
Araújo, J.R. 1982: 228-229
Alarcão, J. 1986: 1/29, 1/31
Silva, M.F.M. 1994: 29
Almeida, C.A.B. 1996: 79-81

16051001, IGREJA (Cascalhal; Roriz), Infesta, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160510). CMP 7 [533661.72, 4639513.49, 325].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de encosta, ladeada por dois cursos de água. C.A.B. Almeida noticia o achado de tégula nos lugares de Cascalhal e Roriz. No lugar da Bouça do Castro, onde J. Alarcão coloca estes achados, não aparecem quaisquer vestígios e, apesar do topónimo, o local, de encostas íngremes não é propício ao estabelecimento humano. C.A.B. Almeida, hesita na classificação do sítio, em parte condicionado pelo topónimo "castro". Põe a hipótese de ter existido, efectivamente um habitat castrejo, num terreno mais elevado, ou de se tratar de um povoado romano tardio. Próximo da igreja é vulgar o aparecimento de tégula.
Alarcão, J. 1988: 1/42
Silva, M.F.M. 1994: 31
Almeida, C.A.B. 1996: 40-41

16051002, RAPADEIRA, Infesta, Paredes de Coura, Viana do Castelo (160510). CMP 7 [533540.94, 4621069.37, 345].
Tipologia: Habitat romano; casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticiam-se algumas tégulas nos terrenos de cultivo do lugar de Rapadeira e também em alguns muros de pedra solta que dividem os socalcos destes terrenos. C.A.B. Almeida (1996), classifica o sítio como possível casal de época romana "atendendo à localização, ao tipo de terreno onde predominam os xistos e à abundância de água".
Silva, M.F.M. 1994: 31
Alarcão, J. 1988: 1/34
Almeida, C.A.B. 1996: 33-34

16060201, CRASTO, Boivães, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160602). CMP 29 [545881.00, 4623013.00, 311].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: O sítio localiza-se numa sobrelevação de um esporão junto da junção do rio Fervença com a ribeira de Boivães, onde a estrada faz uma grande curva. Há um caminho florestal que dá acesso ao monte. Na vertente Oeste, é ainda visível um talude com alinhamento de possível muralha que circunda a plataforma superior. Este talude está bem conservado com excepção da vertente Este. Na vertente sul encontrámos alguns fragmentos de cerâmica de fabrico indígena. Não há vestígios de romanização e a plataforma Este está agricultada. As vertentes onde melhor se conserva o talude são a Norte e a Oeste.
Não encontrámos referências bibliográficas a este povoado.

16060501, PENEDO DE S. MARTINHO, Crasto (S. Martinho), Ponte da Barca, Viana do Castelo (160605). CMP 29 [547379.36, 4625265.10, 180].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio foi noticiado por A. Viana em 1932 e talvez corresponda a Eiriz, da freguesia de Crasto noticiado por A. Coelho. O sítio localiza-se num esporão virado ao rio Vade. São visíveis plataformas artificiais talvez indicadoras de panos de muralhas. A vertente NO do sítio é aquela, onde é mais visível o socalco resultante de uma plataforma. A intensa actividade agrícola a que o sítio está sujeito, recentemente aplainado na plataforma superior para o cultivo da vinha, impedem observações satisfatórias. Encontrámos, todavia, cerâmica romana de fabrico grosseiro, tégula, tijolo em grande quantidade numa zona de entulho resultante dos trabalhos para o plantio da vinha.
Viana, A. 1932

16060701, CRASTO (Outeiro de S. Miguel), Entre-Ambos-os-Rios, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160607). CMP 30 [557435.00, 4630102.00, 109].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade de Ferro; Romano? ***Descrição***: O castro localiza-se num outeiro de altitude média virado ao rio Lima e ladeado pelo rio de Fronfe. Há vestígios de um talude talvez correspondente a um pano de muralha na vertente virada ao rio Lima. O sítio encontrava-se aquando da visita ao local intensamente arborizado de pinheiros e eucaliptos e a espessa manta morta impede uma correcta observação do local. Não vislumbrámos vestígios de muralhas ou quaisquer fragmentos cerâmicos.

16060801, BILHARES, Ermida, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160608). CMP 30 [562968.00, 4630162.00, 660].
Tipologia: Epigrafia funerária; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "As cortes de Bilhares são pequenas construções dispostas em grupos e de forma quadrada com uma só porta de ingresso cobertas de colmo, elementarmente edificadas com pedra solta e assentes num solo do qual se exuma com frequência muita pedra aparelhada, restos de cerâmica, tégula e mós manuais." (Peixoto 1903)
Da zona procede uma estela funerária insculturada conhecida como "Pedra dos Namorados". Trata-se de uma laje em granito representando duas figuras vestindo túnica ou saio e de mãos dadas. Cada uma das figuras transporta numa mão um objecto indistinto. A laje apresenta ainda um pequeno rebaixo de cerca de 0,02 cm no fundo.
Peixoto, R. 1903: 807
Marçal, H. 1958: 706
Baptista, A. M. 1985: 14-15

16061205, TORRÃO DOS GALEGOS, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160612). CMP 17 [567214.00, 4635564.00, 0].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Vestígios dum provável mausoléu de planta rectangular, de pequenas dimensões, coberto por tégula e ímbrices. Entrada aparentemente porticada, sustentada por colunetas. No seu interior encontraram-se fragmentos de uma taça de vidro e um vaso de cerâmica.

16061204, CABEÇO DE LEIJÓ, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160612). CMP 17 [565694.00, 4634595.00, 0].
Tipologia: Povoado romano: *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa chã da vertente norte da Serra Amarela, virada a rio Lima. Povoado de grandes dimensões cuja ocupação se estende da época romana até à Alta Idade Média. Fizeram-se escavações que puseram a descoberto amplas habitações de traçado quadrangular. São visíveis plataformas artificiais e alinhamentos de muros e habitações. A zona escavada fica na vertente norte. No Castelo do Lindoso (ID 16061201) foi recolhida uma dedicatória a Hércules que poderá, na nossa opinião, ser interpretada como um pedestal de estátua. Para além deste monumento, encontra-se aí depositada uma estela com representação de uma figura togada, sendo admissível que ambos os monumentos tenham vindo de Cabeço de Leijó.

16061203, VILARINHO, Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160612). CMP 17 [0].
Tipologia: Casal rural romano.
Informação de Luís Fontes.

16061202, CIDADELHE (Cidade; Veiga de Vão da Lage), Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160612). CMP 17 [562739.00, 4634750.00, 210].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Castro romanizado, localizado numa sobrelevação de um esporão virado ao rio Lima. A veiga de Vão da Laje fica, em frente à vertente sudeste deste Outeiro. Na vertente sul do Castro foram construídas algumas casas e estábulos, hoje em estado de abandono. O sítio, com excepção destas zonas de casas, encontra-se intensamente arborizado e com tojo muito alto pelo que é extremamente difícil observar o que quer que seja.
Almeida, J.A. 1866: 191.
Vasconcellos, J.L. 1913: 57

16061201, S. MAMEDE DE LINDOSO (Lugar do Castelo; Castelo do Lindoso), Lindoso, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160612). CMP 17 [566437.00, 4635245.00, 0].
Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma ara a Hércules, do século I ou II d.C, que pode, na minha opinião, ser um pedestal. Também aqui foi depositada uma estela com representação de uma figura togada do século IV-V d.C, segundo L. Fontes. Ambas as peças foram encontradas junto do passal de S. Mamede de Lindoso, mas é possível que tenham vindo do grande povoado do Cabeço de Leijó, escavado por L. Fontes e situado muito perto daquela povoação.
Almeida, C. A. B. 1981-1982: 167-171
Informação de Luís Fontes.

16061902, CÔTO DA ASSUREIRA, Sampriz, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160619). CMP 29 [551314.00, 4626403.00, 360].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se num esporão da serra Amarela, ladeado a leste pela Ribeira do Casal. Separa-se, por uma depressão, de um outro pequeno cabeço. São visíveis várias plataformas e vestígios de alinhamentos na coroa e na vertente virada à ribª do Casal. A espessa manta morta, o tojo e o pinhal impedem observações mais detalhadas.

16061901, CRASTO, Sampriz, Ponte da Barca, Viana do Castelo (160619). CMP 29 [550467.00, 4626274.00, 310].
Tipologia: Tesouro; Castro romanizado? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um tesouro de cerca de 80 denários de *Caius e Lucius Caesar*. O sítio localiza-se numa sobrelevação dum esporão da Serra Amarela virado ao rio Vade, e encontra-se muito destruído por urbanizações recentes. Num corte de terreno, foi possível observar tégula.

Brito, P. M.J. C. 1908: 94-982
Viana, A.1926: 111
Hipólito, M. C. 1960-1961: 15

16062401, CASA DA POUSADA, Vade (S. Tomé), Ponte da Barca, Viana do Castelo (160624). CMP 29 [549367.40, 4626384.82, 0].
Tipologia: Epigrafia funerária; escultura romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Uma inscrição funerária de um casal cujos bustos se acham rudemente esculpidos na parte superior da estela. Notícias de aparecimento de mós manuais e tégula. O sítio localiza-se numa zona de vale, bem irrigado e com óptimos terrenos agrícolas. Nas propriedades da Pousada aparecem, quando se abrem valas para a construção ou se rasgam caminhos, muitos fragmentos de cerâmica romana, para além de mós manuais. Estes materiais aparecem a grande profundidade.
Alarcão, J. 1988: 1/82

16070102, IGREJA, Anais, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160701). CMP 28 [539825.85, 4616660.48, 280].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano; Medieval? ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula no adro e imediações da igreja paroquial, sendo impossível decidir a tipologia do sítio: necrópole romana, exploração agrícola de época romana ou vestígios de uma ocupação da Alta Idade Média?
Almeida, C.A.B. 1996: 16-17

16070101, MONTE CRASTO (Rodinha do Crasto; Eirinha do Crasto), Anais / Calvelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160701). CMP 28 [537862.07, 4616464.67, 365].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Bronze Final; Ferro Inicial. ***Descrição***: Povoado fortificado que ocupa um outeiro arredondado de excelente posicionamento. Foi referenciado pela primeira vez por A. Viana. (1932) Encontra-se completamente destruído; as descrições efectuadas antes da sua destruição assinalam três circuitos de muralhas e um espólio muito pouco abundante constituído por cerâmicas que vão do Bronze Final à Idade do Ferro Recente.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 11-24
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981: 287-309
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F.1992
Almeida, C.A.B. 1996: 15-16

16070304, IGREJA, Arcos (S. Pedro), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160703). CMP 28 [528910.01, 4623732.37, 50].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Medieval? ***Descrição***: C.A.B. Almeida (1996), menciona o aparecimento de tégula e algumas cerâmicas que considera medievais, aquando de obras no adro da igreja de S. Pedro de Arcos.
Almeida, C.A.B. 1996: 21

16070303, QUINTA DA LAGE, Arcos (S. Pedro), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160703). CMP 28 [529349.89, 4623456.59, 20].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situa-se numa propriedade agrícola na veiga do Rio Estorãos, com óptima exposição solar e solos férteis e bem irrigados. Aqui aparecem tégulas, nos terrenos junto ao solar da Quinta da Lage, numa área relativamente ampla, mas difícil de aferir dado o transporte e revolvimento a que foram sujeitos os materiais. Não havendo até ao momento mais dados, resta considerar este habitat uma ocupação agrícola romana de tipo casal, tal como sugere C.A.B. Almeida.
Almeida, C.A.B. 1996: 20

16070302, CASTELO DA FORMIGA (Castro do Formigoso; Alto de Estorãos), Arcos (S. Pedro), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160703). CMP 28 [528119.19, 4625178.77, 388].
Tipologia: Castro; Castelo medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Medieval. ***Descrição***: Ocupa, na vertente sudoeste da serra de Arga e nas imediações do Alto de Estorãos, a parte superior de um íngreme cabeço, em forma de cone aguçado, bem destacado dos demais, com um magnífico posicionamento que lhe confere o domínio da área envolvente. Possui uma coroa minúscula, séculos mais tarde aproveitada para a instalação de um castelo medieval, e vertentes íngremes que não permitiam a instalação fácil de habitações à maneira "tradicional", isto é em pedra. Há vestígios de duas muralhas, uma das quais envolve a coroa e que parece ser de construção medieval. A avaliar pelos elementos disponíveis, parece tratar-se de um pequeno povoado, cuja função parece ditada pelo excelente posicionamento geoestratégico, em particular o controle de parte considerável do rio Lima.
Costa, A. C. 1706: 206
Leal, P. 1873: 233
Vieira, J.A. 1887
Pereira, F.A. 1907: 149
Cortez, F.R. 1946: 7
Melo, M.F.S. 1967: 60
Almeida, C.A.B.; A.J. Baptista, 1981
Almeida, C.A.B. 1982
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 164-166
Almeida, C.A.B. 1996: 17-19

16070301, CASA DE PENTIEIROS, Arcos (S. Pedro) /Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160703). CMP 28 [528997.25, 4624997.23, 80].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno outeiro de forma arredondada pertencente à Casa ou Quinta de Pentieiros, onde aparecem tégula e alguns pesos de tear. Atendendo ao posicionamento do sítio, com solos de excelente aptidão agrícola, com boa exposição solar, é provável que estes materiais procedam de uma exploração agrícola romana.
Melo, M.F.S. 1967: 121
Teixeira, C.; Medeiros, A. C. 1972: 39
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 174
Almeida, C.A.B. 1996: 22

16070401, PONTE DA GEIRA, Arcozelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160704). [534298.82, 4626809.54, 20].

Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ponte romana da Geira, em Santa Marinha de Arcozelo, com 60 m de comprimento, 3,85 m de largura e um arco redondo com um raio que ronda os 5m. A cronologia tem sido dada com base na presença de algumas pedras almofadadas no seu único arco. Para C.A.B. Almeida (1996): "Se analisarmos, detalhadamente, as pedras que as heras e as silvas ainda deixam ver, deparamos, no nosso parecer, com dois tipos de almofadado. Um semelhante ao da ponte sobre o Lima; o outro, mais ligeiro, não tão vincado, que mais parece ser uma tardia imitação. Restará, da primitiva ponte, quando muito, uma ou outra pedra almofadada, sem qualquer indício de fortéx. E tudo isto porque, ao longo dos séculos, ela sofreu alterações e adulterações em toda a estrutura, inclusive o arco. Todavia e apesar das modificações, nós pensamos que se trata, de raiz, de uma ponte romana. Em seu favor, tanto como as verídicas pedras almofadadas, a certeza de já haver no período medievo um *arcus petrino*, o qual estará na origem de Arcozelo, nome porque passara a ser conhecida a freguesia que escolheu como padroeira, Santa Marinha. (...) Aliás desta situação se fazem eco uma série de documentos medievos inseridos no Cartulário do Mosteiro do Crasto que mencionam tanto um *arcus petrino* como a *pons S. Marina"*.
Araújo, J.R. 1962: 100-102
Melo, M.F.S. 1967: 95
Reis, A.P.M. 1978: 18-19
Almeida, C.A.B. 1979: 114-115
Almeida, C.A.F. 1987: 25
Alarcão, J.1988: 1/68
Almeida, C.A.B. 1990: 161-162
Almeida, C.A.B. 1996: 41-42

16070402, QUINTA DO ANTEPAÇO, Arcozelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160704). [534263.30, 4624588.75, 13].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na Quinta do Antepaço estiveram em tempos 4 marcos. O sítio fica muito próximo da ponte romana de Arcozelo e da via romana que se dirige para portela da Câmboa depois de atravessar o Lima. O miliário que ainda hoje está na Quinta de Antepaço, está praticamente ilegível. Os três restantes estão presentemente depositados na Quinta de Faldejães: um parece ter sido dedicado a Constâncio Cloro; um outro é de Caracala, marca a milha XX e está muito bem conservado. Um último é de Adriano e marca a milha XX.
Almeida, C.A.B. 1990: 158-160
Araújo, J.R.1982: 179-182

16070405, CABANAS, Arcozelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160704). [533250.94, 4628778.47, 70].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sítio de Cabanas, nas margens do ribeiro do Caldeirão, apareceram em 1941, segundo Matos Reis, "fragmentos de tégula e bases de muros argamassados". Tais vestígios, juntamente com um pedaço de estanho fundido, foram descobertos a 6 m de profundidade quando se procedia à extracção do estanho. Parece ser em demasia a profundidade do achado mas o sítio encontra-se numa zona de forte assoreamento.
Reis, A.P.M. 1980: 40
Almeida, C.A.B. 1990: 157-158
Almeida, C.A.B. 1996: 33

16070403, PONTE DE ARCOZELO, Arcozelo / Ponte de Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160704). [534309.93, 4624496.45, 10].
Tipologia: Ponte. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: "A romanização mais evidente no vale do rio Labruja, é, sem dúvida, a produzida pela via romana que, após atravessar o Lima na ponte romana de Ponte de Lima, se dirige para a portela da Câmboa, através das freguesias de Arcozelo, Cepões e Labruja." Os cinco arcos da ponte de Arcozelo que ligam à "medieva ponte de Ponte de Lima", são de época romana: "disposição das pedras em fiadas testa/peito, existência de pedras almofadadas, presença do fortex, tendência para o arco redondo e para a subida em cavalete". A quinta do Antepaço, onde estiveram quatro marcos miliários, fica muito perto desta ponte.
Pereira, F.A. 1912.
Machado, A.S. 1962
Araújo, J.R. 1962: 87-96
Almeida, C.A.F. 1968
Almeida, C.A.B. 1979: 113 e segs
Almeida, C.A.B. 1990: 158-160
Alarcão, J. 1988: 1/70

16070406, CASTRO DE Stº. OVÍDIO, Arcozelo / Sá, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160704). [532918.88, 4625723.58, 248].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo; Tesouro. ***Cronologia***: Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: O castro de Stº Ovídio, situa-se na serra de Antelas e ocupa dois morros: Stº Ovídio e Alto da Telha. O conhecimento do sítio remonta à Idade Média. Alguns documentos medievais, inseridos no cartulário do Mosteiro do Castro, referem-se-lhe como "cidade velha". Carvalho da Costa chama-lhe "monte de S. Miguel" talvez, porque na capela havia uma imagem do, arcanjo S. Miguel ou porque a capela tivesse sido, antes de Stº Ovídio, consagrada a S. Miguel. Neste local foi encontrado um tesouro monetário. Os bronzes são na sua maioria ilegíveis; os identificáveis vão de Constantino a Arcádio e Honório o que dará ao tesouro uma cronologia atribuível aos séculos IV/V. O povoado está hoje muito destruído mas ainda é possível observar os vestígios de três muralhas em pedra e recolher cerâmica em quantidade abundante. Os vestígios Calcolíticos localizam-se no Alto da Telha. O castro da Idade do Ferro deve ter ocupado apenas a crista de Stº Ovídio não se estendendo para o Alto da Telha.
Costa, P.A.C. 1706: 201
Oliveira M. 1905/1908
Brito, P.M.J.C. 1908: 95
Hipólito, M.C. 1960/1961: 15-16
Viana, A. 1962
Reis, A.P.M. 1980: 9
Almeida, C.A.B.; Baptista A. J. 1981: 299, 303
Almeida, C.A.B. 1990: 155-157
Melo, M.F.S. : 61/62

16070504, ESTREIGE, Ardegão, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160705). [534190.07, 4610894.78, 140].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Medieval? ***Descrição***: O sítio fica situado na vertente SO do Alto de Sobredelo e caracteriza-se por bons terrenos de cultivo. Aqui, numa propriedade agrícola denominada Quinta de Estreige, aparecem tégulas. C.A.B. Almeida refere a dificuldade em

avaliar se se trata de uma ocupação medieval (em virtude do topónimo) ou anterior.
Almeida, C.A.B. 1996: 44-45

16070503, MARACÃES, Ardegão, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160705). [533519.49, 4610829.93, 95].
Tipologia: *Villa?* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de meia encosta situada a leste da igreja paroquial. Aí se encontram, numa área de mais de 150 m (desde o campo de Adral até Maracães), vestígios de construções enterradas e um espólio abundante que inclui de material laterício, muita cerâmica comum de época romana (*dolia*, panelas, taças, etc.). C.A.B. Almeida, põe a hipótese de que se trate de uma *villa* atendendo quer há condições de implantação do sítio e ao espólio aí encontrado, quer ainda ao topónimo Maracães que derivará do vocábulo latino Marecus.
Almeida, C.A.B. 1996: 44

16070502, COSTEIRA; ABELHEIRA, Ardegão, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160705). [533267.16, 4610366.14, 100].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No lugar de Folhente em campos denominados Abelheira e Costeira aparece tégula e pedra de construção, tal como nos vizinhos sítios de Eira Vedra e Maracães. Tratar-se-á de um outro casal. É necessário averiguar a relação com o sítio de Eira Vedra.
Almeida, C.A.B. 1996: 43

16070501, EIRA VEDRA, Ardegão, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160705). [533450.81, 4610675.41, 97].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se a sul da igreja paroquial, numa zona de meia encosta com terrenos férteis, de boa exposição solar e bem irrigados. Aí aparecem tégulas, pedras de construção e cerâmica comum romana. O sítio foi muito destruído por terraplanagens.
Almeida, C.A.B. 1996: 42-43

16070607, CRASTO, Bárrio, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160706). [534137.31, 4631620.12, 120].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O castro do Bárrio situa-se num pequeno cabeço a oeste da igreja paroquial, e é circundado por duas muralhas em talude. Trata-se de um pequeno povoado, com uma coroa ampla e plana, e uma outra plataforma, ambas ocupadas com habitações. Possui duas muralhas em talude. É um pequeno povoado. O espólio resume-se a cerâmica indígena e alguma tégula. ***Observações***: C.A.B. Almeida considera-o castro agrícola.
Viana, A. 1926: 88-90
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 153
Queiroga, F.R. 1992

16070701, QUINTA DO PAÇO, Beiral do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160707). [542960.99, 4606500.73, 100].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio fica a 150 m da necrópole do Eido da Renda num plano um pouco mais alto, e encontra-se hoje agricultado em socalcos. Abel Viana noticiou vestígios de habitações, nomeadamente um edifício de proporções e planta desconhecidas. Este autor noticiou ainda uma necrópole de 20 sepulturas onde terá havido inumações e incinerações (Almeida 1996) e que reflecte duas fases de ocupação do sítio, um pouco distantes cronologicamente. A relação das habitações com a necrópole não está clara, mas é bem possível que possam relacionar-se. As paredes referidas por Abel Viana parecem ter sido, entretanto, desmanteladas. Foram encontrados dois pesos de tear e uma placa que talvez tenha funcionado como queijeira (Abel Viana)
Viana, A. 1961: 6
Melo, M.F. 1967: 141-153
Sousa, J.R. 1979: 293-304
Gonçalves, A.A.H.B. 1979: 209-225
Almeida, C.A.F. 1980: 312
Pereira, J.C. 1983: 213-224
Almeida, C.A.F. 1986
Barroca. M. 1987: 85-86
Almeida, C.A.B. 1990: 139-141
Almeida, C.A.B. 1996: 49-53

16070702, EIDO DA RENDA, Beiral do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160707). [542850.23, 4625005.18, 100].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A estação fica no lugar do Paço, no sítio do Eido da Renda. Aqui foi descoberta em 1959 uma necrópole com cerca de vinte sepulturas. Algumas apresentavam uma caixa de forma trapezoidal feita de materiais como tégula, ímbrices, tijolos e pequenas lajes de pedra granítica. Outras foram cavadas no solo. Numa das sepulturas encontrou-se um punhal de ferro. Há algumas possibilidades de estar relacionada com as estruturas existentes nas imediações.
Almeida, C.A.B. 1990:133-139
Viana, A. 1961: 6
Lanhas, F. 1969: 249-260
Melo, M.F.S. 1967: 141-152
Almeida, C.A.F. 1980: 312
Gonçalves, A.A.H.B. (s/d)

16070703, CASTRO DE VINHÓ, Beiral do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160707). [543082.97, 4624698.15, 220].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: I/II D.C., Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na encosta do lugar de Vinho e sofreu uma destruição da plataforma superior, na sequência de recentes trabalhos de terraplanagem. Resta parte de um talude e fosso. C.A.B. Almeida procedeu a sondagens no sítio e classifica-o como castro agrícola com duas fases de ocupação: na 1ª predominam as cerâmicas da Idade do Ferro e na 2ª as romanas. O autor encontrou na uma habitação talvez dos finais do século I ou de inícios do II, pois regista-se um predomínio das cerâmicas comuns de época romana sobre as típicas da Idade do Ferro. A cronologia poderá remontar ao século I a.C. e estende-se até ao século II d.C. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Viana, A. 1926: 60
Viana, A. 1932: 160
Almeida, C.A.F.1975.

Alarcão, A. M.; Martins, A. N. 1976: 91 a 109
Soeiro, T. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 124-133
Almeida, C.A.B. 1996: 47-49
Almeida, C.A.B. 2003
Soeiro, T. (s/d): 97-120

16071004, PAÇO DO CARDIDO, Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160710). [536210.40, 4627651.70, 160].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O sítio fica numa zona de meia encosta a SO de dois castros: Castelo de Genço e Castelinho. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula o que é muito pouco para definir quer o tipo de sítio quer a cronologia.
Almeida, C.A.B. 1996: 56-57

16071003, QUINTA DO OUTEIRO, Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160710). [535933.76, 4627588.62, 110].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de vertentes suaves e solos férteis. Aí aparecem tégula, pedra de construção e cerâmica comum de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 55-56

16071002, CANADELO, Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160710). [535294.85, 4626105.02, 40].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano; Medieval? ***Descrição***: C.A.B. Almeida regista o aparecimento de tégula numa vertente de uma colina ocupada pela Casa de Canadelo e Campo do Forno. Atendendo à exiguidade dos vestígios não se pode aferir se se trata de uma ocupação romana ou da Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 55

16071001, IGREJA, Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160710). [535540.33, 4627802.55, 100].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: Em terrenos junto ao adro da igreja paroquial, aparecem tégula e cerâmicas que C.A.B. Almeida atribui ao Baixo Império.
Almeida, C.A.B. 1996: 54

16071103, PASSAIS / PAÇO, Cabaços, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160711). [535115.27, 4615648.81, 320].
Tipologia: Habitat romano; casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num outeiro aplanado de declives relativamente suaves. Aqui, e tendo como centro o local de implantação da igreja, numa área que ultrapassa os 200 m, existem vestígios de tégula. Para C.A.B. Almeida (1996), é difícil decidir se se trata de uma habitat de tipo casal ou se seria, porventura, um povoado aberto.
Almeida, C.A.B. 1996: 59-60

16071102, MOURELHE, Cabaços, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160711). [535103.93, 4613243.12, 213].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma área de excelentes terrenos agrícolas, numa zona de meia encosta no sopé SE da serra da Nó. Aqui apareceram tégula, pedra de construção e cerâmica comum de época romana.A acrescentar a estas informações há ainda a possibilidade de se poder relacionar com este habitat uma notícia de Pinho Leal (1874), a quatro sepulturas de tijolos.
Leal, P. 1874: 6
Almeida, C.A.B. 1996: 58-59

837/16071101, CARIDE, Cabaços, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160711). [535808.35, 4615744.76, 265].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio fica localizado nuns terrenos denominados Figueiras e Penouço, a leste do largo de Vilela. Em obras de urbanização aí efectuadas pareceram tégula em abundância, *dolia*, cerâmica comum, e abundante pedra de construção. A presença do topónimo Caride leva C.A.B. Almeida a supor tratar-se dos vestígios de um casal talvez pertencente a um personagem de nome Caritus.
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981: 287-309
Almeida, C.A.B. 1996: 57-58

16071306, PINHEIRO, Calheiros, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160713). [536365.67, 4628886.18, 250].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em terrenos de meia encosta de solos férteis e bem irrigados C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula. Sem outros elementos é impossível definir o tipo de sítio, embora o autor citado se incline para uma ocupação de época romana.
Morais, A.T. 1990: 9

16071305, NOVA, Calheiros, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160713). [535050.23, 4628910.44, 140].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em obras de alargamento de um caminho perto da Casa da Torrinha, no lugar de Nova, fez surgir algumas tégula. É impossível aferir cronologias ou decidir de que tipo de sítio se poderia tratar.
Almeida, C.A.B. 1996: 67-68

16071304, CABANA, Calheiros, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160713). [536208.05, 4628114.32, 170].
Tipologia: Habitat medieval. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No sopé NO do Monte do Castelo aparecem tégula e algumas cerâmicas cinzentas que parecem a C.A.B. Almeida da Alta Idade Média.
Morais, A.T. 1990: 9
Almeida, C.A.B. 1996: 66-67

16071301, PAÇO DE CALHEIROS, Calheiros, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160713). [536145.06, 4626880.33, 200].
Tipologia: Habitat romano; Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano; Baixa Idade Média. ***Descrição***: A nascente da igreja paroquial e a cerca de 900m do Castelo do Genço, há vestígios de romanização na quinta do Paço de Calheiros. O sítio possui magníficas terras de cultivo e bons vinhedos. Segundo C.A.B. Almeida, estas condições terão motivado a instalação de um ou mais agricultores. Os materiais romanos aparecem no campo onde se encontra o forno cerâmico e nos terrenos vizinhos. O forno parece ser análogo ao da Facha,

nas dimensões e na arquitectura. A escavação aponta para uma cronologia de inícios da Baixa Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1990: 157
Diário do Minho, 24-5-1985

16071303, CASTELO PEQUENO, Calheiros / Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160713). [536555.64, 4627838.51, 274].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado situado a apenas 500 m do Castelo de Genço. Possui uma coroa aplanada e ampla e possui um sistema defensivo constituído por "um misto de muralhas em pedra, taludes e fossos que na vertente voltada ao Paço de Cardido atinge o número de quatro, devido à pouca inclinação que o terreno apresenta" (Almeida 1996). Na coroa são visíveis habitações circulares. O espólio é composto por cerâmica de fabrico indígena, tégula, e cerâmica comum de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 60-61

16071302, CASTELO DE GENÇO (Castelo de Calheiros), Calheiros/Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160713160710). [536831.95, 4627963.31, 297].
Tipologia: Castro romanizado; Atalaia? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado da Idade do Ferro, de dimensões reduzidas. A defesa é constituída por um sistema constituído por uma muralha em talude, duas muralhas em terra e três fossos bem visíveis a Nascente. A muralha em talude era ainda encimada por um "complemento" em pedra. Segundo C.A.B. Almeida, é bem possível que parte deste sistema seja da época moderna; o castro de S. Simão, vizinho deste, serviu no século XVII de quartel durante as guerras da Restauração. O espólio é constituído por tégula, ímbrices, cerâmica da idade do ferro, cerâmica comum romana. É possível segundo C.A.B. Almeida, que este castro tenha funcionado como fortim/atalaia do Castelo Pequeno.
Costa, A.C. 1706: 202
Calheiros, P. A. 1910:180
Melo, M.F.S.1967: 57
Almeida, C.A.F. 1971: 293-296
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 154-155
Almeida, C.A.B. 1996: 61-64

16071405, QUINTA DE MERECES, Calvelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160714). [537688.66, 4614274.01, 170].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena colina no lugar Pomarinho onde existe uma grande propriedade agrícola denominada Quinta de Mereces. Numa área que abrange os campos situados a SE da casa e no caminho de acesso há abundantes fragmentos de tégula. O tipo de solos e o posicionamento do sítio levam C.A.B. Almeida a sugerir a possibilidade de aqui ter existido uma *villa*. Na falta de elementos indicadores duma estrutura como essa preferimos falar simplesmente de um habitat romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 80-81

16071404, POUSADA, Calvelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160714). [537044.73, 4613592.14, 220].
Tipologia: Habitat romano; quinta? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa propriedade agrícola a SO da igreja paroquial, num pequeno outeiro da bacia do Neiva. Nos terrenos a sul e leste do solar encontram-se tégula. Os terrenos sofreram profundas alterações devido a terraplanagens, pelo que é difícil averiguar a densidade e dispersão de vestígios. Apesar disso, o posicionamento, a qualidade dos solos e a presença do topónimo Calvelo (presumivelmente derivado do antropónimo *Calvellus*) levam C.A.B. Almeida a supôr a existência de uma quinta (ou mesmo *villa*) de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 78-79

16071403, IGREJA, Calvelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160714). [537297.02, 4613994.39, 200].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano; Medieval? ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena chã sobranceira ao vale. Aqui houve um mosteiro de que nada resta para além do topónimo "campo do Mosteiro", a Norte da igreja paroquial. Neste campo e no adro aparecem tégulas em abundância mas C.A.B. Almeida, tem dificuldade em dar ao sítio uma tipologia e cronologia seguras. No interior do adro da referida igreja está um cipo granítico que foi classificado por M.F.S. Melo como um miliário (1967), classificação que não merece a concordância de C.A.B. Almeida (1996).
Melo, M.F.S.1967: 129
Reis, A.P.M. 1978: 32
Santos, L.A. 1979: 15
Araújo, J.R.1982: 122-292
Almeida, C.A.B. 1996

16071402, VALADARES, Calvelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160714). [537732.63, 4614706.02, 202].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro na vertente do Monte de S. Veríssimo. Possui coroa aplanada e um talude seguido de fosso e muralha em terra. O espólio é raro e compõe-se de pedra de construção, alguns fragmentos de cerâmica indígena e alguma tégula. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Almeida, C.A.B. 1996: 74-75
Almeida, C.A.B. 2003

16071401, CADÉM, Calvelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160714). [538749.79, 4614742.29, 180].
Tipologia: Castro de baixa altitude. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa uma pequena sobrelevação coberta de pinhal e mato numa zona aplanada, na base do monte de S. Veríssimo. Possui uma pequena coroa aplanada e um sistema defensivo que consta de "uma muralha de terra em talude, seguido por 2 fossos, separados entre si, por uma muralha mais pequena em terra". O espólio resume-se a cerâmica de fabrico indígena e algumas tégulas.
Costa, A.C.1869: 235
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J.1981: 287-309
Almeida, C.A.B. 1996: 72-73

16071501, CRASTO DE CEPÕES, Cepões, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160715). [534046.22, 4631372.95, 122].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se em terrenos próximos da estrada nacional, a

Poente da Igreja Paroquial. Encontra-se parcialmente destruído por trabalhos agrícolas mas está ainda intacta uma muralha em talude. O primeiro fosso e a muralha em terra foram destruídos; o mesmo deve ter acontecido com o segundo fosso, se é que existia. Visível é ainda a coroa, plana e com uma área de cerca de 7.500 m2. ***Observações***: C.A.B. Almeida considera-o castro agrícola.
Viana, A.1932: 163
Almeida, C.A.B. 1990: 154
Almeida, C.A.B. 2003

16074602, SÃO JOANES, Serdedelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160746). [539797.04, 4621841.63, 350].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Medieval? ***Descrição***: O sítio localiza-se, no sopé da Serra de S. Lourenço da Armada, do lado poente. No local situava-se a capela do Santo Evangelista. Hoje em dia os vestígios existentes são tégulas, e algumas mós manuais. O autor considera uma ocupação que deve remontar aos séculos X/ XI, ainda que sem certezas.
Almeida, C.A.B. 1996: 82-83

16074601, IGREJA, Serdedelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160746). [538339.05, 4622357.98, 232].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado. ***Descrição***: O local estende-se ao longo do Ribeiro de Serdedelo. O vale tem condições apropriadas à exploração agrícola. Junto à igreja Paroquial, nomeadamente no adro, detectam-se algumas tégulas que não servem para datar o ocupação nem para compreender a que estruturas pertenceriam.
Almeida, C.A.B. 1996: 82-83

16071613, QUINTA DE BARREIROS, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [533790.53, 4622026.63, 35].
Tipologia: Habitat romano. ***Descrição***: A quinta de Barreiros está situada na parte Oriental da freguesia, junto do Rio Trovela. A propriedade desenvolve-se num declive suave e está agricultada em patamares. O edifício data do século XX, mas existe uma fonte que ladeia a casa que poderá remontar o período manuelino. A presença de tégulas dispersas, sugere uma ocupação que aponta para a Romanização.
Almeida, C.A.B. 1996: 275

16071612, QUINTA DO OUTEIRO, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532846.37, 4621405.40, 55].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na encosta poente do Castro de S. João. Os terrenos estão em estado de abandono, e são visíveis alguns vestigios do período romano, tais como tégula e alguma pedra de construção. No entanto, são elementos insuficientes para apurar o tipo de ocupação.
Almeida, C.A.B. 1996: 275

16071610, TESIDO, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532083.12, 4621617.83, 20].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro junto à antiga estrada romana, onde se encontram abundantes vestígios de tégula. Para o autor é possível relacionar este habitat com a *villa* do Paço de Correlhã.
Almeida, C.A.B. 1996: 102

16071609, PREGAL, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532474.26, 4621958.85, 20].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona provida de boas condições climáticas e de solos com boa aptidão agrícola, ideais para se instalar aqui uma exploração agrícola. Os vestígios limitam-se a tégulas. Provavelmente está relacionado com a *Villa* do Paço de Correlhã.
Almeida, C.A.B. 1996: 101-102

16071608, MOURELO, PAÇO, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532496.66, 4622113.16, 30].
Tipologia: Habitat romano; casal? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Local adjacente ao lugar de Pereira. Habitat romano, situado num terraço fluvial, no aro da *villa* de Paço. Os vestígios resumem-se a tégulas e não servem para apontar uma cronologia precisa, nem o tipo de ocupação.
Almeida, C.A.B. 1996: 100-101

16071606, BARRÔ, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532565.95, 4622113.48, 20].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local é densamente povoado e está sobre antigos terraços fluviais. Os vestígios resumem-se a tégulas que podem ser provenientes de uma estrutura agrária da época romana relacionada com *villa* romana do Paço.
Almeida, C.A.B. 1996: 100

16071601, Nª SENHORA DA CONCEIÇÃO, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [533348.95, 4622610.56, 54].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado da Idade do Ferro romanizado situado num pequeno cabeço junto ao rio Trovela. Compõe-se de uma coroa de pequenas dimensões defendida por três muralhas. O sítio é conhecido desde os inícios do século XVIII. Nos fins do século XIX noticiou-se o aparecimento de uma lança em ferro, bastante deteriorada. A cerâmica é pouca e, maioritariamente, da Idade do Ferro. Os vestígios da romanização são apenas dados por tégulas e ímbrices. Actualmente encontra-se, nas palavras de C.A.B. Almeida, muito destruído pela construção de uma capela.
Almeida, C.A.B. 1990: 107-108
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J.1981
Costa, A. C. 1706: 197
Vilela, S. 1877: 30
Melo, M. F. S. 1967: 64-65

16071602, S.JOÃO, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [533449.11, 4620945.58, 250].
Tipologia: Tesouro; Castro romanizado; *mutatio*? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado

da Idade do Ferro, com duas linhas de muralhas, situado num dos cabeços que compõem a vertente norte da Serra do Nó. O seu núcleo central situa-se numa acrópole de pequenas dimensões. O aparelho de algumas zonas da muralha denuncia a presença romana. Foi encontrado um tesouro de moedas. A maioria (600) foi, recolhido pela Câmara e desapareceu entretanto; das restantes moedas, nas mãos de particulares, viu C.A.B. Almeida (1990) pequenos bronzes, na sua maioria ilegíveis. Os poucos decifráveis são numismas de Constantino. O sítio localiza-se num vale (Trovela) onde passava uma via romana que partia de *Bracara Augusta*.

Viana, A. 1926: 90
Viana, A.1932: 161
Hipólito, M.C. 1960-1961: 15
Reis, A.P.M.1978: 36.
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 106-107

16071607, CASTRO DO EIRADO /ANTA, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [531901.36, 4620938.51, 30].

Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Situa-se num terraço fluvial a cerca de 500 metros a nascente de Vilarinho e nas imediações da via romana que vinha do vale da Facha. O sistema defensivo constaria, de um talude na base do qual havia um fosso cavado no saibro, com 4m de largura por 2 de profundidade. É possível que houvesse ainda uma muralha em terra e um segundo fosso, já desaparecidos. A coroa é quase plana e de forma elipsoidal (150m W/E e 100m N/S). O sítio encontra-se muito destruído e coberto de mato e pinhal. Foi feita uma sondagem por C.A.B. Almeida. As cerâmicas indicam uma ocupação que vai pelo menos até ao século V. ***Observações***: C.A.B. Almeida classifica-o como castro agrícola. Para este autor o povoado assemelha-se ao de Vitorino das Donas, no sentido em que corresponde também aos primórdios da romanização.

Viana, A. 1926: 90
Viana, A.1932: 161
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 100-105

16072801, CASTRO DE VILAR, Couto de Gondufe, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160728). [541606.17, 4624535.2, 210].

Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado de médias proporções com três muralhas: as duas interiores em talude e a exterior em pedra. A coroa é maior do que a da grande maioria dos povoados até agora analisados. As habitações, são circulares e estendem-se desde a acrópole até à base da terceira muralha. O sítio está razoavelmente conservado.

Almeida, C.A.B. 1990: 122-124.
Melo, M. F. S. 1967: 6
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981: 294.

16071701, SOCRASTO, Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160717). [526999.12, 4628320.3, 420].

Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O lugar de Cerquido está implantado num pequeno alvéolo, a meio da encosta oriental da serra da Arga. C.A.B. Almeida afirma que, o velho "habitat", a ter existido, se localizar precisamente onde se levantam as casas.

Almeida, C.A.B. 1990: 176

16071702, IGREJA PAROQUIAL DE ESTORÃOS, Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160717). [529937.64, 4626481.51, 30].

Tipologia: Epigrafia votiva. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: É bem possível que a ara dedicada ao génio *Tiauranceaicus*, que apareceu, em 1903, nas obras da igreja paroquial e que hoje se encontra no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, esteja relacionada com a Bouça do Crastro, povoação a cerca 500m da igreja. Aqui apareceram materiais cerâmicos que incluem cerâmica da Idade do Ferro e Romana. A hipótese de o Génio *Tiauranceaico* ser uma divindade da saúde relacionada com a serra de Arga é também, não só plausível como pertinente. Ainda hoje, a serra é conhecida pela denominação de montanha Santa. Pensamos que a ara estaria primitivamente nas imediações do castro, e que o *fanum* se situaria, no local onde hoje se ergue a igreja paroquial. Leitura: CAMALA AR/QVI F(*ilia*)TAL/ABRIGEN/SIS GENIO T/IAVRANCEAI/CO V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) M(*erito*).

Almeida, C.A.B. 1990:170-172
Pereira, F.A. 1907: 29, 36-52
Vasconcelos, J. L.1913: 199-200
Cortez, R. 1946: 7
Neves, F.F. 1949: 39-47
Almeida, D.F. 1953: 209
Almeida, D.F. 1956: 111
Blazquez, J.M. 1975: 102
Costa, A.C. op. cit.?: 206
Almeida, A.F. : 568-569.
Moreira, M.A.F. 1982: 43-47
Fernandes, A.A.:. 568
Alarcão, J. 1974: 91
Tranoy, A. 1981: 302

16071703, BOUÇA DO CASTRO, Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160717). [529982.38, 4626820.96, 33].

Tipologia: Castro de baixa altitude; Povoado mineiro romana? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Com uma cota de 25m, está localizado a Norte da igreja paroquial, onde apareceu a ara dedicada a *Tiauranceaico*, e nas imediações do rio Estorãos que lhe corre a Oeste, onde se verifica a vertente mais acentuada. Está defendido por duas linhas de muralha e, possivelmente, por um fosso exterior á segunda e ficou-nos, no entanto, um estudo parcelar dos materiais e das estruturas descobertas, realizado por Russel Cortez. Segundo este, na parte escavada, as casas tinham uma planta quadrangular, com interiores rebocados a barro e pisos de saibro batido e endurecido. Assinala, igualmente, o aparecimento de um "forno" com o lastro de ladrilho cozido.

Viana, A. 1932: 161.
Diário do Minho, 31-X-1945
O Primeiro de Janeiro, 19-XI-1945
Cortez, R.1946: 6
Centeno, R.M.S.1984: 190
Soeiro, T.1984: 21
Almeida, C.A.B. 1990: 167-169

16071804, QUINTA DO PAÇO VELHO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [529766.06, 4617783.49, 110].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No local onde no século XVII foi erguida um solar terá havido uma villa romana, associada a uma necrópole: a da Barra da Gateira. Nesta necrópole apareceram cerca de uma dezena de túmulos: três feitos de tégulas e ímbrices e de secção triangular; um com caixa em pedra; outro aberto no saibro mas de enterramento em caixão de madeira; os outros abertos no saibro e sem espólio, sendo que o rito era de inumação.
Almeida, C.A.B. 1990: 72-75, 281-338.

16071806, AGRAS DE GONDIM, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [529783.78, 4619078.9, 135].
Tipologia: Necrópole romana; habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Necrópole de cronologia incerta. Supôs-se que estaria relacionada com os habitantes do Castro de Stº Estêvão, mas hoje há bastante mais dúvidas. Talvez a necrópole corresponda a um povoado ou casal da zona, ainda não detectado.
Almeida, C.A.B. 1990: 72-73
Alarcão, J.1988: 1/123?

16071808, JORGES, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [530984.00, 4619392.41, 35].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 68

16071810, CHÃ DE BERGONHA, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [531678.27, 4619148.71, 125].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Presença de tégulas e cerâmica comum do século I e II.
Almeida, C.A.B. 1990: 68

16071813, CHÃ, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [532312.16, 4616930.96, 165].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 68

16071814, SOPENA, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [532149.67, 4617084.44, 170].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 71

16071821, CASTRO DE Stº ESTÊVÃO DA FACHA, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [529783.53, 4619140.58, 142].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Calcolítico; Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romana. ***Descrição***: Situado num morro a norte do Monte do Castelo. A ocupação do sítio remonta ao século VII a.C. e a escavação de uma pequena área, dirigida por C.A. Ferreira de Almeida, permitiu desmontar várias fases de ocupação, o que torna a estação bastante significativa para o conhecimento da "problemática castreja desde o seu início até à miscigenação com a cultura romana" (Almeida 1990). Na primeira fase de ocupação do povoado há ausência de construções pétreas. As escavações permitiram identificar habitações sucessivas que vão do Calcolítico até à época romana. Na vertente sul foram já detectadas construções com materiais da época romana ainda não escavadas. A arquitectura das habitações é circular mesmo nas fases mais tardias de ocupação. Ocupação até ao século I. Reocupado entre XI e XIV, com ligações ao castelo de S. Miguel, Monte de Castelo.
Almeida, C.A. F; Soeiro, T; Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A. F; Soeiro, T; Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1982:79
Almeida, C.A.B. 1990: 3- 58

16071823, CAPELA DE S. CIPRIANO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [532994.92, 4619247.18, 320].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Os vestígios aparecem no aro da capela de S. Cipriano, situada numa pequena chã da encosta ocidental da Serra do Nó. Embora as condições topográficas permitissem a instalação de um habitat defensável a Oeste mas que necessitaria de forte defesa nas outras zonas, é difícil dizer se houve de facto um povoado fortificado neste sítio. Os vestígios cerâmicos reduzem-se a cerâmica castreja e tégula. C.A.B. Almeida (1990) põe a hipótese de uma ou mais habitações dependentes, em termos administrativos de um dos povoados de maiores dimensões da zona, (Alto de Valadas ou Trás - Cidade).
Almeida, C.A.B. 1990: 53

16071826, CASTRO DE TRÁS-CIDADE, Facha/Vitorino dos Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [533194.77, 4616009.76, 450].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado fortificado localizado num cabeço da serra da Nó. O sistema defensivo consta apenas de duas muralhas, reforçadas a Este e Sul por um talude e fosso. Segundo C.A.B. Almeida (1990), a ausência de um maior aparato defensivo terá a ver com o facto de o sítio ser bastante íngreme. O espólio de superfície, observado pelo autor citado, é escasso. A zona compreendida entre o monte do Castelo e a serra da Nó, teve ocupação considerável na Idade do Ferro e época romana. No vale passaria uma via romana secundária.
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. s/d: 294
Viana, A.1932
Almeida, C.A.B. 1990: 51-52

16071901, QUINTA DA POSA, Feitosa, Ponte de Lima, Viana do Castelo (6079). [534852.86, 4622062.57, 80].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: Parte de um miliário. A parte legível da inscrição aponta para um sobrinho de Constantino Magno, filho de Júlio Constâncio. Pertenceria à via Braga-Astorga por Tuy.
Melo, M. F. S. 1967: 124
Reis, A.P.M.1978: 31
Almeida, C.A.B.1990: 119-121

16072001, CALVÁRIO, Fojo Lobal, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160720). [534737.61, 4617250.72, 350].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa portela, no início da bacia do Neiva. Possui uma poderosa muralha em talude e dois fossos separados por terra e ainda uma coroa de medias proporções. O material encontrado reduz-se a cerâmica de fabrico indígena. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).
Almeida, C.A.B. 2003

16072101, MONTE DE S. CRISTÓVÃO, Fontão, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160721). [529168.93, 4622530.61, 88].
Tipologia: Atalaia? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Com uma cota de 88m, este local apresenta sinais de duas muralhas, cingindo, a mais interior, uma pequena coroa, onde se ergue a capela dedicada a S. Cristóvão. O espólio de superfície é mínimo e consta essencialmente de cerâmica medieva à mistura com alguns fragmentos de tégula. Para C.A.B. Almeida (1990) é de origem castreja.
Almeida, C.A.B. 1990: 172
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. s/d: 174

16072204, FORNELOS-IGREJA, Fornelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160722). [538140.23, 4620660.62, 220].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Fragmento de um miliário de Maximino e Máximo, reaproveitado como peso de lagar. Pertenceria à via Bracara-Astorga por Tuy.
Reis, A.P.M. 1978: 27-28
Araújo, J.R. 1982: 162-164
Almeida, C.A.B. 1990: 119-121

16072201, ANQUIÃO, Fornelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160722). [536401.00, 4621946.91, 140].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A Quinta de Anquião na encosta sul do monte de Sta. Maria Madalena. Nos terrenos mais próximos da casa senhorial, aparecem tégulas, que segundo o autor remontam ao período romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 157

16072202, STº AMARO, Fornelos; Feitosa, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160722). [535698.83, 4623793.89, 100].
Tipologia: *Mutatio/Vicus* da via XIX. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O monumento terá sido deslocado da capela de Stº Amaro, sita nos limites das freguesias de Fornelos e Feitosa, para o solar de Bertiandos. Pertenceria à via Bracara -Astorga por Tuy. Para C.A.B. a importância do achado prende-se com o facto de assinalar a milha XVIII, que corresponderia à *mutatio Limia* do Itinerário de Antonino.
Guerra, L.F. 1912: 84-85
Almeida, C.A.B.1979: 84-85, 111
Araújo, J.R. 1982: 166-172
Capela, M. 1895: 173
Almeida, C.A.B. 1990: 119-121

16072302, IGREJA, Freixo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160723). [534414.15, 4612407.07, 180].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado. ***Descrição***: A Igreja reedificada em 1743, está situada numa pequena elevação, compreendida a Poente pela agra da Corga e da Senra. No adro da Igreja apareceram tégulas e existe um túmulo monolítico granítico do período medieval. Não é possível apurar o período a que remonta a ocupação.
Almeida, C.A.B. 1996: 169

16072303, PAÇÔ, Freixo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160723). [533258.16, 4612309.09, 131].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Situado na margem direita do Ribeiro de Pomarinhos, tem no lado oposto, o castro de S. Cristóvão. O autor considera-o um povoado tardo-romano, que se encontra parcialmente intacto e conserva um fosso defensivo. O espólio de superfície é mínimo e consta essencialmente de cerâmica de construção.
Observações: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida, C.A.B. 2003

16072301, S. CRISTOVÃO, Freixo (S. Julião), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160723). [533494.20, 4611292.43, 265].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Local situado numa pequena serrania, onde no topo amuralhado, está implantado uma capela cujo padroeiro é S. Cristóvão. Apesar da destruição, conseguiu-se detectar três muralhas e à superfície reconhece-se cerâmica do tipo castrejo, cerâmica comum romana e material laterício. Segundo C.A.B. Almeida (1996), o conjunto cerâmico, aponta para um largo período de ocupação do sítio que se prolonga até à ao Baixo-Império.
Almeida, C.A.B. 1996: 164-166

1607243, PACINHO, Friastelas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160724). [536025.08, 4614018.73, 210].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat romano. ***Descrição***: O topónimo Pacinho aparenta estar relacionado com um outro, denominado Torre, de carga senhorial e possivelmente medieva. O núcleo habitacional do Pacinho está rodeado de bons solos agrícolas convidativa à fixação, logo percebe-se o aparecimento de tégulas e o uso contínuo deste espaço até à Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 172-173

16072401, SALAMONDE, Friastelas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160724). [535055.11, 4613767.19, 195].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa a área aplanada, e tem nas suas proximidades a Igreja Paroquial. Os vestígios baseiam-se no aparecimento de tégulas, usadas em sepulturas, em cerâmicas do tipo comum romano e algumas *sigillatas* tardias. O autor aponta para uma ocupação tardia a avaliar pela cronologia do espólio.
Almeida, C.A.B. 1996: 169-171

16072402, MONTE DE CASAIS, Friastelas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160724). [534826.72, 4613180.09, 197].
Tipologia: Povoado tardo-romano; Habitat medieval. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: O sítio situa-se a Sul do lugar de Salamonde e é sobranceiro ao ribeiro de Lavandeira. Apresenta um único fosso e um talude como sistema defensivo. Os vestígios são maioritariamente tégulas. O autor considera uma ocupação tardo-romana até à Alta Idade Média. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida, C.A.B. 2003

16072502, IGREJA, Gaifar, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160725). [536943.24, 4610846.74, 150].
Tipologia: Habitat romano. ***Descrição***: O local situa-se a ponte da Igreja Paroquial e da Quinta de Santa Baía. É aqui que se situa possivelmente a *Villa Cendoni*, denominada Quinta da Vila. Devido à boa exposição solar e às boas propriedades agrícolas, o autor considera o local propício à localização de uma *villa* agrária.
Almeida, C.A.B. 1996: 175

16072501, BARALDE, Gaifar, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160725). [536982.67, 4612173.12, 160].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Baralde deriva da toponímica *Villa Barualdi*. Os vestígios são fundamentalmente tégulas que aparecem em propriedades ao redor do sítio. C.A.B. Almeida considera uma ocupação do tipo casal, que durante a Romanização terá iniciado ou alargado o processo agrícola de uma série de terrenos maioritariamente constituídos por solos de boa qualidade.
Almeida, C.A.B. 1996: 174

16072603, CASAIS, Gandra, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160726). [528602.04, 4625674.15, 85].
Tipologia: *Villa?* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num outeiro, junto a uma linha de água, onde C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de parte de um fuste em granito, pedras aparelhadas, para além de tégula. O autor põe, com precauções, a hipótese de se tratar de uma *villa* romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 176-177

16072602, PAÇO, Gandra, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160726). [528928.48, 4624873.58, 130].
Tipologia: Habitat romano; forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Local com boas condições para a prática agrícola, poderá corresponder a *Villa Mauri*. Está documentado o aparecimento de um forno telheiro e presença de tégulas.
Almeida, C.A.B. 1996: 175-176

10672601, MADORNO, Gandra, Ponte de Lima, Viana do Castelo (106726). [541154.10, 4618826.8, 72].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se nas imediações do rio Côvo e do lugar do Paço de Beiral do Lima. Os vestígios circunscrevem-se a tégula e ao aparecimento de uma conta de colar em pasta vítrea. C.A.B. Almeida fala de "vestígios de possíveis habitações".
Viana, A. 1961: 8
Almeida, C.A.B. 1990: 141

16072701, FREIRIZ, Gemieira, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160727). [539197.94, 4625786.10, 50].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno outeiro de média altitude. Dos vestígios encontrados destacam-se cerâmica comum romana e material laterício. Pode-se supor que a ocupação se estendeu até á Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 177-178

16072908, PÓVOA, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [533461.01, 4633189.86, 160].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano? Medieval. ***Descrição***: O sítio localiza-se na zona superior do vale da Labruja, a norte da Igreja Paroquial. O autor supõe que a ocupação remonta à Baixa Idade Média devido ao topónimo e ao aparecimento de tégulas. Não foi ainda possível apurar se a ocupação remonta à época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 187

16072901, PORTELA DA CÂMBOA, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [531801.42, 4632997.22, 380].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Um quarto miliário da povoação de Labruja teria existido, na portela da Câmboa. Foi dividido em quatro, para esteios de ramada e, presentemente, desconhece-se o seu paradeiro.
Araújo, J.R. 1982: 198
Almeida, C.A.B. 1990: 162-163

16072902, FREITA, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [533463.18, 4632727.24, 140].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No lugar da Freita, da povoação de Labruja apareceu um miliário aparentemente fragmentado. C.A.B. Almeida diz que se tratará "da cabeça conforme sugere o bocado de inscrição que ainda se conserva".
Aráujo, J.R. 1982: 198
Almeida, C.A.B. 1990: 162-163

16072903, CAPELA DE S. SEBASTIÃO, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [533632.18, 4631124.25, 60].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Marco miliário que apareceu num campo fronteiro à capela de S. Sebastião, na povoação de Labruja. Trata-se de um fragmento que foi adquirido pelo proprietário da quinta de Faldejães, em Arcozelo. Sabemos que serviu outrora de base de cruzeiro e de que nele estiveram incrustadas umas alminhas.
Aráujo, J.R. 1982:183, 192 e 198
Almeida, C.A.B. 1990: 162-163

16072904, ESPINHEIRO, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [533624.62, 4632728.00, 170].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na povoação de Labruja, apareceram vários marcos miliários que atestam a passagem da via romana. O que apareceu, no lugar de Espinheiro, está presentemente, nos jardins da Direcção de Estradas de Viana do Castelo.
Aráujo, J.R. 1982: 197
Almeida, C.A.B. 1990: 162
Alarcão, J. 1988: 1/41

16072905, CASTRO DE CIMA, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [534066.35, 4631989.89, 133].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro de Cima situa-se num cabeço próximo e mais elevado do que o vizinho Castro de Baixo. Apresenta uma área habitacional maior do que a do Castro de Baixo e um sistema defensivo composto de três muralhas em talude.
Viana, A. 1926: 90
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 153-154

16072906, CASTRO DE BAIXO, Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [533975.26, 4631742.72, 96].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O Castro de Baixo apresenta uma cota baixa e uma coroa relativamente plana. O povoado é circundado por um talude seguido de fosso e de uma muralha em terra. Vestígios de um segundo fosso são ainda visíveis junto à estrada nacional. O acesso faz-se transpondo o rio e a actual estrada que serve a povoação de Labruja.
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 151-153
Almeida, C.A.B. 2003

16072907, PORTELA GRANDE (Cidade Murada?), Labruja, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160729). [531730.86, 4633305.33, 442].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado da Idade do Ferro romanizado cujo conhecimento remonta pelo menos ao século XVIII Situa-se no cabeço conhecido por Portela Grande, a nascente da estrada nacional e no limite do concelho de Ponte de Lima com o de Paredes de Coura. O sítio fica em zona montanhosa relativamente perto da Portela da Câmboa que controla a passagem natural do vale superior do Labruja para o vale do rio Coura. É um pequeno povoado rodeado de duas muralhas em pedra. Pela Portela Pequena passava a via romana Braga-Ponte de Lima-Tuy, o que ajuda a explicar a romanização do habitat. Na Portela Pequena poderá ter havido um posto de vigia mas nada assegura que fosse romano, dada a utilização da estrada em épocas posteriores.
Viana, A. 1932: 162
Almeida, C.A.F. 1978: 33
Almeida, C.A.B.1979: 125,131-132
Cunha, N.C.A.1979: 546-548
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 147-149

16073103, RABIÃO, Mato (S. Lourenço), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160731). [535338.07, 4612658.29, 180].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: Situado na margem de um dos afluentes do Rio Neiva, tem terrenos muito férteis para a prática agrícola. Caso se trate de uma ocupação romana remontará a um período tardio ou até mesmo da Alta Idade Média, segundo o autor citado.
Almeida, C.A.B. 1996: 241

16073102, IGREJA, Mato (S. Lourenço), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160731). [535916.72, 4612568.64, 200].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: A igreja de 1777, tem nas suas proximidades a capela e o castro de S. Cristovão. Nos terrenos envolventes, aparece tégula que não é suficiente para apontar a que estrutura pertenceria nem a sua cronologia.

16073101, QUINTA DE ARCELOS, Mato (S. Lourenço), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160731). [536101.13, 4612692.93, 180].
Tipologia: Habitat romano. ***Descrição***: Até ao século XIII, esta freguesia era denominada por "*eclesia Sancti Laurenti de Arcelos*." A partir de 1290, aparece com nova denominação. Dentro da quinta, em terrenos lavrados, encontramos fragmentos de tégulas que indica que o local tem uma ocupação anterior ao século XII. Contudo, não é possível apurar o tipo de ocupação, nem uma cronologia exacta.
Almeida, C.A.B. 1996: 100-101

16073206, PARADA, Moreira de Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160732). [531256.33, 4625808.64, 55].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Este local está situado entre Cruzes e a Lameira. Na Bouça da Sobrada e em Nespereiro, foi noticiada a presença de cerâmica comum que remonta ao Alto Império. Apesar de elementos escassos, o autor remete para um tipo de ocupação de cariz agrícola.
Almeida, C.A.B. 1996: 195

16073204, BOUDILHÃO, Moreira de Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160732). [531027.89, 4625252.49, 25].
Tipologia: *Villa?*; necrópole romana, forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na pequena elevação situada nas imediações da casa do Sr. José Correia Lago. Há notícia do aparecimento de casas circulares, pesos de tear, mós manuais, alguma cerâmica comum de época romana, um capitel toscano e algumas tégulas, estas provenientes, segundo o proprietário, de uma sepultura. Noticia-se, para além disso, um forno cerâmico.

Poderá tratar-se de uma *villa*, eventualmente associada a uma necrópole.
Almeida, C.A.B. 1990: 175
Almeida, C.A.B. 1996: 192-193

16073201, CIVIDADE DE MADORNA, Moreira do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160732). [531484.19, 4626488.16, 85].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Junto ao pequeno lugar de Madorna, noticiam-se uns terrenos conhecidos por "cividades". A presença do mundo romano, para além do topónimo, está atestada por algumas tégulas que surgem pontualmente nos campos.
Almeida, C.A.B. 1990: 176

16073205, BOUÇA DO CAVALO, Moreira do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160732). [531027.89, 4625252.49, 25].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticiam-se tégulas na bouça do Cavalo, em terreno de mato e pinhal. É possivel que os achados se relacionem com a presença romana em Boudilhão(cfr. 16073204).
Almeida, C.A.B. 1990: 175

16073202, CANADELO, Moreira do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160732). [528997.25, 4624997.23, 80].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano/ Baixo Império. ***Descrição***: O denominado castro de Canadelo, localizado um pouco a Norte da quinta da Boavista e igualmente nos contrafortes da serra de Antelas, não parece um castro. Encontra-se localizado no outeiro de S. Pedro a poente do lugar de Canadelo. Para além de tégulas referenciam-se construções rectangulares, cuja pedra foi incorporada nos vários muros que sustentam os socalcos existentes.
Melo, M.F.S. 1967: 59
Almeida, C.A.B. 1990: 173-174
Teixeira, C.; Medeiros, A.C. s/d: 39

16073203, QUINTA DA BOAVISTA, Moreira do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160732). [532058.77, 4627045.87, 170].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio encontra-se na vertente ocidental da serra de Antelas/Alto dos Carvalhinhos. Observam-se apenas tégulas que correspondem, segundo C.A.B. Almeida a uma exploração agrícola romana.
Melo, M.F.S.1967: 59
Almeida, C.A.B., 1996: 173

16073301, SANTA MARINHA, Navió, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160733). [532742.01, 4613910.46, 150].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: No local pensa-se que teria existido uma igreja dedicada a Santa Marinha de Águas Santas. A presença de tégulas, é o único indício referido na bibliografia.
Almeida, C.A.B. 1996: 198

16073404, SABUGUEIRO, Poiares, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160734). [531058.53, 4612854.38, 93].
Tipologia: Povoado romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O povoado localiza-se na Serra da Padela, entre dois afluentes do Rio Neboinho. Devido a sucessivas obras nos últimos anos, pouco restou do sistema defensivo que deveria ser composto com um fosso e um talude, e uma linha de muralha. No local ficou uma grande quantidade de material laterício disperso e alguma cerâmica cinzenta e outras de tradição romana. Colocado geoestrategicamente, com boas propriedades para a prática agrícola e perto de uma via romana, poderá ter sido um povoado com uma ocupação tardia. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida, C.A.B. 1996: 281
Almeida, C.A.B. 2003

16073403, S. SEBASTIÃO, Poiares, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160734). [530948.35, 4611589.42, 80].
Tipologia: Ara anepígrafe. ***Descrição***: No local situado junto a uma via romana está documentado o aparecimento de uma ara anepígrafe, numa bouça a nascente da capela. Apesar do avançado estado de erosão, são perceptíveis o *foculus* circular e duas volutas. A ara tem as seguintes dimensões: 58x28x26cm. Possivelmente foi deslocada do povoado do Sabugueiro.
Almeida, C.A.B. 1996: 199-200

16073402, PAÇOS, Poiares, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160734). [531829.93, 4611007.29, 90].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local está associado a uma abastada casa de lavoura, localizada na margem direita do ribeiro dos Pomarinhos. A avaliar pela presença de tégulas romanas, terá existido uma ocupação romana, contudo, não é possível apurar se se trata ao certo de uma *villa*, ou de um casal.
Almeida, C.A.B. 1996: 199

16073401, LAJES, Poiares, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160734). [530598.63, 4612235.58, 100].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado. ***Descrição***: O sítio está localizado na encosta nascente da Serra da Padela. Aí se conservam algumas tégulas.
Almeida, C.A.B. 1996: 198

16074702, IGREJA, Rebordões (Souto), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160747). [536530.18, 4619264.34, 108].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio está localizado entre o Rio Trovela e o Ribeiro da Bouça Fria. Os vestígios identificados limitam-se à presença de tégulas. A norte, onde hoje se situa a Escola Primária, foi noticiada uma necrópole de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 207

16074402, SOLREUS, Rebordões (Stª Maria), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160744). [534838.62, 4620242.84, 128].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Os vestígios encontrados em Solreus consistem em pedra aparelhada e tégulas dispersas, o que leva o autor aqui citado a sugerir a possível existência de um casal rural romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 206

16074401, PAÇOS, Rebordões (Stª Maria), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160744). [535095.77, 4619627.27, 100].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: Os vestígios encontrados no local incluem tégulas inteiras, cerâmica comum de época romana e estruturas habitacionais, que levam C.A.B. Almeida a supôr a existência de um casal romano talvez associado a uma necrópole.
Almeida, C.A.B. 1996: 205

16073702, QUINTA DO VAL DO VEZ /S. GIÃO, Refoios do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [539659.13, 4625881.18, 160].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio fica na encosta oriental do monte de S. Julião, vulgo S. Gião, nas imediações da estrada camarária que liga Refoios do Lima ao lugar de Ranhados.
C. A. B. Almeida põe a hipótese de aí ter havido uma *villa* baseado na área agrícola adjacente ao local. É quase certa a existência de uma necrópole. Foi recolhido por C. A. B. Almeida um fragmento de *sigillata* clara D e ainda um peso de tear feito de tégula.
Calheiros, P. A. 1927: 181
Almeida, C.A.B., 1990: 145-147

16073704, CAPELA DE Stª. EULÁLIA, Refoios do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [538913.19, 4627203.29, 75].
Tipologia: Epigrafia votiva; Necrópole romana; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio apresenta indícios de forte romanização: uma ara, um capitel toscano, tégula e ímbrices e algumas pedras almofadadas incorporadas na parte inferior da capela de Stª. Eulália. Na opinião de C.A.B. Almeida a capela pode ter sido construída sobre o *podium* de um pequeno templo romano, pois na parte inferior das suas paredes destacam-se pedras talhadas, com restos de almofadado. O autor não exclui, também, a possibilidade da existência de uma necrópole.
Barreiros, P.M.A.1926: 45-48
Santos, L.A.; Le Roux, P.; Tranoy, A. 1983: 191
Diário do Minho de 8-5-1984
Almeida, C.A.B.1990: 147-149

16073708,QUINTA DO PAÇO, Refojos do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [537321.26, 4627071.42, 70].
Tipologia: *Villa?* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa vertente, a leste do Castro de S. Simão. Num local ocupado actualmente pela Quinta do Paço noticia-se o aparecimento de muros de aparelho romano, cerâmica de construção e comum romana e alguma cerâmica que, C.A.B. Almeida, crê ser tardia, exemplificando a sugestão com o achado de um fragmento de terra *sigillatta* Clara D.
Almeida, C.A.B. 1996: 213-214

16073707, CASA SÓ, Refojos do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [537223.47, 4628119.54, 150].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local está situado na meia encosta do Monte do Castelo que confronta o vale de Refojos. Zona muito revolvida, sendo que os únicos vestígios arqueológicos encontrados são tégulas. Sem estruturas evidentes, o autor aponta para uma ocupação de tipo casal romano, devido a paralelismos que há com outras ocupações nas proximidades.
Almeida, C.A.B. 1996: 212-212

16073706, PAÇO VELHO, Refojos do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [537226.21, 4627595.24, 150].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Paço Velho é uma habitação antiga, que foi bastante alterada, tal como o terreno em envolvente. É neste local que se encontram tégulas e cerâmicas que traduzem uma ocupação que remonta ao século I. O local em questão apresenta condições propícias à prática agrícola.
Almeida, C.A.B. 1996: 210-212

16073703, BOUÇA DA SEPULTURA DE S. SIMÃO, Refojos do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [536651.59, 4627129.64, 161].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado, a que C.A.B. Almeida dá o nome de Castro da Bouça da Sepultura de S. Simão, é segundo este autor dos inícios da romanização. Situa-se a norte da portela que liga o vale da Labruja ao de Refoios e fica nas vizinhanças da quinta do Couto. É rodeado de três muralhas em pedra, visíveis a sul e sudoeste. Na plataforma superior há restos de habitações. No acesso para esta coroa existe um penedo onde foi cavada uma sepultura antropomórfica a que a população local dá o nome de "pia de S. Simão".
Calheiros, P. A. 1927: 180-181
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 144-145

923/16073701, CASTRO DE S. SIMÃO, Refojos do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [536838.15, 4626760.5, 180].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio apresenta uma excelente posição geoestratégica, dominando pelo sul a portela que permite o acesso do vale da Labruga para o de Refoios. É um povoado de proporções medianas, com três ordens de muralhas visíveis nos alicerces. Na zona mais elevada há vestígios de construções circulares.
Almeida, C.A.B. 1990: 144

Viana, A.1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981

16073906, OUTEIRO, Ribeira (S. João), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160739). [538253.75, 4625349.20, 50].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona de encosta suave, junto ao Rio Lima. A zona envolvente é caracterizada por habitações e áreas agricultadas e é nesses terrenos que se têm encontrado tégulas que poderão estar relacionadas com uma instalação agrícola.
Almeida, C.A.B. 1996: 228-229

16073905, AGROS, Ribeira (S. João), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160739). [537499.33, 4623926.47, 100].
Tipologia: Indeterminado. ***Descrição***: O sitio esta localizado na vertente sudoeste do Monte de Sta. Catarina. Agros, tem nas suas proximidades a Quinta da Torre e é neste terrenos que se encontram tégulas quando se lavram os campos. O autor supõe que a sua ocupação varia entre o mundo tardo-romano e a Alta Idade Média, sem, todavia, justificar esta suposição.
Almeida, C.A.B. 1996: 228

16073904, IGREJA, Ribeira (S. João), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160739). [537240.19, 4624912.06, 40].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: O local situa-se junto à estrada que liga Ponte de Lima a Ponte da Barca. Junto à capela aí existente, mais precisamente no adro, encontram-se tégulas que poderão estar relacionadas com uma estrutura anterior a esta igreja, embora seja difícil averiguar o tipo de sítio e a cronologia.
Almeida, C.A.B. 1996: 227-228

16073903, PAÇO, Ribeira (S. João), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160739). [538670.48, 4625135.55, 70].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: O sítio localiza-se entre os lugares da Bouça e da Castanheira. Neste local aparecem tégulas, permitindo supor que a ocupação do local remonte ao período romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 226-227

16073902, CASTELINHO, Ribeira (S. João), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160739). [535926.96, 4624350.18, 56].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Este local situa-se nas traseiras da Adega Cooperativa de Ponte de Lima, sobre um pequeno terraço fluvial. O sistema defensivo é composto por um talude, um fosso e uma linha de muralha. Destaca-se a pouca presença de cerâmica da Idade do Ferro. Existe proximidade com a via XIX, que passava em *Limia*, e acesso a solos propícios à prática agrícola.
Observações: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Almeida, C.A.B. 1996: 225-226

16074003, BOUÇA DA CASTANHEIRA, Sá, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160740). [530732.27, 4624202.59, 16].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano; Medieval. ***Descrição***: O local situa-se a Norte da freguesia de Santa Comba, rodeado de espaços agrícolas onde se documenta uma ocupação do período romano. Os vestígios são representados por tégula e cerâmica cinzenta tardia.
Almeida, C.A.B. 1996: 232-233

16074002, CASTANHEIRA, Sá, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160740). [531908.91, 4624423.64, 16].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se junto à estrada que liga Santa Comba a Moreira de Lima. Zona plana, com várias habitações e áreas agricultadas, onde aparecem tégulas.
Almeida, C.A.B. 1996: 230-231

16074001, LUGAR DE LOUREDO, Sá, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160740). [531122.12, 4624821.12, 17].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Entre o ribeiro da Manga e o da Leira longa encontra-se uma parte substancial da freguesia de Sá e nas imediações do lugar do Souto situa-se o minúsculo lugar de Louredo. É aqui, que se encontram vestígios daquilo que C.A.B. Almeida considera um povoado aberto, patente na abundância de tégulas dispersas por uma vasta área.
Almeida, C.A.B. 1990: 173

16074101, SANDIÃES, Sandiães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160741). [536234.97, 4609085.18, 140].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local está situado na margem norte do Rio Neiva. Geograficamente é um pequeno cabeço onde se encontram algumas tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 233-234

16074302, PAÇO, Santa Cruz do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160743). [543027.50, 4626239.93, 50].
Tipologia: Indeterminado ***Descrição***: O sitio está localizado na base noroeste da colina onde esta implantado o cemitério e a Igreja Paroquial. O antigo Paço já não existe, mas encontram-se algumas tégulas.
Almeida, C.A.B. 1996: 239-240

16074301, IGREJA, Santa Cruz do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160743). [543258.71, 4626179.64, 70].
Tipologia: Ara a Júpiter; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No cimo de uma pequena elevação na vertente Noroeste do Monte do Castelo, encontram-se tégulas. Aqui foi recolhida uma ara dedicada a Júpiter,

encontrada na igreja, e depositada no Museu Pio XII de Braga que menciona a divindade I(*ovi*) O(*ptimo*) M(*aximo*), e o nome da oficina da peça: EX OF(*ficina*) ELP(*idi*).
Almeida, C.A.B. 1996: 239

16074501, VILARINHO, Seara, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160745). [531833.43, 4620629.79, 28].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio está implantado num terraço fluvial da veiga limiana. Está bastante destruído pois a coroa e terrenos circundantes foram transformados em terrenos de cultivo. Resta um talude visível a Norte e Nascente. Terão desaparecido a muralha em terra e o fosso ou fossos. Os materiais não são especificados. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 98
Almeida, C.A.B. 2003

16074202, CARRO, Stª Comba, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160742). [532117.68, 4624208.68, 20].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local situa-se num outeiro de baixa altitude, onde os únicos vestigios são as tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 236

16074201, STª COMBA, Stª Comba, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160742). [531773.52, 4623713.68, 13].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: Povoado situado num pequeno cabeço com vestígios de um talude, na vertente sul. A coroa, plana, foi transformada em quintal de algumas habitações.
Almeida, C.A.B. 1990: 166-167

938/16074803, QUINTA DO CASAL, Vilar das Almas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160748). [537383.74, 4610663.97, 165].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat romano. ***Cronologia***: Romana. ***Descrição***: A quinta está situada na zona limítrofe, de Vilar das Almas e Gaifar. Este local foi sujeito em 1984, a intervenções que levaram à destruição de um edifício e de uma necrópole, ambos romanos. Os vestígios baseiam-se em pedra aparelhada, e seis vasos de cerâmica comum romana que apontam para uma datação tardo-romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 253-254

16074802, ASSENTO, Vilar das Almas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160748). [537893.01, 4610604.96, 170].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Os vestígios resumem-se a tégulas.
Almeida, C.A.B. 1996: 100-101

16074801, MONTE DOS OUTEIROS (Monte do Castro; Monte de Santozilos), Vilar das Almas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160748). [538698.89, 4611318.61, 234].
Tipologia: Castro romanizado. ***Descrição***: Povoado estrategicamente situado num cabeço de média altitude, entre o Rio Neiva e um dos afluentes do Rio Cávado. São evidentes duas linhas de muralha em pedra e estruturas circulares. Do espólio destaca-se cerâmica da Idade do Ferro uma tigela de tipo bracarense, um fragmento de *sigillata* hispânica. O autor citado aponta para uma ocupação que remonta ao século I.
Almeida, C.A.B. 1996: 250-251

16074902, REGUEIRA, Vilar do Monte, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160749). [537549.83, 4631884.01, 550].
Tipologia: Indeterminado. ***Descrição***: Documenta-se o aparecimento de tégulas nos campos da Regueira.
Almeida, C.A.B. 1996: 254

16075007, PESSEGUEIRO, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [530562.70, 4620655.09, 20].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O sítio localiza-se na margem oeste do Rio Tinto. Os vestígios baseiam-se em muitas tégulas, um fuste de coluna reutilizada como pia, e pedras aparelhadas.
Almeida, C.A.B. 1996: 255-257

16075005, ALDEIA, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [530402.43, 4620315.28, 27].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Regista-se apenas o aparecimento de uma sepultura que, pela descrição, constaria de uma caixa de pedra com o fundo coberto de tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 82

16075002, ALMUINHAS / ALDEIA, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [530288.22, 4620006.26, 25].
Tipologia: Necrópole romana; Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se a nascente da igreja paroquial de Vitorino das Donas e, na opinião de C.A.B. Almeida tratar-se-á de uma habitação isolada, pois os vestígios ocupam uma área reduzida.
Almeida, C.A.B. 1990: 80-82.

16075003, Nª SRª DO BARCO, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [529246.03, 4620618.75, 30].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situa-se na zona da capela de Santa Maria do Barco, junto ao caminho que contorna o Paço do Vitorino. O povoado parece delimitado por um talude e teria pequenas dimensões. O sítio está muito destruido pelas obras feitas no adro da capela. A capela de Santa Maria do Barco é hoje conhecida como capela de Stº António. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo Almeida, C.A.B. (2003).
Costa, A. J. 1958: 144

Melo, F.S. 1967: 64
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 80
Almeida, C.A.B. 2003

16075004, QUINTA DA TORRE, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [527634.02, 4619286.17, 20].
Tipologia: Habitat Romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tégulas.
Almeida, C.A.B. 1990: 42

16074903, CIVIDADE, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160749). [536512.51, 4631755.25, 556].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se onde confluem os 4 limites administrativos das freguesias de Vilar do Monte, Calheiros, Cepões e Bárrio. Nestes terrenos aparecem tégulas com abundância, cerâmica cinzenta tardia muito micácea, que aponta para a transição entre a Idade do Ferrio e o mundo romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 274

16075110, PAÇO, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [533476.63, 4615054.98, 150].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O sítio localiza-se numa encosta sobranceira ao vale do Rio Neboinho. Na área envolvente ao Paço encontra-se tégula, que traduz uma ocupação romana, ainda que não se consiga apurar qual o tipo de ocupação ou uma cronologia segura.
Almeida, C.A.B. 1996: 273

16075109, OUTEIRO DE S. PEDRO, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [533566.80, 4615548.86, 160].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio corresponde a uma pequena elevação situada a Noroeste do lugar de Paço. No local existe uma capela dedicada a S. Pedro e um fontanário, que na parte superior tem uma ara. É perceptível o *foculus* e as volutas em mau estado de conservação. A segunda ara também esta em avançado estado de degradação, sendo apenas visível o *foculus* circular e as volutas.
Almeida, C.A.B. 1996: 271-273

16075108, OUTEIRO, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [531750.70, 4613227.50, 108].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O lugar está situado na zona Sul da freguesia. Apareceram tégulas e parte de uma mó.
Almeida, C.A.B. 1996: 270

16075107, FIGUEIRÓ, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [532459.50, 4615019.46, 140].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado. ***Descrição***: Local onde existem indícios de uma ocupação que poderá corresponder a uma igreja, segundo a tradição local. Os vestígios são, para além de tégulas, túmulos que o autor citado atribui à Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 270

16075106, FIDALGA, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [530707.67, 4613778.10, 120].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Tégulas.
Almeida, C.A.B. 1996: 269

16075105, REGUEIRA, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [530771.09, 4615166.22, 190].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Idade do Bronze; Romano. ***Descrição***: No local de Regueira terá havido, segundo C.A.B. Almeida duas ocupações em momentos distintos: a mais antiga remonta ao Bronze Final, atestada por várias fossas e vasos decorados. A ocupação romana está patente nas tégulas aí encontradas.
Almeida, C.A.B. 1996: 100-101

16075104, CANCELAS, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [530938.91, 4613779.09, 145].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local está situado na meia encosta da Serra da Padela. A avaliar pelas tégulas que aí se encontram C.A.B. Almeida supõe que terá havido uma ocupação que remonta ao período romano ou à Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996: 100-101

16075103, S. SIMÃO, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [531837.04, 4614615.74, 176].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena colina com bom posicionamente relativamente às zonas de vale. Apesar de bastante destruído, é ainda possível observar uma coroa ampla e duas linhas de muralhas. O espólio parece resumir-se a cerâmica da Idade do Ferro.
Almeida, C.A.B. 1996: 267-268

16075102, CRESTO, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [531809.82, 4615540.86, 220].
Tipologia: Castro. ***Descrição***: Castro localizado sobre a portela que controla a ligação entre o vale da Facha e o de Vitorino dos Piães. São visíveis duas muralhas que a norte se reforçaram com um fosso. A coroa foi aplanada e aí se concentravam, provavelmente, as habitações. A maioria do espólio encontrado corresponde a cerâmica da Idade do Ferro. Apareceram também alguns cossoiros. A presença de cerâmicas romanas permite concluir contactos comerciais e

não exactamente romanização do sítio, a julgar pelas afirmações de C.A.B. Almeida (1990).
Viana, A.1926: 90
Viana, A.1932: 164
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981: 294-295
Almeida, C.A.B. 1990: 48-51.

16070404, QUINTA DE FALDEJÃES, Arcozelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160704). [534786.85, 4626133.37, 60].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em 1912 foram para aqui deslocados três miliários que estavam na Quinta de Antepaço. Mais tarde foram aí depositados outros dois miliários sem inscrição.
Argote, J.C. 1732: 614
CIL II 4871; 4872; 4873
Capella, M. 1895: 128
Araújo, J.R. 1962: 17-18
Araújo, J.R. 1982: 122-292
Melo, M.F.S. 1967: 108-111
Reis, A.P.M. 1978: 23-33
Tranoy, A. 1981. 216
Alarcão, J.: 1/73
Almeida, C.A.B. 1990: 160-161
Almeida, C.A.B. 1996: 37-41

16070704, PEDREGUEIRA, Beiral do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160707). [542630.01, 4623215.01, 250].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de tégula e pedra aparelhada numa zona de encosta suave. O autor põe a hipótese de que se trate de um casal.
Baptista, A.J. 1982: 295-311
Almeida, C.A.B. 1996: 53-54

16071611, PEREIRA, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532542.99, 4622082.53, 30].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Descrição***: Noticia-se um forno cerâmico construído numa zona aplanada de antigo terraço fluvial. O forno pode remontar à época romana e ser uma unidade de exploração da *villa* do Paço. O autor tem dificuldades em aferir cronologia; fala em Alta Idade Média mas também em época romana e tardo romana
Almeida, C.A.B. 2000: 103-106

16071604, QUINTA DA AGRA, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [533511.77, 4622364.59, 20].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Marco miliário de Maximino e Máximo. Segundo C.A.B. Almeida este miliário, que marca a milha XXI, foi deslocado talvez da zona da Quinta do Pomarchão, freguesia de Arcozelo. Este e outros marcos miliários pertenceriam à via Bracara-Astorga por Tuy que, a partir da freguesia da Queijada, seguia para o Lima através do vale do Trovela.
Almeida, C.A.B.1979: 113
Capella, M. 1895: 171
Almeida, C.A.B 1990: 118

16071605, PAÇO / TRAVASSELAS, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [532471.88, 4622483.16, 20].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um local de bons terrenos agrícolas, onde se noticia o aparecimento de tégula numa área extensa correspondendo a dois lugares da freguesia da Correlhã. C.A.B. Almeida dá para os dois sítios a mesma coordenada. No Paço há sinais de muros enterrados. Para além desse indicador, aparecem tégulas numa vasta área que abarca os lugares de Travasselas e Paço e, em muitos muros actuais, pedras aparelhadas que C.A.B. Almeida julga romanas. O autor dá, ainda conta, do aparecimento de um capitel toscano e chama a atenção para o facto de o sítio se localizar junto a uma antiga via romana secundária que "pelo vale da Facha atingia a Ponte sobre o Lima"(Almeida, C.A.B 1996: 95)
Almeida, C.A.B 1990: 118-119
Almeida, C.A.B 1996: 95-97

16071603, IGREJA, Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160716). [533308.21, 4621438.39, 75].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada; *Villa*? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa encosta de pendor suave, na base do castro de S. João. Os vestígios aparecem, sobretudo, no interior da Quinta, situada do outro lado da estrada municipal, em frente à capela de Sto Abdão. Para além de tégula e cerâmica comum romana (*dolia*, bilhas, potes, panelas), existe ainda a menção a uma inscrição romana, mutilada. Inscrição: DEMIAN (?)/ OVIAN. C.A.B. Almeida (1996) põe a hipótese de que seja esta a *villa Corneliana*, noticiada na documentação medieval, desde 915.
Almeida, C.A.B 1990: 119
Almeida, C.A.B 1996: 98-100

16072803, SERÉM, Couto de Gondufe, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160728). [541657.74, 4623610.23, 260].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio esta localizado na Meia de Cima, na encosta setentrional da Serra de S. Lourenço. Os vestigios resumem-se a tégulas, fragmentos de *dolia* e cerâmica comum romana. O autor associa a presença dos achados a um casal.
Almeida, C.A.B 1990: 182

16072802, S. LOURENÇO DA ARMADA (Castro Mau), Couto de Gondufe; Cerdedelo, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160728160746). [541390.81, 4621850.68, 609].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa a parte mais alta do planalto e tinha três muralhas ainda bastante visíveis. O espaço habitacional não se circunscreve à acrópole mas estende-se para os espaços inter-muralhas. Há vestígios de muros de habitações e lareiras. No local construiu-se uma capela dedicada a S. Lourenço.
Melo, M.F.S.1967: 71
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J.1981
Almeida, C.A.B 1990: 109-110.

16071704, CASAIS, Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160717). [529732.84, 4625771.29, 57].
Tipologia: Minas romanas. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Extensa área de mineração, talvez de estanho; é provável que a Bouça do Castro funcionasse como povoado mineiro. Na zona foi encontrada uma ara , entre o castro e a zona de mineração.
Almeida, C.A.B. (2003): 113-115

16071802, FOJO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [529253.59, 4618768.3, 130].
Tipologia: Lagares romanos?. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Dois lagares ovalados abertos na rocha, situados numa pequena chã, entre a vertente norte do monte do castelo e o castro de Stº Estêvão. Para C.A.B. Almeida podem ser romanos.
Almeida, C.A.B 1990: 78

16071805, FOJO VELHO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [529783.78, 4619078.9, 135].
Tipologia: Necrópole Romana? ***Descrição***: Necrópole de cronologia incerta. Supôs-se que estaria relacionada com os habitantes do Castro de Sto. Estêvão mas hoje há bastante mais dúvidas. Talvez a necrópole corresponda a um povoado ou casal da zona, ainda não detectado e possa relacionar-se com dois lagares no Fojo, que poderão ser romanos.
Almeida, C.A.B 1990: 72-73

16071809, PEDRA, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [531776.03, 4617946.33, 85].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Presença de tégulas. ***Observações***: A ocupação romana desta zona, com uma grande densidade de achados põe o problema da distinção entre *vicus* e casais, e da existência ou não de *villae* (Cfr. Os sítios abaixo mencionados).
Almeida, C.A.B 1990: 68.

16071801, CIVIDADE; FREI; FORNO; JUNCAL; LOURINHO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [531340.03, 4617235.06, 60].
Tipologia: Povoado romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Zona de declive com área aplanada na coroa que liga directamente á restante encosta. Os restantes sítios são a escassos metros. Situada entre a estrada nacional que faz a ligação entre a Seara e a cidade de Barcelos e a velha estrada romana e medieval, está voltada ao vale da Facha e enquadrada pelos ribeiros de Pontido e do Boco. O mesmo espaço geográfico que na Idade Média deu lugar à freguesia de *Sancto Adriano de Baoco*, integrada no da Facha.
Almeida, C.A.B 1990: 68.

16071812, MARIA VELHA, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [531687.54, 4617051.54, 100].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Tégulas a cerca de 500 m, do conjunto Frei/Cividade. Local de enterramento de Frei/Lourinho? *Mutatio*?
Almeida, C.A.B 1990: 68.

16071818, PRAZIL, MENDE, MANGAS, TIANDES, TELHEIRO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [531331.94, 4619085.51, 60].
Tipologia: *Villa; casais?* ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Os vestigios baseiam-se em cerâmica castreja, cerâmica alto imperial, pesos de tear, que remetem para uma larga diacronia. Desde os inícios do século I d.C. até finais da época romano; período suevo visigótico. O sítio encontra-se sobre o caminho romano mais tarde decalcado pela estrada medieval Barcelos-Ponte de Lima. Toda a zona é intensamente agricultada excepto Prazil por corresponder a uma pequena elevação. O local teve mais do que uma habitação, facto comprovado pela presença de tégulas e ímbrices, não apenas em Prazil, mas também Telheiros, Mangas e Mende.
Almeida, C.A.B 1990: 68-70
Almeida, C.A.B 1996: 129-132

16071820, QUINTA DO PAÇO, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [530061.97, 4618864.17, 70].
Tipologia: Necrópole romana; Forno cerâmico; Casa castreja. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio fica na Quinta do Paço, numa vasta propriedade agrícola em socalcos delimitada a Norte por um caminho que conduz ao Castro de Stº Estevão. É uma habitação circular de consideráveis dimensões (6,30x6,30m) e três lareiras a que C.A.B. Almeida chama "habitação castreja isolada".

A escavação feita na casa não permitiu conclusões sobre a relação entre a habitação e a necrópole e o forno, já do século IV e V.

O autor tem algumas dificuldades em atribuir uma cronologia à necrópole: com efeito, se os copos de perfil em S, apontam para uma cronologia alto-imperial, o facto de aparecer uma taça que o autor julga aparentada à forma Hayes 70 (fins IV/inícios de V), leva-o a sugerir uma cronologia tardia.

O forno cerâmico, que talvez possa relacionar-se com um edifício romano encontrado no Paço Velho e talvez ainda com uma necrópole: "atendendo às proximidades da necrópole e ao edifício do Paço Velho, onde há tégulas semelhantes às do forno(...)." Da escavação do edifício do Paço Velho sabe-se que o forno estaria em laboração no Baixo Império, mas não se sabe se será anterior ao século IV.
Almeida, C.A.B 1990: 58-62

16071822, STº ESTEVÃO-MINAS, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). CMP [529783.78, 4619078.9, 140].
Tipologia:Minas romanas? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Exploração mineira junto da capela de Nª Srª da Rocha (Castro de Stº Estevão).
Teixeira, C.; Ferreira, A. M. 1972: 35
Almeida, C.A.B 1990: 77-78

16071824, CHÃ DA TORRE-MINAS, Facha, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160718). [529948.76, 4618308.55, 60].
Tipologia: Minas romanas de estanho. ***Cronologia***: Romano ***Descrição***: Corta de dois braços que cobre uma área de cerca 2.400m2 e profundidade média de 10m.

Almeida, C.A.F.; Soeiro, T., Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B 1990: 77-78.

16071825, MONTE DA NÓ (MINAS), Facha, Fojo Lobal, Vitorino de, Ponte de Lima, Viana do Castelo (1.60718e+16). [533191.20, 4616780.77, 450].
Tipologia: Minas romanas. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Poços e galerias hoje quase todos obstruídos e que podem ser romanos. O mineral explorado pode ter sido o ouro.
Almeida, C.A.B 1990: 77- 78.

16071906, MONTE DOS MEDOS (Campo Raso), Feitosa; Correlhã, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160719160716). [533855.44, 4622952.2, 25].
Tipologia: Necrópole Romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio não é propício à implantação de um povoado defensivo. Segundo C.A.B. Almeida, terá existido aí, uma ocupação romana de classificação indefinida relacionada com uma necrópole de onde virão a maioria dos materiais cerâmicos encontrados. Encontra-se na periferia de duas vias romanas: a XIX e a que servia o Vale da Facha.
Melo, M.F.S. 1967: 65
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J.1981
Almeida, C.A.B. 1990: 116-117

16072203, QUINTA DO OUTEIRO, Fornelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160722). [538126.98, 4618810.05, 200].
Tipologia: Casal rural romano? Necrópole tardo-romana? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Duas sepulturas com caixas de pedra e fundo revestido a tégulas. No interior grossas camadas de cinza. A cronologia proposta na notícia do achado é a Alta Idade Média mas o facto de se mencionarem cinzas aponta para um ritual de enterramento que segundo C.A.B. Almeida não ultrapassa o século IV.
J. Alarcão 1988: 1/79
Almeida, C.A.B 1990: 117- 118.

16072205, MONTE DE Stª MARIA MADALENA (Monte das Santas), Fornelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160722). [536397.08, 4622717.95, 256].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Povoado muito destruído. Afonso do Paço referiu a existência de uma muralha em xisto ligada por barro ou terra. Do material encontrado refere "achados neolíticos ou sobrevivência desta cultura". Bastantes percutores de granito ou quartzito e cerâmica micácea, imperfeita e sem decoração. Referem-se, ainda, casas de planta circular e alguns materiais cerâmicos. C.A.B. Almeida encontrou o sítio muito destruído. A única prova de contacto com o mundo romano, são algumas tégulas na antiga acrópole.
Paço, A.; Paço, A.Q. s/d: 174-178
Viana, A. 1932: 161.
Melo, M.F.S. 1967: 70-71
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B 1990: 108-109

16072206, QUINTA DO CRASTO, Fornelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160722). [538700.34, 4619615.01, 163].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio fica na margem sul do vale do Trovela, a curta distância da estrada romana Braga/Tuy "que transpunha o rio numa desaparecida ponte a jusante da actual Ponte Nova". Apresenta uma excelente posição estratégica tanto pela proximidade da via romana como pelo facto de estar num ponto de passagem entre o vale do Trovela para o seu curso superior onde se reduzem as terras de cultivo a campos encaixados em redor do rio. A defesa do povoado é constituída por um talude
. ***Observações***: C.A.B. Almeida classifica-o como castro agrícola.
Araújo, J.R. 1962: 97
Almeida, C.A.B. 1979: 109
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 113-114
Almeida, C.A.B. 2003

16073501, PONTE DE LIMA-LIMIA (Quinta da Graciosa; Sobral; Av. dos Plátanos; Sangarinhal), Ponte de Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160735). [534864.37, 4624437.45, 35].
Tipologia: *Mansio; Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Menciona-se o aprecimento de tégulas em vários locais da actual povoação de Ponte de Lima., entre os quais, Quinta da Graciosa, Lugar de Sobral; Avenida dos Plátanos e Sangarinhal e Quinta Conde Aurora.
É possivel que aqui se localizasse a *mansio* da via XIX a 18 milhas de *Bracara Augusta*.
Almeida, C.A.B 1990: 118.

16074701, CIVIDADE DE REBORDÕES, Rebordões (Souto), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160747). [536256.34, 4618584.44, 160].
Tipologia: Indeterminado ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Do antigo povoado só resta o topónimo e algumas tégulas pois todo o terreno foi agricultado, em socalcos, fazendo desaparecer o sistema defensivo e as casas. Razoáveis defesas naturais. Terrenos férteis, propícios à agricultura.
Almeida, C.A.B 1990: 118.
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J.1981

16073705, CASTRO DO SOUTINHO (Castro da Pousada; Castro do Espadanal), Refojos do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160737). [538470.83, 4627910.26, 160].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O povoado localiza-se junto a um dos afluentes do Ribeiro da Cangeira. Embora muito destruído por terrenos agrícolas, é ainda visível uma muralha. O espólio reduz-se a cerâmica da Idade do ferro.
Callheiros, A.1910: 98
Teixeira et alii 1972: 39
Silva 1986
Almeida, C.A.B 1990: 143-144
Queiroga, C. 1992
Almeida, C.A.B 1996: 210-211

16073901, CASTELO DA ERMIDA (Castro Suberoso), Ribeira (S. João), Ponte de Lima, Viana do Castelo (160739). [538886.15, 4623687.15, 443].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio, já referido num documento de 1063, tem uma óptima visão sobre o Lima e a sua bacia. É um povoado de pequenas dimensões, defendido por três muralhas que rodeiam uma pequena acrópole. Sondagens efectuadas em 1966 por António Pereira Cardoso revelaram uma habitação circular, muros de outras possíveis habitações e uma muralha mais interior. Mais tarde a abertura de um estradão destruiu parte de duas das muralhas exteriores e fez aparecer muita cerâmica da Idade do Ferro e época romana. O povoado foi ocupado desde a Idade do Ferro até período indeterminado da época romana. C.A.B. Almeida não exclui a possibilidade de uma ocupação no período pós-romano pois o sítio tem uma excelente posição estratégica como ponto de observação da zona do rio.
Viana, A.1926: 90
Viana, A.1932: 161
Cardoso, A.P.1966
Melo, M.F.S.1967: 71
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981
Almeida, C.A.B. 1990: 109-112
Paço, A.; Paço, A.Q. s/d: 176

16075001, CIVIDADE DAS DONAS, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [530447.32, 4620623.76, 30].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: A ocupação do sítio remonta, a avaliar pelo material cerâmico, aos fins do século II a.C./inícios do I a.C. Na época de Augusto terá sofrido uma remodelação. Há ainda remodelações que C.A.B. Almeida coloca no período Flávio ou pós Flaviano. O sistema defensivo era formado por um talude e dois fossos separados por uma muralha de terra. Houve dois momentos importantes na vida deste povoado: o da sua ocupação e o da remodelação do sistema defensivo. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Almeida, C.A.B 1990: 82- 98
Almeida, C.A.B. 2003

16075006, PAÇO DAS DONAS, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160750). [529478.95, 4620157.08, 30].
Tipologia: Casal rural romano; *Villa* ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio fica dentro da propriedade que foi convento de freiras, numa elevação aplanada. Há notícia de muros enterrados, cerâmica romana de construção e doméstica, pedra de construção e mós manuais e de sela. C.A.B. Almeida põe a hipótese de as mós de sela poderem, tal como em Santo Estevão, estarem relacionadas com a mineração. Não é fácil decidir se se trata apenas de um casal ou de uma *villa*.
Almeida, C.A.B 1990: 80.
Almeida, C.A.B 1996: 261-262

16075101, ALTO DE VALADAS, Vitorino de Piães, Ponte de Lima, Viana do Castelo (160751). [532962.89, 4616162.89, 347].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio fica situado a nascente do Cresto, um povoado da Idade do Ferro não romanizado. Está bastante destruído, sobretudo na "pequena acrópole". A existência de cerâmica comum romana, embora em pouca quantidade, sugere uma ocupação que ultrapassa o século I. Existem cinco muralhas concêntricas e, a nascente, dois fossos que reforçam as duas exteriores. Na acrópole são ainda visíveis os restos de uma construção, talvez rectangular.
Viana, A. 1932: 164
Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. 1981: 294-295
Almeida, C.A.B 1990: 51.

16073801, ALTO DA PENA, Rendufe/Labrujó, Ponte de Lima/P. de Coura, Viana do Castelo (160738). [537486.67, 4635122.13, 746].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado de pequenas dimensões defendido por uma linha de muralha, que rodeia uma pequena acrópole encimada por um alto penhasco. As origens do povoado parecem remontar à Idade do Bronze, a julgar pelas cerâmicas vistas por C.A.B. Almeida (1996). A ocupação da Idade do Ferro é atestada por cerâmicas de fabrico micáceo. Aparentemente, tratar-se-á de um povoado vocacionado para a pastorícia.
Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981: 287-309
Silva 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 150
Queiroga, C. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 219-221

16100201, IGREJA, Candemil, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161002). [525978.43, 4642411.30, 294].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: A Igreja de Candemil, de traça setecentista, foi remodelada no século XIX. A área envolvente da igreja está cultivada em socalcos. Os vestigios arqueológicos baseiam-se em tégula que, segundo o autor citado, tanto pode ser de um templo alto-medieval, como de uma necrópole cristã, como de uma casa agrícola romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 21/22

16100301, CIVIDADE, Cornes, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161003). [526586.40, 4645047.83, 62].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Entre a igreja de Cornes e a estrada noticia-se o aparecimento de tégula e *dolia*. O local fica a leste do sítio conhecido como Cividade onde não foram até à data descobertos vestígios arqueológicos.
Vieira, J. A.1886.
Almeida, C.A.B. 2000: 22, 23

16100603, MONTE DO CRASTO, Gondarém, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161006). [520931.62, 4640792.1, 1210].
Tipologia: Castro romanizado? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Castr com boas defesas naturais e uma linha muralha.
Pereira, F. A. 1924
Oliveira, E.P. 1994: 72

16100801, FORTE DE LOBELHE, Lobelhe, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161008). [521503.36, 4644709.53, 46].
Tipologia: *Vicus* portuário. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio está implantado num terraço fluvial do rio Minho, numa pequena colina de 46 metros de altitude. A primeira ocupação do local corresponde a um povoado proto-histórico de baixa altitude, circunscrita por um talude e habitações de tipo circular implantadas em patamares que se estendem, aparentemente, até às proximidades do rio. De acordo com os materiais cerâmicos encontrados, este momento de ocupação deverá remontar a meados do século I a.C. No decurso do século I as antigas habitações são substituídas por edifícios de formato rectangular, época em que se constrói um forno cerâmico, que deverá ter servido para fabrico de cerâmica comum (Almeida 1996). As escavações entretanto levadas a cabo dão conta de uma grande variedade de materiais, dos quais se destacam, para além das cerâmicas comuns romanas, *sigillatas* itálicas, sudgálicas, hispânicas, clara D, vidros, bronzes, moedas, e abundantes fragmentos de ânforas, com predominância para as Haltern 70 e Dressel 7-11. Um dos compartimentos escavados deverá corresponder a um local de armazenamento de ânforas, com orifícios escavados no saibro que se destinariam ao seu acondicionamento. De acordo com os achados cerâmicos encontrados, o local estaria funcional desde inícios do século I (Almeida 1996). Para além do espólio referido forma ainda encontrados fuste, capitéis, um fragmento de mosaico, para além de um numeroso e variado espólio cerâmico onde a ara de cerâmicas e vidros de importação, existe ainda inúmeros fragmentos de *dolia* e cerâmicas comum. De acordo com os dados obtidos até à data, o antigo povoado da Idade do Ferro dará lugar a um *vicus*, cuja planta não pode ser definida com rigor. A proximidade relativamente ao rio Minho, navegável até à região de Tude, e a importância desta via fluvial é de extrema importância na avaliação do papel desempenhado por este *vicus*. A ocupação do sítio mantém-se na época suevo visigótica e medieval. Finalmente, as necessidades de defesa militar levam à construção de uma fortaleza na segunda metade do século XVII. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003); Provável porto fluvial do rio Minho.
Azevedo, P. A. 1897
Oliveira, E.P. 1994: 74
Almeida, C.A.B. 2003

16100901, CASTRO DE MENTRESTIDO, Mentrestido, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161009). [527694.64, 4639364.39, 253].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Castro bem defendido por duas linhas de muralhas. Em cortes aparece cerâmica "castreja" lisa. Na base do monte, voltada a Oeste e logo a Ocidente da estrada encontra-se muita tégula e um fragmento de um *dolium*. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).
Vieira, J. A.1886
Oliveira, E.P. 1994: 76
Almeida, C.A.B. 2003

16101101, CASTRO, Reboreda, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161011). [522484.29, 4645406.11, 44].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno Castro romanizado com um circuito de muralhas e um grande fosso a toda a volta. Internamente coberto por terras de cultivo excepto um pequeno espaço a Este, junto à estrada, destruído com a implantação de uma casa. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).
Cunha, A. R. 1975.
Silva, A.C.F. 1986: 69
Oliveira, E.P. 1994: 78
Almeida, C.A.B. 2003

16101203, CAPELA DE S. BRÁS, Sapardos, V. N. Cerveira, Viana do Castelo (161012). [529283.21, 4639679.18, 180].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Fragmento de marco miliário pertencente à via XIX.
Nunes, J. C. 1957
Pereira, F. A. 1903: 132-136
Pereira, F. A. 1924
Almeida, C. A. B. 1979
Oliveira, E.P. 1994: 79

16100402, TORRE, Covas, V.N. Cerveira, Viana do Castelo (161004). [525785.01, 4638586.16, 169].
Tipologia: Castro? ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: Povoado situado num esporão junto ao rio Coura, totalmente coberto de vegetação o que impossibilita observações da sua superfície. Noticia-se a existência de bastante pedra aparelhada.
Viana, A. 1932
Silva, A.C.F. 1986: 69
Oliveira, E.P.1994: 70

16080201, PAÇO, Boivão, Valença, Viana do Castelo (160802). [538539.90, 4653448.49, 170].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de encosta no lugar do Paço, onde se encontram algumas tégulas. C.A.B. Almeida, põe, apesar das dúvidas, a hipótese de que se trate de uma ocupação do período romano.
Almeida, C.A.B. 1996: 11

16080303, PAÇOS, Cerdal, Valença, Viana do Castelo (160803). [530286.87, 4647455.71, 50].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade de Ferro ***Descrição***: O sítio ocupa um terraço fluvial, junto ao Ribeiro da Pedreira, e com acesso a uma zona de terras férteis e bem irrigadas. Possui uma coroa aplanada delimitada por um muro, um talude e dois fossos que separam uma muralha em terra. O espólio visível resume-se a cerâmica "castreja" de "formas dificilmente reconhecíveis." (Almeida 1996). ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).

Costa, A.C. 1868: 244
Leal, P. 1874: 245
Vieira, J.A. 1886: 109
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113

Viana, A., 1932: 154-167
Oliveira, A.L. 1978: 23-24, 30
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 13-16
Almeida, C.A.B. 2003

16080302, BACELAR, Cerdal, Valença, Viana do Castelo (160803). CMP 7 [140].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro, com acesso fácil a terras bem irrigadas e com excelente aptidão agrícola. Possui uma pequena coroa, um talude e dois fossos separados por uma muralha em terra. O espólio resume-se a cerâmica de fabrico indígena e fragmentos de tégula. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Leal, P. 1874: 245
Vieira, J.A. 1886: 109
Almeida, C.A.B. 1996: 16-18
Almeida, C.A.B. 2003

16080301, MONTE CRASTO, Cerdal, Valença, Viana do Castelo (160803). [533736.92, 4647933.92, 220].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado ocupando um esporão com boas condições naturais de defesa, e ladeado por duas linhas de água. Possui apenas uma linha de muralha, talvez reforçada por um torreão, e um fosso. O espólio reduz-se a cerâmica da Idade do Ferro e alguns fragmentos de tégula.
Leal, P. 1874: 109
Vieira, J.A. 1886: 110
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Oliveira, A.L. 1978
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 12-13

16080503, ALTO DO CORGO (Monte do Cónego; Monte de Grove), Fontoura, Valença, Viana do Castelo (160805). CMP 7 [531610.25, 4644870.69, 120].
Tipologia: Castro romanizado; Tesouro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado que ocupa um outeiro ladeado por duas linhas de água, posicionado entre a montanha e o vale. O sistema defensivo constitui-se por uma muralha em pedra e um fosso. Possui uma acrópole de reduzidas dimensões onde, no entender de C.A.B. Almeida, poderiam caber cerca de uma dezena de casas. O espólio mais noticiado é um tesouro de denários, de 37 numismas. R. Centeno (1977) conseguiu estudar apenas sete: quatro denários republicanos e os restantes de Augusto. Cronologicamente, as moedas estudadas situam-se entre 109/108 a.C e 2 a.C./4 d.C. Para além deste tesouro, é possível encontrar no povoado cerâmica de fabrico indígena, cerâmica comum romana e alguma tégula.
Leal, P. 1874: 212
Vieira, J.A. 1886: 111
Viana, A. 1932: 154-167
Hipólito, M.C. 1960-1961: 1-166
Centeno, R. 1977: 94 e 99
Oliveira, A.L. 1978: 24 e 32
Silva, A.C.F. 1986
Centeno, R. 1987: 99-101
Alarcão, J.1988: 1/13
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 18-21

16080501, TELHÕES, Fontoura, Valença, Viana do Castelo (160805). CMP 7 [530068.47, 4644678.94, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano ***Descrição***: O sítio ocupa uma encosta de declive suave próximo a terras de excelente aptidão agrícola. No local aparece, com frequência, tégula, cerâmica comum romana, fragmentos de ânfora (entre eles, dois bordos de Haltern 70) e pedra de construção. C.A.B. Almeida (1996) sugere a possibilidade de estarmos em presença de um casal ou *villa* de inícios da romanização.
Leal, P. 1874: 212
Vieira, J.A. 1886: 111
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 26

16080502, PAÇO, Fontoura, Valença, Viana do Castelo (160805). CMP 7 [531100.50, 4645608.66, 85].
Tipologia: Casal rural romano; *Villa*. ***Cronologia***: Romano, Alto Imp. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona plana, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas, situada na base do Castro do Alto do Corgo ou Castro de Grove. Os vestígios encontrados constam de pedra de construção romana, fragmentos de *dolia* e tégula, cerâmica comum romana e cerâmica de fabrico indígena, que se dispersam numa área de cerca de 100 metros. O centro do habitat parece estar situado em terrenos incluídos na Quinta do Ramalhal, quinta que possui 1,5 ha de área de cultivo. Segundo C.A.B. Almeida aqui teria existido uma *villa* romana com provável início numa ocupação da Idade do Ferro e cuja cronologia pode estender-se até ao século IV d.C.
Almeida, C.A.B. 1996: 21-25

16080603, IGREJA, Friestas, Valença, Viana do Castelo (160806). [535770.91, 4655315.41, 62].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um terraço fluvial onde se encontram algumas tégula. C.A.B. Almeida tem dúvidas em intrepretar estes vestígio: habitat, necrópole ou cemitério Alto-Medieval?
Almeida, C.A.B. 1996: 29

16080602, QUINTA DO CRASTO, Friestas, Valença, Viana do Castelo (160806). [536619.61, 4655689.87, 24].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa uma colina localizada num terraço fluvial, na foz do rio da Furna, próximo de bons terrenos agrícolas. Possui uma coroa ampla e aplanada, alguns taludes seguidos de fosso e um espólio que se caracteriza por cerâmica de fabrico indígena, tégula e uma mó manual. ***Observações***: Apesar de muitas semelhanças com os chamados "castros agrícolas", C.A.B. Almeida (1996), considera não ter dados suficientes para o incluir nesta categoria.
Almeida, C.A.B. 1996: 28-29

16080601, EIRADO, Friestas, Valença, Viana do Castelo (160806). [537288.22, 4655323.24, 60].

Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: O sítio ocupa um terraço fluvial, que se encontra completamente urbanizado. Apesar das referências a um castro neste local, C.A.B. Almeida não encontrou indícios que lhe permitam afirmar tal hipótese, mesmo pensando num povoado do tipo "castro agrícola". O único espólio encontrado resume-se a algumas tégulas.
Viana, A. 1926: 88-90,111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Oliveira, A.L. 1987: 23
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 27

16080702, PAÇO, Gandra, Valença, Viana do Castelo (160807). [532563.85, 4652801.63, 150].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano, Alto Império. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de meia encosta, bem irrigada, a algumas centenas de metros do povoado de Crestos. Apesar de muito destruído por urbanizações e revolvimentos dos terrenos agrícolas, é possível encontrar pedra de construção e tégula. C.A.B. Almeida põe a hipótese de uma casal abastado ou uma *villa* mas "se tivermos em linha de conta o tipo de pedra que faz lembrar a usada nas casas castrejas do início da Romanização e a localização, aponta para uma ocupação do alto império." (Almeida 1996).
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 31-32

16080701, CRESTOS, Gandra, Valença, Viana do Castelo (160807). CMP 7 [532107.11, 4652090.15, 178].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um outeiro bem destacado na encosta oriental do Monte Faro, numa zona de meia encosta. São visíveis duas muralhas e um talude seguido de fosso, na vertente noroeste. Na coroa, ampla e aplanada, é possível observar vestígios de habitações de planta circular. O espólio é constituído por cerâmica de fabrico indígena, tégula, cerâmica comum romana e fragmentos de ânforas. Para C.A.B. Almeida trata-se de um povoado de médias proporções.
Almeida, C.A.B. 1996: 29-31

16080801, ALTO DO FACHO (Cristelo; Crastos), Ganfei, Valença, Viana do Castelo (160808). [531637.33, 4654277.90, 90].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado situado numa colina de baixa altitude mas bem destacada na paisagem envolvente. O sítio foi alvo de várias destruições tanto na coroa como no sistema defensivo, que deveria ser constituído apenas por um talude reforçado por um fosso. O espólio é em pouca quantidade e inclui cerâmica de fabrico indígena, tégula, ímbrices, cerâmica comum romana e alguns fragmentos de *dolia*.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Silva, A.C.F.1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 32-34

16080802, MOSTEIRO DE GANFEI, Ganfei, Valença, Viana do Castelo (160808). [531474.60, 4654678.14, 50].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de terraço fluvial, no sopé do castro conhecido como Alto do Facho. O espólio reduz-se a tégula dispersa por uma área vasta. Segundo C.A.B. Almeida poderá tratar-se de um casal de inícios da romanização.
Almeida, C.A.B. 1996: 34-35

16080901, COUTO/CRUZ, Gondomil, Valença, Viana do Castelo (160809). [50].
Tipologia: Castro; Necrópole romana ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro de pequenas dimensões, ladeado pelo rio da Furna, e actualmente muito destruído e completamente ocupado por habitações e quintais. O único vestígio de um sistema defensivo é um talude, visível na vertente leste. O espólio reduz-se a cerâmica de fabrico indígena. A cerca de 30 metros deste habitat encontra-se uma necrópole de incineração de inícios da romanização, onde apareceram manchas de cinza, restos ósseos, fragmentos de cerâmica e dois recipientes cerâmicos intactos. A intervenção realizada por C.A.B. Almeida (que não abrangeu a totalidade da necrópole) revelou cerca de 30 enterramentos. Para além de vasos cerâmicos encontraram-se também fragmentos de peças de vidro, entre as quais uma garrafa tipo Isings 50a. Para além deste material a escavação revelou ainda uma fíbula, pesos de tear, cerâmica comum romana, fragmentos de ânfora e de *sigillata* hispânica (Drag 15/17 e 33) e um fragmento que o autor citado atribui a uma produção da Gália datável da 2ª metade do século I. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Silva, A.C.F. 1986
Oliveira, A.L. 1987: 35
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 36-42
Almeida, C.A.B. 2003

16081101, S. SEBASTIÃO, S. Julião, Valença, Viana do Castelo (160811). [527839.13, 4643652.05, 250].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Apesar de incluir no seu catálogo este sítio como castro C.A.B. Almeida afirma: "(...) nada neste monte faz supôr a presença de um castro ou de estruturas similares". No entanto, no caminho de acesso à capela de S. Sebastião, o autor encontrou, num corte de terreno, pedra, carvões e alguns fragmentos de cerâmica de tipo "castreja".
Almeida, C.A.B. 1996: 43

16081403, BRAGUEIRO/JUNCAL, S. Pedro da Torre, Valença, Viana do Castelo (160814). [527907.10, 4649790.00, 20].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio, no lugar de Bragueiro, ocupa parte de um terraço fluvial onde apareceram vestígios de tégula, em bastante quantidade, e cerâmica comum romana, numa área de cerca de 100 metros. J.A. Vieira tinha mencionado o aparecimento de "objectos de barro e de madeira e alicerces de edifício (...) no lugar de Juncal mas é possível que, dada a morfologia do terreno e os vestígios acima referidos, tenha havido engano, e as referências de J.A. Vieira se refiram a

Bragueiro. C.A.B. Almeida afirma tratar-se de um casal do Baixo Império, embora não justifique esta cronologia.
Vieira, J.A. 1886: 108
Almeida, C.A.B. 1996: 45-46

16081402, CRASTOS - IGREJA, S. Pedro da Torre, Valença, Viana do Castelo (160814). [528208.16, 4649297.71, 30].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: O sítio localiza-se numa zona plana, de um terraço fluvial. Apesar de incluir no seu catálogo este sítio como castro, C.A.B. Almeida, afirma não encontrar indícios deste tipo de povoado. Os únicos vestígios encontrados no local são algumas tégula na vertente do local onde se encontra a igreja paroquial. O autor citado põe as suas hipóteses: habitat da Idade do Ferro? A presença de possíveis vestígios de um talude na vertente localizada junto ao ribeiro das Ínsuas, é acrescentado como argumento.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Silva, A.C.F. 1986
Oliveira, A.L. 1987: 23, 40-41
Almeida, C.A.F. 1987: 165-166
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 44-45

16081401, CHAMOSINHOS (Igreja de S. Miguel de Fontoura), S. Pedro da Torre, Valença, Viana do Castelo (160814). CMP 7 [526669.80, 4648428.16, 0].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Marco miliário que teria servido, inicialmente, como marco-limite de terrenos baldios, passando depois a ser suporte de uma varanda. Esteve até 1909, numa casa de S. Pedro da Torre, em Valença. As informações são contraditórias: para J.A. Vieira o marco pertence a Constantino Máximo; C.A.F. Almeida refuta a afirmação afirmando que se trata de um filho de Constantino Máximo. Para uns a milha marcada seria XXXVI; para outros XXVI. Segundo C.A.B. Almeida, o marco estará deslocado e pertenceria à Via XIX, que passaria não muito longe do local onde a peça esteve a servir de limite de terrenos. C.A.F Almeida levanta a hipótese de o miliário pertencer à via *per loca maritima*, que após a travessia do Lima tomaria um percurso pela encosta ocidental da serra de Arga dirigindo-se a S. Pedro da Torre onde atravessava o rio Minho, dirigindo-se a Vigo. A acreditar nesta hipótese o miliário não estaria deslocado.
Vieira, J.A. 1886: 108
Santos, L.A. 1979: 3-52
Almeida, C. A. B. 1979: 123-124
Araújo, J.R. 1982: 239
Almeida, C.A.F. 1987: 165-166
Alarcão, J. 1988: 1/10
Almeida, C.A.B. 1996: 46-47

16081301, OUTEIRO DA MADORRA (Outeiro da Cruzeira), Silva, Valença, Viana do Castelo (160813). [528522.89, 4645412.79, 55].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro, ladeado por dois cursos de água, e com acesso fácil a terras de boa aptidão agrícola. Possui uma coroa aplanada, uma muralha, um talude e dois fossos separados por uma muralha em terra. O espólio reduz-se a tégula e alguma cerâmica de fabrico indígena. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Vieira, J.A. 1886: 111
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Oliveira, A.L. 1978: 24, 41, 43
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 47-49
Almeida, C.A.B. 2003

16081502, VALENÇA, Valença, Valença, Viana do Castelo (160815). [529432.19, 4653744.06, 60].
Tipologia: Tesouro; Epigrafia funerária. ***Cronologia***: século I d.C.; Romano. ***Descrição***: Noticia-se em Valença o aparecimento de moedas romanas e de uma inscrição funerária. Quanto às moedas, J.A. Vieira refere-se a uma moeda de bronze de *Caesar Nervae Traiano* e P. Leal fala de duas moedas aparecidas aquando da abertura de uns alicerces no Bairro de S. Félix, juntamente com vestígios daquilo a que chama "uma muralha provavelmente romana".
Quanto à inscrição parece ter aparecido nos alicerces da capela-mor de Cristelo Côvo, espaço posteriormente ocupado pelo Regimento de Valença. Trata-se de uma inscrição de um veterano que, por razões não explicitadas, erigiu um monumento a uma família indígena.
Inscrição funerária de um veterano da *Legio VI Victrix Pia Fidelis*. Leitura de P. Le Roux: DIS MANIBVS/ ALLVQUIO ANDERGI F(*ilio*)/AETURAE ARQVI F(*iliae*)/ MACRO ALLVQVI F(*ilio*) CL/VTIMONI ALLUQVI F(*ilio*)/ C(*aivs*) V(*alerivs*) Va/l/ENS VET(*eranvs*) LEG(*ionis*) VI VIC(*tricis*) P(*iae*)/ F(*idelis*) FAC(*iendvm*) CV(*ravit*). Segundo P. Le Roux (1982) estaremos perante um veterano oriundo da região de Valença, recrutado na época Flávia, e que serviu na legião instalada no Reno. A datação da epígrafe apresenta alguns problemas: para P. Le Roux (1982) o texto é datável dos fins do século I d.C.; para R. Hervás (1974), o texto é datável do tempo de Nero e o soldado seria um cidadão que conseguiu esse estatuto, precisamente graças ao serviço militar que cumpriu.
Leal, P. 1882: 122-126
Vieira, J.A. 1886: 97
CIL II 2465
Roldan Hervás, J.M. 1974: 201 e 449
Tranoy, A. 1981: 223
Le Roux, P. 1982: 222-223
Alarcão, J. 1988: 1/4
Almeida, C.A.B. 1996, VI : 53-54

16081501, ARINHOS, Valença, Valença, Viana do Castelo (160815). CMP 2 [529730.60, 4653868.68, 12].
Tipologia: Miliário. ***Cronologia***: 44 d. C., Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de dois miliários no lugar de Arinhos, mais propriamente no lugar das Lojas, pertencentes à via XIX.A travessia da Via XIX entre Valença e Tui fazia-se por uma estrada que chegava ao rio Minho no lugar do Cais, junto à foz do ribeiro dos Ameais. Esta via passava pelo lugar de Arinhos, precisamente onde apareceram os dois miliários. Uma das peças é anepígrafe; o segundo miliário, é uma prova de que a distância entre Bracara e Tude era de 42 milhas, e encontra-se depositado junto dos antigos Paços do Concelho. Miliário de Cláudio. (leitura de M. Capella): TI(*berivs*) CLAVDIVS. CAESAR/

AVG(*vstvs*) GERMANICVS/ PONTIFEX. MAX(*ximvs*) IMP(*erator*) V/ CO(*n*) SVL III TRIB(*vnicia*) POTEST(*ate*)/ III. P(*ater*) P(*atriae*) BRACA(*ra*)/ XLII.
CIL II nº 4875
Argote, J.C. 1732: 570
Leal, P. 1880: 134
Vieira, J.A. 1886: 99-100
Capella, M. 1895: 98
Guerra, L.F.1919: 43-44, 71-72
Melo, M.F.S. 1967
Almeida, C.A.B. 1979: 61-163
Tranoy, A. 1981: 210
Araújo, J.R. 1982: 122-246
Alarcão, J. 1988: 1/3
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 50-52

16081601, EIRADO, Verdoejo, Valença, Viana do Castelo (160816). [533429.76, 4654502.04, 183].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Idade do Ferro? ***Descrição***: O sítio ocupa uma elevação numa das vertentes do Monte Faro, junto à capela de S. Tomé. C.A.B. Almeida, apesar das dúvidas, fala de duas presumíveis linhas de muralha que rodeiam uma coroa. As dúvidas têm a ver, sobretudo, com as condições de falta de visibilidade no local, coberto de matagal.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
Viana, A. 1932: 154-167
Oliveira, A.L. 1978: 47
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996, VI: 54-55

16090104, BAGANHEIRAS, Afife, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160901). [511752.10, 4624146.19, 40].
Tipologia: *Villa*; Tesouro. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona plana, bem irrigada e com bons terrenos agrícolas. Noticia-se o aparecimento de um tesouro monetário de 5 mil moedas em bronze, aparecido em obras de construção de uma casa. Destas, foram estudadas apenas 500, que apontam para um data de meados do século V d.C. para o entesouramento. De facto, a mais antiga é de Cláudio II (268-269) e a mais recente de Valentiniano III (430-437). Na sequência deste achado e das referências a muitos materiais romanos encontrados nos terrenos da área, procedeu-se a uma sondagem arqueológica onde apareceram alicerces de muros, tégula, cerâmica comum romana, pesos de tear e alguns vidros. Provavelmente deste local serão dois capitéis, dados como provenientes da Cividade de Âncora. O sítio pode ser classificado como uma *villa* e para C.A.B. Almeida poderá ser do Baixo Império.
Alarcão, J. 1988: 1/61
MOREIRA, M.A.F., 1982, p. 31-96
Almeida, C.A.B. 1996: 29

16090101, CASTRO DE AGRICHOUSA, Afife, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160901). [513135.87, 4625042.99, 140].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa um esporão, junto a um dos afluentes do ribeiro de Cabanas. Trata-se de um pequeno povoado limitado por uma "poderosa muralha em talude" seguida de um fosso, reforçada por um torreão na vertente sul. (Almeida 1996). Os patamares que A. do Paço descreveu como fazendo parte do sistema defensivo (1956), serão apenas, na opinião de C.A.B. Almeida soluções para implantar habitações.
Meira, A.R. 1945
Paço, A. ; Quesado, A.P. 1956
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996, II: 21

16090103, MONTE DO CASTRO, Afife, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160901). [513436.41, 4624827.66, 160].
Tipologia: Castro? Castelo medieval? ***Cronologia***: Idade do Ferro; Medieval? ***Descrição***: O sítio ocupa um cabeço bem posicionado, entre dois cursos de água. Tratar-se-ia de um pequeno povoado, onde é praticamente impossível encontrar quaisquer sinais de espólio cerâmico ou outro. Apesar destas dificuldades e da falta de indícios seguros de estruturas defensivas, C.A.B. Almeida (1996) classifica-o como castro e provável castelo medieval.
Meira, A.R. 1945: 29
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996 II: 28-29

16090102, CASTRO DE STº ANTÓNIO, Afife, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160901). [511703.30, 4625749.85, 68].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa uma colina arredondada, a noroeste da igreja paroquial de Afife. Apesar da destruição a que o castro foi sujeito é ainda possível observar uma muralha e vestígios de duas habitações de planta circular. O espólio noticiado compõe-se de mós manuais, pedras decoradas, cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica romana e uma inscrição mencionando um *Lapidarius*.
Viana, A. 1932: 154-167
Viana, A. 1937: 75-83
Meira, A.R. 1945: 26-29
Viana, A. 1955: 525-528
Paço, A.; Quesado, A.P. 1956
Viana, A. 1963: 167-178
Neves, L.Q. 1965: 172-180
Moreira, M.A.F. 1982: 31-96
Silva, A.C.F. 1983-1984
Silva, A.C.F. 1983: 100-147
Silva, A.C.F. 1986: 149-150, 194
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 22-23

16090203, PAÇO, Alvarães, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160902). [521026.54, 4611090.88, 60].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de encosta, de pendor suave e terrenos férteis, onde se encontram mós manuais, pedras aparelhadas e fragmentos de tégula. C.A.B. Almeida (1996) põe a hipótese de se tratar de um "abastado" casal ou de uma quinta.
Almeida, C.A.B. 1996: 38

16090202, IGREJA, Alvarães, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160902). [521976.10, 4610723.63, 70].
Tipologia: Epigrafia votiva; Ara divindade indígena. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva, depositada no Museu Pio XII, em Braga, encontrada na parede sul da antiga igreja paroquial. O facto de apresentar a primeira linha da inscrição mutilada torna impossível reconhecer a divindade. Para além da ara, é noticiado o aparecimento de tégula nos campos junto ao adro da igreja.
Cepa, M.M. 1937: 73
Rosário, A. 1973
Tranoy, A. 1981: 311
Santos, L. ; Le Roux, P. ; Tranoy, A. 1983: 192
Almeida, C.A.B. 1996, II: 35-37

16090201, OUTEIRO (Eiteiro), Alvarães, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160902). [520869.01, 4609579.23, 58].
Tipologia: Povoado romano; Necrópole medieval. ***Cronologia***: Romano; Medieval ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro de baixa altitude, muito destruído pela sua utilização como pedreira. O espólio encontrado consta de tégula, fragmentos de ânfora, pesos de tear, mós e cerâmica cinzenta. A destruição do sítio impede a observação de um hipotético sistema defensivo. Em local próximo encontra-se uma necrópole de sepulturas cavadas na rocha. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Cepa, M.M. 1939: 19-20
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 32-35
Almeida, C.A.B. 2003

16090302, AMONDE**,** Amonde, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160903). [520682.48, 4626078.62, 120].
Tipologia: Casal rural romano; *mutatio*? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena colina na encosta do Alto das Folgueiras, junto ao vale do ribeiro de Amonde. Os vestígios resumem-se a tégula em alguns muros e campos da actual povoação. Segundo C.A.B. Almeida (1996), os achados poderão corresponder a um pequeno casal, embora não exclua a hipótese de se tratar de um habitat relacionado com a via *per loca maritima*.
Almeida, C.A.B. 1996: 40

16090301, ALTO DA COROA, Amonde, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160903). [520564.66, 4626910.99, 212].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um ponto elevado, com um excelente domínio sobre o vale do Ribeiro de Amonde e a portela de acesso ao vale do rio Âncora. Insere-se numa zona de grande actividade mineira, dada a presença de estanho, volfrâmio e ouro. O sistema defensivo compõe-se de um sistema de muralhas e fossos. São ainda visíveis vestígios de antigas habitações circulares e algum espólio, onde se inclui cerâmica micácea e alguns fragmentos de tégula. C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese deste povoado estar ligado à exploração mineira desde a época pré-romana, dada a proximidade das minas do Folgadouro (ouro e estanho), e a zona da Bouça da Breia (ouro e estanho). A sua proximidade com a via de comunicação que na época romana se transformou na *per loca maritima* é também importante na avaliação a fazer deste povoado, dada a possibilidade de controlar uma passagem importante de acesso ao vale do rio Lima.
Silva, A.C.F. 1986
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 38-40

16090402, FOZ DO RIBEIRO DE ANHA, Anha, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160904). [514706.09, 4613665.75, 5].
Tipologia: Salinas. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano? ***Descrição***: Num afloramento granítico da foz do ribeiro de Anha encontram-se cerca de 20 cavidades artificiais, com tamanhos variáveis e uma profundidade mais ou menos constante de 10 cm. C.A.B. Almeida (1996), interpreta-as como salinas de finais da Idade do Ferro.
Almeida, C.A.B. 1996: 43-46

16090401, PAÇO, Anha, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160904). [517274.04, 4613178.03, 60].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de meia encosta, na encosta do Faro de Anha onde se localiza o castro do Alto do Galeão, com excelentes solos agrícolas. Em alguns dos socalcos que compõem os terrenos da Quinta do Paço, encontra-se tégula em abundância. Dada a ausência de outro material é impossível classificar adequadamente estes vestígios, podendo tratar-se de um casal ou de uma *villa*, que segundo C.A.B. Almeida (1996), poderá remontar aos inícios da romanização.
Almeida, C.A.B. 1996: 42-43

16090501, IGREJA, Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160905). [512270.03, 4618348.96, 14].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A igreja paroquial da Areosa está situada em plena faixa costeira, numa zona de baixa altitude propícia à implantação de um habitat dedicado às actividades agrícolas. O espólio resume-se a tégula, ímbrices e mós manuais, que se encontram sempre que há obras nas imediações da igreja.
Almeida, C.A.B. 1990: 239
Almeida, C.A.B. 1996: 50-51

16090502, CANCELA DA AREOSA, Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160905). [513649.39, 4622114.18, 40].
Tipologia: Castro romanizado ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Abel Viana e M. de Sousa Oliveira (1954) assinalaram, num pequeno cabeço nas imediações da antiga fábrica da Cancela da Areosa, mais concretamente a nascente da linha do caminho de ferro, a presença de alicerces de três ou quatro habitações circulares, bem como restos de tégula e de *dolia*. O local, em questão, está hoje profundamente alterado, mas, dada a sua situação geográfica, não será de excluir a hipótese de ter albergado um pequeno povoado, que segundo C.A.B. Almeida (1996) poderá remontar a inícios do século I d.C., dedicado à pesca e exploração de salinas e com algum poder de controle relativamente à navegação que chegava à foz do Lima.
Viana, A.; Oliveira, M.S. 1954
Almeida, C.A.B. 1990: 224

Almeida, C.A.B. 1996: 49-50

16090503, MONTE CRASTO, Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160905). [512730.34, 4619398.36, 160].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa um esporão, com excelentes condições de defesa, na margem direita do ribeiro do Pego. O sistema defensivo é constituído por uma muralha que envolve a coroa e reforçado, a Norte e Nascente, com um fosso; a norte, há vestígios de um possível torreão. Há vestígios de habitações circulares na zona da coroa, que é ampla e de formato ovalado. O espólio é constituído por cerâmica da Idade do Ferro, tégula, fragmentos de *dolia* e de ânforas, cerâmica comum romana, parte de um tijolo com as letras MERA e três fragmentos de *sigillata* sudgálica de uma DRAG 37, decorada com uma figura feminina e a palavra ARNACES. Dada a proximidade do mar, C.A.B. Almeida põe a hipótese de que, para além da pastorícia e agricultura, os habitantes deste povoado pudessem ter-se dedicado à salinicultura. O seu posicionamento permitia-lhes, ainda, o controle das embarcações que acostassem na enseada conhecida como "Porto da Vinha". Para C.A.B. Almeida (1996), embora este povoado não seja de grandes dimensões, deve ter gozado de alguma prosperidade na passagem do século I a. C para o I d.C.
Vasconcellos, J.L. 1903: 17
Guerra, L.F. 1909: 59-60
Viana, A. 1926: 90
Sarmento, F.M. 1933: 168
Viana, A. 1955: 70
Viana, A. 1962: 81
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 223
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 46-48

16090601, PAÇO, Barroselas, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160906). [526508.24, 4611294.07, 80].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada ***Descrição***: O sítio ocupa uma colina de formato arredondado, junto a uma linha de água, próximo de bons terrenos agrícolas. Os únicos vestígios resumem-se a alguma tégula encontrada na vertente virada a esta linha de água. Segundo C.A.B. Almeida (1996) é impossível sugerir qualquer classificação tipológica para estes achados.
Almeida, C.A.B. 1996: 51

16090702, PAÇO, Cardielos, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160907). [521514.81, 4617969.83, 22].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Em terrenos do lugar do Padrão regista-se o aparecimento de alguma tégula e alguma pedra aparelhada inserida nos muros de algumas propriedades. C.A.B. Almeida (1996) põe a hipótese de se tratarem de vestigios de uma ocupação romana, embora seja impossível precisar a sua tipologia.
Almeida, C.A.B. 1996: 56

16090701, TERRONHA, Cardielos, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160907). [520981.73, 4618492.55, 119].
Tipologia: Castro romanizado ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa chã situada no Monte de S. Silvestre, local onde se situa um castro romanizado. Foi noticiado nos anos 40, o aparecimento de casas redondas e muita cerâmica. É ainda hoje possível encontrar alguma pedra aparelhada e bastantes fragmentos cerâmicos, alguns de fabrico indígena e outros claramente romanos: *dolia*, tégula em abundância, ânfora (Haltern 70), cerâmica comum romana, cerâmicas de "pasta fina" e cerâmica cinzenta fina. A ausência de vestígios de muralhas leva C.A.B. Almeida, a hesitar quanto à tipologia a dar a este povoado. Parece tratar-se de um povoado de fins da Idade do Ferro/Inícios da romanização, mas é difícil assegurar que se trate de um povoado típico dos que o autor denomina "castros agrícolas", embora pareça não haver dúvidas de que esta ocupação se liga à progressiva instalação dos habitantes, nos inícios da romanização, em locais perto do vale.
Almeida, C.A.B. 1996: 54-55

16090705, CASTRO DE S. SILVESTRE, Cardielos, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160907). [521210.90, 4619140.89, 281].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um esporão na serra de Perre, com excelente posição de controlo sobre a zona de vale, e em frente ao castro de Roques. O sistema defensivo é composto por três séries de muralhas concêntricas, à excepção da mais exterior que toma a direcção SW. Uma série de habitações, de formato circular e, pelo menos, uma de planta quadrangular, espalham-se numa área que vai da acrópole até às imediações da capela de S. Silvestre. O espólio encontrado inclui cerâmica da Idade do ferro, mós manuais e alguma tégula. Para além da pastorícia e agricultura (os bons terrenos agrícolas encontram-se na zona de meia encosta a menos de meia hora de marcha do povoado), os habitantes deste povoado poderiam ter-se dedicado à mineração do estanho.
Viana, A. 1926: 90
Couto, A.; Viana, T.S.; Araújo, J.R. 1935: 27-30
Neves, L.Q. 1965
Moreira, M.A.F.1982: 31-96
Silva, A.C.F. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 183-184
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 52-54
Paço, A. ; Quesado, P. A. s/d: 88

16090803, IGREJA, Carreço, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160908). [511408.85, 4622202.65, 0].
Tipologia: Ourivesaria. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Trata-se de uma arrecada em ouro, dada durante largo tempo como proveniente de Afife. Embora, afinal, a peça tenha sido encontrada em Carreço, o seu local de origem pode ser um dos povoados da região.
Severo, R. 1905-1908: 403-412
Teixeira, C. 1944: 154-161
Teixeira, C. 1946: 169-174
Lopez Cuevillas 1951: 80-81
Blanco Freijeiro, A. 1957: 289
Parreira, R. 1980
Perez Outeiriño, B. 1982: 43-45
Silva, A C.F. 1986: 262.
Almeida, C.A.B. 1996: 65-66

16090802, MONTEDOR (Gândara), Carreço, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160908). [510923.54, 4622386.93, 75].
Tipologia: Castro romanizado; Tesouro; salinas; ourivesaria. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um outeiro, onde existiu, no século passado um farol. Apesar de muito revolvido e alterado, é possível observar vestígios de duas muralhas e um fosso. Do espólio, destacam-se cerâmicas feitas à roda, mós manuais e tégula. Na zona litoral, perto do castro, foi encontrado um tesouro monetário dentro de um vaso "castrejo", constituído por 38 denários e alguns bolos de prata. A cronologia apontada para este tesouro é de finais do século I a.C. sendo que, "a moeda mais recente é um denário ibérico de *Postunius*, datado de 73 a.C." (Almeida 1996). Um conjunto de salinas (68), escavadas na rocha, muito perto deste habitat poderão com ele relacionar-se, segundo o autor citado.
Almeida, C.A.B. 1996: 59-64

16090801, CRASTOS VELHOS (Croa), Carreço, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160908). [511847.74, 4622172.52, 112].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa pequena elevação, na encosta de Alto do Porqueiro. Trata-se de um povoado de pequenas dimensões, com uma linha de muralha e um talude seguido de um fosso. São noticiados vestígios de habitações circulares e um espólio constituído por cerâmica da Idade do Ferro e tégula. É talvez deste castro ou de Montedor uma arrecada de ouro hoje, no Museu nacional de Arqueologia.
Almeida, C.A.B. 1996: 57-59

16090905, SUB-RIBES; CORTINHAL, Carvoeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160909). [527853.35, 4610404.78, 50].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Noticia-se o achado de tégula e outras cerâmicas, não especificadas por C.A.B. Almeida (1996).
Almeida, C.A.B. 1996: 69

16090904, CONVENTO, Carvoeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160909). [529030.98, 4610964.58, 110].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Romano? Medieval? ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de tégula na zona do antigo convento beneditino de Carvoeiro. Não é possível sugerir uma tipologia ou cronologia para estes achados dispersos.
Almeida, C.A.B. 1996: 69

16090903, REBOLEDO/TELHEIRAS, Carvoeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160909). [527597.21, 4610835.57, 67].
Tipologia: Forno cerâmico? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: No local de Telheiras noticia-se o aparecimento de tégula e alguns pesos de tear. C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese de se tratar de um forno cerâmico.
Almeida, C.A.B. 1996: 68

16090902, LAJE, Carvoeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160909). [527823.52, 4612131.76, 140].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Num local caracterizado por campos em socalcos, na vertente de "Alto dos Mouros", noticia-se o aparecimento de tégula e alguma pedra aparelhada, nos muros de sustentação de terras. É difícil, no entanto, definir uma tipologia clara para o local.
Almeida, C.A.B. 1996: 67-68

16090901, ALTO DOS MOUROS, Carvoeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160909). [528166.71, 4613089.17, 385].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado situa-se num esporão, na vertente da serra da Padela. Trata-se de um pequeno povoado com duas linhas de muralhas e vestígios de casas de formato circular. O espólio é constituído por cerâmica de fabrico indígena, tégula e alguns fragmentos de ânfora.
Almeida, C.A.B. 1996: 66-67

16091002, IGREJA, Castelo de Neiva, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160910). [517515.61, 4608953.46, 112].
Tipologia: Ara a Lares. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara votiva, encontrada na igreja de Castelo de Neiva, em 1931. Aceitando a ideia de que a ara se encontraria junto de uma via, a hipótese mais concreta é associá-la à via junto ao litoral que de Ponte de Ave, passava por Barca do Lago e seguia para o rio Neiva, passando junto do Castro/Castelo de Neiva. Leitura: VAL(*erivs*) /RVF(*vs*) /LAR(*ibvs*) / V(*ialibvs*) /P(*osuit*). Tradução: Valério Rufo mandou colocar (este monumento) aos Lares das vias.
Almeida, C.A.B. 1996: 78-79

16091001, MONTE DO CASTELO-MOLDES (Castro de Moldes), Castelo de Neiva, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160910). [517889.68, 4607412.36, 183].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: O sítio localiza-se junto à foz do rio Neiva, num local com amplo domínio visual, quer sobre a zona costeira, quer, ainda, sobre a região atravessada pela via romana. O sítio tem uma ocupação que remonta, segundo os poucos dados das escavações aí efectuadas, à Idade do Ferro e inícios da romanização; sendo difícil escrutinar a ocupação integral do povoado, resta-nos dizer que, numa época mais tardia, foi uma importante fortaleza medieval, epicentro da "Terra de Neiva". Dos vestígios existentes é de salientar um sistema defensivo composto por cinco linhas de muralhas, em alguns locais reforçadas por torreões, estruturas habitacionais da Idade do Ferro (entre as quais casas de formato circular) e, naturalmente, vestígios da fortificação medieval. Entre o espólio encontrado, salientamos: mós circulares, um lintel de uma casa circular e, ainda, dois capacetes, duas sítulas, três copos em bronze, um machado de ferro e um fundo de coador em bronze. Encontraram-se, ainda, um dupôndio de Augusto, fragmentos de ânfora, abundantes fragmentos de cerâmica de fabrico indígena (*dolia*, panelas, cossoiros, vasos, pesos de tear), cerâmica comum romana, vidros romanos, moedas, fíbulas, fragmentos de *sigillata* itálica e

sudgálica e, ainda, cerâmica medieval. Na opinião de, C.A.B. Almeida (1996), poderá estar relacionada com este povoado, uma necrópole encontrada junto à capela de Nª Srª das Oliveiras, a norte deste povoado, onde se encontrou, uma tégula com marca de oleiro.
Almeida, C.A.B. 1996: 70-75.

16094001, MONTE, Chafé, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160940). [519226.10, 4609636.32, 30].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na zona de separação entre as freguesias de Chafé e Vila Fria, noticia-se o aparecimento de um forno cerâmico. C.A.B. Almeida (1996), observou vestígios da parede lateral da câmara de aquecimento, parte da zona de sustentação da grelha e vestígios desta. Para este autor, tratar-se-ia de um forno destinado à cozedura de materiais de construção: tégula e tijoleira.
Almeida, C.A.B. 1996: 79-80.

16091104, QUINTA DO CARTEADO, Darque, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160911). [517940.98, 4614660.02, 70].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na base da encosta do Monte de Faro, onde se localiza o Monte Arculo. Nos terrenos, dispostos em socalcos, aparecem tégula, que no entender de C.A.B. Almeida (1996), poderão relacionar-se com a presença do castro e corresponder a uma ocupação agrícola de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 85

16091103, MONTE ARCULO, Darque, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160911). [517410.10, 4614288.62, 169].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado, com uma pequena acrópole, onde são ainda visíveis, três linhas de muralhas, vestígios de habitações circulares, entre a acrópole e a segunda muralha, e cerâmica de fabrico indígena. C.A.B. Almeida (1996), põe a hipótese de que este castro seja o "verdadeiro" habitat da Idade do Ferro, sendo o Alto do Galeão apenas uma fortaleza, erigida com a finalidade de controlo da zona da foz do rio Lima. Na época romana, o Alto do Galeão teria visto potenciada a sua implantação, coisa que não terá acontecido ao povoado que agora descrevemos.
Almeida, C.A.B. 1996: 81-83.

16091101, ALTO DO GALEÃO (Faro de Anha), Darque, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160911). [517132.56, 4614318.8, 166].
Tipologia: Atalaia; castelo medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: Povoado da Idade do Ferro que se situa num esporão de um maciço granítico conhecido como Faro de Anha. É defendido por duas muralhas, reforçadas a Sul e Sudoeste por um fosso. A Norte e Nascente o terreno acidentado evitou a construção de muralhas. O local deve ter servido, desde a Idade do Ferro, de atalaia, de extrema utilidade para o controle e defesa da costa litoral a sul do rio Lima, continuando a ter estas funções na época romana e Idade Media. O espólio inclui cerâmica da Idade do Ferro, tégula e cerâmicas medievais. A documentação medieval (*Liber Fidei* docs. 86, 90, 304 de 1085 e 1091) refere uma atalaia. O sítio está muito destruído.
Neves, L. Q.1965: 178
Paço, A. e Quesado, A.P.1956: 86-90
Almeida, C.A.F. 1978: 290
Almeida, C.A.B. 1990: 30-31
Almeida, C.A.B. 1996: 83-85

16091102, CAPELA DE S. LOURENÇO, Darque, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160911). [514125.19, 4615083.26, 5].
Tipologia: Ara anepígrafe; *mutatio* da via XIX; templo. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Ara anepígrafe, em granito, encontrada em 1982, e actualmente depositada no Convento de S. Domingos, Viana do Castelo. A peça, com 49 cm de altura está em razoável estado de conservação. Parte inferior fragmentada e com picado recente; *foculus* arredondado; campo epigráfico sem sinais de inscrição, rebaixado 3 mm. Sobre ele há um toro, seguido de canelura. Para além deste achado, apareceram também restos de colunas e silhares almofadados. Pode tratar-se de um pequeno templo ou de uma estrutura de apoio à via que por aqui passava. A insalubridade do local exclui a hipótese de uma exploração agrícola.
Dias, M. 19.05.1982
Moreira, M.A.F.1982: 68
Almeida, C.A.B. 1990: 30
Almeida, C.A.B. 1996: 86-88

16091201, CIVIDADE DE DEIÃO (Subidade de Deião), Deião, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160912). [525607.30, 4617428.16, 21].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: A estação situa-se numa pequena elevação de um terraço fluvial, ocupado actualmente por terrenos agrícolas e pinhal. O sistema defensivo ainda visível compõe-se de um talude, bem conservado a Norte. O sítio possui vestigios da parte da coroa, de pequenas dimensões. Não há vestigios de fossos ou de outros elementos construtivos. A ausência de outros vestigios pode dever-se aos intensos revolvimentos e terraplanagens efectuados no local. Para o autor citado, os seus habitantes poderiam proceder de Senhora do Castro, Deocriste ou do Castro de Roques. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 161
Almeida, C.A.B. 1990: 38
Almeida, C.A.B. 1996: 89-91
Almeida, C.A.B. 2003

16091202, IGREJA, Deião, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160912). [526254.10, 4617523.03, 10].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num terraço fluvial junto à estrada Darque/Ponte de Lima, bastante perto da "velha via que atravessava o Lima a caminho de S. Salvador da Torre" Para o autor esta via poderá corresponder à *per loca maritima*. Nas obras de renovação da igreja e residência paroquial apareceram alguns vestígios romanos: tégulas e algumas pedras almofadadas. Os vestigios estendem-se, nos terrenos localizados do outro lado da estrada, numa extensão de mais de 50 metros. Para além de tégula, regista-se ainda o achado de cerâmica comum romana.

Vieira, J. A. 887: 231
Almeida, C.A.B. 1990: 36-38
Almeida, C.A.B. 1996: 91-92

16091303, ALDEIA, Deocriste, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160913). [525242.62, 4615977.33, 40].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O autor regista o aparecimento de tégula numa zona de meia encosta, aceitando tratar-se de uma ocupação romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 94

16091302, Nª SRª DO CRASTO, Deocriste, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160913). [525661.151, 4615300.32, 248].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Povoado, aparentemente de pequenas dimensões, muito destruído pela construção da capela de Nª Srª do Crasto. O sítio situa-se na zona do vale definido pelas ribeiras de Penagudo e Subportela, num local propício quer às actividades agrícolas, quer ao aproveitamento dos recursos do monte. C. A. B. Almeida (1996), refere a existência de uma muralha e os restos, prováveis, de uma casa redonda.
Viana, A. 1926: 90
Paço, A.; Quesado, A. P. 1957: 80-90
Neves, L.Q. 1965: 180
Teixeira, C. et alii 1972-1975
Moreira, M.A.F. 1982: 31-96
Silva 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 36
Queiroga, F. 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 92-94

16091301, IGREJA, Deocriste, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160913). [525219.72, 4615915.57, 0].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: C. A. B. Almeida (1996), refere o aparecimento, em trabalhos no adro da igreja de tégulas, mas as hipóteses que coloca são muitas: sepulturas alto-medievais, necrópole romana, estrutura agrária.
Almeida, C.A.B. 1990: 240
Almeida, C.A.B. 1996: 94-95

16091501, COVA ALTA /OLAS, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [527742.38, 4621137.07, 26].
Tipologia: Minas romanas de estanho. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Trata-se de dois locais onde se fazia a mineração do estanho, localizados nas margens de Rio Tinto. A mina das Olas tem cerca de 1250 de comprimento, uma largura entre 80 e 225 metros, e actualmente, cerca de 15 metros de altura. Trata-se de uma exploração a céu aberto, com sete ramais. A mina de Cova Alta, na outra margem do rio, tem 387m de comprimento, entre 15 e 163m de largura e uma altura de 48m. Tem apenas dois veios de drenagem, para os rios Seixo e Tinto. C.A.B. Almeida (1996), tratar-se de explorações que remontam a época romana.
Moreira, M.A. 1981: 342-395
Almeida, C.A.B. 1990: 205
Almeida, C.A.B. 1996: 104-105

16091502, BOUÇA DO MOISÉS, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [526238.84, 4621686.54, 44].
Tipologia: Minas romanas de ouro. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Numa propriedade rodeada por duas linhas de água, o Rio das Valas/Rio Tinto e o Rio do Seixo, encontram-se galerias, poços de ventilação e de drenagem. C.A.B. Almeida (1996), admite tratar-se de uma zona de mineração do ouro que remonta a época romana.
Almeida, C.A.B. 1990: 205
Almeida, C.A.B. 1996: 105-106

16091503, ALTO DAS MOURAS, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [526465.83, 4622766.82, 65].
Tipologia: Minas romanas de estanho. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Num local denominado Alto das Mouras registam-se vestigios de valas, cortas, acumulação de detritos e restos de um antigo canal, a norte. Poderá tratar-se de uma antiga exploração de estanho.
Almeida, C.A.B. 1990: 205
Almeida, C.A.B. 1996: 106

16091504, TABONEIRA, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [526240.31, 4621285.61, 35].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No lugar da Taboneira existiu um forno cerâmico que foi destruído. Do forno, sabe-se que era formado por arcos que sustinham uma grelha. O que dele resta são alguns fragmentos, dos tijolos que formavam os arcos, e bocados de tégula que aí se fabricava.
Costa, A.C.1706: 194
Vieira, J.A. 1887: 229
Almeida, C.A.B. 1990: 204-205
Almeida, C.A.B. 1996: 103-104

1064/16091505, QUINTA DA CHAMUSCA, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [526537.63, 4622088.58, 60].
Tipologia: Necrópole romana ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local situa-se numa zona plana, de excelentes potencialidades agrícolas. A norte fica o Alto das Mouras, onde se fez mineração de estanho. Em 1907, apareceu uma necrópole, com 12 sepulturas feitas em "tijolo" com 3 ou 4 centímetros de espessura, aparentemente, de tégula ou tijoleira. Todos esses vestigios desapareceram e não se sabe se apareceu ou não espólio nestas sepulturas. De qualquer forma, esta necrópole parece estar relacionada com a ocupação existente nos terrenos da quinta. Nestes, é possível observar bastante tégulas, ímbrices, alguns fragmentos de cerâmica comum de época romana, bem como um ou outro fragmento de cerâmica da Idade do Ferro. Dada a extensão dos vestígios, a relação quase certa com a necrópole e a proximidade do Alto das Mouras, parece possível admitir um povoado de vocação mineira, onde um número indeterminado de famílias se dedicou à exploração do estanho, aproveitando, também, os excelentes recursos agrícolas do local.
Gonçalves, G. 1986
Almeida, C.A.B. 1990: 204
Almeida, C.A.B. 1996: 101-102.

16091506, PAÇO, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [526658.86, 4620546.96, 16].
Tipologia: Forno cerâmico. ***Cronologia***: Romano /Medieval. ***Descrição***: O local está implantado num terraço fluvial onde apareceram, em revolvimentos de terras, vestígios de fornos cerâmicos, alguns dos quais ainda funcionavam no século XIX. O aparecimento de tégula leva C.A.B Almeida (1996) a supôr a existência neste local de um forno que pode remontar à época romana ou medieval.
Almeida, C.A.B. 1996: 102-103

16091507, CIVIDADE DE LANHESES, Lanheses, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160915). [527511.38, 4621136.17, 45].
Tipologia: Castro; necrópole romana. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Abel Viana refere-se, ao aparecimento de uma antiga habitação e alguns fragmentos de vidro, numa propriedade junto às minas das Valas situadas nas proximidades da cividade. A poente da cividade, apareceram "muitos objectos antigos de barro", certamente provenientes de uma das necrópoles do povoado. Uma outra necrópole apareceu, por volta de 1900, no lugar de Outeiro, a Sul da cividade. Para além destes vestígios há indicações de que outros apareceram no interior do "habitat". Surgiram com os trabalhos agrícolas executados na coroa, objectos de barro e alicerces de casas redondas. À imagem de outros castros, situa-se, também, nas imediações de uma linha de água e nas proximidades de boas terras de cultivo. O sistema defensivo consta de um ou dois pronunciados taludes, consoante o sítio, com ou sem plataforma de apoio e de dois fossos, separados por muralha em terra. Almeida (1996), efectuou uma escavação em 1985. Os vários muros descobertos pertencem a 3 habitações, a um muro de suporte e a uma estrutura indefinida. A ocupação situa-se entre finais do século I a.C. e inícios do século I d.C. O espólio encontrado inclui cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica comum romana, fragmentos de ânfora e de campaniense A e imitação de campaniense B. Outros fragmentos atribuem-se à época medieval. Talvez se possa relacionar com este castro com um conjunto de 3 sepulturas encontradas no lugar de Outeiro e uma outra necrópole, situada a poente do castro. Este povoado está, também, seguramente ligado à mineração do estanho e do ouro, explorável nos arredores do povoado. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida. (2003)
Costa, A.C.1706: 194
Viana, A. 1932: 162
Viana, A. 20-6-1940
Delgado, M. 1971: 403 e segs.
Castro, M. F. 1980
Almeida, C.A.F.; Soeiro, T.; Almeida, C.A.B.; Baptista, A.J. 1981: 45.
Gonçalves, G. 1986.
Almeida, C.A.B. 1990: 189-203
Almeida, C.A.B. 1996: 95-101
Almeida, C.A.B. 2003

16091701, IGREJA VELHA, Meadela, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160917). [504113.03, 4617568.60, 20].
Tipologia: Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: No local da antiga igreja de Meadela, por ocasião de uma intervenção arqueológica foi encontrada uma ara de que não é apresentada leitura e ainda pedras almofadadas e tégula. O autor citado acredita que os achados poderão corresponder a um templo, um *fanum*, da *villa* que se localizaria no local do Paço.
Almeida, C.A.B. 1996: 107-108

16091801, VALE DAS COVAS /MATA DAS CORTAS, Meixedo, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160918). [522952.44, 4623679.92, 100].
Tipologia: Minas romanas de estanho e ouro. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: Na nascente do Rio Tinto, localizam-se duas minas onde se explorou o estanho e o ouro. A notícia de que nos anos 30 se terão encontrado vestigios de exploração antiga destas minas, leva M. Moreira e C.A.B. Almeida a acreditar que esta pode remontar a época romana.
Moreira, M.A.F. 1981: 408
Almeida, C.A.B. 1990: 205
Almeida, C.A.B. 1996: 113

16091802, BALTEIRO, Meixedo, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160918). [524894.09, 4623131.28, 70].
Tipologia: Tesouro; guerreiro galaico. ***Cronologia***: II, Romano. ***Descrição***: Do local de Balteiro é noticiado o aparecimento, em 1877, de um tesouro de 102 moedas dentro de uma ânfora. Segundo Figueiredo da Guerra as moedas pertenceriam, na sua maioria, à dinastia dos Antoninos. Do mesmo local é proveniente a célebre estátua de guerreiro galaico, conhecida como estátua do Pátio da Morte. Tanto a cabeça como a base foram acrescentadas. Algumas gravações, quer no escudo que em partes do saio, são também recentes. A estátua apresenta duas inscrições, aparentemente feitas em diferentes épocas. Segundo A.C.F Silva a inscrição frontal, será da primeira metade do século I e uma outra, gravada na coxa, será de época Flávia.
A peça foi provavelmente deslocada. O castro mais próximo é o de Vilar de Murteda, um habitat de pequena dimensão, o que leva C.A.B. Almeida (1996) a duvidar de que a referida estátua seja daí procedente.
Guerra, L.F. 1900: 175-177
Vasconcellos, J.L. 1910: 50
Pereira, F.A. 1915:1-16
Hubner 1881: 40-42
Silva, A.C.F. 1984: 29-47
Centeno, R. 1987: 63
Almeida, C.A.B. 1990: 179-182
Almeida, C.A.B. 1996: 109-112

16092101, VILA NOVA, Moreira de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160921). [526253.31, 4617738.91, 30].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num terraço fluvial, com bons terrenos agrícolas. No interior da quinta actual, Casa da Torre, encontraram-se, por ocasião de revolvimento de terras, fragmentos de tégula.
Almeida, C.A.B. 1996: 113-114

16092202, PAÇO, Mujães, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160922). [523911.10, 4613197.08, 0].

Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: C.A.B. Almeida da conta do aparecimento de alguns fragmentos de tégulas em alguns caminhos do lugar de Paço. As dúvidas que o próprio autor revela, levam-nos as classificar estes achados como indeterminados.
Almeida, C.A.B. 1996: 118

16092201, CASTRO DE SANTINHO (Castro de Roques), Mujães; Vila Franca; Subportela, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160922). [523029.36, 4614119.43, 269].
Tipologia: Castro romanizado; Tesouro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio é referido já no século XIX (Sarmento 1888). Situa-se numa plataforma do planalto de Roques e é o maior povoado da Idade do Ferro do vale do Lima. Ocupava dois cabeços e áreas envolventes protegidos por três muralhas reforçadas em alguns sítios. Em 1949, L. Quintas Neves (1965) procedeu aí a uma sondagem. O autor descobriu casas circulares, uma rua lajeada e uma conduta de água. O espólio, entretanto desaparecido, inclui, para além de cerâmica, 48 moedas (de Antonino a Constante). O Padre Arlindo Ribeiro da Cunha (1945) refere a existência de uma "fonte de mergulho, abobadada com pedra miúda" que C.A.B. Almeida (1996) já não pode observar (1990). Este último autor testemunha, no entanto, a presença de cerâmica abundante e diversificada, cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica comum romana, tégula, ímbrices, *dolia*, fragmentos de ânforas e *sigillata*.
Sarmento, F.M. 1888:150
Guerra, L.F.1900: 2-7
Guerra, L.F. 1910
Vasconcelos, J. L. 1917: 116-118
Couto, A.; Viana, T.S.; Araújo, J.R. 1935: 27-30
Cunha, A. R., 1945: 264-268
Neves, L.Q. 1942
Neves, L.Q. 1948: 56-61
Neves, L.Q. 1959: 381-387
Neves, L.Q. 1965: 172-180
Almeida, C. A. F. 1978: 40
Nunes, H. M.B. 1979
Moreira, M. A. F. 1982: 54
Silva, A.C.F. 1983-1984: 124
Almeida, C.A.B. 1996: 114-118
Almeida, C.A.B. 1990: 32-35

16092301, Nª SRª DO CRASTO, Neiva (S. Romão de), Viana do Castelo, Viana do Castelo (160923). [517073.40, 4610031.81, 106].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O povoado ocupa uma colina situada a cerca de 200 metros do convento de S. Romão de Neiva, e junto à estrada romana que de *Cale* prosseguia por Rates, Lagoa Negra, Barca do Lago e Caminha. O sítio, conhecido desde o século XI, encontra-se muito destruído quer pelas obras da capela de Nª Srª do Crasto, quer ainda pela sua utilização como pedreira. Apesar de tudo, C.A.B. Almeida refere vestígios de construções e cerâmica de fabrico indígena, bastante micácea. Não há vestígios de ocupação romana, embora se encontrem tégulas na base do castro, junto ao cemitério adjacente à antiga igreja conventual.
Viana, A. 1926: 88-90, 111-113
VIANA 1932: 154-167;
Almeida, C.A.F. 1978: 40
Moreira, M.A.F. 1982: 31-96
Almeida, C.A.B. 1982: 13-33
Silva1986
Queiroga 1992
Almeida, C.A.B. 1996: 135-137

16092401, RASAS, Nogueira, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160924). [521551.55, 4621115.74, 170].
Tipologia: Minas romanas de estanho. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local situa-se na vertente leste da serra de Perre. Restam vestigios de exploração de estanho, cortas e um canal. C.A.B. Almeida, (1996), admite que remontem à época romana, dada a semelhança com as Rasas de Vila Mou.
Almeida, C.A.B. 1990: 206
Almeida, C.A.B. 1996: 122

16092402, CASTELO DE S. MARTINHO (Aguieira), Nogueira / S. Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160924). [520553.82, 4622654.86, 470].
Tipologia: Castro romanizado; Castelo medieval. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano; Medieval. ***Descrição***: O castelo e castro de S. Martinho, está situado no sítio da Aguieira, o ponto mais alto da serra de Perre. A Norte tem uma boa visibilidade para o povoado da Idade do Ferro, localizado no Alto da Coroa em Amonde e a Sul uma óptima correspondência com o vizinho castro de S. Silvestre de Cardielos. O sistema defensivo era composto por três séries de muralhas e um fosso. Foi no seu interior que se ergueram as estruturas habitacionais de que restam alguns muros circulares e pedra, sumariamente aparelhada. Trata-se de um povoado de médias dimensões que continuou ocupado durante o período romano. O castelo, cabeça da Terra de S. Martinho, reaproveitou as estruturas anteriores. Desta fase restam vestígios na pedra do assentamento da torre, escadas feitas na rocha, cerâmica e o topónimo com que foi conhecido e referido o monte, Monte Tarrugio. O espólio é constituído por cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica romana, ímbrices e cerâmica medieval.
Costa, A.C. 1706: 194
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Couto, A.; Viana, T.S.; Araújo, J.R.1935: 27-30
Paço, A.; Quesado, P. A. 1957
Almeida, C.A.F. 1978: 40
Almeida, C.A.F.; Soeiro, T.; Almeida, C.A.B.; Baptista, A. J. 1981
Almeida, C.A.B. 1996: 119-121
Almeida, C.A.B. 1990: 182-183
Paço, A.; Quesado, P. A. s/d: 88-89

16092502, PAÇO, Outeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160925). [517252.48, 4622121.97, 100].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona de encosta, com razoáveis solos agrícolas, boa irrigação e exposição solar. Noticia-se o aparecimento de tégulas que Almeida, C.A.B. (1996) considera poder corresponder a uma ocupação romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 123

16092501, REGO DO CRASTO, Outeiro, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160925). [518511.83, 4617437.15, 0].

Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: Entre os lugares da Costa e Valadares, fica o sítio conhecido por Rego do Crasto. Assinalado por Afonso do Paço como castro, é impossível assegurar a presença de um "habitat" no local. Se ela existiu, tem mais probabilidade de remontar ao período romano. O sítio em questão possui algumas boas terras de cultivo. De qualquer forma, Almeida, C.A.B. (1996), observou apenas dois fragmentos de tégulas, o que é manifestamente insuficiente para aventar qualquer hipótese.
Paço, A.; Quesado, P. A. 1956: 90
Almeida, C.A.B. 1990: 217
Almeida, C.A.B. 1996: 122-123

16092605, VILA MEÃ, Perre, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160926). [518090.60, 4619502.41, 25].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona junto ao ribeiro de Portuzelo, de bons terrenos agrícolas. O achado de tégula e alguns fragmentos cerâmicos de época romana, fazem supôr a existência de um habitat de dimensão impossível de definir.
Almeida, C.A.B. 1996: 132

16092604, MOLHADOIROS DO GALO (Minadoiros do Galo), Perre, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160926160917). [515685.28, 4620576.18, 312].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado localizado a noroeste do castro de Vieito. O sistema defensivo é formado por uma única muralha. O espólio compõe-se de cerâmica da Idade do Ferro e escassos fragmentos de tégula.
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Paço, A.; Quesado, P. A. 1956: 86-87
Almeida, C.A.B. 1990: 221-222
Almeida, C.A.B. 1996: 126-127
Neves, L.Q. op. cit.? nº 13.

16002601, CASTELHÃO, Perre, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160026). [517212.89, 4619376.89, 50].
Tipologia: Povoado romano; Povoado medieval. ***Cronologia***: Romano; Alta Idade Média. ***Descrição***: O sítio ocupa um pequeno outeiro localizado, quase ao nível dos campos de cultivo, actualmente coberto de mato e pinhal. Dadas as características topográficas do local é impossível admitir a existência de um castro, tal como Abel Viana sustentou. É possível que aqui tenha existido um povoado aberto e de pequenas proporções que, na opinião de C.A.B. Almeida (1996) poderia tratar-se de um povoado tardo-romano e ou medieval. O espólio recolhido, inclui cerâmicas publicadas por Afonso do Paço, sugerem uma cronologia a partir dos fins da ocupação romana. Esta ocupação deve, estender-se até à época medieval, de acordo com alguns fragmentos cerâmicos. A corroborar esta hipótese registe-se ainda a existência de duas sepulturas antropomórficas de formato trapezoidal, cavadas numa rocha situada nas proximidades. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Neves, L.Q.1948: 56-61
Paço, A.; Quesado, P. A. 1956: 87-88
Paço, A.; Quesado, P. A. 1957: 5-11
Almeida, C.A.B. 1996: 131-132
Almeida, C.A.B. 1990: 218-220
Almeida, C.A.B 2003
Neves, L.Q., op. cit.? nº 14.

16092602, VIEITO, Perre, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160926). [517189.49, 4619500.2, 122].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado ocupa uma pequena colina, na encosta oriental da serra de Santa Luzia. As habitações estabeleceram-se em três plataformas, defendidas por duas muralhas, reforçadas a Norte, por um fosso. Neste sector o sistema defensivo completava-se com um torreão. O espólio, abundante, é constituído por cerâmicas da Idade do Ferro, tégulas e ímbrices, fragmentos de ânforas e mós manuais. É ainda conhecida uma inscultura gravada num penedo.
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Moreira, M.A.F. 1982: 54
Teixeira, C.; Medeiros, A.C. 1972: 39
Paço, A.; Quesado, P. A. 1956: 84-86
Paço, A.; Quesado, P. A. 1957: 5-11
Almeida, C.A.B. 1990: 217-218.
Almeida, C.A.B. 1996: 128-129
Neves, L.Q. op. cit.? nº 15.

16092603, CALVÁRIO, Perre, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160926). [518623.78, 4618825.28, 53].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Trata-se de um pequeno povoado muito destruído, que ocupa um pequeno outeiro situado nas proximidades da igreja paroquial de Perre. São conhecidas algumas casas circulares e um lanço de muralha, na coroa. Nada se conhece do restante sistema defensivo. O espólio noticiado, atribuível aos finais da Idade do Ferro/Inícios da romanização, é constituído por cerâmica castreja, cerâmica comum romana, ânforas, uma moeda ilegível e uma "machadinha castreja". Segundo C.A.B. Almeida, o povoado terá uma ocupação dos finais da Idade do Ferro até aos inícios da romanização.
Azevedo, P.A. 1901: 110
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Cardozo, M. 1937
Paço, A.; Quesado, P. A. 1956: 81/82
Almeida, C.A.B. 1996: 124-126, 212-215.
Corrêa, A.A.M., op. cit.? p. 188

16092703, PAÇÔ, Portela de Susã, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160927). [525758.16, 4614036.18, 250].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num local de bons solos agrícolas, numa zona de vale. A presença de tégula, o topónimo e as condições topográficas do local levam a considerar a hipótese de um habitat, cuja extensão e cronologia são difíceis de aferir.
Almeida, C.A.B. 1996: 135

16092702, IGREJA, Portela de Susã, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160927). [525112.02, 4613663.80, 160].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se numa chã, sobranceira à zona

de depressão, onde passaria, segundo C.A.B. Almeida (1996) via romana *per loca marítima*. Entre os lugares de Outeiro e Souto, apareceram vestigios de tégula, ímbrices, e cerâmica comum romana. Perto do local foi encontrada uma sepultura escavada na rocha. Dados os indícios, o autor citado põe a hipótese de uma ocupação romana, que pode ter perdurado ate épocas mais tardias.
Almeida, C.A.B. 1996: 134-135

16092701, CRESTO, Portela de Susã, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160927). [525762.59, 4612802.56, 200].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Medieval. ***Descrição***: O sítio localiza-se entre os lugares de Rebordelo e Pereiro. Possui duas muralhas e um fosso, na vertente leste. Na muralha que rodeia uma acrópole ampla, há vestigios de um torreão. No interior da acrópole há vestigios de construções, impossíveis de observar com detalhe dado o facto de o local se encontrar coberto por densa vegetação. Este facto impede, também, a recolha de eventuais materiais cerâmicos. C.A.B. Almeida (1996) sugere, ainda, a possibilidade de a muralha que circunda a zona da acrópole ter sido reutilizada na época medieval. Facto a salientar e a passagem da via *per loca maritima*, na zona a oeste deste castro. ***Observações***: Castro e atalaia medieval.
Almeida, C.A.B. 1996: 133-134

16092801, MONTE DOS CASTELOS, S. Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160928). [520537.36, 4620341.73, 177].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: Pequeno povoado situado na serra de Perre, a noroeste do castro de S. Silvestre. Reconhecem-se três linhas de muralha e vestígios de casas circulares. O espólio é constituído por cerâmica da Idade do Ferro, fragmentos de cerâmica comum romana e alguma tégulas e ímbrices. Para além da pastorícia e agricultura, este povoado pode ter estado economicamente relacionado com a actividade de pesquisa do estanho.
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 163
Paço, A.; Quesado, P. A. 1956: 88
Almeida, C.A.B. 1990: 215.
Almeida, C.A.B. 1996: 153-154
Neves, L.Q. op. cit.? nº13.

16093201, IGREJA, Serreleis, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160932). [520706.57, 4617751.57, 30].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma elevação de um terraço fluvial, onde hoje se encontra a igreja paroquial de Serreleis. Nesta elevação localiza-se um povoado com coroa plana e talude em terra no fundo do qual corria um fosso. Trata-se de um dos típicos exemplares dos povoados a que C.A.B Almeida chama castros agrícolas, existentes nas margens do Lima e seus afluentes. Apesar de muito destruído, é possível encontrar fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e alguma tégula. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).
Almeida, C.A.B. 1990: 241
Almeida, C.A.B. 1996: 154-155
Almeida, C.A.B. 2003

16092901, IGREJA, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [527409.69, 4617527.36, 36].
Tipologia: Necrópole romana; Epigrafia romana indeterminada. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Na igreja, adro e residência paroquial há notícia de vários materiais romanos, uma sepultura (1,60m x 0,30m / 0,40m) de forma trapezoidal, com as paredes laterais em pedra e o fundo revestido de tégula. Documenta-se também uma ara mutilada e anepígrafe e um capitel toscano. Os materiais apareceram aquando de obras efectuadas na igreja, em data imprecisa. C.A.B. Almeida (1996), chama a atenção para a proximidade existente entre estes achados e os da *villa* romana de Sta Maria de Geraz do Lima.
Moreira, M. A. F.1982. 68
Almeida, C.A.B. 1990: 46
Almeida, C.A.B. 1996: 144-146

16092902, PESO, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [528711.36, 4615681.98, 183].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Bronze; Ferro; Romano. ***Descrição***: O sítio é conhecido desde 1980, quando os trabalhos de reflorestação permitiram detectar vestígios cerâmicos com uma ampla cronologia. As escavações de 1983, permitiram detectar uma ocupação que vai do Bronze Final à Época Romana. A ocupação do Bronze Final limita-se, segundo C.A. B. Almeida (1996), à zona de grandes penedos do cabeço. Na Idade do Ferro toda a área foi ocupada mas a concentração dos achados situa-se ainda nos penedos, sobretudo junto de um edifício descoberto na parte mais baixa da vertente este. No século I a.C. foi construída uma muralha dupla posta a descoberto no talude oeste. A ocupação da época romana abrange a zona do já referido edifício mas estende-se mais intensamente, a avaliar pela quantidade de cerâmica encontrada, na vertente oeste, na zona a sul do edifício e na zona dos penedos. O espólio inclui cerâmica da Idade do Bronze, cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica comum romana, tégula e *dolia*. Para C. A. B. Almeida (1996), tudo indica que a partir da segunda metade do século I a.C., a população se expandiu extra-muralhas.
Soeiro, T. 1981
Almeida, C.A.B.; Abreu, A.A; Baptista, A.J. 1985
Almeida, C.A.B. 1990: 42-44.
Almeida, C.A.B. 1996: 137-141.

16092903, CHOUSO DE MONDIM, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [527454.73, 4617835.94, 40].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: C.A.B. Almeida regista o aparecimento de tégulas numa área aplanada de bons solos agrícolas. O autor não tem dúvidas em considerar o sítio um habitat, provavelmente de época romana. No entanto a possibilidade de que possa ser de época mais tardia, leva-nos a colocar a cronologia romana com reservas.
Almeida, C.A.B. 1990: 40
Almeida, C.A.B. 1996: 144

16092904, BALTAR, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [528711.36, 4615681.98, 0].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***:. Indeterminada. ***Descrição***: C.A.B. Almeida, regista o aparecimento de tégula, que diz ser de "um pequeno edifício do início da Alta Idade Média". Parece-nos que se inclina para esta hipótese baseado no facto de Baltar, derivar de um antropónimo de origem germânica.
Almeida, C.A.B. 1990: 40
Almeida, C.A.B. 1996: 143-144.

16092905, PAÇO, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [528429.79, 4616729.45, 60].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno outeiro, com bons solos agrícolas. C.A.B. Almeida regista o aparecimento de tégula e alguns fragmentos cerâmicos que lhe parecem poder remontar a época romana.
Almeida, C.A.B. 1996: 143

16092906, COUTADA /PEROPESCOÇO, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [529087.50, 4614141.44, 250].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: C.A.B. Almeida regista o aparecimento de tégulas e alguma pedra de construção nos lugares de Coutada e Peropescoço, que podem corresponder a um ou dois habitats romanos. O local situa-se numa formação aluvial com boa exposição solar e abundância de água.
Almeida, C.A.B. 1990: 40
Almeida, C.A.B. 1996: 141

16092907, AGROS, Stª Leocádia de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160929). [527374.06, 4614751.64, 350].
Tipologia: Casal rural romano? ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se no curso superior da ribeira do Lourinhal, em plena serra da Padela, local com boa exposição solar e abundância de água. C.A.B. Almeida regista o aparecimento de tégula em bastante quantidade e restos de *dolia*, numa vertente da actual povoação. Para o autor, tratar-se-á de um casal de época romana.
Almeida, C.A.B. 1990: 40
Almeida, C.A.B. 1996: 142

16093001, PAÇO, Stª Maria de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160930). [527063.59, 4617371.83, 41].
Tipologia: Povoado romano. ***Cronologia***: Romano/Baixo-império. ***Descrição***: O sítio localiza-se num pequeno cabeço coberto de pinhal, a nascente dos antigos Paços do Concelho, muito destruído por trabalhos agrícolas. E visível um talude seguido de um fosso. O espólio é constituído por tégula e cerâmicas de pasta cinzenta, que C.A.B. Almeida pensa poder atribuírem ao período tardo romano. ***Observações***: A comparação com outros povoados leva este autor a sugerir a hipótese de um povoado tardo-romano.
Almeida, C.A.B. 1990: 46-48
Almeida, C.A.B. 1996: 152
Almeida, C.A.B. 2003

16093002, IGREJA, Stª Maria de Geraz do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160930). [527596.60, 4617003.77, 40].
Tipologia: *Villa*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se num terraço fluvial do Vale do Geraz, entre a Serra da Padela e o monte do Castelo. Possui boa exposição solar e abundância de água. O aparecimento de tégula, cerâmica comum romana, e um capitel jónico em Rendeiros e Carvalho da Vinha, foram alguns dos primeiros indícios de ocupação desta área. Para além deste material, registam-se ainda fustes de colunas, bases e capitéis de tipo toscano provincial, pias e tijoleira de pavimento. Trabalhos de revolvimento de terras na zona, junto ao adro da igreja paroquial revelaram pedras aparelhadas, cerâmicas, vestigios de uma habitação circular e mos manuais. Posteriormente, em obras efectuadas na igreja e no adro, descobriram-se para alem de sarcófagos em pedra, sepulturas romanas Almeida, C.A.B. (1996) e uma série de materiais claramente romanos: pedras almofadadas, tijolo e tégula, fragmentos de *sigillata* hispânica, cerâmica bracarense, fragmentos de cerâmica cinzenta fina e cerâmicas romanas mais tardias. O sítio parece, pois, ter uma ampla cronologia de ocupação, que dará origem a uma *villa-ecclesia* medieval. Esta ocupação sucessiva pode resumir-se nos seguintes momentos: ocupação com materiais cerâmicos da Idade do Ferro e casa castreja de tipo circular, pedras almofadadas e outro material de construção, juntamente com cerâmicas altoimperiais e, ainda, materiais tardo-romanos e medievais.
Almeida, C.A.B. 1990: 42
Almeida, C.A.B. 1996: 146-152

16093301, PAÇO, Subportela, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160933). [523789.13, 4615108.81, 55].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Regista-se o aparecimento de tégula numa zona aplanada, perto da portela de Susa, onde passaria a via *per loca marítima*. C.A.B. Almeida (1996), não tem dúvidas em afirmar a existência de um habitat romano neste local embora seja impossível precisar a sua dimensão.
Almeida, C.A.B. 1996: 155-156

16090001, CITÂNIA DE SANTA LUZIA (Cidade Velha de Santa Luzia), Viana do Castelo, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160900). [514005.49, 4617180.2, 226].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado, situado junto à orla marítima, podia vigiar a navegação costeira e, juntamente com o outro povoado situado no monte Faro- Darque, controlar a entrada do estuário do Lima. A defesa do castro era assegurada por uma tripla muralha, apoiada por dois fossos. Destas, a que melhor se conhece é a mais interior. Construída em pedra, tinha a reforçá-la do lado nascente dois torreões. O povoado possuía uma rede de drenagem, de que ainda existem condutas para o escoamento das águas pluviais. O recinto ovalado que aparece na parte mais alta do povoado e ao qual se ascende através de uma única porta virada a Poente, com 1,30 m de largo e precedida de dois degraus, tem nítidas semelhanças com o seu congénere do Mozinho e poderá, tal como sugere C. A. F. Almeida (1983),

ter servido para reuniões públicas e jogos. A tendência para a ortogonalidade está bem patente. De qualquer forma, na área escavada de Santa Luzia, ainda predominam as habitações circulares, algumas com bancos corridos no interior.
Ribeiro, V. (s/d): 43, Vol. III
Silva, J.P. 1877
Guerra, L.F. 1878
Caldas, J. 1884 : 333-335
Cardoso, F. 1897
Guerra, L.F. 1900
Belino, A. 12-9-1902
Fortes, J. 1904: 3
Fortes, J.1905: 16/17
Vasconcelos, J.L. 1910: 507-508
Vasconcelos, J.L.1913: 507-508
Pereira, F.A. 1914
Corrêa, A.M. 1924
Déchelette, J.M. 1927: 173
Vitorino, P. 1929: 448
Sarmento, F.M. 1933: 166
Viana, T.S. 1935: 36-37
Lopez, C.F. 1953
Viana A.; Oliveira, M.S. 1954: 5, 12, 19, 36-37
Viana A.; Oliveira, M.S. 1955: 25, 25, 33, 34, 66, 68, 71-78, 541,547
Viana A. 1955
Balil, A. 1972: 9
Romero, M.A. 1976
Viana A.; Almeida, C.A.F. 1977: 37
Kalb, Ph. 1980: 25-115
Ponte, S. 1981: 149-151
Almeida, C.A.F. 1983: 72
Silva, E.J.L.; Marques, J.A.T.M. 1984: 36, 38
Almeida, C.A.B. 1996: 167-221
Almeida, C.A.B. 1990: 224-239

16093804, QUINTA DA PORTELA, Vila de Punhe, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160938). [522062.47, 4612728.55, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio situa-se numa zona de encosta, na vertente meridional do monte de Roques. C.A.B. Almeida noticia o aparecimento de fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, cerâmicas comuns romanas e tégula. Apesar de sugerir a hipótese de uma *villa*, o autor afirma a dificuldade em assegurar essa tipologia. Assim, optamos por considerar estes vestígios como um casal rural romano. É provável que os seus habitantes fossem oriundos do Alto do Santinho.
Almeida, C.A.B. 1996: 229

16093802, IGREJA, Vila de Punhe, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160938). [522272.63, 4612081.54, 110].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa uma pequena colina, amplamente urbanizada, junto da antiga via que C.A.B. Almeida acredita poder tratar-se da *via per loca maritima*. Em trabalhos de remoção de terras foram encontradas tégulas e aquilo que o autor citado designa por "algumas cerâmicas conotadas com a parte final da romanização". Estes factos, a proximidade da via e a existência de bons terrenos agrícolas, levam a sugerir uma ocupação romana de dimensão impossível de calcular.
Almeida, C.A.B. 1996: 227

16093801, COTORINHO, Vila de Punhe, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160938). [522894.46, 4612916.20, 226].
Tipologia: Castro romanizado. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O local possui condições de visibilidade desde a foz do rio Lima. Na base do povoado passaria a via *per loca maritima*. A construção de uma fortaleza seiscentista na época da guerra da restauração, destruiu quase completamente o antigo povoado. Numa das vertentes, é ainda possível observar cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica comum romana, tégula e vestigios de muros.
Almeida, C.A.B. 1996: 225-227

16093803, QUINTA DO MONTE, Vila de Punhe, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160938). [522617.62, 4612699.43, 130].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local situa-se na base meridional do Cotorinho, numa zona de vertente de bons solos agrícolas. Podem recolher-se fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, tégulas, cerâmica comum romana, cerâmica tardo romana, para além de "muita pedra de pequeno formato" Almeida, C.A.B. (1996). É provável que estejamos perante uma ocupação que remonta aos inícios da época romana, eventualmente com habitantes do Castro de Roques ou do Cotorinho. C.A.B. Almeida (1996), usando exemplos semelhantes, põe a hipótese de se tratar de uma *villa*.
Almeida, C.A.B. 1996: 228-229

16093502, FONTÃO, Vila Franca, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160935). [520947.78, 4614298.09, 60].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Noticia-se o aparecimento de tégula, cerâmica comum romana e alguma pedra de "pequeno formato, aparelhada num ou nas duas faces" (Almeida, C.A.B. 1996). Para este autor trata-se de um povoado tardo-romano. Baseia-se, segundo nos parece, em alguns achados cerâmicos que " se inserem nas produções tardias da ocupação romana." (Almeida, C.A.B. 1996). Apesar das observações citadas parece-nos mais prudente incluir os vestígios no grupo dos habitats romanos. ***Observações***: Povoado tardo-romano segundo C.A.B. Almeida. (2003)
Almeida, C.A.B. 1996: 224
Almeida, C.A.B. 2003

16093501, IGREJA, Vila Franca do Lima, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160935). [521963.82, 4614733.03, 0].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminada. ***Descrição***: O sítio ocupa uma zona aplanada, na base do monte de Roques. O espólio resume-se a tégula e ímbrices. Na zona do passal existem três túmulos medievais, pelo que nos parece muito arriscado sugerir, sem as devidas reservas, uma ocupação romana para o local.
Almeida, C.A.B. 1990: 240
Almeida, C.A.B. 1996: 228-229

16093601, SABARIZ, Vila Fria, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160936). [520833.60, 4613804.3, 110].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: Pequeno povoado da Idade do Ferro, situado num pequeno cabeço do monte de Roques, com uma excelente posição geoestratégica. O espaço de ocupação parece reduzir-se à coroa (50x70m), hoje transformada em adro de igreja. É aqui

que L.Q. Neves (1965) refere o achado de casas castrejas, restos ósseos humanos e parte de uma muralha. O povoado possui duas muralhas de pedra. Na vertente oeste existe um fosso que começa na base da muralha exterior. Na vertente leste, o reforço foi feito com uma "asa" que arranca da muralha, descreve um arco, e termina nuns penedos. O espólio é composto, basicamente, por cerâmica de fabrico indígena.

Viana, A. 1932: 164
Paço, A. 1933: 272-276
Neves, L.Q. 1965: 178
Almeida, C.A.B. 1990: 31-32
Almeida, C.A.B. 1996: 157-159

16093701, RASAS, Vila Mou, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160937). [525086.62, 4620911.37, 40].

Tipologia: Minas romanas; estanho. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: Regista-se no local mineração do estanho. São visíveis dez cortas com profundidades diferentes, ao longo do Rio Tinto. Em 1943 foi encontrada uma lucerna em Rasas de Cima e fornos de fundição em Alvariz, para além de escórias de estanho.

Almeida, C.A.B. 1990: 206
Almeida, C.A.B. 1996: 164-165

16093706, MATA DE VILA MOU, Vila Mou, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160937). [525390.22, 4619987.21, 35].

Tipologia: Minas romana. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A zona corresponde a um antigo terraço fluvial onde se explorou o estanho. Algumas picaretas e lâmpadas de barro, descritas por F. Moreira, podem fazer-nos supor a exploração na época romana.

Almeida, C.A.B. 1990: 206
Almeida, C.A.B. 1996: 165

16093703, IGREJA /PAÇO, Vila Mou, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160937). [525090.08, 4619924.47, 30].

Tipologia: Ara a Júpiter. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O local situa-se num terraço fluvial, muito perto das Rasas (onde se encontram vestígios de mineração romana do estanho) e a algumas centenas de metros da Cividade de Vila Mou. Em 1892, na demolição da igreja paroquial de Vila Mou, apareceu uma ara dedicada a Júpiter, cujo paradeiro é desconhecido, de 88 cm de altura e 25cm de espessura. Com a ara apareceram, ainda, alguns capitéis identificados como visigóticos, uma "pedra" com a inscrição VICTORIAE. (entretanto desaparecida), para além de outras pedras aparelhadas. Nos terrenos do passal, junto à igreja, recolheram-se fragmentos de tégulas, tijoleira, cerâmica comum romana e fustes em granito. Na vertente sul da Cividade de Vila Mou e a sudeste da igreja de que aqui nos ocupamos, na chamada Quinta da Torre, apareceram quatro sepulturas, uma das quais intacta. Para C.A.B. Almeida (1996) esta necrópole tardia (ID 16093704). Parece-nos provável que no lugar da actual igreja de Vila Mou tenha existido um local de culto, que não podemos deixar de relacionar com a Cividade de Vila Mou, onde um indivíduo com onomástica indígena terá prestado culto a Júpiter. Lamentavelmente, desapareceram tanto a homenagem a Júpiter como a dedicada a Vitória.

Guerra, L. F. 1900: 155-177
Pereira. F.A. 1906: 202-209
Araújo, J.R. 1959: 85-90
Almeida, C.A.B. 1996: 161-164
Almeida, C.A.B. 1990: 188-189

16093704, QUINTA DA TORRE, Vila Mou, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160937). [525321.12, 4619925.28, 20].

Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano/Baixo Império. ***Descrição***: A Quinta da Torre está situada na vertente sul da Cividade de Vila Mou e a sudeste da igreja paroquial. Aqui apareceram quatro sepulturas, uma das quais intacta (cobertura e paredes de pedra e fundo de tijoleira; vestígios de carvões). Para C.A.B. Almeida (1996) esta necrópole " (...) é tipologicamente tardia". Admitindo uma cronologia tardia para esta necrópole e a sua relação, também hipotética, quer com a Cividade de Vila Mou quer, ainda, com os vestígios encontrados na igreja paroquial (nomeadamente alguns capitéis dados como visigóticos) poderemos admitir uma ocupação do povoado da Cividade por um período alargado, pelo menos por aqueles que se dedicavam à actividade mineira. É admissível a extensão do povoados para junto dos campos de cultivo. A muita tégula que aparece desde a Cividade até à zona da igreja paroquial, assim o indica.

Almeida, C.A.B. 1996: 187-188
Araújo, J.R. 1959: 85-90
Almeida, C.A.F.1978:80
Moreira, M.A.F.1982: 63

16093705, CIVIDADE DE VILA MOU, Vila Mou, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160937). [525319.81, 4620295.5, 53].

Tipologia: Povoado mineiro romano; *Vicus*. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio ocupa um antigo terraço fluvial, num cabeço bem destacado na paisagem envolvente. O espaço ocupado distribui-se por três plataformas, rodeadas por um talude, seguido de um fosso. Na plataforma superior há vestígios de uma estrutura, que C.A.B. Almeida (1996), interpreta como possível torreão. As habitações distribuíam-se por estas três plataformas. O espólio é constituído por cerâmica de fabrico indígena, tégula, *dolia*, fragmentos de ânforas, mós manuais, ímbrices, escória de fundição e algumas prisões de gado. Embora os recursos envolventes permitissem a actividade agrícola, a localização do povoado numa zona de exploração mineira, tanto de estanho como de ouro (nos rios Seixo e Tinto) e o seu posicionamento num nó viário privilegiado levam-nos a considerar este local como um povoado mineiro romano. Este local deve ser entendido em conjunto com os achados já descritos em Igreja /Paço (ID 16093703) e Quinta da Torre (ID 16093704). ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003).

Costa, A.C. 1706: 194
Leal, P. 1873-1890: 799
Vieira, J.A. 1887: 229
Viana, A. 1926: 90
Viana, A. 1932: 164
Araújo, J.R. 1934: 9
Couto, A.; Viana, T.S.; Araújo, J.R.1935: 27-30
Araujo, J.R. 1959: 85-90
Moreira, M.A.F. 1981: 31-89, 395-423
Moreira, M.A.F. 1982: 54 e segs.

Almeida, C.A.B. 1990: 186-187
Almeida, C.A.B. 1996: 159-161
Almeida, C.A.B. 2003

16093901, COVAS (Poço Negro; Poço do Inferno), Vilar de Murteda, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160939). [525491.44, 4623997.07, 150].
Tipologia: Minas romanas-estanho. ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local situa-se no leito do Rio Seixo. Não há indícios seguros de que nesta exploração possa ter havido intervenções romanas.
Almeida, C.A.B. 1990: 206
Almeida, C.A.B. 1996: 166-167

16093903, FOLGADOURO, Vilar de Murteda, Viana do Castelo, Viana do Castelo (160939). [521840.27, 4624910.09, 270].
Tipologia: Minas romanas-ouro e estanho. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A mina situa-se na encosta do Monte de Folgadouro, local onde se explorou o estanho e o ouro. Em 1938 detectaram-se duas galerias com vestígios de exploração antiga. Apesar da falta de informações conclusivas, C.A.B. Almeida (1996), acredita que o local foi uma importante exploração mineira.
Almeida, C.A.B. 1990: 205
Almeida, C.A.B. 1996: 166

16100202, IGREJA, Candemil, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161002). [525817.10, 4642441.56, 260].
Tipologia: Miliário. ***Descrição***: Apareceu junto a uma casa senhorial do século XVII, um marco miliário deslocado, em estado avançado de degradação.
Almeida, C.A.B. 2000: 21

16100404, STª LUZIA, Covas, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161004). [524800.37, 4636793.82, 118].
Tipologia: *Villa?* ***Cronologia***: Romano/Baixo Império/Alta Idade Média. ***Descrição***: O sítio localiza-se a sudoeste da igreja paroquial, a cerca de 100 metros do rio Coura. Para além de pedras almofadadas incorporadas nos muros, detectaram-se fragmentos de cerâmica indígena, cerâmica comum romana, fragmentos de ânfora, *dolia*, tégulas, fragmentos de *sigillata* hispânica e algumas outras produções que C.A.B. Almeida considera "um tipo de produção originária da Gália" (1996). O autor fala, ainda, do aparecimento de cerâmicas mais tardias (séculos VI e VII). O sítio parece, pois, ter tido uma ocupação que terá começado no século I e se estendeu até à Alta Idade Média. Refira-se, ainda, a proximidade do local com zonas auríferas na margem do Rio Coura "a jusante de Santa Luzia" (Almeida 1996)
Almeida, C.A.B. 1996: 23-25

16100403, PAGADE (Pias), Covas, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161004). [526527.12, 4637324.36, 160].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio ocupa um remate de esporão sobre o rio Coura. O monte encontra-se coberto de vegetação bem como o seu acesso. C.A.B. Almeida (1996) põe a hipótese de ter havido uma muralha em pedra, entretanto destruída. O espólio resume-se a alguns fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro.
Almeida, C.A.B. 1996: 20-21

16100401, COUÇO DO MONTE FURADO, Covas, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161004). [522771.82, 4636848.73, 90].
Tipologia: Minas romanas-estanho; ouro. ***Descrição***: Num meandro grande do rio Coura, atravessou-se um túnel aberto no xisto, na extensão de cerca de 200 m, com 2 m de largura, e 1,80 m de altura média, para desviar temporariamente o rio (através de levadas e um pequeno canal artificial de que ainda restam vestígios) a fim de recolher no "poço" de Cabaninhas. Situado no rio, no vértice do meandro, o rio transportava em particular o ouro. Actualmente o túnel está em muito bom estado de conservação, estando a abertura, a montante, bastante coberta por motivo das cheias que também, em muito menor escala se fazem sentir no inferior. Ver possível ligação com Cabaninhas.
Oliveira, E.P. 1994: 71-72
Léwis, P.R.; Jones, G.D.B. 1970: 169-185

16100503, PAÇO, Gondar, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161005). [526515.74, 4640377.70, 260].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio localiza-se na parte alta da freguesia, numa área aplanada delimitada pelos ribeiros da Cunha e de S. João. É um importante local de cariz senhorial, mas tem vestigios anteriores como tégulas e *dolia*. Todavia, estes vestigios não são suficientes para apontar uma cronologia e tipo de ocupação precisos.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 30-31

16100502, IGREJA, Gondar, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161005). [527044.79, 4640595.58, 255].
Tipologia: Habitat romano? ***Cronologia***: Romano? ***Descrição***: O local situa-se a Nascente do Lugar do Paço. Os vestigios que aparecem no adro e no espaço envolvente são um túmulo antropomórfico, uma tampa de sepultura decorada com uma cruz inscrita num círculo, muita tégula e cerâmica comum. Segundo C.A.B. Almeida, a ocupação remonta ao período final da época romana e o início da Alta Idade Média.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 29

16100501, SOBREIRO, Gondar, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161005). [526169.72, 4640499.78, 250].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro; Romano. ***Descrição***: O povoado está localizado num cabeço perto de Sobreiro e de Balter. Dos vestígios restam apenas uma muralha em talude e um fosso. Nos terrenos a Sul, abundam tégulas e fragmentos de cerâmica de tipo castreja bastante micácea. O autor considera que o local é ideal para a exploração agrícola. ***Observações***: Trata-se de um castro agrícola, no entender de C. A. B. Almeida (2003)
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 28-29

16100802, LOUREDO, Lobelhe, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161008). [521665.47, 4644401.60, 38].
Tipologia: Necrópole romana. ***Cronologia***: Romano ***Descrição***: O sítio localiza-se nas imediações da igreja paroquial. São terrenos onde têm aparecido alguns vestigios de época romana, representados por tégulas, que se dispersam no interior dos quintais. Há notícias de "caixas formadas por tijolos" o que pode indicar a presença de uma necrópole, segundo o autor. Esta poderá estar relacionada com a ocupação do castro agrícola de Breia, Lobelhe.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V: 34.

16100701, IGREJA, Loivo, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161007). [520866.67, 4641993.51, 38].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado. ***Descrição***: A igreja de Loivo, juntamente com o cemitério ocupa a parte mais elevada da colina delimitada a norte pelo ribeiro de Vale de Cima e a sul pelas Quintas do Vale e da Torre. Com a necessidade de crescimento do cemitério, foram realizadas obras, que puseram a descoberto tégulas e alguns fragmentos cerâmicos.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 34

16101102, IGREJA, Reboreda, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161011). [522882.30, 4645484.89, 65].
Tipologia: Habitat romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: A igreja localiza-se numa pequena colina, situada junto à estrada nacional Valença -Viana do Castelo. A igreja é do século XVIII, mas anteriormente foi um templo românico. Dessa época sobreviveram dois túmulos. Os vestigios arqueológicos baseiam-se em tégulas e fragmentos de cerâmica comum de época romana.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 40

16101302, S. SEBASTIÃO, Sopo, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161013). [522256.44, 4639499.51, 280].
Tipologia: Casal rural romano. ***Cronologia***: Romano. ***Descrição***: O sítio fica localizado a 200m da capela de S. Sebastião. Nos terrenos voltados a Sul e a Nascente, foram encontrados pedra de construção, tégulas e fragmentos de *dolia*.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 46

16101301, MATA DOS CRASTOS, Sopo, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161013). [522443.68, 4638574.84, 258].
Tipologia: Castro. ***Cronologia***: Idade do Ferro. ***Descrição***: O sítio localiza-se a sudeste da igreja paroquial de Sopo, num esporão, junto a uma linha de água designada como Ribeiro Real. O sistema defensivo é constituído por um talude e fosso, para além de uma muralha feita de pedras e terra. O autor citado não refere espólio, provavelmente porque o sítio se encontra coberto por um denso matagal.
Almeida, C.A.B. 1996: 44-46

16101401, MONTORROS, Vila Meã, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo (161014). [526254.68, 4648673.35, 15].
Tipologia: Indeterminado. ***Cronologia***: Indeterminado. ***Descrição***: O sítio fica a oeste de Chamosinhos e facilmente se encontram bocados de tégula. O local não goza de boas condições para a prática agrícola.
Almeida, C.A.B. 1996, Vol. V.: 40

Referências bibliográficas

Abascal Palazón, J. M. (1986) "La ceramica pintada romana de tradicion indígena em la Península Ibérica", *Centros de producción, comercio y tipologia*, Madrid.

Abreu, A.A. (1989) Vila *Cova, a Terra e o Homem*, Barcelos.

Abreu, L. (1963) "Concelho de Vila Verde". *História, Arte e Paisagem do Distrito de Braga*, Braga.

Acuña Castroviejo, F. (1973) "Os balsamarios romanos da Gallecia", *Cuadernos de Estúdios Gallegos*. Santiago de Compostela.

Acuña Castroviejo, F. (1974) "Mosaicos Romanos de España Citerior III Conventus Bracarensis", *Studia Archeologica*, Vol. 31,Valladolid.

Acuña Castroviejo, F. (1974) "Consideraciones sobre los mosaicos portugueses del Convento Bracarense", *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto.

Aguiar, J.M. (1936) *Penafiel Antigo*, Câmara Municipal de Penafiel, Vol III, Penafiel.

Aguiar, J.M. (1943) *Terra de Penafiel*, Penafiel.

Aguiar, J.M. (1945) *Penafiel Antigo*, Câmara Municipal de Penafiel, Vol IV, Penafiel.

Alarcão, J; Alarcão, A. M. (1963) "Vidros Romanos do Museu de Martins Sarmento", *Revista de Guimarães*, Guimarães.

Alarcão, A.; A. Martins (1976) "Uma cerâmica aparentada com as "paredes finas" de Mérida", *Conímbriga*, Vol. XV. Coimbra.

Alarcão, J. de (1974) *Portugal Romano*. Editorial Verbo. Lisboa.

Alarcão, J. de (1988) *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins.

Alarcão, J. de (1988) *Roman Portugal*, Vol II, Fasc.1, Warminster

Almeida, A.F. (s/d) "Talábriga", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXX.

Almeida, C. A. B. (1979) "A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanus, Via Bracara Asturicam Quarta", *Minia*, 3. 2ª Série, Ano II, Braga.

Almeida C. A. B. (1981) "Uma figura antropomórfica da Citânia de Roriz, Oliveira", Barcelos, *Cuadernos de Estúdios Gallegos*, Santiago de Compostela.

Almeida, C. A. B.; Soeiro, M. T. C. M.(1980) "Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz", *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães.

Almeida, C.A.B. (1980) "Via Veteris. Antiga via romana?", *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, Guimarães.

Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. (1981) – "Castros e Castelos de Ponte de Lima", *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima.

Almeida, C. A. B. (1981 – 1982) "Uma ara a Hércules", *Portugália*, Nova série, 2-3. Lindoso, Ponte da Barca.

Almeida, C.A.B.; Neiva, M. A. P. (1982) "O castro de S. Lourenço, Vila Chã", *Boletim Cultural de Esposende*, Esposende.

Almeida, C. A. B. (1983) "A cabeça do guerreiro galaico da Citânia de Roriz – Oliveira", *Barcellos-Revista*, 1, Barcelos.

Almeida, C.A.B. ; Baptista, A.J. (1984) "Inventário Arqueológico: O castro de S. Simão", *Barcellos – Revista*, Barcelos.

Almeida, C. A. B.; Almeida, C.A.F. (1985) "Relatório das Escavações do Castro do Peso", *Cadernos Vianenses*, 9, Viana do Castelo.

Almeida, C.A.B.; Abreu, A.A; Baptista, A.J. (1985) *Relatório das escavações do Castro do Peso*. Viana do Castelo

Almeida, C.A.B. (1986) "Carta Arqueológica do Concelho de Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, 9/10, Esposende.

Almeida, C.A.B. ; A.A. Abreu (1987) A Necrópole de incineração de Gondomil. Valença. *Lucerna*. Porto.

Almeida, C.A.B. (1990) "Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima", *Estudos Regionais*, Viana do Castelo.

Almeida C. A. B. (1992) *Introdução ao P.D.M. de Vila do Conde*, *Relatório de Arqueologia* (Policopiado).

Almeida, C.A.B. (1993) "A Villa Romana de Passos, Tarouquela – Cinfães", *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, 10, Porto.

Almeida, C.A.B. (1996) *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho"*, Vol. I, Vol. II, Vol. III, Vol. IV, Vol. V, Vol. VI.

Almeida, C. A. B. (2000) *A arqueologia proto-histórica e romana do concelho de Vila Nova de Cerveira"*, Vila Nova de Cerveira.

Almeida, C. A. F. (1968) *Vias Medievais Entre Douro-e-Minho*, Dissertação policopiada para licenciatura, Porto.

Almeida, C. A. F. (1969) *Romanização das Terras da Maia*, Maia.

Almeida, C.A.F. (1970) *Revista da Faculdade de Letras-série de História*, Vol I, Porto.

Almeida, C.A.F. (1971) "Uma Escultura Castreja de Calheiros. Ponte de Lima, Duas Considerações", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra.

Almeida, C. A. F. (1972) "A Póvoa do Varzim e o seu aro na Antiguidade", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim.

Almeida, C. A. F. (1972) "Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal", *Revista da Faculdade de Letras*, Porto.

Almeida, C. A. F. (1973) "Influências meridionais na Cultura Castreja", *Revista da Faculdade de Letras do Porto,* Série História 4, Porto.

Almeida, C. A. F. (1974) "Necrópole galaico-romana de Vila do Conde", *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto.

Almeida, C. A. F. (1974) "O monumento com forno de Sanfins e as Escavações de 1973*", Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto.

Almeida, C. A. F. (1974) "Sondagens arqueológicas em Frende", *Archaeologica Opuscula*, Baião.

Almeida, C.A.F. (1975) "Cerâmica Castreja", *Sep. da Revista de Guimarães*, Vol. LXXXIV.

Almeida, C.A.F. (1977) *Escavações no Monte Mózinho*, II, Penafiel.

Almeida, C. A. F. (1978) *Castelologia Medieval de Entre -Douro-e-Minho*, Porto.

Almeida, C.A.F. (1978) *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Almeida, C.A. F; Soeiro, T; Almeida, C.A.B; Baptista, A.J. (1981) "Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha", *Sep. do Arquivo de Ponte de Lima*, nº 3, Ponte de Lima.

Almeida, C.A.F; Lopes, F.G.A. (1981 -1982) "Eja-Entre-os-Rios", *Portugália*, Nova série, Vol. II/III Porto.

Almeida, C.A.F. (1983) "Cultura Castreja, Evolução e Problemática", *Arqueologia*, nº 8, Porto.

Almeida, C.A.F. (1987) *Alto Minho*, Ed. Presença, Lisboa.

Almeida, D.F. (1953) "Terminus Augustalis entre Talábriga e Lancóbriga", *O Archeólogo Português*, 2ª Série, Vol. II, Lisboa.

Almeida, D.F. (1956) "Marcos Miliários da Via Romana Aeminum-Cale", *O Archeólogo Português*, 2ª série, Vol. III, Lisboa.

Almeida, D.F. (1975) Talábriga. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXX.

Almeida, J. A. F. (1902) "Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal", *O Arqueólogo Português*, 2ª série, Lisboa.

Almeida, J. M. (1965) "De Minimis. (Nótulas várias de Epigrafia)", *Conimbriga*. *4*, Coimbra.

Almeida, J.A. (1866) *Diccionario abreviado de Chorographia*, Vol, I, Valença.

Alves, L. (1980) "Aspectos da Cultura Castreja no Norte de Portugal", *Caminiana*, 3.

Alves, L. (1985) *Caminha e o seu concelho*, Câmara Municipal de Caminha.

Andrade, V. (1918) "Castro de Entre-os-Rios", *O Archeólogo Português*, Vol. XXIII, Lisboa.

Aquisições do Museu Arquelógico Português (MNAE), *O Archeólogo Português*. 15. (1910)

Araújo, I.(1980) "Castros, Outeiros e Crastos na paisagem Entre-Douro-e-Minho" *Mínia*. 2ª Série.

Araújo, J.R. (s/d) "Estudos de Cerâmica Castreja-Perre", *Arquivo do Alto Minho*, Vol. IV, Viana do Castelo.

Araújo, J.R. (1934) *O Cemitério Bárbaro de Vila Mou*. Viana do Castelo.

Araújo, J.R. (1959) "Sobre algumas Pedras de Vila Mou", *Bracara Augusta*, Vol. IX/X, Braga.

Araújo, J.R. (1962) *Caminhos velhos e pontes de Viana e de Ponte de Lima*. Viana do Castelo.

Araújo, J.R. (1982) "Os miliários da estrada romana de Braga a Tuy", *O Distrito de Braga*, V, 2ª série.

Argote, J. C. (1732) - *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Espanhas*, I, Lisboa.

Argote, J.C. (1728) *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustanus*, II, Lisboa.

Argote, J.C. (1734) *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga. Primaz das Espanhas*. II. Lisboa.

Assunção, C. T. (1965) *Carta Geológica de Portugal (1/50.000). Notícia Explicativa da folha 9-A*, Póvoa de Varzim, SGP, Lisboa.

Ayres, C. (1896) *Historia do Exercito Português*, 1, Lisboa.

Azevedo, P.A. (1898) "O Território de Anegia", *O Arqueólogo Português*, 4, Lisboa.

Azevedo, Ag. (1939) *A Terra da Maia*, 1, Porto.

Azevedo, P. A. (1896–1897-1898) "Extractos archeologicos das "memorias parochiaes" de 1758", *O Arqueólogo Português*, II-VII, Lisboa.

Azevedo, P.A. (1901) "Perre, Entre-Douro-e-Minho", *Archeólogo Português*, Vol. 6, Lisboa.

Azevedo, P.A. (1902) Extractos Archeológicos das Memória Parochiais de 1758. *Arqueólogo Português*. 7. Lisboa.

Balil, A. (1972) "Casa y Urbanismo en la España Antigua", *Zephyrus*, T. XXXVII, Salamanca.

Baptista, A.J. (s/d) "A Necrópole de Gondim", *A Minha Terra*, nº 46.

Baptista, A.J. (1981) "Castros e Castelos de Ponte de Lima", *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima.

Baptista, A.J. (1981) "Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha", *Sep. Do Arquivo de Ponte de Lima*, nº 3, Ponte de Lima.

Baptista, A.J. (1982) "Duas datações de C. 14 para o Castro de Stº Estevão da Facha", *Arqueologia*, 6, Porto.

Baptista, A.J. (1982) *Levantamento toponímico do concelho de Ponte de Lima*, APL, 3.

Baptista, A. M. (1985) "A estátua-menir da Ermida", *O Archeologo Português*, série 4,3, Ponte da Barca.

Baptista, A.M; Encarnação, J.; Lemos, F.S. (1995) *A via XVIII do Itinerário de Antonino na serra do Gerês-Xurês*, Braga.

Barradas, L. A. (1956) "Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança", *Revista de Guimarães*, LXVI, Guimarães.

Barreiros, P.M.A. (1926) *Igrejas e Capelas Românicas da Ribeira do Lima*, Porto.

Barroca, M. J. (1984) "Notas sobre a ocupação medieval em Baião", *Arqueologia*, 10.

Barroca. M. J. (1987) *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre Douro e Minho*, Faculdade de Letras do Porto, Porto.

Bellino, A. (12-9-1902) "A cidade Velha de Santa Luzia", *Aurora do Lima*. Viana do Castelo.

Bellino, A. (1896) *Novas Inscrições Romanas de Braga*. Braga.

Bellino, A. (1895) *Inscripções Romanas de Braga*. Inéditas. Braga.

Bellino, A. (1909) "Cidades Mortas (Estudo Póstumo)", *O Archeologo Português*, 14, Lisboa.

Bettencourt, A.M.S. (1993) "Campanha de escavação no Castro de S. João de Rei-Póvoa de Lanhoso", *Informação Arqueológica*, Lisboa. (no prelo?)

Bettencourt, A.M.S. (1999) *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios a.C. Vol. II* (diss. Doutoramento policopiada.) Braga.

Blanco Freijeiro A. (1957) "Origen y relaciones de la orfebreria castreña", *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela.

Blázquez Martinez, J. M. (1962) "Religiones Primitivas de Hispania", *Fuentes Literarias y Epigraficas*, Vol.I, Roma.

Blázquez Martinez, J.M. (1975) *Dicionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*. Madrid.

Botelho, H. (1904) "Cerâmicas dos concelhos de Vila Real e Amarante", *O Archeologo Português*. 9, Lisboa.

Brandão, A. M. (1892) Apontamentos folclóricos famalicenses. *Revista de Guimarães*. VI, (1889); VII, (1890); VIII, (1890); IX, (1891) IX, (1889) – (1892). Guimarães.

Brandão, D. P. (s/d) "Monumento sepulcral em forma de ara com inscrição latina de Santa Marinha do Zêzere", *Revista de Guimarães*, 70.

Brandão, D. P. (1959) "Ara dedicada a Júpiter de Carvalho de Rei-Amarante". *Douro-Litoral*. Na Biblioteca-Museu Municipal de Amarante, 9ª série, 4.

Brandão, D. P.(1959 - 1960) "Ara dedicada a Júpiter de Santa Leocádia de Baião no

Museu do Seminário Maior do Porto", *Humanitas*.
Brandão, D. P. (1960) "Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto", *Arqueologia*, 10.
Brandão, D.P (1961) "Atramentarium e stilus do Museu de Penafiel", *Lucerna*, Vol. I, Porto.
Brandão, D. P. (1961) "Estatueta de Marte do Museu de Penafiel", *Lucerna*. Porto.
Brandão, D. P. (1962) "As inscrições luso-romanas dos apontamentos de Frei Bento de Santa Gertrudes", *Lucerna*, Porto.
Brandão, D. P. (1963) "Ara dedicada a Júpiter e pedra sepulcral insculturada de Sanfins-Paços de Ferreira", *Lucerna*, 3, Porto.
Brandão, D. P. (1967 -1969) "Algumas moedas romanas encontradas nos arredores do Porto", *Museu*, 2ª Série, 11.
Brandão, D. P. (1970) "O bispado de Meinedo. Contributo da arqueologia para o seu conhecimento", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia Coimbra*, Coimbra.
Brandão, D. P. (1984) "Inscrição honorífica a Constâncio Cloro", *Revista de Guimarães*, 69, Guimarães.
Brito, P.M.J.C. (1908) "Achados de moedas romanas", *O Archeólogo Português*, Lisboa. 13
Brito, P.M.J.C. (1908) "Em Santo Ovídio", *O Archeólogo Português*, Vol. XIII, Lisboa.
Brito, P.M.J.C. (1933) "Necrópole cristã de Tavarez (Arcos de Valdevez)", *O Archeólogo Português*, 29, Lisboa.
Calheiros, P.A. (1910) "Refoios através dos tempos", *Almanaque de Ponte de Lima*, Ponte de Lima.
Calheiros, P. A. (1927) "Sepulturas Rupestres (Refojos do Lima)" *Almanaque de Ponte de Lima*, Ponte de Lima.
Calo Lourido, F. (1991) *A Plástica da Cultura castrexa Galego- Portuguesa*. (Tese de doutoramento - polic., 2 vols. Pontevedra.
Calo Lourido, F. (1993) "A Cultura Castrexa", *História de Galicia*, 3, Edicions A Nosa Terra, Vigo.
Capella, M (1903) "Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portuguese", *O Archaeologo Português*, 10 (1903); 24 (1920), Lisboa.
Capella, M. (1895) *Os miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.
Cardoso, A.P. (1966) "Pesquisas arqueológicas na Freguesia da Ribeira", *O Lima*.
Cardoso, F. (1897) "Pedras com Insculturas nos arredores de Viana do Castello", *O Archeólogo Português*, Vol. III, Lisboa.
Cardozo, F. (1899)-(1903) "O ossuário da Freguesia de Ferreiro" *Portugália*, 1, Porto.
Cardozo, M. (1915) "Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso", 7ª Ed. Guimarães, (1976), *O Archeólogo Português*, Vol. XX.
Cardozo, M. (1931-32) *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da Pedra Formosa*. (sep) Guimarães.
Cardozo, M. (1936) "Novas urnas de largo bordo horizontal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
Cardozo, M. (1937) "Machadinhas Castrejas", *Revista de Arqueologia*, T. III, Lisboa.
Cardozo, M. (1938) "Jóias áureas proto-históricas da Citânia de Briteiros", *Revista de Guimarães*, Guimarães.
Cardozo, M. (1938) "Três Curiosidades Arqueológicas", *Revista de Guimarães*, Guimarães.
Cardozo, M. (1943) "Escavações na Citânia de Briteiros", *Revista de Guimarães*, LIII. Nºs 3-4, Guimarães.
Cardozo, M. (1946) "Arquitectura citaniense. O problema das casas com tecto em abóbada", *Minia*, Braga.
Cardozo, M. (1946) "O monumento funerário da Citânia", *Revista de Guimarães*, LVI. Nºs 1-2, Guimarães.
Cardozo, M. (1948) "Escavações arqueológicas na Citânia de Briteiros", *Revista de Guimarães*, LVIII, Nºs 3-4, Guimarães.
Cardozo, M. (1949) "Escavações na Citânia de Briteiros", *Revista de Guimarães*, LIX, Nºs 3-4, Guimarães.
Cardozo, M. (1950) "Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento", *Revista de Guimarães*, Guimarães.
Cardozo, M. (1950) "Escavações na Citânia de Briteiros", *Revista de Guimarães*, LX, Nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1950) “Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento”, *Revista de Guimarães*, 60, Nºs 3-4. Guimarães.

Cardozo, M. (1951) “Escavações na Citânia de Briteiros”, *Revista de Guimarães*, LXI, Nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1952) “Escavações na Citânia de Briteiros, Relatório da 20ª campanha (Setembro de 1952)”, *Revista de Guimarães*, LXII, Nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1953) “Alguns problemas da Idade do Ferro no Norte de Portugal”, *Revista de Guimarães*, 63, Guimarães.

Cardozo, M. (1953) “Escavações na Citânia de Briteiros. Relatório da 21ª campanha (Outubro de 1953)”, *Revista de Guimarães*, LXIII, Nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1954) “Escavações na Citânia de Briteiros. Relatório da 22ª campanha (Out-Nov. de 1954)” *Revista de Guimarães*, LXIV, Nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1955) “Exploração arqueológica na Citânia de Briteiros. Relatório da 23ª Campanha (Outubro de 1955)”, *Revista de Guimarães*, LXV, Nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1956) “Exploração arqueológica na Citânia de Briteiros. Relatório da 24ª Campanha Arqueológica”, *Revista de Guimarães*. LXVI. Nºs 3-4. Guimarães.

Cardozo, M. (1957) “Citânia de Briteiros. 25ª Campanha Arqueológica (Set. - Out de 1957)”. *Revista de Guimarães*. LXXII, nºs 3-4, Guimarães.

Cardozo, M. (1958) “Citânia de Briteiros. 26ª Campanha Arqueológica, (Set. - Out de 1958)”, *Revista de Guimarães*. LXVIII. Nºs 3-4.

Cardozo, M. (1958) “Missão inglesa de escavações num "castro" do Norte de Portugal”, *Revista de Guimarães*, Guimarães.

Cardozo, M. (1959) “Citânia de Briteiros. 27ª Campanha Arqueológica (Set. - Out de 1959)”, *Revista de Guimarães*. LXIX, Nºs 3-4.

Cardozo, M. (1960) “Citânia de Briteiros. 28ª Campanha Arqueológica, (Set. - Out de 1960)”, *Revista de Guimarães*, LXX, Nºs 3-4.

Cardozo, M. (1961) “Citânia de Briteiros. 29ª Campanha Arqueológica. (Out- Nov. de 1961)”, *Revista de Guimarães*, LXXI, Nºs 3-4.

Cardozo, M. (1965) *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso. Notícia descritiva,* Guimarães.

Cardozo, M. (1971) “A estação pré-histórica da serra da Penha, Guimarães”, *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Portugal, Coimbra.

Cardozo, M. (1972) “Catálogo do Museu de Martins Sarmento” *Secção de Epigrafia latina e de Escultura Antiga*. 2ª ed. Guimarães.

Cardozo, M. (1980) “Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso”, Guimarães, 8ª ed. (1980); 1ª ed. (1930).

Carlos, T. (1939) “Notas arqueológicas Sobre o Castro de Lanhoso”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Vol. IX (1-2), Porto.

Cartailhac, E. (1888) “As citânias e as cidades fortificadas do Minho", *Revista de Guimarães*, 5, Guimarães.

Carvalhães, J. (1911) “Acquisições do Museu Ethnologico Português”, *O Archeologo Português*, 16, Lisboa.

Carvalho, H. (1991-92) “Esculturas inéditas de época romana encontradas em Portugal”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga.

Carvalho, H. (1991-92) “Materiais inéditos das necrópoles romanas de Garfe e Brunhais, Póvoa de Lanhoso”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga.

Carvalho, T.P.; Fortuna, J. (2000) “Muralha romana descoberta na Castelo da Maia”, II série, nº9.

Castro et alii (1980) “O Castrum Maximum (Monte Castro) Braga”,*Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães.

Castro, L. A. (1962) “Achados romanos na mina de Fojo das Pombas (Valongo)”, *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 15 (3-4).

Castro, M. F. (1980) “Vila Nova de Lanheses”, *Notícias de Lanheses*, Outubro.

Celestino (1994) *Antigamente era San Johan de Rey*, Póvoa de Lanhoso.

Centeno, R.M.S. (1977) “O tesouro de *denarii* do Alto do Corgo, concelho de Valença”, *Conimbriga*, 16, Coimbra.

Centeno, R.M.S. (1978) "Um tesouro de aurei do norte de Portugal", *Nummus*, 2ªSerie.

Centeno, R. M. S. (1981-1982) "A circulação dos Divo Claudio na Península Ibérica: notas sobre um tesouro do concelho de Amarante" *Portugália*, Nova Série, 2-3.

Centeno, R.M.S. (1984) *História de Portugal*, Ed. Alfa, Vol. I, Lisboa.

Centeno, R. M. S. (1987) "Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192", *Anexos Nummus*, I, Porto.

Cepa, M.M. (1937) *Monografia de Alvarães*, Braga.

Cepa, M.M. (1939) *Monografia de S.Miguel de Alvarães*, Braga.

Chaves, L. (1936) "Mosaicos lusitano-romanos em Portugal", *Revista de Arqueologia*, 3.

Coelho, J. F. (1965) "Considerações sobre achados arqueológicos em Codeços-Paços de Ferreira", *Lucerna*, 4.

Coffyn, A. (1985) *Le Bronze final atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Publ. Centre Pierre Paris, 1, Paris.

Corominas, J. (1976) "Acerca de algunas inscripciones del Noroeste", *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Ibérica*, Salamanca, 27-31 Mayo de 1974.

Corrêa, A. A. M. (1924) *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto.

Corrêa, A. A. M. (1928) "A Lusitânia pré-romana", *História de Portugal*, I. Ed, Barcelos.

Correia, A. A. M. (1923) - (1924) "A necrópole de Parada Todeia", *O Archeologo Português*, 26, Lisboa.

Correia, A.A.M.; C. Teixeira (1946) "A lenda e as ruínas da Calcedónia na Serra do Gerez", *Minia*, 1 (3/4), Braga.

Correia, H.M. (1926) Museu Antropológico do Porto, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. III, Porto.

Cortez, F. R. (1945) "A ara votiva de Reiriz-Monção", *Boletin de la comisión de monumentos de Ourense*. 15.

Cortez, F.R. (1946) "Mosaicos Romanos da Estremadura", *Extremadura*, Série III, Lisboa.

Cortez, F. R. (1946) "El Castro de Argifonso (Vila do Conde)", *Archivo Español de Arqueología*, Madrid.

Cortez, F. R. (1946) *Machados e outros objectos de bronze do Museu Soares dos Reis*, Porto.

Cortez, F. R. (1946) "O Crasto de Estorãos", *Sep. do arquivo do Alto Minho*. Braga.

Cortez, F. R. (1948 - 1949) "Actividade arqueológica de Portugal durante 1948", *Archivo Español Arqueologia*, Madrid.

Cortez, F. R. (1949) "Restos Arqueológicos de Vila do Conde. I - O Castro de Argifonso", *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto,12 (3-4).

Cortez, F. R. (1950) "Restos arqueológicos de Vila do Conde. I. O castro de Argifonso", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12.

Cortez, F. R. (1951) "As escavações arqueológicas do *castellum* da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense", *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 12.

Costa, A.J. (1959) *O bispo D.Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 vol, Coimbra.

Costa, A. G; Faria, A. M.; Carvalho, J. S. (1980) "Sondagens arqueológicas no concelho de Barcelos: Abade Ferreira, Faria, Roriz", *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II, Guimarães.

Costa, A. J. (1965/78) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga.

Costa, A. J. (1981) "Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI", *Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada*, Guimarães.

Costa, A.C. (1868 - 1869); (1706-1712) - *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Reyno de Portugal*, Lisboa, Vol. 3, 2ª Ed., Braga.

Coutinho, J.M. (1978) "As artes pré- românicas em Portugal: S. Frutuoso de Montélios", *Edições Aspa*, Braga

Couto, A; Viana, T.S; Araújo, J.R. (1935) – "Subsídios Etnográficos", *Alto Minho*, Vol. I., Viana do Castelo.

Cruz, A. (1940) "Novos vestígios da ocupação do Termo do Porto pelos romanos. A necrópole de Rorio Velho, Bougado", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, III, Porto.

Cruz, A. (22.10.82) "A presença do romano no vale do Bougado", *Jornal da Trofa*.

Cunha, A. R. (1945) "Ensaios de Toponímia-Roques", *Acção Católica*, Vol. XXX, Braga.

Cunha, A. R. (1946) "O Forno dos Mouros", *Diário do Minho*. 04.08.1946.

Cunha, A. R. (1947) "Cividade do Monte das Caldas", *Diário do Minho*. 03.11. 1947, Braga.

Cunha, A.R. (1950) "O Monte do Castelo em Roças", *Diário do Minho*. Braga

Cunha, A. R. (1953) "Novissimas Inscrições Romanas de Braga", *Bracara Augusta*, 5, Braga.

Cunha, A. R.(1953-54) "Escavações no oppidum de Santa Marta", *Bracara Augusta, 5, Braga*.

Cunha, A. R. (1955) "A cidade velha de Santa Marta", *Diário do Minho*.14.11.1955. Braga.

Cunha, A.R. (1956) "A "cidade" do Cossourado", *Diário do Minho*. 06.04.1956, Braga.

Cunha, A. R. (1957) "A arqueologia de Paredes Secas", *Diário do Minho*, 23.12.1957, Braga.

Cunha, A. R. (1961) "Um miliário inédito", *O Distrito de Braga*, 1 (3-4), Braga.

Cunha, A. R. (1975) "Trepando aos Montes", *O Distrito de Braga*. 2ª Série, Braga.

Cunha, A. R. (23/8/1948) "O Monte da Santinha e o de S. Miguel", *Diário do Minho*. Braga.

Cunha, A.R. (1971) "A Fonte do Ídolo", *Correio do Minho*. Braga.

Cunha, A.R. (1971) "Relíquias de Bracara Augusta", *Correio do Minho*. Braga.

Cunha, Narciso Alves (1979) "No Alto Minho", *Paredes de Coura*. 2ª Ed.

Déchelette, J.M. (1927) "D'Archéologie Prehistorique Celtique et Gallo- Romaine", III, *Premiére Âge du Fer ou Époque de Hallstatt*. Paris.

Delgado, M.(1971) "Cerâmica Campaniense em Portugal", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. II, Coimbra.

Delgado, M., et alii, (1983) "Intervenções na área urbana de Bracara Augusta", *Cadernos de Arqueologia*. Série II. Braga.

Delgado, M. (1984) "Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante", *Lucerna*, Número extraordinário. Colectânea de estudos de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto.

Delgado, M. et alii (1984) "Intervenções na área urbana de Bracara Augusta (1983)", *Cadernos de Arqueologia*, II, Braga.

Diário do Minho (8-5-1984) "Romanização em Refoios".

Diário do Minho – 27-II-1942. 14-IV-1942. 31-X-1945. 19-XI-1945.

Dias (1995) *Memoriam Parochiaes de 1758*, Freguesia de Santa Maria de Sobre Tâmega, Nº 23.

Dias, A.R. (1903) "Notícias arqueológicas extraídas do "Portugal Antigo e Moderno" de Pinho Leal, com algumas notas e indicações", *Boletim da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses*.

Dias, L.A.T. (1984) "Estação romana do Freixo-Marco de Canaveses", *Arqueologia*, 9

Dias, L.A.T. (1995) *Tongobriga*. (Freixo – Marco de Canaveses.) Porto.

Dias, L.A.T. (1999) "A urbanização do Noroeste Peninsular: o caso de Tongobriga", *Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica-Actas da Mesa Redonda*, Porto.

Dias, M.(1982) "Uma ara votiva da Capela de S. Lourenço-Darque", *Notícias de Viana* de 13.05.1982 e *Jornal de Notícias* de 19.05.82

Dinis, A. P. (1993) *Ordenamento do território do Baixo Ave no I Milénio A.C. Porto*.

Dinis, M. V. (1962) "Achados arqueológicos em Paços de Ferreira", *Studium Generale*. 9.

Dinis, M. V. (1976) "O castro de S. Brás (Frazão) - Paços de Ferreira", *Revista de Guimarães*. 86. Guimarães.

Dinis, M. V. (1978) "As ruínas luso-romanas dos Castelos (na Vila de Paços de Ferreira)", *Revista de Guimarães*, 88. Guimarães.

Dinis, M. V. (1980) "A dupla necrópole luso-romana de Bouçós - Meixomil (Paços de Ferreira)", *Actas do* III *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães.

Dinis, M. V. (1981) "Moeda romana a iluminar uma villa agrícola", *Revista de Guimarães*, 91. Guimarães.

Domergue, C. (1970) “Les exploitations aurifères du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique sous l'occupation romaine”, *La mineria hispana e iberoamericana. Contribución a su investigacion historica*. Estudios, Vol. I, León.

Encarnação, J. (1970) “Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães”, *Revista de Guimarães*, 80 (3-4), Guimarães.

Encarnação, J. (1972) “Vestígios do culto aos Lares em território português”, *Revista de Guimarães*, 82, Guimarães.

Encarnação, J. (1975) *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa.

Encarnação, J. (1985) “O culto ao Génio no Noroeste Peninsular”, *Cadernos de Arqueologia*. Série II. Braga.

Feio (1956 -1984) “Origens da Cidade. Destruição de Bracara Augusta”, *Diário do Minho*.

Feio, A. (1984) *Coisas Memoráveis de Braga*. Braga.

Fernandes, A.A. (s/d) *O topónimo "tala"*.

Fernandez, J.(1938) *Revista de Guimarães*. 48. Guimarães.

Ferreira, A. M.(s/d) *Carta Geológica de Portugal.*

Ferreira, J. R. (1992) *Avieno. Orla marítima*. Coimbra.

Ferreira, J.M. (1982) “Thesouro de Braga descoberto no Campo do Gerez”, *Noticias e memórias certas indagadas no ano de 1728*. Braga.

Ferreira, M. J. A. (1907) “O Couto e Mosteiro de Vairão”, *O Arqueólogo Português.* Lisboa. 12.

Ferreira, M. J. A. (1923) *Villa do Conde e seu Alfoz*. Porto.

Ferreira, S. R. (19/3/1864) “Variedades”, *Apontamentos para a história topográfica de Penafiel, O século XIX*, Penafiel.

Ferreira, S.R. (1880) *Anaes do Município de Penafiel*, Ins da Biblioteca, Museu de Penafiel, Penafiel.

Figueira, J. F. (1945) “O marco da Carreirinha (Baião)” *Memoriam do Dr. Pedro Vitorino*. Porto.

Figueiral, I. (1990) *Le Nord-Ouest du Portugal et les modifications de l'ecosysteme, du Bronze Final à l'époque romaine, d'aprés l'anthracoanalyse de sites archeologiques. Montpellier* (Polic. - Tese de doutoramento)

Figueiredo, A. M. (1987) “Noticias archeologicas colhidas no "Diccionario Geographico" de Cardoso, de 1758”, *O Arqueólogo Português*, III, Lisboa.

Fonseca, T. (1948) *A Guarita*. *(*27-XII- 1984)

Fonseca, T. (1948) *O concelho de Barcelos aquém e além Cávado*. Barcelos.

Fonseca, T. (1936) *Esposende e o seu concelho*. Esposende.

Fontes, J. (1916) “La station de S. Julián aux environs de Caldelas”, *Sep. du Bulletin de la Societé Portugaise des Sciences Naturelles*, tome VII, Lisbonne.

Fontes, L. (1987) “Salvamento arqueológico de Dume: 1987: Primeiros resultados”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, Braga.

Fontes, L.(1990) “Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Noticias preliminar da campanha de 1989”, *Actas Congresso Internacional IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*, I, Braga.

Fontes, L. (1991-1992) “Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp. 199-230, Braga.

Fontes, L. (1994) “Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga”, *ASPA*, Braga.

Fontes, L.; Roriz, A. (2005) *Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira do Minho*. Braga.

Fortes, J.(1899) *A estação archeologica d'Alvarelhos*. Porto.

Fortes, J. (1902) *Balineum luso-romano de S. Vicente do Pinheiro*, (Penafiel), Porto.

Fortes, J. (1904) “Fíbulas e Fivelas”, *O Archeólogo Português*, Vol. IX, Lisboa.

Fortes, J.(1905) “As Fíbulas do Noroeste Peninsular”, *Portugália*, Vol. II, Porto

Fortes, J.(1905-1908) “Analecta epigraphica”, *Portugália*, 2

Fortes, J.(1905-1908) “As Fíbulas do Noroeste Peninsular”, *Portugália*, 2, Lisboa.

Fortes, J. (1905 -1908) “Necrópole lusitano-romana da Lomba (Amarante)”, *Portugália*, 2

Fortes, J.(1905-1908) “Notícias epigraphicas”, *Portugália*, 2, Lisboa.

Fortes, J.(1969) “Restos de uma villa lusitano-romana- Póvoa de Varzim”, *Boletim Cultural*, Vol. VIII, Póvoa de Varzim.

Freire, O. (1965) “Algumas fibulas de bronze do Museu Antropológico da Universidade do Porto”, *Lucerna*, 4. Porto.

Freitas, B. S. (1890) *Memórias de Braga*.1. Braga.

Freitas, E. A. C. (1949) “Santa Marinha de Retorta”, *Douro Litoral*. Porto.

Freitas, E.(1908) “Subsídios para o inventário archeologico de Felgueiras”, *Portugália*, 2.

Freitas, J.(1971) “Citânia de S. Julião de Caldelas”, *O Arqueólogo Português*, 3a série, Lisboa.

Garcia Y Bellido, A. (1946) “El casco de Lanhoso”, *Arquivo Español de Arqueologia*, Madrid.

Garcia Y Bellido, A. (1966) “O problema dos enterramentos na Cultura castreja”, *Revista de Guimarães*, 76.

Garcia Y Bellido, A. (1968) “Camara funerária de la cultura castreña”, *Archivo Español de Archaeologia*, 41.

Garcia y Bellido, A. (s/d) *Esculturas romanas de España y Portugal*, Madrid. 194

Garcia, J.M. (1991) *Religiões Antigas de Portugal*, Aditamentos e observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcellos: Fontes Epigráficas. Lisboa

Gomes, Carlos de Aguiar (1979) “O Castro de Alvora”, *Cadernos Vianenses*, 3, Viana do Castelo.

Gomes, R. V. e Gomes, M. V. (1984) “Uma estela epigrafada da Herdade dos Franciscos (Gravão)”, *Conimbriga*, 23, Coimbra.

Gonçalves, A.A.H.B. (1981) “A estação pré-histórica do Monte Calvo. – Baião”, *Arqueologia*, 3.

Gonçalves, F. (1949) “Inscrições Romanas de Beiriz”, *Revista de Guimarães*, 59, Guimarães.

Gonçalves, F. (1964) “A cividade de Terroso”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim.

Gonçalves, G. (1986) “Lanheses-Cerâmica e Olaria”, *Notícias de Lanheses*. 2ª Série, Ano VI, Nov.-Dezembro.

Guerra, L. F. (1899-1900) “Os castelos de Fraião e Pena da Rainha”, O *Archeólogo Português*, Vol. V, Lisboa.

Guerra, L. F. (1900) “Vestígios romanos no Concelho de Viana do Castelo”, *O Archeólogo Português*, Vol. V.

Guerra, L.F. (1878) “Citânia de Santa Luzia”, *Esboço Histórico-Vianna do Castello*, Coimbra, Lisboa.

Guerra, L.F. (1900) “Límia e Brutóbriga”, *O Archeólogo Português*. Vol. V, Lisboa.

Guerra, L.F. (1909) *Archeólogo Portugues*. Vol. 14

Guerra, L.F. (1910) *Almanaque de Ponte de Lima*.

Guerra, L.F. (1912) “O Miliário de Bertiandos”, *Limiana*, Ponte de Lima.

Guimarães, F. J. S. (1978) “O Museu de Arqueologia Martins Sarmento”, *Revista de Guimarães*, 88, Guimarães.

Guimarães, G. (2000) “Um século de Arqueologia em Vila Nova de Gaia”, Al-Madan, II Série, nº9.

Guimarães, J.S. (1971) “O Picoto de Santo Amaro (Guimarães)”, *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Guimarães.

Guimarães, J.S. (1978) “O Museu de Arqueologia Martins Sarmento”, *Revista de Guimarães*, LXXXVIII, Guimarães.

Guimarães, O.(s/d) “Vasilha antiga”, *O Archeologo Português*, 7.

Hawkes, C. F. C. (1958) “Escavações no Castro de Sabroso (Abril de1958)”, *Revista de Guimarães*, Guimarães.

Hawkes, C. F. C. (1971) “North-Western Castros: excavation, archeology and history”, *Congresso Nacional de Arqueologia* (Portugal), Coimbra.

Hawkes, C.F.C. (1984) “The castro culture of the peninsular Norh-West: fact and inference”, *Papers in Iberian Archaeologia*.

Hipólito, M. C. (1974) *Achado de Pidre, Santo Tirso*.

Hipólito, M.C. (1960 -1961) “Dos Tesouros e Moedas Romanas em Portugal”, *Conimbriga*, Vol. II/III, Coimbra.

Hubner (1881) *Noticias Archeológicas de Portugal*. Lisboa.

Informação Arqueológica 1 (1979)

Informação Arqueológica 4 (1981)

Jorge, S. O. (1979) “Escavações arqueológicas no povoado da Chã do castro (Amares, Braga)”, *Revista de Guimarães*. Guimarães.

Jorge, S. O. e Sousa, J. J. R. (1980) “Resultados preliminares de uma sondagem na estação arqueológica da Chã do castro (Amares, Braga)”, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães.

Jorge, S.O. (1990) “Pré-História. IV. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia”, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença.

Jornal de Baião, 48, 28 de Nov. (1892)

Kalb, Ph. (1980) “Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal”, *Germania*, 58, Frankfurt.

Kalb, Ph. (1980) “O Bronze Atlântico em Portugal”, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães.

Lacerda, F.S. (1920) “Uma cidade morta no Monte Mózinho ou Castro de S. Estevão de Oldrões”, Porto.

Lambrino, S. (1963 -1964) *Sur certaines divinités du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique*. Arquivo de Beja.

Lanhas, F.; Brandão, D.P. (1965) “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico”, *Revista de Etnografia*, Vol. 8, Porto.

Lanhas, F.; Brandão, D.P. (1967) “Inventario de Locais com interesse arqueológico”, *Revista de Etnologia*, Porto.

Lanhas, F.; Brandão, D. P. (1967) “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico”, *Revista de Etnografia*, Vol 15, Porto.

Lanhas, F. e Brandão, D. P. (1969) “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico”, *Revista Etnografia*, Porto.

Lanhas, F. (1969) “O valioso espólio de Beiral”, *Revista de Etnografia*, Junta Distrital do Porto, Nº 23. Porto.

Le Roux, P. ; Tranoy, A. (1973) *Rome et les indigènes dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire*. Mélanges de la Casa de Velazquez, 9, Paris.

Le Roux, P.(1975) “Aux Origenes de Braga”, *Bracara Augusta*. 29. Braga.

Le Roux, P. ; Tranoy, A. (1979) “Nouveau témoignage du culte de Jupiter dans le conventus bracarus”, *Minia*, 2ª série, Braga.

Le Roux, P.(1980) “Les auxilia romains recrutés chez les Bracari et l`organisation politique du Nord-Ouest Hispanique”, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, Guimarães.

Le Roux, P. (1982) *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.

Le Roux, P. ; Tranoy, A. (1982) “Nouvelles inscriptions du nord du Portugal”, *Minia*, 6, Braga.

Le Roux, P. ; Tranoy, A. (1983) “Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, *Bracara Augusta*, Vol. XXXVII, Braga.

Le Roux, P. (1993) “Vicus et Castellum en Lusitanie sous L'Empire”, *Studia Histórica*, Salamanca.

Leal, P.(1842) – “Portugal Antigo e Moderno. (Vocábulo Calcedónia) Caminho da Geira e Estrada Militar do Gerês”, *Revista Literária*, 6 (8), Porto.

Leal, A. P; Ferreira, A. (1873-1890) *Portugal Antigo e Moderno*, 12 Vols. II, V, VIII, X, XI. Lisboa.

Lima, A. C. P. (1926-1928) “Uma visita a S. Miguel-o-Anjo”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 3, Porto.

Lima, A. C. P. (1940) “A freguesia de S. Tiago de Areias do concelho de Santo Tirso. Subsídios para uma monografia”, *Douro Litoral*, 1.

Lima, A. C. P.(1940) “A Correspondência Martins Sarmento – Pe. Joaquim Pedrosa”, *Revista de Guimarães*, L, Guimarães.

Lima, A. C. P. (1956) “O lugar da Torre”, *Boletim Cultural do Concelho de Santo Tirso*, 4, Santo Tirso.

López Cuevillas, F. (1935) *La Civilizaction Céltica en Galícia*. Santiago de Compostela.

López Cuevillas, F.; Fernandez, J. L. (1938) *Revista de Guimarães*. 48. Guimarães.

López Cuevillas, F. (1951) *Las Joyas Castreñas*, Madrid.

Macedo, M. D. (1896) “Alguns Apontamentos Archeológicos. Relativos às duas freguesias de Sobreposta e Pedralva”, *Revista de Guimarães*.

Machado, A.S. (1962) "A ponte romana de Ponte de Lima", *Sep. Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto.

Machado, F.S.L. (1920) "Aquisições do Museu Etnologico Português", *O Archeologo Português*, 24, Lisboa.

Machado, F.S.L. (1920) *Uma cidade morta no Monte Mózinho ou Castro de S. Estevão de Oldrões*. Coimbra.

Maluquer, M. J. (1948) "A propósito de umas cerâmicas procedentes del Castelo de Faria", *Boletim do Grupo dos Alcaides de Faria*, Barcelos.

Mantas, V. (1990) "A rede viária do Convento Escalabitano", *La red viária en la Hispânia Romana*. Saragoça.

Mantas, V. (1996) *A rede viária romana da faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra.

Marçal, H. (1958) "A Pedra nas suas várias interpretações", *Douro Litoral*, 8ª Série.

Marques (1984) "Inventário Arqueológico do Concelho de Monção", *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, I, Porto.

Marques, J. A. M. (1984) "Elementos para o estudo da Idade do Bronze no Alto Minho", *Sep. Humanidades*, Nº 4, Porto.

Marques, J. A. M. (1984) "Inventário arqueológico do concelho de Monção – estado da questão", *Revista de História da Universidade Livre*, Vol. I, Porto.

Marques, J. A. T. M. (1985) *Castros do concelho de Monção*. Porto.

Martins, M. (1981) "O Povoado fortificado de Santo Ovídio", *Cadernos de Arqueologia*, 1, Braga.

Martins, M. e Silva, A. C. (1984) "A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde)", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, Braga.

Martins, M. (1985) "Sondagens arqueológicas no Castro do Monte Padrão em Santo Tirso", *Cadernos de Arqueologia* (Braga), Série II (2).

Martins, M. (1986) "Duas datas de C14 para a ocupação do Bronze Final do povoado de S. Julião, Vila Verde", *Arqueologia*. 13, Porto.

Martins, M. (1987) "A cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização", *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, 4, Braga.

Martins, M. (1988) "O povoado fortificado do Lago, Amares", *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, 1, Braga.

Martins, M. ; Delgado, M. (1989-90) "História de Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta", *Cadernos de Arqueologia*, Série II.6-7, Braga.

Martins, M. (1990) "O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado", *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, 5, Braga.

Martins, M. (1995) "A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação", *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães

Medeiros, A.C; Teixeira, C. Lopes, J. T. (1975) *Carta Geológica de Portugal na escala 1: 50000. Notícia explicativa da folha 5B*, Ponte da Barca, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

Meira, A.R. (1945) *Afife*. Porto.

Melo, M. F. S. (1967) – *Arqueologia do concelho de Ponte de Lima*. Tese de licenciatura policopiada. Lisboa.

Mendes, J.J. (1966 - 1967) *O castro do monte de Santa Luzia* (Penafiel). 2ª Série. Vol. 4-5. Penafiel.

Miranda, A. (s/d) *A freguesia de S. Martinho de Moazares*. Penafiel.

Miranda, A. (s/d) "Sepulturas abertas na rocha", *Douro Litoral*, 1ª Série, Vol. III, Porto.

Miranda, A. (1942) "Anel de casados", *Douro Litoral*, 1ª Série, Vol. V, Porto.

Miranda, A. (1942) *O menino de Valga (Santo António)*. Penafiel

Miranda, A. (1942) *Uma notável descoberta arqueológica*. Penafiel.

Miranda, A. (1943) *A descoberta arqueológica de S. Vicente do Pinheiro*. Penafiel.

Miranda, A. (1943) *Cale*, Penafiel

Miranda, A. (1943) *Canelas*, Penafiel

Miranda, A. (1943) *Villa Banius*, Penafiel.

Miranda, A. (1944) "A ponte velha de Canaveses", *Douro Litoral*, 2ª Série, Vol. II, Porto.

Miranda, A. (1944) "Ara zoomorfa", *Douro Litoral*, 2ª Série, Vol. II, Porto.

Miranda, A. (1945) *Gallacia, Gallacie, Galegano*, Penafiel.

Miranda, A. (1955) "Freguesia de Santa Marinha de Banho", *O Penafidelense*. Penafiel

Miranda; A. (1956) "Freguesia de Milhundos", *O Penafidelense*. Penafiel.

Miranda, A. (1957) "Freguesia de Milhundos", *O Penafidelense*. Penafiel.

Miranda, A. (1959) "A Cete", *O Penafidelense*. Penafiel.

Miranda, A. (1960) "Achei?", *O Penafidelense*. Penafiel.

Miranda, A. (1960) "Os primeiros cristãos na terra de Penafiel", *O Penafidelense*. Penafiel

Moita, I. (1966) "A toponímia castreja. Distribuição e significado", *Lucerna,* 5, Porto.

Moita, I. (1974) "Prospecção arqueológica ao Gerês e à Serra Amarela", *Memoriam António Jorge Dias*, Vol. 3, Lisboa.

Monteiro (1946-74) "O culto de Cíbele em Canaveses", *Douro Litoral*, 2ª Série, 5, Porto.

Monteiro, J.N. (1985) "Apontamentos para uma monografia de Sequeiro", *Boletim Paroquial de Sequeir,* Santo Tirso.

Monteiro, A. (1948) "As pontes de Canaveses", *Douro Litoral*, 3ª Série, Vol I, Porto.

Mora, G. (1981) "As termas romanas em España", *Archivo Español de Archeologia*, Vol. 54, Madrid.

Morais, A.T. (1990) *Monografia de Calheiros e Moreira de Lima*, Ponte de Lima

Morais, R. (2005) " Autarcia e Comércio em Bracara Augusta", Série Bracara Augusta. Ecavações Arqueológicas 2.

Moreira, M.A.F. (1982) "A romanização do litoral do Alto Minho", *Caminiana,* 6.

Moreira, A. (1992) "Epigrafia romana do concelho de Santo Tirso", *Santo Tirso Arqueológico*, II.

Moreira, A.(1991) "Monte Padrão", *Santo Tirso Arqueológico*, I, Santo Tirso.

Moreira, M.A.F. (1981) "A Cristianização do Conventus Bracaraugustanus", *Caminiana*, Vol. V, Caminha.

Moreira, M.A.F. (1981) "As "Arrugiae" da Época Romana no vale do Rio Tinto", *Actas do Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima.

Moreira, M.A.F. (1982) "A Romanização do Litoral do Alto Minho", *Caminiana*, Vol. VI, Caminha.

Neves, F.F. (1949) "Talábriga e a Descoberta da Ara de Estorãos", *Arquivo Distrital de Aveiro*, T. XV, Aveiro.

Neves, L.Q. (1942) *Para a Carta Arqueológica do Minho. Depondo num inquérito. O Castro do Monte do Santinho ou Roques* (Viana do Castelo).

Neves, L.Q (1948) "Na Citânia de Roques – A Boca da Serpe", *Arquivo do Alto Minho*, Vol. 2, Viana do Castelo.

Neves, L.Q (1959) "O Castro do Santinho ou Roques no Termo de Viana do Castelo", *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, Lisboa.

Neves, L. Q.; Viana, A. (1959) "Nota sobre o Castro de S. Caetano, Longosvales – Monção", *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia,* Vol. I, Lisboa.

Neves, L.Q (1965) "Os Castros de Norte de Portugal", *Lucerna*, Vol. IV, Porto.

Nunes, H.M.B. (1978) "O Salvamento de Bracara Augusta: 3- Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho", Actas *das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa.

Nunes, H. M.B. (1979) "Uma Visita ao Castro do Santinho", *Sep. da Festa das Neves*, Ano VI, Viana do Castelo.

Nunes, H.B.; Oliveira, E.P. (1978) "Achado arqueológico em Chaviães", *Mínia,* 2.

Nunes, H.B. (1978) "Elementos para um inventário de estações arqueológicas: prospecção e reconhecimento", *Informação Arqueológica*, 1

Nunes, J. C. (1957) "Três nótulas de arqueologia pré-histórica", *Revista de Guimarães*, 67, Guimarães.

Oleiro, J. M. (1955) *Archaeologica Humanitas*, 7-8.

Oliveira, A.L. (1971) *Terras de Bouro e o seu concelho*, Braga.

Oliveira, A.L. (1976) *Terras de Coura*, Póvoa de Varzim.

Oliveira, A.L. (1978) *Valença do Minho*, Póvoa de Varzim.

Oliveira, A.L. (s. d) *Fafe e o seu concelho,* Braga.

Oliveira, E. P. (1978) "O Salvamento de Bracara Augusta. IV. Os Apontamentos

arqueológicos de Braga de José Teixeira", *Minia*. 2ª Série.

Oliveira, E. P. (1980) "O salvamento de Bracara Augusta. Antigos achados: tentativa de interpretação crítica" *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. III Guimarães.

Oliveira, E. P; Moura, E.S.; Mesquita, J. (1982) *Braga*. *Evolução da Estrutura Urbana*, Câmara Municipal de Braga.

Oliveira, E. P. (1983) "Ascensão e decadência de Bracara Augusta", *História*, 54, Lisboa.

Oliveira, E. P. (1985) Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses. *Conimbriga*. 24. Coimbra.

Oliveira, E. P. (1985) "Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses", *Conimbriga*, Coimbra.

Oliveira, E.P. (1994) "Levantamento arqueológico do concelho de Vila Nova de Cerveira", *Minia*, 3ª Série, Ano II.

Oliveira M. (1905-1908) "Thesouros encontrados em alguns castros do Norte de Portugal", *Portugália*, T. II, Porto.

Oliveira, M. (1908) "Aquisições do Museu Etnológico Português (MNAE)", *Portugália*, 2, Porto.

Oliveira, M.S. (1954) "Cidade Velha de Santa Luzia", *Revista de Guimarães*, Vol. LXIV, Guimarães.

Paço, A. (1933) "Vaso de bordo horizontal de Vila Fria", *Homenagem a Martins Sarmento*.

Paço, A.; Quesado, A.P. (1956) *Digressões arqueológicas pelo Alto Minho*, Arquivo do Alto Minho, Vol. 6, Viana do Castelo.

Paço, A.; Quesado, A.P. (1957) Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. Coimbra.

Paço, A.; Quesado, A.P. (1957) "Considerações acerca de algumas cerâmicas dos castros de Perre e Nogueira (Viana do Castelo)", *XIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra.

Paço, A.; Quesado, A.P. (1957) "Considerações Acerca de Algumas Cerâmicas dos Castros de Perre e Nogueira (Viana do Castelo)", *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Coimbra.

Parreira, R. et alii (1980) *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia Etnologia*. Lisboa.

Pautreau, J. P.; Queiroga, F. (1990) "Le Castro das Ermidas. Village Fortifié du Portugal*Archeologia*", 253, Paris.

Peixoto, R. (1988 - 1903) "O Basto", *Portugália*, 1, Porto.

Pereira Caldas, J. J. S. (1852) *Notícia archeologica das Caldas de Visella*. Guimarães.

Pereira Caldas, J. J. S. (1854) *Notícia topographica das Caldas das Taipas*. Braga.

Pereira, M. G. e outros (s/d) "Actividades do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia", *O Archeologo Português*, 3ª série, 7-9, Lisboa.

Pereira, F.A. (1895) "Castelo de S.Miguel-o-Anjo", *O Archeologo Português*, 1, Lisboa.

Pereira, F.A. (1898) "Insculturas em rocha em Castro de Valdevez ou vários penedos com pias", *O Archeólogo Português*, 4, Lisboa.

Pereira, F. A. (1902) "Um passeio arqueológico no concelho dos Arcos de Valdevez", *O Archeologo Português*, 7, Lisboa.

Pereira, F. A. (1903) "Machados de duplo anel", *O Archeologo Português*, 8, Lisboa.

Pereira, F.A. (1904) "Um castro com muralhas", *O Archeólogo Português*, 9, Lisboa.

Pereira, F. A. (1904) "Uma primícia de epigraphia funerária romana", *O Archeologo Português*, 9, Lisboa.

Pereira. F.A. (1906) "Um Gróvio Autêntico", *O Archeólogo Português*, Vol. XI, Lisboa.

Pereira, F.A. (1907) "A situação conjectural de Talábriga", *O Archeólogo Português*, Vol. XII, Lisboa.

Pereira, F.A. (1907) "Ara Celtibérica da época romana – Um novo Génio", O Archeólogo *Português*, Vol. XII, Lisboa.

Pereira, F.A. (1907) "Geografia pro-histórica da Lusitânia. Situação Conjectural de Talábriga", *O Archeólogo Português*, Vol. XII, Lisboa.

Pereira, F.A. (1908) "Aquisições do Museu Etnológico (MNAE). *O Archeólogo Português*", 15, Lisboa.

Pereira, F.A. (1908) "Novo material para o estudo da estatuária e arquitectura dos castros do Alto Minho", *O Archeologo Português*, 13, Lisboa.

Pereira, F.A. (1909) "Aquisições do Museu Etnológico Português (MNAE).", *O Archeólogo Português*, 15, Lisboa.

Pereira, F.A. (1912) "Os Arcos Romanos de Ponte de Lima", *Limiana*. Ponte de Lima

Pereira, F. A. (1914) "1- Habitações castrejas do Norte de Portugal: 1- Hipótese para a sua reconstituição (Alto de Santa Luz de Viana do Castelo); 2- Hipótese da sua reconstituição; 3- Sobrevivências pitorescas de uma arquitectura arcaica (Arcos de Valdevez)." *Estudos do Alto Minho*, Vol. XIV. Viana do Castelo.

Pereira, F.A. (1914) "Estudos do Alto Minho. Habitações Castrejas do Norte de Portugal", *Límia*, 14, Viana do Castelo.

Pereira, F.A. (1915) "Novas figuras de Guerreiros Lusitanos descobertos pelo Dr. Figueiredo da Guerra", O *Archeólogo Português*, 20, Lisboa.

Pereira, F. A. (1923 -1924) "Rascunho de velharias de Entre-Lima-e-Minho", *O Archeologo Português*, 26, Lisboa.

Pereira, F.A. (1929) "Castelo de S.Miguel-o-Anjo", *O Archeólogo Português,* 28, Lisboa.

Pereira, F. A. (1929-68) "Cinegética e arqueologia. I. O Coto da Pena", *O Archeologo Português*. Lisboa

Pereira, F. A. (1938) Revista *de Guimarães*. 48. Guimarães.

Pereira, F.A. (1939) Revista *de Guimarães*. 49. Guimarães.

Pereira, F.A. (1941) "Páginas inéditas", *Revista de Guimarães*, 48, 49. 51, Guimarães.

Pereira, I. (1975) "Moedas tardo-romanas da necrópole de Duas Igrejas (Concelho de Penafiel)", *Conimbriga*, Vol. XIV, Coimbra.

Perez Outeiriño, B. (1982) "De Ourivesaria Castrexa. I Arrecadas", *Bracara Augusta*. Braga.

Pimentel, A. (1902) *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, Santo Tirso.

Pina, L. (1928) "Subsídios para a arqueologia do concelho de Guimarães. Os fornos da Ribeira (S. João da Ponte)", *Revista de Guimarães*. 38. Guimarães.

Pina, L. (1930) "Subsídios para a arqueologia do concelho de Guimarães. Sepultura luso-romana da Lapinha (Devesa Escura)" *Revista de Guimarães*. 40. Guimarães.

Pina, L. (1940) "Tentame topográfico de arqueologia pré-romana e luso-romana do concelho de Guimarães", *Congresso do Mundo Português*, Lisboa.

Pinho, J. (1929) "A cividade de Eja", *Penha Fidelis*, Vol I, Penafiel.

Pinho, J. (1931) "A necrópole galaico-romana de Mozinho", *Penha-Fidelis*, Vol. II, Penafiel.

Pinto, R. S. (1928-29) Museu de Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. 38. 39. Guimarães.

Pinto, R. S. (1929) "Machados de bronze do Museu Municipal do Porto", *Portucale*, 2, Porto.

Pinto, R. S. (1932) "A cividade de Terroso e as cartas do Norte de Portugal", *Revista de Guimarães*, 42, Guimarães.

Pinto, R. (1934) "Inventário dos mosaicos romanos em Portugal", *Anuário del Cuerpo Facultativo de Archiveros Bibliotecarios y Arqueólogos*, Vol I, Madrid.

Pinto, S. (1966) "Em torno do problema de Portucale", *Lucerna*, 5.

Pinto, R. S. (1984) "Inéditos", Arqueologia, 9.

Ponte, S. (1980) "A génese das Fíbulas do Noroeste Peninsular", *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II, Guimarães

Ponte, S. (1981)"Quatro Fíbulas da Citânia de Santa Luzia", *Mínia*, 2ª Série, Ano IV, Nº 5, Braga.

Ponte, S. (1984) "Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro", *Lucerna* (Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão), Porto.

Queiroga, F. (1982) "Vila Nova de Famalicão, Castro de Vermoim", *Informação Arqueológica*, Lisboa.

Queiroga, F. (1983) "Património Histórico de Vila Nova de Famalicão", *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, Famalicão.

Queiroga, F. (1983-1984) "Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar.", *Arqueologia*, 9.

Queiroga (1984) "Escavações arqueológicas em Castelo de Matos 1983, Notícia preliminar", *Arqueologia*, 9.

Queiroga, F. (1985b) "Vila Nova de Famalicão. Castro das Ermidas – 1983 ", Informacão *Arqueológica* 5, Lisboa.

Queiroga, F. (1986b) "Vila Nova de Famalicão. Castro das Ermidas - Jesufrei – 1984", *Informacão Arqueológica* 6, Lisboa.

Queiroga, F. (1992) *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. (Dissertação de doutoramento - policopiada).

Regalo H. (1986) "Levantamento arqueológico do concelho de Vila Verde. Notícia preliminar", *Mínia*. 8. Braga.

Reis, A.P.M. (1978) *A romanização no concelho de Ponte de Lima*, Ponte de Lima.

Reis, A.P.M. (1980) "Vestígios de templos medievais", *Minia*. 2ª Série, Ano III, Nº 4, Braga.

Ribeiro, V. (s/d) "Fenis Viannesa, ou Vianna Renascida", Vol. III, *O Átrio*, Lusa.

Rocha, A. dos Santos (1895) "Elementos para o estudo comparativo de alguns objectos recolhidos no Castro de S.Miguel-o-Anjo", *O Archeólogo Português*, 1, Lisboa.

Roldan Hervás, J.M. (1974) *Hispania y el ejército romano*. *Contibucion a la historia social de la España antigua*. Salamanca.

Romero Masiá, A. (1976) "El habitat Castreño", *Asentamientos y Arquitectura de los castros del N. O. Peninsular*, Santiago de Compostela.

Rosário, A. (1973) *Falam Documentos*, Braga.

Sampaio, A. (1923) "As Villas do Norte de Portugal", Portugália.

Sampaio, R.C. (1963) "Bracara Augusta. Notas para a sua história e arqueologia", *Lucerna*, 3, Porto.

Santarém, C. M. F. (1954) "Um bronze de arte. Escultura romana encontrada em Alvarelhos (Santo Tirso)", *Revista de Guimarães*.

Santarém, C. M. F. (1955) "O castro do Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54", *O Concelho de Santo Tirso*, Boletim Cultural, Porto.

Santarém, C. M. F. (1956) "Inscrições romanas do concelho de Santo Tirso", *Boletim Cultural do Concelho de Santo Tirso*, Porto.

Santarém, C. M. F. (1956) "Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa. Espólio Arqueológico do Corvilho - Santo Tirso", *Boletim Cultural do Concelho de Santo Tirso*. Porto.

Santos Júnior, J. R.; Freire, O. (1965) "Os torques de ouro de Vilas Boas. (Vila Flor)", *Revista de Guimarães*. 75, Guimarães.

Santos, L. A.; Le Roux, P.; Tranoy, A. (1983) "Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga", *Bracara Augusta*, 37, Braga.

Santos, L.A. (1979) "Miliários inéditos da via romana de Braga a Tuy", *Arquivo do alto Minho*, 24, Viana do Castelo.

Santos, M. M. (1963) "Precioso Achado Arqueológico", *O Distrito de Braga*, Braga.

Santos, M. M. (1977) *Freguesia de Santa Maria de Palmeira*. *Palmeira Antiga e Moderna*. Braga.

Sarmento, F. M. (1879) "Acerca das escavações de Sabroso", *A Renascença*.

Sarmento, F.M. (1880) "Observações acerca do Vale de Âncora", *O Pantheon*, 1.

Sarmento, F. M.(1882/1933) "Se antes da invasão dos romanos havia arte entre nós", *A Arte Portuguesa*, 1 (4), Coimbra.

Sarmento, F.M. (1883-1884) "Inscrições Inéditas", Nº4 e 5, *Boletim de Architectura e de Archeologia*.

Sarmento, F.M. (1884) "Epigraphica", *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 2ª Série, 4.

Sarmento, F.M. (1887) "Incrições Inéditas", *Revista de Guimarães*, 4, Guimarães.

Sarmento, F.M. (1888) "Antigualhas", *Revista de Guimarães*, Vol. V, Guimarães.

Sarmento, F.M. (1894) "O deus Brigo", *Nova Alvorada*.

Sarmento, F. M.(1896) "A propósito de Valábriga", *Nova Alvorada*, 5.

Sarmento, F. M. (1901) "Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães", *Revista de Guimarães*, 1, Guimarães.

Sarmento, F. M. (1933) "A propósito de castros. O Panorama Contemporâneo", *Dispersos*, 1, Coimbra.

Sarmento, F.M. (1940) "A correspondência do padre Joaquim Pedrosa a Martins Sarmento", *Revista de Guimarães*, 50, Guimarães.

Sarmento, M. (1970) "Antiqua", *Revista de Guimarães*, 80, Guimarães.

Sarmento, F. M. (1970) "Os inéditos de Martins Sarmento", *Revista de Guimarães*, 80, Guimarães.

Severo, R. (1899-1900) "Estatueta romana de Soutello", *Portugália*. 1, Porto.

Severo, R. (1904) *Portugália*, 2, Porto.

Severo, R. (1905-1908) "As arrecadas d'ouro do Castro de Laúndos", *Portugália*, 2, Porto.

Severo, R. (1905-1908) "Necrópoles lusitano-romanas de inhumação. *Portugália*", 2, Porto.

Severo, R. (1905-1908) "Três inscripções funerárias inéditas do cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto)", *Portugália*, 2, Porto.

Severo, R. (1907) "Necropoles Lusitano Romanas de Inumação de Bairral e de Vila Verde", *Portugália*, 2, 3, Porto.

Severo, R; Cardozo, F. (1886) "Notícia Archeologica sobre o Monte da Cividade", *Revista de Guimarães*, III, Guimarães.

Severo, R; Cardozo, F. (1899-1903) "O ossuário da freguesia de Ferreiro", *Portugália*, 1, Porto.

Silva, A.M. (2000) "O gabinete da Arqueologia Urbana do Porto, notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial", Al-Madan, II série, nº9.

Silva, A.M. (2000) "Rua D. Hugo, 5", Al-Madan, II série, nº9.

Silva, A. C. F.(1980) "Organizações gentilícias entre Leça e Ave", *Portugália*, Nova Série, *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso.

Silva, A. C. F. (1981) "Novos dados sobre a organização social castreja", *Portugália*, Nova Série.

Silva, A. C. F. (1983) *Citânia de Sanfis*, Paços de Ferreira.

Silva, A. C. F. (1984) "Aspectos da Proto-História e Romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento", *Gaya*, 2, V.N.Gaia

Silva, A. C. F. (1983)

Silva, A.C.F. (1983-1984) "A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias", *Portugália*, Vol. IV/V. Porto.

Silva, A.C.F. (2000) "Proto-História e Romanização do Porto", *Al-Madan*, II série, nº9.

Silva, A.C.F.; Centeno, R.M.S. (1977) "Sondagem arqueológica na Citânia de Briteiros (Guimarães). Notícia sumária", *Revista de Guimarães*, 87, Guimarães.

Silva, A.C.F.; Centeno, R.M.S. (1978) "Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães)", *Revista de Guimarães*, 88. Guimarães.

Silva, A. C. F.; Dinis, A.P.; Oliveira, F.; Queiroga, F. (2005) "Vila Nova de Famalicão-Do Neolítico à Romanização", *História de Vila Nova de Famalicão*, Quasi Edições.

Silva, D. M. (1958-59) "Entre Homem e Cávado, Amares", *Monografia do concelho de Amares e Terras do Bouro*, Amares.

Silva, D. M. (1981) "A Geira e a sua história", *Bracara Augusta*. Braga.

Silva, D. M. (1982) "De Buricis (Acerca dos Búrios)", *Bracara Augusta*, Braga.

Silva, E.J.L; Marques, J.A.T.M. (1984) "Escavações no Castro de Moldes, Castelo de Neiva" *Cadernos Vianenses*. T. VIII. Viana do Castelo.

Silva, F. M. (1994) *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: Estudo, Restauro de Divulgação*. Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Silva, J. (1966) "Recintos fortificados e a cultura castreja", *Lucerna*, 5, Porto.

Silva, J.P. (1877) *Boletim de Architectura e de Archeologia*, 2ª Série, T. II. Nº 4, Lisboa.

Soares, T. S. (1962) *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. Coimbra.

Soeiro, T.(s/d) "Monte Mozinho: Cerâmica Cinzenta Fina", *Portugália*.

Soeiro, T. (1980) "Objectos em bronze do Castro de Alvarelhos", *Gallaecia*. 6.

Soeiro, T. (1981) "Castro do Peso em Stª Leocádia de Geraz do Lima", *Arqueologia*, Nº 3, Porto.

Soeiro, T; Centeno, R. M. S; Silva, A. C. F.(1981) – "Sondagem arqueológica no Castro de Sabroso", *Revista de Guimarães*, 91, Guimarães.

Soeiro, T. (1983) "Inventário Arqueológico – O outeiro do Castro. Airó", *Barcellos – Revista*, 1-2.

Soeiro, T. (1984) "Monte Mózinho, Apontamentos sobre a ocupação entre

Sousa e Tâmega em Época Romana", *Boletim Municipal de Cultura*, 3ª Série, Penafiel.

Sousa, V. (1990) *Corpus signorum imperii romani do (Portugal)*. Coimbra.

Sousa, E. (1962) "A citânia (cidade morta) situada no Sul do Concelho de Penafiel e os seus castros", *Studium Generale*. Porto.

Sousa, J. J. R. (1965-1966) "Acerca de um molde de lucernas", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 20.

Sousa, J. J. R. (1967) "Novas observações sobre a necrópole do Bairral", *Revista de Etnografia*, 9.

Sousa, J. J. R. (1968) "Braga nos séculos IV e V. Notas Arqueológicas", *Bracara Augusta*, 22, Braga.

Sousa, J. J. R. (1969) "Novo molde de lucernas aparecido em Braga. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 21, Porto.

Sousa, J. J. R. (1971-1972) "Nova ara dedicada aos Lares no conventus Bracaraugustano", *Bracara Augusta*, Braga.

Sousa, J. J. R. (1973) Subsídios para uma carta Arqueológica de Braga. *Studia Arqueológica*. Santiago de Compostela.

Sousa, J. J. R.; Oliveira, E. P. (1982) "Subsídios para o estudo das olarias de Bracara Augusta", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto.

Sousa, J. M. C. (1948) *Ethnos*, 3, Lisboa.

Sousa, T. (1909) *Serra do Gerez*, Porto (?).

Sousa, T. (1927) *Gerêz*, Coimbra.

Tarcísio, M. (2003) *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*. *Antas-Esposende*. Viana do Castelo.

Teixeira, C. (1936) "Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense.I – O Monte de Castro. (Castrum Máximo)", *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. 21.

Teixeira, C.(1939) "Os torques do castro de lanhoso, Póvoa de Lanhoso", *Anais da Faculdade de Ciência do Porto*, Porto.

Teixeira, C.(1943-1944) "Cerâmica lusitano-romana de Rossas (Vieira do Minho)", *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*.

Teixeira, C. (1946) "A arte de las filigranas nos castros minhotos", *Minia*, 1(3).

Teixeira, C. (1955-56) "Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense", *Bracara Augusta*, 6/7. Braga.

Teixeira, C.; Medeiros, A. C; Assunção, C. T. (1965) *Carta Geológica de Portugal (1/50.000). Notícia Explicativa da folha 9-A.* Póvoa de Varzim. SGP. Lisboa.

Teixeira et alii (1969) *Carta Geológica de Portugal. (1/50000) Noticia explicativa da folha 5-C.* Barcelos.

Teixeira, C; Medeiros, A.C. (1972) *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 5-A.* Viana do Castelo. Lisboa.

Teixeira, C.; Medeiros, A. C; Macedo, J.R. (1973) *Carta Geológica de Portugal. (1/50000) Noticia explicativa da folha 5-D.* Lisboa.

(27/6/1902) e (15/7/1902) "Termas romanas", *O Penafidelense*. Penafiel.

Teixeira, R.; Dórdio, P. (2000) "Intervenção Arqueológica na Casa do Infante.", Al-Madan, II série, nº9.

Tomás, F. L. S. (1974) *Beneditina Lusitana*, Coimbra, Fac-símile. Lisboa.

Torres, J. (1905) – "Acquisições do Museu Ethnologico Português", *O Archeologo Português*, 10, Lisboa.

Torres, J. (1979) "Tesouro monetário do castro de Alvarelhos", *Estudo numismático*, Seriação cronológica e histórica. Boletim Concelhio, Santo Tirso.

Tovar, A. ; Navascués, J.M. (1950) "Algumas consideraciones sobre los Nombres de Divindades del Oeste Peninsular", *Miscelânia*.

Tranoy, A. (1980) "Réligion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire romain", *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular III*, Guimarães.

Tranoy, A. (1981) *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule dans l'Antiquité.* Diffusion du Boccard. Paris.

Tranoy, A. (1983) "Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga", *Bracara Augusta*

Vasconcelos, J.L. (1881-1883) "Extractos da correspondência de F. Martins Sarmento (a José Leite de Vasconcelos)", *Archeologo Português*, Lisboa, 6, (1901)

Vasconcelos, J.L. (1889) "Analecta Archeologica 3", Santa Marinha do Zêzere. *Revista Arqueológica*. Lisboa.

Vasconcelos, J.L. (1895) "Colecção Etnografica do Sr. M. d'Azuaga", *O Archeologo Português*, 1, Lisboa.
Vasconcelos, J. L. (1895) "Notícias várias", *O Archeologo Português*, 1, Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1895) "Notícias Archeológicas de Penafiel", *O Archeólogo Português*, I, Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1896) "Antas do Distrito de Viana", *O Archeólogo Português*. 2. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1897) "Acquisições do Museu Ethnologico Português", *O Archeologo Português*. 3. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (s/d) *Religiões da Lusitânia*. I (1897), II (1905), III (1913). Lisboa
Vasconcelos, J.L. (1899-1900) "Archeologia do Alto Minho", *O Archeólogo Português*. 5. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1901) "Notas Ephigraficas", *O Archeólogo Português*, 6. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1902) "Archeologia Lusitano-Romana", *O Archeólogo Português*, 7. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1903) "Archeologia Bracaraugustana", *O Archeólogo Português*, 8. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1903) "Cidade Velha de Santa Luzia", *O Archeólogo Português*, Vol. VIII, Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1903) "Notícias várias. Balneário romano de Canaveses", *O Archeólogo Português*, 7, Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1905) *Religiões da Lusitânia na Parte que principalmente se refere a Portugal*, Vol.II, Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1907) "Estela sepulcral arcaica do Alto Minho", *O Archeólogo Português*, 12, Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1908) "Materiais para o Inventario Arqueológico do Concelho de Baião", *Portugália*, 2, Porto.
Vasconcelos, J.L. (1913) *Religiões da Lusitânia*. Vol. I. II. III. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1917) "Coisas Velhas", *O Archeólogo Português*. 22. Lisboa.
Vasconcelos, J. L. (1918) "Braga Romana", *O Archeólogo Português*. 23. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1924) *O Archeólogo Português*. 26. Lisboa.
Vasconcelos, J.L. (1933) "Castros Lusitânicos I. Cividade de Paderne", *O Archeólogo Português*, 29, Lisboa.
Vasconcelos, M. (1916) "Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses", *O Archeologo Português*, 21, Lisboa.
Vasconcelos, M (1935) *A Vila de Canaveses. Notas para a sua história*. Lisboa.
Viana, A. (1926) "Através do Minho. Subsídios para o estudo da terra, linguagem, história, costumes. I", *Gente Minhota*. Braga, 3.
Viana, A. (1932) *Justificação para um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho*. Arquivo do distrito de Viana do Castelo.
Viana, A. (1932) "Carta pré e proto-histórica do Distrito de Viana do Castelo", *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, Vol. V, Nº 1, Viana.
Viana, Abel (1938) "Através do Minho. Subsídios para o estudo da terra, linguagem, história e dos costumes", *Gente Minhota*, Braga.
Viana, A. (1955) "Citânia de Santa Luzia. (Viana do Castelo)" *Zephyrus*, VI, Salamanca.
Viana, A.; Oliveira, M.S. (1954) "Cidade Velha de Santa Luzia", *Revista de Guimarães*, Vol. LXIV, Guimarães.
Viana, A.; Oliveira, M.S. (1955) "Sobre a Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo-Portugal)", *Sep. do III Congresso Arqueológico Nacional*, Galícia (1953), Zaragoza.
Viana, A. (1960-1961) "Cividade de Âncora. Noticia sobre a actividade do II Campo Internacional de Trabalho Arqueológico promovido em 1960 pela Associação Académica de Coimbra", *Conimbriga*.
Viana, A. (1961) *Uma necrópole Romano-Suévica (?) de Beiral*. Ponte de Lima
Viana, A. (1962) *Algumas Lições Elementares de Arqueologia Prática*. Beja.
Viana, A. (1963) "A Cividade de Âncora: sua importância. Explorações de 1960 e 1961", *Lucerna*, 3. Porto.
Viana, T.S. (1935-38) "A Árula de Santa Luzia", *O Alto do Minho*, I, Viana do Castelo.
Vieira, J. A. (1886-1887) *O Minho pitoresco*, 2 Vols, Lisboa.

Vilela, S. (1877) “Monte da Conceição”, *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portuguezes*. Lisboa

Villas-Boas, J. S. P. (1947) “Nuevos elementos del Bronce Atlântico en Portugal”, *Boletin Arqueológico del Sudeste Español*.

Villas-Boas, J. S. P. (1948) “Hallazgos del Bronce atlântico en Portugal”, *Actas y Memorias de la Sociedade Espanola de Antropologia y Prehistoria.*

Vitorino, P. (1929) “Cidade Velha” de Santa Luzia (Viana do Castelo), *Portucale*, 2.

Vives, J. (1972) *Inscriptiones Latinas de la España Romana*. Barcelona.

Zbyszewski G.; Almeida, F.; Ferreira, O. V. (1971) “Descoberta de fornos lusitanos-romanos na região de Marateca.(Setúbal)”, *O Archeólogo Português*, 3ª Série, 5, Lisboa.